Carlos Alberto Ferreira de Almeida

in memoriam

Vol. I

FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Carlos Alberto Ferreira de Almeida

in memoriam

Vol. I

APRESENTAÇÃO

A morte é sempre um acontecimento brutal, para o qual nunca estamos verdadeiramente preparados. Mas a morte do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, por ter sido tão inesperada e absurda, tão trágica, revestiu-se de uma brutalidade ainda maior. Sentiram-no muitos - os seus familiares mais chegados, os seus amigos, os seus admiradores e os seus alunos e antigos alunos. Por isso, naturalmente, multiplicaram--se as manifestações de homenagem que ele, muito justamente, merecia. A *Revista da Faculdade de Letras - História* dedicou um volume em sua memória - o vol. XIII, correspondente ao ano de 1996. Ao longo de 650 páginas, num vasto leque de artigos oriundos sobretudo dos domínios da História, mas que também não esqueceram a História da Arte e a Arqueologia, muitos autores prestaram um primeiro tributo à figura do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida [1]. Por seu turno, o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de que o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida fora fundador (em 1974) e onde era figura de referência, programou duas homenagens. Dedicou um volume duplo da sua revista *Portvgalia* - o volume 17-18, correspondente aos anos de 1996-1997 - para receber estudos dos investigadores que lidaram, mais directamente, com o Homenageado. Excepcionalmente, e atendendo ao perfil do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, esta revista abandonou o carácter específico de revista de arqueologia, que a tem vindo a caracterizar desde que foi fundada em 1980, e abriu as suas páginas a estudos de História da Arte, área que era tão querida do Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Atendendo às limitações orçamentais, a revista optou por endereçar convites a perto de três dezenas de investigadores, que na sua esmagadora maioria participam neste volume que se encontra a sair dos prelos [2]. A segunda homenagem programada pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, juntamente com a Facultade de Xeografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, foi a organização de um Congresso Internacional subordinado ao tema *Castrexos e Romanos no Noroeste*, que teve lugar em Santiago de Compostela entre 2 e 4 de Outubro de 1997. Tratou-se de um congresso monográfico, dedicado a uma área temática que, desde os primeiros estudos, foi tão cara ao Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, e que sempre o preocupou enquanto investigador. Tendo-se registado uma concorrida participação de investigadores do Noroeste da Península, galegos e portugueses, aguarda-se com natural expectativa a publicação das respectivas Actas. Ao mesmo tempo foi inaugurada, no dia 2 de Outubro de 1997, uma exposição sobre a sua *Vida e Obra*, que esteve patente no Museo do Pobo Galego. Esta Exposição passou, depois, pelas Câmaras Municipais do Norte de Portugal que ficaram ligadas à actividade arqueológica do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida (nomeadamente Penafiel, Paços de Ferreira, Santa Maria da Feira, Barcelos e Ponte de Lima). Algumas dessas edilidades aproveitaram a ocasião para organizar manifestações culturais em sua Homenagem. Aconteceu assim com a Câmara Municipal de Penafiel e o Museu de Penafiel, que organizaram o Colóquio *Monte Mozinho - 25 Anos de Trabalhos Arqueológicos*, que decorreu entre 17 e 18 de Abril de 1998 e cujas Actas estão a ser ultimadas [3], e também com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e o Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, que promoveram uma cerimónia pública de Homenagem [4]. Paralelamente, outras manifestações de Homenagem foram surgindo.

Registamos, por exemplo, a atribuição do seu nome a uma rua da cidade do Porto, na vizinhança das antigas instalações da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e a atribuição do seu nome à Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Ensino Básico de Santa Maria da Feira nº 2, que passou a designar-se "Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida" [5].

Depois de tantas manifestações de Homenagem, torna-se legítimo interrogar os motivos porque surge, agora, esta colectânea *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Aparentemente, seríamos levados a considerar que todas as homenagens já teriam sido prestadas. No entanto, a análise das várias iniciativas revela precisamente o oposto. A *Revista da Faculdade de Letras - História*, porque foi organizada dentro do calendário normal de edição, e porque não publicitou junto dos meios académicos a natureza monográfica e de Homenagem de que se iria revestir, não contou com a participação de muitas pessoas que, desde a primeira hora, pretenderam associar o seu nome e o seu contributo a uma obra científica que distinguisse a sua memória. Por outro lado, a revista *Portvgalia*, pelas limitações orçamentais do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, viu-se obrigada a adoptar o sistema de convite, por forma a não inviabilizar a sua publicação. Mas, como acontece em todos os processos de selecção, muitos autores sentiram que ficaram à margem de uma homenagem a que se queriam associar. Por seu turno, o Congresso *Castrexos e Romanos no Nororeste*, bem como o Colóquio *Monte Mozinho - 25 Anos de Trabalhos Arqueológicos*, pela natureza monográfica e específica de que se revestiram, afastaram muitos investigadores que, porque não trabalhavam directamente com essas temáticas e cronologias, ficaram igualmente impossibilitados de prestar a sua homenagem.

Ao fim de algum tempo, começaram a chegar à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e nomeadamente junto de alguns dos seus docentes, diversas manifestações de pesar por não haver possibilidade de outros autores associarem o seu nome ao leque, já vasto, de pessoas que tinham prestado Homenagem ao Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida no quadro das diversas manifestações acima referidas. Foi neste contexto que surgiu a proposta de organização de uma colectânea de estudos em memória do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que fosse aberta à participação de todos quantos quisessem associar o seu nome, independentemente do âmbito da sua investigação científica. Pretendia-se dar a possibilidade de todos participarem e de se conseguir, deste modo, um leque de estudos que reflectisse, de alguma forma, a pluralidade de interesses que marcaram a vida do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida e, mais do que isso, que deixasse testemunho das diversas áreas que beneficiaram da sua influência e que se sentiam credoras da sua figura. A proposta, apresentada em reunião da Comissão Científica de História no dia 20 de Novembro de 1996, foi aprovada por maioria, tendo sido posteriormente aprovada por unanimidade em reunião da Comissão Coordenadora do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 27 de Novembro de 1996. Depois do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, em Julho de 1997, ter assegurado no orçamento para 1998 uma verba destinada à publicação desta Colectânea, foi dado início ao processo editorial. Na Primavera de 1998 foi enviada uma circular a todas as Universidades com áreas de ensino e/ou investigação relacionadas com História, História da Arte, Arqueologia, Geografia, Antropologia, Belas Artes e, de uma maneira geral com as Humanidades. Foram igualmente contactadas as principais organizações profissionais ligadas à Arqueologia e à História da Arte [6], com pedido de difusão do conteúdo dessa circular junto dos seus associados. Estipulado um prazo de pré-inscrição (31 de Maio de 1998) e um prazo de entrega dos originais (30 de Setembro

de 1998), o volume começou a tomar forma. Rapidamente, à medida que iam chegando as inscrições, se ganhou consciência da dimensão que a obra iria adquirir, e da necessidade de se organizarem dois volumes.

Apesar de se ter pretendido que esta fosse uma Homenagem tão alargada quanto possível, onde todos pudessem ver o seu nome associado, independentemente da área de investigação a que se dedicam, houve, naturalmente, muitas pessoas que, ainda assim, não conseguiram associar o seu nome. A edição de uma obra com as dimensões desta não se pode compadecer com *timings* pessoais, já que estes colocariam em perigo todo o processo de edição. Houve que respeitar minimamente os prazos, por necessidade de cumprimento de directivas orçamentais e por forma a não eternizar a saída a público desta colectânea. Deste modo, e apesar de ter sido dada uma tolerância de mês e meio sobre a derradeira data-limite para entrega de originais, algumas pessoas que desde a primeira hora pretenderam associar o seu nome a esta colectânea acabariam por desistir formalmente ou, nalguns casos, por enviar o seu contributo demasiado tarde. Registamos, de qualquer forma, os seus nomes, certos de ir ao encontro da sua vontade:

Bernardo Pinto de ALMEIDA (Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto)
Manuel dos Santos ALVES (Universidade do Minho)
Luís Carlos AMARAL (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria do Rosário Themudo BARATA (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Paula Virgínia Azevedo BESSA (Universidade do Minho)
Manuel Filipe Cruz de Morais CANAVEIRA (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
João Carlos CANINAS (Associação de Estudos do Alto Tejo)
José Adriano de CARVALHO (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Pedro Sobral de CARVALHO (Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta)
Rui Manuel Sobral CENTENO (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Virgílio Hipólito CORREIA (Universidade Aberta - Delegação do Centro)
Domingos Jesus da CRUZ (Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)
Norberto Ferreira da CUNHA (Universidade do Minho)
Carlos FABIÃO (Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Joaquim Jaime FERREIRA-ALVES (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Isabel FIGUEIRAL (Institut de Botanique, Université de Montpellier II)
Luís Filipe Coutinho GOMES (Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta)
Mário Varela GOMES (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
Paulo Dordio GOMES (Intervenção Arqueológica - Casa do Infante)
Rosa Varela GOMES (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
António A. Huet de Bacelar GONÇALVES (Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)
António Camões GOUVEIA (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
Francisco HENRIQUES (Associação de Estudos do Alto Tejo)
Alexandra Cerveira Pinto Sousa LIMA (Parque Arqueológico do Côa)

Dagoberto MARKL (Museu Nacional de Arte Antiga)
Jorge Adolfo Meneses MARQUES (Universidade Católica Portuguesa - Viseu)
António MENÉRES (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)
Elisabeth Évora NUNES (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
José Manuel Pereira de OLIVEIRA (Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)
João Pedro Paiva Cunha RIBEIRO (Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
José Cardim RIBEIRO (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Lúcia Maria Cardoso ROSAS (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Celso Francisco dos SANTOS (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Arnaldo SARAIVA (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
José Custódio Vieira da SILVA (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
José João Rigaud de SOUSA (Centro de Estudos Humanísticos)
Ricardo TEIXEIRA (Intervenção Arqueológica - Casa do Infante)
Cláudio TORRES (Campo Arqueológico de Mértola)
Luísa TRINDADE (Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)
Raquel VILAÇA (Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)
Licínia Irene da Graça Nunes Correia WRENCH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

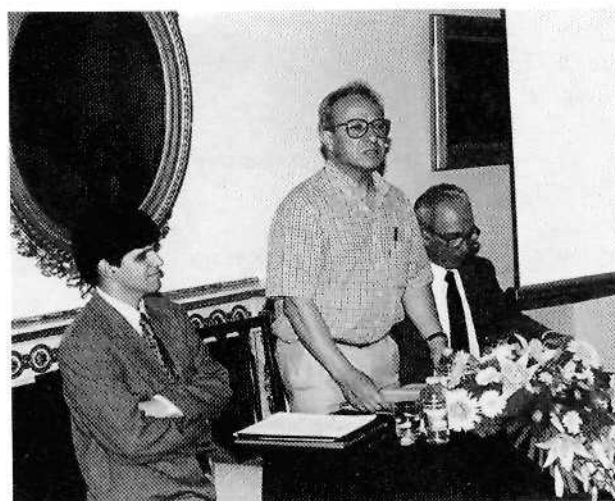
[1] Neste volume colaboraram José Marques, Geraldo J. A. Amadeu Coelho Dias, Pe. Avelino de Jesus da Costa, Maria Cristina Almeida e Cunha, José Luís Martín, Isabel Beceiro Pita, Humberto Baquero Moreno, Maria Helena da Cruz Coelho, Luís Miguel Duarte, Ivo Carneiro de Sousa, Luís A. de Oliveira Ramos, João Francisco Marques, Carlos Simón Alonso Diez, Aurélio de Oliveira, Eugénio dos Santos, Inês Amorim, Maria Conceição Meireles Pereira, António M. de Barros Cardoso, Gaspar Martins Pereira, Luís Grosso Correia, Maria Antonieta Cruz, Jorge Fernandes Alves, Lúcia Maria Cardoso Rosas, Vítor Oliveira Jorge e Mário Jorge Barroca.

[2] Colaboram neste volume Rui M. S. Centeno, Jorge de Alarcão, João Pedro Cunha Ribeiro, Vítor Oliveira Jorge, Susana Oliveira Jorge, Fernando Acuña Castroviejo, Carlos Alberto Brochado de Almeida, Manuela Delgado, J. M. Bairrão Oleiro, Mário Jorge Barroca, Francisco Calo Lourido, Teresa Soeiro, Geraldo J. A. Coelho Dias, Lúcia Maria Cardoso Rosas, José Custódio Vieira da Silva, Xose Carlos Valle Perez, Manuel Joaquim Moreira da Rocha e Joaquim Jaime B. Ferreira Alves.

[3] Participaram neste Colóquio Teresa Soeiro, Fernando Acuña Castroviejo, Gerardo Pereira Menaut, Paulo Amaral, Ricardo Teixeira, Rui M. S. Centeno, Teresa Pires de Carvalho, Orlando de Sousa, Francisco Calo Lourido, Gilda Correia Pinto, Francisco Queiroga, Fernando Maia Pinto, Virgínio Moutinho e Renato Soeiro.

[4] A cerimónia teve lugar no dia 18 de Maio de 1998, no Museu Monográfico da Citânia de Sanfins, tendo na ocasião sido feita a apresentação pública da obra póstuma de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Património - O seu entendimento e a sua gestão* (Porto, 1997).

[5] Cf. Diário da República, IIª Série, nº 61, de 13-3-1998, Despacho nº 4355/98 (2ª Série).

[6] Associação dos Arqueólogos Portugueses, Associação Profissional de Arqueólogos e Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte.

III Cursos Internacionais de Verão de Cascais, 8 de Julho de 1996: o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida presidindo e moderando uma das sessões do Tema IV - *Literaturas, Artes e Identidade Nacional* - naquela que viria a ser a sua derradeira intervenção pública. Acompanham-no os Professores Doutores João Dionísio e Justino Mendes de Almeida.

(Foto - cortesia do Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais, e do Dr. António de Carvalho).

CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA

Tábua Cronológica [1]

1934, Dezembro, 27 - Nasce em Vila Maior (Santa Maria da Feira), filho de Carlos Pinto de Almeida e de Maria Ferreira da Rocha.

1958 - Publica nas páginas da revista *Douro Litoral*, ainda como aluno do 4º Ano de Teologia do Seminário Maior do Porto, o seu primeiro estudo científico.

1961 - Matricula-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde conclui apenas uma cadeira.

1962, Outubro - Inscreve-se no curso de História da recém-restaurada Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1965, Março, 28 - É distinguido com o Prémio «Gomes Pereira 1965» de Etnografia, na categoria de "*Estudo feito por um Etnógrafo Jovem*", o qual foi entregue em cerimónia pública, em Barcelos, a 25 de Setembro de 1965.

1968, Julho, 29 - Concluiu a Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com a classificação final de 17 valores, tendo apresentado como Dissertação de Licenciatura o estudo «*Vias Medievais I. Entre-Douro-e-Minho*».

1968, Outubro, 28 - É contratado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto como Assistente Eventual.

1970, Janeiro, 11 - Assina contrato como Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1971 - 1ª Campanha de escavações arqueológicas no Castro de Fiães (Vila da Feira).

1972 - 2ª Campanha de escavações arqueológicas no Castro de Fiães (Vila da Feira).

1972 - Campanha de escavações arqueológicas em Martim (Barcelos).

1973 - 3ª Campanha de escavações arqueológicas no Castro de Fiães (Vila da Feira).

1973, Agosto - Escavações arqueológicas no alto do Castelo, em Frende (Baião).

1973, Agosto 20-Setembro 25 - Escavações arqueológicas do Monumento com Forno da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira).

1973, Novembro, 5-8 - É Secretário-Geral do III Congresso Nacional de Arqueologia, que organiza, e que decorre na cidade do Porto entre 5 e 8 de Novembro.

1974, Páscoa - 4ª Campanha de escavações arqueológicas no Castro de Fiães (Vila da Feira).

1974, Junho - Funda o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, formalmente reconhecido pelo Conselho Científico da Faculdade de Letras em 1979.

1974, Setembro - 1ª Campanha de escavações arqueológicas em Monte Mózinho (Penafiel).

1975 - É distinguido com o «Prémio Mário Cardozo» de Arqueologia pelo seu estudo consagrado à Cerâmica Castreja.

1975 - 2ª Campanha de escavações arqueológicas em Monte Mózinho (Penafiel).

1976 - 3ª Campanha de escavações arqueológicas em Monte Mózinho (Penafiel).

1977 - 4ª Campanha de escavações arqueológicas em Monte Mózinho (Penafiel).

1978 - Desempenha papel central na reforma do curso de História, nomeadamente na criação da variante de História da Arte e Arqueologia (Decreto-Lei 208/78 de 31 de Maio).

1979, Março, 12-13 - Apresenta-se a provas de Doutoramento na área de História da Arte e Arqueologia com a Dissertação «*Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*» e com a Dissertação Complementar «*Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1220*». Fizeram parte do Júri os Professores Doutores António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, José João da Conceição Gonçalves Mattoso, José António Ferreira de Almeida, Luís António de Oliveira Ramos, Humberto Carlos Baquero Moreno. O Professor Doutor Orlando Ribeiro, que também fora nomeado para o Júri, esteve ausente por motivo de doença.

1979, Março, 19 - Assina contrato como Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1979, Maio, 19 - Foi distinguido com o "Pergamiño de Honra e Loubanza" atribuído pelo Patronato Pedron de Ouro "*polos seus estudos encol da Cultura do Noroeste Peninsular e pola sua destacada laboura a prol dun maior intercambio cientifico e universitario entre os dous paises*", entregue em cerimónia solene em Padron.

1979 - 1ª Campanha de escavações arqueológicas em Stº. Estevão da Facha (Ponte de Lima).

1979 - Rege, com Juan Zozaya Stabel-Hansen e Luis Caballero Zoreda, um curso de Iniciação à Arqueologia Medieval, na Universidade de Santiago de Compostela.

1980 - 2ª Campanha de escavações arqueológicas em Stº. Estevão da Facha (Ponte de Lima).

1981 - Desempenha papel crucial na re-estruturação do curso de História, nomeadamente na criação de duas variantes - a de História da Arte e a de Arqueologia (Decreto-lei 271/81, de 16 de Março).

1982, Fevereiro, 11-12 - Apresenta Provas de Agregação em História da Arte Medieval, no quadro das quais profere lição sobre a «*Iconografia do Presépio Medieval*», tendo sido aprovado por unanimidade. Fizeram parte do Júri os Professores Doutores Cândido Augusto Dias dos Santos, António Augusto Ferreira da Cruz, José António Ferreira de Almeida, Artur Nobre de Gusmão, Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva e Francisco Jordá Cerdá.

1982 - Funda, juntamente com outros docentes, o Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1984, Julho - Atinge a Cátedra em História de Arte e Arqueologia. O Júri do Concurso para Professor Catedrático foi integrado pelos Professores Doutores Luís António de Oliveira Ramos, Humberto Carlos Baquero Moreno, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, Artur Nobre de Gusmão, Eduardo Augusto Borges Nunes e António de Oliveira.

1984, Julho, 6 - Assina contrato como Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1984, Julho, 9-13 - Participa, em Gijón, no Curso de Verão da Universidad de Oviedo subordinado ao tema "Indigenismo y Romanización en el Norte Peninsular: La Economia Rural".

1985, Outubro, 25 - Casa com Maria Helena Gomes Teixeira da Natividade Ferreira de Almeida.

1987, Maio, 13 - Nasce o seu filho, Carlos Emanuel Natividade Ferreira de Almeida.

1993 - É eleito Coordenador da Comissão Científica de História, cargo que desempenha no biénio 1993-1994.

1996, Julho, 28 - Morre em Playa Guacuco (Arismendi, Venezuela).

[1] Por Mário Jorge Barroca.

BIBLIOGRAFIA[1]

1958

- Um Aspecto do Culto dos Rios na Lusitânia. Sua divindade, castigo e rito expiatório para todos aqueles que os atravessassem. *Douro Litoral*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral. Série 8, vol. 9 (1958), p. 873-887.

1959

- Duas Inscrições Romanas da «Civitas Sanctae Mariae». *Douro Litoral*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral. Série 9, vol. 1 (1959), p. 161-166.

1964

- Senhora da Abadia. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 2, tomo 2 (1964), p. 303-308.

- Ementação das Almas - Rezas da Ceia. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 3, tomo 1 (1964), p. 41-68 [2].

1965

- A noite de Natal e o seu folclore. *O Comércio do Porto*. Porto (21 Dezembro 1965), p. 15.

- O Problema das Casas Redondas Castrejas. *Lucerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Vol. 4 (1965), p. 196-204.
(Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia. Porto, 29-31 Maio 1964).

- Bibliografia: Anuário de Estudios Medievales - Instituto de História Medieval de España, I, Barcelona, 1964. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 5, tomo 2, 1965, p. 502-503.

1966

- O Documento 13 dos «Diplomata et Chartae». *Lucerna*, Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Vol. 5 (1966), p. 635-642.
(Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia. Porto, 4-6 Junho 1965).

- Bibliografia: Rocha Peixoto - Nas vésperas do Centenário do seu Nascimento - Flávio Gonçalves. - 117 págs. e 33 figs., Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1965. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 6, tomo 1, 1966, p. 252-253.

- Carácter Mágico do Toque das Campainhas. Apotropaicidade do Som. *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 6, tomo 2, 1966, p. 339-370 [3].

1968

- Problemas do Pré-Românico do Noroeste de Portugal [resumo]. In *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1968. p. 287-288.

- Sistema viário medieval em direcção ao Porto, a Sul do Douro [resumo]. In *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1968. p. 288.

- *Vias Medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968. Dissertação de Licenciatura.

1969

- *Romanização das Terras da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1969 (Estudos sobre a Terra da Maia, Vol. 4).

1970

- Algumas Notas sobre o Processo de Romanização da Zona de Entre Douro e Ave. In *Actas das Iªs. Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970. Vol. 2, p. 379-387.

- Uma Cabeça Romana de Bronze. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 1 (1970), p. 77-82.

- Ainda o Documento XIII dos «Diplomata et Chartae». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 1 (1970), p. 97-107 [4].

1971

- Uma Escultura Castreja de Calheiros, Ponte de Lima. Duas considerações. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, 1971. p. 293-296.

- Primeiras Impressões sobre a Arquitectura Românica Portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2 (1971), p. 65-116 [5].

- O Castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2 (1971), p. 147-168.
(Em colaboração com Eugénio dos Santos)

- O «Oenokoé» Romano, em Bronze, de Vila Marim. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. vol. 2 (1971), p. 179-187.

1972

- A Póvoa de Varzim e o seu Aro na Antiguidade. *Póvoa de Varzim: Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. 11, nº 1 (1972), p. 5-34.

- Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), p. 113-136.

- Cerâmica Romana de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), p. 191-205.

- O Castro de Fiães (II). *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), p. 207-214.
(Em colaboração com Eugénio dos Santos)

- Achados Arqueológicos de Martim (Barcelos). *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 3 (1972), p. 319-326.

1973

- Aspectos da Mineração Romana de Ouro em Jales e Tresminas (Trás-os-Montes). In *Actas do XII Congreso Nacional de Arqueologia* (Jaen, 1971), Zaragoza: La Secretaria General de los Congresos Arqueologicos Nacionales, 1973, p. 553-562.

- Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal. In *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973. Vol. 1, p. 39-57. [6]

1973-1974

- Influências Meridionais na Cultura Castreja. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4-5 (1973-1974), p. 197-207.
- Necrópole Galaico-Romana de Vila de Conde. *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4-5 (1973-1974), p. 209-222.

1974

- O Monumento com Forno de Sanfins e as Escavações de 1973. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto: Ministério da Educação Nacional. 1974. Vol. 1, p. 149-172. [7]

- Cerâmica Castreja. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. 84 (1974), p. 171-197 [8].

- *Escavações no Monte Mozinho* (1974). Penafiel: Centro Cultural Penafidelis, 1974.

- Paganismo - Sua Sobrevivência no Ocidente Peninsular. In *In Memoriam António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1974. Vol. 2, p. 17-37.

1974-1975

- Los Caminos y la Asistencia en el Norte de Portugal. *Asclepio*. Madrid. Vol. 26-27 (1974-1975), p. 383-396.

1975

- Influências Meridionais na Cultura Castreja. In *Actas do XIII Congreso Nacional de Arqueologia* (Huelva, 1973), Zaragoza: La Secretaria General de los Congresos Arqueologicos Nacionales, 1975, p. 491-498.

- O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973. *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), p. 5-28.

- Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião). *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), p. 29-40.

- Cerâmica Romana, Tardia, de Guifões. *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), p. 49-56.
(Em colaboração com Joaquim Neves dos Santos)

- A Igreja Românica de Rates (Póvoa de Varzim). *Póvoa de Varzim: Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. 14, nº 1 (1975), p. 5-27.

1976

- Recensões Bibliográficas: Hydace, *Chronique*, 2 vols., Introdução, texto crítico, tradução, comentário e índice por Alain Tranoy, col. «Sources Chrétiennes» n. 219, Les Éditions du Cerf, Paris, 1974. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 15 (1976), p. 171-177.

1977

- *Escavações no Monte Mozinho* II. 1975-1976, Penafiel: Centro Cultural Penafidelis, 1977.

1978

- *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de Doutoramento.

- *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a* 1220, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação Complementar de Doutoramento.

1979

- A *Estátua-Menir de Faiões* (*Chaves*). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. 1979 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 1).
(Em colaboração com Vítor Oliveira Jorge)

- A Propósito de «Galicia Sueva» de Casimiro Torres. *Gallaecia*. Santiago de Compostela: Edicios do Castro. Vol. 5 (1979), p. 305-316.

- O Culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna. Perspectiva Antropológica. *Revista de História*. Porto: Instituto de Investigação Científica. Vol. 2 (1979), p. 159-173.
(Actas do Colóquio «O Porto na Época Moderna». Porto, 8-10 Novembro 1979).

1980

- A *Estátua-Menir Fálica de Chaves*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. 1980 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Nº 6).
(Em colaboração com Vítor Oliveira Jorge)

- O Templo do Mozinho e seu Conjunto. *Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série, Vol. 1 (1980), p. 51-56.

- Importantes Objectos em Bronze de Castelo de Neiva. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 2 (1980), p. 45-49.

- Os Castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma/Baltar. O *Concelho de Paredes: Boletim Municipal*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes. Vol. 3 (1980), p. 15-17.

- Escavações Arqueológicas em Santo Estêvão da Facha. *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima. Vol. 1, nº 3 (1980), p. 3-90.
(Em colaboração com Carlos Alberto Brochado de Almeida, Teresa Soeiro e Pe. António José Baptista)

- Dois Capacetes e Três Copos, em Bronze, de Castelo de Neiva. *Gallaecia*. Santiago de Compostela: Edicios do Castro. Vol. 6 (1980), p. 245-255.

1981

- Gravuras Rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 3 (1981), p. 3-12.
(Em colaboração com Susana Oliveira Jorge, Vítor Oliveira Jorge, Maria de Jesus Sanches e Teresa Soeiro)

- Pinturas Esquemáticas de Penas Róias, Terra de Miranda do Douro. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 3 (1981), p. 43-48.
(Em colaboração com António Maria Mourinho)

- Nova Estátua de Guerreiro Galaico-Minhoto (Refojos de Basto). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 3 (1981), p. 111-116.

- A Grande Inscrição do Penedo de Remeseiros, Vilar de Perdizes, Montalegre (CIL, 2476). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 4 (1982), p. 142-145.
(Em colaboração com Xerardo Pereira Menaut)

- Território Paroquial de Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização. *Nova Renascença*. Porto: Associação Cultural «Nova Renascença». Vol. 1, nº 2 (1981), p. 202-212.

- Bibliografia: A Igreja de Santa Maria de Almacave. F. J. Cordeiro Laranjo. Edição do autor. Lamego, 1980. *Nova Renascença*, Vol. 2, nº 5 (1981), p. 103.

1981-1982

- Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel. *Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, vol. 2-3 (1981-1982), p. 131-139.
(Em colaboração com Francisco Gaspar de Almeida Lopes)

1982

- Nova e Importante Ara a Júpiter (Fiães, Valpaços). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 5 (1982), p. 69-70.

- Uma carta a propósito da estátua de guerreiro de Refojos de Basto: Respostas. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 5 (1982), p. 82-84.

- Duas Datações de C14 para o Castro de Santo Estevão da Facha. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 6 (1982), p. 79.
(Em colaboração com Teresa Soeiro, Carlos Alberto Brochado de Almeida e Pe. António José Baptista)

- Iconografia do Presépio Medieval. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 6 (1982), p. 137-151.

- Um Antigo Silo de Cossourado - Barcelos. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 6 (1982), p. 152-154.

- Santos Graça Antropólogo. *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. 21 (1982), p. 281-294.

- Descoberta de gravuras rupestres em Mazouco, Freixo de Espada à Cinta (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca: Universidad de Salamanca. Vol. 34/35 (1982), p. 65-70.
(Em colaboração com Susana Oliveira Jorge, Vítor Oliveira Jorge, Maria de Jesus Sanches e Teresa Soeiro)

1983

- Cultura Castreja. Evolução e Problemática. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 8 (1983), p. 70-74.

- O Castrejo sob o Domínio Romano: a sua Transformação. In *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. 1983, p. 187-198.

- O *Presépio na Arte Medieval*. Porto: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983. (Iconografia, 1)

- A *Anunciação na Arte Medieval em Portugal. Estudo iconográfico*. Porto: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983. (Iconografia, 2)

- O *Díptico Relicário de Arouca*. Porto: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983. (Iconografia, 3)

1984

- A Casa Castreja. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo: Instituto de Historia Antigua. Vol. 6 (1984), p. 35-42.

- Religiosidade Popular e Ermidas. In *Religiosidade Popular*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. 1984, p. 75-83.
(Studium Generale. Estudos Contemporâneos, nº 6)

1985

- Arquitectura e Arte Castrejas. A sua Lição para os Fenómenos de Assimilação e Resistência. In *Asimilación y Resistencia a la Romanización en el Norte de Hispania*. Vitória: Universidad del Pais Vasco, 1985, p. 79-101.

1986

- Arte Castreja. A sua Lição para os Fenómenos de Assimilação e Resistência à Romanidade. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Nº 13 (1986), p. 161-172.

- A Paróquia e o seu Território. *Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho. Vol. 1, 1986, p. 113-130.

- Arte da Alta Idade Média. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986. Vol. 2.

- O Românico. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986. Vol. 3.

1987

- *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987 (Novos Guias de Portugal. Vol. 5).

- Influências Francesas na Arte Românica Portuguesa. In *Histoire du Portugal, Histoire Européenne. Actes du Colloque* (1986). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 27-36. (Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986).

1988

- Importância do Regadio no Entre-Douro-e-Minho nos Séculos XII e XIII. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988. Vol. 2, p. 65-70.

1989

- Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII. In MOREIRA, Rafael -*História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Edições Alfa, 1989, p. 38-54.

1990

- *Barcelos*. Lisboa: Editorial Presença, 1990 (Cidades e Vilas de Portugal. Nº 9).
- A Igreja de Jesus de Setúbal. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2ª Série, vol. 7 (1990), p. 267-279.

1991

- Architecture. In *Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais (XII-XVe Siècle)*. Gant: Europália '91, 1991, p. 83-87 (tradução flamenga: Architectuur. *Hootgtij der Middeleeuwen*, Gant: Europália '91, 1991, p. 83-87; tradução portuguesa: Arquitectura. *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa Séculos* XII-XV. Porto: Instituto Português de Museus - Museu Nacional Soares dos Reis, 1992, p. 75-78; tradução espanhola: Arquitectura. *Portugal en el Medievo. De los Monasterios a la Monarquía*. Madrid, 1992, p. 73-76).

- Um Retábulo de João Antunes. In I *Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991, p. 635-640.

- Em Torno do Bom Jesus de Braga. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Víctor de Sá*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 69-81.

- A Roda da Fortuna/Roda da Vida do Túmulo de D. Pedro em Alcobaça. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2ª Série, Vol. 8 (1991), p. 255-264.

- A Igreja e o Mosteiro de Fiães. In VI *Centenário da tomada do castelo de Melgaço*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Melgaço, 1991, p. 77-86.

1992

- Urbanismo da Alta Idade Média em Portugal: Alguns Aspectos e os seus Muitos Problemas. In *Cidades e História*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 129-136.

(Ciclo de Conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987).

- Muralhas Românicas e Cercas Góticas de Algumas Cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua Lição para a Dinâmica Urbana de Então. *Cidades e História*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 137-141.

(Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987).

- Batalha. In *Enciclopedia dell'Arte Medievale*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana: Fondata da Giovanni Treccani. 1992. Vol. 3, p. 204-206.

- Castelos Medievais do Noroeste de Portugal. In *Finis Terrae - Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1992, p. 371-385.

- Necroloxias: Professor Santos Júnior (1901-1990). *Gallaecia*. Santiago de Compostela: Edicios do Castro. Vol. 13 (1992), p. 527-528.

1993

- Castelos Medievais do Norte de Portugal. In *Conclusións das Primeiras Xornadas Históricas e Arqueolóxicas de «Mariña Lucense», Foz: A Frouxeira e o Mariscal Pardo de Cela*. Foz: Diputación Provincial de Lugo, 1993, p. 50-101.

- Arqueoloxía Tardorromana e Germánica no NW Peninsular. In *Galicia: da Romanidade à Xermanización. Problemas Históricos e Culturais*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1993, p. 191-200.

(Actas do Encontro Científico en Homenaxe a Fermín Bouza Brey (1901-1973) - Santiago de Compostela, Outubro de 1992)

- Património - Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2ª Série, vol. 10 (1993), p. 407-416.

1994

- A Penha e a Senhora da Lapinha. Elementos para a Compreensão da Religiosidade Popular. In *Santuário de Nª. Sª. da Penha. Simpósio Mariológico. Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa: Irmandade de Nª. Sª. do Carmo da Penha, 1994, p. 95-105.

1995

- Caminhos Medievais no Norte de Portugal. In *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago. Itinerários Portugueses*. S/l, Xunta de Galicia: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995, p. 339-356.

1996-1997

- A Cultura Castreja - Ontem e Hoje. *Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, vol. 17-18 (1996-1997), p. 97-99.

1997

- *Património - O seu Entendimento e a sua Gestão*. Porto: Edições Etnos, 1997.

1998

- *Patrimonium - Inventário da Terra de Sousa (Concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira)*. CD-ROM. Porto: ADER-Sousa / Etnos, 1998.

(Em colaboração com Rui Manuel Sobral Centeno, Armando Coelho Ferreira da Silva e António Baptista Lopes).

1999

- *História da Arte em Portugal. I - Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1999. (no prelo). (Em colaboração com Mário Jorge Barroca).

[1] Por Mário Jorge Barroca.

[2] Estudo distinguido com o Prémio "Gomes Pereira" de Etnografia - cf. notícia in *Revista de Etnografia*. Porto: Junta Distrital do Porto. Vol. 5, nº 2 (1965), p. 494.

[3] Deste estudo foi publicado um resumo, seguido de comentário, no *Bulletin de la Societé de Mythologie Française* - cf. M. Fromage, Analyse et Citations tirées d'un Article de la «Revista de Etnografia» - Portugal. *Bulletin de la Société de Mythologie Française*. Paris: Société de Mythologie Française. Nº 66 (1967), p. 73-78.

[4] Este estudo mereceu recensão crítica de José Mattoso, Nota Bibliográfica: Universidade do Porto: *Revista da Faculdade de Letras*. Série de História. Vol. I, Porto, 1970. In 8º. 133 págs.; Vol. II, Porto, 1971. In 8º, 245 págs.. *Do Tempo e da História*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. 5 (1972), p. 244-245.

[5] Este estudo mereceu recensão crítica de Magín Berenguer, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa*. Porto, Univers., 1972, 56 pp., 17 fig., 5 h.t.. *Cahiers de Civilisation Médiévale*. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale: Université de Poitiers. Vol. 18, nº 1 (1975), p. 88; e de José Mattoso, Nota Bibliográfica: Universidade do Porto: *Revista da Faculdade de Letras*. Série de História. Vol. I, Porto, 1970. In 8º. 133 págs. Vol. II, Porto, 1971. In 8º, 245 págs.. *Do Tempo e da História*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. 5 (1972), p. 246-248.

[6] Também publicado em: *Asclepio*. Madrid. Vol. 26-27 (1974-5), p. 383-396.

[7] Estudo igualmente publicado em *Archaeologica Opuscula*. Porto: Livraria Fernando Machado. Vol. 1 (1975), p. 5-28.

[8] Estudo distinguido com o «Prémio Coronel Mário Cardozo» - vd. *Revista de Guimarães*, vol. LXXXIV, Guimarães, 1974.

A CRIAÇÃO DO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO, CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA NA SUA SEDE E RESPECTIVA FORMA URBANA

Carlos d'ABREU *

0. Povoamento medieval na região

Durante a "*Reconquista*" a linha do Douro é alcançada no reinado de Afonso III de Leão (866-909), passando esta zona, onde também se localiza Torre de Moncorvo, a constituir marca fronteiriça ("*stremadura*"). Com esta expansão se vai processando o repovoamento de que resulta em finais do Século X a presúria de vários castelos no Alto Douro, como Numão e Almendra. Com Fernando I o Magno (1037-1065) são concedidos vários forais nesta Região, entre eles Ansiães (1137) e Linhares (1139). Esses territórios, porque longínquos, eram entregues a "*tenentes*" que os administravam.

Neste território surge a "*Terra de Bragança*", cujo senhorio pertencerá doravante à linhagem dos Bragançoes que se inicia com D. Mendo Alão de Bragança (PMH-S..., 165).

Em 1128 assume o infante D. Afonso Henriques o governo do Condado Portucalense que a partir de 1140 passa a considerar como reino. Uma das suas preocupações é assegurar o apoio e confiança dos senhores de fronteira, recebendo os bragançoes várias atenções, procurando assim alargar o seu domínio até ao Alto Douro, Região a que concede vários forais, nomeadamente a Freixo de Espada à Cinta entre 1155 e 1157, Mós em 1162 e Urros em 1182 (PMH-LC..., 378, 390, 424).

Confrontam-se nesta época e lugares, vários tipos de poder regional, constituídos por uma lado, pelos senhores que há muito haviam caído na esfera de influência dos monarcas e por outro, pelos cavaleiros vilãos que dirigiam comunidades organizadas em torno de si próprias (GOMES 1993, 173), como forma de subsistência e alternativa ao vazio de poder criado durante a instabilidade das fronteiras da "*Reconquista*" e com quem o rei e os senhores procuram fazer alianças. Seria o capitão Mem (Mendo ou Menendo) Corvo que a lenda da fundação e etimologia de Torre de Moncorvo - sobejamente registada - refere como habitante de uma torre, um desses cavaleiros vilãos?

A Região setentrional alto-duriense é palco, nos reinados seguintes, de uma atenta política de expansão da autoridade régia que leva à criação de várias Vilas Novas - com o respectivo termo - entre elas Santa Cruz da Vilariça (1225) que poderá ter sido povoada por "*Poncius alfonsi tenens Blaganciam*" entre 1211 e 1217 (ALVES 1975/90, I, 296 - IV, 73); será a cabeça deste Concelho transferida para Torre de Moncorvo, através da outorga de carta de foral a esta localidade, volvidos sessenta anos.

1. Concessão da carta de foral

Uma das medidas empreendidas por D. Afonso III ao ascender ao trono, tem a ver com "*a defesa do património da coroa perante os abusos senhoriais, do clero e até dos vilãos*" (MAURÍCIO 1997, 81), ou seja, averiguar se as terras se encontravam na posse dos seus legítimos

titulares, o que aliás já havia feito seu avô D. Afonso II; efectua aquele monarca para o efeito, *"Inquirições"* por todo o País e que se fizeram *"sentir com assinalável acuidade nesta região extrema do território"* (MORENO 1990, 125); na Inquirição realizada no último dia de Novembro de 1258 no Julgado de Santa Cruz da Vilariça, várias testemunhas moradores de Torre de Moncorvo são interrogadas, afirmando *"Domnus Saluator de Turre de Menendo Coruo"* que *"in ipsa villa de Turre de Menendo Coruo stat una ecclesia et est sufragaya de ecclesia de Sancta Cruce et scit quod ipsa ecclesia de Turre de Menendo Coruo tenent hereditatem forariam de ipsa uilla quam sibi mandauerunt homines de ipsa uilla pro suis animis in tenpore Regis Domnj S[ancii] fratis istius et de suis antecessoribus et non facit inde forum sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancia de illis qui mandauerunt hereditatem predicte ecclesie"* (PMH-I..., 1275). É de grande importância este documento, pois através dele sabemos ainda que Torre de Moncorvo já existia ao tempo de D. Sancho II e de seus antecessores, enquanto lugar habitado e organizado, pois até possuía uma igreja, embora dependente da Paróquia e Julgado de Santa Cruz.

Encontrando-se D. Dinis em Lisboa, concede em 12 de Abril de 1285, *"cartam de foro vobis populatoribus de Turris Menendi Corvi"* (ADB 1285). Este importantíssimo documento para o Município de Torre de Moncorvo (e não só), foi por nós surpreendentemente descoberto há já alguns anos, numa pesquisa levada a efeito no Arquivo Distrital de Braga, continuando todavia inédito. Julgámos que a data de 12 de Abril deveria ser transformada em feriado municipal, pois foi nesse dia e mês que nasceu o Município. A descoberta deste documento, esclarece, de uma vez por todas, a verdadeira data da criação do Concelho de Torre de Moncorvo; sabia-se que Torre de Moncorvo obtivera foral durante a Dinastia Afonsina, apontando-se mesmo datas como 1062, 1128, 1140, 1265, 1295... (ALVES 1908/10, 3-4), porém, há já alguns anos a esta parte, se acertou que a outorga do foral, acontecera no reinado de D. Dinis, pois vários documentos indiciavam nesse sentido. Veja-se o caso do documento de 1295, onde se refere que as terças das igrejas de Vila Flor se aplicassem na construção da fortaleza de Torre de Moncorvo, por esta ser prioritária em razão da sua localização mais próxima da raia e que depois se fizesse o contrário (ALVES 1975/90, IV, 273) – parece-nos indubitável que o muro da cerca atesta a existência da vila!, ou aquele outro do reinado de D. Afonso V, longo processo de querela entre os Concelhos de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa a propósito da propriedade da barca de passagem do Douro, onde se descrevem os limites dados por D. Dinis no seu foral (AHMTM..., fól. 2), ou ainda o Foral Novo de Torre de Moncorvo, pois nele se afirma ter sido consultado *"ho foral da dita billa dado pel rey dom deniz"* (ALVES 1975/90, IV, 304), assim como em documento de 1517, onde explicitamente se lê que Fernão de Pina levara para a Corte o foral dionisino (ANTT 1517, 6-6v), ou mesmo a questão levantada quanto à data de atribuição da própria carta de feira (RAU 1982, 121). Continuava todavia a ignorar-se o ano exacto...

Ascende assim Torre de Moncorvo, com a concessão desta carta de foral, à categoria de cabeça de Concelho e de Julgado, situação que se insere na reforma administrativa levada a efeito por este monarca e que indicia uma certa intensificação do povoamento nesta Região e subsequente necessidade de organizar a sua distribuição.

Como é sabido, um foral ou carta de foral, é um conjunto de *"normas que disciplinam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com a entidade outorgante"* (COSTA 1992, 55); No foral de Torre de Moncorvo, dentre os vários preceitos presentes, destacámos os privilégios seguintes: isenção de *"fossado"* e de *"fossadeira"* por se situarem na fronteira; o foro especial da palavra do cavaleiro de Torre de Moncorvo em juízo e juramento, valer tanto como a do infanção doutras terras, bem como a dos peões de Torre de Moncorvo, nas mesmas circunstâncias, em relação aos cavaleiros vilãos doutras terras; a isenção de

vários tributos como o *"núncio"*, a *"manaria"*, as *"assas"* e a *"lutuosa"*; a liberdade para o mouro-cristão ou o servo que ali se acolhesse; a garantia de que a terra só poderia ter por senhor o rei (ou o seu filho).

Em verdade se diga que, tanto o foral de Torre de Moncorvo (1285), como de Vila Flor (1286) (MENESES 1986), transcrevem quase na íntegra o foral de Santa Cruz da Vilariça (1225) (ALVES 1975/90, IV, 427), tomando ainda a carta de foro de Alfândega da Fé (1294) como modelo a de Vila Flor - "*E mando que aiam usos e custumes come os de vila frol*" (ALVES 1975/90, IV, 324), podendo deste modo, talvez afirmar-se que, estes quatro forais constituem também um grupo, ou pelo menos uma *"sub-família"*, uma vez que o primeiro deles segue o foral de Salamanca no entender do Prof. Torquato de Sousa Soares.

Distinguem-se estes forais (os três primeiros), apenas no latim bárbaro do mais antigo, relativamente à linguagem mais fluida e cuidada dos restantes. Exemplo: "*Et si fuerit macipia in capillo aut cum touca et uenit rascando per illa cal, et dixerit folam fodeume...*" (1225) – "*Et si fuerit mancipia in cappillo aut cum touca et uenerit rascando se per carrariam et dixerit talis homo habuit me cum compania per forciam...*" (1285 e 1286). Através dum documento datado de 17.11.1295, em que nele D. Dinis resolve uma contenda havida entre os concelhos de Vila Flor e Torre de Moncorvo, somos informados que *"por razom da fortaleza que mandei fazer em essa vila da Torre de meencorvo, e porque eu mandey que metesedes as terças das igrejas de vila frol primeyramente, e depois que er metesedes as terças da Torre de meencorvo na fortaleza de vila frol (...) porque e mays fronteira a Torre de meencorvo, e logar que se deve mays aguardar"* (ALVES 1975/90, IV, 273).

2. Fortificação da vila

À data deste documento (1295) estava então Torre de Moncorvo a construir a sua cerca e castelo; ora, pela sua implantação se verifica ter sido escolhida uma elevação algo distante do povoado e templo românico que se situavam em zona baixa e pouco defensável.

A alusão directa mais antiga que se conhece relativamente a essas obras, encontra-se num contrato lavrado em 1337 *"aa porta do castelo"* pelo procurador do Concelho e dois mestres pedreiros, com vista à construção de *"huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo"* (ALVES 1975/90, IV, 275), obras que volvidos cinquenta anos ainda decorriam, como nos é testemunhado por documento de 1377, no qual os homens bons de Torre de Moncorvo alegando que o meirinho fazia *"grandes lavores en essa obra"* e que para isso *"non avyam renda tamanha"*, solicitam ajuda ao rei no que este acede concedendo-lhe as *"aduas"* de Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Urros e Maçores *"para a obra dessa villa aver mays toste acabamento"* (ALVES 1975/90, IV, 283).

Começa a partir de então a haver notícias de crescimento da vila para o exterior o que preocupa o monarca, levando-o em 1379 a atribuir alguns privilégios *"aos moradores de demtro da cerca"* e limitar a liberdade de acção *"aos do arravalde"* (ALVES 1975/90, IV, 285). Pensamos que este subúrbio se tenha iniciado a partir da porta Sul, ou seja, ao longo do caminho que levava ao povoado primitivo que continha a igreja, integrado na importante estrada que através do porto do Pocinho ligava a Beira a Trás-os-Montes.

A partir daqui os informes sucedem-se quanto à fraca conservação da fortaleza, despovoamento da cerca e preocupações daí resultantes, esclarecendo-nos por vezes algumas das razões que concorrem para tal estado como por exemplo o alcaide Fernão Vaz de Sampaio (1498) exigir as chaves da vila e encerrar muitas vezes sem necessidade as suas portas (ALVES 1975/90, IV, 301).

Exíguo era em meados do Século XV o recinto muralhado porque nessa época, estava já consolidada a posição dos moradores do arrabalde, pois nas Cortes de 1456 o procurador de Torre de Moncorvo, Lisuarte Marinho, formulara uma proposta para que o mercado se realizasse dentro da vila mas acontece que os do subúrbio "*mouidos de enueja sse queixarom*" ao rei alegando não terem participado na elaboração dos capítulos nem assinado procuração alguma e que "*o dicto Lissoarte Marinho nom tinha poder pera rrequerer o dicto capitolo*", o que levou à anulação da decisão que o rei já havia tomado. Porém os da vila se não deram por vencidos e lá convenceram, com o argumento do despovoamento, D. Afonso V em 21.05.1457 a estipular que o mercado se realizasse dentro da cerca (MORENO 1982, 320/321).

Seis anos passados e o assunto volta à liça, desta vez pela mão de um judeu, Juça Marcos, "*rendeiro principall do nosso almoxarifado da ujlla da Torre de Mencoruo*", que contesta o facto dos "*ofiçiaees da dicta villa hordenarom antre ssy demandarem que se fizesse a dicta feira e mercado dentro da çerqua da dicta villa e nom no arrabalde no que a elle era grande abatimento na dicta rrenda*", o que contrariava o contrato que havia firmado para cobrança das rendas, o qual estipulava que a feira e mercado se realizasse no arrabalde (MORENO 1982, 322).

Por razões deste litigioso processo se opunham os "*procuradores da dicta çerqua*" e o "*procurador do arrabalde da dicta villa da Torre de Mencoruo e de todo o seu termo segundo o mostrou per procuraçam pera ello sofiçiemte*", este, claro está, identificado com a posição do rendeiro. D. Afonso V na tentativa de serenar ódios sentencia que a "*feira se faça dentro na çerqua da dicta villa çinquo meses do ano*", de Maio a Setembro e nos restantes "*sete messes se faça a dicta feira na praça do arrabalde e logar acustumado*" (MORENO 1982, 324).

Neste documento se alude ao facto de que no "*arrabalde estauam feictas muy boas cassas e alpenderes e grande chafariz pera rrepairo dos dictos mercadores*", enquanto que intra-muros "*era logar apertado e rruas estreitas e que pellas quinturas e chuyuas se nom poderia fazer o dicto mercado e feira*" (MORENO 1982, 323).

Na decisão régia de dividir o ano para efeitos de realização de mercados e feiras pelos dois sítios, se bem que já favorecendo o subúrbio, consta que essa situação se manteria enquanto se não "*faça hua praça rrezoada dentro da dicta çerqua com alguus alpenderes nos quaes os dictos mercadores se possam acolher com suas mercadorias no tempo da neçesidade*" (MORENO 1982, 322/324). Obras que se não terão realizado uma vez que não disporia a vila intra-muros de nenhum local, suficientemente espaçoso, para tal fim.

3. Forma urbana

O aspecto físico da urbe moncorvense na Idade Média, não se afasta dos povoados coevos, pois a vila possuía as suas defesas, constituídas por muralha e muros de defesa, guarnecidos por um castelo, cubos e torres, o seu interior era preenchido por um sistema de ruas, onde se dispunham os edifícios que se agrupavam em quarteirões, em cujo interior existiam hortas, jardins e espaços livres, que compensavam a estreiteza das artérias (LAMAS 1993, 151).

Como já se referiu, foi esta vila fundada por D. Dinis, para ela transferindo em 1285, os foros e termo da vila de Santa Cruz da Vilariça, por aquela ser mais fronteira, devendo por isso a sua criação a razões de ordem político-militar.

Através da análise das Inquirições de D. Afonso III (1258), se viu existir já a essa época e nesse local uma pequena povoação com o nome de Torre de Moncorvo, provida de uma igreja dedicada ao apóstolo Sant'Iago Maior, igreja esta localizada a alguma distância a SSW da colina onde se edificou a vila nova.

As obras da fortaleza iniciaram-se por volta de 1295, ano em que os de Vila Flor são para elas obrigados a contribuir com as terças das suas igrejas e prolongar-se-ão ao longo de todo o Século XIV, pois em 1337 é lavrado um contrato "*na vila da torre aa porta do castelo*", entre o procurador do Concelho Lourenço Eanes e os mestres João Peres e Pero Peres, moradores na vila, por 22 libras de dinheiros pretos, para a construção de "*huum portado de pedra na barbacaã asu a porta do castelo*", comprometendo-se o Concelho a fornecer a pedra e a cal necessárias (ALVES 1975/90, IV, 275).

Em 1376 o Ouvidor de D. Fernando, Diogo Gil, ao deslocar-se a esta comarca para averiguar da situação relativa à construção do "*apartamento da alcaçere*" de Freixo de Espada à Cinta, para o qual os moradores de Torre de Moncorvo (vila e termo) estavam obrigados a pagarem anualmente 40 soldos os "*que ouvessem de seu quanthia de cem libras*" e metade desse valor "*ho que houvesse de seu conthia de cynquoenta libras*", por decisão do meirinho-mor da comarca e correição de Trás-os-Montes, João Rodrigues Porto Carreiro, decisão esta contestada pelos "*juizes concelho e homees boons da Torre de meen corvo*" junto do monarca, o referido Ouvidor "*byo que a dita vylla era grande e bem pobrada e de boas jentes e que esta em tall lugar que he muyto nosso serviço de sseer manteuda (...) lhes assynou e mandou que ffezessem en ella oyto cubos mays dos que tynham em logares certos que lhes para ello assynou*", investindo nessas obras a quantia que deveriam dar a Freixo de Espada à Cinta, isto é, "*nos oyto cubos (...) arredor da dita cerca para affortellegamento da dita vylla que per hy ssera mays fforte e melhor esguardada do que he, e que elles ffaram a dita ffortaleza de pedra e call ou de canto talhado*", ou seja, a técnica de construção a utilizar, tanto poderia ser com piçarra, como em cantaria (ALVES 1975/90, IV, 282).

Volvidos quase ano e meio (Junho de 1377), ainda decorriam os trabalhos nessas obras e o Concelho via-se a braços com as despesas, tendo mesmo dificuldade em as concluir, não fora o apelo à colaboração régia, que decide ajudar, determinando que as "*aduas*" de Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Urros e Maçores fossem para Torre de Moncorvo transferidas, pois Vila Flor pagava para Castro Vicente, Vila Nova de Foz Côa para Trancoso, e as duas aldeias para Freixo de Espada à Cinta (ALVES 1975/90, IV, 283)

Naturalmente que a existência de um povoado fortificado, numa região de fronteira, constituiria uma atracção para a fixação das pessoas, não só para os moradores que viviam espalhados e isolados mas também para os de outras paragens, uma vez que a urbe é estruturada por espaços públicos com funções importantes para o comércio e reunião social.

O recinto da vila medieval, de forma amendoada, estendendo-se ao longo da colina no sentido Norte/Sul, albergou nesta última extremidade um castelo, com seus muros em granito aparelhado, ao contrário da muralha, construída em xisto.

A planta interior da cerca, não sendo ortogonal, denota uma certa preocupação geométrica no seu traçado que é atravessado em todo o comprimento por um eixo principal - a Rua Direita - acompanhado por dois outros, aqui e além ligados por vielas entre si. Este eixo viário à esquerda da Rua Direita, encontra-se hoje integrado em quase toda a extensão entre a antiga porta de S. Bartolomeu e o seu término, no quintal da casa que foi do notário José de Abreu, a que nos inícios do Século presente chamavam Canelha das Barros, entaipada pelo argumento de servir de sentina pública, segundo nos informou aquele ancião (hoje falecido), há dezassete anos atrás.

A Rua Direita vai directamente da cortina Sul da alcáçova (muro do castelo), à extremidade Norte da cerca onde actualmente existe uma das quatro entradas; poderia aí haver desde sempre essa entrada como era norma mas os documentos conhecidos não a referem e a muralha é hoje inexistente nessa zona.

As três portas da vila comprovadamente existentes, eram a da Senhora dos Remédios no lado Nascente da muralha da cerca - a única que se conserva e sobre a qual foi edificada uma pequena capela em época anterior ao Século XVIII - guarnecida por dois possantes baluartes tronco-cónicos em alvenaria de xisto em tudo idênticos aos da porta única da vila de Santa Cruz e ao torreão do castelo de Castelo Melhor.

Existem no interior das aduelas do arco, desta antiga porta da Vila, mais de uma dúzia de siglas, ou marcas de canteiro, de morfologia diversa, que talvez possamos agrupar em cinco tipologias, predominando nitidamente o cruxiforme através de variantes. De referir que uma delas ("A" aproximado) se repete no muro Nascente do castelo, nas proximidades dos restos visíveis da antiga porta Sul da cerca que aí se localizou. A repetição de uma mesma sigla em zonas diferentes da muralha, em duas das três portas comprovadamente existentes da fortaleza, indicia terem sido ambas realizadas pelo mesmo mestre ou artífice especializado, isto é, a sua construção se ter realizado paralelamente, ou logo uma a seguir à outra, o que sem ser absolutamente certo, uma vez que o sinal identificativo se transmitia ao aprendiz na fase terminal da aprendizagem e que normalmente possuía laços familiares com o mestre (CHARRÉU 1995, 120), é pelo menos provável. Podendo apontar-se como cronologia de construção dessas portas, o final do primeiro quartel do Século XIV, ou mesmo o início do terceiro.

A porta Sul, erguida junto à cortina Nascente do castelo onde ainda se visionam vestígios do seu arco e sobre o qual passaria o caminho de ronda, a única que da vila dava acesso directo ao terreiro fronteiro ao castelo, a partir da Rua Direita contornando a muralha da alcáçova no ângulo onde se encontrava um torreão circular a guarnecer a porta de acesso directo entre a vila e o castelo, ou a partir da Rua Nova que nesse ângulo se iniciava e se estendia paralela à muralha Nascente da cerca pelo interior. A partir desse torreão do castelo existente no interior da cerca e até à porta Sul (curta distância) tomava essa artéria o nome de Rua dos Açougues, um deles municipal e onde em 24.01.1979 se começou a construir o edifício dos Serviços Técnicos da Autarquia – que vêm servindo desde então de *"paços do concelho"* porque votados os antigos ao abandono - em cujas fundações se detectou a presença da muralha da cerca e a base de um baluarte interior (AHMTM 1980; DGEMN 1979); terá sido esta a porta construída pelos mestres pedreiros João Peres e Pero Peres que para o efeito assinaram um contrato com o procurador do Concelho, em 1337 (ALVES 1975/90, IV, 275).

A porta de S. Bartolomeu, situada na muralha Poente e da qual não restam vestígios visíveis, no local onde hoje se localizam as Escadinhas do Arco, também designadas Escadas do Baldoeiro; a propósito do hagiotopónimo (S. Bartolomeu) e por surgir na documentação setecentista referenciada uma capela dessa invocação, depois de muitas e variadas indagações quanto à sua localização, concluímos ter sido capela particular, ou melhor, uma sala adaptada a essas funções, na casa senhorial de Leopoldo Henriques, edifício do Século XVIII, hoje arruinado, localizado na Rua das Barreiras (actual Tomás Ribeiro) sensivelmente em frente à porta da cerca.

A partir dos inícios do último quartel do Século XIV, começa a haver notícias da expansão da Vila para fora do perímetro muralhado, na zona Sul, entre o castelo e o primitivo núcleo populacional próximo da Igreja; por esta altura se refere já explicitamente a existência de um arrabalde.

Esta situação começa a preocupar de tal maneira os homens da governança, pois receiam que a Vila se despovoe que, recorrem ao monarca, no sentido deste, através de algumas medidas, tentar evitar o êxodo para fora dos muros. A régia figura de D. Fernando,

por documento datado de 1379, *"querendo fazer graça e merce aos moradores de demtro da cerca da torre de meem corvo porque entendemos que he nosso serviço desa cerca seer milhor poborada"*, desde logo isenta esses moradores dos ofícios do Concelho, como acompanhar ou guardar presos, não serem nomeados para tutores nem curadores, etc., para além de que os cargos municipais seriam da sua exclusividade, teriam prioridade na escolha dos jornaleiros que a partir daí se teriam de apresentar na praça intra-muros, ficando ainda protegidos contra a aposentadoria dos poderosos, pois a estes proibia-se-lhes que *"nem lhes filhem roupa nem lhes tomem galinhas salvo quando nos ou os ifantes ahi formos ou por nosso especiall mandado"*, bem como obriga a que todas as transacções comerciais se passassem a realizar *"na praça de demtro da dita cerca"* (ALVES 1975/90, IV, 285).

Presume-se que o crescimento populacional só por si não pode explicar a expansão urbana levando à criação de um arrabalde, a prova está nos incentivos criados para os que morassem no interior, e se isso acontece é porque a cerca possuía espaço que comportava mais moradores, mas sendo este um período em que as funções militares da muralha começam a perder algum significado, é verosímil que esse fenómeno de saída para o exterior, pudesse ser apressado em virtude de uma maior tributação fiscal a que os da vila estavam sujeitos, como transparece da leitura daquele documento de D. Fernando que nos informa que os de Torre de Moncorvo se lhe queixaram por o meirinho-mor haver decidido que os moradores da vila pagassem em dinheiro para a construção de *"hum apartamento da alcaçere que nos mandamos ffazer em ffreyxo despada cynta polla qual razom dizem que se lhe seguem grandes perdas e dapno em pagarem na dita adua porque dizem que pello aazo da dita adua a dita vylla da Torre sse pode despobrar"* (ALVES 1975/90, IV, 281).

A vila medieval, com um perímetro amuralhado de mais ou menos 600 metros (dimensões máximas de 250 x 120 metros), encontrava-se dividida em bairros, à semelhança do que acontecia noutros burgos da mesma época, albergando num deles, uma comunidade judaica, com zona própria como era norma da segregação religiosa, chamado de judiaria, com suposta localização num dos quarteirões formados pela Rua Direita (actual da Misericórdia) e Rua Nova a que a Rua do Poço dá continuidade, com frente para uma destas últimas, pois numa carta de 1502, D. Manuel faz mercê a João Esteves, seu reposteiro, de umas casas que haviam pertencido a Luís da Horta, na Rua Direita, confrontando de um lado com Maria Vaz a Crespa e do outro com Pedro Gonçalves e pelas traseiras *"sobre a judiaria"* (ALVES 1908/10, 26).

Sendo o abastecimento de água de capital importância para uma povoação e escrupulosamente prevista nas fortificações medievais, também a Vila possuía a sua cisterna, localizada curiosamente nas proximidades da Judiaria, e cuja existência está ainda hoje patente na toponímia urbana (Largo do Poço). Em 1376, um enviado régio, notou com satisfação a existência de *"hum poçom que esta dentro na cerca da dita vylla"* (ALVES 1975/90, IV, 282). Afloraria a geologia quartzítica, com alguma evidência, na zona onde se localizava o poço, pois foi ele conhecido durante séculos por *"poço do seixo"*, registando também a memória popular, aí a existência de um forno de cozer pão, o *"forno do seixo"*. Foi esse poço entulhado cerca de meados deste Século, por ser a sua água considerada imprópria.

Para a referida expansão urbana e crescimento do arrabalde, muito contribuiu a importância de Torre de Moncorvo como centro viário de ligação entre a Beira e Trás-os-Montes, desde cedo polo comercial a que as feiras deram projecção. Com efeito, D. Dinis em 1285, logo após a criação da vila nova, atribui carta de feira a Torre de Moncorvo, feira que se realizava uma vez por ano (?), prolongando em 1319 a sua duração para um mês,

desde quinze dias antes da Páscoa até quinze dias depois, com a respectiva *"paz de feira"* (RAU 1982, 121); também D. João I lhe concede em 1395 uma feira franca anual que durava desde 1 a 15 de Março, privilegiando, havia já dez anos, os seus moradores com a isenção do pagamento de portagens, *"costumagens"* e *"usagens"* em todo o País (MORENO 1982a, 40).

Recordem-se aqui as questiúnculas levantadas em 1457 e 1463 pelos oficiais da vila e os vizinhos do arrabalde a propósito do local de realização do mercado, polémica serenada pelo rei a quem foi colocada pelos procuradores de ambas as povoações, decidindo que se continuasse realizando no exterior da cerca durante sete meses (Outubro a Abril) e nos restantes cinco dentro da Vila, até que aí fossem construídas uma praça e estruturas adequadas a esse fim, altura em que seria completamente transferida para o interior (MORENO 1982, 324). Naturalmente que esta solução apaziguou ambas as povoações, mas estamos em crer que o monarca estava determinado a contribuir para o desenvolvimento do comércio e tinha conhecimento que a Vila não possuía já as condições exigidas pelos que aí comerciavam, deixando todavia a possibilidade à governança de as vir a criar; logicamente que os espaços amplos do arrabalde atraíam e facilitavam essa actividade, acabando por se impor como o espaço mais adequado.

BIBLIOGRAFIA

ADB 1285 — Arquivo Distrital de Braga, Carta de Foral atribuída por D. Dinis a Torre de Moncorvo, Gaveta das Notícias Várias, nº. 15, 1258.05.12.

AHMTM... — Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, códice pergamináceo com sentença relativa a uma demanda havida entre os Concelhos de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa a propósito da barca do Douro, cx. pergaminhos, reinado de D. Afonso V.

AHMTM 1980 — AHMTM, Ofício nº. 30719, do Instituto Português do Património Cultural, dirigido à C.M.T.M., criticando a destruição da muralha quando da demolição do antigo edifício do açougue municipal, para construção do edifício dos Serviços Técnicos, 29.07.1980.

ALVES 1908/10 — ALVES, Francisco Manuel, "Moncorvo: Subsidios para a sua historia...", sep. *Illustração Transmontana*, Porto, 1908-1910, pp. 1-49 (houve necessidade em repaginar este trabalho em virtude de algumas gralhas de impressão nesse sentido).

ALVES 1975/90 — ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico - Históricas do Distrito de Bragança*, 11 vol., Bragança, reedições "fac-similadas" do Museu do Abade de Baçal, 1975 a 1990.

ANTT 1517 — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Auto da Diligência de Torre de Moncorvo*, Gav. 20, Maço 11, doc.43, 1517.

CHARRÉU 1995 – CHARRÉU, Leonardo, "As Siglas dos Canteiros Medievais: contributo metodológico e bibliográfico para o seu estudo", in: *Al-madan*, II série, nº. 4, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1995, pp. 119-127.

COSTA 1992 — COSTA, Mário Júlio de Almeida, "Forais", in: *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 55-57.

DGEMN 1979 — Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/Centro de Documentação e Informação, Relatório dum arquitecto ao seu superior (director dos Serviços Regionais dos Monumentos do Norte) a propósito dos trabalhos que a Câmara

Municipal de Torre de Moncorvo realizava dentro da zona de protecção e nos quais destruiu parte da muralha e baluarte interior, Procº. 040916/004, 29.03.1979.

GOMES 1993 — GOMES, Paulo Dórdio, "O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho", in: *Arqueologia Medieval*, nº. 2, Porto, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, 1993, pp. 171-190.

LAMAS 1993 – LAMAS, José Manuel Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, FCG/JNICT, 1993.

MAURÍCIO 1997 – MAURÍCIO, Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

MENESES 1986 — MENESES, Miguel Pinto de, *Foral de Vila Flor*, Vila Flor, Câmara Municipal, 1986.

MORENO 1982 — MORENO, Humberto Baquero, "O Mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)", in: *Estudos de História de Portugal*, vol. I - sécs. X-XV, homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, col. imprensa universitária nº. 23, 1982, pp. 311-325.

MORENO 1982a — MORENO, Humberto Baquero, "A Vila da Torre de Moncorvo no reinado de D. João I", in: *Estudos Medievais*, nº. 2, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, M.E., 1982, pp. 33-43.

MORENO 1990 – MORENO, Humberto Baquero, "Mirandela e o seu Foral na Idade Média Portuguesa", sep. *Revista de Ciências Históricas*, vol. V, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 1990, pp. 123-133.

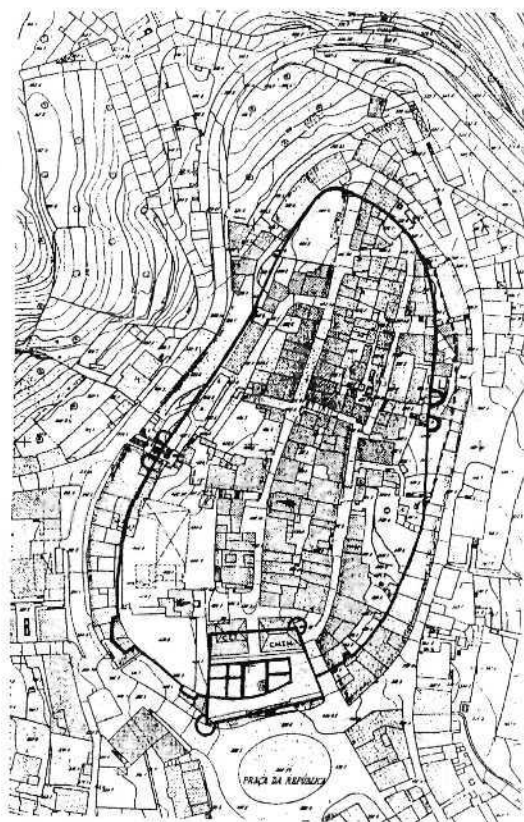
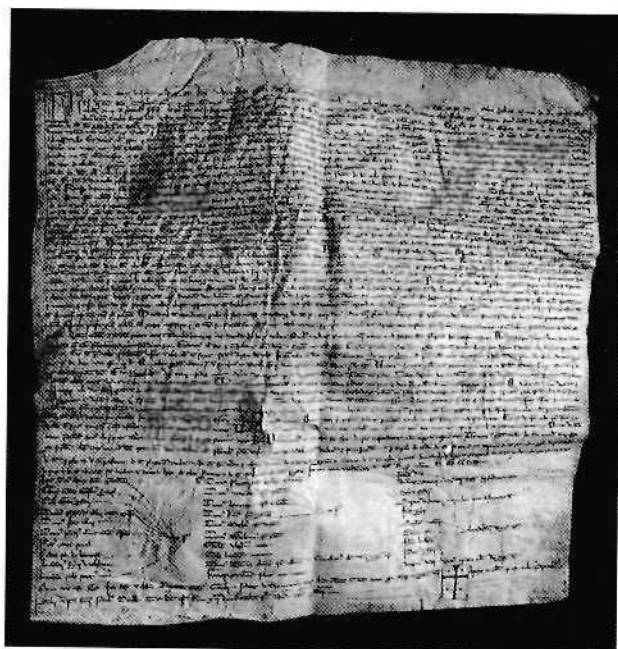
PMH-I... — *Portugaliae Monumenta Historica - Inquiritiones*, vol. I, pars II, fasc. VIII, Lisboa, Tipografia Nacional, 1961.

PMH-LC... — PMH - *Leges et Consuetudines*, "foral de Freixo de Espada à Cinta" - 1155-1157, pp. 378-381; "foral de Mós" - 1162, pp. 390-391; "foral de Urros" - 1182, pp. 424-426; "foral de Vilarinho" - 1218, pp. 582-583; "foral de Santa Cruz" - 1225, pp. 601-604.

PMH-S... — PMH - *Scriptores*, "Livro Velho de Linhagens", 1, fasc. II, 165.

RAU 1982 — RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas (subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

* Técnico Superior do Ministério da Educação (DREC).

PRAÇA DA REPÚBLICA

CARLOS A. FERREIRA DE ALMEIDA EM SANTA EULÁLIA DE RIO COVO, CONCELHO DE BARCELOS

Carlos A. Brochado de ALMEIDA *

Na década de 60 Carlos A. Ferreira de Almeida dava os primeiros passos como investigador e como estudante da licenciatura em História, que concluiria em 1968 com a classificação final de 17 valores. Nessa altura apresentou, como dissertação de licenciatura um estudo, nunca formalmente publicado, as *Vias Medievais*, I. *Entre-Douro-e-Minho* (Barroca, 1996,15). É portanto ainda como estudante que ele se apresenta ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia com uma comunicação subordinada ao tema O *Documento nº 13 dos Diplomata et Chartae. Duas Considerações* que viria a ser incluída nas actas do referido Colóquio, que foram editadas pelo Centro de Estudos Humanísticos em 1966 (Almeida, 1966, 635-642).

Um olhar atento à sua anterior produção bibliográfica, que se havia iniciado em 1959 com o tema *Um Aspecto do Culto dos Rios na Lusitânia* (Almeida, 1959, 873-887), reflecte a imagem de um investigador crítico e inovador, norteado para certas temáticas das Ciências Humanas, à data prioritariamente relacionadas com a Arqueologia e a Etnografia popular e religiosa. Estava, todavia, ainda longe do ciclo que posteriormente o haveria de tornar na pedra angular da arqueologia e da arte medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É com a publicação daquele estudo que se pode considerar que o investigador sempre *"aberto a inovações sérias, bem informado sobre as mais recentes correntes historiográficas"*(Marques, 1996,11), sem cortar o cordão umbilical com os temas da sua predilecção, se preparava para invadir outras áreas, juntando à investigação que tradicionalmente se fazia em Portugal sobre a Idade Média, aspectos tão relevantes quão ignorados, como eram a toponímia, a arte e a arqueologia.

É dentro desta linha de orientação que se deu a ligação de Carlos A. Ferreira de Almeida à freguesia de Santa Eulália de Rio Covo no concelho de Barcelos (fig. 1). O seu interesse por esta pequena aldeia, anichada no contraforte nascente da extensão norte do bem conhecido e documentado Monte da Saia, data precisamente do final da década de 60, quando intuiu que muito dificilmente o documento XIII dos Diplomata et Chartae se poderia harmonizar, geograficamente, com as localidades de *"Águas Santas e Silva Escura da Maia"* (Almeida, 1966, 636). A revisão do texto, então publicado e sobretudo o estudo pormenorizado do diploma que, na sua opinião, ficara por fazer na altura (Almeida, 1966, 637, nota 6), rapidamente o obrigou a rever uma posição anteriormente alicerçada em pressupostos avançados por um medievalista de nomeada, o Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa o qual, no dizer de Carlos A. Ferreira de Almeida, era um *"conhecedor profundo da antiga documentação bracarense"* (Almeida, 1966, 636).

As dúvidas suscitadas levaram então o autor a fazer um minucioso confronto entre as indicações toponímicas contidas no diploma e aquelas que eventualmente ainda perduravam na localidade, modificadas umas, remetidas outras para os escaninhos da micro-toponímia. A necessidade de esclarecer pontos duvidosos e de encontrar suporte arqueológico para alicerçar *"as razões mais convincentes para localizarmos nesta freguesia de Santa Eulália as terras a que se refere esse pacto de 906"* (Almeida, 1970,101), isto é, a composição entre Nausto, bispo de Coimbra e Sisnando, bispo de Iria, levou-o a percorrer demoradamente

a freguesia. Aí observou atentamente a realidade arquitectónica da igreja paroquial e com olhos de quem há muito sabia quão importante era a arqueologia de campo, cirandou em torno da capela de Nossa Senhora de Águas Santas e recolheu todo o vestígio que lhe permitisse alicerçar a sua nova teoria. Conseguiu-o, como o demonstram as informações explanadas num artigo publicado em 1970: *"não há dúvida que no actual sítio da igreja houve um edifício romano, ligado às águas que eram santas"* (Almeida, 1970,101) e posteriormente num outro que escreveu sobre certos aspectos da Alta Idade Média no Noroeste de Portugal (Almeida, 1972, 121, nota 21), notas que de um certo modo viria a repetir numa recensão crítica que então fizera à obra de Casimiro Torres sobre a Galiza Suévica (Almeida, 1980, 312-314). No intermeio surgiram, é certo, vozes discordantes quanto ao novo rumo interpretativo que se dava ao citado diploma, chegando mesmo o assunto a ser objecto de alguma querela no decorrer das suas provas públicas de doutoramento. Contra-argumentando ao Prof. Doutor José Mattoso, defendia a justeza da sua posição e declarava publicamente que a discussão estava longe de estar encerrada, porque iria, logo que possível, reforçar a sua interpretação escrevendo um novo artigo. Infelizmente, porque a morte o levou, não chegou a concretizar, o que sabíamos ser uma velha aspiração sua, tendo-nos solicitado inclusivé, a consulta de uma lista de topónimos que havíamos recolhido em Santa Eulália e freguesias confinantes.

O interesse de Carlos Alberto Ferreira de Almeida por Santa Eulália de Rio Côvo pode ser visto à luz de duas grandes perspectivas: a arqueologia e o românico português.

A arqueologia, sendo um dos seus grandes amores, levou-o a pesquisar demoradamente o aro circundante à igreja paroquial, porque ela, de acordo com o documento, se localizava num sítio chamado Águas Santas: *"ubi dicent aquas santas"* (Dipl. et Ch., XIII).

Do real conhecimento do sítio adquiriu ele várias certezas. A primeira é que na encosta da capela de Nossa Senhora das Águas Santas, aquela que está voltada à igreja paroquial, brotava uma nascente de água, ao que parece de elevado teor sulfuroso. A segunda é que ali teria havido um santuário ligado ao culto das águas, pelo simples facto de associar *"águas santas"* ao diversificado tipo de restos arqueológicos espalhados pela encosta onde está a capela e pelas propriedades confinantes com a igreja: tegulae, tijolos, cerâmica romana, tubos de barro e encanações (Almeida, 1970, 101). A terceira, não menos importante, além de precisar os factos anteriormente assinalados e de lhes atribuir uma cronologia, era reforçada com a descoberta do pilar central de um altar paleocristão em mármore, provido do *loculus* para as relíquias e para o qual encontrava paralelos no Norte de África (Almeida, 1980, 312-314).

Passadas quase duas décadas sobre estas últimas revelações, pode-se dizer que a intuição de Carlos A. Ferreira de Almeida se revelou positiva e em parte justificada pela recente intervenção arqueológica realizada junto à igreja paroquial. Efectuada em pleno adro, no espaço que medeia entre a parede meridional da igreja e a residência paroquial, viria a revelar uma sucessão de enterramentos de caixas feitas com pedras avulsas e uma cronologia que acompanha a construção da igreja românica no séc. XIII e a sucessão de remodelações, a última das quais ocorrida em 1752.

Entre o numeroso espólio recolhido, conta sobretudo a cerâmica, num vasto leque cronológico que oscila entre as produções de época moderna e as mais antigas, que são precisamente de técnica e fabrico castrejo. De permeio há um assinalável conjunto de cerâmicas de origem romana, sobretudo as cinzentas finas, as denominadas bracarenses, um lote de terra sigillata hispânica de boa época, isto é, da parte inicial do seu fabrico e

alguns fragmentos de uma produção do período visigótico. São elas as características cerâmicas de faces vassouradas que encaixam perfeitamente na cronologia dos pratos de terra sigillata clara D, formas 97 e 104 de Hayes, assinaladas e descritas por Carlos A. Ferreira de Almeida (Almeida, 1980, 312).

Conjugando então os dados por ele revelados com os agora conseguidos na intervenção arqueológica, fica claro que a diacronia ocupacional do sítio se iniciou na recta final da Cultura Castreja e se estendeu até à actualidade. Clarificado ficou também o momento da construção da igreja dedicada à Virgem e Mártir Santa Eulália. A sondagem realizada junto à parede meridional da capela-mor, revelou a presença de enterramentos que podem ser atribuídos à 2ª metade do séc. XIII e precisou que a igreja daquela altura se fez à custa de uma construção anterior, a ajuizar pelas pedras reaproveitadas que foram usadas como tampas de algumas das sepulturas, sem esquecer aquelas que foram reutilizadas na igreja. O mais provável é que estas e outras pedras pertençam a uma construção, que pode recuar até ao período visigótico. Esta pode ser um edifício civil ou, neste caso específico, uma igreja pré-românica.

O documento XIII menciona claramente uma *"eclesia et villa vocabulo santa eulalia"* no começo do século X, isto é, uma igreja com o seu espaço agrário organizado e dividido em casais que agricultavam as várzeas e possuíam linhares, pomares, vinhas e moínhos. Que a freguesia estava longe de ter sido ermada, provam-no os vinte e cinco moradores referidos no diploma, bem como os restos arquitectónicos - o pé do altar em mármore (Almeida, *1980, 316), um silhar almofadado (fig. 2), mós manuais, restos de colunas e um capitel* toscano, peças guardadas na Casa do Passal, a antiga residência paroquial adjacente à igreja - que cobrem, certamente, uma vasta diacronia, mas que são a prova cabal que ali havia uma comunidade religiosa, que cedo se estruturou, a pontos de ter erguido um primeiro templo, o mesmo que terá perdurado até à construção da igreja românica.

Se com o advento do cristianismo nasceu na região uma comunidade sob os auspícios da virgem e mártir de Mérida, é também verdade que o sítio já estava ocupado, e arroteado o espaço que envolve a igreja e a capela dedicada a Nossa Senhora das Águas Santas. É aliás para o topo da colina, onde foi construída a capela e na actualidade o cemitério paroquial , que devemos remeter a primeira ocupação do sítio. Ali existiu, muito provavelmente, um pequeno povoado castrejo posteriormente desmantelado pelas sucessivas ocupações porque a colina passou. Terão sido os romanos, os iniciadores do termalismo, que terão incrementado a ocupação do sítio e mesmo construído os tanques ou piscinas que sabemos terem estado na encosta que está de permeio entre a capela e a igreja românica. A sua destruição ocorreu já em tempo relativamente recente, pois há quem ainda se lembre de ter visto o que restava deles no terreno que hoje está ocupado *por um edifício de cariz social, adjacente ao cemitério paroquial e de terem aparecido* canalizações na vinha, que ocupa a vertente que medeia entre a capela e a igreja paroquial. Foi aliás para a base da colina, onde no século XIII se construiu a igreja, que escorreram terras e muitos dos materiais arqueológicos que a recente intervenção arqueológica pôs a descoberto.

Que o balneário termal existiu e teve mesmo uma certa aceitação no decurso da Romanização, *"pelo menos no século IV depois de Cristo"* (Almeida, 1970, 101), parece não subsistir dúvidas. Atestam-no os achados relacionados com a condução e armazenamento da água, os silhares de boa esquadria e faces almofadadas, os restos das colunas e capiteis e uma boa dose de cerâmicas, alguma dela importada de latitudes mais meridionais, como é o caso das sigillatas hispânicas e das produções norte-africanas do tipo Clara D. Que a

importância continuou para lá do mundo romano, atesta-o a cristianização das virtudes terapêuticas das suas águas - *Águas Santas* - a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora e a fama de uma romaria, actualmente revitalizada, mas que em meados do séc. XVIII estava em desuso, consoante se depreende do texto das Memórias Paroquiais: "*tem duas capelas huma da Senhora da Conceiçam que he de pessoa particular onde algumas vezes se lhe diz missa, e a da Senhora de Agoas Santas antiga, della se conta que antigamente fora matriz em cujo tempo vinham a ella varios rumeiros o que hoje nam sucede*" (Capela e Borralheiro, 1998, 185-186). A estes factores haverá que juntar ainda um outro apontado por Carlos A. Ferreira de Almeida: a sua relativa semelhança com Santa Eulália de Bóveda (Lugo), povoação onde havia um culto aquático pagão, que foi cristianizado e que, tal como o Rio Covo, escolheu Santa Eulália como padroeira de uma comunidade cristã (Garcia Rodriguez, 1966, 284-288) que havia crescido em redor da fonte termal. Muitos séculos mais tarde, a acção curativa e milagrosa de tais águas, estava ainda bem expressa nas Memórias Paroquiais, pois "*varias pessoas que dizem sam milagrozas para a infermidade de maleitas*" (Capela e Borralheiro, 1998, 186).

Foi, sem dúvida, a leitura atenta do documento XIII que conduziu o autor até Santa Eulália e consequentemente à descoberta dos vestígios arqueológicos que ele, mui acertadamente, relacionou com o balneário de origem romana. Mas as pistas fornecidas pelo diploma não se ficam por aí. As palavras *Karraria*, *Karraria antiqua* e *strata de vereda* haveriam de o conduzir à formulação de uma hipótese que futuramente viria a obter completa comprovação. A palavra *Karraria*, por si só, significava caminho largo, apto para o trânsito de carros, mas quando seguido do adjectivo *antiqua*, então a sua cronologia seria bem mais vetusta que a época em que o documento fora exarado (Almeida, 1970, 102, nota 24).

A ideia que pelo vale do Rio Côvo transitava uma estrada romana, viria a ter futuramente plena aceitação, tanto mais que os vestígios arqueológicos e toponímicos de época romana e alto-medieval não faltam ao longo do seu percurso (B. Almeida, 1996, I). Provam-no, para além da citada passagem, topónimos como *Carreira* e *Breia*, posicionados ao longo de um percurso, que vindo dos lados de Vila Nova de Famalicão, aproveitava o vale do Rio Côvo e se dirigia para norte, atravessando o rio Cávado entre Santa Eugénia de Rio Côvo e Manhente. Aqui seguia a caminho do vale do Rio Lima por dois traçados distintos: um flectia para poente e fazia a ligação à estrada que atravessava o Rio Cávado a jusante da cidade de Barcelos e chegava ao rio Neiva pela ponte das Tábuas; o outro, num traçado mais rectilíneo, seguia por Galegos e Alvito (S. Pedro) até ao Rio Neiva, onde o transpunha por altura da ponte de Anhel (B. Almeida, 1998, 119-129).

Se a viação romana e medieval foi um dos seus temas preferidos, a castelologia recebeu em determinada fase da sua vida de investigador, um tratamento de excelência. Prova-o, à saciedade, a sua tese complementar de doutoramento, "*Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*", um estudo que nunca passou da fase de policopiado, mas que foi a pedra de toque para que outros se realizassem num campo até aí notoriamente falho de investigação credível e avalizada (Almeida, 1989, 38-54; 1992; Barroca, 1990-91, 89-136).

Absorvermo-nos neste estudo, é tomar consciência que no Entre-Douro-e-Minho de então havia talvez mais de duas centenas de sítios que podem ser apodados de castelos e que numa densa, mas muito mais estratégica malha, se erguiam em pontos nevrálgicos que tinham a ver com a transposição de portelas, a passagem de rios e a progressão ao longo de corredores naturais de penetração. Folhear aquela obra é tomar contacto mais ou menos directo com um pequeno castelo que a documentação medieval (LF doc. 837) refere como estando localizado na "*villa de varzena que est subtus monte* Naaor" e que para

Carlos Alberto Ferreira de Almeida " *se poderá localizar no actual* Monte Maio, *a ocidente daquela terra*" (Almeida, 1978, 40, nº 131), isto é, a ocidente da freguesia de S. Bento da Várzea. Em presença de tais dados, torna-se claro, que na altura o autor não havia conseguido precisar a real situação geográfica de tal castelo. Isto só o viria a concretizar, anos mais tarde, quando o conduzimos até um dos esporões do Monte Vaia, que fica de sobremodo sobranceiro às freguesias de Midões e de Santa Eulália de Rio Covo. Ali, debruçado sobre o vale, vigiando a velha estrada romana, estão as ruínas do castelo que o documento do Liber Fidei menciona. À sombra de algumas volumosas massas graníticas estavam os escombros de um castelo, talvez local de refúgio em dias de incerteza, dormiam as ruínas de um sistema defensivo ao qual não faltava um fosso e no seu interior, entre a pedra derrubada, resquícios de uma ocupação que a cerâmica aí espalhada atribui, sem grande margem para dúvidas, ao início da nacionalidade portuguesa.

Como inicialmente escrevemos, o interesse de Carlos A. Ferreira de Almeida por Santa Eulália de Rio Covo não se resumia somente aos vestígios arqueológicos e à interpretação de um texto, que se havia revelado de capital importância para o estudo de uma paróquia no começo do séc. X. O investigador atento que ele foi, teria forçosamente de reparar na capela-mor da igreja paroquial, uma construção românica posteriormente remodelada e acrescida, a última das quais em 1752. Conseguira todavia resistir, satisfatoriamente ao terramoto de 1755. Disso se faz eco o texto das Memórias Paroquiais que é da responsabilidade do reitor de então, de seu nome, Domingos Ferreira Barboza: " *nam padeceo ruina no terramoto de 1755 somente a igreja parochial algum abalo nas paredes e se descompos huma cruz na fronteiral onde se pôs já outra nova*" (Capela e Borralheiro, 1998, 186).

Conhecidas são pelo menos duas referências do autor acerca desta igreja. A primeira faz parte do extenso rol de igrejas do Entre-Douro-e-Minho onde se testemunham edifícios ou restos de arquitectura românica. Faz parte da sua tese de doutoramento, que também nunca foi publicada, mas que haveria de servir de base ao extenso estudo sobre o Românico em Portugal, obra inserida no volume terceiro da História da Arte em Portugal, editada pelas Publicações Alfa.

Se naquele estudo se refere somente Santa Eulália de Rio Covo como uma das muitas localidades da bacia do Rio Cávado, onde se documentam vestígios da arquitectura românica (Almeida, 1986, 3, 71), no volume II da sua tese de doutoramento, ele foi bem mais explícito e muito mais preciso, já que escreveu a seguinte passagem: "*na antiga matriz desta freguesia conservam-se, na parte da capela-mor modilhões esculpidos, românicos muito tardios. Vêem-se ainda o topo de uma fresta e um fragmento de friso de arquivolta, decorado com elementos vegetais, muito estilizados, que apontam num mesmo sentido. Por isto, e pelas siglas alfabéticas que muitas pedras mostram, seria uma construção românica de cabeceira quadrangular, da segunda metade do séc.* XIII"(Almeida, 1978, II, 263).

Como ele bem o notou, só a capela-mor da igreja paroquial se pode considerar de traça românica, o que não invalida que tenha sido mexida e sofrido algumas intromissões, como bem o patenteiam as janelas que são de uma fase bem mais tardia, séc. XVIII (fig. 3) e rasgadas para iluminar um altar-mor em talha dourada, ao bom estilo da primeira metade do séc. XVIII.

Construída na segunda metade do séc. XIII esta igreja viria a sofrer uma grande remodelação na segunda metade do séc. XVII, de acordo com a inscrição - ANNO 1678 DMNI - que se encontra gravada numa das pedras do arco cruzeiro. Tal como ainda hoje se apresenta, o corpo central da igreja ficou então mais espaçoso e bastante mais elevado que a primitiva construção românica, que foi totalmente desmantelada, à excepção da

capela-mor. Uma boa parte da pedra foi todavia reaproveitada, como o atestam as siglas e os fragmentos de friso da arquivolta decorados com elementos vegetais que foram inseridos na face exterior norte do corpo central da igreja.

A última grande acção remodelativa ocorreu no séc. XVIII. Começou com a construção da residência paroquial, em 1728, aquela que hoje é a Casa do Passal, a mesma onde se guardam algumas das pedras com interesse arqueológico e arquitectónico. Continuou com a construção da sacristia, caso tenhamos em atenção a data de 1748 que se conserva na carranca de um lava-mãos decorado com um Neptuno. Desta mesma altura ou algo mais tardiamente, possivelmente em 1752, deu-se a substituição da porta do lado norte, com um arco de volta inteira, por uma outra de forma rectangular. Nesta altura, três anos antes do terramoto, foi igualmente alterada a fachada principal da igreja, uma típica fachada barroca, cujo elemento mais significativo é a sua porta rectangular onde sobressaem os motivos rocaille, bem singelos, que decoram as respectivas ombreiras. Desta fase é ainda a torre sineira e a capela de Nossa Senhora das Dores, que foi acoplada, pelo lado meridional, ao corpo central da igreja.

A azáfama regeneradora, que se fez sentir ao longo do séc. XVIII, não se ficou, somente pela intromissão de elementos da gramática rocaille. Ela está bem patente no interior, ao nível da talha dos altares e no cômputo das imagens sacras que povoam o seu interior. Neste capítulo merece uma chamada de atenção a talha do altar-mor, que combina perfeitamente com o azulejo policromado, a azul e amarelo, do século anterior e as imagens de Santa Eulália e de Santa Ana, ambas bem acompanhadas por um anjo tocheiro. Todas elas são razoáveis peças escultóricas, em madeira policromada e estofada. No corpo central o destaque vai necessariamente para a capela da Nossa Senhora das Dores, também ela com um altar em talha de meados do séc. XVIII. Do mesmo período são as imagens que aí se encontram: Nossa Senhora das Dores, o Senhor dos Passos e o Senhor Flagelado.

Nas restantes imagens merece uma especial referência, até porque são peças do século XVII, um Santo António e uma Nossa Senhora do Rosário. A primeira, em madeira pintada, reproduz o santo com o seu tradicional habito castanho e os símbolos que melhor o caracterizam: o Menino Jesus e a cruz. A segunda, também ela em madeira pintada e estofada, é uma bela peça de escultura sacra, saída das mãos de um artista que nela colocou, não só a sua mestria, mas também e sobretudo a sua sensibilidade.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Dissertação de Doutoramento, ed. policopiada, vol. I, FLUP, Porto, 1996.

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Barcelos nos Alvores da Nacionalidade*, "Barcelos Terra Condal. Comemorações", Barcelos, 1998, p. 199-129.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Um Aspecto do Culto dos Rios na Lusitânia*, Douro Litoral, Vol. VIII, vol. 9, Porto, 1959, p. 873-887.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *O Documento 13 dos "Diplomata et Chartae"*, "Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia", Lucerna, vol. V, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1966, p. 635-642.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Vias Medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Licenciatura, ed. policopiada, FLUP, Porto, 1968.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Ainda o Documento* XIII *dos "Diplomata et Chartae"*, Revista da Faculdade de Letras - Série História", Iª Série, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, p. 97-107.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*", Revista da Faculdade de Letras - Série História", Iª Série, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972, p. 113-136.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Doutoramento, 2 vols., Porto, ed. policopiada, FLUP, Porto, 1978.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação Complementar de Doutoramento, FLUP, Porto, ed. policopiada, 1978.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, A *Propósito de "Galicia Sueva" de Casimiro Torres*, "Gallaecia", Vol. 5, Santiago de Compostela, 1979, p. 305-316.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, O *Românico*, Vol. III da História da Arte em Portugal, Lisboa, Ed. Alfa, 1986.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelos e Cercas medievais. Séculos* X *a* XIII, "História das Fortificações Portuguesas no Mundo", Dir. de Rafael Moreira, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, p. 38-54.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelos Medievais do Noroeste de Portugal*, "Finis Terrae - Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil", Santiago de Compostela, 1992.

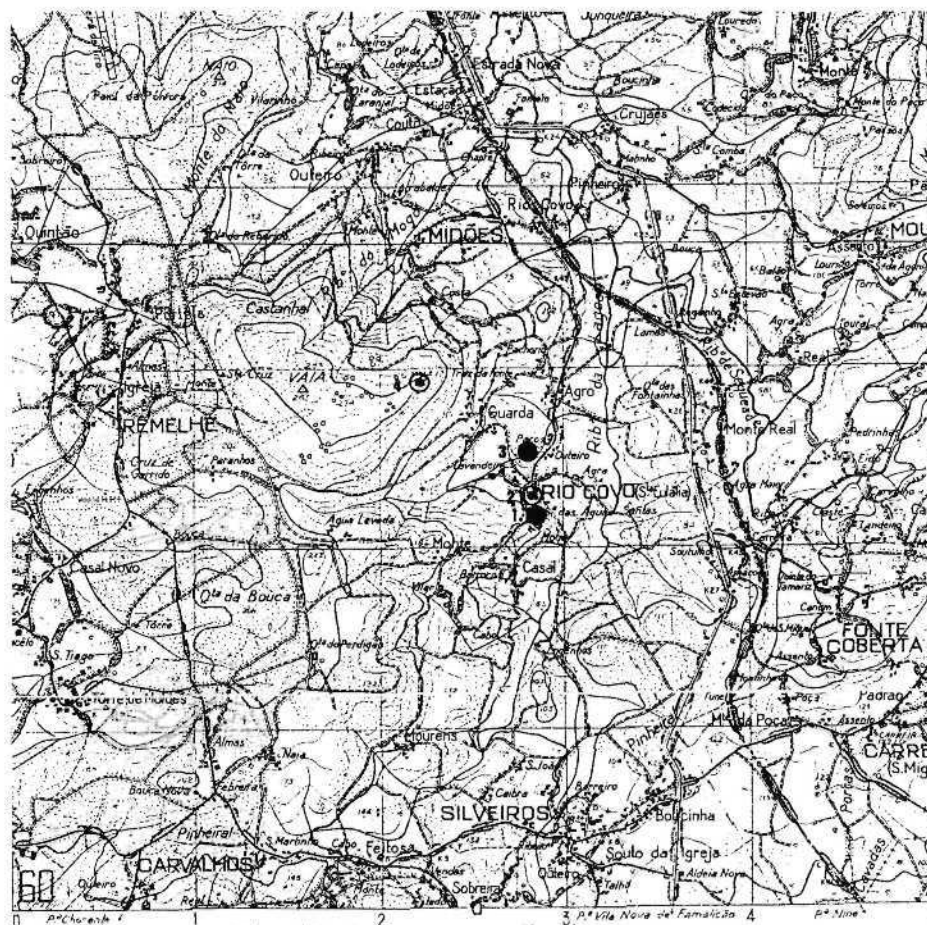
- *Barcelos nas Memórias Paroquiais de* 1758, Estudo introdutório, leitura e fixação de texto de José Viriato Capela e Rogério Borralheiro, Barcelos, 1998.

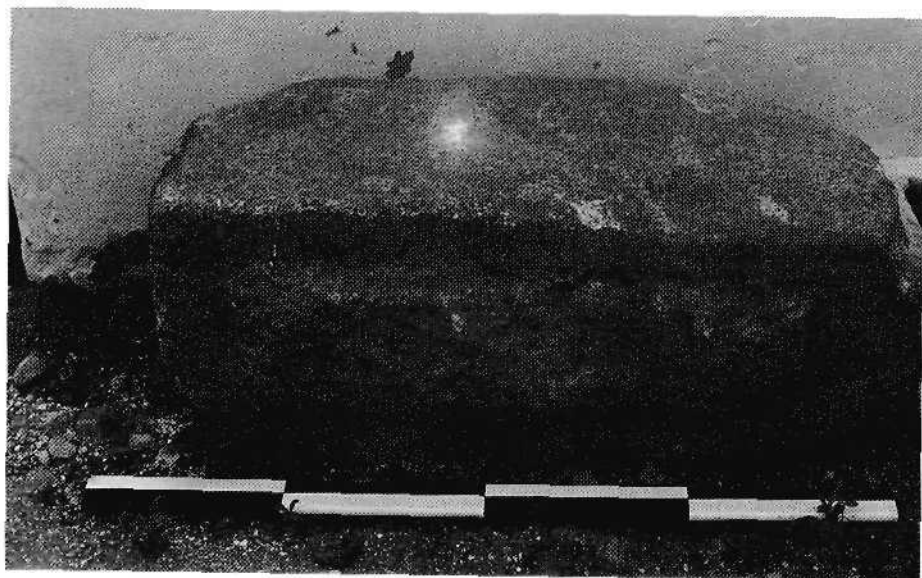
- BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*, "Portugália", Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, p. 89-136.

- BARROCA, Mário Jorge, *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, II. *Notas Biográficas*, "Revista da Faculdade de Letras. História", II Série, vol. XIII, Porto, 1996, p. 13 -21.

- GARCIA RODRIGUEZ, Carmen, *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966.

- MARQUES, JOSÉ, *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, "Revista da Faculdade de Letras. "História", II Série, vol. XIII, Porto, 1996, p. 9-12.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1 Nª SRª DAS ÁGUAS SANTAS - VESTÍGIOS CASTREJOS E ROMANOS
2 GREJA ROMÂNICA DE STª EULÁLIA
3 PAÇOS - VESTÍGIOS ROMANOS
4 VAIA - CASTELO MEDIEVAL

C. M. P. Nº 69 - ESC. 1:25000

ÂNFORAS DA VILLA ROMANA DA QUINTA DAS LONGAS (S. VICENTE E VENTOSA, ELVAS): APRESENTAÇÃO SUMÁRIA

Maria José ALMEIDA *
e António CARVALHO **

1. Breve apresentação da *uilla* romana da Quinta das Longas

Os trabalhos arqueológicos sistemáticos no sítio da Quinta das Longas iniciaram-se, em 1990, com uma campanha de prospecção sistemática levada a cabo na área de maior concentração de materiais arqueológicos que permitiu uma primeira hipótese interpretativa da planta e áreas funcionais da *uilla* (Carvalho 1994). De acordo com os dados da prospecção foi programada a escavação arqueológica sistemática que se iniciou no ano seguinte. Neste momento realizaram-se já oito campanhas de escavação arqueológica que decorreram entre 1991 e 1998, prevendo-se para um futuro próximo a conclusão dos trabalhos de escavação face aos objectivos estabelecidos para o estudo deste sítio arqueológico.

Os trabalhos arqueológicos na *uilla* da Quinta das Longas incidem sobre a *pars urbana*, podendo neste momento apresentar-se já uma primeira leitura das diferentes fases de ocupação do sítio e respectiva caracterização. (Anexo II).

A data de fundação da *uilla* deverá situar-se em época Claudiana, entre Cláudio e Nero, podendo, eventualmente, recuar ao reinado de Tibério. Esta cronologia é estabelecida de acordo com os materiais arqueológicos mais antigos recolhidos no sítio, concretamente *terra sigillata* sud-gálica e cerâmica de paredes finas. Desta primeira fase de ocupação - designada como *Villa* I - subsistem alguns vestígios estruturais sem aparente continuidade com a construção da *uilla* baixo-imperial (Anexo II). Estes muros apresentam diferenças relativamente à *Villa* II a nível de técnica de construção (menos cuidada que o aparelho construtivo posterior) e de implantação e orientação, o que leva a considerar que existe uma descontinuidade de ocupação entre estes dois momentos.

2. Contextos estratigráficos de proveniência das ânforas

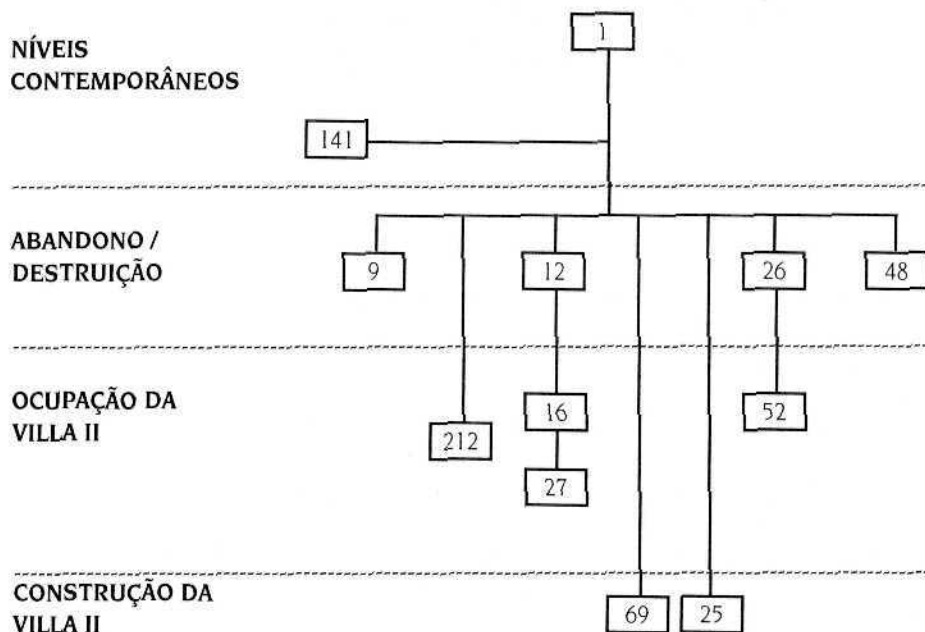



Fig. 1 - Relação das unidades estratigráficas onde foram recolhidos fragmentos de ânfora.

Não existem quaisquer dados a partir dos quais se possa inferior a existência ou não um hiato de ocupação entre a *Villa* I e a *Villa* II, pelo que genericamente se considera que a primeira *uilla* tem uma ocupação que vai do séc. I ao séc. III d.C.

A ocupação melhor caracterizada do sítio arqueológico da Quinta das Longas é a *uilla* baixo-imperial, da qual se conserva um conjunto de estruturas que permitem a reconstituição do modelo arquitectónico utilizado. Os materiais arqueológicos recolhidos *in situ* no interior dos compartimentos e em unidades estratigráficas correspondentes à construção do edifício (concretamente sob o nível de pavimento das ábsides Norte e Oeste da divisão 1) situam claramente a ocupação da *Villa* II em termos cronológicos dos finais do séc. III aos inícios do séc. V.

A *Villa* II é uma *uilla* de peristilo, organizando-se os compartimentos identificados em função deste. Ainda não é possível neste momento saber como se estrutura a ala norte do peristilo, nomeadamente na sua relação com o espelho de água (7) e com a ribeira de Chaves que parece constituir o limite *natural* do conjunto edificado. Identificam-se duas fases de construção/ocupação da *Villa* II a partir de vestígios de remodelação de alguns compartimentos, com portas ou passagens que se fecham ou paredes construídas para redimensionar espaços pré-existentes. As remodelações terão sido levadas a cabo com o sítio em continuidade de ocupação, sem que seja possível datar especificamente essas evidências arqueológicas.

A maioria dos fragmentos de ânfora do conjunto em análise provém da camada humosa superficial [1] que cobre o sítio arqueológico após o seu abandono/destruição. Os materiais arqueológicos presentes nesta unidade estratigráfica resultam do

revolvimento dos diferentes estratos de abandono, ocupação e construção das *Villae* I e II nas suas diferentes fases em sequência dos trabalhos agrícolas levados a cabo no local, não lhes podendo ser atribuída nenhuma leitura estratigráfica significativa. Existe também um fragmento de ânfora proveniente do enchimento da vala de construção do muro do séc. XIX |141| que terá cortado a *pars urbana* a Este.

Da fase de abandono/destruição do sítio arqueológico, temos ânforas de unidades estratigráficas correspondentes ao derrube dos telhados do edifício |9|, |12| e |26|, nomeadamente da divisão 1. Na unidade |48| correspondente ao entulhamento do espelho de água (7) foi recolhido também um fragmento de ânfora que se apresenta em catálogo (nº 6).

Estas unidades estratigráficas relativas ao abandono da *uilla* ou assentavam sobre pavimentos (como é o caso de |9| sobre o *opus signinum* da sala 1, ou |48| sobre o negativo das placas de mármores do espelho de água) ou selavam níveis de ocupação da *uilla* baixo-imperial. É o caso de uma lixeira |52| identificada nas traseiras da sala 1, encaixada entre esta e o espelho de água. Neste local foi recolhido abundante espólio cerâmico e restos de fauna que permitem uma caracterização dos hábitos alimentares dos habitantes deste sítio arqueológico na sua última fase de ocupação. Os fragmentos de bojo de ânfora aqui recolhidos não permitem a reconstituição de formas, mas as características da pasta e a presença de grafitos são muito semelhantes ao exemplar nº 5 do catálogo em particular e, em geral, ao que se conhece das produções dos fornos do Sado no Baixo-Império, nomeadamente no Pinheiro (Mayet e Silva 1998). A unidade estratigráfica |27| corresponde também a um nível de ocupação identificado nas traseiras da ábside Sul da divisão 1, sendo |212| reconhecido na recente campanha de escavações de 1998 já no que consideramos ser o limite Norte do conjunto edificado da *pars urbana* da *uilla*, área cuja leitura/interpretação ainda está naturalmente por fazer.

No interior das ábsides Oeste e Norte da sala 1 foram escavadas duas unidades estratigráficas que corresponde à fase de construção da *uilla* II, respectivamente |69| e |25|. O conjunto de materiais arqueológicos recolhidos nestes contextos são fundamentais no estabelecimento da cronologia de construção da *uilla* baixo-imperial, e entre eles contam-se inúmeros fragmentos de ânfora embora apenas um (nº 6 do catálogo) permita identificação da forma e consequente classificação.

3. Pressupostos metodológicos

O conjunto considerado representa o resultado de oito campanhas de trabalhos arqueológicos na *uilla* romana da Quinta das Longas (prospecções sistemáticas e escavação) que decorreram entre 1990 e 1998. Os exemplares ilustrados correspondem apenas a uma amostra seleccionada por critérios tipológicos[1]. A tabela de classificação utilizada é a proposta por D.P.S. Peacock e D.F. Williams (1986), embora se apresente também a terminologia tradicional usada para as ânforas presentes na Lusitânia, conforme parece ser o hábito generalizado dos investigadores que se dedicam a este assunto.

4. Estudo tipológico

4.1. Ânforas Béticas

4.1.1.Classe 25 (Dressel 20) - (Anexo 1, nº 1)

Foi recolhido nos trabalhos de prospecção sistemática que antecederam a escavação um fragmento de bordo e asa de uma ânfora que se enquadra nesta classe. Trata-se uma ânfora olearia da Bética que tem uma ampla difusão sobretudo nas províncias ocidentais do Império desde o período de Tibério até ao séc. III d.C., podendo prolongar-se até ao séc. IV (Peacock e Williams 1986: 136-140).

O exemplar da Quinta das Longas apresenta uma variante do bordo de secção triangular com a face externa virada para o exterior, com o colo curto e asas de secção circular, que corresponderá a um fabrico dos meados do século II (Mayet e Schmitt 1997: 74). Apresentando vestígios de ter sido utilizada como material de construção, podemos supor que fará parte dos materiais reaproveitados da *Villa* I que foram integrados na construção da *uilla* baixo-imperial. Embora as condições de recolha deste fragmento não permitam a sua contextualização segura, a utilização de fragmentos de recipientes cerâmicos nos muros da *Villa* II é uma situação que se verificou recorrente com a escavação do sítio e à qual poderá corresponder este exemplar.

4.1.2. Classe 19 (Beltrán IIb) - (Anexo 1, nº 2)

As ânforas da Classe 19 são contentores destinados ao transporte de preparados piscícolas da Bética com uma difusão em termos cronológicos que vai desde o séc. I d.C. (mais concretamente da época tibero-claudiana) até meados do séc. II (Beltrán 1970: 420-448). São ânforas de grande dimensão com o bordo exvertido quase em forma de trompete, com as asas arrancando directamente sob o bordo ou mesmo a partir dele, como é o caso do exemplar da Quinta das Longas. Esta peça apresenta a pasta típica dos fabricos de Cadiz (Peacock e Williams 1986: 121), que facilmente se distingue pela sua cor ocre e textura homogénea ligeiramente arenosa.

Este fragmento de bordo provém da unidade estratigráfica [1], não sendo por isso possível saber concretamente a que momento de ocupação do sítio pertence. No entanto, e dado o âmbito cronológico conhecido para a difusão deste tipo de contentor, supõe-se que corresponde à ocupação da *Villa* I.

4.2. Ânforas Lusitanas

4.2.1. Classe 20/21 (Dressel 14) - (Anexo 1, nºs 3 e 4)

A classe 20/21 reúne os exemplares típicos da primeira fase de produção das ânforas destinadas ao transporte de preparados de peixe da Lusitânia. Este tipo de ânfora foi também produzida na Bética, o que levou a que alguns investigadores considerassem (dada a anterioridade genérica da produção de ânforas béticas) que o tipo lusitano sucedia e imitava o protótipo criado nessa província (Parker 1977: 35-46; Peacock e Williams 1986: 126-129). No estado actual das investigações, particularmente com a escavação de fornos que produziram este tipo anfórico no vale do Sado, sabe-se que os contentores desta

classe são uma criação lusitana, sendo as propostas de distinção entre a classe 20 (= Dressel 14 bética / Beltrán IVa) e a classe 21 (= Dressel 14 lusitana / Beltrán IVb) pouco operativas[2] tanto mais que a produção destes contentores na Bética é ainda mal conhecida.

Assim, reúnem-se nesta classe os fragmentos de bordo pertencentes a contentores produzidos na Lusitânia para o envase de preparados piscícolas, desde os meados do séc. I d.C. até aos inícios do séc. III. São ânforas de maior dimensão do que aquelas que as sucedem no Baixo-Império, com o colo largo adequado ao tipo de espécies piscícolas utilizadas, entre as quais se contaria o atum (Étienne 1990: 15-19). Foram produzidas nos vales do Tejo e do Sado, conhecendo-se também uma produção algarvia em S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcellos 1898) e Quinta do Lago (Arruda e Fabião 1990).

Seguindo a proposta enunciada por F. Mayet e C. Tavares da Silva para os fornos do Pinheiro, esta classe divide-se em três variantes de acordo com a morfologia do bordo: nos meados do séc. I, uma primeira variante (A) apresenta o bordo em fita, em clara afinidade com modelos béticos - nomeadamente da classe 15 (Haltern 70) - à qual sucede a variante com o bordo de secção triangular (B); as ânforas de bordo de secção arredondada (C) representam o último estágio de evolução tipológica nesta primeira fase de produção. Esta última variante não só é a mais comum nos fornos estudados como terá sido aquela que conhece maior difusão durante quase todo o séc.II (Mayet e Silva 1998: 62-64).

O exemplar número 3 da Quinta das Longas pertence à variante C, estando ausentes as variantes mais antigas, cuja produção se conhece principalmente associada aos fornos da área urbana de Setúbal (Silva 1996:43-54). Além dos fornos do Pinheiro, encontramos exemplares semelhantes aos da Quinta das Longas em outros centros produtores do vale do Sado (Barrosinha[3], Bugio[4], Enchurrasqueira[5], Abul[6] e Quinta da Alegria[7]) e do Tejo (Garrocheira[8] e Porto dos Cacos[9]).

O exemplar nº 4 pertence a uma fase mais tardia, caracterizada nos fornos do Pinheiro como um período de transição entre a primeira e a segunda fase de produção (Mayet e Silva 1998: 113 - 123). O tipo de contentor desta fase - final do séc. II e inícios do séc. III - representa a transição entre as ânforas de maior dimensão da classe 20/21 e as das classe 23, com um progressivo estreitamento do colo e diminuição do diâmetro interno de abertura. É o caso deste fragmento de bordo, com uma dimensão da abertura e colo mais próxima dos contentores baixo-imperiais identificados na Quinta das Longas, e que teria menores dimensões que os outros exemplares identificados na mesma classe.

A difusão desta variante tardia terá tido pouca expressão fora da Lusitânia, tendo sido identificada pela primeira vez num centro de consumo rural (Mayet e Schmitt 1997: 78). O exemplar da Quinta das Longas em termos de morfologia do bordo é semelhante aos identificados em S.Cucufate[10], e nos fornos da Enchurrasqueira[11], Abul[12] e Pinheiro[13].

O fragmento de bordo nº 4 apresenta um tipo de pasta bastante diferente dos outros três fragmentos pertencentes a esta classe, acinzentada na secção e com sinais de recozedura. Enquanto, por exemplo, o contentor com o nº 3 se mostra em termos de análise macroscópica semelhantes às pastas do vale do Sado, o fragmento de bordo nº 4 parece aproximar-se da descrição de alguns dos exemplares desta classe identificados na Quinta do Lago, embora a morfologia do bordo seja diversa (Arruda e Fabião 1990: 202). Note-se que, embora se conheça a produção deste tipo de ânfora no vale do Sado, tem-se associado esta variante tardia de menores dimensões a produções algarvias, nomeadamente do forno de S. Bartolomeu do Mar em Castro Marim (Vasconcellos 1898; Fabião 1996b: 377). Naturalmente que a determinação da proveniência do exemplar da Quinta das Longas não pode ser efectuada senão com base empírica, já que só análises

petrográficas e/ou químicas poderiam eventualmente estabelecer o seu grupo de origem.

Todos os exemplares desta classe foram recolhidos em unidades estratigráficas relativas às perturbações contemporâneas a que o sítio esteve sujeito. Por exemplo os nos 3 e 4 pertencem à camada humosa de superfície [1], continuamente revolvida por trabalhos agrícolas. Não existe assim a possibilidade de datar estratigraficamente estes fragmentos de ânfora, embora pela sua datação tipológica se possa admitir que correspondem à primeira ocupação do sítio (*Villa* I).

4.2.2. Classe 23 (Almagro 51c) (Anexo 1, nºs 5 a 9)

A maioria das ânforas identificadas na *uilla* romana da Quinta das Longas pertence à classe 23 (Almagro 51c). Trata-se de uma ânfora de produção lusitana destinada ao transporte de preparados de peixe que foi produzida entre o século III e o séc. V, tanto nos vales do Sado e Tejo como na costa algarvia. É uma ânfora de menores dimensões do que as suas congéneres do Alto-Império, caracterizada pela sua morfologia piriforme. As alterações na morfologia e dimensões do contentor corresponderão não só a diferenças nos conteúdos (que terão passado a utilizar espécies piscícolas de menores dimensões como as sardinhas e cavalas) como também a uma alteração nas dinâmicas dos centros produtores de preparados de peixe da Lusitânia (Étienne, Makarun e Mayet 1994).

Segundo Mayet e Silva, tal como acontece com as ânforas da classe 20/21, neste momento é possível distinguir três variantes dentro da classe 23 com um significado cronológico preciso. Assim, o primeiro momento de produção deste tipo de ânfora baixo--imperial corresponde à transição entre o séc. II e o séc. III e acompanha a produção da variante tardia da classe 20/21. Trata-se de uma ânfora de pequenas dimensões de colo curto rematado por um bordo formando uma aba horizontal a partir da qual arrancam as asas que se apoiam sobre os ombros de um corpo piriforme com fundo plano (Mayet e Silva 1998: 120-123).

Segundo outros autores, designadamente Fabião[14], e tendo por base os resultados de escavações em Conímbriga, Alcácer do Sal e Ilha do Pessegueiro, a datação do primeiro momento de produção deve recuar para a transição do séc. I para o II.

Embora a escavação na *uilla* romana da Quinta das Longas ainda esteja em curso; a intervenção tenha incidido na *pars urbana*; e o conjunto anfórico recolhido seja reduzido, regista-se, para já, a ausência de exemplares da variante A da Classe 23, o que poderá constituir um indicador para a existência na região da produção do conteúdo que lhe tem sido atribuída, ou seja o vinho.

A este primeiro momento de produção sucede-se nos meados do séc. III e até ao séc. IV a variante B que poderá ser considerada a ânfora lusitana *típica* no Baixo--Império. É um contentor piriforme com o diâmetro máximo na sua metade superior, de asas curtas que desenham um arco de círculo ao apoiar-se sobre os ombros da peça; o bordo pode apresentar algumas variações em termos de morfologia, sendo sempre inclinado para o exterior, e o fundo é cilíndrico e oco, com ônfalo central na face externa (Idem: 143-148).

Durante o séc. IV e até ao séc. V, as ânforas desta classe diminuem a sua capacidade, apresentando um corpo fusiforme mais alongado e estreito com o fundo troncocónico pouco diferenciado. As asas são curtas e arrancam da parte inferior do bordo sendo por vezes quase verticais (Ibidem: 202-203).

A nível dos pequenos fragmentos nem sempre é possível distinguir com exactidão as diferentes variantes, nomeadamente quando se conhecem apenas fragmentos de bordo. Relativamente aos fragmentos de fundo, o exemplar nº 8 é um fundo cilíndrico, oco, com ônfalo central externo característico da variante B, enquanto nº 9 pertence à variante C. Tendo em conta a morfologia dos bordos, e sobretudo o arranque das asas, classificam-se os exemplares nº 5 e 6 como pertencentes à variante B e o nº 7 à variante C.

Um factor digno de nota é a presença de grafitos. Tratam-se de marcas realizadas antes da cozedura com a pasta ainda fresca, provavelmente durante o processo de secagem. Podem tratar-se de marcas de controlo de produção ou ter uma intenção meramente decorativa. Parece ser o caso da linha ondulada da ânfora nº 5, muito semelhante a motivos decorativos identificados no centro produtor do Pinheiro (Mayet e Silva 1998: 147).

Para os exemplares desta classe podem ser encontrados paralelos morfológicos em praticamente todos os centros produtores de ânforas do vale do Sado e Tejo, bem como do Algarve, tornando-se fastidiosa uma enumeração de paralelos caso a caso.

A maioria das ânforas da classe 23 (Almagro 51c) encontradas na Quinta das Longas foram recolhidas na camada humosa de superfície [1]. No entanto, alguns exemplares encontram-se em unidades estratigráficas bem definidas da *uilla* baixo--imperial. Assim, recolhemos no interior da ábside oeste da sala 1, num nível [69] correspondente à construção da *Villa* II, um exemplar (nº 6) da variante B datada dos meados do sécs. III-IV. Encontramos igualmente contentores desta variante nos níveis de ocupação desta fase da *uilla* [27], [52] e [212]. Significativamente, os exemplares recolhidos nas unidades estratigráficas correspondentes ao abandono/destruição do sítio - [12] e [48], respectivamente derrube da cobertura da sala 1 e entulhamento do espelho de água - pertencem à variante tardia (C), característica dos séculos IV-V.

5. O significado das ânforas da Quinta das Longas

No conjunto de fragmentos de ânfora recolhidos na sequência de prospecções e de oito anos de trabalhos arqueológicos levados a cabo na *uilla* romana da Quinta das Longas, foi possível identificar 24 exemplares distribuídos da seguinte forma de acordo com a sua classificação:

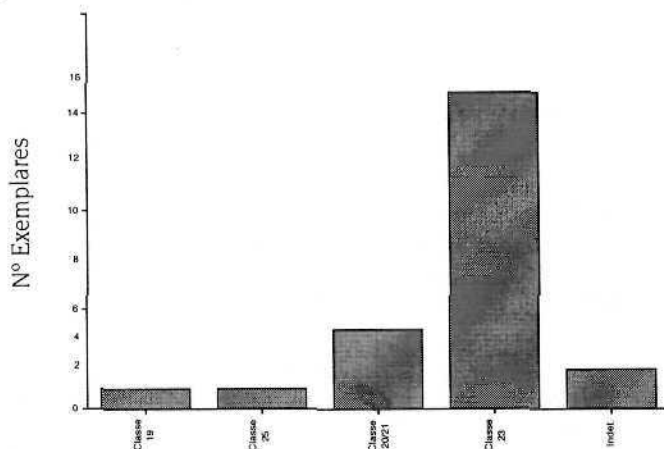



Fig. 2 - Classificação das ânforas identificadas.

O conjunto não é muito numeroso, sobretudo se considerada a área escavada (cerca de 1.200 m^2) e o facto de resultar da recolha sistemática de todos os fragmentos identificados no decurso dos trabalhos. Comparando o número de exemplares recolhidos durante a campanha de prospecção com o conjunto proveniente de recolhas de superfície na *uillla* romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton *et alii* 1993-94: 184), a proporção é de 2 para 167. Naturalmente que há que ter em conta o tipo de perturbações pós-deposicionais a que os sítios estiveram sujeitos, e no caso de Vilares de Alfundão houve trabalhos de lavra funda com recurso a meios mecânicos a que a área onde incide a escavação na Quinta das Longas não esteve sujeita.

De qualquer forma, a reduzida expressão do número de ânforas entre a cerâmica recolhida veio a confirmar-se com a escavação do sítio. O facto dos trabalhos (quer prospecção, quer escavação) terem incidido sobre a *pars urbana* da *uilla* contribuirá também para esta situação. Pela própria natureza destes recipientes cerâmicos, destinados ao transporte e, eventualmente, ao armazenamento de bens de consumo, não será de estranhar que não tenham uma presença muito forte na área residencial do proprietário da *uilla*.

Esta questão, contudo, deve ser equacionada em função da posição que a Quinta das Longas ocupa no contexto da difusão dos produtos transportados em ânforas para os mercados do interior. Mais uma vez, esta leitura é condicionada pela natureza da informação disponível sobre os centros de consumo no mundo rural. Além do caso excepcional de S.Cucufate, o que se conhece são referências pontuais à presença de ânforas entre o espólio recolhido. De qualquer forma, estas referências permitem-nos saber que as ânforas chegaram não só a grandes *uillae*, como é o caso de Pisões em Beja (Ribeiro 1972: 22, 26, 30), mas também a pequenos núcleos habitacionais classificados como casais agrícolas escavados, por exemplo, no concelho de Montemor-o-Novo (Paço e Lemos 1962) ou no próprio concelho de Elvas (Carvalho, Almeida e Pinto 1997)[15].

A *uilla* romana da Quinta das Longas integra-se assim no circuito de distribuição dos produtos transportados em ânforas para os mercados do interior. Não sendo uma grande *uilla* como S. Cucufate, a reduzida expressão do número de ânforas poderá reflectir exactamente essa diferente posição/dimensão enquanto centro de consumo[16]. Pouco sabemos contudo sobre a forma como se efectuava o abastecimento para os aglomerados populacionais rurais do interior, sendo de admitir que outros tipos de contentor pudessem ser utilizados para o transporte terrestre (e/ou fluvial) de produtos inicialmente envasados em ânforas.

Outra questão por resolver é saber se existiria uma via que abastecia directamente os mercados rurais, ou se esse abastecimento se fazia integrado na rede de distribuição dos centros urbanos do interior, podendo estes funcionar como mercados redistribuidores no território que deles dependia. Parece mais razoável supor esta segunda hipótese, pelo menos para um aglomerado com as características que a Quinta das Longas parece ter. Nesta perspectiva, mais uma vez esta leitura deverá ser enquadrada no âmbito da relação com a capital provincial *Emerita Augusta*, em cujo território esta *uilla* se integraria.

Além da expressão numérica do conjunto, outra leitura imediata do histograma atrás apresentado é a predominância das ânforas lusitanas sobre as importações, e dentro destas da Classe 23 (Almagro 51c). Esta situação reflecte a grande expressão que tem o comércio de preparados de peixe da Lusitânia no Baixo Império, verificada também em S.Cucufate, onde estas ânforas são as mais numerosas representando cerca de 46% do conjunto (Mayet

e Schmitt 1997:72). Já em Vilares de Alfundão a classe predominante é a 20/21 (Dressel 14) com um presença relativa de 62.5% (Norton *et alii* 1993-94: 189), o que se relaciona com questões de cronologia de ocupação do sítio, que provavelmente terá a sua grande ocupação em época anterior à Quinta das Longas. De qualquer forma, genericamente consideradas, as produções lusitanas são maioritárias no conjunto das ânforas estudadas.

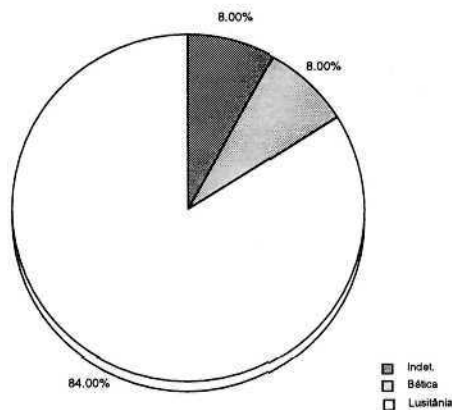



Fig. 3 - Distribuição das ânforas de acordo com a sua proveniência.

Esta situação parece ser recorrente em outros centros de consumo no mundo rural. Além dos casos já citados de S.Cucufate e Vilares de Alfundão, situados no interior, também na escavação da *uilla* romana de Povos em Vila Franca de Xira (cuja situação geográfica junto do Tejo, sensivelmente a meio caminho entre *Olisipo* e *Scallabis* a coloca numa posição bastante diferente em termos de dinâmica de mercado) as ânforas lusitanas são esmagadoramente maioritárias, representando 82% do conjunto estudado (Banha 1991: 64-67). Igual situação relativa se conhece para a região de Sintra, onde cerca de 60% das ânforas provenientes de contextos vários de ocupação rural são originárias da Lusitânia (Pimenta 1982-83:145-147).

Além das ânforas lusitanas, regista-se a presença de ânforas da Bética, mais concretamente de dois exemplares, um destinado ao transporte de preparados de peixe e outro ao transporte de azeite. Estão ausentes quer as produções itálicas quer as norte-africanas, que encontramos por exemplo em S.Cucufate ou Povos, embora em ambos os casos com uma expressão quantitativa muito reduzida. A questão da origem das importações prende-se naturalmente com a questão do conteúdos, que não só reflectem hábitos de consumo como podem espelhar a importância da produção local (ou ausência de produção) dos produtos transportados. Assim, relativamente aos conteúdos, as ânforas da Quinta das Longas distribuem-se da seguinte forma:

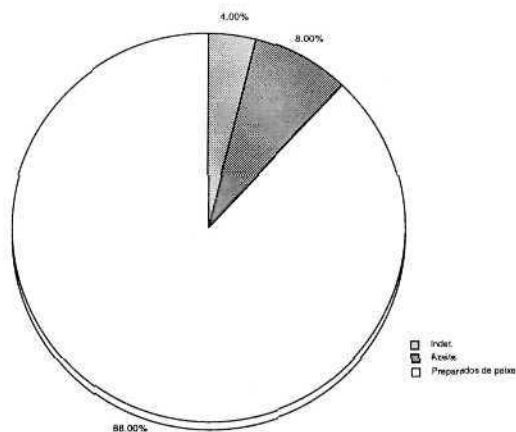



Fig. 4 - Distribuição das ânforas de acordo com o seu conteúdo.

O consumo de preparados de peixe é o principal determinante das importações na Quinta das Longas, reflectindo um hábito de consumo bastante arreigado no mundo romano de um produto que naturalmente não podia ser produzido localmente. A razão da fraca expressão da importação de azeite e a ausência de ânforas vinárias deve ser procurada na existência de uma produção local que serviria o consumo próprio.

Esta situação desde há muito vem sendo apontada (cf. Alarcão 1988:148 ou Alarcão 1990: 436), sendo tradicionalmente aceite que as importações vinárias se reportam a uma fase inicial do processo de romanização em que a produção local de vinho não está ainda suficientemente desenvolvida, e que a importação de azeite, concretamente da Bética, reflecte um hábito enquanto consumo de prestígio (Alarcão, Étienne e Mayet 1990: 252). Curioso é notar que no caso de Vilares de Alfundão, cujos dados disponíveis parecem apontar para uma ocupação expressiva em época alto-imperial, as ânforas vinárias estão ausentes, embora a natureza da amostra não autorize qualquer infirmação baseada neste facto.

Relativamente às importações olearias, estas materializam-se num único exemplar da Classe 25 (Dressel 20), o exemplar nº 1, assumindo assim um carácter vestigial no conjunto de ânforas exumadas até ao momento na Quinta das Longas. Além da existência de uma produção local de azeite, podem ser encontradas outras razões para a fraca expressão do azeite da Bética nesta *uilla* romana, concretamente o afastamento das rotas de distribuição deste produto na Lusitânia. Com efeito, as ânforas olearias béticas parecem ter, por lado, uma difusão através de uma rota atlântica associada a abastecimentos institucionais e, por outro, uma via interior destinada a áreas mineiras e sobretudo aos grandes centros urbanos do interior (Fabião 1993-94: 328). A Quinta das Longas está claramente afastada da rota atlântica e possivelmente em relação à via interior ocupa uma posição periférica, da qual o exemplar da classe 25 representaria o carácter residual.

Globalmente considerado, o conjunto das ânforas da Quinta das Longas é um conjunto relativamente homogéneo de ânforas lusitanas destinadas ao transporte de preparados de peixe.

A importação de produtos transportados em ânforas reflecte os hábitos de consumo da população desta *uilla* romana, em que os preparados de peixe assumem particular relevância. A constatação da ausência de importações vinárias e o carácter vestigial das importações de azeite fazem pensar numa produção local que serviria as necessidades de auto-consumo, embora essa ausência deva ser também equacionada em função da posição que a Quinta das Longas ocupa relativamente às redes de distribuição de produtos transportados em ânforas no interior.

O facto da maior expressão da presença de ânforas se situar relativamente à chamada "segunda fase de produção" destes contentores lusitanos prende-se naturalmente com a cronologia de ocupação do sítio. Embora identificada uma primeira ocupação que poderá remontar ao séc. I d.C., a ocupação mais significativa da *uilla* da Quinta das Longas é já de uma fase tardia do Baixo-Império, situação que a presença de ânforas da classe 23 em níveis relativos à construção do edifício habitacional veio confirmar. As ânforas da classe 20/21, assim como as importações da classe 19 e 25, parecem corresponder ao primeiro momento de ocupação do sítio, em que teríamos as importações béticas ao lado das primeiras produções lusitanas, sucedendo-se já na *Villa* II uma situação exclusivamente pontuada por importações de preparados de peixe da Lusitânia. No entanto, quer o facto de não haver datações precisas para os contextos estratigráficos em que foram recolhidos os exemplares mais antigos, bem como o facto de a escavação do sítio ainda se encontrar em curso levam a encarar esta leitura com as necessárias cautelas.

A forte presença das ânforas lusitanas é coerente com o que se conhece de outros centros de consumo no mundo rural, reflectindo também a grande importância que tem o mercado de preparados de peixe da Lusitânia, sobretudo em época baixo-imperial. A determinação dos grupos de origem dentro da Lusitânia para as ânforas presentes na Quinta das Longas poderá ser de grande importância para a integração deste sítio rural nas rotas e mercados de abastecimento do interior, já que o comércio de produtos transportados em ânforas não era certamente autónomo de outros abastecimentos de bens de consumo.

Através de uma análise macroscópica de base empírica das pastas parece haver uma relação privilegiada com os vales do Tejo e do Sado, em detrimento dos centros produtores algarvios, embora só análises de carácter petrológico e/ou químico o possam eventualmente confirmar. Interessante será também confrontar os dados relativos às ânforas com o estudo de restos de fauna malacológica identificados na lixeira baixo-imperial, que possivelmente estão associados aos mesmos fluxos de abastecimento a partir do litoral.

A leitura do significado das ânforas da Quinta das Longas que agora se apresentam naturalmente deverá ser feita no âmbito de um quadro de referência para os circuitos económicos em que este sítio se integra, provavelmente em estreita relação com a capital provincial *Emerita Augusta* . O presente estudo pretende ser uma primeira abordagem a esta questão, procurando que seja desenvolvida no âmbito do prosseguimento do projecto de investigação sobre a ocupação rural romana na região de Elvas.

* Câmara Municipal de Santarém e e Investigadora do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

** Biblioteca Condes de Castro Guimarães da Câmara Municipal de Cascais e Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

Embora considerado não se apresenta o conjunto total de ânforas por questões de constrangimentos editoriais. Um outro estudo mais desenvolvido, que publica o catálogo na íntegra o qual resulta das campanhas de prospecção e de escavação já realizadas, foi entregue para publicação na revista do IPA - *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Ali incluí-se também um ponto com a bibliografia exaustiva que serviu para a elaboração deste trabalho e que, por questões de manifesta falta de espaço e para evitar cortes importantes no conteúdo do artigo que o tornariam incompreensível, tivémos que optar por suprimir. De qualquer forma apresentam-se as referências abreviadas. Este primeiro artigo resulta directamente de um trabalho elaborado para o Seminário de *Cerâmica Romana* do Mestrado em Arqueiogia Romana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por um dos signatários (MJA).

[2] Na discussão deste assunto veja-se Fabião e Carvalho 1990: 41-49

[3] Mayet, Schmitt e Silva 1996: nº6-8

[4] Idem nº 23-26

[5] Idem nº44

[6] Idem nº76

[7] Idem nº 179; 183-184

[8] Amaro 1990 nº3

[9] Raposo 1990 nº10-11; 13-14

[10] Mayet e Schmitt 1997 nº 42-43

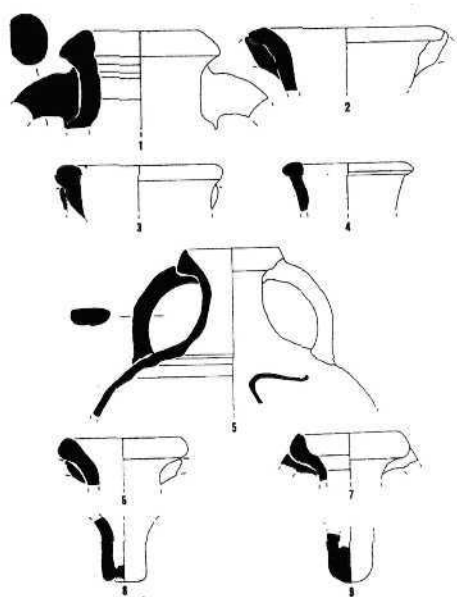
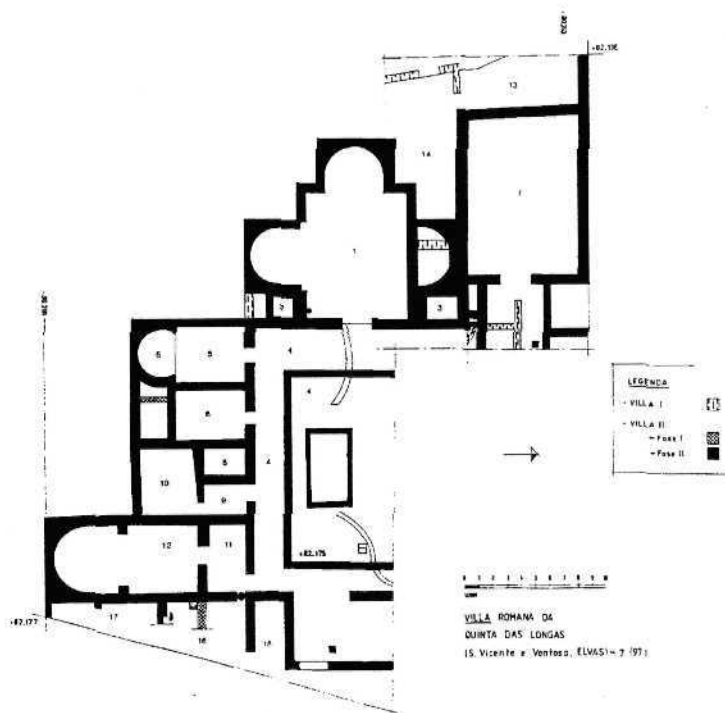
[11] Mayet, Schmitt e Silva 1996 nº41

[12] Idem nº88

[13] Mayet e Silva 1998 nº 3-9

[14] Fabião 1997: 165-166

[15] Embora não publicadas, estão em exposição no Museu Arqueológico de Montemor-o-Novo exemplares de ânforas da Classe 23 (Almagro 51c) provenientes do sítio do Curral dos Cães. No sítio da Horta do Rangem, próximo da Quinta das Longas, foi recolhido à superfície também um fragmento de ânfora da mesa classe, publicado com a notícia de identificação do sítio.

[16] Convém salientar esta disparidade existe não só enquanto ao tipo de sítio mas também quanto à natureza e dimensão dos trabalhos realizados. Mais do que comparar o número de ânforas identificadas (24 na Quinta das Longas e 1132 em S.Cucufate) seria interessante equacionar a posição relativa das ânforas em função dos outros tipos cerâmicos identificados.

Anexo I - Ânforas da Classe 25 - Dressel 20 (nº 1); Classe 19 - Beltrán IIb (nº 2), Classe 20/21 - Dressel 14 (nºs 3 e 4); Classe 23 - Almagro 51c (nºs 5 a 9).

PARA UMA CULTURA DO PODER: AS REFORMAS METROLÓGICAS E A REALIDADE REGIONAL. ESTUDO DE UM CASO: A METROLOGIA DO SAL DE AVEIRO

Inês AMORIM *

"Não terás no teu saco diversos pesos, maior e menor; nem haverá em tua casa um alqueire maior e outro mais pequeno. Terás um peso justo e verdadeiro, e o teu alqueire será igual e sempre o mesmo; para assim viveres muito tempo na terra que o Senhor teu Deus te der"
Livro do Deuteronómio, cap. XXV

A propósito da união europeia e do advento do euro, foi proferido, no encerramento do seminário "Europa e Cultura" realizado em Maio de 1998, na Gulbenkian, em Lisboa, que *"uma moeda comum implica a cobrança de impostos comuns, o que levará à constituição de uma força policial comum e, finalmente, no longo prazo, a uma tirania"* [1]. Esta reflexão aponta para a outra face da nova moeda: união monetária versus união/centralização do poder, ou seja, uma outra dimensão sócio-política e cultural, que ultrapassa o imediato domínio económico e financeiro. Unificar, uniformizar, pressupõe o exercício de poder, muitas vezes encarado como tirânico. No passado, esta perspectiva revela-se, simbolicamente, no contra-poder das manifestações revoltosas contra a balança ou outros instrumentos de medição, símbolos da competência exclusiva do Estado no aferimento das moedas, dos pesos e das medidas, fundamentos essenciais ao ordenamento territorial. Assim, a observação destes símbolos do poder, enraiza na história cultural, ao tentar interpretar os indícios de difusão ou a resistência à mudança, as próprias consciências (o justo e o injusto), o mundo figurado ...[2]

Hoje, as múltiplas dimensões concedidas à Metrologia, a económica, a social, a política e a cultural reforçaram-se com o processo de integração em curso na Europa, acolhendo as exigências de um mundo que, em matéria de normalização cresceu e continua a crescer, pois que em alguns segmentos de actividade a rigorosa medição é uma componente essencial em termos de segurança e qualidade [3].

Tal consciência surgiu, lentamente, *"numa economia política em vias de se constituir às apalpadelas"* como refere Michel Foucault, fundamentada por *"um certo saber, saber obscuro que não se manifesta por si mesmo num discurso"*, mas que funcionava tal como um *"soco arqueológico"*, ao incentivar as teorias abstractas e especulativas [4]. O território a ordenar e a dominar era imenso perante os fluxos de informações, múltiplos, que procuravam a construção de um só espaço político. As directrizes normalizadoras passavam com dificuldade, sendo causa e consequência da ineficácia da governação, favorecendo as soluções de âmbito local e regional, a ausência de comparabilidade, o arcaismo de um mercado nacional e internacional.

A normalização configura-se, assim, como 'corrente profunda', componente essencial do desenvolvimento económico, mas que extravasa este sector, permitindo outras abordagens e uma mão-cheia de perspectivas. Entre estas destacamos três:

- a primeira privilegia o estudo do papel do Estado como agente promotor duma ordem única no seu território, habilitado a assinar convénios com vista à uniformização internacional. Da sua acção decorreram algumas iniciativas: de reflexão sobre as diferentes experiências conducentes à adopção do sistema métrico-decimal; de construção de tabelas uniformes, sua divulgação e aplicação a todo o território, através do ensino teórico e prático;

- a segunda aborda o peso dos grupos sociais, diferenciados pelo papel que desempenham na ordem económica e social, portadores de interesses quantas vezes incompatíveis - como justificava Mendes Trigoso, na sua "*Memória sobre os pesos e medidas...*", "*o espírito público, [...] quase ao mesmo tempo as [medidas] desejava já grandes já pequenas, já iguais já desiguais*" [5];

- a terceira analisa o comportamento de grupos marcados por um forte sentimento de identidade, fruto de um enraizamento espacial, local e regional, que se apura na própria linguagem [6], herdeira de vivências ancestrais e de um quotidiano pautado pela indução, pois que "*conta, peso e medida é o que governa a vida*" [7]. Por outro lado, os materiais dialectais até hoje estudados, assim como alguns trabalhos de índole histórica, concluiram que a nomenclatura das nossas antigas medidas é essencialmente constituída por uma simbiose variável de expressões de origem romana e árabe, que traduzem o carácter eminentemente local das designações adoptadas, tendo em conta a conquista e ocupação do território no processo de formação política de Portugal [8].

As perspectivas de abordagem enunciadas são, naturalmente, um programa/projecto de estudo e reflexão, que só será possível através de um trabalho de equipa bem concertado. Como escreveu Costa Lobo, a propósito da extrema variabilidade da capacidade e da nomenclatura de várias medidas, o estudo destas questões "*seria um empreendimento superior às forças individuais e de escasso ou nenhum êxito*" [9].

O que aqui esboço é fruto de uma experiência no domínio da história local, espécie de balão de ensaio de inserção e articulação entre uma experiência local (**a metrologia do sal de Aveiro**) e a normalização institucional, oportunidade para uma reflexão num contexto cruzado entre o económico, o social e o cultural.

I – O Estado: a instituição normalizadora e difusora

O controlo metrológico, antigamente designado por "*aferição dos pesos e das medidas*", foi sempre, ontem como hoje, da competência do Estado. Em Portugal, desde o séc.XII, acumularam-se as tentativas para uniformizar os pesos e as medidas perante as discrepâncias dos sistemas romanos e muçulmanos coexistentes. Mas uniformizar pressupõe: adoptar um sistema único para cada grandeza, qualquer que seja a sua aplicação, articular as diversas medidas, maiores e menores, múltiplos e submúltiplos, num sistema de unidades, definir claramente as relações com a unidade escolhida como referência, determinar equivalências entre unidades de grandezas diversas e propôr métodos de medição com um determinado padrão. Nesta acepção, apenas podem ser vistas como tal as reformas de D.Manuel I, D.Sebastião e D.João VI, respectivamente nos séculos XV, XVI e XVIII. Finalmente, só no séc.XIX se introduziu o sistema métrico, primeiro numa nomenclatura portuguesa (20/12/1814), depois francesa (13/12/1852), até se aceitar a uniformidade da Convenção do Metro (1875) [10].

O percurso normalizador foi um múltiplo compilar de deliberações, muitas vezes reveladoras de ordens contraditórias, obstáculos aos objectivos primeiros [11]. Exemplo

deste facto é o que se verifica relativamente às medidas de capacidade. Com efeito, a sua variação é evidente e muitas vezes justificada em algumas situações. Primeira, pela forma subtil como D.Afonso Henriques, ao atribuir medidas pequenas às novas povoações e reservando para si e seus sucessores o direito das jugadas, favorecia a instalação ou manutenção dos povoados e reservava a possibilidade de, a todo o tempo, as aumentar. Depois, porque os senhores das terras, a quem o rei havia dado amplas jurisdições, arbitravam capacidades a seu favor. Por outro lado surgiam medidas tais como alqueires, teigas, rasas, búzios, moios, entre outras, que ao serem adjectivadas parecem indicar capacidades diferenciadas (ex:teiga direita, teiga reguenga, teiga de celeiro, teiga jugunda, medida de Sangalhos, medida nova, medida velha, etc). Finalmente, a forma de medidagem alterava, certamente, o resultado final (medir de raso, de rasouro, de cogulo, etc).

Mas um outro facto veio introduzir mais um elemento de perturbação. Presume-se que D.Pedro tenha legislado no sentido de aferir todas as medidas de alqueire de pão pelo de Santarém e o almude de vinho pelo de Lisboa. Tratava-se de medidas de grande capacidade que, servindo de padrão, agravavam, em muito, algumas medidas do reino [12]. Tal legislação terá aberto a porta à coexistência de *"medidas velhas"* e *"medidas novas"*, como documentos contemporâneos comprovam. E é bem provável que tenha conduzido, inevitavelmente, à própria alteração das medidas em conveniência dos particulares [13].

Mas foi D.Fernando, nas Cortes de 1372, que definitivamente estabeleceu a delegação da jurisdição régia do aferimento metrológico aos concelhos, determinando *"que sempre se costumou que os pesos e as medidas são de jurisdição real, a qual nós damos às vilas e lugares [...]; que a umas damos maiores e a outras menores, e que os povos não as podem mudar sem o mandato do seu rei; e desde que lhe são dadas passa a jurisdição delas ao Concelho"* [14].

Um século mais tarde ensaiavam-se como que áreas padronizadas incentivadas pelas resoluções adoptadas nas cortes de 1455. Ordenava-se que a Beira usasse as medidas de Santarém, o arcebispado de Braga as de Guimarães, todos os lugares de Entre-Douro e Minho as de Ponte de Lima e o Algarve as de Lisboa. No ano seguinte estabeleceram-se 6 padrões: Coimbra, Porto, Guimarães, Ponte de Lima, Santarém, Lisboa e determinando--se que Viseu, Lamego e mais vilas deste bispado adoptassem as de Santarém. Em 1490, nas Cortes de Évora, D.João II estabeleceu duas qualidades de medidas: da cidade do Porto para todas as Províncias do Norte, Reino do Algarve e Setúbal; de Lisboa para o resto do país. Deveriam ainda ser medidas de cogulo, para satisfazer os povos em conjunturas de défice cerealífero e preços altos.

A reforma manuelina foi, apesar da modéstia dos resultados, uma tentativa de clarificar os sistemas de unidades, múltiplos e submúltiplos, não tanto no caso dos volumes, mas dos pesos, dotando os concelhos de cópias dos padrões por onde todos deveriam aferir as suas medidas. Tal sistema, compilado nas Ordenações Manuelinas, Tit.XV, distinguia os padrões que deveriam ser entregues a aglomerados com mais de 400 vizinhos, de 400 a 200 e daí para baixo, como e onde se deviam guardar os padrões dos pesos e das medidas de cada Concelho, quem tinha acesso e em que circunstâncias eram utilizados, quais os ofícios que deviam usar os pesos e medidas e quais os pesos apropriados para o exercício de cada ofício. Distinguem-se as ocupações ligadas às medidas de peso (ourives, padeiras, regatães, carniceiros, cerieiros, caldeireiros, boticários, fruteiras, marceiros e especieiros, tecelães, tintureiros, tecedeiras), às medidas de comprimento (a vara e o côvado para os mercadores de pano e trapeiros) e finalmente às de capacidade (vendedores de vinho em grosso e atabernado usavam canadas, meias canadas, quartilhos e meios quartilhos, os compradores e vendedores de azeite adoptavam o alqueire, meio

alqueire e quarta de alqueire, os moleiros, atafoneiros e azenheiros o meio alqueire e a maquia).

No que diz respeito à reforma dos volumes, a indicação das designações não significou uma normalização das medidas. Só a de D.Sebastião, em 1575, irá estabelecer uma distinção entre medidas para secos (alqueire e sub-múltiplos) e medidas para líquidos (almude), distribuindo cópias pelos concelhos e determinando que a medição seria, doravante, "por raso" [15].

A 2ªmetade do séc.XVIII parece marcar uma sensibilidade maior para a uniformização dos pesos e medidas. O contexto foi preparado pelo crescente papel ordenador do Estado Moderno, no controlo da vida económica, na organização do mercado e na circulação de bens, na obtenção de uma parte do rendimento nacional para assegurar as suas próprias despesas, o seu luxo, a sua administração, ou a guerra – impostos, reformas do erário, dívidas, empréstimos [16]. Em 1779 surgiu a Academia de Ciências, vocacionada para a divulgação da reflexão científica, adiantando projectos económicos, sinal duma maturação das doutrinas, teorias e políticas económicas em Portugal. A preferência pela agricultura marca os primeiros trabalhos e iniciativas, mas o objectivo essencial é a tomada de consciência das desigualdades existentes no espaço económico nacional. Daí a proposta de diversas reformas que estimulassem o desenvolvimento do mercado interno, como sejam a renovação do sistema de comunicações e de transporte, a eliminação de posturas e regulamentações municipais, a racionalização dos sistemas de tributação. Para tal deveriam ser compilados cadastros ou mapas aritmético-políticos do Reino que recolhessem informações sobre a população, formas de utilização da terra, produções naturais e sua circulação, enfim, *"contar e observar para conhecer, conhecer e decidir para reformar"* [17]. Mas como construir mapas objectivos da riqueza nacional, nomeadamente da agricultura, se as informações colhidas falam de pesos e medidas diferentes? Não será por acaso que a última das Memórias Económicas publicadas foi precisamente, a "*Memória sobre os pesos e medidas portuguesas, e sobre a introdução do* Sistema Metro-Decimal" de Sebastião Francisco Mendo Trigoso [18].

A grande reforma de D.João VI, é, por consequência preparada por um espírito cultural reformador [19], assim como por algumas intervenções pragmáticas de Pombal, como por exemplo a tentativa de uniformização das medidas de vinhos, aguardentes e azeite saídas pelas barras do continente no sentido de os impostos recairem sobre vasilhas de igual capacidade [20].

Foi na sequência dos trabalhos da Academia de Ciências de Paris, que deram origem ao metro e a todo o sistema métrico dele derivado, que se deu a grande reforma nacional, embora utilizando uma terminologia portuguesa (os ventos não eram de feição ao que a França representava na altura), usando como unidade de base a "mão-travessa", igual a 1/10 do metro francês, e elaborando as devidas equivalências. Uma Comissão foi nomeada [21] para formar um plano para a igualdade dos pesos e das medidas. Em 1852, a 13 de Dezembro decretou-se "*a adopção immediata, sem contar com as resistencias e com as difficuldades do uso, e da ignorancia*", do sistema métrico, que deveria estar em pleno vigor no espaço de 10 anos [22] e em 1875 foi assinada a Convenção do Metro [23].

II - A aplicação da norma ou o peso do "espírito público"

Vimos, rapidamente, como o Estado tendeu a criar padrões normalizadores. As imagens, dispersas, falam-nos de eficácias diferentes. A forma como a legislação foi sendo

aplicada leva-nos a interpretar, embora superficialmente, que a adopção de medidas-padrão significou a projecção lenta, entre avanços e recuos, de um mercado nacional.

Um primeiro passo teria sido dado quando as relações externas pressionaram a reforma dos pesos, porque se impunha a iniciativa de D.João II em substituir o marco nacional (229.44 gr) pelo da Colónia (233.8gr), com uma pequena diferença de 4 gramas, perante o activo comércio de Portugal com o eixo Hanseático e Norte da Europa. No entanto, esta normalização não impediu a coexistência, da onça do marco da colónia destinada a pesar ouro e prata e a onça do marco de marçaria aplicado a todos os restantes produtos a peso [24].

A reforma de medidas lineares também não comportaria tantas variações, apresentando uma assinalável uniformidade de valores desde muito cedo, mesmo já a partir de meados do séc.XIII, como foi confirmado através de medidas-padrão gravadas em diversos monumentos medievais [25]. É provável, atendendo ao crescimento urbano, litoral, da época dos Descobrimentos, que os ofícios de alfaiate, pedreiro, carpinteiro, calafate e outros, exigissem preceitos técnicos fundados na aplicação de certas grandezas lineares [26].

Já a medição dos volumes foi regulada muito tardiamente ao ponto de, nos finais do séc.XVIII, a disparidade das capacidades contribuir para a imagem de um mercado interno adverso à circulação de mercadorias e à natural concorrência. Os factores para tal desajuste foram auscultados pela chamada Comissão de Exame dos Forais, quando pretendeu não só uniformizar, como introduzir o sistema Metro-Decimal e são relatados por Mendes Trigoso na já citada Memória. Nesta são compulsadas as diferentes razões para uma normalização atempada: uma ineficaz legislação ao longo dos tempos, a imperícia dos obreiros e aferidores das medidas padronizadas, a fraca divulgação ou o desaparecimento dos novos padrões junto dos concelhos, a indiferença ou a falta de reflexão, a inexistência de quadros de redução das medidas antigas às modernas, a irregularidade do mercado porque *"alguns termos, abundantes das suas produções, [queriam] atrair os compradores com as terem grandes"* e a resistência do *"direito feudal"*, dos senhores, que *"contra a expressa declaração do monarca se opuseram tão impune como escandalosamente à sua vontade e ao bem público"*, impondo, nos seus celeiros, as suas próprias medidas, ou reclamando mesmo direitos de *"medidagem"* [27].

Feito o diagnóstico, a Comissão intensificou a adopção do novo sistema através da entrega dos novos padrões e do aferimento dos que se encontravam espalhados pelos concelhos do Reino, exigindo que os corregedores remetessem os antigos ao Arsenal do Exército em Lisboa [28]. O resultado desta operação encontra-se depositado no Arquivo das Obras Públicas e forma um acervo documental interessantíssimo, pois que descreve não só o tipo de medidas e as suas características físicas (materiais, estado de conservação) como também se estavam ou não em vigor e a sua equivalência relativamente ao novo sistema. Alguns padrões não foram, deliberadamente, enviados pelo facto de ainda estarem em uso quotidiano o que os tornava imprescindíveis à vida municipal. Uma análise, superficial, às séries compiladas é suficiente para evidenciar as grandes disparidades entre os diversos concelhos [29], confirmadas através da publicação das tabelas comparativas, elaboradas em 1828, para todos os concelhos do Reino e Ilhas, que procediam à equivalência, segundo o novo sistema métrico, do alqueire de cereais e do almude de vinho [30].

A imposição das novas medidas e as resistências sentidas podem-se compulsar através dos vários relatórios que descrevem todo o processo, instrumentos belíssimos de

consulta. Refiro apenas o empenho estatal na leccionação do novo Sistema nas escolas da instrução primária e em cursos públicos para professores e pessoas que quisessem servir-se dos novos padrões, a adopção de um manual escolar "*Compendio do novo systema legal de medidas*" da autoria de Fradesso da Silveira, inspector geral dos pesos e medidas do reino e o fornecimento de quadros sinópticos dos novos pesos e medidas (1858). Os prelados das diferentes dioceses do Reino e Ilhas foram convidados a distribuir pelos párocos as recomendações mais eloquentes e a distribuir "*Cartilhas e Táboas Populares*", extraídas do manual atrás citado. Sucederam-se inspecções, inquéritos às escolas dos diferentes distritos e relatórios, medidas mansas ou mais violentas que os governadores civis, desde 1882, deviam publicitar e os administradores dos concelhos concretizar.

As pistas de estudo abertas pela aplicação e a resistência à normalização são, como pudemos ver, vastíssimas, marcadas por descontinuidades cronológicas e espaciais. Um grande desafio que não será resolvido rapidamente, muito menos neste breve estudo. De momento, sigo apenas uma pista lançada por Mendes Trigoso. Ele refere, a propósito da rasas velhas e novas, que nalgumas terras se observava uma rasa para o pão, outra para o sal e outra para a cal, todas de diverso valor [31], deduzindo-se que o produto podia determinar capacidades diferentes por razões que ainda se desconhecem. O **sal** é um dos exemplos apontados. Aveiro, desde a Idade Média uma das principais áreas salícolas, parece ter adoptado, efectivamente, um sistema de medidas do sal único.

III – A metrologia do sal de Aveiro

Enquanto que para as medidas em geral foram construídas algumas tabelas comparativas para todo o Reino, como se referiu atrás, para o sal as indicações são esporádicas, talvez porque o sal já não desempenhava papel fulcral na economia portuguesa do séc.XIX, ao contrário do que acontecia noutras regiões da Europa, sobretudo no Mediterrâneo italiano. Aqui o sal animou, fortemente, o seu comércio, em particular o de Veneza, que de produtora, até finais de XIII, adquiriu uma posição de força no tráfico do Mediterrâneo, intermediária indispensável às áreas produtoras. Por conseguinte, como nota J. C. Hocquet no seu artigo, pioneiro, acerca da metrologia do sal, não é de admirar a multiplicidade de Tratados de "*Pratica de Mercatura*" que comparam as medidas de sal no Mediterrâneo [32]. Mas, acrescenta que seria conveniente comparar tais dados com os textos guardados nos arquivos, porque, e interessa citar: "*entre as capacidades e equivalências definidas pelas leis ou transmitidas ao conhecimento dos mercadores, e a realidade quotidiana da medição, tal como era praticada pelos medidores, muito hábeis a enganar o seu cliente, com o acordo tácito ou expresso do Estado, existiam muitas e profundas divergências, cuja natureza convém estudar, procurar razões, medir as diferenças obtidas*". Por vezes a fraude era uma das razões invocadas para justificar as discrepâncias das medições, mas a própria natureza da mercadoria condiciona o processo, como refere Hocquet relativamente às medições feitas em Lisboa: 24 moios de grão fazem na Flandres 100 "hoet", enquanto para o sal seriam necessários 25 moios, devido à redução do volume do sal, durante a viagem. São muitas, por isso mesmo, as cautelas a tomar, na possível avaliação dos instrumentos de medição do sal. Virgínia Rau não destrinçou tais conceitos, embora refira "moios" e "milheiros", sem se preocupar, contudo, com equivalências ou as razões para a adopção de diferentes sistemas de medição [33].

Aveiro apresentou, desde sempre, uma metrologia diferenciada do resto do Reino, verificando-se, na análise da documentação municipal, uma luta entre as disposições legais, na tentativa de uniformização, e a prática quotidiana marcada por particularismos.

Constantino Botelho de Lacerda Lobo, nos seus trabalhos sobre as marinhas de Portugal, em 1793, confirma que *"só em Aveiro se mede o sal por **contos**"* [34].

A referência a esta medida – o **CONTO** – não se encontra no Foral de Aveiro. Em contrapartida, esclarecia quais as medidas a utilizar: ficou estabelecido, desde o lançamento das sisas por D.João I ser o **alqueire a medida padrão** em vez dos moios e meios moios para os carregamentos em bestas e dos milheiros e búzios para o transporte em navios. Assim, o **milheiro** passava a valer 750 alqueires e o **búzio** 3 alqueires em vez da medida velha em que o milheiro valia 1000 moios e o búzio 4 moios (medidas estas assinaladas, como indica o mesmo foral, nas costas da igreja de S.Miguel [35], infelizmente já demolida).

Contudo, na venda do sal, obrigatoriamente controlada pela Alfândega, o **moio** e o **milheiro** eram as medidas base para calcular os direitos da "extracção", relativos ao sal saído para fora do Reino e do "donativo", referentes a todo o o sal vendido, qualquer que fosse o seu destino [36].

Só nos finais do séc.XVII, nos chamados Livros da Alfândega, se encontram referências à medição feita em contos. O quadro seguinte sintetiza as medidas de capacidade do sal em Aveiro, indicadas desde 1690 e ao longo do séc.XVIII:

QUADRO 1 - ***MEDIDAS DE SAL USADAS EM AVEIRO***

milheiro	conto	moio	rasa/búzio	alqueires
1	5	12.5	250	750
-	1	2.5	50	150
-	-	1	20	60
-	-	-	1	3

Fontes: AMA, nº96, BMA, s/n/

Tais medidas eram utilizadas quer no comércio externo, com outros reinos, quer pela Barra, Ria de Aveiro e vias terrestres para o mercado nacional, local e regional. No primeiro caso notou-se uma evolução na adopção de medidas ao longo do séc.XVIII, que merece reflexão, distinguindo-se no comércio externo, sobretudo para a Galiza, a utilização do milheiro, o conto, o moio, a rasa ou o búzios; no comércio interno, pela ria de Aveiro, rio Vouga e áreas que os bordejam, apenas os contos e as rasas. Vejamos o quadro seguinte:

QUADRO 2 - **MEDIDAS DE SAL USADAS EM AVEIRO NO COMÉRCIO EXTERNO**

milheiro	utilizado até 1742*[37]; a Misericórdia, grande proprietária, deixou de indicar preços de milheiro desde 1740 [38], passando a referir preços do conto, valendo este 1/5 do milheiro (veja-se quadro anterior)
moio e conto	só desde 1814 [39] se estipula que a medida de referência fosse não mais o conto, mas sim o moio de 20 rasas, medida aplicada, de imediato, no comércio externo [40]
búzio	utilizado até 1721 [41], a partir de então apenas se referem rasas com igual capacidade

Nota-se a tendência, desde 1740, para o abandono de medidas de maior capacidade, justificado, parece-nos, como vimos em outro lugar, por uma diminuição do volume dos embarques (que não exigia as grandes medidas). Esta decadência do comércio e da produção, devido às características peculiares do salgado de Aveiro responsáveis por custos altíssimos de produção, à alteração dos circuitos comerciais e à perturbação ecológica com a obstrução da barra, pressionou o estalar de questões à volta da medidagem [42].

A estrutura montada para proceder à medição e venda do sal passava pela Alfândega e respectivo juiz que apurava os impostos já referidos e vigiava o rigor das medições, em colaboração com o guarda-mor do sal, acompanhados pelos "*remeiros*" da barca de vigia; o medidor ou medidores despachavam os montes de sal e o escrivão tudo assentava. Mas era à Câmara de Aveiro que competia nomear os chamados "*medidores do sal*" tal como estava previsto no Regimento do sal de 1638. Ora estes últimos eram frequentemente contestados pelos proprietários das marinhas e pelo juiz da Alfândega, que os acusavam de imperícia quer porque "*não sabiam ler*", quer porque mediam mais do que o devido [43].

Concretamente, no ano de 1760, os proprietários das marinhas queixam-se que na cidade e vilas em redor se havia introduzido a 'corrotela', na venda do sal, de alguns medirem o conto do sal, em vez das 50 rasas, com 52 rasas e ainda 1 rasa de mais "*para a conta*" (para o sal que possa levar alguma água), outra para os barqueiros, outra para vinho, outra para lastro [44]. Em 1775, o Juiz da Alfândega, encarregado dos impostos da extracção, corroborava os exageros das medições, sempre acima do previsto, em prejuízo da Fazenda [45]. Em 1784 era a vez dos "*Senhorios de marinhas do Rio Salgado*" confirmarem o excesso das medidas praticadas pelos medidores "*porque eles medem o sal nas eiras* [pela medida] *aferida pelo Padrão do Concelho que leva somente três alqueires, sem algum cogulo, por se estabelecer no Foral dado a esta Cidade, pelo Sr. Rei D. Manuel, que Deus tem em Glória, que as medidas daquele tempo se reduzissem a alqueires, abolindo o uso dos búzios e antigos moios, de que o Foral fala, e constituindo o milheiro de sal de setecentos e cinquenta alqueires, de forma que compondo-se o milheiro de cinco contos, e cada conto de cinquenta rasas de três alqueires cada uma que fazem os setecentos e cinquenta alqueires de cada milheiro como se declara no dito Foral* [...] *os referidos medidores não só medem as ditas rasas com cogulo* [...] *mas até fazem os contos de cinquenta e duas rasas*" [46].

O mesmo se repete em 1809 e, desta vez, "particulares senhorios" e oficiais da Alfândega, concordaram no exagero das medidas de sal, passando a medição a ser feita pelo vendedor, de uma parte, e da outra pelo próprio comprador ou pessoa por ele escolhida, sendo no fim, pelo medidor, "*rasada a medida, pau com pau*" [47].

Estes sucessivos registos não são mais do que resultado de uma conjuntura específica a Aveiro: atravessou sucessivas crises de produção salícola mas sempre tentou abastecer mercados com que ancestralmente comercializava (Vila do Conde, Viana do Castelo, Porto). Para o fazer foi obrigada a recorrer a centros produtores, caso de Setúbal, Lisboa e Figueira, onde comprava o sal medido em moios. O sal, depois de entrado em Aveiro, era convertido em contos e rasas, confirmação de um sistema local, bem enraizado e vigente até inícios do séc.XIX [48].

Com efeito, o acórdão feito em Vereação de Julho de 1814 parece marcar o fim desta prática, tentando pautar as medidas de Aveiro pelas do resto do Reino: "*dizem os Proprietários das salinas desta cidade que sendo costume e prática geral nas terras onde há semelhante qualidade de prédios, como Lisboa, Setúbal Figueira e Algarve, o fazer-se a venda de sal por moios, prática que é mais análoga à legislação relativa na qual para a imposição dos Direitos é só conhecida esta medida; acontece que* ***por ser esta mesma cidade singular em todo o Reino, na venda daquele género por contos****, os Negociantes assim Nacionais como Estrangeiros da cidade do Porto, e mais Barras do Norte, especuladores*

deste importante ramo do Comércio ignorando a quantidade de moios de sal que é precisa para preencher um conto nesta mesma cidade, a fim de poderem nas suas especulações calcular os preços, e medidas daquelas outras terras do Reino, ficam perplexos, redundando esta natural perplexidade em prejuízo da boa extracção do mesmo género" [49]. Este acórdão além de ter por objectivo a uniformidade dos mercados, comportava um outro, o de acabar com a fraude, porque passando a respeitar-se, como medida de conta, o moio de 20 rasas *"o menor número de rasas necessárias para completar esta medida deixa mais proporções para descobrir qualquer malicioso excesso dos mesmos medidores"* [50].

Em meados do mesmo século não mais se faz referência ao conto. Em contrapartida, como escrevia Alcoforado, estudioso do salgado português *"a medida adoptada no comércio para a venda do sal é o moio de rasas de três alqueires (milheiro), e o barco de quatro moios de rasas"*, mas se *"até 1860 a capaciade destes barcos era aferida no concelho de Aveiro: depois daquela época porém este costume principiou a cair em desuso, de maneira que actualmente os carregadores mandam fazer seus barcos de lotações diferentes, o que origina confusão nos preços do sal, e é causa de incalculáveis prejuízos para os interessados na indústria salineira"* [51]:

QUADRO 3 - **MEDIDAS DE SAL EM AVEIRO EM 1877**

Medida	**Submúltiplo**	**Alqueires**
barco	4 moios de rasas	720
moio	60 rasas	180
rasa		3

Fonte: ALCOFORADO, M. Maia-A *indústria do sal*...o.c., p.76

Parece-nos, contudo, que se gerou alguma confusão entre a medida da rasa e o alqueire, pois que a informação contida nos "*Mappas das medidas*...1864" dá-lhes equivalência. Tal identificação provocou, muito provavelmente, quer em Alcoforado, quer nos contemporâneos envolvidos no negócio, diferentes leituras e equívocos, dando origem a múltiplas tabelas de avaliação [52]. Esta tendência é clara ainda em 1935, ao se utilizarem medidas mais ao menos arbitrárias, ao contrário do que se passava na vizinha Figueira ou em outros locais de produção: em Aveiro distinguia-se o sal vendido a retalho, cujas medidas eram o alqueire e a fanga de 4 alqueires, e o sal vendido "ao navêgo", ou por grosso, cujas medidas eram o moio de 15 fangas ou 60 alqueires, e o moio de 24 cestas ou canastras, cerca de 2.5 alqueires por canastra [53].

Conclusão

Adelina Angélica Pinto referenciou a fanga como medida para o sal confinada a alguns recantos do Noroeste português, Viana do Castelo e Porto, e justifica a sua presença pelas relações comerciais estabelecidas entre estes portos e os de Setúbal e Lisboa, onde há notícias da adopção desta medida [54]. No entanto, no séc.XVIII a medida padrão do sal em Setúbal era o moio de 50 alqueires, referenciando-se a fanga ou fanega de 4 alqueires apenas para indicar que era em fanegas que os galegos "encomendavam" o sal pretendido [55]. Assim sendo, o moio de Aveiro de 60 alqueires (ver quadro 1) ultrapassava em 10 alqueires o de Setúbal. Por outro lado o imposto pago sobre o moio de sal era de 500 réis em Setúbal (a extracção) e de 540 em Aveiro (500 da extracção e 40 do donativo), mas a diferença de capacidade justificava, certamente, o imposto caso a capacidade do alqueire de Setúbal fosse igual ao de Aveiro, facto que ignoramos.

Toda esta deambulação para afirmar que a adopção de uma metrologia do sal baseada no milheiro e no conto, assim como num moio medido generosamente, só pode significar a necessidade de consolidar uma clientela. É que nos falta aqui um outro dado relativo ao preço do moio e, por aquilo que apurámos em outro lugar, enquanto o preço do moio em Setúbal era tabelado e mais ao menos estável, em Aveiro assinalavam-se grandes oscilações. Aqui, calcula-se um custo altíssimo de produção de sal, inultrapassável, atendendo às características das marinhas e dos pesados encargos de construção do salgado de Aveiro. Somados todos estes aspectos (imposto e preço), só medidas bem cheias atrairiam o comprador perante o custo de transporte, do produto e das expectativas de venda [56].

Os elementos recolhidos são modestos e as conclusões não passam de meras hipóteses, mas pressente-se a distância entre a realidade e a normalização norteada pelo fisco. Veja-se, porém, como o mercado local resolve o aparente diferendo: entram moios que continuam a sair em contos. A razão porque se uniformiza, nos inícios de XIX é, segundo reza o documento, porque as medidas mais pequenas impedem a fraude que as maiores escondem – a carga fiscal está implícita. 'Canto do cisne' de uma actividade em decadência.

A hipótese que nos parece mais viável para a adopção deste sistema metrológico prende-se com a própria conjuntura produtiva e comercial de Aveiro. Se o milheiro, medida de grande capacidade respondia ao forte movimento salícola dos séculos XVI a meados de XVII pautado por relações preferenciais com a Galiza, que se prolongaram, pelo menos, até à quarta década de XVIII, a verdade é que a partir dos finais do séc.XVIII, século XIX, as quantidades saídas de Aveiro não só eram modestas como ainda tiveram que ser completadas pelo sal proveniente da Figueira, Lisboa e Setúbal. Não havia mais justificação para "contar" o sal que, cada vez menos animava a vida de uma cidade, em tempos enredada na "monocultura do sal"...

* Professora Auxiliar da Faculdade de Letras do Porto, Curso de História.
Siglas utilizadas: AA-Alfândega de Aveiro, AHMOP-Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, AHU-Arquivo Histórico Ultramarino, AMA-Arquivo Municipal de Aveiro, ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ASCMA-Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, BMA-Biblioteca Municipal de Aveiro, LV-Livro de Vereações, MR-Ministério do Reino.

[1] "Público", 7 de Maio de 1998, p.26: conferência proferida pelo escritor americano Gore Vidal.

[2] RIOX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François – *Para uma história cultural*, Lisboa, Estampa, 1998, p. 20-21.

[3] Diz-se, por isso, que hoje a medição tem mais directas, imediatas (e, eventualmente, gravosas) incidências, visto que a Metrologia não se confina mais aos objectivos primeiros, de sustentáculo do comércio: os erros de avaliação das taxas de inflação ou de incremento do produto interno bruto reflectem-se na correcta avaliação orçamental; as deficiências de avaliação dos efeitos poluidores de unidades produtivas impedem uma equilibrada gestão ambiental; a inexistência de apropriada capacidade laboratorial para ensaios e verificação acarreta níveis inadequados de defesa do cidadão, na saúde e no consumo. Daí a organização, desde 1983 do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade que enquadra a Metrologia, a Normalização e a Qualificação; vd. JORGE, H. Machado – *Método e arte da medição*, Lisboa, Instituto Português de Qualidade, s.d., p. 95.

[4] FOUCAULT, Michel - *As palavras e as coisas*, Lisboa, Ed. 70, 1998, p. 213-215.

[5] TRIGOZO, Sebastião Francisco de Mendo - "Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguesas e sobre a introdução do sistema metro-decimal", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*-1789-1815, t. 5, Lisboa, Banco de Portugal, 1991, p. 272-273. Aqui espírito público representa o contra-peso da normalização, expressão que utilizamos a encabeçar o ponto II deste artigo.

[6] PINTO, Adelina Angélica - "Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade)", Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, v. 18, Coimbra, 1983.

[7] VASCONCELOS, Joaquim Leite de - *Etnografia Portuguesa*, v. 10, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, p. 4.

[8] Sobre este assunto a bibliografia é vasta, mas do nosso ponto de vista salienta-se o trabalho, já citado de Adelina Angélica Pinto.

[9] LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *História da Sociedade em Portugal no século* XV, Lisboa, Ed. Rolim, 1984, p. 264.

[10] *Exposição Nacional de Metrologia. Pesos e medidas em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Qualidade-Museu da Ciência da Universidade de Lisboa, 1990, p. 28.

[11] Apenas destacamos algumas que nos parecem mais significativas. Como síntese bem inovadora e proposta de investigação a entrada de "Pesos e medidas" de A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de História de Portugal*, v. 5, Porto, 1979, p. 67 a 72. GYRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal, sua origem* ..., Lisboa, Imprensa Nacional, 1833. LOPES, João Baptista da Silva – *Memória sobre a reforma dos pesos e medidas em Portugal* ..., Lisboa, Imprensa Nacional, 1849; VALDEZ, Luis Travassos – *Noticia sobre os Pesos, medidas e moedas*..., Lisboa, Imprensa Nacional, 1856; ainda as obras, já citadas, de Costa Lobo, Mendes Trigoso e o trabalho mais recente de Adelina Angélica Pinto, entre outros.

[12] A resposta de D. Fernando às queixas apresentadas nas Cortes de Lisboa, em 1372, relativamente a esta deliberação, foi no sentido de cada caso ser analisado separadamente, pois que "*aqueles que mostrarem os contratos que foram feitos, ou algum foro, e entenderem que são agravados contra a forma do contrato ou foro em isto que lhes demandam, que lhes farão direito*"; vd. TRIGOSO, S. F.de Mendo - *Memória sobre os pesos*... p. 266.

[13] A exemplificar este processo Costa Lobo narra na sua obra *História da Sociedade*..., p. 259 que "*ainda modernamente, em 1833, havia um convento de frades, que recebia os seus fóros por uma rasa grande denominada a velha, e vendia pela rasa do concelho, que era de capacidade inferior em uma quarta parte*".

[14] Este documento está inserido no Cp. LXXIV das cortes que el-rei reuniu em Lisboa no anno de 1371, Liv. Cortes, fs. 57v., transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a História do Municipio de Lisboa*, v. 1, Lisboa, 1882, p. 154-155. O exercício desta jurisdição por parte dos concelhos tornou-se uma fonte lucrativa para as receitas camarárias como se constata um pouco por todo o Reino, traduzido nos chamados direitos de ver-o-peso, variagem, cestaria e outros, oscilando o respectivo montante com a natureza do produto em causa: vd. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história*..., o.c., v. 1, p. 138 a 166.

[15] Estas decisões foram todas elas confirmadas e incluídas nas *Ordenações Filipinas*, Livro I, Tít. XVIII, parágrafos 30 a 40.

[16] BRAUDEL, Fernand – *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme*, v. 2, Paris, A. Colin, p. 459.

[17] Vd.CARDOSO, José Luís – O *pensamento económico em Portugal nos finais do séc.* XVIII, 1780-1808, Lisboa, Estampa, 1989; Id. – *Pensar a economia em Portugal. Digressões históricas*, Lisboa, Difel, 1997, p. 115-117.

[18] In *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* ..., o. c., v. 5, p. 253 a 305.

[19] Este espírito de sociabilidade científica em Portugal e respectiva bibliografia em NUNES, Maria de Fátima – "A sociedade Real, Marítima e Geográfica (1798-1808)", in *Actas do Colóquio Internaciobnal Carlos III y su Siglo*, t. 2, Madrid, 1990, p. 765 a 771.

[20] O alvará, de 26 de Outubro de 1765, ordenou que as pipas de conduzir vinho que entrassem em Lisboa fossem iguais a 30 almudes cada, o mesmo passando a acontecer com o aguardente (por alvará de 13 de Julho de 1767). A carta de Lei de 10 de Novembro de 1772 determinou que, para o pagamento do Subsídio Literário, as pipas de vinho e aguardente fossem computadas em 26 almudes de 12 canadas, para todo o Reino; depois, numa medida, aparentemente contraditória, por Alvará de 20 de Dezembro de 1773, ordenou-se que as pipas de vinho do Porto fossem de 21 almudes e 6 canadas – a verdade é que enquanto o almude de Lisboa era de 16,95 litros o do Porto ultrapassava os 25 litros; vd. VALDEZ, Luis Travassos - *Notícia sobre os Pesos, medidas e moedas de Portugal e suas Possessões* ..., o. c., p. 11-12.

[21] Faziam parte da Comissão: João António Salter de Mendonça, Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Fazenda, João Pedro Ribeiro, Francisco Ribeiro de Guimarães, Francisco de Paula Travassos, Mateus Valente do Couto, Anastácio Joaquim Rodrigues, Sebastião Francisco Mendo Trigoso, Francisco Manuel Trigoso d'Aragão Morato, João Bell; os documentos relativos aos trabalhos da Comissão publicados em LOPES, João Baptista da Silva - *Memória sobre a Reforma dos pesos e medidas em Portugal, segundo o Sistema Métrico-Decimal*..., o. c.

[22] RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Literarios e Artisticos*, t. XI, Lisboa, Ac. Real das Sciências, 1883, p. 433 a 435.

[23] Assinaram a Convenção do Metro os delegados de 17 países: França, Alemanha, Áustria/Hungria, Bélgica, Brasil, Argentina, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Itália, Perú, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega, Suiça, Turquia e Venezuela: vd. *Exposição Nacional de Metrologia* ..., o. c., p. 48.

[24] Esta realidade é exposta numa carta de D. João II escrita em Santarém em 1487, e dirigida ao Senado de Lisboa, transcrita em Oliveira, Eduardo Freire de - *Elementos para a História*..., o. c., v. 17, p. 371 a 374, nota 1.

[25] BARROCA, Mário – "Medidas-padrão medievais portuguesas", *Revista da Faculdade de Letras –História*, II Série, v. 9, Porto, 1992, p. 53 a 85.

[26] No entanto, no que diz respeito a medidas lineares itinerárias, como o pé, o palmo, o côvado, nota-se alguma variância conforma a sua aplicação, como pôde demonstrar, MATOS, Gastão de Melo – "Contribuição para o estudo de antigas medidas portuguesas", *Revista Las Ciencias*, nº 4, Madrid, ano XVIII, 1953, p. 848 a 865.

[27] Vd. TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendes - *Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguesas* ..., o. c., p. 277 a 279. Albert Silbert na análise das petições analisadas pela Comissão da Agricultura, no tempo das primeiras cortes liberais, registou as queixas manifestadas acerca destes direitos de medidagem nos lugares de Alvaiázere, Cantanhede, Orada, Penela, Pombalinho e Carapinheira, tudo terras da Comarca de Coimbra, na sua maioria em propriedades do Conde de Cadaval; vd. deste autor – *Le problème agraire portuguais, au temps des premières cortes liberales*, 2ªed., Paris, Gulbenkian, 1985, p. 32.

[28] LOPES, João Baptista da Silva - *Memória sobre a Reforma dos pesos e medidas*..., o. c., p. 18.

[29] AHMOP – MR , 72-1.Este levantamento foi feito e assinado por Constantino Botelho Lacerda Lobo e Francisco Manuel Trigoso d'Aragão Morato.

[30] Vd. LOPES, João Baptista da Silva – *Memória sobre a Reforma* ..., o. c., p. 66 que explica como foi elaborada esta Tábua: "*Temos formado as Táboas da comparação das medidas de extensão e de pêso, conforme os cálculos que foram feitos na Casa da Moeda e Arsenal do Exército em 1815 pela respectiva Commissão, os quaes se acham na Memória do Sr. Mendo Trigoso já citada; e os das medidas de capacidade à vista dos termos remettidos pelos Officiais Engenheiros em 1828 para a Torre do Tombo onde se guardam; servindo-nos, pelo que respeita às Comarcas da Beira, onde o Official Engenheiro não concluiu as comparações, dos termos exarados no livro que formou em Coimbra o Sr. Trigoso e o Sr. Lacerda Lobo, que também se conserva na Torre do Tombo*". Entretanto, 40 anos mais tarde, como resultado dos sucessivos inquéritos distritais foi elaborado e publicado o seguinte tratado: *Mappas das medidas do novo systema legal comparado com as antigas nos diversos concelhos do Reino e Ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

[31] TRIGOSO, S. Francisco de Mendo – *Memória sobre os peso s*..., o. c., p. 277.

[32] HOCQUET, Jean-Claude - *Le sel et la fortune de Venise*, 2ª ed., Lille, Université de Lille III, 1982; Id. – "Métrologie du sel et histoire comparée en Méditerranée", *Annales*, 29º Ano, Paris, 1974, p. 393, 394 e 403. Retoma o assunto, numa artigo mais alargado em HOCQUET, Jean-Claude – "À la jonction du commerce maritime et des trafics terrestres, les mesures de Venise: muid, setier et minot", in *Horizons marins, itinéraires spirituels* (V-XVIII *siècles*), v. 2, Paris, Sorbonne, 1987, p. 3 a 19.

[33] Vd. RAU, Virgínia - *Estudos sobre a História do sal português*, Lisboa, Presença, p. 290; os dados referentes ao ano de 1776, apresentam a exportação, por mar, do sal português, em moios de Setúbal, Lisboa, Vila do Conde e Algarve, e em milheiros do Porto e de Viana do Castelo. Infelizmente não indica de onde retirou tais informações.

[34] LOBO, Constantino Botelho de Lacerda - "Memória sobre a História das Marinhas de Portugal" in *Memórias da Literatura Portuguesa*, v. 5, Lisboa, 1793, p. 270.

[35] MADAHIL, A.G.da Rocha – "Forais Novos do Distrito de Aveiro: Aveiro", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, v. 1, Aveiro, 1935, p. 71.

[36] AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria no séc.* XVIII (1690-1814), *estudo económico de um espaço histórico*, v. 1, Coimbra, CCRN, 1997, p. 355.

[37] Foi no levantamento sistemático dos livros de saída de sal que constatamos a evolução no emprego destas medidas: AMA, n. 108, Livro das entradas e manifestações do sal despachado em embarcações na Alfândega desta vila, 1720-1766.

[38] Esta nossa afirmação baseia-se no facto de, nos diferentes registos respeitantes às marinhas da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, desde 1740/41, se indicar não mais o preço do milheiro, mas sim do conto: ASCMA, Livros de Receita e Despesa, n. 188 a 211; Livros de Receita, n. 108 a 110; Livro das marinhas, n. 354.

[39] AMA, LV, n. 9, ss. 9/8/1814.

[40] ANTT-AA, n. 926-Livro da extracção do sal, 1804-1815.

[41] AMA, n. 108, Livro das entradas e manifestações do sal despachado em embarcações na Alfândega desta vila, 1720-1766.

[42] AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria* ..., o. c., cap. 6 e 6.1.

[43] AMA, LV, n. 8, ss. 5/8/1775.

[44] AMA, LV, n. 7, ss. 5/9/1760.

[45] AMA, LV, n. 8, ss. 5/8/1775.

[46] AMA, LV, n. 8, ss. 4/9/1784; BMA, s/n/, Livro de Privilégios e Cartas de Ofícios pertencentes à Câmara, f. 219v.

[47] AMA, LV, n. 9, ss. 9/8/1809.

[48] No ano de 1802 temos o registo de entrada de sal da Figueira em moios e a saída para portos locais em contos: ANTT-AA, nº 917 – Fianças do mar, 1802-1806.

[49] AMA-LV, n. 9, ss. 16 de Julho de 1814.

[50] AMA, LV, n. 9, ss. 9/8/1814.

[51] ALCOFORADO, M. da Maia – "A indústria do sal", *Museu Technologico*, 1º Anno, Setembro, 1877, p. 76.

[52] Uma informação contida no "*Mappas das medidas do novo systema. . .* 1868"..., o.c., p.25, confirma esta mesma disparidade: concelho de Aveiro rasa de sal 39 litros, concelho de Ovar rasa de sal de 77 litros, de Ílhavo, rasa de 42 litros, concelho de Águeda, búsio de sal de 57 litros. David Justino, no seu artigo sobre o sal de Aveiro, regista, para o período que estudou, 1862-1931, que "*a medida na generalidade dos casos, adoptada, era o barco de sal, correspondendo a* 9360 L, *ou* 4 *moios de rasas, ou* 240 *rasas. Para o sal expedido por caminho de ferro, utilizava-se o wagon de* 1000*Kg*", in JUSTINO, David – "Problemas de História dos Preços: o sal e o milho no mercado de Aveiro (1862-1931)", *Revista de História Económica e Social*, nº 2, Lisboa, 1978, p. 35. Entretanto, LEPIERRE, Charles - *Inquérito à Indústria do sal em Portugal*, Lisboa, 1936, p. 223, indica o wagon de 10 toneladas.

[53] NOGUEIRA, R. de Sá – "Subsídios para o estudo da linguagem das salinas", A *Língua Portuguesa*, v. 4, Lisboa, 1935, p. 81.

[54] PINTO, Adelina Angélica - "Isoléxicas portuguesas...", o. c., p. 491-492.

[55] AHU, MR, maço 19, "Sobre o comércio de sal de Setúbal" (1771).

[56] AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria* ..., o. c., p. 403; desde meados do séc. XVIII o aumento dos custos de frete e as alterações políticas e económicas diminuiram os fluxos de comercialização do sal com a Galiza e a Inglaterra, o mesmo acontecendo em Setúbal. Mas quando se reanimam, na década de 70, alterou-se a origem dos compradores: Suecos, Dinamarqueses, Nórdicos, apesar de aparecerem em Aveiro, fazem-no muito esporadicamente: nem os preços de Aveiro compensam, nem o comércio local atrai, e a Barra "começa" a não permitir. Por outro lado o comércio torna-se mais regional que internacional. Aveiro é porto pouco visitado, o Porto e Viana arrebatam-lhe o seu papel de redistribuidor. Desde então, é a vez de a Barra, efectivamente, "*entupir*"; o sal sobe de preço e, até 1808, só a Ria se percorre, cada vez com menos sal, ou com sal de outras origens.

O EDIFÍCIO DA ACADEMIA REAL DA MARINHA E COMÉRCIO DO PORTO. NÓTULAS DE INVESTIGAÇÃO.

Regina ANACLETO *

Em 1803, D. João VI, então já regente do reino, criou, no Porto, a Academia Real da Marinha e Comércio, estabelecimento de ensino que, em 1837, por ordem de D. Maria II e sob proposta de Manuel da Silva Passos, a quem apelidavam *homem das bouças*, passou a denominar-se Academia Politécnica.

Logo após a fundação, o futuro monarca deve ter encarregado José da Costa e Silva, arquitecto das Obras Públicas, de riscar um edifício onde funcionasse a instituição; o novo imóvel, que se ergueria um pouco fora de portas, confrontava a norte com o Largo da Feira do Pão, a sul com o Largo do Anjo, a nascente com a rua entre o Recolhimento do Anjo e o Colégio dos Meninos Órfãos e a poente com a rua do Passeio (ou calçada).

Costa e Silva parte em 1769, por ordem de D. José, para Bolonha, a fim de estudar arquitectura civil na Academia Clementina, onde ganha vários prémios e acaba por ser nomeado académico de mérito.

Reconhecendo que 'saber ver' era absolutamente necessário para caminhar, de forma segura, no mundo da arte, aproveita a sua estada em Itália para viajar por várias cidades, tendo, como ele próprio escreve, admirado obras de Palladio, o palácio de Caserta, a arquitectura da cidade dos Papas e as ruínas romanas então a serem descobertas e valorizadas; já no final da sua formação, apresenta o projecto de um palácio real à romana Academia de S. Lucas, facto que lhe permitiu ser considerado sócio de mérito daquela prestigiosa escola.

Regressa a Portugal em 1780 e, na capital, pouco a pouco, mas de forma segura, firma os seus créditos como arquitecto, utilizando sempre uma linguagem próxima dos parâmetros italianos; em Fevereiro de 1788, era já professor de Arquitectura Civil na Aula Régia de Arquitectura, criada por D. Maria I através do alvará de 23 de Agosto de 1781.

A primeira grande encomenda surge em 1789, quando o visconde de Cerveira, ministro da Fazenda, o encarrega de riscar o edifício do Erário Régio, que se devia construir no Alto da Cotovia, próximo do Colégio dos Nobres e da Fábrica das sedas. Contrariamente ao que se verificara no Porto e em Coimbra, onde o neoclassicismo já há muito havia feito a sua aparição, este é o primeiro edifício público a ser planeado na capital dentro dos novos cânones arquitectónicos. Segue-se-lhe, por encomenda de um grupo de capitalistas, o Teatro de S. Carlos e por ordem de D. Maria Francisca Benedita, o Hospital dos Inválidos, que se devia erguer em Runa, nas proximidades de Torres Vedras.

Mais tarde, culminando um longo processo que não interessa aqui analisar, torna-se, de parceria com Francisco Xavier Fabri, responsável pela imensa e inacabada fábrica do Paço de Nossa Senhora da Ajuda.

D. João VI, que partira para o Brasil em 1807, lá do outro lado do oceano, lembrava-se dos bons serviços do arquitecto português e, em 1811, ordena-lhe que se transfira com a família para a corte do Rio de Janeiro.

Chegado um ano depois a Terras de Santa Cruz, já com 65 anos de idade, colabora nas muitas transformações, restauros e acrescentos então em curso, mas risca de raiz poucos edifícios, até porque, naquele momento e na corte portuguesa, deviam ser necessários mais 'remendos' do que planificações de grande fundo.

Contudo, a peça da sua autoria mais relevante é a varanda que se construiu no terreiro do paço dos antigos governadores, destinada à cerimónia de aclamação do rei D. João VI, acontecida em Fevereiro de 1818.

O arquitecto, que morre no ano seguinte, vendeu aos poderes públicos do Rio de Janeiro as suas colecções de desenhos, de pinturas, de estampas, de camafeus, de moldes, bem como os livros.

Mas o alarife escolhido por D. João VI para riscar a Real Academia da Marinha e Comércio, residia na capital e projectou o edifício sem ter tomado contacto físico com a realidade portuense, partindo apenas de uma planta topográfica que lhe fora fornecida, longe da interpenetração artista-meio ambiente, facto que se vai repercutir na estrutura física do imóvel.

Vivia já na Cidade Invicta o Capitão do Real Corpo de Engenharia, Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante, que avalizou no norte do país, e mais concretamente em Braga, o desenvolvimento de um foco arquitectónico neoclássico de raiz italianizante assente em pressupostos da Antiguidade.

Não sabemos como se processou a sua formação artística, pois, numa primeira fase, seguiu os estudos eclesiásticos, tornando-se, de seguida, engenheiro militar; mas pode pensar-se que foi influenciado pelos tratados de arquitectura setecentistas e pelos desenhos de "vedutae", quiçá saídos do lápis de Piranesi ou de outros gravadores italianos seus contemporâneos, existentes na biblioteca do arcebispo D. Gaspar de Bragança, "Menino de Palhavã", a que facilmente tinha acesso, até porque era "porteiro da câmara" do mitrado.

Os primeiros trabalhos de arquitectura que Amarante leva a cabo na cidade bracarense, relacionam-se com residências particulares, mas, em 1781, depois de concurso aberto pela irmandade do Bom Jesus do Monte, a igreja que riscou, já classicizante, mas ainda portadora de elementos retirados das gramáticas barroca e rococó, acaba por ser escolhida.

Após a sua partida para o Porto, já segundo-tenente do Real Corpo de Engenheiros (c. 1792), os projectos arquitectónicos amarantinos tornam-se mais puristas, como acontece com a igreja da Ordem Terceira da Trindade.

A história da construção do edifício onde actualmente funciona a Faculdade de Ciências, encontra-se ainda em aberto, mas sabe-se que foi inicialmente projectado por Costa e Silva, com posterior intervenção de Cruz Amarante e de outros.

Ao pesquisar, no Brasil, os papéis que se encontram em depósito no Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro, pertencentes ao arquitecto nascido em 1747 na Vila de Povos, deparei-me com uma "representação" assinada por Amarante e datada de 12 de Janeiro de 1804, desconhecida, mas relacionada com a futura Academia Politécnica [Documento 1].

Faz todo o sentido que o engenheiro militar, vivendo paredes meias com a realidade, fosse "consultado sobre o milhoramento, que poderia ter este Edeficio" e expresse no documento a sua não concordância com a irregularidade do imóvel, embora aceitasse que "o desenho q para ella fez o Architecto, he segundo as regras, e de bom gosto, a decoração das suas Fachadas he Magestoza, e a distribuição interior he muito bem

arranjada"; julgava, contudo, que "se o Autor deste desenho viſe elle proprio o terreno" não aceitaria os limites propostos e, por isso, para além de sugerir algumas modificações, levantou uma planta que se destinava a mostrar a asfixia do "Estabelecimento da Real Academia da Marinha, e Comercio".

No texto em causa, o Capitão do Real Corpo de Engenheiros dá-nos a conhecer, para além de outros aspectos relevantes, os *curricula* da casa, a composição do corpo docente e as necessidades logísticas do estabelecimento de ensino; como as descobertas científicas surgiam, no século XIX e tendo em conta as devidas proporções, ao mesmo ritmo dos progressos informáticos actuais, sugere a necessidade de se fazer levantar um observatório astronómico que, afinal, não saiu do papel.

Como se constata depois da leitura do parecer, Carlos Amarante, em 1804, não teve qualquer interferência no projecto dos alçados. A sua intervenção limita-se a fornecer a Costa e Silva pistas para racionalizar e rentabilizar os espaços interiores, bem como uma nova carta topográfica que lhe permitisse regularizar a planta.

Neste contexto concreto, torna-se difícil manter a ligação que René Taylor faz, aproximando a fachada norte da Academia Real da Marinha e Comércio, com o alçado sul do hospital de Santo António, tanto porque a formação de Costa e Silva e a sua permanência na capital, sem jamais se ter deslocado ao Porto, como os trabalhos conhecidos da responsabilidade do arquitecto nortenho, não permitem tal ilação; contudo, não é lícito afirmar que, por via do arrastamento da construção da Academia ao longo de quase um século, com a sequente intervenção de várias mãos, se não possa aceitar o reflexo da fábrica de John Carr.

Na feitura da Academia, entrou o saber e o gosto de muita gente. Em 1807, Carlos Amarante desenha plantas e alçados; resta saber, nesta data, com Costa e Silva ainda em Lisboa, quais os elementos que o bracarense aproveitou dos projectos primitivos, em que medida os alterou, ou até mesmo se se terá limitado a elaborar meras cópias.

No ano de 1817 a Junta Inspectora da Academia Real da Marinha e Comércio envia [Documento 2], a fim de ser apresentada ao rei, as plantas e projectos de emenda do edifício, onde "se tem trabalhado effectivamente até ao ponto angolar".

Em 1833, e sabê-mo-lo através de dois desenhos de J. C. Vitória Vila-Nova, o edifício da Academia da Marinha encontrava-se inconcluso, para não dizer que se levantava pouco acima dos alicerces.

Mais tarde, Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa (1862), o mesmo artista que foi responsável pelo projecto do magnífico e sumptuoso salão neo-árabe da Associação Comercial do Porto, não se exime a traçar alçados e plantas relacionados com o imóvel; certamente que o faz, porque o edifício se encontrava longe da conclusão.

Falta, e urge elaborar um estudo sério que permita ficar a conhecer, com rigor científico, um imóvel com a envergadura e com a força que emanam das fachadas sóbrias e austeras da antiga Academia Real da Marinha e Comércio; estas nótulas mais não pretendem ser, nem são, do que um pequeno contributo.

DOCUMENTOS

DOCUMENTO I

1804, Janeiro, 12, Porto — Carlos Amarante tece algumas considerações acerca do edifício projectado por José da Costa e Silva destinado a albergar a Real Academia de Marinha e Comércio do Porto.
[Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro, *Negócios de Portugal*, Caixa 620, Pacote 4, Documento 5. Inédito.]

[*espaço em branco*] Será para sentir, que huma obra de tanta concidera / ção qual he a que vay a erigir-se perto ao Collegio dos Meninos Orfaons, para / o Estabelecimento da Real Academia da Marinha, e Comercio desta Cidade do / Porto, nos deixe para o futuro a Magoa de não ter sido construida com aquella regulari / dade, que exigem os Edeficios de similhante Natureza. O desenho q para ella fez / o Architecto, he segundo as regras, e de bom gosto, a decoração das suas Fachadas he / Magestoza, e a distribuição interior he muito bem arranjada, nem o Terreno propos / to sería talvez susceptivel de outra melhor, porem se o Autor deste desenho viſe elle / proprio o terreno, e que tinha p.ª onde se alargar, he provavel estendeſe as suas idey / as, sem sugeitar-se a hum Plano irregular, de cujo se lhe deu huma simples Planta / e sem aquellas explicaçonens, que lhe eram necessarias, e por esta Rezão, he de crer, que se (...) / contiveſe nos limites, que lhe forão prescritos. Porem como fuy consultado sobre / o milhoramento, q poderia ter este Edeficio, vi as Plantas, eobſervei, que huma das / suas principaes Fachadas formava hum angulo obtuzo, cauzado pella direcção / obliqua de huma calçada acompanhada de duas fillas de arvores, de nenh~ua esti / ma, e pouca duração, com alg~uas Cazas no principio, e quazi todas insignificantes. / Nottei que h~ua destas fillas de arvores fazia hum dos lados de h~ua Praça quadra / da, formada por outras iguaes, e similhantes arvores, das quais se achão muitas ja / totalmente Secas, e outras esperando em breve a mesma sorte. Vi finalmente que o pro / jectado Edeficio ficava sofocado com as mencionadas Cazas, que lhe são fronteiras; medi / ando unicamente entre ellas, e o Edeficio, o curto espaço de quarenta palmos, como bem / se mostra na Planta, que levantei, não somente para este fim, como tambem para / fazer ver a Nova direcção, que pode, e deve dar-se á Calçada, que motiva a irregularid.ᵉ / do terreno destinado para o Novo edeficio, pois com esta mudança, e demulição das Re / feridas Cazas, pode a Obra formar hum quadrilatero, como na Planta se mostra, em Côr / azul com as letras A, B, C, D; desta maneira se pode aumentar a grandeza de algumas / das Aulas, e acrescentar as Cazas ~q são necessarias nesta Academia, como são, huma / grande salla p.ª os Actos do Costume; e depende de mayor altura, pella sua gran / deza pode comprehender nella os Mezaninos, e em sua correspomdencia tribunas, como he / coſtume em similhantes Sallas; huma Caza de Livraria, duas Sallas, huma para se / cretaria, outra p.ª consistorio, ou conferencias; hum grande Sallaõ em que devem // estar dous Navios, hum de trez mastros, e outro de dous, ou huma Salla p.ª hum, cu / jos servem p.ª instruires aos Aulistas nas Manobras. [*parágrafo*] / [*dois terços da linha em branco*] Esta Academia se compoem / de dez Lentes, a saber; de Mathematica trez, de 1.º de 2.º e de 3.º Anno, e virá a ter de 4.º / Anno; hum da Lingua Franceza; outro da Ingleza; estes são os ~q tem mayor Numero / de disciplos: a de Comercio anda em pouco mais de Ametade; Filozofia a quar / ta parte; a de Desenho requer a mesma acomodação, que

trazia o primeiro projecto, porem / o seu lugar não pode ser o mesmo, por não poder receber luz do Norte, mas se poderá / acomodar na frente oposta á quella em que vinha, *pois que este Novo Edeficio he superi / or em altura aos Dormitorios do Collegio, e desta* parte receberá luz do Norte; a de Agri / cultura por ora está por prover, e não se sabe o Numero de Discipulos ~q vir'r a ter: a estas Au / las se aggregou huma de primeiras letras, a que concorrem toda a qualidade de Rapazes, ~q / não devem Misturar-se com os Aulistas, por cuja rezão me lembro, ~q a sua Aula deve ser / no Pavimento terreo, e o seu lugar junto á Portaria e torre do Collegio, abrindo-se pota dentro / da mesma Portaria p.a servidão da mesma Aula, pella qual se podem sergvir os meninos / deste Collegio que neceſitarem da quellas liçoens. *|parágrafo| / |dois terços da linha em branco|* O Observatorio não pode ficar em fren / te alguma deste Edeficio, pois se exige, que a linha Meridional caya perpendicular em algum / dos seus lados, por cuja Rezão deverá ser no Centro do Pateo que formar a nova obra, para o / ~q se deve demolir a Cozinha do Collegio aqual he terrea e de pouca altura, evitando-se tam / bem desta Maneira o fumo ~q ella ha infalivelm.te de meter pellas janellas do mesmo No / vo Edeficio, a qual se pode arranjar por baixo do mensionado Edeficio, aonde melhor pare / cer ao Architecto; no centro deste Pateo, como ja dice, se poderá formar o Observatorio prin / cipiando por hum Parallelogramo, cujo continuará athe vencer a altura dos telhados, dahi / p.a sima formará huma torre quadrada, ou Circular, com dous andares de Sallas, a qual / finalizará plana, e com esta torre forma h~ua quadratura, ou hum Circulo, e he form(...) / sobre o mensionado Parallelogramo, a onde este acabar se praticarão dous terraços, hum opos / to ao outro, e da hi p.a sima continuara a sobredita torre; No centro do parallelogramo po / (...) ser que se acomode a Livraria, fazendo que o seu pavimento procure o nivel de algum dos / Patins, que formar a principal escada, de sorte, que fique inferior ao Plano Nobre, pois / desta // forma ficará mais livre do barulho dos Estudantes, e independente das Aulas, e se pode / arranjar por sima outra qualquer Caza, ~q muito parecer ao Architecto, *h~ua vez que tem / bastante altura athe ás* Sallas do Obſervatorio. *|parágrafo| / |dois terços da linha em branco|* Como os Lentes são dez, julgo bastarão / Cinco athe Seis Aulas, visto que huns Lem de manhã, e outros de tarde, e ainda aſ / im mesmo será neceſario praticar algumas dellas nas Mezanines, por não dar o ter / reno lugar a serem todas no Plano Nobre, mas esta distribuição pertence ao Archi / tecto, e não amim. *|parágrafo|* / Lembro-me tambem dizer, que a Simalha principal da Igreja, e tor / re do Collegio está na altura de settenta, e trez palmos e meyo, contados desde o Pavi / mento, ou Nivel da Calçada ao sobreleito da referida Simalha, e como o Novo Ede / ficio tem quazi amesma altura, e vay ligar com a torre, parece não fará muito agra / davel vista se hã desmentir da outra, e muito mais sendo em poucos palmos: não me / ocorre circunstancia alguma, que podesse escapar-me, á qual, com avizo seu, satisfarei, cabendo nos limites da / minha curta inteligencia. Quartel do Porto em 12 de Janeiro de 1804 *|assinado|* Carlos Luiz Ferreira da Cruz Amarante. / Capitão do Real Corpo de Engenheiros

DOCUMENTO 2

1817, Julho, 03, Porto — A Junta Inspectora da Academia Real de Marinha e Comércio do Porto envia a João António Salter de Mendonça a planta do edifício, pedindo ao rei que se digne aprovar as alterações propostas.
|Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro, *Negócios de Portugal*, Caixa 626, Pacote 1, Documento 24. Inédito.|

|*em cima, ao alto*| N.º 8.º /Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Snr.^{e} / |*espaço em branco*| Leva esta Ill.^{ma} Junta como Inspectora da Academia / Real da Marinha, e Commercio desta Cidade, ás maons / de V. Ex.^{a}, a Copia incluza, da Planta approvada do Edi / ficio da mesma Academia Real, no qual se tem traba / lhado effectivamente até ao ponto angolar que se mostar / da sua Planta baixa; e porque agora se conhece mais / palpavel o defeito nesta parte, o qual nem mesmo foi no / tado na primeira Planta. Julga esta Ill.^{ma} Junta, que / o mesmo defeito se pode emendar na forma da minuta / tambem junta, do Mestre Pedreiro do referido Edificio, cu / jas emendas vão por elle notadas nas mesmas Plantas / em ponto maior, e menor. O publico clama pela dita / emenda em favor da maior beleza que della rezulta ao / indicado Edificio, e sentira que não se repare em tempo / opportuno, e venha a ficar defeituóza huma obra tão / nóbre, importante, e util, quando tal emenda he facil, / principalmente no estado em que se acha a mesma obra / de admittila, sem prejuizo algum. |*parágrafo*| Pedimos pois a V. Ex.^{a} que se digne expôr a / S. Magestade, em prezença das mesmas Plantas, e / da exposição do Mestre desta obra, o justo motivo que / nos insta a rogar ao Mesmo Soberano Senhor, o Seu / Regio Beneplacito, para que tão attendivel Edificio siga / a perfeita direcção, que merece, sem que se lhe poſa no / tar o defeito que geralmente o faz desagradavel, por / ser de todos conhecido. |*parágrafo*| Deos guarde a V. Ex.^{a} muitos annos. Porto em / Junta de 3 de Julho de 1817. |*parágrafo*| Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Snr.^{e} João Antonio Salter de Mendonça. / |*assinado*| Gaspar Cardozo de Carvalho e Fonſeca |*no verso*| José de Souza (?) e Mello. / João Monteiro de Carvalho / Pedro Gomes da Silva / João Nogueira / Domingos Pedro da Silva Souto Freitas // João Baptista de Araujo Cabral Montez / Antonio Bernardo da Cunha e Brito.

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (História da Arte).
O presente artigo resulta da investigação relacionada com o arquitecto José da Costa e Silva, que recentemente me encontro a efectuar. Por se tratar, apenas, de um simples apontamento, permito-me omitir a bibliografia.

ENTRE LIMA E MINHO E GALIZA NA IDADE MÉDIA: UMA RELAÇÃO DE AMOR E ÓDIO

Amélia Aguiar ANDRADE *

Antes de mais, há que clarificar o âmbito espacial levado em conta no desenvolvimento deste texto bem como algumas limitações que esta abordagem necessariamente tem de apresentar. Assim, vai considerar-se, antes de mais, como área de observação o Entre Lima e Minho, o qual tem como limites naturais a norte e a sul o curso dos rios que formam o seu designativo, a leste as serras da Peneda e do Soajo e a oeste, o Oceano Atlântico. Uma região fortemente caracterizada pela hidrografia, pelo relevo e pelo mar que ajudam a demarcar um claro contraste entre duas áreas distintas, a *montanha* e a *ribeira*. Sendo que a primeira compreende toda a parte interior, mais montanhosa, que por isso se caracteriza por ser uma zona de contactos mais difíceis, agreste, fechada e menos propícia à instalação humana enquanto a segunda, constituída pelo o litoral e pelos vales dos rios Minho e Lima surge como um espaço mais aberto, favorável à circulação, receptivo a contactos e influências e cujas condições naturais surgem especialmente adequadas à implantação de comunidades humanas [1].

A caracterização da região portuguesa considerada permite de imediato concluir que a palavra Galiza contida no título deste trabalho deve ser considerada espacialmente restrita, compreendendo sobretudo a zona hierarquizada pela presença do rio Minho, desde que este encontra o Sil até chegar à sua foz ou seja, parte dos territórios medievais de Límia e Toronho que dois importantes centros episcopais, Tui e Orense, balizavam. E onde se manifesta também um forte contraste entre a zona localizada mais a montante, bastante acidentada e o vale do baixo Minho onde coexistem os terrenos planos com as zonas de interfluvios, onde se podem encontrar altitudes intermédias[2].

A caracterização das regiões consideradas aponta para uma zona de óbvio contacto -o verdadeiro espaço de enquadramento deste texto- que é predominantemente, uma área de vale, ordenada pelo curso do rio Minho. Intensamente navegável durante quase toda a Idade Média, quer entre as suas margens quer no sentido montante-juzante e vice-versa, este eixo fluvial era o pólo ordenador de uma área que reunia condições mais do que suficientes não só para uma intensa ocupação mas também para o estabelecimentos de múltiplos e diversificados contactos.

Esclarecido o âmbito espacial considerado devem ainda enunciar-se alguns outros condicionalismos da abordagem proposta, a qual mais não é do que uma das possíveis vertentes de análise - algumas já enunciadas e desenvolvidas por medievistas galegos[3]- que a problemática das relações entre a Galiza e o norte de Portugal na Idade Média pode sugerir. E que naturalmente, exprime o lado português da questão, deixando que as conjunturas vividas pelo Portugal medieval protagonizem as interpretações apresentadas.

A visão que se vai apresentar surge condicionada, de forma óbvia, pela disponibilidade documental, a qual, para o Entre Lima e Minho medieval faz recordar uma sugestiva imagem enunciada por Georges Duby em relação aos textos que compulsou, pois na verdade é também constituída pelos ...*destroços de um completo naufrágio*....[4] Com efeito, os documentos que é possível reunir apresentam-se escassos e descontínuos espacial e temporalmente caracterizando-se por uma esmagadora ausência de documentação de produção eclesiástica e concelhia e pelo claro protagonismo dos textos de emissão régia, na sua maioria resultantes da relação rei-concelhos - que para os monarcas, ao longo da Idade Média, se foram assumindo como interlocutores privilegiados - e eivadas sobretudo de preocupações jurídico-administrativas, especialmente relacionadas com a legitimação da posse e gestão de bens imóveis ou com o assegurar da doação e usufruto de privilégios e direitos que ajudavam a cimentar o papel social de indivíduos, instituições e comunidades[5].

Não admira portanto que a análise não possa ser esclarecedora sobre o quotidiano da relação vivida entre ambas as margens do rio Minho ao longo da Idade Média ou que reserve um papel diminuto aos homens que aí viveram. Com efeito, a partir das informações recolhidas o que pode constatar-se é, antes de tudo e principalmente, a ocorrência de uma permanente tensão resultante do confronto entre naturais e ancestrais tendências de aproximação vividas pela população local e uma orientação oposta, protagonizada por um poder régio interessado em criar na região condições propícias para a construção de uma oposição em relação ao território de Além Minho.

Enunciados os limites e a orientação predominante desta exposição chegou o momento de recuar um pouco no tempo, mais não ainda até à Idade Média mas antes até ao Portugal de Quinhentos, quando *Leviathan* ou seja, o Estado, vivia as suas vésperas[6], o que se traduzia num afã de procura de maior exactidão expressa num conjunto de acções que visavam contar, inventariar, actualizar e regulamentar. Preocupações que estiveram na origem da primeira contagem dos habitantes do reino, o chamado *Numeramento de* 1527 ou que justificaram a multiplicação de tombos e inventários[7]. Que conduziram à reforma uniformizadora dos forais que abrangeu toda a rede concelhia[8]. E que promoveram a multiplicação do *corpus* legislativo e regulamentador de emissão régia[9].

É nesse vasto e diversificado conjunto de acções que devem inserir-se os cuidados com a exacta delimitação das fronteiras do reino que deram origem a demarcações cuidadosas, como a que teve lugar nos anos de 1537 e 1538 por toda Beira, em Trás-os-Montes e no Minho[10]. Enviados do rei especialmente mandatados para o efeito, percorreram então essas zonas confinantes com Castela dirigindo-se às sedes dos concelhos em procura de textos conservados localmente que os pudessem informar sobre os tradicionais limites considerados entre os dois reinos vizinhos[11].

Puderam então constatar a total inexistência nas câmaras locais, de qualquer tipo de documento capaz de os elucidar sobre o que pretendiam[12]. Uma ocorrência que tornou inevitável o recurso a um processo desde sempre muito difundido para o esclarecimento e resolução de questões sobre o âmbito espacial de exercício de poderes jurisdicionais: a feitura de uma inquirição. Uma prática que em Portugal se filiava numa longa tradição que teve os seus pontos altos nos

grandes inquéritos régios do século XIII, as denominadas *Inquirições Gerais*, ordenadas por monarcas como Afonso II, Afonso III e D. Dinis[13]. Um método que, numa escala mais modesta e simplificada, foi amiudadamente utilizado, nos séculos medievais e mesmo depois, para clarificar todo o tipo de questões, desde mais relevantes até às por demais insignificantes[14].

Uma vez verificada a falta de documentos comprovativos, os enviados do rei procederam, nas sedes concelhias, à execução desses inquéritos, ouvindo para esse efeito quer os magistrados municipais quer outros indivíduos, especialmente chamados para responderem às perguntas que consideraram indispensáveis para elucidar as questões que ali os tinham trazido[15]. Tratava-se, neste último caso, de homens idosos - atribuem-se-lhe setenta, oitenta, noventa ou mesmo cem anos[16] - que, devido às suas longas vidas e variadas experiências surgiam como por demais qualificados para garantirem informações seguras, reveladoras de situações e de práticas de grande continuidade temporal. Vindos do termo, habitando as freguesias directamente confrontantes com o território vizinho, estes anciãos tinham ainda a vantagem de se confrontarem quotidianamente, com a existência da demarcação[17].

Os depoimentos recolhidos pelos oficiais régios no seu itinerário inquiridor pela zona raiana e contidos nos chamados *Livros do Tombo das Demarcações de Trás-os-Montes e Dantre Douro e Minho* -as referentes ao Entre Lima e Minho preenchem o livro LVII[18] - manifestavam com alguma clareza, as situações contraditórias anteriormente apontadas bem como a ambivalência de que se revestiam as vivências fronteiriças. Com efeito, deles emergia uma inequívoca noção da existência de dois espaços distintos, Portugal e Galiza - atente-se que não se registaram referências ao reino de Castela propriamente dito, o que vem confirmar a atribuição de uma identidade específica ao território galego -a qual, surge um pouco mais óbvia para os que viviam nas margens do rio Minho do que para os que habitavam as localidades mais interiores. Com efeito, grande parte dos inquiridos revelava um conhecimento razoável das zonas galegas que lhe eram contíguas, sendo capazes de individualizar, toponimicamente, um conjunto variado de elementos paisagísticos[19].

Todavia, quando se exigia maior precisão no determinar das linhas divisórias, tudo perdia clareza, o que em grande medida podia ser o resultado da quase total ausência de marcas materiais específicas dessa oposição tais como cruzes, marcos ou lajes, o que propiciava a ocorrência de pontos de soberania indeterminada, confusa, duvidosa e até ancestral e quotidianamente disputada como acontecia com as ilhas e ínsuas do rio Minho ou com alguns caminhos de penetração na zona de montanha[20].

A noção de demarcação veiculada pelas testemunhas inquiridas caracterizava-se ainda por assentar sobre um âmbito essencialmente local, associável ao exemplo que lhes era mais próximo e familiar de delimitação de espaços jurisdicionais ou seja, ao *termo* concelhio. Assim, a delimitação entre Portugal e os *lugares de galiza* era sobretudo o resultado de uma oposição entre os *termos* dos distintos centros urbanos que bordejavam ambas as margens do rio Minho ou que se opunham nas alturas das serras da Peneda e do Soajo[21]. Esta redução de uma oposição entre reinos a um antagonismo entre concelhos se bem que possa ser o resultado do tipo de testemunhas inquiridas- magistrados

locais ou indivíduos por eles indicados- ou do conteúdo das questões formuladas que o texto não explicita, aponta para a manutenção ainda mesmo no século XVI, das tendências de contacto anteriormente enunciadas, que faziam com que uma separação fronteiriça possa ser, em grande parte, encarada como uma divisória entre *vizinhos*, sendo que este designativo deva ser aqui considerado no seu sentido medieval, ou seja de *vizinho de um concelho*. Uma noção que, se por um lado revela oposição não deixa também de sugerir contactos de natureza e intensidade por demais variáveis.

Delimitações cuja visualização, para esses homens de Quinhentos continuava a fazer-se, tal como acontecera com os seus ancestrais medievais, tendo como pontos de referência elementos da natureza espontânea ou transformada pela mão do homem - acidentes de relevo, vegetação, água, culturas, auxiliares de produção, etc[22]- e na qual o rio Minho assumia um vincado protagonismo pois constituia, simultaneamente, um elemento de contacto e de separação, ajudando a delinear uma clara *linha* de oposição[23]. Na área montanhosa, eram os tradicionais caminhos de transumância que desempenhavam esse papel de eixo propiciador de ligações e/ou de afastamentos[24]. Realidade concreta para os habitantes de Entre Lima e Minho que tinham sido chamados a prestar testemunho, a separação em relação à Galiza tendia a reduzir-se, quando passada a escrito, a uma sucessão de topónimos, que na maior parte dos casos, parecem ordenar-se de acordo com um determinado percurso[25].

Mas, nos depoimentos recolhidos, as testemunhas tendiam ainda a considerar importante mencionar que para elas, a demarcação entre a Galiza e Portugal, passava também pelo modo como se relacionavam com os seus vizinhos de Além Minho, ou seja, pelas vivências fronteiriças, que pareciam caracterizar-se por atitudes e práticas claramente contraditórias que podem ser exemplificadas através de dois expressivos relatos transcritos pelos inquiridores. Assim, os homens ouvidos em Monção vangloriavam-se de *...espancar e meter em Regra...*[26] os galegos que se atreviam a lançar redes de pesca em área considerada portuguesa enquanto os inquiridos em Valença expressavam atitudes bem diferentes, uma vez que afirmavam que cada um dos lados da fronteira respeitava os seus respectivos espaços de tal modo que tinham *...tão boa vizinhança com os de Tuy que desta villam casam em Tuy e os de Tuy casão em esta vila....*[27]

A situação encontrada ainda no século XVI, caracterizada pelo intenso localismo no estabelecimento da linha divisória e por vivências em que coexistia a aproximação e a repulsa, isto é, o amor e o ódio não pode causar estranheza, pois revelava a continuidade da tensão anteriormente mencionada, resultante de distintas pulsões, uma centrífuga associável aos quotidianos vividos pelas populações locais e outra, centrípeta, protagonizada pelo rei e sobretudo pelos seus oficiais que actuavam na região. E atesta ainda a dificuldade com que o Entre Lima e Minho se deparou, durante a Idade Média, para aprender a olhar a Galiza como diferente, oposta e inimiga. O que não pode surpreender, se se recua no tempo e se recorda que foram decisões de cariz exclusivamente político e militar que separaram estas duas margens do rio Minho.

Um processo que teve o seu início em 1096 com a outorga do Condado Portucalense a Henrique de Borgonha e que ganhou um ímpeto irreversível quando seu filho, Afonso Henriques, assumiu a chefia dessa entidade política

em 1128, o qual, reforçado e legitimado pelas suas vitórias militares contra o inimigo muçulmano e sobretudo com a inequívoco sucesso da profunda incursão em território islâmico que se saldou pelo significativo triunfo de Ourique em 1139, logrou o reconhecimento da sua autonomia por parte de Afonso VII em 1143, o que veio confirmar a separação entre a Galiza e o Entre Lima e Minho, este último desde então definitivamente integrado no reino português[28].

Assim as duas margens do rio Minho tiveram que proceder a um progressivo e claro contrariar de naturais e ancestrais forças de atracção em favor de uma repelecção que abrisse caminho à sua maior identidade com as entidades políticas em que se inseriam, uma sintonia que surgia ainda como mais indispensável nos momentos, numerosos nas centúrias medievais, de enfrentamento mútuo. Assim, o Entre Lima e Minho -a Galiza viveu por certo, um processo semelhante- passou a integrar-se em estratégias régias mais globais, postas em prática com adaptações regionais e conjunturais em todas as áreas periféricas do reino português com as quais se procurava contrariar a manifestação de forças centrífugas capazes de comprometerem a afirmação de soberania em regiões por demais vitais em momentos de conflito. Estratégias de antagonismo cujo desenvolvimento, ao longo da Idade Média, e para o caso do Entre Lima e Minho, revela a ocorrência de fases distintas.

A primeira, estende-se *grosso modo* entre 1130, data da primeira incursão de Afonso Henriques sobre a Galiza e 1199 quando Sancho I abandonou as cidades de Tui e Pontevedra que tinha ocupado dois anos antes[29]. Um período que correspondeu a uma inequívoca instabilidade bélica resultante do facto dos monarcas considerarem a zona de além Minho como parte integrante das suas pretensões de alargamento territorial do reino[30]. A sucessão de enfrentamentos militares ocorridos nas duas margens do rio Minho trouxeram-lhes um cíclico renovar da presença da violência no quotidianos das suas gentes que tiveram de passar a encarar-se mutuamente como inimigas.

E teve ainda como corolário a reorientação do enquadramento militar do Entre Lima e Minho destinado a prever e defender ataques vindos da zona galega, remetendo assim definitivamente para o passado as preocupações com ataques muçulmanos vindos do sul. O que se traduziu no reforço da defesa das principais estradas e passagens fluviais mediante o recurso a fortalezas roqueiras - Castro Laboreiro, Froião, Pena da Rainha e Santa Cruz entre outros - onde se instalavam nobres da confiança dos monarcas, os quais, encabeçados pelo *tenens* regional, procuravam assegurar uma eficácia bélica que se respaldava, em grande medida no empenho das populações instaladas na área, a quem competia a prestação de variadas formas de apoio a esses pontos fortificados. Datam também desta cronologia as concessões de carta de foral a Melgaço e Contrasta, com as quais se pretendia a constituição de pólos ordenadores urbanos nas zonas mais decisivas do enfrentamento com a Galiza[31].

Uma outra fase estende-se entre o limiar do século XIII e o dealbar da centúria seguinte e caracterizou-se por um claro esbater das disputas territoriais, facto que não pode ser dissociado de uma progressão territorial em direcção a sul vivida pelas monarquias ibéricas nesta cronologia e que afastou as potenciais áreas de conflito da zona Noroeste. Por outro lado, o fim da *Reconquista* portuguesa, ocorrido em 1249 com a conquista do Algarve proporcionou aos monarcas maior

disponibilidade para levarem a cabo estratégias de consolidação da ocupação efectiva do território e de afirmação da sua autoridade[32].

No caso do Entre Lima e Minho a efectivação de sucessivas vagas de *Inquirições* durante o século XIII revelou uma situação preocupante pois para além de uma impressionante implantação senhorial a região registava uma forte penetração galega polarizada na mitra tudense a quem cabia o enquadramento religioso da zona, na presença patrimonial de importantes mosteiros -entre os quais sobressaia o cenóbio cisterciense de Oia - e ainda pela instalação de numerosas famílias nobres cujo solar de origem estava em terras galegas. E se as ocorrências mencionadas não fossem por demais suficientes para acentuarem as tendências centrífugas das populações raianas do Alto Minho, era ainda na Galiza que se localizavam prósperos núcleos urbanos tais como Tui e Orense, capazes de se assumirem, sobretudo para uma região de escassa vitalidade urbana, como pólos ordenadores económicos, culturais e até políticos[33].

Tendências que os monarcas portugueses procuraram minorar criando condições para o desenvolvimento de uma rede urbana- datam desta cronologia os significativos apoios a Melgaço, Monção e Valença e a formação das póvoas de Caminha e Cerveira - uma estratégia que na óptica régia apresentava uma dupla vantagem, uma vez que permitia não só contrariar a forte preponderância senhorial- em que se destacava a disseminada presença da nobreza galega- mas sobretudo orientar para a alçada régia a administração, fiscalidade e potencialidades económicas de uma área que apresentava um significativo dinamismo humano e económico.

Uma opção que propiciava ainda aos monarcas a possibilidade de se oporem à importante hegemonia de centros episcopais como Tui e Orense e de responderem à afirmativa intervenção da autoridade régia castelhana na Galiza que, por essa altura, fomentava o desenvolvimento de núcleos urbanos na margem norte do rio Minho[34]. Uma intervenção que encontrou o seu natural complemento nas campanhas construtoras com as quais se procurou dotar os nóveis núcleos urbanos com estruturas defensivas eficazes que pudessem ainda servir para consolidar a noção de uma linha de oposição ao reino vizinho, tal como a criteriosa escolha das comunidades a apoiar revelava[35].

A estratégia aplicada neste período cronológico necessitava, para comprovar a sua eficácia, de uma conjuntura de paz e prosperidade que permitisse o pleno desabrochar de núcleos urbanos ainda incipientes. Ora o século XIV e as primeiras décadas de Quatrocentos foram por demais agrestes para o Entre Lima e Minho e para a sua vizinha Galiza pois para além de viverem a fase depressiva comum a todo o Ocidente cristão foram ainda cenário de recorrentes confrontos bélicos tais como a guerra de 1336-39, as guerras fernandinas de 1369-71 e de 1372-73 e por fim os embates com Castela que D. João I protagonizou em 1384-85 e mais demoradamente entre 1385 e 1393[36].

As margens do rio Minho voltaram portanto a ser um espaço em disputa, ocupado intermitentemente por exércitos destrutivos, confrontando-se com limitações de circulação, com perdas de cultivos, com interrupções dos circuitos comerciais, com elevadas perdas humanas[37]. Transformado em cenário de decisivos combates para a sobrevivência do reino, o Entre Lima e Minho depressa aprendeu a tirar vantagens do empenhamento que lhe era exigido no esforço de

guerra - multiplicaram-se nesta altura as anúduvas para a reparação e construção de muralhas e outros edifícios fortificados[38] - logrando obter para as suas comunidades urbanas concessões de vantajosos privilégios ou de alargamentos de termos que os monarcas agradecidos não lhe recusavam[39]. Noutras alturas porém, como durante as guerras fernadinas ou durante a primeira campanha do mestre de Avis na região, viveu dilemas difíceis, talvez por vezes dilacerantes, pois a origem galega de muitos nobres que aí se implantavam e eram responsáveis pelos castelos e fortalezas da região tornavam complexas certas escolhas e tomadas de posição[40].

Desta conjuntura adversa, a zona emergiu demograficamente deprimida como é atestado pela transformação de várias localidades raianas - para as quais se tinha esperado uma evolução próspera - em coutos de homiziados, um processo pelo qual se procurava promover a recuperação de quantitativos populacionais perdidos[41]. Mas a guerra da independência de finais do século XIV, a mais longa e destrutiva para ambos os lados do rio Minho parecia no entanto, ter tido repercussões significativas na vivência fronteiriça[42]. A desorganização dos contactos, a limitação das possibilidades de circulação, a continuidade da necessidade de encarar os vizinhos do outro lado do rio como inimigos, as violências dos exércitos ocupantes, devem ter ajudado a desenvolver sentimentos de animosidade que aconselhavam a maior afastamento[43]. Tal como parece ser comprovado pelo afã de muitos portugueses em desfazerem-se, no limiar do século XV, de bens imóveis possuídos em Tui ou na zona raiana[44].

A paz definitiva entre Portugal e Castela assinada em 1411 afastou definitivamente os cenários de guerra das bordas do rio Minho[45]. E abriu caminho *a um período em que se torna clara a secundarização dos conflitos fronteiriços* entre as duas coroas nesta zona. Uma fase que, em Portugal, coincide com uma estabilização espacial do rei na região centralizada por Lisboa e que tem como consequência a valorização das fronteiras beirã e alentejana -por elas se tinha acesso mais rápido e directo à zona central do reino -em detrimento das localizadas mais norte. Mas a centúria de Quatrocentos correspondeu ainda ao adensar do enquadramento administrativo do reino mediante o aperfeiçoamento e/ou desdobramento das estrututuras administrativas, as quais tenderam a constituir a sua rede de implantação a partir de um vértice central ou seja, o rei[46].

Regiões como o Entre Lima e Minho surgiram então como claramente excêntricas, não só devido à sua posição geográfica no contexto global do reino mas também e principalmente porque passavam a sê-lo em relação a instituições administrativas enquadradoras sediadas na imediata proximidade do monarca, sendo que esta última ocorrência era propiciadora de situações de maior ineficiência da implantação e do funcionamento dos instituições administrativas[47]. Assim, e tal como aconteceu com a maioria das zonas fronteiriças do reino, as preocupações régias tenderam circunscreverem-se à manutenção da eficácia da linha de pontos fortificados -atente-se às campanhas de manutenção das fortalezas da zona empreendida por D. João II[48]- e a procurarem garantir o assentamento de uma rede de barreiras fiscais capazes de garantirem, através das cobranças de taxas e direitos, o usufruto para a coroa dos rendimentos sobre a circulação trans-fronteiriça de pessoas e bens[49]. O interesse régio pelas as zonas fronteiriças, tendeu assim a confinar-se a aspectos militares e fiscais, o que

ajuda a explicar as importantes doações feitas, ao longo do século XV, a grandes magnates do reino de direitos e poderes régios sobre zonas de confinamento com o reino vizinho. Assim aconteceu no Entre Lima e Minho, onde significativas concessões à casa de Bragança, nomeadamente dos castelos e alcaidarias de Melgaço e Castro Laboreiro, atestavam a perda de valor estratégico da região[50].

A prolongada conjuntura de paz vivida a partir de 1411, contudo, tornou as diferenças menos nítidas e permitiu por certo, o retomar de contactos e de ancestrais afinidades, capazes de manterem a sua vitalidade mesmo quando fortemente contrariadas por políticas centralizadoras. Um re-encontro que nem mesmo a perda de uma língua quase inteiramente comum - o estreitar da submissão da Galiza ao poder castelhano no século XV contribuiu para a imposição junto das populações locais, sobretudo através da via administrativa, de uma outra língua - conseguia minimizar[51].

Na verdade, os elementos de ligação eram desde sempre muitos[52] e foram permanecendo ao longo de toda a Idade Média, manifestando-se de forma tímida mas contínua na documentação disponível para ambas as margens do rio Minho. Passavam por uma grande similitude na organização da paisagem natural, pelas afinidades climáticas que talhavam verões e invernos iguais, nas culturas que se promoviam e que geravam idênticos ritmos do calendário agrícola[53], pela intensa circulação de pessoas e bens através do curso do Minho que tanto recorria às barcas de passagem como à proximidade cúmplice de ínsuas, ilhotas e vaus[54]. Gentes que se uniam através das mesmas devoções[55], e que encontravam uma especial protecção no túmulo do apóstolo Santiago[56]. O rio Minho parecia por vezes, unir duas margens de uma só região, uma vez que para os que nela habitavam, os patrimónios se dispersavam por ambos os lados[57], se exercia o ofício em qualquer um dos seus núcleos urbanos[58], era comum a prática de iludir os oficiais fronteiriços para melhor se contrabandearem mercadorias ou para fugir à justiça[59]. Para os que habitavam o Entre Lima e Minho, a Galiza era um local onde se ia trabalhar[60], rezar, folgar, pagar as rendas[61], professar[62], casar[63], e até era o local onde se encontrava a última morada, como acontecia com os que queriam ser sepultados em mosteiros aí localizados[64]. Mas a Galiza e os galegos eram ainda local e protagonistas de conflitos e violências, tão característicos deste tipo de vizinhança fronteiriça[65].

Uma proximidade que perece ser confirmada pelo semelhança das petições apresentadas pelos núcleos urbanos portugueses e galegos a Afonso V, quando este, em 1462, realizou a sua simbólico percurso por terras de Entre Douro e Minho. Nas cartas de privilégio concedidas pelo monarca em resposta a esses pedidos ficavam visivelmente consignadas condições que permitiam a fluidez de contactos entre as comunidades raianas[66]. Preocupações do mesmo tipo estavam ainda presentes nos róis de capítulos especiais apresentados pelas vilas minhotas nas assembleias de cortes que foram tendo lugar no decorrer do século XV[67]. Na verdade, a oposição política dificilmente poderia contrariar, na totalidade, a complementaridade que ambas as margens de um rio sempre têm de ter.

Apesar de sacudidas por simultâneas forças centrípetas e centrífugas as gentes da Galiza e do Entre Lima e Minho foram mantendo na sua pacatez de zonas esquecidas pelos que mandavam nos seus respectivos reinos, uma especial forma de relacionamento que se manteve quase intacta até aos dias de hoje.

E que tanto podia explodir violentamente em dias de romaria como remeter-se a tranquilas cumplicidades geradas pela que se partilhava, pelos filhos que se casavam ou pela habilidade em ludibriar as autoridades fiscais. E que encontravam um momento único, à hora do sol posto, na foz do rio Minho, quando a mesma luz unia a Galiza ao Entre Lima e Minho.

* Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Este texto apresenta com a maior profundidade que a escrita sempre permite, as ideias apresentadas na conferência proferida na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela em 22 de Abril de 1997.

[1] Vd. Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval*, dissertação doutoramento dact. , Lisboa, FCSH-UNL, 1994, pp. 57-66 (no prelo).

[2] Vd. Augusto Pérez Alberti, A *Xeografia*, Vigo, Galaxia, 1986, pp. 160-170.

[3] Vd. Ermelindo Portela e Mª Carmen Pallares, «La investigación histórica sobre la Edad Media en Galicia» in Justo G. Beramendi (coordenador), *Galicia e a historiografia*, Santiago, Tórculo Edicións, 1993, pp. 79-106.

[4] Cf. Georges Duby, A *história continua*, Porto, Asa, 1992, pp. 25-26.

[5] Vd. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 9-36.

[6] Vd. António Manuel Hespanha, *As vésperas de Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século* XVII, Lisboa, 1986.

[7] Sobre o Numeramento de 1527 consulte-se por todos João José Alves Dias, *Gentes e espaços*, Lisboa, FCG/JNICT, 1996.

[8] Sobre o processo de feitura da reforma dos forais consulte-se o estudo de Mª José Mexia Bigotte Chorão, *Os forais de* D. *Manuel*. 1496-1520, Lisboa, ANTT, 1990. Uma visão global da cronologia e da cartografia dos novos forais concedidos por D. Manuel pode ser encontrada em Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, O *século de Ouro* (1495-1580), Lisboa, Verbo, s/d, pp. 212-217. Sobre os objectivos pretendidos pelo monarca com a reforma dos forais consulte-se Nuno Gonçalo Monteiro, «A sociedade local e os seus protagonistas» *História dos municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, direcção de César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 31-37.

[9] Vd. Diogo Ramada Curto, «A cultura política» in *No Alvorecer da Modenidade*, coord. de Joaquim Romero de Magalhães, vol. III de *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 130-132 e também António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna, Coimbra, Almedina, 1982, pp. 356, 502 entre outras.*

[10] Sobre a questão das fronteiras nesta cronologia leia-se Joaquim Romero de Magalhães, «O enquadramento do espaço nacional» in O *Alvorecer da Modernidade*, coord. de Joaquim Romero de Magalhães, vol. III de *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 24-35.

[11] Vd. TT, *Núcleo Antigo* , nº 289 (doravante TT, NA 289), fls. 152 , 164, 172 entre outros.

[12] Cf. como um exemplo o que se passou em Melgaço: *...e com elles catey o cartoryo da camara e nom tynhão nenhũ papell que fallase na demarcaçan com galiza...* in TT, NA 289, fl. 154vº. Note-se que o processo de actuação dos inquiridores se repete sem alterações em todas as localidades visitadas.

13 Os monarcas recorreram com frequência à feitura de inquirições no entanto, as de âmbito mais alargado tiveram lugar sobretudo nos séculos XIII e XIV. Cf. Luís Krus, «Inquirições» in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986, tomo I, pp. 343-344.

14 Como exemplo de inquirição destinada a esclarecer importantes questões patrimoniais pode considerar-se a conjunto levado a efeito a quando das questões geradas pela herança de Gonçalo Garcia de Sousa nos finais do século XIII e exploradas por Luís Krus no seu trabalho « O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas» in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 59-99. Outro exemplo interessante é o do vasto conjunto de inquéritos efectuados nos concelhos por Fernão de Pina nos últimos anos do século XV e que se destinavam a preparar a reforma dos forais. Cf. apena como um entre muitos TT, *Gaveta* XX, maço 12, nº 22. Mas também os assuntos mais restritos e comezinhos podiam implicar a feitura de uma inquirição tais como a elucidação das propriedades de um mosteiro numa determinada freguesia. Cf. como exemplo Archivo Historico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta nº1815, nº9 (1306, Junho, 1, Valença). Ou o esclarecimento da propriedade de uns bois tresmalhados na zona fronteiriça de Valença. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales*, nº 25, fls. 239-240 (1464, Setembro, 30).

15 Cf. TT, NA 289, fl. 153: *...e asy lhes ffiz outras mais perguntas necessaryas...*

16 Cf. TT, NA 289, fls 155 e 178 entre outros. O recurso a homens idosos era corrente neste tipo de inquéritos. Cf. Luís Krus, *ob. cit.*, pp. 74-76. Sobre o significado das idades mencionadas pelas testemunhas bem como sobre a valorização da velhice na sociedade medieval consulte-se Luís Krus, «Atitudes face à inovação/tradição na sociedade medieval» in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos* Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 26-32.

17 O depoimento destas testemunhas destinava-se a confirmar ou retificar a demarcação estabelecida a partir dos depoimentos dos oficiais concelhios. Daí o interesse em recorrer a testemunhos directos - *de vysta*, como refere o documento- das situações vividas. Uma vez que o processo é comum a todas as localidades veja-se como exemplo TT, NA 289, fls. 154vº-155.

18 Cf. TT, NA 289. Verifique-se as cotas dos volumes dedicados a outras regiões raianas em Mªdo Carmo Jasmins Dias Farinha e Mª de Fátima Dentinho Ó Ramos, *Núcleo Antigo. Inventário*, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1996, pp. 45-47.

19 Este conhecimento é mais claro e pormenorizado nos oficiais concelhios que chegam até a relatar algumas circunstâncias relacionadas com magnates galegos que senhoriavam as zonas raianas. Inquiridos em Melgaço referiam que ouviram dizer que o rio Minho nascia na Galiza *....acima da cidade de lugo...* (TT, NA 289, fl. 153) enquanto os de Cerveira descreviam a vizinha vila da Guarda como dispondo de muralha e sendo da jurisdição do bispo de Tui (*Idem*, fl. 176).

20 As referências a marcas materiais destinadas a sancionar a divisória são muito escassas se se atender à extensão da área em observação, no entanto sabe-se que elas eram correntemente utilizadas em todos os tipos de demarcação espacial, quer se trate de coutos, de termos concelhios ou de separações entre reinos. Cf. para o último caso que é o que tem a haver com a temática deste texto Rita Costa Gomes, «A construção das fronteiras» in A *Memória da nação*, org. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Sá da Costa, 1989, pp. 367-68 e ainda da mesma autora «Sobre as fronteiras medievais: a Beira» sep. de *Revista de História Económica e Social*, 21, Lisboa, 1987. A disputa dos caminhos de penetração de montanha ressalta nos depoimentos recolhidos em Castro Laboreiro (TT, NA 289, fl. 157) enquanto a contenda em torno das águas do rio e das suas ínsuas e ilhotas fica evidente nos inquéritos realizados em Monção, Valença, Caminha e especialmente em Cerveira, devido a existência de uma ilhota, a Boega, susceptível de bom aproveitamento agrícola (cf.TT, NA 289,fls. 166, 173vº, 181vº e 177vº-178).

21 Cf. como um exemplo pois a situação repete-se em todas as localidades inquiridas TT, NA 289, fl. 176. Esta ocorrência já foi referenciada para cronologias anteriores e para outras zonas fronteiriças. Cf. Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, p. 61.

[22] Leia-se um exemplo relativo a uma delimitação mencionada em Castro Laboreiro: *...começando na rybeira de braros ao porto do salgeirall e des hy ao porto das fontes e des y deixa o ryo e vay per a galiza a hû marco que hy sta ao pe de hû frexo e da hy......até o porto de meyjoanes em agoa do porto do malhao todo pela agoa abaixo...* (TT, NA 289, fl. 156vº).

[23] O rio Minho está presente em depoimentos colhidos em todas as localidades sendo as referências mais numerosas obviamente, nos inquéritos realizados nos concelhos ribeirinhos. Cf. TT, NA 289, *passim*.

[24] Cf. TT, NA 289, fls. 156vº-157.

[25] Trata-se de uma particularidade que pode ser detectada em muitas outras situações. Cf. Luís Krus, «O rei herdeiro dos condes: D.Dinis e a herança dos Sousas»..., p. 77.

[26] Cf. TT, NA 289, fl. 166.

[27] Cf. TT, NA 289, fl. 173vº.

[28] Cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 149-168 bem como toda a bibliografia específica citada nas respectivas notas.

[29] Cf. cronologia dos confrontos bélicos e das ocupações mútuas em Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 445-448.

[30] Vd. Amélia Aguiar Andrade, «A estratégia afonsina na fronteira Noroeste» in *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso.* vol. II- A *política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal/Universidade do Minho, 1997, p. 83.

[31] Esclareça-se a estratégia afonsina para a região em Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 83-93. A acção interventiva de Sancho I no Entre Lima e Minho pode ser conhecida em Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira...*, pp. 172-175, 212-213 e 230-236.

[32] Vd. Amélia Aguiar Andrade, «Estado, território e 'administração régia periférica'» in A *génese do estado moderno no Portugal tardo-medievo*, organização de A. Carvalho Homem e Mª Helena da Cruz Coelho, Lisboa, Universidade Autónoma, 1998(no prelo).

[33] Aspectos desenvolvidos em Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira...*, pp. 237- 322.

[34] A estratégia de Afonso III e D. Dinis para o Entre Lima e Minho pode ser sumariamente apreendida em Amélia Aguiar Andrade, «Um empreendimento régio: a formação e desenvolvimento de uma rede urbana na fronteira noroeste de Portugal durante a Idade Média» in *Penélope-Fazer e Desfazer a História*, nº 12, Lisboa, 1993, pp. 121-125 e melhor aprofundada em Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira....*, pp. 327-375 e ainda em «A estratégia dionisina na fronteira noroeste» in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval-As relações de fronteira no século de Alcanises*, Porto (no prelo).

[35] Informações obtidas a partir da comunicação apresentada por Mário Barroca nas IV *Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval- As relações de fronteira no século de Alcanises* cuja publicação das Actas se aguarda para muito breve.

[36] Cf. A. H. Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, volume IV de *Nova História de Portugal*, direcção de A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, Presença, 1987, pp. 495-541 e ainda João Gouveia Monteiro, A *guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997, tomo II, pp. A-i a A-xii. Veja-se ainda Humberto Baquero Moreno, «A campanha de D. João I contra as fortalezas da região de Entre Douro e Minho» in *Revista da Faculdade de Letras-História*, II série, Porto. vol. II, pp. 45-57.

[37] Ver a cronologia dos confrontos bélicos na bibliografia citada na nota anterior bem como os sugestivos relatos de Fernão Lopes. Cf. Fernão Lopes, *Crónica de* D. *Fernando*, edição crítica de Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, pp. 101-107 e *Crónica del Rei dom João* I., edição de William Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, tomo II, pp. 15-17, 29-37, 188-190, 275-280, 287- 289, 356- 375. As consequências das guerras do século XIV apontadas no texto podem ser comprovadas para Melgaço em Humberto Baquero Moreno, «O concelho de Melgaço no tempo de D. João I» in *Revista de Ciências Históricas*, vol. IV, Porto, 1989, pp. 149-163. As destruições nos edifícios fortificados da zona devem ter sido por demais significativas - o castelo de Valença ficou reduzido a chão (TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro 2, fl. 143) - pois nos primeiros anos do século XV procedia-se a reparações que implicaram a contribuição monetária de toda a região. Cf. TT, *Chancelaria de* D. *João* I, livro 2, fls. 197-197v°.

[38] Em documento datado de 1370 menciona-se a ocorrência de uma anúduva e construção de barbacã em Valença da qual D. Fernando isentou os moradores no julgado de Froião. É ainda referida a anterior intenção de D. Pedro de levar a efeito a construção de um castelo no julgado de Froião semelhante ao de Lindoso. Cf. TT, *Chancelaria* D. *Fernando*, livro 1, fls. 59-59v°. Em 1374 realizaram-se obras na muralha de Viana, cf. TT, *Chancelaria* D. *Fernando*, livro 1, fl. 156v° e Arquivo Municipal de Viana do Castelo, *Foral Grande*, fls. 44v°-47. Em 1379 estavam em curso obras nas fortalezas da região. Cf. TT, *Chancelaria* D. *João* I, livro 2, fls. 197-197v°.

[39] Assim aconteceu com Ponte de Lima que obteve um alargamento do termo em 1369 para além de outras concessões. Cf. Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Horizonte, 1990, p. 245. No mesmo ano Valença conseguia que o julgado de Froião fosse incluído no seu termo, o que foi depois confirmado por D. João I. Cf. respectivamente TT, *Chancelaria* D. *Fernando*, livro 4, fls. 48-48v° e *Chancelaria* D. *João* I, livro 1, fl. 164. Em 1385 Monção recebeu do rei metade da terra de Valadares como termo bem como a confirmação da sua condição reguenga. Vd. respectivamente TT, *Chancelaria* D. *João* I, livro 1, fl. 159 e *Leitura Nova, Além Douro*, livro 1, fls. 71-71v°. Atente-se ainda ao caso de Melgaço exemplarmente elucidado por Humberto Baquero Moreno na obra citada na nota n° 37.

[40] Entre os nobres galegos a desempenharem funções importantes contavam-se Fernão Peres Churrichão - foi alcaide do castelo de Melgaço em 1382 (TT, *Chancelaria de* D. *Fernando*, livro 4, fl. 26), no mesmo ano recebeu as rendas do cabido de Tui em Portugal (*Idem*, livro 2, fl. 91v°)-; Lopo Gomes de Lira - recebeu a terra de Froião em 1381 (TT, *Chancelaria de* D. *Fernando*, livro 4, fl 28v°), era meirinho-mor do Entre Douro e Minho em 1376 (TT, *Chancelaria de* D. *Fernando*, livro 1, fl. 188), cargo que mantinha em 1382 (Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do século* XV, *Friestas*, gaveta 7-B, maço 1, n°2) e ocupava Ponte de Lima em 1385 quando D. João I atacou a vila (Fernão Lopes, *Crónica de* D. *João* I..., pp, 29-37)- ; Afonso Gomes de Lira - o monarca concede-lhe em 1371 o terra de Froião (TT, *Chancelaria* D. *Fernando*, livro 1, fl. 69) ; Álvaro Pires de Castro - em 1371 recebeu as vilas e castelos de Viana e Caminha (TT, *Chancelaria de* D. *Fernando*, livro 1, fls. 73-73v°); Estevão Anes Marinho -recebeu a terra de Valadares em 1374 (TT, *Chancelaria* D. *Fernando*, livro 1, fls. 148v°-149) e o castelo de Castro Laboreiro (TT, *Chancelaria* D. *Fernando*, livro 1, fl. 191). Estas presenças podem explicar as tomadas de posição a favor de Castela assumidas pelos concelhos do Entre Lima e Minho em 1383-85. Consulte-se Mª José Ferro Tavares, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385» in *Revista de História Económica e Social*, n° 12, Lisboa, 1983, pp. 45-90, principalmente o mapa da página 86.

[41] Caminha passa a couto de homiziados logo em 1406 depois de uma infrutífera tentativa de promover a recuperação demográfica da vila através da concessão de vantagens a povoadores vindos de fora. Cf. respectivamente Humberto Baquero Moreno «Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa» in *Os municípios portugueses nos séculos* XIII *a* XVI. *Estudos de História*, Lisboa, Presença, 1986, p. 112 e TT, *Chancelaria de* D. *João* I, livro 2, fls. 177-177v°. Ainda em 1430 a zona continuava a denotar problemas de povoamento o que levou o mosteiro de Fiães a pedir ao rei que propicie, através da concessão da isenção de pagamentos de fintas e talhas, a vinda de dez homens de fora do reino. Cf. TT, *Chancelaria de* D. *João* I, livro 4, fl. 118v° . Este facto explica a passagem de Melgaço a couto de homiziados em 1431. Cf. Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 116 bem como a tentativa, na mesma altura, de povoar a quintã de Lanhelas através da outorga de privilégios a quinze lavradores. Cf. TT, *Chancelaria de* D. *João* I, livro 4, fls. 130v°-131.

42 Trata-se de uma ocorrência mais generalizado. Cf. José Mattoso, A *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998, pp. 17-18.

43 A situação é invocada pelos moradores de Melgaço. Cf. Humberto Baquero Moreno, « O concelho de Melgaço no reinado de D. João I» ..., pp. 155-157.

44 Assim aconteceu por exemplo, com o escudeiro Soeiro Gomes, morador na freguesia de Tangil que vendeu uma herdade localizada no termo de Tui em 1417. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales, Juan Rodriguez*, I, fls. 1-1v° ou de um morador em Caminha que alienou, no mesmo ano, casas que possuía em Tui. Cf. *Idem*, fls. 33v°-35. Também se detectam situações inversas ou seja, de galegos que vendem bens localizados no Entre Lima e Minho. Cf. *Idem*, fls. 30v°-31v° entre outros.

45 Cf. A. H. Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 550-564.

46 Vd. Amélia Aguiar Andrade, «Estado, território e 'administração régia periférica'» ... onde estes aspectos são aprofundados.

47 Vd. Amélia Aguiar Andrade, «Estado, território e 'administração régia periférica'» ... onde estes aspectos são aprofundados.

48 Cf. TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro I, fls. 26-26v°. Sobre os surtos construtivos de finais da Idade Média e do período manuelino consulte-se Rafael Moreira, «A época manuelina» in *História das fortificações portuguesas no mundo*, direcção de Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 91-142.

49 Vd. João Cordeiro Pereira, *Para o estudo das alfândegas em Portugal*, Lisboa, FCSH-UNL, 1983, p. 24 ; Ana Maria Pereira Ferreira, A *importação e o comércio têxtil em Portugal no século* XV (1385-1481), Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1982, pp. 52-65 e ainda Joaquim Romero de Magalhães, « O enquadramento do espaço nacional» ..., pp. 32-33.

50 Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança* (1384-1483), Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, os quadros intitulados 1- *Bens imóveis, direitos e rendas da Casa de Bragança*-A) *Doações régias* e 2-*Privilégios, cargos e títulos recebidos pela Casa de Bragança* 1384-1483-B) *Casa de Bragança*. Note-se que os monarcas reservavam para si tudo o que tinha a ver com a zona litoral, nomeadamente as vilas que asseguravam o domínio dos estuários dos rios Lima e Minho ou seja, Viana e Caminha, áreas de óbvias potencialidades económicas.

51 Vd. María del Carmen Sánchez Carrera, *El bajo Miño en el siglo* XV. *El espacio y los hombres*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1997, p. 30.

52 Convém sempre recordar que para além de afinidades geográficas a Galiza e todo o Norte de Portugal beneficiam de heranças culturais com muitos pontos em comum geradoras de semelhanças e propiciadoras de contactos.

53 Vd. Mª Carmen Pallares e Ermelindo Portela, *El Bajo Valle de Miño en los siglos* XII *y* XIII. *Economia agraria y estructura social*, Santiago de Compostela, 1971 e Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira*..., pp. 237-321.

54 As barcas de passagem estão documentadas desde o século XII (cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.* pp. 156 e 158). Existentes em todas as localidades fronteiriças - Caminha, Cerveira, Valença, Monção e Melgaço - no entanto, apenas a que ligava Valença e Tui se encontra satisfatoriamente documentada dispondo-se dos contratos de arrendamento, a partir dos quais se pode conhecer os preços cobrados pelo transporte de pessoas e mercadorias. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Pergameos*, carpeta 14, n°1 (1377, Março, 28); *Protocolos Notariales, papel, Alonso Fernandez*, fls. 20v°-21 (1460, Março, 31) ; *Protocolos Notariales*, n° 25, fls. 138v°-139 (1483, Abril, 1) e *Pergameos* , carpeta 9 ,n° 20, este último documento está publicado em Ernesto Iglésias Almeida, *Los Antiguos "portos" de Tuy y las barcas de pasaje a Portugal*, Tuy, 1984, pp. 71-75 e em Elisa Ferreira Priegue, *Los caminos medievales de Galicia*, Ourense, Museo Provincial, 1988, pp. 68-72. Nos inquéritos realizados para a delimitação fronteiriça no século XVI, as menções as barcas de passagem são frequentes. Cf. TT, NA 289, *passim*.

55 A forte presença patrimonial de instituições religiosas galegas era o corolário dessas devoções. Veja-se, apenas como exemplos, a doação a Tui efectuada por um morador na freguesia de Cerdal em TT, *Colegiada de Valença*, maço 5, nº 9 e a testação a Oia de um morador em Valença em Archivo Histórico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta 1822, nº 19. Uma visão de conjunto destas presenças galegas no século XIII pode ser detectada em Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 312-318. Para as centúrias seguintes consulte-se José Marques, «O Censual do Cabido de Tui para o Arcediagado da Terra da Vinha-1321» e «O mosteiro de Oia e a granja da Silva no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV» in *Relações Entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, FCG/JNICT, 1994, pp. 65-103 e 205-233. Note-se que no último quartel do século XIV e no limiar da centúria seguinte alguns destes patrimónios estão em erosão demonstrando que para estas comunidades, a implantação em Portugal e consequentemente a sua popularidade, eram residuais. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Becerro Negro*, fls. 111vº a 113vº (1507-alienação dos bens do mosteiro de Sta Ovaia das Donas). e *Pergameos*, carpeta 9, nº 24 (1474, Outubro, 22-venda dos bens do mosteiro de Tomiño).

56 Sobre a importância do culto a Santiago no norte de Portugal consulte-se José Marques, *O culto de S. Tiago no Norte de Portugal*, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4 (1992), pp. 99-148 e Alcina Manuela de Oliveira Martins, *Os votos de S. Tiago no Norte de Portugal (sécs.* XII-XV), Pontevedra, Xunta de Galicia, 1993 .

57 Ocorrência válida não só para instituições religiosas mas também para particulares quer se trate de nobres - atente-se ao exemplo de Lopo Gomes de Lira que possuía moinhos no termo de Ponte de Lima (Archivo Catedral de Tuy, *Becerro Negro*, fl. 147) - como para não privilegiados tal como acontecia, entre outros exemplos, com o mercador de Valença, Domingos Esteves. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales, pergameo, Juan Rodriguez*, (1475, Julho, 23) .

58 Colhem-se exemplos de galegos a habitarem nos núcleos urbanos da região em TT, *Colegiada de Valença*, maço 3, nº 26 e *Leitura Nova, Além Douro*, livro I, fls. 235vº-236vº. Portugueses a habitarem localidades galegas são confirmados por documentos transcritos em, por exemplo, Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales*, nº 25, fl. 147.

59 Para os galegos, o Entre Lima e Minho era a zona mais próxima para exílio em resultado de fuga à justiça podendo causar problemas devido ao seu comportamento. Cf. TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro I, fls. 25vº-26 e também *Chancelaria D. Afonso* V, livro 20, fl. 43vº. Tal como a Galiza o era para os portugueses. Cf. apenas como um exemplo TT, *Chancelaria de D. João* II, livro 12, fl. 101vº.

60 É o caso dos que iam vender gado (TT, *Chancelaria de D. Afonso* V, livro 36, fl. 90) ;dos mercadores (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, nº 20, documento 11 e TT, *Leitura Nova, Extras*, livro 1, fls. 74-75vº) ou dos que iam trabalhar a terra (Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales*, nº 25, fl. 146vº).

61 Assim acontecia com os que ocupavam propriedades do cabido de Tui e que tinham ainda de se deslocarem a essa cidade para a feitura dos documentos. Cf. como um exemplo entre outros Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales, pergameo, Pedro da Lagea*, fl. 10vº. Circunstância idêntica ocorria com os foreiros do mosteiro de Melón que periodicamente iam ao mosteiro. Cf. Archivo Historico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta 1825, nº 11.

62 Em 1425, no mosteiro de S. Domingos de Tui podiam encontrar-se um frei Estevão da Pena da Rainha e um frei João de Cerveira. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales, Pergameo, Lourenço Peres*, libro unico, s/nº. No mosteiro de Oia detecta-se a presença de monges naturais do Entre Lima e Minho. Cf. Archivo Historico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta nº 1836, nº 11, entre outros exemplos.

63 Cf. Mª Helena da Cruz Coelho, «As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das Cortes do século XV» in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, Porto, 1990, p. 68.

64 Cf. como um exemplo, o caso de um clérigo residente em Valença que assim o determinava no seu testamento. Cf. Archivo Historico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta 1830, nº 12 .

[65] Cf. apenas como um exemplo entre outros a carta de perdão de Gil Caldeira, morador em Monção. Cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 13 ou as queixas do concelho de Melgaço em relação a arruaças provocadas por galegos fugidos à justiça. Cf. TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro 1, fl. 25v°-26. *Consulte-se ainda Humberto Baquero Moreno, «Áreas de conflito na fronteira galaico-minhota no* fim da Idade Média» in *Actas del II Coloquio Galaico- Minhoto*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1985, tomo I, pp. 53-65.

[66] Vd. José Marques, « Relações económicas do Norte de Portugal com o Reino de Castela, no século XV» in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, FCG/JNICT, 1994, pp. 12-24.

[67] Cf. Mª Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.* , pp. 59-70.

DE ÂNCORA A VIANA: QUATRO FORTES DO SÉCULO XVIII NA DEFESA DA COSTA

João Manuel Viana ANTUNES *

É inquestionável que o séc. XVIII encontra o Alto Minho como um centro difusor de obras militares a partir da oficialização, em 1701, da aula de Fortificação de Viana [1]. O grande intérprete dessa dinâmica terá sido o engenheiro Manuel Pinto Vila Lobos, "provável aluno" [2] do engenheiro militar responsável pela província do Minho durante as guerras da Restauração: Miguel de L'Ecole. Embora os trabalhos de Vila Lobos abranjam uma área mais vasta que a construção de fortificações [3], nada repugna afirmar que o risco ou a supervisão das obras de fortificação que agora estudamos sejam acompanhadas por este filho de cristãos-novos desaparecido em 1734.

Os quatro fortes que agora se apresentam neste trabalho são o que, em vocabulário militar, se convencionou designar de *orientados*, ou seja, possuíram uma "missão de vigilância e defesa num certo sentido" [4]. Neste aspecto, vieram responder às necessidades de defesa da costa do Alto Minho contra os ataques da pirataria, nomeadamente muçulmana, que, até ao século XIX, assolava as póvoas e populações litorâneas. Na realidade, afastado o perigo que constituíam as acções de corso britânico após o tratado de paz anglo-hispânico de 1604, a vigilância e defesa das nossas costas não afrouxou.

Após e durante os vinte e oito anos de Guerras da Restauração portuguesa, as obras de beneficiação, restauro e construção de praças e fortes no litoral, não esmoreceram. Além das campanhas de guerra entre espanhóis e portugueses que se saldaram num constante vaivém de sevícias infligidas ao longo do Rio Minho e na costa atlântica minhota [5], os turcos, os argelinos e os berberes semeavam o pânico na orla marítima, impondo um constante esforço de organização da defesa e uma colaboração estreita entre os pontos nevrálgicos de decisão - para o assunto que nos interessa: Porto e Viana. Mesmo firmada a paz com Castela os rebates sucediam-se, perpetuando o perigo da pirataria [6].

Coincidindo com a estratégia decorrente da Guerra de Sucessão de Espanha [7], D. Pedro II, em finais do séc. XVII, inícios do século XVIII, empreende a reformulação das defesas militares. Em concreto: a tentativa de colmatar falhas no sistema de obras de fortificação.

Integradas neste plano, quatro novas fortificações surgem assim entre o Lima e o Âncora, pontuando e consolidando a costa, a par das obras de renovação do Castelo de Santiago da Barra em Viana [8]. São eles, de Norte para Sul:

1- Forte da Lagarteira, na praia da Lagarteira, freguesia de Vila Praia de Âncora, concelho de Caminha.

2- Forte do Cão, freguesia de Santa Maria de Âncora, concelho de Viana.

3- Forte do Paçô, freguesia de Carreço, concelho de Viana.

4- Fortim do Rêgo de Fontes (Castelo Velho), freguesia da Areosa, concelho de Viana.

Luís Figueiredo da Guerra coloca, em termos cronológicos, a sua construção nos primeiros anos do século XVIII. Assim, para este autor, o Forte da Lagarteira e o Forte do

Cão são contemporâneos - 1699-1702 - o Forte do Paçô terá sido concluído em 1703 e o de Rêgo de Fontes em 1703 [9].

Estas defesas garantiriam a defesa das populações e dos portinhos ou varadouros que, na época, existiam a Sul da praia da Lagarteira, na freguesia de Gontinhães (actual Vila Praia de Âncora) e a Areosa, a Norte de Viana. Recorde-se que os actuais varadouros existentes nesta corda litoral - Vila Praia de Âncora, Porto Lumiar e Porto de Vinhas - corresponderiam, por razões óbvias, aos locais onde a defesa urgia, uma vez que eram, topográfica e orograficamente, os locais onde seriam praticáveis os desembarques de quaisquer forças inimigas.

O actual varadouro de Âncora está situado a Sul do Forte da Lagarteira e o seu acesso é feito sobre um enfiamento (Zv=071^{0}), embora haja possibilidade de aportar também a cerca de 200m a Norte do reduto defensivo. De resto, é no forte que hoje em dia são içados no mastro os sinais de mau tempo e onde funciona um sinal sonoro. O Forte do Cão enquadraria a defesa do porto a Sul do Rio Âncora.

O chamado Porto Lumiar, a Sul do Farol de Montedor, perto do forte do Paçô é actualmente utilizado por algumas embarcações de pesca durante o Verão. Estas navegam por uma abertura estreita entre os recifes e abicam na praia onde, a Sul, se desenvolve presentemente um pequeno molhe de pedra.

O Porto de Vinhas está a cerca de milha e meia por Norte da raiz do molhe exterior de Viana. É bastante utilizado durante o Verão por pequenas embarcações que varavam anteriormente em calhau rolado. A linha de costa é aqui ligeiramente reentrante e está fechada exteriormente por um cordão de recifes que cobrem e descobrem com a maré, permitindo apenas uma passagem através de uma abertura algo estreita.

Estes actuais varadouros serviriam naturalmente para que, nos séculos XVI e XVII, as acções de pirataria chegassem a terra firme e realizassem incursões nas populações do litoral. Saliente-se que as actividades de piratas, corsários e flibusteiros afligiam desde o século XIV toda a costa portuguesa e, ainda em 1678, os pescadores de Azurara, a Sul do Rio Ave, lastimavam-se de não poderem pagar os seus encargos anuais pelo facto de terem existido ataques "que os mouros fizeram na costa, cativando muitas barcas e gentes delas" [10]. É sabido que os desembarques de piratas visavam não só o saque de objectos valiosos e alimentos, mas também a obtenção de cativos de guerra. Estes eram levados para os portos norte-africanos e era exigido o respectivo resgate, embora muitos permanecessem prisioneiros até à sua morte [11].

Se é certo que ao longo do século XVIII as acções de pirataria tivessem recrudescido de intensidade, ainda no século XVII, mais propriamente em 1674, D. Pedro II, pedia aos três estados do reino para contribuírem para as obras dos fortes marítimos, castelos, cavalos, material de guerra e despesas com as guarnições, sendo destinada para a província do Minho a segunda maior verba das quatro províncias contempladas: 95 554$440 [12]. Além disso, para a vigilância de toda a costa durante o Verão - época alta dos ataques - a coroa armou uma frota de onze barcos para manobras de dissuasão que se revelaram, apesar de tudo, infrutíferas [13]. A cinco anos do termo de seiscentos, apesar do policiamento da costa continental e dos mares da Madeira e dos Açores feito por quatro fragatas, existia um grande número de cativos em Argel, o que forçava a coroa a buscar meios para os resgatar [14].

Fonte coeva da construção destes quatro redutos, o Pe. Carvalho da Costa elogia, na sua Corografia Portuguesa, a "inexpugnável fortaleza, respeitada das Nações Estrangeiras" [15], situada em Viana. Adianta a informação sobre a diversidade da sua artilharia, sobre o

requinte da sua obra exterior e admira o seu "fosso de lodo à roda, que sorve tudo o que nelle cahe" [16]. Efectivamente, se as últimas obras defensivas do Castelo de Santiago da *Barra o tornaram algo imponente e eficaz para a defesa das gentes da vila de Viana* [17], a defesa das populações existentes no litoral Norte até Âncora teria estado manifestamente descurada desde sempre. Os números recenseados por Carvalho da Costa nos inícios do século XVIII, revelam-nos a existência de uma corda costeira em desenvolvimento, vivendo da exploração de sal, do pescado e da agricultura, com bastantes moradores:

- "Santa Maria da Vinha de Areoza, cabeça do Arciprestado de Vinha na Colegiada de Valença, tem duzentos e oitenta visinhos" [18].

- "Santa Maria de Carreço, Commenda de Christo & Reitoria da Mitra, tem duzentos e oitenta visinhos" [19]. Nesta freguesia salienta ainda a localização de alguns portos pequenos, utilizados principalmente no Verão e a excelente e variada safra que aqui se faz de peixe e de marisco.

- "Santa Christina da Fife, Commenda de Christo, & Reytoria do Convent de S. Domingos de Viana com reserva, tem duzentos e setenta visinhos" [20].

- "Santa Maria de Ancora chamouse antigamente de Villar de Ancora, por um Castello que teve de Mouros, de que se vem vestigios (...) he Abbadia da Mitra, tem cento & cincoenta visinhos" [21].

- "Santa Maria de Gontinhães, Abbadia do Ordinario com alternativa de Sua Magestade, em quem entrou pela Casa de Villa real, de quem era, rende trezentos e cincoenta mil reis, tem duzentos visinhos. Aqui se divide este Concelho (de Caminha) do de Viana pelo pequeno rio de Ancora" [22].

Com este quadro populacional e económico, torna-se óbvia a preocupação e D. Pedro com a defesa do litoral a Norte de Viana, a juntar a toda a prevenção e vigilância que se exercia para todo o Minho [23] a partir desta cidade e do Porto [24]. A tónica era colocada no abreviar das desgraças e sacrifícios que os ataques, raptos e destruições pudessem *inflingir* na actividade marítima e comercial.

Catálogo descritivo das obras militares.

I - Forte da Lagarteira - Vila Praia de Âncora - Caminha

Bastião regular composto de dois meios baluartes terraplanados, pontuados por respectivas guaritas hexagonais e um elemento de defesa buscado no traçado de fortificação denominado "atenalhado", voltado a SW, isto é, uma cortina avançada de traça angular, de planta hexagonal, entre os dois meios baluartes, que confronta com o mar (Est. II, 2).

Trata-se de uma construção feita em blocos de grandes dimensões, de aparelho sub-rectangular, à mistura com pedra miúda obtida por fissura e impacto, tudo bem consolidado com uma argamassa arenosa grosseira, visível nos interstícios. Os cantos e as juntas das paredes exteriores receberam, para maior reforço e garantia da qualidade do reduto, blocos bem aparelhados, de fino pico, com formato rectangular. Igual cuidado é denotado na elaboração do parapeito constituído por 4/5 fiadas de cantaria e vincado com o usual cordão de pedra semi-circular com rebordo inferior.

As guaritas, prismáticas de seis lados, quatro deles com aberturas rectangulares, erguem-se sobre bases semi-circulares, estão bem trabalhadas e evidenciam o cuidado posto na sua manutenção. A cobertura em cúpula abobadada é ainda coroada por um plinto e esfera de pedra.

Na face Noroeste do meio-baluarte que defende a frontaria pelo lado Norte, salienta--se um balcão militar. Embora este elemento, aparecido por volta do séc. XIII em Portugal, surja enquadrado nos elementos arquitectónicos de defesa das fortificações medievais e o seu uso se prolongue até ao inicio do séc.XVI, vêmo-lo episodicamente integrado em fortificações setecentistas, o que denota a perduração de uma técnica que ainda era considerada válida em edifícios militares abaluartados, se bem que tenha perdido a sua função de defesa vertical. O balcão é suportado por três cachorros em nave, de grandes dimensões, possuindo dois orifícios circulares - os matacães - que remetem para uma vocação de latrina e não propriamente para a defesa vertical típica da ladroneira medieval. Este ressalto rectangular que se evidencia na cortina defensiva, ostenta as paredes subidas em sólidos blocos de granito, com cobertura de uma água, feita em pedra.

A frontaria evidencia uma entrada de arco perfeito, com largos saiméis regulares, de bom pico e esquadria, que está rebaixada em relação ao ângulo dos alçados - a escarpa-em cerca de 12 graus. A pedra de fecho do arco é decorada com um pequeno motivo relevado de formato trapezoidal que, passando para o cordão do parapeito, toma uma forma elipsoidal. Sobre esta entrada e inserida no parapeito estão a pedra de armas enquadrada por duas volutas em cartela. Trata-se do escudo português, com as cinco quinas e os sete castelos, encimado por uma coroa estilizada.

Esta fortificação, de arquitectura bastante homogénea, apresenta uma cércea equilibrada, apenas interrompida ao nível do parapeito do elemento atenalhado integrado na construção e voltado a oeste, uma vez que este se apresenta mais baixo (apenas com 3/4 fiadas) do que o do resto do perímetro amuralhado. Apenas este apresenta canhoeira de configuração trapezoidal entre largos merlões. .

A base rochosa onde foi construído o forte foi desbastada e parcialmente aplanada, de tal modo que pelo lado Sudoeste, paredes-meias com o porto de pesca de Vila Praia de Âncora, a praia-mar isola o edifício criando uma barreira natural substitutiva do fosso. Embora todo o espaço circundante fronteiro à fachada principal tenha sido totalmente descaracterizado pelos trabalhos de ajardinamento e arruamentos, criando um amplo espaço vazio aplanado; este reduto poderá ter tido um fosso voltado a Nascente - a parte mais vulnerável - do qual, um actual declive empedrado, de fraca inclinação, fronteiro ao terreiro da entrada, poderão ser um ténue resquício.

Actualmente, este forte pertencente à Capitania de Caminha, abriga a correspondente delegação de Vila Praia de Âncora. Foi alvo de uma recuperação que reputámos de indevida e bizarra. Em lugar de ser feita uma limpeza das cortinas e a consequente consolidação das juntas com material adequado, optaram por limpar a patine das pedras, deixando-as vulneráveis aos agentes atmosféricos. Por outro lado, a cal hidráulica empregue na consolidação das juntas foi colocada de tal modo que cobre metade das pedras. O resultado é, no mínimo, insólito,

2- Forte do Cão - Santa Maria de Âncora - Viana do Castelo

Trata-se de uma pequena fortificação marítima de planta em estrela, composta de quatro meios-baluartes: dois voltados a poente com uma barbeta central semi-circular e dois voltados a nascente, com a cortina prolongada onde se encontra a entrada da praça (Est. II, 2).

Os panos são compostos de grandes blocos, sumariamente aparelhados, entremeados com pedra miúda e algum, pouco, seixo. Nas juntas dos ângulos flanqueados e na união

dos flancos com a cortina, avulta a pedra bem aparelhada, de boa esquadria, com predomínio para o formato rectangular. Uma argamassa fina, bastante arenosa mas compacta, de tonalidade acinzentada, consolida o edifício.

O parapeito da barbeta foi totalmente destruído e no seu ângulo Sul, formado pelo flanco do baluarte, surgem, no topo, os dois cachorros em nave da base de uma latrina.

Os dois meios-baluartes que enquadram a cortina da entrada estão destruídos ao nível do parapeito que terá sido reconstruído diversas vezes, a avaliar pelos tipos de pedra e pela massa que resta nos interstícios desta parte da fortificação. A zona voltada a Sul conserva ainda três fiadas de parapeito que são alheias à técnica geral de confecção do edifício: tratam-se de fiadas lineares, com pedra de menor dimensão, mas de aparelho mais uniforme, sem vestígios de seixo e pedra miúda. Pelo lado Norte já não existe parapeito. Terá sido feita uma consolidação do topo da cortina através de um acrescento de argamassa. De resto, a altura do muro neste lado é mais baixa que a do lado Sul e Nascente.

Em relação ao parapeito da frontaria, cujas pedras apresentam uma patine considerável, este possui, em regra, cinco fiadas compostas de blocos graníticos de grandes dimensões e pedra miúda. Segue uma confecção mais linear que o resto da cortina.

A solidez da construção é especialmente visível ao nível dos alicerces e particularmente nas bases angulosas dos meios-baluartes, evidenciada no alicerce de sólidos blocos, com ressalto nos topos.

Sobre a entrada, de arco de volta perfeita, com aduelas e saimeis regulares, surge, à altura do parapeito, uma reentrância rectangular preenchida com pedras idênticas às da reconstrução do parapeito. Aqui terá existido, primitivamente, uma pedra de armas reais, de D. Pedro II, uma vez que o forte foi construído nos inícios do séc. XVIII, sob o seu reinado.

O terreiro de acesso à entrada, obra de terrapleno sobre o irregular maciço rochoso onde foi construído o fortim, apresenta, pelo lado Norte, um murete de oito fiadas de pedra de dimensões variadas, sumariamente unidas por uma argamassa arenosa, mais grosseira que a do forte.

Toda a base rochosa onde assenta o forte foi desbastada e aplanada. Não existem quaisquer sinais exteriores de obras de fundação, ou seja, de abertura de alicerces para a fixação dos muros, arrancando a parede directamente da penedia cortada. Esta eminência rochosa é isolada na praia-mar, ficando os dois meios-baluartes e a cortina de entrada como os únicos pontos secos da fortificação. O resto fica isolado pelo mar e, especialmente no Inverno, é fustigado com bastante braveza pelas ondas mais alterosas.

Em alturas de tempestade, com a praia-mar, o fortim devia ficar pontualmente isolado da terra e a guarnição, se ali permanecesse, teria de estar preparada para estes períodos de cerco natural, embora a água não irrompesse com violência no interior do fortim, uma vez que a barbeta e os dois meios-baluartes do lado poente funcionariam como talhamares.

O interior dos baluartes e da barbeta são reforçados com terrapleno, o que garante não só uma maior eficácia de defesa aquando os avanços do mar, mas também serviria de protecção em caso de ataque militar. Este terrapleno é feito com uma mistura de pedra e argamassa, coberto com grandes lajes rectangulares e quadrangulares de granito de grão-fino.

A fortificação não dispõe de banqueta, sendo o seu terrapleno interior encostado aos muros também parcialmente lajeado junto ao parapeito. Uma boa parte deste reforço em terra está hoje coberto e consolidado por um espesso manto de chorões.

Os restos de duas guaritas, nos topos dos ângulos flanqueados dos meios-baluartes voltados a Nascente, deixam perceber duas cobertas de forma cilíndrica. Os seus alicerces, recheados e preenchidos de pedra miúda e argamassa mostram que a entrada para estas protecções sem parede dupla, ficariam ao nível da última fiada de pedras do parapeito.

O desenho da costa junto ao Forte do Cão evidencia, a Sul do mesmo, a ampla baía ou enseada do Porto de Cão, protegida em toda a sua extensão, pela parte da terra, com uma "Trincheyra arruinada que dizem se fizera antigamente para defender as invazoens dos Mouros" (Est. II, 2). Se esta já estava quase desmantelada no séc. XVIII, hoje não se encontra - apesar de termos batido toda a área - quaisquer indícios da sua existência. Não deixa de ser significativa a construção desta barreira com o motivo de defender a costa das incursões da pirataria muçulmana. Posicionada num bom local de desembarque, a trincheira deve ter precedido a construção do fortim e devia ter sido mantida durante as Guerras da Restauração, onde, a juntar ao perigo quotidiano da pirataria muçulmana, se avolumavam os receios de uma eventual ofensiva espanhola. Se a construção do fortim é posterior às Guerras da Restauração, então deve integrar-se a sua fortificação no vasto plano de estratégia defensiva costeira empreendido por D. Pedro II, muito mais voltado para uma eficaz protecção da costa através de um bastião militar - do que uma resposta rápida de defesa daquele esforço durante os 27 anos da guerra.

3 - Forte do Paçô - Carreço - Viana do Castelo

O forte do Paçô é uma defesa de planta em estrela, com quatro meios baluartes de idêntica orientação aos do Cão. É, igualmente, composto por uma bateria central hemicircular, voltada a Poente e uma cortina prolongada onde se abre a entrada da praça, a Nascente.

A alvenaria irregular e a pedra miúda obtida por fissura e impacto, determina a confecção dos seus alçados, embora nos ângulos flanqueados e na intersecção dos meios-baluartes surjam os blocos de granito bem aparelhado, com boa esquadria, a conferir solidez aos pontos mais vulneráveis da cortina.

Exteriormente o forte levou um revestimento de cimento, feito não há muitos anos, para lhe garantir uma melhor consolidação da escarpa, uma vez que a argamassa erosionada punha em perigo a sua conservação.

Dos três exemplares, é o que conserva o parapeito em melhor estado e, embora já alvo de reconstrução, é vincado, sem cordão, com quatro fiadas de pedra também irregulares, sem esquadria e de dimensão mais pequena que as da cortina.

Na frontaria é visível a entrada, de arco perfeito, fechada por portão de ripas de madeira e, sobre a entrada, o encaixe onde teria existido a pedra de armas, com a base constituída por dois blocos rectangulares. Ainda na frontaria, nos topos dos ângulos da cortina, subsistem as bases globulares que suportavam as duas guaritas de secção circular, voltadas a Nascente. Se estas eram ou não de pedra - e o mesmo é válido para as dos fortes do Cão ou Castelo Velho - isso já não podemos afiançar totalmente. Há casos em que surgem guaritas de madeira a coroar os ângulos das fortificações concebidos em mamposteria e não somente em torrão.

Este fortim foi construído sobre um afloramento rochoso junto à praia, hoje parcialmente coberto por uma tímida formação dunar, razão pela qual a escarpa arranca directamente da penedia, embora a frontaria esteja terraplanada numa mistura de terra, areão e seixos (Est. II, 1). De resto, a base do ângulo flanqueado entre as duas pontas do

polígono a Noroeste, arrancam numa sapata de três fiadas erguidas sobre a duna, afim de colmatar um hiato no afloramento.

O interior do forte é terraplenado com uma mistura de saibro, seixo e terra. Conserva ainda a barbeta parcialmente lajeada segundo o que se pode observar por entre o espesso manto de chorões que revestem todo o polígono.

4 - Castelo Velho ou Fortim do Rego de Fontes - Areosa - Viana do Castelo

Tal como os fortes atrás descritos, esta defesa possui uma planta estrelada composta por quatro meios-baluartes, dois deles unidos pela cortina da frontaria, a nascente e rematados pela barbeta ou bateria circular do lado poente.

Os paramentos assemelham-se, em quase tudo, aos do Forte do Cão e aos do Forte de Paçô: blocos de média dimensão sumariamente afeiçoados, entremeados com pedra miúda obtida por fractura simples. Tal como o do Paçô, as juntas visíveis dos panos exteriores estão revestidas de cimento, em lugar da primitiva argamassa grosseira cuja a incúria e o tempo fizeram perigar a solidez, levando à progressiva ruína do forte. Este reduto apresenta, contudo, boa alvenaria paralelipipédica a reforçar os pontos mais vulneráveis, ou seja, os remates dos meios baluartes que formam as pontas de estrelas e a junção dos ângulos flanqueados na cortina Norte e na cortina Sul.

Um pormenor interessante, que o diferencia dos outros dois é o cordão que vinca e separa a escarpa do parapeito em todo o seu perímetro. Este cordão em granito, de secção hemiesférica, é típico dos fortes de alvenaria contemporâneos das Guerras da Restauração, portanto do séc. XVII. Será, naturalmente, uma reminiscência da arquitectura militar seiscentista que, ainda com D. Pedro II era viabilizada e utilizada como pormenor estético, sendo aqui aposta a um fortim de escassas dimensões.

Ao contrário dos seus congéneres construídos a Norte, já não apresenta as graníticas bases circulares que suportariam as guaritas, simetricamente colocadas no remate da fachada principal, a coroar os dois meios-baluartes que se perfilam a Nascente. De igual modo é o que apresenta o parapeito mais destruído na maior parte do seu perímetro, subsistindo, aqui e além, duas ou três fiadas de pedra, em tudo semelhantes às outras duas defesas já abordadas, aventando-se por isso a existência de uma intervenção anterior comum aos três fortes. À volta deste, espalhada por todo o solo, distingue-se muita pedra miúda sumariamente afeiçoada que pode muito bem ser proveniente do parapeito derruído ou ainda - como iremos ver à frente - resultante dos restos do desmantelamento dos quartéis interiores.

A fachada, voltada a Nascente, abre-se actualmente sem portão, num arco de volta inteira que é simultaneamente o de uma abóbada que preenche toda a secção da escarpa e termina num arco abatido na parte interna da praça. Teria tido a coroá-la a pedra de armas, pois o seu encaixe reentrante ainda permanece no local. Ainda na escarpa da frontaria, surgem, do lado esquerdo da entrada, três mísulas em granito, logo abaixo do cordão. Perfiladas a igual altura, de resto, à mesma de uma outra, solitária, que se encontra do lado direito da porta, fariam parte de um telheiro apenso sobre a fachada e que abrigava a entrada principal.

No interior, a parada rectangular está completamente ampla. Os aquartelamentos terão sido desmantelados devido à sua mais que provável ruína e, nem sequer sobrou a escadaria de acesso ao parapeito, conservando-se apenas a rampa no terrapleno.

A escada, provavelmente em pedra, estava adossada interiormente, junto à entrada, do lado direito, ou seja, em ascenção a Norte.

A bateria terraplanada e semi-pavimentada por lajes de granito, está ainda em boas condições de conservação. O adarve, contudo, está coberto de chorões que, aqui e além, deixam perceber um terrapleno de terra e saibro, misturados com seixos.

O forte está implantado num afloramento rochoso, em boa parte aterrado, embora a barbeta evidencie o arranque directamente da pedra nua (Est. II, 1).

Para o lado do Poente, em frente a esta, alinha-se uma estacaria granítica e paralelipipédica, parcialmente derruída, mas rodeada de muros que fecham, tanto a Norte como a Sul, o afloramento rochoso que se prolonga pelo mar. A confecção dos muros, em pedra sem esquadria, aproveitando, na medida das possibilidades, a rocha natural, integra uma argamassa muito forte e grosseira, misturada com seixos. Trata-se de um antigo viveiro de lagostas pertencente, em tempos, ao afamado e já desaparecido restaurante vianense Josefa Carqueja [25]. Este viveiro arruinado, datado da década de 40, terá sido o aproveitamento de uma antiga câmboa? O Pe. Carvalho da Costa menciona a existência destes dispositivos de pesca, bem perto, em Santa Cristina de Afife: "(...) Tem na costa do mar camboas, em que se toma muito peixe nas marés. são as camboas, uns lagos, que se fazem com paredes, & portas para o mar, abrem-se quando a maré cresce, com que hes entra a agua, & o peixe que nella vem: cerrão-se em preamar, & em maré vasia fica nellas o peixe em seco"

[*] Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] MOREIRA, Rafael, "Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar", in *História da Arte*, Vol. 8, Ed. Alfa, Lisboa, 1986, 85.

[2] Idem, ibidem, 85.

[3] Idem, ibidem, 85, "A sua obra, imensa e multifacetada, inclui mapas, desenhos e construção de fortificações, trabalhos de engenharia hidráulica, arquitectura relisiosa (como Misericórdia de Viana e a inovadora igreja de S. Vicente em Braga, que lhe atribui dubitativamente Flávio Gonçalves) e a traça para retábulos e grades de talha."

[4] NUNES, A. Lopes Pires (Ten. Cor.), *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Dir. do Serviço Histórico Militar, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988, 45.

[5] ANTUNES, João M. Viana, *Obras Militares do Alto Minho: a Costa Atlântica e a Raia ao serviço das Guerras da Restauração*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada na FLUP em 1996, exemplar policopiado.

[6] SILVA, Francisco Ribeiro da, "Porto, Noroeste de Portugal e Galiza: achegas para o estudo dos intercâmbios e influências (1580-1640)", Sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, vol. 3/4, 1985/86.

[7] GOUVEIA, António Camões e MONTEIRO, Nuno G., " A Milícia" in MATTOSO, José (dir. de), HESPANHA, António Manuel (coord.) *História de Portugal*, Ed. Estampa,s.l., s.d., Vol. IV, 197-203.

[8] ANTUNES, João M. Viana, *op. cit.*, 191-201.

[9] GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, 23. Segundo este estudo, o Fortim do Rêgo de Fontes estava já abandonado nos inícios do nosso século, sendo o seu primeiro governador o capitão António de Sousa de Menezes. Mais nos informa que o governador do Forte do Cão não residia nesse reduto, uma vez que, já desde o século XVIII, este não possuía artilharia. Na realidade, para Figueiredo da Guerra, estas fortificações esteriam, em tempo normal, apenas guarnecidas por "paisanos" da região - incluíndo

o Forte da Lagarteira - o que faz acentuar mais o seu carácter dissuasor e de vigilância do que o de permanente defesa com guarnição profissional. Contudo, ao referir-se ao Forte da Lagarteira esclarece que este possui "quartel, armazém e casa para o Governador, tudo de acanhadas proporções", bem como quatro peças de artilharia que, nos inícios do século XIX, estavam assestadas para o mar. Lembra ainda que, no mesmo sítio existira anteriormente - seria coevo das Guerras da Restauração - um "reducto irregular de adobe e torrão e cantos de pedra lavrada, demolido em 1702, quando terminado o forte".
ALVES, Lourenço, *Caminha e o seu Concelho*, Ed C.M.C., Caminha, 1985, 518, avança igualmente a informação que o Forte da Lagarteira possui "peças de artilharia, quartel para Governador" e acrescenta que "a guarnição era formada por três soldados infantes, dois cabos, um de artilharia e outro de infantaria". Não aventa a época em que tal sucedeu.

[10] CASTRO, Armando de, "Corso", in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Publ. Alfa, Vol. I, s.d., s.l., 162.

[11] A este respeito leia-se o magnífico estudo de SILVA, Francisco Ribeiro da, "Pirataria e Corso sobre o Porto (aspectos seiscentistas)", sep. da *Revista de História*, Vol. II, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1978.

[12] SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* (1640-1750), Vol. V, Ed. Verbo, s.l.,s.d., Imp. Julho de 1980, 212.
O quadro das contribuições era o seguinte:

Província do Alentejo	*174 984$840*
Província da Beira	81 354$396
Província de Trás-os-Montes	55.354$396
Província do Minho	95.554$440
Reino do Algarve	27.125$796
Praça de Setúbal	14.182$800
Peniche e Berlengas	5.556$000
Praça de Cascais	21.834$024

Em 1641 haviam sido já gastos com as obras militares cerca de 60% das receitas do Estado, ou seja 2 milhões de cruzados. Cfr. MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, 75.

[13] SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 213. Os ataques continuariam, inclusivamente sobre as embarcações, o que leva D. Pedro II a exigir armamento e marinheiros adestrados no seu uso a equiparem os navios de comércio.

[14] Idem, *ibidem*, 215.

[15] COSTA, Pe. Carvalho da, *Corografia Portuguesa*..., T. I, Lisboa, MDCCCVI, 190.

[16] Idem, *ibidem*, 190.

[17] ANTUNES, João M. Viana, *op. cit.*, 191-201.

[18] COSTA, Pe. Carvalho da, *op. cit.*, 196.

[19] Idem, *ibidem*, 195.

[20] Idem, *ibidem*, 195.

[21] Idem, *ibidem*, 195.

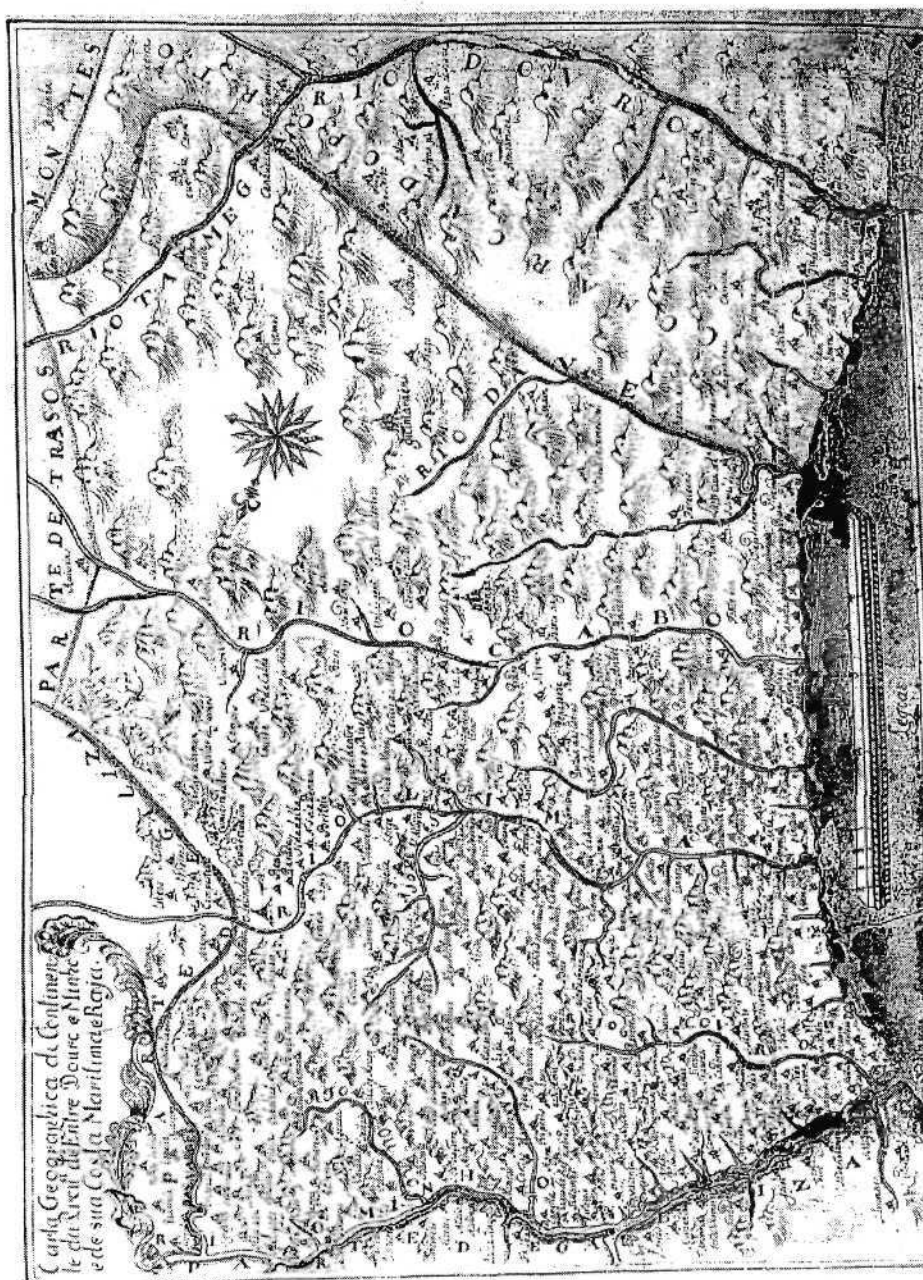
[22] Idem, *ibidem*, 282.

[23] O Forte de S. João Baptista, situado na embocadura do Cávado, datado da mesma época - 1698-1707 - visava o mesmo tipo de protecção para a vila de Esposende.

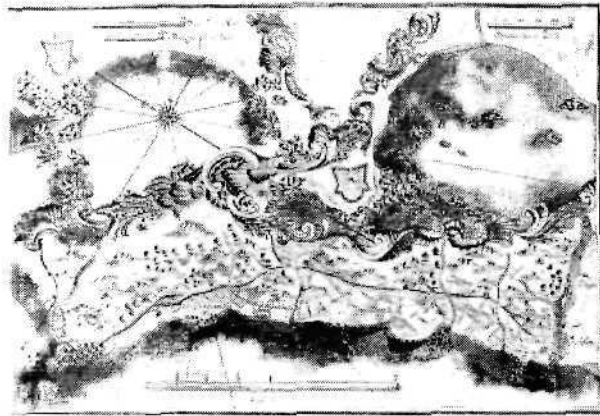
[24] Existia inclusivamente, segundo Ribeiro da Silva, uma já tradicional rede de informações entre Portugal e a Galiza - a braços com o mesmo problema - com um verdadeiro espírito de entre-ajuda e solidariedade. Cfr.: SILVA, Francisco Ribeiro da, "Pirataria e corso sobre o Porto" *op. cit.*

[25] Agradecemos a informação prestada pelo Sr. Mário Brochado de Almeida, funcionário nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e grande conhecedor da região. Este forjanense informou-nos ainda que, actualmente, do afamado restaurante que começou com um pequeno tasco, apenas resta o café explorado por um genro da falecida Josefa: a mesma que enganou muito *gourmet*, servindo, com exímia arte, tamboril por lagosta!

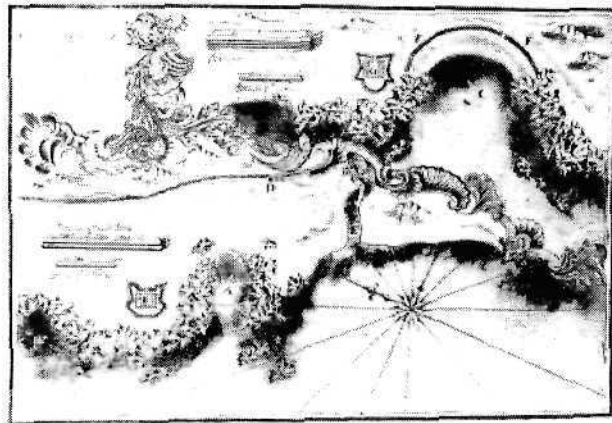
[26] COSTA, Pe. Carvalho da, *op. cit.* 195.

[27] O Sargento Brandão designa o actual Forte do Paçô por Forte da Posta.

Est. I: *"Carta Geographica do Continente da Provincia de Entre Douro e Minho e de sua costa marítima e raia"*

Transcrição da legenda: *"Mostra o que, se compreende entre os dous Rios, Douro e Minho e o que só pertence ao Governo desta Província, e as partes confinantes do Reino de Galiza, Província de Trás os Montes, e Governo do Porto; divisado pelas letras, e cores, que o declaram, com os Rios que a fertilizam; principiando a Descrição desta obra pelo Rio Minho, e Praças Fronteiras, na continuação da Raia Seca, para finalizar com a sua Costa Marítima e Fortes"*.

In *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão*, Manuscrito 1909, ed. fac-similada do manuscrito de 1758, B. P. M. P., 1994, fl.1, p. 22.

Est. II, 1: *"Carta Topográfica desde Viana até Caminha e o Forte de Rego de Fontes e o da Posta"*

Transcrição da legenda: *"Passo à costa marítima desta Província, que corre ao Sul, desde a barra de Caminha até à de Vila do Conde, em distância de nove léguas. Principia esta costa da dita barra de Caminha já demostrada, até à de Viana, em que se incluem parte dos dous termos de Caminha e Viana. Corre meia légua de areal que, suposto seja limpo, é baixo, que não permite desembarque, que se faz mais dificultoso com a po(si)ção da artilharia da Fortaleza da Ínsua. Segue-se a costa mais áspera até o rio de âncora, em recifes de pedras. Junto deste rio, por entre penedos, há uma entrada de braça de fundo, amparada do tempo, onde se recolhem muitos barcos portugueses e galegos. Neste sítio está o Forte da Lagarteira, de alvenaria de pedra e cal, cunhais e cordão de cantaria e guaritas, com quartéis e baterias sobre o mar, que alojará até dez peças, tendo agora só duas montadas no chão. Tem governador e cabo de Artilharia, com dous soldados e um cabo, que de dous em dous meses lhe vêm da Praça de Caminha. Continua a costa deste porto até um quarto de légua bom, em areal limpo por partes, onde se chama Porto de Cão. Tem seu forte de pedra e cal com bateria circular.Corre a costa áspera até o da Posta* [27], *que são três quartos de légua.* **C** *- mostra este porto mais espaçoso e limpo que o passado, tendo duas braças e meia de fundo, e o amparo do Outeiro de Montedor. Tem o forte, que mostra* **D**, *de pedra e cal com bateria circular, sem peças, portas, nem telhados dos quartéis, pornão ter guarnição, tendo Governador. Por uma grande légua se estende a costa ao pé de Viana, onde há o Fortinho de Rego de Fontes em tudo semelhante ao acima, que denota a letra* **A**. *Tem uma enseada, por onde barcos pequenos entram, e várias vezes o fazem os mouros a tomar aguadas, que mostra a letra* **B**."

In *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão*, Manuscrito 1909, ed. fac-similada do manuscrito de 1758, B. P. M. P., 1994, fl.17, p. 24.

Est. II, 2: *"Carta Topográfica do Portos de Âncora e Porto de Cão"*

Transcrição da legenda: *"Aparecem os dous portos e fortes de Âncora (ou Lagarteira como também se chama) e o de Cão.* O *Forte de Âncora é de dous meios baluartes, promovidos para a parte da terra, e uma plataforma de figura hexágona para o mar. Já disse a sua capacidade. Do Porto e Forte de Cão fica dito.* **A** *- Entrada das lanchas potuguesas e galegas.* **B** *- Forte de âncora ou Lagarteira.* **C** *- Enseada do Porto de Cão.* **D** *- Venda da Lagarteira.* **E** *- Entrada do rio de âncora no mar.* **F** *- Trincheira arruinada, que dizem se fizera antigamente para defender as invasões dos mouros.* **G** *- Forte de Cão, com plataforma cicular, mais pequeno que o outro. Tem governador e não guarnição e tanto este como os mais, por falta dela, se acham desbaratados, como digo na antecedente."*

In *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão*, Manuscrito 1909, ed. fac-similada do manuscrito de 1758, B. P. M. P., 1994, fl.18, p. 26

MISSIONAÇÃO DOMINICANA - A FUNDAÇÃO DA PROVÍNCIA DO SANTÍSSIMO ROSÁRIO DAS FILIPINAS

Julieta Maria Aires de Almeida ARAÚJO *

Do mesmo que em terras descobertas pelos Portugueses, também nos novos domínios castelhanos os frades da Ordem de S. Domingos empregaram muito do seu esforço no vasto campo da missionação. Esta tentativa de difusão da Palavra divina começou cedo, muito embora os dissabores fossem muitos e as dificuldades de toda a espécie fizessem perigar as esperanças. Tal como Portugal, Castela nascera embalada num sonho de missão. Reino escolhido por Deus, reservara a si próprio a realização da salvação da Cristandade, que temia atacada pelos mais temíveis inimigos, tanto espirituais como materiais. Os primeiros personificavam no Mal a sua principal tentativa de subjugação, pois com o desenrolar da evangelização a fé de Jesus Cristo seria propagada e o paganismo, a superstição e o erro sofreriam um retrocesso[1]. Os segundos consubstanciavam-se no Turco que avançava, pondo em perigo a Europa, toda a sua cultura e tradições. Havia ainda as lutas contra as perigosas doutrinas protestantes, que ameaçavam cindir a unidade religiosa até então vigente e que fundamentara a grandeza da *Respublica Christiana*. E, desde o descobrimento também considerado providencial da América e o desenrolar do conhecimento de outras terras, uma terceira missão parecia ter –lhe sido destinada. Era essa incumbência a de ganhar para Cristo as vastas áreas da América e da Oceania.

As tensões entre Portugal e Castela agudizaram-se com as descobertas columbinas. Pelos tratados de Alçáçovas-Toledo as zonas de expansão na costa ocidental africana e águas limítrofes haviam sido repartidas, ficando as Canárias para Castela. Este último reino considerou que as terras recém-descobertas pertenciam à sua área, sendo que o tratado de Alcáçovas tinha em vista o Atlântico oriental e os arquipélagos já descobertos nessa zona. Assim, Fernando e Isabel obtiveram do papa Alexandre VI as bulas em que Roma lhes entregava os trabalhos de missionação das novas terras descobertas e a descobrir[2]. Estas bulas eram passadas nos mesmos termos das já obtidas por Portugal para a evangelização nas terras de expansão lusitana em África.

As bulas facultadas a Portugal e Castela permitiam atribuir à colonização ibérica um cariz religioso, em que a missionação era vista como uma finalidade a atingir no campo espiritual. Portugal, contudo, sustentava a sua interpretação do tratado de Alcáçovas, na qual o estipulado era válido para todas as terras descobertas e a descobrir. Foi o Tratado de Tordesilhas, em 1494, que estabeleceu um meridiano situado a 370 léguas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde o qual separava as áreas de influência. A parte portuguesa situava-se a oriente da linha divisória, com exclusão das ilhas Canárias. A ocidente ficavam as terras castelhanas. O problema reacendeu-se com a primeira viagem de circum-navegação, iniciada por Magalhães, uma vez que a marcação das longitudes apresentava ainda sérias dificuldades.

No cumprimento das bulas papais, os missionários começaram a dirigir-se para estas áreas de descoberta recente, a começar pelas Antilhas. Um dos primeiros frades

dominicanos a atingir a Española e a missionar nessa ilha foi frei Domingo de Mendoza. Chegou cerca de 1510, seguindo a rota habitual que levava em direcção primeiramente das Ilhas Canárias e inflectia depois rumo às Columbinas[3]. O seu grande entusiasmo pela vida que abraçara levou-o a começar imediatamente a pregação ainda na ilha de Gomera, antes portanto de atingir o seu destino. O seu propósito era continuar para as Antilhas. Em pouco tempo espalhou-se a notícia da sua fé e santidade. Em certa ocasião, trouxeram-lhe uma mulher por cuja boca, segundo a crença, falavam os espíritos imundos, pedindo-lhe que os expulsasse. No decorrer do ritual do exorcismo perguntou o frade ao espírito qual a sua origem, de onde era e de onde vinha. Forçado a responder, disse o réprobo que vinha das Índias. Logo o missionário deduziu que tal fuga se ficava devendo ao grande estrago que a propagação da fé católica estava fazendo naquelas áreas, afastando as práticas diabólicas das religiões ancestrais. Imediatamente confirmou o diabo esta asserção, lastimando-se dos ataques que tinha sofrido[4].

Mas, quer a Espanha dos Reis Católicos tivesse ou não essa missão a cumprir, os historiadores da acção evangelizadora da Ordem dos Pregadores em terras da expansão castelhana não deixam de assinalá-la[5].

O grande navegador quatrocentista Cristóvão Colombo, esteve em Portugal e encontrava-se possivelmente vinculado aos meios comerciais, como seria o serviço da casa Centurione, frequentando igualmente os centros ligados ao mar que, naquela época, se encontravam relacionados. Tendo casado na Madeira com Filipa Moniz, filha de Bartolomeu Perestrelo, é possível que de tal casamento tenha resultado um maior conhecimento dos documentos navais na posse da família[6]. Foi este genovês que, ao serviço dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, saiu de Palos, pequeno porto da costa andaluza, em Agosto de 1492.

A Europa tinha ainda consciência de uma unidade cultural, devida principalmente à herança medieval de uma religião comum. Os reis procuraram engrandecer-se, a si ou à dinastia ou ao reino, empreendendo com esse fim as guerras consideradas necessárias e celebrando tratados. Durante o século XV, o papa mantinha ainda na península Ibérica a sua supremacia e as bulas eram geralmente acatadas. Daí que a divisão em esferas de influência entre Portugal e Castela e as bulas papais referentes a essa partilha fossem respeitadas. Colombo navegou utilizando os conhecimentos de marinharia adquiridos em Portugal. Pouco tempo depois de abandonar o porto de Palos, em meados de Outubro do mesmo ano, pisava pela primeira vez as Antilhas, ou seja, a vanguarda de um novo continente, a América Os novos mares pareciam banhar as margens mitológicas dos conhecimentos antigos: "É Colombo nas Antilhas julgando ter aportado ao Cathay-Cipango"[7]. A rota aberta por este nauta não deixou nunca mais de ser trilhado por missionários, guerreiros e mercadores, vindos da velha pátria espanhola. Mas foi o português Fernão de Magalhães, que, navegando em busca das ilhas odoríferas da canela e do cravo, partiu de Sevilha, em 10 de Agosto de 1519, para uma outra viagem que iria ficar igualmente célebre. Singrando as águas juntamente, a *Trinidad*, *Conceptión*, *Santiago* e *Victoria* iriam, no entanto, sofrer destinos diferentes. Foi esta última que atingiu as paragens brasileiras do Rio de Janeiro, rumando depois ao sul até ao rio da Prata. Só à tenacidade do grande navegador português se ficou devendo a continuação da viagem. Os homens encontravam-se exaustos, famintos e desmoralizados. A bordo, a rebelião alastrava, tendo Magalhães mandado executar os cabecilhas. Por fim, melhorando o tempo, conseguiram encontrar a passagem que ligava o Atlântico ao Oceano Pacífico e aventuraram-se a atravessá-la. Os tripulantes da nau *Santo António*, ainda não haviam atingido o final do que

seria denominado estreito de Magalhães e já se punham em fuga, abandonando os companheiros. A *Santiago* naufragou, e, nas embarcações restantes, os homens julgavam chegados os últimos instantes. Vicissitudes de toda a espécie acompanharam esta fatídica viagem até ao falecimento, nas ilhas futuramente denominadas Filipinas, do navegador português, ou, mais precisamente, em Mactan, tomando partido nas lutas entre tribos locais, a 27 de Abril de 1521[8]. A sua substituição final por Sebastião Elcano fez-se depois dos falecimentos dos seus sucessores também provocados pelos naturais. Estes haviam sido Duarte Barbosa e Juan Serrano. Assim, foi o navegador espanhol que concluiu a primeira viagem de circum-navegação (1519-1521), iniciada por um português. Magalhães estava convicto de que as Molucas[9], famosas ilhas das especiarias, se encontravam fora da área atribuída a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, pelo que esta perspectiva ao ser apresentada a CarlosV, obteve acolhimento favorável. Daí resultou a expedição em que Magalhães veio a falecer, sempre em busca das ilhas Molucas. Foi em Novembro de 1521 que os sobreviventes, capitaneados por Elcano ou Del Cano, atingiram a ilha de Tidore[10]. A *Trindade* dirigiu-se depois para o México, nunca conseguindo alcançar estas paragens. A *Victoria*, no entanto, transportou para Espanha as especiarias, reavivando a rivalidade comercial com os portugueses. Arribou a Sanlúcar de Barrameda a 6 de Setembro de 1522, terminando a primeira viagem de circum-navegação.

Uma vez em contacto com as Filipinas, nunca mais os espanhóis abandonaram estas ilhas., que se contavam por milhares. A população, quase toda de origem malaia, ascendia a umas 600 mil almas quando da chegado dos descobridores. A autoridade política encontrava-se pulverizada, com potentados de força variável, sempre em guerra uns com os outros pela supremacia. Adoravam centenas de *anitos*, deuses maiores e menores. Parecia portanto um bom campo para a propagação da Palavra de Deus. Carlos V ficou entusiasmado com as perspectivas e mandou preparar outra esquadra para consolidar posições e estabelecer postos comerciais. A 24 de Junho de 1525 partia do porto da Corunha, sob o comando de Juan Garcia de Loaisa. Esta foi a primeira de várias expedições que se perderam sem alcançar o seu fim.

As disputas com os portugueses pela posse das ilhas pesaram nas contingências negativas desses empreendimentos. Assim, a esquadra sob o mando de Álvaro Saavedra foi vencida, permitindo os portugueses o seu regresso a Espanha. O vice-rei do México, D. António de Mendoza, recebeu de Carlos V a incumbência de apoderar-se destas ilhas. Com tal fim enviou para oriente, com destino às ilhas das Especiarias, uma outra armada sob as ordens de Rui de Villalobos. Deveria iniciar a colonização das ilhas Filipinas, assim denominadas em honra de Filipe, príncipe das Asturias. Mas, tendo sido hostilizado pelos habitantes de Mindanau, dirigiu-se mais para norte, para a ilha de Cebu. Os elementos, estavam contra os recém-chegados. O mesmo acontecia com os islenhos e os portugueses. Impossibilitados de permanecer nestas paragens, optaram pelo regresso da esquadra ao México. Só alguns, a título pessoal, permaneceram no Oriente, velejando os restantes para, a América ou para Espanha. Desesperado com as péssimas condições da expedição, Villalobos faleceu em Amboino. Foi a última tentativa de Carlos V para a posse das Filipinas.

Mas se a persistência de Carlos não teve recompensa, o mesmo não aconteceu com a firmeza de Filipe II. O México era um bom ponto de convergência de esforços dirigidos ao Pacífico e, em 1559, o vice-rei, D.Luís Velasco, recebia ordens para preparar a conquista material e espiritual das ilhas Filipinas. A expedição partiu a 21 de Novembro de 1564. Comandava-a D.Miguel Lopez de Legazpi e dirigiram-se para a ilha de Leyte, onde chegaram em Fevereiro do ano seguinte. Estabeleceu tratados de amizade e conseguiu, com paciência

e diplomacia, que os reis locais reconhecessem a soberania de Espanha e aceitassem a religião cristã. As maiores dificuldades consistiam em vencer os portugueses. Estes surgiram em Cebu com uma poderosa armada, comandada por Gonçalo Pereira, mas a chegada de novas forças idas do México obrigaram os portugueses a retirar. Cebu foi escolhida para capital da nova presença espanhola na zona. A cidade começou a crescer, as ilhas vizinhas reconheceram de bom grado a soberania ou foram vencidas. A conquista de Manila pelas tropas de Legazpi, a campanha militar desenvolvida por Juan Salcedo, neto de Legazpi, colocaram as posições mais importantes na posse dos espanhóis. Com Legazpi embarcaram para as Filipinas cinco religiosos de santo Agostinho. Uma vez estabelecidos em Manila, começaram imediatamente as tarefas missionárias, embora fossem poucos para o empreendimento. Dentro em breve chegavam reforços e a igreja nascente começou a ganhar vida e a estender-se a outras ilhas[11]. Mas as vantagens materiais não devem ter sido suficientemente compensadoras. Os gastos nas campanhas eram avultados e os conselheiros de Filipe II opuseram-se à continuação das expedições guerreiras. Os missionários continuaram a procurar as novas terras, levados pelo fervor religioso. Esta igreja nascente dependia da sede arcebispal, localizada em terras mexicanas. Essa situação manteve-se até 1588.

Domingo de Salazar, que foi o primeiro bispo de Manila, chegou às Filipinas em 1571, acompanhado por um grupo de religiosos franciscanos, além de três jesuítas e um dominicano. O padre Salazar pertencia à província de Santiago do México, era visto como pessoa sabedora das coisas divinas, bom teólogo e cumpridor de suas obrigações religiosas. Foi o empenhamento de Filipe II que conseguiu que a Nova Espanha tivesse o seu bispado próprio e, ao aceitar a incumbência, o novo purpurado conseguiu do monarca a nomeação de uma missão dominicana para a evengelização das novas terras. A viagem foi cheia de precalços e de maus prenúncios. A morte viajava com os religiosos e dos embarcados morreram de peste, ainda antes de atingir o México, dezoito frades. Apenas um, Cristóvão de Salvaterra, prosseguiu depois até às Filipinas, desempenhando em Manila funções de direcção[12]. Mesmo antes de embarcar, o sonho da criação de uma provícia da Ordem dos Pregadores nas Filipinas levou o padre Salazar a solicitar aos superiores do México que dessem os passos necessários à sua criação. O pedido foi endereçado para Madrid e para Roma, para o que foi incumbido da missão um religioso de vida exemplar, o padre João Crisóstomo. As ocorrências funestas da travessia impediram o bispo Salazar de vir a ser, efectivamente, o fundador da província do Santíssimo Rosário. Mas manteve-se em contacto com os esforços realizados nesse sentido, quer em Madrid quer na Cúria, até à concretização de tal anseio, o que viu realizado no ano de 1587, com a chegada dos primeiros religiosos. Para tal esforço, haviam sido auscultados os que tinham autoridade para encaminhar o pedido, desde o papa ao rei Filipe e ao Geral da Ordem, Paulo Constable de Ferrara. Tudo ficou bem gerido, e obteve licença para juntar um grupo de religiosos de vida exemplar, em número de trinta, devendo igualmente nomear substituto para o caso de algo de grave lhe ocorrer. Os dois breves de Gregório XII, datados de 15 de Setembro e 20 de Outubro de 1582, concretizavam a aprovação da Província pelo pontífice. Tudo parecia caminhar no bom sentido. Mas, querendo o padre Crisóstomo seguir viagem para as Filipinas com os seus religiosos, os conselheiros de Madrid negaram-lhe provimento. Não havia compensação económica para os gastos que se anteviam. Com tal fundamento proibia-se o projecto de seguir em frente. O desconsolo foi grande, quer no México quer nas ilhas. Desalentado, o padre parecia ter desistido. Contudo, algum tempo depois, voltava a insistir no seu pedido. A sua persistência acabou por derrubar os obstáculos, facultando-

-lhe o monarca quase todas as solicitações apresentadas. O rei permitiu o embarque para as Filipinas de um grupo de missionários que se propunham evangelizar em força as numerosas ilhas do arquipélago. Uma vez conseguida esta autorização, destinada a vinte e quatro frades, número já importante para a época, seguiu-se um congregar de vontades de todos os dominicanos para que esse somátorio fosse ainda maior. Um convite partiu destinado a todos os conventos da Ordem no reino para estarem presente na reunião que, para tratar deste assunto, iria ter lugar na cidade de Sevilha. Nesse encontro, o padre Crisóstomo renunciou ao cargo de Vigário Geral a favor do padre João de Castro. A partida fez-se do porto de Cadiz., a 17 de Julho de 1586. Os religiosos íam animados de fagueiras esperanças de muitas almas salvas para Cristo. A viagem começou sem incidentes, os religiosos entregues às suas tarefas, dedicando muito do seu tempo à oração e ao estudo. A travessia do oceano, rumo ao México, apresentava para muitos os encantos de uma primeira viagem. Em breve mudou o aspecto do mar. Vagalhões de altura desmesurada cercavam a embarcação, levando cada um a pensar chegados os derradeiros minutos. Mas, mesmo quando a situação parecia mais dramática, os religiosos continuaram a praticar os seus exercícios espirituais e a respeitar os condicionalismos da vida em comunidade[13]. As tormentas não deixaram de perseguir a embarcação e muitos dos frades adoeceram gravemente. Ao atingirem Puebla de los Angeles, já no México, esperavam conseguir algum descanso no convento da sua Ordem, o que realmente aconteceu. Mas, apesar de todos os cuidados, faleceram alguns deles, deixando os outros mais pobres e desconsolados[14].

A dura realidade parecia querer desfazer sonhos. Os mais desanimados e enfermos regressaram a Espanha; outros empreenderam a sua actividade apostólica no México, Província de Santiago. Apenas um reduzido número tomou o caminho primeiramente proposto para exercerem a sua missão nas Filipinas[15]. Alguns dos sobreviventes, vencido o desalento, embarcaram para outras regiões. Não obstante estes ajustamentos, de Acapulco para Manila seguiram quinze religiosos. Atingiram Cavite em dia de santa Maria Madalena, seguindo no meio de grande regozijo popular para entrar em Manila no dia 25 de Julho. Aqui a recepção foi comovedora, irmanando-se no mesmo regozijo os religiosos, as autoridades e o povo[16]. Recebidos no palácio episcopal pelo padre Salazar, tratou-os este com muita caridade e alegria, como aos fundadores, que eram, da nova Província do Santíssimo Rosário. Enquanto aqui estiveram alojados procurou-se-lhes melhores cómodos. Dedicados a uma vida de estudo e de meditação, pediram os dominicanos que lhes fosse permitido retirarem-se para o convento dos franciscanos, mais pobre e recatado, enquanto outros preferiram ir para Bataan. Devidamente autorizados, fez-se-lhes a vontade. Terão surgido divergências com o bispo? Necessidade de actuar rapidamente em campo onde outras Ordens se encontravam já estabelecidas? Não sabemos. Naquela época a evangelização estava a cargo de alguns clérigos, pequeno número de jesuítas e de agostinhos.

As ilhas estendiam-se por milhares de léguas, mal conhecidas ainda, parecendo ávidas de receber a doutrina cristã. Era necessária mais gente que trabalhasse a messe. Foi nesse sentido que se tomaram as primeiras providências, convidando a ingressar na Província do Santíssimo Rosário pessoas vindas dos conventos do México e de Espanha. Com origem continental contavam-se os mais doutos professores, homens amadurecidos no estudo e no convívio da sagrada teologia, convidados a ingressar pelo Procurador da província de Madrid. Outras vezes, essa convocação dirigia-se a jovens prometedores, de quem a Ordem esperava grande futuro. Por vezes, embora tentando atingir as Filipinas, os religiosos

acabavam ficando pelo México, descoroçoados pela difícil viagem atlântica e temendo a que se seguiria no Pacífico. Também a dura vida conventual, aliada às privações dos primeiros tempos, levaram outros a desistir. Mas havia sempre quem colmatasse essas vagas. E a Província de Santiago acabava por ser uma fonte inesgotável[17].

Toda a vivência da nova Província encontrava-se regulamentada. Primeiramente, pela legislação comum a toda a Ordem; depois, pela constituição da Província que, mantendo, vivo o espírito do Fundador introduzia certas diferenças, com alguma legislação própria e privilégios especiais. Aconselhavam esta especificidade as condições do desenrolar da missionação, a grande distância a que se encontravam Roma e a terra mãe. As decisões, quaisquer que fossem, tinham de ser tomadas e não se podia esperar as demoradas respostas às questões colocadas. Assim as denominadas Ordenações Primordiais que serviram de directrizes para a primeira missão, de 1586, foram escritas pelo padre João de Castro, na Província de Santiago. Entre outras disposições, contavam-se as seguintes:

- Havia que respeitar estritamente a Regra e as Constituições vigentes, não só no essencial, mas também no exemplo a seguir no labor quotidiano. No primeiro caso, contavam-se os preceitos divinos e os votos de castidade, obediência e pobreza. No segundo, os jejuns, abstinência de carnes, não andar a cavalo, guardar silêncio, trajar pobremente evitando todo o tipo de ostentação, preocupar-se unicamente com as coisas divinas, sem esquecer a dedicação à oração e ao estudo., etc.

As *Regras* ou *Ordenações Primordiais* foram assinadas pelos religiosos em 17 de Dezembro de 1586, no México. Impunham igualmente a uniformidade no trajar, as regras a usar no sacramento da Eucaristia, a doutrina a seguir, os cuidados na presença de gente estranha à Ordem, especialmente seculares, a forma e a direcção das missões, a orientação e as doutrinas a aplicar na catequização, a administração dos sacramentos. Ordenava ainda o canto das matinas à meia-noite, as missas de sufrágio a rezar por cada irmão em número de seis e dedicadas aos defuntos da Ordem, entre muitas outras directrizes de caráter geral e particular. Estavam proibidas as visitas de cortesia, mesmo aos grandes senhores, a não ser por motivos religiosos. Apenas o bispo deveria ser procurado e seguidas as suas orientações. Pretendia-se assim afastar do mundo e virar mais para Deus aqueles que se haviam dedicado à divulgação da sua doutrina.. Aconselhava-se a mortificação do corpo, posta em prática de muitas maneiras, pois só por doença lhes seriam retiradas as tábuas onde dormiam e dado um magro colchão[18].

Uma das directrizes oriundas de S. Domingos referia a pureza em todas as acepções. Por isso, ao escrever as normas de vida dos religiosos que o padre Juan de Castro ofereceu aos primeiros fundadores e os sermões alusivos deixavam entender ser aquela uma virtude indispensável. Este rigor de vida colocava no quotidiano as normas antigas, estabelecidas por S. Domingos e algumas delas já caídas em desuso. Por tal motivo, a boa fama dos dominicanos desta Província foi sempre em aumento, sendo dados como exemplares cumpridores das determinações do Fundador[19]. A estrita obediência fazia parte das obrigações dos religiosos. E, por necessidade da evangelização, as missões longínquas eram vulgares, enviando o Provincial muitas vezes os considerados mais aptos a terras de missão distantes e perigosas. Assim, eram frequentes as viagens à China, às Molucas, ao Japão, ao Cambodja, permanencendo aqui e aprendendo, por vezes, três ou, quatro idiomas para contactarem com os naturais que pretendiam cristianizar. Os escolhidos eram sempre de superior virtude e dispostos a sofrerem todos os sacrifícios na realização do seu múnus.[20].

Este exemplo, em virtude tão dificilmente seguida no Oriente como a castidade, levava a muitas conversões. Os religiosos procuravam através das mortificações corporais,

dos frequentes jejuns e abstinências, da prática dos sacramentos e da oração incrementar e fortalecer essa norma. Era costume viajarem sempre aos pares, nunca em separado, evitarem os meios seculares, principalmente as casas dos grandes e dedicar grande parte do dia ao estudo e meditação.

Outro exemplo de vida encontrava-se na prática da pobreza, em cumprimento do seu voto. Por isso, ao dirigirem-se dos seus conventos para os portos de embarque, pediam pão e água de porta em porta, sem possuirem, nem para comer, nada de seu[21]. A comunidade estabelecida em Santo Domingo viveu muito tempo de esmolas dos neófitos; em casa coberta de folhas permaneceram os primeiros missionários de Pangasinan, e estes exemplos repetem-se.

Os únicos subsídios mais ou menos regulares eram os donativos das missas, mas mesmo esses incertos e reduzidos. A construção de igrejas e seminários, também resultantes de esmolas nos tempos dos primeiros religiosos, eram lentas e as condições dos missionários deploráveis. Talvez por isso, não faltam anúncios de milagres nesses primeiros tempos[22], recusando os religiosos, muitas vezes, qualquer tipo de recompensa que pudesse suscitar dúvidas ou apegá-los às riquezas do mundo.

Quando da chegada dos fundadores, passado algum tempo de permanância entre os franciscanos, foram os quinze repartidos pelo vasto domínio religioso que lhes pertencia missionar. O padre Juan de Castro dividiu-os, portanto, seguindo o padres Juan Ormaza, (como vigário), Pedro Bolaños e Alonso Jimenez para a região de Bataan; Gregorio Ochoa, Juan de Castro (sobrinho do vigário geral), Pedro de Soto, Marcos Soria, entre outros, continuaram para Pangasinan, ficando em Manila os padres Miguel de Benevides, como vigário geral, Diego de Soria, Juan Maldonado e o irmão Pedro Rodrigues, para fundarem um convento de estreita observância[23]. Foi este o convento de S. Domingos e veio a tornar-se, como desejaram os religiosos que o erigiram, o foco de todas as actividades missionárias desta vasta área. Os seus religiosos ganharam fama de sabedores, dedicados à evangelização e ao estudo. Salazar auxiliou com toda a boa vontade, doando o terreno e uma quantia importante para a época. Vários fidalgos de Manila concorreram com as suas dádivas. No dia de Ano Novo de 1588 foi inaugurada a igreja com muita alegria e comoção. Era uma construção modesta, simbolo desses primeiros tempos, com as paredes e outras estruturas de nipa, palma, madeira e caniçado. Esta pobreza abrigava religiosos de grande saber e virtude, directores de almas, grandes pregadores, homens de comprovada honestidade[24]. Pouco tempo depois, parte da igreja desmoronou-se, deixando intacto o altar do Santíssimo Sacramento e a imagem da Virgem do Rosário, o que foi entendido como um milagre divino. Com grande fé na Senhora, iniciaram a traça, desta vez de pedra.

A nova igreja foi construída sob a direcção do padre Alonso Jimenez, mas, pouco depois, um incêndio que destruíu parte da cidade danificava-a gravemente. Também desta vez houve que dar graças pela protecção especial que permitiu que a hóstia consagrada não fosse atingida, o mesmo acontecendo com a imagem da Senhora do Rosário.

No ano de 1588 reuniu o primeiro capítulo provincial. Estiveram presentes, recém-chegados do México, os padres Cobo e Luís Gandulio, entre outros dirigentes. A fama do apostolado desenvolvido na província era já grande. O convento de S. Domingos recebeu a 10 de Junho de 1588 todos os dominicanos congregados, da reunião saindo a nomeação dos definidores e do provincial, sendo este último o padre Juan de Castro, que, como vigário geral havia dado boas provas de si, do seu zelo e santidade[25]. O capítulo reunido aceitou, conforme referimos, as *Ordenaciones Primordiales*, confirmando a denominação de *Santisimo Rosario* para a Provincia. Em 1592, o capítulo geral, em Veneza, ratificou as

resoluções tomadas. O futuro parecia ser de trabalho e de apostolado. Mas em breve as desalenças entre o governador Gomes Perez Dasmariñas afrontavam o bispo nos assuntos de religião. Esta situação chegou a extremos tais que obrigaram Salazar a procurar o caminho de Espanha, para onde embarcou em 1591. A Provincia designou para seu companheiro o padre Diego de Soria, a quem o governador negou autorização para a passagem. Conseguida para o padre Benevides, passaram os religiosos a Acapulco.

A viagem foi demorada e difícil. Uma vez em Madrid, explicaram ao que vinham e a razão de empreenderem tão perigosa viagem. Da benevolência real obteve Salazar, entre outras mercês, o restabelecimento da Real Audiencia e a divisão das Filipinas em quatro bispados, com a sede metropolitana em Manila. Mas o bispo, doente e gasto pelos anos e pelos trabalhos, não voltou mais a Manila, nem ocupou a sede metropolitana para que fora nomeado. Morreu em Madrid, no inverno de 1594[26]. Poucos anos antes, em 1590, falecera também o padre Juan Crisóstomo, feliz por ver os progressos realizados Haviam-se confirmado os seus vaticínios. O campo estava plantado, havia de vir a colheita.

Quando regressou, o padre Benavides fora já nomeado bispo de Nova Segóvia. Trazia consigo uma numerosa missão para dar continuidade em força à evangelização das Filipinas. E bem preciso era o entusiasmo dos recém-chegados, pois os mais antigos morriam prematuramente, das enfermidades e dos trabalhos, além de alguns terem alcançado uma idade avançada. Outro perigo parecia avolumar-se no horizonte. Os olhares dos japoneses voltavam-se para as Filipinas e uma possível disputa da terra ameaçava o labor das missões. Os japoneses, comandados por Hideyoshi Toyotomi, senhor supremo da guerra, preparavam-se para a conquista das ilhas. Despertara-lhes o apetite um comerciante em decadência, Harada Kiemon, que a presença dos estrangeiros prejudicara. No memorial que apresentou ao chefe japonês referia-se ao arquipélago como rico, fácil de conquistar e oferecia-se como embaixador para trazer a submissão e vassalagem dos castelhanos. Partiu para Manila, com uma carta arrogante e ameaçadora para o governador das ilhas. Mas chegado a Nagasaqui, a conselho de amigos, entregou a mensagem a Gaspar Harada, seu sobrinho. As ilhas viviam agora no terror dos japoneses. Todos conheciam a fama do conquistador da Coreia e as fracas forças espanholas não lhe podiam fazer frente[27]. Nesta situação crítica, resolveu o governador enviar como embaixador ao Japão o padre Cobo com uma missiva para o guerreiro japonês. A missão era quase suicida. Pretendia-se, se fosse possível, convencer o senhor da guerra a desistir da ideia de conquista. Com os olhos postos em Deus, saiu o padre de Manila, apenas fortalecido com a benção apostólica. Partiu para Nagasaqui no navio de Lope de Lhanos. Levava alguns presentes para homenagear o guerreiro, mas a missiva não apresentava as esperadas fórmulas de submissão e vassalagem.

Embora se desconheçam os pormenores da expedição e de que modo foi recebida, o ataque às ilhas não se concretizou. O religioso conseguira impressionar favoravelmente o grande senhor japonês. De qualquer modo, satisfeito com o resultado da difícil missão, apressou-se o padre Cobo em regressar a Manila, para sossegar o governador, ao mesmo tempo que enviava por Harada uma carta a dar conta do bom resultado da sua missão. A viagem de regresso não chegou a concluir-se. Possivelmente apanhados por uma tempestades, embarcação e tripulantes desapareceram para sempre. Foi em vão que os esperaram. A carta a anunciar a boa nova chegou ao seu destino, sossegando as autoridades e a população. Mas do padre não houve mais notícias[28]. Desta forma, pelo sacrifício de um dos seus filhos, começou a Ordem a prestar os seus serviços fora das Filipinas, evitando a guerra, com todo o seu estendal de horrores. Tendo escapado à temida mortandade, as

cerimónias de acção de graças foram realizadas com grande contricção dos pecadores. Ao mesmo tempo, houve manifestações de regozijo pela mercê alcançada.

Outro aspecto da missionação dos dominicanos ligou-se à assistência sanitária às populações. O comércio prontamente estabelecido entre as Filipinas e o México atraiu a Manila muitos mercadores chineses e dos litorais vizinhos. A cidade cresceu e o número de mercadores e artesãos destas proveniências tornou-se considerável. Tendo em vista a evangelização do Celeste Império, começaram os dominicanos a aprender os idiomas e os costumes, de modo a estarem aptos a empreender a missão. Era uma tarefa ingrata, com a aprendizagem do dialecto de Amoy ou de Chancea, assim mencionados na documentação antiga. Nos começos, a missionação dirigiu-se aos mercadores e artesãos residentes na cidade. Em 1588 edificaram uma modesta igreja, um hospital e umas acomodações no povoado de Baybay, nos arredores, para servir essa congregação. Embora os começos fossem modestos, olhava-se não só aos aspectos sanitários, como cuidar dos enfermos, mas também delineavam tentativas de uma aproximação religiosa, sempre que possível. Tais foram os princípios do hospital e do templo de S.Gabriel..

O levantamento de igrejas, embora de estruturas modestas, ao modo da terra, foi uma preocupação dos religiosos. Pela mesma época e com igual finalidade, cuidar da saúde física e espiritual dos habitantes de etnia chinesa, construíu-se a igreja de Binondo. Outro templo, desta vez já em ruínas pelos finais de Quinhentos, foi a igreja de Parian. Tudo isto consumia a saúde e os esforços dos padres, principalmente de Juan Maldonado e Domingos de Nieva e do irmão frei Pedro Rodriguez. A Palavra difundia-se. Em 1587 chegavam os primeiros religiosos pregadores a Bata, ao norte da baía de Manila. Era uma zona de arrozais, servida por uma população muito humilde de camponeses. Imediatamente ergueram uma capela e uma casa no povoado de Abucay, dedicando à evangelização da gente, que, em grande maioria, pouco ou nada sabia da religião cristã. Outros religiosos haviam estado naquela área, mas sem permanência. A população, embora aparentemente recebesse de bom modo as tentativas de aproximação, não queria os sacramentos, principalmente o baptismo, pretendendo serem já baptizados pelos sacerdotes que ali haviam passado algum tempo. E mesmo aqueles que tinham recebido a água baptismal, sem acompanhamento na sua fé, viviam nos costumes e na crença ancestrais, praticando a poligamia e cultuando os antigos deuses[29].

Os esforços no sentido de irradicar a embriaguês, a superstição, a usura, foram em breve coroados de exito. Alguns habitantes diziam não querer o baptismo para não serem obrigados a cumprir as obrigações que o sacramento implicava. Mas, pouco a pouco, com a perseverança dos padres, os costumes tornaram-se mais morigerados. Para tal contribuiu o agrupamento em povoados das populações até então dispersas por vastas áreas, mantendo sempre os religiosos uma vasta acção de missionação. As povoações de Abúcay e de Samal nasceram assim desse movimento populacional no sentido centralizador. E, ainda antes de terminar o século outros núcleos estavam criados.

Também a província de Pangasinan mereceu o interesse da Ordem dos Pregadores. De agricultura rica, clima ameno e águas piscosas, os bosques de coqueiros, os arrozais e nipais cobriam grande parte do seu solo fértil. A população era hábil e industriosa e os padres começaram imediatamente a aprender o idioma local. Aqui foi edificado o convento de Binalatongan, a princípio humilde casa de nipa e cana, mais tarde convento de S.Carlos. Mas o recebimento foi mau, opondo-se a gente aos novos costumes e religião. Não sendo conveniente matar os missionários, porque isso equivalia à vingança das armas espanholas, resolveram vencê-los pela fome. Entre perigos, trabalhos e orações, esperaram os padres

ocasião mais propícia à evangelização. Foi a conversão da esposa do chefe local, Casipit, que provocou o abrandamento da tensão. Depois de Graça ter recebido o baptismo, logo se seguiu o régulo e seus parentes e gente da corte. A partir dessa altura, as conversões, como era hábito, fizeram-se em massa. As igrejas e conventos surgiram construidos pelos neófitos, que eram de índole religiosa e fiel. Desapareceram os *managanitos*, divindades locais, e por todo o lado crescia a fé de Cristo.

Abundavam os milagres. Tudo era considerado milagre e prodígio pelas populações. Uma jovem que miraculosamente, tendo chamado pela Senhora do Rosário não morreu afogada, um homem salvo de uma perigosa enfermidade. Mas, como o padre Benevides escrevia em carta a Clemente VIII, o maior milagre era certamente a vida santa e mortificada dos padres e o que haviam conseguido alcançar pela evangelização daqueles povos. De tempos a tempos, renasciam as questões com o poder temporal. Os governadores levavam muitas vezes vidas em completo desacordo com a moral, desautorizavam o bispo, praticavam injustiças. Os sacerdotes procuravam encaminhar, em confissão ou no púlpito, mas eram ameaçados com o desterro. Vejamos o testemunho de um religioso que, embora certamente parcial, permite reconstituir o quadro: "El credito y buena fama que siempre han tenido los religiosos de esta Provincia, dentro y fuera de Manila, ha sido grande; si bien nunca han faltado emulaciones, por no decir venganzas. En cierta ocasión,, vivia un gobernador escandalosamente y la Provincia escribió una carta diciendo: que qui se no se enmendaba, predicarian contra su desatinada vida; y de aqui tomó motivo para perseguirnos (...). Otro poderoso, porque la Orden no sufria su mal modo, nos puso com el rey tan mal, que fué menester mucho para purificarnos. A muchos religiosos han querido desterrar, porque han predicado verdades que amargaban. Mas, como se hace por celo de la honra de Dios, siempre Dios nos ha defendido"[30].

No vale, entre os rios Itugud e Ibanag, situavam-se as terras de Cagayan.. Flanqueada, por altas montanhas, era uma região habitada por povos altivos e independentes, como os Kianganes, silipanes, mandayas, ipituyes, entre muitos e muitos outros. Falavam dialectos diferentes, e o isolamentos levara-os muitas vezes a costumes muito diversos. Nestas ásperas montanhas empenharam os dominicanos as vidas de muitos padres, tentando conquista para Deus estas almas. Os conquistadores espanhóis não se aventuraram no vale, embora o capitão Salcedo tivesse percorrido as costas de Cagayán no ano de 1572, não quisera entrar na região entre os montes. Foi o governador Gonzalo Ronquillo que ordenou a ida de Pablo Carrión com a finalidade de expulsar da foz do rio Ibanag o corsário japonêsTayfusu e de conquistar a terra. Realmente, os japoneses abandonaram aquela área, vencidos pela artilharia. Faltava submeter a gente das montanhas e do vale, o que não parecia representar grande perigo. Contudo, a tarefa aparentemente fácil, levou três séculos a realizar-se. Os povos da planície, desde a costa de Tuguegarao, foram submetidos por Carrion. Estavam muito divididos por lutas e não ofereceram grande resistência.

Com os homens de guerra seguiam igualmente alguns religiosos, entre os quais Cristóbal de Salvatierra e Francisco Rodrigues, este último da ordem de Santo Agostinho. Na cidade de Nueva Segovia, recém-fundada, receberam os Agostinhos uma capela, que logo abandonaram. A crueldade dos soldados para com os povos locais afastou os padres, que nada podiam fazer. Foi então (1594) oferecida aos dominicanos a guarda espiritual destes povos e do presidio da nova povoação. Os religiosos enviados, Diego de Soria e Tomás Castellar, igualmente desanimados, pensavam regressar a Manila quando encontraram alguns religiosos da Ordem, que se dirigiam a Cagayan. Reanimados, vendo

no encontro providencial os desígnios de Deus, recomeçaram com maior entusiasmo o trabalho já assinalado. Dividiram-se pelos domínios conquistados pelos espanhóis de Carrión. As igrejas foram surgindo. Primeiro, à moda da terra, de cana e nipa. Depois, desacreditando as crenças locais e as suas divulgadoras, ou sacerdotizas, acabaram por ver as gentes receber e pedir o baptismo.O mesmo aconteceu em Pata, para onde haviam sido destacados os padres Miguel Martin de San Jacinto e Gaspar Zarfate, enquanto Ambrosio Martinez de la Madre de Dios e o irmão Domingos de San Bla se dirigiam a Abulug. Em Pata, imitando as conversões de um notável local, Siriban, e de outros importantes senhores, as populações pediam o baptismo. Os povos de Abulug converteram-se quando dois potentados locais que íam a Manila pedir a expulsão dos padres foram detidos no mar por uma força sobrenatural. Os outros navios prosseguiram a sua rota, só aquele em que viajavam os detractores dos missionários ficou retido[31]. Foram criados muitas povoações e dados ministros e missionários dominicanos a outras. Dummun, Lobo, Nalavangan, Maquilá e muitas outras encontravam-se nestes termos. Algumas, no entanto, permaneceram sem ouvir a Palavra, dada a falta de religiosos.

Em conclusão, podemos afirmar que só a profunda fé e o espirito de sacrifício dos dominicanos permitiram a evangelização das Filipinas. Tal como aconteceu com os dominicanos portugueses no espaço da Expansão, também os espanhóis abdicaram de todo o conforto pessoal e regalías do mundo para se dedicarem inteiramente a Deus e à sua missão na terra: a evangelização dos povos distantes que os descobrimentos portugueses e espanhóis tinham trazido ao convívio da Europa.

[*] Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[1] Bartolomeu de Las Casas, *Historia de las Indias*, vol. II, México, 1951, p. 54.

[2] Guillermo Céspedes del Castilho, "America Hispánica", in Manuel Tuñon de Lara (dir.), *Historia de España*, vol. VI, Barcelona, 1988, pp.38.

[3] Alejandro Cioranescu, *Cólon Humanista*, Madrid, 1967, p. 81.

[4] "*Bien está, que algun daño me han hecho y hacen; pero por ese bien, que no se sabrá ele secreto de estos cien años*". Bartolomeu de Las Casas, *Op. cit.*, vol. II, p. 54. Segundo o frade, o "secreto" era a cegueira dos colonizadores que levara ao tratamento cruel dado aos índios. A perspectiva histórica do intervelo de 100 anos indicados parece ter sido considerado verdadeira: "*Si dijo verdad el demonio (como la puede decir, cumplindo la voluntad de Dios* (...)".

[5] Frei Pablo Fernandez, O.P., *Dominicos Donde Nace El Sol*, Barcelona, 1958, p. 13.

[6] Luís de Albuquerque, *Colombo*, Lisboa, 1992, p. 15.

[7] Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar Séculos XIII a XVIII*, Lisboa, 1990, p. 66.

[8] Ver Antonio Pigaffeta, *Primer viaje entorno del globo*, Madrid, 1941.

[9] Foi um capitão de Afonso de Albuquerque, António de Abreu, que atingiu estas ilhas depois da conquista de Malaca, em 1511. Levava três navios, um dos quais, do comando de Francisco Serrão, naufragou. Foi recolhido pelos naturais e enviado para Ternate, tornando-se o conselheiro do sultão muçulmano. As ilhas de Ternate, Tidor, Motir, Makian e Bachan compunham o arquipélago com alguns ilhéus. A designação estendeu-se posteriormente às ilhas de Amboino e de Banda.

[10] Fermin de Uncilla, *Urdaneta y la conquista de Filipinas*, S. Sebastião, 1907, pp. 6-9.

[11] Idem, *ibidem*.

[12] Diego Aduarte, *Historia de la Provincia del Santisimo Rosario de Filipinas, Japón y China*, Zaragoza, 1693, pp. 12-16.

[13] Diego Aduarte, *Op. cit.*, p. 23.

[14] Pablo Fernández, *Op. cit.*, p. 26.

[15] Antonio de Remesal, *Historia de la Provincia de Chiapa y Guatemala*, Madrid, 1619, p. 675.

[16] Diego Aduarte, *Op. cit.*, p. 23.

[17] Idem, *ibidem*, pp. 15-18.

[18] Hilario Maria Ocio, "Monumento Dominicana, La Provincia del Santisimo Rosario de Filipinas", in Archivo de la Provincia del Santisimo Rosario, cit. in Pablo Fernández, *Op. cit.*, p. 44.

[19] Archivo de la Provincia del Santisimo Rosario, cit. in Pablo Fernández, *Op. cit.*, p. 46.

[20] Manuscrito do Archivo de la Provincia del Santisimo Rosario, cit in Francisco de Paula e Juan de los Angeles, *Parte segunda de la Historia de la Provincia del Santisimo Rosario de Filipinas, Japón y China*, p. 19.

[21] Diego Aduarte, *Op. cit.*, pp.9, 246.

[22] Idem, *ibidem*, p. 72.

[23] Idem, *ibidem*, p. 28.

[24] Diego Aduarte, *Op. cit.*, p. 29.

[25] Antonio de Remesal. *Op. cit.*, p. 676.

[26] Pablo Fernández, *Op. cit.*, p. 29.

[27] Diego Aduarte, *Op. cit.*, p. 185.

[28] Idem, *ibidem*, p. 222.

[29] Idem, *ibidem*, p. 260.

[30] Juan Peguero, *Compendio historial e la Provincia del Santisimo Rosario. Archivo de la Provincia del Santisimo Rosario*, cit. in Pablo Fernández, *Op. cit.*, p. 61.

[31] Hilario Maria Ocio, *Op. cit.*, p. 160.

O NÚCLEO EGÍPCIO
DA COLECÇÃO LUÍS TEIXEIRA DA MOTA

Luís Manuel de ARAÚJO *

Graças a uma oportuna informação do Dr. Assis Ferreira, também ele possuidor de uma interessante colecção de antiguidades egípcias, tomámos conhecimento, em meados de 1994, da existência de mais um acervo egiptológico pertencente ao Dr. Luís Teixeira da Mota. Este coleccionador possui, entre um grande número de antiguidades de várias épocas e culturas, seis objectos egípcios.

Estabelecido contacto com o proprietário, que reside em Guimarães, foi possível apreciar e estudar os referidos objectos, entre os quais merece destaque um vaso de vísceras em madeira, com inscrição hieroglífica, cuja imagem neste artigo se reproduz. Este novo acervo vem assim juntar-se a outras colecções privadas existentes no nosso país, já estudadas ou em fase de estudo e de preparação para uma futura e necessária divulgação: as colecções Amaral Cabral [1], Assis Ferreira [2], Miguel Barbosa [3], Fernando Freitas Simões [4] e Sam Levy [5]. A estes pequenos núcleos egiptológicos juntam-se outros pertencentes a diversas instituições públicas e privadas, encontrando-se alguns já publicados e outros a aguardar publicação [6].

O pequeno acervo do Dr. Luís Teixeira da Mota é constituído pelo já referido vaso de vísceras em madeira, uma estatueta funerária (chauabti) em terracota, uma pequena estatueta em faiança com Ísis amamentando Hórus, um amuleto em faiança em forma de esfinge, um pequeno vaso em faiança e um pequeno gato em bronze.

1 - VASO DE VÍSCERAS

Vaso de vísceras compacto em madeira castanha clara, pintada de branco, com bastantes falhas na superfície. A parte superior, correspondente à pretensa tampa do vaso, representa uma cabeça de cão selvagem (ou chacal), como evocação de Duamutef, um dos quatro filhos de Hórus encarregados de proteger as vísceras do morto. A típica imagem de Duamutef, que tinha a seu cargo o estômago, apresenta-o como um canídeo de focinho afilado, duas orelhas espetadas para cima, aqui com as pontas já danificadas. Apresenta vários detalhes a negro: os olhos com sobrancelhas, e ligeira saliência pintada de negro a sugerir o colar no pescoço entre as pontas terminais largas da peruca. Uma saliência angulosa marca a pretensa separação da tampa do vaso fictício. Tem vestígios de inscrição hieroglífica frontal, na posição vertical, distribuída por duas colunas, com leitura da direita para a esquerda, em parte ilegível. Apresenta uma racha que vai desde o focinho até à base de fundo plano [7].

Texto: [hieroglyphic text]

Transliteração: Wsir *nbt-pr* (...) *m3ʿt-ḫrw*

Tradução: «Osíris, dona de casa, (...)Ísis, justificada.» [8]

Dimensões: Alt.: 28 cm; Larg.: 11,8 cm
Cronologia: Terceiro Período Intermediário, séculos XI-VIII a. C

2 - CHAUABTI

Figura humana mumiforme em terracota castanha com vestígios de pintura branca. Tem detalhes em relevo, como os braços cruzados à frente, peruca envolvendo o rosto de traços indefinidos, com o dorso plano. Este tipo de estatueta funerária, que se destinava a trabalhar miticamente nos campos osíricos do Além em lugar do morto, é conhecido pelo nome de chauabti, apresentando regra geral alviões nas mãos, saco de sementes nas costas, e inscrições com o nome e os títulos do defunto, o que neste exemplar não se verifica [9].

Dimensões: Alt.: 7 cm; Larg.: 1,5 cm
Cronologia: Império Novo ou Terceiro Período Intermediário, séculos XIII-VIII a. C.

3 - ÍSIS AMAMENTANDO HÓRUS

Estatueta em faiança verde clara representando a deusa Ísis entronizada a amamentar o seu filho Hórus sentado ao colo. Exibe cornamenta liriforme envolvendo o disco solar o qual é rematado por um friso de seis serpentes solarizadas de feitura estilizada. Na peruca tripartida estriada posta-se uma serpente sagrada em posição frontal, um tanto erodida. Os traços do rosto estão bem assinalados. De acordo com a tradicional postura do aleitamento isíaco, a mão esquerda da deusa ampara o seu filho enquanto a mão direita lhe chega o seio esquerdo. A figurinha representando Hórus Criança tem um acabamento fruste. O pilar dorsal, que se junta ao trono prolongando-o para cima, apresenta uma inscrição hieroglífica delimitada por traços incisos, em posição vertical, cujos desajeitados signos estão ilegíveis [10].

Dimensões: Alt.: 7,3 cm; Larg.: 2 cm
Cronologia: Época Baixa ou período ptolemaico, séculos VII-III a. C.

4 - ESFINGE

Estatueta em faiança azul escura representado uma esfinge na sua conhecida pose de um leão deitado e exibindo uma cabeça humana desproporcionada em relação ao pequeno corpo leonino. A superfície da peça apresenta várias zonas com incrustação [11].

Dimensões: Comp.: 3,2 cm; Larg.: 1,8 cm
Cronologia: Época indeterminada (Império Novo, séculos XV-XII a. C. ?)

5 - VASO

Pequeno vaso em faiança azul de elegante forma cónica, com ombros altos e parede estreitando para a base de fundo plano. A boca tem o lábio virado para fora com ligeiro boleamento. A peça apresenta várias fracturas e incrustações na superfície vidrada [12].

Dimensões: Alt.: 3,2 cm; Larg.: 1,8 cm
Cronologia: Época indeterminada (Império Novo, séculos XV-XII a. C. ?)

6 - GATO

Estatueta em bronze de pátina castanha representando um gato em posição sentada, passando a cauda pelo lado direito, assente sobre uma base em madeira não original e pintada em cima com cor escura. Os traços do rosto estão bem marcados, tendo igualmente sido feitos em relevo os dedos das patas dianteiras. A estatueta apresenta incrustação no ventre e entre as patas dianteiras do animal [13].

Dimensões: Alt.: 3,5 cm; Larg.: 1 cm
Cronologia: Época Baixa ou período ptolemaico, séculos VII-III a. C.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

Luís Manuel de ARAÚJO, «Dois chauabtis numa colecção privada portuguesa», em *Hathor: Estudos de Egiptologia*, 3, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, pp. 15-23

Luís Manuel de ARAÚJO, «Colecções egípcias em Portugal», em *Cadmo*, 1, revista do Instituto Oriental da Faculdade de Letras de Lisboa, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, pp. 237-239

Luís Manuel de ARAÚJO, *Antiguidades Egípcias*, I, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1993

Luís Manuel de ARAÚJO, «A colecção egípcia do Museu Nacional Soares dos Reis», em *Museu*, 3, IV série, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, 1995, pp. 7-20

Luís Manuel de ARAÚJO, *O núcleo egípcio da colecção Marciano Azuaga*, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Sector de Acção Cultural, Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, Vila Nova de Gaia, 1995

Luís Manuel de ARAÚJO, «O núcleo egípcio da colecção Assis Ferreira», em *Cadmo*, 4/5, revista do Instituto Oriental da Faculdade de Letras de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 1997, pp. 75-94

Maria Helena ASSAM, *Arte Egípcia, Colecção Calouste Gulbenkian*, Museu Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991

Gun BJÖRKMAN, *A Selection of the objects in the Smith Collection of Egyptian Antiquities at the Linköping Museum, Sweden*, Bibliotheca Eckmaniana, Universitatis Regiae Upsaliensis, Almqvist & Wiksell, Estocolmo, 1971

José Nunes CARREIRA e Luís Manuel de ARAÚJO, «Chauabtis da Sociedade de Geografia de Lisboa», em *Revista da Faculdade de Letras*, 10, 5ª série, Lisboa, 1988, pp. 13-23

Jean-Luc CHAPPAZ, *Les Figurines Funéraires Égyptiennes du Musée d'Art et d'Histoire et de Quelques Collections Privées*, Aegyptiaca Helvetica, 10, Musée d'Art et d'Histoire, Genève, 1984

Rosalie DAVID, *The Macclesfield Collection of Egyptian Antiquities*, Aris & Phillips Ltd, Warminster, 1980

Jordi H. FERNANDEZ e Josep PADRÓ, Amuletos de Tipo Egipcio del Museo Arqueologico de Ibiza, *Trabajos del Museo Arqueologico de Ibiza*, 16, Ibiza, 1986

Sir Alan GARDINER, *Egyptian Grammar, being an Introduction to the Study of Hieroglyphs*, 3ª ed. revista, Griffith Institute, Ashmolean Museum, Oxford University Press, Oxford, 1957

Willem H. van HAARLEM e R. A. LUNSINGH SCHEURLEER, *Gids voor de Afdeling Egypte*, Allard Pierson Museum, Vooraziatisch-Egyptisch Genootschap, Amesterdão, 1986

William C. HAYES, *The Scepter of Egypt: A Background for the Study of Egyptian Antiquities in the Metropolitan Museum of Art, II - The Hyksos Period and the New Kingdom* (1675-1080 B C), The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque, 1990

George HART, *A Dictionary of Egyptian Gods and Goddesses*, Routledge & Kegan Paul, Londres, Nova Iorque, 1986

Gabrielle KUENY e Jean YOYOTTE, *Grenoble, Musée des Beaux-Arts*, Inventaire des Collections Publiques Françaises, Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, Paris, 1979

Maria Helena Trindade LOPES e Luís Manuel de ARAÚJO, «A colecção egípcia do rei D. Luís», em *Hathor: Estudos de Egiptologia*, 4, Edições Cosmos, Lisboa, 1992, pp. 17-28

Manfred LURKER, *The Gods and Symbols of Ancient Egypt. An Illustrated Dictionary*, Thames and Hudson, Londres, 1980 (tradução do original alemão)

Olivier PERDU e Elsa RICKAL, *La Collection Égyptienne du Musée de Picardie*, Réunion des Musées Nationaux, Musée de Picardie, Amiens, Paris, 1994

Georges POSENER (dir.; em colaboração com Serge Sauneron e Jean Yoyotte), *Dictionnaire de la Civilisation Égyptienne*, 2ª edição, Ed. Fernand Hazan, Paris, 1970

Hermann RANKE, *Die Ägyptischen Personennamen*, I, Verlag J. J. Augustin, Glückstadt, 1935

Hans D. SCHNEIDER, *Shabtis. An introduction to the history of ancient egyptian funerary statuettes with a catalogue of the collection of shabtis in the National Museum of Antiquities at Leiden*, Part I-III, Rijksmuseum van Oudheden te Leiden, Leiden, 1977

Wilfried SEIPEL, *Ägypten: Götter, Gräber und die Kunst, 4000 Jahre Jenseitsglaube, Katalog zur Ausstellung*, Schlossmuseum Linz, OO. Landesmuseum, Linz, 1989

* Instituto Oriental, Faculdade de Letras de Lisboa.

[1] O núcleo egípcio da colecção Amaral Cabral é constituído por duas estatuetas funerárias em faiança, já estudadas e publicadas: Luís Manuel de ARAÚJO, «Dois chauabtis numa colecção privada portuguesa», em *Hathor: Estudos de Egiptologia*, 3, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, pp. 15-23. Referências a este e a outros acervos existentes no nosso país em Luís Manuel de ARAÚJO, «Colecções egípcias em Portugal», em *Cadmo*, 1, revista do Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, pp. 237-239. A maior colecção egípcia de Portugal é a do Museu Nacional de Arqueologia, com mais de quinhentas peças, das quais cerca de trezentas se encontram expostas numa mostra permanente inaugurada em Dezembro de 1993: ver Luís Manuel de ARAÚJO, *Antiguidades Egípcias*, I, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1993. Dos dois volumes previstos foi editado apenas o primeiro, ficando pendente, por questões financeiras, o segundo, que deverá conter a descrição das peças guardadas nas reservas do Museu, as notas com as referências a paradigmas existentes noutros museus e colecções, um glossário, a tábua de concordância entre os vários números dos objectos e a bibliografia consultada.

[2] Este acervo foi já publicado: veja-se Luís Manuel de ARAÚJO, *«O núcleo egípcio da colecção Assis Ferreira»*, em *Cadmo*, 4/5, revista do Instituto Oriental da Faculdade de Letras de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 1997, pp. 75-94. É composto pelos seguintes objectos: um vaso em alabastro, várias estatuetas funerárias, nomeadamente um chauabti de Djedmontuiuefankh em faiança azul, um outro chauabti em faiança azul com o nome de Gautsechnu, um chauabti de Pabasa em faiança verde, um chauabti com o nome incompleto de Ta(...) em faiança verde, um uchebti em faiança verde, um uchebti de Tanetperet em faiança verde, um uchebti de Padiisit em faiança azul, uma estatueta de Nefertum em pedra, uma estatueta de Ísis também em pedra, uma estatueta de Osíris em bronze e um fragmento de um amuleto em faiança representando o deus Bes. Entretanto o coleccionador adquiriu mais algumas peças depois do estudo ter sido realizado.

[3] Encontra-se pronto para publicação o estudo referente ao núcleo egípcio da colecção Miguel Barbosa, prevendo-se que possa sair em finais de 1998 em *Hathor: Estudos de Egiptologia* (nº 5). O acervo é constituído por trinta peças, onde não faltam as típicas estatuetas funerárias, neste caso um chauabti anepígrafo em terracota, um chauabti com o nome de Horemheb em terracota pintada, outro chauabti anónimo em terracota pintada, um chauabti anepígrafo em faiança azul e um uchebti de Isitemkhebi em faiança verde, uma pequena cabeça de carneiro em bronze, um íbis (animal sagrado do deus Ptah) coroado em bronze, uma pena lateral de coroa osírica (*atef*) também em bronze, uma estatueta representando a deusa Ísis com Hórus em faiança esverdeada, um babuíno de Tot em ametista, um pato também em ametista, duas estatuetas de Hórus Criança coroado em terracota, seis cabeças de Hórus Criança em terracota, duas cabeças de Ísis em terracota, uma estatueta de Ísis em terracota, uma cabeça de cão em terracota, terminando com materiais da Época Copta: uma âmbula menásica em terracota e três fragmentos de tecido de linho com decoração orbicular em lã.

[4] O importante acervo egípcio pertencente a Fernando Freitas Simões, cujo conhecimento nos foi proporcionado por Luís Teixeira da Mota, encontra-se presentemente em fase de estudo, podendo vir a ser publicado no nº 6 da revista *Cadmo* (finais de 1999). Ele é composto por um anel em faiança com cartela inscrita, um colar em cornalina e turquesa, um colar em contas de vidro, várias estatuetas funerárias, nomeadamente um chauabti em madeira pintada com um nome incompleto, um chauabti em madeira pintada anepígrafo, uma estatueta em faiança em pose de contramestre com o nome de Nesit, um chauabti em faiança de Ankhnitjau, um chauabti em faiança inscrito, um uchebti em faiança de Ptah-hotep e um uchebti em faiança anepígrafo, uma estatueta em madeira representando uma ave *ba*, uma estatueta de Ísis em serpentina, uma estatueta de Atum em faiança, um macaco em terracota, um amuleto de Chu em faiança, um amuleto de Anúbis em faiança, outro amuleto representando um porco espinho, um escaravelho em faiança, uma estatueta de Amon em bronze e uma efígie de Hathor em bronze.

[5] Foi já entregue para publicação, há cerca de três anos, na *Revista da Faculdade de Letras*, o texto referente ao objecto mais notável da colecção egípcia de Sam Levy: um escaravelho do coração em basalto contendo na base uma inscrição hieroglífica com uma versão do capítulo 30 do «Livro dos Mortos» (semelhante a um exemplar do Museu Nacional de Soares dos Reis, em depósito no Museu Romântico do Porto). Gorada a inicial intenção, este estudo, com o título de «Um escaravelho do coração numa colecção privada portuguesa», sairá em breve na revista *Museu*, do Museu Nacional de Soares dos Reis. Quanto ao conjunto do interessante núcleo estudado, será publicado nos *Cadernos de História de Arte*, revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, com saída prevista para 1999.

[6] Encontram-se já estudados e publicados os núcleos egípcios da colecção Marciano Azuaga (no Solar Condes de Resende, Canelas, Vila Nova de Gaia) e do Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto: ver Luís Manuel de ARAÚJO, O *núcleo egípcio da colecção Marciano Azuaga*, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Sector de Acção Cultural, Casa Municipal de Cultura, Solar Condes de Resende, Vila Nova de Gaia, 1995, e ID, «A colecção egípcia do Museu Nacional Soares dos Reis», em *Museu*, 3, IV série, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, 1995, pp. 7-20. O Dr. Amaral Cabral, presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, propiciou-nos o estudo da pequena colecção egípcia do rei D. Luís, guardada no Paço Ducal de Vila Viçosa (secção do Castelo), já estudada e publicada por Maria Helena Trindade LOPES e Luís Manuel de ARAÚJO, em *Hathor: Estudos de Egiptologia*, 4, Edições Cosmos, Lisboa, 1992, pp. 17-28. Concluiu-se recentemente o estudo de mais duas pequenas colecções: o acervo egípcio e egipcizante da Biblioteca Nacional de Lisboa, o qual sairá em breve na revista da própria Biblioteca e o pequeno núcleo pertencente ao Museu Condes de Castro Guimarães, em Cascais, cuja publicação se prevê para as páginas do boletim cultural do município, o *Arquivo de Cascais*. Quanto às colecções maiores, como a da Sociedade de Geografia de Lisboa e a do Museu de Arqueologia e Pré-História da Faculdade de Ciências do Porto (Instituto de Antropologia Doutor Mendes Corrêa), a sua publicação está dependente dos apoios financeiros que forem obtidos. Prevê-se ainda para 1998-1999 a publicação dos pequenos

núcleos egípcios da família Sá Nogueira (Lisboa), com duas peças, de Luís de Araújo (Lisboa), também com duas peças, do Museu da Farmácia e do Museu Nogueira da Silva (Universidade do Minho, Braga), sendo certo que outras colecções privadas contendo objectos egípcios existem em Portugal, as quais a seu tempo irão sendo detectadas e divulgadas. Acrescente-se, finalmente, que desde 1993 se encontra estudado o núcleo do Museu Arqueológico do Carmo, composto por um deteriorado sarcófago e uma múmia, que foram objecto de uma comunicação apresentada no decurso das V Jornadas Arqueológicas da Associação de Arqueólogos Portugueses, mas, um tanto misteriosamente, o texto da comunicação acabou por não ser incluído nas Actas das Jornadas, publicadas algum tempo depois. Um projecto a longo termo, que se pensa efectivar a partir de 1999, relaciona-se com uma nova edição de um catálogo mais desenvolvido e mais completo da excelente colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian, respondendo assim a um convite que nesse sentido foi pessoalmente formulado pela directora do Serviço de Museu, Drª Maria Teresa Gomes Ferreira.

[7] Exemplos de vasos de vísceras em alabastro na colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia reproduzidos em Luís Manuel de ARAÚJO, *Antiguidades Egípcias*, I, pp. 312-313 (gravuras nºs 223-224); para os vasos de vísceras em alabastro integrados no acervo egiptológico do rei D. Luís, em Vila Viçosa (Castelo), ver Maria Helena Trindade LOPES e Luís Manuel de ARAÚJO, art. cit., pp. 20-23; para vasos de vísceras em madeira pintada ver Wilfried SEIPEL, *Ägypten: Götter, Gräber und die Kunst, 4000 Jahre Jenseitsglaube*, Katalog zur Ausstellung, Schlossmuseum, OO. Landesmuseum, Linz, 1989, pp. 190-191; ver ainda outros exemplos em Gun BJÖRKMAN, *A Selection of the Objects in the Smith Collection of Egyptian Antiquities at the Linköping Museum, Sweden*, Bibliotheca Eckmaniana, Universitatis Regiae Upsaliensis, Almqvist & Wiksell, Estocolmo, 1971, pp. 64-67. Para os quatro filhos de Hórus é útil a consulta de George HART, *A Dictionary of Egyptian Gods and Goddesses*, Routledge & Kegan Paul, Londres, Nova Iorque, 1986, pp. 204-205 («Sons of Horus»); veja-se ainda Manfred LURKER, *The Gods and Symbols of Ancient Egypt. An illustrated dictionary*, Thames and Hudson, Londres, 1980, pp. 37-38, com a consagrada distribuição das tarefas profilácticas pelos quatro filhos do deus Hórus e respectivas deusas tutelares («Canopic Jars»):

Imseti (cabeça de homem) e Ísis: fígado
Hapi (cabeça de babuíno) e Néftis: pulmões
Duamutef (cabeça de cão selvagem) e Neit: estômago
Kebehsenuef (cabeça de falcão) e Serket: intestinos

[8] Para a interpretação do texto foi útil Sir Alan GARDINER, *Egyptian Grammar, being an Introduction to the Study of Hieroglyphs*, 3ª ed. revista, Griffith Institute, Ashmolean Museum, Oxford University Press, Oxford, 1957.

[9] Paradigmas deste chauabti expostos na colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia, mencionados e reproduzidos em Luís Manuel de ARAÚJO, *o. c.*, pp. 221 e 227 (gravuras 131-135); ver também Hans SCHNEIDER, *Shabtis. An Introduction to the History of Ancient Egyptian Funerary Statuettes with a Catalogue of the Collection of Shabtis in the National Museum of Antiquities at Leiden*, I-III, Rijksmuseum van Oudheden te Leiden, Leiden, 1987, II, p. 145 e III, p. 55 (nº 4.5.1.17). O catálogo da colecção egípcia do Museu de Grenoble divulga várias estatuetas funerárias em terracota anepígrafas, de proveniência indeterminada, que têm semelhanças com o exemplar aqui estudado (ver Gabrielle KUENY e Jean YOYOTTE, *Grenoble, Musée des Beaux-Arts*, Inventaire des Collections Publiques Françaises, Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, Paris, 1979, p. 71, nºs 79 a 84: como eles datam da época ramséssida (XIX dinastia), tal levou a considerar, na cronologia atribuída ao objecto, uma larga fase histórica (Império Novo ou Terceiro Período Intermediário). A verdade é que se conhecem exemplares parecidos da XXI dinastia (Terceiro Período Intermediário, c. 1070-945 a. C.), pelo que a atribuição à época desta dinastia também se afigura plausível (Jean-Luc CHAPPAZ, *Les Figurines Funéraires Égyptiennes du Musée d'Art et d'Histoire et de Quelques Collections Privées*, Aegyptiaca Helvetica, 10, Musée d'Art et d'Histoire, Genève, 1984, pp. 73-77, nºs 080, 081, 082, 083, 088, 090, 095 e 097).

[10] Paradigmas em Jordi H. FERNANDEZ e Josep PADRÓ, *Amuletos de Tipo Egipcio del Museo Arqueologico de Ibiza*, Trabajos del Museo Arqueologico de Ibiza, 16, Ibiza, 1986, pp. 38-40, lâm. 6, ainda em Rosalie DAVID, *The Macclesfield Collection of Egyptian Antiquities*, Aris & Phillips Ltd, Warminster, 1980, p. 29 (imagens em Plates B 19-22); ver também, para uma completa apreensão da imagem de Ísis amamentando o filho Hórus, a imagem reproduzida em Wilfried SEIPEL, *o. c.*, p. 154, nº 120. Para a iconografia e a importância da deusa Ísis veja-se George HART, *o. c.*, pp. 101-107.

[11] Exemplar em terracota, datado da Época Greco-romana, em Gabrielle KUENY e Jean YOYOTTE, o. c., pp. 164-165 (nº 236). Para o significado das esfinges veja-se Manfred LURKER, o. c., pp. 114-116 («Sphinx»).

[12] Um paradigma estilístico na colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia, embora no caso seja em alabastro; veja-se o catálogo de Luís Manuel de ARAÚJO, *Antiguidades Egípcias*, I, p. 108, com gravura na p. 109 (nº 29).

[13] Para as imagens de gatos da bela colecção egípcia exposta no Museu Calouste Gulbenkian ver o catálogo de Maria Helena ASSAM, *Arte Egípcia*, Colecção Calouste Gulbenkian Museu Calouste Gulbenkian, Lisboa, Lisboa, 1991, pp. 84-87. Na colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia não existem estatuetas em bronze representando gatos, mas em compensação expõe-se uma imagem da deusa Bastet com cabeça de gata; ver Luís Manuel de ARAÚJO, *o. c.*, pp. 351-352, gravura na p. 352 (nº 254). É em pequenos acervos que se podem detectar exemplares com semelhanças, no tamanho e nos acabamentos, em relação à estatueta do núcleo de *Luís Teixeira da Mota: tal ocorre, por exemplo, na interessante colecção egípcia do Museu Allard Pierson de* Amesterdão (ver Willem H. van HAARLEM e R. Lunsingh SCHREURLEER, *Gids voor de Afdeling Egypte*, Allard Pierson Museum, Vooraziatisch-Egyptisch Genootschap, Amesterdão, 1986, p. 78, grav. 56), e ainda na colecção Macclesfield (veja-se Rosalie DAVID, *o. c.*, p. 60, nº 13, imagem em Plates H-13).

UM "PAPEL EM DEFENÇA DA GENTE DE NASÇÃO" NO TEMPO DO REGENTE D. PEDRO

Maria Benedita ARAÚJO *

Durante o período da Regência de D. Pedro, a polémica instalada em torno da exclusão social, religiosa e política dos cristãos-novos quebrou a acalmia podre do Reino, lançando os homens e as instituições em cerrada oposição. A questão arrastava-se desde os tempos da dinastia Filipina, com períodos de maior ou menor virulência. No reinado de D. João IV, após o pronunciamento dos Povos contra os cristãos-novos nas cortes de 1641, o monarca, aconselhado pelo padre António Vieira, revogou a legislação anterior sobre o confisco dos bens pelo Tribunal do Santo Ofício, declarando isentas as riquezas dos cristãos-novos penitenciados por aquele Tribunal.

O alvará de 6 de Fevereiro de 1649 regulava esta matéria[1]. Contra a "nova" legislação levantou -se imediatamente o clamor popular, orquestrado pelos inquisidores e pela generalidade do clero[2]. A excepção era constituida pela Companhia de Jesus e nesta encontrava eco o defensor acérrimo dos cristãos-novos, o padre Vieira. Os episódios desta luta sombria foram vários, com o triunfo pesando alternadamente para cada uma das facções. Em Janeiro de 1652, D. Francisco de Castro, Inquisidor-mor, tendo alcançado um Breve da Santa Sé, revogava por edital o Alvará de 1649.

A situação tornou-se muito grave para a minoria desprotegida. O falecimento do monarca, em 1656, a negação do repouso em solo sagrado, a sentença de 22 de Dezembro de 1667 contra o padre António Vieira, foram tristes episódios de uma disputa sem glória[3]. Pelo decreto de 22 de Junho de 1671 a posição dos "novamente convertidos" tornava-se muito precária, com a expulsão do Reino de todos os envolvidos em "crimes de Judaísmo", seus ascendentes vivos e descendentes[4].

Os inconvenientes advindos dessa posição de um rigorismo extremo e exacerbado fizeram-se sentir quando começaram a pesar as consequências das possíveis fugas das fazendas e do desaparecimento das gentes laboriosas que tanto contribuíam para o enriquecimento do Reino. O Regente hesitou, o decreto não teve o seguimento esperado e, pouco depois, possívelmente a troco de uma compensação monetária, D. Pedro autorizava que fosse impetrado da Cúria Romana um outro perdão geral.

A nova posição assumida levou a um coro de protestos. Os Bispos e Inquisidores dirigiram-se ao Regente vituperando as decisões tomadas. Os procuradores do povo repetiam os seus argumentos palavra por palavra. Multiplicaram-se os pasquins. Escreviam os inquisidores no seu *Memorial* enviado a D. Pedro: "Com esta resolução de V. Alteza fica tão desanimada a nossa esperança, que não pode o nosso sentimento deichar de ler as vossas letras com as nossas lagrimas; pois vemos quanto inofficiosos são pera a piedade e grandeza de V.A. os rogos, e suspiros de todos os seos vassalos; e vassalos tão leais, que com o seo proprio sangue animarão sempre a vida dos seos Reys e que hoje mais dignamente merecem o nome de Portuguezes, pois tanto fazem por não perderem o de Catholicos"[5].

Mais adiante, depois de uma longa enumeração dos motivos espirituais que levavam a tal atitude, voltavam a solicitar ao Regente que "fosse servido de mandar ver as consultas

dos Tres Estados pellos Tribunaes, e Conselhos, para que se entendesse que em hua materia tão grave se busca acerto por todo o caminho"[6], uma vez que os anteriores pedidos não haviam obtido até então o almejado deferimento. Que a matéria se revestia do maior melindre e gravidade, todos estavam de acordo. Então, em quem procurar auxílio e bom conselho? Os religiosos respondiam a esta questão: "Fie V.A. esta materia de si e de Deos; de Deos ouvindo os Bispos, que nas couzas Divinas são os seos oraculos: de si, ouvindo os Ministros, que nas couzas humanas sam os seos interpretes"[7].

No *Papel em defença da Gente da Nasção*, Vieira rebate estes e outros argumentos. Escreve o Inaciano: "Nem dizem bem em dizerem que a fie Vossa Alteza de Menistros que deste negocio não tem noticia alguma, e a olhos fexados julgam com odio, e não com razam, aprovando o que os outros pedem, sem apurarem a razão de tal peditorio"[8]. Na realidade, os ministros, além de ignorantes nas matérias do Direito Inquisitorial, que os Inquisidores sempre guardaram ciosamente para si, estavam longe de qualquer isenção. Por outro lado, a quem competia decidir em tais matérias era ao próprio Sumo Pontífice, como poder espiritual e não ao Príncipe, autoridade temporal, pelo que Vieira continuava:

"Se este Recurso se pertendera, e esperára de algum Principe Leygo, faltaria á Fé quem duvidase seguir os Conselhos dos Bispos e Menistros de Portugal, mas sendo, e esperando-se do Vigario de Christo, a quem privativamente pertence, não sei se se pode dizer sospeito nella quem aconselha se não siga o parecer do Bom Pastor, e se siga o das ovelhas"[9].

Era de suma ironia a fina crítica do Jesuíta. Mas fora firmada nesta legislação rigorista que a Inquisição de Lisboa promovera o arresto de um grupo de cristãos-novos influentes da cidade, entre os quais se encontravam Diogo de Chaves, cavaleiro da Ordem de Cristo, Francisco Carlos, da Junta do Comércio e vários membros das famílias dos Mogadouros e dos Pestanas[10]. A contrabalançar tais factores negativos e com o intuito não só de proteger os cristãos-novos, permitindo-lhes ocupar um lugar de direito na sociedade, mas também de minorar o descalabro do tráfico oriental, foi sugerida mais uma vez a criação de uma companhia mercantil, agora destinada ao comércio do Oriente, de que participariam capitais dos cristãos-novos. A este propósito, de Roma, a 24 de Novembro de 1671, escrevia António Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo, lembrando que, havia já dois anos, pugnava pela criação de uma Companhia do Comércio Oriental:

"E que mau seria, Senhor, que agora tivessemos na Índia com que nos aproveitar de tão boa ocasião e da disposição dos reis gentios? Não faltou quem o dissesse, mais há de dois anos, nem falta quem o lembre em todos os correios: e se desculpam com a falta de cabedal, quando tratam de lançar fora o que só tem, e não querem admitir o que se lhe podera juntar. Que oportuna fora agora uma poderosa companhia Oriental, pela qual tenho gritado e padecido tanto! Não pode haver maior cegueira que não querer ser rico e poderoso com o cabedal alheio"[11]. A suspensão do exercício dos inquisidores, ocorrida em 1674, seguida da cessação das actividades do próprio Tribunal, em 1678, por Inocêncio XI, trouxe algum lenitivo ao sofrimento dos cristãos-novos, resguardando o futuro imediato.

Acontecera que as cortes de 1674, reunidas em Lisboa, tiveram por finalidade a homenagem e juramento como herdeira presuntiva a D.Isabel Luísa, a jovem infanta, que contava então quatro anos. Logo de início, aspectos protocolares da disputa de preeminências entre os membros do clero indispuseram os ânimos e criaram fricções. D. Pedro apresentou alguns pedidos de ajuda material para as despesas das fronteiras e da representação da corte, pedidos esses que foram em parte deferidos. Por sua vez, os Povos solicitaram ao Regente que acabassem as protecções "injustas e escandallozas" aos

cristãos-novos e que se atendessem as reclamações dos Estados do Reino quanto a este assunto. Por sua vez, os cristãos-novos apresentavam em Roma a sua defesa, um memorial solicitando a protecção do Santo Padre. Recordemos alguns passos desse documento, cujo apelo a uma humanidade que se negava e que lhes era negada não pode deixar de encontrar eco através dos séculos:

"Beatissimo Padre, Prostrados aos sagrados pés de V. Santidade recorre a implorar rezolucçoens da sua justisa, e piedades de sua clemencia, a perseguida gente de nasção destes Reynos de Portugal, certificando á inteireza de V. Santidade de como uzando os Inquizidores de que estes industriozos ardis, soberanos poderes, que sempre logrão no exercicio da sua função, novamente com ofecioza astucia fizerão ajuntar as cortes nesta Corte, com o preteisto da decizão de outros negocios,encaminhando a seu particular interesse; porque por vias particulares, e secretas trabalharão com convocar por procuradores dos Povos os homens a quem chamão Familiares do seu Tribunal, pessoas tão empenhadas da sua conçervação, como eles mesmos"[12].

A argumentação dos que defendiam a justiça destas solicitações encontra-se compendiada *Papel Em Defença da Gente de Nasção e a favor de Recurso que intentava ter com Sua Santidade sobre a pertenção da nova mudança dos estillos do Sancto Officio. O qual se offereceo ao Senhor Rey D.Pedro 2º. sendo Principe Regente destes Reynos*, de Autoria do Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus e por ele assinado. Propõe-se responder com este documento de defesa da "Gente Hebrea" a diversos outros "papeis" contendo as acusações mais comuns contra os proscritos.

Uma das mais divulgadas diatribes foi a que, por parte dos "Povos de Portugal", escreveu ao Regente o secretário Mendo Foyos Pereyra. Em apêndice transcrevemos o documento de refutação e defesa, escrito por Vieira. Apresentaremos aqui apenas breves excertos e o contexto em que se apresentavam. Segundo o Inaciano, o perfil negativo dos cristãos-novos traçado pelo Residente em Roma e que fundamentava as denominadas "queixas dos Povos" contra aqueles era profundamente injusto e estava longe da verdade. Apontava os cristãos-novos como gente odiosa e que havia perpetrado crimes graves contra a Fé, o que os incapacitava para a obtenção do perdão que solicitavam. Mas tratava-se de uma leitura eivada dos mais frustres preconceitos e sem qualquer veracidade. Duas razões principais apontavam nesse sentido:

A primeira, ninguém ter dado conta desses actos, a não ser pelas leituras da enumeração dos "crimes", leituras essas praticadas no decorrer dos Autos-da-Fé, "sendo que nas terras pequenas, nam se abre porta que todos nam saibam". A segunda era a própria omnisciência de Deus, que escolhera aquela nação e não outra, aquele sangue e não outro "para se aprezentar com a Natureza humana"[13].

Por seu lado, os inquisidores ao pretenderem apresentar a legalidade das formas de julgar os crimes imputados aos Hebreus, os tradicionais "estillos do Sancto Officio", bem como a justiça do desenrolar de todo o organigrama processual, declaravam que essas matérias eram apanágio exclusivo do Tribunal e não admitiam qualquer intervenção exterior. Acrescentava-se ainda que o Sumo Pontífice quando atendesse às queixas da "Gente de Nasçam" deveria ouvir também os bispos e inquisidores. No seu *Papel Em Defença da Gente de Nasção e a favor de Recurso que intentava ter com Sua Santidade sobre a pertenção da nova mudança dos estillos do Sancto Officio* não deixava Vieira de lembrar que da linhagem de Abraão e David nascera Nossa Senhora e o próprio Cristo Salvador. Desse mesmo sangue, tão perseguido e vituperado, eram os maiores santos da Igreja, S. Pedro, S. Paulo, S. João Baptista, tantos e tantos outros gloriosos nomes que se tornava impossível uma completa

enumeração. Mesmo nos tempos modernos houvera nessa descendência insignes defensores da fé de Cristo, desde S. Helião, arcebispo de Toledo, a Pedro Afonso, "inemigo declarado dos erros de sua Nasçam, e zellador da Fé de Christo". E apresentava as palavras de Paulo, na *Epístola aos Romanos*: "*Nam reprovou Deos a seu Povo que tanto amou, porque eu, a quem elle depois de sua Paixam elegeo por seu Apostollo, sou Israelita, descendente de Abraam e da Tribu de Benjamin*"[14].

Além desta causas religiosas, que constituíam a essência da própria fé católica, haveria ainda a considerar razões puramente económicas. O Procurador da Fazenda real, lembrava Vieira, deveria ser o primeiro a pugnar pela justiça de beneficiar os inocentes e pelo desaparecimento das diferenças entre cristão-novo e cristão-velho. Justificava-se esta atitude pelo benefício advindo à Fazenda pela integração desta minoria. A homogenização do tecido social só poderia trazer vantagens, tanto religiosas e sociais, como económicas. Embora não desenvolva aqui este tema, António Vieira continuou a tratá-lo em largas dezenas de "papeis" e cartas. A função económica a desempenhar pelos capitais cristãos-novos [15] estava sempre presente, conforme vimos, nas propostas de Vieira. Mas a insensatez e desumanidade de tratamento que sofriam os descendentes dos Judeus em Portugal não deixavam de ser analisadas em profundidade. Cristão-novo, segundo o rigor do Direito, seria unicamente aquele que fora "baptizado em pé", portanto na idade adulta ou perto disso, ou que tivesse ascendentes directos em tais circunstancias. Mas nunca deveria sofrer tal designação, com todas as adversidades que acarretava, quem recebera o sacramento na infância, o mesmo acontecendo com seus pais e avós. Escreve Vieira: "(...) o que foi baptizado á infancia, cujos Pays e Avos o foram tambem, he e deve ser julgado por tão verdadeiramente Christão velho, como aquelles que o sam"[16]. Esta era a forma de testemunho para provar que se tratava de um cristão-velho, jurar que seus pais e avós o haviam sido. Deveria justificar-se a mesma actuação para os denominados cristãos-novos, acabando com a nefasta distinção, tal como outros paises europeus haviam já praticado.

Quanto aos "estillos", que dizer de um Direito e de uma prática em que "os innocentes perecem, e os culpados triumfam"? Para se salvarem, quantas confissões perjuras? Quantos "morrem ou dizem o que não fizeram"? E continuava mais diante: "E por ser mentira o que querem dizer neste cazo, e não sabem de onde lhes veyo o damno, para se livrarem, de tres dão em trezentos, e talvez não acertem nos tres. E daqui vem, que basta prenderem-se duas pessoas em huma terra, para não ficar nella ninguem livre, e serem todos prezos, huns por força, outros por vontade de quem os accuza"[17].

Realmente, o delato deveria mencionar em confissão as suas testemunhas de acusação e com quem mantivera "os tractos illicitos" de que era acusado. Estes eram muito diversos, desde as cerimónias e jejuns da "ley velha", às afirmações de renegar a Cristo e não pretender salvar-se segundo a sua "ley", ou apenas afirmar que contava "enricar" seguindo os preceitos antigos. Muitas vezes, o acusado não conseguia acertar no nome ou nomes de quem o incriminara, nem nos factos e circunstâncias da ocorrência, por ser esta pura invenção e encontrar-se inocente. Mas para não serem considerados "deminutos" e relaxados por haverem praticado uma confissão incompleta, acabavam por mencionar, como sendo seus cúmplices, os nomes de todos os seus conhecidos.

Havia que corrigir tanta injustiça. Por isso, aconselhava Vieira a que o Regente mandasse estudar por pessoas isentas e desapaixonadas todos os processos de um Auto-da-Fé. Veria então " muitos livres que não mereceram ser prezos; e a bom livrar, ficam com a nodoa que aquellas prizoens cauzam na honra, com os achaques que cauzam á saude, e com as mais consequencias que a cada hora se estão experimentando"[18].

Os que confessavam para alcançar a liberdade igualmente apresentavam "muitas falsidades patentes nas suas mesmas confiçõens; em huns relevados sem contestação alguma, e em outros, por falta della castigados com a morte, e a titullo de deminutos, nam fica pessoa a quem saibam o nome que não accuzem". E acrescenta: "(...) a mayor lastima he, que valendo a accuzação para a disgrassa do accuzado, não aproveita ao accuzador para livrar a vida com ella". Quanto aos relaxados à justiça secular, "ouvirá V.Alteza, que dos negativos, de cem não há hum que não morra innocente".

Havia que mudar uma legislação que permitia tão grandes injustiças. O remédio encontrava-se na alteração dos "estillos do Sancto Officio" e isso só o Santo Padre poderia ordenar. Mas uma verdade era manifesta, enquanto os estilos "forem os que hoje sam, sempre ha-de ser o que hoje he"[19]. E logo, porta-voz dos que não podiam apresentar seus pedidos, continuava: "Nam pedimos ao Sancto Padre, nem perdão das culpas cometidas, nem deminuição no castigo dellas, nem que se extinga o tribunal do Sancto Officio: Pedimos, que pois o remedio de que athé agora se uzou não he eficaz, antes contagiozo, se aplique outro na mudamça destes estillos. E se com esta se não mudarem os peccados, verá o Mundo, e verá V. Alteza, que o remedio não estava nas Leys, se não nos peccadores, e que a doença não nescessitava de se lhe mudar o remedio. Mas antes deste se experimentar em doença tão grave, parece tirania ou paixão demaziadas desprezar o remedio antes de se aplicar, pella razam de estado, ou pello estado da sem razam em que os Povos se fundam, dizendo que se o procedimento do Sancto Officio he injusto, que há sido hum Inquizidor se não hum tirano? Que há sido hum Judeo relaxado se não hum martir?".

Embora, conforme o pensamento jurídico da época, as leis não devessem ser alteradas com frequência, convinha que tal ocorresse quando se tornava necessário e a reputação do juiz não sofreria com isso qualquer desdouro. O mesmo acontecia com a fama do princípe, neste caso o Regente D. Pedro, que não deixaria de ser o mesmo soberano sábio, prudente e católico, seguidor dos bons exemplos dos seus antepassados. O próprio rei D. João IV pugnara pelos descendentes dos Judeus, prometendo-lhes o recurso ao Santo Padre, o que, no momento crítico que o Reino então atravessava, não chegara a concretizar-se. Mas restara a palavra empenhada. E, "se elle hoje fora vivo, sem duvida estivera este negocio concluido".

Infelizmente, os Povos agiam sob o domínio dos sentimentos e das paixões. Por isso, não havia isenção, nem objectividade nos pedidos formulados acerca dos cristãos-novos. Desconheciam as leis que regiam o Tribunal do Santo Ofício, os sofrimentos das vítimas e esqueciam que os inquisidores eram apenas homens.

Assim sendo, o *Papel* terminava por uma súplica dirigida a D. Pedro: "Senhor, ninguem quer que haja deminuição alguma na Fé, e Ley de Jezus Christo, nem que se tolere e deixe de castigar asperrimamente a quem a não crer assim como manda, tem, crê, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma. O que pedimos e queremos he que os bons não pereçam; os maos se convertam, os culpados se castiguem, os innocentes não temam. Para isto se recorre ao Vigario de Christo a quem toca; e esta cauza deve V. Alteza favorecer como Principe Catholico. Isto pedimos prostrados aos Reaes pes de V. Alteza, cuja vida, saude, e Estado conserve Nosso Senhor por muytos annos". Mas a justiça iria tardar ainda um tempo demasiado longo...

Apêndice documental - Papel Em Defença da Gente de Nasção e a favor de Recurso que intentava ter com Sua Santidade sobre a pertenção da nova mudança dos estillos do Sancto Officio. O qual se offereceo ao Senhor Rey D.Pedro 2º. sendo Principe Regente destes Reynos.

"Já que Vossa Alteza ouve a quem tam licenciozamente falla, pella aceitação com que (he) ouvido, ouça tambem a quem para fallar tem confiança, e permita-se este modo de fallar, que esta liberdade tem quem não pede favor, se não razam. E como a verdade, como disse o Principe dos Filozofos, he huma só vertude que não pode enganar, nem enganar-se, tem todos os Principes que desejam acertar, obrigaçam de a procurar e achar por todos os meyos que lhe for possivel, e muito mais para alivio dos Povos aflictos, a quem tem obrigaçam tambem de ouvir e remediar. Queixam-se os Povos da rezollução de 24 de Abril, em que Vossa Alteza ordenou, e lhe insinuou mandava ao Rezidente de Roma, fizesse prezente a Sua Santidade o comum sentimento de seus Vassallos por ser meyo mais decorozo que o das cartas, e que sobre o Perdam geral mandava Vossa Alteza dizer ao Santo Padre que a Gente da Nasção era odioza (oh bom Jezus, acodi pella vossa cauza, que deste(s) dias nasce toda a desgrassa desta Gente que vós redemistes com o vosso preciozissimo sangue) e seus crimes escandallozos e abominaveis , para haver de alcansar o perdam geral que pertendem. E que na mudança dos estillos do Sancto Officio, que Sua Santidade haja de conciderar o que lhe reprezentam os Bispos e Inquizidores, no tempo em que ouvir a mesma Gente de Nasçam. Desta rezolluçam se queixam, e devendo mostrar a razão della, toda a põem em que mande Vossa Alteza ver as suas consultas pelos Tribunaes e Conselhos, que he o mesmo que pedirem se mande ver huma cauza por quem não sabe os merecimentos e razoens della; pois he notorio que a todos os Conselhos e Tribunaes do Reyno, excepto aos Inquizidores, he incognito o seu procedimento e ordem judicial: Além do que, em todos os Tribunaes e Conselhos he geral este odio, e com elle nam pode nunca ser acertado o seu parecer. O odio, da verdade faz peccado; da verdade, mentira. A ignocencia castiga, a culpa livra. (...) Da mesma verdade que Christo Senhor Nosso prégava tiraram os ouvintes de bom coraçam e que o amavam, materia para se edificarem e conhecerem a sua grandeza, e os que o ouviam com odio, diziam que os seus milagres eram feitissarias, e que tinha o Demonio no corpo.

Nam te julgue quem mal te quer, que se no Juiz há odio, por mais justificada que seja a ignocencia do Reo, nunca a sentença ha-de ser justa. Nam está o acerto nos muitos, pode o parecer dos menos vencer, por ser milhor, como diz hum texto dos Imperadores. Ouça Vossa Alteza a todos, e escolha o mais justificado regullado pella razão, e o parecer dos dezenteressados e vertuozos, que este he sempre o milhor, como diz o Espirito Sancto. Dizem que Vossa Alteza fie esta materia de si , e de Deos, e dizem bem; mas não dizem bem em quererem que Vossa Alteza a fie de Deos ouvindo os Bispos de Portugal, deixando o parecer da Congregação dos Cardeaes, e Santo padre, Conselho em que assiste o Espirito Sancto (...). Nem dizem bem em dizerem que a fie Vossa Alteza de Menistros que deste negocio não tem noticia alguma, e a olhos fexados julgam com odio, e não com razam, aprovando o que os outros pedem, sem apurarem a razão de tal peditorio. Se este Recurso se pertendera, e esperára de algum Principe Leygo, faltaria á Fé quem duvidase seguir os Conselhos dos Bispos e Menistros de Portugal, mas sendo, e esperando-se do Vigario de Christo, a quem privativamente pertence, não sei se se pode dizer sospeito nella quem aconselha se não siga o parecer do Bom Pastor, e se siga o das ovelhas.

Se na opinião de Carlos 8º, Rey de França, não houve muitos Reys canonizados porque tiveram poucos vassalos verdadeiros, he consequencia infalivel, que em Portugal menos

sam os verdadeiros, pois não vemos athé agora Rey algum nosso canonizado. E assim, a esses poucos que são os verdadeiros, deve V. Alteza ouvir. Bem he que se siga a opiniam cômua, mas mais razam he que se siga a singular quando essa, por razoens patentes , for a mais bem fundada. Alem de que a opiniam que V. Alteza ségue, he a mais cômua, não só em Roma, mas em toda a Christandade, e ainda em Portugal nos Menistros que julgam conforme o seu parecer e nam pella dependencia e vontade de outrem. A paixam e rezolluçam que tem tomado, verá V. Alteza no modo com que fallam desta afllicta e perseguida Gente, chamando-lhe preversa, abominavel, e escandaloza, sendo que tudo isto se mostra passar pello contrario, com duas razoens evidentes. A primeira, que afirmando estas preversidades e abominaveis escandalos serem publicos, athé hoje (nam) se soube delles mais que o que se lê nos Autos da Fé, sendo que nas terras pequenas, nam se abre porta que todos nam saibam; e as cousas que foram publicamente escandallozas, abominaveis, e preversas a que se soube Autor, sempre constou nam ser desta gente. A segunda e mayor razão he, em que sendo Deos Nosso Senhor infinitamente bom, justo, santo e sábio, e sendo-lhe prezente *abterno* tudo sucedido, e que havia suceder athé os ultimos pensamentos de todos os homens, e sendo-lhe prezente o estado, e condição desta gente antes da Redempção do Mundo, no tempo della, e depois della, ainda assim, a nenhuma Nasçam escolheo para se aprezentar com a Natureza humana, nem a nenhum outro sangue.

Filho de Abraham he David; filho de David he Christo Senhor Nosso emquanto homem. Deste mesmo sangue he a Virgem Senhora Nossa: E posto que daqui se não pode passar, he muito para notar que deste mesmo sangue são os mayores sanctos da Igreja de Deos, o Grande Baptista, o Principe da Igreja S. Pedro, e S. Paulo, e todos os Apostollos, e Discipulos de Christo Senhor Nosso, que todos foram de Nasção Hebrea, e não Gentios. Pois se olharmos para os tempos antigos, que Nasçam ha havido no Mundo que tivesse hum Abraham Pay dos Crentes? Hum David tão valente e alentado, que venceo exercitos de Felisteos, tam Sancto e Relligiozo que profetizou rarissimamente todos os *Misterios da nossa Redempção (...)? Huma Ester? Huma Judith, molheres tão famozas, e* varonis, como referem nas Historias? Que Nasçam , por mais belicoza e celebrada que seja no Mundo, chegou a conseguir as victorias e triunfos de tam barbaras Nasçoens, como a Hebrea, sogeitando a seu imperio e obediencia, por armas, trinta e hum Reys como reffere a Escriptura Sagrada na Historia de Jozué? A quem não admira a constancia e zello dos Sanctos Martires Macabeos? E (a) firme e valeroza Fé do Sancto Protomartir Estevam? A valentia do Sancto Velho Polycarpo Bispo, e Sancto Semião, que passando de cento e vinte annos, constantemente sofreram as dores da Cruz, em que padeceram pella Fé de Jezus Christo? Que diremos da Fé, lagrimas, e penitencia de Magdalena, e das mais Sanctas Molheres primas do Salvador? A quem não admiram as exemplares vertudes dos Sanctos Marcial Trephomo, Crencio, Themoteo, Erudiano, Onissimo, Dimas, Nomplacita, *Sapha, Crates, Presco, Secundo, Rusto, Apollo, Quarto, Crispo Tarceso,Ampholo, Philemon*, Demetrio, Jozeph, e outros innumeraveis que a santidade de sua fertilissima oliveira, Christo Jezus, para gloria e credito de sua Igreja produzio? Em a Universal prezidiram o Apostollo S.Pedro, e os Sanctos Lino, Cleto, e Evaristo. Em a de Jerusalem governaran quinze santissimos Prelados desta Nasçam, cujos nomes refere Euzebio e como os Judeos estavam derramados por toda a superficie da Terra, e os Menistros e Pregadores eram de sua Nasçam, infenitos delles abrassaram nossa Fé Catholica, e a centos se converteram e eram eleitos Bispos, todos fervorozos e firmes nella, que a penas houve algum que receyase o martirio. Tudo isto sam palavras formaes do Padre Antonio Posserino da Companhia de Jezus. Em

os tempos mais modernos houve sempre varoens insignes assignaladissimos em vertude, e acerrimos defensores da Fé de Jezus Christo, como foram Santo Helião Arcebispo de Toledo, escriptor noblissimo Hespanhol, Machael Adão, Alemão (...) e outros muitos que refere Euzebio, a quem elegeo o Padre Hieronimo da Cruz, escriptor gravissimo, em todas as vertudes. Que direy agora de hum unico Patriarcha que tem a Igreja de Deos, portuguez? He desta Nasçam o gloriozo exemplar da humildade S. Joam de Deos. Pregunte-se esta verdade a quem em a Curia Romana tiver noticia de vista ou ouvido do Processo da sua canonização e achar-se-á ser ella indubitavel. E he tal a desgrassa do tempo prezente (como se isto arguira algum defeito no sancto) que se lhe callam sempre os pays e Avós, sendo que o Apostollo S. Paullo se jactava muito de os ter desta Nasçam (...). E se nam obstante esta verdade, permite Deos a cegueira dos pérfidos que o não creem, as perseguiçõens, oprobios, e afliçoens dos Catholicos desta gente que de todo o coração o amam, elle sabe o porque, que ninguem póde penetrar os accultos incomprehensiveis juizos de Deos; E he este ponto tam alto e impenetravel, que o Apostolo S.Paulo não teve outra sahida que lhe dar, senão esta mesma. Se no tempo em que houve a peor gente que pizou a Terra, que foi a que crucificou a Christo Senhor nosso, e o perseguio, se bem se conciderar achar-se-há que tambem houve a milhor que nunca houve nem haverá no Mundo, que o seguio. Se houve hum Anaz e Caifaz que o condemnáram á morte, houve hum Jozeph Abiromatea, e Nicodemus, que lhe deram honrada sepultura. Se houve huma turba que disse - Crucifica, crucifica , houve outra que volvendo do Calvario, batia nos peitos com dor. Se houve hum Judas Escariote que o entregou á morte, houve outro Tadeo, que com a sua propria morte confirmou o fino do amor com que seguia a seu Mestre Christo Jezus. E assim, fora muito justo que todos os máos tenham exemplar castigo. Mas que pellos maos hajam os bons de perecer, nam há razão que o permita. E dizer que todos sam maos, he erro patente, e effeito do ódio com que he vista esta Cauza, pois a experiencia em todos os tempos tem mostrado haver tantos bons. A isto houvera de acodir o Procurador da fazenda de V.Alteza, pois he cauza publica, e de tantos vassallos seus, pello remedio destes males, e, a meu ver, há hum bem eficaz, e he desterrar do Reyno esta differença de Christão novo, e Christão velho, e que isto se praticára em Portugal como se pratica em toda a mais Christandade.

Christam novo, em todo o rigor de Direito e forsa da verdade, he e se diz de todo aquelle que foi baptizado em pé, ou seu Pay e Avo paterno, ou sua May. Porem o que foi baptizado á infancia, cujos Pays e Avos o foram tambem, he e deve ser julgado por tão verdadeiramente Christão velho, como aquelles que o sam: o que he tanto verdade que ainda em juizo competente pode hua pessoa jurar que outra he Christam velha quando na forma sobredita lhe conhecer seus Pays e Avos Paternos. E por isso chamam peccaminozos e injustos os Estatutos que excluem os descendentes dos Cristãos novos. (...) Deste modo se tirou esta lepra de Roma, Hespanha, e França, e toda a mais Christandade, porque estas distinçõens cauzam os odios, e destes, triumfarem os maos, e padecerem os bons. E isto mesmo ordenou o Papa Nicolao 5.º por hum Breve de que faz mençam o Padre Mariana , passado no anno de 1409. E he verdade que dictou o Espirito Sancto pello Apostollo S.Paulo, em quanto diz que o Baptismo he hum só, e que todos por elle ficam iguaes e he igual para todos a Grassa que elle comunica, porque para com Deos nam há excepção de pessoa, nem destinçam de christam velho a christam novo. E se isto se extinguir em Portugal, em vinte annos se extinguira nelle o Judaismo.

Os estillos do Sancto Officio, tem mostrado a experiencia, e desta certifique-se V.Alteza que já quem o experimentou pode ser boa testemunha, que os innocentes perecem, e os

culpados triumfam, porque estes como na boca tem o remedio, e no coração o veneno, dizem de si o que basta para serem conhecidos; e como as culpas naquelles são falsas, ou morrem ou dizem o que não fizeram. (...) Se V. Alteza quer ver esta verdade patente, mande ver por pessoas dezenteressadas, e desapaxonadas, não hum processo só, mas todos os de hum Acto da Fé, e verá muitos livres que não mereceram ser prezos; e a bom livrar, ficam com a nodoa que aquellas prizoens cauzam na honra, com os achaques que cauzam á saude, e com as mais consequencias que a cada hora se estão experimentando. Nos confessos se verão muitas falsidades patentes nas suas mesmas confiçõens; em huns relevados sem contestação alguma, e em outros, por falta della, castigados com a morte, e a titullo de deminutos, nam fica pessoa a quem saibam o nome que não accuzem. E a mayor lastima he, que valendo a accuzação para a disgrassa do accuzado, não aproveita ao accuzador para livrar a vida com ella. E nos relaxados ouvirá V. Alteza, que dos negativos, de cem não há hum que não morra innocente. E Emquanto os estillos do Sancto Officio forem os que hoje sam, sempre ha-de ser o que hoje he. O remedio disto he que se busca no Vigario de Ghristo, a quem toca dar-lho mudando estes estillos, e he patente que não sam bons.Se se introduziram para remedio, que tem remediado? Athé agora nunca os carceres do Santo Officio , nem todas as Inquiziçõens do Reyno, estiveram tão povoadas. Pois que remedea o Santo Officio? Todos os crimes com o castigo se acabam, todos os crimes, digo, e assim passam muitos tempos sem haver o mesmo crime que hoje se castiga, como na traição, moeda falsa, sodomia, e outros desta qualidade que se vem cada dia. E sendo isto couza que cada dia nos está mostrando a experiencia, vemos por ella, que só neste crime de judaismo passa pello contrario, pois com o castigo anda em viveiro perpetuo. O bom Juiz vê-se e conhece-se em fazer extinguir os delictos, como o bom Medico em curar e sarar os doentes; e se hum remedio não he eficaz, tem obrigação de buscar outro, e em nenhum cazo impedir que os doentes e sãos , a quem a lepra pella conversaçam se pega, o busquem. E este he o primeiro cazo em que se vio que os Juizes embargassem a Ley antes de promulgada. (...) Nenhuma injuria rezulta aos Menistros do Sancto Officio de se mudarem seus estillos, porque se elles julgaram por elles fizeram justissa, e a quem esta faltasse, pode-se queixar do Juiz, e não da Ley. Mudada esta, fica o Juiz sendo o mesmo, e se verá a sua inteireza vendo-se que só he castigado por Judeo quem o for; e se houver poucos ou nenhuns (assim há-de permitir Christo Jezus) verá o Mundo que nos Juizes sempre houve justissa inteira, e desejo de acertar; e que tam justas serão então as sentenças, como o eram os estillos passados, pois em ambos os tempos as leys eram as que condemnavam, e não os Juizes.

Nam pedimos ao Sancto Padre, nem perdão das culpas cometidas, nem deminuição no castigo dellas, nem que se extinga o tribunal do Sancto Officio: Pedimos, que pois o remedio de que athé agora se uzou não he eficaz, antes contagiozo, se aplique outro na mudamça destes estillos. E se com esta se não mudarem os peccados, verá o Mundo, e verá V.Alteza, que o remedio não estava nas Leys, se não nos peccadores, e que a doença não nescessitava de se lhe mudar o remedio. Mas antes deste se experimentar em doença tão grave, parece tirania ou paixão demaziadas desprezar o remedio antes de se aplicar, pella razam de estado, ou pello estado da sem razam em que os Povos se fundam, dizendo que se o procedimento do Sancto Officio he injusto, que há sido hum Inquizidor se não hum tirano? Que há sido hum Judeo relaxado se não hum martir? (...) Será bom, constando da innocencia, deixar perecer, e condemnar o innocente, do que emmendar e mudar o rigor da Ley? Nenhuma couza destroi mais a Monarquia, nem deve temer-se mais que castigarem-se os innocentes, e por isso Christo, Senhor Nosso, ensina que he milhor ficar

a cizania entre o trigo, do que com o zello de tirar a cizania, perecer o trigo. E he mais sancto e justo ficar o crime sem castigo, que castigar-se o innocente: E assim dispôz o Direito que peza mais á perdição e condemnaçam do Juiz huma sentença injusta, do que muitas e muito justas. A razam he clara, porque nestas faz o Juiz bem e como deve o seu officio; e naquelas procede contra o que a elle deve. No primeiro cazo, faz o julgador sua obrigação; no segundo, pecca hum peccado que não tem restituiçam. (...) O mudarem-se estas Leys, e Estillos do Sancto Officio não tem inconveniente algum, porque ainda que seja verdade que as Leys se devem conservar sem alteração, e fogir-se quanto poder ser da mudança dellas, comtudo, nam há mayor vertude que mudarem-se quando o tempo e accazião o pede. (...) Daqui vem a ser comumente reprovada huma falsa razam de estado a que se persuadem alguns Menistros de grandes Tribunais que, como se a sua reputação consestira em se não poderem enganar, fazem ponto de honra levar adianteo que huma vez propozeram, ainda que diante dos olhos estejam vendo o dezengano, e conhessam que erram, o apoyam, devendo conciderar que não só de homens dóceis, mas de sabios e e de grandes juizes he o mudar de parecer, havendo para isso milhores razoens, ou conciderando milhor as antigas; e por isso disse Aristoteles que os pertinazes não se levam de razão, mas de paixão e apetite, e só entam se julgam por vencedores quando os não movem de sua sentença, e por isso porfiam nellaa olhos fexados, embebidos no gosto e aparencia da victoria; e quando os obrigam a descer da sua opinião, o sentem como se perderam huma batalha.

Nam rezultou contradição alguma desta mudança, nem V. Alteza deixa nisto de parecer e ser o mesmo Principe sabio, prudente, e catholico, imitando os exemplos dos seus antepassados, que tantas vezes favoreceram este negocio, e principalmente o Senhor Rey D. João 4º, (que santa gloria haja), Pay de V. Alteza, que dezejou isto mesmo, e por Decreto de sua propria letra e signal, como he patente, tinha prometido este Recurso ao Santo Padre. E se no tempo do dito Senhor Rey se não conseguio, não foi por falta de vontade sua, mas respeitos particulares de Castella, que fizeram que emquanto não fizemos com ella pazes, o não reconhecessem ao dito Senhor Rey tantos Summos Pontifices. E se elle hoje fora vivo, sem duvida estivera este negocio concluido. Se V. Alteza, em huma palavra, quizer ver a paixão deste dezejo dos Povos, e como vão cegos sem saberem o que pedem, progunte-lhe se sabem quaes são as Leys do Sancto Officio, e modo com que processam contra quem lá vai? O tracto a quem lá está? A defeza a quem a pertende? O recurso a quem o deseja? Progunte-lhe se sabem que os Inquizidores são homens e podem errar, e que he certo erram mil vezes? Pois nas demandas civeis e crimes, julgadas em Rellaçoens de V. Alteza,com vista de testemunhas, elleição de Procuradores, e liberdade de fallar, se estão dando cada dia sentenças injustas, que muitas e innumeraveis vezes emmendam os Juizes por via de Embargos, e outras muitas diversas por via de Revistas. Progunte-se se viram isto algumas vezes nas sentenças dos Inquizidores? Pois dizer que nunca erram , digam-no elles, que eu sei que V. Alteza o nam ha-de crer, porque o nam ha-de ouvir a nenhum juizo de bom varam. O Tribunal pode lhes dar authoridade, mas não ciencia; pode-os fazer temidos, mas não os pode livrar de serem homens; pode-os fazer respeitados mas não sanctos.O officio, santo he; mas os Menistros, homens e dependentes; e os Reos homens aborrecidos por esses mesmos Menistros. Ajunte V. Alteza este triangulo. Alli aborrece-se a pessoa, e não o pecado; e daqui vem que em todas as pessoas achem sempre peccados, sendo que o que a razão dicta he que se aborressa o peccado, não o peccador; como o bom Medico, e bom Pay, que tira o sangue do doente que dezeja são, que castiga o filho que ama, para que não seja de mao peyor, e de mao estado se reduza a bom. Se o

Medico curar com odio da pessoa, e não da doença, coitado do doente. Se o Pay aborrecer a pessoa do filho, e não seu erro, coitado do filho: Mas mais coitado do Pay e do Medico.

O *Sangue, he o que Deos deu a cada hum, sem elleição de quem o tomou.* O Procedimento, he o que cada hum fez em si com liberdade, e livre alvedrio para obrar, e por isso he razam que seja deffeito em cada hum os maos procedimentos. Mas ter bons ou maos Pays, ter ou descender deste ou aquelle sangue, não he defeito em quem o tem. De outro modo, seria culpa no homem não o que elle obrou, se não o que Deos Fez. Oh homem atrevido, diz S. Paulo, homem temerario, quem és tu que te ponhas a altercar com Deos? Por ventura o barro que está nas mãos do official, poem-se ás razõens com elle e diz-lhe: - Porque me não fazes assim? Pois se isto foy elleiçam do Official, e não culpa do homem, não por aquillo que elle obrou, mas por aquillo que Deos nelle fez? Pois se isto he assim, e os Povos não sabem quaes são as Leys do Sancto Officio, qual he o seu procedimento mais que de ouvido, qual a forma do processo; a ordem judicial; a vexaçam dos Reos; as dezesperaçoens a que chegam, que pedem, que dizem, e he o que querem? Deixem queixar o afligido quando as suas vozes se não derigem ao dezerto, mas ao Vigario de Christo, a quem de direito pertence ouvi-llas, e de justissa remedia-las. (...) Ninguem deseja couza em que se encontre a Ley de Jezus Christo, ou se encontre sua Sanctissima Fé. O que todos queremos he que haja o Tribunal do Sancto Officio, mas que a sua Espada seja para os Ereges, e nam para os innocentes, que os maos se castiguem, e que os bons não pereçam; e que se desterre de Portugal esta destinção de Christão novo, e Christão velho, que della nasce haver em Portugal tantos sambenitos. A Ley de Christo he huma só; hum o Baptismo, e igual a grassa que comunica a todos, sem destinção de Pessoa. Esta se havia de praticar em Portugal como se pratica em toda a Christandade. Oh lastima! Oh dor! Que venha hum Erege protestante do Norte, ou Africa, e que convertido, fique logo christam velho. E que hum portuguez baptizado ao outavo dia de seu nascimento, *neto, bisneto, quarto, quinto, e sexto neto de Avos baptizados á infancia, e sempre christãos* catholicos, haja sempre de ser christam novo? Oh lastima! Oh dor! He isto huma couza contra o sentir dos Padres, e contra a razão natural . Contra o sentir dos Padres porque assentam que Christam velho he aquelle cujo Pay, May, e Avo paterno foram baptizados á infancia sem nunca prevaricarem. Contra a razão natural porque esta nos ensina que todas as couzas de novas se vão fazendo velhas com o tempo. E aqui vemos totalmente o contrario, porque quem huma vez teve a reputação de christão novo, por mais tempo que passe, todos os seus descendentes foram sempre christãos novos; e juntando-se com alguns christãos velhos, estes se renovam com a mesma novidade, e ficam christãos novos para sempre. (...) A isto houveram de acodir os Povos se o seu peditorio se derigira pela razão. Isto houveram de pedir os Bispos, se elles trataram a todos como bons Pastores, dando o mesmo igual pasto a todas as ovelhas, sem fazerem de huns filhos, e de outros enteados.

A paixão da consulta se vê no offerecimento que fazem de quatro e seis milhoens, como se este negocio se vendera, e se regateara o presso: sendo que quando aqui se houvera de attentar a interesses, os dos Povos nunca passam de prometidos, e os desta gente sempre foram de contado, porque sempre foram dados com grande amor e boa vontade. O amor a todos he patente, pela lealdade e fidelidade que sempre a seus Reys tiveram, sem se mostrar exemplo em que faltassem a elles de vontade, pois tiverão sempre rico e florescente este Reyno, e serviram aos Senhores Reys delle com donativos excessivos em todas as occazioens que se lhes offereceram. E tam certo tiveram os Senhores Principes Portuguezes em qualquer nescessidade o que estes homens possohiam, como o que estava

dentro de seus thezouros. E se nam, digam-me que occazião, que nescessidade houve em que elles não fossem os primeiros que acodissem com os seus cabedais? Digam-me occazião alguma em que os Senhores reys e Principes Portuguezes se temessem desta gente? Occazião em que o Reyno recebesse por sua cauza algum damno?

Senhor, ninguem quer que haja deminuição alguma na Fé, e Ley de Jezus Christo, nem que se tolere e deixe de castigar asperrimamente a quem a não crer assim como manda, tem, crê, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma. O que pedimos e queremos he que os bons não pereçam; os maos se convertam, os culpados se castiguem, os innocentes não temam. Para isto se recorre ao Vigario de Christo a quem toca; e esta cauza deve V.Alteza favorecer como Principe Catholico. Isto pedimos prostrados aos Reaes pes de V.Alteza, cuja vida, saude, e Estado conserve Nosso Senhor por muytos annos".

Observação - Encontram-se nas margens do manuscrito numerosas marcas de autoridade, algumas praticamente ilegíveis: *Antigo Testamento*, *Novo Testamento*, Autores consagrados, entre os quais Mariana, Afonso de Cartagena, Montalvo, Cutello, Molina, etc.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[1] Maria Benedita Araújo, "O Judaísmo em Portugal - Contribuição para um estudo", in *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, INIC, 1992, p. 344.

[2] B.P.E. "Carta dos Bispos, e Inquizidores Ao Principe D.Pedro Regente de Portugal Sobre se ouvir o requerimento dos christãos novos", in *Miscelânea*, cód.CVII/ 1-1.fl. 55.

[3] B.P.E. "Memorial da Sentença do Padre Antonio Vieira", fl. 22vº. A absolvição seguiu de perto tão vil condenação. O Conselho da Inquisição de Lisboa logo no ano seguinte, deu-o por absolvido. O papa Clemente X, em 17 de Abril de 1675, ilibou-o de qualquer culpa.

[4] B.P.E. *Memorial Em que os Inquizidores de Portugal Mostrão Ao Princepe D.Pedro que se não pode conceder o Perdão geral, que pretendem os christãos novos*, fl.12.

[5] *Ibidem*, fl.12vº.

[6] *Ibidem*.

[7] *Ibidem*.

[8] B.P.E. *Papel Em Defença da Gente de Nasção e a favor de Recurso que intentava ter com Sua Santidade sobre a pertenção da nova mudança dos estillos do Sancto Officio. O qual se offereceo ao Senhor Rey D.Pedro 2º. sendo Principe Regente destes Reynos*, fl.4.

[9] *Ibidem*.

[10] Maria Benedita Araújo, "Família e Grupo Social no Criptojudaísmo Português (Século XVII)", in *Oceanos*, Diáspora E Expansão,(29), Janeiro/Março, 1997, pp.62-63.

[11] "Carta a Duarte Ribeiro de Macedo", in *Cartas do Padre António Vieira*, coordenadas e anotadas por J.Lúcio D'Azevedo, vol.II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p.394.

[12] B.P.E. MEMORIAL / *que os Christãos novos fizerão a Sua Santidade no tempo da sua demanda para hir a Roma*, CÓD. CXII/ 2-14, a fls. 251.

[13] B.P.E. *Papel Em Defença da Gente de Nasção e a favor de Recurso que intentava ter com Sua Santidade sobre a pertenção da nova mudança dos estillos do Sancto Officio. O qual se offereceo ao Senhor Rey D.Pedro 2º. sendo Principe Regente destes Reynos*, fl.4.

[14] *Ibidem*, fl.8.

[15] A importância da função económica desempenhada pelos capitais cristãos-novos tem sido estudada ultimamente. Veja-se António Marques de Almeida," O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a Diáspora Sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII)," in *Oceanos*, Diáspora e Expansão,(29), Janeiro/ Março, 1997, pp. 25-35. Sobre o estabelecimento da Inquisição em Portugal, assim como o tema do capital financeiro e sua importância, António Borges Coelho, Judeus e Cristãos – Novos Portugueses (séculos XVI e XVII)", *op.cit.*, pp. 37-46.

[16] MEMORIAL, fl.10.

[17] *Ibidem*, fl. 11.

[18] *Ibidem*.

[19] *Ibidem*,fls 21-22.

"COZ MAIOR ET MINOR"

Pedro Gomes BARBOSA *

Como já defendi em outros estudos [1], a região de Alcobaça não se encontrava despovoada quando, em 1147 ou 1148, passou para o "lado cristão". Remeto para esses textos o essencial da minha argumentação.

Recordemos, contudo, que o primeiro historiador a defender um contínuo povoamento pré-Cister da região alcobaciana, de uma forma clara, foi Frei António Brandão, na Terceira Parte da Monarquia Lusitana. Mas, em geral, os cronistas de Alcobaça, por razões que facilmente se percebem, foram acérrimos defensores de uma terra deserta que, pela primeira vez depois de muitos anos, o trabalho dos monges e a sua visão colonizadora povoaram e fizeram frutificar. A polémica entre Frei Fortunato de São Boaventura [2] e João Pedro Ribeiro [3] é bem conhecida e foi já suficientemente tratada. Mais recentemente, Maur Cocheril optou pelo não ermamento de Alcobaça. Defendia este investigador da Ordem que boa parte dos camponeses muçulmanos teriam fugido diante do avanço dos guerreiros cristãos, mas que alguns se teriam mantido na região, em zonas de mais difícil acesso e longe dos caminhos dos exércitos [4]. Contudo, como julgo ter provado nos trabalhos referidos na nota 1, a toponímia da zona aponta para algo mais do que simples camponeses cultivando clareiras isoladas na extensa floresta de pinheiros, carvalhos e castanheiros que cobria boa parte da terra alcobacense.

Mas há outros aspectos que merecem atenção, e esses dizem respeito aos limites do couto de Alcobaça, na doação feita a S. Bernardo por Afonso Henriques. Na realidade, detectamos o que em outro lugar chamámos "anomalias" [5], ou seja, inflexões nos limites dessa mesma propriedade pois que, em determinadas alturas do percurso, não seguem os acidentes naturais, como poderia parecer mais lógico, o que só se justificava se aí existisse um obstáculo não natural. Esses obstáculos não seriam outros senão as populações preexistentes, e cujo território teria que ser contornado. Verificamos que isso acontece em várias zonas à volta da herdade doada aos bernardos: Alvorninha, Aljubarrota, Alpedriz, Cós e Pederneira. Curiosamente, três dessas aldeias (mas são mais se contarmos com outras localidades como Almofala, Alfeizerão ou Ataíja) têm topónimos de origem muçulmana, apesar de alguns autores pensarem que Aljubarrota e Alpedriz possam ser topónimos híbridos [6]. Não é ainda de excluir que o próprio topónimo "Cós" possa ter uma origem árabe, se aceitarmos que poderá derivar de "al-qos", que significaria "célula de ermita" (de onde teria derivado igualmente o topónimo "Alcouce") [7]. Esta explicação adapta-se perfeitamente a um indício referido mais adiante: a existência de um lugar chamado Monasterium, nas proximidades da Póvoa de Cós.

Os casos mais claros são, quanto a mim, os de Aljubarrota e da Pederneira. No primeiro, a fronteira "corta alguns cursos de água, e segue uma muito duvidosa linha de cumeadas. Como nota Rui de Azevedo, Aljubarrota era designada por "vila" em 1228 [8]. Note-se, igualmente, que a chamada "carta de povoação de Aljubarrota", de 1230, se refere apenas a uma herdade que os monges têm junto à vila, e não à própria povoação [9]. Na realidade, aí se diz que "damos e concedemos a nossa herdade que temos no nosso cabeço de Aljubarrota" (damus et concedimus hereditatem nostram quam habemus in capto nostro

de aliumamrupta), e não "na nossa vila de Aljubarrota" ou, mesmo, "no termo da nossa vila de Aljubarrota. Estas fórmulas seriam mais lógicas se a povoação estivesse dentro dos limites da propriedade de Alcobaça, e encontramos para outras propriedades. Esse cabeço (capto) refere-se, como parece claro, às "cimalias de Aliumam Ruptam" de que fala o documento de doação de 1153.

Continuado o traçado da fronteira do Couto, reparamos que a Castanheira (de Cós) também se não encontrava integrada nele. E isso não se verificou pelo menos até 1221, data em que o abade D. Pedro Viegas autoriza João Anes, um clérigo de Leiria, a comprar herdade ou herdades no lugar da Castanheira, "infra cautos alcobacie" [10]. O termo infra pode ter dois significados opostos, ou de interpretação diferente, pois tanto pode querer dizer "abaixo de", e neste caso a sua interpretação autoriza a considerar a Castanheira como dentro dos limites de Alcobaça, como pode ser traduzido por "a seguir a" e, logo, fora destes limites. Se a interpretação for esta última, qual a razão pela qual o clérigo necessitava da autorização dos monges brancos? Podemos pensar, com alguma verosimilhança que Alcobaça não deteria o domínio da zona, mas sim o seu senhorio, legítimo ou não. Alguma documentação aponta para que esta região não estivesse com um estatuto bem definido. De outra forma não se compreenderia a contenda entre o Mosteiro e as igrejas de Porto de Mós, em 1300, sobre as dízimas da Castanheira [11].

Estaria ou não Cós dentro dos limites do couto de Alcobaça? Este é o ponto central do nosso estudo. O primeiro problema que temos que resolver é o de sabermos se havia uma ou duas povoações com o nome de Cós. Vejamos quais as informações, a partir dos documentos, que nos autorizam a pensar que esta hipótese tem consistência.

Para além do documento de doação da herdade de Alcobaça, de 1153, existe um outro que pode trazer mais algumas informações sobre os limites alcobacenses. Trata-se de uma segunda carta de doação do Couto por Afonso Henriques, com a data de 1183 Fevereiro, cuja falsificação foi demonstrada por Rui de Azevedo [12]. Já em outro lugar expliquei as razões pelas quais considero importante a utilização deste "falso" [13]. Referirei aqui que penso que a intenção deste "falso" não era tanto a de os monges bernardos se apropriarem de novas terras, mas sim a de delimitar, para prevenir (novas?) contendas, uma propriedade que a doação de 1153, por demasiado vaga, deixava com limites fluidos. Isto conduz ao problema da existência de comunidades vilãs na periferia do Couto, anteriormente ao estabelecimento dos monges, como já foi dito, não estando os termos dessas aldeias perfeitamente definidos. Não podemos deixar de lado a hipótese de que esta nova delimitação possa ter tido, como intenção, impedir que as comunidades aldeãs avançassem os limites dos seus territórios para lá das fronteiras do Couto, como tentaram os moradores da Pederneira no reinado de Sancho II [14]. O documento revela-nos, por isso, o deficiente (se existente) povoamento da herdade de Alcobaça junto a essas fronteiras, e/ou o aumento demográfico que se fez sentir em todo o Ocidente cristão a partir dos finais do século XI, e que atinge o seu ponto mais alto no decorrer do século XII. Esta explosão demográfica, que poderia ser acompanhada por uma descida de povoadores rumo ao sul, acompanhando os ritmos da Reconquista, levaria a uma pressão sobre estas terras por parte das populações vizinhas da herdade de Alcobaça, que procurariam novos terrenos para desbravar.

No troço que nos importa, a doação (falsa) de 1183 refere que o limite estava marcado, junto a Aljubarrota, pelo "natiuum lapidum qui in summo montis recte positus est" (um marco de pedra colocado no cimo do monte), seguindo depois para o rio de Cós, dirigindo-se em seguida para o rio que vinha de Alpedriz, perfeitamente identificável com o Rio da

Areia. É claramente dito que este troço da fronteira seguia o cume dos montes e "declinat ad Coz fluuium", o que significa que, fazendo-se a descrição de sul para norte, se está a referir à margem esquerda deste curso de água, correndo pelas colinas "sicut deducit aquas ad Coz", até à confluência com o Rio da Areia. Uma análise, ainda que sumária, dos mapas da zona, mostra que a actual Cós está do lado sul do referido rio e, portanto, este topónimo pode indicar uma outra povoação.

Mas existe um outro documento que pode aduzir novas provas, e que passarei a analisar de seguida: trata-se de uma carta de protecção aos bens do Mosteiro, enviada pelo papa Gregório IX, e datada de 1277 Setembro 25 [15]. Nela, ao fazer-se a enumeração das granjas pertencentes a Alcobaça, são referidas duas designadas como "Coz maior et minor". Duas granjas no mesmo local? Duas granjas em sítios distintos conhecidos pelo mesmo nome? E, se esta hipótese estiver certa, onde se situariam as duas povoações? Vejamos outros dados:

Num documento de 1289 encontramos a resolução de uma contenda entre o Mosteiro e os habitantes da "poboa de Coz" [16]. Aparecem aí, como outorgantes por parte da população, o juiz e o conselho. Certamente que esta póvoa seria um concelho rural, cuja carta de povoação ou de foral, se a teve, não chegou até nós. Mas o mais interessante é que o documento [17] foi selado com o selo do concelho (o qual já não existe). Tal facto não nos espanta, visto que um outro selo que se encontra referido em alguns documentos é o de Aljubarrota, povoação que, como já foi dito, defendemos ter existido antes da conquista desta região pelos Cristãos.

Alguns anos antes, em 1257 [18], Alcobaça afora uma herdade junto à granja de Cós, num lugar denominado "Monasterium" [19], junto à via pública para Alpedriz, via essa que deveria correr paralelamente ao Rio da Areia, como hoje ainda acontece, e que viria de Aljubarrota, talvez via Castanheira. Iria Gonçalves prefere fazer partir essa estrada da actual Cós [20], atravessando as colinas que a separam da aldeia da Ribeira do Pereiro, passando por onde hoje está a povoação de Montes [21]. Não nos repugna aceitar este itinerário em substituição do que primeiramente indicámos, apesar de ser muito íngreme a subida para o Monte de Santa Rita. Este caminho, assim traçado, só vem apoiar a minha tese. De qualquer modo, teria sempre que haver, como hoje, um caminho que da Póvoa de Cós atingisse Alpedriz, atravessando a Ribeira do Pereiro. Todavia, teremos que reter a existência de um lugar com o sugestivo nome de Mosteiro.

Outro documento que também nos interessa é a carta de povoamento, a dez povoadores, de uma herdade na charneca do Mosteiro (de Alcobaça), a sul da casa das feiras [22].

Analisemos os dados indicados, que nos levantam hipóteses e interrogações:

O último documento coloca uma questão importante: a da situação geográfica da "Casa das Donas", o Mosteiro das Freiras de Cós. Na realidade, para quem, como eu, conhece bem o local, a existência da charneca a sul do Mosteiro de Cós revela-se impossível . Estando o actual edifício situado a sul do rio de Cós, encontra-se colocado muito próximo das colinas, não existindo espaço para uma charneca. Acresce que imediatamente a sul se estende a própria aldeia de Cós. Mas a existência desta charneca, com a localização referida no documento, já se nos afigura possível se a casa das religiosas se situasse, neste período, num outro local. A localização mais verosímil é a da Póvoa de Cós, fora dos limites do Couto.

O problema da fundação do mosteiro de Cós é complexo e está envolto em muitas interrogações. É geralmente aceite que foi o cardeal infante D. Afonso quem fundou um

mosteiro regular em Cós, na primeira metade do século XVI, e que a sua primeira abadessa teria sido D. Benta de Aguiar [23]. Mas a existência de uma casa de religiosas seria muito anterior [24], podendo mesmo remontar a D. Sancho I, que deixou em testamento à abadia de Alcobaça dez mil morabitinos para se fazer um mosteiro da Ordem de Cister [25]. Tivesse sido essa ou não a origem do mosteiro de Cós, penso não ser de aceitar a afirmação de Maur Cocheril [26] segundo a qual, até ao século XVI, essas mulheres eram apenas "algumas piedosas viúvas que aí viviam, sustentadas pelo mosteiro [de Alcobaça], consagrando o seu tempo a tratar das roupas dos monges". Pelo contrário, em muitos documentos elas são tratadas como "freiras de Alcobaça" [27], havendo mesmo casos de religiosas que possuiam avultados bens fundiários, como a abadessa D. Fruilhe Martins, e Sancha Fernandes [28]. Mas existe um documento ainda mais esclarecedor para este caso. Trata-se de uma carta de D. Dinis, na qual o rei coloca o mosteiro de Cós sob a sua protecção:

"Don Denis... faço saber. Que eu recebo em miha guarda, e em miha encomenda e so meu defendimento, Abadessa e Conuento e o Moesteyro das donas de Qod e seus homees e seus herdamentos e sas posisoes e todalas sas cousas..." [29].

Segundo um códice da Biblioteca Nacional de Lisboa, citado por Maur Cocheril [30], o mosteiro de Cós teria sido fundado pelo abade de Alcobaça, D. Fernando, antes de 1279. Mas que abade seria este, já que existem, até 1300, três abades com esse nome?

D. Fernando I, que teria sido morto pelos muçulmanos em 1195, segundo a tradição transmitida por Frei António Brandão, na Monarquia Lusitana [31], mas cuja existência é contestada por Frei Manoel dos Santos [32]:

"O Abbade D. Frey Medo achava-se neste tepo em Lisboa: & o motivo de là assistir foi, porque mãdando o Summo Põntifice Celestino III, por seu legado a Hespanha a Gregorio Cardeal de Santo Angelo... o Cardeal avendo de ir ter a Lisboa cõ elRey D. Sãcho, fez seu caminho de Coimbra por Alcobaça, dõde o foi acõpanhãdo o Abbade D. Medo, segundo era devido a huma pessoa taõ eminente, & forasteira; (...) Tambem teue pera sy a Monarquia Lusitana, que nestes annos em que himos se chamava o Abbade D. Fernando, & nam D. Mendo; & diz mais que o mesmo D. Fernando tambem morrera pela mam dos barbaros, porem como a Monarquia com todos os outros Authores deste sucesso affirmem constantemente que a entrada dos mouros em Alcobaça foy no anno de mil cento, & noventa, & sinco, neste mesmo anna, & nos seguintes te o de mil duzentos & seis era Abbade D. Mendo, & nam D. Fernando, o que se vê palpavelmente das Bullas Apostolicas que citei no principio deste titulo."

O outro é D. Fernando Mendes, cujo abaciado vai de 1206 a 1215. O último é D. Fernando Anes, que foi abade de 1246 ou 1247 a 1252.

Restam-nos duas hipóteses: ou a fundação se deu muito tempo antes de 1279, e teremos que optar entre o segundo e o terceiro desse nome, ou ela verificou-se muito próximo a essa data, e o nome do abade está errado. Na primeira hipótese, poderemos pensar em D. Fernando Mendes, o que estava mais próximo, no tempo, do testamento de Sancho I, que morre em 1211. A menos que a data referida no documento, por erro do escritor do manuscrito quatrocentista, tenha sido referida ao Ano do Nascimento de Cristo quando, na realidade, se tratava da "Era". Assim, seria necessário retirar trinta e oito anos à data indicada, o que daria 1241, e não 1279. Nesse ano o abade era, contudo, D. Pedro Gonçalves, cujo abaciado vai de 1233 a 1246 ou 1247 [33]. Realmente, encontramos o seu nome em documentos posteriores a 1241 [34]. Mas o facto é que num documento de 1241 [35] está escrito: "... Idcirco Nos Frater F. dictus Abbas et Conuentus alcobacie..."

Estamos portanto perante um abade de nome Fernando (talvez D. Fernando Anes), com toda a verosimilhança, num ano que pertence ao abaciado de D. Pedro Gonçalves. Pensamos que o abade eleito, que nada nos indica ter sido afastado, se encontrava temporariamente impossibilitado de exercer as suas funções. Talvez que a referência "dictus abbas" queira significar isso mesmo, já que o particípio de "dico" tanto pode querer dizer "eleito" quanto "designado" e, se for este o caso, poderemos estar perante uma nomeação temporária.

Aliás, este não é caso único, existindo pelo menos mais dois. O primeiro é o de D. Egas Rodrigues que parece ter substituído, em 1251, D. Fernando Anes. Na realidade, D. Egas aparece como abade num documento desse ano [36], embora no ano seguinte volte a ser mencionado como abade D. Fernando Anes [37]. O outro caso é o de D. Pedro Nunes, o controverso abade deposto pelo Capítulo Geral de 1280, e que reassumiu o cargo em 1297. Embora o seu antecessor, D. Estevão Martins, um dos maiores abades de Alcobaça, e em cujo tempo se instituí a Escola do Mosteiro, se tenha demitido em 1275 (e não 1276, como dizem os Cronistas, já que em Janeiro deste último ano ele apareça a testemunhar um documento como ex-abade), D. Pedro Nunes é designado por esse título num documento de 1274 Dezembro [38].

Estando provada a existência de um abade de nome Fernando em 1241, não está provada, contudo, a fundação do mosteiro das Donas nesse ano. Mas continuemos a examinar os documentos de que dispomos.

O segundo instrumento (citado na nota 18) coloca outro problema importante: não deixa de ser estranho, tratando-se do mesmo local, referirem-se todos os documentos ao lugar onde estavam as freiras como "casa das Donas", e apenas um o designar por "Mosteiro". Mais bizarro ainda é dizer "lugar dito Mosteiro". Somos portanto levados a concluir que se trata de dois lugares distintos. Mas que Mosteiro era este? Não posso avançar com resposta, mas apenas com hipóteses.

Penso que a primitiva Cós se localizava na actual Póvoa de Cós, que conservou o seu nome até aos nossos dias. O termo "Póvoa" não faria parte do topónimo, mas designaria apenas a "condição" da pequena localidade, que não poderia ser considerada vila, como Aljubarrota ou a Pederneira, por exemplo. Pequenas povoações como Paredes, a norte do Couto e apenas nele integrada no reinado de D. Fernando, eram também designadas pelo termo póvoa. Nessa póvoa de Cós se localizaria, primitivamente, a casa das freiras. Poderia tratar-se de uma comunidade de religiosas espontânea, como aconteceu muitas vezes. Um conjunto de mulheres que se teriam reunido, possivelmente nas terras de uma qualquer fundadora, cujo nome não chegou até nós, para viver em oração e contemplação. Apenas nesse sentido poderiam ser consideradas como religiosas. É possível que essa fundação datasse ainda do século XII, mas nada nos permite afirmar que o fosse. Mais tarde, em 1241, o Mosteiro de Alcobaça teria tomado essas freiras sob a sua protecção, e pode ser que date desse ano a ideia de transferência para a actual Cós. Talvez mesmo para o lugar onde teria existido o referido "Mosteiro" da primitiva toponímia, que poderia não passar de restos do que tinha sido uma primitiva comunidade cenobítica (ou uma simples célula eremítica, como sugere o topónimo árabe, transformada em local de culto?). Junto ter-se-ia edificado mais tarde a igreja de Santa Eufémia. O templo parece só ter sido construído em 1248, com autorização do bispo de Lisboa, D. Airas Vasques [39]. Com o tempo, o local, que disporia também de uma das granjas referidas no documento papal acima citado (para além da que existia na Póvoa de Cós), converteu-se num pólo de atracção de população, fazendo com que a primitiva povoação fosse perdendo importância. Embora

possa não ser significativo, não quero deixar de fazer notar que foi junto à Póvoa de Cós que apareceram vestígios pré-históricos, romanos e pós-romanos, o que pode sugerir que esse local foi escolhido desde muito cedo para a fixação da população, sendo a actual Cós um pólo só activado mais tarde.

Um outro aspecto não deixa de ser interessante: na referida autorização de D. Airas Vasques, bispo de Lisboa, para a construção da igreja de Cós (e também da Ota, Alvorninha e Aljubarrota), escreve-se:

"... quartam in Villa de quod intra limites cauti..." (a quarta, na vila de Cós, dentro dos limites do couto)

Não havendo essa indicação para Alvorninha e Aljubarrota (para a primeira refere-se que a igreja deveria ser edificada no seu termo), que já vimos serem do senhorio do Mosteiro, mas não pertencendo ao domínio dos bernardos, só se compreende esta preocupação de especificar que a igreja de Santa Eufémia deveria ser edificada dentro dos limites do Couto se os termos se estendessem para lá desses mesmos limites, e se houvesse a possibilidade dos habitantes da Póvoa de Cós reivindicarem para esse local o dito templo. A construção no interior do couto de Alcobaça poderia servir igualmente os planos dos cistercienses para criar o necessário pólo populacional à volta de uma das suas granjas, ou dinamizar um núcleo já aí existente.

A localização da actual povoação de Cós a sul do rio coloca-a no (ou nas fronteiras do) couto de Alcobaça. Se é verdade que, como foi dito, os cabeços dos montes serviam de limite aos domínios do Mosteiro (embora aqui o mais lógico como fronteira seja o rio), nada impede que o rio não passasse a ser o limite ideal quando essas colinas acabam, como é o caso no local, e se abre uma vasta planície a ocidente. Aliás, essa delimitação pelo Rio da Areia foi contestada. Num documento de 1304, num acordo entre o Abade e os moradores da Póvoa de Cós pode ler-se que os monges não poderão passar, a ocidente, "da carreira que vai da sua [do Mosteiro] póvoa para os moinhos da Mata [da Maiorga]", moinhos esses que se situavam a ocidente da Póvoa de Cós [40].

A existência de duas granjas parece-me provada por mais alguns elementos:

No documento já citado [41] dão-se os limites da herdade a povoar no lugar dito Mosteiro: de um lado, a via pública que vai para Alpedriz, e da vinha da Granja até ao Zambujeiro. De onde a existência de uma granja em Cós. Um documento de 1289 refere o acordo entre o Abade e os moradores da Póvoa "a par da granja de Cós", que são os mesmos do documento de 1304 [42], o que indica a existência de outra granja. Neste documento do século XIV refere-se ainda que devem fazer foro ao Mosteiro tanto os que morarem na Póvoa a par da granja quanto os que morarem "na outra sua vila de Cós... a par das Donas". Estamos, portanto, perante uma segunda granja.

"Coz maior et Cos minor"?...

Julgo ser esta hipótese a mais verosímil depois de analisar todos os dados disponíveis que, infelizmente, são em menor número do que seria desejável.

Mas a referência a uma "Aldeia Nova" em 1275 [43], numa carta de aforamento de uma courela de vinha vem juntar mais um dado à hipótese apresentada. Nela se diz que a propriedade aforada vai pelo rio até à várzea, onde divide com os moradores da Aldeia Nova. Infelizmente não são indicados, para as confrontações, os pontos cardeais, como era hábito, pelo que não consigo identificar positivamente essa aldeia com a actual povoação de Cós.

A nova Cós teria então sido fundada pelos monges para melhor promoverem o aproveitamento das terras entre a Maiorga e o rio de Cós, terras essas excepcionalmente

férteis sobretudo no planalto que liga as duas povoações, cortado pelos cursos de água que descem para norte até ao rio de Cós, e para sul até ao de S. Vicente, o rio que banha Maiorga. Junto, mas mais para leste, a Castanheira assegurava a ligação com as terras de Andão e, seguindo para norte, com a região do Juncal, Porto de Mós e as excelentes terras de aluvião de Alpeitede (que se situava no actual concelho da Batalha).

A granja de Cós teria sido construída pelos monges, segundo a minha hipótese, para melhor aproveitarem as terras limites do seu domínio, como aconteceu com as de Salir do Mato, a sul, a de Rio de Moinhos (Valado de Frades), e mesmo com outras a oriente, como Chaqueda, Jardim e Mesão Frio. Incluía-se esta política no programa de valorização e rentabilidade das terras localizadas não só junto a terrenos de grande qualidade agrícola, mas também junto a zonas cuja proximidade às vias de circulação inter-regional permitia um *fácil* escoamento dos produtos para os mercados mais próximos.

A outra granja, a da Póvoa de Cós, seria provavelmente a referida numa carta de doação não datada, mas que poderemos situar entre os finais do século XII e os inícios do XIII [44], feita por um certo Fernando Anes. Esta doação é tanto mais interessante quanto, em primeiro lugar, trata da única granja de Alcobaça, que conheçamos, que não foi mandada construir pelos monges. Em segundo lugar, porque juntamente com ela são doados vários animais, que se encontram especificados: cavalos no valor de dezasseis morabitinos, nove vacas com o seu touro, duzentas e vinte e seis ovelhas, quatro porcas com os seus filhos e o seu berrão, e seis bois. Por último, estipula do doador que os rendimentos da referida exploração agrícola deveriam servir para os monges fazerem livros [45].

Através desta última granja teriam conseguido os monges, aos poucos, aumentar a sua influência nas terras limítrofes do seu couto, com vista a futura anexação, o que se veio a verificar, começando o Mosteiro por estender o seu senhorio, e acabando por engloba-las no seu domínio.

* *Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.* Director do Instituto de História Regional e do Municipalismo "Alexandre Herculano", do mesmo Departamento. Director do Plano Arqueológico de Alcobaça.

Siglas usadas:

CR, Alc. = Corporações Religiosas, Mosteiro de Alcobaça (1ª Incorporação).

OSB, Mº Alcobaça = Ordem de S. Bernardo, Mosteiro de Alcobaça (2ª Incorporação).

DR = Documentos Régios.

NOTA: Estando todos os documentos usados neste trabalho nos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pareceu-me desnecessário, para cada documento, a indicação do Arquivo.

1 Por exemplo, em "Leiria e a Defesa dos Campos de Coimbra" e "Notas sobre o Castelo de Alcobaça" em *Documentos, Lugares e Homens*, Lisboa, 1991, e *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992.

2 *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça...*, Lisboa, 1827.

3 *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia da Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal*, especialmente a "Dissertação XVI", no tomo IV, parte II, 2ª edição, Lisboa, 1867, págs. 1-22.

4 *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, pág. 227.

5 Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola...*, citado, cap. III.

[6] Pedro Gomes Barbosa, O *Plano Arqueológico de Alcobaça. Novas Perspectivas*, separata de *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Lisboa, 1987.

[7] José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico e Etimológico*, vol. 1, verbete "Alcouce".

[8] "Período de Formação Territorial" em *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. 1, Lisboa, 1937, pág. 47.

[9] CR, Alc., m. 5, nº 25. Já Rui de Azevedo (ob. cit., pág. 47, nota 1) fazia notar que essa "carta de povoação" ou "foral" de Aljubarrota era simplesmente "um aforamento nos limites da povoação".

[10] CR, Alc., m. 3, nº 33.

[11] CR, Alc., m. 21, nº 31.

[12] CR, Alc., DR, m. 1, nº 5 (publicado por Rui de Azevedo nos *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo 1, nº 350, págs. 471-472). No tomo 2, nota LVIII do Apêndice (págs. 773-776), este mesmo autor aduz as razões que o levaram a considerar como falso este documento, e às quais aderimos completamente.

[13] *Povoamento e Estrutura Agrícola*..., citado, págs. 113-115.

[14] CR, Alc., DR, m. 2, nº 44, s. d.

[15] Livro 2 dos Dourados de Alcobaça, fols. 3v-4v.

[16] OSB, Mº Alcobaça, m. 26, nº 635.

[17] Eram dois, partidos por alfabeto, dos quais só um (o que ficou na posse do Mosteiro) chegou até nós.

[18] CR, Alc., m. 9, nº 16.

[19] Havia um outro "Monasterium", hoje Mosteiros (no plural), mas na região sul do Couto, perto de Vidais.

[20] Iria Gonçalves, *O Temporal do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, pág. 538, mapa "As vias de comunicação".

[21] Carta Militar de Portugal, folha 307, esc. 1:25000.

[22] CR, Alc., m. 7, nº 4, de 1241 Maio 4.

[23] Dom Maur Cocheril, *Routier*..., citado, pág. 309; idem, *Notes sur la Décoration de l'Église de l'Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós*, Alcobaça, [1983], pág. 17 (o trabalho foi acabado em 1977, segundo nota dos editores). A morte da abadessa D. Benta de Aguiar difere nas duas obras: 1558, na primeira, 1578, na segunda. Optei pela primeira data já que, não me tendo sido possível verificar a documentação, segui o texto que foi revisto pelo autor.

[24] Sobre o problema da data da fundação, ver Dom Maur Cocheril, *Routier*..., citado, págs. 306-309.

[25] Segundo testamento de Sancho I, de 1210 Outubro, ed. por Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, 1979, doc. 194.

[26] *Notes sur la Décoration*..., citado, pág. 17.

[27] Por exemplo, CR, Alc., m. 10, nº 7, de 1260 Abril, e CR, Alc., m. 13, nº 28, de 1272 Novembro 23.

[28] CR, Alc., m. 19, nº 23 (de 1292 Fevereiro 5), nº 30 (de 1292 Julho 2), nº 48 (de 1294 Junho 11), e m. 20, nº 12 (de 1296 Outubro 4), entre outros documentos.

[29] CR, Mosteiro de Cós, m. único, nº 25, de 1298 Fevereiro 15.

[30] *Routier...*, citado, pág. 306.

[31] Parte IV, Livro 12, cap. XVII, fol. 26v.

[32] *Alcobaça Illustrada*, tit. III, Coimbra, 1710, pág. 65. Aliás, defendemos no ensaio "Notas sobre o Castelo de Alcobaça", citado na nota 1, a impossibilidade desse ataque destruidor.

[33] Idem, tit. IV, págs. 88-89, e no nosso já citado *Povoamento e Estrutura Agrícola...*, págs. 371-372.

[34] Por exemplo, CR, Alc., m. 7, nº 12, de 1243 Maio 1.

[35] CR, Alc., m. 7, nº 4.

[36] CR, Alc., m. 8 nº 7.

[37] CR, Alc., m. 8, nº 13.

[38] CR, Alc., m. 14, nº 38.

[39] *CR, Alc., m. 14, nº 29.*

[40] OSB, Mº Alcobaça, m. 26, nº 637.

[41] CR, Alc., m. 9, nº 16.

[42] OSB, Mº Alcobaça, m. 26, nº 637.

[43] CR, Alc., m. 15, nº 17.

[44] CR, Alc., m. 22, nº 24.

[45] Não vou insistir na importância do mosteiro de Alcobaça como centro cultural e de difusão do livro no Portugal medievo. O assunto já foi tratado com profundidade pelo Pe. Mário Martins, Aires do Nascimento e José Mattoso, entre outros. O papel do "scriptorium" era muito grande, e dele saíam livros não só para uso interno quanto destinados a outras instituições. Por isso não deveria ter sido pequena a importância do "magister scribarum" como aquele que nos aparece a testemunhar um documento de 1228 (CR, Alc., m. 5, nº 4).

A INSCRIÇÃO FUNERÁRIA DE PEDRO AMARELO, NOTÁRIO DE D. AFONSO HENRIQUES E PRIOR DA COLEGIADA DE GUIMARÃES

Mário Jorge BARROCA *

A 26 de Maio de 1982, quando se procediam a obras no interior da Sala do Capítulo da Colegiada de Stª. Maria de Guimarães (espaço hoje incluído dentro das instalações do Museu Alberto Sampaio), apareceu uma inscrição em muito mau estado de conservação, que foi retirada da parede e arrolada no acervo daquele Museu vimaranense. A lápide, em calcário, apresentava o campo epigráfico já muito afectado, com boa parte da superfície original destruída, e levantava evidentes dificuldades de leitura. O seu conteúdo não foi deslindado e a sua importância passou despercebida, tendo caído rapidamente no esquecimento. Quando, quase uma década mais tarde, no âmbito da recolha de elementos para a nossa dissertação de doutoramento, nos deslocámos àquele Museu para estudar os exemplares epigráficos pertencentes à sua colecção, já esta lápide tinha sido esquecida e não tivemos conhecimento da sua existência. Deste modo, apesar de ter aparecido há 16 anos, a inscrição permaneceu inédita até hoje, não figurando no nosso inventário da Epigrafia Medieval Portuguesa [1]. Recentemente, no quadro dos trabalhos arqueológicos que temos vindo a desenvolver no Museu Alberto Sampaio, a Drª. Manuela Alcântara, Directora daquele Museu, endereçou-nos o convite para elaborarmos o Catálogo da Colecção de Escultura e da Secção Lapidar do Museu Alberto Sampaio (Séc. X a XVI). Foi no âmbito dos trabalhos conducentes a essa obra que, ainda por intermédio da Drª. Manuela Alcântara, tivemos conhecimento da existência desta epígrafe, com a qual tivemos um primeiro contacto no passado dia 18 de Agosto de 1998. Dele apresentamos, aqui, as nossas primeiras impressões [2].

1. A Inscrição

Como referimos, a lápide apareceu no dia 26 de Maio de 1982 quando se removia o reboco da face interna da parede Leste da Sala do Capítulo. Surgiu a cerca de 5,15 m da esquina das paredes Norte e Leste da Sala, e a uma altura de 2,20 m. Encontrava-se embutida num campo rectangular, rebaixado num silhar de granito, e ligada a este por argamassa. Na mesma parede, depois de retirado o reboco, ficaram à mostra mais três campos rebaixados destinados a outras inscrições que já tinham desaparecido. A nossa inscrição, que surgiu já partida em 5 fragmentos [3], recebeu o número de inventário L-82-09. A epígrafe, criada em calcário brando da zona de Coimbra, apresenta as seguintes dimensões:

Comprimento: 35 cm
Altura: 18,5 cm
Espessura: 4,5 cm
Altura média das regras: ^{1}/ 2,8 cm; ^{2}/ 2,7 cm; ^{3}/ 2,8 cm; ^{4}/ 2,8 cm

Altura média das letras: 1/ 2,4 cm; 2/ 2,3 cm; 3/ 2,4 cm; 4/ -
Altura média dos espaços interlineares: 1,2 cm.

Assim que tivemos oportunidade de a observar não tivemos dúvidas de que estávamos perante uma inscrição que, pelo tipo de alfabeto, deveria corresponder à segunda metade do Séc. XII ou, quando muito, aos primeiros anos da centúria seguinte. Por outro lado, a matéria prima, o alfabeto e o regramento da epígrafe denunciavam a inconfundível marca do atelier epigráfico da zona de Coimbra. Estávamos, por isso, perante mais um caso de uma inscrição criada no aro da cidade de Coimbra, nos calcários brandos de Ançã-Portunhos, e exportada para o Entre-Douro-e-Minho. Por si só este era um dado relevante, já que vinha engrossar o leque dos exemplos para os quais já tínhamos tido oportunidade de chamar a atenção noutro estudo nosso [4]. No entanto, o deficiente estado de conservação da inscrição, com a quase totalidade da superfície original mutilada, parecia deixar poucas esperanças de se vir a conseguir ler o seu teor. De todas estas nossas primeiras impressões, foi na última que nos enganámos. Depois de analisar demorada e atentamente a inscrição, e apesar do seu estado de conservação, foi possível efectuar a leitura de boa parte do seu conteúdo e identificar a pessoa a quem se referia o epitáfio. A epígrafe ganhou, assim, uma importância acrescida, que, como veremos, ultrapassa em muito o âmbito da história da velha instituição monástica vimaranense. Na realidade, nela conseguimos ler o seguinte epitáfio:

1/ PRIDIE ⋮ NONAS ⋮ IUNII ⋮ OBIIT ⋮ F [...]
2/ DEI ⋮ [...]TRUS ⋮ AMAR[...]S [...]
3/ IUS ⋮ ECCLESIE ⋮ [...]O [...]
4/ [...]

Reconstituindo o texto, obtemos:

1/ PRIDIE ⋮ NONAS ⋮ IUNII ⋮ OBIIT ⋮ F[amulus]
2/ DEI ⋮ [Pe]TRUS ⋮ AMAR[elu]S ⋮ [Prior M hu]
3/ IUS ⋮ ECCLESIE ⋮ [...]O[...]
4/ [...].

Trata-se, portanto, do epitáfio do Prior Pedro [Mendes] Amarelo, falecido a 4 de Junho de ano desconhecido. Para melhor apreciação da nossa proposta de leitura apresentamos um levantamento onde registamos todos os vestígios de letras que sobreviveram até aos nossos dias (Est. I, 1) e, de seguida, um desenho onde procedemos à reconstituição dos caracteres mutilados (Est. I, 2).

Salientemos, por fim, alguns aspectos físicos desta inscrição. Começando pelo suporte, a lápide apresenta uma espessura regular, denunciando a qualidade do seu lapicida. A superfície principal foi cuidadosamente alisada, o que não impede que ostente, no reverso, alguns negativos dos instrumentos de talhe. A superfície principal da lápide foi integralmente utilizada pelo campo epigráfico que apresenta as regras assinaladas a traço fino e os espaços interlineares cuidadosamente marcados. As suas letras, de desenho elegante, obedecem ao alfabeto Carolino, em uso na segunda metade do Século XII, ainda livre das influências unciais que se começam a desenhar nos finais da centúria e dominam crescentemente ao longo do Séc. XIII [5]. Registemos, ainda, que as letras exteriorizam algumas características típicas da zona de Coimbra, o que remete esta inscrição para o universo epigráfico da Sé Velha de Coimbra, com cujas inscrições ostenta evidentes pontos de contacto. Sentimos isso, por exemplo, no traçado dos PP, dos RR e dos SS, nas formas rectificadas adoptadas pelos CC e pelos EE, e na forma amendoada dos OO. Apesar de

muito erosionadas, algumas letras ainda apresentam vestígios de terem sido outrora coloridas a vermelho, um costume que se detecta em Portugal e em vários pontos da Europa, e que visava não só facilitar a leitura do conteúdo epigráfico (realçando o texto com contraste cromático) mas também dar relevo a certas passagens consideradas mais importantes [6]. A maneira equilibrada como o texto foi paginado, a regularidade métrica das suas letras, das regras e dos espaços interlineares, assim como o traçado elegante do alfabeto Carolino, tudo nos denuncia a mão de um lapicida experiente. Por todos estes aspectos podemos afirmar que estamos perante um epitáfio de boa qualidade, produto de um profissional habituado a criar epígrafes (e não perante a obra esporádica de um qualquer pedreiro ou escultor). Não temos dúvida em afirmar que foi encomendado junto das oficinas epigráficas da zona de Coimbra (o que é o mesmo que dizer nas melhores oficinas epigráficas do Reino), possivelmente pelos Cónegos da Colegiada de Guimarães pouco depois do óbito do Prior Pedro Mendes. Na realidade, e apesar de não encontrarmos registo da Era do falecimento (certamente desaparecida com as mutilações sofridas), a forma como o epitáfio abre, com a indicação do dia e mês afasta a possibilidade de se tratar de uma encomenda prévia.

2. Pedro Mendes Amarelo

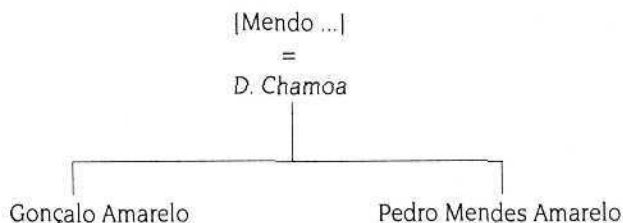
É tempo de dedicarmos alguma atenção à pessoa de D. Pedro Mendes Amarelo, a quem se reporta a nossa inscrição. A qualidade do seu epitáfio, o facto de este ter sido encomendado junto das mais prestigiadas oficinas epigráficas do Reino, e a própria implantação da inscrição (no centro da Sala do Capítulo, alinhada pelo eixo da porta de acesso), são tudo aspectos que denunciam o prestígio que D. Pedro Mendes granjeara junto dos seus Cónegos. Um prestígio que, acreditamos, ultrapassou a barreira dos séculos e que continuava bem vivo três séculos e meio depois da sua morte. Na realidade, julgamos que a inscrição de D. Pedro Amarelo não se encontrava no primitivo local. Lúcia Rosas teve ensejo de demonstrar, recentemente, que o Claustro da Colegiada de Stª. Maria de Guimarães, ao contrário da opinião corrente que o costuma classificar como Românico [7], é, na realidade, uma obra Manuelina, do primeiro quartel do Séc. XVI [8]. A tipologia e a gramática decorativa dos seus capitéis afasta-o, efectivamente, do universo estético românico e remete-o para os inícios da centúria de Quinhentos . Um brasão de D. Diogo Pinheiro, Prior da Colegiada entre 1503 e 1514, que se conserva *in situ* no arco sudoeste do Claustro, ajuda a configurar a cronologia desta importante reforma [9]. Compreende-se, de resto, a motivação subjacente a esta reforma arquitectónica. O claustro, que os Cónegos tinham decidido erguer em 1255, fora modelado a partir das dimensões do templo românico de Stª. Maria de Guimarães, o edifício que estava então ao culto [10]. No entanto, no cumprimento do voto de D. João I em Aljubarrota, o templo da Colegiada seria objecto de uma profunda reforma gótica, que esteve a cargo do arquitecto régio João Garcia de Toledo, cujas obras se iniciaram a 6 de Maio de 1387 [11] e foram sagradas em 23 de Janeiro de 1401 [12]. O templo gótico, de dimensões mais generosas e com uma outra projecção, acabou por tornar o espaço claustral desajustado. A reforma deste seria, portanto, uma questão de tempo, e o momento chegou nos inícios do Séc. XVI, quando foi substituído pelo espaço que hoje ali podemos apreciar. Deste modo, e como facilmente se compreende a partir de uma análise da planta dos espaços claustrais, a actual implantação da Sala do Capítulo é resultante dessa profunda reforma do Séc. XVI, para a qual, de resto, obtivemos novos

elementos durante os trabalhos arqueológicos que efectuamos na cerca do Museu [13]. É essa reforma quinhentista que explica a convivência de elementos de aspecto arcaico (como o arco ultrapassado da Porta da Sala do Capítulo, e os seus dois possantes capitéis românicos), com outros pormenores manifestamente posteriores (como as espessas meias-colunas com desenvolvidos plintos, que revelam uma organização já muito distante do espírito românico) [14]. De resto, as fracturas que a inscrição apresentava no momento da sua recente descoberta, já com ausência de alguns pequenos fragmentos, apenas se compreendem se tivermos em mente que se encontrava deslocada do seu primitivo local e reaproveitada. A forma como as fracturas da inscrição se organizam, partindo de epicentro no ângulo inferior direito, denuncia que a lápide foi retirada do primitivo local, possivelmente com recurso a um ferro, e colocada no novo local aquando das obras do Séc. XVI. Deste modo, podemos afirmar que o prestígio de Pedro Amarelo venceu várias centúrias e que continuava bem vivo entre os Cónegos de Stª. Maria de Guimarães no Séc. XVI, quando estes elegeram um lugar de tanto destaque para a colocação da inscrição do Prior: na Sala do Capítulo da Colegiada, na parede Leste, oposta à entrada, e centrada com o eixo principal.

Apesar das limitações inerentes à documentação conhecida, que continua a não elucidar diversos aspectos da sua vida, e da ausência de qualquer estudo monográfico, podemos dizer que a figura de D. Pedro Mendes Amarelo é relativamente bem conhecida. Melhor, pelo menos, que a de alguns dos seus pares que estiveram igualmente à frente da Colegiada de Guimarães. O seu itinerário começa a desenhar-se na zona de Coimbra, de onde julgamos que seria natural. Conhecido desde muito cedo pela alcunha de "Amarelo", aparece indiscriminadamente tratado como Pedro Mendes Amarelo ou Pedro Amarelo [15]. A primeira referência documental que conhecemos encontra-se exarada num diploma de 29 de Junho de 1131, onde Pedro Amarelo testemunha a doação que D. Telo fez, ao recém-fundado Mosteiro de Stª. Cruz de Coimbra, dos banhos régios que D. Afonso Henriques lhe tinha confiado meio ano antes [16]. Entre as testemunhas desta doação de D. Telo figura "... *Petrus Amarelus ts.* ..." (LS, 6). Esta primeira referência permite-nos retirar três ilações: primeiro, que Pedro Amarelo seria natural de Coimbra ou dos seus arredores; em segundo lugar, que em 1131 já seria adulto (embora certamente ainda jovem); e finalmente, que já então se movia na esfera das influências do jovem monarca e do Mosteiro de Stª. Cruz. E, efectivamente, os dados conhecidos parecem confirmar estas linhas. Primeiro, porque os testemunhos conhecidos para os primeiros anos da sua vida apontam para a zona de Coimbra e de Montemor-o-Velho: é nesta zona que testemunha actos jurídicos, que a sua mãe possuía bens e que lhe são doadas propriedades. Por outro lado, para que em 1131 pudesse testemunhar um acto jurídico teria de ser maior, o que à luz de outros dados documentais se afigura bem possível. Os elementos biográficos revelam que a derradeira referência documental conhecida para Pedro Amarelo data de 1184, sendo, portanto, 53 anos posterior à primeira notícia. Deste modo, se, por hipótese, tivesse 20-25 anos em 1131, teria falecido com cerca de 73-78 anos, idade perfeitamente plausível. Por fim, o seu futuro percurso como funcionário da cúria régia de D. Afonso Henriques confirma a nossa terceira ilação.

Depois do diploma de 1131, voltamos a encontrar referências a Pedro Amarelo em 1135. Pensamos, efectivamente, que é ele um dos contemplados com uma doação de D. Afonso Henriques que, em 18 de Maio de 1135, doou um terreno junto da muralha de Montemor-o-Velho a um Pedro Amarelo e ao irmão deste, Gonçalo: "... *facio tibi Petro Amarelo et fratri tuo Gunsalvo kartam donacionis et firmitatis de terreno illo quod habeo in Monte Maiore extra circa*

murum versus orientem ..." (DMP, DR 147). Uma vez mais se comprova a sua presença junto do monarca, que servia com lealdade, a ponto de este o distinguir com esta doação "... *pro servicio quod mihi fecistis et facietis ...*" (DMP, DR 147).

Alguns anos mais tarde, em Maio de 1143, é a vez de D. Chamoa, mãe de Pedro Amarelo, fazer testamento favorecendo o Mosteiro de Stª. Cruz de Coimbra com uma vinha em Assamassa (nos arredores de Coimbra): "... *ego Flamula mater Petri et Gundisalvi Amareli ...*" (LS, 36). Pelo teor do diploma podemos deduzir que o irmão, Gonçalo, já tinha falecido em 1143. Na realidade, o testamento é feito "... *pro remedio anime mee et mei filii Gundisalvi cui sit bona requies ...*" (LS, 36). Esta nova referência permite reconstituir o seguinte esquema genealógico:

Para voltarmos a encontrar referências documentais a Pedro Amarelo é necessário aguardar pelo ano de 1153, quando se começa a desenhar a sua carreira na Cúria, como notário de Mestre Alberto. Como se sabe, Mestre Alberto desempenhou as funções de Chanceler de D. Afonso Henriques entre os anos de 1142 e 1169 [17]. O primeiro diploma onde Pedro Amarelo surge como notário de Mestre Alberto remonta a 17 de Fevereiro de 1153. Trata-se de uma carta onde D. Afonso Henriques procede à venda de bens na zona de Armamar e de Lamego a um particular. Na subscrição são mencionados "... *Petrus qui notuit ... Magister Albertus Curie Cancellarius ...*" (DMP, DR 242). Apesar de não ser tratado nem pelo patronímico nem pela alcunha, Rui de Azevedo demonstrou, pela análise do tipo de letra, que se trata de um original saído da mão de Pedro Amarelo [18]. Escassos dois meses mais tarde a actividade de Pedro Amarelo volta estar documentada, desta vez pela carta de Couto de Alcobaça, que D. Afonso Henriques outorga ao Mosteiro de Claraval em 8 de Abril de 1153 (DMP, DR 243), e que, apesar de ser mais um diploma onde o nome de Pedro Amarelo não figura de forma explícita, Rui de Azevedo identificou como tendo saído do seu punho [19].

Três anos mais tarde, em Junho de 1155, Pedro Amarelo volta a ser referido como notário da Cúria Régia, quando D. Afonso Henriques doou o Couto de Argeriz a D. Teresa Afonso, viúva de D. Egas Moniz de Riba Douro, para que esta o desse ao Mosteiro de Salzedas. Nesse diploma se declara: "*Facta carta mensi Junii per manus Petri Amarelli qui est scriba sub manu Alberti Magistri cancellarii regis Alfonsi in Era Millesima Centesima Sexagesima Tercia.*" (DMP, DR 254) [20]. De Maio de 1157 data o terceiro autógrafo de Pedro Amarelo - a carta de isenção dos direitos de portagem, que D. Afonso Henriques assina a favor do Mosteiro de Alcobaça (DMP, DR 261). E, pouco depois, em Março de 1158 voltamos a encontrar Pedro Amarelo como notário da Cúria, dependente de Mestre Alberto, exarando o documento em que D. Afonso Henriques distingue Pedro Fernandes e sua mulher, Goinha Anes, com a *villa* de Varziela (c. Oliveira do Hospital): "*Petrus Amarelus notarius sub manu Magistri Alberti notuit.*" (DMP, DR 268) [21]. Em Outubro de 1162 voltamos a ter a actividade do notário documentada. Na Carta de Couto do Mosteiro de Bouro, outorgada por D. Afonso

Henriques, regista-se: "... *ego Magister Albertus Cancellarius conf., Petrus notuit.*" (DMP, DR 283). Finalmente, a derradeira referência a Pedro Amarelo como notário da Cúria de D. Afonso Henriques remonta a 30 de Novembro de 1165, quando o monarca doa, pela primeira vez, Idanha-a-Velha e Monsanto à Ordem do Templo e a D. Gualdim Pais: "... *Magister Ambertus Curie Regis Cancellarij conf.* (...) *Petrus Amarelus notuit.*" (DMP, DR 288). Depois desta data, Pedro Amarelo seria substituído por Pedro Feijão como notário de Mestre Alberto. A primeira referência a Pedro Feijão como notário remonta a 28 de Março de 1169 (DMP, DR 293) e, como se sabe, Pedro Feijão acabaria por subir na hierarquia, sucedendo a Mestre Alberto no próprio cargo de Chanceler da Cúria Régia (que ocuparia entre 1169-1181) [32].

O afastamento de Pedro Mendes Amarelo da Cúria de D. Afonso Henriques parece coincidir com o seu abandono de Coimbra, então capital do reino, e a sua deslocação para o Norte, para a zona de Guimarães. Na realidade, logo em Julho de 1170 encontramos Pedro Amarelo na qualidade de Prior da Colegiada de Guimarães: "... *vobis Petrus Menendi Vimaranensis Ecclesie Priori* ..." (VMH, 106). Como em Abril de 1167 o Prior da Colegiada ainda era D. Pedro Pais [33], podemos dizer que Pedro Amarelo assumiu esse cargo entre 1167 e 1170. Terá sido, assim, o quinto titular desse cargo [34]. O facto da Colegiada de Guimarães ser do Padroado Régio pode ajudar a explicar a nomeação do antigo notário do Chanceler de D. Afonso Henriques para esse cargo. Depois da referência de 1170 conhece-se uma série de diplomas onde, regularmente, Pedro Amarelo é referido como Prior da Colegiada:

Maio de 1172 - Pacto de permuta de bens entre Pedro Garcia e "... *ego Petrus Amarellus Vimar. Prior una cum omni capitullo* ..." (VMH, 108)

Agosto de 1172 - Doação régia de D. Afonso Henriques à Colegiada de Guimarães e a "... *vobis Priori Petro Amarello* ..." (DMP, DR 313; VMH, 109)

26 de Abril de 1173 - Carta de Couto outorgada por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de S. Torcato: "*Qui presentes fuerunt Prior vimaranis Petrus Amarellus.*" (DMP, DR 316; VMH, 111)

Março de 1175 - Carta de Couto outorgada por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Seiça: "... *Prior vimaranis Petrus Amarelus ts.* ..." (DMP, DR 323)

Abril de 1176 - Doação de D. Afonso Henriques a Rodrigo Ourigues e sua mulher: "... *Petrus Amarellus Prior Vimaranis vidit* ..." (DMP, DR 329)

1176 - Demarcação da Terra de S. Gens depois de inquirição régia: "... *ad Petrum Amarelum priorem Vimaranensem* ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 112)

Janeiro de 1178 - Escambo de propriedades entre os irmãos Mendo e Pedro Peres e "... *vobis Petro Amarelo* ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 115)

Fevereiro de 1178 - Doação de D. Afonso Henriques a Mestre Fernando Boceta: "... *Petrus Amarelus ts.* ..." (DMP, DR 333)

31 de Dezembro de 1178 - Confirmação de diploma particular: "... *Prior Petrus Amarelus confirmo* ..." (VMH, 121)

Dezembro de 1180 - Venda de bens por D. Toda Pais a "... *vobis Petro Amarelo* ..." (VMH, 124)

Dezembro de 1180 - Venda de bens a "... *vobis Petro Amarelo* ..." (VMH, 125)

4 de Janeiro de 1181 - Venda de bens de Gomes Pais "... *vobis parenti meo domno Petro cognomine Amarelo* ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 128)

Março de 1181 - Venda de bens a "... *vobis Petro Amarelo* ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 129)

Janeiro de 1182 - Testamento de Paio Gomes, "Cego", a favor da Colegiada de Guimarães "... *et vobis Petro Amarello ejusdem Ecclesie Priori* ..." (VMH, 126)

Janeiro de 1182 - Venda de bens a "... *vobis domno Petro Amarelo* ..." (VMH, 127).
Fevereiro de 1184 - Venda de bens a "... *vobis Petro Menendi cognominato Amarelo* ..." (Cláudia Ramos, 1991, doc. 137).

Salientemos, no entanto, que em 22 de Agosto de 1172 Pedro Amarelo aparece mencionado não na sua qualidade de Prior da Colegiada, mas como Chanceler do príncipe herdeiro, D. Sancho, que, desde o Desastre de Badajoz, em 1169, vinha auxiliando D. Afonso Henriques no governo do Reino. Na realidade, entre os confirmantes do diploma em que D. Afonso Henriques doa à Sé de Coimbra diversas casas que se erguiam nas imediações da Sé Velha, surgem-nos mencionados: "... *Petrus Amarelo Cancellarius Regis Sancij vidit. Petrus Feigion Capellanus eius vidit. Magister Albertus vidit* ..." (DMP, DR 314). É possível, por isso, que Pedro Amarelo não se tivesse desligado integralmente da Cúria régia (como, de resto, parece sugerir a sua presença entre os confirmantes de diversos diplomas régios, sobretudo quando se desloca a Coimbra) e que, em determinada altura, tivesse assumido o cargo de Chanceler do príncipe herdeiro, espelhando todo o seu prestígio [25].

Finalmente, em Fevereiro de 1184 encontramos a derradeira referência documental conhecida para Pedro Mendes Amarelo, quando ainda era Prior da Colegiada de Stª. Maria de Guimarães (Cláudia Ramos, 1991, doc. 137). Supomos que terá falecido pouco depois desta data. Pelo seu epitáfio sabemos que morreu a 4 de Junho. Infelizmente, a inscrição do Museu Alberto Sampaio encontra-se mutilada, não permitindo a leitura da Era. Poderia ter falecido logo em 1184 (Era 1222). No entanto, só voltamos a encontrar referências explícitas a um novo Prior em Fevereiro de 1192, quando é mencionado nesse cargo D. Diogo Peres: "... *vobis Didaci Petri Vimaranis Priori et omni Conventui eiusdem ecclesie* ..." (VMH, 138) [26]. Consultamos outras fontes para tentar esclarecer o ano da morte de Pedro Mendes Amarelo, nomeadamente o *Livro das Kalendas* (na esperança que, em testamento, tivesse deixado alguns bens à Sé de Coimbra, cidade à qual estivera ligado na sua juventude), mas a pesquisa não resultou frutífera. Deste modo, e enquanto não aparecerem novos dados documentais que esclareçam melhor o ano da sua morte, a inscrição de Guimarães terá de ser datada de 4 de Junho de [1184-1191].

3. A área de abastecimento do Atelier Epigráfico de Coimbra

Reservamos um último apontamento para realçar a importância da inscrição de Pedro Amarelo para a caracterização do atelier epigráfico de Coimbra, nomeadamente no que concerne à definição da área de dispersão das epígrafes ali produzidas ao longo da Idade Média. Como tivemos ensejo de salientar num outro estudo, a Epigrafia Medieval Portuguesa caracteriza-se por ter sido produzida, na sua esmagadora maioria, fora dos "circuitos profissionais" do *métier*. Na realidade, a maioria das nossas inscrições foram produzidas por escultores ou pedreiros que, apenas esporadicamente, se dedicaram à criação de epígrafes. Não se desenvolveu, assim, uma "tradição epigráfica", capaz de criar os hábitos que individualizam e personalizam os ateliers epigráficos. A análise do *corpus* epigráfico português revela, efectivamente, a extrema regionalização do fenómeno epigráfico e, reflexo da pobreza cultural e económica do reino, a escassa profissionalização dos nossos lapicidas. Tudo isto acaba por se traduzir numa menor qualidade estética das inscrições e dos próprios alfabetos, na deficiente paginação de muitos textos e no predomínio de formulários pobres. Provavelmente quem esculpia um letreiro poucas

hipóteses teria de voltar a criar outra epígrafe na sua vida. E, em muitos casos, é mesmo possível que o lapicida não soubesse sequer ler, limitando-se a copiar para o suporte pétreo o texto paginado que lhe era fornecido (como parecem revelar alguns lapsos devidos a mau entendimento da *minuta* da epígrafe) [27]. No entanto, e apesar deste panorama, é possível individualizar alguns ateliers epigráficos, normalmente abastecendo mercados urbanos, um pouco mais vastos. Assim acontece com Montemor-o-Velho, Lisboa e Évora, mas, sobretudo, com Coimbra e Alcobaça. No caso da Abadia de Stª. Maria de Alcobaça o atelier destinou toda a sua produção ao próprio espaço monástico. Foi-nos mesmo possível determinar a existência de "monges-lapicidas", encarregados de criar as inscrições funerárias do Claustro do Silêncio, e individualizar o nome de dois monges que estiveram, seguramente, ligados à criação de epígrafes da Abadia de Alcobaça [28]. Como se tratava de um atelier destinado a um "mercado interno" não se estranhará que a maioria das inscrições tivesse sido criada directamente sobre os silhares das construções. Já no caso de Coimbra, a situação é distinta. O atelier que abastecia a cidade e, nomeadamente, a Sé Velha devia implantar-se no exterior do espaço urbano, nas proximidades das pedreiras de calcário brando de Ançã-Portunhos. Produzia, por isso, sobretudo lápides pouco espessas, mais fáceis de transportar, que eram depois, no local de destino, incrustadas nas paredes. Os números são elucidativos: a Sé Velha de Coimbra possui 28 inscrições gravadas em lápides e 3 em silhares; a Abadia de Alcobaça possui 6 epígrafes gravadas em lápides e 32 em silhares [29]. Em Coimbra, a produção de inscrições maioritariamente em lápides revela um atelier com um perfil essencialmente vocacionado para o meio urbano [30]. No entanto, este atelier não deixou de responder a encomendas vindas de outras zonas do reino. Como a produção continuada de epígrafes permitiu o desenvolvimento de características específicas que ajudam a personalizá-lo [31], foi-nos possível identificar, ao longo do nosso levantamento epigráfico, uma dúzia de inscrições que, apesar de produzidas pelo atelier de Coimbra, se destinaram a outras zonas do reino. Actualizando a nossa lista com a identificação do epitáfio de D. Pedro Mendes Amarelo, teremos:

Nº 1 - Colegiada de Guimarães - Insc. de [1184-1191]
Nº 2 - Capela de S. Mateus, Soure - Insc. Nº 186, de 1189
Nº 3 - Igreja de Reigoso - Insc. nº 202, de 1195
Nº 4 - Mosteiro de Grijó - Insc. nº 325, de 1245
Nº 5 - Igreja do Crato - Insc. nº 336, de 1248
Nº 6 - Convento da Costa - Insc. nº 356, de 1262
Nº 7 - Igreja de Beduido - Insc. nº 362, de [1263-1264]
Nº 8 - Mosteiro de S. Torcato - Insc. nº 504, de 1305
Nº 9 - Mosteiro de Leça do Balio - Insc. nº 505, de 1306
Nº 10 - Igreja de Stª. Comba Dão - Insc. nº 540, de [1319-1334]
Nº 11 - Mosteiro de Cête - Insc. nº 556, de 1323
Nº 12 - Sé de Braga - Insc. nº 562, de 1325
Nº 13 - Sé de Braga - Insc. nº 563, de 1326
Nº 14 - Igreja de S. Pedro de Balsemão - Insc. nº 634, de [1362-1372] [32].

A dispersão das produções do atelier de Coimbra, como se pode verificar pela sua cartografia (Est. 2), revela a vocação deste centro produtor para abastecer a zona a Norte do Mondego, sobretudo a orla litoral. Ao Entre-Douro-e-Minho pertencem 7 dos 14 exemplos conhecidos. Por seu turno, a zona da Beira Litoral, compreendida entre o rio Douro e a bacia do Mondego possui outros 6 exemplos. A Sul do rio Tejo tivemos apenas

oportunidade de identificar um exemplo: a inscrição da Igreja Matriz do Crato, no Alto Alentejo. A importância da inscrição funerária de Pedro Mendes Amarelo é clara. Trata-se do mais remoto exemplo de uma "exportação" do atelier de Coimbra, passando assim a marcar o início de uma "fase de maturidade" desta oficina, quando ela começou a impor-se no reino como a mais categorizada oficina epigráfica. Foi precisamente essa maturidade, indelevelmente associada à qualidade das suas produções, que permitiu que estas se tornassem capazes de absorver o aumento de custo decorrente das deslocações de médio ou longo curso, tornando, assim, a exportação viável. Por outro lado, a recente identificação do epitáfio de Pedro Mendes Amarelo veio reforçar a supremacia do núcleo do Entre-Douro-e-Minho, que passa a representar 50% do total das inscrições conhecidas. Reforça, ainda, o caracter litoral deste mercado, já que contamos apenas com dois exemplos no interior do reino (a inscrição de S. Pedro de Balsemão, às portas de Lamego, e a inscrição da Igreja Matriz do Crato, no Alto Alentejo). Por fim, a identificação da inscrição de Pedro Mendes Amarelo veio reforçar o que poderíamos designar como o "núcleo vimaranense" destas exportações, onde já contávamos com as inscrições do Convento da Costa (de 1262) e do Mosteiro de S. Torcato (de 1305).

Por todos os motivos, julgamos que podemos afirmar que a importância da inscrição de Pedro Mendes Amarelo ultrapassa, em muito, o restrito âmbito da história da Colegiada de Guimarães [33].

* Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ao longo deste estudo utilizamos as seguintes siglas nas referências documentais:

DMP, DR = Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, Lisboa, 1958-1962

LS = Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, 1990

VMH = J. G. Oliveira Guimarães, *Vimaranis Monumenta Historica*, Guimarães, 1929-1931.

[1] Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), Diss. de Doutoramento, 4 vols., Porto, ed. policopiada, 1995.

[2] Gostaríamos de deixar aqui expresso o nosso reconhecimento à Drª. Manuela Alcântara por todos os esclarecimentos que nos prestou sobre as condições de achado desta epígrafe, bem como as facilidades concedidas para o seu estudo.

[3] À superfície são apenas visíveis quatro fragmentos, como se pode apreciar no nosso desenho. No entanto, o segundo fragmento (a contar da esquerda para a direita) apresenta-se lascado em duas placas.

[4] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. I, Porto, 1995, pp. 191-192.

[5] Para uma caracterização deste alfabeto veja-se o que escrevemos em Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. I, Porto, 1995, pp. 166-172.

[6] Neste sentido, é sintomático que algumas inscrições usem cores distintas por forma a dar mais realce à data ou a outras passagens mais importantes do seu conteúdo. Se o objectivo fosse apenas facilitar a leitura, certamente que apenas se utilizaria uma cor.

[7] Até um passado recente, a maior parte dos autores concordavam em atribuir o Claustro da Colegiada ao Séc. XIII ou, nalguns casos mais arrojados, mesmo ao Séc. XII. Veja-se, entre outros, Alfredo Guimarães, *Guimarães Monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930, p. 9; Alfredo Guimarães, *Guimarães. Guia de Turismo*, Guimarães, 1940, pp. 106 e 111-112; Manuel Monteiro, "Sobrevivências Vimaranenses", *Dispersos*, Braga, 1980, pp. 350-352 (1ª ed. in *Revista de Guimarães*, vol. 58, Guimarães, 1948); Maria Emilia Amaral Teixeira, "Aspectos do Claustro do Museu

Regional de Alberto Sampaio", *Revista de Guimarães*, vol. 70, Guimarães, 1960, p. 3 (da separata); Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, vol. II, Diss. de Doutoramento, Porto, 1978, p. 228; Gerhard Graf, *Portugal Roman*, vol. II, Yonne, Zodiaque, 1987, pp. 158-159.

[8] Cf. Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval - Património e Restauro* (1835-1928), diss. de Doutoramento, vol. II, Porto, 1995, pp. 198-213; e Lúcia Maria Cardoso Rosas, "O Claustro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães", *Portugalia*, Nova Série, vol. XVII-XVIII (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida), Porto, 1996-97 (no prelo). Esta era, também, a opinião de António Augusto Gonçalves, como se pode depreender do manuscrito da sua visita a Guimarães em 1895, divulgado e valorizado por Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios* ...., vol. II, Porto, 1995, pp. 199-200. Carlos Alberto Ferreira de Almeida perfilhou idêntica opinião na sua derradeira síntese sobre a Arte Medieval Portuguesa - cf. Carlos Almeida Ferreira de Almeida, *História da Arte Medieval em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1998 (no prelo).

[9] De resto, o Pe. Pedro de Mesquita, no seu *Livro de Lembranças de muitas cousas notaveis que ha na muito devota Igreja Collegiada de Nossa Srª. da Oliveira* ..., um manuscrito redigido em 1620, não hesitava em atribuir a construção do Claustro ao Prior D. Diogo Pinheiro (cf. Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios* .... vol. II, Porto, 1995, p. 198).

D. Diogo Pinheiro era filho do Dr. Pedro Esteves e de D. Isabel Pinheiro, os construtores do Paço dos Pinheiros, em Barcelos, que jazem, em sarcófago com tampo de duplo jacente, na Capela do andar térreo da Torre Sineira da Igreja de Stª. Maria de Guimarães. O Dr. Pedro Esteves era Ouvidor de D. Afonso, Conde de Barcelos, tendo acompanhado o bastardo régio quando este se deslocou para Guimarães, depois de casar com D. Constança de Noronha e de construir o Paço Ducal vimaranense. D. Diogo Pinheiro era, assim, irmão de D. Álvaro Pinheiro, Alcaide de Barcelos e responsável pela reforma manuelina do Paço dos Pinheiros nessa vila. D. Diogo Pinheiro, que fora capelão e fidalgo da Casa do Duque de Bragança, assumiu o cargo de Prior da Colegiada de Guimarães em 6 de Janeiro de 1503, tendo abandonado quando foi nomeado Bispo do Funchal, em 1514. Foi responsável pela reforma do Claustro da Colegiada e pela conclusão da Torre Sineira da Igreja, e faleceu em 1526.

[10] Em Julho de 1223, quando o Prior e os Cónegos acordam a repartição das rendas da Colegiada, são referidas diversas dependências da área monástica da Colegiada (nomeadamente o Refeitório, o Dormitório, a Sala do Capítulo, a Adega e o Celeiro), mas não há nenhuma referência directa e explícita a um Claustro. Cf. Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. II, Porto, 1991, doc. 287, pp. 257-258 (= VMH, 201).

[11] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. II, 2, Porto, 1995, Insc. Nº 673, pp. 1544-1551.

[12] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. II, 2, Porto, 1995, Insc. Nº 732, pp. 1659-1666. Sabe-se, no entanto, que as obras do templo gótico ultrapassaram esse ano, prolongando-se pelo menos até 1413.

[13] As escavações do Museu Alberto Sampaio foram orientadas por nós e pelo Dr. João Viana Antunes.

[14] As duas janelas com arcos geminados que ladeiam a porta de entrada da Sala do Capítulo, com duplos colunelos e capiteis imitando os do Claustro Manuelino, devem ser fruto de restauro dos inícios deste século, quando, c. de 1900, os Cónegos da Colegiada decidiram "desentaipar" as janelas que estavam encerradas. Os capitéis destas janelas apresentam evidente talhe recente, com arestas muito vivas, e não têm nada a ver com os capitéis da Porta da Sala do Capítulo, preferindo repetir temas dos capitéis do Claustro. Deve ter sido por essa altura que se restaurou a moldura que, à maneira de alfiz, contorna a arcada da porta principal e que, em fotografias antigas, surge mutilada na parte superior (vd., por exemplo, a foto reproduzida por Albano Bellino, *Archeologia Christã* ..., Lisboa, 1900, p. 202).

[15] É possível que existam outras referências documentais, tratando-o apenas pelo nome próprio e patronímico, mas a vulgaridade destes impede-nos de distinguir casos de homonímia. Na ausência de outros elementos comprovativos (como a referência a cargos), não entramos em linha de conta essas possíveis referências.

[16] A primeira pedra do mosteiro de Stª. Cruz tinha sido, efectivamente, lançada na véspera desta doação, a 28 de Junho de 1131 (que, nesse ano, correspondeu a um Domingo). O documento da doação dos banhos régios de Coimbra, feita por D. Afonso Henriques a D. Telo em 9 de Dezembro de 1130, encontra-se publicado em DMP, DR 115.

[17] Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, pp. LXXIII e ss.; P. Avelino de Jesus da Costa, "La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle", *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, 1992, p. 144.

[18] Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, p. LXXX.

[19] Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, pp. LXXXI. Rui de Azevedo considera, mesmo, ser este "*... um diploma de tipo solene, em cuja execução Pedro Amarelo bastante se esmerou*".

[20] O mesmo formulário volta a ser repetido em DMP, DR 255, um falso pretensamente datado de Junho de 1155 outorgando ao Mosteiro de Salzedas a isenção dos direitos reais, um documento forjado a partir do DMP, DR 254.

[21] Este diploma foi igualmente utilizado para se forjar um falso, ainda no Séc. XII, com a pretensa data de Agosto de 1162, contemplando os mesmos Pedro Fernandes e Goinha Anes com uma propriedade na Ladeia (DMP, DR 282).

[22] Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, pp. LXXX-LXXXI; P. Avelino de Jesus da Costa, "La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle", *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, 1992, p. 144.

[23] "*... Vobis domno Petro Pelaiz Ecclesie Vimaranensis Priori ...*" (VMH, 105).

[24] A Colegiada de Guimarães, herdeira do velho cenóbio fundado por Mumadona Dias no Séc. X, terá sido instituída entre 1107 e 1110 (cf. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, INCM, 1988, p. 517; Cláudia Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. I, Porto, 1991, p. 85). Antes de Pedro Mendes Amarelo documentam-se D. Mendo (entre 1135-1142 e depois, de novo, entre 1152-1157), D. Pedro Gonçalves (1147-1152), D. Mendo Moreira (em 1147 e entre 1160-1161) e D. Pedro Pais (em 1167) (cf. Cláudia Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. I, Porto, 1991, p. 95-96).

[25] João António de Meira e Luís de Pina sugeriram, em distintos estudos, que Pedro Amarelo tivesse sido físico do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques (cf. João António de Meira, "Se Pedro Amarelo foi médico do Conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques", *Arquivos da História da Medicina Portuguesa*, vol. II, Porto, 1911; Luís de Pina, *Vimaranes. Materiais para a História da Medicina Portuguesa. Arqueologia - Antropologia*, diss. de Doutoramento, Porto, 1929, p. 146 - ambos citados na Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira, s.v. "Amarelo, Pedro", vol. II, p. 285-286; e Verbo-Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, s.v. "Amarelo, Pedro", vol. I, col. 1615). Não conhecemos, no entanto, qualquer base documental que confirme esta suposição.

[26] Segundo Cláudia Ramos, D. Diogo Peres ocupou o cargo até ao ano de 1228, quando se documenta pela derradeira vez a 5 de Agosto (cf. Cláudia Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, vol. I, Porto, 1991, pp. 95-96; vol. II, doc. 317). Foi D. Diogo Peres quem, em 15 de Julho de 1223, procedeu à divisão das rendas da Colegiada, repartindo-as entre o Prior e os Cónegos. O projecto do primeiro espaço claustral, delineado em 1255, foi consequência directa desta clarificação das rendas da Colegiada.

[27] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. I, Porto, 1995, pp. 121-124.

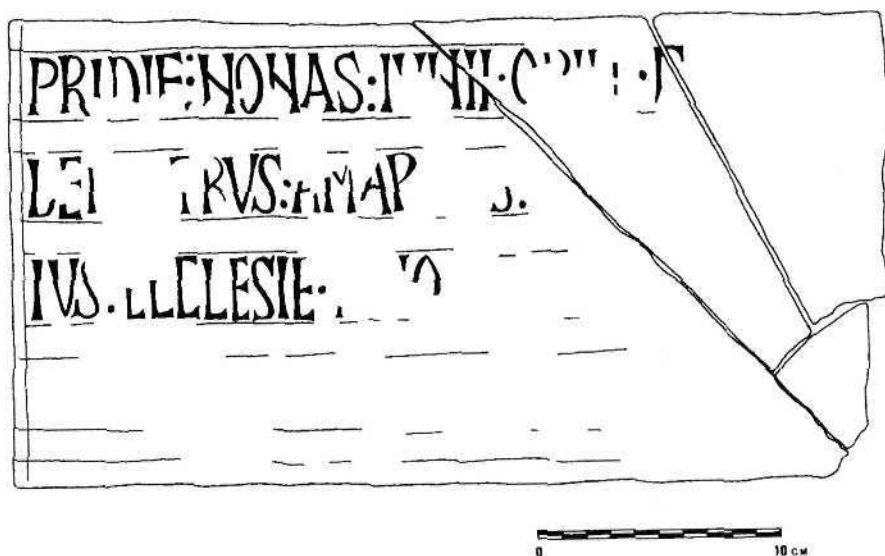
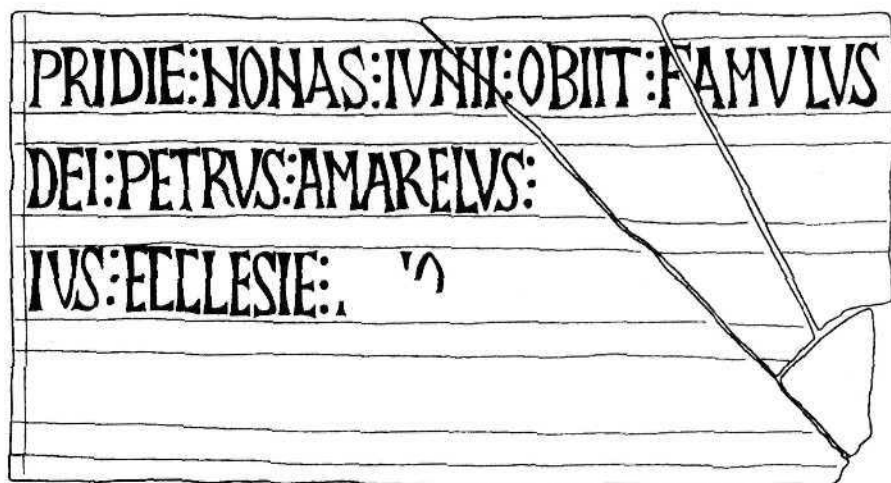
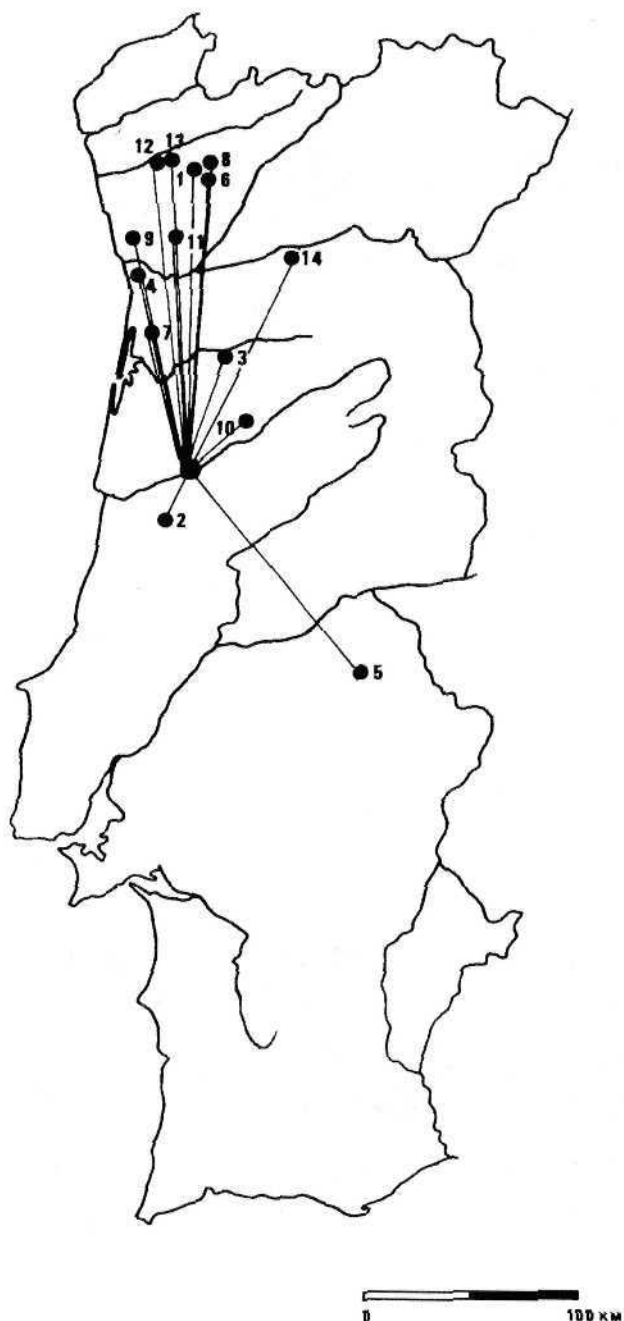
[28] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Porto, 1995, pp. 102-103 e 192-194. O atelier de Alcobaça individualiza-se ao nível dos alfabetos, dos sinais de separação e de algumas abreviaturas específicas.

[29] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. I, Porto, 1995, pp. 188-189.

[30] Abastecendo, ao longo dos Séc. XII e XIII, a Sé Velha, o Mosteiro de Stª. Cruz, e as várias Igrejas e Colegiadas da cidade - Stª. Justa, S. Cristóvão, S. Pedro, S. Salvador, S. Bartolomeu, Santiago e S. João de Almedina.

[31] Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. I, Porto, 1995, pp. 188-192

[32] Todos os números das inscrições correspondem ao nosso *corpus* epigráfico - cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol. II, tomo 1 e 2, Porto, 1995.

[33] Apenas por curiosidade, acrescentaremos que a Inscrição de Pedro Amarelo passou a ser a quarta peça mais antiga do espólio do Museu Alberto Sampaio, logo depois de três frisos moçárabes, do Séc. X, procedentes da Igreja Velha de S. Torcato.

Est. I, 1 - Inscrição de Pedro Amarelo - Estado actual

Est. I, 2 - Inscrição de Pedro Amarelo - Reconstituição

Est. II - Dispersão geográfica das inscrições medievais produzidas pelo Atelier de Coimbra (Séc. XII-XIV): 1 - Colegiada de Guimarães; 2 - Capela de S. Mateus, Soure; 3 - Igreja de Reigoso; 4 - Mosteiro de Grijó; 5 - Igreja do Crato; 6 - Convento da Costa, Guimarães; 7 - Igreja de Beduido, Estarreja; 8 - Mosteiro de S. Torcato, Guimarães; 9 - Mosteiro de Leça do Balio; 10 - Igreja de Stª. Comba Dão; 11 - Mosteiro de Cête; 12 - Sé de Braga; 13 - Sé de Braga; 14 - S. Pedro de Balsemão, Lamego.

O TÚMULO DE PRATA DA RAINHA SANTA ISABEL, EM COIMBRA

Nelson Correia BORGES *

Muito anda já escrito sobre as circunstâncias que rodearam a abertura do túmulo pétreo de D. Isabel de Aragão, em 1612, com o consequente achamento do seu corpo incorrupto e o mecenatismo do bispo D. Afonso de Castelo Branco, que proporcionou a execução da arca tumular de prata e cristal. Todavia, a excelência da escultura gótica patenteada no sepulcro mandado lavrar pela própria rainha, bem como a falta de mais elementos, tem relegado para plano secundário a atenção que o túmulo isabelino seiscentista deveria ter merecido, tanto mais que ele foi o iniciador de uma tumulária de glorificação, que o século XVIII imitou e desenvolveu. Afortunadamente, o recente aparecimento de documentação manuscrita [1] abriu-nos a possibilidade de reapreciar esta obra de arte e fazer a atribuição da sua autoria.

Rememoremos alguns factos [2].

A beatificação de D. Isabel de Aragão, em 1516, constituíu o reconhecimento oficial do culto que de há muito o povo de Coimbra lhe tributava com o nome de *Rainha Santa*. Em 1556 tornou-se extensivo a todo o país e em 1616 ao reino de Aragão. Entretanto esta devoção ia em aumento, pelo que a sequência lógica foi a instauração do processo com vista à canonização, apoiado por vários soberanos mas só verdadeiramente desencadeado pelo empenhamento do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco. Foi assim que no dia 26 de Março de 1612, ao começo da tarde, se procedeu à primeira abertura do túmulo da rainha, já que o exame das relíquias era um dos requisitos processuais.

A abertura do sepulcro real fez-se com toda a precaução e respeito, na presença dos bispos de Coimbra e Leiria, do Desembargador do Paço, de vários professores da Universidade e do notário que lavrou o respectivo auto. Perante o olhar maravilhado de todos e após a retirada de vários envoltórios, finalmente, "se achou mui são, inteiro, e sem corrupção, antes muito alvo e cheiroso e cuberto de carne", o corpo da rainha [3].

Determinou logo D. Afonso de Castelo Branco expor à veneração dos fiéis os restos mortais incorruptos da Rainha Santa [4], para o que obteve autorização do papa Paulo V, com a intenção de os trasladar para "um cofre transparente, para que ali se visse o mesmo, que em Cássia, Viterbo, e Bolonha nos corpos das gloriosas santas Rita, Rosa e Catarina".

Para mais condigna colocação do precioso féretro mandou o magnânimo e empreendedor bispo [5] edificar no coro alto do Mosteiro de Santa Clara, na nave da Epístola, um arco ricamente lavrado em pedra de Ançã, tendo-lhe lançado a primeira pedra em 8 de Agosto de 1613 [6].

Trata-se de uma bem conseguida obra do maneirismo coimbrão, que o tracista soube implantar com a maior sensatez no acanhado espaço de que dispunha, apresentando certos aspectos que plenamente desenvolvidos poderiam ter feito evoluir este estilo regional, vindo de Quinhentos, para as vias do barroco. A composição é disciplinada por pilastras coríntias laterais, com o respectivo entablamento, que enquadram um arco abatido. Por cima da cornija há uma espécie de ático decorado com hastes de folhagem ondeada, de tradição renascentista, adequadamente combinadas com simbólicas coroas

e ceptros, onde assenta um frontão curvo interrompido, preenchido com o brasão de D. Isabel, que quatro anjos em figura de vulto ostentam com certa exuberância. Nas cantoneiras do arco sentam-se outros anjos em posições graciosas e a moldura exterior como que forma uma coroa de sete cabecinhas aladas. O intradorso e pé-direito do arco são preenchidos por decoração de grutescos, máscaras, animais fantásticos e couros recortados à moda flamenga, introduzida algumas décadas atrás por João de Ruão.

Este arco triunfal, que apresenta duas faces iguais e aparece designado por capela, constituiria o escrínio adequado para enquadrar o túmulo de prata branca mandado fazer na mesma ocasião por D. Afonso, podendo assim ser simultaneamente venerado pelas freiras no coro e pelos fiéis, na igreja.

O túmulo apresenta-se com austera volumetria: de forma paralelipipédica [7], coberto por uma tampa de planta rectangular alongada, em tronco de pirâmide. Mede de comprimento máximo 2,33 m e de largura 0,86 m. A altura, da base à cornija, é de 0,668 m e até à face superior, de 0,87 m. A rectilinearidade quebra-se de algum modo pela aplicação de colunas, cristais, em vãos de variadas dimensões, e jarras de movimentados perfis.

O conhecimento da tratadística arquitectónica está patente no tratamento das colunas coríntias, assentes sobre pedestal baixo, em avanço, e de harmoniosas proporções, tendo marcado com um anel o terço inferior. Dispõem-se emparelhadas e sustentam um autêntico entablamento, composto por arquitrave, friso e cornija, que as acompanha de forma rítmica, em avanços e recuos. Os topos apresentam-se apenas com uma coluna em cada lado. Toda a superfície tumular se encontra recoberta por decoração maneirista que, no entanto, se apresenta variada. Os fustes das colunas estão gravados com motivos de grutescos entrelaçados em liso sobre fundo pontilhado a punção. Os capitéis mereceram cuidado tratamento na cinzeladura e repuxado das folhinhas de acanto e volutas.

O espaço entre as colunas é preenchido pelos cristais [8], divididos ao meio por filete de prata, à excepção dos que se encontram nos topos, e pela prata laminada que lhes serve de moldura. Os motivos decorativos da prata envolvente, que incluem entrelaços mais alargados, cabeças de pássaros, cestos e vasos de flores e frutos, são gravados a buril e repuxados na parte superior, sem que todavia o relevo seja muito acentuado.

A tampa tem cinco faces, sendo as lâminas gravadas e rasgadas de variadas aberturas com cristais. As dos topos são circulares. Nos lados alternam circulares com ovais, correspondendo estas últimas ao prolongamento das colunas. No lado superior sucedem-se vãos quadrados e circulares.

Esta abundante disposição de aberturas permitiria dar cumprimento de forma eficaz ao desejo de expor o corpo de Santa Isabel, manifestado por D. Afonso de Castelo Branco.

A decoração da tampa é preenchida com motivos em maior escala, mais claramente flamengos, em que não faltam máscaras, vasos de flores e meninos. A totalidade das lâminas de cristal é contornada por fina moldura espinhada e por todo o túmulo se dispunham com profusão pedrarias em cabuchão, alternando com pequenos florões ovais maciços, de que pouco resta. Os cabuchões distribuíam-se em volta dos vãos laterais — dez por cada —, nos pedestais e frisos das colunas — dois por cada —, nas reentrâncias dos frisos — três por cada — e por toda a tampa, em volta dos cristais — quatro por cada —, sendo estes últimos aplicados por entre folhinhas de prata dourada.

Há ainda a referir as jarras ou pirâmides boleadas, de perfis que afilam em curvas e contracurvas e dão a esta obra chã um ar quase proto-barroco. São também decoradas com gravura e pontilhado, de forma simples e têm de altura 0,11 a 0,12 m. Em número de

vinte e quatro dispõem-se sobre a cornija, no prolongamento das colunas, e nos vértices da tampa. Algumas delas já não são as originais.

Segundo Coelho Gasco, este túmulo importou em quinze mil cruzados [9], mas não se ficou por aqui a magnanimidade de D. Afonso de Castelo Branco, pois mandou ainda fazer grades que fechavam o arco de ambos os lados, para preservação do túmulo. As do lado do coro eram de ferro pintado de vermelho; "as da parte da igreja, curiosas, e de prata", tinham dez palmos de altura, ou seja, um pouco mais de dois metros, e ostentavam ao meio uma placa de prata dourada, com os seguintes dizeres: D. *Affonso de Castello-Branco, Bispo de Coimbra, fez esta obra em louvor da Rainha Santa. Anno de* 1614 [10].

O grande historiador isabelino, António de Vasconcelos, duvidou da existência destas grades, achando que os que a elas se tinham referido se haviam equivocado com as do coro das freiras [11]. Tudo quanto os antigos cronistas monásticos tinham escrito era então olhado com grandes reservas, mesmo por historiadores exemplares como António de Vasconcelos, mas hoje verifica-se a tendência para reabilitar os clássicos textos históricos, feitos em geral com grande honestidade, dentro das concepções do tempo e dispondo de documentação que muitas vezes entretanto desapareceu. Com efeito, a existência de grades, além de constituir desejo conhecido de D. Afonso de Castelo Branco, era lógica, já que, sem elas, o espaço clausurado do coro corria o risco de poder ser devassado.

A prova de que elas foram feitas encontra-se numa escritura lavrada em Lisboa, em 1 de Fevereiro de 1614 [12]. Por ela os ourives da prata Domingos Vieira e Miguel Vieira comprometiam-se a executar as grades até ao dia de Páscoa e a proceder ao seu assentamento em Coimbra "na capela onde hão-de estar". A obra poderia levar 600$000 réis de prata, estabelecendo-se uma tolerância de dez por cento, até mais 60$000 réis. Além do preço da matéria prima, o feitio seria pago à razão de dois cruzados por cada marco de prata [13].

Devido às vicissitudes históricas do Mosteiro de Santa Clara e certamente à voracidade dos tempos, especialmente atenta a obras de arte... de prata, já hoje não existem estas grades, mas o contrato informa-nos que possuíam catorze balaústres, "com suas barras e molduras", feitos segundo um modelo debuxado em papel, fornecido a Domingos Vieira.

Domingos Vieira era, sem dúvida, o ourives principal. Deslocou-se a Coimbra, onde contactou com Francisco da Silva, cavaleiro fidalgo, prebendeiro e procurador geral das rendas do bispado e do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e, como se vê pela escritura, tinha relações com o porteiro da Misericórdia, a quem indica como intermediário para o caso de haver lugar a futura citação judicial. Por algum motivo desconhecido foi a escritura lavrada em Lisboa, tendo Francisco da Silva passado procuração a Jerónimo Henriques da Veiga [14]. Este documento vem pôr de parte a hipótese do túmulo ser obra de ourives coimbrão [15], embora Coimbra possuísse, por certo, artistas com capacidade para o executar [16]. Com efeito, tudo leva a crer que anteriormente Domingos Vieira tivesse vindo à cidade do Mondego para contratar "o sepulcro da Rainha Santa que o dito bispo manda fazer à sua custa", para citar as palavras do documento. Porque haveria a execução das grades de ser entregue a outro artista, desconhecedor do projecto? Infelizmente não se revelou ainda o contrato que poderá resolver cabalmente a esta questão [17], mas a resposta mais lógica parece ser a de que os lavrantes do túmulo de prata da Rainha Santa Isabel e das suas grades de protecção sejam a mesma ou as mesmas pessoas, isto é, Domingos e Miguel Vieira.

Pelo texto do contrato se vê que fora entregue a Domingos Vieira um desenho para modelo das grades. Este procedimento, que também deve ter sido seguido para o túmulo, era o mais habitual e obrigava, por via de regra, à intervenção de um debuxador com conhecimentos de arquitectura, o que é bem patente, como já se disse, na obra de que vimos tratando.

O ataúde de prata da Rainha Santa, de linhas simples e direitas, aparenta-se com as arquetas para relíquias, mais ou menos decoradas, de tradição renascentista, que têm um admirável exemplo no cofre oferecido por D. Sebastião ao Convento de Cristo, de Tomar [18]. Foi o primeiro exemplar de uma tumulária de glorificação que irá evoluir para formas mais exuberantes e para a utilização de outros materiais. Assim, a secura do "estilo chão" do túmulo conimbricense é superada pela inclusão de volutas em forma de mísulas, em que assenta o envasamento das colunas e pela tampa encurvada do magnífico exemplar indo-português de S. Francisco Xavier, na igreja do Bom Jesus, em Velha Goa [19].

Formalmente mais conservador e mais ligado à tumulária comum nacional é a arca feral de Santa Joana, no Mosteiro de Jesus, de Aveiro. Apesar dos quartelões laterais e do frontão interrompido em volutas, mantém ainda as linhas direitas, sendo a animação conseguida sobretudo à custa da policromia dos mármores embrechados italianos e da escultura dos anjos que lhe servem de atlantes e ladeiam o escudo real. Patrocinado por D. Pedro II, foi delineado por João Antunes, provavelmente em 1699, devendo ser de execução mais tardia, uma vez que a trasladação apenas teve lugar em 1711 [20].

Poucos anos depois, em 1715, eram terminadas no Porto as urnas de prata para Santa Teresa e Santa Sancha, no Mosteiro de Lorvão. São uma criação do ourives Manuel Carneiro da Silva, com auxílio de Domingos Pinto Ferraz, reflectindo uma evolução do gosto para formas pujantemente barrocas, pelo ritmo curvilíneo dos alçados, quer no aspecto estrutural, quer no da decoração, que apresenta afinidades aos motivos utilizados na talha dourada [21].

Por fim, a exuberância dos cofres laurbanenses evolui para formas rococós, mais leves e delicadas, na urna de Santa Mafalda, do Mosteiro de Arouca, onde se aliam o ébano, a prata, o cristal e o bronze dourado. Traçada pelo ensamblador e arquitecto portuense José Francisco de Paiva, é realização conjunta deste artista e do ourives António Pereira Soares. Nela se expõe *uma imagem de Santa Mafalda, meio reclinada, em cujo* interior se encontram as suas relíquias. Data de 1793 [22], sendo portanto a última deste tipo de tumulária, mas ao mesmo tempo a única que realizou a pretensão de expor as relíquias — ainda que de forma indirecta, no presente caso — manifestada por D. Afonso de Castelo Branco em relação à da Rainha Santa Isabel.

Com efeito, cerca de um ano depois de terminado o arco, túmulo e grades, faleceu D. Afonso de Castelo Branco e nenhum dos seis prelados que lhe sucederam, aliás em passagens quase fugazes pela mitra conimbricense [23], se preocupou com a trasladação, nem mesmo por altura da canonização, em 1625, e das festas que se lhe seguiram. Entretanto as freiras de Santa Clara trataram de dar maior aparato ao túmulo medieval, mandando-o pintar, colocar sobre pódio de três degraus, envolto em gradaria de ferro e prata e cobrir com um dossel.

Apenas em 1677, aquando da mudança das freiras com os seus bens móveis para o convento novo, ainda em construção no monte da Esperança, se pôs o problema da trasladação do corpo da Rainha. A solução lógica seria utilizar o túmulo de prata para o efeito, mas em breve se desistiu devido ao seu peso e incomodidade para ser levado aos ombros dos bispos convidados para a cerimónia. A nova abertura do túmulo de pedra

revelou que o primitivo caixão de madeira em que jazia a Rainha se estava a desconjuntar, pelo que teve de se mandar fazer outro, forrado a tela rosa com flores de ouro, para onde se procedeu à trasladação dos restos mortais [24]. A procissão da mudança teve lugar no dia 29 de Outubro, com toda a solenidade e luzimento e apenas no dia seguinte se introduziu o caixão de madeira dentro do ataúde de prata e cristal, fechado com três chaves [25], ficando então tal como hoje se encontra.

Somente em 1696 se deu por concluída a igreja monástica, com o magnífico conjunto de retábulos dourados da nave, riscados por Mateus do Couto e entalhados por António Gomes e Domingos Nunes [26]. O retábulo-mor talvez também delineado por Mateus do Couto, foi entalhado por Domingos Lopes, no chamado *estilo nacional*, aliando com habilidade o trono eucarístico à pequena câmara destinada a receber o túmulo de prata [27], que para ela foi trasladado no dia 3 de Julho desse ano, tendo entretanto a sagração da igreja ocorrido em 26 de Junho.

Não ficariam por aqui as andanças do túmulo patrocinado por D. Afonso de Castelo Branco, com os seus veneráveis despojos. Em 1810 foi retirado do altar e entaipado numa pequena capela por cima do refeitório, onde permaneceu até 1814 a salvo de profanações e rapinas perpetradas durante as invasões francesas. Passado este período tão temido pelas freiras, voltou ao seu lugar. Algum tempo depois veio o decreto de extinção de 1834, com o arrolamento dos bens das ordens religiosas, dele sendo excluído o túmulo, por portaria de 1 de Outubro de 1835 [28]. Entretanto, por mais três vezes fora o caixão deslocado para o coro, a fim de algumas pessoas reais venerarem as relíquias. A última ocorreu em 1860, tendo aí ficado a urna de prata até 1912. Em 1886 faleceu a última clarissa e em 1891 a última religiosa do Mosteiro de Sandelgas que em Santa Clara residia. Tempos depois foi o Mosteiro entregue à Congregação de S. José de Cluny que nele estabeleceu um colégio até 1910, data em que o fervor republicano determinou a sua expulsão. Correram então rumores de que o túmulo iria ser removido para um museu e que estaria a ser vítima de depredações. De imediato se gerou um movimento de indignação na cidade de Coimbra, que teve como efeito, em 1912, a entrega da urna à Irmandade da Rainha Santa e a sua colocação no camarim do altar-mor [29] que lhe esteve desde o início destinado. Aí permanece.

DOCUMENTO

1614 Fevereiro 1, Lisboa — *Os ourives da prata Domingos Vieira e Miguel Vieira contratam com o procurador do bispo D. Afonso de Castelo Branco, Jerónimo Henriques da Veiga, a obra das grades de prata com catorze balaústres, para o túmulo da Rainha Santa.*

[Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Cartório Notarial n.º 1 de Lisboa, maço 18, livro 1.º (tabelião Tomé de Sousa), fl. 67v.-70.]

[*Fl. 67v.*] Saibão quãtos este estromento de cõtrato e obri / guasaõ virem que no anno do nacimt° / de noso sõr Jesu Xpõ de mil e seis sêntos he / quatorze em o primeiro dia do mes de fevr° na / cidade de Lx.ª junto ao monturo do bonete / freguezia de sãta justa nas casas da morada / de jeronimo ãriques da veigua estãdo elle / ahi presente de huã parte e~ nome e como p^dor^ / q~ dise ser de dom a° de castelo branco bis / po da cidade de coimbra e conde de arganil e / do cõselho de estado de sua mag^de^ e de fr^co^ da / silva [*na entrelinha:* m^or^ na cidade de coimbra] q~ outro si he p^dor^ do dito do dito bispo cõde cu / jas

pçoes mostrara quãdo for nesesareo / e da outra dos viejra e miguell viei / ra ourives da prata mores nesta cidade / na rua delles. E llogo por elles partes / foi dito a mim tam perãte as tas ao diãte / nomeadas que elle dos viejra se cõsertou / na dita cidade de coimbra com ho dito frco da / sillva por ordem de sua mag.de e do dito / bispo e cõde porquanto de a sua cõta mã / dar fazer a obra do sepullcro da rai / nha sãta q~ o dito bispo mãda fazer a / sua custa pra lhe aver de fazer suas gra / des de prata as quais an de ter catorze ba / laustres com suas barras e molduras os / quais balaustres ã de ser da alltura e / grosura de hu~ modello de papell q~ o dito / dos vieira trouxe da dita cidade coimbra a / sinado pello dito frãco da sillva o qual / modello elle dos viejra dise ter em seu poder / as quais grades am de ser lavradas de sim / |*papel comido*| sercado e mais tãbem acabadas de modo / q~ satisfasaõ ao dito bispo e frco da sillva e naõ / tenhaõ imperfeisaõ nenhuã, as quais gra / |*fl.* 68:| des elles dos viejra e miguell / viejra se obriguaõ a fazer na / forma sobredita e dallas acaba / das perfeitamte a vista de offes / ate dia de pascoa da resurreisaõ q~ hembora vjra / neste prezente ano de seis sêtos e quatorze e i los / asentar a dita cidade de coimbra na capella omde / am de estar a sua custa paguãdo lhes somte o gas / to q~ se fizer de llevar as ditas grades a dita cidade / e naõ nas acabãdo ate o dito dia de pascoa perde /raõ os feitios todos das ditas grades inremisivell / mte e por quãto cõforme ao q~ orsou elle dos vieira / na dita cidade de coimbra cõ o dito frco da sillva pode / raõ levar de prata as ditas grades seis sêtos / mill reis pouco mais ou menos a cõta dos quais lo / go ahi perãte mim tam e tas o dito jeronima ã / riques da veigua do dito nome do dito frco da sillva e / de seu proprio dro q~ lhe mãdou pra fazer o dito pagamto / deu e pagou a elles dos vieira e miguell / viejra quatro sêtos mill rêis em dro de cõtado por / moedas de prata das correntes neste reino q~ / elles cõtaraõ e receberaõ e diseraõ aver a di / ta quãtia dos ditos quatrocêtos mill rêis sem / mingoa nem erro algu~ e delles daõ qui / tasaõ hoje pra sêpre ao dito frco da sillva e a e / lle jeronimo ãriques da veiga q~ lhe fes o di / to pagamto, e em fim deste prezente mes / de fevereiro se obrigua elle jeronimo ãri / ques da veiga no dito nome de dar aos so / breditos duzentos mill rêis mais pra cõprimto dos / seis sêtos q~ pouco mais ou menos poderaõ le / var de prata as ditas grades, e deste pre / sente mes e~ diãte se lhes ira dãdo a elles ou / rives a cõta dos feitios das ditas grades o dro / q~pareser rezaõ, e sêdo nesesareo mais algum dro / pra o pezo das ditas grades se lhes dara a elles / ourives q~ sera a ssomte sesenta mill rêis mais q~ / jûtos aos seis sêtos fazem soma de seis sêtos / e sesenta mill rêis. Item q~ o ffeitio das ditas / grades sera a rezaõ de dous cruzados por ca / da marco q~ pezarem depois de perfeitamte / |*fl.*68*v.*| acabadas q~ tendo as ditas grades depois de acaba / das allgum defto a vista de offes / se lhe abatera dos ditos dous cruzados por marco / o que menos vallerem, e sêdo mais perfeitamte acabadas do que atras fica dito se lhes te / ra respto a jsso, e feitas e acabadas as ditas / grades se pezaraõ, e mõtãdo menos o que / mais e~ si tiverem lhes ficara a cõta dos feitios / e semdo mais o pezo das ditas grades se lhes pa / guara asi prata como feitios |*na entrelinha*: logo| na forma atras decla / rada, Item q~ ao têpo do pagamto elle jero / nimo ãriques da veiga se obriga no dito no / me de fazer os paguamtos do dro q~ se a de dar / a elles ourjves na forma sê / duvida nem êbargo allgu~ e vindo com / elles lhe naõ seraõ recebidos sem pro e com efto depositar na maõ delles |*na entrelinha*: ou de qualquer delles| ourives tudo o que / lhes estiver a dever comforme a esta escritu / ra ê dro de côtado q~ receberaõ sem fiã / ca,, pra o q~ os abona e ha por abonados / pa tudo receberê e êquãto naõ fizer o di / to depozito lhe sera denegada toda audien / sia e ausaõ e remedio de dto e pa se escu / zar de fazer o tall depozito naõ avera / provizaõ dell reij e avêdo a della naõ uzara, e elles ourives di / seraõ ãbos de maõ cumu~ cada hu~ por / si e hu~ pello otro q~ elles aseitavaõ esta obri / gasaõ e se obrigaõ ãbos de dar acabada

/ a dita obra ate o dito dia de pascoa que / hembora vira na dita na dita perfeisaõ e que / naõ na dãdo acabada ate o dito dia / perderaõ o feitio della todo como atras / se declara e contudo acabaraõ as ditas / grades sê se lhes paguar de feitio cousa / alguã ate por todo o mes de junho que êbora vjra / deste prezente anno: e naõ o cõprindo elles ou / rives assi como neste estro se declara ãbos / |*fl.* 69:| e cada hu~por si e hu~pello todo / ê tall caso tornaraõ o dro q~ ti / verê recebido a elle jeronimo / ãriques da veigua ou frco da sillva ê dro de cõtado q~ / constara pello simples sinatro delles frco da sillva / ou de jrmo ãriques da veiga e de qualquer delles com / mais duzentos mill reis de pena e ê nome della / q~ tãbê / depozitaraõ cõ o prinsipall e levada ou naõ / levada a dita pena todavja esta escretura sse / cõprira como se nella cõtê e pra ese efto se / submetê ãbos elles ourives ao clausullado / depozito atras e de naõ averê provizaõ dell / rei e a todas as mais desta escretura e desta / manejra e cõ estas clauzullas e cõdisois / e cõ as mais ao diãte cõteudas e declara / das diseraõ elles partes nos ditos nomes / q.~ estaõ avindos e cõtratados sobre o que / dito he e q~ elles prometê e se obrigaõ a sobre / elles ourives d.os vieira e migell vieira / ê seus nomes ãbos de maõ comu~ e cada hu~ / por si e hu~ pello todo a q~ se possa botar / maõ de hu~ e deixal lo e tomar ao outro / e pegar cõ o que milhor parado se achar / para efto do cõprimto desta escretura por / que ãbos e cada hu~ por si tomaõ esta obriga / saõ e de alhea a faz cada hu~ delles sua pro / prja pra efto do cõprimto deste esto e asi / diseraõ mais elles dos vieira e miguell / viejra q~ sêdo nesesareo averê de ser sita / dos ou requeridos pra quallquer cousa do cõteu / do neste estro haõ por bem q~ em ê seus nomes de / cada hu~ delles o posaõ ser na pa do portro da / mizericordia da dita cidade de coimbra / e q~ pella sitasaõ feita na pessoa do di / to portro ou que~ seu cargo servir por ella / se posa aver sêtêca cõtra elles ourives / e por ella se fazer execusaõ ê suas pas e bens / e fazda e de quallquer delles o quall pagara / em causa jullgada como sêtêsa definiti / |*fl.* 69v.:| va dada por juis e por sentensa ella / dada q~ naõ ha apellasaõ nê agravo / e asi diseraõ elles ourjves q~ daraõ e pa / garaõ de custas pesoais pra o po q~ ãdar / na demãda em caso q~ a aja a dous tostois por / dia q~ a tall pesoa vensera e avera do dia / q~ elles forem sitados na pesoa do dito seu pdor / atras declarado ê dia ãtes, nos quais taõ / bem querê ser cõdenados na sêtêca q~ se cõ / tra elles ouver, e prometeraõ e se obri / guaraõ elles partes nos ditos nomes de te / rem cõprirem e mãterê este estro asi e da / manra q~ se nelle contê e de o naõ revoga / rem nem cõtradiserê em parte nem ê todo por / nenhuã vja nê respto q~ seja e o fazdo contro / a tall revogasaõ e cõtradisaõ naõ ave / ra efto e se paguaraõ hus aos outros e / outros aos outros todos com mais todas / as custas despesas perdas e danos q~ sse / por essa rezaõ elles partes fizerê ou / receberê, e pa tudo asim cõprirem e mãte / rem pello modo sobredito diseraõ q~ obri / gavaõ a saber elles dos viejra e miguell / viejra suas pas e bens moveis e de rais a / vjdos e por aver, e elle jeronimo ãri / ques da veiga os bens e fazda dos ditos frco / da sillva e bispo cõde por vertu / de de seus poderes q~ dis q~ tê, e declara / raõ elles partes q~ naõ se dãdo o dro no têpo / atras declarado elles ourives naõ teraõ / obriguasaõ de darem acabada |*na entrelinha*: a dita obra| na forma des / te cõtrato, e q~ os asinados q~ elles dos viei / ra e miguell vieira ou quallquer delles / pasarem do recjbo do dito pro q~se lhe for / dãdo valhaõ como escretura pca, e ou / torgaraõ elles partes nos ditos nomes q~ se / cõpriraõ cõprindo asim tudo pello modo so / |*fl.* 70: | bredito dese têpo, sitados e / demãdados a saber elles ouri / ves na pa do dito seu pdor atras declarado e elle / frco da sillva e jeronimo ãriques da veiga ê suas / pas e de quallquer delles na dita cidade de / coimbra perãte o conservador da univer / sidade della ou perãte os cos da corte / do sivell desta cidade e hõde e perãte / quê este estro for aprezêtado e se pedir / o cõprimto delle sitados por cartas sitado / nas precatorias e sê ellas pra o q~ renun /

ciaraõ e cada hu~ renunsiou nos ditos no / mes juizes de seus foros e da terra ou llugar dõ / de ao tall têpo vjverê ou moraré e ferias / pesoais e espesiais e tudo mais q~ de fto / e de dto por si alleguar posaõ q~de nada / uzaraõ sallvo tudo cõprirê e manterê pello / modo sobredito e em to de verdade asim o ou / torguaraõ e mãdaraõ fazer este estro / nesta nota e della dar os treslados nese / sareos q~ pediraõ e aseitaraõ e eu tam aseito ê nome de quê tocar em pte como pesoa pca / estepullãte e aseitãte tas foraõ pre / zentes mel de siqueira e amador da sillva ã / bos criados delle jeronimo ãriques da vei / ga q~ diseraõ q~ bem conhesê a taes outorguan / tes seré os proprios aqui cõteudos os quais / asinaraõ na nota cõ as tas thome de sou / sa tam o escrevi e declaro q~naõ foi ta ama / dor da sillva e foi ê seu luguar ta po frz allfa / iate mor nesta cidade ao poso do boratê, e eu / thome de sousa tam o escrevj e o dito ama / dor da sillva taõbê foi ta cõ os mais tho / me de sousa tam o escrevj ãtrelinhei / mor na cidade de coimbra | llogo | ou de qualquer / delles | a dita obra | risquei | e llogo | q~ | dias | de / dar | allgu~ defto | se | e desta ma | q~ he o q~ se po / der notar nos ditos feitios |

[*assinaturas*:] Manoel de Siqra
Po + frz ta
Domingos Vieira
Miguel V.a
Jro Amriques da V.a
AMador da Silva

* Universidade de Coimbra

1 Devemos o conhecimento do contrato tabeliónico, transcrito no final, ao nosso colega e amigo — a quem agradecemos — Doutor Vítor Serrão, que, numa abordagem preliminar, o tomou como sendo do próprio túmulo. O documento não é, de facto, isento de dificuldades de leitura e diz apenas respeito, como se verá, às grades de prata. Vítor Serrão, *Documentos dos protocolos notariais de Lisboa referentes a artes e artistas portugueses* (1563-1650), Lisboa, 1989 (separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, 90, 1984/1989), p. 20.

2 Baseámo-nos essencialmente nas seguintes obras: José Pereira Baião, *Portugal Glorioso e Illustrado*....., Lisboa Ocidental, Officina de Pedro Ferreira, 1727; Antonio de Escobar, *A Fenis de Portugal* ....., Coimbra, Impressaõ de Manoel Díaz, 1680; Fr. Manuel da Esperança, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal* ....., Lisboa, Oficina de Craesbeck de Mello, 1666; António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894. Ver outra bilbiografia em: *Exposição bibliográfica de Santa Isabel* (catálogo), Coimbra, Biblioteca Municipal, Julho de 1966.

3 O facto, tido então como miraculoso, tem a sua explicação científica, como se pode ver em José Crespo, *Santa Isabel na doença e na morte*, Coimbra, Coimbra Editora, 21972, p. 128-144.

4 Numa carta escrita em 30 de Março de 1612, o mestre Sebastião Coutinho de Sousa, que também assistira à abertura do túmulo, afirma que o bispo "lhe quer fazer um sepulcro que custe cinco ou seis mil cruzados, com grades de prata ao redor, onde hoje está pedra, e um ataúde de cristal em que se possa ver sem ser tocada". António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, I, p. 405; II, p. 120.

5 Sobre o seu mecenato artístico veja-se António Pimentel, «As Empresas Artísticas do Bispo-Conde D. Afonso de Castelo Branco», *Mundo da Arte*, 8-9, Coimbra, 1982, p. 54-68.

6 Conforme inscrição num dos lados do envasamento: D · Aº· DE CASTEL · BRANCO · Bpo DE COIMBRA FES · ESTA · OBRA · A SVA CVSTA · E BENZEO · ESTA PEDRA · A · 8 · DE AGOSTO DE · 1613 · ANOS · A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Lisboa, 1947, p. 74.

7 Agradecemos reconhecidamente ao Sr. P.e Dr. Luís Ribeiro de Oliveira as facilidades concedidas para o seu exame.

[8] Os vãos preenchidos pelas lâminas de cristal dos topos medem 0,40 m de altura e 0,29 m de largura. Os dos frontais têm 0,39/0,40 m de altura e 0,46 m de largura.

[9] António Coelho Gasco, *Conquista, Antiguidade e Nobreza da Cidade de Coimbra*, Lisboa, Impressão Régia, 1805, p. 166.

[10] José Pereira Baião, *Portugal Glorioso, e Illustrado*, Lisboa, 1727, p. 308. António Coelho Gasco, *Ob. e loc. cit.*

[11] *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, I, p. 412.

[12] Ver o documento *infra*.

[13] O marco equivalia a 229,5 gramas. O desconhecimento do peso final das grades inviabiliza o cálculo do seu custo.

[14] Arquivo da Universidade de Coimbra - Secção Notarial - Coimbra, tabelião Agostinho Maldonado e Pedro Lopes, 05-04-1613 a 02-04-1615, fl. 101-101v. A procuração foi passada em 31 de Janeiro de 1614, véspera da data da escritura de Lisboa.

[15] A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, 1947, p. 84.

[16] O talentoso Simão Ferreira, autor da lâmpada de prata da capela da Universidade falecera em 1607, mas são conhecidos os nomes de outros ourives activos em Coimbra, ao tempo: André Velho, António Dias, Afonso da Fonseca, Manuel Correia, António Coelho, Manuel Tavares, António de Seixas e Francisco de Seixas. Veja-se J. M. Teixeira de Carvalho, *Ourives de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922

[17] As pesquisas a que procedemos, tanto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo como no Arquivo da Universidade de Coimbra, revelaram-se completamente infrutíferas. Ou o contrato do túmulo, que pensamos ainda ter sido estabelecido em 1613, já não existe, ou os contratantes se concertaram por outro modo que não o tabeliónico.

[18] João Couto e António M. Gonçalves, *A Ourivesaria em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1960, p. 126-127.

[19] João Couto e António M. Gonçalves, *Ob. cit.*, estampas 98 e 99.

[20] José Pereira Baião, *Portugal Glorioso, e Illustrado*, p. 476-478; Manuela Birg e outros, *João Antunes Arquitecto. 1643-1712.*, Lisboa, IPPC, 1988, p. 32-33; *Epitome da Vida de Santa Joanna, Princeza de Portugal*, Lisboa, Officina de Manoel Soares, 1755, p.177-178; A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro zona sul*, Lisboa, 1959, p. 117; António Filipe Pimentel, «Vivência da Morte no Tempo Barroco: Tumulária Portuguesa dos séculos XVII e XVIII», *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, II, Porto, 1991, p. 256.

[21] José Pereira Baião, *Portugal Glorioso...*, p. 124-143; Nelson Correia Borges, *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e realidade*, *I - Das origens a* 1737, Coimbra, Faculdade de Letras (policopiado), 1992, p. 662-667, 817-820 e 826-828; A. Nogueira Gonçalves, «As urnas sepulcrais das Santas Teresa e Sancha em Lorvão», *Ourivesaria Portuguesa*, 17-18, Porto, 1951, p. 26-35.

[22] Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, «A Festa da Vida, a Festa da Morte e a Festa da Glória: três exemplos em 1793», *Poligrafia*, 2, Arouca, 1993, p. 126-129; A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro zona de nordeste*, Lisboa, 1991, p. 53, 65 e estampa LXXXIX; Maria Helena Mendes Pinto, *José Francisco de Paiva, emsamblador e arquitecto do Porto* (1744-1824), Lisboa, 1973, p. 40-41.

[23] Sobre este assunto ver: António de Vasconcelos, *Lista Cronológica dos Bispos de Coimbra*, Coimbra, 1924, p. 19.

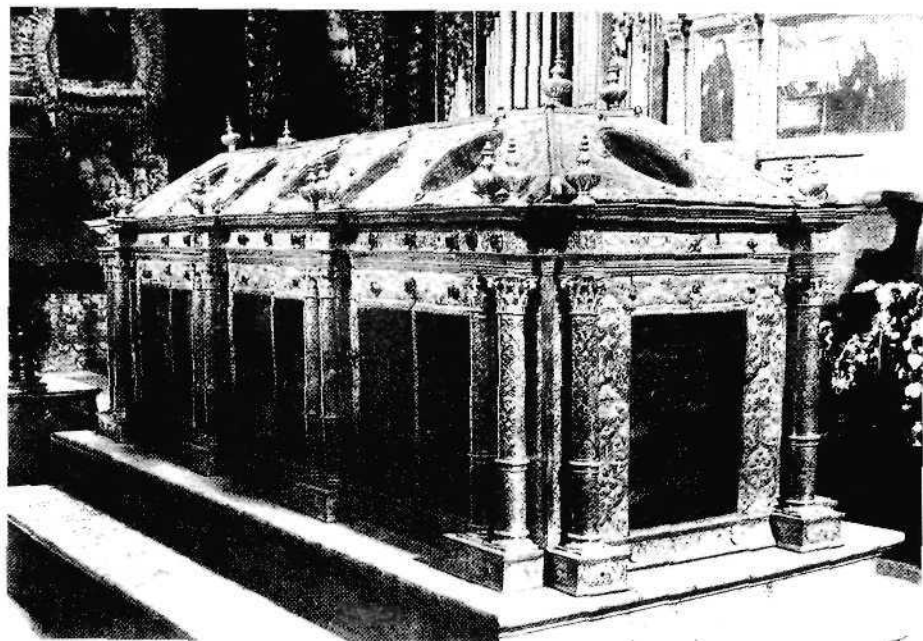
[24] O circunstanciado relato de todos os pormenores da função poderá ser lido nos autores citados.

25 Ver os termos de entrega das chaves em António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, II, p. 279-280

26 D. Domingos de Pinho Brandão, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*, I, Porto, 1984, p. 754-758.

27 Nelson Correia Borges, *A Arte nas Festas do Casamento de D. Pedro II*, Porto, Paisagem Editora, 1983, p. 82. A.N.T.T. - Conselho da Fazenda, Livro 182 (Obras no Convento de Santa Clara), fol. 271v. O retábulo-mor de Santa Clara-a-Nova, de 1693, tem como antecedente formal o do Mosteiro de Santa Maria de Cós, da Ordem de Cister, onde a parte inferior do camarim, sob o trono, é preenchida por um compartimento em que se mostra o Desterro, com as imagens de Jesus, Maria e José. Data este retábulo de 1676, sendo obra de Domingos Lopes, o mesmo entalhador de Santa Clara, presume-se, ao tempo estabelecido em Lisboa e porventura também com oficina no Porto. Cristina Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós*, Leiria, 1998, p. 151-152 e 427-429; Natália Marinho Ferreira Alves, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, Porto, 1989, p. 119-122 e 390-393.

28 António Garcia Ribeiro de Vasconelos, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão*, II, p. 414-415.

29 J. Le Brun, *Santa Isabel Rainha de Portugal*, Pontevedra, Mensageiro do Coração de Jesus, 1924, p. 196-199.

Túmulo de prata da Rainha Santa Isabel, quando se encontrava no coro de cima do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova

PARA O ESTUDO DA DELINQUÊNCIA NOS MEIOS ESTUDANTIS PORTUGUESES NO SÉCULO XVI

Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA *

1. A vida dos estudantes nunca foi alheia a uma série de excessos, provocações e rebeldias que por vezes atingiram a forma de delitos. Tal foi uma constante, comum a toda a Europa desde a época medieval[1]. Neste contexto, é compreensível que, desde cedo, se tenha procurado evitar tais problemas através de legislação diversa[2], enquanto monarcas e Papas tentaram proteger os estudantes com vários privilégios[3]. Em Portugal a situação não parece ter sido diferente. O foro académico permitiu que os estudantes, mestres e até oficiais ficassem isentos de jurisdição de quaisquer autoridades estranhas à Universidade, excepção feita para os recursos ou para os casos em que houvesse intervenção do corregedor[4]. Outras medidas, estas preventivas, procuraram evitar problemas. Pensemos nomeadamente nas proibições sobre o uso de armas[5] e nas preocupações com os bons costumes dos estudantes[6]. Não obstante, os delitos, com consequências mais ou menos graves, fizeram parte do quotidiano estudantil.

2. Propusemo-nos estudar os crimes praticados pelos estudantes e outras pessoas de algum modo relacionadas com o ensino, que foram objecto de outorga de cartas de perdão por D. João III e por D. Sebastião. Tais documentos não nos permitem ter uma ideia da totalidade dos delitos praticados, mas somente daqueles que foram alvo de recurso deferido pelos monarcas[7]. A distribuição temporal das cartas foi irregular durante todo o período em estudo e lacunar no tempo de D. João III. Por um lado, os 27 livros de Perdões e Legitimações do período joanino não abrangeram a totalidade do reinado e, por outro, dos anos para os quais se registaram documentos, só nos de 1539, 1548, 1550-1554 e 1556-1557 existem cartas relativas a estudantes. No que se refere ao reinado de D. Sebastião, a situação foi bastante mais completa. De qualquer modo, podemos verificar que as grandes concentrações de perdões concedidos se situaram em 1548, 1550 e no final do reinado de D. Sebastião, nos anos de 1574, 1576, 1577 e 1578. A média anual de cartas outorgadas pelo primeiro monarca foi de 0,8 contra 2,5 por D. Sebastião.

QUADRO I - **CRIMES OBJECTO DE RECURSO**

Crimes	D. João III	D. Sebastião	%
Direitos e Interesses da Coroa	**4**	**10**	**17**
Evasão de Presos	2	4	
Compra de Bens sem Certidão	0	3	
Resistência à Autoridade	1	1	
Acumulação de Ofícios	0	1	
Não Cumprimento de Pena	1	0	
Documentação Falsa	0	1	
Vida e Integridade das Pessoas	**7**	**9**	**20**
Ferimentos e Agressões	6	9	
Impedimento de Ajuda a Outrém	1	0	
Valores e Interesses da Sociedade	**9**	**38**	**58**
Roupa Defesa	7	30	
Injúrias	1	4	
Desordens	0	2	
Adultério	0	1	
Incesto	1	0	
Jogos	0	1	
Património	**1**	**0**	**1**
Furtos	1	0	
Não Discriminados	**1**	**2**	**4**
Total	**22**	**59**	**100**

Nota: embora a nossa documentação seja constituída por 76 cartas temos 81 delitos, porque alguns indivíduos cometeram mais do que um crime[8].

Nos dois reinados os valores e interesses da sociedade foram os mais prejudicados. Aqui se incluem, por ordem decrescente, o uso de roupa defesa, as injúrias verbais, as desordens, o adultério, o incesto e a prática de jogos proibidos. As preocupação com o vestuário dos estudantes começaram bastante cedo. Os estatutos das diversas universidades medievais e modernas permitiam aos escolares saber exactamente o que deviam vestir e o que lhes estava proibido[9]. O vestuário como elemento diferenciador deveria ser modesto. D. Manuel, nos estatutos de 1503 (?), esclareceu que *"andem honestamente vestidos e calçados* scilicet *nom tragam pellotes nem capuzes nem barretes nem giboees vermelhos nem amarellos nem verdegay nem cimtos lavrados d'ouro sob pena de perderem os ditos vestidos"* [10]. Por seu turno, D. João III, em 1539, proibiu aos estudantes universitários, mesmo os de condição social elevada, o uso de seda, pano frisado, barras e debruns além de camisas e lenços com lavores[11]. No entanto, na Universidade de Évora, aos alunos dos últimos graus dos cursos era permitido o uso de seda e veludo[12], se bem que os estatutos da mesma universidade proibissem o uso de capas de capelo, luvas perfumadas, camisas e lenços com bordados luxuosos, bem como quaisquer peças confeccionadas em vermelho, verde, amarelo ou laranja[13]. No mesmo sentido apontam os estatutos da Universidade de Coimbra de 1559. Aí estabeleceu-se que os estudantes deveriam andar *"honestamente vestidos e calçados*

e não trarão nenhum vestido, roupeta, manteo, pellote ou calças, [d]as cores aqui declaradas, s., amarello, vermelho, verde, laranjado e encarnado, so pena de perderem os ditos vestidos [...] e porem debaixo das roupetas poderão trazer jibões ou jaquetas de panos de cores para sua saude, contando que os colares não sejão mais altos que os das roupetas nem as mangas mais compridas; e poderão outrosi debaixo de botas ou borzeguins trazer calças de cores bem cubertas, e em casa e pola rua onde pousarem poderão trazer roupões de cores, contando que não sejão amarellos, vermelhos, laranjados ou emcarnados"[14].

Pelos perdões outorgados podemos verificar, quer o desrespeito pelos estatutos quer as peças que agradavam aos estudantes bem como os tecidos em que eram confeccionadas. Vejamos alguns exemplos. João Ramos usou um *"roupão com fio de tafetá no capelo"*[15], Martim da Fonseca Sequeira foi encontrado de noite com uma espada e com um chapéu forrado de tafetá[16]. Vários estudantes usaram calças imperiais: Vicente de Morais vestiu umas forradas com seda[17], Miguel Pereira envergou outras de *"golpes de panno roxo debruados e decote e foros de guimgao da India"*[18], Jerónimo de Morais, após ter atingido o grau de bacharel, no caminho de Coimbra para Ourém, sua terra natal, foi encontrado com *"calças imperiais ceradas com inchementos e passamanos"*[19], no valor de 2000 reais; decerto um modelo semelhante ao de Simão Pereira, que era de pano *"estufado"*[20].

Também os gibões e as jaquetas agradaram aos estudantes. Manuel Álvares possuía um *"jibão d'olanda com huas pestanas de setim e com huas calças de panno com alguns enchimentos e antreforos a modo de imperiaes"*[21]; Luís do Quintal foi condenado a degredo por ter vestido *"hum gibão de cetim roxo e hum pellote de sarja com colar a marquezota alto mais de quatro dedos todo debruado da mesma sarja e forrado o colar e abas dos encontros das manguas de tafeta preto"*[22]. Por seu turno, João Rodrigues pagou 1000 reais para a Arca da Piedade, por ter usado *"hum gibão de tafeta vermelho raxado"* da India, enfeitado a tafetá[23]. A mesma quantia pagou Gabriel Mendes por haver vestido *"hua jaqueta verde pespomtada de seda"*[24]. Registe-se o caso de Aires Gomes de Sá, lente da cadeira de sexta na Universidade de Coimbra, a quem o meirinho coutara *"hua roupa de tafeta preto compryda que trazia debaixo de hua loba de baeta"*[25]. A justificação do mestre foi aceite por D. Sebastião: *"por rezão de seus graos costumarem a trazer semelhantes vestidos"*[26].

Interessante foi a justificação de Bartolomeu Camelo, orfão e estudante no colégio de Braga, para o uso de roupa defesa. Este jovem relatou uma longa história, na qual fez referência à sua saúde psíquica: *"por ser muito curioso no estudo e de bom engenho vyera a adoecer de mallencoria e paixões com que veo a dar em farnesyns e sair do seu juizo com que amdou allienado por espaço de tempo"*[27]. Face a esta situação, os médicos ter-lhe-íam dito para encontrar meios para fazer face a essa melancolia *"asy no bom vestido como nos mais tratos que causão allegria"*[28]. Daí o luxo do guarda roupa onde se contavam calças imperiais, chapéu forrado de tafetá, e outras peças igualmente luxuosas.

Muitos dos tecidos mencionados pelos estudantes eram já conhecidos na época medieval[29], havendo ainda a juntar alguns provenientes do Oriente. Assim, de entre outros, temos a baeta[30], escarlata tinta com grã[31], olanda[32], sarja[33], veludo[34], tafetá[35], vinteno[36], cetim[37], seda[38], gingão[39] e marquezota (mantéu para o pescoço)[40]. De notar que o termo genérico seda designava veludos, cetins, damascos, tafetás, etc.[41]

A seguir ao uso de roupa defesa aparecem as injúrias verbais, as "más palavras", nem sempre explicitadas na documentação do séc. XVI. Neste caso temos por exemplo os estudantes Emcenso Rodrigues[42] e Francisco Coelho[43]. Mas também temos um caso em que foi o almotacé da Universidade de Coimbra o visado. O mestre André de Pinho foi insultado por Madalena Luís, irmã de uma rapariga que tinha tido uma *"deferença"* com o dito mestre, quando vendia farinha. Madalena não gostou e afirmou *"não fazerão almotaces senão rapazes chamando-lhe vylão roim boeiro e outros nomes de infamia"*[44].

As desordens eram também motivo evidente de castigo. Neste grupo de delitos não se verificaram muitos exemplos significativos. António Teixeira, estudante em Coimbra, estava à porta do Colégio de Jesus para assistir a uma tragédia que aí se ia representar, quando se meteu numa arruaça à porta do colégio[45]; António Morais, também estudante em Coimbra, foi preso em Bragança porque *"arrancara na Igreja de Parada"*[46]. Mais grave foi a situação de Cristóvão Rebelo, que se envolveu numa desordem de noite com outros estudantes *"hum arroido amtre os estudantes sobre a oposição de hua cadeira e soborno della"*[47]. Daqui resultou o ferimento de um estudante. Parece ter sido relativamente comum a escolha de professores por eleição dos ouvintes, o que dava lugar a subornos e desinteligências[48].

O adultério era outro crime a ser tomado em consideração, se bem que em proporções pouco significativas. Os universitários, grupo jovem e masculino, não hesitavam em recorrer às prostitutas ou às mulheres de outrém[49]. Neste último caso temos Fernão Dias, que dormira carnalmente com Inês de Oliveira, mulher de Francisco Fernão de Oliveira, alfaiate[50]. Igualmente pouco significativo seria o incesto. Exemplo disso foi o caso de Bernardo de Osório, que se casou por palavras de presente com uma meia-irmã. Eram menores e estavam apartados[51]. O perdão foi obtido a troco da elevada quantia de 10000 reais que beneficiou as obras do Mosteiro de S. Francisco.

Bem mais frequente seria decerto a prática de jogos pelos escolares, se bem que tal não tenha reflexo significativo nos perdões. Os jogos parecem ter constituído um vício difícil de combater, abrangendo estudantes[52] e outros[53]. Em 1573, Ambrósio de Faro, estudante em Coimbra, foi apanhado em Lisboa, durante as férias, e acusado de possuir *"tabolagem e jogo em sua casa"*[54]. Decerto seria apenas um caso de entre muitos outros. Recorde-se, no entanto, que, por exemplo, os estatutos da Universidade de Coimbra, de 1559, determinaram que *"posto que das Ordenações seja primitido que possão jugar jogos de dados em o taboleiro com tabolas, nenhum estudante poderá jugar nem ter as ditas taboas e dados em casa; e fazendo o contrario emcorerá nas penas em que encorrem os que jogão cartas ou as tem em casa; e quanto ao jogo de cartas e dados, se guardará o conteudo na Ordenação"*[55].

O segundo grande grupo de crimes respeita à vida e integridade das pessoas no reinado de D. João III e aos direitos e interesses da Coroa no reinado seguinte, se bem que em números absolutos o primeiro caso seja o mais representado, tanto neste período como em épocas posteriores[56]. São as agressões físicas as mais significativas neste conjunto. Vejamos alguns exemplos. Baltazar Coelho confessou ter agredido outro estudante *"lhe dera muitas panquadas com a espada nua e hua cotilada por cima do hombro direito"*[57]. Mas não se verificavam apenas brigas entre escolares. Afonso Nogueira *"com houtros estudantes ouverão brigas com hum Antonio de Almeida que não hera estudante e lhe dera huma estucada no braço direito"*[58] Diogo Nunes, já licenciado, e estudante em Coimbra, encontrava-se, em 1550, em Salamanca por ter tido brigas com um almocreve, acabando por decepar a mão direita do outro[59]. Amador Queirós resistiu à justiça *"atirando-lhe muytas lamçadas e estucadas e cutiladas"*[60]. Nem os animais escapavam à agressividade estudantil. Gomes Ribeiro confessou ter açoutado, espancado e acoimado os gados de outro[61].

Nem sempre os direitos e interesses da Coroa foram respeitados. Desde a resistência à autoridade, como vimos, até à elaboração de documentos falsos, passando pela fuga de cadeia, temos um pouco de tudo. No entanto, outros delitos foram cometidos não por estudantes, mas por oficiais da Universidade[62]. As fugas da cadeira eram vulgares devido à precaridade dos locais onde se alojavam os reclusos[63]. Mas a pena era significativa, daí a necessidade de, após a fuga, tanto carcereiros como fugitivos, tentarem obter o perdão régio. Miguel Rodrigues, estudante de Cânones, fugiu e obteve perdão em 1556, por

intercessão da Rainha D. Catarina[64]. Damião Silveira defendeu um moço das mãos do alcaide[65] e João de Matos falsificou documentos relativos à posse de uma propriedade. Foi preso e fugiu da cadeia[66].

Por último, refiram-se os furtos. Neste caso temos apenas o exemplo do estudante não universitário Bastião Dias, filho de um abade, morador em Pinhel, que *"po o dito abade seu pay o não prover como era necessario se fora a hum cofre do dito seu pay homde tynha o dinheiro e lhe tomara do cofre tres purtugueses e treze cruzados em ouro"*[67]. Afinal, tratou-se de uma questão em família.

3. Conhecemos os delitos que foram alvos da clemência régia. Importa agora determo--nos um pouco sobre os delinquentes. Quanto aos estudantes, em número superior aos mestres e aos oficiais, trata-se de um grupo masculino e decerto esmagadoramente jovem e celibatário, se bem que os documentos sejam omissos nestas questões[68]. Dos restantes homens nada sabemos, a não ser as funções que desempenhavam.

QUADRO II - **ESTATUTO SÓCIO-PROFISSIONAL DOS AUTORES DOS DELITOS**

Estatuto	D. João III	D. Sebastião	Total
Estudantes	20	49	69
Lentes	1	1	2
Carcereiro da Universidade	0	1	1
Marchante da Universidade	0	2	2
Almotacé da Universidade	0	1	1
Escrivão da Aposentadoria	0	1	1
Total	21	55	76

A grande maioria de escolares objecto de perdão estava em Coimbra, sendo alguns *naturais de vários outros locais do Reino. Outros, embora estudassem na alma mater conimbrigensis*, praticaram os delitos nas suas terras de origem, durante as férias. Mas diversas outras terras estão representadas. Dois estudantes são-no na Universidade de Évora, os já referidos Emcenso Rodrigues[69] e Martim da Fonseca Sequeira[70]. Há ainda um de Pinhel[71] e outro do colégio de Braga[72]. Registam-se ainda distúrbios praticados por escolares que frequentaram universidades estrangeiras[73], nomeadamente Salamanca e Sevilha. No primeiro caso temos António Rodrigues, natural de Parada de Pinhão, termo de Vila Real[74] e António Cardoso, natural do Porto, que em 1571 se achava em Coimbra, mas em 1565 estava em Salamanca[75]. Quanto à Universidade de Sevilha, criada em 1509[76], fora frequentada antes de 1557 por João Gomes, que aí morava e era natural de Vila Flor[77].

4. Conhecida a violência nos meios estudantis que foi objecto de perdão régio, importa averiguar quais as penas que aos diversos delitos couberam e ainda que perdões ou comutações esses mesmos delitos receberam. Saliente-se desde já que uma percentagem muito significativa de autores de delitos solicitou o perdão antes de conhecer a pena a que seria condenado. Neste caso temos 82% dos indivíduos nos dois reinados em estudo.

Para o período de D. João III, a pena mais rigorosa respeitou a dois anos de degredo para África. Tal foi o caso de Pero Borges, que perante o ataque a uma moça impediu que a ajudassem. Este estudante teve ainda que pagar 20 cruzados à rapariga[78]. As outras duas penas referiram-se à satisfação de certas quantias a um alcaide[79] e a um meirinho[80]. Para o reinado de D. Sebastião, as penas mais rigorosas continuaram a ser os degredos para África por um, dois, três ou quatro anos, sempre em resultado de agressões físicas e distúrbios[81] e duas indemnizações a vítimas no valor de 30 cruzados, no primeiro caso[82], e de 4000 reais, no segundo[83].

QUADRO III - **PENAS ATRIBUÍDAS**

Penas	D. João III	D. Sebastião
Não Atribuidas	18	43
Indemnizações à Vítima	1	2
Satisfação Monetária ao Alcaide	1	0
Satisfação Monetária ao Meirinho	1	0
Degredo 1 ano África	0	1
Degredo 2 anos África	1	1
Degredo 3 anos África	0	1
Degredo 4 anos África	0	1
Degredo para o Couto de Castro Marim	0	1
Degredo para fora do Local do Crime	0	1
Perda da Fiança	0	1
Total	22	52

5. Se muitos delinquentes solicitaram perdão antes de conhecerem a pena, outros há que só após a sentença actuaram. Como se conhecem apenas os pedidos deferidos, podemos verificar que, no que respeita ao período joanino, 28% das pessoas foram totalmente perdoadas, enquanto que no período sebástico, essa percentagem foi na ordem dos 30%. Igualmente significativas foram as quantias a pagar à Arca da Piedade[84], num total de 86 600 reais. Saliente-se ainda que foram concedidas duas cartas de seguro. Perante estes delitos pouco graves - não se registam mortes, apenas um caso de mutilação - , não há que estranhar que nas penas também não se compreendam castigos demasiado severos, como o talhamento de membros ou as condenações às galés. Os perdões, destinados a satisfazer vários objectivos da Coroa[85], foram um agente moderador que, do ponto de vista pecuniário, beneficiaram várias instituições, as quais arrecadaram 108 000 reais.

QUADRO IV - **INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS**

Instituição	D. João III	D. Sebastião
Arca da Piedade	45 800	40 800
Tribunal da Relação	700	7 200
Tribunal dos Cativos	2 000	-
Hospital de Todos os Santos	-	1 500
Total	58 500	49 500

6. Tivemos oportunidade de fazer uma breve incursão nos meios estudantis do Portugal Quinhentista, abordando um dos aspectos do respectivo quotidiano. Ficámos, assim, a conhecer um pouco da violência aí verificada, quer a que era praticada por estudantes quer por professores, mestres ou oficiais da Universidade, e bem assim a de escolares de graus de ensino não-superior. No entanto, importa sublinhar, mais uma vez, que tais delitos aqui estudados estão longe de abranger a totalidade da violência verificada nos meios estudantis. Em primeiro lugar, pela própria natureza das fontes utilizadas, as cartas de perdão as quais revelaram apenas os crimes objecto de misericórdia régia e, em segundo lugar, porque existia o foro académico. Em relação ao crime-tipo dos estudantes neste universo, mais do que as agressões físicas e verbais ou os jogos, parece ter sido o uso de roupa defesa, nomeadamente a utilização de tecidos luxuosos na confecção de diversas peças de vestuário que suscitou interesse e motivou o desrespeito pelos diversos estatutos universitários.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
O texto que aqui se publica foi apresentado, numa primeira versão, ao Encontro Internacional O *Quotidiano na História Portuguesa*, Lisboa, 22 a 24 de Abril de 1993.

[1] Cf. Léo Moulin, *La Vie des Étudiants au Moyen Âge*, Paris, Éditions Albin Michel, 1991, pp. 97, 101 *passim*; Françoise Verdier-Castagne, "La Délinquence Universitaire dans les Lettres de Rémission", *La Faute, la Repression el le Pardon. Actes du 107e Congrès National des Sociétés Savantes*, tomo I, Paris, C.T.H.S., 1984, pp. 283-298; António dos Santos Pereira, "A Universidade do Período dos Descobrimentos: Aspectos do Quotidiano no Bairro dos Escolares em Lisboa de Finais de Quatrocentos e Primórdios de Quinhentos", *Universidade(s), História, Memória, Perspectivas, Actas do Congresso História da Universidade*, vol. 3, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, p. 226; Maria Rosalina Pinto da Ponte Delgado, "Estúrdias Académicas no *Anno Noticioso e Historico* (1740-1745)", *Ibidem*, pp. 233-241; João Lourenço Roque, "Coimbra na 2.ª Metade do Século XIX. Estudantes e Sociabilidade Urbana (alguns aspectos)", *Ibidem*, pp. 268-269; Margarida Rosa Custódio Mota Coimbra, "Subsídios para o Estudo da Delinquência Estudantil em Coimbra 1871-1886", *Ibidem*, pp. 321-330; Maria Teresa Nobre Veloso, "A Importância do Vinho na Vida Académica Medieval", *Revista Portuguesa de História*, tomo 30, Coimbra, 1995, pp. 103-111; Idem, "O Quotidiano da Academia", *História da Universidade em Portugal*, vol. 1, tomo 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 133, *passim*.

[2] Léo Moulin, *op. cit.*, pp. 29, 32, *passim*; Luis Cortés Vázquez, *La Vida Estudantil en la Salamanca Clasica*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1989, pp. 99, 119.

[3] Léo Moulin, *op. cit.*, pp. 48-49 e 62-63; José Marques, "Os Corpos Académicos e os Servidores", *História da Universidade em Portugal* [...], vol. 1, tomo 1, pp. 111-114.

[4] Cf. António de Vasconcelos, "Génese e Evolução Histórica do Foro Académico da Universidade Portuguesa: Extinção do Mesmo 1290-1834", *Escritos Vários*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1987, p. 297; José Marques, *op. cit.*, pp. 118-123; Fernando Taveira da Fonseca, "Os Corpos Académicos e os Servidores", *História da Universidade em Portugal* [...], vol. 1, tomo 2, pp. 577-579.

[5] Nos estatutos outorgados por D. Manuel à Universidade de Coimbra em 1503 (?) pode ler-se "*Item mandamos que nenhu scolar entre nas scolas com armas offensivas nem deffensivas e o que ho contrayro fezer perqa as armas a metade pera ho bedel e a metade pera o garda das scolas*". O estudante, além de perder as armas, ficava ainda sujeito ao castigo que o reitor lhe quisesse aplicar. Cf. *Estatutos d'El Rei Dom Manuel I*, introdução Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1991, s.f. Determinações semelhantes apareceram igualmente nos estatutos de 1559. Cf. *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1559), introdução e notas históricas de Serafim Leite, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1963, cap. 76, p. 233. Para os universitários de Évora a situação era semelhante. Cf. Amélia Maria Polónia da Silva, "Formação Académica e Vida Quotidiana dos Estudantes da Universidade de Évora nos Primórdios da sua Fundação. Uma Leitura Contextual", *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.ª série, vol. 10, Porto, 1993, p. 167.

[6] Nos mesmos estatutos de D. Manuel pode ler-se *"Item mandamos que os scolares nom tenham em sua casa molher sospeita continoadamente sob pena de mil reais"*, *Estatutos d'El Rei* [...], s.f. Por seu lado, os estatutos de 1559 determinaram textualmente *"os estudantes não terão em sua casa molher sospeita, so pena de mil reis, ametade para a arca da universidade e ametade para quem os acusar; e a tal molher será presa e pagará da cadea outros mil reis"*; *Estatutos da Universidade* [...], cap. 75, p. 230. Cf. também Maria Amélia R. da Motta Capitão, "Do Ensino da Teologia na Universidade de Évora", *A Cidade de Évora*, nº 45-46, Évora, 1962-1963, p. 38; Amélia Maria Polónia da Silva, *op. cit.*, p. 167. Estas preocupações no sentido de evitar problemas eram comuns a outras universidades. Cf. Léo Moulin, *op. cit.*, p. 49; L. Cortés Vázquez, *op. cit.*, p. 99; Maria Cristina Vera de Flachs, "El Comportamiento de los Claustros de la Universidad de Córdoba, 1664-1800", *Universidades Españolas y Americanas, Época Colonial*, Valencia, C.S.I.C., 1987, p. 562.

[7] No caso português apenas o rei podia outorgar cartas de perdão. Em França tal era também apanágio de grandes senhores. Cf., de entre outros, Henri-Gabriel Braun, "Un Exemple de Peur de l' Étranger en 1415, d' après une lettre de rémission de Jean IV d' Armagnac", *La Faute, la Repression et le Pardon. Actes du 107e Congrès National des Sociétés Savantes, Brest*, 1982, *Section de Philologie et d'Histoire jusqu'à* 1610, tomo I, Paris, C. T. H. S., 1984, pp. 339-349; Gabriel de Llobet, "Une Affaire Iudiciaire au Temps de Jean IV d'Armagnac", *Ibidem*, pp. 351-368; Pierre Ribiere, "Délits Sexuels dans les Lettres de Rémission du Comte Jean IV d' Armagnac", *Ibidem*, pp. 368-381; Pascal Texier, "La Rémission au XIVe siècle: significations et fonctions", *Ibidem*, pp. 193-194; Pierre Braun, "La Valeur Documentaire des Lettres de Rémission", *Ibidem*, pp. 207-208; Claude Gauvard, *'De Grace Especial', Crime, État et Societé en France à la Fin du Moyen Âge*, vol I, Paris, Publications de la Sorbonne, 1991, pp. 80-81.

[8] Para períodos posteriores o número de estudantes que receberam carta de perdão foi ainda menos significativo: Nove no reinado de D. Afonso VI e 16 no de D. Pedro II. Cf. Maria Lígia Monteiro Teixeira Mesquita da Trindade, *Os Perdões Régios* (*D. Afonso* VI. 1657-1683), Lisboa, Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1968, p. 78 e Maria Manuela Guimarães Sardon Franco, *Perdões Régios. Reinado de* D. *Pedro* II (1683-1706), Lisboa, Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1968, p. 128.

[9] Sobre o vestuário dos escolares de Bolonha, Navarra, Inglaterra e Lovaina, cf. Léo Moulin, *op. cit.*, pp. 36-38. Sobre Salamanca, cf. L. Cortés Vázquez, *op. cit.*, p. 53. Sobre Córdova (Argentina) cf. Maria Cristina Vera de Flachs, *op. cit.*, p. 563.

[10] *Estatutos d'El Rei Dom Manuel* [...], s.f.

[11] Lisboa, A.N./T.T., *Cortes*, vol. 10, fols 136-137v. A pena para a primeira vez que desrespeitassem a lei consistia na perda das peças de vestuário defesas. A segunda infracção teria a mesma pena acrescida da perda dos últimos seis meses cursados. A terceira seria punida com estas duas penas e agravada com o pagamento de 2000 reais para a arca da Universidade. Sobre o uso de seda pelos estudantes cf. também António de Oliveira, "O Quotidiano da Academia", *História da Universidade em Portugal* [...], vol. 1, tomo 2, p. 645.

[12] Maria Amélia R. da Motta Capitão, *op. cit.*, p. 39.

[13] Amélia Maria Polónia da Silva, *op. cit.*, p. 168.

[14] *Estatutos da Universidade de Coimbra* [...], cap. 75, pp. 230-231.

[15] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 11, fol. 194.

[16] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 26, fol. 381.

[17] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 31, fol. 67v.

[18] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 32, fol. 30v.

[19] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 32, fol. 72v.

[20] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 32, fol. 91.

[21] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 33, fol. 17v.

[22] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 35, fol. 227v.

[23] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 41, fol. 37v. Sobre esta peça de vestuário, cf. Maria José Palla, *Do Essencial e do Supérfluo. Estudo Lexical do Traje e Adornos em Gil Vicente*, Lisboa, Estampa, 1992, pp. 44-47.

[24] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 37, fol. 96v. Veja-se, uma vez mais, Maria José Palla, *op. cit.*, p. 48.

[25] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 28, fol. 4v.

[26] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 28, fol. 4v. Sobre as insígnias dos diferentes graus cf. *Estatutos da Universidade* [...], cap. 79, p. 235.

[27] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 46, fol. 208.

[28] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 46, fol. 208.

[29] Cf. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*, Lisboa, Sá da Costa, 1981, pp. 23-62.

[30] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 28, fol. 4v.

[31] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 27, fol. 183.

[32] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 33, fol. 17v.

[33] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 35, fol. 227v.

[34] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 27, fol. 183.

[35] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 30, fol. 6v.

[36] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 11, fol. 218v.

[37] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 46, fol. 72.

[38] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 31, fol. 67v.

[39] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 32, fol. 30v.

[40] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 35, fol. 227v.

[41] Cf. João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em* 1532, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Horizonte, 1990, p. 67.

[42] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 24, fol. 376.

[43] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 42, fol. 377v.

[44] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 19, fol. 208.

[45] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 10, fol. 299v.

[46] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 25, fol. 559v.

[47] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 47, fol. 301.

[48] Cf. Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida, A *Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*, Coimbra, 1937, p. 59; Luís Cortés Vázquez, *op. cit.*, p. 120.

[49] Tal já antes se verificava. Cf., para o caso português, António dos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 226 e, para outros locais, Léo Moulin, *op. cit.*, pp. 34, 39 e 115; Luis Cortés Vázquez, *op. cit.*, p. 124.

[50] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 42, fol. 247. Sobre prevaricações semelhantes praticadas por estudantes cf. Teresa Ibars, *La Delinqüència a la Lleida del Barroc*, Lérida, Pagès Editors, 1994, pp. 152-153.

[51] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 13, fol. 79.

[52] Cf. Léo Moulin, *op. cit.*, p. 33; Luis Cortés Vázquez, *op. cit.*, p. 119; Maria Cristina Vera de Flaches, *op. cit.*, p. 562; Isabel M. R. Mendes, O *Mosteiro de Guadalupe e Portugal séculos* XIV-XVIII. *Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, Lisboa, J.N.I.C.T.,1994, p. 187.

[53] Cf. Jean Claude Margolin, "Les Jeux à la Renaissance. Rapporte de Synthèse", *Les Jeux à la Renaissance*, Paris, Vrin, 1982, pp. 664-666; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "A Criminalidade em Portalegre no Reinado de D. João III: Delitos e Perdões", A *Cidade*, nova série, n.º 8, Portalegre, 1993, p. 71.

[54] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 35, fol. 378.

[55] *Estatutos da Universidade* [...], cap. 75, pp. 232-233.

[56] Cf. Margarida Rosa Custódio Mota Coimbra, *op. cit.*, p. 325.

[57] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 6, fol. 120v.

[58] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 13, fol. 241.

[59] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 18, fol. 193.

[60] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 27, fol. 346.

[61] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 18, fol. 305v.

[62] Ao fazermos o levantamento dos crimes, englobámos também os lentes e os oficiais da universidade, uma vez que também eles eram abrangidos pelo foro académico.

[63] Cf. Humberto Baquero Moreno, "Alguns Aspectos da Marginalidade Social na Cidade do Porto nos Fins da Idade Média", *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*, Lisboa, Presença, 1990, pp. 58-60.

[64] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 5, fol. 166.

[65] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 12, fol. 251.

[66] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 22, fol. 264v.

[67] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 18, fol. 112.

[68] De uma maneira geral, as informações acerca da idade e estado religioso são escassas. Cf. Claude Gauvard, *op. cit.*, vol. I, p. 348.

[69] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 24, fol. 376.

[70] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 26, fol. 381.

[71] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 18, fol. 112.

[72] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 46, fol. 208. Sobre o colégio de Braga, vd. Artur Moreira de Sá, *A Universidade de Guimarães no Século XVI* (1537-1550), Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 15-16.

[73] Sobre estudantes portugueses nas universidades estrangeiras, cf., para o caso espanhol, Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca*, Lisboa, 1962; Angel Marcos de Dios, *Portugueses en la Universidad de Salamanca* (1580-1640), Salamanca, Dissertação de Doutoramento, policopiada, 1975 (mais recentemente, este autor publicou vários artigos, escritos com base na sua tese, in *Brigantia*, n^os^ 5,6 e 7 de 1985 a 1987); Armando de Jesus Marques, *Portugal e a Universidade de Salamanca, Participação dos Escolares Lusos no Governo do Estudo* (1503-1512), Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1980; Joaquim Veríssimo Serrão, "Contribuição para o Estudo dos Portugueses na Universidade de Alcalá (1509-1640)", *Revista Portuguesa de História*, tomo 17, Coimbra, 1978, pp. 37-54; Idem, "Alcalá de Henares na Cultura Portuguesa do Renascimento", *Portugaliae Historica*, 2ª série, vol. I, Lisboa, 1991, pp. 169-181; Isabel Maria Ribeiro Mendes, "Estudantes Alentejanos na Universidade de Valladolid (1567-1640)", *A Cidade*, nº 3, Portalegre, 1989, pp. 71-76; Idem, "Estudantes Brigantinos na Universidade de Valladolid (1567-1649)", *Brigantia*, vol. 9, nºs 3-4, Bragança, 1989, pp. 49-54. Para França, Luís de Matos, *Les Portugais à l'Université de Paris entre* 1500 *et* 1550, Coimbra, 1950; Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Toulouse*, Coimbra, 1954; Idem, *Les Portugais à l'Université de Montpellier*, Paris, 1971. Para Inglaterra, Peter Russel, "Medieval Portuguese Students at Oxford University", *Aufsatze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, 1ª série, tomo I, Munster, 1960.

[74] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 1, fol. 90.

[75] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 10, fol. 333. Sobre a transferência de estudantes, cf. Angel Marcos de Dios, "A Transferência de Escolares entre Salamanca e Coimbra", *Universidade(s)* [...], vol. 3, pp. 155-164.

[76] Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História das Universidades*, Porto, Lello & Irmão, 1983, p. 104.

[77] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 30, fol. 179v.

[78] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv.6, fol. 185.

[79] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 10, fol. 283.

[80] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 18, fol. 58v.

[81] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 29, fols. 117v e 123 e liv. 10, fol. 299v. O caso de Manuel Rodrigues, condenado a três anos, não é explícito quanto ao crime. Cf. liv. 9, fol. 287v.

[82] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 23, fol. 217v.

[83] Lisboa, A.N./T.T., *Chancelaria de D. Sebastião, Perdões e Legitimações*, liv. 42, fol. 377v.

[84] A Arca da Piedade era um cofre onde se guardavam donativos régios para obras pias. Cf. Marcello Caetano, *História do Direito Português*. 1140-1495, Lisboa, Verbo, 1985, p. 557, nota 1.

[85] Luís Miguel Duarte e Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Dependentes das Elites Vimaranenses face à Justiça no Reinado de D. Afonso V", *Revista da Faculdade de Letras, História*, 2ª série, vol. 6, Porto, 1989, pp. 180-183.

OS FORÇADOS DAS GALÉS. PERCURSOS DE UM GRUPO MARGINALIZADO

Paulo Drumond BRAGA *

1. Embarcação muito esguia, com cerca de 20 a 50 metros por cinco de largura, dotada de dois castelos, um à popa outro à proa, a galé era movida a remos, em geral uns 30 a 60 (metade em cada bordo), remos esses que oscilavam entre os 9 e os 12 metros de comprimento. Cada remo era entregue a três ou quatro forçados, o que dá qualquer coisa como 90 a 240 homens em cada embarcação. Utilizada pelos Gregos e pelos Romanos, a galé foi praticamente monopolizada pelas repúblicas italianas (Veneza, Génova, Pisa) e pela ilha de Maiorca, até aos finais do século XIII. Utilizada quer nas operações bélicas quer nas comerciais, desapareceu nesta última vertente ao longo do século XIV, ficando apenas o seu recurso constante na guerra, onde permitia fáceis manobras, como a abordagem. Assim foi em Portugal, Castela, França e no Mediterrâneo em geral[1].

Os remadores das galés eram de diversas proveniências, sendo sobretudo escravos e condenados, registando-se, fora de Portugal, voluntários, ou seja, remadores que trabalhavam a troco de um soldo[2]. Na Idade Média portuguesa também se recorreram aos chamados galiotes, correspondentes marítimos dos besteiros do conto. Recrutados mais ou menos à força nas chamadas vintenas do mar[3], muitas vezes fugiam antes mesmo de serem recrutados, outras desertavam dos seus postos[4]. Os capítulos do povo apresentados nas cortes de Lisboa, de 1371, dão uma curiosa justificação para esse facto: "*Se mandam chamar alguus pera as galees ou pera outro noso seruiço sse alguus tam toste la nom uaam ou per medo de mal pasar o que he pequena maraujlha ca nom podem hjr cantando donde os outros ueem chorando*"[5].

Havia ainda outros sistemas de recrutamento, de carácter mais excepcional. Por exemplo, o concelho de Atouguia fornecia, sempre que o rei o desejava, um contingente de 30 remadores, os quais eram pagos pela Coroa. Aquando de uma das campanhas castelhanas de D. Fernando, em 1379, o concelho falhou no compromisso, tendo sido condenado ao pagamento de uma multa[6].

Atente-se ao panorama da época moderna. Tendo desaparecido os galiotes, tudo passou a ficar concentrado nos escravos e nos condenados. Aqueles, eram sobretudo mouros[7], como parece demonstrar a documentação quinhentista e seiscentista[8]. Mas também se encontravam ao remo mouriscos e renegados, nomeadamente os que se haviam dedicavam a actividades de corso e, como tal, tinham sido capturados pelos Portugueses. Um dos mouriscos, natural de Murcia, que viveu em Argel, Fez e Tetuão, foi apanhado em Tavira, em 1545. Tornou-se então remador de galé, onde permaneceu durante dois anos, até ser comprado e baptizado pela segunda vez, com o nome de Manuel Cabral[9]. Quanto a renegados, temos o exemplo do inglês Francisco, apanhado junto a Peniche. Em 1649, a Inquisição prendeu-o, por se ter verificado que era elche e não mouro[10]. Alguns destes forçados eram comprados pela Coroa a particulares. Assim aconteceu com o mourisco António de Sousa, que foi vendido pelo seu proprietário, indo substituir um mouro que fora libertado, provavelmente, como moeda de troca por algum cativo cristão. Uma fonte de 1614 refere que o mesmo António de Sousa se achava a servir na galé há 10 anos[11].

Quanto a condenados, havia duas situações diferentes. Por um lado, no século XV, recorreu-se a algo de excepcional: cada vez que se preparava uma armada de grande envergadura, a Coroa requisitava das prisões o maior número possível de homens para remar. Assim aconteceu em 1471, quando Afonso V tratava da empresa que se saldaria pela conquista de Arzila e pela ocupação de Tânger. Nessa altura, desde que despositassem uma fiança junto do juíz, para compensar os queixosos caso não voltassem de África, os homens presos por crimes que não de homicídio puderam escolher entre continuar na prisão ou ir servir o rei como forçado de galé, recebendo, em troca, a liberdade. A investigação de Luís Miguel Duarte e José Augusto Pizarro exumou, na chancelaria régia, 16 casos de homens que aceitaram o desafio. Haviam sido aprisionados por diversos crimes, mas sobretudo por agressões e ferimentos, a que em muitos casos se juntava a fuga da cadeia. No regresso, receberam, conforme prometido, o desejado perdão[12].

Excepcionalmente, a Coroa terá feito mercê de certos criminosos a capitães de galés. É o que se deduz pela leitura de uma carta de perdão de 1456: "*ao qual Peroço* [capitão de galé] *fizeramos merçee de çertos presos e que ell sse seruisse delles e os trouuesse em sua gallee e fezesse delles o que lhe aprouuesse e que ell lhe podesse dar licença e perdom quamdo quissesse*"[13].

Sobretudo a partir do século XVI, e seguindo aquilo que se passava fora de Portugal[14], outra situação se verificou: o poder civil e, atrás dele, a Inquisição, começaram a condenar alguns dos que caíam sob a sua alçada a serem remadores de galés por um determinado número de anos. Com essa pena, que entrava no grupo das vis ou infamantes[15], conseguia-se obter com o mesmo castigo vários resultados: para além da infâmia, causava-se ao prevaricador enorme sofrimento físico e levava-se ao seu afastamento do meio natural[16].

As condenações por parte do poder civil destinavam-se, por exemplo, ao peão que trouxesse arcabuzes de tamanho inferior a dois palmos, segundo determinação de D. João III, de 1557[17], ou ao calceteiro que reincidisse no delito de confeccionar calças imperiais de seda e pano, segundo prescrição de 1566[18]. Em 1551, o monarca ordenara que todos os homens entre 18 e 55 anos, de condição social inferior a escudeiro vale que merecessem degredo para o Brasil, fossem, em alternativa, condenados a servir nas galés o tempo considerado conveniente pelos juízes. Se o degredo fosse vitalício, deveriam ir 10 anos para as galés, se fosse de dois anos, iriam um ano. Por outro lado, os escravos que fossem condenados a serem vendidos para fora do reino, poderiam, caso o provedor do armazém da Guiné e Mina assim o entendesse, ser comprados para as galés, devendo então ser avaliados por duas pessoas que entendessem da matéria[19]. Um grupo em que a lei previa frequentemente a aplicação de penas de galés era o dos ciganos. De facto, repetidas medidas legislativas procuraram, desde 1526, obstar a entrada desses indivíduos no reino tendo sido, a partir de 1557, prescritas tais penas para os prevaricadores[20].

Na prática, a pena de galés era aplicada com frequência reduzida. De facto, dados dispersos informam que, por exemplo, dos moradores em Portalegre que no reinado de D. João III foram objecto de perdão régio, apenas um em 136 casos havia sido anteriormente condenado às galés[21]. As comutações régias das penas aplicadas pela justiça comum também podiam implicar degredos para as galés. Recorrendo, uma vez mais, ao caso de Portalegre entre 1522 e 1557, os exemplos são também muito escassos: um em 142[22]. Com o andar dos anos, tais degredos vão rareando, desaparecendo praticamente no século XVII. De facto, não se acha qualquer vestígio dos mesmos em relação aos moradores em Setúbal objecto da graça de D. João IV[23] ou aos dos Açores, no longo período de 1642 a

1748[24], encontrando-se apenas um exemplo em relação aos habitantes das vilas raianas alentejanas de Moura, Mourão, Serpa e Olivença, entre 1640 e 1715[25].

Por seu turno, a Inquisição condenava às galés várias sortes de prevaricadores. Segundo o regimento de 1640, o acusado de heresia que confessasse três dias antes do auto, ainda que condenado à pena máxima, poderia ser comutado, entre outras coisas, a três a cinco anos de galés. Por outro lado, os acusados do mesmo tipo de delito, que mantivesem, após três sessões de tortura, as suas ideias, poderiam sofrer degredo para as galés, bem como açoites públicos, castigos igualmente aplicados aos que ocultavam hereges. O blasfemo e o bígamo eram outros dos possíveis condenados, neste último casos, entre cinco a sete anos[26]. Se nos textos legislativos a morte pelo fogo era reservada para o pecado nefando, a verdade é que a mesma poucas vezes foi aplicada, acabando a maior parte dos prevaricadores, precisamente, por cumprir degredo nas galés. A investigação de Luiz Mott mostra que, entre 1547 e 1768, assim aconteceu com 165 sodomitas, o mesmo é dizer, 42% de todos aqueles que foram, por esse mesmo tipo de culpas, penitenciados pelo tribunal[27].

No século XVI, a Inquisição de Lisboa, entre 140 penitentes, condenou a galés vinte homens e a galés e açoites nove[28]. Entre 1799 e 1808 o mesmo tribunal, de um conjunto de 54 pessoas, condenou a cinco anos de galés quatro culpados de bigamia e um de falso testemunho em caso de bigamia; a oito e a seis anos homens que diziam missa sem terem ordens sacras; e a três anos idêntico número de acusados de proposições[29].

Tais penas, quer as que eram prescritas pelo poder real quer as que emanavam da Inquisição eram, regra geral, efectivamente cumpridas. Por exemplo, Eugénio Mendes, mercador de marçaria, natural e morador em Évora, foi sentenciado, em Junho de 1594, por judaísmo, em cárcere e hábito penitencial perpétuos, os primeiros quatro anos passados nas galés. A 23 de Setembro foi entregue na *Conceição*, cumprindo os referidos quatro anos. Foi-se apresentar à mesa do tribunal a 3 de Abril de 1599, sendo dispensado pelo Conselho Geral do cárcere e hábito.[30]

Acontecia também que a própria Inquisição, depois de decretar a pena, a podia anular ou comutar. No primeiro caso, foi o que aconteceu com o escravo negro Simão Coelho, condenado, em 1572, por homossexualidade, a degredo perpétuo para as galés, pena que acabou por ser anulada, tendo o escravo sido entregue ao seu senhor, que ficava obrigado a vendê-lo para fora do reino, no prazo de um mês. A razão foi simples: Simão Coelho padecia de "*gota coral*"[31]. Exemplo de uma comutação foi aquilo que se passou com o açoriano Domingos Alvernaz, julgado em 1591 por ter renegado a fé cristã e adoptado o Islamismo. Foi condenado a quatro anos de galés, degredo que lhe foi comutado por seis anos no Brasil, pois era "*muito quebrado*" e receava "*lhe desem as tripas abaixo*"[32].

2. As galés de Portugal terão desaparecido praticamente em finais de Quinhentos. A 22 de Outubro de 1569, o Conselho de Estado reunido em Montemor-o-Novo propôs que as galés se não deviam "*desfazer antes o tempo, e as grandes necessidades delle obrigaõ a fazeremse m^tas^ de novo*". De facto, as que se achavam surtas em Lisboa, careciam de reparações urgentes, devendo a respectiva artilharia recolher ao armazém. Quanto aos forçados, os que fossem escravos deveriam ser repartidos pelas fortalezas de São Julião, Caparica e Setúbal, "*onde forem mais necesarios para trabalharem nellas, à custa das mesmas obras e naõ da fazenda de Sua Alteza*". Os condenados, regressariam às cadeias, devendo os seus casos ser apreciados pelas autoridades judiciais. D. Sebastião referendou esta conjunto de decisões[33].

Durante a dinastia Habsburgo, preocupações de defesa (do império dos Filipes em

geral e da costa portuguesa, mormente da barra de Lisboa, em particular), levaram ao guarnecimento das galés de Espanha por forçados oriundos de Portugal. Nessa altura, as galés de Portugal, se não desapareceram antes, terão então desaparecido por completo. A rica legislação filipina refere sempre galés de Espanha ou, quanto muito, galés da Mina e nunca galés de Portugal, o mesmo se passando com a casuística.

De facto, vemos que, em 1584, um documento de Filipe II refere que muitas vezes não se executavam as sentenças de degredo para as galés, por falta de tais embarcações no reino, ficando os prevaricadores encerrados em cadeias, trazendo gastos às Misericórdias e adoecendo e morrendo muitos deles. O monarca prescreveu então que os degredados encerrados nas cadeias fossem imediatamente embarcados nas galés então utilizadas na guarda da cidade de Lisboa e que sulcavam o Tejo. Haveria em cada galé um representante da Coroa, a quem caberia a tarefa de inventariar os forçados[34]. Em 1592, uma lei que posteriormente foi integrada nas *Ordenações Filipinas*, visava os mouriscos de Granada e os súbditos otomanos (*"pessoas que nos trajos, lingoa e modo pareção* Armenios, Gregos, Arabios, Persas, *ou de outras* Nações sujeitas ao Turco") que fossem achados em Portugal. Se os granadinos não eram, em caso algum, autorizados a entrar no reino, sendo de imediato degredados perpetuamente para as galés, os súbditos do sultão, após se ter verificado que não eram espiões ou não pretendiam vagabundear, poderiam permanecer no reino o espaço de tempo que se considerasse necessário à consecussão dos respectivos negócios, findo o qual, se insistissem na estada, podiam ser condenados às galés, por tempo a determinar caso a caso[35]. Em 1597, vinte galés de Espanha achavam-se surtas em Lisboa[36]. Numa delas, vinha um português que vivera em Castela, ali tendo professado na Ordem de São Domingos. Tratava-se de António Rodrigues que, seis anos antes, fora condenado a remar na mesma por crime de judaísmo[37]. Em 1603, Filipe III determinou que quem fugisse das galés incorreria na pena de morte[38]. No ano seguinte, o rei prescreveu que os condenados às galés embarcassem nas de Castela, surtas no porto de Lisboa, não devendo servir em barcos que fossem para fora de Espanha[39]. Por outro lado, em 1606, foi mandado que não se condenassem pessoas às galés por um período inferior a dois anos. De facto, eram frequentes condenações por seis meses, o que se revelava extremamente prejudicial, *"pelo dito tempo não bastar para os degradados saberem a linguagem, e estilo das galés; e assim não ficam sendo de nenhum proveito para poderem servir nellas, antes é grande confusão, e embaraço, para com a diligencia necessaria se acudir ao maneio e serviço das ditas galés"*[40]. Em 1610 foi decretado que os condenados às galés cumprissem as respectivas penas nas galés da Mina[41]. Em 1620, foi ordenado que se remetessem aos capitães das galés cópias das sentenças, para não haver confusões em relação aos números de anos a cumprir por cada forçado[42].

Quatro anos depois, o novo rei, Filipe III, determinou que o Conselho da Guerra não tinha poderes para comutar a pena de um homem que cumpria degredo das galés a degredo para o Maranhão[43]. Em 1632, foi decidido que todas as penas emanadas de degredos para os espaços ultramarinos por períodos de cinco a seis anos, fossem transformadas, após apreciação pelos juízes, em degredos para as galés. Os condenados seriam enviados para o Algarve, ali aguardando a chegada das galés de Espanha. A Coroa determinou pela mesma altura que os forçados e suas famílias não seriam infamados por terem sido condenados a penas de galés[44].

Já perto do fim da época filipina, em 1638, o rei nomeou um novo capitão geral do mar, ordenando às justiças de Portugal que preparassem os forçados a fim de o príncipe os fazer repartir pelas várias galés[45]. Em 1639 a regente do reino, duquesa de Mântua, determinou, por duas ocasiões, em Junho e em Agosto, que se visitassem as cadeias,

fazendo cumprir a legislação de 1632[46] e mandou que se condenassem às galés os ciganos achados no reino[47] e, bem assim, os vadios[48]. Um documento de 1640 é mais explícito: o rei referiu que mandou construir galés para a defesa da barra de Lisboa, ordenando que às mesmas fossem conduzidos os homens detidos nas cadeias de Lisboa e do Porto, de acordo com a lei de 1632[49]. Já após a Restauração, a 31 de Maio de 1641, tais determinações foram repetidas por D. João IV[50].

Este desaparecimento gradual das galés de Portugal levou a uma alteração, igualmente gradual, mas significativa, do entendimento da pena do degredo para as galés, a partir de meados do séculos XVII. Tal vai equivaler, não a um efectivo acorrentamento ao remo mas, tão somente, a trabalhos forçados junto ao Tejo, ou na margem esquerda, na feitoria da Telha, ou na margem direita, na própria cidade de Lisboa, na chamada "cadeia da galé", desempenhando tarefas ligadas à construção naval ou à manutenção de barcos[51].

Assim se, em 1624, Manuel Soares e André Mendes, condenados a galés pela Inquisição de Évora, ainda foram entregues na galé *Madalena*, ficando *"ferados ao Remo"*[52], já em 1656, data em que o mourisco João Baptista, natural de Marrocos, de 60 anos de idade, foi preso pela Inquisição sob a acusação de islamismo, outra situação se verificava. De facto, este homem refere vários outros mouriscos que com ele viviam na feitoria da Telha, a que ainda, por força do hábito, se chamava, genericamente, *"galés"*[53].

Por seu turno, a prisão da galé situava-se em Lisboa, na rua que hoje se denomina Boqueirão da Praia da Galé, frente à ermida do Senhor Jesus da Boa Nova, na zona do Jardim do Tabaco[54]. Assim, Manuel José e Inocêncio Vaz, sentenciados, respectivamente, a quatro e a oito anos nas galés, ficaram, em 1792, no *"calaboisso da Galé deste Arcenal Real da Marinha"*[55]. O edifício deixou de ser presídio em 1823[56], mas ainda se achava de pé em 1893, servindo como dependência da alfândega da cidade[57].

Em meados do século XVIII, os documentos legislativos começaram a referir-se aos forçados das galés como *"condemnados para os serviços publicos"*[58] e *"condemnados a trabalhar nas Obras Publicas da Cidade de Lisboa"*[59]. Muitos deles foram empregues na reconstrução pombalina da capital. Por exemplo, em 1758, trabalhava um grupo nas obras da Praça do Comércio[60].

Um apanhado da legislação criminal em vigor com data de 1803 mostra-nos que, nessa data, eram ainda passíveis de condenação a galés delitos muito variados, desde ir servir em navios estrangeiros sem licença régia (determinação de 1756) até desmanchar ninhos de perdizes (1624), passando pela invasão de propriedade privada para caçar, com provocação de *"contusões, pizaduras, ou feridas"*, desde que o delinquente fosse plebeu (1776). A tirada de presos (1751), a ociosidade (1603-1760), o fabrico e uso de armas proibidas (1621-1749), o porte de gazuas (*Ordenações Filipinas*), as *molicies* (1606), disparar de noite armas de fogo por peão (1641-1646), o furto de bem móvel de igreja (*Ordenações Filipinas*), tratar avenças com lavradores para estes não pagarem coimas (1607-1608) e abrir portas *"com artificio, e sem arromba"* (*Ordenações Filipinas*) - eram outras situações a que se aplicaria, em princípio, o degredo para as galés, nalguns casos, apenas se o delinquente fosse plebeu[61].

Para além de tudo isto, um decreto régio de 1801 mandou comutar em galés variadíssimas penas, excepto aquelas que pela *"atrocidade"* dos seus crimes merecessem a morte[62]. No ano seguinte, explicitavam-se esses mesmos crimes: homicídios e roubos praticados com violência e roubos feitos com armas de fogo ou contra carruagens[63].

3. Sobre o quotidiano dos forçados possuem-se alguns dados. A vida na galé seria, sem dúvida, insuportável, devido ao cheiro fétido, à falta de espaço, à imundície, ao peso

dos remos, às feridas das correntes, ao esforço físico exigido, aos perigos das manobras desajeitadas e aos combates[64].

Um exemplo se colhe numa carta de perdão concedida, em 1454, por Afonso V, a um tal João Afonso Caramugeiro, condenado a dois meses de degredo numa fusta do infante D. Fernando, irmão do monarca: "*andara preso çinquo messes com o remo na mãão leuando muito trabalho e muitoz azoutes do capitam dando lhe muita maa vyda*". Um dia, achando-se a embarcação em Ceuta, foi a mesma capturada por Castelhanos, que andavam fazendo corso contra Muçulmanos, sendo levada a San Lucar de Barrameda, de onde o referido forçado se conseguíu escapar para Faro[65].

Contudo, as fontes utilizadas pelos historiadores portugueses que até hoje se têm debruçado sobre o assunto não têm esclarecido suficientemente alguns aspectos. E nisso os documentos inquisitoriais são riquíssimos, sendo possível afirmar, como já foi feito para Espanha e França[66], que, em Portugal, os forçados das galés eram excepcionalmente autorizados a abandonar as mesmas, nomeadamente em virtude de doença e que não serviam durante todo o ano, mas apenas na primavera e no verão, ficando o resto do tempo parados em Lisboa.

Eis apenas alguns exemplos: Álvaro Gonçalves, ouvido em 1595 na Inquisição de Lisboa, declarou que "*todos os presos que estão nas galles os mais delles tem aderencia com os officiais dellas e com licença delles vem a cidade e vestir hua camisa quando he necessario e arrequerer seus negocios, e elle declarante assi o fez sempre*". Sabe-se que por outras duas vezes se ausentou da galé: um delas, seu patrão, o duque de Bragança solicitara-lhe certo serviço em Vila Viçosa e ele, munido de um documento daquele fidalgo, obteve autorização por parte do capitão da galé para sair. Esteve fora entre dois e três meses. Álvaro Gonçalves acrescentou que todos os degredados saíam da galé. Por outro lado, um tal António de Miranda parece que dera 3000 reais ao meirinho para poder deixar a galé[67].

Muitos forçados eram frequentemente autorizados a abandonar a galé para, em terra, se curarem de maleitas diversas. Álvaro Gonçalves e, como ele João Mendes, sairam da *Conceição* e internaram-se em estabelecimentos hospitalares de Lisboa[68], o mesmo tendo acontecido com um tal Manuel Lopes[69].

Por tudo isto não admira que as tarefas de fiscalização levadas a cabo pelo Santo Ofício se saldassem, por vezes, por resultados pouco proveitosos. Assim, em Julho de 1597, a Inquisição de Lisboa mandou o solicitador Jácome de Carvalho visitar as galés onde se achavam vários homens condenados pelo tribunal. Numa delas, a *Conceição*, querendo saber de um certo detido, chamou-o pelo nome, mas não obteve resposta, tendo sido informado que o mesmo fugira e andava em Vila Viçosa. Tratava-se do atrás citado Álvaro Gonçalves. Nessa mesma fiscalização, o solicitador soube que o capitão da galé *Conceição*, António de Madureira, mandara tirar os ferros a três forçados que haviam sido condenados pela Inquisição, Estêvão da Rocha, Francisco do Brasil e Manuel Lopes[70].

Entre Outubro e Março as galés paravam. Nessa altura, segundo determinação de D. João III, de 1557, os remadores, mesmo que não tivessem acabado de cumprir a pena, mas desde que a cumprissem até ao referido mês de Março, eram soltos e poderiam circular livremente. O capitão da galé passaria uma certidão ao forçado, que, contudo, nesse espaço de tempo, não deveria entrar no local onde malfeitorara[71].

Numa fonte de 1586-1587 fica-se a saber que, por essa altura, as galés do marquês de Santa Cruz se achavam surtas no Tejo. Os forçados, ou pelo menos alguns deles, pousavam nas casas do marquês, prestando vários serviços, tais como ajudar nas compras e dar de comer aos pagens e gentis-homens do fidalgo espanhol[72]. Também num outro

documento, datado de 1585, garantia um processado pela Inquisição que, pelo menos, dois dos mouros da galé andavam soltos, acrescentando, em relação a um deles, *"rema quando he necessario"*[73].

Refira-se ainda que, por vezes, ser condenado à galé não significava partir de imediato para o remo. Em Julho de 1571 o inquisidor geral, cardeal D. Henrique, determinou que não se enviasse às galés os condenados a tal pena, colocando-os a bom recato, onde dessem a menor *"inquietação"*. Um ano depois, ordenava que se executassem as sentenças em causa, enviando os prevaricadores para as galés da Mina. Deveriam aguardar no porto de Lisboa até haver barco para a referida região[74].

Entre os remadores, muitos seriam aqueles que pouca utilidade tinham na galé. Em 1555 D. João III perdoou os 14 meses de galés que faltavam ao lavrador bejense Gaspar Dias para cumprir os dois anos a que fora condenado, transformando-os num ano de degredo para o Norte de África. A razão era simples: *"por ser como he muito enfermo e perdido de gota corall que o toma os mais dos dias e lhe vem muitas vezes tres quatro vezes no dia e lhe dura caise todo ho dia e que alem de lhe não dar lugar pera remar ou fazer outro algũu trabalho daa causa a estrovar os outros que estam com ele na bamquada que nam remem e he muito perjuizo da dita gale e de meu servyço e pouco serviço de Deos estar ele soplicamte na dita gale e que ho capitam e oficiaes dela o desejam ver dela fora pelo trabalho e estorvo que lhes daa quamdo lhe toma a dita dor"*[75]. Mais tarde, em 1642, Francisca Ferreira, moradora no termo do Porto, solicitou à Mesa da Consciência e Ordens um tal Alibioneta, *"mouro de pouco preço"*, cozinheiro numa galé, fornecendo um outro *"de melhor disposição e de mais forças e serviço"*, para assim conseguir obter o seu marido, o marinheiro Francisco de Brito, cativo em Argel e na posse da mãe do dito mouro. Igualmente de pouco serviço seria o mouro Babamamet, que Vitória Gonçalves, moradora em Peniche, requereu para resgatar o seu marido que estava em Argel. A Mesa da Consciência foi-lhe favorável, considerando, entre outras coisas, que o mouro era velho e quase inútil[76].

Temos ainda alguns dados para nos podermos pronunciar sobre o relacionamento entre forçados e entre estes e as gentes do exterior. Nota-se, por exemplo, que haveria uma certa tendência para se formarem grupos dentro da galé. Ou seja, mouros com mouros, negros com negros, brancos com brancos, o que se traduziria, provavelmente, em alguma solidariedade interna. Senão, não se compreenderia a atitude do mourisco António de Sousa. Estando como forçado, declarou que nunca havia sido baptizado, fazendo grupo com os mouros[77].

Em termos de sexualidade, são vários os exemplos de forçados que mantinham relações homossexuais, ou dentro do próprio espaço da galé (*"na camara da galle"*) ou fora do mesmo, entre eles ou com terceiros. Assim aconteceu num caso averiguado pela Inquisição em 1585, que envolveu quatro mouros da galé e um granadino. Este foi sodomizado por três mouros e sodomizou por sua vez um outro[78]. Também Osmão, natural da Anatólia, compareceu no ano seguinte perante o tribunal do Santo Ofício de Lisboa, pois na galé real surta no Tejo sodomizara um grumete. Considerado culpado, relaxaram-no ao braço secular, tendo sido queimado a 15 de Maio de 1587[79].

A violência, sempre presente na vida dos homens do mar[80], seria também algo de latente, tornando-se rapidamente aberta: o mouro Alibe Muça andava nas galés quando levou uma facada, chegando a correr perigo de morte. Em 1624 foi trocado por um cativo português em Argel[81].

4. Diferente seria, sem dúvida, o quotidiano na cadeia da galé ou na feitoria da Telha. Quanto à primeira, o testemuho mais rico é o do francês Charles Dellon. Chegado a Lisboa

em 1676, oriundo de Goa, onde a Inquisição o condenara a cinco anos de galés, foi conduzido à prisão da galé, relatando o que por lá viu. Vale a pena escutá-lo, mau grado a extensão do excerto: "*Nesta galé todos os condenados estão presos dois a dois, cada um deles por um só pé; a cadeia que os liga tem cerca de oito pés de comprimento. Os prisioneiros usam na cintura um gancho de ferro para suspender a cadeia de maneira a que posa ficar entre os dois uma distância de três pés. Estes forçados são levados todos os dias aos locais de trabalho, ou seja, onde se constroem os navios; transportam as madeiras até aos carpinteiros, descarregam os navios, ao recolher as pedras e areias para o lastro, carregam a água e os alimentos que hão-de ser consumidos nas viagens, manipulam as estopas e bem assim exectutam todos os serviços em que podem ser utilizados no serviço do príncipe, bem assim dos oficiais da Marinha, por mais vis e rudes que sejam [...] Todos, indiscriminadamente, são empregados em trabalhos humilhantes e pesados se não tiverem dinheiro para dar aos fiscais que os vigiam com crueldade, sendo as principais vítimas aqueles que não podem amansá-los, brindando-os de vez em quando com alguma coisa. Esta galé terrestre está contruída à beira do rio e constam de dois grandes compartimentos, um em cima, outro em baixo, estando ambos cheios, dormindo os forçados em estrados com mantas. Cortam-lhes o cabelo e barbeiam-nos uma vez por mês. Vestem camisolas e usam carapuços de pano azul. Também lhes dão um capote de sarja cinzenta que serve alternadamente de abafo durante o dia e de cobertor durante a noite. Estes trajos são-lhes fornecidos, de seis em seis meses, com duas camisas de pano. Cada forçado recebe diariamente uma libra e meia de boiscoito muito duro e muito escuro; seis libras de carne salgada por mês e um alqueire de ervilhas, lentilhas ou favas de que podem dispor. Os que recebem qualquer ajuda de algures, geralmente vendem estes géneros para comprar qualquer coisa melhor na proporção dos seus meios. Não lhes é fornecido vinho e aqueles que o desejem beber têm de o pagar do seu bolso. Todos os dias ao amanhecer, exceptuando os poucos dias de guarda, conduzem-nos ao local de trabalho que dista uma légua da galé. Ali trabalham sem descanso na tarefa que lhes é destinada até às 11 horas. Interrompe-se então o trabalho por uma hora, durante a qual podem comer ou repousar. Terminada essa hora pegam outra vez no trabalho até às oito, hora que voltam para a galé. Neste edifício há uma capela onde se diz missa aos domingos e dias santos. Em Lisboa, há padres que frequentam esta capela e aqui se dedicam a ensinar o catecismo e a converter os forçados. Além da alimentação que lhes é dada pelo príncipe, os forçados recebem frequentes esmolas, pelo que não passam fome. Quando algum adoece, os médicos e cirurgiões examinam-nos, e se a doença é perigosa são lhes administrados todos os sacramentos. Os forçados que cometem qualquer falta são açoitados cruelmente: deitam-nos no chão, de barriga para baixo, e enquanto dois homens os agarram um terceiro açoita-os com uma corda grossa ensebada, que a maior parte das vezes arranca a pele e pedaços de carne. Presenciei isto mais de uma vez, e vi que se faziam úlceras tão profundas que vinham a degenerar em ferimentos tão graves, que os desgraçados ficavam durante muito tempo incapazes de trabalhar. Quando um forçado tem assuntos a tratar na cidade, é-lhe dada licença para nela transitar, se o deseja fazer sem o companheiro a que está ligado pela grilheta, pode ir apenas acompanhado por um guarda que é pago à sua custa. Carrega sozinho com a grilheta e como a corrente é muito comprida fazem-na suspender dos ombros, deixando-a pendente pela frente ou pelas costas conforme lhes parecer menos incómoda*"[82].

Os pedidos de comutação das penas continuaram. Em 1735 o bígamo Francisco Soares, que a Inquisição condenara a cinco anos de galés, recorreu dos sete meses que lhe faltavam cumprir, alegando "*grande trabalho que tem tido, e aos achaques que experimenta, procedidos do mesmo trabalho*"[83]. Diferente foi o caso de Frei Francisco José de Santa Teresa, condenado, em 1765, a 10 anos de galés por falso testemunho e que apenas foi libertado quando cumpriu a totalidade da pena[84].

Sem paralelo terá sido o que aconteceu com o famoso inglês John Coustos que, em 1744, foi condenado a quatro anos de galés, por pertencer à Maçonaria. Foi libertado apenas quatro meses depois, por intervenção do cônsul inglês em Lisboa, sendo invocada

uma "*lezão de hum braço como inflamação de huma perna*". Na altura, dizia-se "*se acha há tempos na emfermaria da dita gallé*"[85].

Um processo inquisitorial de 1659 deixa-nos a impressão que os forçados cristãos seriam mais bem tratados do que os não baptizados. Amete, natural de Argel, achava-se na feitoria da Telha e fingia-se cristão para os oficiais da mesma o deixarem andar solto. Por esse facto caíu nas malhas da Inquisição. Aliás, um documento inserto no processo em causa refere que na feitoria da Telha "*obrigão com força aos forçados que dem nome de cristam a moiros sem auerem recebido bautismo*"[86].

Por vezes aconteciam mesmo acidentes de trabalho. Em 1763 o açoriano João Pereira Machado, condenado pela Inquisição a cinco anos de galés, por crime de bigamia, cumprira sete meses quando "*andando o suplicante trabalhando em a Ribeira lhe cahio hum cabrestante em sima de forma que fez Rebentar ao suplicante o sangue pellas partes incognitas estando do magnifesto hum quadril fracturado*". O cirurgião do Santo Ofício receou pela sua vida, afirmando que só de muletas poderia voltar à andar[87]. Eram igualmente comuns maleitas de outra ordem: em carta de 1795, o médico Luís Martins da Rua, refere que visitara a cadeia da galé e achara certo detido com grave doença de pele, aconselhando os banhos termais de Santarém, o que foi autorizado pelo Conselho Geral do Santo Ofício[88].

A homossexualidade continuou a imperar entre os forçados. Em 1679 cinco mouros residentes no Cais do Carvão, foram acusados de práticas nefandas com um pagem do tesoureiro mor da sé. Presos pelo poder civil, examinados pela Inquisição, que os remeteu à proveniência, foram condenados à pena máxima e arderam a 22 de Agosto desse ano, no próprio Cais do Carvão. Antes do cumprimento da pena, três dos mouros converteram-se ao cristianismo[89]. Também na feitoria da Telha aconteceu algo de semelhante: em 1668 o soldado de cavalo Francisco Gonçalves Cascão, que cumpria pena no local, foi sodomizado sete vezes por um escravo da galé, João Baptista, a quem se achava acorrentado, com ele dormindo na mesma cama. A Inquisição tomou conhecimento do caso, não procedendo contra os acusados[90].

Os forçados também se revoltavam. Tal aconteceu em 1758, com aqueles que trabalhavam nas obras da Praça do Comércio. Com facas e outras armas, agrediram os soldados que os guardavam e tentaram mesmo assassinar o mestre de obras. A Coroa mandou de imediato que lhes fosse aplicada a lei excepcional de 14 de Novembro de 1755, destinada a julgar sumariamente, aplicando a pena no mesmo dia, os acusados de roubos e outras violências após o grande terramoto de Lisboa[91].

* Centro de Estudos Históricos / Universidade Nova de Lisboa.

1 Fernand Braudel, O *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, (trad.), vol. I, Lisboa, Dom Quixote, 1979, pp. 340-345; Arcadi Garcia i Sanz e Núria Cool i Julià, *Galeres Mercants Catalanes dels Segles XIV i XV*, Barcelona, Fundació Noguera, 1994; Jacques Heers, "Galé", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, [2.ª ed.], vol. III, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 93-95; Fernanda Espinosa, "Marinha de guerra", in id., *Escritos Históricos*, compil. e prefac. por A. H. de Oliveira Marques, Porto, Porto Ed., 1972, pp. 183-184; A. H. de Oliveira Marques, "A expansão no Atlântico", in A *Expansão Quatrocentista*, coorden. do mesmo (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. do mesmo e de Joel Serrão, vol. II), Lisboa, Estampa, 1998, pp. 173-174.

2 Para tudo isto, cfr. André Zysberg, *Les Galériens. Vies et Destins de 60 000 Forçats sur les Galères de France. 1680-1748*, s.l. [Paris], Seuil, 1987, pp. 59-116; Jose Luis de las Heras Santos, *La Justicia Penal de los Austrias en la Corona de Castilla*, Salmanca, Universidade de Salamanca, 1991, pp. 304-316.

[3] A vintena era o conjunto de vinte vizinhos ou casais que serviam de base ao recrutamento militar, quer para a guerra terrestre quer para a marítima. Neste caso, era a chamada vintena do mar. Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, dir. do mesmo e de Joel Serrão, vol. IV), Lisboa, Presença, 1987, p. 344.

[4] *Ibid.*, p. 362.

[5] *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I (1367-1380), org. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 53. As queixas dos povos contra o recrutamento forçado continuaram no reinado de D. João I. Cfr. Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. II, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 228 e 272.

[6] *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, publ. e prefac. por João Martins da Silva Marques, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1944, pp. 176-177.

[7] Os negros que se encontram como forçados, haviam sido condenados como qualquer outro súbdito da Monarquia e não pelo facto de serem escravos. Cfr. A. C. de C. M. Saunders, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal* (1441-1555), tradução, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, pp. 163, 165, 175, 213). Assim também em Espanha. Cfr. José Luis Cortés López, *La Esclavitud Negra en la España Peninsular del Siglo* XVI, Salamanca, Universidade de Salamanca, 1989; pp. 110-113.

[8] Nomeadamente os processos da Inquisição e as súplicas endereçadas à Mesa da Consciência e Ordens. Estas, tinham como objectivo a troca de mouros das galés por Portugueses cativos no Norte de África. Por esses documentos se verifica, entre outras coisas, que muitos dos forçados mouros eram parentes de muçulmanos em cujas mãos se achavam cativos os Portugueses e que expressamente solicitavam o tal parente para a troca a efectuar. Nesses casos, era comum os parentes do cativo português arranjarem outro mouro para o substituir as galés. As desconfianças de ambas as partes levavam a que muitas vezes tais negócios se gorassem. Para tudo isto, cfr. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga,"Mulheres cativas e mulheres de cativos em Marrocos no século XVII", in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional. Actas*, vol. I, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, pp. 443-445.

[9] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 9235.

[10] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, liv. 708, ff. 221-223. Os renegados eram cristãos que se convertiam ao Islamismo. Veja-se, por todos, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão. Cativos e Renegados nas franjas de duas Sociedades em Confronto (séculos* XV-XVII), Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 1998.

[11] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 3060.

[12] Luís Miguel Duarte e José Augusto P. de Sotto Mayor Pizarro, "Os forçados das galés (os barcos de João da Silva e Gonçalo Falcão na conquista de Arzila em 1471)", in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e aa sua Época. Actas*, vol. II (*Navegações na segunda metade do século* XV), Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 320-326. Enquadre-se em Paulo Drumond Braga, "A expansão no Norte de África", in *A Expansão Quatrocentista*, coorden. de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. do mesmo e de Joel Serrão, vol. II), Lisboa, Estampa, 1998, pp. 279-285.

[13] *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, publ. por Pedro de Azevedo, vol. II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934, p., 326.

[14] Em Espanha, as condenações às galés terão sido introduzidas por Fernando, o Católico, através da influência francesa em Aragão e depois espalhadas a toda a Espanha. Mais foi Carlos V quem mais investiu nesta matéria. Cfr. José Luis de las Heras Santos, *ob. cit.*, pp. 304-305.

[15] Na definição de um consagrado jurista de finais de Setecentos, "*pena vila torna infame o delinquente*" (Pascoal de Melo, "Instituições de direito criminal português", *Boletim do Ministério da Justiça*, n.° 155, Lisboa, Abril de 1966, p. 69). Para um outro, as penas infamantes "*tendem a privar o Réo das honras, e vantagens da Sociedade. A infamia he a*

provação da honra" (Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Classes dos Crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1803, p. 24).

[16] Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo* (1459-1481), dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, exemplar mimeografado, vol. I, Porto, 1993, p. 541.

[17] Duarte Nunes do Lião, *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações*, nota de apresent. de Mário Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 119.

[18] *Ibidem*, p. 115.

[19] *Ibidem*, pp. 177-178.

[20] Adolfo Coelho, *Os Ciganos em Portugal. Com um Estudo sobre o Calão*, [2.ª ed.], Lisboa, Dom Quixote, 1995, pp. 119, 201, *passim*.

[21] Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "A criminalidade em Portalegre no reinado de D. João III: delitos e perdões", *A Cidade*, nova série, n.º 8, Portalegre, 1993, p. 75.

[22] *Ibid.*, p. 77.

[23] Paulo Drumond Braga, "Perdões concedidos a moradores em Évora no reinado de D. João IV", in *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vol. I, Évora, Instituto Superior de Teologia, Seminário Maior de Évora, 1994, pp. 529-538.

[24] João dos Santos Ramalho Cosme, "Cartas de perdão e legitimação concedidas a açorianos (1642-1748)", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVIII, Angra do Heroísmo, 1990, p. 326.

[25] João Cosme, *Elementos para a História do Além-Guadiana Português* (1640-1715), Mourão, Câmara Municipal de Mourão, 1996, p. 190.

[26] António Borges Coelho, *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, vol. I, Lisboa, Caminho, 1987, pp. 106-107.

[27] Luiz Mott, "*Justitia etMisericordia*:a Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia", in *Inquisição. Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte*, org. Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992, p. 723.

[28] Isaías da Rosa Pereira e alunos, "Notas sobre a Inquisição em Portugal no século XVI", *Lusitania Sacra*, tomo X, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1978, p. 275.

[29] Aniceto Afonso e Marília Guerreiro, "Subsídios para o estudo da Inquisição portuguesa no século XIX", in *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coorden. de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. III, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Ed., 1990, pp. 1325-1331.

[30] A.N./T.T., Inquisição de Évora, proc. 882.

[31] Paulo Drumond Braga, "Simão Coelho, escravo negro, perante a Inquisição de Évora (1571-1572)", *Revista de Ciências Históricas*, vol. V, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1990, p. 209.

[32] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 7073. Outros exemplos, no particular da homossexualidade, em Luiz Mott, *ob. cit.*, p. 724.

[33] Joaquim Veríssimo Serrão, "Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, Coimbra, 1958, pp. 60-61.

34 Tudo foi confirmado em 1604. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*, compil. e anot. por José Justino de Andrade e Silva, [vol. I], (1603-1612), Lisboa, Imprensa do Autor, 1854, pp. 85-86

35 *Ordenações e Leys do Reino de Portugal, confirmadas e estabelecidas pelo Sennhor Rey D. João IV* [...], livro V, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1747, p. 272.

36 Receava-se então que o inglês conde de Essex atacasse Lisboa. Cfr. *Memorial de Pero Roiz Soares*, vol. I, leit. e revis. de M. Lopes de Almeida, Coimbra, [Universidade de Coimbra], 1953, p. 340.

37 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 367.

38 *Collecção Chronologica* [...], p. 26.

39 *Ibid.*, p. 89.

40 *Ibid.*, p. 184.

41 *Ibid.*, p. 294.

42 *Ibid.*, [vol. II], p. 29.

43 *Ibid.*, p. 123.

44 *Ibid.*, pp. 242-243.

45 *Ibid.*, [vol. III], p. 171.

46 *Ibid.*, pp. 192 e 194.

47 *Ibid.*, p. 192.

48 *Ordenações e Leys do Reino de Portugal* [...], p. 272.

49 *Collecção Chronologica* [...], [vol. III], pp. 218-219.

50 *Ibid.*., [vol. IV], p. 459.

51 Outro tanto viria a acontecer em França, mas muito mais tarde. Cfr. André Zysberg, *ob. cit.*, p. 379.

52 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, Documentos, Novos Maços, maço 17, doc. 28.

53 A.N./.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 4483. Sobre o arsenal em causa, que recebeu o seu regimento em 1674, veja-se Fernanda Espinosa, "Marinha de guerra [...]", p. 179.

54 Júlio de Castilho, A *Ribeira de Lisboa. Descrição Histórica da Margm do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, 2.ª ed., rev. e ampliada pelo autor, com anot. de Luiz Pastor de Macedo, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940,pp. 204-205; Fernando Castelo Branco, "O termo 'galé' em dois topoónimos de Lisboa", *Revista Municipal*, ano XLII, 2.ª série, n.º 17, Lisboa, 3.º trimestre de 1986, p. 30.

55 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, Documentos, Novos Maços, maço 17, doc. 7.

56 José Manuel Louzada Lopes Subtil, O *Vintismo e a Criminalidade* (1820-1823), dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em História dos Séculos XIX e XX, exemplar mimeografado, Lisboa, 1986, p. 140.

57 Júlio de Castilho, *ob. cit.*, pp. 204-205. Frente à cadeia da galé chegou a localizar-se o Cais do Carvão. Pelo menos ali se encontrava em 1679, data em que uma fonte aponta como residentes no cais cinco mouros que

foram queimados sob acusação de homossexualidade. Cfr. *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, nova ed., public. sob a direcç. de Damião Peres, vol. IV (1674-1680), Porto, [s.n.], 1939, pp. 51 e 73. Significativamente, um documento de 1727 refere-se à zona como Cais dos Mouros. Cfr. Júlio de Castilho, *ob. cit.*, pp. 205-206. O Cais do Carvão mudou frequentemente de local. Cfr. *ibid.*, pp. 180-182. É evidente que a localização geográfica da prisão da galé se prende com a das antigas taracenas. De facto, cidade com construção naval voltada para a frota militar desde pelo menos o século XIII, Lisboa albergava taracenas onde hoje é a rua do Comércio, junto à Câmara Municipal, naquela que mais tarde se denominaria Ribeira Velha. D. Fernando ali construiu novos estaleiros, que D. João I reparou e ampliou e ali se realizou um banquete em 1429, de despedida à embaixada que da Borgonha veio a Portugal buscar a infanta D. Isabel, filha de D. João I, a fim de desposar Filipe, o Bom. Mais tarde, com Afonso V, os navios de guerra começaram a ser construídos na praia que ficaria conhecida como Ribeira das Naus, onde D. Manuel mandou construir taracenas novas. Para tudo isto, leiam-se Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2.ª ed., vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941, pp. 12-13; A. Teixeira da Mota, "Da Ribeira das Naus e Casa da Índia ao ministério da Marinha", *Anais do Clube Militar Naval*, tomo XCI, n.º 4-6, Abril-Junho de 1961, pp. 205-221; Fernanda Espinosa, "Arsenal de Marinha", in id., *Escritos Históricos* [...], p. 168; Irisalva Moita, "A imagem e a vida da cidade", in *Lisboa Quinhentista. A Imagem e a Vida da Cidade*, s.l. [Lisboa], Câmara Municipal de Lisboa, s.d., p. 12; A. H. de Oliveira Marques, "Lisboa medieval: uma visão de conjunto", in id., *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 86; id., "O Portugal do tempo do infante D. Pedro visto por estrangeiros (a embaixada borguinhã de 1428-29", *Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 993, p. 65; id., "Lisboa na baixa Idade Média. Para uma visão monumental turística", *Ler História*, n.º 26, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1994, p. 26; Paulo de Oliveira Ramos, "Porto de Lisboa", in *Dicionário da História de Lisboa*, dir. de Francisco Santana e Eduardo Santos, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994, pp. 724-727.

58 António Delgado da Silva, *Supplemento à Collecção da Legislação Portugueza desde a Ultima Compilação das Ordenações*, vol. de 1750 a 1762, Lisboa, Tipografia de Luís Correia da Cunha, 1842, pp. 386-387.

59 *Ibid.*, p. 559.

60 António Delgado da Silva, *Collecção de Legislação Portugueza* [...], vol. de 1750 a 1762, pp. 629-630.

61 Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Classes dos Crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1803.

62 António Delgado da Silva, *ob. cit.*, vol. de 1791 a 1801, pp. 766-767.

63 *Ibid.*, vol. de 1802 a 1810, p. 9.

64 Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade* [...], vol. I, p. 543.

65 *Documentos das Chancelarias Reais* [...], vol. II, p. 204.

66 Bartolomé Bennassar, "D' autres Espagnols", in *Histoire des Espagnols. Vᵉ-XXᵉ Siècle*, dir do mesmo, Robert Laffont, Paris, 1992, pp. 482-483; José Luis de las Heras Santos, *ob. cit.*, pp. 309-311.

67 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 1925.

68 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 1925.

69 A.N./T.T., Inquisição de Évora, proc. 882.

70 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 1925.

71 Duarte Nunes do Lião, *ob. cit.*, p. 178.

72 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 5296.

73 A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6430.

[74] Isaías da Rosa Pereira, *Documentos para a História da Inquisição em Portugal* (*Século* XVI), vol. I, Lisboa, [s.n.], 1987, p. 97.

[75] A.N./T.T., Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações, liv. 25, ff. 316v-317.

[76] Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Mulheres cativas e mulheres de cativos [...]", p. 444.

[77] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 3060.

[78] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6430.

[79] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 5296. Sobre a sexualidade dos homens do mar, cfr. A. H. de Oliveira Marques, "A expansão no Atlântico", in A *Expansão Quatrocentista* [...], p. 153

[80] A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 161-162.

[81] A.N./T.T., Mesa da Consciência e Ordens, Cativos, maço 15, doc. não numerado.

[82] Charles Dellon, "De Goa a Lisboa. 1676-1677", in *Portugal nos Séculos* XVII & XVIII. *Quatro Testemunhos*, apres., trad. e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Lisóptima, Lisboa, 1989, pp. 38-40. Outras fontes se referem, de forma não muito diferente, à cadeia da galé, como uma descrição anónima de Lisboa, publicada em Amsterdão, em 1730, onde a dada altura se escreve que os forçados "*são, na sua maioria, prisioneiros mouros cativados pelos Portugueses nas suas continuadas guerras com a moirama. Esta espécie de escravos trabalha de sol a sol nos navios do* Rei *ou então acarreta madeira, água, etc. para os domicílios dos princiais oficiai da marinha. À noite são reconduzidos à galé*". Cfr. "Descrição da Cidade de Lisboa", in O *Portugal de* D. *João* V *visto por Três Forasteiros*, trad., pref. e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 43.

[83] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 2282.; Paulo Drumond Braga, A *Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, pp. 412-413.

[84] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 5251.

[85] Graça e J. S. da Silva Dias, Os *Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. II, tomo I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, pp. 142-144. Enquadre-se em A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal*, vol. I (*Das Origens ao Triunfo*), Lisboa, Presença, 1990, pp. 33-36.

[86] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 11391.

[87] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 8914.

[88] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, Documentos, Novos Maços, maço 16, doc. 27.

[89] *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna* [...], vol. IV, pp. 51 e 73.

[90] A.N./T.T., Inquisição de Lisboa, liv. 139, ff. 76-78.

[91] António Delgado da Silva, *ob. cit.*, vol. de 1750 a 1762, pp. 629-630. A lei de 1755 vem a p. 399 do mesmo volume.

BARROCO DO NORTE, BARROCO DO SUL - ALGUMAS REFLEXÕES

Margarida CALADO *

Neste final de século, e após terem surgido, sobretudo a partir da década de 80, novas gerações de historiadores da arte portuguesa, o que se traduziu numa relativa abundância de publicações, algumas das quais de síntese [1], torna-se necessário reflectir sobre algumas questões.

Por outro lado, num momento em que o debate político se centra em torno das regiões, que julgamos dever ser entendidas não só numa perspectiva administrativa, mas também inseridas num contexto cultural e de tradições, a questão de divergências ou semelhanças entre o Norte e o Sul num plano artístico, pareceu-nos oportuna, até porque *a mesma tem sido ponto normalmente aceite pela historiografia da arte portuguesa*, pelo menos relativamente a alguns períodos, como o Românico ou o Barroco sobre o qual pretendemos debruçar-nos.

O período que iremos abarcar coincide precisamente com o reinado de D. João V, atendendo a que, no domínio da arquitectura, que, neste capítulo se sobrepõe a outras artes, existem provas de que, no final do século XVII e ainda nos inícios do século XVIII, arquitectos da Corte, como João Antunes, trabalharam no Norte, quer em Aveiro, no Túmulo da princesa Santa Joana, na sacristia da Sé de Braga ou ainda no Bom Jesus da Cruz, em Barcelos.

Por outro lado, no Sul, nomeadamente em Lisboa, o Terramoto de 1755 representou uma cisão na tradição joanina, embora seja indiscutível a presença dos arquitectos joaninos na reconstrução e uma linguagem que, pelo menos na arquitectura religiosa, reflecte a influência de Mafra, ou nos interiores, da Capela de S. João Baptista em S. Roque. No Norte, quer no Porto, quer em Braga, houve uma continuidade entre Barroco e Rococó, que é normalmente aceite pela historiografia tradicional, verificando-se permanências barrocas até épocas relativamente tardias, como é o caso da conclusão do Santuário dos Remédios em Lamego.

Uma outra questão é a dos limites geográficos daquilo que se entende por Norte e por Sul, neste contexto, parecendo-nos de aceitar que o Sul compreende pelo menos uma parte da região centro, a partir de Coimbra e estendendo-se até ao reino do Algarve, enquanto o Norte nas regiões mais interiores e onde o material dominante é o granito, estenderá a sua influência até às Beiras.

Barroco do Norte - Barroco do Sul, na perspectiva da historiografia da segunda metade do século XX

Logo no início dos anos 50, no terceiro volume da *História da Arte em Portugal*, da responsabilidade de Reynaldo dos Santos [2], o estudo do barroco joanino no sul centra-se em Mafra, após o que se introduz um subtítulo «O Barroco setecentista no Norte», onde, sem qualquer nota introdutória, se lê: "*O artista que domina a arquitectura do século* XVIII *no Porto e as suas irradiações no Norte, é* Nicolau Nasoni, *arquitecto* Toscano...". O mesmo autor acentua

a longa permanência de Nasoni no Norte do País, sublinhando que a sua influência no Norte de Portugal terá sido superior à de Ludovice no Sul, salientando os nomes dos seus discípulos José de Figueiredo Seixas e António Pereira.

Na verdade, está por fazer o estudo sistemático da influência de Ludovice no Sul, quer a nível da arquitectura religiosa ou civil quer a nível da resolução dos retábulos de altar, quer também a nível da sua actuação na formação de arquitectos, o que feito de uma forma sistemática, talvez nos traga resultados surpreendentes.

Quanto à influência de Nasoni no Norte, Reynaldo dos Santos aponta: "O *mestre trouxera já do barroco italiano certa exuberância decorativa que os monumentos de Lecce, no Sul da Itália, revela. Por isso no Porto foi-lhe fácil assimilar o sentido plástico que os monumentos seiscentistas traduziam, permitindo-lhe dar ao granito o volume, turgecência e expressão decorativa que a matéria sugeria e as tradições nacionais vincavam*".

De notar ainda que para Reynaldo dos Santos Braga constituía outro foco regional do Barroco, referindo-se a obras como a Igreja dos Congregados, a Casa do Mexicano ou a Madalena da Falperra, que hoje são integráveis no rococó e atribuídas por Robert C. Smith a André Soares. Não obstante o que os progressos da investigação nos possam esclarecer, parece não haver dúvidas que apesar da mudança de vocabulário, há no rococó bracarense, sobretudo na sua expressão granítica, uma tradição evidentemente barroca.

No final da década de sessenta, no segundo volume dos *Oito Séculos de Arte Portuguesa* [3], o mesmo Reynaldo dos Santos distingue, em subtítulos, «A arquitectura do século XVIII» de «O Barroco do Norte» e afirma: "A *arquitectura barroca teve fontes de inspiração em todo o país. No Sul dominou a arte de Ludovice, e como matéria de escolha, o mármore; no Norte dominou Nasoni cuja arte se incarnou no granito, com uma irradiação particularmente original em Braga, no ciclo do rocaille*...", o que não representa qualquer novidade relativamente às opiniões já expressas no início dos anos 50, tal como a forma como o artista interpretou as tradições locais num material como o granito ou a irradiação da sua obra para Guimarães, Viana do Castelo, Barcelos ou Lamego, onde trabalhou. E conclui: "A *arquitectura barroca do Norte, pela matéria, pela concepção e temas decorativos regionais, é talvez menos correcta, mas tem mais carácter que o barroco do Sul, é mais dinâmica, tem mais vivacidade e mais cor.*"

Também alguns historiadores da arte estrangeiros se debruçaram sobre este período da nossa história artística, quer a nível geral quer através de estudos específicos.

Entre os primeiros, escolhemos a obra de George Kubler e Martin Soria, *Art and architecture in Spain and Portugal and their American dominions, 1550 to 1800*, publicado em 1959 [4], cujos autores, curiosamente, encontram já no século XVII, expressões regionais no Barroco do Norte, apesar de, como afirmámos, aí terem trabalhado personalidades da Corte, como João Antunes. Assim afirmam: "*At Oporto the north Portuguese taste for ornate surfaces continued to find expression through decorative schemes drawn from Dutch and Flemish sources. The façade of Congregados (1657-80) is a good example.*" E acrescentam que a influência de desenhos extraídos de gravuras de Antuérpia é visível em Braga, depois de 1670, nas fachadas de algumas pequenas igrejas, como S. Vítor (1680), Franciscanos (1690), S. Vicente (1691) e Santa Cruz dos Remédios (1694). Quanto ao Sul de Portugal, salientam a obra de arquitectos como João Nunes Tinoco e João Antunes.

Em relação ao século XVIII, delimitam um período cronológico entre 1693, a descoberta do ouro do Brasil, e 1755, o terramoto de Lisboa. Ao longo destes anos, destacam Ludovice, que terá «adaptado as formas do Barroco romano aos hábitos reticentes do sul de Portugal». Contrariamente, o Porto "*avidly absorbed the surcharged ornamental fashions of southern Italy brought by Niccoló Nazzoni (Nasoni)*...". Esta oposição ter-se-ia

concretizado na Torre da Universidade de Coimbra, atribuída por estes autores a Ludovice, e na Torre dos Clérigos, obra de Nasoni.

A partir de 1750, este gosto decorativo do Norte ter-se-ia libertado de todas as restrições: "*Each provincial centre, such as Braga, Viana, Barcelos, or Guimarães, tended to develop its own local style, compounded of themes drawn from Italian scenographic designs, from English furniture books, from German collections of architectural engravings, and from French goldsmiths drawings... In sharp contrast to the Italian atmosphere of Lisbon and southern Portugal is the ascendancy of Portuguese designers after 1750 in these northern districts. The importance of their contribution to architecture becomes apparent when we examine the work of their Brasilian contemporaries.*"

Esta análise parece-nos sobretudo interessante, por encontrar no Norte uma interpretação nacional que se terá sobreposto quer às influências italianas introduzidos por Nasoni, quer a outras externas transmitidas pela gravura, enquanto o Sul, se terá prendido de forma mais erudita às formas tardias do barroco romano, trazidas por Ludovice.

Uma outra síntese estrangeira sobre a arte portuguesa é a obra de Yves Bottineau, *Baroque ibérique, Espagne - Portugal, Amérique Latine* [5]. Esta obra parte duma análise geral das condições históricas que assistiram ao desenvolvimento do barroco, nomeadamente no plano económico e no da mentalidade (ou psicologia colectiva). Depois, são analisadas algumas obras, portuguesas e espanholas, através de plantas, fotografias e pequenos comentários. Na primeira série são escolhidos o Bom Jesus de Braga e o Convento de Mafra, no que respeita ao reino de Portugal e do último diz-se: "*Mafra représente avec Queluz et la Lisbonne de Pombal la contribution du Portugal à l'art monarchique du XVIIIe siècle*".

No capítulo 3, intitulado «Le style et la conception architecturale», no ponto em que se debruça sobre a análise arquitectónica dos edifícios de Portugal e do Brasil, o autor sublinha as diferenças existentes entre a arquitectura portuguesa e a dos restantes países da Europa, mesmo da Espanha, com a qual, "apesar da importância comum dos edifícios religiosos, os elos permaneceram fragmentários". Sem compreender estas diferenças não se poderia entender o barroco em Portugal, cuja arquitectura deveria ser considerada de acordo com duas constantes: "*La première, mise en valeur par* M. *Germain Bazin, consiste dans la tendance rationelle à l'unité, à la simplicité, au plan compact; la seconde, clairement signalée par* M. *George Kubler, dans la divergence entre le Portugal du Nord, porté vers la liberté ornementale des façades, et celui de Lisbonne et du Sud, que préoccupe davantage la structure.*"

Assim para Yves Bottineau a oposição entre Norte e Sul de Portugal reflectir-se-á no Brasil, nas diferenças entre a arte da Baía e do Rio de Janeiro, herdeira do plano compacto e do gosto clássico de Lisboa, por um lado, e Minas Gerais por outro, cuja arte se desenvolve na tradição das soluções do Porto e do Minho, onde dominam as preocupações decorativas.

O historiador da arte que se debruçou sobre estas questões ao longo dos anos sessenta e setenta foi Jorge Henrique Pais da Silva, cujas obras dispersas foram publicados postumamente [6]. No texto inédito até 1986, então publicado sob o título «Nota sobre a arquitectura barroca em Portugal», este autor sublinha que muitos edifícios integrados em estudos sobre arquitectura barroca apenas o são, porque construídos ao longo dos séculos XVII e XVIII, ou por possuírem elementos decorativos considerados barrocos, sendo muito restritas as soluções especificamente arquitectónicas que se possam considerar barrocas. Segundo Pais da Silva, "*a arquitectura religiosa do mundo português durante a época barroca parece poder caracterizar-se por relativa pobreza de soluções espaciais, de dinamizarão de volumes, de alçados sinuosos. (...) Utilizaram-se elementos arquitectónicos e decoração arquitectural agitada - em portadas, janelas, óculos, nichos, frontões, remates de torres, pináculos, etc. - mas geralmente «inscritas» em superfícies planas, cuja calma quase nunca conseguiram perturbar*". De acentuar que esta

análise é global, relativamente a todo o território, não distinguindo o norte e o sul de Portugal.

Num outro texto, que constituiu a sua comunicação ao Congresso Internacional de Estudos em Homenagem a André Soares [7], Pais da Silva chama a atenção para os estudos feitos até então, considerando-os de carácter precário, dada a "*ausência de sólidos inventários e de monografias seguras.*" Só depois do estabelecimento do «corpus» da arquitectura nacional dos séculos XVII e XVIII, através de estudos monográficos normalizados, acompanhados, para além da investigação documental, de levantamentos gráficos e fotográficos, será possível tirar conclusões ou estabelecer princípios de ordem geral. Estas, de acordo com o mesmo investigador, deveriam considerar "*a cultura arquitectónica vigente (estrutura e funcionamento do ensino teórico e do ensino prático, difusão doutrinal dos textos da especialidade, organização de estaleiros, peso de artistas não portugueses, etc.) até ao enquadramento económico e social (tipos de clientela, estatuto do arquitecto, institutos jurídicos de organização profissional, etc.).*"

Ainda na década de 70, integrado na *História da Arte* das Publicações Alfa [8], surgiu um capítulo, da responsabilidade do professor J. A. Ferreira de Almeida, intitulado «O barroco e o rococó em Portugal e no Brasil», onde são dedicadas algumas páginas à arquitectura, talha e escultura no século XVIII. Aí se afirma que "*foi essencialmente na decoração que o barroco ganhou expressão própria em Portugal, um tanto nas fachadas e muito mais nos interiores, onde a talha de madeira e o azulejo alcançaram uma originalidade e riqueza sem paralelo*". Essa exuberância decorativa terá surgido primeiro no Norte, mais precisamente em Braga, na fachada de pequenas igrejas como S. Vítor (1686), Ordem Terceira de S. Francisco (1690) e S. Vicente (1691), mas "*só no reinado de D. João V o barroco se implantaria duradouramente...*". E o autor prossegue referindo alguns dos arquitectos que trabalharam para D. João V, como Juvara, Ludovice e Canevari, após o que se refere à importância de Nasoni na arquitectura do Norte, sem especificar características que o opusessem ao que se fazia no sul.

A morte de eminentes historiadores durante a década de 70, como Robert C. Smith, em 1975, ou o próprio professor Pais da Silva, em 1977, deixou por alguns anos um certo vazio na investigação da história da arte em Portugal até que a partir da década de 80 se começou a afirmar uma nova geração de historiadores.

É neste contexto que surge a *História da Arte em Portugal*, igualmente da responsabilidade das Publicações Alfa [9], onde os volumes 8 e 9 são dedicados, ao período barroco, o primeiro, «O limiar do Barroco» sob a direcção de Carlos Moura, e o segundo, «Do Barroco ao rococó» da responsabilidade de Nelson Correia Borges. Enquanto no primeiro caso, por razões que já foram aduzidas, não há referências significativas a uma oposição entre o Norte e o Sul de Portugal, já no texto de Nelson Correia Borges elas se tornam evidentes.

Aí, a propósito do estudo da principal obra do reinado de D. João V, se afirma: "*Mafra é o grande foco difusor da arte de João Frederico Ludovice na região da capital e mais para sul, mas não se pode ignorar outro foco igualmente importante, situado no Alentejo: a nova capela-mor da Sé de Évora, também concebida por Ludovice e com o patrocínio régio.*"

E, depois de analisar obras como S. João Baptista de Campo Maior, ou Nossa Senhora de Aires (Viana do Alentejo), Nelson Correia Borges foca a sua atenção "*no vale do Mondego e centro do país*" onde, segundo a sua expressão, "*as obras efervesceram, (...) mas a influência do estilo da corte chegou mais esmorecida.*" E prossegue com a análise da obra de Gaspar Ferreira, e outras, em Coimbra, Mangualde e Viseu, após o que afirma num parágrafo que julgamos necessário sublinhar no contexto em que vimos trabalhando:

"*Quanto mais se caminha para o Norte, mais se esquece o barroco ludoviciano da corte. Aqui, junto ao Douro, o barroco participa também do carácter exuberante e festivo das pessoas. Desenvolve-se com uma*

pujança cheia de pitoresco. As superfícies animam-se de movimentados elementos, carregam-se de ornatos variados. Extravasa-se o espírito ornamental que já aflorara no românico com energia popular. O granito, material quase exclusivamente utilizado, duro e de grossa textura, não permitia o lavrado fino, a execução perfeita e minuciosa dos mármores e calcários do sul, exacerbando o gosto pelo volume e pela opulência das formas, mas proporcionava a animação da arquitectura pelos violentos contrastes com as paredes revestidos de cal ou jogando com o efeito de claro-escuro nos elementos relevados."

E, após referir a igreja de Santo Ildefonso, o autor mais uma vez identifica o barroco do Porto com a personalidade de Nicolau Nasoni. Mas curiosamente, e ao contrário daqueles autores que citámos anteriormente, Nelson Correia Borges detecta uma certa resistência ao estilo de Nasoni e a "*consequente manutenção de um espírito mais nacional em alguns edifícios provinciais, como em Aveiro, ou Braga*" ou nas obras conventuais vindas de épocas anteriores.

Em 1989, José Femandes Pereira, na entrada «Barroco, Estilo», do *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* [10] fazia o primeiro balanço do que tem sido entendido por barroco em Portugal, de Aarão de Lacerda a Nelson Correia Borges, mas nesta perspectiva têm também interesse entradas como Braga, Porto, Lisboa, a primeira e a última da responsabilidade de José Femandes Pereira, «Porto, cidade do» entregue ao professor Joaquim Jaime Ferreira Alves. Em relação à primeira, o autor sublinha o seu carácter plano, que terá sido um obstáculo à multiplicação de pontos de vista cara à cidade barroca, e chama a atenção para a importância do mecenato de D. Rodrigo de Moura Teles, importante sobretudo pelo santuário do Bom Jesus do Monte, e do arcebispo D. José de Bragança, cujo incentivo contou com a colaboração de André Soares, cujas "*fachadas cenográficas*" deram à cidade "*a fisionomia tardo barroca e rococó que a caracteriza*". E termina: "*... Braga permanece, tal como o Porto, como a mais barroca das cidades Portuguesas.*"

Na entrada «Lisboa», o mesmo autor regista a ausência de um projecto global de transformação da cidade, considerando que abortou "*a definição de uma unidade urbana dignificante de um monarca absoluto e da capital de um império*", e concluindo que "*o terramoto de* 1755 *arrasava uma cidade tocada epidermicamente pelo urbanismo barroco...*".

Quanto ao Porto, o professor Ferreira Alves considera, logo de início que esta cidade "*... é um dos marcos importantes na história da arte barroca portuguesa.*" E sublinha: "*... a cidade setecentista encontrou no barroco, através das fachadas aparatosas e dos interiores de talha refulgente pelo ouro, a expressão que lhe confere o aspecto característico que em grande parte conserva.*" A primeira metade do século XVIII é, segundo este investigador, marcada por duas tendências, uma tradicional, ligada aos conceitos espaciais do maneirismo e outra, moderna, que irá "*utilizar uma nova linguagem decorativa*", ligada às obras de renovação da Sé, durante o período de «sede vacante» após a nomeação de D. Tomás de Almeida para Patriarca de Lisboa. Esta mudança deve-se a um conjunto de artistas do qual fazem parte Miguel Francisco da Silva, António Pereira e também, mas não exclusivamente, Nicolau Nasoni. Este gosto, ligado por um lado aos gostos tradicionais da clientela, por outro ao próprio conservadorismo estilístico dos artistas, permanecerá ao longo da segunda metade do século XVIII, não obstante a introdução de formas neoclássicas.

Chegamos finalmente à última grande síntese publicada sob a direcção de Paulo Pereira, a *História da Arte Portuguesa* [11], onde o capítulo dedicado ao «Barroco do Século XVIII» é da responsabilidade de José Femandes Pereira. Este é subdividido numa série de pontos, de que se destacam «A arquitectura régia» - Menino Deus, Capela-mor da Sé de Évora, Patriarcal, Capela de S. João Baptista e Palácio das Necessidades -, «A retórica arquitectónica: Mafra» e «A Arquitectura do Norte», em que se inclui o Bom Jesus de

Braga, a obra de Nasoni, André Soares e a arquitectura bracarense, a que acresce uma visão global das «Projecções regionais da arquitectura barroca» e da «arquitectura civil» e «A cultura arquitectónica» no que à primeira metade do século se refere. Parece-nos importante sublinhar que, neste caso, a distinção se exerce mais entre arquitectura régia e arquitectura do norte, embora o conceito *régio* aqui se possa identificar com *a corte*. Quanto à questão das oposições, ela é centrada a nível do mecenatismo, pois *"ao poder do rei contrapunha-se o poder da Igreja e será desta instituição que nascerá uma notável obra de arte cuja importância se equipara a Mafra, embora sejam distintos os seus valores icónicos e o programa artístico"* - o Bom Jesus do Monte.

De Nasoni são sublinhadas as qualidades de artista polivalente e as mudanças que influenciou na cidade do Porto *"e, por extensão, ... certas zonas do Norte do País. Nasoni soube compreender alguns valores essenciais da cultura arquitectónica da cidade (como o peso específico do lugar e o valor das fachadas); mas também é verdade que soube enfatizá-los com um discurso pessoal onde a fantasia domina."*

Quanto a Braga, o autor valoriza também as capacidades de André Soares, que *"alterou qualitativamente a arquitectura bracarense: aumentou-lhe a cenografia, actualizou-a e deu-lhe um cunho erudito"*, mas não esquece a importância dos mecenas saídos da família real, D. José, irmão de D. João V, arcebispo entre 1741 e 1756, e D. Gaspar, filho ilegítimo do mesmo rei, que deteve o poder de 1757 a 1789.

Ao falar das «projecções regionais da arquitectura barroca», José Femandes Pereira alerta para as *divergências regionais* e sintetiza: *"Esquematicamente poderíamos dizer que é mais erudita nas proximidades das principais cidades; é mais compendial a Sul, tendencialmente mais decorativa a Norte; é mais rica e versátil no litoral e empobrece à medida que caminhamos para o interior."*

Depois de termos feito uma análise que, apesar de não ser exaustiva, nos permite fazer um balanço da questão «barroco do Norte - barroco do Sul» ao longo da segunda metade do século XX, permitir-nos-emos algumas considerações:

1ª A correcta análise do problema só será, de facto possível, quando, como pretendia Pais da Silva, estiver completamente estabelecido «o corpus» da arte portuguesa do século XVIII, compreendendo não só o estudo das obras como o dos seus autores e encomendadores. Mas esse desejo, presente em todos nós, não nos poderá impedir de avançar com hipóteses, cada vez mais correctas à medida que a investigação se actualiza, como já o demonstra a última síntese referida.

2ª Uma nova forma de entendimento do barroco foi apresentada em Braga em 1996, no simpósio internacional *Struggle for Synthesis* [12], o conceito de obra de arte total, que deve levar a uma revisão da ideia por muitos aceite de que o Sul é mais estrutural e o Norte mais decorativo. Programas decorativos que incluem a talha, o azulejo e a pintura, de quadros e de tectos, contribuíram, de facto, para criar espaços inteiramente novos, e ajudarão também a pôr de parte a ideia que só existe barroco quando existem estruturas espaciais idênticas às de um Borromini ou de Guarino Guarini. No entanto, ao apreciar as obras nesta perspectiva, teremos de ter presente que a decoração das capelas dependia muitas vezes das irmandades e que estas as decoravam em tempos diferentes e tinham possibilidades económicas também diversas. Permanece a questão se, apesar desses tempos diferentes, o resultado final não permitiu uma leitura e apreensão globais ainda em plena época barroca. Será esta uma particularidade do barroco português que teremos de considerar.

3ª A grande alternativa poderá não estar entre Norte e Sul, mas entre as obras feitas *sob o patrocínio régio ou a sua directa influência e as que dependiam da Igreja (bispos ou* ordens religiosas, ou mesmo párocos). Um dos aspectos que caracteriza o barroco é a concentração da Corte numa cidade - seja ela Roma, Viena ou Praga. D. João V não conseguiu fazer de Lisboa uma grande cidade barroca [13], mas os esforços desenvolvidos ao longo do seu reinado apontam para a constituição de praças reais, alargamento de ruas e consequente melhoria da circulação, panorâmicas em socalcos, como aponta o projecto de Juvara para a Patriarcal, extensão da cidade ao longo do rio, com o projecto de um cais de Belém a Xabregas, prevendo o saneamento, as ruas traçadas a direito, os locais de embarque e desembarque. Terá ficado no plano que se conhece, da responsabilidade de Carlos Mardel, e por isso não passou de utopia, mas foi, sem dúvida, uma utopia barroca.

4ª D. João V, ao longo do seu reinado, não teve oportunidade de conhecer o país que governava; deslocou-se a Évora e Vila Viçosa, várias vezes, assim como a Mafra cuja construção acompanhou de perto. Em 1729, numa verdadeira odisseia, atravessou o país para ir ao Caia entregar sua filha mais velha D. Maria Bárbara ao rei de Espanha, e receber *sua nora, D. Mariana Vitória, na mais espectacular encenação barroca do seu reinado.* Visitou Tomar e no final da vida, por razões de saúde, deslocou-se várias vezes às Caldas da Rainha. Assim poucos dos seus súbditos terão tido oportunidade de aclamá-lo e beneficiar da sua generosidade. O seu mecenato, no entanto, alargou-se além dos limites geográficos das suas viagens, nomeadamente ao Louriçal, a Coimbra e a Campo Maior e é nas obras de responsabilidade régia que encontramos um gosto particular pela decoração em mármore e pela importação de pinturas italianas, preferidas mesmo em relação aos artistas formados em Itália como Vieira Lusitano.

5ª Ao longo do período joanino, os materiais tradicionais usados na decoração das igrejas por todo o país continuam a ser, como acontecia desde o século XVII, a talha dourada, o azulejo, a pintura devocional, de maior valor iconográfico que estético, alguma pintura de tectos, imagens de madeira estofada e policromada, que foram realizadas mesmo por escultores iniciados no mármore, como Claude Laprade ou José de Almeida. A qualidade artística das obras varia da corte ou dos grandes centros episcopais para a periferia, seguindo mais de perto os modelos italianos, ou cingindo-se à habilidade dos *artesãos locais, como aconteceu no Algarve com as obras meritórias do entalhador Gaspar* Martins, que alcançou grande originalidade. O «estilo nacional» da talha perdurou nas zonas periféricas para além da década de vinte e o modelo «joanino» manteve-se também para além dos anos 50, vindo a combinar-se com elementos do vocabulário *rocaille*, entretanto difundidos através de gravuras.

Mas não podemos deixar de sublinhar que as grandes criações do «estilo joanino» são para Lisboa e para o Porto obra do mesmo criador, Santos Pacheco que desenhou o retábulo-mor da igreja dos Paulistas e o retábulo-mor da Sé do Porto, montado com a colaboração do entalhador Miguel Francisco da Silva, que permaneceu no Norte contribuindo decisivamente para a implantação deste estilo, tal como o portuense Luís Pereira da Costa, que com ele colaborou na Sé do Porto [14]. Ao abordar esses regionalismos não podemos ignorar a influência da vizinha Espanha, nomeadamente da Galiza no que se refere ao Norte do país e da Andaluzia no que respeita ao Alentejo e Algarve; não só está documentada a presença de artífices do reino vizinho entre nós como esse intercâmbio

se verifica noutras épocas e no que ao Norte respeita não se pode ignorar as repercursões de trabalhos como a «Obradoiro» de Santiago de Compostela e de outras grandes obras realizadas na Galiza ao longo do século XVII-XVIII.

6ª No que toca às divergências entre Norte e Sul está por elaborar qualquer estudo que se refira à pintura, embora também aqui seja verdadeiro o modelo da oposição entre a corte e o resto do país. Assim o retrato de Corte, impulsionado por D. João V teve o seu grande craidor em Duprà, que trabalhou em Vila Viçosa e Coimbra, limites sul e norte da acção directa do rei. Os restantes retratos, da nobreza como do clero, são representações de valor iconográfico, algumas quase ingénuas e só na segunda metade do século XVIII a presença de Glama Ströberle no Norte terá contribuído decisivamente para uma melhoria do género.

No que respeita à pintura religiosa, D. João V preferiu os italianos e entre estes, Masucci, que trabalhou para Mafra, Évora e Lisboa, depois os artistas formados em Itália como Vieira Lusitano ou Inácio de Oliveira Bernardes. As igrejas da capital puderam contar com a colaboração de alguns destes pintores, ou de André Gonçalves, que apesar de não ter ido a Itália sabia adaptar com perícia as gravuras de Maratta e de outros pintores do início do século XVIII. No resto do país, nos conventos, eram monges e freiras que executavam a pintura devocional, muitos deles, aliás, inscritos na Irmandade de S. Lucas.

A pintura de tectos à maneira italiana foi conhecida em Lisboa desde o início do século XVIII, graças a Vincenzo Baccarelli, que aqui deixou discípulos qualificados como António Lobo ou António Simão Ribeiro que levou a sua arte até Coimbra e Santarém. No Norte, e este mérito não lhe é normalmente apontado, foi Nasoni que com as pinturas da Sé do Porto e da Sé de Lamego difundiu o gosto pelos *trompe-l'oeil* barrocos que vão permanecer ao longo do século XVIII, como vimos numa pequena igreja paroquial em Castelo Melhor, junto ao Côa, tema que julgamos merecer investigação sistemática.

7ª Em relação à azulejaria, parece evidente que a sua aplicação é mais abundante no Sul do que no Norte - talvez devido à mais forte tradição árabe - mas, de modo geral, é um elemento comum ao barroco português. Foram as oficinas de Lisboa e os grandes mestres lisbonenses que enviaram as suas encomendas para Norte, como acontece com a Igreja do Terço, em Barcelos, totalmente revestida com azulejos de António de Oliveira Bernardes, autor igualmente dos azulejos das capelas de S. Pedro de Rates e de S. Geraldo da Sé de Braga, enquanto seu filho Policarpo revestiu a igreja de S. Lourenço de Almansil, mas eles e outros mestres trabalharam para todo o continente, Madeira, Açores e Brasil. Em Coimbra, existe também uma oficina cuja produção de menor qualidade é consumida localmente (Santo António dos Olivais) ou exportada para as Beiras (Mangualde).

Um aspecto do azulejo que parece ter sido específico da Corte e da sua periferia são as «figuras de convite», que aparecem com mais abundância em Lisboa e arredores, Setúbal e Évora [15], estando ausentes no Norte do país, embora se possa adiantar a hipótese de, nesta zona, elas terem sido substituídas por esculturas de granito como acontece no solar dos Biscainhos.

Também é de salientar que o azulejo tem papel de primeiro plano nos jardins do centro e sul (de Santa Cruz de Coimbra à Quinta dos Azulejos no Lumiar), mas nas casas do Norte é mais tímido ou nem sequer aparece, como nas quintas atribuídas a Nasoni ou no Bom Jesus de Braga. Evidentemente, não podemos esquecer que muitos revestimentos

exteriores que combinam o azulejo com o granito, substituindo-se à cal, são posteriores, embora a apreensão estética que nos proporcionam seja de tradição barroca.

Setembro de 1998

* Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

[1] *História da Arte em Portugal* das Publicações Alfa, 14 volumes, 1986; *História da Arte Portuguesa*, 3 vols, dirigidos por Paulo Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

[2] Porto, Portucalense Editora, 1953.

[3] 3 volumes, Lisboa, 1966-70.

[4] *The Pelican History of Art*, Penguin Books, 1959.

[5] Fribourg, Office du Livre, 1969, «Architecture Universelle».

[6] Jorge Henrique Pais da Silva, *Páginas de História da Arte*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1986, «Imprensa Universitária» nº 53 e 54.

[7] "A Arte em Portugal no século XVIII", Braga, 1973, in *Bracara Augusta*, vol. XXVII, nº 64, Braga, 1974.

[8] J. Pijoan, (direcção de), *História da Arte*, vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa, 1972.

[9] AA. VV., *História da Arte em Portugal*, 14 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

[10] José Femandes Pereira (direcção), Paulo Pereira (coordenação), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989

[11] Paulo Pereira (sob a direcção de), *História da Arte Portuguesa*, 3 volumes, [Lisboa], Círculo de Leitores e Autores, 1995

[12] *Struggle for Synthesis, The Total Work ofart in the 1 7th and 18th Centuries*, 11- 14 de Junho de 1996, Braga, Museu Nogueira da Silva e Mosteiro de São Martinho de Tibães.

[13] Margarida Calado, "Lisboa Joanina", comunicação ao Simpósio "Lisboa em discussão", in *Olisipo*, 1994.

[14] Robert C. Smith, *A talha em Portugal*, Lisboa, 1962.

[15] Luisa d'Orey Capucho Arruda, "Figuras de convite", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

ESTRATEXIAS MATRIMONIAIS DOS PESCADORES DA BANDA NORTE DA RÍA DE PONTEVEDRA

Francisco CALO LOURIDO

"O *que lonxe vai casar, chata leva ou vai buscar, e se a leva e a atopa axuga o pez coa bota*" (FRAGUAS, 1995: 69). Encomezamos con esta cita pola súa validez xenérica que nos predispón a agardar uns comportamentos no ámeto mariñeiro que, en liñas xerais, non deberan de ser moi diferentes dos de calquera outra comunidade, se facemos excepción das situacións derivadas da mobilidade intrínseca do traballo do mar. En principio estou plenamente de acordo co que Fernández de Rota escribiu sobre unha zona exclusivamente labrega, sobre Monfero, cando di que unha das razóns da endogamia está na necesidade de evitar mocear lonxe, pois ó día seguinte hai que estar no traballo á mesma hora que o resto da familia e, se se botou a noite andando, mal se pode render como os outros (FERNÁNDEZ DE ROTA, 1984: 201-202). O labrego vive apegado á terra, cuns horizontes moi delimitados e uns desprazamentos esporádicos á vila, á feira ou á romería. O traballo do mariñeiro leva implícitos uns movementos diarios a maior ou menor distancia e unhas recaladas periódicas ou esporádicas, accidentais, e, en ocasións, accidentadas, a determinados portos. Por outra banda, barcos de diferentes lugares faenan nos mesmos caladoiros, as tripulacións falan entre elas, coñécense, hai comentarios sobre o bo oficio duns e doutros, sobre a sona das súas respectivas familias, etc. Todo esto predispón a encontros e emparellamentos a distancias inusuais no mundo campesiño. Un vello mariñeiro de Bueu dicíame que a el sempre o trataran moi ben os de Portonovo, mesmo ofrecéndolle dormir nas súas casas cando se calaba unha surada e el tiña que voltar coa dorna en vela e vento encontrado.

Se teño adicado un artigo a falar das malas relacións de vecindade entre as comunidades de pescadores (CALO, 1998), ben é verdade que nel fago constar que a peligrosidade do elemento hostil no que traballan uns e outros crea, por outra banda, unha solidariedade que facilita estas mesmas relacións; o que sucede é que sempre serán interpersoais, nunca comunitarias, pero para chegar a concertar matrimonios o importante son as primeiras. Sentado o anterior, entremos de cheo en materia.

Toda a literatura antropolóxica que coñezo fai referencia a unha estricta endogamia, non só parroquial, senón tamén de clase: os mariñeiros casan coas fillas dos mariñeiros. Eu mesmo teño constatado e defendido esto en diferentes traballos, xa desde a miña primeira aproximación ó tema, na que foi tese de licenciatura en 1974 e, anos despois, sen modificacións, o meu primeiro libro (CALO, 1978). Deteñámonos un pouco, facendo un repaso, a xeito de batería, das aseveracións e opinións propias e alleas sobre esta cuestión.

Nunha ocasión (CALO, 1996a) fixen notar que, ó estudia-los aspectos sociais, había que ter moi nidia a diferencia entre comunidades estrictamente mariñeiras, incluíndo aquí as que teñen un pouco de terra, insuficiente para o autoconsumo, e as comunidades cunha economía mixta mar-terra. Encomezarei polas que se atopan no primeiro dos casos, onde as relacións habituais entre os homes de mar e os labregos, veciños pero non

mesturados, foron sempre conflictivas, sendo a principal característica das ditas relacións o desprecio mutuo. Non fai ó caso agora coñece-la opinión dos labradores, pero si cómpre dicir que estes, para os mariñeiros, non eran máis que xentes egoistas, cunha existencia segura desde o punto da subsistencia (xa que "teñen millo no hórreo"), e da supervivencia (pois "pisan sempre onde pisa o boi"), que nunca regalan nada, que "non dan puntada sen nó" e que "trocan cunca de leite por cunca de aceite". O mariñeiro, pola contra, xoga a vida tódolos días; non ten nada, sae ó mar, pesca e trae peixe para terra, o que lle permite ser dadivoso; vive ó día, polo que, cando non ten, pasa fame e laseira e, cando chega a abundancia, despilfarra. A inseguridade real do seu traballo, tristemente avalada tódolos invernos por sucesivos naufraxios, conformoulle un xeito de ser resignado e determinista; pode descoñece-la palabra, pero cre na predestinación e, falando da morte, repite aquelo de que "cada un tena onde a ten", "non a tiña alí" ou "non estaba de Deus". Se non pensara así con absoluto convencemento non sairía ó mar.

Estamos diante de dous mundos -labrego/mariñeiro- en permanente contacto, pero absolutamente contrapostos; trátase de dous xeitos diametralmente diferentes de concebi-la existencia; son dúas filosofías vitais que nada teñen en común, e esto necesariamente ten que se traducir en manifestacións radicalmente diferentes sobre aspectos estructurais da sociedade. Estratexias matrimoniais, idade dos casamentos, dotes, prole, responsabilidades e representacións familiares, herdanzas, etc., o mesmo que, noutra orde de cousas, a propia cosmovisión, seguirán pautas e vieiros diferentes nos dous grupos. Sen entrar en particularidades locais ou zonais, pódese dicir que o comportamento (e o pensamento) dun mariñeiro galego está máis próximo ó dun colega bretón, galés, escocés, gaditano ou canario (introduzo estes últimos a conciencia para que ninguén pense en afinidades celtas) que ó dun labrego veciño. Esto non está berrado cos sentimentos de pertenza a un determinado e plural pobo, o galego no caso que nos ocupa, pero entrar agora nesta cuestión desviaríanos do tema.

Se o que veño de expoñer é certo e se acepta, non é difícil entender que as relacións entre labregos e "pescos" non foran nunca excesivamente fluídas e cordiais o que, necesariamente, dificultaría unha conxunción de intereses que rematara nunha relación de parentesco.

Os pescadores da Guarda sinten verdadeiro desprecio polos terrestres e as súas faenas, recriminando a un mariñeiro que está a facer mal o seu traballo cun "deixa iso labrador" (ALONSO, 1987: 22). En Raxó, cando un principiante colle un bo peixe, a frase que se escoita é: "hoxe está o mar para labreghos", mentres que no Porto do Son se prefire falar de zapateiros, cecais por aquelo de que sempre consideraron que os de Noia (vila á que pertenceron ata 1812) non eran mariñeiros e, pola contra, sendo terra de curtidores, si tiñan sona como zoqueiros e/ou zapateiros; lémbrese aquelo que se lles dicía: "Os de Noia, campana de pao, tocan á misa cun zoco". É curioso que, na documentación á que farei alusión máis adiante, para un de Camboño (Lousame), ó pé de Noia, que vén casar a Combarro, este fora precisamente zapateiro.

Na costa norte de Portugal temos un porto, Póvoa de Varzim, que ten para min un engado especial. Trátase dunha "colmeia piscatória" antiga, a principal entre Matosinhos e Caminha, posiblemente derivada de Vila do Conde xunto co seu núcleo da Cachina ou máis probablemente fundada por pescadores galegos. Dicir esto é arriscado, pero eu atopo moitos elementos sospeitosos, desde o culto a S. Andrés (extraño no norte de Portugal e común na costa galega, pensemos en San Andrés de Teixido) ó convencemento da existencia -exclusiva destes mariñeiros- da Santa Compaña (nin os labregos dalí nin do

resto de Portugal, exceptuando algunhas zonas do Minho nas que se fala desto dun xeito un tanto difuso, teñen tal crencia) ata chegar ó tipo representativo da súa embarcación, a "lancha" (Cfr. LIXA, 1995), que podemos considerar semellante, senón idéntica, ás lanchas volanteiras do Porto do Son. Cando os pescadores da Guarda querían mercar un barco deste tipo acudían a calquera destes dous portos: "Los lugares de construcción de las Lanchas de A Guarda eran los astilleros de Camposancos, la Póvoa de Varzim en Portugal y Porto do Son en la orilla Sur de la ría de Muros y Noya" (BELOSO, 1990: 63). Un autor da zona, nun traballo anterior, di que o que se facían en Camposancos eran os "molleiros", pero que "los volanteiros venían de la Póvoa de Varzim y Porto do Son" (ALONSO, 1987: 38-39). Embarcación parecida ou igual a esta, como moi ben fixo notar Cadoret no simposio de pesca que organicei este verán en Pontevedra, atópase tamén na Bretaña Francesa (Cfr. CADORET, 1998). Esta comunidade da Póvoa tivo a sorte de protagonizar unha espléndida monografía, feita por un seu ilustre fillo, na que se insiste na estricta separación entre o núcleo pescador e o resto das xentes da vila: "Nada de misturas com a chamada 'gente da terra" (GRAÇA, 1932: 57). Noutros lugares do libro dísenos que o chamadeiro que os mariñeiros tiñan para os demais era "peixes de coiro", é dicir, "melgachos", cazóns", ou, o que é o mesmo, xente ruín.

Nunha novela etnográfica sobre unha poboación de pescadores da costa de Girona vemos que, cando un lugar veciño habitado por labregos ten problemas económicos, ós mariñeiros esto despreocupáballes totalmente e mesmo "Les resultaba inconcebible que su destino pudiera estar en modo alguno ligado al de unos campesinos con los que apenas tenían contacto y de los que les separaban abismales diferencias de temperamento y tradiciones. Para los pescadores de Farol, los payeses de Sort podrían haber sido habitantes de un planeta distante y no de un pueblo situado a cinco kilómetros, y les costaba mucho interesarse por su destino fuera cual fuese la desgracia que se cerniera sobre ellos" (LEWIS, 1992: 12).

Xa para rematar, por non prolonga-la repetición con citas de tódolas publicacións sobre comunidades de pescadores, poñamos dous derradeiros exemplos de mala vecindade. En Cudillero (Asturias) había dous barrios: o alto, habitado por labregos ou traballadores de terra e o baixo, no que moraban os "pixuetos" ou pescadores. Pois aquí vemos tamén que "Los *pixuetos* menospreciaban a los 'aldeanos' o agricultores de los que afirmaban que sólo compraban caballa y chicharro, es decir, pescado de calidad inferior" (SÁNCHEZ, 1992: XIV). Moi lonxe de Asturias, no Algarve portugués, lemos que "a gente da Fuzeta chamava (e chama ainda) 'montanheiros' (termo que tem a conotação de atrasado, estúpido) aos indivíduos dos arredores que, ligados preponderantemente ao trabalho do campo, tinham um estilo de vida diverso" e surxían estrofas deste tipo: "Os 'montanheiros' não são homens / os 'terrestres' também não / Quando chega o homem do mar / bate o pé, atormenta o chão" (OLIVEIRA, 1972: 52-54).

Se algo está suficientemente claro para tódolos investigadores que se ocupan da antropoloxía mariñeira son as malas relacións existentes entre marítimos e terrestres. Trátase de dous xeitos absolutamente diferentes de dar resposta á primordial cuestión da supervivencia, o que necesariamente conlevará dúas maneiras diametralmente opostas de interpreta-la existencia. Nun traballo anterior, xa citado, teño tratado cunha certa profundidade o individualismo do mariñeiro, así como o seu espíritu solidario, pero en absoluto inclinado ó cooperativismo e cun sentimento e valoración dos conceptos "casa" e "familia" moi diferentes dos do labrego (Cfr. CALO, 1998). Non é cousa de repetir agora o que xa dixen noutros foros e publicacións, pero si cómpre ter todo eso presente para

entender que as relacións conducentes ó matrimonio entre pescos e labregos non foron nunca naturais nin ben vistas por ningunha das partes. Cando o desprecio é mutuo non se poden agardar aceptacións de parentesco. Vexamos.

Na Póvoa de Varzim a separación era drástica, polo que pobre da mociña, filla de mariñeiros, que se deixara pretender por un alleo á "classe piscatoria"; non só os pais, senón toda a comunidade tiña dereito a reprendela e a indicarlle que debía ter vergoña, sendo alcuñadas as que ousaban incumpri-la norma da comunidade de "toleironas" e "desavergonhadas" (Cfr. GRAÇA, 1932: 57). Cando eu estudiei o que sucedía con respecto a esto no Porto do Son, as conclusións ás que cheguei fixéronme escribír: "Generalmente los noviazgos surgían entre los jóvenes del propio pueblo, siendo totalmente esporádicos los matrimonios entre un pesco y una labradora" (CALO, 1978: 82). Nun traballo sobre a freguesía de Castiñeiras (Ribeira) lemos que "hai dúas bandas totalmente irreconciliabeis: os lugares de labregos e os de mariñeiros..., de feito os casamentos entre xente de mar e labregos son moi escasos" e un pouco máis adiante vemos que si son frecuentes os matrimonios cos doutra parroquia veciña, Carreira, tamén adicados á pesca (LAGO et alii, 1981: 132).

Nun estudio sobre a Culatra, unha comunidade do Algarve portugués, dise o seguinte: "O casamento ten tendência para ser endogâmico. O culatrense gosta de casar na ilha, pois alí conhece ben a noiva" (MARTINHO-MARTINHO, 1982: 118). Vemos como esta última frase, escrita sobre unha poboación tan distante de Galicia, vén abondando na cita, recollida por D. Antonio Fraguas, coa que encomezamos este relatorio. Nunha ocasión, falando desto, dixen que aquí semella esta-la clave: os mozos teñen que ser coñecidos da comunidade para, deste xeito, saber con quen se vai emparentar (CALO, 1999). Non renuncio ó anterior, pero antepoño a esto a realidade da absolutamente oposta concepción da vida que hai entre labregos e mariñeiros. Dicía tamén naquel traballo que en portos de mar como Póvoa de Varzim ou Porto do Son había diferentes categorías dentro da propia clase mariñeira e os matrimonios adoitaban celebrarse en círculos pechados, se ben a honradez e a profesionalidade abrían todo tipo de separacións económicas entre pescadores, pois a clase piscatoria non era homoxénea e non viña sendo o mesmo emparentar coa filla dun armador que coa dun mariñeiro que nada tiña. Sobre esta cuestión do matrimonio entre mariñeiros de moi diferente posición eonómica (e conseguintemente social) hai unha boa película etnográfico-costumbrista de Leitão de Barros rodada na Póvoa de Varzim en 1942 e titulada *Ala Arriba*! (berro empregado para subir pola area da praia as lanchas á volta do traballo no mar). Cando o mariñeiro pretendiente era de categoría económica e/ou social inferior, pero resultaba aceptado polos futuros sogros, recibía destes un dote en aparellos que o elevaba a un nivel que lle permitía aspirar á man da rapaza. Lemos esto no xa citado traballo de Graça ou vémolo na película que veño de mencionar.

Sobre os mariñeiros da Guarda díxose que "se casaban entre ellos, en una especie de endogamia, aislados durante muchos años del resto de la población, ya que 'arriba' había otro modo de vivir muy distinto al suyo" (ALONSO, 1987: 31).

Nun traballo sobre Santos Graça, autor do varias veces citado libro sobre os Poveiros, lemos o seguinte: "A endogamia, que é um fenómeno muito frequente nas sociedades tradicionalistas, é mais notória dentro duma comunidade com o mesmo tipo de economía que dentro de grupos geograficamente delimitados. O casamento como fenómeno de aliança e de solidariedade social de um grupo afim, como sempre foi, tem na comunidade poveira uma patenteação cristalina" (ALMEIDA, 1982: 288).

Nalgunha ocasión escribín que toda a literatura antropolóxica sobre o mar está a falar de endogamia, pero engadía daquela que botaba a faltar estudios estadísticos sobre datos documentais, concretamente sobre os libros parroquiais, que viñeran confirmar ou invalidar todo canto se vén dicindo. Entrementres eu tamén afirmaba o mesmo e, despois de facer notar que tiña realizado unha serie de enquisas en diferentes pobos de pescadores, a impresión que sacaba era a de que "os matrimonios eran endogámicos, ou polo menos homogámicos (mariñeiros con mariñeiros, anque foran de diferentes portos). A fin de contas os contactos eran entre eles, e así nolo contaba en Portonovo un mariñeiro xa xubilado, ó dicir que seu avó era da Moureira de Pontevedra, pero, o mesmo que outros de Bueu e demais, casou nese porto porque alí chegaban coas redes rotas para que llelas repararan e falaban necesariamente coas atadoras e "unha cousa levaba á outra" (CALO, 1999). Todo esto coincide co que Ferreira de Almeida escribiu a propósito do traballo de Santos Graça.

No Porto do Son teño escoitado moitas veces que os das aldeas veciñas consideraban ás mulleres das familias mariñeiras unhas mandonas e unhas dominantes, que ignoraban os traballos relacionados coa agricultura e que por riba eran as donas dos cartos e as que facían e desfacían dentro e fóra da casa. Sobre o papel da muller no seo da familia e os diferentes roles do home escribín en varias ocasións (CALO, 1978: 81 ss. e 1984: 261-279) polo que podo obviar agora ese aspecto, pero cómpre ter presente o anterior para comprender que a un labrador, cunha mentalidade tan distinta, non se lle ocurrira meter na casa unha pesca en calidade de muller. Sendo esto así, a homogamia é practicamente inevitable.

Tódolos autores que se ocuparon, con maior ou menor intensidade, desta cuestión traballaron sobre pobos que podemos considerar quimicamente puros. É dicir, eran comunidades claramente mariñeiras; pero a realidade é moito máis complexa, pois entre unha aldea da beira do mar habitada exclusivamente por labregos (que baixan á praia na procura do argazo para abona-las terras e, en ocasións, a mariscar na zona intermareal) e un pobo de mariñeiros (que, como moito, teñen unha cativa horta máis ou menos areenta como complemento alimentario) hai toda unha gradación de situacións ata chegar ó nivel intermedio de labregos-mariñeiros ou mariñeiros-labregos. En varios dos meus traballos sobre o nacemento das poboacións adicadas exclusivamente á explotación dos recursos mariños tentei demostrar con variedade de exemplos que as primeiras comunidades de pescadores naceron como consecuencia da existencia de campesiños sen terras que decidiron facer do mar morada, aprende-los seus segredos e vivir traballándoo (Cfr. CALO, 1993: 201- 220 e ID., 1996b: 11-25). O que aínda nunca dixen foi que o feito de que os labregos pobres se fixeran mariñeiros significou un retroceso (desde o punto de vista da dialéctica da Historia) no devir das xentes asentadas perto do noso litoral semellante ó que sufriron os indios sioux, sedentarios e agricultores cando o descubrimento de América, e posteriormente cazadores itinerantes por mor da utilización do recén chegado cabalo. A facilidade que tiñan agora para conseguir proteína animal fíxoos retroceder (culturalmente falando) do Neolítico ó Paleolítico. Outro tanto (e pola mesma razón de consecución de proteína animal) sucede cos agricultores pobres, que se transforman en depredadores, en pescadores. E esto debeu de suceder sempre, pero irrumpirá de xeito brutal, senón antes, cando menos de xeito masivo a partir do S. XII.

Non teño interese agora por voltar a me ocupar da situación dos labregos que desde 1737 pugnan por ter dereito a traballar libremente no mar, contra o ordenado na *Matrícula de Mariña*, polo que remito ó estudio de MEIJIDE (1971: 37 ss.) sobre a costa mindoniense,

xa que se trata dun traballo riguroso e extrapolable a toda a nosa beiramar; pero cecais non sobre lembrar, como detalle, que nos tiras e afrouxas que se sucederon neste século XVIII tivo problemas co subdelegado da mariña de Viveiro unha embarcación tripulada por labregos e que viña sendo propiedade do cura da freguesía de S. Xoán de Cobas. Van chega-los cataláns a Galicia, e sabemos que na agudización dos problemas que estes foráneos suscitaron non estaban precisamente á marxe os intereses económicos eclesiásticos (Cfr. ALONSO ÁLVAREZ, 1976). Pero, insisto, non vou entrar agora nestas cuestións, así como tampouco no que sucede coas tripulacións de labregos para as lanchas adicadas ós cercos ou traíñas, ós que na costa cantábrica se coñecía como "sogueiróns", pero que pasaron a formar parte dos barcos en todas partes, pois para exercer este oficio, como escribín hai anos, non se precisa ni técnica nin saber pescar, senón que chega con ter forza para cobrar o aparello, e nesto non hai diferencia ningunha entre pescadores e labregos. Fago notar que os mariñeiros empregan a verba "oficio" para cada tipo de pesca ou traballo con diferentes aparellos. Así, un barco que hoxe vai ós tramallos anda a un oficio distinto do que andará mañá se decide meter a bordo os palangres e faenar con eles. O bo mariñeiro terá que ser experto en todos e cada un dos diferentes oficios.

Pero o que verdadeiramente me interesa agora é examina-las estratexias matrimoniais nunhas poboacións estables e antigas, xa que en Galicia, a diferencia doutras zonas, tipo Arguineguín, nas Illas Canarias (SANTANA, 1988: 37-52 e HERNÁNDEZ, 1997: 533) ou o Baixo Alentexo portugués, por citar algo realmente recente, (Cfr. MENESES-MENDES, 1996) non hai comunidades de pescadores de nova creación, ou, cando menos, aínda non foron detectadas, o que cecais se deba á falta de interese por lanzar unha liña investigadora nesta dirección. Eu voume centrar neste relatorio en núcleos "coñecidos de vello", como son algúns dos tradicionais portos da banda norte da ría de Pontevedra, a saber: Combarro e Raxó. Escollín estes enclaves por significativos e por estar situados no interior da ría. Nun primeiro momento, a miña intención foi tratar tamén Portonovo, para ver unha sucesión de dentro a fóra, o que, para min, ten unha gran importancia, como fixen notar en varios traballos nos que defendín a progresión ocupacional histórica desde o fondo de saco das rías (alá polas fins do S. XII) ata chegar ás puntas exteriores das mesmas no S. XIV. Se na primeira etapa temos portos como Pontevedra, Noia, Padrón, Redondela..., na segunda aparecerán Muros, Porto do Son, Portonovo, Aldán... Progresivamente irá decaendo a importancia pesqueiro-económica dos núcleos antigos e serán os da Baixa Idade Media os que collan o relevo. Chegará un momento no que os habitantes do interior das rías, cos seus portos areados polos aportes dos ríos formando "lombos", se convertirán en mariscadores, voltarán ás faenas agrícolas e/ou compaxinarán as labores de terra e mar, mentres que os das puntas de fóra se lanzarán a descubrir novos mares e se afianzarán como mariñeiros. Problemas derivados da consulta dos libros parroquiais, ben coñecidos polos investigadores da demografía histórica, da arte, etc., non me permitiron, nesta ocasión, ocuparme de Portonovo, ubicado na bocana da ría e probablemente diferente en canto ás súas estratexias matrimoniais.

Posiblemente sexa Combarro, freguesía do concello de Poio, un dos núcleos marítimos máis coñecidos de Galicia, por obra e gracia da difusión turística, pois a imaxe dos hórreos enriba do mar, conxugada con barquiños de pequeno porte e casas pétreas con solaina é certamente moi plástica e suxeridora. Sabemos que no ano 1105 foi doado por Dona Urraca e D. Raimundo de Borgoña ó mosteiro de Poio. En 1489 houbo entre Combarro e Pontevedra litixios que se resolveron por sentencia arbitral, asinándose unha carta de irmandade o 23 de setembro de 1491 e conseguindo deste xeito os daquel porto ser

admitidos como veciños de Pontevedra a tódolos efectos; pero tendo que pagar para esto un canon de 100 pares de brancas, o que lles facultaba para ir a este porto a armar cercos e sacadas, a salgar, arencar e a vender. Non poden facelo en Combarro, agás se é para *consumo dos veciños do couto de S. Xoán de Poio, ó que pertencen, e limítrofes* (GARCÍA ORO, 1987, FERREIRA, 1988: 134 e ARMAS, 1992: 155). A partir de agora e ata o presente, aparecerá este porto repetidas veces na documentación, pero, non se tratando este dun traballo histórico, evitamos máis datos e conformámonos tan só, polo interese que ten para o noso relatorio, con facer notar que a actual freguesía de S. Roque de Combarro conta cunha moi boa extensión de terras de cultivo, o que fixo que, desde sempre, labregos e mariñeiros conviviran porta con porta e que traballos agrícolas e seifas marítimas se alternaran polas mesmas persoas.

O pequeniño porto e freguesía de Raxó, igualmente pertencente ó actual concello de Poio, *tivo actividade mariñeira e aparece na documentación cando menos desde o século* XVI. A súa entrada nos "papeis" fíxose de xeito similar á da meirande parte dos portos de mar, é dicir, por se ver metido nunha serie de pleitos a causa das artes de pesca empregadas por eles ou polos seus contrarios. Unhas veces serán eles os que solivianten ós da Moureira de Pontevedra polo emprego das sacadas e outras serán os de Combarro e Portonovo os que se extralimiten pescando no chamado "Mar de Raxó", vulnerando así os "dereitos" da Confraría do Corpo Santo de Pontevedra (Cfr. CALO, 1997: 295-315). Aínda non sabemos o que sucedeu, pero parece ser que este pequeno porto perdeu actividade, tendo en consideración que no S. XVIII, cando a elaboración do Catastro do Marqués da Ensenada, "era un pueblecito de labradores que vivía de espaldas al mar" (*PÉREZ GARCÍA, 1979:* 236). Recobrará importancia a raíz da chegada dos cataláns ás nosas costas polos mediados dese século, convertíndose desde aquela nun significativo enclave para os aparellos de arrastre e chegándose a elaborar un regulamento de pesca, de artes e de postas para este tipo de aparellos (Cfr. FILGUEIRA, 1946).

Se diciamos de Combarro que vai ser un porto cunha economía mixta mar-terra, no caso de Raxó atopámonos cunha poboación, desde o XVIII baseada na agricultura e no traballo do arrastre, concretamente na xábega e posteriormente no boliche (Cfr. CALO, 1997). É ben sabido que este tipo de seifa precisa tanto da man de obra do mariñeiro "puro" como do labrego -home e muller- que baixa á praia en épocas de descanso agrícola ou de especial necesidade para se sumar á recua de tiradores das seneiras e dos calóns do aparello. Cando fixen un traballo específico sobre o arrastre no porto de Raxó, escoitei varias veces de boca dos mariñeiros unha palabra que me deixóu perplexo e que me lembrou lecturas etnográficas moi distantes. Os meus entrevistados non empregaban a verba patrón ou armador para o dono e, ó tempo, xefe do barco, senón que o denominaban como "amo". Esta linguaxe non é de mariñeiro e lembroume un traballo sobre a Albufera Mallorquina. Cómpre traer aquí a cita, anque sexa un pouco longa: "Sin embargo, el pescador de la mar, tanto si es propietario o gestor de una barca, como si habiendo llegado tan sólo a marinero, ha alcanzado una edad avanzada, recibe la denominación de ***patró***; el pescador albufereño ***siempre*** es ***l'amo***. No se trata de un paralelismo con *l'amo pagès*; es directamente *l'amo campesino*. Sus referentes mediatos e inmediatos son, efectivamente, los propios del universo agrario" (MIQUEL, 1995: 54).

Vou, xa que logo, basear o meu estudio documental en dous portos de mar cun forte compoñente labrego: Combarro e Raxó. Foi mágoa non poder tratar, polo que antes dixen, tamén o caso de Portonovo, xa que nos podería ofertar un interesante xogo comparativo. De todas maneiras, penso que os resultados obtidos son certamente moi dignos de ser

tidos en consideración e mesmo van moito máis alá das miñas expectativas ou hipóteses iniciais.

Vou obviar agora facer unha análise teórica sobre a fiabilidade das fontes documentais conformadas polos libros eclesiásticos, remitindo para esto a PÉREZ GARCÍA (1979), por se ter preocupado "in extenso" da cuestión ó traballar sobre o Salnés para a súa tese de doutoramento. Simplemente vou engadir que o valor dos libros de matrimonios é moi desigual en función dos curas encargados das parroquias, pois mentres uns se preocupan de facer constar as profesións dos contraíntes, outros mesmo se esquecen de anotar as freguesías de nacemento ou de vecindade dos mesmos. De todas maneiras resulta posible facer unhas aproximacións ás estratexias matrimoniais, tendo en consideración que se trata dunhas valoracións estadísticas e non dunhas cifras absolutas e globais. Especificaremos esto no remate.

Vexamos en primeiro lugar o que nos deparou a inmersión nos libros de matrimonios da freguesía de San Pedro de Combarro.

Empezo no ano 1868, data en que Combarro se transforma en freguesía, independizándose de Poio, e vou tomando datos cada cinco, saltando dez, ata chegar a 1918, totalizando así 127 casamentos. En rigor cecais debera de sumar un máis, pois atopo un individuo, de 43 anos, con título de Don e natural de moi lonxe, concretamente de Santa María de Argalo (Noia) que casa cunha mestra de S. Bartolomé de Pontevedra, pero non o fago por se tratar evidentemente dun matrimonio anómalo e distorsionante do conxunto. Dos 127 matrimonios restantes, contabilizando todos, incluídos viuvos e viuvas, hai 52 homes (41 %) e 87 mulleres (68 %) dos que non consta a profesión. Os demais homes (75, é dicir, o 59 %) pertencen a estes oficios:

Mariñeiros: 36 (48 % ou 28,34 % do total).
Labregos: 30 (40 % ou 23,62 % do total).
Carabineiros: 2 (2,66 % e 1,57 % do total).
Serradores: 2 (2,66 % ou 1,57 % do total).
Canteiros: 2 (2,66% ou 1,57% do total).
Xornaleiros / tendeiros / zapateiros: 1 de cada (1,3 % ou 0,78 % do total cada un).

As restantes mulleres (40, é dicir, o 32 %) distribúense así:

Labregas: 26 (65 % ou 20,47 % do total)
Mariñeiras (escrituradas así, pero posiblemente sexan en realidade fillas de mariñeiros): 4 (10 % ou 3,15 % do total).
Labores da casa: 4 (10 % ou 3,15 % do total).
Xornaleiras: 3 (7,5 % ou 2,36 % do total).
Pescas / texedoras / costureiras: 1 de cada (2,5 % ou 0,78 % do total cada unha).

Os datos anteriores, tan relativos como indican as porcentaxes, polo que se prestan a calquera clase de interpretación, mostran unha lixeira maioría de mariñeiros fronte a labregos e un número insignificante doutras profesións, mentras que as labregas destacan bastante con respecto ás mariñeiras ou fillas de mariñeiros. Cómpre facer constar que, como se aprecia nos datos anteriores, a profesión do home aparece con moita máis frecuencia que a da muller.

Se analizamos agora a respectiva procedencia dos contraíntes, vemos que das 127 parellas 93 eran da mesma parroquia de Combarro, o que da un 73,22 % do total; pero resulta que 17 eran de Poio e 3 de Samieira (15,74 %), freguesías limítrofes, o que representa un total de 113 casamentos (88,96 %) de estricta vecindade, sendo tan só 14 os foráneos

que veñen emparentar aquí, é dicir, o 11 %. *Á vista destes datos, semella estar* suficientemente claro que se pode falar dunha elevada endogamia parroquial e veciñal; case que o 90 % dos matrimonios se celebraron entre veciños.

Do número total de mariñeiros, 29 son do mesmo Combarro, sendo 3 da Moureira de Pontevedra, e os restantes de Marín, Poio, Samieira e Armenteira. Despois do visto, resulta normal que a meirande parte sexan do propio Combarro, pero vemos como hai varios doutros portos que veñen casar aquí, o que posiblemente nos estea a constatar a homogamia da que falamos ó encomezar esta ponencia.

A xeito de curiosidade podo dicir que dos foráneos atopados nesta relación, o tendeiro, era un mozo de 29 anos, de San Tirso de Abres (Ribadeo), que ven casar cunha moza de 20 anos. Un dos mariñeiros de Santa María de Pontevedra era veciño dalí, pero natural de Santiago de Vigo, o que, sumado ós de Marín, está a testemuñar os desplazamentos dos mariñeiros que casan con fillas de mariñeiros. O único zapateiro referenciado chega de lonxe, de San Xoán de Camboño (Lousame), ó pé de Noia, terra tradicional de zapateiros, o que posiblemente estea a indicar que tamén practicaban un oficio ambulante, algo que, neste intre, descoñezo. Máis extraños son os dous matrimonios de senllos veciños dos arredores do Porto, un de Vilachán da Maia e outro dun pouco máis enriba, de Labruge (transcritos como Maya e Lebruye), sendo este último serrador.

Se ben a idade dos contraíntes non teña maior importancia para o que agora nos ocupa, non sobra ofertar unha serie de porcentaxes para posibles futuros traballos. Tendo en consideración o interese que as idades de contraer matrimonio teñen para as estadísticas, non vou incluír os viuvos e as viuvas por non ser significativos.

IDADE	*HOMES*	*MULLERES*
Ata 20 anos	4 (3,14 %)	42 (33 %)
21-25 anos	57 (44,88 %)	51 (40,15 %)
26-30 anos	31 (24,4 %)	21 (16,53 %)
31-35 anos	13 (10,23 %)	6 (4,72 %)
36-40 anos	5 (3,93 %)	2 (1,57 %)
Máis de 40 anos	2 (1,57 %)	0 (0 %)
TOTAL	112	122

Figuran 12 (9,44 %) homes viuvos e 3 (2,36 %) sen anos, completando 127.
Figuran 4 (3,14 %) mulleres viuvas e 1 (0,78 %) sen anos, completando 127.

Non contabilizo o matrimonio dos dous foráneos (Noia-Pontevedra) por non aportar nada ó que agora interesa e conseguintemente distorsiona-las estadísticas.

Vexamos agora os resultados obtidos do traballo nos arquivos parroquiais de San Gregorio de Raxó.

Cómpre facer notar en primeiro lugar que os párrocos desta freguesía non tiveron tanto coidado en adxuntar datos, por exemplo profesionais, como algúns de Combarro, polo que o global dos que figuran con oficio -o que hoxe máis nos interesa- é moi inferior ós da outra parroquia, malia ter eu manexado un número maior de casamentos. Anque hai anotacións desde 1729, non hai aporte de datos que interesen a este traballo ata chegar a 1857, polo que esa é a data de inicio da recollida, rematando en 1945. O método e a secuencia son semellantes ós especificados para Combarro.

Contabilicei un total de 146 matrimonios, dos que en 111 casos (76 %) non figura a profesión do home e curiosamente o mesmo sucede coas mulleres, anque non sempre se

correspondan os datos ou a ausencia deles ós dous da parella. Vexamos as profesións explicitadas dos 35 homes restantes (24 %):

Mariñeiros 19 (54,28 % ou 13 % do total).
Labradores 14 (40 % ou 9,58 % do total).
Xornaleiro / canteiro 1 de cada (2,85 % ou 0,68 % do total cada un).
As restantes mulleres (35, é dicir, o 24 %) distribúense así:
Labradoras 21 (60 % ou 14,38 % do total).
Labores da casa 10 (28,57 % ou 6,84 % do total).
Costureiras 2 (5,71 % ou 1,36 % do total).
Mariñeiras / pescas 1 de cada (2,85 % ou 0,68 % cada unha).

Se dicía que os datos de Combarro se podían prestar a calquera interpretación, moito máis poderiamos dicir neste senso dos de Raxó, tendo en consideración o esquifo das anotacións profesionais, só o 24 % do total. De todas maneiras, porcentualmente hai que traballar con esta pequena proporción, e o que nos indica é que a maioría dos homes son mariñeiros, seguidos a corta distancia polos labradores e por un insignificante número doutras profesións. En canto ás mulleres voltan a se-las labradoras as do grupo maioritario, atopándose en minoría as calificadas de mariñeiras, se ben non sabemos o que se oculta tra-la denominación de labores da casa.

Con respecto á procedencia dos contraíntes, vemos que das 146 parellas 98 eran do propio Raxó, o que da un 67,12 % do total, pero resulta que 20 eran de Dorrón (as casas das dúas freguesías son físicamente colindantes) e 3 de Samieira, freguesía limítrofe cara a Pontevedra. Estes 23 veciños que casan en Raxó significan un 15,75 % do total, o que sumado ó anterior bota un 82,87 % de enlaces entre veciños "de porta con porta" contra os 25 restantes (17,3 %) de foráneos.

Sen chegar ó case 90 % de endogamia do caso de Combarro, temos aquí unha porcentaxe igualmente moi alta que se aproxima ó 83 %. O mesmo que sucedía no porto anterior, temos tamén que o número de mariñeiros do propio porto é, como era de esperar, o maioritario, figurando outros de Dorrón, o que practicamente vén se-lo mesmo, un de Sanxenxo (nas anotacións sempre aparece como S. Ginés de Padriñán e nun caso co engadido *vulgo Sangenjo*) e outro de Ribeira que emparenta cunha moza natural de Santa María de Brión (Ferrol), pero avecindada en Raxó. Entre os foráneos que veñen casar aquí, cecais os casos máis chamativos sexan os de dous da provincia de Huelva, un deles de Santo Domingo de Guzmán da Vila de Lepe que casa cunha de San Xosé de Ares (Pontedeume) e outro de Nosa Señora das Angustias de Ayamonte que casa cunha de Raxó. O mesmo que sucedía en Combarro, vemos que tamén veñen mozos doutros portos casar con rapazas de Raxó, pero non os cuantificamos por non se cita-la profesión, que presumiblemente era a de mariñeiro.

O mesmo que fixemos para o porto anterior, imos poñer unha táboa de idades que pode ser de axuda para traballos doutra natureza. Igualmente obviaremos nesta relación porcentual os viuvos e as viuvas, por non seren significativas as datas do seu segundo matrimonio.

IDADE	HOMES	MULLERES
Ata 20 anos	5 (3,42 %)	51 (34,93 %)
21-25 anos	75 (51,36 %)	52 (35,61 %)
26-30 anos	36 (24,65 %)	7 (4,79 %)
31-35 anos	11 (7,53 %)	5 (3,42 %)
36-40 anos	0 (0 %)	4 (2,73 %)
Máis de 40 anos	2 (1,36 %)	2 (1,36 %)
TOTAL	129	121

As dúas últimas mulleres, unha delas de 53 anos e a outra de 41, casan con senllos viuvos de 72 e 46 anos respectivamente.

Figuran 5 (3,42 %) homes viuvos e 12 (8,21 %) sen anos, completando 146.

Figuran 3 (2 %) mulleres viuvas e 21 (14,38 %) sen anos, completando 146.

Se analizamos agora os resultados da consulta de documentos parroquiais que vimos de presentar de xeito porcentual, podemos rematar, con toda a prudencia que a insuficiencia de datos que fixemos constar require, coas seguintes conclusións:

- Nas dúas comunidades estudiadas apréciase unha fortísima endogamia
- O feito de tratarse de poboacións mixtas mar-terra fai que os matrimonios se celebren "porta con porta", independentemente das diferentes profesións.
- A mobilidade dos mariñeiros, por razón de traballo e do seu propio medio de producción, lévaos en moitos casos a emparentar con fillas de pescadores doutros portos, producíndose unha homogamia.
- A idade de contraer matrimonio nos dous sexos, pero sobre todo nas mulleres, é moi temperá, véndose como a maior porcentaxe, tanto de mozos como de mozas, o fai entre os 21 e os 25 anos, pero aproximándose moito o número de mulleres que casa antes dos 20.

Contrastamos esto último co que no seu día estudiou para a zona limítrofe da antiga Xurisdicción da Lanzada o profesor PÉREZ (1979: 114) e vemos que no S. XVIII hai "un matrimonio precoz como nota dominante" entre os campesiños, pero na zona mariñeira os casamentos eran máis tardíos. Engade que cara á fin de centuria as curvas de idades entre labregos e mariñeiros se aproximan, e interpreta esto como unha mellora da economía pesqueira. Eu, polo que dixen ó primeiro, encomezo a recollida de datos xa avanzado o século XIX, constatando que os matrimonios son realmente de xente nova. É moi probable que teña razón o autor citado cando interpreta o descenso da idade en función da mellora económica, o que xa non teño tan claro é que a Matrícula de Mariña, coas súas levas periódicas, favoreza matrimonios de mozos novos con mulleres maiores e de homes maduros que voltan do servicio con mozas novas. Eu non atopei nada desto nos datos manexados.

Xa para rematar teño que recoñecer que, ata este traballo, eu e tantos outros investigadores, baseándonos no estudio estrictamente etnográfico de observación, máis ou menos recente, de comunidades de pescadores, elaboramos unhas conclusións sobre a existencia dunha endogamia entre as poboacións mariñeiras. Agora podo engadir que, despois do exame documental destes dous portos, malia tratarse de comunidades mixtas de mariñeiros e labregos, a devandita endogamia, xunto coa homogamia, foi, con moita probabilidade, a praxe habitual dos portos de mar. Estou persuadido, anque os datos

fríos da estadística terían que vir confirmalo ou negalo, que, se puidera, como pretendín, estudiar Portonovo, a relación de matrimonios entre pescadores sería aínda moi superior, xa que, anque a freguesía é Adigna, lugar de labregos, o enclave de Portonovo debeu de funcionar aillado do exterior, nun paralelismo evidente coa miña patria pequena, Porto do Son, pertencente tamén a unha freguesía de labregos como Noal.

Tentei neste traballo facer unha aproximación documental a un tema moitas veces tocado na literatura antropolóxica, pero nunca contrastado cos datos. Son aínda precisos moitos outros estudios en diferentes portos da nosa Galicia que veñan confirmar ou desbotar esta apreciación, pero penso que agora está xa un pouquiño máis asentada.

A Moureira, novembro de 1997.

BIBLIOGRAFÍA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1982): "Santos Graça, antropólogo". *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, vol. XXI, nº 2. Póvoa de Varzim, 281-294.

ALONSO, Eliseo (1987): *Gamelas y marineros*. Excma. Diputación Provincial. Departamento de Publicaciones. A Guarda.

ALONSO ÁLVAREZ, Luís (1976): *Industrialización y conflictos sociales en la Galicia del Antiguo Régimen*, 1750-1830. Arealonga. Akal Editor, Madrid.

ARMAS CASTRO, José (1992): *Pontevedra en los siglos XII a XV. Configuración y desarrollo de una villa marinera en la Galicia Medieval*. Galicia Histórica. Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa". Pontevedra.

BELOSO QUIÑONES, Juán Sebastián (1990): "Embarcaciones y artes de pesca tradicionales en el puerto de A Guarda". In VARIA: *El hombre y el mar en la costa suroeste de Pontevedra*. Excma. Diputación Provincial de Pontevedra. Servicio de Publicaciones. Vigo.

CADORET, Bernard (1998). "Histoire des chaloupes sardinières de Douarnenez dans leur contexte social et techno-économique". In CALO LOURIDO (*Coord*): *Antropoloxia Mariñeira*. Actas do Simposio Internacional de Antropoloxia In Memoriam Xosé Filgueira Valverde. Consello da Cultura Galega,91-92

CALO LOURIDO, Francisco (1978): *La cultura de un pueblo marinero: Porto do Son*. Monografías de la Universidad de Santiago de Compostela, 41. Madrid.

CALO LOURIDO, Francisco (1984): "The Seafaring Fishing Family as an Economic Community in Porto do Son, Galicia, Spain". In BELA GUNDA (Ed.) *The Fishing Culture of the World*. Akadémiai Kiadó, Budapest, 261-279.

CALO LOURIDO, Francisco (1993): "Nacemento das comunidades mariñeiras". *Revista de Guimarães*, 103. Sociedade Martins Sarmento. Guimarães, 201- 220.

CALO LOURIDO, Francisco (1996a): *Xentes do mar. Traballos, tradición e costumes*. Biblioteca A Nosa Terra. Nós os Galegos. Edicións A Nosa Terra, Vigo.

CALO LOURIDO, Francisco (1996b): "Evolución histórica da tecnoloxía pesqueira e cambios sociais dende o século XVI ata o XX". In ABEL VILELA (Ed.): *Historia e Antropoloxía da Cultura pesqueira en Galicia*. Col. Antropoloxía, nº 3. Fundación Alfredo Brañas, Santiago, 11- 25.

CALO LOURIDO, Francisco (1997): "Da sacada ó boliche. O caso de Raxó na ría de Pontevedra". *Actas do III Congreso de Historia da Antropoloxía e Antropoloxía Aplicada*. T. I. Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos. C.S.I.C., Vilagarcía de Arousa, 295-317.

CALO LOURIDO, Francisco (1998): "Individualismo fronte ós nosos, afirmación local contra os alleos e defensa do territorio". In CALO LOURIDO (Coord.): *Antropoloxía Mariñeira*. Actas do Simposio Internacional de Antropoloxía In Memoriam Xosé Filgueira Valverde. Consello da Cultura Galega, 29-42.

CALO LOURIDO, Francisco (1999): "Peculiaridades da sociedade mariñeira" In *Antropoloxía*. Hércules de Ediciones S.A. En prensa.

FERNÁNDEZ DE ROTA, José Antonio (1984): *Antropología de un viejo paisaje agrario*. Centro de Investigaciones Sociológicas-Siglo XXI de España Editores S.A., Madrid.

FERREIRA PRIEGUE, Elisa (1988): *Galicia en el comercio marítimo medieval*. Col. de Documentos Históricos. Fundación "Pedro Barrié de la Maza". A Coruña.

FILGUEIRA VALVERDE, José (1946): *Archivo de Mareantes*. Museo de Pontevedra. Pontevedra.

FRAGUAS FRAGUAS, Antonio (1995): *A festa popular en Galicia*. Cadernos da área de Arte / Comunicación. Publicacións do Seminario de Estudos Galegos. Ediciós do Castro. Sada-A Coruña.

GARCÍA ORO, José (1987): *Galicia en los siglos XIV y XV*. II vol. Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa". Galicia Histórica. Pontevedra.

GRAÇA, António Santos (1932): *O poveiro*. Póvoa de Varzim.

HERNÁNDEZ ARMAS, Ramón (1997): "Fracaso escolar y turismo en el sur de Gran Canaria. Un enfoque antropológico. Análisis del caso en el I.E.S. Arguineguín (Mogán)". *Actas do III Congreso de Historia da Antropoloxía e Antropoloxía Aplicada*. T. II. Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos. C.S.I.C. Vilagarcía de Arousa, 531-546.

LAGO CANZOBRE, Santiago et alii (1981): "A comunidade mariñeira da parroquia de Castiñeiras (Coruña): Unha análise antropolóxica. *Brigantium*. Boletín do Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña. Vol. 2. A Coruña, 129-139.

LEWIS, Norman (1992): *Voces del viejo mar*. Siglo XXI de España Editores S.A. Madrid.

LIXA FILGUEIRAS, Octavio (1995): *O barco poveiro*. Edição da Câmara Municipal. Contemporânea Editora, Lda. Matosinhos.

MARTINHO, Mª. Manuela Pires e MARTINHO, E. Alberto Trindade (1982): *Culatra. Um lugar de pescadores*. Col. Parques Naturais, 11. Lisboa.

MEIJIDE PARDO, Antonio (1971): *Economía Marítima de la Galicia Cantábrica en el siglo XVIII*. Estudios y Documentos, nº XXXII. Universidad de Valladolid. Valladolid.

MENESES, Inês Salema e MENDES, Paulo Daniel (1996): *Se o mar deixar. Comunidade e género numa povoação do litoral alentejano*. Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Estudos e Investigações, 6. Viseu.

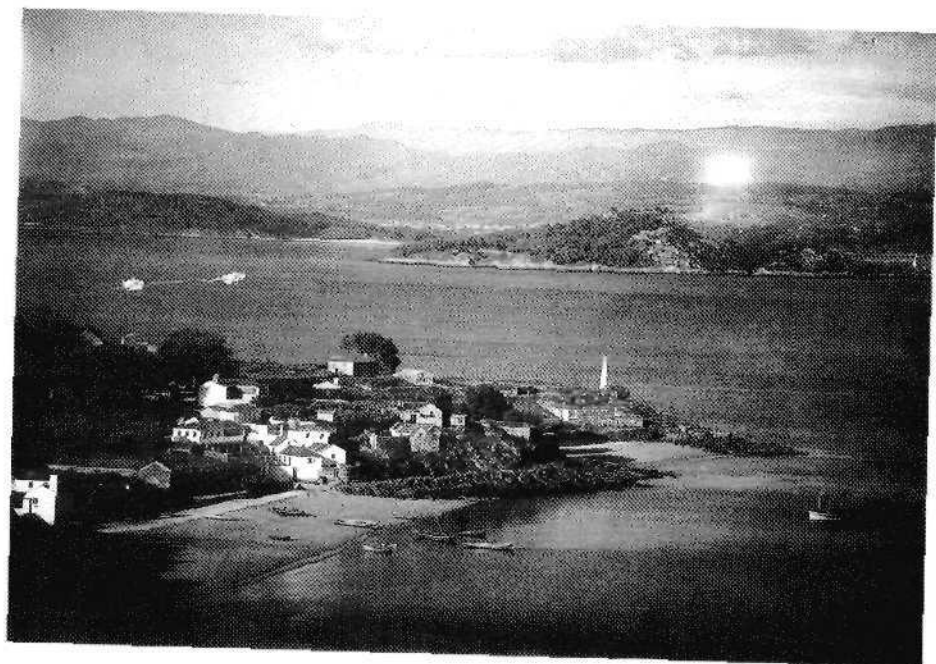
MIQUEL NOVAJRA, Alejandro (1995): "La Albufera Mallorquina: ¿Campesinos o pescadores?". *Revista de Antropología Social*, nº 4. Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense. Madrid, 43-56.

OLIVEIRA, Carlos Ramos de (1972): "Fuzeta. Tradição e mudança". *Geographica*. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 29. Lisboa, 45-65.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (1979): *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera*. Departamento de Historia Moderna. Universidad de Santiago. Santiago.

SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Juan Oliver (1992): *Ecología y estrategias sociales de los pescadores de Cudillero*. Siglo XXI de España Editores, S.A. Madrid.

SANTANA TALAVERA, Agustín (1988): "Unidades productivas y procesos de cambio en la pesca de bajura. Arguineguín". In *Coloquio de Etnografía Marítima* (Santiago, 1984). Museo do Pobo Galego-Consellería de Pesca. Noia, 37-52.

A entallada de Combarro. c.1915

Vista de Raxó. c.1940

Ubicación da Ría de Pontevedra na Península Ibérica.

Portos de Combarro (1) e Raxó (2).

A CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL NA ÉPOCA DE HAMMU-RABI E DE ZIMRI-LIM (SÉC. XVIII A. C.)

Francisco José Gomes CARAMELO *

A história do período que sucede à morte de Samsî-Addu (1776 a.C.), rei da Assíria, vai-se tornando mais clara, graças à interpretação dos Arquivos Reais de Mari (ARM). Trata-se de um período fundamental para a compreensão da evolução política e militar que conduzirá à constituição da hegemonia babilónica sobre a Mesopotâmia.

Samsî-Addu conseguira construir um extenso império, controlando toda a Alta Mesopotâmia. Repartiu o vasto reino em três partes: os territórios a leste do Tigre foram confiados a Išme-Dagan, o seu sucessor, que se instalou em Ekallâtum; os territórios a ocidente foram cedidos a Yasmah-Addu, outro filho, que passou a residir em Mari; finalmente, Samsî-Addu governou o reino a partir de Šubat-Enlil, uma cidade no norte da Mesopotâmia.

Mari havia sido, até à conquista por Samsî-Addu, um reino independente e quando Yahdun-Lim morreu, Zimri-Lim[1] viu-se obrigado a exilar-se em Alepo, na Síria, uma potência de primeiro plano durante este período que havia conseguido conter a pressão assíria para ocidente. Yarîm-Lim, rei de Alepo, acolheu Zimri-Lim na sua corte e terá alimentado as suas esperanças de recuperar o reino do Eufrates médio. É possivel, por conseguinte, que Yarîm-Lim tivesse apoiado Zimri-Lim no seu regresso a Mari e na conquista do trono[2].

Após a morte de Samsî-Addu, o cenário político internacional altera-se bruscamente. Ešnunna e Alepo, a primeira a leste e a segunda a oeste, emergem como as duas principais potências e a Assíria encontra-se agora numa posição fragilizada, perdendo grande parte dos seus territórios do Eufrates médio e do norte da Mesopotâmia e deixando de ter a importância política e militar que apresentara até então. Ešnunna, até ali dominada por Samsî-Addu, procura invadir a Alta Mesopotâmia. Išme-Dagan não conseguiu segurar o seu irmão em Mari e o trono do reino do Eufrates médio é recuperado por Zimri-Lim[3].

É provável que o rei de Mari se considerasse então vassalo de Yarîm-Lim. Isso mesmo parece evidente numa carta enviada por Yal'a-Addu a Zimri-Lim[4]. O rei de Mari insiste com Yal'a-Addu para que aquele se desloque à sua capital, mas o funcionário estrangeiro argumenta que só descerá ao seu encontro com a autorização de Yarîm-Lim. Dá, por conseguinte, instruções a Zimri-Lim para que escreva «ao seu pai Yarîm-Lim», solicitando--lhe essa permissão.

Yarîm-Lim cedeu-lhe uma das suas filhas, Šibtu, em casamento, aprofundando, deste modo, os laços políticos com Zimri-Lim, nos primeiros anos do seu reinado[5]. A aliança com Alepo constituía claramente um dos factores de estabilidade da política externa de Mari durante este período.

A Babilónia constituía o outro alicerce da política externa de Mari durante os primeiros anos do reinado de Zimri-Lim. A aliança com Hammu-rabi produziu, efectivamente, bons resultados logo no quarto ano do seu reinado, em 1772 a.C. Os problemas e as escaramuças com os Benjaminitas eram frequentes e neste quarto ano do reinado de Zimri-Lim

ameaçaram com gravidade o país. Os semi-nómadas disputavam as terras, saqueavam as cidades e criavam instabilidade. É possível, por outro lado, que tivessem o apoio de Ešnunna[6]. Durand sugere que uma embaixada benjaminita se terá deslocado a Ešnunna com o objectivo de pedir ajuda[7]. Sendo assim, estava-se perante uma nova investida de Ešnunna na Alta Mesopotâmia. A situação era grave e o problema ultrapassava a aparente dimensão regional, pois agitava o equilíbrio político da Mesopotâmia. Hammu-rabi, consciente desta ameaça, resolve apoiar Zimri-Lim na resolução deste problema e os Benjaminitas são vencidos no distrito de Saggarâtum.

O confronto com Ešnunna veio, no entanto, a revelar-se incontornável. As hostilidades tiveram lugar no quinto ano do reinado de Zimri-Lim, em 1771 a.C. O rei de Andarig, Qarni-Lim, estabeleceu uma aliança com Ibâl-pî-El II, o que agravou a tensão na região. Entretanto, o rei de Ešnunna conquistou Razamâ e Šubat-Enlil, antiga capital de Samsî-Addu. Após esta conquista, Ibâl-pî-El II retira-se momentaneamente para o seu país. Qarni-Lim fica então numa posição debilitada e permeável aos ataques da coligação anti-Ešnunna, solicitando o socorro do seu aliado. Ibâl-pî-El II decide então atacar directamente Mari, no Eufrates médio, levando a tensão política e militar ao limite e obrigando à clarificação definitiva das posições das principais potências.

A este propósito, será interessante analisarmos uma carta[8] que ilustra bem esta situação:

«(...) questionei-os acerca de informações sobre o coração do país de Ešnunna. Eles disseram o seguinte: "quinze mil homens, e Yagih-Addu que os reuniu, preparam-se para ir até à margem do Eufrates para cometerem iniquidades[9]".»

Trata-se, possivelmente, do resultado de uma missão de espionagem. As informações obtidas são deveras preocupantes para Zimri-Lim. Ibâl-pî-El II acaba por atacar, anexando a região de Ida-Maraṣ e submetendo vários dos pequenos reis, aliados de Zimri-Lim. O exército de Ibâl-pî-El II toma também Harbû, Yabliya e Hanat. O clima em Mari é de grande tensão. Reina a ansiedade, visível até no temor que envolve qualquer viagem para fora da capital, o que se justificava devido à existência de três frentes no ataque de Ešnunna[10].

No final de 1771 a.C., a situação começa a aliviar para Zimri-Lim. O braço de ferro entre Ibâl-pî-El II e Zimri-Lim atingira já o seu clímax. Os pequenos reinos vassalos de Mari e a aliança com a Babilónia haviam sido suficientes para conter a ameaça de Ešnunna. No instável equilíbrio político da Mesopotâmia, não interessava a Hammu-rabi a hegemonia de Ešnunna.

Nos últimos meses de 1771 a.C., Ešnunna começa a abandonar Ida-Maraṣ. No ano seguinte, em 1770 a.C., Zimri-Lim começou a preparar-se para recuperar as posições perdidas, nomeadamente na região de Ida-Maraṣ. Concretizou os seus objectivos, como parece testemunhar a «Epopeia de Zimri-Lim». Temos, todavia, que nos questionar acerca desta estranha evolução dos acontecimentos.

Zimri-Lim estabeleceu uma aliança com Ibâl-pî-El II ainda no decorrer desse ano[11]. Encontramos reflexos deste acordo numa carta dirigida a Zimri-Lim por Asqudum[12], personagem de grande relevo na administração e na corte de Mari. A afirmação decisiva é a seguinte: «O *Rubûm* escreverá ao seu filho». O *Rubûm* é Ibâl-pî-El II e o filho é Zimri-Lim. O rei de Mari terá reconhecido a suserania do rei de Ešnunna. Para Durand[13], Ibâl-pî-El II terá obtido o reconhecimento da suserania de Ešnunna, mesmo que nominal, e a libertação dos chefes benjaminitas. Já Zimri-Lim ficaria com o caminho aberto para regressar a Ida--Maraṣ[14].

A dúvida que subsiste é a de saber qual teria sido a reacção de Hammu-rabi. Esta aproximação de Mari a Ešnunna, ainda que não fosse motivada por intenções genuinamente amistosas e pacíficas, deve ter perturbado o rei da Babilónia[15], sobretudo quando se preparava uma aliança entre esta e Mari. As primeiras consequências desta perturbação ocorrem a propósito da questão de Hît. As cidades de Harbû, Yabliya e Hît haviam sido cedidas a Zimri-Lim, após a morte de Samsî-Addu, através da arbitragem do *sukkal* do Elam, reconhecido tanto pelo rei de Mari como pelo rei da Babilónia como suserano. Estes antecedentes são referidos numa carta dirigida a Zimri-Lim por dois dos seus funcionários, Išhi-Dagan e Yanṣib-Addu[16], que fazem a síntese da troca de correspondência e das negociações com o rei da Babilónia. Hammu-rabi admite que as duas primeiras cidades permaneçam na posse de Mari, mas contesta no caso de Hît.

Em 1766 a.C., ocorrem novos desenvolvimentos políticos e militares na Mesopotâmia que conduzirão a uma restruturação da ordem política internacional. Já no ano anterior se havia verificado uma aproximação entre Mari e o Elam, traduzida no intercâmbio de presentes, em transacções de estanho e possivelmente em alguma colaboração militar[17]. Todavia, é no ano seguinte, 1766 a.C., que estes laços se aprofundam e evoluem para um plano mais concreto. Os exércitos de Mari e da Babilónia são enviados para auxiliar o Elam na guerra contra Ešnunna. Hammu-rabi e Zimri-Lim estão, mais uma vez, do mesmo lado, juntos contra um inimigo comum.

A queda de Ešnunna deixa, no entanto, junto às fronteiras de Mari e da Babilónia um inimigo poderoso. Os acontecimentos começam a precipitar-se em 1765 a.C. Mari vê ameaçada a sua hegemonia tradicional sobre a região do nordeste da Djéziré. As relações entre a Babilónia e o Elam esfriam. O *sukkal* começa a revelar intenções de atacar Hammu-rabi[18]. Também Rîm-Sîn de Larsa deixa transparecer as suas grandes preocupações perante as ambições do Elam. Numa carta que Yarîm-Addu escreve a Zimri-Lim, o funcionário cita o teor de uma outra missiva dirigida por Rîm-Sîn a Hammu-rabi, propondo uma aliança militar contra o Elam[19]. Todavia, a estratégia de Rîm-Sîn altera-se entretanto[20] e a Babilónia passa a contar com um novo inimigo.

Zimri-Lim ausentara-se, neste seu 11º ano de reinado, numa visita a Ugarit. Quando regressa ao país, tudo havia mudado. A Babilónia e o Elam estavam em guerra. Zimri-Lim via-se obrigado, mais uma vez, a intervir ao lado de Hammu-rabi. Tal como refere Durand, o rei da Babilónia surgia agora como o paladino da Mesopotâmia, e particularmente do mundo amorrita, contra o estrangeiro[21].

Podemos observar um dos gritos de alerta numa carta que Hâya-sûmû escreve a Bahdi-Lim, o qual dirige o palácio de Mari durante o périplo de Zimri-Lim pelos reinos de Alepo e de Ugarit. Hâya-sûmû descreve a situação na região de Ida-Maraṣ, denunciando a presença de tropas do Elam e de Ešnunna. Desesperadamente, pede para informarem Zimri-Lim[22]. Outras cartas de teor semelhante foram escritas a Zimri-Lim, quer pelo próprio Bahdi-Lim quer por outros altos funcionários, alertando o soberano mariota para a gravidade da situação.

O confronto entre as forças elamitas e os exércitos apoiantes de Hammu-rabi dá-se em Hirîtum. O Elam é derrotado e obrigado a retirar[23]. A situação manter-se-á ainda instável na região de Ida-Maraṣ por mais algum tempo. Um dos focos principais desta instabilidade, que vinha já desde o princípio da crise, é a cidade de Razamâ.

Apesar do confronto decisivo com o Elam se haver verificado em 1765 a.C., só no ano seguinte é que a situação política parece ter ficado definitivamente esclarecida, com a vitória de Hammu-rabi sobre o inimigo, evento que terá ocorrido no 29º ano do reinado

do soberano babilónico (1764 a.C.)[24]. As atenções estarão no ano seguinte (ZL 11'), 1763 a.C., voltadas para Rîm-Sîn de Larsa, cujo procedimento durante a crise com o Elam foi interpretado por Hammu-rabi como uma traição[25].

Ao mesmo tempo que se verificava a guerra entre a Babilónia e Larsa, a região de influência tradicional de Mari, o Ida-Maraṣ, vivia novos momentos de agitação e de instabilidade. Zimri-Lim terá insistentemente pedido auxílio militar a Hammu-rabi, mas este terá desvalorizado a gravidade da situação. Mari não encontra outra solução para a nova crise naquela região que uma nova aliança com Ešnunna, o que deve ter sido perturbador para Hammu-rabi. Estala a guerra entre os dois antigos aliados e em 1762 a.C., no 14º ano do reinado de Zimri-Lim, Mari é vencida por Hammu-rabi e integrada nos territórios da Babilónia.

Abre-se, assim, um novo ciclo na Mesopotâmia. Após a morte de Samsî-Addu e a desagregação do reino assírio (1776 a.C.), não se vislumbrara a construção de qualquer hegemonia edificada sobre bases estáveis e duradouras. Pelo contrário, as potências que emergem nessa nova conjuntura política e militar entretêm-se durante os catorze anos seguintes a fazer e a desfazer equilíbrios políticos periclitantes. Hammu-rabi, porventura misturando o génio, a visão e uma certa fortuna, vai lenta e progressivamente tecendo a hegemonia babilónica sobre a Mesopotâmia.

A visão estratégica de Hammu-rabi é particularmente evidente na política de alianças. Mari foi um aliado estratégico da Babilónia ao longo destes catorze anos, mas chegou o momento em que Zimri-Lim se tornou um dos últimos obstáculos à hegemonia babilónica e o confronto entre os dois reinos revelou-se inevitável.

A hegemonia política e militar da Babilónia arrastará consigo outras consequências. A matriz civilizacional sumério-acádica tornou-se mais abrangente, penetrando em regiões onde só levemente chegara e marcando doravante, de uma forma ainda mais profunda, a Mesopotâmia.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

[1] Em princípio, Zimri-Lim seria filho de Yahdun-Lim, apesar de persistirem algumas dúvidas a este respeito. Cf. Horst Klengel, *Syria 3000 to 300 B.C. A Handbook of Political History*, Berlin, Akademie Verlag, 1992, p.50. Cf. também Moshé Anbar, *Les tribus amurrites de Mari*, Freiburg, Universitätsverlag Freiburg - Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1991, p. 56 e D. Charpin e J.-M. Durand, «La prise du pouvoir par Zimri-Lim», M.A.R.I. IV, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations, 1985, pp. 336-38.

[2] Não há, de facto, certezas quanto à força militar que motivou a queda de Yasmah-Addu. Poderia ter sido Yarim--Lim de Alepo, mas também poderia ter sido Ibâl-pî-El II de Ešnunna.

[3] Provavelmente em 1775 a.C. Alguns autores defendem que Zimri-Lim não terá regressado a Mari imediatamente após a queda de Yasmah-Addu. Stephanie Dalley, por exemplo, sugere que Išar-Lim terá governado durante um curto período; cf. Stephanie Dalley, *Mari and Karana. Two Old Babylonian Cities*, London-New York, Longman, 1984, p.35.

[4] ARM XXVI, 148.

[5] O casamento terá ocorrido, provavelmente, em 1772/1771 a.C.

[6] Cf. Moshé Anbar, *op. cit.*, p. 59.

[7] Cf. ARM XXVI/1, p.139.

[8] ARM X, 155.

[9] *Qullulum*. CAD Q, p.299.

[10] Cf. ARM XXVI/1, pp. 140-41.

[11] Possivelmente, durante a segunda metade do ano. Cf. ARM XXVI/1, p.150.

[12] ARM XXVI/1, 37.

[13] Cf. ARM XXVI/1, p.150.

[14] O que seria facilitado pelo restabelecimento da paz com Qarni-Lim.

[15] ARM XXVI/2, 450.

[16] ARM XXVI/2, 449.

[17] Cf. Moshé Anbar, *op. cit.*, p. 64.

[18] ARM XXVI/2, 303.49'.

[19] ARM XXVI/2, 367.

[20] ARM XXI/2, 372.

[21] Cf. Jean-Marie Durand, «Espionnage et guerre froide: la fin de Mari», in J.-M. Durand (org.), *Florilegium marianum Recueil d'études en honneur de* Michel *Fleury*, Paris, SEPOA, 1992, p.42.

[22] ARM VI, 66.

[23] ARM XXVI/2, 327 e 328.

[24] Durand e Charpin fazem corresponder ZL 10' (1764 a.C.) ao 29° ano de Hammu-rabi; cf. D. Charpin e J.-M. Durand, *art. cit*, p. 306). Moshé Anbar é de opinião diferente, defendendo que ZL 10' corresponde ao 30° ano de Hammu-rabi; cf. Moshé Anbar, *op. cit.*, p. 69.

[25] Cf. ARM XXVI/2 385, onde se cita o discuso de Hammu-rabi, justificando a guerra com Larsa. A queda de Larsa é referida em ARM XXVI/2, 386.

ASPECTOS DO TRÁFICO DE ESCRAVOS DE ANGOLA PARA O BRASIL NO SÉCULO XVII: 1. PROLEGÓMENOS DO INFERNO

Filipe Nunes de CARVALHO *

Herança da Antiguidade, a escravidão perdurou na Península Ibérica medieval. Com o início da expansão ultramarina portuguesa, no século XV, os mouros, que até então forneceram os efectivos, ao tempo já reduzidos, para o trabalho escravo vão sendo substituídos pelos negros africanos. Em meados do século XVI cerca de dez por cento da população de Lisboa era já constituída por escravos[1] e no Alentejo quinhentista o número de pessoas escravizadas correspondia a uns seis por cento do total de habitantes [2]. Com o descobrimento do Brasil e a progressiva fixação dos portugueses nas suas terras, o recurso à escravização dos autóctones apresentou-se aos colonos carecidos de mão-de-obra como uma solução natural. A população ameríndia não era tão escassa como em tempos se supôs ou quis fazer crer. A dificuldade residia em submetê-la a um tipo de trabalho oposto aos seus hábitos ancestrais e à sua psicologia[3]. Beneficiando do acolhimento proporcionado pelos sertões, onde o domínio português demorou a fazer-se sentir, os índios do Brasil ofereceram uma resistência que não deve ser negligenciada. A difusão pelos colonos de um discurso que enfatizava a *bestialidade* dos índios nem sempre se terá traduzido pelos resultados pretendidos[4]. Os interesses dos missionários e as iniciativas legislativas da Coroa constituíram obstáculos suplementares, e nem sempre despiciendos, à redução dos autóctones ao cativeiro. Associados ao surto da economia sacarina, uns e outras conjugaram-se para favorecer o recurso sistemático à importação de negros africanos[5]. Além de pertencerem a civilizações tecnologicamente mais evoluídas que as características dos naturais do Brasil, possuíam condições físicas e psicológicas para o trabalho duro e continuado nos engenhos e na mineração, a qual no século XVIII se tornaria a principal fonte de rendimento da América portuguesa. Por outro lado, os mesmos eclesiásticos católicos que se opunham à escravização dos índios mostravam-se coniventes com o cativeiro dos africanos e incentivavam a sua prática[6].

Ainda no século XVI e durante toda a centúria seguinte desenvolve-se, em torno da produção sacarina, a estruturação da economia e da sociedade do Brasil. É, pois, o açúcar que constitui o principal estímulo para a importação de angolanos durante o período de que este trabalho se ocupa[7]. Dado que o território angolano não foi a única fonte de abastecimento de africanos ao Brasil, convém salientar que parece situar-se no século XVII a época de maior peso relativo da sua exportação humana[8].

Quando os portugueses chegaram a Angola a existência de indivíduos reduzidos à condição de escravos já era ali uma realidade, como sucedia em muitas regiões de África. O conhecimento das suas características suscitou especial interesse na fase assinalada pela tentativa de ocupação das, afinal inexistentes, minas de prata, um mito utilizado para mobilizar homens e recursos que permitissem a colonização[9]. Os que mais contribuíram para o difundir, com destaque para os Jesuítas, tinham consciência da necessidade de se encontrarem alternativas reais para a exploração económica do território.

O conhecimento das modalidades assumidas pela escravidão em África não se deveu a uma simples curiosidade antropológica dos europeus. À luz desta ideia deve ser encarada a "Informação acerca dos escravos de Angola"[10]. Conjugada com documentos posteriores, permite concluir que as origens consideradas legítimas da posse de escravos entre os angolanos eram as capturas decorrentes de guerras, a redução ao cativeiro por crimes muito graves, a herança de homens e mulheres caídos nas situações precedentes e ainda as aquisições nas feiras, que não podiam ter como objecto indivíduos livres[11]. Entre os angolanos a escravização assumia um carácter limitado e muito diferente da empreendida pelos europeus. Além de não determinar o desenraizamento cultural que resultava do transporte para uma terra completamente estranha, não reduzia o escravo à condição de simples executante de tarefas árduas e prolongadas. Compreende-se que a missionária e antropóloga Mary Kingsley definisse a escravidão em África como "*um estado de servidão protegido por certos direitos*"[12].

A prática da escravidão entre as populações de Angola anteriormente à chegada dos portugueses contribuiria para justificar a actividade dos negreiros europeus. Alegavam os teóricos ser mais legítimo um cativeiro que, como o empreendido pelos cristãos, possibilitasse a salvação das almas dos africanos[13]. Por outro lado, a escravatura nativa facilitou grandemente o abastecimento dos navios portugueses envolvidos no tráfico. Em 1594, um texto de origem jesuítica dava conta do grande número de escravos levados de Angola para o Brasil, para as Índias de Castela e ainda para o reino de Portugal. Nele se afirma, também, ser a quantidade de cativos obtida por meio da guerra insignificante quando comparada com a conseguida nas feiras, por transacções com os autóctones[14]. Estas feiras, existentes independentemente da presença dos europeus, podiam ser alvo de pilhagens, como informa o padre Diogo da Costa, em 1585, ao escrever que numa única feira lograram os portugueses capturar mais de quinhentas *peças*[15].

Se acções como a referida redundavam em avultados ganhos imediatos, tendiam, a médio prazo, para a desestruturação dos únicos mecanismos capazes de proporcionar uma oferta estável; se generalizadas, poderiam até comprometer irremediavelmente a presença portuguesa. Também as imposições abusivas dos governadores e de outras autoridades contribuíam para aniquilar as feiras. Baltasar Rebelo de Aragão, em 1618, fala de um "*tirano tributo*" posto pelo governador nas feiras que consistia em tomar para si uma em cada dez *peças* de escravos. Acrescenta que depois de escolhidas por ele as melhores *peças* faziam as suas compras outros representantes do poder colonial. Parte dos moradores tinha de resignar-se a não tratar nas feiras, enquanto os restantes mandavam resgatar negros em partes remotas, onde o governador não podia exercer a sua autoridade[16].

Fernão de Sousa, responsável pelo governo de Angola a partir de 1624, seguiu uma prática diversa da que Rebelo de Aragão atribui a Luís Mendes de Vasconcelos. A sua acção parece ter sido mais semelhante à anteriormente levada a cabo por João Furtado de Mendonça[17]. Aliás, o governo de Fernão de Sousa caracterizou-se por uma tentativa de incentivar a presença dos portugueses em Angola em bases sólidas, para o que se empenhou decididamente na valorização das áreas ocupadas, concedendo terras em regime de sesmaria e promovendo o cultivo do solo pelos portugueses[18]. As medidas que tomou no tocante à aquisição de escravos de forma regular e pacífica eram parte de um projecto para a presença portuguesa em Angola muito distinto da táctica dos governadores que se limitaram a procurar um enriquecimento tão rápido quanto possível, assente em iniciativas de cunho guerreiro e predatório (embora seja certo que também ele se empenhou em acções militares)[19]. Considerava as feiras suficientemente vantajosas para preconizar

o perdão, quando algum motivo o justificasse, do imposto em escravos devido pelo rei Ngola, advogando também que não se lhe fizesse guerra, desde que se comprometesse a manter activa a feira existente[20]. A mesma política determinou a criação, logo no ano da sua tomada de posse, do cargo de *maniquitanda* da feira de Ambaca. Ao escolhido para essa função (Pêro Vogado) foi dado poder para nomear meirinhos e guardas. Competia-lhe zelar para que os *pumbeiros* não pagassem pelas *peças* mais do que era costume, para que não se vendesse vinho na feira e para que a ela não fossem brancos[21]. Dias antes, o mesmo governador mandara abrir duas feiras[22].

Todavia, as consequências da política de incremento das feiras não foram duradouras. Em 1633, Gonçalo de Sousa, superior dos Jesuítas em Angola, escrevendo ao rei de Portugal a pedido dos oficiais da câmara de Luanda, queixava-se da magreza do rendimento dos moradores proveniente do trato. Explicava que as feiras existentes perto da cidade, nas quais a oferta de escravos fora abundantíssima, estavam de todo acabadas, devido às muitas guerras em que participavam os exércitos da rainha Ginga e dos Imbangalas (*Jagas*). Restava aos moradores o envio de escravos a negociar pela terra dentro, para o que tinham de fazer longas e penosas caminhadas[23]. Em 1652 a situação não era muito diferente, como se pode concluir de uma carta de Bento Teixeira de Saldanha, ouvidor e provedor da fazenda real em Angola[24]. Queixas posteriores confirmam a ideia da instabilidade das feiras[25].

Os resgates nas feiras ou *pumbos* eram realizados em Angola principalmente pelos *pumbeiros*, já escravos dos portugueses, incumbidos por estes das deslocações ao sertão com fins comerciais. Como salienta Frédéric Mauro, distinguem-se dos lançados, mulatos ou brancos activos sobretudo na região da Guiné, que viviam nas cortes das autoridades africanas e se encarregavam da venda dos seus escravos[26]. Os *pumbeiros* tomavam por vezes a decisão de se eximirem ao domínio dos senhores. Era frequente aproveitarem as suas deslocações para ficarem no sertão com a fazenda dos amos[27]. Entendia-se ser o dano por eles causado especialmente grave por residir no despacho dos *pumbeiros* o único remedeio dos colonos[28]. Em contrapartida, outros *pumbeiros* revelaram-se tão zelosos e interiorizaram de tal forma os padrões de conduta inculcados pelos seus proprietários que Cadornega se detém, divertido, nas disputas que terão ocorrido entre dois desses servidores, empenhados em chamar a si o título de melhor negociante[29].

Constava dos regimentos dos governadores de Angola a proibição de irem homens brancos aos *pumbos*, o que se justificava pelas perturbações que tal prática acarretava. Todavia, as infracções eram numerosas. Em 1656, os oficiais da câmara de Luanda lamentavam-se, em carta ao monarca, das dificuldades financeiras dos poucos moradores da terra, considerando ser a principal causa de tal situação o facto de andarem europeus espalhados pelos *pumbos* e feiras, os quais resgatavam todas as *peças*. Alguma que os escravos dos moradores conseguissem resgatar era-lhes tomada à força pelos tais brancos[30]. Outra reclamação no mesmo sentido, objecto de uma consulta no Conselho Ultramarino, atribuía a debilidade do comércio de escravos em Angola à actividade no sertão de homens brancos e pardos que, por negociarem com mais largueza, conseguiam para si todos os resgates. Pedida informação ao desembargador Bento Teixeira de Saldanha, que fora ouvidor-geral em Angola, declarou ele ser a dita queixa muito antiga e quase sem remédio, pronunciou-se sobre os graves inconvenientes da ida de tais indivíduos ao sertão e declarou que não bastava a proibição existente de os governadores mandarem homens brancos pela terra dentro. Aconselhou, como remédio, uma determinação régia para que toda a pessoa, de qualquer qualidade, que aceitasse semelhantes missões fosse degredada para

Benguela, até ao fim da vida, e que os seus bens revertessem para a fazenda real. Os culpados deveriam ser sentenciados sem apelação nem agravo. Preconizava Bento Teixeira que apenas se admitisse uma única excepção - o *pumbo* do Congo, onde nunca essas idas tinham originado problemas. O parecer do Conselho Ultramarino, aprovado pelo rei, menos rigoroso, foi que se avisassem os governadores de que deveriam guardar o regimento e que depois se averiguasse se o tinham feito. O cuidado dos oficiais da câmara em informar o monarca acerca da execução do regimento neste particular completaria tais medidas[31]. A questão continuou a preocupar as autoridades portuguesas, como mostra o regimento dado ao governador Tristão da Cunha em 1666[32]. Outro documento do mesmo tipo, datado de 1676, ia mais longe nas restrições aos resgates, por se considerar que também a ida ao sertão de mulatos e de negros com calças e bastões, sinais exteriores de aculturação e poder, constituía grande dano[33].

Durante a ocupação de Luanda pelos holandeses, houve que procurar as alternativas mais adequadas para a continuação do fornecimento de escravos de Angola aos engenhos da América portuguesa. Em 1643, considerava o Conselho Ultramarino que, dada a iminência da paz com a Holanda, podiam os vassalos do rei português continuar o seu comércio, indo os navios que lhes pertenciam à foz do Cuanza, onde se lhes permitia resgatar livremente. Seriam abastecidos a partir das quatro fortalezas que os portugueses tinham pelo rio a dentro[34]. Em 1645, João de Almeida Rios, capitão de uma caravela que transportara açúcares do Rio de Janeiro para Lisboa, declara-se interessado em investir o seu cabedal e o de outras pessoas para ir ao porto do rio Moreira, ou ao Cuanza, com fazendas e mantimentos, a fim de resgatar negros que levaria ao Brasil[35]. Era, porém, iniciativa resultante de uma conjuntura de excepção, quando, perdida Luanda, os mecanismos normais do comércio não podiam funcionar.

Em circunstâncias comuns, os resgates efectuavam-se nas feiras realizadas pelos indígenas, que hão-de ter conhecido grande incremento devido à procura de escravos por parte dos portugueses[36]. No ano de 1664, os oficiais da câmara de Luanda apontavam como locais de resgate as terras dos sobas vassalos do rei português e os presídios do Libolo, dos Dembos, de Benguela e outros submetidos ao governador[37]. Em 1666, Tristão da Cunha, ao tempo responsável pela governação do território, informava o rei de que o comércio no sertão era conduzido pelos rios Cuanza, Bengo e Dande[38]. O *pumbo* do sertão do Congo, tornado uma fonte de escravos canalizados para Luanda, revelava-se de grande utilidade para os moradores portugueses, mesmo em 1648, ainda que a cidade de São Salvador, sua sede política, estivesse completamente arruinada e despovoada[39]. Paulatinamente, também Benguela ia ganhando importância comercial. Em 1688, o governador Luís Lobo da Silva gloriava-se por estar aquele território dominado, pacífico e com grande *pumbo* aberto[40]. Dois anos depois, a situação era ainda mais favorável nesta região a sul do reino de Angola. Devido ao falecimento do soba Caconda, o sertão de Benguela sossegara e o presídio português não era embaraçado, pelo que os moradores portugueses faziam ali negócio com toda a liberdade, do que beneficiava a fazenda real[41]. Estas indicações são corroboradas pela existência de alusões ao tráfico de escravos adquiridos em Benguela[42]. Poucos anos volvidos, quando o panorama geral era desfavorável aos negreiros, o reino de Benguela não parece ter sido afectado pela quebra dos resgates. Em 1694 considerava-se em ruínas o comércio de que dependiam a conservação e o progresso da colónia angolana. Os moradores interessados no comércio pacífico eram indirectamente afectados pelas guerras entre os naturais do reino do Congo, que anteriormente tinham deixado o negócio incólume, e também por aquelas em que

participavam os súbditos da rainha Ginga. Contribuíam para o mesmo estado de coisas a alteração do Dembo Ambuíla, o magro negócio que então se fazia no Cassange e os contínuos *movimentos* que se sucediam em toda aquela conquista[43]. A presença de outros europeus era geradora de dificuldades suplementares. Em 1696, o governador Henrique Jaques de Magalhães informava que, devido à intromissão de navios estrangeiros, os moradores de Luanda se viam impossibilitados de mandar as suas embarcações a comprarem escravos em todos os portos da costa do Loango, como faziam anteriormente, com licença dos contratadores de Angola[44].

O resgate de escravos exigia o apetrechamento dos *pumbeiros* com os meios que tornassem possíveis as suas, por vezes muito demoradas e difíceis, incursões pelo sertão. Além de uma reserva mínima destinada à manutenção e da fazenda para os resgates, impunha-se o concurso de homens aptos como guias, intérpretes, carregadores e vigilantes dos escravos adquiridos. Todavia, os documentos referentes à época estudada são pouco esclarecedores da logística destas expedições. Em 1645, na fase em que Luanda se encontrava sob domínio holandês e a penetração no interior estava dificultada, solicitavam os portugueses algumas embarcações pequenas com que andassem pela costa à pesca e no resgate de milho e de escravos, visto serem os seus únicos recursos um barco de coberta que tinha de ser reparado e um batelão com alguma capacidade bélica[45]. Segundo David Birmingham, os comerciantes adquiriam os negros principalmente em troca de álcool, de tabaco e de tecidos[46]. Tratar-se-ia dos produtos mais correntes; mas a venda ilegal de armas de fogo, pólvora e munições não deixou de desempenhar papel significativo[47]. Muito procuradas pelos africanos, faziam perigar a já restrita supremacia militar dos portugueses, o que mais incentivava os estrangeiros à sua utilização nas transacções com os negros, interessados que estavam em desembaraçar-se do concorrente preponderante.

As bebidas alcoólicas tinham, igualmente, grande procura por parte dos angolanos. Em 1656, Bartolomeu Pais Bulhão referia-se ao vinho como sendo a mercadoria mais útil aos moradores, por ser aquela com que mais rapidamente se faziam os resgates[48]. No entanto, as *gerebitas*, aguardentes de cana fabricadas no Brasil, constituíam uma forte alternativa ao vinho europeu. A sua utilização nos resgates permitia que um produto secundário na indústria açucareira financiasse, por si só, directamente, a compra da mão-de-obra necessária ao funcionamento dos engenhos. O interesse dos proprietários brasileiros colidia, porém, com a estratégia económica estatal que visava, por um lado, garantir o monopólio do mercado angolano das bebidas alcoólicas, tendo em vista a colocação dos vinhos metropolitanos, e, por outro, impedir uma autarcia, ainda que relativa, da colónia brasileira. Tratava-se, portanto, de uma questão de extrema importância dos pontos de vista económico e político. Tendo em consideração a magnitude e o alcance dos interesses em causa, compreendem-se as disputas que originou. Não apenas para os moradores de Angola como para os senhores de engenho do Brasil e os negociantes e transportadores com eles relacionados, era muito mais que de uma contenda pela obtenção de lucros. Da perspectiva do Estado, impunha-se zelar para que os envolvidos no negócio, muitos dos quais cristãos-novos cujas relações com a Coroa estavam longe de ser fáceis e transparentes, pudessem tender para uma progressiva autonomização, que poderia vir a culminar na sua emancipação do poder central português. O Estado, mais do que fazer o possível para defender os interesses dos seus súbditos reinóis produtores e vendedores de vinho, não podia deixar de se preocupar com o futuro do relacionamento entre as parcelas sobre as quais exercia o seu domínio. Era nessas relações - e na função coordenadora desempenhada por Lisboa (periferia de um centro e centro de uma periferia)

- que, em última análise, assentavam a relativa harmonia do *puzzle* imperial e a própria independência do país. Havia que garantir e promover o ajustamento entre a totalidade das parcelas do império e preservar a posição do rectângulo europeu como cabeça, não apenas simbólica, desse conjunto de espaços e relações, mesmo que permitindo, como não podia deixar de ser, uma considerável capacidade de manobra aos residentes nas colónias.

A proibição das aguardentes brasileiras foi estabelecida por uma provisão do regente D. Pedro, datada de Abril de 1679, na qual são consideradas responsáveis por numerosas mortes e enfermidades. Em 1689, os oficiais da câmara de Luanda mandam fazer um termo sobre o parecer do povo, convocado para se pronunciar sobre a permissão da bebida. Afirma-se nesse documento que a experiência mostrara não ser ela prejudicial à saúde e que convinha muito ao comércio, por permitir resgatar mais escravos do que qualquer outro género. Acrescentava-se que a proibição das *gerebitas* redundava na sua maior abundância, visto descarregarem-se ocultamente em Benguela e pela costa de Barlavento, sendo depois conduzidas a Massangano e a Luanda, onde se vendiam em regime de monopólio[49]. Na verdade, há notícias de que as aguardentes do Brasil se comercializavam ilicitamente. Em 1690, o depositário e procurador da fazenda real em Angola, Manuel Tavares de Macedo, denunciava uma compra de mais de sessenta barris a um navio despachado da Baía[50]. Em 1694, os oficiais da câmara de Luanda voltavam a solicitar a entrada franca das *gerebitas*, contra o pagamento do tributo outrora recebido pelo senado. Um dos seus argumentos consistia em que permitiriam ao contratador mandar resgatar a quantidade de farinha necessária aos socorros da infantaria. Por outro lado, o Brasil seria beneficiado com a sua venda e a maior facilidade nos resgates assim proporcionada viabilizaria um abastecimento mais rápido das embarcações negreiras[51]. Os colonos encontraram, por essa época, um precioso aliado na pessoa do governador Henrique Jaques de Magalhães. Em carta ao rei, refere-se ele à situação dos moradores como sendo de misérias, fomes e necessidades. Confrontado com este panorama, mostrava-se favorável à introdução das *gerebitas* e remetia uma certidão na qual os cirurgiões de Luanda declaravam não serem nocivas à saúde[52]. Em Novembro de 1695, D. Pedro II permitia que se navegassem para Angola as referidas aguardentes do Brasil, que pagariam um imposto de saída de 1$600 réis por pipa e outro de entrada em Angola da mesma importância. O novo direito seria arrematado por contrato a quem por ele mais oferecesse[53]. Os moradores de Angola e os senhores dos engenhos brasileiros alcançavam, deste modo, uma importante vitória. O século XVIII não traria consigo a eliminação do vinho do mercado angolano. Todavia, segundo Elias Alexandre da Silva Correia, eram as *gerebitas* o produto fundamental para as transacções com os negros[54].

Interessaria conhecer com rigor a evolução do custo dos produtos necessários à compra de cada escravo angolano. Infelizmente, a documentação não se mostra tão esclarecedora a este respeito como se desejaria. Os dados disponíveis são demasiado irregulares quanto às datas respectivas e às mercadorias ou unidades monetárias utilizadas para que possamos tirar conclusões precisas a tal respeito[55]. A negociação dos preços das fazendas com que se compravam os escravos era preocupação dos governadores de Angola. Um documento de 1698 relativo à nomeação de pessoas para o cargo de tenente do capitão-mor do campo é suficientemente esclarecedor. Da folha de serviços do proposto em primeiro lugar constava a ida ao quilombo de Cassange, por ordem do governador Francisco de Távora, para ajustar os preços das fazendas que se praticariam no resgate das *peças*[56].

O comércio com os africanos não constituía a única forma de realizar o abastecimento de escravos. David Birmingham detectou três métodos principais para a obtenção de negros. A primeira possibilidade consistia em enviar os *pumbeiros* ao sertão para fazerem resgates. As duas outras alternativas, que serão consideradas sucessivamente, eram a imposição aos sobas do pagamento de tributos em escravos e o recurso à guerra para a obtenção de cativos[57].

Os tributos em escravos pagos pelo rei de Angola e pelos sobas vassalos ao monarca português (*baculamentos*) traduziam a sujeição daqueles à coroa de Portugal[58]. Em 6 de Junho de 1626 o escrivão da fazenda de Angola certificava que, desde a tomada de posse do governador Fernão de Sousa, em 1624, tinham os sobas tributários do rei português mandado 499 peças de escravos e escravas, grandes e pequenos, velhos e crianças *"e de toda a sorte"*. Foram estes escravos vendidos em hasta pública na praça de Luanda a diversos moradores, como era costume[59]. Todavia, a capacidade das autoridades autóctones para pagarem tributos em *peças* aos portugueses estava longe de ser ilimitada e não podia deixar de depender das circunstâncias. Em 1633, escrevia o superior dos Jesuítas em Angola ao rei que os sobas avassalados, não podendo já suportar os tributos de escravos e outros vexames, se retiravam para o sertão, juntando-se aos Jagas e a outros sobas não submetidos, o que causava grandes danos[60]. Quatro anos depois, o feitor Diogo Gomes de Faria era testemunha da mesma realidade. Devido aos excessos relacionados com a cobrança de *baculamentos* a maioria dos sobas angolanos desamparavam as suas terras, deixando-as desertas. Os poucos que ficavam davam de tributo crianças de tão tenra idade que as levavam em braços aos leilões e alguma gente tão velha que inspirava compaixão. Em consequência, eram muito escassos os rendimentos da fazenda real, pelo que o feitor propunha que os tributos passassem a ser pagos em frutos da terra[61]. No entanto, os *baculamentos* em escravos continuaram a efectuar-se. Em 1685 alude-se a quarenta *cabeças* pagas na fortaleza de Ambaca[62]. Data do ano seguinte a referência a 114 *cabeças* de *baculamentos* que reverteram, indevidamente, em proveito do governador, ficando assim prejudicada a fazenda real[63].

Era costume, quando os nomeados para o governo chegavam a Angola, que os reis e sobas aliados e vassalos da coroa portuguesa lhes mandassem escravos de presente. Em retribuição, enviavam-lhes os governadores algumas coisas do reino de Portugal que ali eram estimadas. Todavia, o saldo final era grandemente favorável aos europeus. O que o governador recebia importava mais de quarenta mil cruzados; o que ofertava não valia mais de cinco. Confrontado com tal situação, o Conselho Ultramarino considerou-se obrigado a declarar que poderia haver escrúpulo neste negócio, visto que os escravos oferecidos resultavam, por vezes, de cativeiros injustos e que não se podia permitir que um governador incumbido de exercer justiça fosse peitado pelos seus dependentes com uma soma tão considerável[64].

Além dos escravos obtidos por via dos impostos pagos pelos sobas nativos e dos presentes que faziam aos governadores, outros eram extorquidos pela força. Em 1653, Bento Teixeira de Saldanha, em sintonia com os interesses dos moradores prejudicados, denunciava que os *"miseráveis sovas"* estavam sujeitos *"por lotações"* aos capitães dos presídios, recebendo deles grandíssimas vexações, maldades e roubos. Mandavam-nos chamar às fortalezas, não se lhes permitindo partir sem darem *peças*, que já não tinham. Propõe Bento Teixeira que fosse passada provisão determinando que apenas em caso de necessidade urgente de guerra fossem os sobas chamados aos presídios[65]. Pela mesma época, Francisco Vaz de Resende acusa Henrique Henriques, que ficara governando Angola por doença

de Rodrigo de Miranda, seu tio, em termos veementes. Trazia Henriques, "*pelos sobas*", quatro ou cinco homens brancos, em "*comissões inventadas por* Satanás", que os tiranizavam, obrigando-os a dar *peças*. Frequentemente o único recurso dos senhores nativos consistia na entrega das mulheres e dos filhos[66].

A violência exercida sobre os negros assumia, também, uma forma mais sistemática, a da guerra aberta, mais ou menos generalizada. O período das *guerras angolanas*, iniciado em 1575 e que se prolongou pelo século XVII, corresponde ao surto da economia sacarina no Brasil. O poder militar dos portugueses esteve, assim, na origem de uma proporção considerável do total dos escravos remetidos para a América portuguesa, que um dito em voga no período colonial considerava, com alguma ironia, o purgatório dos brancos, o paraíso dos mulatos e o inferno dos negros. Em relação aos forçados a atravessar o Atlântico, não há dúvida de que poucas esperanças lhes podiam restar[67].

A intervenção em guerras entre os africanos e a tentativa de conquista do reino de Angola eram estratégias convergentes para a mesma finalidade[68]. O governador Luís Mendes de Vasconcelos, conhecido como defensor de uma "*política de fixação*", ao chegar a Luanda, em 1617, mostrou-se empenhado em promover o comércio amigável com os angolanos. Porém, depressa se decidiu pela guerra activa como forma de intensificar o tráfico de negros. A sua vitória sobre o rei Ngola inaugurou um período de três anos em que se procedeu ao cativeiro de africanos na região. A curto prazo, aumentou o tráfico de escravos, o que deve ter beneficiado pessoalmente o governador, mas, para mal dos negreiros, ficava arruinado o mais significativo parceiro comercial nos resgates e impossibilitada a existência de uma oferta duradoura e estável[69].

Todavia, o recurso à guerra nunca deixaria de subsistir como alternativa possível às transacções pacíficas. Bento Teixeira de Saldanha, em 1652, tentava persuadir a Coroa portuguesa a fazer guerra ao rei do Congo, à rainha Ginga e à província de Quissama, alegando que faltavam escravos, único rendimento da conquista de Angola. Atribuía aos potentados indígenas a responsabilidade pelo impedimento das feiras onde anteriormente se faziam os resgates. No seu ponderado parecer sobre esta carta, o Conselho Ultramarino lembrava que muitas vezes os governadores apresentavam honestos pretextos para guerrearem os gentios, apenas movidos pela cobiça de os cativarem e venderem, considerando que, sem novas culpas, não se devia romper com os nativos[70]. O monarca português, dirigindo-se a Luís Martins de Sousa Chichorro, já escolhido para governar Angola, a propósito da matéria exposta na carta do ouvidor Bento Teixeira, afirmava que não se devia fazer guerra aos negros nem cativá-los com atropelo das leis da natureza. Exceptuavam-se os casos em que cometessem novas culpas, perseguindo ou prejudicando os vassalos da coroa de Portugal, impedindo o comércio que os sobas quisessem ter com eles, favorecendo os inimigos da monarquia ou proibindo a pregação do Evangelho[71]. Em 1682, o governador João Silva de Sousa, após descrever o ambiente de guerra que se vivia em Angola, mostrava-se determinado a prosseguir até à destruição total dos inimigos, sem o que não se poderia retomar o trato da mercancia e possibilitar os resgates[72]. Dez anos volvidos, também o governador Gonçalo da Costa de Alcáçova Carneiro de Meneses anuncia a decisão, tomada pelo seu conselho, de fazer guerra ao Dembo Ambuíla, vassalo muito antigo do rei de Portugal, que se revoltara e roubara todos os *pumbeiros* dos moradores (cujas fazendas se dizia importarem mais de cinquenta mil cruzados), pondo fim ao comércio na região[73]. Em 1697, fazia-se alusão a 76 escravos, parte dos quais eram cativos de guerra, vendidos por 1768$000 réis[74].

As guerras entre africanos eram mais favoráveis ao abastecimento de escravos do que as empreendidas pelos portugueses[75]. Além dos inevitáveis custos, materiais e humanos, havia que considerar, aquando da tomada das decisões, a possibilidade de uma derrota militar que conduzisse à perda de toda a mercadoria humana acumulada[76]. Incrementar a guerra entre os nativos era um dos métodos utilizados por quem tinha interesse em beneficiar dos cativeiros de cada uma das partes envolvidas. Pôde mesmo escrever-se, com algum exagero, que "*Angola era um simples açougue onde os degredados portugueses eram utilizados no incitamento das populações nativas a guerrearem-se entre si, para obtenção de mão-de-obra escrava para o* Brasil."[77]. A verdade é que os portugueses beneficiaram das lutas intestinas e intertribais, cuja chama contribuíam para acender e não deixavam de atiçar. Sintomaticamente, em 1690, o governador D. João de Lencastre escrevia, exultante, que os potentados de Loango, Cabinda e Sonho estavam sempre envolvidos em guerras, cativando-se nelas uns aos outros, do que resultava uma venda contínua de prisioneiros que originava excelentes perspectivas para o negócio naquelas regiões[78].

Todavia, como já se notou, as guerras podiam, também, prejudicar o resgate de cativos, nomeadamente quando incidissem sobre áreas onde se processara o negócio pacífico de forma regular. Tornava-se difícil, por esta razão, conciliar as ambições dos governadores, empenhados num enriquecimento tão rápido quanto possível e pouco preocupados com o futuro do negócio, dado o carácter temporário da sua permanência no cargo, com as dos moradores interessados nos resgates amigáveis, nos quais podiam ter o papel activo que lhes garantia os lucros inerentes à sua intervenção, necessariamente diminuídos quando as autoridades optavam por uma estratégia belicista. O certo é que a guerra e a paz em Angola dependiam, fundamentalmente, da política escolhida visando a obtenção de escravos[79]. As negociações com os nativos para o termo dos confrontos têm sempre como prioridade a possibilitação do negócio. Um documento não datado, possivelmente de 1689, estipulava, entre as condições para a paz com o conde de Sonho, que este haveria de tratar os *pumbeiros* com todo o agasalho e benevolência, não consentindo que lhes fosse causado qualquer dano ou prejuízo, para que assim se franqueasse melhor o comércio[80]. Similar preocupação era patente nas "Capitulações adicionais" a que se havia de obrigar a rainha Ginga, D. Verónica Guterres, para se lhe conceder a paz e a amizade. Segundo esse texto, D. Verónica comprometer-se-ia a mandar abrir os caminhos para o comércio, sem qualquer impedimento, para que os *pumbeiros* pudessem ir às suas terras e regressar livremente, concedendo-se-lhes as facilidades necessárias a que rapidamente fizessem os resgates[81].

As diversas formas de obtenção de escravos não proporcionavam um abastecimento regular nas quantidades pretendidas pelos negreiros. Convém ter em atenção as queixas provenientes de Angola relativamente ao escasso número de escravos conseguidos; mas não se pode esquecer, também, que, em muitas circunstâncias, elas deviam ser exageradas, com o fim de pintar uma situação de miséria que dissuadisse a Coroa de criar novos impostos ou de agravar os existentes. As referências à falta de escravos são abundantes. O superior dos Jesuítas em Angola descreve, em 1633, uma conjuntura de grandes dificuldades nos resgates[82]. Em 1652, o governador Rodrigo de Miranda Henriques faz saber não lhe ter sido possível aviar completamente dois navios da Coroa, destinados à Baía, devido à falta de escravos para a sua carga, porque o *gentio* andava rebelado[83]. No ano seguinte, era o próprio rei que aludia à falta de escravos em Angola[84]. Em 1683, Joseph Hardevicus refere que quando a nau *Jerusalém* fora a Angola estava suspenso o negócio e não havia resgates, pelo que não se pudera respeitar o assento relativo ao envio de escravos

para o Maranhão[85]. Dez anos depois, os contratadores pediam licença para a compra de escravos a estrangeiros, visto não serem abundantes em Angola[86]. Em 1694, o governador Henrique Jaques de Magalhães declarava que o território de Angola se achava em tal miséria que o sertão não concorria com *peças* que bastassem sequer para os navios beneficiados com precedências no carregamento[87].

As doenças constituíam outro entrave ao negócio dos negreiros. Segundo o historiador brasileiro Afonso Taunay, em 1666 as bexigas arrasaram a escravatura[88]. Para António Carreira, a crise de mão-de-obra do Norte do Brasil, ocorrida entre o final do século XVII e os primeiros anos da centúria seguinte, tem uma das suas causas na grave epidemia de bexigas existente em Angola[89]. Uma carta régia de 1685 alude à permanência em Luanda de um navio fretado por conta da fazenda real durante mais tempo que o esperado; o motivo foram as bexigas que grassavam em Angola, impossibilitando o seu carregamento de negros[90]. Três anos depois, D. Pedro II determinava que todos os navios partidos de Luanda para o Brasil fossem obrigados a levar certidão de saúde, para se evitar a demora na descarga dos escravos[91]. O surto de bexigas aumentava mais ainda a mortalidade entre os cativos, já anteriormente elevada devido às caminhadas até ao litoral a que eram submetidos[92].

Havia também que contar com a resistência dos africanos à escravização e ao embarque. O governador Gonçalo da Costa escrevia, em 1692, que embora os moradores possuíssem muitos escravos nas suas propriedades, não lhes era possível valerem-se deles para os vender, porque os outros fugiam[93]. Assim, os portugueses que conseguiram sair ricos de Angola tiveram de servir-se do estratagema de pôr a ferros toda a negraria dos seus *arimos* e *senzalas* num mesmo dia, única forma de obterem cabedais consideráveis pela sua venda[94].

Patenteia-se, com nitidez, uma colónia totalmente concentrada no negócio dos escravos, fossem eles obtidos pelo comércio pacífico, pelos impostos a que se obrigavam os potentados nativos ou pelo emprego da força militar. Entre os obstáculos ao exercício desta actividade avultavam as guerras que aniquilavam os mercados onde eram possíveis os resgates regulares, as doenças, que aumentavam a mortalidade entre os cativos e as manifestações de resistência dos africanos, as quais se verificavam principalmente quando se tratava do seu envio para fora do território. Tais eram os prolegómenos do triste viver reservado aos africanos posteriormente ao cruzamento do oceano pelos navios negreiros.

* Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Aproveito neste trabalho parte da investigação realizada no âmbito do seminário sobre o Brasil do mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII) da F.C.S.H. da U.N.L., em 1988. Dadas as limitações do espaço concedido, procedi a cortes e condensações, mas também a modificações, acrescentos e actualizações. Parte da documentação consultada no Arquivo Histórico Ultramarino fora já publicada por António Brásio na *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental*, Lisboa, edição da Agência-Geral do Ultramar, continuada pela Academia Portuguesa da História (de que até ao presente, entre 1952 e 1991, saíram 21 volumes, na sua grande maioria referentes ao século XVII). Todavia, dado que realizei a investigação directamente pela leitura dos manuscritos seiscentistas, cito a partir das quotas e datas respectivas e, por imperativo de concisão, omito a localização na MMA. O leitor interessado em confirmar as referências que não constam de documentos inéditos facilmente o poderá fazer na obra de A. Brásio, dado o critério cronológico adoptado na sua publicação.

[1] Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, com prefácio de A. Vieira da Silva (reprodução da edição, sem data, do século XVI), Lisboa, 1938, p. 95. O autor afirma haver em Lisboa cem mil habitantes, dos quais 9950 eram escravos.

[2] Cf. Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no Século* XVI, Évora, 1997, p. 127. Sobre os escravos no reino português podem ser consultados A. C. de C. M. Saunders, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal* (1441-1555) (Lisboa, 1994), ed. original em língua inglesa, 1982; com limites cronológicos mais amplos: José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*, Lisboa, 1988. Para o resto da Península, não deixa de ser útil a obra de José Luis Cortés López, *La Esclavitud Negra en la España Peninsular del Siglo* XVI, Salamanca, 1989.

[3] Note-se, todavia, que as influências da mentalidade e da economia não deixaram de se exercer sobre os índios, compreensivelmente interessados nas conquistas de uma civilização mais evoluída do ponto de vista tecnológico, como observo na minha tese de mestrado, ainda não publicada, *Aculturação e Resistências nos Primórdios do Brasil*, Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1991, pp. 180-181.

[4] O estudo da "pintura" do índio brasileiro como ser bestial foi realizado por J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século* XVI, Lisboa, 1982 (1.ª ed., 1973), sobretudo pp. 226-238. Útil aos interessados no conhecimento da matéria é, também, o livro, mais recente, de Ronald Raminelli, *Imagens da Colonização. A Representação do Índio de Caminha a Vieira*, prefaciado por Laura de Mello e Souza, Rio de Janeiro e São Paulo, 1996.

[5] Veja-se Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, trad. para a língua portuguesa, São Paulo, 1988 (o original, em língua inglesa, data de 1985), pp. 57-73. Sublinhe-se que o trabalho índio nunca deixou de desempenhar o seu papel, mais ou menos significativo, consoante as regiões e as conjunturas. Como assinala Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 22.ª edição, São Paulo, 1987 (não indica ano da 1.ª ed.), p. 12, nota (9), "onde os núcleos coloniais não encontravam uma base econômica firme para expandir-se, a mão-de-obra indígena desempenhou sempre um papel fundamental." Para o caso específico do trabalho escravo ameríndio na São Paulo seiscentista veja-se John M. Monteiro, "From Indian to Slave: Forced Labour and Colonial Society in São Paulo During the Seventeenth Century", in Patrick Manning, *Slave Trades*, 1500-1800: *Globalization of Forced Labour*, Aldershot e Brookfield, 1996, pp. 109-131.

[6] Registe-se, a título de exemplo precoce, que o primeiro superior da missão dos Jesuítas no Brasil escrevia a D. João III, em 1551, pedindo-lhe que ordenasse ao governador Tomé de Sousa para providenciar no sentido de que ao colégio da Baía fossem dados alguns escravos de Guiné. Cf. *Cartas do Brasil e mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega* (*Opera Omnia*), com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite, Coimbra, 1955, p. 101 (a carta está datada de Olinda, aos 14 de Setembro de 1551).

[7] O Brasil foi, no período de 1451-1870, o principal destino dos escravos africanos na América, seguido, a grande distância, pela América Espanhola, pelas Antilhas Francesas e pelas Antilhas Inglesas. Os totais dos escravos importados por cada uma destas três regiões têm de ser somados para se atingir um número semelhante ao dos escravos exportados para o Brasil no conjunto do período, de acordo com Philip D. Curtin, "From Guesses to Calculations", in David Northrup (Edição e introdução de), *The Atlantic Slave Trade*, Lexington, Massachussets e Toronto, 1994, p. 45 (texto primitivamente editado por Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, em 1969).

[8] Sobre as fases ou "ciclos" sucessivos do trato de escravos para o Brasil vejam-se Luís Viana Filho, *O Negro na Bahia*, 3.ª edição, Rio de Janeiro, 1988 (sem indicação do ano da 1.ª ed.), pp. 69-148 (incluindo as notas a esta edição de Luiz Henrique Dias Tavares); F. Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e Siècle* (1570-1670). *Étude Économique* (2.ª edição), Paris, 1983, p. 175; Edmundo Correia Lopes, *A Escravatura* (*Subsídios para a sua História*), Lisboa, 1944, p. 61.

[9] Sobre as décadas iniciais da conquista portuguesa de Angola, veja-se David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese*. 1483-1790, Oxford, 1966, pp. 21-41.

[10] "Informação acerca dos escravos de Angola (1582-1583)", in *Monumenta Missionaria Africana - África Ocidental* (doravante designada MMA), (1570-1599), coligida e anotada pelo P.e António Brásio, Vol. III, Lisboa, 1953, pp. 227-229.

[11] Domingos de Abreu e Brito, no seu conhecido texto editado com o título de *Um Inquérito à vida Administrativa e Económica de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa*, publicação revista e prefaciada por Alfredo de Albuquerque Felner, Coimbra, 1931, p. 7, afirma ser costume do rei de Angola cativar e matar os que contra ele se rebelavam, sendo os cativos postos a ferros até à quarta geração. Segundo Felner, p. VII, Abreu e Brito deve ter estado em Angola em 1590-91.

[12] Segundo Daniel P. Mannix e M. Cowley, *Historia de la trata de negros*, trad. para castelhano, 2.ª edição, Madrid, 1970 (a 1.ª ed. em língua inglesa data de 1962), p. 53.

[13] Ainda que se devam considerar as excepções, geralmente os membros da Igreja Católica, como aliás também os eclesiásticos protestantes, não contrariaram esta ideia. Cf. C. R. Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica* (1440-1770) trad. port., Lisboa, 1981 (ed. inglesa, 1978), pp. 45-53. Sobre os argumentos associados à defesa do escravismo e também à sua contestação, veja-se Maria do Rosário Pimentel na sua obra *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*, Lisboa, 1995, passim. Acrescente-se que a história bíblica de Noé foi utilizada para fundamentar a escravização da parte da sua descendência supostamente correspondente aos negros. Veja-se, sobre o tema, Robin Blackburn, *The Making of New World Slavery. From the Baroque to the Modern*. 1492-1800, Londres e Nova Iorque, 1997, pp. 66-69.

[14] "História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e Cousas Tocantes ao Reino e Conquista (1- 5-1594)", in MMA, IV, p. 561.

[15] "Carta do Padre Diogo da Costa (4-6-1585)", in MMA, III, p. 317.

[16] "1593-1631. Terras e Minas Africanas segundo Baltasar Rebelo de Aragão", documento publicado por Luciano Cordeiro in *Questões Histórico-Coloniais*, vol. I, Lisboa, 1935, p. 304. Os abusos persistiram nos anos imediatamente seguintes; cf. Maria Luísa Esteves, "Para o estudo do tráfico de escravos de Angola (1640-1668)", in *Stvdia*, n.º 50, Lisboa, 1991, pp. 80-81.

[17] Atente-se nas seguintes palavras críticas de Manuel Severim de Faria, nas suas *Relações*, ao referir-se ao governo de Luís Mendes de Vasconcelos: "E bem tem mostrado o tempo como são de pouco efeito estas guerras em Angola, porque como fim desta conquista não seja basearem os portuguezes terras em que vivão, mas somente a conversão e comércio dos naturaes, em havendo guerras, de força parão ambas estas cousas ...". Citação de J. Matias Delgado, constante da obra citada na nota 19 deste artigo, Tomo I, pp. 89-90.

[18] Vejam-se, sobre a matéria, as valiosas informações reunidas por Beatrix Heintze no vol. II da primeira das suas obras citadas na nota seguinte, pp. 364-376.

[19] *História Geral das Guerras Angolanas*, 1680, Anotado e corrigido por José Matias Delgado, Lisboa, 1972, Tomo I, p. 127. Sobre o governo de Fernão de Sousa, acerca do qual dispomos de informação em quantidade e qualidade excepcionais, veja-se a edição de Beatrix Heintze, *Fontes para a história de Angola no século XVII* ... (1622-1635) *e* (1624-1635), Transcrição dos Documentos em colaboração com Maria Adélia de Carvalho Mendes, 2 vols., Estugarda, 1985-1988. Para um período mais lato que o do governo de Sousa veja-se Beatrix Heintze, "Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1, Lisboa, Janeiro / Junho de 1984, pp. 11-59.

[20] Alfredo Albuquerque de Lima Felner, *Angola. Apontamentos sôbre a Ocupação e o Início do Estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela Extraídos de Documentos Históricos*, Coimbra, 1933, p. 304.

[21] Ibidem, p. 519; doc. n.º 67 do apêndice documental (transcrição do códice 51-VIII-31, fl. 143 v.º da Biblioteca da Ajuda), 3 de Outubro de 1624.

[22] Ibidem, p. 519; doc. 68 (transcrição do códice citado, fl. 145).

[23] Arquivo Histórico Ultramarino (daqui por diante citado pela sigla AHU), *Angola*, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[24] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 101, 13 de Julho de 1652.

[25] Cf., a título exemplificativo, AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 69, 15 de Novembro de 1664; AHU, *Angola*, cx. 9, doc. 25, 10 de Abril de 1666.

[26] Frédéric Mauro, op. cit., p. 186.

[27] AHU, *Angola*, cx. 2, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[28] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 113, 10 de Maio de 1653.

[29] António de Oliveira de Cadornega, *op. cit.*, Tomo I, p. 143.

[30] AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 62, 19 de Fevereiro de 1656.

[31] AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 69, 15 de Novembro de 1664.

[32] AHU, *Angola*, cx. 9, doc. 25, 10 de Abril de 1666. Neste documento o rei considera a ida de brancos às feiras como causa de as mesmas serem levantadas, não as haver, aumentar o preço das peças e diminuir a quantidade das que embarcavam. A conclusão lógica do exame dos malefícios desta prática é a reiteração da sua proibição; não era permitida a presença de homens brancos nas feiras, mesmo sob o pretexto de irem impor o respeito pela justiça.

[33] António Carreira, *Angola: Da Escravatura ao Trabalho Livre. Subsídios para a História demográfica do século* XVI *até à independência*, Lisboa, 1977, p. 71. Como explica António Carreira, "O uso de calças de tipo europeu definia o aculturado, e a detenção do bastão simulava a legalidade da presença do seu portador nas feiras, já que o bastão era o símbolo da autoridade dos sobas."

[34] AHU, *Angola*, cx. 4, doc. 17, 8 de Janeiro de 1643.

[35] AHU, *Angola*, cx. 4, doc. 55, 28 de Julho de 1645.

[36] Sobre o tema existem dois estudos recentes; cf. Maria da Conceição Gomes Pereira, "As Feiras - Sua Importância no Contexto Comercial de Angola. Sécs. XV a XIX", in *Africana*, revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, n.º 6, Porto, Março de 1990, pp. 209-232 e Rosa Cruz e Silva, "As Feiras do Ndongo. A Outra Vertente do Comércio no Século XVII", in *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Luanda 3 a 6 de Abril de 1995 [Lisboa], 1997, pp. 405-422.

[37] AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 69, 15 de Novembro de 1664.

[38] AHU, *Angola*, cx. 9, doc. 62, 20 de Outubro de 1666.

[39] Depois da morte do rei D. António, que se rebelara contra os portugueses e morrera em combate em 1665 havia lutas intestinas, sem que por elas tivesse sido afectado o resgate das *peças*; cf. AHU, *Angola*, cx. 12, doc. 161, 12 de Dezembro de 1684.

[40] AHU, *Angola*, cx. 13, doc. 82, 28 de Agosto de 1688.

[41] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 38, 28 de Outubro de 1690.

[42] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 44, 27 de Abril de 1690.

[43] *AHU, Angola, cx. 15, doc. 26, 1 de Dezembro, de 1694.*

[44] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 100, 23 de Agosto de 1697.

[45] AHU, *Angola*, cx. 3, doc. 57, 13 de Setembro de 1645.

[46] David Birmingham, *A Conquista Portuguesa de Angola*, trad. port., Porto, 1974 (1.ª ed., em língua inglesa, 1965), p. 33.

[47] AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 62, 19 de Fevereiro de 1656.

[48] AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 29, 14 de Janeiro de 1655.

[49] AHU, *Angola*, cx. 13, doc. 97, 23 de Fevereiro de 1689. O grande número de subscritores do documento indicia o apoio generalizado dos moradores de Luanda à legalização das aguardentes brasileiras no reino de Angola.

[50] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 35, 2 de Abril de 1690.

[51] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 37, 11 de Dezembro de 1694.

[52] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 35, 13 de Dezembro de 1694.

[53] AHU, Códice 545, fl. 93, 24 de Novembro de 1695.

[54] Elias Alexandre da Silva Correia, *História de Angola*, Lisboa, 1937 (a obra data de 1782), vol. I, pp. 39-40.

[55] Entre as excepções relevantes, veja-se o documento publicado por B. Heintze, *Fontes* ..., vol. II, pp. 311-312, relativo a fins da terceira década do século XVII. Consulte-se também o quadro facultado por Adriano Parreira, *Economia e Sociedade em Angola na época da rainha Jinga (Século XVII)*, Lisboa, 1990, pp. 88-89.

[56] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 92, 15 de Março de 1698.

[57] David Birmingham, *A Conquista* ..., pp. 32-33. Outra via possível, mas que deve ter sido pouco praticada, era o resgate de personalidades proeminentes da hierarquia africana a troco de outros negros; cf. a carta do Padre Baltasar Afonso de 30 de Outubro de 1583, in MMA, III, pp. 227-229. Uma das excepções terá sido o pagamento pela rainha Ginga, D. Ana de Sousa, de cento e trinta cabeças, como contrapartida do resgate de sua irmã D. Bárbara (AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 101, 29 de Janeiro de 1657).

[58] Para o conhecimento do tema de um ponto de vista mais amplo e abrangente, veja-se Beatrix Heintze, "The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, Lisboa, Julho-Dezembro 1980, pp. 57-78.

[59] AHU, *Angola*, cx. 2, doc. 101, 6 de Julho de 1626.

[60] AHU, *Angola*, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[61] AHU, *Angola*, cx. 3, doc. 66, 23 de Setembro de 1637.

[62] AHU, Códice 545, fl. 35, 18 de Outubro de 1685.

[63] AHU, Códice 545, fl. 37, 27 de Fevereiro de 1686.

[64] AHU, *Angola*, cx. 10, doc. 26, 22 de Setembro de 1670. Neste parecer do Conselho Ultramarino considera-se que só podiam legitimamente oferecer-se de presente os cativos que estivessem atados à corda para se cortarem nos açougues, o que não era seguido.

[65] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 108, 10 de Abril de 1653.

[66] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 113, 10 de Maio de 1653.

[67] Segundo Stuart Schwartz, "Os Escravos: «Remédio de Todas as Outras Cousas»", in *História da Expansão Portuguesa* (Dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Lisboa, 1998, p. 247, "Provavelmente, por ano, não mais do que 1% da população de escravos podia ter esperanças na obtenção de uma liberdade legal ...".

[68] Veja-se a este respeito Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno* (1822-1891), Lisboa, 1979, pp. 35-36.

[69] Cf. David Birmingham, A *Conquista* ..., pp. 35-36.

[70] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 101, 14 de Dezembro de 1652. Anexa ao parecer do Conselho Ultramarino está a referida carta, datada de 13 de Julho de 1652. Declara-se no parecer do C. U. que se podia empreender guerra justamente a uma província ou povoação de gentios quando esta proibisse a pregação do Evangelho, mas não quando se recusasse a resgatar escravos, o que se deveria procurar fazer por meios pacíficos.

[71] AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 28, 26 de Setembro de 1653.

[72] AHU, *Angola*, cx. 12, doc. 71, 18 de Março de 1682.

[73] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 71, 28 de Novembro de 1691.

[74] AHU, Códice 545, fl. 108 v.º, 6 de Novembro de 1697.

[75] Frédéric Mauro, op. cit., p. 187.

[76] David Birmingham, A *Conquista* ..., p. 32.

[77] Roland Oliver e J. D. Fage, *Breve História de África*, trad. port., Lisboa, 1980 (1.ª ed. em inglês, 1962), p. 149.

[78] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 15, 18 de Março de 1690.

[79] Na verdade, deve ter sido limitada a influência das preocupações morais e religiosas por vezes manifestadas pelas autoridades de Lisboa acerca da legitimação das guerras.

[80] AHU, *Angola*, cx. 13, doc. 93, sem data (1689?).

[81] AHU, *Angola*, cx. 12, doc. 163, 24 de Novembro de 1684.

[82] AHU, *Angola*, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[83] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 101, 22 de Novembro de 1652.

[84] AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 28, 26 de Setembro de 1653.

[85] AHU, *Angola*, cx. 12, doc. 117, 14 de Dezembro de 1683.

[86] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 109, 29 de Janeiro de 1693.

[87] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 24, 22 de Novembro de 1694. Concordantes com este documento, vejam-se também, para a mesma época, AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 26, 11 de Dezembro de 1694; AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 36, 7 de Agosto de 1695.

[88] Afonso Taunay, "Subsídios para a História do tráfico Africano no Brasil Colonial", in *Anais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Centenário do Instituto), *Terceiro Congresso de História Nacional*, Outubro de 1938, Rio de Janeiro, p. 582.

[89] António Carreira, As *Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2.ª ed., Lisboa, 1983 (1.ª ed., com outro título, 1969), p. 25.

[90] AHU, Códice 545, fl. 33 v.º, 5 de Novembro de 1685.

[91] AHU, Códice 545, fl. 113 v.º, 8 de Novembro de 1698.

[92] AHU, *Angola*, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[93] Sobre as fugas de escravos pode consultar-se com proveito o pequeno estudo de Beatrix Heintze, *Asilo Ameaçado: Oportunidades e consequências da fuga de escravos em Angola no século* XVII, Luanda, 1995.

[94] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 76, 29 de Janeiro de 1692. Segundo este documento, a maioria dos moradores de Angola andavam sempre empenhados, dada a necessidade de comprarem o necessário para enviarem seus pumbeiros a fazerem resgates. O governador declara mesmo que muitas vezes não era fácil terem de seu mais de cem mil réis para se valerem. Porém, não deixa de mencionar a sua prática que consistia em levarem as filhas para o Brasil, fazendo delas freiras, gastando cada uma seis, sete e oito mil cruzados. Tratava-se de uma das diversas facetas do relacionamento privilegiado entre as colónias portuguesas em África e na América, tema que merece ser investigado de forma mais aprofundada do que o foi até à data.

ASPECTOS DO TRAFICO DE ESCRAVOS DE ANGOLA PARA O BRASIL NO SÉCULO XVII: 1. PROLEGÓMENOS DO INFERNO

Filipe Nunes de CARVALHO *

Herança da Antiguidade, a escravidão perdurou na Península Ibérica medieval. Com o início da expansão ultramarina portuguesa, no século XV, os mouros, que até então forneceram os efectivos, ao tempo já reduzidos, para o trabalho escravo vão sendo substituídos pêlos negros africanos. Em meados do século XVI cerca de dez por cento da população de Lisboa era já constituída por escravos[1] e no Alentejo quinhentista o número de pessoas escravizadas correspondia a uns seis por cento do total de habitantes[2]. Com o descobrimento do Brasil e a progressiva fixação dos portugueses nas suas terras, o recurso à escravização dos autóctones apresentou-se aos colonos carecidos de mão-de-obra como uma solução natural. A população ameríndia não era tão escassa como em tempos se supôs ou quis fazer crer. A dificuldade residia em submetê-la a um tipo de trabalho oposto aos seus hábitos ancestrais e à sua psicologia[3]. Beneficiando do acolhimento proporcionado pêlos sertões, onde o domínio português demorou a fazer-se sentir, os índios do Brasil ofereceram uma resistência que não deve ser negligenciada. A difusão pêlos colonos de um discurso que enfatizava a *bestialidade* dos índios nem sempre se terá traduzido pêlos resultados pretendidos[4]. Os interesses dos missionários e as iniciativas legislativas da Coroa constituíram obstáculos suplementares, e nem sempre despiciendos, à redução dos autóctones ao cativeiro. Associados ao surto da economia sacarina, uns e outras conjugaram-se para favorecer o recurso sistemático à importação de negros africanos[5]. Além de pertencerem a civilizações tecnologicamente mais evoluídas que as características dos naturais do Brasil, possuíam condições físicas e psicológicas para o trabalho duro e continuado nos engenhos e na mineração, a qual no século XVIII se tornaria a principal fonte de rendimento da América portuguesa. Por outro lado, os mesmos eclesiásticos católicos que se opunham à escravização dos índios mostravam-se coniventes com o cativeiro dos africanos e incentivavam a sua prática[6].

Ainda no século XVI e durante toda a centúria seguinte desenvolve-se, em torno da produção sacarina, a estruturação da economia e da sociedade do Brasil. É, pois, o açúcar que constitui o principal estímulo para a importação de angolanos durante o período de que este trabalho se ocupa[7]. Dado que o território angolano não foi a única fonte de abastecimento de africanos ao Brasil, convém salientar que parece situar-se no século XV11 a época de maior peso relativo da sua exportação humana[8].

Quando os portugueses chegaram a Angola a existência de indivíduos reduzidos à condição de escravos já era ali uma realidade, como sucedia em muitas regiões de África. O conhecimento das suas características suscitou especial interesse na fase assinalada pela tentativa de ocupação das, afinal inexistentes, minas de prata, um mito utilizado para mobilizar homens e recursos que permitissem a colonização[9]. Os que mais contribuíram para o difundir, com destaque para os Jesuítas, tinham consciência da necessidade de se encontrarem alternativas reais para a exploração económica do território.

O conhecimento das modalidades assumidas pela escravidão em África não se deveu a uma simples curiosidade antropológica dos europeus. À luz desta ideia deve ser encarada a "Informação acerca dos escravos de Angola"[10]. Conjugada com documentos posteriores, permite concluir que as origens consideradas legítimas da posse de escravos entre os angolanos eram as capturas decorrentes de guerras, a redução ao cativeiro por crimes muito graves, a herança de homens e mulheres caídos nas situações precedentes e ainda as aquisições nas feiras, que não podiam ter como objecto indivíduos livres". Entre os angolanos a escravização assumia um carácter limitado e muito diferente da empreendida pêlos europeus. Além de não determinar o desenraizamento cultural que resultava do transporte para uma terra completamente estranha, não reduzia o escravo à condição de simples executante de tarefas árduas e prolongadas. Compreende-se que a missionária e antropóloga Mary Kingsley definisse a escravidão em África como *"um estado de servidão protegido por certos direitos"*[12].

A prática da escravidão entre as populações de Angola anteriormente à chegada dos portugueses contribuiria para justificar a actividade dos negreiros europeus. Alegavam os teóricos ser mais legítimo um cativeiro que, como o empreendido pêlos cristãos, possibilitasse a salvação das almas dos africanos[13]. Por outro lado, a escravatura nativa facilitou grandemente o abastecimento dos navios portugueses envolvidos no tráfico. Em 1594, um texto de origem jesuítica dava conta do grande número de escravos levados de Angola para o Brasil, para as Índias de Castela e ainda para o reino de Portugal. Nele se afirma, também, ser a quantidade de cativos obtida por meio da guerra insignificante quando comparada com a conseguida nas feiras, por transacções com os autóctones[14]. Estas feiras, existentes independentemente da presença dos europeus, podiam ser alvo de pilhagens, como informa o padre Diogo da Costa, em 1585, ao escrever que numa única feira lograram os portugueses capturar mais de quinhentas *peças*[15].

Se acções como a referida redundavam em avultados ganhos imediatos, tendiam, a médio prazo, para a desestruturação dos únicos mecanismos capazes de proporcionar uma oferta estável; se generalizadas, poderiam até comprometer irremediavelmente a presença portuguesa. Também as imposições abusivas dos governadores e de outras autoridades contribuíam para aniquilar as feiras. Baltasar Rebelo de Aragão, em 1618, fala de um *"tirano tributo"* posto pelo governador nas feiras que consistia em tomar para si uma em cada dez *peças* de escravos. Acrescenta que depois de escolhidas por ele as melhores *peças* faziam as suas compras outros representantes do poder colonial. Parte dos moradores tinha de resignar-se a não tratar nas feiras, enquanto os restantes mandavam resgatar negros em partes remotas, onde o governador não podia exercer a sua autoridade[16].

Fernão de Sousa, responsável pelo governo de Angola a partir de 1624, seguiu uma prática diversa da que Rebelo de Aragão atribui a Luís Mendes de Vasconcelos. A sua acção parece ter sido mais semelhante à anteriormente levada a cabo por João Furtado de Mendonça[17]. Aliás, o governo de Fernão de Sousa caracterizou-se por uma tentativa de incentivar a presença dos portugueses em Angola em bases sólidas, para o que se empenhou decididamente na valorização das áreas ocupadas, concedendo terras em regime de sesmaria e promovendo o cultivo do solo pêlos portugueses[18]. As medidas que tomou no tocante à aquisição de escravos de forma regular e pacífica eram parte de um projecto para a presença portuguesa em Angola muito distinto da táctica dos governadores que se limitaram a procurar um enriquecimento tão rápido quanto possível, assente em iniciativas de cunho guerreiro e predatório (embora seja certo que também ele se empenhou em acções militares)[19]. Considerava as feiras suficientemente vantajosas para preconizar

o perdão, quando algum motivo o justificasse, do imposto em escravos devido pelo rei Ngola, advogando também que não se lhe fizesse guerra, desde que se comprometesse a manter activa a feira existente[20]. A mesma política determinou a criação, logo no ano da sua tomada de posse, do cargo de *maniquitanda* da feira de Ambaca. Ao escolhido para essa função (Pêro Vogado) foi dado poder para nomear meirinhos e guardas. Competia-lhe zelar para que os *pumbeiros* não pagassem pelas *peças* mais do que era costume, para que não se vendesse vinho na feira e para que a ela não fossem brancos[21]. Dias antes, o mesmo governador mandara abrir duas feiras[22].

Todavia, as consequências da política de incremento das feiras não foram duradouras. Em 1633, Gonçalo de Sousa, superior dos Jesuítas em Angola, escrevendo ao rei de Portugal a pedido dos oficiais da câmara de Luanda, queixava-se da magreza do rendimento dos moradores proveniente do trato. Explicava que as feiras existentes perto da cidade, nas quais a oferta de escravos fora abundantíssima, estavam de todo acabadas, devido às muitas guerras em que participavam os exércitos da rainha Ginga e dos Imbangalas (*Jagas*). Restava aos moradores o envio de escravos a negociar pela terra dentro, para o que tinham de fazer longas e penosas caminhadas[23]. Em 1652 a situação não era muito diferente, como se pode concluir de uma carta de Bento Teixeira de Saldanha, ouvidor e provedor da fazenda real em Angola[24]. Queixas posteriores confirmam a ideia da instabilidade das feiras[25].

Os resgates nas feiras ou *pumbos* eram realizados em Angola principalmente pêlos *pumbeiros*, já escravos dos portugueses, incumbidos por estes das deslocações ao sertão com fins comerciais. Como salienta Frédéric Mauro, distinguem-se dos lançados, mulatos ou brancos activos sobretudo na região da Guiné, que viviam nas cortes das autoridades africanas e se encarregavam da venda dos seus escravos[26]. Os *pumbeiros* tomavam por vezes a decisão de se eximirem ao domínio dos senhores. Era frequente aproveitarem as suas deslocações para ficarem no sertão com a fazenda dos amos[27]. Entendia-se ser o dano por eles causado especialmente grave por residir no despacho dos *pumbeiros* o único remedeio dos colonos[28]. Em contrapartida, outros *pumbeiros* revelaram-se tão zelosos e interiorizaram de tal forma os padrões de conduta inculcados pêlos seus proprietários que Cadornega se detém, divertido, nas disputas que terão ocorrido entre dois desses servidores, empenhados em chamar a si o título de melhor negociante[29].

Constava dos regimentos dos governadores de Angola a proibição de irem homens brancos aos *pumbos,* o que se justificava pelas perturbações que tal prática acarretava. Todavia, as infracções eram numerosas. Em 1656, os oficiais da câmara de Luanda lamentavam-se, em carta ao monarca, das dificuldades financeiras dos poucos moradores da terra, considerando ser a principal causa de tal situação o facto de andarem europeus espalhados pêlos *pumbos* e feiras, os quais resgatavam todas as *peças.* Alguma que os escravos dos moradores conseguissem resgatar era-lhes tomada à força pêlos tais brancos[30]. Outra reclamação no mesmo sentido, objecto de uma consulta no Conselho Ultramarino, atribuía a debilidade do comércio de escravos em Angola à actividade no sertão de homens brancos e pardos que, por negociarem com mais largueza, conseguiam para si todos os resgates. Pedida informação ao desembargador Bento Teixeira de Saldanha, que fora ouvidor-geral em Angola, declarou ele ser adita queixa muito antiga e quase sem remédio, pronunciou-se sobre os graves inconvenientes da ida de tais indivíduos ao sertão e declarou que não bastava a proibição existente de os governadores mandarem homens brancos pela terra dentro. Aconselhou, como remédio, uma determinação régia para que toda a pessoa, de qualquer qualidade, que aceitasse semelhantes missões fosse degredada para

Benguela, até ao fim da vida, e que os seus bens revertessem para a fazenda real. Os culpados deveriam ser sentenciados sem apelação nem agravo. Preconizava Bento Teixeira que apenas se admitisse uma única excepção - o *pumbo* do Congo, onde nunca essas idas tinham originado problemas. O parecer do Conselho Ultramarino, aprovado pelo rei, menos rigoroso, foi que se avisassem os governadores de que deveriam guardar o regimento e que depois se averiguasse se o tinham feito. O cuidado dos oficiais da câmara em informar o monarca acerca da execução do regimento neste particular completaria tais medidas[31]. A questão continuou a preocupar as autoridades portuguesas, como mostra o regimento dado ao governador Tristão da Cunha em 1666[32]. Outro documento do mesmo tipo, datado de 1676, ia mais longe nas restrições aos resgates, por se considerar que também a ida ao sertão de mulatos e de negros com calças e bastões, sinais exteriores de aculturação e poder, constituía grande dano[33].

Durante a ocupação de Luanda pêlos holandeses, houve que procurar as alternativas mais adequadas para a continuação do fornecimento de escravos de Angola aos engenhos da América portuguesa. Em 1643, considerava o Conselho Ultramarino que, dada a iminência da paz com a Holanda, podiam os vassalos do rei português continuar o seu comércio, indo os navios que lhes pertenciam à foz do Cuanza. onde se lhes permitia resgatar livremente. Seriam abastecidos a partir das quatro fortalezas que os portugueses tinham pelo rio a dentro[34]. Em 1645, João de Almeida Rios, capitão de uma caravela que transportara açúcares do Rio de Janeiro para Lisboa, declara-se interessado em investir o seu cabedal e o de outras pessoas para ir ao porto do rio Moreira, ou ao Cuanza, com fazendas e mantimentos, a fim de resgatar negros que levaria ao Brasil[35]. Era, porém, iniciativa resultante de uma conjuntura de excepção, quando, perdida Luanda, os mecanismos normais do comércio não podiam funcionar.

Em circunstâncias comuns, os resgates efectuavam-se nas feiras realizadas pêlos indígenas, que hão-de ter conhecido grande incremento devido à procura de escravos por parte dos portugueses[36]. No ano de 1664, os oficiais da câmara de Luanda apontavam como locais de resgate as terras dos sobas vassalos do rei português e os presídios do Libolo, dos Dembos, de Benguela e outros submetidos ao governador[37]. Em 1666, Tristão da Cunha, ao tempo responsável pela governação do território, informava o rei de que o comércio no sertão era conduzido pêlos rios Cuanza, Bengo e Dande[38]. O *pumbo* do sertão do Congo, tornado uma fonte de escravos canalizados para Luanda, revelava-se de grande utilidade para os moradores portugueses, mesmo em 1648, ainda que a cidade de São Salvador, sua sede política, estivesse completamente arruinada e despovoada[39]. Paulatinamente, também Benguela ia ganhando importância comercial. Em 1688, o governador Luís Lobo da Silva gloriava-se por estar aquele território dominado, pacífico e com grande *pumbo* aberto[40]. Dois anos depois, a situação era ainda mais favorável nesta região a sul do reino de Angola. Devido ao falecimento do soba Caconda, o sertão de Benguela sossegara e o presídio português não era embaraçado, pelo que os moradores portugueses faziam ali negócio com toda a liberdade, do que beneficiava a fazenda real[41]. Estas indicações são corroboradas pela existência de alusões ao tráfico de escravos adquiridos em Benguela[42]. Poucos anos volvidos, quando o panorama geral era desfavorável aos negreiros, o reino de Benguela não parece ter sido afectado pela quebra dos resgates. Em 1694 considerava-se em ruínas o comércio *de* que dependiam a conservação e o progresso da colónia angolana. Os moradores interessados no comércio pacífico eram indirectamente afectados pelas guerras entre os naturais do reino do Congo, que anteriormente tinham deixado o negócio incólume, e também por aquelas em que

participavam os súbditos da rainha Ginga. Contribuíam para o mesmo estado de coisas a alteração do Dembo Ambuíla, o magro negócio que então se fazia no Cassange e os contínuos *movimentos* que se sucediam em toda aquela conquista[43]. A presença de outros europeus era geradora de dificuldades suplementares. Em 1696, o governador Henrique laques de Magalhães informava que, devido à intromissão de navios estrangeiros, os moradores de Luanda se viam impossibilitados de mandar as suas embarcações a comprarem escravos em todos os portos da costa do Loango, como faziam anteriormente, com licença dos contratadores de Angola[44].

O resgate de escravos exigia o apetrechamento dos *pumbeiros* com os meios que tornassem possíveis as suas, por vezes muito demoradas e difíceis, incursões pelo sertão. Além de uma reserva mínima destinada à manutenção e da fazenda para os resgates, impunha-se o concurso de homens aptos como guias, intérpretes, carregadores e vigilantes dos escravos adquiridos. Todavia, os documentos referentes à época estudada são pouco esclarecedores da logística destas expedições. Em 1645, na fase em que Luanda se encontrava sob domínio holandês e a penetração no interior estava dificultada, solicitavam os portugueses algumas embarcações pequenas com que andassem pela costa à pesca e no resgate de milho e de escravos, visto serem os seus únicos recursos um barco de coberta que tinha de ser reparado e um batelão com alguma capacidade bélica[45]. Segundo David Birmingham, os comerciantes adquiriam os negros principalmente em troca de álcool, de tabaco e de tecidos[46]. Tratar-se-ia dos produtos mais correntes; mas a venda ilegal de armas de fogo, pólvora e munições não deixou de desempenhar papel significativo[47]. Muito procuradas pêlos africanos, faziam perigar a já restrita supremacia militar dos portugueses, o que mais incentivava os estrangeiros à sua utilização nas transacções com os negros, interessados que estavam em desembaraçar-se do concorrente preponderante.

As bebidas alcoólicas tinham, igualmente, grande procura por parte dos angolanos. Em 1656, Bartolomeu Pais Bulhão referia-se ao vinho como sendo a mercadoria mais útil aos moradores, por ser aquela com que mais rapidamente se faziam os resgates[48]. No entanto, as *gerebitas*, aguardentes de cana fabricadas no Brasil, constituíam uma forte alternativa ao vinho europeu. A sua utilização nos resgates permitia que um produto secundário na indústria açucareira financiasse, por si só, directamente, a compra da mão-de-obra necessária ao funcionamento dos engenhos. O interesse dos proprietários brasileiros colidia, porém, com a estratégia económica estatal que visava, por um lado, garantir o monopólio do mercado angolano das bebidas alcoólicas, tendo em vista a colocação dos vinhos metropolitanos, e, por outro, impedir uma autarcia, ainda que relativa, da colónia brasileira. Tratava-se, portanto, de uma questão de extrema importância dos pontos de vista económico e político. Tendo em consideração a magnitude e o alcance dos interesses em causa, compreendem-se as disputas que originou. Não apenas para os moradores de Angola como para os senhores de engenho do Brasil e os negociantes e transportadores com eles relacionados, era muito mais que de uma contenda pela obtenção de lucros. Da perspectiva do Estado, impunha-se zelar para que os envolvidos no negócio, muitos dos quais cristãos-novos cujas relações com a Coroa estavam longe de ser fáceis e transparentes, pudessem tender para uma progressiva autonomização, que poderia vir a culminar na sua emancipação do poder central português. O Estado, mais do que fazer o possível para defender os interesses dos seus súbditos reinóis produtores e vendedores de vinho, não podia deixar de se preocupar com o futuro do relacionamento entre as parcelas sobre as quais exercia o seu domínio. Era nessas relações - e na função coordenadora desempenhada por Lisboa (periferia de um centro e centro de uma periferia)

- que, em última análise, assentavam a relativa harmonia do *puzzle* imperial e a própria independência do país. Havia que garantir e promover o ajustamento entre a totalidade das parcelas do império e preservar a posição do rectângulo europeu como cabeça, não apenas simbólica, desse conjunto de espaços e relações, mesmo que permitindo, como não podia deixar de ser, uma considerável capacidade de manobra aos residentes nas colónias.

A proibição das aguardentes brasileiras foi estabelecida por uma provisão do regente D. Pedro, datada de Abril de 1679, na qual são consideradas responsáveis por numerosas mortes e enfermidades. Em 1689, os oficiais da câmara de Luanda mandam fazer um termo sobre o parecer do povo, convocado para se pronunciar sobre a permissão da bebida. Afirma-se nesse documento que a experiência mostrara não ser ela prejudicial à saúde e que convinha muito ao comércio, por permitir resgatar mais escravos do que qualquer outro género. Acrescentava-se que a proibição das *gerebitas* redundava na sua maior abundância, visto descarregarem-se ocultamente em Benguela e pela costa de Barlavento, sendo depois conduzidas a Massangano e a Luanda, onde se vendiam em regime de monopólio[49]. Na verdade, há notícias de que as aguardentes do Brasil se comercializavam ilicitamente. Em 1690, o depositário e procurador da fazenda real em Angola, Manuel Tavares de Macedo, denunciava uma compra de mais de sessenta barris a um navio despachado da Baía[50]. Em 1694, os oficiais da câmara de Luanda voltavam a solicitar a entrada franca das *gerebitas*, contra o pagamento do tributo outrora recebido pelo senado. Um dos seus argumentos consistia em que permitiriam ao contratador mandar resgatar a quantidade de farinha necessária aos socorros da infantaria. Por outro lado, o Brasil seria beneficiado com a sua venda e a maior facilidade nos resgates assim proporcionada viabilizaria um abastecimento mais rápido das embarcações negreiras[51]. Os colonos encontraram, por essa época, um precioso aliado na pessoa do governador Henrique Jaques de Magalhães. Em carta ao rei, refere-se ele à situação dos moradores como sendo de misérias, fomes e necessidades. Confrontado com este panorama, mostrava-se favorável à introdução das *gerebitas* e remetia uma certidão na qual os cirurgiões de Luanda declaravam não serem nocivas à saúde". Em Novembro de 1695, D. Pedro II permitia que se navegassem para Angola as referidas aguardentes do Brasil, que pagariam um imposto de saída de 1$600 réis por pipa e outro de entrada em Angola da mesma importância. O novo direito seria arrematado por contrato a quem por ele mais oferecesse". Os moradores de Angola e os senhores dos engenhos brasileiros alcançavam, deste modo, uma importante vitória. O século XVIII não traria consigo a eliminação do vinho do mercado angolano. Todavia, segundo Elias Alexandre da Silva Correia, eram as *gerebitas* o produto fundamental para as transacções com os negros[54].

Interessaria conhecer com rigor a evolução do custo dos produtos necessários à compra de cada escravo angolano. Infelizmente, a documentação não se mostra tão esclarecedora a este respeito como se desejaria. Os dados disponíveis são demasiado irregulares quanto às datas respectivas e às mercadorias ou unidades monetárias utilizadas para que possamos tirar conclusões precisas a tal respeito[55]. A negociação dos preços das fazendas com que se compravam os escravos era preocupação dos governadores de Angola. Um documento de 1698 relativo à nomeação de pessoas para o cargo de tenente do capitão-mor do campo é suficientemente esclarecedor. Da folha de serviços do proposto em primeiro lugar constava a ida ao quilombo de Cassange, por ordem do governador Francisco de Távora, para ajustar os preços das fazendas que se praticariam no resgate das *peças*[56].

O comércio com os africanos não constituía a única forma de realizar o abastecimento de escravos. David Birmingham detectou três métodos principais para a obtenção de negros. A primeira possibilidade consistia em enviar os *pumbeiros* ao sertão para fazerem resgates. As duas outras alternativas, que serão consideradas sucessivamente, eram a imposição aos sobas do pagamento de tributos em escravos e o recurso à guerra para a obtenção de cativos[57].

Os tributos em escravos pagos pelo rei de Angola e pêlos sobas vassalos ao monarca português *(baculamentos)* traduziam a sujeição daqueles à coroa de Portugal[58]. Em 6 de Junho de 1626 o escrivão da fazenda de Angola certificava que, desde a tomada de posse do governador Fernão de Sousa, em 1624, tinham os sobas tributários do rei português mandado 499 peças de escravos e escravas, grandes e pequenos, velhos e crianças *"e áe toda a sorte"*. Foram estes escravos vendidos em hasta pública na praça de Luanda a diversos moradores, como era costume[59]. Todavia, a capacidade das autoridades autóctones para pagarem tributos em *peças* aos portugueses estava longe de ser ilimitada e não podia deixar de depender das circunstâncias. Em 1633, escrevia o superior dos Jesuítas em Angola ao rei que os sobas avassalados, não podendo já suportar os tributos de escravos e outros vexames, se retiravam para o sertão, juntando-se aos Jagas e a outros sobas não submetidos, o que causava grandes danos[60]. Quatro anos depois, o feitor Diogo Gomes de Faria era testemunha da mesma realidade. Devido aos excessos relacionados com a cobrança de *baculamentos* a maioria dos sobas angolanos desamparavam as suas terras, deixando-as desertas. Os poucos que ficavam davam de tributo crianças de tão tenra idade que as levavam em braços aos leilões e alguma gente tão velha que inspirava compaixão. Em consequência, eram muito escassos os rendimentos da fazenda real, pelo que o feitor propunha que os tributos passassem a ser pagos em frutos da terra[61]. No entanto, os *baculamentos* em escravos continuaram a efectuar-se. Em 1685 alude-se a quarenta *cabeças* pagas na fortaleza de Ambaca[62]. Data do ano seguinte a referência a 114 *cabeças* de *baculamentos* que reverteram, indevidamente, em proveito do governador, ficando assim prejudicada a fazenda real[63].

Era costume, quando os nomeados para o governo chegavam a Angola, que os reis e sobas aliados e vassalos da coroa portuguesa lhes mandassem escravos de presente. Em retribuição, enviavam-lhes os governadores algumas coisas do reino de Portugal que ali eram estimadas. Todavia, o saldo final era grandemente favorável aos europeus. O que o governador recebia importava mais de quarenta mil cruzados; o que ofertava não valia mais de cinco. Confrontado com tal situação, o Conselho Ultramarino considerou-se obrigado a declarar que poderia haver escrúpulo neste negócio, visto que os escravos oferecidos resultavam, por vezes, de cativeiros injustos e que não se podia permitir que um governador incumbido de exercer justiça fosse peitado pêlos seus dependentes com uma soma tão considerável[64].

Além dos escravos obtidos por via dos impostos pagos pêlos sobas nativos e dos presentes que faziam aos governadores, outros eram extorquidos pela força. Em 1653, Bento Teixeira de Saldanha, em sintonia com os interesses dos moradores prejudicados, denunciava que os *"miseráveis sovas"* estavam sujeitos *"por lotações"* aos capitães dos presídios, recebendo deles grandíssimas vexações, maldades e roubos. Mandavam-nos chamar às fortalezas, não se lhes permitindo partir sem darem *peças*, que já não tinham. Propõe Bento Teixeira que fosse passada provisão determinando que apenas em caso de necessidade urgente de guerra fossem os sobas chamados aos presídios[65]. Pela mesma época, Francisco Vaz de Resende acusa Henrique Henriques, que ficara governando Angola por doença

de Rodrigo de Miranda, seu tio, em termos veementes. Trazia Henriques, *"pêlos sobas"*, quatro ou cinco homens brancos, em *"comissões inventadas por Satanás"*, que os tiranizavam, obrigando-os a *dar peças*. Frequentemente o único recurso dos senhores nativos consistia na entrega das mulheres e dos filhos[66].

A violência exercida sobre os negros assumia, também, uma forma mais sistemática, a da guerra aberta, mais ou menos generalizada. O período das *guerras angolanas*, iniciado em 1575 e que se prolongou pelo século XVII, corresponde ao surto da economia sacarina no Brasil. O poder militar dos portugueses esteve, assim, na origem de uma proporção considerável do total dos escravos remetidos para a América portuguesa, que um dito em voga no período colonial considerava, com alguma ironia, o purgatório dos brancos, o paraíso dos mulatos e o inferno dos negros. Em relação aos forçados a atravessar o Atlântico, não há dúvida de que poucas esperanças lhes podiam restar[67].

A intervenção em guerras entre os africanos e a tentativa de conquista do reino de Angola eram estratégias convergentes para a mesma finalidade[68]. O governador Luís Mendes de Vasconcelos, conhecido como defensor de urna *"política de fixação"*, ao chegar a Luanda, em 1617, mostrou-se empenhado em promover o comércio amigável com os angolanos. Porém, depressa se decidiu pela guerra activa como forma de intensificar o tráfico de negros. A sua vitória sobre o rei Ngola inaugurou um período de três anos em que se procedeu ao cativeiro de africanos na região. A curto prazo, aumentou o tráfico de escravos, o que deve ter beneficiado pessoalmente o governador, mas, para mal dos negreiros, ficava arruinado o mais significativo parceiro comercial nos resgates e impossibilitada a existência de uma oferta duradoura e estável[69].

Todavia, o recurso à guerra nunca deixaria de subsistir como alternativa possível às transacções pacíficas. Bento Teixeira de Saldanha, em 1652, tentava persuadir a Coroa portuguesa a fazer guerra ao rei do Congo, à rainha Ginga e à província de Quissama, alegando que faltavam escravos, único rendimento da conquista de Angola. Atribuía aos potentados indígenas a responsabilidade pelo impedimento das feiras onde anteriormente se faziam os resgates. No seu ponderado parecer sobre esta carta, o Conselho Ultramarino lembrava que muitas vezes os governadores apresentavam honestos pretextos para guerrearem os gentios, apenas movidos pela cobiça de os cativarem e venderem, considerando que, sem novas culpas, não se devia romper com os nativos[70]. O monarca português, dirigindo-se a Luís Martins de Sousa Chichorro, já escolhido para governar Angola, a propósito da matéria exposta na carta do ouvidor Bento Teixeira, afirmava que não se devia fazer guerra aos negros nem cativá-los com atropelo das leis da natureza. Exceptuavam-se os casos em que cometessem novas culpas, perseguindo ou prejudicando os vassalos da coroa de Portugal, impedindo o comércio que os sobas quisessem ter com eles, favorecendo os inimigos da monarquia ou proibindo a pregação do Evangelho[71]. Em 1682, o governador João Silva de Sousa, após descrever o ambiente de guerra que se vivia em Angola, mostrava-se determinado a prosseguir até à destruição total dos inimigos, sem o que não se poderia retomar o trato da mercancia e possibilitar os resgates[72]. Dez anos volvidos, também o governador Gonçalo da Costa de Alcáçova Carneiro de Meneses anuncia a decisão, tomada pelo seu conselho, de fazer guerra ao Dembo Ambuíla, vassalo muito antigo do rei de Portugal, que se revoltara e roubara todos os *pumbeiros* dos moradores (cujas fazendas se dizia importarem mais de cinquenta mil cruzados), pondo fim ao comércio na região". Em 1697, fazia-se alusão a 76 escravos, parte dos quais eram cativos de guerra, vendidos por 1768$000 réis[74].

As guerras entre africanos eram mais favoráveis ao abastecimento de escravos do que as empreendidas pêlos portugueses[75]. Além dos inevitáveis custos, materiais e humanos, havia que considerar, aquando da tomada das decisões, a possibilidade de uma derrota militar que conduzisse à perda de toda a mercadoria humana acumulada[76] Incrementar a guerra entre os nativos era um dos métodos utilizados por quem tinha interesse em beneficiar dos cativeiros de cada uma das partes envolvidas. Pôde mesmo escrever-se, com algum exagero, que *"Angola era um simples açougue onde os degredados portugueses eram utilizados no incitamento das populações nativas a guerrearem-se entre si, para obtenção de mão-de-obra escrava para o Brasil."*[77]. A verdade é que os portugueses beneficiaram das lutas intestinas e intertribais, cuja chama contribuíam para acender e não deixavam de atiçar. Sintomaticamente, em 1690, o governador D. João de Lencastre escrevia, exultante, que os potentados de Loango, Cabinda e Sonho estavam sempre envolvidos em guerras, cativando-se nelas uns aos outros, do que resultava uma venda contínua de prisioneiros que originava excelentes perspectivas para o negócio naquelas regiões[78].

Todavia, como já se notou, as guerras podiam, também, prejudicar o resgate de cativos, nomeadamente quando incidissem sobre áreas onde se processara o negócio pacífico de forma regular. Tornava-se difícil, por esta razão, conciliar as ambições dos governadores, empenhados num enriquecimento tão rápido quanto possível e pouco preocupados com o futuro do negócio, dado o carácter temporário da sua permanência no cargo, com as dos moradores interessados nos resgates amigáveis, nos quais podiam ter o papel activo que lhes garantia os lucros inerentes à sua intervenção, necessariamente diminuídos quando as autoridades optavam por uma estratégia belicista. O certo é que a guerra e a paz em Angola dependiam, fundamentalmente, da política escolhida visando a obtenção de escravos[79]. As negociações com os nativos para o termo dos confrontos têm sempre como prioridade a possibilitação do negócio. Um documento não datado, possivelmente de 1689, estipulava, entre as condições para a paz com o conde de Sonho, que este haveria de tratar os *pumbeiros* com todo o agasalho e benevolência, não consentindo que lhes fosse causado qualquer dano ou prejuízo, para que assim se franqueasse melhor o comércio[80]. Similar preocupação era patente nas "Capitulações adicionais" a que se havia de obrigar a rainha Ginga, D. Verónica Guterres, para se lhe conceder a paz e a amizade. Segundo esse texto, D. Verónica comprometer-se-ia a mandar abrir os caminhos para o comércio, sem qualquer impedimento, para que os *pumbeins* pudessem ir às suas terras e regressar livremente, concedendo-se-lhes as facilidades necessárias a que rapidamente fizessem os resgates[81].

As diversas formas de obtenção de escravos não proporcionavam um abastecimento regular nas quantidades pretendidas pêlos negreiros. Convém ter em atenção as queixas provenientes de Angola relativamente ao escasso número de escravos conseguidos; mas não se pode esquecer, também, que, em muitas circunstâncias, elas deviam ser exageradas, com o fim de pintar uma situação de miséria que dissuadisse a Coroa de criar novos impostos ou de agravar os existentes. As referências à falta de escravos são abundantes. O superior dos Jesuítas em Angola descreve, em 1633, uma conjuntura de grandes dificuldades nos resgates[82]. Em 1652, o governador Rodrigo de Miranda Henriques faz saber não lhe ter sido possível aviar completamente dois navios da Coroa, destinados à Baía, devido à falta de escravos para a sua carga, porque o *gentio* andava rebelado[83]. No ano seguinte, era o próprio rei que aludia à falta de escravos em Angola[84]. Em 1683, Joseph Hardevicus refere que quando a nau *Jerusalém* fora a Angola estava suspenso o negócio e não havia resgates, pelo que não se pudera respeitar o assento relativo ao envio de escravos

para o Maranhão[85]. Dez anos depois, os contratadores pediam licença para a compra de escravos a estrangeiros, visto não serem abundantes em Angola[86]. Em 1694, o governador Henrique)aques de Magalhães declarava que o território de Angola se achava em tal miséria que o sertão não concorria com *peças* que bastassem sequer para os navios beneficiados com precedências no carregamento[87].

As doenças constituíam outro entrave ao negócio dos negreiros. Segundo o historiador brasileiro Afonso Taunay, em 1666 as bexigas arrasaram a escravatura[88]. Para António Carreira, a crise de mão-de-obra do Norte do Brasil, ocorrida entre o final do século XVII e os primeiros anos da centúria seguinte, tem uma das suas causas na grave epidemia de bexigas existente em Angola[89]. Uma carta régia de 1685 alude à permanência em Luanda de um navio fretado por conta da fazenda real durante mais tempo que o esperado; o motivo foram as bexigas que grassavam em Angola, impossibilitando o seu carregamento de negros[90]. Três anos depois, D. Pedro 11 determinava que todos os navios partidos de Luanda para o Brasil fossem obrigados a levar certidão de saúde, para se evitar a demora na descarga dos escravos". O surto de bexigas aumentava mais ainda a mortalidade entre os cativos, já anteriormente elevada devido às caminhadas até ao litoral a que eram submetidos[92].

Havia também que contar com a resistência dos africanos à escravização e ao embarque. O governador Gonçalo da Costa escrevia, em 1692, que embora os moradores possuíssem muitos escravos nas suas propriedades, não lhes era possível valerem-se deles para os vender, porque os outros fugiam[93]. Assim, os portugueses que conseguiram sair ricos de Angola tiveram de servir-se do estratagema de pôr a ferros toda a negraria dos seus *arimos* e *senzalas* num mesmo dia, única forma de obterem cabedais consideráveis pela sua venda[94].

Patenteia-se, com nitidez, uma colónia totalmente concentrada no negócio dos escravos, fossem eles obtidos pelo comércio pacífico, pêlos impostos a que se obrigavam os potentados nativos ou pelo emprego da força militar. Entre os obstáculos ao exercício desta actividade avultavam as guerras que aniquilavam os mercados onde eram possíveis os resgates regulares, as doenças, que aumentavam a mortalidade entre os cativos e as manifestações de resistência dos africanos, as quais se verificavam principalmente quando se tratava do seu envio para fora do território. Tais eram os prolegómenos do triste viver reservado aos africanos posteriormente ao cruzamento do oceano pêlos navios negreiros.

' Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Aproveito neste trabalho parte da investigação realizada no âmbito do seminário sobre o Brasil do mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII) da F.C.S.H. da U.N.L., em 1988. Dadas as limitações do espaço concedido, procedi a cortes e condensações, mas também a modificações, acrescentos e actualizações. Parte da documentação consultada no Arquivo Histórico Ultramarino fora já publicada por António Brásio na *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental*, Lisboa, edição da Agência-Geral do Ultramar, continuada pela Academia Portuguesa da História (de que até ao presente, entre 1952 e 1991, saíram 21 volumes, na sua grande maioria referentes ao século XVII). Todavia, dado que realizei a investigação directamente pela leitura dos manuscritos seiscentistas, cito a partir das quotas e datas respectivas e, por imperativo de concisão, omito a localização na MMA. O leitor interessado em confirmar as referências que não constam de documentos inéditos facilmente o poderá fazer na obra de A. Brásio, dado o critério cronológico adoptado na sua publicação.

[1] Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assim eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa,* com prefácio de A. Vieira da Silva (reprodução da edição, sem data, do século XVI), Lisboa, 1938, p. 95. O autor afirma haver em Lisboa cem mil habitantes, dos quais 9950 eram escravos.

[2] Cf. Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no Século XVI*, Évora, 1997, p. 127. Sobre os escravos no reino português podem ser consultados A. C. de C. M. Saunders, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal (1441-1555)* (Lisboa, 1994), ed. original em língua inglesa, 1982; com limites cronológicos mais amplos: José Ramos Tinhorão, Os *Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa,* Lisboa. 1988. Para o resto da Península, não deixa de ser útil a obra de José Luis Cortês López, *La Esclavitud Negra en la España Peninsular del Siglo XVI*, Salamanca, 1989.

[3] Note-se, todavia, que as influências da mentalidade e da economia não deixaram de se exercer sobre os índios, compreensivelmente interessados nas conquistas de uma civilização mais evoluída do ponto de vista tecnológico, como observo na minha tese de mestrado, ainda não publicada, *Aculturação e Resistências nos Primórdios do Brasil,* Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1991, pp. 180-181.

[4] O estudo da "pintura" do índio brasileiro como ser bestial foi realizado por J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, 1982 (1.ª ed., 1973), sobretudo pp. 226-238. Útil aos interessados no conhecimento da matéria é, também, o livro, mais recente, de Ronald Raminelli, *Imagens da Colonização. A Representação do índio de Caminha a Vieira,* prefaciado por Laura de Mello e Souza, Rio de Janeiro e São Paulo, 1996.

[5] Veja-se Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial,* trad. para a língua portuguesa, São Paulo, 1988 (o original, em língua inglesa, data de 1985), pp. 57-73. Sublinhe-se que o trabalho índio nunca deixou de desempenhar o seu papel, mais ou menos significativo, consoante as regiões e as conjunturas. Como assinala Celso Furtado, *Formação Económica do Brasil,* 22.ª edição, São Paulo, 1987 (não indica ano da 1.ª ed.), p. 12, nota (9), "onde os núcleos coloniais não encontravam uma base econômica firme para expandir-se, a mão-de-obra indígena desempenhou sempre um papel fundamental." Para o caso específico do trabalho escravo ameríndio na São Paulo seiscentista veja-se John M. Monteiro, "From Indian to Slave: Forced Labour and Colonial Society in São Paulo During the Seventeenth Century", in Patrick Manning, *Slave Trades, 1500-1800: Globalization of Forced Labour.* Aldershot e Brookfield, 1996, pp. 109-131.

[6] Registe-se, a título de exemplo precoce, que o primeiro superior da missão dos Jesuítas no Brasil escrevia a D. João III, em 1551, pedindo-lhe que ordenasse ao governador Tomé de Sousa para providenciar no sentido de que ao colégio da Baía fossem dados alguns escravos de Guiné. Cf. Cartas *do Brasil e mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite, Coimbra, 1955, p. 101 (a carta está datada de Olinda, aos 14 de Setembro de 1551).

[7] O Brasil foi, no período de 1451-1870, o principal destino dos escravos africanos na América, seguido, a grande distância, pela América Espanhola, pelas Antilhas Francesas e pelas Antilhas Inglesas. Os totais dos escravos importados por cada uma destas três regiões têm de ser somados para se atingir um número semelhante ao dos escravos exportados para o Brasil no conjunto do período, de acordo com Philip D. Curtin, "From Guesses to Calculations", in David Northrup (Edição e introdução de), *The Atlantic Slave Trade*, Lexington, Massachussets e Toronto, 1994, p. 45 (texto primitivamente editado por Philip D, Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, em 1969).

[8] Sobre as fases ou "ciclos" sucessivos do trato de escravos para o Brasil vejam-se Luís Viana Filho, O *Negro na Bahia,* 3ª edição, Rio de Janeiro, 1988 (sem indicação do ano da 1.ª ed.), pp. 69-148 (incluindo as notas a esta edição de Luiz Henrique Dias Tavares); F. Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe Siècle (1570-1670). Étude Économique* (2ª edição), Paris, 1983, p. 175; Edmundo Correia Lopes, A *Escravatura (Subsídios para a sua História)*, Lisboa, 1944, p. 61.

* Sobre as décadas iniciais da conquista portuguesa de Angola, veja-se David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese.* 1483-1790, Oxford, 1966, pp. 21-41.

[10] "Informação acerca dos escravos de Angola (1582-1583)", in *Monumenta Missionaria Africana - África Ocidental* (doravante designada MMA), (1570-1599), coligida e anotada pelo P.e António Brásio, Vol. III, Lisboa, 1953, pp. 227-229.

[11] Domingos de Abreu e Brito, no seu conhecido texto editado com o título de Um *Inquérito à vida Administrativa e Económica de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa,* publicação revista e prefaciada por Alfredo de Albuquerque Felner, Coimbra, 1931, p. 7, afirma ser costume do rei de Angola cativar e matar os que contra ele se rebelavam, sendo os cativos postos a ferros até à quarta geração. Segundo Felner, p. VII, Abreu e Brito deve ter estado em Angola em 1590-91.

[12] Segundo Daniel P. Mannix e M. Cowley, Historia *de la traía de negros*, trad. para castelhano, 2.ª edição. Madrid, 1970 (a 1.ª ed. em língua inglesa data de 1962), p. 53.

[13] Ainda que se devam considerar as excepções, geralmente os membros da Igreja Católica, como aliás também os eclesiásticos protestantes, não contrariaram esta ideia. Cf. C. R. Boxer, A *Igreja e a Expansão Ibérica* (1440-1770) trad. port., Lisboa, 1981 (ed. inglesa, 1978), pp. 45-53. Sobre os argumentos associados à defesa do escravismo e também à sua contestação, veja-se Maria do Rosário Pimentel na sua obra *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*. Lisboa, 1995, passim. Acrescente-se que a história bíblica de Noé foi utilizada para fundamentar a escravização da parte da sua descendência supostamente correspondente aos negros. Veja-se, sobre o tema, Robin Blackburn, *The Making of New World Slavery.From lhe Baroque to the Modern*. 1492-1800, Londres e Nova Iorque, 1997, pp. 66-69.

[14] "História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e Cousas Tocantes ao Reino e Conquista (1- 5-1594)", in MMA, IV, p. 561.

[15] "Carta do Padre Diogo da Costa (4-6-1585)", in MMA, III, p. 317.

[16] "1593-1631. Terras e Minas Africanas segundo Baltasar Rebelo de Aragão", documento publicado por Luciano Cordeiro in *Questões Histórico-Coloniais*, vol. I, Lisboa, 1935, p. 304. Os abusos persistiram nos anos imediatamente seguintes; cf. Maria Luísa Esteves, "Para o estudo do tráfico de escravos de Angola (1640-1668)", in *Stvdía*, n.º 50, Lisboa, 1991, pp. 80-81.

[17] Atente-se nas seguintes palavras críticas de Manuel Severim de Faria, nas suas *Relações*, ao referir-se ao governo de Luís Mendes de Vasconcelos: "E bem tem mostrado o tempo como são de pouco efeito estas guerras em Angola, porque como fim desta conquista não seja basearem os portuguezes terras em que vivão, mas somente a conversão e comércio dos naturaes, em havendo guerras, de força parão ambas estas cousas ...". Citação de J. Matias Delgado, constante da obra citada na nota 19 deste artigo, Tomo I. pp. 89-90.

[18] Vejam-se, sobre a matéria, as valiosas informações reunidas por Beatrix Heintze no vol. II da primeira das suas obras citadas na nota seguinte, pp. 364-376.

[19] *História* Geral *das Guerras Angolanas*. 1680, Anotado e corrigido por José Matias Delgado, Lisboa, 1972, Tomo I, p. 127. Sobre o governo de Fernão de Sousa, acerca do qual dispomos de informação em quantidade e qualidade excepcionais, veja-se a edição de Beatrix Heintze, *Fontes para a história de Angola no século* XVII ... (1622-1635) e (1624-1635), Transcrição dos Documentos em colaboração com Maria Adélia de Carvalho Mendes, 2 vols., Estugarda, 1985-1988. Para um período mais lato que o do governo de Sousa veja-se Beatrix Heintze, "Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1, Lisboa, Janeiro / Junho de 1984, pp. 11-59.

[20] Alfredo Albuquerque de Lima Felner, *Angola. Apontamentos sôbre a Ocupação e o* Início *do Estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela Extraídos de Documentos Históricos*, Coimbra, 1933, p. 304.

[21] Ibidem, p. 519; doc. n º 67 do apêndice documental (transcrição do códice 51-VIII-31, fl. 143 v.º da Biblioteca da Ajuda), 3 de Outubro de 1624.

[22] Ibidem, p. 519; doc. 68 (transcrição do códice citado, fl. 145).

[23] Arquivo Histórico Ultramarino (daqui por diante citado pela sigla AHU), *Angola*, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[24] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 101, 13 de Julho de 1652.

[25] Cf., a título exemplificativo, AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 69. 15 de Novembro de 1664; AHU, *Angola*, cx. 9, doc. 25, 10 de Abril de 1666.

[26] Frédéric Mauro, op. cit., p. 186.

[27] AHU, *Angola*, cx. 2, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[28] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 113, 10 de Maio de 1653.

[29] António de Oliveira de Cadornega, *op. cit.*, Tomo I, p. 143.

[30] AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 62, 19 de Fevereiro de 1656.

[31] AHU. *Angola*, cx. 8, doc. 69, 15 de Novembro de 1664.

[32] AHU, *Angola*, cx. 9, doc. 25, 10 de Abril de 1666. Neste documento o rei considera a ida de brancos às feiras como causa de as mesmas serem levantadas, não as haver, aumentar o preço das peças e diminuir a quantidade das que embarcavam. A conclusão lógica do exame dos malefícios desta prática é a reiteração da sua proibição; não era permitida a presença de homens brancos nas feiras, mesmo sob o pretexto de irem impor o respeito pela justiça.

[33] António Carreira, *Angola*: Da *Escravatura ao Trabalho* Livre. *Subsídios para a* História *demográfica do século* XVI *até à independência.* Lisboa, 1977, p. 71. Como explica António Carreira, "O uso de calças de tipo europeu definia o aculturado, e a detenção do bastão simulava a legalidade da presença do seu portador nas feiras, já que o bastão era o símbolo da autoridade dos sobas."

[34] AHU, *Angola*, cx. 4, doc. 17, 8 de Janeiro de 1643.

[35] AHU, *Angola*, cx. 4, doc. 55, 28 de Julho de 1645.

[36] Sobre o tema existem dois estudos recentes; cf. Maria da Conceição Gomes Pereira, "As Feiras - Sua Importância no Contexto Comercial de Angola. Sécs. XV a XIX", in *Africana*, revista editada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, n.º 6, Porto, Março de 1990, pp. 209-232 e Rosa Cruz e Silva, "As Feiras do Ndongo. A Outra Vertente do Comércio no Século XVII", in *Actas do Seminário Encontro de Povos í Culturas em Angola,* Luanda 3 a 6 de Abril de 1995 |Lisboa|, 1997, pp. 405-422.

[37] AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 69, 15 de Novembro de 1664.

[38] AHU, *Angola*, cx. 9, doc. 62, 20 de Outubro de 1666.

[39] Depois da morte do rei D. António, que se rebelara contra os portugueses e morrera em combate em 1665 havia lutas intestinas, sem que por elas tivesse sido afectado o resgate das *peças*; cf. AHU, *Angola,* cx. 12, doc. 161, 12 de Dezembro de 1684.

[40] AHU, *Angola*, cx. 13, doc. 82, 28 de Agosto de 1688.

[41] AHU, *Angola,* cx. 14, doc. 38, 28 de Outubro de 1690.

[42] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 44, 27 de Abril de 1690.

[43] AHU, *Angola,* cx. 15, doc. 26, 1 de Dezembro, de 1694.

[44] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 100, 23 de Agosto de 1697.

[45] AHU. Anaola, a. 3, doc. 57, 13 de Setembro de 1645.

[46] David Birmingham, A *Conquista* Portuguesa de *Angola*, trad. port., Porto, 1974 (1.ª ed., em língua inglesa, 1965), p. 33.

[47] AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 62, 19 de Fevereiro de 1656.

[48] AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 29, 14 de Janeiro de 1655.

[49] AHU, *Angola*, cx. 13, doc. 97, 23 de Fevereiro de 1689. O grande número de subscritores do documento indicia o apoio generalizado dos moradores de Luanda à legalização das aguardentes brasileiras no reino *de* Angola.

[50] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 35, 2 de Abril de 1690.

[51] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 37, 11 de Dezembro de 1694.

[52] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 35, 13 de Dezembro de 1694.

[53] AHU, Códice 545, fl. 93, 24 de Novembro de 1695.

* Elias Alexandre da Silva Correia, *História de Angola*, Lisboa, 1937 (a obra data de 1782), vol. I, pp. 39-40.

[55] Entre as excepções relevantes, veja-se o documento publicado por B. Heintze, *Fontes* ..., vol. II, pp. 311-312, relativo a fins da terceira década do século XVII. Consulte-se também o quadro facultado por Adriano Parreira, *Economia e Sociedade em Angola na época da rainha Jinga (Século XVII)*, Lisboa, 1990, pp. 88-89.

[56] AHU, Angola, cx. 15, doc. 92, 15 de Março de 1698.

[57] David Birmingham, A *Conquista* .... pp. 32-33. Outra via possível, mas que deve ter sido pouco praticada, era o resgate de personalidades proeminentes da hierarquia africana a troco de outros negros; cf. a carta do Padre Baltasar Afonso de 30 de Outubro de 1583, in MMA, III, pp. 227-229. Uma das excepções terá sido o pagamento pela rainha Ginga, D. Ana de Sousa, de cento e trinta cabeças, como contrapartida do resgate de sua irmã D. Bárbara (AHU, *Angola*, cx. 6, doc. 101, 29 de Janeiro de 1657).

[58] Para o conhecimento do tema de um ponto de vista mais amplo e abrangente, veja-se Beatrix Heintze, "The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century", in *Revista de* História *Económica e Social*, n.º 6, Lisboa, Julho-Dezembro 1980, pp. 57-78.

[59] AHU, *Angola*, cx. 2, doc. 101, 6 de Julho de 1626.

[60] AHU, Angola, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[61] AHU, Angola, cx. 3, doc. 66, 23 de Setembro de 1637.

[62] AHU, Códice 545, fl. 35, 18 de Outubro de 1685.

[63] AHU, Códice 545, fl. 37, 27 de Fevereiro de 1686.

[64] AHU, *Angola*, cx. 10, doc. 26, 22 de Setembro de 1670. Neste parecer do Conselho Ultramarino considera-se que só podiam legitimamente oferecer-se de presente os cativos que estivessem atados à corda para se cortarem nos açougues, o que não era seguido.

[65] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 108, 10 de Abril de 1653.

[66] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 113, 10 de Maio de 1653.

[67] Segundo Stuart Schwartz, "Os Escravos: «Remédio de Todas as Outras Cousas»", in História *da Expansão Portuguesa* (Dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Lisboa, 1998, p. 247, "Provavelmente, por ano, não mais do que 1% da população de escravos podia ter esperanças na obtenção de uma liberdade legal...".

[68] Veja-se a este respeito Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno* (1822-1891), Lisboa, 1979, pp. 35-36.

[69] Cf. David Birmingham, A *Conquista* .... pp. 35-36.

[70] AHU, *Angola*, cx. 5, doc. 101, 14 de Dezembro de 1652. Anexa ao parecer do Conselho Ultramarino está a referida carta, datada de 13 de Julho de 1652. Declara-se no parecer do C. U. que se podia empreender guerra lustamente a uma província ou povoação de gentios quando esta proibisse a pregação do Evangelho, mas não quando se recusasse a resgatar escravos, o que se deveria procurar fazer por meios pacíficos.

[71] AHU, Anaola, cx. 8. doc. 28, 26 de Setembro de 1653.

[72] AHU, Anaola, cx. 12, doc. 71, 18 de Março de 1682.

[73] AHU, Anaola, cx. 14, doc. 71, 28 de Novembro de 1691.

[74] AHU, Códice 545, fl. 108 v.º, 6 de Novembro de 1697.

[75] Frédéric Mauro, op. cit., p. 187.

[76] David Birmingham, A *Conquista* ..., p. 32.

[77] Roland Oliver e J. D. Fage, *Breve História de África*, trad. port., Lisboa, 1980 (1.ª ed. em inglês, 1962), p. 149.

[78] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 15, 18 de Março de 1690.

[79] Na verdade, deve ter sido limitada a influência das preocupações morais e religiosas por vezes manifestadas pelas autoridades de Lisboa acerca da legitimação das guerras.

[80] AHU, *Angola*, cx. 13, doc. 93, sem data (1689?).

[81] AHU, *Angola*, cx. 12, doc. 163, 24 de Novembro de 1684.

[82] AHU, Anaola, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[83] AHU. Anaola, cx. 5, doc. 101, 22 de Novembro de 1652.

[84] AHU, *Angola*, cx. 8, doc. 28, 26 de Setembro de 1653.

[85] AHU, Anaola, cx. 12, doc. 117, 14 de Dezembro de 1683.

[86] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 109, 29 de laneiro de 1693.

[87] AHU, *Angola*, cx. 15, doc. 24, 22 de Novembro de 1694. Concordantes com este documento, vejam-se também, para a mesma época, AHU, Anaola. cx. 15, doc. 26, 11 de Dezembro de 1694; AHU, Anaola, cx. 15, doc. 36, 7 de Agosto de 1695.

[88] Afonso Taunay, "Subsídios para *a* História do tráfico Africano no Brasil Colonial", in Anais *do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Centenário do Instituto), Terceiro *Congresso de* História Nacional, Outubro de 1938, Rio de laneiro, p. 582.

[89] António Carreira, As *Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba.* 2.ª ed., Lisboa, 1983 (1.ª ed., com outro título, 1969), p. 25.

[90] AHU, Códice 545, fl. 33 v.º, 5 de Novembro de 1685.

[91] AHU. Códice 545, fl. 113 v.º. 8 de Novembro de 1698.

[92] AHU, *Angola*, cx. 3, doc. 5, 6 de Julho de 1633.

[93] Sobre as fugas de escravos pode consultar-se com proveito o pequeno estudo de Beatrix Heintze, Asilo *Ameaçado: Oportunidades e consequências da fuga de escravos em Angola no século* XVII, Luanda, 1995.

[94] AHU, *Angola*, cx. 14, doc. 76, 29 de Ianeiro de 1692. Segundo este documento, a maioria dos moradores de Angola andavam sempre empenhados, dada a necessidade de comprarem o necessário para enviarem seus pumbeiros a fazerem resgates. O governador declara mesmo que muitas vezes não era fácil terem de seu mais de cem mil réis para se valerem. Porém, não deixa de mencionar a sua prática que consistia em levarem as filhas para o Brasil, fazendo delas freiras, gastando cada uma seis, sete e oito mil cruzados. Tratava-se de uma das diversas facetas do relacionamento privilegiado entre as colónias portuguesas em África e na América, tema que merece ser investigado de forma mais aprofundada do que o foi até à data.

CONTRIBUTO PARA UMA TIPIFICAÇÃO DOS VÃOS DE DECORAÇÃO MANUELINA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Teresa Pires de CARVALHO *

ABERTURA

A opção por uma abordagem de um tema mais relacionado com a História de Arte do que propriamente com a Arqueologia (especialidade da nossa vocação) tem a ver com o facto de pretendermos homenagear o nosso carismático Professor na área que abraçou nos últimos anos da sua vida - História da Arte.

Trata-se então de um texto de divulgação sobre um património que se vem degradando a passos largos e em tempo *record*, tendo-se verificado depradações no espaço de dez anos, já depois de haver propostas classificativas de protecção do Centro Histórico daquela vila. Pretende-se, assim, contribuir para o fim do processo desvairado de destruição contínua de um dos mais significativos conjuntos de decoração doméstica manuelina, reforçando o trabalho de colaboração realizado no âmbito do concurso para o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Freixo de Espada à Cinta [1].

Vestígios manuelinos, há-os um pouco por todo o país, sobretudo no sul. A grande importância e originalidade desta vila reside na correspondência temporal do seu urbanismo com as decorações manuelinas. No fundo, todo o centro histórico da vila plasmou no Manuelino [2], com a Igreja de solução arquitectónica quase única (igreja-salão, comparável à dos Jerónimos e de Arronches, constituíndo o grupo mais conseguido e quiçá, o mais genuinamente manuelino), situada não no centro da vila, mas numa das suas periferias, fruto de uma evolução urbana curiosa e pouco usual.

O conjunto manuelino de habitações civis de Freixo é citado por vários autores como sendo, senão único, pelo menos de importância relevante no panorama nacional, tendo mesmo servido como exemplo para um guião de filme sobre o Manuelino, elaborado por Pais da Silva [3]. Diz Pedro Dias "(...) essa vila [de Freixo] conserva um conjunto notabilíssimo de moradas quinhentistas, além de dois belos templos da mesma época. (...) Seria curioso percorrer as ruas bem conservadas desta vila e ler as datas gravadas nas vergas de portas e janelas, daquelas a que chamamos «manuelinas», algumas muito posteriores aos meados do séc. XVI" [4].

Neste pequeno texto que agora apresentamos, procuraremos fazer uma abordagem sintética sobre a evolução urbana de Freixo, onde a época do reinado de D. Manuel e seguinte, introduziu o traçado que actualmente conserva. A malha urbana daí resultante, permitirá marcar em planta a localização de todos os edifícios que ainda apresentam vestígios do estilo manuelino, contemporâneos ou não, já que foi hábito adquirido entre a população de Freixo a imitação de vãos de sabor manuelino, como ainda actualmnte o faz.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANO

A vila de Freixo de Espada à Cinta localiza-se no Distrito de Bragança, junto ao seu limite sudeste, a cerca de 3 km do rio Douro que a separa da província espanhola de Salamanca.

A sua altitude varia entre 475 m, no seu ponto mais alto (Morro do Cemitério) e os 440 metros (Levantamnto Aero-fotogramétrico de 1952), ocupando parte de um pequeno morro a nordeste, onde fica o actual cemitério e espraiando-se para o vale a oeste e sul, de encostas mais suaves, embora haja uma pequena densidade de povoamento a norte.

A reorganização da vila depois do foral de D. Afonso Henriques [5]- principais actuações

O primeiro povoamento de Freixo insere-se numa solução hierárquica baseada num conjunto de pequenas aldeias subordinadas a uma aglomeração urbana fortificada, a vila [6]. É nesta situação que se encontra Freixo de Espada à Cinta, elevado a vila com D. Sancho II. Esta passa a ter cerca defensiva construída numa parte elevada, de configuração ovalada [7], o que também se torna um tipo de fortificação comum em muitas vilas. É um cabeço pouco elevado (c. de 475 m), formando uma plataforma superior e descendo até ao sopé onde correm linhas de água. A vertente Este é a mais íngreme.

As Inquirições de 1258 revelam a construção de uma Igreja de S. Miguel, cujas rendas se aplicavam na construção do castelo [8]. Neste documento, o nome da Vila aparece pela primeira vez como Freixo de Espada à Cinta e não apenas Freixo, como anteriormente. Podemos assim situar por esta altura, em meados do séc. XIII, o início da construção da referida Igreja de S. Miguel, que pode ter sido a primitiva que deu origem à Matriz, também de invocação a S. Miguel. Não se sabe a localização exacta desta igreja e por isso colocam-se duas hipóteses: ou foi entretanto demolida podendo esta encontrar-se no interior da cerca muralhada, ou corresponde à primeira fase da actual matriz tendo sido sucessivamente acrescentada e alterada na sua traça original. O que se sabe, é que a matriz de Freixo, tal como a vemos, levou alguns séculos a finalizar, quer pelas diferentes disposições dos monarcas, quer pela efectiva falta de dinheiro. Deste período devem subsistir algumas pedras e alicerces, só comprovados em escavação arqueológica.

No século XIV já possuía rendas de certa importância, provenientes de doações ou legados dos naturais da região e do próprio rei D. Dinis, que faz vários donativos à Igreja (1322) embora se tenham esgotado rapidamente na sua construção [9]. Inicia-se aqui a segunda fase da Igreja (ou a construção de uma nova), provavelmente com um programa mais alargado e certamente com algumas características do novo estilo que despontava, o gótico, que podem ter sido suplantadas pelas fases seguintes. No entanto, a composição da fachada e os diferentes volumes entre a nave e a cabeceira, são ainda de gosto medieval.

Assim, distinguiremos como primeira etapa da ocupação de Freixo, o período que vai desde D. Afonso Henriques (cujo marco é o foral) até D. Dinis, com a criação de mais defesas (as torres da cerca), a (re)construção da Igreja e alguns arruamentos imediatamente à volta destes dois núcleos. A construção da Igreja fora de muros, apontava já o rumo que a evolução urbana iria tomar.

Uma segunda etapa será marcada pela construção da Torre heptagonal, restauro ou elevação das várias torres que marcavam a cerca e a barbacã, construção dos Paços do Concelho e continuação dos trabalhos da Igreja, que provocaram, juntamente com o

aumento de população proporcionado pelas regalias que D. João I dá à vila, o extravasamento da vila para fora da cerca, desviando, assim, definitivamente, o centro urbano para o redor da igreja e dos Paços do Concelho, que se situariam perto desta. *Embora tenha sido durante vários séculos o centro da vida da vila, não o era fisicamente,* pois desde cedo deixou de ser um lugar central. A evolução urbana não se processou em redor do outeiro, como inúmeros casos medievais, mas desceu apenas uma das encostas, desenvolvendo-se no vale.

O grande salto: a expansão e D. Manuel

O terceiro foral, Manuelino, fruto da Reforma dos forais empreendida por D. Manuel, após várias queixas, tornou-se mais um conjunto de obrigações dos habitantes do que de concessões, embora destas seja de referir a da isenção dos impostos de portagem. Está datado de 1512, registado no Livro de Forais Novos de Trás-os-Montes, fls. 5 [10].

É com este rei que se conhece a terceira e melhor documentada fase da construção da Igreja, que assume aqui o seu incontestável estilo Manuelino, fosse obra de raíz ou continuação de obras anteriores inacabadas. Fruto de várias gerações, não ficou pronta no reinado de D. Manuel, tendo nela intervido construtores espanhois / biscaínhos, e lavrantes formados pelos mestres do Manuelino.

A descrição desta Igreja (**I** na planta apresentada), é feita por variadíssimos autores [11], que constatam, no seu conjunto, a erudição do acabamento interior (onde se atingiu a plena tipologia da Igreja-salão com abóbada única, numa solução de cruzamento de arcos que facilitou o alteamento das naves laterais) por oposição à rusticidade da volumetria exterior e ao popularismo das decorações manuelinas dos portais laterais.

É também desta época o Pelourinho de Freixo [12], que já não é símbolo do poder municipal, mas ostentando o brasão real manuelino. A sua construção insere-se no espírito da criação da Reforma dos Forais, numa atitude disciplinadora e centralizadora do poder real e com intenção de propaganda.

Economicamente, em meados do séc. XVI, regista-se comércio com Espanha, sobretudo de peças de tecido, provavelmente sedas e linhos, como escreve João de Barros "Tecem pannos de peneiras para Hespanha" [13].O desenvolvimento do fabrico da seda. iniciada provavelmente com D. Manuel, devido às relações com o Oriente, é aqui comprovado e constituiria uma fonte de riqueza, traduzindo uma certa diversidade das actividades económicas.

Assim, com a expansão portuguesa, e com os dividendos dela extraídos, assiste-se a um surto construtivo de grande envergadura, quer em estruturas defensivas, que têm de se adaptar às novas técnicas de guerra (o uso da pólvora e de canhões), quer em estruturas religiosas e urbanas. Corresponde aos reinados de D. João II e sobretudo D. Manuel e D. João III, verificando-se uma verdadeira campanha de construções e reconstruções nos castelos de fronteira, como se documenta em 1513, o biscaínho Pêro Lopes a trabalhar no Castelo de Freixo de Espada à Cinta [14].

Segundo Orlando Ribeiro, em estudo publicado sobre o numeramento de 1527-1530[15], "Freixo de Espada à Cinta, com um bom castelo forte e cercado de arrabaldes, tinha 447 moradores" [16], quase tanto como Bragança (481) e Vila Real (478), enquanto Torre de Moncorvo possuía apenas 250.

Data desta época (1555), a Igreja da Misericórdia (**II** na planta apresentada) cuja abóbada da capela-mor é igual às das Igrejas Matriz de Freixo e de Torre de Moncorvo, esta dos finais do séc. XVI.

Relativamente à vila , podemos perceber o sentido da evolução urbana, a partir do desenho de Duarte d'Armas [17]: mostra a antiga cerca ovalada, cheia de torres e uma barbacã. Já é visível a expansão das casas para fora, a partir da Igreja de S. Miguel. Quanto às casas, verifica-se uma tipologia muito uniforme que perdurou até aos dias de hoje: dois pisos, porta larga no rés-do-chão, duas janelas no 1° andar e telhado de duas águas, estando construídas em banda.

É nesta terceira fase que Freixo de Espada à Cinta vê crescer o seu perímetro habitacional, ornamentando-se com os elementos decorativos do chamado estilo Manuelino. É aliás desta época que datam as peças mais características da vila construída e que devem ser preservadas.

VÃOS, DECORAÇÃO E DESENHO

A tentativa de definição de desenhos diferentes das molduras das janelas, produziu vinte e três conjuntos diferentes [18], na sua maioria manuelinos, embora haja casos de execução posterior, que podem ir ao séc. XIX e mesmo XX, em reconstruções das casas. Esta característica empresta a esta vila um sabor original, na vontade de decorar os vãos das casas com os mesmos motivos "manuelinos", preservando a memória urbana da vila. É um facto curioso, verificável ao longo dos séculos.

Do levantamento fotográfico de todos os testemunhos visionados, procurámos elaborar vários conjuntos segundo as características decorativas, que traduzimos em dsenhos [19], tentando determinar filiações, repetições, o mesmo traçado, o mesmo trabalho de pedra, etc. Verificámos desde logo que numa mesma casa se encontravam decorações diferentes e que a mesma decoração se derramava por várias ruas, com algumas tendências. Os casos isolados são numerosos, o que nos faz pensar se não teriam sido destruídos alguns dos seus pares.

O levantamento foi feito com base numa ficha tipo onde se referem a localização, as dimensões, o material usado, a decoração e a inserção num conjunto. As referências das casas são alfa-numéricas, referindo-se cada letra a uma rua e o n° às casas dentro de cada rua.

Não se trata de uma classificação tipológica. Não se baseia na cronologia, mas sim no estilo. Pelas datas de algumas delas, podem-se determinar afinidades estilísticas, mas não temporais, pois há casos que são claramente posteriores. Importa, pois, fazer ressaltar a característica do conjunto, entendido como manifestação do passado da vila. O parco número de janelas, em termos de seriação tipológica, também não permite agrupamentos com base em critérios temáticos (se o motivo desenhado se enquadra dentro dos temas vegetalista, figurativo, etc.), ou com base nos suportes (se o modelo é arquitectónico, ou escultórico, etc.).

O critério de selecção optado radicou na semelhança do desenho do lintel dos vãos, mesmo se os parapeitos apresentem certas diversidades como sejam as molduracões decrescentes, tão frequentes no universo iconográfico do manuelino, pontificando sobretudo nos pelourinhos. Esta molduração aparece em exemplares de desenho completamente diferente, para além do facto de ter desaparecido em muitos casos, pelo que não a consideramos elemento de distinção.

Também não considerámos a existência de cachorros na tipificação dos vãos, por ser mais uma vez um elemento que pode ter existido em quase todos, senão todos os exemplares, não restando senão em alguns. Quase todos os cachorros são em granito, de

trabalho simples mas apresentando sempre uma molduração. Encontram-se na maioria dos casos ao nível do parapeito, fazendo pressupor os apoios de uma pequena sacada ou apenas uma balaustrada. Outros há que se encontram ao nível médio dos vãos, o que levanta a questão de se saber se a janela não teria sido rasgada, aumentando a sua dimensão em relação à original [20].

É hoje difícil atribuir com toda a certeza a data de grande parte das decorações das molduras de portas e janelas de Freixo, excepto as que são datadas ou as que a pátine do tempo deixa perceber a longevidade. Há, no entanto, casos de (re)construções atribuíveis por outros elementos aos séc. XVIII e XIX, onde se procurou imitar o estilo decorativo que, *ou seria pré-existente na casa, ou inspirado noutras habitações. Encontrámos ainda três* exemplos actuais reveladores da mesma preocupação, o que significa que há uma manutenção do saber fazer por parte dos artesãos do granito, que, talvez a partir de moldes, copiam os tipos existentes. Certezas cronológicas, temos apenas as das janelas que foram datadas.

Relativamente às decorações, não encontramos aqui nenhuma das figurações fantásticas e simbólicas que compõem a sintaxe da maioria dos grandes edifícios manuelinos, como sejam os símbolos heráldicos ou referentes a Cristo, numa identificação (e justificação) do rei perante os súbditos [21], nem tão pouco a monumentalidade que os caracteriza. A diferente função (trata-se de arquitectura doméstica), a formação dos lavrantes e a distância dos principais centros difusores do Manuelino, terão tido aí um peso fulcral. De facto, as guarnições manuelinas de Freixo inscrevem-se num programa sóbrio, contido e, por isso, revelador do "estilo manuelino de cariz popular" [22], embora a referência do estaleiro da Igreja Matriz tenha assumido uma importância definitiva e não desprezável em toda a dinâmica decorativa da vila. Aqui laboraram vários canteiros, alguns possivelmente recrutados na vizinha Espanha, ou vindos de estaleiros do sul, sob as ordens de criadores eruditos. Depois de construída a Igreja (ou ainda durante as suas obras) os vários canteiros devem ter sido contratados pela população da vila, para embelezarem e refazerem as suas casas ou construírem de raíz habitações nas novas ruas que então se traçavam. Assim se explica que, sendo uma gramática decorativa pouco barroquizante, se atendermos à exuberância do imaginário dos Jerónimos ou do claustro da Batalha, deixa transparecer o "ar de família" com os elementos decorativos daqueles centros.

Os motivos decorados são na sua maioria geométricos, de formas algo volumosas e salientes, moldurados, favorecendo os jogos de luz / sombra ou claro / escuro, tão caros ao Manuelino [23], pontificando quase sempre elementos decorativos arquitectónicos - o arco - nas suas múltiplas interpretações e desenhos variados (arcos e arquinhos curvos e contracurvos, arco canopial), de acordo com a imaginação e limitações dos executantes, mas também onde aparecem semi-esferas e entrançados [24]. Dos restantes motivos, destacam-se os de inspiração vegetalista, plasmados em folhagens e flores de caule sinuoso e corola ondeante, bem enquadrados no espaço interior dos arcos moldurados envolventes. Caso curioso e perfeitamente ligado à lenda da origem do nome de Freixo de Espada à Cinta [25], é a existência de segmentos de troncos, com ramificações cortadas, alusão clara ao "Freixo" onde certo visigodo teria descansado a sua espada, durante a ocupação deste território. Aparecem um ou três, radiantes em relação ao arco de onde partem e subsistem apenas nas portas (uma delas com inscrição de 1552, geminada com outra casa de siglas medievais na cantaria). Raros, mas não ausentes, são os motivos de passamanaria (franjas e entrançados, segundo a terminologia do autor citado) e a figura humana aparece enquadrada numa moldura rectangular com a representação de 3 caras, de sabor popular

e rudeza do trabalho do granito, mas com intenção renascentista, esculpidas em duas janelas vizinhas que parecem incompletas, ou cortadas no topo superior. Animais afrontados, numa clara reminescência do românico, existente, aliás, num único caso de janela em arco quebrado, fecham o ciclo decorativo.

O imaginário decorativo revela-se, assim, pouco diversificado na maioria dos casos, com elementos repetidos, embora por vezes trabalhados e dispostos de maneira diferente, constituíndo poucos tipos diferentes. A diversidade resultante é desequilibrada, encontrando-se casos únicos na conformação de desenhos completamente distintos.

Estes motivos aparecem essencialmente nos linteis de portas e janelas, mais nestas últimas, prolongando-se para as ombreiras e parapeitos, por vezes. Quase todos os vãos, sobretudo os declaradamente manuelinos, apresentam os umbrais chanfrados, característica que se prolonga pela escultura do lintel, lembrando talhe de bisel, como se se tratasse de trabalho em madeira. O lintel ou verga do vão, aparece sempre como um elemento solto, pedra única assente nas fiadas laterais.

Quase todas as janelas mantêm uma moldura pétrea a toda a volta, entre os 20 e 30 cm, antes de começar o reboco. As dimensões dos vãos têm algumas variações, dividindo-se fundamentalmente em dois grupos: um, maior, medindo sensivelmente 1, 60 a 1, 80 m de altura, por 1, 20 a 1, 50 de largura; e um, mais reduzido, em formato mais quadrado, com cerca de 1 m de lado, com ligeiras variações.

O material trabalhado é por excelência o granito, o que confere a simplicidade aos motivos e também o traço tosco das decorações. O granito utilizado é de cor clara e grão fino, apresentando nos mais antigos, uma patine e um desgaste que confirmam a sua antiguidade e "amaciam" a pedra uniformizando o seu aspecto. São raros os trabalhos em calcário, fruto de importações da pedra. O estado de conservação das janelas é, em grande parte razoável, tendo sido retocados os motivos em operações de restauro.

Passemos então à análise de cada um dos vinte e três desenhos que agrupámos. Os desenhos mais tipificados que se repetem sem grandes alterações e variações são os que numeramos 1, 2 e 3, encontrando-se aqui a maioria dos exemplos de Freixo. Os desenhos nº 6, 8, 13 e 23 são derivações dos primeiros, apresentando uma menor homogeneidade; os restantes desenhos já são claramente distintos, revelando outras fontes de inspiração, maior diversidade e originalidade. São também estes últimos que enquadram um menor número de casos. Há ainda um número restrito que mostra uma estilização dos motivos habituais, que serão referenciados na leitura caso a caso. No quadro apreciam-se as relações entre as ruas e os desenhos, localizando-se as casas na planta.

Desenho 1 - Caracteriza-se por um desenho simétrico, enquadrando nas extremidades duas curvas convexas que se prolongam pela chanfra dos umbrais e que delimitam ao centro duas contracurvas côncavas, formando três vértices (quase pináculos). A diferença marcante entre este desenho e outros que lhe são afins, está na separação das contracurvas, representada por uma linha vertical que estabelece a ligação entre as duas, ao mesmo tempo que marca a diferença por ir até ao limite do lintel, onde começa o vão. Os exemplos deste desenho são duas janelas na R. do Outeiro (**R2** e **R3**) e uma na R. da Fonte Seca (**U1**), apresentando esta última o parapeito moldurado em sentido decrescente e com a particularidade de ser em calcário. Há ainda uma porta da casa **E1**, (a da direita, mais estreita, mantendo tipologia da casa de lavoura transmontana [26] destinando-se a porta maior para o gado e carros, de acesso ao pátio e a mais pequena directamente para o interior da casa). Encontram-se todas em bom estado de conservação, tendo a **R2** e a **U1**

e a **E1** sido restauradas há pouco tempo. Como referência, encontramos semelhanças com o desenho de uma casa na velha Lisboa, publicado por Albrecht Haupt, em 1895 [27].

Desenho 2 - Tal como o anterior é uma decoração muito tipificada, constituída pela mesma simetria, com as molduras curvas exteriores a prolongarem-se também para os umbrais chanfrados, mas com o motivo central mais simples, onde as linhas curvas se transformam em arestas rectas convergentes num vértice inferior, desenhando como que um M. Há três exemplares que mantêm uma molduração no parapeito, embora reduzida a apenas uma ou duas molduras. Deste grupo fazem parte janelas de quatro ruas diferentes, a **Q4**, **T1**[28], **X1** e **N3**. Existe um desenho semelhante numa casa da R. do Ouro, no Porto, publicado por Haupt, p. 246.

Desenho 3 - É o motivo mais disseminado por toda a vila encontrando-se em cerca de um terço dos vãos seleccionados. Mantém-se a mesma simplicidade dos desenhos anteriores, mas aqui, há um certo "maneirismo" no motivo central, mais consentâneo com a temática *barroquizante* do manuelino de cariz popular. Este, definindo arcos em contracurva, lembra o arco canopial da estética manuelina, mas de linhas mais curvas e volumétricas. Apontamos três variantes que dizem respeito a pequenas *nuances* na definição do motivo central embora apareçam motivos híbridos entre variantes distintas. A primeira variante (a mais utilizada) apresenta o motivo central mais estreito e de curvas menos largas que as laterais; a segunda variante apresenta uma quase igualdade entre as dimensões das curvas laterais e das suas contracurvas centrais; finalmente a terceira variante, estabelece uma continuidade entre as curvas e contracurvas do desenho, sem os separadores verticais. Da primeira variante, encontramos exemplares nas casas **P1**, **P7** (em mau estado de conservação), **L2**, **S1**(que apresenta, sob o parapeito, um friso de franjas - motivo de passamanaria, também típico desta época,[29] **S2** (restaurada), **E1** (restaurada), **K2** (de execução recente, um exemplar de princípio do século XX, já referenciada em 1952), **H1**, **H2** (só subsiste o lintel), **U1** e **I1**; a segunda variante é visível nas casas **P2** (com 2 janelas, uma apresenta a data de 1552 inscrita por cima do motivo decorativo central), **P3**, **J1**, **G1** (em mau estado de conservação, tem uma pequena molduração sob o peitoril), **G2**, **G3**, **K1** (porta), **D4** (porta), **F1** (2 portas e 3 janelas restauradas, mas mantém a moldura sob o parapeito original), e **V1** (porta); da terceira, apenas registamos um exemplar, a casa **R3** (com duas janelas). A variante 3 encontra-se no desenho da porta da Sala do Capítulo de Tomar, de Haupt, p. 27.

Desenho 4 - Encontrámos apenas um caso com este tipo decorativo, muito singelo e provavelmente incompleto, sendo muito difícil definir-se com precisão qualquer filiação ou mesmo época. Apresenta apenas um motivo floral no centro do lintel,com os umbrais chanfrados, mas sem continuidade com o lintel. Parece ser o que resta de uma decoração mais profusa. A casa onde está inserida (**E2**) era a antiga cadeia, onde se encontrava a pedra d'armas de Freixo, que foi trasladada para o edifício da actual biblioteca, na Praça de Jorge Álvares. Todo o edifício se encontra em mau estado de conservação.

Desenho 5 - Embora haja outros desenhos que se aproximem deste (ou que constituam filiações), existe um único caso com esta decoração, que parte de uma base de arco contracurvado estilizado, mais gravado que esculpido, enquadrado numa moldura poligonal. Aparece na fotografia do levantamento de 1952 com uma sacada apoiada por mísulas, que entretanto desapareceram. O imóvel (**K3**) está em estado degradado e insere-se num conjunto de casas com elementos decorativos filiados no Manuelino, erigidos na R. Nova (topónimo muito usual nesta época), quando esta foi aberta. Este motivo é semelhante ao das portas da Casa dos Bicos de Lisboa - "antiga loja de comércio marítimo

indiano", e às portas do pórtico da Igreja de Jesus de Setúbal, desenhadas por Haupt, nas p. 57 e 107.

Desenho 6 - É um caso que nos parece de clara filiação no Desenho 3, embora apresente elementos formais distintivos que justificam a sua inclusão noutro tipo. Numa organização mais uma vez simétrica, com as habituais curvas laterais prolongadas pela chanfra dos umbrais, centraliza-se numa inspiração de arco conopial pouco elevado. Há quatro janelas integráveis neste conjunto, embora se documentem apenas em duas casas da mesma rua: **A2** e **A5** (com três janelas). Considerámos uma destas como variante, na medida em que apresenta três elementos vegetais, dois sob as curvas laterais e um sob o vértice central, todos diferentes. É um motivo que se aproxima da moldura interior da janela da Sala do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar e no pórtico duplo da capela da Universidade de Coimbra, dos desenhos de Haupt, p. 15 e 23.

Desenho 7 - É dos desenhos mais «manuelinos», quer pelo traçado dos elementos arquitectónicos (os arcos que compõem o quadro), quer pela decoração vegetalista interna a encher todo o espaço disponível, à maneira de tímpano. Numa composição estruturada numa hierarquia de arcos trilobados, dispõem-se,dos limites laterais para o centro,elementos fitomórficos, que variam de caso para caso. No desenho de referência, são dois caules sinuosos e longilíneos, que terminam em corolas caídas, ao centro, sob uma flor de quatro pétalas (em forma de cruz, alusão ao crucifixo ?) que encima o conjunto. Noutros casos, mais modestos, sob a mesma composiçao arquitectónica, aparecem apenas dois elementos florais, sem caule, no remate dos arcos laterais. Encontram-se muito próximas em duas casas da mesma rua: **A8** (com duas janelas) e **A9**, o que pode significar, como na anterior, a mão dos mesmos lavrantes ou o mesmo programa. A composição "arquitectónica" do desenho lembra a do portal principal das capelas imperfeitas do Mosteiro da Batalha, esboçado por Haupt, na p. 160.

Desenho 8 - Parece uma clara filiação do desenho 1, embora com diferenças que o tornam mais complexo. Desenho simétrico, com os habituais arcos cujas curvas laterais se prolongam pelos umbrais, desenvolve-se em linhas angulosas e curvas, de grande volume, que terminam no centro em duas linhas côncavas unidas por um vértice. O desenho de referência tem uma fiada de semi-esferas sob o parapeito como um reposteiro aberto à maneira de dossel no centro. Apresenta ainda uma data gravada no lintel: «ERA DE 1552». Fazem parte deste grupo janelas das casas **O1**, **P2** (desenho mais estilizado, fruto de restauro recente), **P4** e **I1**. Como se verifica, foi um desenho disseminado por várias ruas, não permitindo qualquer alusão a uma área específica de trabalho.

Desenho 9 - É dos mais belos desenhos da vila, modelo de transição esculpido num suporte de arquitectura gótica, parecendo ser um dos elementos decorativos mais antigos, com a representação das duas aves afrontadas de sabor medieval. É exemplar único na vila, valendo por si só um lugar de destaque. Arquitectonicamente é constituído pela representação de duas pilastras curtas, com referência da base e do capitel (com motivos florais), que sustentam um arco quebrado todo decorado com folhas de parra numa composição quase de figura avulsa, definida por triangulações do espaço da arquivolta, mantendo ao centro um meio tímpano onde se encontram as aves afrontadas, bebendo (vinho) de um cálice que brota de uma concha vieira (simbólica cristã, onde se mesclam referências medievais, com o espírito decorativo do manuelino). É um exemplo que poderíamos integrar na intensão moral e religiosa, característica marcante da nova geração de quinhentos [30]. O desenho é em baixo-relevo pouco saliente, quase como se de filigrana se tratasse, e pertence à casa **R1**.

Desenho 10 - Também exemplar único, caracteriza-se por um desenho simples de arco em cortina abatido, com a habitual chanfra dos umbrais. É um motivo muito habitual no manuelino, sobretudo como intradorso de arcos radiantes, como no portal da Igreja Matriz de Vestiaria [31] e no portal do Palácio de Sub-Ripas, em Coimbra, ou na entrada da Sacristia de Alcobaça, esquissados por Haupt, p. 28 e 149. Em Freixo, aparece na casa **A5**.

Desenho 11 - É um desenho atípico, porquanto parece utilizar certos traços habituais como as curvas laterais que se prolongam nos umbrais chanfrados, mas com uma composição central absolutamente inesperada, que parte da representação de dois arcos quase em ajimez unidos por um colunelo incompleto, ladeado por dois elementos verticais que parecem sustentar as curvas dos arcos. Todo o conjunto é rematado superiormente por linhas curvas, que acompanham o traçado do "intradorso", sendo tudo esculpido numa pedra só. Trata-se de portas em duas casas vizinhas (**D2** e **D3**), provavelmente talhadas pelos mesmos lavrantes e com uma forma usual em casas quinhentistas: os angulos superiores da porta são cortados, neste caso simulando cachorros de suporte do tímpano (à maneira dos portais românicos).

Desenho 12 - O que caracteriza este desenho é o carácter geométrico dos ornatos que se localizam quer na verga quer no parapeito das janelas. Os elementos são quase sempre os mesmos, típicos do ideário manuelino, podendo variar na organização decorativa. O exemplo de referência apresenta no lintel uma decoração medianamente relevada em duas finas bandas, uma formada por semi-esferas e losangos horizontais alternados e outra, por semi-esferas separadas; no parapeito de molduração decrescente, sucedem-se pequenos óvulos, semi-esferas e uma cadeia, em fiadas horizontais. Encontramos duas janelas deste grupo, a **N2** e a **K5**, esta última em bastante mau estado de conservação.

Desenho 13 - Trata-se de um motivo derivado do desenho 3, que duplica a composição central numa modulação em dois pequenos arquinhos. Há três exemplos desta ornamentação, em três ruas diferentes **C1**, **U2** e **Q1**, sendo este último produto de renovação integral, com base numa pre-existência. O desenho de referência apresentado está incompleto, servindo de clarificação do que acontece em inúmeros casos em Freixo: as decorações são retiradas do seu contexto original e mantidas como peças de museu desgarradas, mudadas de lugar ou truncadas.

Desenho 14 - Embora o seu trtaçado pareça filiar-se no desenho 1, apresenta duas diferenças fundamentais: não há elementos verticais a separar as contracurvas e possui ao centro uma figuração humana com uma representação (sugestão) de coroa que tanto pode simbolizar a realeza, como a cristandade, ambiguidade cara a este período onde se procura "confundir" a simbologia real com a cristã. Para além do desenho de referência (**A3**), há uma inspiração estilizada, mas sem a figuração central e com muito menos volume, num traço quase gravado na pedra, restaurada num período bastante posterior (**P5**). Nesta casa há uma inscrição desgastada pela limpeza da pedra, fora de contexto, gravada dentro de uma simulação de *tabula ansata*, onde se lê: ANO D 1540.

Desenho 15 - Desenho baseado numa simplificação (geometrização) do arco conopial, de traço mais seco e menos curvo, esculpido em baixo-relevo numa molduração tripartida, onde se alternam secção convexa e côncava, envolvendo toda a janela. Neste exemplar (**B2**) existe um parapeito também moldurado com um ornato vegetal que lembra um segmento de tronco contínuo. Esta imagem de arco contracurvado estilizado, foi utilizada em duas portas de casas recentemente renovadas, no Largo Guerra Junqueiro (**Q1** e **Q2**).

É um desenho muito semelhante ao pormenor do Pavilhão de caça do Palácio de Sempre-Noiva, Évora, desenhado por Haupt, p. 22.

Desenho 16 - Motivo claramente inspirado no anterior, mas muito mais simplificado. Aqui, não há a sugestão do arco contracurvado, mas sim apenas a marcação de um vértice para quebrar a monotonia da moldura recta. Tratamento de execução bastante simples, há exemplos bastante antigos, com o granito muito desgastado (e que podem apresentar uma semi-esfera sob o vértice) e outros que parecem mais recentes, em imóveis de características oitocentistas. São todos salientes, com volume claro em relação ao plano da janela. Estão disseminados por várias ruas, nas casas **D5**, **U1**, **R2** e **A6** (com duas janelas).

Desenho 17 - Janela única, de desenho original cuja escultura do lintel se integra numa espécie de alfiz rectangular rebaixado. É uma composição complexa, dentro do habitual em Freixo, mais próxima do trabalho dos portais da Matriz e mais conotada com a simbólica de celebração manuelina. Há como que uma sobreposição decorativa: por um lado a moldura rectangular da janela, com dois finos colunelos laterais (o primeiro tramo inferior é torso) que se rematam superiormente por uma trave também de secção redonda; por outro, a decoração do lintel, cujas curvas laterais de secção curva se ligam ao centro em linhas contracurvadas, que terminam com uma cruz no vértice. Dentro de cada curva existe um motivo natural (flor e concha vieira), parecendo-nos todo o conjunto de forte simbologia religiosa. Esta casa (**A4**) localiza-se numa das ruas principais do centro histórico, perto da Igreja da Misericórdia e da Matriz.

Desenho 18 - Existem dois exemplos iguais, em casas geminadas (**D2** e **D3**), com as portas do desenho 11, pelo que há probabilidades fortes de serem das mãos dos mesmos lavrantes. O tratamento decorativo é aqui puramente geométrico, lembrando mais uma temática renascentista que manuelina. As janelas apresentam uma moldura chanfrada a toda a volta, encimada por uma composição moldurada saliente, de traçado geométrico, definindo dois espaços rectangulares aparentemente incompletos ou truncados, embora simétricos e bem rematados na parte inferior. A parte superior integra três figurações de caras à maneira de máscaras. Desenho original, de linhas construtivas rectas que contrasta fortemente com a sinuosidade da maioria das decorações da vila.

Desenho 19 - O que caracteriza este desenho é a existência de uma fiada de semi-esferas marcando a moldura simples, com chanfra de janelas. No caso de referência, foi ainda esculpida uma flor no parapeito, feita a partir dos mesmos elementos decorativos semi-esféricos. Existem duas casas próximas entre si, **A1** e **A9**.

Desenho 20 - Este grupo tem como elemento marcante a existência de um ou mais segmentos de tronco [32], cada um agarrado por uma mão, normalmente existente nas monumentais aduelas de portas de arco peraltado, muito características na vila. Para além destes exemplos (**Q3** e **P2**), este último com data de 1552 da chamada *Casa dos Carrascos* [33], existe um caso, que incluímos neste conjunto por utilizar o mesmo elemento, feito em betão, num imóvel oitocentista que pretendeu recriar o momento passado através de um revivalismo neo-manuelino. Trata-se de uma janela (**A7**) com moldura encordada a toda a volta, com aros a prenderem o encordado e, no topo superior, quatro segmentos de tronco imitando os originais.

Desenho 21 - Existe apenas um caso (**P6**) com este desenho notoriamente simples e decorativamente pobre. A moldura da janela desenvolve-se numa sucessão de três curvas de pouco volume que se prolongam pelos umbrais numa molduração de secção dupla, concava e convexa. Está em mau estado de conservação, tendo sido rasgada na parte superior para aumento do vão da janela.

Desenho 22 - É um desenho não figurativo feito com base em volumes salientes, numa sucessão de volumes curvos, alternados com volumes verticais rectos, podendo variar de número (3 ou 4). Aparece numa porta e numa janela (**H1** e **J2**), tendo esta um parapeito com duas molduras de secção recta, em tamanhos decrescentes.

Desenho 23 - Relevo fortemente saliente, é um exemplo filiado nos desenhos 1, 3, 8, com a diferença de possuir apenas um par de curvas centrais, com remates em angulos rectos laterais, mantendo os umbrais chanfrados. Pertence ao grupo das janelas mais pequenas e é exemplar único (**A9**).

QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DOS DESENHOS POR RUAS

	Desc. 1	Desc. 2	Desc. 3	Desc. 4	Desc. 5	Desc. 6	Desc. 7	Desc. 8	Desc. 9	Desc. 10	Desc. 11	Desc. 12
A-R. das Eiras						A2, A5 (3)	A8 (2)			A5		
B-Pr. Jorge Álvares												
C-R. Pedro Mateus												
D-R. das Flores			D4				A9				D2, D3	
E-R. da Cadeia			E1	E2								
F-R. do Depósito			F1									
G-R. da Betesga			G1,G2, G3									
H-R. Trás do Adro			H1, H2									
I- Largo do Vale												
J- Largo do Poeta			J1									
K-R. Nova			K1, K2	K3								K5
L-R. dos Palheiros			L1, L2									
M-R.S. Francisco			M1									
N-R. do Vale		N3	N1									N2
O-R. da Manga								O1				
P-R. das Moreirinhas			P1, P2 (2) P3, P7					P2, P4				
Q-R. do Boble		Q4										
Q-Lg. Guerra												
Junqueiro												
R-R. do Outeiro	R2. R3								R1			
S- Lg. Frei Bartolomeu dos Mártires			R3 (2) S1, S2									
T-R. da Costa		T1										
U -R. da Finte Seca	U1											
V-Av. Guerra			U1									
Junqueiro			V1									
X-R. do Muradal		X1										

	Desc. 13	Desc. 14	Desc. 15	Desc. 16	Desc. 17	Desc. 18	Desc. 19	Desc. 20	Desc. 21	Desc. 22	Desc. 23	
A-R. das Eiras		A3		A6 (2)	A4		A1, A9	A7				
B- Pr. Jorge Álvares			B2									
C-R. Pedro Mateus	C1											
D-R. das Flores				D5		D2, D3					A9	
E-R. da Cadeia	E1											
F-R. do Depósito												
G-R. da Betesga												
H-R. Trás do Adro										H1		
I- Largo do Vale												
J- Largo do Poeta										J2		
K-R. Nova												
L-R. dos Palheiros												
M-R.S. Francisco												
N-R. do Vale												
O-R. da Manga												
P-R. das Moreirinhas		P5						P2	P6			
Q-R. do Boble								Q3				
Q-Lg. Guerra Junqueiro	Q1		Q1, Q2									
R-R. do Outeiro				R2								
S-Lg. Frei Bartolomeu dos Mártires												
T-R. da Costa												
U-R. da Fonte Seca	U2			U2								
V- Av. Guerra Junqueiro												
X-R. do Muradal												

Nota Final

Mudanças de gosto associadas a novos padrões de conforto, divulgação e emprego de técnicas e materiais que configuram referências de suposta modernidade, associadas a uma pouco clara e efectiva defesa cultural e regulamentar dos testemunhos patrimoniais, explicam, pelo menos parcialmente, a perda e destruição progressiva de parte do Património que dava à vila de Freixo de Espada à Cinta a singularidade de ser uma das de maior expressão figurativa do Manuelino na arquitectura civil ou doméstica.

Essa perda tem-se revestido de aspectos mais superficiais, eventualmente reparáveis, e de outros que, alterando substancialmente a relação volumétrica e figurativa das construções com as ruas, têm contribuído para uma descaracterização irreversível que urge travar. Levantamentos realizados em 1952, 1980 e 1996, permitem confirmar que, apesar dos dados que reuniram e que seriam suficientes para justificar políticas de protecção de todos os elementos histórico-artísticos, a delapidação sem remédio continua a processar-se, justificando-se, assim, a urgente tomada de medidas cautelares para salvaguardar o que ainda existe. Sendo certo e conhecido que a perenidade das arquitecturas civis e populares, pela menor riqueza de meios com que eram erigidas, se revelou menor que as dos edifícios de particular relação com o Poder Real ou Religioso, importa clarificar e divulgar a importância patrimonial e cultural deste legado construído, a bem da sua preservação.

* Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] O concurso foi ganho pela Empresa *Vastus*, a quem agradecemos a cedência da planta aqui publicada, bem como da consulta das fichas dos imóveis declarados com interesse patrimonial no seu todo ou em parte.

[2] Quando aqui nos referimos a Manuelino e sem procurar entrar na polémica gerada à volta da questão de se saber se se trata ou não de um estilo, se introduziu modificaçãoes que respondam aos critérios julgados fundamentais para a definição de um estilo, de que tratam os autores especializados nestas áreas do saber, estamos a utilizar um conjunto de critérios definidores do que é comummente apelidado de Manuelino: uma arte executada durante um certo período de tempo (que apesar de ter tido a sua pujança no reinado de D. Manuel I, sobretudo na segunda década do séc. XVI, se prolongou pelo reinado joanino, nomeadamente na província), com determinadas características ornamentais que, embora diferentes e dispersivas, formam um todo (utilização de certos arquetipos como: o arco conopial, as decorações dos vãos, a utilização de elementos vegetais, animais, de símbolos do poder, como esferas armilares ou escudo real, cordas e nós, em suma, "a vitória da tendência naturalista ou barroquista", no dizer de Pedro Dias). Vd. DIAS, Pedro, "O Manuelino", *História da Arte em Portugal*, Vol. V, Ed. Alfa, 1986 p. 12; PEREIRA, Paulo, "A Invenção do Estilo Manuelino", *História da Arte em Portugal*, dir. por Paulo Pereira, vol. 2, 1995, p. 53-60.

[3] Vd. SILVA, Jorge Henrique Pais da, *Páginas de História da Arte*, vol. I, 1986, p. 63.

[4] DIAS, Pedro, op. cit. 1986, p. 70.

[5] Vd. ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Histórico-Arqueológicas do Distrito de Bragança*, Vol. IV, 1909, p. 328; *Documentos Medievais Portugueses*. "Documentos Régios", ed. por Rui de Azevedo, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1958-61, p. 252. Este foral, de entre 1155 e 1157, é definidor de uma clara estratégia de povoamento de um território fronteiriço.

[6] Sobre a relação da formação das vilas e construção das cercas medievais, vd. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do Centro e Norte de Portugal", *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992, p. 137-141, especialmente p. 138; Idem, "Castelos e cercas medievais. Séc. X a XIII", *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. por Rafael Moreira, Lisboa, 1991, p. 38-54.

[7] Trata-se do tipo 2, definido em GOMES, Paulo Dordio, *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro - A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séc. XII a XV)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiado, FLUP, 1994, p. 2.

[8] Cit. em ALVES, Francisco Manuel, *op. cit.*, p. 57.

[9] Vd. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, "Igreja Matriz de Freixo", nº 70, Lisboa, p. 8.

[10] Vd. entre outros, ALVES, op. cit. vol. IV, 1909, p. 411; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Lda, Lis/ Rio de Janeiro, vol. XI, p. 77; TABORDA, Joaquim Augusto Ramos, *Freixo de Espada à Cinta, Monografia*, Lisboa, S.N.I., 1948, p. 56.

[11] Sobre este assunto, vd. CHICÓ, Mário Tavares, A Arquitectura Gótica em Portugal, Livros Horizonte, Lisboa, 1981, p. 20, 31 e 207; ATANÁZIO, M.C. Mendes, A *Arte do Manuelino*, Ed. Presença, Lisboa, 1984, p. 61; DIAS, Pedro, op. cit. 1986, p. 70.

[12] Cf. TABORDA, J.A. Ramos, op. cit. 1948, p. 38; ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Histórico-Arqueológicas do Distrito de Bragança*, Vol. IX, 1975, p. 525-526. Vd. também a integração do Pelourinho na classificação tipológica caracterizada em LEITE, Ana Cristina, "Os Centros Simbólicos", *História da Arte Portuguesa*, dir. por Paulo Pereira, vol. 2, 1995, p. 86.

[13] BARROS, João de, *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Biblioteca Municipal do Porto, Porto, 1919, p. 29.

[14] DIAS, Pedro, op. cit., 1986, p. 46.

[15] Cf. RIBEIRO, Orlando, "Localização e Destino dos Centros Urbanos de Trás-os-Montes", *Finisterra*, VII - 14, 1972, p. 46-69.

[16] O numeramento refere "vizinhos" o que pode ser entendido como fogo, referindo-se à casa. A população seria, assim, mais numerosa.

[17] DUARTE DE ARMAS, *Livro das Fortalezas*, com Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2ª ed. fac-similada, Lisboa, 1997, fls. 77-78.

[18] A nossa descrição dos motivos não pretende ser nem exaustiva, nem simbolicamente rigorosa na sua formulaçao, na medida em que as imagens são mais eloquentes na tradução do desenho; pretendemos apenas esboçar os critérios que optámos por diferenciadores.

[19] Aproveitamos para agradecer à Empresa Carlos Guimarães & Luís Soares Carneiro, na pessoa da Arquitª. Susana Machado, a execução dos desenhos apresentados.

[20] Estas mísulas foram sendo interpretadas como apoios de vasos de flores, encontrando-se, em casas de sabor mais rural, embora relativamente recente, a inspiração dessas mísulas em pequenas plataformas planas em xisto, que se salientam nos dois lados das janelas, estas sim, para colocação de vasos floridos.

[21] PEREIRA, Paulo, "Razão, Celebração, Segredo", *História da Arte Portuguesa*, dir. por Paulo Pereira, vol. 2, 1995, p. 127.

[22] DIAS, op. cit. 1986, p. 7.

[23] Cf. PEREIRA, Paulo, op. cit., 1995, p. 139.

[24] Cf. SILVA, J. H. Pais da, op. cit. 1986, p. 58.

[25] Sobre este assunto, vd. BARROS, op. cit. 1919 e Enciclopédia Portuguesa e Brasileira de Cultura, "Freixo", vol. X, p. 859-860.

[26] Cf. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Ed. Presença, Lisboa, 1992, p. 137.

[27] Vd. HAUPT, Albrecht, A *Arquitectura do Renascimento em Portugal do tempo de* D. *Manuel o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol*, com Introdução de M.C.Mendes Atanázio, Ed. Presença, Lisboa, 1986, p. 59. Para vários desenhos, utilizaremos referências comparativas com a obra deste autor, que aparecerão no texto com o último nome do autor e a página. As semelhanças detectadas dizem respeito, na maioria dos casos, à parte inferior das decorações dos vãos desenhados por este autor, muitas vezes apenas ao intradorso dos arcos e não à totalidade do desenho, mais pujante e decorado que os exemplares de Freixo.

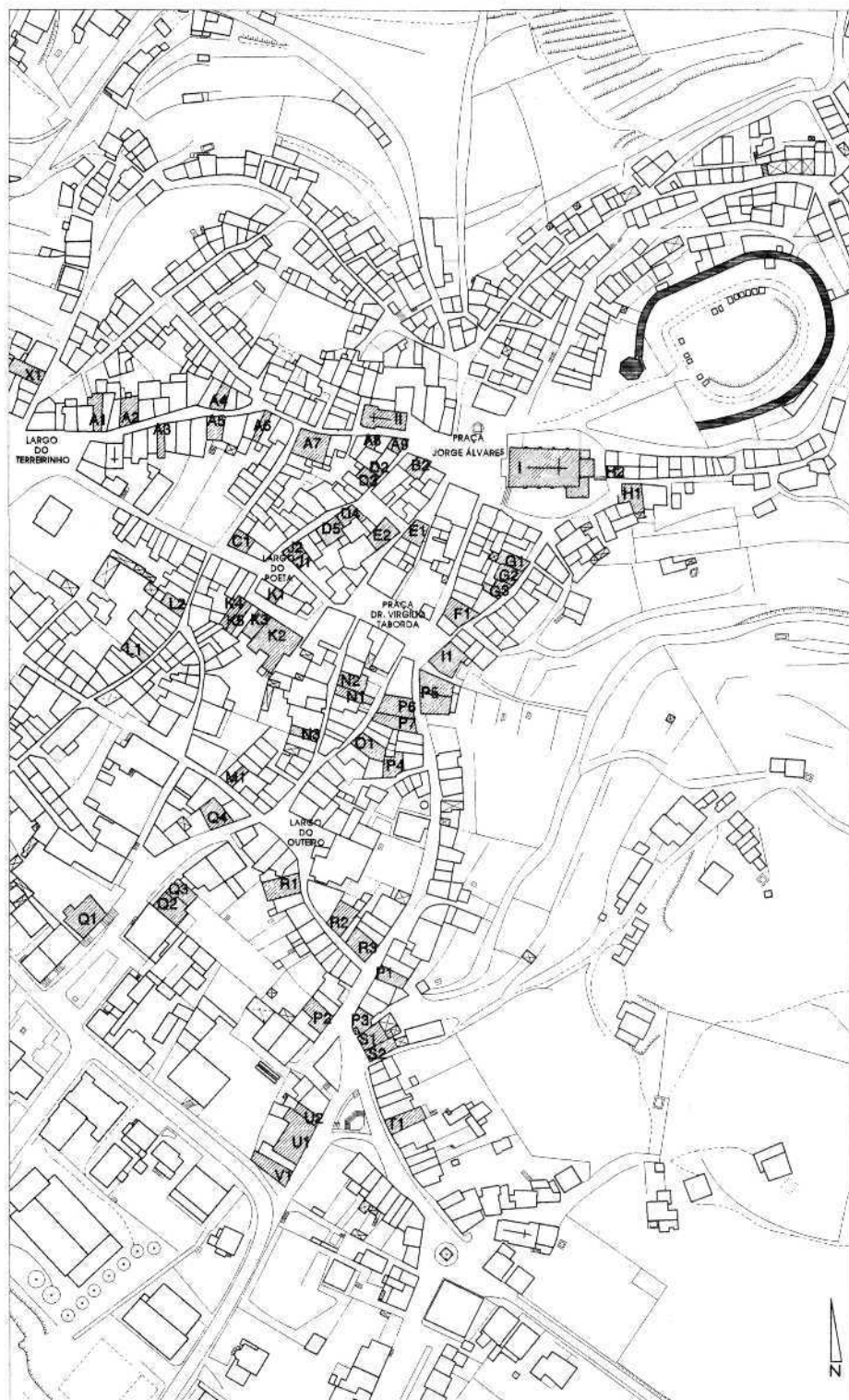
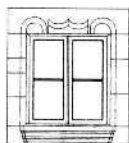
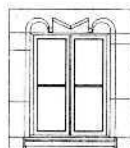
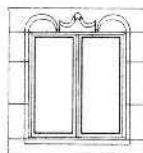
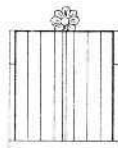
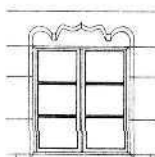
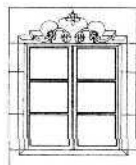
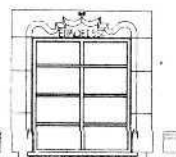
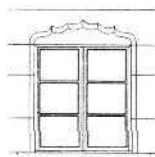
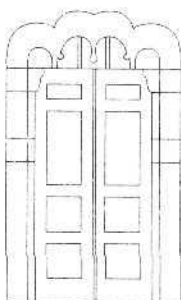
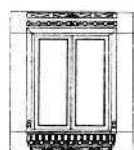
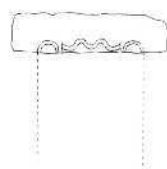
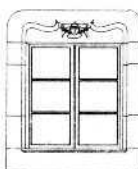
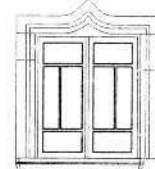
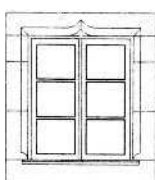
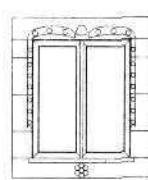
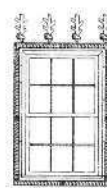
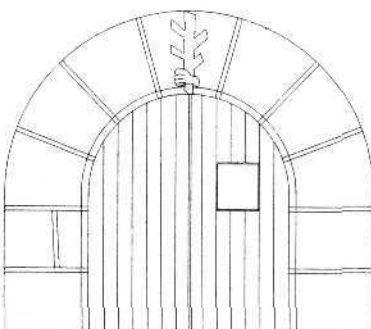
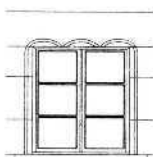
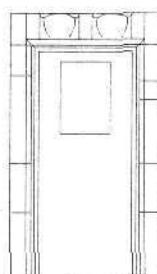
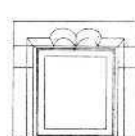
[28] Esta casa foi alvo de recentíssimos trabalhos de reconstrução que alteraram radicalmente a volumetria e tipo da habitação (pelo acrescento de mais um piso), sendo o mais grave a trasladação duma janela com inscrição datada, em duas linhas: A : 1575 : M / IHS (*In Hoc Signo* - simbólica cristã), para último piso, tendo mantido apenas a pedra do lintel; as umbreiras chanfradas desapareceram, e a inscrição tornou-se menos visível devido à forte limpeza pouco cuidadosa a que foi submetida a pedra. Assim, um dos casos paradigmáticos e de maior importância para a compreensão da história urbana de Freixo, vê-se profundamente alterado, no curto espaço de um a dois anos, arco de tempo que medeia as duas visitas que fizemos.

[29] SILVA, J.H. Pais da, op. cit. 1986, p. 58.

[30] PEREIRA, Paulo, op. cit. 1995, p. 120 e 117.

[31] DIAS, Pedro, op. cit. 1986, p. 18.

[32] Provavelmente símbolo de "freixo", relacionado com a origem do nome da vila.

[33] SANTOS, Reynaldo dos, "Freixo de Espada à Cinta", *Guia de Portugal*, vol. 5, tomo 2, 1970, p. 1053.

Planta de Freixo de Espada à Cinta

"UM PAI NOSSO E UMA AVÉ MARIA A SANTO ANTÓNIO PELOS NOSSOS BICHINHOS...". O PORCO NA ECONOMIA DOMÉSTICA DE S. MARTINHO DE LAGARES (PENAFIEL).

Maria das Dores G. CRUZ *
Ilídio M. Barbosa PEREIRA **

1. Introdução

A escolha deste tema para um artigo de homenagem ao Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida não foi feita de forma aleatória. Dada a dedicação deste homem polifacetado - arqueólogo, historiador de arte, etnógrafo - pelo Norte, especialmente pelo Entre Douro e Minho, pareceu-nos que a forma mais adequada de o homenagear seria escolher um tema, cuja investigação pudesse ser desenvolvida nessa área geográfica. O tema da matança do porco impôs-se naturalmente, dada a importância económica e sócio-cultural que este animal tem para as populações do Norte de Portugal. A nossa escolha recaiu sobre Lagares[1], concelho de Penafiel, pelo facto de um dos autores (IBP) ser natural desta freguesia, o que permitiu, por um lado a utilização do seu testemunho e vivência pessoal, e, por outro, facilitou a recolha de informação num curto espaço de tempo. Quase todos na freguesia de Lagares, e localidades vizinhas, continuam a matar o porco, hoje já não como a única forma de obter a carne para o jantar, ceia e dias festivos, mas, essencialmente, porque o hábito continua enraizado em muitas famílias, que utilizam esta ocasião para se reunirem em torno de um evento que os leva de volta aos cheiros e sabores das suas infâncias, mais ou menos longínquas. Para os mais jovens trata-se de uma ocasião diferente, dominada pelo convívio familiar e por um sentimento lúdico, aproveitada para uma incursão em actividades desusadas no seu quotidiano de estudantes, ou citadinos.

A etnografia portuguesa tem prestado alguma atenção a aspectos da matança do porco (por exemplo, Felgueiras, 1966; Costa e Ferreira, 1967; O'Neill, 1989; Simões, 1991 e 1996), mas, com algumas excepções (O'Neill, 1989; Simões, 1996), tem-se dado principalmente ênfase à descrição de variantes dentro das técnicas que envolvem o processo de matança. O nosso objectivo principal não será apresentar mais uma variante da técnica de matar e tratar a carne e os enchidos, mas sim, analisar aspectos económicos, sociais e culturais que enformam a matança, encarando-a como processo sócio-cultural, em sentido mais lato, que tem vindo a sofrer mudanças radicais nas últimas décadas. A escolha de uma metodologia diacrónica tornou-se essencial para obviar erros de uma etnografia saudosista de "recuperação e manutenção de uma tradição"[2] em risco de desaparecer. Metodologicamente optámos pela utilização da etnohistória, sem que tal signifique simplesmente uma combinação de métodos históricos e da observação participante (Cabral, 1991:59). O nosso objectivo é atribuir uma profundidade temporal, histórica, a um fenómeno da vida quotidiana de Lagares, num tempo definido (entre os anos 20 e 90), sem utilizarmos as noções nem de "presente etnográfico", nem de "sociedade tradicional". Assim, a par da observação de matanças, o que nos permite uma percepção

tecnológica e das mudanças ocorridas na forma como esta se desenrola, recolhemos depoimentos de marchantes, lavradores e suas mulheres sobre o passado recente, permitindo-nos estabelecer uma comparação entre dois tempos e duas percepções da mesma actividade. As entrevistas visaram a recolha de dados relativos a épocas mais recuadas em que o porco era um elemento essencial na economia familiar de Lagares e freguesias vizinhas. As relações de produção aparecem ligadas a outros aspectos culturais, pelo que se fará igualmente uma referência mais concisa a aspectos religiosos e lúdicos da criação e matança do porco, subjacentes ao papel central desempenhado por este animal no sistema económico doméstico, na região de Lagares.

Um ponto essencial e que estruturou todo o trabalho foi o facto de, repetidamente, os lavradores e donos de porcos para a matança se referirem à divisão do trabalho de acordo com o género do participante: os homens eram marchantes e participavam directamente na matança, limpeza e no desfazer do porco, enquanto as mulheres se encarregavam da lavagem das tripas, confecção dos enchidos e preparação do "matabicho". Contudo, durante as entrevistas conhecemos a "Sra. Glória"[3], uma mulher que "tinha matado porcos", e fizera disso uma forma de vida para complementar os magros recursos agrícolas de que dispunha. Verificámos neste caso, como noutros temas etnográficos, que a divisão do trabalho, por géneros, não é tão linear como geralmente é apresentada em muitos textos antropológicos. Foi a partir do desenvolvimento de uma vertente feminista dentro da antropologia crítica, sob a influência do movimento post-modernista, que se começou a questionar as generalizações da divisão do trabalho, conduzindo a teorias mais inclusivas, em que indivíduos de géneros e idades diferentes participam em actividades até aqui consideradas como específicas únicamente de homens ou, por oposição, de mulheres. Considerámos de grande interesse dedicar alguma atenção a este aspecto, por vezes escamoteado, da participação de mulheres como marchantes. Optámos por "dar voz" a estas mulheres que participaram activamente na matança, através da história pessoal da "Sra. Glória". Pensamos poder, assim, apresentar um retrato vivo e dinâmico não só do processo da matança, da sua importância sócio-económica para a sobrevivência dos núcleos familiares e domésticos de Lagares, como também dos papéis atribuidos a homens, mulheres, jovens e velhos no processo colectivo, que era a matança do porco, ao longo dos últimos 70 anos.

A utilização de histórias pessoais como método antropológico tem sido criticada, porque atribui um papel de realce a indíviduos que se destacam dentro do grupo, por serem pessoas extraordinárias, bons contadores de histórias, ou por terem uma relação especial com o investigador. Chamamos a atenção para estes aspectos importantes a ter em mente quando se ler a "história da Sra. Glória", nossa informante principal. A Sra. Glória, não foi, no entanto, a única fonte de recolha, mas foi privilegiada dado ser a única mulher, viva, em Lagares a ter sido marchante. Não podemos deixar passar igualmente o facto de ser uma conversadora extraordinária, com memória lúcida e crítica para a recolha de informações com profundidade temporal, como era o nosso objectivo. Outros elementos foram recolhidos também junto de outros informantes, pelo que a estrutura do texto será apresentada sob a forma de um compromisso entre a história pessoal da Sra. Glória e a análise de outros dados relevantes para o tema a tratar.

2. Importância socio-económica do porco

Para a população de Lagares, de substracto económico eminentemente agrícola, o porco desempenhava um papel central na subsistência e na economia doméstica. A

matança era o culminar de um período em que as pessoas se preocupavam com a sobrevivência dos animais, representando igualmente uma época de maior abundância de carne na casa. A carne suína representava um papel central na economia doméstica e na dieta quotidiana: da boa criação de porcos, que culmina na matança, resultam não só os únicos produtos de origem animal que entram na confecção dos pratos diários (chouriço, presunto, salpicão e regelos[4]), podendo ser vendidos a particulares, resultando num suplemento económico para a família. Contudo, a grande importância atribuida ao porco devia-se essencialmente ao papel que tinha na dieta quotidiana. Pessoas que se viam obrigadas a vender os seus porcos eram vistas como estando em dificuldades financeiras, tendo de prescindir de um elemento importante da sua própria subsistência.

Cada família era responsável pela engorda dos porcos destinados à matança, fazendo--se a "engorda" com produtos agrícolas produzidos para o efeito (abóboras) e com restos aproveitados da confecção das refeições familiares (farelo, sobras de hortaliças, feijão, cascas de batatas e restos das refeições). O nascimento, sobrevivência e crescimento saudável de uma ninhada de leitões, representava uma preocupação central na vida dos camponeses e lavradores de Lagares, especialmente das mulheres da casa que cuidavam dos animais. Registava-se, e continua de alguma forma a registar-se, uma relação estreita entre a sobrevivência dos animais e alguns aspectos da religiosidade local: quando uma ninhada de leitões nascia e as "coisas corriam bem" prometia-se, a Santo António, o dinheiro correspondente a um leitão, ou a doação de uma orelheira, ou beiça fumada. Hoje, continua a observar-se no altar deste Santo, na Igreja paroquial de Lagares e noutros lugares, ex-votos de cera em forma de porcos ou de porca a amamentar os seus leitões, em cumprimento de promessas feitas, relacionadas com estes animais. As promessas feitas a Santo António, aquando do nascimento das ninhadas, se os porcos para engorda cresciam sem problemas, ou no caso de uma doença iminente do animal, eram cumpridas depois das matanças. O seu cumprimento representava uma fonte de receita importante para a Igreja local. Era feito sobretudo através do leilão, de partes do porco (orelheiras e beiças fumadas), no fim da missa dominical, revertendo a quantia obtida a favor da Fábrica da Igreja. Os leilões realizavam-se especialmente na altura do Carnaval, quando se dava por concluído o período das matanças, tendo esta carne mais procura para as refeições especiais da quadra. Aquando da construção da Igreja Nova de Lagares, em 1971 (Pereira, 1991/92:65), a imagem de Santo António foi aquela que a população solicitou que transitasse de imediato da Igreja velha para a nova, não só por representar o padroeiro dos animais, mas por ser igualmente uma das principais fontes de receita para a paróquia. Em casa, aquando da reza do terço em família, fazia-se sempre uma pequena invocação ao Santo António "*Um Pai Nosso e uma Avé Maria a Santo António pelos nossos bichinhos e por todos que os tiverem*[5]". A classificação de Santo António como padroeiro dos animais, especialmente dos porcos, encontra-se bem patente na pequena imagem existente no altar lateral direito da Igreja paroquial da vizinha freguesia de Santa Marinha de Figueira, onde Santo António é representado com o Menino ao colo, e este por sua vez segura, também ao colo, um pequeno porco preto (Fig. 1)[6].

3. Matança do porco: entreajuda e divisão do trabalho

A matança do porco foi-nos sempre apresentada como uma actividade familiar, contando por vezes com a entreajuda de amigos e alguns vizinhos, se na casa não houvesse "pessoal à altura", geralmente três ou quatro rapazes e homens ágeis. A matança, tal como todas as outras actividades agrícolas da região, inseria-se num sistema de entreajuda

gratuita, em que familiares e alguns vizinhos participam, conferindo, assim, um carácter lúdico ao acontecimento (O'Neill, 1989). Contudo, contrariamente ao que acontecia com muitas das actividades agrícolas, por exemplo as segadas, as esfolhas do milho, a arriga[7] do linho, ou as vindimas, os vizinhos não apareciam para ajudar sem serem convidados. O convite para a matança representava uma forma de diferenciação entre as relações mais chegadas ("família e pessoas de confiança") e a restante comunidade. Nesta actividade notava-se igualmente, uma troca de trabalho, dado que se um marchante ia matar a casa de um amigo, familiar ou vizinho, este, por sua vez, pagava o favor através de ajuda aquando das matanças na casa do próprio marchante. Muitos matavam somente para familiares, outros asseguravam as matanças nos lugares onde residiam, ou em lugares vizinhos. A diferença entre "os que matavam só para a família" e os que matavam para o "público" foi sempre notada pelos informantes. Uma das diferenças apresentadas era o facto de os marchantes "profissionais" serem remunerados em dinheiro, enquanto os que matavam só para familiares e amigos serem compensados com a refeição da matança e, eventualmente, com alguma carne, por exemplo a beiça. Nos anos 20 um marchante "profissional" cobrava 3$50/4$00 por uma matança, nos anos 40 cobrava já 10$00 e hoje pode levar até 1000$00 por uma matança. A escolha do marchante era efectuada de acordo com interesses pessoais e laços de amizade, dependendo também algumas vezes da mestria de cada um.

Os marchantes eram iniciados/ensinados por familiares que matavam, ou pelos marchantes que matavam nas suas casas. Participar activamente na matança representava uma "ascenção" social dos rapazes. Na casa de um antigo marchante, os filhos mais velhos recordam que se iniciaram na matança por volta dos 14 anos, dado tal ser visto como forma de "promoção" masculina, uma diferenciação entre os irmãos mais novos e os mais velhos.

A periodicidade das matanças foi um dos aspectos a sofrer maiores alterações, durante a última década: de actividade sazonal, passaram a efectuar-se ao longo de todo o ano, pois as arcas frigoríficas permitem a conservação das peças, durante períodos mais longos e independentemente das condições climatéricas que se façam sentir. No passado, matava-se somente entre os Santos e o Carnaval, os meses mais frios que punham menos problemas de conservação dos alimentos, coincidindo também com as épocas festivas do Natal, em que a carne entrava em maior abundância nos pratos melhorados e antes de se entrar na Quaresma, período de jejum e abstinência, quando os cristãos se deviam privar do consumo de carne. Nos meses de Primavera e Verão consumiam-se os produtos fumados e salgados durante o Inverno. Outro aspecto a ter em conta, é o facto de hoje a carne ser essencialmente congelada para consumo doméstico, substituindo-se à salga, enchidos, rojões conservados na banha[8] e presuntos. Os enchidos e os presuntos continuam a ser produtos muito apreciados, mas as febras que no passado se comiam somente nos dias que seguiam à matança, agora consomem-se ao longo de períodos mais longos e tornaram--se o produto principal da matança. De igual modo, a maior facilidade no acesso a outros tipos de carne, nomeadamente a carne de vaca, e ao peixe, levou a que a carne de porco tivesse perdido a preponderância como fonte de proteínas animais na dieta da população de Lagares e lugares vizinhos. O número de animais mortos por um lavrador ao longo do período de matanças dependia da riqueza da sua casa de lavoura, sendo por isso um indício do seu prestígio sócio-económico, e do número do agregado familiar. Um lavrador rico podia matar quatro, ou mais porcos num prazo de alguns meses, acontecendo mesmo poder matar dois ou três porcos no mesmo dia.

A Sra. Glória descreveu-nos minuciosamente o processo de matança, que seguidamente transcrevemos. Os pormenores foram confirmados por um marchante mais velho que a Sra. Glória, pela sua mulher e filhos que ainda hoje continuam a matar para consumo doméstico. Algumas das diferenças encontradas em relação ao que se fazia no passado reside no facto de hoje se usar uma mesa construída para o efeito e já não o carro de bois, de a matança levar menos tempo (em vez de 5 horas como no passado, decorre em menos de 3 horas), dado algumas das tarefas, nomeadamente a chamusca, serem feitas de forma mais expedita e de, por outro lado, a matança ter perdido um pouco o carácter lúdico que tinha no passado, em que o matabicho e a refeição de sarrabulho eram indispensáveis para acalmar o apetite do marchante e seus ajudantes.

Passamos de seguida a apresentar a história da Sra. Glória, para quem a matança do porco foi uma forma importante de complementar os magros recursos agrícolas de que dispunha. A sua história, além de mostrar aspectos técnicos e sociais da matança, ilustra como a divisão de tarefas entre géneros, não é linear. Por outro lado, actividades complexas como a matança ultrapassam o caracter de divisão entre homens e mulheres, velhos e novos. Muitos são os que participam activamente nestas tarefas, centrais para a economia doméstica, como veremos de seguida.

4. A Sra. Glória[9]

"Tenho 74 anos e aos 15 anos já eu matava e capava porcos. Aprendi com um primo meu, o Manel do Sabino, de Ordins. Eu via-o a trabalhar quando ia lá a casa e aprendi. Em Seixoso havia outra mulher que matava, mas era coisa pouca. Era assunto mais de homens. Eu é que gostava de fazer de tudo. Não era só uma coisa de necessidade porque os homens nunca acabaram. Os homens tinham a mania, eles é que mandavam. Por isso, enquanto o meu marido foi vivo nunca mais matei. Matei antes de me casar e matei depois de ficar viúva. Mas enquanto estava casada nunca matei. O meu marido sabia matar e nessa altura quem mandava era a autoridade. Fiquei viúva nova, com 30 anos, mas antes na casa dos meus pais já matava. Nenhum dos meus irmãos queria matar... eu até era capaz de capar porcos!. Eram medricas! Eu tinha 4 irmãos e uma irmã, mas tive de aprender a matar e capar porcos. A minha mãe queria que eu aprendesse, e então foi o meu primo que me ensinou. Nunca tive medo e até gostava do trabalho que fazia.

Nunca levei dinheiro por matar porque não era profissional. Matava só na minha casa, na casa de vizinhos e pessoas amigas. A maioria das pessoas a quem ia matar eram aquelas que não sabiam e não tinham desenrasco e por isso tinham de chamar um marchante.

Eu era meia-arrapazada, saía à noite com os rapazes, disfarçada. Vestia uma roupa de linho e andava toda a noite... Aprendi a jogar o pau... íamos cantar. Eramos um grupo de uns dez, ou doze rapazes e quatro raparigas. Roubava o dinheiro à minha mãe: ia à caixa buscar uma quartita[10] de milho para pagar a uma mulher que me fizesse o trabalho que eu devia fazer à noite, fiar umas meadas de linho. Eu não tinha muito temor, tinha uma irmã minha que me ralhava, ralhava, ralhava de eu sair à noite, mas eu não me importava. A minha ideia era aquela. Tinhamos aquelas roupinhas certas, ninguém nos conhecia. O Manel do Falcão deu-nos uma teia para nós fazermos a camisa. Íamos todos vestidos de igual. Eu ia vestida de rapaz: calças, botas e um boné enfiado na cabeça. Eu só queria chegar a casa de madrugada, a tempo de vir tirar o leite... Foi uma vida bonita! Quando casei fiquei travada. Nunca mais cantei, nunca mais dancei, nunca mais nada... Passou! Devia ter-me casado mais tarde, mas casei-me aos 20 anos. Eu não pensava nada

em casar... A minha mãe ainda depois de eu estar casada, cantou e dançou numa segada. O meu pai estava lá e não quis saber. Pois, sim, eu um dia estava ao pé de uma dança e tive que andar depressa... Senti muito quando me casei, mas calhou... Mas depois tive coisas boas, e vou continuar a ter, porque tive os filhos e os netos.

Pelo facto de ser viúva nunca tive dificuldade em saber matar, lavrar... Matava numa casa e os outros vinham-me ajudar a lavrar. Quando fiquei viúva, os vizinhos lavraram-me a terra toda, sem eu pagar um tostão. As pessoas ajudavam-se na sega e na malha do centeio, na apanha do linho... Aquela gente se uma pessoa tivesse dificuldades tomavam conta dela e faziam tudo. Num ano não tornei à casa onde o meu marido morreu. Passados quatro anos morreu o meu filho mais velho e o meu sogro. Tive de empenhar o ouro todo para pagar os funerais. Quando morreu o meu filho estive cinco anos sem ir a casa, estive na casa da Sra. Zulmira do Carreiro. Quando morreu a minha sogra saí de Ordins para vir para o lugar de Lagares, isto já lá vão mais de trinta anos. Com os miúdos pequenos fixei--me no lugar de Lagares e comecei a comprar, matar e vender porcos nos lugares e freguesias vizinhas (Capela, Cabroelo, Figueira....), a par das lavras que fazia como caseira. Ia matar porcos para vender. Comprava, matava-os, muitas vezes na casa do dono do porco, trazia--os para casa às costas e preparava-os para vender. Mas para comer em casa só matava porcos da minha criação. Também matava cabritos e cabras, mas nunca matei vacas.

Matava tanto porcas como porcos. Até gostava mais das porcas. Tinha só que haver o cuidado de escolher bem a data da matança das porcas por causa do cio, mas davam melhor carne. Antigamente tinha duas porcas a criar para depois matar. Hoje compro os leitões para a engorda para depois os matar. As porcas criavam duas vezes por ano: quando uns estavam em altura de matar os outros eram pequenos. Não gostava muito de criar, porque dava muito que fazer e eu não tinha muita paciência. Hoje criar um porco é fácil, com as farinhas. Antigamente era mais difícil porque as lavagens eram feitas com os restos da cozinha (cascas de batata e restos das panelas), hortaliças, abóboras e farelo da farinha de fazer a broa, tanto milha como centeia. Levava um ano a alimentar um porco para matar. Agora em três ou quatro meses, com farinhas, faz-se um porco para matar.

Para matar, acertava-se o dia da matança entre o marchante e o patrão, o dono do porco, isto quando o marchante vinha de fora da casa. Quando era em casa, matava-se quando dava mais jeito, depois das lavouras e quando precisavamos de carne. Não havia um dia certo para matar. O porco deixava de ser "pensado[11]" na véspera, para as tripas não rebentarem ao desfazerem-se. Se estivessem muito cheias podiam rebentar. O porco comia de manhã, na véspera, e não voltava a comer. Matava-se de manhã, aí às 7 horas. Nalgumas casas matava-se só à tarde, mas era sempre quando o tempo estava mais fresco. Matava--se um porco em Dezembro, outro em Janeiro e outro lá mais para a frente, para garantir carne para as lavouras. Matavam-se só porcos de ano ou mais, com umas doze ou quinze arrobas[12].

O marchante levava as suas ferramentas: a corda para prender o porco, a faca da matança, com os dois gumes afiados para entrar melhor no pescoço do animal, uma faca e uma machada para desfazer. O marchante é que apanhava o porco e metia-lhe a corda no nariz, mas só a apanhar a parte de cima do focinho. O Manel do Sabino atirava primeiro para a cara do porco a aguardente que tinha na boca. O porco ficava atordoado e era mais fácil prender-lhe a corda. Um dos ajudantes agarrava no rabo do animal e dizia: "Ontem já não me pensaram, hoje cedo me vieram acordar. Que diabo se passará?" e logo de seguida o marchante atirava-lhe a aguardente para o focinho. Nem toda a gente fazia isto, mas às vezes era costume fazer-se, como se fosse o porco a falar. O porco era encaminhado para

o carro por duas pessoas, preso pelo nariz, com um laço de correr, e seguro pelo rabo. O carro era preparado, metia-se uma cunha no "cocão"[13] para a cabeçalha ficar mais baixa. Eram três ou quatro pessoas, pessoas amigas, vizinhos, pessoas de confiança que ajudavam na matança. Não eram pagas. Só o marchante, se era de fora, é que podia ser pago, mas nem sempre. O Manel do Sabino levava 10$00 por cada matança, isto há 40-50 anos. O porco era agarrado por todos e deitado no carro, com o nariz para a cabeçalha. Atava-se a corda do nariz à cabeçalha do carro e um rapazito segurava nela. Quando não havia um rapaz para segurar a corda e o marchante era forte punha um pé em cima da ponta da corda para a segurar. Mais duas pessoas seguravam nas patas traseiras e outra nas patas dianteiras do porco.

O marchante matava sempre por trás[14] (Fig. 2). Alinhava-se a faca pela beiça, apontava--se a uma bolinha que tinha no pescoço. A faca tinha de ser bem posta, porque se fosse encostelada[15] o porco não morre logo e fica a sofrer. Um bom marchante matava sem fazer sofrer o animal. Em Ordins os marchantes eram o Valentim Cunha, mas não gostavam dele porque era aldrabão e estragava tudo no cortar das carnes; e o Manel do Sabino, o meu primo. Em Lagares os marchantes eram o Manuel Vieira, o Manuel Barbosa, o José Gavetas, o António Coveiro, e o Alberto Pereira, que era ajudado, no início, pelo Tio Joaquim das Bengalas.

Enquanto o marchante matava o porco, uma mulher, geralmente a "patroa" da casa, *segurava no alguidar para aparar o sangue. O primeiro sangue é aparado para um alguidar* com vinho tinto, ou vinagre para fazer os chouriços e noutro alguidar era aparado o resto do sangue, a maior quantidade, para ser cozido para se fazer o sarrabulho. Depois de sangrar mete-se na boca do porco uma pinha fechada e um pano branco lavado ou então tumentos[16] no buraco deixado no pescoço pela faca, para não queimar a língua nem a carne do pescoço, onde tinha sido metida a faca.

De manhã matava-se o porco e bebia-se a pinga de aguardente, o matabicho. Muitas vezes ainda o porco estava a escorrer da sangria quando se bebia a pinga. Depois nivelava--se o chadeiro do carro de bois, para isso tirava-se o cavaco que se tinha metido no "cocão". O porco é virado com a cabeça para as traseiras do carro, e começa-se a chamuscar o animal. Antigamente usava-se palha de centeio a arder, mas agora para ser mais depressa usa-se um bico de gás. Mas para que o porco fique com a pele amarela, como antigamente, ainda se dá uma passagem com colmo, mas só no fim da chamusca. Era um trabalho danado, queimavamo-nos todos. Os marchantes tinham sempre um casaco velho e um chapéu de pano para usarem quando estavam a chamuscar o porco para não se queimarem. O corpo do animal é todo chamuscado e raspado com facas velhas, de forma a tirar a bola[17]. As unhas também são bem chamuscadas e depois arrancadas. Às vezes divertiamo--nos a metê-las nos bolsos dos que ajudavam na matança, mas sem eles darem por nada. Antes de virar o porco (depois de se chamuscar o primeiro lado) comia-se o sarrabulho e bebia-se uma caneca. O marchante anunciava "Ó patroa, já virou" para a dona da casa trazer o sarrabulho e a pinga do vinho. Chamuscava-se a outra banda e vinha outra dose igual. O sarrabulho era comido da panela, com a mão. Cada um espremia o sarrabulho mais ou menos, como gostava.

Depois lavava-se o porco com a água morna; usava-se a água de cozer o sarrabulho temperada com outra fria, e sabão comum. Esfregava-se o animal com uma escova do chão, com pedras pequenas e cacos de telha. Os cacos não podiam ter arrestas vivas para não ferirem o corpo do porco. A água era deitada pelo marchante, sobre o porco, com um regador que tinha no cano um bocado de carqueja para que a àgua se espalhasse bem, e

em pouca quantidade. Depois de lavado um lado do porco, põe-se em cima do carro de bois uma mão-cheia de palha para onde o porco é voltado, de forma que esta parte ficasse limpa enquanto se lava o outro lado ainda negro. Nesta altura da matança tiram-se os olhos ao porco e dão-se ao cão da casa. As orelhas são rasgadas para se poderem lavar os ouvidos do animal por dentro. Depois de lavado o porco é aberto a todo o comprimento, da região da beiça[18] até ao rabo.

O porco é dependurado num sítio fresco, na loja ou no beiral, pela parte traseira, pelo osso do marchante[19]. Usa-se um lato de cabedal, ou uma corda resistente e o porco é levantado de cabeça para baixo. Antigamente levantava-se o porco à força de braços e com a ajuda de uma escada de abrir. Depois começaram-se a usar os "motões[20]". Só depois de dependurar o porco é que se acaba de abrir para se poder tirar primeiro as tripas e, de seguida, os pulmões e o coração. Quando o porco é demasiado gordo tira-se também o unto da parte de dentro da barriga. O unto tira-se só com as mãos, sem ajuda da faca. O porco fica a arrefecer e a secar de um dia para o outro. Para arrefecer melhor, as pernas, as mãos e as partes separadas da barriga são afastadas com bocados de paus secos delgados. No fim de tudo, o marchante faz um golpe no focinho do porco com uma foice, para que acabe de sangrar melhor.

Quando se abria o porco tiravam-se as tripas para um gigo, um cesto de verga, forrado com um lençol branco, que se punha em cima de um punhado de palha miúda, que serve para amortecer a queda das tripas quando saem de dentro do porco e para não arrefecerem. As mulheres é que desfaziam as tripas. Tira-se a gordura que as une, o redenho, enquanto estas estão quentes. Depois são lavadas na bica com água corredia e cortadas em pedaços, que tinham à volta de um metro de comprimento. São viradas de dentro para fora e bem esfregadas para tirar toda a sujidade. Na volta vêm dentro de uma caçoila com água, sal e rodelas de limão ou laranja. Com as tripas fazem-se os enchidos. Um porco dá uns 20 salpicões, 12 chouriços e 2 ou 3 marganiças.

A carne do porco nunca se salgava no mesmo dia. Era o marchante que também tratava da salga. Salgar tinha de ser bem feito, não podia ficar ar entre o sal e as carnes, senão estas podiam estragar-se. Tinha primeiro de se deixar arrefecer as carnes pelo menos um dia e uma noite e só no dia seguinte à matança é que o marchante ia fazer a salga. No dia da matança só se comia o sarrabulho. O almoço do dia da matança era presunto velho cozido. Agarrava-se num bocado de presunto velho e era para todos, marchante e ajudantes. A água de cozer o presunto dava cá uma sopa... O fígado do porco era para fazer papas com as sobras da água de cozer o sarrabulho e comia-se nos dias a seguir à matança, juntamente com o redenho (os regelos das tripas). Hoje é tudo rico, deitam o redelo aos cães. Os porcos deixavam-se dependurados durante a noite e no outro dia de manhã o marchante vinha partir o porco e então já se comiam umas febritas.

Se o porco é morto ao fim da tarde, a desmancha faz-se no dia seguinte, logo pela manhã, antes de vir o sol e a varejeira. Depois de descido o porco para cima do carro de bois, onde se tinha feito a matança, a cabeça é decepada e dividida em quatro partes, duas orelheiras e duas beiças. Separa-se o espinhaço[21] e as costelas, os presuntos e as pás. O tronco é dividido em várias partes: lombeira, meios, caluba e coixões. Depois de tirar as costelas, as febras da barriga são tiradas para fazer os regelos. Era destes que se guardava para serem comidos durante o resto do ano. Os regelos eram feitos com carne com febra e alguma gordura, tirada dos coixões. Esta carne é regida numa panela só com sal. Deve ferver lentamente até a carne ficar cozida. A banha que se faz durante a cozedura dos regelos serve para os conservar e para temperos da cozinha. Os regelos podem guardar-

-se muito tempo. Guardavam-se numa caçoila de barro misturados com o "pingue[22]" e cobria-se a caçoila com um testo para os ratos não lhe chegarem.

O resto era tudo "gardado" na salgadeira. Os presuntos e as pás levavam um mês para salgar; as lombeiras, orelheiras, beiças, meios, coixões e caluba levavam só oito dias. Salgava-se, fumava-se a carne. Os salpicões, depois de fumados eram metidos dentro do centeio. Para os miúdos era um divertimento quando os pais os deixavam ir procurar os salpicões à caixa do centeio. Se encontravam um salpicão pequenito comiam-no logo. Agora os salpicões só são guardados no azeite ou metem-se na arca frigorífica. Em nossa casa, pelo São Miguel comia-se a "Maria". A "Maria" era um salpicão feito com a cabeça *dos lombos. Enchia-se a parte mais larga do intestino grosso. Os outros salpicões eram* mais pequenos e eram comidos quando se ia para a lavoura: regas, ceifas... Com um naco de broa e uma garrafa de vinho. Os salpicões também se vendiam a quem os comprava, mas não era na feira. Também se davam como prenda a quem se deviam obrigações. Era uma prenda rica e reconhecida. Os salpicões são feitos só com lombos do porco. Primeiro estão um dia com sal, depois são temperados com vinho tinto, alho e sal. Estão nesta calda quatro a seis dias e todos os dias tem de se mexer a calda. Depois enchiam-se as tripas mais grossas com a carne dos lombos temperada. Um salpicão pode ter uns 10, ou 15 cm. Um dos lados da tripa era atada com um cordel e fazia-se uma azelha para os dependurar no fumeiro; o outro lado da tripa atava-se com a própria tripa e fechava-se com picos de laranjeira ou limoeiro.

O chouriço era feito com carne ensanguentada, a carne dos ossos da cabeça e o sangue misturado com vinho que se tinha aparado quando se matou o porco. Isto tudo é caldeado com alho e sal e deixa-se em calda dois ou três dias. Os chouriços têm à volta de 25-30 cm e são feitos com as carnes que se tinham deixado em vinha de alho e são metidas no intestino delgado do porco. As pontas são fechadas com um fio juntando-se para dar a forma de ferradura. As marganiças são feitas com as aparas dos salpicões e restos das tripas. Os enchidos são postos ao fumo, na chaminé da cozinha, mas não podem ficar muito baixos para que o calor do fogo não seja muito forte. O fumo para fumar os enchidos deve fazer-se muito lentamente com lenha verde de pinheiro, carolo ou videira da poda das ramadas.

Depois de estarem no sal, os presuntos e as pás são bezuntadas com calda de colorau e óleo, para evitar que a vareja lhe pouse. Havia quem usasse azeite e farinha milha, ou cinza, mas eu usei sempre óleo e colorau. A seguir são também postos na chaminé da cozinha para secarem. A lombeira, as orelheiras, as beiças, os meios e as calubas também *vão para o fumeiro. Depois estas peças são todas limpas e juntamente com os presuntos* e as pás são dependurados na loja[23]. Têm de ser postas num sítio bem fresco, escuro e seco até serem comidas em cru, cozinhadas ou vendidas.

Os coixões, a que também chamavam colete porque é a parte da frente do porco, depois de se tirar o couro é uma carne muito tenra e gostosa. Faz muita diferença, quando é cozida com batata. Os regelos dos coixões são os que se "gardavam" para comer no resto do ano. À meia noite ou às 2 horas comia uma pratada de regelos dos coixões, bebia uma caneca de vinho e ia tirar estrume ou mungir as vacas. Ainda agora se estava a matar porcos e ainda se comiam os regelos do porco anterior. Outras partes eram a caluba, a orelheira e a queixada ou beiça. As carnes coziam-se, uma talhada para cada um. Comia-se com sopa, batatas, hortaliça, um pedaço de broa e uma caneca de vinho. Arroz nunca havia, só nas casas mais ricas. A orelheira era fumada e comia-se no Carnaval. No Carnaval os miúdos jogavam a bexiga. A bexiga do porco era tirada e enchia-se, com a boca, com

uma cana: enchia-se um bocado e esfregava-se com ela numa pedra macia ou numa parede para esticar, depois enchia-se mais um bocado e voltava a esfregar-se na pedra, até estar bem cheia. Depois punha-se no fumeiro, juntamente com as outras peças do porco, até ficar seca como uma bola. No dia de carnaval os garotos jogavam o entrudo no caminho ou num campo sem cultivo, com a bexiga seca.

Não era normal o marchante saber capar, era o capador que capava os porcos. Eu como gostava disto é que o fazia, mas só capava machos. As fêmeas eram para criar. Cheguei a capar frangos para serem "capões". Os machos não custa nada, é tirá-los para fora e não tem nada que saber. Se os porcos não forem capados não se podem comer, a carne tem outro sabor. Os porcos das carnes dos talhos vêm todos armados, por isso é que a nossa carne tem outro sabor. Agora, com mais de 70 anos, ainda capo porcos. Ainda há coisa de um mês capei dois porcos na Casa da Junta a uma mulher da Serra. A mulher da Serra trouxe os porcos cá a baixo ao Centro. Eu levei a navalhita no bolso e fiz o trabalho cá fora. A minha cunhada não queria, mas eu disse que não ia capar nenhum homem.

Os porcos que eu comprava e matava eram para vender, inteiros ou em peças. As pessoas às vezes estavam doentes e precisavam de dinheiro e então vendiam os porcos ou presuntos. Não era muito bem visto venderem-se os porcos ou os presuntos que deviam ser para casa, por isso é que eram trazidos à noite para minha casa. Era uma terra de gente pobre! Quem vendia às vezes vinha pedir os couros para comer! Comprava o porco aos vizinhos e preparava em casa as peças para revenda para o Porto. Mas também comprava chouriços e presuntos já preparados para vender. Normalmente quem mata são homens, mas aqui não há homens nem mulheres. O homem foi-se embora [morreu] teve de ser coisa de mulheres. Era preciso matar o porco e eu matava".

5. Conclusão

A matança do porco, enquanto actividade de carácter essencialmente doméstico, representa a reificação de relações sociais dentro do domínio familiar, tomado de forma lata, nela tomando parte, não só os elementos da família nuclear, mas também a família alargada e os "vizinhos" com quem se mantêm uma relação de parentesco e de amizade mais estreitas (O'Neill, 1989:506). A matança era uma oportunidade para "chamar" familiares de fora a tomarem parte numa refeição mais abundante, onde se estreitavam os laços de parentesco, amizade e vizinhança próxima. Quem fazia a mantança (marchante e ajudantes) não tinha necessariamente que ser incluido nesta festividade familiar, sobretudo quando não existia uma relação de parentesco com os "patrões".

As actividades económicas não podem ser reduzidas a questões meramente técnicas, mas fazem parte da produção e reprodução, das relações sociais e económicas, abrindo assim novas perspectivas para os estudos etnográficos, muitas vezes apresentados de forma descritiva. No caso aqui apresentado, a matança do porco em Lagares (Penafiel), as relações socio-económicas da comunidade doméstica são reproduzidas através das regras impostas, nomeadamente o "convite" e a divisão de trabalho entre géneros. A história da Sra. Glória permite-nos realçar o facto de que as regras não são rígidas e imutáveis; podem ser contornadas e alteradas tanto ao longo do tempo como pela acção de indivíduos, de acordo com a sua personalidade e necessidade, motivada por condições inesperadas (Giddens, 1990: 53-59). A matança do porco era feita de acordo com o procedimento reconhecido pela sociedade (as técnicas usadas eram basicamente as mesmas), mas a divisão do trabalho entre homens e mulheres, geralmente aceite pela população de Lagares, foi alterada por um indivíduo, a Sra. Glória, para poder fazer face a condições desfavoráveis

de subsistência. Das palavras da Sra. Glória nota-se que tais comportamentos nem sempre eram bem aceites pela comunidade, ou pelo menos por certos elementos da comunidade (a irmã não achava bem que a Sra. Glória saísse à noite com os rapazes e a cunhada não queria que ela capasse os porcos à mulher do lugar da Serra), mas dado ser reconhecido como uma forma de ultrapassar dificuldades de sobrevivência doméstica impostas por situações inesperadas (a morte de todos os homens da casa), a sua acção foi aceite.

Temos consciência de que a personalidade da Sra. Glória, o facto de desde cedo ter quebrado as regras aceites pela sociedade rural do Entre Douro e Minho, lhe permitiu mais tarde ultrapassar essas mesmas regras quando a sobrevivência da família estava em causa. Contudo, o facto de sabermos da existência de outras mulheres que também matavam porcos, não se submetendo por isso completamente aos princípios sociais aceites, permite-nos concluir que a Sra. Glória não era uma excepção, mas fazia parte de um conjunto mais vasto de "actores" sociais cuja intervenção, através de actividades muito específicas, num mundo de comportamentos culturais potencialmente mais maleáveis do que se poderia esperar (Giddens, 1990:55-56). Ao dedicar-se a uma actividade eminentemente masculina a Sra. Glória não entrou em conflito com os interesses da colectividade, adoptou somente uma actividade económica dominada pelos homens, sem contudo colidir com a definição da tarefa de matar como sendo "coisas de homens".

Apesar do seu papel activo e da importância que os porcos, a matança e os produtos daí resultantes, desempenharam na economia doméstica do seu núcleo familiar, tendo sido essencial para a sobrevivência do agregado que não podia depender somente da agricultura, a Sra. Glória "nunca levou dinheiro porque não era profissional". Assim, salvaguardou as regras da comunidade de que a matança estava a cargo dos homens, estes sim profissionais, que podiam mesmo cobrar dinheiro, enquanto o tratamento das tripas, dos enchidos e a preparação das refeições eram "coisas de mulheres".

A matança do porco em Lagares permite-nos observar que as actividades económicas não podem ser reduzidas a meras técnicas, ou variantes de técnicas, e a questões puramente do domínio económico. A "visão do mundo" (Cabral, 1989), que inclui factores sociais, ideológicos e mesmo religioso, está igualmente presente nesta forma de interacção entre os habitantes de Lagares, e em localidades vizinhas.

BIBLIOGRAFIA

BRITO, Francisco Monteiro Guedes Meirelles, 1858. *Relatório da Comissão Filial da Sociedade Agrícola do Distrito do Porto, estabelecida na cidade de Penafiel, respectivo ao anno de* 1857. "Jornal da Sociedade Agricola do Porto", vol. 3, Porto, p.101.

CABRAL, João de Pina, 1989. *Filhos de Adão, Filhas de Eva: A visão do Mundo Camponesa do Alto do Minho.* Lisboa, Publicações D. Quixote.

CABRAL, João de Pina, 1991. *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel.

COSTA, Maria da Graça Amaral; FERREIRA, Seomara da Veiga, 1967. *A Matança do reco em Bisalhães de Trás-os-Montes (Notas etnográficas)*, [s.l.: s.n.].

FELGUEIRAS, Guilherme, 1966. *Matança do Porco: A interpretação dada pelos oleiros- Barristas Gaienses*, Porto, Junta Distrital. Museu de Etnografia e História, [1966], 11p. (Separada da Revista de Etnografia, nº 12).

GIDDENS, Anthony, 1990. *Central Problems in Social Theory. Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley, University of California Press [1ª Ed.1979].

OLIVEIRA, Ernestro Veiga de, 1955. *Trabalhos Colectivos gratuitos e recíprocos em Portugal e no Brasil*. (Separata da "Revista de Antropologia", vol. 3°, n° 1, São Paulo, Jun. 1955, p. 21-43).

O'NEILL, Brian Juan, 1989. *Repensando Trabalhos Colectivos Lúdicos: a matança do porco em Alto Trás-os-Montes*. "Estudos em Homenagem a Hernesto Veiga de Oliveira", coord. por Fernando O. Baptista, [*et al.*]. Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia/INIC, p. 471-520.

PEREIRA, Ilídio Manuel Barbosa, 1991/92. *Igrejas e Capelas da Freguesia de S. Martinho de Lagares*. "Penafiel. Boletim Municipal de Cultura". 3ª Série, n.º 6/7, p. 57-90.

SIMÕES, Alzira Maria de Jesus, 1997. A *Propósito do Porco na Cultura Portuguesa: Alguns apontamentos sobre a sua importância*. "Revista Sítio e Memórias", n° 2, II Série, Abr./Jun., p. 25-31.

SIMÕES, Alzira Maria de Jesus, 1995. O *Corpo e o Porco*. "Ethnologia", nova série, n° 1-2, Out. 1994/Jan. Lisboa. Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 101-107.

SIMÕES, Alzira Maria de Jesus, 1996. O *Porco: Animal simbólico-cultural, visto através de provérbios portugueses*. Lisboa, 248 p. (Dissertação de Mestrado.Univ. Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências e Sociais e Humanas. Departamento de Sociologia) (Policopiado).

SIMÕES, Alzira Maria de Jesus, 1991. *Subsídios para o estudo da matança do porco em Portugal: o corpo e o porco*. Lisboa, (Trabalho de Licenciatura em Antropologia da FCSH da UNL, Seminário de Investigação, 1990/91, 142 p. + Anexos [123p.]). (Policopiado).

* Department of Anthropology, Binghamton University, P.O.Box 6000, Binghamton, NY 13902-6000, USA. E-mail: bb08194@binghamton.edu

** Coordenador do Serviço de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra, Rua Antero de Quental, 195, 3000 Coimbra. E-mail: ilidiobp@ci.uc.pt

[1] A freguesia de S. Martinho de Lagares fica situada no extremo sudoeste do concelho de Penafiel, distando 17 Km da sede de concelho. Com uma área de cerca de doze quilómetros quadrados, a freguesia é formada por 14 lugares.

[2] Não nos cabe aqui discutir o conceito de "tradição", o seu relacionamento, dentro da etnografia tradicional portuguesa, com a ideologia e política cultural do Estado Novo, e que ainda se mantém vigente não só em alguns trabalhos de cariz etnográfico, mas também nos movimentos regionais e locais de protecção do património cultural que se tem sentido nos últimos anos. "Tradição" tem sido associada essencialmente à ideia romântica de um passado rural, suspenso num vácuo temporal, imutável, transformando-se somente devido à invasão tecnológica das últimas décadas.

[3] Foi usado um pseudónimo.

[4] Rojões.

[5] Existem outras variantes, como por exemplo, "A *Santo António que nos guarde todos os nossos bichinhos, Padre Nosso ...*".

[6] Imagem de madeira policromada, provavelmente do século XVIII; altura 32 cm. O porco preto (porco Ibérico) começou a mudar a partir de meados do séc. XIX, devido ao cruzamento com os animais de tipo "berkshire" (de cor rosa) (Brito, 1858: 101). A Quinta da Aveleda, em Penafiel, especializou-se na criação de leitões de raça inglesa, "Large White Yorkshire", que difundiu pela região.

[7] Apanha.

[8] Unto regido.

[9] A história da Sra. Glória não aparece como nos foi contada pela nossa informante. O facto de termos utilizado uma forma de entrevista não-estruturada resultou num discurso com alguns problemas de sequência. Assim, o texto que aqui apresentamos resulta de uma reordenação dos tópicos discutidos durante a entrevista. Escolhemos uma sequência temporal, começando pelo relato da juventude da nossa informante. O discurso manteve-se o mais possível do relato original, contudo por vezes sentiu-se a necessidade de fazer alguns arranjos, de modo a conferir unidade e lógica ao pensamento.

[10] Uma quarta de milho corresponde a 1/4 de um alqueire. Um alqueire de milho equivale aproximadamente a 15 kgs.

[11] Deixa de comer.

[12] Uma arroba é igual a 15 kg.

[13] Entre o chadeiro e o rodeiro.

[14] Colocava-se atrás do pescoço do porco.

[15] Passar entre as costelas.

[16] Restos de linho que eram conseguidos aquando da espadelagem.

[17] Primeira camada da pele do porco.

[18] Cabeça (maxilar inferior).

[19] Osso que faz a ligação entre a bacia e as pernas.

[20] Duas roldanas e corda.

[21] Coluna vertebral.

[22] Banha de porco derretida.

[23] Adega.

Fig. 1 - St° António, em que o menino está com um porco no colo. Igreja Paroquial de Stª Marinha de Figueira (Penafiel).

Fig. 2 - Matança do Porco em S. Martinho de Lagares (Penafiel), 1997.

NOVOS CONTRIBUTOS SOBRE O FORUM DE TONGOBRIGA

Lino Augusto Tavares DIAS *

Ao longo dos anos, o Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida passou várias vezes pela Área Arqueológica de Freixo, espaço onde temos vindo a exumar as ruínas da cidade romana de Tongobriga. Com ele ali discuti algumas das suas muitas ideias e perspectivas com que sempre enriquecia uma conversa sobre um sítio arqueológico, tanto mais que em Agosto de 1980, quando iniciei as escavações, já o local tinha sido por si visitado.

Em 1997 publicamos um trabalho monográfico sobre a cidade romana de *Tongobriga* (DIAS, 1997), no qual se apresentavam alguns resultados da investigação que ali temos vindo a desenvolver desde 1980.

Aí incluímos um capítulo dedicado ao forum, espaço que se salienta nesta cidade, considerado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na sua última passagem pelo local, como "espantoso".

Entretanto as escavações arquelógicas continuaram e podemos agora acrescentar alguns novos contributos para um melhor conhecimento desta estrutura arquitectónica que marca urbanisticamente *Tongobriga*, uma cidade cujo apogeu apontamos para meados do séc. II dC.

Parece-nos oportuno recordar que o conceito de *forum* pode ser visto segundo duas perspectivas: como espaço arquitectónico ou como espaço para uma função pública. Estas duas perspectivas, na generalidade dos casos, são inseparáveis, porque também o são (BALIL, 1987, 143-4) os conceitos de mercado e governo, comércio e política local. Por estas razões, o projecto arquitectónico tem em consideração o espaço de *forum* como centro cívico e centro mercantil. Embora o *forum* fosse o sítio mais frequentado da cidade, ia-se aí mesmo quando não havia nenhuma razão especial ou particular, que não fosse encontrar pessoas, passar o tempo, saber novidades, acompanhar o pulsar da cidade.

Ao construirem em *Tongobriga* o conjunto de monumentos com funções próprias na cidade, fizeram-no desenvolvendo uma simbiose perfeita entre as normas da arquitectura e da engenharia e a habilidade e até originalidade dos construtores, com o intuito único de adaptar os esquemas tradicionais às especificidades do sítio, às condições naturais da região, à paisagem.

Como noutras novas cidades das províncias (MARTIN, 1978, 7-21) também em *Tongobriga* a associação templo/praça/basílica, conjunto por vezes denominado "*forum*-bloco" (BALTY, 1993,28) poderá ter funcionado como "imagem de marca" e terá servido como forma de prestígio e de implantação das tradições romanas, já que, apesar de todas as alterações e adaptações que os *fora* possam ter sofrido ao longo do tempo e nas diversas regiões do Império para as quais a engenharia e a arquitectura romana encontrou distintas soluções, a sua condição de espaço privilegiado no tecido urbano permaneceu inalterável (CHEVALIER,1978, 27-32).

Quando projectaram o *forum* como grande praça pública de *Tongobriga*, arquitectos e engenheiros depararam certamente com algumas dificuldades, a maior das quais foi, com certeza, arranjar espaço para o implantar. Não era, no entanto, uma dificuldade para que não estivessem preparados. São bom exemplo disso, entre outros, os casos dos *fora* de Bilbilis (BUENO, 1972;1987,100-1), Munigua (HAUSCHILD, 1968,263), Tarraco (HAUSCHILD, 1974;1983; AQUILUE y DUPRE, 1986), Saguntum (LABORDE, 1811; SIMANCAS, 1929; ARANEGUI, 1987) em que foram encontradas soluções técnicas que permitiram ultrapassar as condicionantes naturais dos sítios.

Para construirem em *Tongobriga* um *forum* que respeitasse as normas vitruvianas, em que a largura deveria corresponder a dois terços do comprimento, era necessário encontrar espaço.

Atendendo às condicionantes morfológicas e geológicas, o *forum* foi projectado para um espaço algo periférico dos núcleos habitacionais.

Em contrapartida, este *forum* foi localizado de modo a ser atravessado pelo *cardo*, sendo passagem obrigatória para quem entrasse na cidade. Para os que se deslocavam dentro desta, entravam no *forum* pelo Norte, perpendicularmente ao seu eixo maior. Estavam então perante um espaço de cerca de 10.000m^2. Em frente o utente via uma plataforma com muros em aparelho poligonal, com 140 metros de comprimento e 9 metros de largura, porticada com colunas espaçadas 4,40m (15 pés), apoiadas em alicerces de *opus quadratum*. Estas colunas e, certamente, uma estrutura em madeira, suportavam a cobertura, provavelmente de duas águas. Encontramos, encaixados no pavimento compactado, o que julgamos ser os suportes em pedra das traves verticais que formavam uma fiada no centro da plataforma e paralela às colunas. Parte do muro desta plataforma Sul do *forum*, entre o espaço das 8ª e 9ª colunas, foi construído em *opus vittatum*, embora de menor qualidade que o usado, por exemplo, nos muros das termas.

Embora desconheçamos a planta e funcionalidade deste espaço situado entre aquelas colunas, existiam ali uns elementos decorativos que o salientavam.

Para quem entrava no forum de Tongobriga encontrava à sua direita (Oeste), um *podium* e o templo. Ao centro a praça com 90m de comprimento por 60m de largura. À esquerda (Este), provavelmente a "basílica". Para construirem esta plataforma e o muro que limita o *forum* do lado Sul, nivelaram o afloramento granítico, aprumaram-no e abriram uma pequena vala de fundação. Construiram a face visível do muro e preencheram o espaço, entre a pedra e o afloramento, com cascalho e terra. Ficava, assim, o muro perfeitamente contrafortado e com a espessura de 0,70m.

O acesso ao pórtico, onde provavelmente estariam espaços comerciais, fazia-se por 3 escadarias, situadas no centro e nos topos Este e Oeste.

Apesar das reduzidas evidências arqueológicas que provem que as estruturas arqueológicas escavadas sejam de uma basílica, julgamos que esta limitaria o *forum* no lado Este e estava-lhe ligado por uma passagem de 15 pés de largura marcada certamente por colunas[1]. Esta abertura servia de eixo de simetria do *forum*, pelo que era um elemento importante na definição visual da praça.

A possibilidade de terem existido porticados com 7 metro de largura que fechariam o forum dos lados nascente e poente, embora nos pareça possível, não tem ainda suficiente evidência arqueológica.

À plataforma elevada a Sul, coberta com telhado, correspondia, a Norte, um muro que limitava o espaço da praça. Paralela a este muro existia uma rua[2] com 7,05m de largura e que terminava no topo Este por uma escadaria em pedra[3] com a mesma largura da rua, que dava acesso às termas.

Este longo muro foi construido com cuidado, em aparelho poligonal, o que mostra bem o rigor do projecto e a qualidade da mão-de-obra que trabalhava a pedra. É, no entanto, um tipo de aparelho vulgar nas construções castrejas da região.

Acompanhando a zona do alicerce, cavado no granito, existia um rego de secção em U, com 0,40m de profundidade e 0,33m de largura, por onde correria água. Na sua face exterior um rebordo talhado no afloramento permitia "encostar" o pavimento.

Para quem entrava no *forum* e subia ao longo da rua, pavimentada com camadas de saibro sobrepostas e compactadas, encontrava a meio do percurso, à sua esquerda, uma ábside. No limite da curvatura desta ábside, com o diâmetro de 4,75m, os talhes no granito a Este e a Oeste permitem reconstituir parcialmente as bases das colunas que suportavam a cobertura em telha, integrando-se na linha do muro Norte deste *forum*.

A utilização da ábside com fins de glorificação é um dos temas mais correntes da arquitectura civil e religiosa desde o início do Império (THÉBERT, 1989, 320)[4] e, em *Tongobriga*, abrigava uma ara com inscrição nas quatro faces e turíbulo em prata, dedicada *aos deuses protectores da povoação, onde se fariam sacrifícios e ofertas com ritual* incensório, comprovadas pela quantidade de cinzas ali recolhidas.

A água corria no rego cavado no granito que acompanhava o alicerce visível da ábside, permitindo associar a esta, a água e a ara.

A esta ábside que marcava visual e volumetricamente aquele espaço a Norte, correspondia na plataforma Sul, entre o 8º e 9º espaço entre-colunas, uma estrutura provavelmente rectangular com muro em *opus vittatum*. Aqui, recolhemos elementos decorativos em granito que mostram o cuidado específico que houve naquele espaço[5].

Uma outra ábside, análoga nas dimensões e no tipo de construção, marca a simetria da metade sul do *forum*, comprovando o rigor de desenho do projecto daquele espaço central da cidade.

Em *Tongobriga* o edifício que identificámos como eventual basílica, ou como espaço comercial, situava-se num dos lados menores do *forum* e, seguindo princípios vitruvianos, naquele que tinha maior exposição solar.

Apesar do arrasamento a que foi sujeito este terreno pelos trabalhos agrícolas, os elementos de alicerce que recolhemos permitem apontar a probabilidade da basílica ter sido um espaço de 36,25m de comprimento e 26 de largura. Interiormente teria nave central com 18 metros de largura e duas laterais de cerca de 6m. Era, no entanto, um edifício de planta irregular e que chegamos a comparar com a planta de um edifício identificado em *Clunia* como basílica, depois como *domus* e mais recentemente como *macellum* (PALOL, 1990, 50 e 53). Apesar de não ser inédito na edificação romana, já que registamos casos similares[6], a implantação da basílica numa cota ligeiramente superior à da praça não era habitual e, em *Tongobriga*, poderá justificar-se pela necessidade de equilibrar as volumetrias da basílica e das termas.

Em contrapartida, a fachada Oeste da basílica era marcada pela larga entrada que impunha o eixo de simetria do *forum*. A fachada virada a Nascente era servida por uma rua com traçado paralelo ao *cardo*. O acesso deste espaço à rua, quer ele tivesse uso comercial quer servisse como basílica, era feito por uma passagem/porta com 0,90m de largura, salvaguardada certamente por um pórtico[7] com 3m de largura.

No lado oposto à basílica, sobre o eixo de simetria, encontravam um espaço religioso. Todo o espaço em que se encontravam as ruínas das construções religiosas foi usado para produção de milho, sistematicamente lavrado até 1981. Muitas pedras foram sendo retiradas e, porque bem talhadas, foram sendo reaproveitadas noutras construções do Freixo.

Em 1977, também um *podium* foi desmontado pelo lavrador, com recurso a maquinaria. Muitos elementos desapareceram mas algumas das grandes pedras permaneceram na borda do campo. Os elementos por nós recuperados desde 1980 permitem-nos reconstituir um *podium* com uma base de 5x4 metros e, ainda, o tipo de base e o coroamento. Identificámos também uma cascalheira que cobre um espaço de cerca de 850m2, bem delimitado, que identificámos como alicerce do eventual templo. As colunas caneladas[8] e capiteis jónicos[9] por nós recolhidos em *Tongobriga*, embora sem contexto estratigráfico, poderão ser atribuídos a este conjunto de construções religiosas.

Através de escavação arqueológica foi possível detectar a primitiva implantação do grande *podium* desmontado pelo lavrador em 1977. A localização deste *podium* poderia pressupor um equilibrio de construções com base na simetria da praça, o que facilitava a existência de um segundo *podium* e, até, de outra construção que fechasse o extremo Poente. Até ao momento não foi possível recolher qualquer informação que confirme esta hipótese.

A existência de algumas valas regularmente abertas no afloramento granítico, paralelas entre si e perpendiculares ao traçado da rua do lado Norte da praça, para as quais não se encontrava justificação, levou-nos também a considerar a hipótese de ali ter existido qualquer estrutura em madeira que funcionasse como proto-*forum*, a exemplo doutros locais na Gália (DUMASY, 1988, 154-5). No entanto não temos elementos suficientes que alicercem a possibilidade dessas estruturas serem anteriores ao *forum* construído no séc. II. A escavação do lado Norte do *forum* confirmou a existência dessas valas abertas regularmente, ao longo de toda a rua. Poderia tratar-se de alicerces de estruturas que foram retiradas ao longo dos séculos, por prejudicarem os trabalhos agrícolas. Poderiam constituir um conjunto de lojas junto da rua? Julgo que nunca saberemos, tal o estado da ruína.

O mesmo estado de ruína provocado pelos trabalhos agrícolas impediu que retirássemos conclusões das escavações que fizemos no extremo Nascente da praça. A amplitude desse espaço permitiria que existisse um largo pórtico ou mesmo um edifício ligado ao edifício "oval" e aberto para a praça. no entanto, as evidências arqueológicas não permitem apontar nenhuma conclusão.

O grande espaço de praça (90x60m) estava equipado com dois grandes drenos, com cerca de 2 metros de largura e 1,5m de profundidade, que o cortavam ao comprimento, no sentido Este/Oeste e, ainda hoje, evitam o alagamento do terreno.

Em *Tongobriga* estamos perante um tipo de *forum* que, surgido em Itália no séc I a.C., foi divulgado no tempo de Augusto e dos imperadores júlio-claudianos (GURT, 1972, 915-24), correspondendo a uma tendência para alguma uniformização das estruturas. Apesar desta tendência, não poderá falar-se de *forum* típico (BALTY, 1993, 21), já que as características próprias dos diversos locais em que eram construídos obrigaram a que fossem pensados novos e originais projectos, embora sem perder de vista o modelo base de funcionalidade dos *fora*.

Alguns exemplos em que um dos eixos urbanos, *cardo ou decumanus maximus*, cruzam o *forum*/praça perpendicularmente ao seu eixo maior, são os *Fora* de *Clunia*, Burgos (PALOL, 1987, 153); Avanches (PAUNIER, 1992, 53); Augst, *Augusta Raurica* (PAUNIER, 1992, 39-40); *Virunum*, Austria (PERKINS,1970); *Velleia*, Modena; *Lugdunum Convenarum*, Saint-Bertrand-de-Comminges; *Herdonia*, Ordona; *Augusta Bagienorum*, Benevagienna; *Glanum*, Saint-Rémy-de-Provence; Martigny (PAUNIER, 1992, 56-9). Também o *forum* construído no séc II em Óstia, tem estrutura similar.

Em *Tongobriga*, estamos perante um *forum* com funções bipolares e, durante o séc II d.C., concentrar-se-iam ali os centros económico, político e religioso.

A importância do *forum* na construção de novas cidades, como *Tongobriga*, poderá, justificar-se pela importância que os Romanos davam às estratégias com que, através de medidas políticas, administrativas e económicas, procuravam controlar o território. Este controle era desenvolvido a partir de um centro cujo aspecto mais visível era o *forum*.

No caso de *Tongobriga*, e atendendo à cronologia que aponta um final do séc I d. C. e um início do séc. II pujante, haverá também que perguntar até que ponto o centro teve um papel reestruturante no território envolvente?

Embora não possamos fazer a associação simples entre capital de município e *forum*, a sua construção implícava certamente uma vontade política a que não era alheio o desejo de alcançar estatuto.

Apesar da vastidão do *forum* de *Tongobriga*, o número de referências para análise cronológica é reduzido, já que muita pedra foi retirada para construções de casas e muros, limitando os vestígios escavados aos alicerces. A amplitude do espaço facilitou também os trabalhos agrícolas e ali ainda se produzia milho quando, em 1980, iniciámos a investigação.

Embora um dos muros que limitava o lado Este do *forum* tenha sido construido numa fase flaviana, contemporânea das Termas, as observações estratigráficas permitem-nos afirmar que o projecto que conhecemos do *forum*, como conjunto arquitectónico, só foi construído em meados do séc. II (> 118 d. C.), provavelmente no tempo do Imperador Adriano. Depois, só no Séc. IV (> 336 d. C.) registamos uma remodelação nos pavimentos.

Em contrapartida, os muros do edifício, que apontamos como eventual basílica, foram construídos numa fase posterior às Termas e, provavelmente, acompanharam a fase de construção do *forum*, no 2º quartel do séc. II.

A investigação continua e, certamente, novos elementos e o aprofundamento do estudo poderá melhorar o conhecimento deste sítio arqueológico.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA:

AQUILUE, X.; DUPRE, X (1986) Reflexions entorn de Tarraco en Época Tardo-Republicana, *Forum*, 1, Barcelona.

ARANEGUI, C.; HERNÁNDEZ y PIÑOL, M. L. (1987) El Foro de Saguntum: La planta arquitectónica, *Los Foros Romanos de las Provincias Occidentales*, Madrid, 73 – 97.

BALIL, ALBERTO (1987) *Forum y fora en el noroeste peninsular, in Los Foros Romanos de las Provincias Occidentalles*, Madrid, 143 – 6.

BALTY, JEAN (1993) Le Centre Civique des Villes Romaines et ses Espaces Politiques et Administratifs, *Pre-Actas Congresso La Ciudad en el Mundo Romano*, 1, Tarragona, 21-32.

BUENO, M. MARTIN (1972) Notas sobre a urbanística de Bilis, *Estudios*, I, Zaragoza.

CHAVALIER, R. (1978) Le Forum dans la Mentalité Collective Romaine, L'espace - temps de la Cité, *Forum et Plaza Mayor dans le Monde Hispanique*, Paris, 27-32.

DIAS, LINO TAVARES (1997) *Tongobriga*, Lisboa.

DUMASY, FRANÇOISE (1988) Les Villes de la Gaulle Romaine au Haut-Empire, in *La Ville Neuve une Ideé de L'antiquité?*, 1, Paris.

GROS, PIERRE (1982) Le Forum de la Haute Ville Dans la Canthape Romaine D'áprés les textes et L' Archeologie, *Comptes Rendus Académie des Inscriptions E Belles Lettres*, Julho -Outubro, Paris, 636 -58.

GURT, J. M. (1972) Agora e Forum, *Mefra*, 84, Paris, 915 - 24.

HAUSCHILD, THEODOR (1968) Munigua - Die doppelgeschossige Halle und die Adikula in Forumgebiet, *Madrider Mitteilungen*, 9, Madrid, 263-88.

HAUSCHILD, THEODOR (1974) Romische Konstruktionen auf der Obren Stadtterrasse des Antiken Tarraco, *Archivo Español de Arqueologia*, 45-47, Madrid, 3-44.

HAUSCHILD, THEODOR (1983) *Arquitectura Romana de Tarragona*, Tarragona.

LABORDE, A. (1811) *Voyage Pitoresque et L'Espagne*, Paris (reed. 1975, Barcelona).

MARTIN, R (1978) Agora et Forum: ancetres de la Plaza Mayor?, *in Forum et Plaza Mayor*, Paris, 7 - 21.

PALOL, PEDRO (1987) El Foro Romano de Clunia, in *Los Foros Romanos de las Provincias Occidentales*, Madrid 153 - 63.

PALOL, PEDRO (1990) Los Edifícios de Culto en la Ciudad de Clunia, *Anas*, 2 - 3, Mérida, 37 - 56.

PALOL, PEDRO (1991) Clunia, Cabeça de Um Convento Jurídico de la Clunia Hispania citerior o Tarraconense, *Clunia O, História de Burgos*, I, *Edad Antigua*, Burgos, 357 –74.

PELLETIER, A.; DARDAINE, S.; SILLIERES, P (1987) Le Forum de Belo: Decouvertes recentes, in *Los Foros Romanos de las Provincias Occidentales*, Madrid, 165 - 72.

PAUNIER, DANIEL (1992) Les Villes Romaines de Suisse au II ème Siècle de Notre ère, *Die Romische Stadt im 2. Jahrhundert N. Chr.*, Colónia, 33 - 61.

PERKINS, J. B. WARD (1970) *Forum republic to Empire, Reflexions on the Early Provincial Architecture of Roman West*, J. R. S.

SIMANCAS, M. GONZALEZ (1929) Escavaciones en Sagunto, Mjsea 1923, 1927 y 1933; Sagunto, *Actas IV Congresso Internacional de Arqueologia*, Barcelona.

THÉBERT, YVON (1989) Vida Privada e Arquitectura Doméstica na África Romana, *História da Vida Privada*, I, Porto, 301 - 97.

Escola Profissional de Arqueologia do Freixo.

[1]Há alguma semelhança na planta deste edifício com uma construção de planta rectangular que termina com um grande semicírculo marcado por uma porta central, datado do período flaviano, situado junto do *forum* de Clunia (PALOL, 1991,288). Esse edifício em Clunia, para o qual o autor diz não encontrar paralelos, é identificado como possível *domus*, *macellum*, pretório ou termas.

[2]Durante a escavação chegamos a pôr a hipótese de estarmos perante um espaço porticado, paralelo ao lado Sul. A falta de evidências arqueológicas que mostrassem pontos de apoio de prumos de madeira ou colunata em pedra no pavimento, e o facto de só termos recolhido telha na zona da ábside, levou-nos a apresentar a interpretação daquele espaço como rua.

[3]Encontramos semelhanças com as escadarias do Forum de Belo (Bolonia, província de Cádis) (PELLETIER *et alii*,1987,165-72).

[4]No *forum* severiano de Cuicul, África (THÉBERT 1989,347) há uma ábside com o diâmetro de cerca de 10metros, também numa zona central de um dos lados do forum. O mesmo acontece no forum de Óstia construído no séc II.

[5]Podemos ver aqui uma semelhança com o *forum* de Clunia, em que num dos lados do forum, em posição semelhante, foi identificado um templo (PALOL, 1976 -reed. 1991, 294).

[6]Byrsa-Cartago (GROS,1982,636-48) cuja basílica foi construída no 3° quartel do séc II d.C.

[7]Existe uma canalização paralela e encostada à parede exterior, a qual é revestida com *opus signinum*, material pouco resistente para estar ao ar livre.

[8]Fuste canelado com 0,59m(2 pés) de diâmetro.

[9]Idênticos a alguns recolhidos nas termas de S. Pedro do Sul e em Idanha-a-Velha.

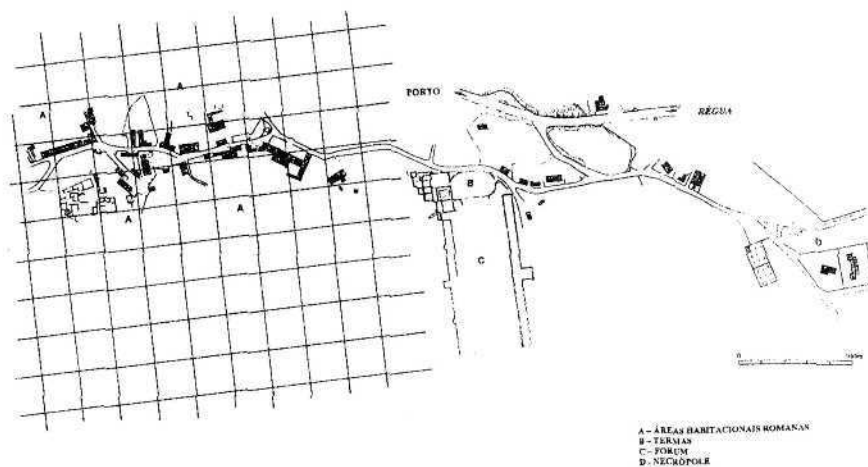



Fig. 1 - Localização do *Forum* relativamente ao conjunto de estruturas já identificadas da cidade.

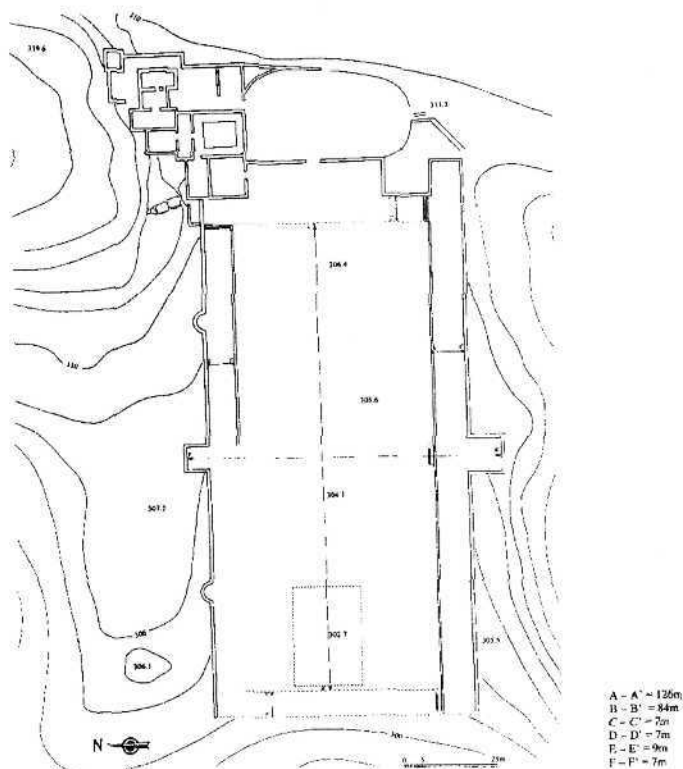



Fig. 2 - Implantação do *Forum*.

A CONSTRUÇÃO DA CASA PROFESSA DA COMPANHIA DE JESUS EM GOA

Pedro DIAS *

A Companhia de Jesus foi a ordem religiosa que mais institutos fundou em toda a Ásia, e, particularmente, na Índia, em Goa e Baçaim, onde teve um colégio além de um seminário e três igrejas, em Taná, Chaúl, Bandorá, Cochim, Coulão, só para citar alguns dos importantes colégios, além de cerca de centena e meia de igrejas que vigariava. Em Goa, capital do Estado Português da Índia, assento de Vice-Reis e Governadores, fundou diversas casas, das quais apenas se conservam a Casa Professa do Bom Jesus e a pequenina Capela de São Francisco Xavier que ficava integrada na cerca do Colégio de São Paulo Velho, também conhecido por São Paulo dos Arcos. Deste subsiste o portal axial da igreja privativa, destruída como a maioria das que enobreciam a *Roma do Oriente*.

É a algumas questões relacionadas com a cronologia e o projecto da Casa Professa do Bom Jesus que dedicamos este breve estudo, já que julgamos poder identificar o autor do plano da Casa, bem como alguns dos principais mestres que aí trabalharam, nomeadamente, o autor da frontaria da igreja. Mas vejamos, antes, como decorreu a instalação da Companhia de Jesus na cidade.

Em 1541 o Padre Diogo de Borba e o Padre Miguel Vaz instituiram em Goa a Confraria da Santa Fé, sediada na igreja de Nossa Senhora da Luz, à qual aderiram muitos fidalgos e gente grada, passando, depois, a deter também um colégio, a que foram doadas algumas das rendas dos pagodes que entretanto foram sendo destruídos e desapossados dos bens que tinham nas ilhas vizinhas. Nasceram assim o Colégio de São Paulo dos Arcos e o Seminário da Santa Fé. No dia 10 de Novembro de 1541 deu-se inicio à sua construção, na rua da Carreira dos Cavalos, sobre as fundações de um templo hindu que tinha sido destruído, sendo a igreja dedicada à Conversão de São Paulo. O culto foi solenemente iniciado a 25 de Janeiro de 1543 [1].

Na armada que levou Martim Afonso de Sousa para a Índia, que largou do Tejo a 7 de Abril, foi o Padre Francisco Xavier - o Apóstolo do Oriente, depois beatificado e canonizado - que teve companheiros de viagem o Padre Paulo Camerte, um italiano, e o Padre Francisco Mansilha, um português. O futuro da Companhia de Jesus no Oriente estava traçado, já que São Francisco Xavier levava consigo quatro *Breves* de Paulo III, datados já de 1540, nos quais o Pontífice o elevava à categoria de seu Núncio e da Sé Apostólica, em todas as terras descobertas ou a descobrir para além do Cabo da Boa Esperança [2].

O Padre Francisco Xavier escolheu o Hospital Real, também conhecido como Hospital da Misericórdia, para sua residência, mas após a viagem que terminou em em 1544, foi para o Colégio de São Paulo, a pedido do Padre Borba. Morto este em 1548, o Colégio foi formalmente entregue aos jesuítas. Pouco depois, o primitivo edifício foi destruído e em sua substituição construiram-se outros dois, posto que ligados fisicamente, o já referido Seminário da Santa Fé e o Colégio de São Paulo, este destinado apenas a residência dos padres da Companhia de Jesus.

Nada resta do edifício do Colégio de São Paulo Novo ou de São Roque que foi um dos mais formidáveis de quantos se fizeram em Goa. A sua origem remonta a 1578, quando

os jesuítas decidiram comprar uns terrenos que tinham pertencido ao famoso Capitão de Malaca Pêro de Faria, situado junto à igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde desejavam fazer uma residência para convalescentes. Concluído o edifício em 1585, foi transformado em Casa Professa, passando a Noviciado com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, quando o Bom Jesus ficou pronto. Em 1610, os responsáveis pela Companhia transferiram os Estudos para o novo edifício, ou uma ala dele, deixando as instalações que tinham em São Paulo dos Arcos.

São Roque tinha enormes dimensões, quatro andares, uma notável biblioteca e também uma tipografia. Expulsos os jesuítas, instalou-se aí o Hospital Real e depois um Regimento, sendo totalmente destruído em 1830 e a pedra utilizada para fazer o novo quartel de Pangim [3].

O facto de acolher o corpo de São Francisco Xavier poupou a Casa Professa do Bom Jesus de Goa dos atentados e da inevitável destruição que as restantes instalações da Companhia de Jesus conheceram.

O início da construção deste complexo de edifícios remonta ao ano de 1585. O litígio com a Misericórdia e com os padres de São Francisco obrigou a fazer apenas umas casas modestas e a usar como primeira capela uma velha residência de dois padeiros. Os franciscanos tudo fizeram para que a Companhia não ocupasse o lugar que ficava fronteiro ao seu Mosteiro e que, em sua opinião, lhes tiraria a primazia que essa situação representava, e chegaram até a propor ao Rei que aí ficasse um convento de monjas clarissas. A sua intriga foi tal que Filipe II pediu ao Vice-Rei que tomasse pessoalmente conta do caso e que não o incomodassem mais com a questão, pois já estava farto de tanta queixa.

A nova construção ficou a dever-se, fundamentalmente, ao desejo do Visitador, o Padre Alessandro Valignano, que queria valorizar a posição dos jesuítas na Índia e, desde logo, em Goa, aumentando o número de edifícios que aí possuiam, possibilitando um maior número de seguidores. Por razões que ignoramos, talvez pelas verbas envolvidas, também os responsáveis da Companhia, em Roma, se mostraram relutantes em aceder aos desejos do enérgico Visitador que levou a iniciativa por diante.

O Senado de Goa aprovou a transferência da Casa Professa, em 20 de Dezembro de 1585, sendo seguido pelo Arcebispo e pelo Vice-Rei, nos dias subsequentes, abrindo assim o caminho ao início das obras [4]. A 12 de Janeiro de 1586, para lá passaram os primeiros padres da Companhia, mas as obras continuaram, sempre com o propósito de ampliação das instalações que, nesta primeira fase, ficaram praticamente concluídas em 1589 [5].

Sabemos que o primeiro responsável pelas obras da Casa Professa do Bom Jesus foi o Padre Domingos Fernandes, que partiu de Lisboa para Goa a 24 de Março de 1578, com o grupo que viajou nas naus São Jorge, São Luis e Bom Jesus [6].

Também Júlio Simão aqui teve responsabilidades. Era natural da Índia e veio à Europa em data que tem de se colocar entre 1590 e 1596, anos em que está documentado em Goa. Do Reino partiu para a Índia, a 10 de Abril de 1596, viajando na armada que levava o novo Vice-Rei D. Francisco da Gama, devendo substituir João Baptista Cairato. O alvará da sua nomeação é de 30 de Março e o seu vencimento de duzentos cruzados por ano. A ele ficaram se a dever algumas das mais importantes obras de fortificação do final do século XVI e do início do século seguinte, e também muito da Sé Catedral de Goa e do Palácio da *Inquisição*, sabendo-se que ainda estava vivo em 1625. Numa carta escrita a 2 de Dezembro deste ano, o Vice-Rei queixava-se ao Monarca ibérico de que Júlio Simão estava muito velho e que não havia ninguém suficientemente capaz, na Índia, para o substituir, pese

embora que um filho seu se deslocava por ele às obras, mas era ainda muito jovem e inexperiente [7].

Outro construtor que teve importante acção na construção da Casa Professa foi Giovanni de Manolis, também designado por Ioannes de *Manolis*, *Manoli* ou *João Manuel*. Nasceu na região da Venécia, por volta de 1542, e ingressou na Companhia de Jesus em 1577. Em 1580 já estava em Portugal, donde partiu para a Índia, em 1583, aí morrendo quatro anos volvidos. A sua principal ocupação mecânica era a carpintaria, sobretudo a carpintaria naval - *faber lignarius* - mas era também perito noutras artes manuais, "...*Bonum ingenium ad aliqua artefacta*...", como atestam os documentos coevos [8]. Esta informação é coroborada pelo texto do memorial enviado pelo Padre Martins, em Novembro de 1588, onde diz o seguinte: "...*Como a fabrica da casa professa vai por diante e* N. *Senhor a vai favorecendo com suas esmolas, por ser esta huma das boas fabricas que tem a companhia e muito bem traçada, e o anno passado nos levou* N. *Senhor pera ssi hum irmão venezeano, chamado* João Manuel, *que entendia alguma coisa da fabrica, ao menos bastantemente pera nos fazer fortificar a igreja, se laa houvesse algum* Irmão *que entendesse de fabrica, parece que faria algum serviço a* N. *Senhor nisto*.". A resposta foi desoladora para o Padre Martins, pois Cláudio Aquaviva disse que os melhores mestres que a Companhia de Jesus tinha morrido, pelo que ele teria de procurar na Índia um substituto [9].

Ainda assim, no *Catálogo* dos padres e irmãos da Companhia do ano de 1596, constam três nomes de jesuítas ocupados com estas obras: o irmão coadjutor Luis Castanho, natural de Goa, que tomava conta dos pedreiros e demais trabalhadores: o irmão Francisco Domingues, apelidado como o anterior de "... *homem entendido em obras*...", e Diogo Ferrão que tomava conta da pedreira donde se tiravam os materiais para o Bom Jesus [10].

A pergunta mais importante é a de quem foi o autor da traça da Casa Professa. O plano geral ficou a dever-se ao próprio Alessandro Valignano, como ele mesmo afirmou. Sabemos que nasceu em Chieti, perto de Nápoles, a 20 de Novembro de 1529, vindo a falecer na cidade do Santo Nome de Deus de Macau, a 20 de Janeiro de 1606. Cursou Direito, em Pádua, e depois de alguns anos de vida atribulada entrou para a Companhia, em 1566, em Roma, pela mão do próprio Francisco de Borja. Foi sacerdote em São João de Latrão, responsável pelo Colégio de Macerata, mas, em 1572, o Padre Mercuriano confiou-lhe o cargo de Visitador das missões jesuíticas do Oriente. A caminho da Ásia, passou por Lisboa, onde conheceu o Rei D. Sebastião e o Cardeal D. Henrique, futuro Rei, e aí se lhe juntou um grupo de quarenta e dois religiosos que o acompanhou até Goa. Ficou quatro anos na Índia, visitando as diversas casas da Companhia, indo depois para Macau, onde ficou dez meses. A seguir, o seu destino foi o Japão, onde já estava em Julho de 1579. Foi ele quem, mais tarde, imaginaria a embaixada dos legados dos daimios japoneses à Corte Portuguesa e a Roma, cuja importância é bem conhecida. Não mais deixou de viajar pela Ásia, estando documentada a sua permanência, mais ou menos longa, novamente em Meaco, Malaca, Macau, Goa, etc.

Senhor de uma sólida formação, habituado a organizar tudo até ao mais ínfimo pormenor, Alessandro Valigniano dominava também as artes da construção, pois além da traça do Bom Jesus de Goa foi o responsável por algumas outras edificações. Uma das obras que dirigiu, pelo menos em parte, foi a do Colégio da Companhia de Jesus de Baçaim. Em 1575, estava por acabar um lanço dos quartos de dormir bem como a igreja, considerada tão boa e tão grande como a do Espírito Santo de Évora [11]. Só com a visita de Valignano é que as obras tomaram o rumo definitivo, acrescentando-se mais de dois metros de altura e pedindo o concurso do mestre de fortificação que então aí estava a trabalhar. O templo

ficou então coberto de madeira, nunca vindo a receber abobadamento na nave, tudo por sua iniciativa [12].

Outra empreitada de que Alessandro Valignano se encarregou pessoalmente foi a do Colégio de Malaca. A construção definitiva foi planeada por ele, quando esteve na cidade, em 1577. Ficara desolado com o estado do Colégio, com a pequenez e modéstia das instalações, pelo que decidiu deitar tudo abaixo e fazer, desde os fundamentos, uma nova igreja e uma nova zona habitacional. Nos oito meses em que esteve em Malaca deu tal aviamento às obras que quando partiu estava quase tudo concluído [13].

O Padre Valignano deu informações sobre esta residência na carta que escreveu em 1579: o Colégio tinha sido acabado no ano anterior e ficara com um corredor com dez aposentos, além das outras dependências indispensáveis, no qual viviam entre seis a oito padres e funcionava uma escola para meninos. Ao lado, estava a igreja, de pedra e cal, muito formosa e capaz, embora ainda não estivesse acabada, pois faltava metade da sacristia e da torre junto da capela-mor [14].

Voltemos um pouco atrás, para ver como tudo se passou. Em 25 de Dezembro de 1585, o Povincial da Companhia de Jesus disse ao Geral Padre Acquaviva que a traça, como ele poderia ver, era magnífica e grande, pois como não era coisa que se fizesse num dia, e já que se traçava, seria conveniente que desde logo se fizesse como devia ser, posto que só se acabasse muitos anos depois, pois a Companhia de Jesus haveria de durar para sempre e, a pouco e pouco, a obra se iria fazendo. Bastava, segundo ele, que se construísse um lanço e que uma igreja provisória ficasse a ocupar o lugar das casas então existentes, o que permitiria que os trabalhos continuassem, até ao fim. Acrescentava ainda que a Casa Professa se devia começar pelo claustro ou pátio [15].

A *traça* a que o Padre Alessandro Valignano alude conserva-se na Biblioteca Nacional de Paris e é constituída por três plantas de trinta e três centímetros por trinta e seis, quarenta e cinco e quarenta e cinco, respectivamente, com legendas e comentários em castelhano [16]. Em Janeiro de 1586, o Padre Alessandro Valignano escrevia: "...*Esta traça yo mismo la hize, empero tomando mucha lus con el inginiero que* Sua M. *mandó el ano passado aqui, que es um milanés que sabe mucho, mas, porque él en ninguna manera la pudo hazer por estar ocupado en muchas obras de su officio y no estar de asiento aqui: me valí de una trasa que él me dio de un grande y solene edificio, do lo qual tomado lo que parecia a nuestro prepósito, e encurtando y estrechando y mudando lo que me pareció, saqué esta traça*..." [17]; o Engenheiro que ele refere era o italiano ao serviço da Coroa Portuguesa João Baptista Cairato.Viajava seguramente com os mais comuns tratados de arquitectura do tempo, quer os gerais, como os de Serlio ou Vignola ou mesmo qualquer edição mais antiga de Vitrúvio, quer com outros específicos de fortificação. Havia também já nesse tempo diversos albuns de gravuras representando os mais notáveis edifícios clássicos, do novo ou do antigo classicismo, obras que Alessandro Valignano pode ter consultado ou mesmo que possuía, pois como Visitador tinha de providenciar as obras de restauro, recuperação ou construção desde os fundamentos, dos edifícios da Companhia de Jesus. João Baptista Cairato estava havia muito pouco tempo na Índia, e os livros técnicos da sua bagagem eram seguramente os mais actualizados. Ficou em Goa e nas praças do Oriente até 1596 [18].

Os responsáveis pela Companhia de Jesus controlavam habitualmente as grandes empresas nas missões, mandando as plantas e os desenhos para as obras. Isto também aconteceu em relação ao Bom Jesus, mas a planta enviada de Roma não foi seguida. Valignano informou o Geral Cláudio Acquaviva, a 20 de Novembro de 1587, que recebera e vira a planta que ele lhe mandava, revista pelo arquitecto da Companhia, que sabemos

era o Padre Giovanni de Rosis [19], e que além de estar mais bem feita do que a que ele enviara de Goa, e mesmo o edifício ser maior, não pode ser seguida, pois Giovanno de Rosis não tivera em conta nem o espaço disponível naquele local da cidade nem os ventos dominantes, questão muito importante naquela região do globo [20]. Alessandro Valignano tinha mandado um primeiro projecto para Roma, levado em mãos pelo Padre Nuno Rodrigues, em 1583 [21], mas na ida e na volta tinha-se perdido tempo demais.

Mas, as notícias acerca dos trabalhos da igreja do Bom Jesus são abundantes na documentação dos arquivos jesuíticos. No de Roma, há uma carta escrita pelo Padre Nicolau Pimenta, Visitador da Casa Professa, enviada para Roma e datada de Junho de 1597 [22]. Nela se diz que na visita ficaram estabelecidas as seguintes ordens: "...*A fabrica da igreja se prosiga com toda a diligencia, porem sem desistir della se acabe de cercar a horta, e se forre o corredor alto de sima: e será o forro d'esteira, que, por ser o corredor alto e ficarem com isso cubertos os tirantes, e se poder fazer mais em breve e com menos gasto, parece mais a proposito.*

O frontespício da igreja seja polla traça que se assentou na consulta que tivemos em São Paulo, *de que tem assento o* Irmão *mestre de obras, mudando somente que seja o frontespício todo de pedra do norte, tirando os dois pilares dos cantos, que serão de pedra da terra pola correspondencia que fica tendo toda a obra da igreja em roda que nelles se remata.* E *o forro será de berço e a obra dos artezões e molduras a mais grossa que puder ser pera que avulte; e não se pintará de figuras, mas somente se dourará quanto abrangem as esmolas. Se contudo daqui atté que se comesse a forrar se achar madeira tam comprida que baste pera sustentar forro desteira, deste modo se deve forrar e com a obra dos artezões assima dita, porque este foi na primeira consulta o mais aprovado, e o segundo por se desconfiar de achar a dita madeira...*".

A primeira e mais importante das conclusões é que não havia um plano de pormenor único e coerente, e mesmo os desenhos do tempo, como vimos em relação às plantas dos três andares, eram vagos, deixando margem aos mestres que intervinham, no local. A fachada só foi definida após o avanço dos muros laterais e o seu desenho, parece-nos claro, ficou a dever-se ao irmão Domingos Fernandes, aliás, denominado *traçador*, no *Catálogo* dos residentes do ano de 1594 [23]. É claro que os responsáveis pela Companhia, em Goa, e o Visitador tinham a última palavra, mas não nos parece que qualquer deles, neste momento, fosse um verdadeiro tracista. Não é aceitável igualmente, e dadas as suas características formais, que o desenho da frontaria tivesse sido mandado de Roma, Lisboa ou Madrid. Outro dado interessante é que a pedra vinha de Taná, mais a norte, onde os jesuítas tinham uma residência, na qual estava Diogo Ferrão a comandar as pedreiras.

Pela carta anual de 1598, vê-se que andavam a prestar serviço permanente na obra do Bom Jesus cerca de setenta trabalhadores e que se tinha acabado de cobrir uma das capelas do cruzeiro, estando previsto para breve o fecho da abóbada da capela-mor. A madeira para o forro da nave tinha sido encomendada e a cobertura dos quartos do piso superior estava feita [24].

O edifício de três pisos ficou com os corpos comunicantes em ângulo recto, em volta de um pátio, onde se incluíam as normais dependências de uma casa deste tipo. Sabemos que foi vítima de dois incêndios, um em 1663 e outro em 1781, mas as reconstruções parecem ter respeitado o essencial da traça quinhentista.

A igreja da Casa Professa foi começada em 24 de Novembro de 1594 [25], à custa dos legados do Capitão de Ormuz e Cochim D. Jerónimo de Mascarenhas, sendo sagrada por D. Frei Aleixo de Meneses, em Maio de 1605. Do início desta obra dá conta a carta anual enviada de Goa, em Novembro de 1595, pelo Padre Francisco Cabral que diz que a igreja que até então funcionava era precária e que a nova iria ficar com quarenta e quatro metros de comprimento por dezoito metros de largura, aproximadamente.

O novo edifício causava alguma estranhesa na Europa, como antes dissemos, e o Padre Rudolfo Aquaviva, nas instruções para o Visitador da India Oriental, pedia que este visse o que se passava, pois eram muitas as reclamações que ouvira acerca do luxo excessivo da dita Casa Professa do Bom Jesus [26].

A fachada ficou com três pisos bem marcados por cornijas, coroando-a um frontão quadrangular terminado por um corpo mais pequeno triangular, onde avulta um enorme emblema da Companhia de Jesus. A ligação aos corpos laterais, já que também são três no sentido horizontal, faz-se por aletas com segmentos de vieiras invertidas, mas com pouca profundidade. O piso térreo tem três grandes portas divididas pelas pilastras que se sobrepõem, a partir das cornijas corridas. O vão axial tem um portal de desenho erudito, muito semelhante ao do Colégio de São Paulo, com dupla coluna de fuste estriado sobre pedestal de cada lado e bem desenhado entablamento recto, uma clara influência de um desenho de Sebastião Serlio [27]. As portas laterais são mais simples, mas sobre o vão rectangular ficou um amplo espaço ocupado por uma cartela muito decorativa com as armas da Companhia. O segundo registo da fachada é também compartimentado pelo complexo sistema de pilastras, tendo sido dado grande desenvolvimento às molduras. Finalmente, no terceiro piso, há apenas óculos redondos englobados em campos de cantaria quadrangulares com excelentes enrolamentos de tradição maneirista flamenga. Dá um bom efeito a diferença entre a pedra aparelhada e o material mais modesto das paredes, o tijolo inicialmente revestido de argamassa e caiado de branco, como ainda se vê em fotografias do século passado.

A fachada lateral que fica livre possui três poderosos arcos botantes que seguram a estrutura pesada. É vincada por pilastras que acompanham no interior as janelas e a sua divisão em tramos. Nota-se a preocupação com a iluminação, que se faz por frestas no segundo registo e por óculos no superior. Um gradeamento de pedra coroa todo o topo das paredes, sendo de assinalar a pronunciada saliência da capela do transepto que denuncia a forma de cruz latina da igreja. Esta tem uma só nave e mede cerca de cinquenta e oito metros de comprimento por dezassete metros de largura, elevendo-se a cobertura do corpo a dezoito metros e meio. No transepto, abrem-se duas capelas: à esquerda a do Santíssimo Sacramento, e, à direita, a já referida de São Francisco Xavier. Lateralmente ao arco cruzeiro há dois altares de talha barroca: o de São Miguel e o de Nossa Senhora da Esperança. Logo após a entrada, e no flanco direito, fica o pequeno arco capella da invocação de Santo António e, em frente, outro dedicado a São Francisco Xavier. Ainda na nave, avulta um monumental púlpito em madeira entalhada e dourada. Não podemos deixar de discordar da ideia de Mário Tavares Chicó que aproxima esta igreja da do Espírito Santo de Évora [28], pois aqui faltam as capelas laterais dos flancos, as varandas superiores comunicantes, os arcos-capelas laterais ao arco cruzeiro e o nartex coberto, já para não falar na questão das proporções. Se a algum outro templo o seu arquitecto foi colher a inspiração não foi ao eborense.

A capela-mor segue o mesmo tipo de estutura da nave, com planta rectangular, mas com o eixo perpendicular pouco maior do que o transversal. O abobadamento tem a forma de um meio canhão com cartelas.

O arco-cruzeiro é completamente revestido por talhas do primeiro barroco, onde se incluem os dois já referidos altares, além de cinco tábuas pintadas, na zona superior. O alçado interior do corpo é elegante, com janelas de tradição serliana, na zona baixa, de vão rectangular e frontão triangular, com varandas no segundo, com o corpo ligeiramente saliente, e os tais óculos redondos no andar superior.

A cobertura já não é a original e é suportada por uma estrutura de ferro fundido. Sobre a entrada, e ocupando os dois primeiros tramos, foi lançado um coro alto. Era a pintura do tecto da igreja que mais chamava a atenção, dedicando-lhe Jean-Baptiste Tavernier palavras elogiosas [29]. Já antes, o viajante e aventureiro francês François Pyrard de Laval louvara a magnificência do templo, dizendo que era todo dourado por dentro, mas que ainda não estava acabado, trabalhando-se afincadamente com esse fim, o que ocorreu pouco depois, como veremos. Conserva-se num dos muitos manuscritos sobre Goa existentes na Biblioteca do Vaticano uma descrição pormenorizada das pinturas, mas que não é relevante para a questão da construção em que nos centramos agora [30].

A capela de São Francisco Xavier, onde se expõe o seu sumptuoso túmulo, foi concluída em 1659, posto que tenha sido enriquecida nas épocas seguintes. Aqui está a magnífica caixa de prata feita por artistas goeses, onde repousa o cadáver do Apóstolo do Oriente, e o monumento em que esta assenta, oferecido pelo Grão-Duque da Toscana Cosimo III Medice e executado pelo escultor florentino Giovanni Battista Foggini, por volta de 1697, e montado, no local, por Plácido Francesco Ramponi, especialmente enviado à Índia para o efeito, onde chegou a 13 de Setembro do ano de 1698 [31].

A estrutura desta capela é excepcional, pois abre-se para os quatro lados através de grandes portais; um para o transepto, outros dois para a zona da ante-sacristia e, finalmente outro para o claustro. Também há acesso à sua vista desde o alto, através de varandas, uma das quais fica junto à passagem para o coro. As paredes estão todas forradas com talha dourada, onde se incluiram quadros alusivos à vida de São Francisco Xavier, uns de origem italiana e outros fruto da mão de pintores locais.

Outra dependência importante pela sua valia arquitectónica e por ter grandes dimensões é a sacristia. Se é verdade que desconhecemos o nome do autor da traça, sabemos a cronologia da sua construção, bem como a quem se ficou a dever cada um dos seus ornamentos. A sacristia velha começou a ser destruída em 2 de Fevereiro de 1652, iniciando-se os alicerces da nova a 29 do mesmo mês [32], fazendo-se tudo à custa de um cidadão de nome Baltasar Viegas. Em Janeiro do ano seguinte já se estava a fechada a abóbada.

Ao mesmo doador devem-se os arcázes grandes que, a 14 de Janeiro de 1659, data da sua morte, ainda não estavam concluídos, o que fez o Padre Gonçalo Martins. É nesta data que temos de colocar também a feitura dos grandes armários dos cálices e outras alfaias que ficam lateralmente ao arco de entrada da capelinha de topo da sacristia. As pinturas dos espaldares dos ditos arcázes foram mandados fazer em Cochim, por ordem do Padre Martins, com trezentos xerafins que para isso lhe deu D. Francisco de Lima.

A estrutura da sacristia é igual à de uma igreja, com cerca de vinte e cinco metros de comprimento e completamente abobadada. Possui uma capela no topo, de planta quadrangular e com um retábulo dedicado ao Calvário, onde avulta um impressionante Cristo Crucificado. O frontal é de azulejos de tapete de fabrico lisboeta, de meados do século XVII e foi composto com elementos retirados das ruínas da igreja dos agostinhos. Têm a mesma origem os outros da parede fundeira.

O corpo é marcado por pilastras da ordem toscana simplificada que definem o espaço para arcos capelas pouco profundos, cujas mais perto da porta são inutilizados, na sua parte baixa, pelos fantásticos arcázes. A abóbada é uma das mais belas de Goa, com um excelente trabalho de estuque que disfarça as linhas de força dos segmentos de calotes que constituem cada tramo; grandes óculos permitem a entrada abundante de luz.

Por estes mesmos anos das décadas de cinquenta e de sessenta, foram realizadas muitas obras importantes, segundo consta da *Lembrança de quando se começou a Sancristia Nova do Bom Jesus* que temos vindo a seguir. Foi o caso da ante-sacristia, da escada que daí parte para o andar superior, da Via Sacra e sobretudo da Capela de São Francisco Xavier. Foi uma vez mais o diligente Padre Gonçalo Martins quem dirigiu os trabalhos, mas não sabemos o nome do arquitecto. A transladação do corpo do Santo realizou-se a 24 de Abril de 1659, o que nos permite concluir que a obra estava acabada.

O pátio da Casa Professa é de uma monumentalidade raramente excedida e fruto de um desenho extremamente erudito. Tem dois andares, é todo de cantaria, de uma grande pureza de linhas dentro da ordem toscana. Um entablamento corrido separa os dois pisos, cujos vãos são ligados por pilares cruciformes, juntando-se uma elegante balaustrada ou parapeito. As naves são amplas, largas e altas e no andar de cima comunicam com a zona habitacional, dormitórios, etc.

A Casa Professa do Bom Jesus de Goa continuou a ter obras, quase continuamente, algumas que respeitaram o edifício inicial, outras que o obliteraram, mas pode reconstituir-se, no essencial, o que era, nos seus tempos áureos, os da conclusão da capela de São Francisco Xavier.

Se é verdade que os documentos de que nos socorremos estão já quase todos em letra de forma, não o é menos que parece terem passado despercebidos aos historiadores da arte, quer portugueses quer estrangeiros, pelo que tomámos a iniciativa de os lembrar, para atribuir tantas obras tidas por anónimas aos seus verdadeiros responsáveis.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

[1] M. J. Gabriel de Saldanha, *História da Goa. Política e Arqueológica*, Nova Goa, 1925, vol. I, p. 46 e segs.; e *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, edição de António da Silva Rego, Lisboa, 1949-1958, vol. III, pp. 3-12.

[2] Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1915, tomo III, parte I, p. 762 e segs.

[3] M. J. Gabriel de Saldanha, *História da Goa. Política e Arqueológica*, p. 62.

[4] *Documenta Indica*, edição de Joseph Wicky, Roma/Lisboa, 1948-1988, vol. XIV, p. 123.

[5] M. J. Gabriel de Saldanha, *História da Goa. Política e Arqueológica*, vol. I, p. 62 e seg.

[6] Padre Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1978, Parte II, p. 128; Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Dicccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou ao Serviço de Portugal*, Lisboa, 1899-1922, vol. I, p. 328.

[7] AN/TT - Documentos Remetidos da Índia, Livro 22, fl. 78 vº.

[8] *Documenta Indica*, vol. XII, p. 13*; vol. XIII, p. 608; vol. XIV, p. 903.

[9] *Documenta Indica*, vol. XV, p. 50.

[10] *Documenta Indica*, vol. XVI, p. 423; e vol. XVIII, p. 777.

11 *Documenta Indica*, vol. X, p. 20.

12 *Documenta Indica*, vol. X, p. 1001.

13 *Documenta Indica*, vol. X, p. 997.

14 *Documentação...*, vol. XII, p. 515.

15 *Documenta Indica*, vol. XIV, p. 206.

16 Biblioteca Nacional de Paris. Des. orig; Hd-4a, 100; Hd-4a, 99; Hd-4a, 98.

17 *Documenta Indica*, vol. XIV, pp. 293-294.

18 Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental*, vol. I, pp. 154-157.

19 Pirri-Di Rosa, "Il P. Giovanni de Rosis (1538-1610) e il sviluppo dell'edilizia gesuitica", *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, 1974, nº 44.

20 *Documenta Indica*, vol. XIV, p. 705.

21 *Documenta Indica*, vol. XIII, p. 426.

22 *Documenta Indica*, vol. XVIII, pp. 808-810.

23 *Documenta Indica*, vol. XVI, p. 934.

24 *Documenta Indica*, vol. XVIII, p. 877.

25 *Documenta Indica*, vol. XVII, p. 367.

26 *Documenta Indica*, vol. XVII, p. 245.

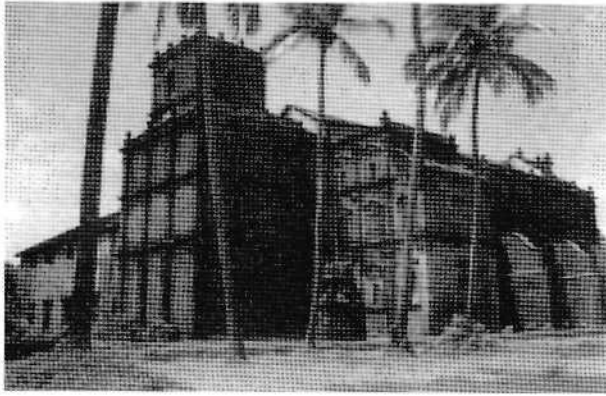
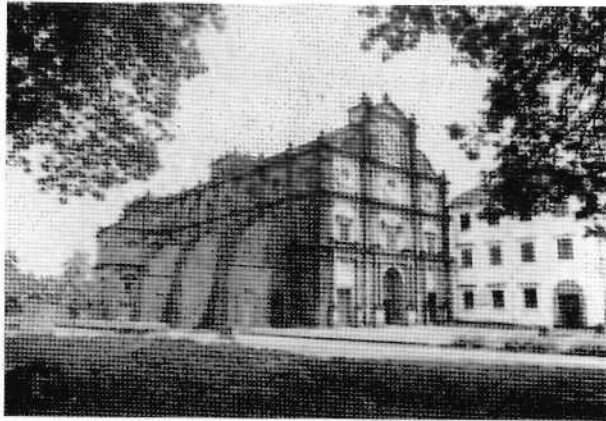
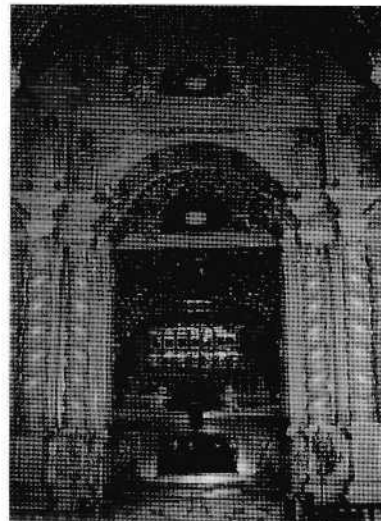
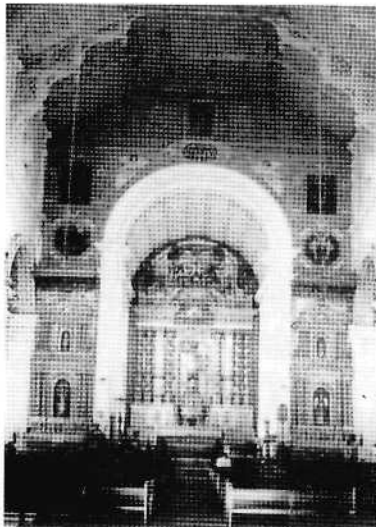
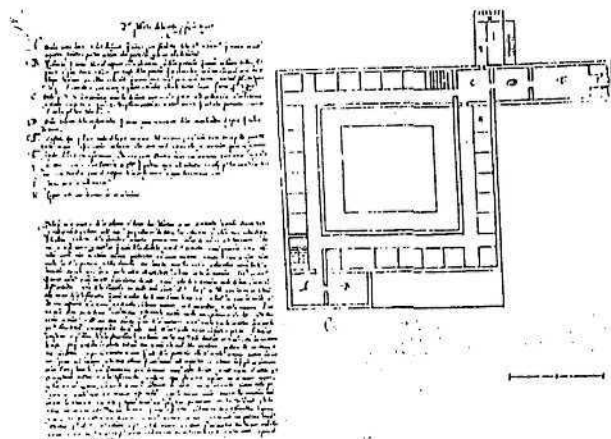
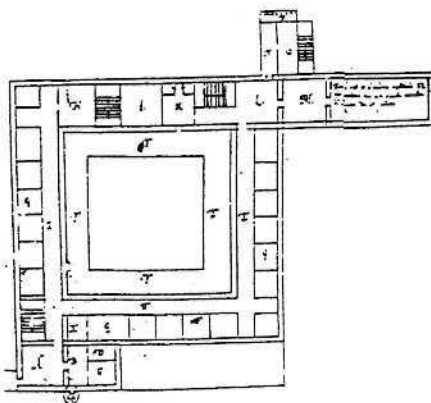
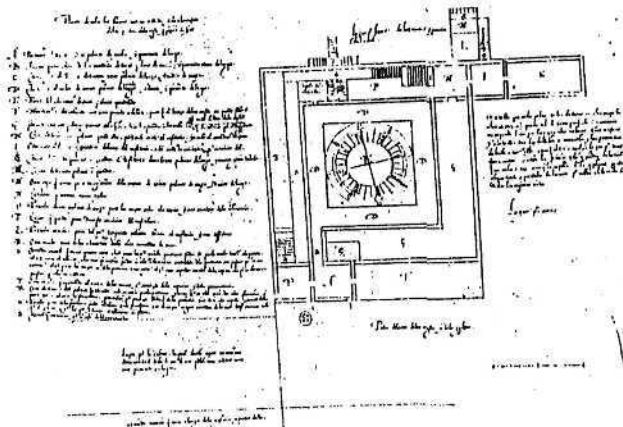
27 Carlos de Azevedo, *Arte Cristã na Índia Portuguesa*, Lisboa, 1959, p. 33.

28 Mário Tavares Chicó, "Algumas observações acerca da arquitectura da Companhia de Jesus no Distrito de Goa", *Garcia de Orta*, nº especial, Lisboa, 1956, pp. 267-268.

29 Jean-Baptiste Tavernier, *Travels in India*, 2ª ed. de William Crooke, New Dehli, (1ª ed. 1676) 1977, vol. I, p. 159.

30 Roma. Arquivo do Vaticano, Goa 35.I, Goana Historia, 1612-1624, Carta Anual de 1612-1624, 3ª via, fls. 549-549 vº.

31 Carlos de Azevedo, "Um artista italiano em Goa. Plácido Francesco Ramponi e o túmulo de S. Francisco Xavier", *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956, pp. 277-317.

32 Panduronga Pissurlencar, "O Túmulo, o Caixão e o Bastão de S. Francisco Xavier", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Bastorá, 1935, p. 76 e segs.

1 - Bom Jesus de Goa. a) Frontaria da igreja. b) Corpo da capela-mor e exterior da Sacristia.

2 - Interior da igreja do Bom Jesus e capela de São Francisco Xavier.

3 - Plantas dos três pisos da Casa Professa de Bom Jesus de Goa, 1586 (Paris, Bilbioteca Nacional)

SARILHOS NO CAMPO

Luís Miguel DUARTE *

1. Crimes do campo e crimes da cidade?

Haveria, no Antigo Regime, uma criminalidade especificamente rural? Nenhum dos autores que vêm estudando esta temática se refere, nestes termos, aos padrões de criminalidade, embora alguns se debrucem preferentemente sobre o crime numa região rural. E se a cidade, como forma ecológica de organização, pouco entrou nos campos portugueses, estes penetraram em profundidade nos aglomerados urbanos ou nunca de lá saíram completamente, pelo que esta dicotomia vale o que vale.

Ainda assim, podemos falar de uma *delinquência rural* e, mais ainda, de uma *conflitualidade* típica dos campos, isto é, do mundo em que vivem nove de cada dez homens do período medieval. Na primeira incluiremos roubos e fogo posto; na segunda, todas as rixas cujas motivações decorrem expressamente da vida no campo e que descambam em insultos, agressões, homicídios e, por vezes, verdadeiras batalhas campais.

2. Fontes e problemas

Basear-me-ei essencialmente em *cartas de perdão* outorgadas pelo rei[1]. Sabe-se que a gente do campo se dá mal com as justiças de fora e sempre preferiu a mediação interna, conduzida por um ou mais vizinhos antigos e respeitados, pelo senhor da terra e, especialmente, pelo padre da paróquia[2]. Também por isso temos poucas fontes e a representatividade das que temos é problemática; o presente estudo não pode aspirar a qualquer tipo de quantificação.

Para não se resumir a uma colecção de anedotas, a análise dos casos tem que se cruzar com outras dimensões da vida no campo: a estrutura demográfica; a conjuntura económica (com a pergunta clássica: há mais roubos em períodos de crise alimentar?, que o senso comum nos sugere mas que, até hoje, a investigação tem negado); e, por fim, os locais, os valores, as crenças e as práticas estruturantes das sociedades camponesas, as três tutelas que ora a protegem ora a espartilham e sufocam: o poder real, o domínio senhorial e o enquadramento paroquial[3]. Só num esforço de integração de todas as fortíssimas pressões, materiais e humanas, que pesam sobre as comunidades camponesas, de todas as ameaças externas, representadas pelos avanços da administração central e urbana, pelas modernizações tecnológicas, por qualquer viandante de aspecto suspeito ou pela cultura da batata, e, correlativamente, das manifestações de renovada vitalidade através da qual essas comunidades procuram resistir[4], podemos situar, em todas as suas complexidade e riqueza, as histórias das *cartas de perdão*: a colmeia destruída, a rixa por causa da junta de bois ou da agressão à honra familiar.

3. A 'guerra do verde'

Diria que as duas principais fontes de conflitos são o património simbólico familiar e a salvaguarda dos terrenos de cultivo, sobretudo dos estragos causados por animais. Começo por aqui.

Podem ser episódios pontuais da eterna oposição entre pastores e lavradores, que se sentia em particular no Alentejo. Como este: pelo ano de 1456, o lavrador André Martins e a esposa, moradores em Vila Boim, apresentaram querela aos juízes do lugar e aos de Elvas contra alguns homens, entre os quais Fernando Afonso, filho de um *ovelheiro*. Diziam que "porquanto lhes nom queria leixar meter seus gaados na terra em que lavrava se ajuntarom em asuumada com armas e de noute aas desoras se foram a os buscar ao monte honde estavam pera os aver de matar ou desonrrar e querendo entrar com o dicto Andre Martinz e sua molher per força que elle com hua lança lhes defemdera a porta e que fora tam grande o arroido dos botes das lanças e das pedras que a dicta Maria Paez querellosa ouvera tam grande medo e tomara tam grande espanto em o dicto arroido que quebrara loguo della sangue porque andava prenhe e movera o que no ventre trazia nom sabendo se era macho se femea porque ainda nom bulia"[5].

Muitas vezes é menos do que isso: tão só os bois de um vizinho, também ele agricultor, deixados sem vigilância, invadiram e causaram estragos na terra do vizinho do lado. Um conflito *inter pares*, portanto.

Para lá da guarda que cada um deve montar aos seus bens móveis e imóveis, o cumprimento das regras, escritas ou tácitas, de bom relacionamento no campo está cometido aos juízes e jurados locais e aos *rendeiros do verde*. Estes últimos são muitas vezes acusados de *erros no ofício*: quase sempre a realização indevida de *avenças com as partes*. Interpretar uma acusação destas exige cautela, porque pode tratar-se de corrupção pura[6], ou de um modo ancestral de conseguir compromissos, resolvendo a bem pequenos diferendos e evitando uma escalada litigiosa que não interessava aos camponeses medievos; a justiça régia veria crime onde a comunidade apenas constatava bom senso. As *posturas do verde*, que estes oficiais têm a missão de fazer cumprir, procuram manter hortas, campos cultivados e vinhas a salvo de gado muar, de porcos, de cães, de cavalos - e dos homens. Proíbe-se que, no meio dos vinhedos, indivíduos ou grupos cacem a cavalo, acendam fogueiras e se entreguem a jogos mais ou menos lícitos ou a desenfadamentos amorosos. Ou roubem uvas, fruta, esparto.

Sempre que se fala na vida na aldeia evocam-se os mesmos centros de sociabilidade: a igreja, a taberna, a fonte, o lavadouro... Creio que, embora com uma forte carga negativa, o *curral do concelho* ocupa um lugar importante: é para lá que são arrastados os animais encontrados a causar dano em terra alheia, pelos proprietários lesados ou por algum dos oficiais referidos. Aí aguardarão que o dono os venha resgatar, pagando a coima devida e indemnizando a vítima dos estragos ou, se tal não acontecer, que o carniceiro os transforme em carne para o açougue. Não têm conta os conflitos, muitos deles com desenlace violento, no curral do concelho ou no caminho para lá. Exemplos:

Pero Gaveiro foi preso pelo juiz da Vidigueira por ter arrombado o curral do concelho para recuperar "uma sua besta" que estava lá dentro[7]. Mem Gonçalves, de Pinhel, não tinha sorte com os rocins: um deles foi apanhado a causar estragos num terreno de Lourenço Porta, tendo sido entregue pelo lesado aos almotacés da terra; passados dois anos, outro rocim foi preso por Álvaro Afonso quando lhe danificava uma terra de pão[8]. João Vasques "o Moço" apunhalou numa perna o jurado da sua aldeia[9] que pretendia tomar-lhe um penhor por ter achado os seus porcos a causar danos em terras alheias[10]. João Afonso foi acusado pelo escudeiro Diogo Gil, *"juiz dos dapnos"* em Beja, de o ter ferido numa perna e ter recuperado os bois que o magistrado conduzia ao curral do concelho[11].

Um conflito mais sério teve lugar em Coimbra, opondo dois homens do alcaide da cidade a quatro homens do Mosteiro de Santa Cruz. Conhecemos a versão dos últimos.

versão, como se esperaria, de uma surpreendente candura. Dois dias antes, alguns bois pertencentes ao mosteiro haviam sido apanhados, presumo que causando dano, conduzidos ao curral do concelho e maltratados: "porque avia dous dias que os dictos boys foram çarrados no dito currall por serem magros e trabalhados muito do tempo e por o mau trazimento que lhes deram em os trazer morreram dous dos milhores e huum fora loguo hi esfolado e outro fora e nunca os quiseram dar senam que lhe dessem penhor de prata que passase de marco e lhe fora posta por ello hua escudella de prata que pesava dez honças e temendo que retevessem os dictos boys no dicto currall como ante fezeram os quaees se retheudos foram aquella nouyte seguinte morreram todos ou a maior parte delles chegaram honde os ditos boyes viinham ja dentro na dicta cidade viindo os dictos dous homeens com elles e lhes disseram que leixassem estar os boyes e se alguum dapno fezeram que o moesteiro ho pagaria e que ala tiinham o dicto penhor de prata per onde se pagaria dapno se o fezeram." A história prossegue no mesmo registo consensual: os dois homens do alcaide devolveram os bois sem necessidade de mais palavras, "escandallos" ou "forças". Já com os animais a bom recato, no mosteiro, "sobrevieram vereadores e tabeliães, fazendo alguns requerimentos". Quais e porquê? O documento é habilmente omisso. E assim se separaram todos. Até que alguém foi dizer aos homens de Santa Cruz que se arriscavam a castigo por terem tirado os bois aos homens do alcaide, o que eles muito estranhavam, "pois com maa temçam lhos nom tirarom nem por fazerem força nem emjuria mais por temerem que fallecessem os ditos bois ou a maior parte delles". Evidentemente.

Foi um conflito sério, envolvendo o poderoso cenóbio de Santa Cruz (através de um escrivão, um vedor e dois homens de pé do prior) e a cidade de Coimbra, representada por vereadores, tabeliães a mando destes, e os homens do alcaide, presumindo-se o acordo, pelo menos, do próprio alcaide[12]. O número de bois era por certo significativo; e tudo indicia tratar-se de um diferendo sobre terras de pasto e não de um descuido de um pastor. É interessante a acusação de que as autoridades deram "maao trazimento" aos animais confiscados, e traziam-nos "magros e trabalhados"[13]. Anote-se, por fim, a escudela de prata que pesava dez onças para cobrir a exigência de penhor de mais de um marco de prata[14].

Em povoações pequenas, o juiz faz de rendeiro do verde e não são raras as queixas de abuso da autoridade[15]. Na aldeia do Tojal, no termo da Sertã, teve lugar um conflito que sintetiza todas estas tensões. O ferreiro Fernando Eanes malquistou-se com Lopo Galego e com um amigo deste, Gonçalo Nunes, "que diziam que era galego e de fora do Reino"; de um lado e de outro houve ameaças. Quando o ferreiro andava a varejar um castanheiro[16], apareceram os seus inimigos: Lopo Galego, na sua qualidade de *rendeiro do verde*, e Gonçalo Nunes, *porteiro*, "o qual nom era seu jurado nem lhe era dado lugar per o Concelho pera encoymar". Os objectivos pareciam claros: "elles buscarom maneira pera o matarem e o colherem a sua vontade". Então confiscaram um asno do pai do ferreiro e meteram-no em uma corte de gado, pretextando que haviam encontrado o animal a comer castanhas. Suspeito comportamento: a corte não era curral do Concelho e, por outro lado, sempre segundo o ferreiro[17], "*nem o custume da dicta terra nom era levar besta ao currall como sabiam cuja era* salvo requerer a coyma a seu dono". Irritada e expedita, uma irmã do ferreiro foi à corte e recuperou o asno, disposta a pagar a coima se o animal tivesse incorrido nela. Interpôs-se Gonçalo Nunes, retomando posse do desgraçado asno; a moça começou a chorar e a "bradar". O ferreiro desceu à pressa do castanheiro para ver o que se passava; foi encontrar o presumido galego "emburilhado com a moça, e com medo dele por ele o ter ameaçado, tomou uma espada e um dardo[18] e rogou ao outro que lhe leixasse o asno porque queria pagar a coima", em penhor ou em dinheiro, à escolha do porteiro. Os dois galegos lançaram também mão

de suas armas, uma espada e uma lança, e feriram o nosso homem num braço. Este respondeu com a espada, causando a Gonçalo Nunes duas feridas fatais. Não teria escapado à morte "se o Deus nom ajudara". Deus era, sem dúvida, uma valiosa testemunha de defesa[19].

A história pode ser contada do lado da autoridade: Gonçalo Eanes, de Mirandela, jurado em Rio Torto (terra de Chaves), encontrou uns bois de João Branco a causar prejuízos, levou-os "por coimas de danos", "como jurado que era". Quando seguia tranquilo e desarmado, com um saco de farinha ao pescoço e uma foice, o dono dos bois tirou-lhos à força e agrediu-o. Em auto-defesa, o jurado feriu o agressor com a foice, vindo este a falecer[20].

As famílias não estão a salvo das discórdias causadas por animais: Gonçalo Rodrigues, morador no termo de Vila Real[21], encontrou um dia a destruir-lhe um seu campo de pão um rocim pertencente ao seu irmão, Lopo. Mal acabou de meter o rocim no curral, o irmão foi interpelá-lo a casa, "como homem muyto soberbo que era". Soberbo - e previdente, já que se apresentou "levando hua espada à cinta e huum punhall e hum dardo e huum casco de galceiras na cabeça". Seguiu-se uma azeda troca de palavras, a chegada de um cunhado "pera os estremar e apartar", e uma luta violenta que acabou com um ferido numa ilharga e às portas da morte, outro aleijado numa mão, de uma estocada, e o terceiro morto de uma estocada numa perna, com uma espada[22].

Má fé e dolo existiram, seguramente, nos que violaram colmeias que não lhes pertenciam: há quem roube mel, há quem leve as colmeias inteiras, mas o verbo mais frequente nas acusações é *escorchar*, isto é, despojar da *corcha* (da casca, da cortiça)[23]. Algumas pessoas que visivelmente não simpatizavam com ele, lamenta-se ao rei João Afonso, de Montemor, acusaram-no de que "elle escorchara certas collmeas a huum Per'Estevez, escollar em direito canonico, a Simam Gonçallvez, tabeliam, e a Catarina Fernandez, e Alvaro Piriz ortellãao e a Diego Eanes Bollinhos", tudo gente da terra[24].

Gostaria de saber algo mais sobre os costumes de Moura: o juiz da vila mandara o alcaide, com o tabelião Vicente Rodrigues, "por derredor da villa a apanhar quantas colmeas achassem e que as trouvessem a praça", *como era costume*. Então chegou à praça Afonso Gomes Carvalhedo, "e sob a trazida dellas [colmeias] ouvera com elles razõoes e que o doestara [ao tabelião] de maas palavras e lhe dera hua punhada no rosto de que lhe fizera hum inchaço"[25].

4. Os donos da terra

Todos os estudos monográficos de história rural medieva, portuguesa ou não, consagram uma parte substancial aos conflitos em torno da posse da terra. Tais conflitos têm quase sempre, como um dos protagonistas, um grande proprietário (pessoa ou instituição). As *cartas de perdão*, diversamente, trazem-nos enfrentamentos pontuais de gente miúda pela posse de uma leira ou uma herdade. Por vezes adivinhamos problemas desse tipo por trás de comportamentos sem grande sentido: o escudeiro Pedro Teixeira, criado do Bispo de Évora, foi preso na cadeia da correição da Beira devido a uma queixa de João Afonso do Souto[26], segundo o qual aquele lhe teria infligido feridas "abertas e sangoentas", "e o forçara de algumas suas erdades arrancando lhe parte de suas vinhas e cortando lhe muitas árvores de fruto"; fizera o mesmo a vários caseiros e lavradores dele próprio. Ou a história está mal contada ou o escudeiro era um psicopata; ora os psicopatas não pediam perdão ao rei; perfila-se claramente, a meu ver, um conflito pela posse ou exploração de terras[27]. Conflito evidente na narrativa do lavrador João Afonso Menaxo, de Alvito. Estava a trabalhar numa sua herdade, no termo da vila, quando chegou o alcaide, acompanhado de um outro homem, e lhe disse, da parte dos juízes locais, que saísse imediatamente da herdade sob pena de ter que pagar uma multa de 500 reais para a remissão dos cativos. Receando a

multa, acompanhou o alcaide perante os juízes "e lhes disera porque ho mandavam tirar de sua herdade pois que era sua e avia quinze anos que a pesuira e se algua pessoa demandar quisesse que o citasse e demandasse peramte elles." A declaração não convenceu os juízes, "que o apenarom em a dita pena"[28].

5. O Vinho

Por causa deste produto geram-se conflitos normais e comuns a outros bens do campo ou da cidade: quem o faz ou o tem para vender encara mal a inspecção do *rendeiro das sisas*. Pelo menos foi o que aconteceu com Afonso Rodrigues, de Arraiolos. O escudeiro Pedro Eanes, lá morador, queixou-se que sendo rendeiro das sisas da vila "e hindo lhe veer huum pouco de vinho com outro seu parceiro elle se alevantara em arroido com elle em o quall arroido lhe dera hua estocada com hua espada pellos lonbos da quall fora em maao ponto."[29].

Confesso que esperaria encontrar com regularidade desentendidos com os relegueiros; esses conflitos estão documentados a um nível colectivo[30], mas não figuram, tanto quanto sei, em *cartas de perdão*. A tentação é forte de, contrariando as regras elementares da investigação histórica, apostar que tais incidentes existiram, que camponeses ou lavradores à beira de um ataque de nervos, com o vinho a estragar-se nas pipas sem o poderem vender, à espera de que o rei ou o senhor escoassem as respectivas produções, tiveram de certeza ácidos desentendimentos com os fiscais do relego. Faz todo o sentido - mas, como disse, a documentação que conheço ignora o assunto.

6. Roubos

Embora um roubo seja um roubo, no campo, na cidade ou no monte, os bens que alguns "faziam menos", como ao tempo por vezes se dizia, têm a sua especificidade.

Há vários acusados de roubar uvas em vinhas alheias[31]; de roubar colmeias[32] ou cera[33]; de levar trigo da cova do proprietário[34]; pão e vinho[35]; de deitar a mão a peras que não eram suas (decerto inspirados nos pecadilhos de juventude que Santo Agostinho relata nas "Confissões"); de furtar ameixas de uma vinha[36]; cebolas, alhos e duas enxadas.

Quando passamos ao reino animal (vivo ou morto), a lista é sem fim.

Toucinhos, galinhas e carneiros[37]; vacas e um novilho[38]; dois bois de arado[39]; um cordeiro, um carneiro, um cabrito e um leitão[40]; dois patos e um borrego[41]; certas galinhas e um asno[42]; um rocim[43]; um cavalo[44]; três novilhos[45]; um número não especificado de bois[46]; um sendeiro e um cavalo[47]; "certas vacas"[48]; dois cavalos[49]; um rocim e "dois lombeiros de bois"[50]; "certos porcos"[51]; dois rocins[52]; "certas éguas"[53]; um novilho[54]; uma égua[55]; "certos toucinhos"[56]; galinhas e cabritos[57]; três coiros[58]; e podíamos continuar indefinidamente. Os carniceiros eram suspeitos de eleição[59].

Comecei este trabalho lembrando a forte penetração dos campos nas cidades; qualquer um destes artigos, dir-me-ão, podia ter sido roubado numa cidade, por mais 'rural' que seja. É verdade; temos que situá-los no local do crime - até esse roubo extraordinário de "huum sino que se fezera menos" na Igreja de Santo Estêvão, no termo de Sortelha[60]. Aliás a objecção funciona nos dois sentidos: no coração do mundo rural, uma família camponesa pode ver--se despojada de uma taça de prata ou de um punhado de reais. Mais do que roubos *do* campo, deveremos talvez falar então em roubos *no* campo. E haveria que fazer distinções[61]: um mundo separa o bando de moços esfomeados que se banqueteou com uvas, pêras ou ameixas alheias das verdadeiras quadrilhas de ladrões e receptadores que assolam uma região e fazem desaparecer manadas inteiras de gado[62] ou mesmo dos ladrões 'profissionais',

como o correeiro Afonso Fernandes, de Guimarães, acusado de ter feito mão baixa de um rocim, de uma égua, de coirama de um pelame, de dois asnos, de dois sendeiros, de "certo fiado", de cebolas e alhos, de duas enxadas, mais dinheiro e outros bens não especificados[63]. Entre uns e outros, a categoria mais provável dos pequenos larápios de ocasião.

As histórias que os acusados contam são, essas sim, por vezes luminosas para uma aproximação à sociedade rural[64]: o homem a quem um castelhano alugara um sendeiro, "que fosse em elle atee huum lugar certo que lhe compria e que elle lho levara mais longe que pera honde lho alugara e se detevera mais dias do que se nom detevera se mais longe nom fora por a quall razom o elle fora buscar e o achara e que com menencoria delle se queixara aas dictas nossas justiças posto que loguo fora entregue de seu cavallo dizendo que lho levara furtivellmente"[65]; o que, por sua pobreza, abusou do empréstimo de um boi[66]; a mulher que aceitou guardar bens furtados[67]; ou o outro homem que comprou um muu que, veio a saber, era roubado[68].

Resta-me lembrar que, de entre todos os que cometeram roubos, terá havido muitos com muita sorte (os que nunca foram descobertos, nem pela justiça nem, em consequência, por nós); os ladrões que referi tiveram, ainda assim, alguma fortuna, já que, com poucas excepções, escaparam à forca. E a forca era quase sempre o fim da estrada para os culpados de roubo. A tolerância que, nesta sociedade, sobrava para os responsáveis por delitos de sangue, mesmo homicídios, mesmo reincidentes, faltava dramaticamente para os acusados de roubo. Entre gentes de pouco ter, nas quais os efeitos de um furto podiam ser devastadores, com casas pobres e de acesso fácil e propriedades mal vigiadas, acreditava-se que a melhor forma de prevenção contra o roubo era pendurar no patíbulo os prevaricadores.

7. Fogo posto

Podia acontecer em meio urbano, mas só conheço testemunhos para o campo. As circunstâncias dos dramas, a crermos nas justificações daqueles a quem o crime era imputado[69], ligam-se quase sempre a *queimadas*[70] que, apesar de conscenciosamente preparadas e controladas, uma rajada de vento traiçoeira tirou das mãos dos camponeses e deixou sem controle. Ardem árvores de fruto, ardem colmeias, algumas searas, uma ou outra instalação de apoio agrícola. Não conheço casos de vítimas mortais. É raríssimo termos indicações quanto à data precisa ou mesmo aproximada em que um crime ou um acidente tiveram lugar[71]. Mas o simples bom senso garante-nos que o *fogo posto* é um crime sazonal, exigindo calor e vegetação muito seca; as queimadas fazem-se depois da colheita[72].

O incêndio pode ter uma origem mais modesta: o pequeno lume aceso por pastor ou por camponês que desejava aquecer ou preparar a comida. Entre os suspeitos encontraremos frequentemente jovens.

Alguns casos: Afonso Eanes, homem pobre de Alcácer, indo um dia à caça, "pusera fogo em huas moutas acerqua de huum caminho onde se acolheram alguuns coelhos. O foguo saiu per hum panasco", queimando algumas oliveiras e outras árvores[73]. Dois jovens de Alvito *tiveram autorização dos juízes do* Torrão para pôr fogo e queimar umas moitas de uma herdade do pai, "pera fazer terra de pam"; mas o fogo saiu-lhes da mão, incendiando matos e terras baldias[74]. Fernão Calado, morador em Olivença, achou-se no meio de uma contenda entre esta vila e a de Alconchel; houve um fogo posto que estragou pães, vinhas e pastos; e como ele andava perto a guardar umas ovelhas, acusaram-no de ter sido o incendiário, para fazer "cardo" às suas ovelhas[75]. Um fogo posto, no termo de Silves, destruíra uma centena de colmeias[76]. Dois irmãos foram acusados de um outro no lugar de Chacim (honra de Vasco Fernandes de Sampaio), ardendo adegas a dois casais[77]. Um fogo posto num lugar do termo

de Tomar queimou muitos olivais e outras árvores; catorze proprietários, incluindo as figuras gradas da terra, acusaram o jovem Fernando, filho de um criado de D. Frei Lourenço, que fôra comendador-mor da Ordem de Cristo[78].

Deixo para o fim a história de Diogo Vicente, morador em Almada. Como ia organizar a festa de baptismo de um filho, desafiou três amigos para o ajudarem a caçar e matar uma dúzia de ovelhas. Andavam os quatro a caçar em um vale, fez-se meio dia. O narrador acendeu um lume para todos prepararem de comer e "dar folga" aos cães que com eles vinham. Mas o fogo levantou-se "rijo e forte", muito contra a vontade dele, queimando 35 ou 40 colmeias a um proprietário, 32 cortiços a outro, 20 a outro; a um quarto, o incêndio "afogara" um pinhal, e a duas filhas do Conde de Abranches outro pinhal[79].

8. Violência na aldeia

As "razões", isto é, os desentendimentos, de que aqui fiz eco tiveram na sua base 'motivos do campo': destruição ou roubo de colmeias, danos causados por bois ou porcos que foram procurar comida onde não deviam, divergências sobre a posse de terras ou a serventia de águas, inspecções mal intencionadas a adegas. Deixei para o fim os crimes de sangue, que para nós são os piores mas para o tempo não eram[80], podendo mesmo falar-se de uma "banalização da brutalidade na aldeia"[81]. A 'lei da selva' nos campos? De forma alguma: num mundo endurecido, extremado e com os nervos à flor da pele[82], passa-se em segundos das palavras azedas às vias de facto. Mas até na desgraça há regras, condutas fortemente ritualizadas no insulto ou na agressão[83]; há uma inteligência própria nesta preferência pelo aço das armas para resolver diferenças, em detrimento da vara dos juízes. A agressividade latente socorre-se com facilidade de espadas, punhais, lanças ou azagaias, de foices roçadeiras, de paus, de pedras, para lavar em sangue a honra maltratada por "muitas e maas palavras injuriosas". Cada camponês era então um criminoso? Não; mas não era difícil ver-se no papel de agressor ou homicida, mais ou menos voluntário. Os outros percebem que essas coisas acontecem; por isso, desde que o culpado compense a vítima ou respectivos herdeiros e expie o mal que fez com uns tempos de recato, andando a monte próximo da aldeia, o que está feito, está feito, e a vida continua. O Rei afina pelo mesmo diapasão[84].

Nas *cartas de perdão*, as rixas que acabam em agressões, ferimentos ou mortes não trazem rótulos de 'urbanas' ou 'rurais', e só excepcionalmente informam como é que o caso começou, o que nos poderia ajudar a classificá-las. Podemos sempre fazê-lo pelo local onde o incidente ocorreu, mas não chegaríamos longe[85]. Assim, limito-me a recordar alguns dos principais focos de tensão endémicos das sociedades camponesas.

8.1. A constituição da família

O mais perigoso situa-se no domínio da história da população. A fortíssima coesão interna das comunidades rurais assenta em grande medida no respeito feroz de regras de endogamia e homogamia socio-profissional. Escolhe-se noivado entre iguais e na terra ou perto dela[86]. Aqui reside a explicação para um número impossível de precisar, mas que julgo ser elevado, de recontros sangrentos: os locais defendendo as suas jovens das arremetidas amorosas de um ou vários mancebos de fora.

Se em toda a Idade Média a vida é quase impossível para quem viver sozinho (*Vae solis!*, notava Armindo de Sousa), no campo é-o por maioria de razão. A pertença à comunidade não tem preço; e implica um fortíssimo reflexo de rejeição de tudo o que venha de fora: gente, ideias, modos de fazer, objectos... A socialização dentro dos valores do grupo faz-se

muito pouco ou nada na escola, e relativamente pouco na família. Porque esta passa pouco tempo junta: só se reúne para comer[87] e para dormir. As crianças ou andam atrás da mãe ou, em liberdade, pelo campo e pela aldeia, aprendendo a vida "a ouvir dizer e a ver fazer". A partir dos sete ou oito anos, os rapazes começam a ajudar, nomeadamente guardando gado. E nessa tarefa descobrirão os limites da aldeia e dos pastos que podem ou não frequentar; logo, descobrirão as fronteiras que devem defender, quase sempre pela força, da invasão de estranhos ou de vizinhos insolentes. Será essa aprendizagem, uma apropriação física do espaço da família e da aldeia, que estará na raiz, pelo resto da vida deles, de um bom número de conflitos sangrentos.

Volto à família como geradora de tensões, destacando desta vez os problemas que pode causar a idade tardia ao casamento. Não temos, em Portugal, estudos suficientemente fiáveis e representativos sobre o assunto, e confesso a minha relutância, em especial no domínio da história da população, em utilizar projecções a partir de dados de outras realidades[88]. Mas admite-se um intervalo de uma década entre a maturação sexual dos rapazes e a idade do matrimónio: dez anos de espera, de acumulação de desejos e frustrações, tantas vezes descarregados em cenas de violência, entre eles ou contra os homens adultos que monopolizam, sem cedências, o património e o poder em casa e na aldeia[89]. Estes jovens acabam por proteger, à maneira deles, o escassíssimo mercado matrimonial da aldeia ou da região, desencorajando os pretendentes de fora, hostilizando o casamento de velhos ou viúvos, ridicularizando maridos enganados[90].

Por outro lado, a honra da família[91] está intimamente ligada à honra das suas mulheres e raparigas. Estas últimas são vigiadas de perto, sobretudo pelas mulheres mais velhas, e, ao contrário dos rapazes, não têm grupos de solidariedade, não têm bandos, tão só momentos fugazes em que podem conviver e trocar segredos e brincadeiras cúmplices. Qualquer ataque à virgindade de uma rapariga é sentido como um insuportável golpe na honra - e no património - familiares[92]. Por isso a defesa dessa honra está profundamente interiorizada: os mecanismos de auto-repressão foram por certo mais eficazes do que a vigilância de pais, mães e maridos. Quando falhavam, falavam as espadas.

8.2. Honra e vergonha

A caracterização das sociedades rurais do Antigo Regime como sociedades da *honra* e da *vergonha* continua a parecer-me adequada; e tem naturais implicações: uma pressão social nos limites do suportável faz com que cada um esteja sempre a examinar o comportamento dos outros e a ser examinado por eles. São comunidades com pouca oportunidade e quase nenhum espaço para a intimidade e o segredo, com um intenso sentido do colectivo, aparentemente imóveis mas, de facto, travando um combate implacável pela sobrevivência. Como esta é tudo menos fácil, as aldeias e os grupos fecham-se, viram-se para dentro e desenvolvem uma atitude colectiva de medo e agressividade contra as ameaças externas. Com a aproximação da noite ou do inverno a aumentarem o primeiro, o medo, com o instinto de sobrevivência e o álcool a potenciarem a segunda, a agressividade, com tantos perigos, reais ou imaginados, a ameaçarem a virtude das mulheres da família, o escasso património, as margens do território da aldeia, a bravura dos jovens, a reputação dos maridos, não admira que o quotidiano rural seja marcado por constantes explosões de violência, desde logo no palco por excelência da sociabilidade da aldeia: a taberna, esse "teatro do mundo". As agressões e os homicídios que as *cartas de perdão* resumem com alguma secura deverão ser entendidas nestes contextos.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] Decisões de tribunal quase não temos. Há referências indirectas e resumidas, nas *cartas de perdão*, e há um número apreciável de sentenças, sobretudo ligadas à posse da terra ou à titularidade ou usufruto de direitos ligados a ela, a pastagens, à água. Jurisprudência também não. As *ordenações* pouco nos trazem de relevante para o tema, tal como a documentação particular. Não é só entre nós que se nota uma séria limitação no domínio de conceitos do direito; o mesmo se passa na história rural francesa (Robert Fossier, com a colaboração de Monique Bourin, Michel Le Mené e Marie-Thérèse Lorcin - *Histoire des campagnes médiévales en France*, in *L'Histoire Médiévale en France. Bilan et Perspectives*, textos reunidos por Michel Balard sob o patrocínio da Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur, Paris, Éditions du Seuil, 1991, p. 16). Já as posturas camarárias podem ser muito úteis: fique, por todas, o conjunto de posturas sobre o *verde*, nas Actas das Vereações de Loulé, já bem estudadas por Maria Ângela Beirante no trabalho *Relações entre o Homem e a Natureza nas mais antigas posturas da Câmara de Loulé (séculos XIV-XV)*, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia (Loulé, 23 a 25 de Novembro de 1984)*, Porto, Câmara Municipal de Loulé, 1987, p. 231-242.

[2] Os acordos a que se chega, com maior ou menor dificuldade, são selados com a palavra, pelo menos tão valiosa e digna de fé como qualquer documento escrito, e eventualmente regados com vinho na taberna local; não deixam rastos na documentação; alguns talvez tenham sido registados pelos tabeliães locais; mas os respectivos arquivos e livros não chegaram até nós.

[3] Robert Muchembled - *Société et Mentalités dans la France Moderne (XVI^e-XVIII^e siècle)*. Paris, Armand Colin, 1990, p. 68-71.

[4] Pequenos sobressaltos ou grandes levantamentos, resistência cultural, certas práticas de religião popular, expedientes de evasão como o álcool e, bastante mais tarde, o tabaco, etc.

[5] *Carta de perdão* outorgada em Lisboa, em 22 de Abril de 1463 (I.A.N./T.T., *Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 51-51v).

[6] O camponês apanhado em infracção livra-se de mais complicações comprando o silêncio do rendeiro e do escrivão que o acompanha. Fernão Gonçalves, morador em Estremoz, foi preso no castelo da vila sob a acusação de, sendo rendeiro do verde no ano anterior à prisão (julgo que em 1465), ter feito muitas avenças com habitantes da vila e do termo. Devido a essas avenças, um número elevado de vinhas, hortas e olivais estavam destruídos (*carta de perdão* passada em Estremoz, em 6 de Agosto de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 14, fóls. 109v-110).

[7] *Carta de perdão* outorgada em Lisboa, a 26 de Outubro de 1462 (*Chanc. Af.* V, L. 1, fól. 112v).

[8] Não ajudou o facto de ter respondido agredindo o proprietário da terra à bofetada, e muito menos o facto de ter 'descoberto depois' que este era juiz em Pinhel (*carta de perdão* outorgada em Lisboa, em 16 de Abril de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 48-48v).

[9] S. João de Lourosa, no termo de Viseu.

[10] *Carta de perdão* dada em Lisboa, em 1 de Junho de 1463 (I.A.N./T.T, *Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 72).

[11] *Carta de perdão* dada em Évora, a 23 de Julho de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fóls. 107v-108).

[12] Numa conjugação - vereadores e alcaide - pouco frequente.

[13] Não são claras, para mim, as circunstâncias do incidente: os homens do alcaide traziam os bois para o curral do concelho e estavam já dentro da cidade: eram os bois confiscados (enfim, o que restava deles, pois dois já tinham sido esfolados) - e, nesse caso, o que andavam eles a fazer fora da cidade? A trabalhar? - ou eram outros animais do mosteiro, também achados em dano?

[14] *Cartas de perdão* a João Cabral, dada em Coimbra, a 24 de Agosto de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fóls. 22-22v.); a Afonso Gonçalves e a Francisco Anes, outorgadas no dia seguinte (apresentadas em ementa, no fól. 22v. do mesmo livro); e a André Esteves, passada em Santarém, a 19 de Março de 1466 (ou seja, dezassete meses depois; *Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 62).

[15] Como em Tonda, Terra de Besteiros, João Eanes e Fernão Pires, lá moradores, queixaram-se de que sendo juiz no lugar um João Álvares, morador no Carvalhal, homem que não gostava deles, "mais por lhes fazer sobranceria e perda que por ter rezom de o fazer tomara certos boys seus e d'alguuns outros moradores do dicto lugar e os levara pera o curral dizendo que os achara em hua coutada." A sequência é muito semelhante à de Coimbra: os dois homens pediram-lhe para libertar os bois, garantindo que, se estes tinham causado prejuízos, estavam prontos para indemnizar e dando logo penhores. Provando a sua má fé, o juiz não condescendeu; eles também não, e levaram mesmo os animais, "sem aver hi outro arroido" (*carta de perdão* dada em Avis, a 30 de Abril de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 68v). Os acusados livraram-se com uma multa quase simbólica: 200 reais. Igualmente exemplar é a história do jovem Pedro, morador em Eiras, no termo de Coimbra. Conta que se cruzou com o castelhano Afonso Rodrigues, morador na cidade de Coimbra, *guardador do verde*, quando este levava alguns bois do pai ao curral do concelho, porque os encontrara em um olival de um morador em Coimbra. Pedro esclareceu o mal-entendido: o dono do olival cedera a seu pai a respectiva erva para pasto. E acabaram por se entender: iriam os dois a casa do proprietário do olival para esclarecer o assunto; entretanto, Pedro dava ao guardador do verde uma azagaia como penhor de qualquer dano, evitando que os bois fossem levados ao curral. Mas a "convenção" desfez-se: durante o caminho, travaram-se de razões, o castelhano decidiu ir "per onde lhe aprazia" e não aonde tinham combinado. Assim sendo, o jovem declarou que fossem os bois para o curral, que o pai lá os iria resgatar; e reclamou o penhor (a azagaia) de volta. O castelhano não a devolveu "e começara de o arrapazar". Pedro desembainhou a espada, infligiu três ferimentos ao adversário e recuperou a azagaia (*carta de perdão* de Santarém, de 21 de Maio de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fóls. 45v-46).

[16] Em uma aldeia próxima do Tojal, chamada Bailão.

[17] Acompanho a narrativa dele.

[18] Nada mau para quem está em cima de uma árvore a varejar castanhas e supostamente proibido de trazer armas.

[19] *Carta de perdão* outorgada em Lisboa, a 10 de Outubro de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 154-154v). D. Afonso V examinou a inquirição-devassa tirada a propósito do sucedido, entendeu que o ferreiro Fernando Eanes não estava isento de culpas e degredou-o para Ceuta por cinco anos. Por vezes os problemas surgiam entre particulares: uma noite, o ferreiro Afonso Anes, morador em A dos Francos (termo de Óbidos), trazia "certos boys e bestas que achara em dapno" para o curral do concelho, quando foi atacado por André Eanes, "que levava armas devisadas", lhe tirou os animais e lhe infligiu ferimentos por todo o corpo (*carta de perdão* outorgada em Sousel, em 25 de Agosto de 1466; (*Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 93). Em Janeiro de 1468, Diogo Vasques, morador no concelho de Penaguião, queixou-se às justiças, dizendo que tendo em sua casa "encerrada e socrestada" uma junta de bois de Álvaro Eanes, que achara em um montado que ele e seus antepassados e vizinhos sempre usaram "para montar e pascer", Álvaro Eanes organizou uma "assuada" para assaltar a casa do adversário e recuperar os bois (*carta de perdão* passada em Santarém, a 15 de Abril de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 12).

[20] *Carta de perdão* de Ceuta, a 12 de Fevereiro de 1464; o incidente ocorrera treze ou catorze anos antes (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 183).

[21] Aldeia de Refronteira.

[22] Um exemplo de como só podemos compreender estes incidentes, que provocam uma violência desproporcionada em relação aos motivos, à luz das fortíssimas tensões latentes nos campos, mesmo (ou sobretudo) entre vizinhos e familiares (*carta de perdão* dada no Porto, em 10 de Fevereiro de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 19).

[23] Registo referências esporádicas a *rendeiros das colmeias*: Afonso Lourenço Carrasco, morador em Castelo Branco, arrendara "as collmeas da villa do Infante D. Fernando", e tinha um homem de Montalvão a viver com ele só para guardar uma silha de colmeias; degredado por um furto, explicava que, andando fora da terra, não podia arrecadar as rendas (*carta de perdão* dada em Coimbra, em 29 de Setembro de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 21).

[24] *Carta de perdão* passada em Sacavém, a 4 de Março de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 8). Visto o perdão dos lesados, o rei perdoou-lhe também o "escorchamento das collmeas" mediante o pagamento de 1000 reais de multa para as "obras da Relação".
Por sua vez, João Afonso, de Palmela, foi apanhado numa inquirição-devassa "segundo per nos he hordenado que se em cada anno aja de tirar em todollos lugares de nosso senhorio quamdo os juizes entram novamente em seus oficios". Durante esse interrogatório, 'inimigos' testemunharam "que elle tinha em huas suas silhas as bases em que se pousam os cortiços de collmeas cortiços e colmeas de muitas marcas", entre as quais três ou quatro marcas de João Gonçalves, juiz das sisas, e do carpinteiro Domingos Eanes, ao tempo a viver em Setúbal. Aparentemente estes nunca deram pela falta das colmeias e tinham o acusado por inocente (*carta de perdão* outorgada em Lisboa, em 18 de Abril de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 50).
Mafarreche, mouro forro de Loulé, foi acusado de ter escorchado colmeias, na sequência de uma inquirição tirada por causa de alguns furtos na vila (*carta de perdão* dada em Estremoz, em 22 de Agosto de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 111v). Martim Afonso, morador no termo de Almada, foi acusado de vários roubos e danos, entre os quais, com a cumplicidade de outros, ter escorchado certas colmeias de Catarina Eanes, moradora na Arancela (*carta de perdão* passada em Santarém, em 29 de Abril de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fóls. 26v-27). Tristão Vicente, morador em Alvalade do Campo de Ourique, foi preso em Santiago do Cacém sob a acusação, entre outras, de ter roubado duas ou três colmeias a um morador da terra (*carta de perdão* de 25 de Agosto de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fóls. 84-84v).

[25] Ataque agravado por ter sido de propósito, por haver inimizades anteriores e por o tabelião estar em funções oficiais (*carta de perdão* passada em 18 de Dezembro de 1462, em Estremoz; *Chanc. Af.* V, L. 35, fól. 116v).

[26] Morador em Sanfins, terra de Martim de Melo.

[27] *Carta de perdão* dada em Avis, a 16 de Maio de 1466 (*Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 76).

[28] O desencontro com os juízes sofreu uma escalada, acabando com o lavrador preso no castelo de Alvito e degredado para Alcácer enquanto o rei quisesse (*carta de perdão* passada em Lisboa, em 7 de Maio de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 55-55v). Há depois disputas por posse de terras ou igrejas que degeneram em pequenas batalhas, mas que considero mais do âmbito das lutas sociais do que da conflitualidade individual ou familiar que aqui nos ocupa.

[29] Nem tudo teria girado à volta do vinho; antes e depois do incidente houvera discussões entre eles (*carta de perdão* dada em Elvas, em 19 de Junho de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 128v).

[30] Protestos de concelhos em cortes, tentativas de renegociar os prazos do relego com o senhor local que o detém, etc.

[31] *Cartas de perdão* a Martim Vasques de Nisa, passada em Lisboa, em 28 de Dezembro de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 37v); a Gonçalo, criado do abade de Santa Maria de Aguiar, morador no termo de Castelo Rodrigo, outorgada em Castelo de Vide, em 24 de Julho de 1465 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 26); e a Martim Eanes Ribeiro, lavrador de Olivença, dada em Santarém, a 20 de Abril de 1468 (*Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 14; o autor do furto teria sido um irmão moço do acusado).

[32] *Cartas de perdão* a João Afonso, de Palmela, e a Tristão Vicente, de Alvalade de Campo de Ourique, referidas atrás.

[33] João Grande, filho de Lourenço Afonso, morador numa aldeia do termo de Santiago do Cacém, vivia com João Afonso Guiterio, e por vezes furtava-lhe alguma cêra que este tinha em casa da sogra, Branca Lourenço. O jovem foi vendendo a cêra, em várias porções, ao judeu Samuel Carache, "e hua pequena da dicta cêra vemdera a hua Bramca Gomez; aliás quando ia a casa da sogra do amo, além de cêra deitava a mão a dinheiro - tudo junto, estimava os proventos em 500 reais. O réu achava pouco, o rei também: satisfeitas as partes, foi multado nessa mesma quantia (*carta de perdão* emitida em Lisboa, em 10 de Maio de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 66).

[34] Com alguma frequência, estes actos não são praticados como furtos, mas como solução pessoal para um típico conflito do campo: Pedro Afonso, como o seu empregador não lhe pagou a soldada a que tinha direito, foi a uma cova que pertencia ao último e tirou-lhe um móio de trigo, quantidade que, na sua perspectiva, saldava as contas (*carta de perdão* dada em Avis, a 8 de Abril de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 57v). Rodrigo Eanes, de Aveiras,

vivera dois ou três anos por soldada com seu sobrinho, João Gonçalves. Apesar de constantemente instado, nunca lhe pagou o que devia. Mas como o trabalhador era pobre, e familiar do outro, preferiu não entrar em demandas judiciais e pagar-se a si próprio. Sabia que o sobrinho tinha uma cova de trigo, e foi lá buscar o cereal que entendeu justo. Mas "por teer alguum maao conselheiro se fora a hua cova e por erro nom acertara a cova do dicto seu sobrinho e fôra abrir outra alhea que estava acerca da sua", levando de lá 25 alqueires de trigo. Há dias assim! No dia seguinte, o dono deu pela falta, o nosso homem deu pelo engano, e devolveu o seu a seu dono (*carta de perdão* passada em Avis, a 25 de Março de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 148v).
Já Fernão Gonçalves, o rendeiro do verde de Estremoz a que me referi acima, foi acusado de furtar 40 alqueires de trigo ao lavrador Rodrigo Afonso (*Chanc. Af.* V, L. 14, fóls. 109v-110). João de Hunhos foi preso por ter roubado trigo a Simão Esteves, morador na Barcarena, e culpou, como cúmplice no furto de seis alqueires, Gonçalo Afonso, homem solteiro, morador em Benfica (*carta de perdão* dada em Évora, em 26 de Novembro de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 37, fól. 81).

[35] O lavrador João do Quinteiro, morador na freguesia de Vilela (julgado de Valdevez), soube que nas inquirições-devassas tiradas no julgado 'inimigos' o acusaram de roubar "bois e vacas, bestas e marrãs e carneiros, pão e vinho" (*carta de perdão* emitida em Ceuta, em 11 de Fevereiro de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 5v).

[36] Sabemos que as árvores de fruto eram frequentes no meio das vinhas. Álvaro Dias, alcaide pequeno em Arronches, prendeu dois moços, Gonçalo e Fernando, por furtarem ameixas de uma vinha de Pero de Paiva (*carta de perdão* a Lopo Gonçalves e Álvaro Eanes da Serra, homens solteiros, moradores em Arronches, que "tolheram os presos" ao alcaide, outorgada em Elvas, em 2 de Maio de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 159).

[37] Afonso Álvares, morador em Figueiró, no termo de Lamego, foi acusado de dormir com sua filha Catarina, já falecida, e de ter roubado toucinhos, galinhas e carneiros, além de ter cortado árvores alheias (*carta de perdão* outorgada em Coimbra, a 15 de Novembro de 1459; *Chanc. Af.* V, L. 35, fól. 36v).

[38] *Carta de perdão* a João Grou, de Moura, dada em Lisboa, a 1 de Julho de 1462 (*Chanc. Af.* V, L. 1, fól. 27).

[39] *Carta de perdão* a Álvaro Gonçalves, de Vila Flor, passada em Sacavém, a 30 de Março de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 41).

[40] *Carta de perdão* a Pedro Esteves, morador em Belmonte, também acusado de ter roubado duas redes, um saco com cinco pães e um pedaço de queijo (emitida em Lisboa, a 22 de Abril de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 51).

[41] *Carta de perdão* a Pedro Afonso, morador na Arruda, outorgada em Lisboa, a 6 de Junho de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 85v).

[42] *Carta de perdão* a João Ascenso, de Beja, passada em Lisboa, a 1 de Agosto de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 111v). Caceme, mouro forro, foi acusado de ter roubado dois asnos (*carta de perdão* a João Lourenço, alcaide no Torrão, passada em Évora, a 21 de Julho de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 105v).

[43] *Carta de perdão* a Pedro Fernandes "Pé de Cuminho", de Freixo de Espada à Cinta, outorgada em Ceuta, a 10 de Fevereiro de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 5).

[44] Fernando Eanes, escudeiro de João Freire, fidalgo da Casa do Rei, foi acusado pelo próprio pai, "dizendo que em tanto elle fora a hua pregaçom", o filho lhe abrira as portas de casa e lhe roubara treze ou catorze mil reais, um cavalo, uma alcofa de palma cheia de ceitis, trezentos reais brancos, setenta e cinco espadins, cinco dobras e um copo de prata de um marco - isto além de ter agredido uma mulher com "pancadas, couces, açoutes e bofetadas" (*carta de perdão* emitida em Ceuta, em Fevereiro de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 47).

[45] *Carta de perdão* a Rui Gonçalves Temudo, morador em Nisa, passada em Elvas, a 8 de Maio de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 152).

[46] Malfeitoria assacada a um homem perigoso, assassino e raptor, Diogo de Carvalhosa, criado de Diogo Pereira, cavaleiro da Casa do Rei e almoxarife em Ponte de Lima (*carta de perdão* emitida em Elvas, a 28 de Maio de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fóls. 158-158v).

[47] *Carta de perdão* a Álvaro Gonçalves, de Évora, passada em Elvas, a 30 de Maio de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 157v).

[48] *Carta de perdão* a João Gonçalves, morador em Benavila, termo de Avis, dada em Elvas, a 11 de Junho de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 137v).

[49] *Carta de perdão* a Jorge Fernandes, de Estremoz, outorgada em Elvas, a 11 de Junho de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 119).

[50] O responsável, o escudeiro Lopo Gil, criado de João Gouveia, não devia ser homem fácil: acusaram-no de ter roubado um rocim, 114 reais de prata, 3,5 florins de ouro, 15 maravedis de Castela, 403 reais brancos, dois lombeiros de bois e 2,5 varas de panos de lã, de ter agredido um homem e uma mulher e de ter empunhado uma espada contra um juiz (*carta de perdão* outorgada em Évora, a 10 de Julho de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 124).

[51] *Carta de perdão* a Pedro Eanes, dada em Évora, a 20 de Julho de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 104v). Fernão Gonçalves, coudel de Nisa, foi igualmente acusado de ter furtado "certos porcos" (*carta de perdão* passada em Estremoz, a 8 de Dezembro de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 28v).

[52] *Carta de perdão* a Nuno Gil, escudeiro de Fernão Soares, do Conselho do Rei, igualmente acusado de que "acompanhava com homeens ladrões e malfeitores" (dada em Coimbra, a 27 de Setembro de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 26).

[53] *Carta de perdão* a Gonçalo de Morim, escudeiro de Leonel de Lima, emitida em Castelo Branco, a 9 de Novembro de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fóls. 41v-42).

[54] *Carta de perdão* ao lavrador Pedro Afonso, morador no termo de Santarém, passada em Estremoz, a 4 de Julho de 1466 (*Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 100).

[55] Acusação infundada? O mancebo Martinho, de Sousel, foi preso por se dizer que furtara uma égua; mais tarde, o dono veio a encontrá-la no meio de "um fato de vaquas", no termo de Elvas (*carta de perdão* ao barbeiro Rui Fernandes, carcereiro em Sousel, a quem o mancebo fugira, emitida em Estremoz, a 13 de Agosto de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 14, fól. 109v).

[56] *Carta de perdão* a João Esteves, morador no Alandroal, termo de Óbidos, dada em Évora, em 29 de Setembro de 1466 (*Chanc. Af.* V, L. 38, fól. 54v); o autor do furto teria sido Álvaro Eanes, "o Rabeado".

[57] Roubadas por um grupo de homens a alguns moradores de Fonte Arcada (a *carta de perdão* foi dada em Santarém, a 20 de Abril de 1468, mas o incidente teria acontecido cerca de vinte anos antes; *Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 23v).

[58] Outra acusação duvidosa: em Alenquer fôra enforcado, por ladrão, o barqueiro João Lopes; enquanto esteve preso, acusou o escudeiro Pai Rodrigues, criado de Martim de Távora, de cumplicidade no roubo de três couros, uma besta e dois manteis. "E que despois em o levando a forca por saber que elle nom era em tall culpa dissera pressente muita gente e a dous frades que o hiam confessando que elle nom fora em culpa algua dos dictos furtos". (*Carta de perdão* dada em Lisboa, a 30 de Julho de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 84v).

[59] Por vezes com fundamento. Álvaro Rodrigues, criado de Rui Gomes da Silva, quando foi carniceiro em Torres Novas, em 1461, teria roubado (e feito em postas) um boi, uma porca, "e assy em o dicto ano que fora carniceiro em a dicta villa se fezeram e acharam menos muitos gaados no dito loguo da Guolegãa (...) de que se presumya elle dicto preso os furtar e levar e cortar em a dicta villa." Mas não se ficaram por aí os pecados da carne do carniceiro: na Golegã, teve um caso com a mulher de um tecelão, comadre dos seus filhos, e "carnallmente dormya com ella", tendo sido achados os dois, por várias vezes, em sítios suspeitos, "parecendo se muito os filhos da molher do dicto Alvaro Fernandez [o tecelão] com os filhos delle dicto preso tinha de sua molher" (*carta de perdão* outorgada em Castelo Branco, a 5 de Novembro de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fóls. 181-181v).

[60] *Carta de perdão* a Lourenço Afonso, morador em Quadrazais, termo do Sabugal, outorgada em Santarém, a 30 de Maio de 1468 (*Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 49).

[61] Que as regras desta colectânea não permitem.

[62] "Hua noyte ao primeiro sono" um bando assaltou a cadeia que andava perante Álvaro Mendes, ouvidor do adiantado no Algarve, arrombando as portas e apoderando-se à força das chaves, para libertar dois homens acusados de roubar onze bois (*carta de perdão* a Fernão Martins Catulho, que não fazia parte desta guerra, passada em Lisboa, a 9 de Junho de 1462; *Chanc. Af.* V, L. 1, fól. 29).

[63] *Carta de perdão* outorgada em Ceuta, em 16 de Fevereiro de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 185v). Ou o tecelão Nuno Vasques, de Viana de Alvito, acusado de ter roubado uma peça de lenço, três cavalos, certas reses, um boi, dois mil reais (*carta de perdão* passada em Évora, a 3 de Julho de 1464; *Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 112).

[64] Alguns habitantes de Moura, entre os quais o *maioral das vacas* de Pombinhos, do termo de Monsaraz, encontraram cinco vacas, que lhes pertenciam, em poder de um marchante castelhano e de um seu sobrinho; para se livrarem, eles explicaram que as haviam comprado a Pero Tomé e a um mancebo dele (*carta de perdão* outorgada em Estremoz, a 28 de Janeiro de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 28).
O escudeiro João Aranha, morador em Minhocais, termo de Celorico da Beira, contou que um outro escudeiro, Nuno Álvares Cardoso, morador em Trancoso, era seu inimigo declarado devido a um prazo que o primeiro trazia, no referido lugar de Minhocais, do Mosteiro de Salzedas, "dizendo que lhe fôra lamçar em o dicto prazo por lho fazer perder, porem que tempo vinra que se vingara delle". E o tempo veio: Nuno Álvares Cardoso chegou a juiz da terra, mandou prender João Aranha e elaborou sobre ele (melhor, contra ele) uma inquirição, perguntando em ella testemunhas a elle muito odiossas e sospeitas dizendo em seus testemunhos que furtara ouro e prata e dinheiros e pam e vinho e carnes e queijo (...) e uma azemella" (*carta de perdão* passada em Évora, a 6 de Setembro de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 38, fól. 58v).

[65] *Carta de perdão* a João Lourenço Ramalhão, das Alcáçovas, dada em Estremoz, a 28 de Janeiro de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 4v-5).

[66] O lavrador Afonso Vasques, morador no couto de Manhente, termo do Prado (terra de Fernão Soares), conta como Pero da Maia, morador em Barcelos, sabendo-o pobre, lhe emprestara um boi, para com ele haver de semear um pouco de pão, "para governança de sua bida". Tinha o boi havia um ano, quando o animal lhe desapareceu; o dono exigiu-lhe de imediato uma indemnização; o lavrador não tinha dinheiro para pagar - e soube que o outro apresentara querela contra ele, dizendo "que elle lhe furtara e amorara o dicto boy" (*carta de perdão* emitida em Lisboa, a 9 de Abril de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 47).

[67] Maria Gonçalves, da Covilhã, mulher "simples", foi uma vítima fácil da viúva castelhana Cecília Gonçalves (que vivia com um escudeiro do Conde de Monsanto, não vem ao caso, mas fica à débito da viúva). Esta roubou ao companheiro dois ou três novelos de linho e de estopa, um pouco de linho em rama, seda e trigo: tudo junto não passaria dos trezentos reais. Sendo "molher sajees", percebeu que Maria Gonçalvez era boa de enganar: vendeu-lhe algum trigo e deixou as outras coisas à guarda dela, explicando que as trouxera de Castela e não lhe confessando, obviamente, "a rapazia" que fizera. Esta última "nom era molher de partidos nem husava de sy mall", antes vivia honestamente na sua casa, com seus filhos, que o marido partira havia muito e não se sabia dele. Vistas assim as coisas, quem a acusaria de receptadora? (*Carta de perdão* dada em Évora, a 30 de Setembro de 1466; *Chanc. Af.* V, L. 38, fól. 54).

[68] O escudeiro João de Oliveira, da Covilhã, cruzou-se com um castelhano que levava um muu, e comprou-lho. Teve o animal durante um mês. Depois veio a saber que o castelhano "o houvera de maao titollo", devolvendo o muu ao dono e ficando "perdidosso do dinheiro que por elle dera". (*Carta de perdão* dada em Lisboa, a 5 de Novembro de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fóls. 106v-107).

[69] Como já tive oportunidade de escrever, creio que, como historiadores, nos interessa muito mais aquilo que é apresentado como verosímil, isto é, o que podia normalmente acontecer, aos olhos do rei como da comunidade de quem conta, do que aquilo que de facto aconteceu naquele caso concreto.

[70] Ter-se-ia usado e abusado deste processo de fertilização dos campos. Compreende-se: elas são um recurso de terras pobres para a agricultura, e mesmo para pastagem, recurso tanto mais apreciado quanto maior fosse a escassez de outros adubos, nomeadamente o estrume de origem animal, como era o caso entre nós. Podiam ser feitas para desbravamento, sobre terrenos incultos, ou simplesmente para limpeza dos restolhos, após a colheita.

e para enriquecimento das terras antes da lavra, através das cinzas. Também se recorria a queimadas na tentativa de melhorar a vitalidade da erva em terras de pasto.

[71] O que nos impede, a partir da documentação portuguesa, de desenhar os preciosos gráficos de sazonalidade como os que Robert Muchembled elaborou para o Artois (*La Violence au village. Sociabilité et comportements populaires en Artois du XV^e au XVII^e siècle*.S.l., Éditions Brepols, 1989, p. 23-33; gráficos nas p. 27-28).

[72] O jovem Pedro, morador no termo de Santiago do Cacém, foi acusado de um fogo posto que, em um dos dias de Agosto ou Setembro de 1461, se levantara nos matos e queimara três casas de habitação com seu recheio e outros bens (*carta de perdão* dada em Lisboa, a 16 de Junho de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 93v-94).

[73] *Carta de perdão* dada em Lisboa, a 10 de Junho de 1462 (*Chanc. Af.* V, L. 1, fól. 30).

[74] *Carta de perdão* a Afonso Lourenço Valor, dada em Estremoz, a 18 de Dezembro de 1462 (*Chanc. Af.* V, L. 35, fól. 116v).

[75] *Carta de perdão* dada em Estremoz, a 27 de Janeiro de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 4-4v).

[76] *Carta de perdão* a Lourenço Domingues, passada em Lisboa, a 1 de Julho de 1463 (*Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 102-102v).

[77] *Carta de perdão* emitida em Elvas, a 29 de Maio de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 157).

[78] *Carta de perdão* passada em Elvas, a 11 de Junho de 1464 (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 139v). Resumirei mais alguns casos: Duarte, jovem solteiro de Alcochete (e apresentando-se como "homem synprez e pobre"), foi preso na vila por ter posto fogo na charneca e queimado algumas colmeias (*carta de perdão* dada em Estremoz, a 20 de Dezembro de 1462; *Chanc. Af.* V, L. 35, fól. 117v). Dois mouros forros, moradores em Évora, foram acusados de terem posto fogo em terras do termo da cidade (*carta de perdão* de Sacavém, a 7 de Março de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fól. 32). Rodrigo Álvares, morador em Monforte, foi acusado (por pura má fé, diz ele) pelos dois juízes da terra, por ter deitado fogo a um palheiro da mãe, queimando "um ou dois" cestos de palha (*carta de perdão* dada em Lisboa, a 21 de Maio de 1463; *Chanc. Af.* V, L. 9, fóls. 81-81v). O jovem Afonso, morador no termo de Coruche, foi culpado de um fogo posto no termo da vila, que queimara muitas colmeias e outros bens a diversos proprietários (*Chanc. Af.* V, L. 8, fól. 172v). Dinis Eanes, lavrador do termo de Almada, foi também acusado de fogo posto (*carta de perdão* de Santarém, a 10 de Junho de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 50v). Luís Lourenço, morador na Torre do Bispo (termo de Santarém), foi acusado pelo juiz, que lhe queria "mall mortall", de ter queimado uma casa palhaça (*carta de perdão* passada em Santarém, em 21 de Junho de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 72). O escudeiro Diogo Lopes, morador na Quintã da Margem da Arada, no termo de Alenquer, foi acusado de, em um dia de Setembro de 1467, ter posto um fogo no Rio de Vale do Ossa (*sic*) e outro em Burgaréus, causando imensos prejuízos em olivais e madeiras a nove proprietários (*carta de perdão* dada em Lisboa, em 14 de Outubro de 1468; *Chanc. Af.* V, L. 28, fól. 94).

[79] *Carta de perdão* dada em Estremoz, a 2 de Junho de 1466 (*Chanc. Af.* V, L. 14, fóls. 99-99v).

[80] Porque os nossos antepassados de Quatrocentos os compreendiam melhor, por isso os desculpavam mais facilmente e porque, com ou sem razão, se julgavam mais preparados para se defenderem deles; todo o contrário do que, no modo como viam as coisas, se passava com o roubo e com os ladrões. Mesmo crimes sexuais ou "contra a moral" eram apreciados com maior severidade.

[81] Robert Muchembled - *O.c.*, p. 63.

[82] Retomando ideias antigas, expostas com brilhantismo por Huizinga, entre outros, Muchembled lembra que "o estômago da maior parte das pessoas está portanto submetido a verdadeiros ciclos, da penúria habitual ao excesso pontual, passando por jejuns severos. A psicologia colectiva que resulta do facto é feita de contrastes brutais, de frustrações, de obsessões" (*Société et Mentalités*..., p. 56).

[83] Parece pouco crível que homens de cabeça perdida respeitem, ainda assim, regras para a sua desafronta; rixas e cenas violentas seriam, quase por definição, o terreno por excelência do irracional. E no entanto não é assim: o ofendido visa, sempre que pode, a cabeça do ofensor. E calcula os golpes de modo a ferir, a magoar, sobretudo a desonrar, mas não a matar, porque essa cabeça está quase sempre protegida com um chapéu, e porque as armas brancas são usadas de lado, para bater e não para cortar, ou mesmo embainhadas, e as lanças empunhadas de modo a bater com a haste, e não a perfurar. Se ferimentos por vezes leves evoluem para infecções mortais, as culpas deverão ser assacadas às deficientes condições higiénicas, à constituição física e aos fraquíssimos conhecimentos medicinais do tempo, não tanto a quem feriu ou bateu.

[84] "Na realidade, a forma de violência a que diz respeito a graça régia pertence a mecanismos de regulação da sociedade camponesa, o que explica o consenso que se estabelece facilmente a seu respeito." (Robert Muchembled - *Société et Mentalités...*, p. 64). O mesmo autor acrescenta, mais à frente: "No fundo, estes homicídios perdoados tão numerosos mais não são do que derrapagens da sociabilidade ordinária."

[85] Gomes Lourenço, morador em Garvão, Campo de Ourique, foi acusado pela morte do mancebo Gonçalo (*Chanc. Af.* V, L. 1, fól. 105). Nada nos é dito sobre possíveis razões do homicídio, cometido ou não por este homem (o que não vem ao caso). Pode ter sido uma questão de pastoreio, uma discussão por terras ou animais, como pode ter sido uma vingança por insultos ao jogo ou por ciúmes. Estando eu a analisar a delinquência no campo, o documento de pouco me serve; junto com muitos outros, lembra-me que as comunidades aldeãs nunca foram aqueles lugares paradisíacos que o nosso imaginário urbano cansado quis fazer delas.

[86] Estudos conduzidos para a França do Antigo Regime concluíram que três quartos dos cônjuges são escolhidos na aldeia, e os restantes num raio de 20 km (Robert Muchembled - *Société et Mentalités dans la France Moderne...*, p. 42 e ss.). Há naturais excepções, porque esta regra tem que harmonizar-se com os preceitos canónicos, que proíbem conúbios com familiares aquém do quarto grau (ou seja, até à quarta geração a partir do antepassado comum); se a aldeia é pequena, a certa altura o risco de incesto é elevado e há que procurar marido ou mulher em outras paragens.

[87] E ainda assim pode ser que um ou os dois cônjuges almocem no campo ou na vinha em que estão a trabalhar, se for distante de casa.

[88] Sobretudo se elas se situam para lá dos Pirenéus.

[89] Estes jovens não perdem uma oportunidade para exibir "uma virilidade triunfante, expressa pelo fascínio das armas, ou pela procura de enfrentamentos violentos com os bandos dos lugares vizinhos, o que mantém e prolonga a xenofobia adquirida pelos pequenos pastores." (Robert Muchembled - *Société et Mentalités...*, p. 83)

[90] Muchembled, como outros especialistas deste tema, sublinha a "frieza afectiva" desta família conjugal na qual "os pais se apagam muitas vezes do lar, as mulheres são encarregadas da formação afectiva das raparigas e dos meninos, enquanto os rapazes púberes, no essencial, vão procurar longe, à beira dos seus semelhantes, com que formar a sua personalidade." (*O.c.*, p. 87)

[91] E, de algum modo, a honra da aldeia.

[92] Que estão muito ligados entre si: uma filha desonrada dificilmente acabará bem casada, comprometendo seriamente as esperanças de enriquecimento ou sequer de manutenção dos bens da família.

OS TESTAMENTOS DE PEDRO AFONSO, CÓNEGO DE GUIMARÃES: UM QUERER DE VONTADES DIVERSAS (1494-1498)

Maria da Conceição Falcão FERREIRA *

Entre 1440 e 1460, Afonso Domingues, de alcunha *O Gago*, e almocreve de profissão, residia, com sua mulher, em Guimarães, na rua de Santa Maria [1]. Conhecemo-lo como foreiro da igreja colegiada e, entre registos do seu excurso, fica a notícia da viúva do citado almocreve, por 1469, e de um filho, Pedro Afonso (cónego pelo menos desde 1459 [2]). Solvia, então, o foro ao cabido, talvez em ajuda de Maria Fernandes, sua mãe, quando já figurava como tesoureiro da Colegiada [3]. Em Maio de 1476, na condição de proprietário, empraza a Lourenço Afonso de Andrade, também cónego e mestre-escola de Guimarães, um imóvel sito na rua de Santa Maria, por duzentos reais [4]. Em 1479, também ele, Pedro Afonso, mora na dita rua, no prédio que seu pai trouxera, por prazo do cabido [5].

Quase nada saberíamos das suas vidas, não fosse ter-se conservado o perpetuar das últimas vontades do referido Pedro Afonso.

A exemplo de outros tantos seus companheiros, irá manter-se a viver na referida rua, também em casas da igreja, não obstante ser proprietário nesse espaço, como se fez menção. Igreja a quem serviu, até falecer e casas onde residiu, também, até à sua morte. No Julho de 1494, a rondar os quarenta e muitos anos, Pedro Afonso revê umas quantas vontades, não fosse a morte surpreendê-lo [6]. E dizemos "revê", a julgar pelo cuidado posto no revogar de todas as disposições que anteriormente havia feito, ainda que as não conheçamos.

Neste findar de século, carreava, já, referentes de prestígio, quer no *cursus* eclesiástico, quer na prosperidade material. Como clérigo, para além de cónego de uma prestigiada Igreja - e cuja conezia lhe fora 'dada' por um seu homónimo [7] -, tivera a dignidade de tesoureiro por mais de quinze anos, para além dos demais benefícios. Entre eles, o de abade de S. Romão de Mesão Frio [8] e da confraria anexa à igreja, não longe da vila. Cremos, também, que lhe coube a tarefa de redigir os livros de contabilidade capitular, em 1469 e 1482, algo que renderia os cento e trinta reais cada um [9].

A prosperidade económica, que perpassa do seu testamento, não adviera, segundo as declarações do cónego, dos citados benefícios [10]: *como todos quantos havia em Guimarães sabiam, tudo havia ganho por suas ordens e lhe ficara de sua mãe, pois o que retirara de seus benefícios tudo dispendera em sustento próprio, e em algo que dera*. Um pouco mais à frente, voltava a insistir, como quem pretende que não fiquem dúvidas, *que parte havia ganho no ofício de sacristão, no qual servira por mais de quinze anos*. Certo é, como ao caso voltaremos, que reuniu, ao longo da sua vida, bens consideráveis, entre posses de direito útil e algumas de direito eminente, dinheiro, pratas, vestes eclesiais - a que chama de "jóias" - e recheio doméstico. Um percurso em construção, como resulta do cotejo das duas mandas testamentárias que conhecemos e, por fim, de uma doação [11]. Esta última, só diferente de um mero codicilo, pelo aparato normativo que regia o instituto das doações, pois o seu conteúdo não é mais que um derradeiro ultimar de vontades. Agora com a morte próxima, que a doença e o jazer numa cama permitem adivinhar.

Riqueza e família

Filho de um almocreve, como vimos, surge-nos, na década de sessenta, já órfão de pai e, compreensivelmente, ao lado da mãe, cujo nome - Maria Fernandes - poucas vezes se registou. Como era prática, ao tempo, quase sempre, e apenas, a mulher *que foi de* [12] ... A investigação empreendida leva-nos a pensar tratar-se de Maria Fernandes [13]. Em Julho de 1994, entre disposições diversas, manda rezar por alma de seus pais, e de Lopo Afonso, seu irmão. Mas o círculo de familiares era bem mais amplo.

Assim, cremos poder concluir que este homem, integrante do alto clero vimaranense, tivera a sua origem num estrato da média ou pequena burguesia urbana. Apenas deve referir-se que ficou notícia de um Afonso Domingues *Gago* entre 1446 e 1448, como homem de Fernando Afonso Ferrão. Este, por sua vez, escudeiro do Infante D. Pedro. Podendo tratar-se do pai de Pedro Afonso, terá então de admitir-se uma proximidade daquele almocreve a gente de prestígio, até Alfarrobeira, naturalmente.

Procurando o círculo dos seus familiares mais directos, não se detectou qualquer nome influente nas estruturas de poder, fossem elas laicas ou eclesiásticas, para além de um cunhado, João Gonçalves, que oficiava como escrivão da câmara em 1498 [14]. Razoavelmente posicionado a nível económico, sabe-se que, para além da herança que lhe adviera por morte de sua mãe - ocorrida entre 1469 e 1479 - grande parte do seu património fora adquirido. Entre bens imóveis, contava-se um prédio no arrabalde da rua de Gatos, e um quinhão de herdade que comprara a um caseiro e cujo local se omitiu. Já como foreiro do cabido que servia surge-nos como titular de quatro prazos no intramuros: um do lugar de Maçacricas - uma zona de feição campesina, entre a Igreja e o pano ocidental da muralha -, e de três casas. Residia numa delas, na rua de Santa Maria. As outras duas, ao que tudo indica, seguiam postas em valor no mercado dos subemprazamentos. Com efeito, muito mais expressivo que este património imóvel é o rol de bens móveis e quantia em dinheiro que nos revela o ultimar de vontades.

Detendo-nos um pouco no universo familiar, e conhecidos os seus pais, algo parece estranho, numa simplificação de raciocínio, no que à afectividade parental se refere, enquanto medida, esta, pela recompensa testamentária. Assim julgando, no círculo dos mais directos familiares, a lembrança vai para as almas de seu pai, mãe e de Lopo Afonso, seu irmão, num universo do além, que serão rezados a expensas de Pedro Afonso [15]. Não conhecendo o número de irmãos, eram pelo menos vários: no primeiro registo que se conhece, e após ter disposto de seus haveres, só uma irmã residente em Guimarães é lembrada; os demais são remetidos para a cláusula que aparta de herança *todos seus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias e seu linhagem*, com um simbólico cinco soldos a cada um [16]. Como excepções ficam a já referida irmã, que víramos a residir em casas de Pedro Afonso, e dois sobrinhos: um, de nome Pedro Eanes, a figurar como herdeiro e testamenteiro, e nomeado segunda pessoa no prazo das casas onde residia o cónego, no Julho de 1494 [17]. Por fim, uma sobrinha, irmã deste Pedro Eanes e casada com Diogo Afonso, sapateiro. Entre ligações mais afastadas, inclui uma *parente* de Vila Nova dos Infantes, no termo da vila [18]; entre ligações de outro nível, um Joaninho, a quem deixava mil reais, quando crescesse e à ama que o criava, quatrocentos reais.

Mais fortes que as ligações de sangue parecem as teias do quotidiano, entre homens da sua criação, e outros eclesiásticos da esfera profissional. Para além dos cónegos e coreiros de Santa Maria, em geral, e para o clérigo de S. Romão de Mesão Frio, igreja que já abadara,

contempla algumas pessoas singulares que evocam laços diversos. Em 1494, *inter* vivos, a prevalência vai para Pedro Eanes, homem da sua criação; a filha do pedreiro Pedro Gonçalves e Bastião. Volvidos quatro anos, ainda de boa saúde, algo muda neste dispor de vontade. Mantém a devoção à Virgem de Guimarães e aos seus directos servidores, entre cónegos e clérigos do coro. Alarga o universo dos contemplados, quer entre colaterais, quer na esfera de gente que criara: continuando a lembrar a sobrinha, casada com Diogo Gonçalves, integra mais duas: uma, filha de um escrivão da câmara [19]; outra, irmã de Pedro Eanes, já citado; depois, uma cunhada [20] e um compadre [21]. Continua a figurar a filha de Pedro Gonçalves, pedreiro, que agora sabemos chamar-se Catarina Pires. Entre criados, a lista tende a aumentar, figurando, agora, sete [22]. Um, talvez ainda criança, o Joaninho, que Pedro Afonso mandava criar; os restantes eram, ao tempo, clérigos de missa. Por fim, uns quantos nomes, em que se detecta o da mulher de Nuno de Vargas, o tabelião que lhe dera fé pública aos dois testamentos conhecidos. Enquanto a sua parente, de Vila Nova dos Infantes, continua nas lembranças do cónego, o mesmo não acontece ao sobrinho Pedro Eanes. Nomeado, por Pedro Afonso, como herdeiro e testamenteiro, agora é omitido deste outro testamento. Por saber ficam, naturalmente, os enredos que fizeram mudar o *nosso* clérigo, para retirar o protagonismo àquele familiar próximo. Agora, além de nomear o cabido da colegiada como seu herdeiro e testamenteiro, indica como segunda e terceira vidas, no prazo das casas que habitava, dois seus criados [23]. Com certeza que pode formular-se a hipótese daquele sobrinho ter falecido, ou ter-se simplesmente ausentado. Não compilámos elementos que ajudem a defender uma ou outra das possibilidades, pelo que ficará em aberto qualquer outra circunstância. Talvez seja de anular a primeira suposição, ou seja, a de que Pedro Eanes tenha falecido, pelo menos nas boas graças do tio. Se assim fosse, natural seria que o cónego Pedro Afonso o inserisse, entre os demais rezados que anota. Como foi dito, uma irmã haveria de manter-se no leque das contemplações do nosso testador.

Quando, à hora da morte, procedia aos últimos retoques no seu querer, em Setembro de 1498, reitera a devoção ao clero da colegiada, a sua sobrinha e marido, Diogo Afonso, e a dois homens da sua criação: Pedro Eanes e Pedro Gonçalves. Os únicos visados, num acrescentar de bens.

Atendendo ao exposto, este cónego não parece muito preso aos mais directos familiares, ainda viventes, com excepção dos sobrinhos citados, e que seriam, por suposto, um mínimo entre parentelas colaterais. O máximo da sua confiança fica, no findar dos seus dias, com os cónegos da sua Igreja, clérigos da sua criação e uma sobrinha, claramente querida do testamenteiro. Um universo estreito, quando comparado com o que traduz o seu mundo de negócios.

Capacidade económica e bens materiais

A primeira manda conhecida - de 1494 - revela, já, certos indicadores de acumulação de riqueza, até a julgar pelas cautelas do cónego, no que dizia respeito à sua proveniência, e como ao facto se aludiu. Deixando, por agora, os itens que se prendem exclusivamente com as orações que encomenda, e com as exéquias fúnebres, vale a pena ter em conta o volume das suas *jóias*, em que se contabilizavam uma capa roxa, bordada a ouro, cinco vestes litúrgicas [24] e sete toalhas francesas, para os sete altares da colegiada. A este rol, aduzia um cálix de prata, dourado a partir do meio e gravado com o seu nome [25]. Consideradas valiosas, tais peças deveriam permanecer à guarda do sacristão, de modo a que ninguém, nem mesmo o prior, desviasse tais bens do serviço a Deus e à Virgem. Nas dádivas a S. Romão de Mesão

Frio lá estava uma outra veste sacerdotal, e um cálix para celebrar. Também aqui se reservava que a posse não fosse nunca para o abade, antes ficasse na guarda da confraria. Em dinheiro dispõe, ao todo, de oito mil e quinhentos reais [26]. Uma quantia que ilude um volume em moeda muito mais expressivo; quando, em dado momento, confessa nada dever a ninguém, aproveita para registar o desabafo que a si lhe devem muitos, de quem tomou penhor, mas que seria *uma grande prolixidade* pôr no testamento. Tais anotações poderiam achá-las postas num caderno, em sua casa.

Preocupação que já iria ter, e prolixidade que iria perfilhar quando, em 1498, procedia à redacção de novo testamento. Enumerando, agora, dívidas e devedores, soma um total superior a setenta mil reais [27], uma lista interminável de garantias penhoradas, bem como um círculo de contactos assaz diversificado: vinte e cinco pessoas, pelo menos, recorreram ao seu crédito. Ao todo, cinco mulheres [28] e vinte um homens. Entre estes, um de Cervães, outro de Viana e um de Margaride, próximo da vila [29]. A sete indivíduos dos quais quase só conhecemos o nome [30], juntam-se três eclesiásticos [31], o filho de um cónego [32], dois escrivães (um da Câmara [33], outro dos contos [34]), o prebendeiro do cabido [35] e um procurador [36]. No mundo dos mesteres, figuram como devedores um alfaiate, um sapateiro e um serralheiro [37]. Por fim, alguém de prestígio, que se regista com o título de *dom* Henrique [38].

A partir deste cenário, cremos poder adivinhar que Pedro Afonso desenvolvera actividades negociais, permissivas de fazer dele um significativo emprestador, a troco de avultados penhores: vinte e nove taças, de valor diferenciado [39]; cinco cabeças de gado, cinco vasos de estanho, duas mantas, e uma cadeia de prata dourada.

Entre este tipo de peças, mais doze são registadas, entre o património do testador: douradas, brancas, esmaltadas, algumas portadoras de elementos figurativos do mundo animal (um mocho e um leão), ou do mundo vegetal, como as flores de lis, um cardo e medronhos. Por vezes, tratava-se de taças incrustadas, com um "Avé" gravado e outros elementos decorativos.

No mundo das cores, a prevalência do vermelho e roxo, o verde, o branco, o preto e o dourado, entre as vestes litúrgicas e os ornamentos das taças de prata. Como exemplos de outras alfaias domésticas, Pedro Afonso dispunha de arcas de tamanhos diferentes, uma delas com fechadura e ferrolho, diversos vasos [40] e vasilhas [41] e algumas peças de vestuário - duas capas, dois gibões e uma de uso corrente [42]. Por fim, uma peça talvez aparentada com um colar, ou uma bracelete em forma de serpente [43].

Se recordamos, por exemplo, que uma casa em Guimarães, numa das ruas caras, poderia oscilar, aproximadamente, entre os dois mil e os cinco mil reais [44], ou que se poderia adquirir um prédio, também numa artéria privilegiada, por três taças no valor de três marcos de prata [45], pode dimensionar-se um pouco melhor a capacidade económica de Pedro Afonso [46].

A colegiada de Guimarães foi, com efeito, um bom caminho para muitos dos que vimos progredir, por Guimarães.

O custo da memória, entre o terreno e o Além

Homem culto, habituado a ter à sua guarda os mais preciosos bens da colegiada, seu credível depositário nos quinze anos que serviu como tesoureiro, não seria de estranhar que o primeiro testamento conhecido nos chegue redigido por mão própria [47]. Datou esta manda de 17 de Julho de 1494; cinco dias depois, estava na Igreja de Santa Maria, com o notário público e as testemunhas, para obter fé pública às suas vontades [48]. Evocando todo

seu siso e entendimento, como cumpria para a validação do acto, pensa o destino do seu corpo, e cuida do destino da alma.

O corpo, esse, iria a enterrar na colegiada, *naquela parte que o cabido havia para jazigos dos cónegos* [49]. Acompanhá-lo-iam doze *obradas* [50], já no percurso entre a terra e o Céu. Ofícios que deveriam repetir-se aos nove dias, ao mês e ao ano. Aos pobres que, por estes marcos temporais, fossem recordar a sua existência à casa que habitara, ser-lhes-ia garantida esmola em vinho, pão, e carne ou peixe.

O dia da sua morte deveria ser celebrado, também, pelos clérigos do coro. Para o efeito, haveriam cento e cinquenta reais por ano, censo a solver pelas casas que tinha na rua de Santa Maria [51].

Depois, vai enumerando uma lista carregada de orações, no cuidar das almas - da sua, e de outras, por quem era obrigado [52]: logo no dia seguinte à inumação, começariam seis trintários *cerrados* [53], para o que se socorria dos templos de maior devoção: quatro a rezar nas igrejas do intramuros: Santa Maria, S. Tiago, S. Paio, e Santa Margarida, no Castelo. Depois, restavam-lhe as igrejas dos arrabaldes, entre S. Domingos e S. Francisco. Por certo, concordante com a exigência das exéquias, o montante fixado para o efeito: mil reais para cada trintário.

Para repetir os rituais de *saimento*, neste caso de *nove lições*, os cónegos receberiam, cada ano, trezentos reais, em forma de censo perpétuo, a solver pelas casas que possuía, na rua de Gatos [54].

Para o efeito, evocava um modelo: este cerimonial deveria ser realizado como os cónegos o faziam por Milícia Gomes. Embora tenhamos de prosseguir a investigação, no sentido de melhor clarificar esta evocação paradigmática, sabe-se que era alguém de posses, digna do epíteto de *honrada* e *dona* [55], natural de Guimarães e que, em dado momento da sua vida, se mudara para Braga, onde viveu até à sua morte, ocorrida, esta, pelo menos, antes de Novembro de 1464 [56]. Pode saber-se ainda que Milícia Gomes fora sepultada naquela cidade, mas em Guimarães jaziam seu pai, avós, bisavós e outros parentes [57]. Entre as demais disposições que desconhecemos, fica notícia de um *Aniversário* por sua alma, para o que se dispunha de quatro marcos de prata fina, nova e lavrada. Entre outros, como executor do testamento, figurava o cónego vimaranense, Fernão Carneiro [58]. Instituíra, também, uma capela em Guimarães, e o capelão da mesma morava, em 1469, na rua de Santa Maria [59]. Quanto ao cabido, haveria, no prazo de quatro anos, converter a dita prata em herdades, cujo rendimento suportasse os encargos do *aniversário* [60].

No que de mais concreto poderia ter inspirado o nosso cónego, em termos de ofícios *pro anima*, algo se conhece. Pela dita Milícia Gomes seria rezado *um aniversário perfeito, de vésperas, responso, nocturnos, laudes e missa, com outro responso, todo ele solenemente cantado, com boas capas, bons ceptros e boas vestimentas*. Também não poderia faltar a cruz e a água benta, e outros gestos carregados de simbolismo: tudo se faria sobre uma honrada capa que, na capela mor, fariam lançar sobre uma tumba.

Um modelo, e alguém que Pedro Afonso conhecia, fosse em pessoa, fosse pelos ofícios que por sua alma se rezavam.

Por fim, ordenava o nosso cónego, desde o dia que falecesse até um ano, que rezassem uma missa por sua alma, e dos demais a que se sentia obrigado se, com efeito, os havia. Caso contrário, tais missas valeriam e prestariam apenas por si.

Decorreram quatro anos, entre este testamento e um outro, como foi dito. A 21 de Agosto de 1498 [61], nas casas do cabido, onde vivia, Pedro Afonso redige de novo as suas vontades. A alma encomenda-a a Deus, e ao corpo mantém o destino já assinado

anteriormente, mas com um indicador mais concreto: iria a enterrar dentro da igreja de Santa Maria, mas em frente do altar de S. Roque. Aumenta, todavia, as obradas: agora quinze, em vez de doze. Elege os pobres: agora doze, à semelhança e honra dos doze Apóstolos, a quem mandava vestir de pano pardo. Mantém as nove lições de finados, como o censo para as solver. Outros pormenores são corrigidos: agora, providencia no sentido de ser rezado com quatro missas, no dia do seu enterramento; semanalmente, desde o dia da sua morte até aos trinta dias, teria missa e vigília e *vésperas de finados*, às segundas, quartas e sextas-feiras. O preço a pagar seria de acordo com o que é costume haverem os clérigos do seu salário, por vigílias semelhantes. Aumenta para duzentos reais o censo aos coreiros e compõe as obrigações: agora, em cada ano, deveriam rezar véspera, vigília e ladainha em vésperas de S. Pedro e de S. Paulo.

Cerca de um mês depois, a 25 de Agosto, procedia à outorga da nova manda, na sua casa, rodeado dos clérigos de missa, da sua criação [62]. A 12 de Setembro, no seu leito, e com o peso da doença, ditava a João de Neiva o derradeiro ultimar de vontades. Para a história ficava um pouco da sua vida, dos seus haveres e algumas singularidades que acompanham, sempre, qualquer existência individual. No silêncio, ficam muitos percursos e um perfil de sentimentos e afectividades, sucessos e reveses de qualquer vida.

Braga, Setembro de 1998.

[*] Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

[1] *Vd.* o nosso estudo: *Uma rua de elite na Guimarães medieval* (1376/1520), Guimarães, CMG e SMS, 1989, p. 169 e 206. Desde o ano económico de 1454/54 e 1454/55 que o seu nome fica registado na contabilidade capitular (AMAP, *Livros da Fazenda do Cabido*, n. 4, f. 6 e n. 5, f. 5).

[2] TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m. 55, n. 27.

[3] AMAP, *Livros da Fazenda do Cabido*, n. 9A, f. 7v e n. 10, f. 8v (1469/70).

[4] TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m. 60, n.º 34.

[5] AMAP, *Livros da Fazenda do Cabido*, n. 11, f. 8.

[6] TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m. 68, n.28). Testamento datado de 1494.07.17, e feito em Guimarães, pelo próprio Pedro Afonso, e cuja outorga teve lugar na colegiada, cinco dias depois, perante o notário público Nuno de Vargas (*ibidem*). *Cf.* cópia do século XVIII, existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, *Testamentos e Doações*, T. 1, n.º 31, f. 34v a 47.

[7] *Ibidem*, onde manda rezar a alma de Vasco Eanes, o anterior abade de S. Romão, e pela alma de Pedro Afonso, que lhe dera a conezia.

[8] Pelo menos desde 1475 (TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m. 60, n.34).

[9] AMAP, *Livros da Fazenda do Cabido*, n. 10, f. 130 v e n. 12, f. 126v.

[10] *Ibidem*.

[11] Para além do testamento já citado, um outro data de 1498.08.21 (TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m. 70, n. 18) e a doação de 1498.09.12 (TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m. 70, n. 23).

[12] AMAP, *Livros da Fazenda do Cabido*, n. 10, f. 8v (1469/70).

[13] *Cf.* TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 60, n. 34. Apesar do silêncio dos demais diplomas compulsados aqui pode ler-se, a propósito do contrato que Pedro Afonso faz com o mestre-escola, que as casas que então empraza, "som suas delle dicto Pedro Afonso de herdade por bem da doaçom que dellas fez Maria Fernandez sua madre que as comprou aa molher de Joham Gonçallvez O Sardo (...)".

[14] TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 70, n. 18.

[15] Por almas de quem manda rezar um trintário (TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 68, n. 28).

[16] *Ibidem*.

[17] *Ibidem*.

[18] A quem deixa quinhentos reais (*ibidem*).

[19] De nomes João Gonçalves (*ibidem*).

[20] Que fora casada com Vasco Afonso (TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 70, n. 18).

[21] João Garcia (*ibidem*).

[22] Pedro Gonçalves, Fernão Martins, Pedro Luís, Bastião Gonçalves, Gil e Joaninho, que mandara criar, mantendo-se Pedro Eanes, também da sua criação (*ibidem*).

[23] Pedro Eanes, que já figurava no primeiro testamento conhecido, é agora a segunda pessoa no prazo; a terceira fica um Gil, também da criação do cónego (*ibidem*).

[24] Concretamente referidas como: uma vestimenta verde, com manchas de ouro; mais quatro vestimentas *perfeitas*, a saber: uma de sarja vermelha; outra branca com botões pretos e com cruzes de *masquim*; uma outra que fora de *fronhas*; e mais uma com o nome de "Jesus" (TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 68, n. 28).

[25] A ultrapassar os dois marcos de prata (*ibidem*).

[26] *Cf. Uma rua de elite* (...), *op.. cit.*, p. 170.

[27] Concretamente 70 740 reais, mais trinta de prata e dez cruzados (TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 70, n. 18).

[28] Em que se contava uma sua irmã (dívida de 14 000 reais); Isabel Gonçalves, mãe de um Pedro de Oliveira (dívida não especificada); Beatriz Vasques (dívida de 500 reais); Isabel Álvares (três taças pequenas, que foram a penhor em Vila Nova de Atão). Esta dita Isabel Álvares referencia-se como tendo sido a manceba de Fernão de Chaves.

[29] Diogo Lopes de Cervães, a quem emprestara mil reais; o genro de Fernando Afonso, residente em Viana [da Foz do Lima], a quem emprestara três mil reais e Álvaro Martins, de Margaride, que lhe devia quatrocentos reais (*ibidem*).

[30] Um João Garcia, que sabemos compadre de Pedro Afonso (dívida: 2 000 reais); Diogo Botelho (dívida: 690 reais); Gonçalo Fernandes (dívida: 5 000 reais); João Luís (dívida de 10 000 reais); Afonso Gonçalves de Matos (dívida: dez cruzados) e João Sodre (4 000 reais) - *ibidem*.

[31] Vasco Eanes, abade de Cervos (dívida: 2 300 reais); Pedro André, clérigo (150 reais) e o cónego Pedro Gonçalves, a quem emprestara trinta reais para trazar uma mula de Castela (*ibidem*).

[32] Filho de João Álvares, cónego, a quem emprestara uma taça, para beber (*ibidem*).

[33] João Gonçalves, que devia 5 000 reais (*ibidem*).

[34] Tratava-se de um homónimo do anterior, João Gonçalves, dito dos "Contos", que devia a Pedro Afonso 6 000 reais (*ibidem*).

[35] João Álvares, com 3 400 reais em dívida (*ibidem*).

[36] De nome Gonçalo Rodrigues, cuja dívida montava os 500 reais (*ibidem*).

[37] Respectivamente, Nicolau Fernandes (a dever 1 500 reais), Afonso Eanes (a dever 800 reais) e Gonçalo Vasques, a dever 500 reais (*ibidem*).

[38] Com uma dívida avultada, a montar os 10 000 reais (*ibidem*).

[39] Entre taças *picadas*, de *colheres*, taças douradas, outras ditas de *bastiães* e de *portais*, via de regra douradas, outras taças brancas, umas de *cardos*, uma de *medronhos*, outra de *floteria com um leão no fundo*, entre outras espécies (*ibidem*).

[40] Redactados como *bacios*.

[41] Ditas "piches" por pichéis.

[42] Dita de *cotio*.

[43] Dita "*estraijom*", que poderá ser o mesmo que "estragão".

[44] *Cf Uma rua de elite* (...), *op. cit.*, p. 171.

[45] *Ibidem*.

[46] Como se se atender ao facto de um prebendeiro do cabido receber, por trabalho complexo e de responsabilidade, dois mil reais por ano, e um clérigo, por dizer os Evangelhos, apenas quinhentos (*ibidem*).

[47] TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 68, n. 28.

[48] Testemunharam o chantre (Fernando Álvares) , quatro cónegos (Garcia Caminha, Afonso Eanes, Pedro Gonçalves e João Dias), e um homem da criação do chantre. Todos a dominar a escrita, deixando as respectivas assinaturas. A validar a outorga, Nuno de Vargas, tabelião de Guimarães e seus termos, por D. João II (a cédula de outorga, escrita no verso do pergaminho que contém o testamento, foi feita a 22 de Julho de 1494).

[49] TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 68, n. 28.

[50] O mesmo que *obladas* ou *ofertas* que, durante o ano, se faziam pela alma de algum defunto, podendo constar, entre outras coisas, de pão, vinho, cera (VITERBO, (Frei) Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases* (...), (Ed. crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza), vol. 2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1965/1966, p. 445). No caso em estudo parece tratar-se de algo que o testamenteiro deveria solver no próprio dia da sepultura, para exéquias que deveriam ser rezadas nesse dia, e no seguinte (TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 68, n. 28).

[51] Onde, ao tempo, vivia uma servente do peliteiro que as trazia emprazadas do cónego.

[52] Destes trintários, um seria rezado por sua alma. Os outros, pela alma de seu pai, de sua mãe, de Lopo Afonso, seu irmão, de Vasco Eanes, abade que o antecedera em Mesão Frio, e por Pedro Afonso, de quem recebera a conezia. Um outro item regista a vontade de rezarem um outro trintário encerrado, por alma do cónego Vasco Eanes.

[53] Os de maior disciplina, em que os clérigos se encerravam os trinta dias na respectiva igreja, sem dela saírem, sem falarem com ninguém, salvo o estritamente indispensável para se garantirem os ditos ofícios religiosos. Assim, comiam e dormiam no recinto da igreja, guardando o silêncio (*Vd.* VITERBO, (Frei) Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases* (...), *op. cit.*, p. 617 em "Trintaro", e *cf.* a diferença entre *trintairo aberto* e *trintario çarrado*).

[54] Que, como se referira, eram habitadas por uma irmão de Pedro Afonso e cuja propriedade o cónego deixava a sua sobrinha, mulher de Diogo Afonso, sapateiro.

[55] TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 57, n. 39 (1464.11.14).

[56] *Ibidem*.

[57] *Ibidem*.

[58] *Ibidem*.

[59] AMAP, *Livros da Fazenda do Cabido, n. 9A, f. 5 e n. 10, f. 6 (1469/70).*

[60] *Ibidem*. O que viesse a render por tais herdades - pouco ou muito - deveria ser distribuído pelos cónegos e beneficiados de Guimarães, que estivessem presentes no dito *aniversário*, ou ainda pelos enfermos cuja doença impedisse estarem por suas pessoas, ou que se houvessem ausentado em serviço da Igreja.

[61] TT, *Col. Guim.*, *Docs. Part.*, m. 70, n. 18.

[62] Fernão Martins, João Luís, Pedro Eanes e Bastião Gonçalves. De novo validava o acto o notário Nuno de Vargas. Então, e de novo, como tabelião do senhor duque de Bragança.

O SÍTIO FORTIFICADO TIPO "MOTA" DE EIRÓ, RIO DOURO (CABECEIRAS DE BASTO)

Luis Fernando de Oliveira FONTES *

Antecipando a publicação futura de estudos arqueológicos em curso sobre a vertente alta da serra da Cabreira, entendemos noticiar aqui a identificação do monumento que designamos por "mota" de Eiró, associando-nos assim, ainda que de forma modesta, à homenagem ao Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, investigador pioneiro na abordagem arqueológica da castelologia medieval do Noroeste português.

1 – Localização

A "mota" de Eiró situa-se sensivelmente a meio da encosta SE do monte designado por Outeiro das Moças, nos terrenos localmente designados por Ceara, lugar de Eiró, freguesia de Rio Douro, concelho de Cabeceiras de Basto [1]. O topónimo Mota, cartograficamente localizado na área da encosta sobranceira ao sítio arqueológico, também é usado pela população para identificar, ainda que de forma genérica, o local.

De acordo com a folha n.º 72 da Carta Militar de Portugal, esc. 1:25000, dos Serviços Cartográficos do Exército, o monumento está a cerca de 550 metros de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas – latitude 41° 32′ 53″ Norte e longitude 1° 09′ 15″ Este.

Zona de vertente, bem drenada, apresenta uma cobertura vegetal dominada por matos e arbustos rasteiros (tojo, giestas, fetos e herbáceas). O substrato rochoso, granítico, é recoberto por um solo pouco espesso, que frequentemente deixa a descoberto a arena de alteração (saibro).

O acesso ao local faz-se a pé, por caminho carreteiro de terra com troços lajeados, que sai da estrada nacional EN.311 para Noroeste, em frente à capela de Santo Estêvão. Subindo a encosta cerca de 300 metros, deve virar-se à esquerda, em direcção a um bosquete de eucaliptos, que abriga parcialmente o monumento.

2 – Descrição e Interpretação

O monumento que designamos por "mota" de Eiró é um montículo ou cômoro artificial de terra, rodeado por um fosso, destacando-se de forma acentuada da superfície ligeiramente declivosa da encosta. De forma circular, apresenta uma depressão interior descentrada e uma sobreelevação no lado NO do montículo, onde atinge a altura de 6 metros em relação à base da elevação. O diâmetro é de cerca de 45 metros, com fosso, e de cerca de 35 metros, sem fosso.

O fosso, marcado pela concavidade que circunda toda a elevação, nunca ultrapassa os 0,80 metros de profundidade, devendo estar aterrado. Exteriormente é acompanhando,

em todo o seu perímetro circular, por uma pequena elevação de terra, que incorpora alguns alinhamentos incipientes de pedras de médias dimensões, não afeiçoadas, que poderão corresponder ao derrube de um murete que delimitaria exteriormente o montículo.

No interior da elevação central, incorporados na massa térrea, observam-se elementos pétreos de dimensões variáveis, que tanto poderão corresponder a derrubes de edificações ou serem apenas elementos de consolidação da massa térrea. No lado SE observa-se uma abertura para o fosso, sugerindo a existência de uma entrada nesse lado. Esta entrada seria servida por um caminho cujo traçado é ainda perceptível na topografia da encosta, serpenteando para NE até ao caminho actual, em cujo talude é visível o lajeado que pavimentaria partes do caminho primitivo.

À superfície não identificamos qualquer tipo de material arqueológico, como cerâmicas domésticas ou de construção.

Pelas características arquitectónico-construtivas, em que sobressai a planimetria circular com fosso circundante e a elevação através de aterro de pedras e saibro, interpretamos os vestígios acima descritos como uma construção do tipo "mota", da qual se encontram exemplos com extraordinária semelhança na actual região francesa da Bretanha, onde foram comuns durante os séculos XI e XII [2].

Em Portugal, a fortificação conhecida que mais se pode aproximar ao modelo da "mota" será a do Castelo de Penafiel de Bastuço, próximo de Braga [3]. Contudo, pode admitir-se a existência de bastantes mais construções defensivas semelhantes, pelo menos na região de entre Douro e Minho, como sugerem a documentação medieval e a toponímia [4].

3 – Elementos de Contextualização

Estrategicamente situada a meio da encosta, dominando todo o importante vale da ribeira do Rio Douro, por onde se estabelece a ligação natural entre as terras de Basto e o planalto Barrosão, desde Refojos até às Torrinheiras, identificamos esta "mota" de Eiró com o castelo onde "tinham de ir" todos os anos, como referem as Inquirições Afonsinas de 1258, quase todos os moradores da paróquia de Santo André de Rio Douro.

Nesse documento [5] referem-se explicitamente *Cambeses* (Cambezes), *Arnela* (Asnela), *Leiradas* (Leiradas), *Jacim* (Chacim), *Stevaim* (Esteves), *Texugueiras* (Teixugueiras), *Ameloadela* (Meijoadela), *Jugaeli* (Juguelhe), *Vilela* (Vilela), *Rivulo Doiro de superno* (Fondevila - Eiró) e *Rivolus de Doiro de juisano* (Rio Douro), lugares que ainda hoje são núcleos de povoamento da freguesia de Rio Douro.

Tendo presente que só os moradores da vasta freguesia de Santo André de Rio Douro e alguns da freguesia de S. Salvador de Cabeceiras, e mais nenhuns outros de qualquer freguesia, tinham por obrigação "ir ao castelo" todos os anos, isto é, tinham que assegurar a sua manutenção, pode colocar-se a hipótese de aí ter estado instalada a sede do poder territorial-administrativo do Julgado de Cabeceiras de Basto.

Na ausência de quaisquer outros dados de natureza arqueológica ou documental escrita, só pode apontar-se os meados do século XIII como referente cronológico da sua ocupação. De acordo com os parâmetros cronológicos estabelecidos para este tipo de construções na Cantabria (Espanha) e além-Pirinéus (Bretanha), pode colocar-se como hipótese que a sua edificação não deverá ser anterior ao século XII e a sua ocupação não deverá ter perdurado para além do século XIV [6].

4 – Fundamentos para a sua classificação

O monumento designado por "mota" medieval de Eiró é uma obra de arquitectura militar de notável interesse científico, sobretudo para a arqueologia medieval, não apenas pela raridade da sua tipologia – é a primeira fortificação tipo "mota" até hoje identificada em Portugal, denunciando uma inequívoca penetração de modelos arquitectónicos amplamente utilizados na Europa medieval de além-Pirenéus - mas também porque se apresenta em bom estado de conservação, aparentemente sem transformações significativas.

Testemunho de uma forma particular de residência senhorial fortificada, a "mota" medieval de Eiró é, pelas suas características arquitectónicas específicas, pelos contextos sociais e históricos que evoca e pelas relações geo-políticas que revela, um monumento de inegável valor histórico, social e científico. É também, pela sua raridade e estado de conservação, um excepcional exemplar da arquitectura senhorial fortificada dos séculos centrais da Idade Média em Portugal. Por estas razões, propusemos a sua classificação como Monumento Nacional (ou Monumento de Valor Nacional).

Braga, Setembro de 1998.

[*] Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
Este texto desenvolve a memória descritiva que acompanhou a proposta de classificação do sítio como Monumento Nacional, elaborada pelo autor em Março de 1998.

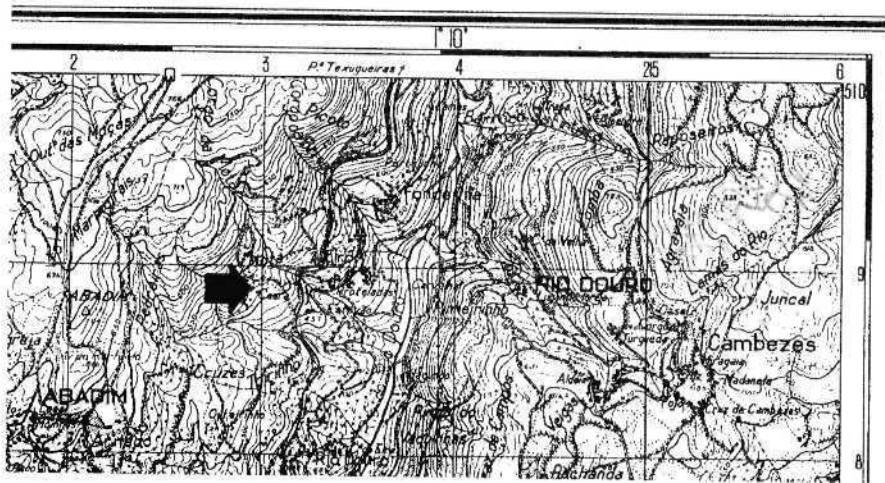
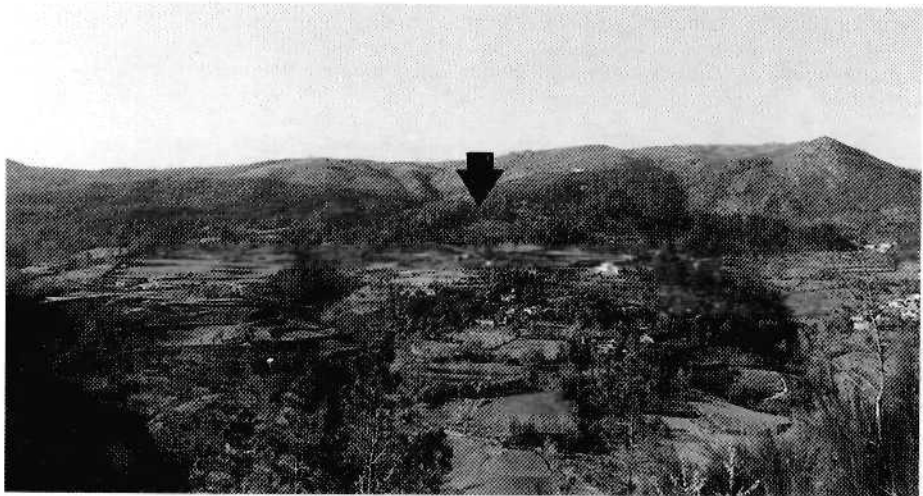
[1] O terreno onde se implanta o monumento é propriedade do Sr. António Pereira Gonçalves Pires, morador no lugar de Rio Douro, Rio Douro, Cabeceiras de Basto.

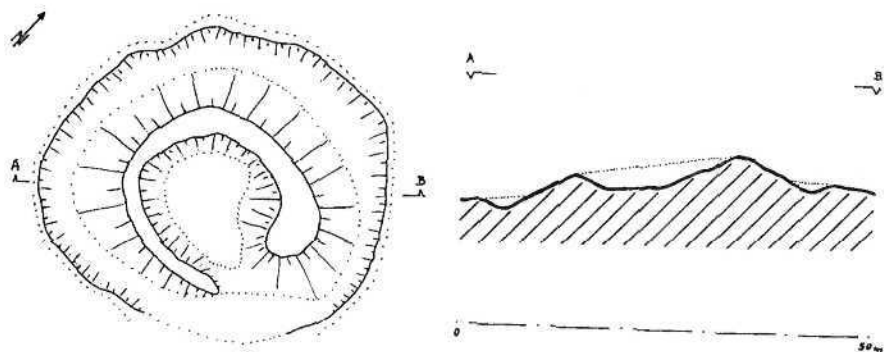
[2] Cf. Patrick Kernevez – *Les Fortifications Medievales du Finisterre. Mottes, enceintes et châteaux*, Institut Culturel de Bretagne / Centre Regional d'Archeologie d'Alet, Rennes, 1997.

[3] Luis Fontes e Henrique Regalo - "O "castelo" de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo", *Arqueologia Medieval*, 5, Mértola, 1997, pp.199-220.

[4] Isto mesmo sublinhou Mário Barroca no seu trabalho "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)", *Portugalia*, Nova Série, XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1991, pp. 89-134.

[5] *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, I, (Inquirições de 1258), Academia das Ciências, Lisboa, 1888, pp. 668-669.

[6] Cf. Ramon Bohigas, Manuel Garcia, Pedro Sarabia, Ana Sobremazas, Isabel Fernandez, Angela Sainz y Consuelo Hospital - "La Fortaleza en Mota de "El Torrejon" (Las Henestrosas, Cantabria)", *Actas del I Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Tomo V, Diputacion General de Aragon, Zaragoza, 1986, pp.123-142; Patrick Kernevez – *Les Fortifications Medievales du Finisterre. Mottes, enceintes et châteaux*, Institut Culturel de Bretagne / Centre Regional d'Archeologie d'Alet, Rennes, 1997.

1 – Extracto da folha n.º 72, da Carta Militar de Portugal / SCE, na escala 1:25000, com localização do sítio.

2 – Vista panorâmica da vertente direita do vale do Ribeiro de Rio Douro. Ao centro, coroando a mancha agrícola, localiza-se o monumento.

3 – O monumento visto de Nordeste.

4 – Esboços topográficos da planta e corte do monumento.

SYMBOLISME ET MODERNISME DANS LA PEINTURE PORTUGAISE
PROPOSITION D'UNE NOUVELLE PERSPECTIVE

José-Augusto FRANÇA *

L'histoire de l'art moderne au Portugal commence, selon l'usage, par l'Exposition Libre réalisée à Lisbonne en 1911 par des peintres nationaux qui étudiaient à Paris et y découvraient l'impressionnisme de leurs grand-parents. Ils y tenaient et l'engagement polémique de leur animateur et porte-voix, Manuel Bentes, était nécessairement mal vu de ses compatriotes. L'impressionnisme, dévotion des uns, accusation des autres, n'était pourtant rien de plus qu'une référence car ce que les jeunes "parisiens" voulaient c'était "être libres", échappant "aux dogmes de l'enseignement, aux impositions des maîtres, aux influences des écoles. "Une seule école - la Nature; un dogme unique - l'Amour" proclamait Bentes, plus ou moins suivi par ses moroses compagnons d'aventure dont Eduardo Viana *à ses débuts, plutôt près du naturalisme rural de Malhoa. Leurs idoles: Monet, côté Na*ture, et Puvis de Chavannes et Rodin, côté Amour; et Carrière, fumeux à souhait, image du vague sentimental qui attirait les jeunes coeurs lusitaniens un peu perdus dans la capitale des arts et du monde, et encore plus dans leur propre pays ... D'un côté, le souvenir douloureux de Nobre à Paris ou de Cesário à Lisbonne, de l'autre, la présence imposante de Malhoa et de ses "Ivrognes", glorieusement au Salon de la Société des Beaux-Arts, à Lisbonne, en 1909, et reexposés deux ans après, avec un succès redoublé par le populisme républicain qui, entretemps, avait eu sa révolution.

Certes, à Porto, António Carneiro [1] passionné également de Puvis et de Carrière, *avait peint, dans le virage du siècle, l'Amour, l'Espérance et la "Saudade" et s'était donné* à voir, "Ecce Homo" de toutes les douleurs, mais lui-même se plaignait de la concurrence victorieuse des autres, ces réalistes à la José de Brito, avec leurs chairs dégoûtantes, républicaines, si nécessaire ... Il y avait donc, en 1911, trois situations dans la peinture portugaise: celle représentée par le binôme naturaliste-réaliste Malhoa-Brito, Lisbonne-Porto, celle représentée par le symbolisme de Carneiro à Porto et, finalement, celle définie par les "jeunes de Paris", qui juraient à la fois par l'impressionnisme et par le symbolisme, sans faire pour autant état de convictions esthétiques exagérées. On pourrait fixer les dates des trois attitudes, respectivement dans les années 1880, 1900 et 1910 - ce qui correspond à l'évolution des goûts artistiques (*et littéraires*) portugais, *voire de la mentalité* nationale.

Mais on a laissé derrière la porte un protagoniste important de cette histoire: Columbano. Il était (celà fut déjà écrit) "lePortugais sans Portugais" [2], car, dans le même ordre d'idées, ceux-ci avaient Malhoa pour peintre: Malhoa était leur Portugais, dans la mesure où ils étaient les Portugais du peintre des "Ivrognes" et du "Fado". Le cercle de la mythologie nationale se refermait autour de Malhoa; Columbano lui était, pour ainsi dire, excentrique. Tout comme son frère Rafael Bordalo, d'ailleurs, mais dans un sens inverse-car celui-ci, "Portugais tel quel" [3], avait le bon sens de s'en amuser par Zé Povinho interposé. On a déjà assez réfléchi sur ce personnage de la comédie portugaise, pour y voir,

nécessairement, l'image de ces mêmes Portugais qui aimaient Malhoa et que Malhoa aimait, du fond de leurs coeurs ou de son coeur, innocents les uns comme les autres... L'innocence culturelle de Malhoa, sans doute supérieure en qualité à celle de Bríto, était, précisément, celle des Portugais qui manquaient à Columbano. Elle était toute autre que celle de Carneiro - et il n'y a nulle raison de penser que l'innocence de Bentes et de ses amis de l'exposition de 1911 leur était plus utile ...

Revenons cependant à ceux-ci, épris de Nature et d'Amour et ne sachant pas trés bien comment relier les deux pôles de leur affection. La fidélité muette d'un Silva Porto aux paysages qu'il a appris à regarder à Barbízon et à voir au Portugal (même avec les yeux du coeur dont Ramalho Ortigão se portait garant, de façon à la fois positiviste et nationaliste) ne suffisait pas à Bentes, une trentaine d'années plus tard; c'est pourquoi il en parlait trop longuement.

Indécise,sinon équivoque, l'"Exposion libre" prolongeait le XIXe siècle naturaliste; toute allusion à des préoccupations d'ordre symboliste n'avait qu'une intention polémique aux conséquences bien nulles chez les exposants, dont les destins y resteront étrangers. L'"Amour" évoqué s'arrête donc dans ces quelques phrases de Bentes, au niveau d'une promotion d'apprentis peintres dont leur contemporain parisien, Amadeo de Sousa-Cardoso, dizait, en même temps, qu'ils "marchaient dans une routine arriérée". Ce n'était certes pas eux qui auraient pu donner satisfaction à l'anarchiste Aquilino Ribeiro qui, deux ans auparavant, avait écrit de Paris qu'en ce qui concernait les "artistes portugais" y résidant,"on restait dans l'attente de la révolution des arts au Portugal" ... Il est vrai qu'Aquilino ne mentionnait aucun des jeunes exposants de 1911 - pas plus,qu'Amadeo qui n'existera pas, en termes historiques, avant 1912.

Ce fut alors que cet ami et voisin de Pascoaes et de Laranjeira d'un côté, et de Modigliani de l'autre, entre Amarante et Paris, se mis à peindre des châteaux héraldiques dressés sur des sites de rêve où monts et merveilles éclataient sous le regard immobile de chevaliers de légende. Il dessina alors également les illustrations de Saint-Julien l'Hospitalier oú Flaubert s'étaít offert un songe magestueux et ambigü, dans un manuscrit qui resta caché aux yeux du monde; et les vingt dessins d'un album où la critique a vu passer l'ombre de Gauguin et de Beardsley dans une "poésie barbare", "sorte de tapis d'Orient plus composé qu'une galerie de mosquée". Amadeo "mexicain", "mohican", voire "persan", dont "la forme des êtres et des objets pousse le symbolisme jusqu'à l'exagération de la vérité. par la surexcitation de l'intensité" [4] .

Le mot est lâché, ce Symbolisme que la peinture de ses compatriotes avait enterré douze ou seize ans auparavant dans des collections jalousement férmées aux regards du public, chez des mecènes cultivés, dans des demeures provinciales. António Carneiro avait ployé sous les douleurs de sa vie quotidienne, Leopoldo Battistini avait exalté la splendeur du corps de la femme aimée, reine miraculeuse que Sagramor (celui d'Eugénio de Castro) rencontre dans la douceur mélancolique d'un paysage de cyprés. Chacun d'eux une seule fois et "basta", pour les besoins de l'imaginaire national, vers la fin d'un siècle qui tardait à mourir, entre sphinx et bijoux aux éclats mortels.

Amadeo appartenait à une autre génération qui cherchait du neuf à Montparnasse. Il le trouvera bientôt, cubiste, futuriste, abstrait, voire "puriste" et "dada" - "un peu de tout", en somme, dans une boulimie de nouveau-riche d'idées qu'il captait mal, pri par "la fièvre de la vie moderne". Ses dessins de 1912 participaient, d'aprés lui, d'un "sentiment" et d'une "psychologie romanesque(s)": c'était du "descriptif" alors que l'art entrait dans une phase dominée par l'"inventif" et il se devait de suivre cette "grande évolution" qui donna

l'art moderne au Portugal et le Portugal à "l'Europe du XXe siècle" - Almada Negreiros dixit, en décembre 1916, lui qui était "poète (et pamphétaire) futuriste et Tout" ...

Ce "Tout" n'en était pas moins exclusif de sa propre phase de poésie symboliste en prose, pleine de Colombines, d'Eves, de "saudades" et de ruines ("Orpheu" No.1), de ses Pierrots et de ses nymphes écoutant les sons envoûtants d'une flûte de Pan - ou de son Christ sans visage dans l'attente de la mort universelle. Son nouvel ami Amadeo se libérait, lui, d'un passé où l'ombre de Modigliani se profilait un peu trop et il faisait alors figure de pionnier, "première découverte" nationale dans le nouveau siècle né en 1915 avec le numéro 2 d'"Orpheu".

Qui d'autre pourrait lui disputer ce poste d'avant-garde de "la plus grande des luttes"? Santa-Rita-Pintor sans doute, le héros de ce même tome de la revue, avant de l'être à nouveau dans le "Portugal Futurista", deux ans et demi plus tard. Il était le seul "futuriste declaré en Portugal"; il n'y en avait qu'un - "c'est moi", affirmait-il en avril 1916...

On ne connaît que très peu de sa production, dont une partie (grande, petite?) fut détruite lors de sa mort, en 1918, d'après sa dernière volonté. Les "hors-textes" d'"Orpheu" et les réproductions de "Portugal Futurista" s'ajoutent ainsi à deux tableaux qui sont restés, une. tête cubo-futuriste, disons, et une composition de jeunesse, sorte de canular, sans signification véritable où il est question d'Orphée aux enfers. Mais, derrière ces oeuvres, il y a deux textes de Bettencourt Rebelo et de Carlos Parreira, que l'on ne doit pas oublier. Le premier ouvre le numéro unique de "Portugal Futurista" à côté d'une photo clownesque de l'artiste, "devin latin" à la "sensibilité mediumnique", homme de "Vertige" qui dominait le vertige. Parreira publia en 1919 sept pages "in memoriam" de son amitié [5] qui prennent les accents surannés du symbolisme décadent le plus évident. Il y évoque la figure, étrange du peintre, son "profil de caule" dont les costumes attendaient des "cérimonies mystiques de catafalque", ses "doigts longs et pétiolés de violonniste phtysique", son "front d'une pâleur de camélia blanc",, ses cheveux "comme des oiseaux nocturnes gelés contre une statue d'éphèbe", ses gestes "hiper-inquiets", sa "voix d'hémoptyse" ... "Intoxiqué d'art", "antenne plurivibratile, hallucinatoire", "gothicisant des envols", Santa-Rita n'admettait que de rares amis dans "le tabernacle de son intimité"; on pourrait alors l'imaginer se promenant avec Oscar Wilde et Jean Lorrain "dans le crépuscule de laque de Florence" qui tombait sur l'Avenida da Liberdade ...

Santa-Rita était de "l'espèce des exilés", la revue "Orpheu" était "un exil de tempéraments d'art" et, l'année suivante, une revue éphèmere a pris finalement le nom qui planait, "Exílio". L'art de nos jours ne vit-il pas dans une "névrose divine" ? Aarão de Lacerda l'affirmait dans une conférence lue lors du salon des Modernistes organisé en 1915 à Porto [6] fief symboliste, certes, où régnait le bon Carneiro qui illustra le texte. Si personne n'était plus "lisboeta" que José Pacheko (à moins qu'il ne fut "de Paris", comme Sá-Carneiro et Almada qui s'en vantait; ils ne l'étaient pourtant pas ...), on ne lui doit pas moins la couverture du N° 1 d'"Orpheu" et celle des poèmes de Sá-Carneiro, "Dispersão", et de ses contes de "Céu em Fogo", en 1914 et 1915, compositions laborieuses dans un goût décadent qui définira toujours la personnalité de l'animateur par excellence du "modernisme" des années 20 portuguaises.

Entre le futurisme et le symbolisme les liens sont étroits, chez Marinetti ou lorsque Boccioni peignait ses "états d'âme"; cela est bien connu. Le symbolisme initial des futuristes portugais (le peintre Amadeo, le poète Almada - pour ne pas parler ici de Pessoa ou de Sá-Carneiro, ou de Santa-Rita tel qu'en lui-même) leur devint plus ou moins étranger, dans la "grande évolution" du peintre d'Amarante, un peu moins dans les Pierrots mélancoliques

ou les gens du voyage qu'Almada ne cessera de peindre, quarante ans durant - avant de plonger dans l'univers sidéral des nombres, déjà ouvert, vers 1925, aux yeux éblouis d'"Antunes", son apprentissage terminé, dans les dernières pages de "Nome de Guerra". Symboliste, ce "poète futuriste" le sera toujours, en dialoguant avec Pythagore ou Platon, Prométée ou Psyché, Gallilée óu Léonardo, la Vie et la Mort, sous le regard de son Ange Gardien - "ange de beauté et plus beau que tout autre, sans comparaison aucune, tel le rêve doré de chacun" [7] ... Le même être ailé traversera la scéne dramatique de la "Nau Catrineta" perdue et retrouvée. Ceci en 1924 comme en 1946, au théâtre comme en peinture.

On ne pourrait donc imaginer Almada Negreiros sans les racines symbolistes qui sont restées dans son oeuvre et dans sa personne de "Narcisse de l'Egypte", comme une empreinte magique et indélébile. La modernité réclamée par lui à propos d'Amadeo, avait une teneur symboliste, au moins par la voie nationaliste (même si, malgré lui, Amadeo...) et, en même temps, par la grande voie cosmique du "théléon", le "nombre parfait" platonitien. Amadeo ne s'arrêtait certainement pas à de telles barrières culturelles: il cherchait moins loin, à Montparnasse ou au "Sturm" berlinois, quitte à se dépasser, voire se défoncer, à la fin de sa "vita brevis" dans des explosions d'objets inutiles - où le Christ en croix aura une place insolite...

Mais ce "futurisme" (car l'étiquette ne manqua pas d'être collée à ces oeuvres, où, tous les courants esthétiques mélangés, un esprit "dada" ne manqua pas de faire irruption, avec une rage d'exil provincial) trouva chez Santa-Rita une situation autre, de "Vertige". On nous l'avait déjà dit mais c'est ce qui poussa Raul Leal, compagnon de route exalté et combien.authentique, jusqu'à l'extrême malheur, à une "divagation outre philosophique" au sujet du peintre, toujours dans "Portugal Futurista" - suivie d'une importante lettre, sans date, adressée à Marinetti, restée inédite jusqu'en 1966. Elle fut alors attribuée à Pessoa, qui avait commencé à la traduire en anglais - avant d'être restituée à son auteur véritable en 1969 [8].

Le futurisme s'y voit accusé de ne chercher que "la raison physique, externe, superficielle et empirique (des impressions) ", et non "leur raison métaphysique, intime, profonde, abyssale". Celle-ci ne peut être atteinte que par "la pensée qui se transcende et gagne l'état suprême du Vertige". Les futuristes se trouvent, hélas, "en deça de la pensée", alors que Leal "préfère l'autre côté, le côté pur". Là l'attend le "Vide-Astral,, cette Infinité-Vide, entièrement animique, ce Phantasme-Vide dans le Vertige (le Vertige "labyrinthisant") aussi horrifiant que sublime, la pure essence de la Vie". Une nouvelle religion et une nouvelle église, "paraclétiennes" (que Dieu ordonnait au philosophe de fonder et d'annoncer) voyait dans la Mort "une vie entièrement abstraite (...), pleine d'un Vide infini entièrement animisé", car le propre de la Mort est l'animisme et le Vide. Vie et Mort se réunissent donc dans l'infini qui, "suprême aspiration futuriste" d'après Leal, doit être plus riche que ce que les futuristes ont toujours pensé ou supposé car il se doit d'inclure "tout ce qui a existé (rien ne doit être perdu dans l'histoire) et tout ce qui existe encore" - dans une "synthèse suprême".

Les concepts (ou les mots, les mots ...) s'inscrivent dans ce discours de Raul Leal tendant à une sorte de "surfuturisme" qui (si on ose le dire) n'est pas très loin du surréalisme déjà alors proposé par Apollinaire, dans un cas comme dans l'autre en dérive symboliste.

Car tous ces futuristes et para-futuristes portugais des années 10 avaient en commun (et également en commun avec les italiens) une racine spirituelle et culturelle symboliste. Et ils n'étaient pas sans regretter, avec Pessoa, le caractère par trop photographique et abstrait du futurisme - alors que "l'art, d'une façon ou d'une autre, est anti-photographique

et concret" [9]. Quoi de plus concret que la Mort ou la Vie, l'Amour et la "Saudade", voire le Vide et l'Infini ? Et quoi de moins prenable en photo qu'une vision ?...

Les historiens de art du modernisme portugais ont donc le choix d'insister sur la coupure-futurisme en 1915 (N°. 2 d'"Orpheu" avec les "hors-textes" de Santa-Rita qui vont de pair avec les poèmes d'Alvaro de Campos et de Sá-Carneiro) et 1916 (expositions d'Amadeo, ou déjà en 1913, l'année de sa "grande évolution" cubiste à Paris, mais inconnue au Portugal) - ou de se poser la question esthétique initiale sur la période précédente d'Amadeo, à l'allure "persanne", et la présence envoûtante des Pierrots et des Christs d'Almada, plutôt "Narcisse de l'Egypte" que "poète futuriste", et de voir Santa-Rita par les yeux, ô combien laqués et florentins, de Carlos Parreira ... Et de prêter attention à certain mot que Bentes, tout innocent qu'il était, ne fut pas sans annoncer en 1911 - cet "Amour" que Carneiro avait enterré avec lui dans les pages nébuleuses d'"A Águia". Quand arrivera-t-il, le "Super-Camões" de Pessoa, capable de le porter en triomphe vers ia chasteté de Dom Sébastien, "roi du mystère", embarqué sur "le dernier vaisseau" de l'Empire ? ...

C'est une histoire de nostalgiques hésitations qui se constitue à ce début tardif du XXe siècle si semblable à la fin traînante de son prédécesseur. Une histoire prise entre des souvenirs et des appétits, les appels plaintifs du passé et les fragiles défis du futur ...

Péché, jamais racheté, des origines, dans un temps national immobile? Péché nécessairement vécu, plus qu'assuré, d'une génération à une autre ? Une trentaine d'années plus tard, Mário Eloy n'est-il pas mort plongé dans les symboles confus de sa folie, alors qu'António Pedro et António Dacosta tiraient des profondeurs de leur imaginaire insolite des symboles de fête et d'amour, de mort et de désespoir ?

... Mais l'histoire de l'art commence par l'acte de voir. Les expositions sont faites pour donner à voir et il faut faire voir pour comprendre - pour fixer une image historique dont nous nous rendons maintenant compte qu'elle est confuse plus que contradictoire. Une grande exposition de peinture, qu'actions littéraires, théâtrales et musicales, bien entendu, accompagneraient, fut étudiée et proposée en 1989 aux responsables officiels de la culture nationale et également à la Fondation Gulbenkian[10]. À son entrée devait se dresser la statue de l'"Exilé" de Soares dos Reis; d'autres exilés, à, l'extérieur comme à l'intérieur du pays et de sa sombre histoire, tapisseraient les cimaises de leurs images oubliées. "Exil de tempéraments d'art" en 1915, "Orpheu" resta fidèle à lui-même, en "traversant une série infinie d'ismes"; chose "hilarante" [11] si l'on veut! De toute façon, le destin d'une exposition (possible ou impossible) est d'être un fait social ...

* Universidade Nova de Lisboa.
Conférence lue le 15 abril 1990 à la Sorbonne, Paris.

[1] Voir J.-A. França, *António Carneiro*, Lisboa, 1973; Laura Castro, *António Carneiro*, Lisboa, 1997.

[2] Voir J.-A.França, *Malhoa, o Português dos Portugueses & Columbano, o Português sem Portugueses*, Lisboa, 1987.

[3] Voir J.-A.França, *Rafael Bordalo Pinheiro, o Português tal e qual*, Lisboa, 1981.

[4] Jerôme Doucet, "Avant-propos" in Amadeo de Souza-Cardoso, XX *Dessins*, Paris, 1912.

[5] Carlos Parreira, *In Memoriam Santa-Rita Pintor*, Lisboa, 1919.

[6] Aarão de Lacerda, *Da ironia, do riso e da caricatura*, Porto, 1915.

[7] Almada Negreiros, *Pierrot e Arlequim*, Lisboa, 1924.

[8] Voir Fernando Pessoa, *Páginas de Estética e de teoria e critica literárias*, Lisboa, s/d (1966), pp. 164-174. Voir pour l'attribution, Pinharanda Gomes, *Pensamento Português*, Braga, 1969, I, p. 74.

[9] Idem, ibid., p. 175.

[10] Par Isabel de Oliveira e Silva (I.P.P.C.).

[11] Almada Negreiros, *Orpheu*, 1915-1965, Lisboa, 1965, p. 24.

A MEMÓRIA CULTURAL NA SIMBOLIZAÇÃO DOS RITUAIS SOCIAIS

António Custódio GONÇALVES *

Ao Mestre universitário e ao Amigo dedicado Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em homenagem à síntese entre saberes diversos que soube realizar com excelência e também com humildade da ciência com consciência.

As modalidades práticas da simbolização dos rituais sociais foram em todas as culturas objecto de numerosas descrições e interpretações antropológicas; mais ainda, os rituais sociais, os mitos e as simbologias constituíram os conteúdos privilegiados da antropologia. Na tradição clássica eram comuns as leituras etno-sociológicas dos ritos colectivos, numa perspectiva funcionalista e estruturalista, de análise das funções e dos papéis sociais de integração e de socialização.

Passada a fase do fascínio pelos rituais exóticos e sagrados das culturas ditas «primitivas», em ruptura com a racionalidade, a lógica, a objectividade e a eficácia técnica, assistimos hoje à multiplicação de análises dos processos de secularização dos ritos sociais e das novas simbolizações do espectáculo político, das festividades cíclicas, dos movimentos ecologistas ou dos movimentos regionais ou locais que, reagindo contra uma planificação tecnicista e burocrática, pretendem afirmar a especificidade das identidades colectivas regionais, num processo de simbiose da tradição e da modernidade.

Esse reencontro da tradição e da modernidade ou, melhor, esta revalorização da tradição num contexto de modernidade, por um lado, e o papel cognitivo das dinâmicas de recriação e de reconstrução das representações colectivas, por outro lado, constituirão os dois vectores fundamentais da nossa análise e dos nossos questionamentos, sustentados por um conjunto de observações participantes e de investigações quer sobre ritos de iniciação e de passagem, quer sobre rituais de festividades cíclicas.

Os processos simbólicos assumem importância fundamental na exteriorização das práticas sociais ritualizadas, referentes ao saber e ao saber-fazer de qualquer cultura e sociedade. As metáforas e os símbolos da transmissão e da perpetuação do poder, as encenações do poder e as «liturgias políticas» |1| nas sociedades modernas, os conteúdos simbólicos do processo político nos ritos de soberania das sociedades tradicionais, os ritos de passagem e os ritos de inciação, os rituais cíclicos da vida individual ou os ritos calendarizados e sazonais constituem processos essenciais da teatralização da vida colectiva e rituais por excelência da comunicação, tanto nas sociedades tradicionais e rurais como nas modernas sociedades tecnológicas. A análise sumária destes casos permite compreender como e porque é que as diferentes simbolizações rituais podem manifestar a diversidade de poderes e de representações colectivas e produzir novas formas políticas e culturais.

1. Ao abordarmos esta nova perspectiva da simbolização dos rituais sociais, queremos sublinhar que a sua compreensão só é possível em estreita ligação com a tradição cultural

total de que fazem parte, o que supõe um sistema de significações e de «códigos culturais» através dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes em relação à vida. A ordem simbólica e a tradição cultural são integrativas, porque asseguram a comunicação dos actores sociais e a perenidade das suas interacções; são coerentes, porque englobam uma rede de significações que cobrem os vários sectores da vida social e que constituem, na terminologia de M. Mauss, «fenómenos sociais totais»; são controlantes, porque instituem a acção e a inovação social; dão sentido às experiências, institucionalizando as vivências significativas e definindo o quadro das soluções possíveis.

Os ritos sociais impõem-se com força tanto mais indiscutível, quanto mais arbitrárias e independentemente da escolha racional de cada um dos protagonistas forem as regras da teatralidade da vida colectiva. Os ritos sociais têm sempre um sentido para aqueles que os praticam e para os analistas, como é óbvio; e, por isso mesmo, não são aberrantes. É este, aliás, o objectivo dos rituais: produzir sentido, a partir das incoerências vividas no plano social ou seja, dar coerência à vivência do imediato como incoerente. Nesta óptica, os rituais sociais permitem analisar os paradoxos do duplo constrangimento da vida social: o do papel social da vida quotidiana e o próprio constrangimento do rito, através do qual o indivíduo faz a experiência da duplicidade social e que, ao mesmo tempo, torna possível a evasão ou o esvaziamento do confronto violento.

Nestes rituais, no entanto, o risco de projecção das nossas próprias racionalizações é patente. Este risco é inerente a qualquer simbolização dos rituais sociais, atendendo, por um lado, ao carácter polissémico destas simbólicas e, por outro lado, à multiplicidade de interpretações que um mesmo rito pode simultaneamente induzir. Cada tipo de ritual constitui uma biblioteca do saber, de simbiose da tradição e da modernidade ou, na expressão de V. Turner, uma «estrutura cognitiva idêntica que articula uma grande diversidade de experiências culturais» [2]. O facto de símbolos idênticos circularem de um para outro ritual e a própria recorrência das significações são características da difusão intercultural e do papel essencial que desempenha na aprendizagem e na transmissão da cultura. Através desta recorrência, os rituais sociais intervêm em circunstâncias particulares e pontuais ou em períodos regulares e impostos.

Uma característica dos rituais consiste no facto de as mensagens por eles veiculadas estarem associadas, por natureza, a manifestações sagradas e a valores místicos e essenciais da comunidade ou da sociedade. A par da codificação da actividade social, através de actos que pontuam certos momentos da actividade privada ou pública, considera-se importante a simbolização das sucessões das palavras e dos actos, no contexto da matriz cultural de sociedades, onde predomina a imbricação do poder e das práticas religiosas e sagradas ou, ao contrário, a secularização e a dissociação do poder. Daqui resulta o aspecto de estrutura dramática do ritual de separação que circula à volta do ritual de reclusão e que termina com o ritual da reintegração dos ritos de iniciação, que adiante analisaremos. Daqui resulta, igualmente, a dimensão sobrenatural e sagrada de algumas monarquias, nas quais o rei, considerado um ser humano singular e a incarnação duma ordem sobrenatural, é o garante do bom funcionamento da sociedade, mas também da sua inserção nas forças cósmicas, através da prática de ritos de fertilidade ou do afastamento de epidemias e de catástrofes naturais.

2. Uma outra característica fundamental dos rituais sociais consiste na sua inscrição no corpo, associada a actividades sensíveis, gestuais e físicas. Esta característica é bem manifesta nos ritos de iniciação que, segundo a feliz expressão de P. Clastres, constituem

um eixo essencial à volta do qual gravitam, na sua totalidade, a vida social e religiosa da comunidade [3]. Referimo-nos, sobretudo, aos ritos de inciação que realizam a passagem do estado de adolescente ao estado adulto, como os ritos de puberdade e aqueles que implicam o acesso a um *status* superior. No entanto, na grande variedade de ritos de inciação, como, por exemplo, a entrada numa sociedade secreta, o ingresso numa irmandade ou comunidade religiosa ou em comunidades ou associações místicas, com ou sem possessão ou êxtase, os processos, embora diferentes, não se afastam substancialmente da mesma lógica.

A grande arte dos ritos de iniciação consiste na tomada de consciência da confusão paradoxal entre os desejos e os instrumentos do indivíduo e os meios institucionais da sociedade. Todos os imperativos individuais e colectivos subordinam-se ao equilíbrio das relações sociais; trata-se de uma questão de vida ou de morte para todos e para cada um. As realidades essenciais da vida da colectividade e dos membros são simbolizadas nestes ritos com eficácia e coerência. A ordem social afirma-se, à partida, como absoluta, violenta e indiscutível, para, em seguida e paradoxalmente, aparecer como aleatória, fictícia e arbitrária.

Os ritos de iniciação são caracterizados por três fases temporais interligadas: a separação, a passagem dum *status* inferior a outro julgado socialmente superior e, por último, a reagregação. Numa primeira fase, os jovens são separados, mais ou menos violentamente, do grupo parental; são levados para a floresta e para a mata, que hão-de explorar como caçadores, guerreiros ou pastores, fora do controlo «civilizado» das coisas e das relações sociais normais; sofrem os vexames e as sevícias mais arbitrárias por parte dos monitores, por vezes pouco mais velhos do que eles; são instruídos por anciãos nas técnicas, nas normas e na vida colectiva e social, sempre ocultadas aos não iniciados e às mulheres. Na fase seguinte, simbolicamente a mais importante, opera-se a circuncisão ou a excisão genital. Por último, os iniciados reentram, rodeados de pompa e circunstância, com alegria e altivez, com manifestações extensivas ao grupo parental e a toda a colectividade, assumindo assim a sua inserção plena, de direito e de facto, na sociedade.

Os dinamismos rituais de iniciação atravessam vários sistemas hierarquizados e interligados: da parte do indivíduo como tal, os afectos, o corpo, o sistema psíquico; da parte da colectividade, o grupo familiar, a colectividade e o meio ambiente. Os processos simbólicos implicados atingem, por vezes, o paroxismo e a radicalização: os iniciados só existem, porque os anciãos subsistem, mesmo que os mais novos desapareçam; o corpo dos iniciados é marcado violentamente, para que compreendam que as suas forças estão na dependência dos anciãos; a circuncisão ou a excisão são compreendidas como *sofrimento e provação, mas não como violência, em rituais em que toda a colectividade* dos anciãos participa, rodeia e apoia os adolescentes. Se os iniciados são convidados a explorar a floresta e a mata, é para lhes inculcar que estas constituem o território dos mais velhos, do qual depende a sua subsistência e segurança. Os saberes dos iniciados só têm valor, quando estiverem na dependência da colectividade e da normatividade política e social, através dos antepassados e das forças cosmogónicas. Estes rituais inculcam o processo arbitrário da ordem e a sua necessidade quer para o indivíduo, quer para a sociedade. Os excessos e os paroxismos estão associados ao processo pedagógico da simbolização eficaz da acção e da vivência individuais e colectivas:«sê homem, mas deixa-*te mutilar*»; «*separa-te da tua mãe, mas nunca a abandones*»; «*sê um homem realizado*, mas nunca ultrapasses os outros»; «procura saber o que deves saber, mas comporta-te

como ignorante diante dos mais velhos»: eis alguns dos imperativos fundamentais da ritualização da iniciação.

Assim, a memória cultural e dos rituais sociais constrói-se numa relação paradoxal da racionalidade e da irracionalidade.

3. Os ritos de passagem, como o nascimento, o baptismo, a comunhão, o casamento e as exéquias são o suporte de uma sociabilidade centrada no sistema técnico e económico, com diferentes inter-relações com os demais sistemas. Estes rituais cíclicos e iniciáticos da vida individual marcam os momentos vitais de transição, que todas as sociedades ritualizam e simbolizam publicamente com práticas apropriadas, a fim de inculcar nos membros da comunidade os valores individuais e comunitários e o sistema de símbolos reactualizados pelos ritos. Associados a práticas sensíveis, gestuais, psíquicas e físicas, realizam a transição de um estado de vida, de um estatuto e de *status* social a outro superior. Ao longo da sua vida, o indivíduo passa por diversas transições que marcam a sua vida pessoal e a vida social, religiosa e política da sociedade. Destacam-se, como fundamentais, os ritos do nascimento e do baptismo, os ritos da adolescência, da puberdade e do acesso à idade adulta, marcados fortemente por rituais de iniciação, e os ritos de casamento e da morte. Os ritos de passagem são caracterizados por uma estrutura formal ternária que associa três fases temporais: a separação do estado anterior, a passagem propriamente dita, ligada a rituais de aprendizagem e de socialização, e a reagregação e reintegração conjugadas com os novos papéis sociais e estatutos. Todas as sociedades, tanto as chamadas "tradicionais" como as modernas e industrializadas, ritualizam e simbolizam publicamente com práticas apropriadas estes rituais cíclicos e iniciáticos da vida individual, a fim de inculcar nos membros da comunidade os valores individuais e colectivos e de criar novos vínculos sociais, sobretudo pela transição ascendente de *status*. Estas mudanças sucessivas realizam-se através de teatralidades próprias adscritas a um campo social de homogeneização, por meio de condutas socialmente reconhecidas e validadas. As interpretações actuais dos ritos de passagem acentuam, por isso, não apenas as suas funções e eficácia simbólica, mas sobretudo as linguagens de discurso ou de meta-discurso que as sociedades produzem sobre si próprias, quer pelas leituras instituídas pelos interessados, quer pelos actos que eles instituem.[4]

Todas as culturas marcam os ritmos cósmicos das estações do ano com ritos colectivos, por ocasião dos quais a cultura se alimenta e a comunicação e a «convivialidade» se estreitam entre os membros da comunidade. Pela linguagem, pela dança, pelos gestos, pelo vestuário elaboram-se e articulam-se os símbolos próprios da identidade colectiva, estreitando assim os laços que vinculam obrigatoriamente todos os membros, de tal forma que eximir-se às exigências da convivência colectiva e da reunião social nestas ocasiões equivale a uma exclusão marginalizante.

Os rituais calendarizados ou sazonais referem-se a toda a colectividade ou, pelo menos, a grupos numerosos. Estão ligados, normalmente, ao ciclo anual da produção quer pela passagem da raridade à abundância, como por exemplo, as festas das primícias ou das colheitas, quer, ao contrário, pela antecipação das privações e da raridade.

Manuel Vieira de Aguiar, na monografia etnográfica sobre Marco de Canaveses [5], descreve algumas actividades do ciclo agro-pastoril tais como as malhas de centeio, as arrancas do linho ou «arrigas», as vindimas que, a par das romarias e das festividades cíclicas, como a do Castelinho, representavam fenómenos sociais significativos, associados à emergência de processos simbólicos tradicionais na vida e na sociedade marcoense.

Nas malhas, como nas actividades do ciclo agro-pastoril em geral, a divisão sexual e social do trabalho é significativa. A arranca do linho ou «arriga» é uma tarefa geralmente reservada aos jovens, enquanto que a espevitagem da palha debulhada, a selecção do colmo e a formação das medas são confiadas quase sempre aos idosos ou aos mais fracos. A tarefa árdua de malhador é reservada aos homens, cuja fama perdura por três ou quatro gerações. Às mulheres cabe a tarefa das espadeladas de linho e, geralmente também, a recolha da palha traçada. Nas vindimas é também manifesta a divisão sexual das actividades: o pisar das uvas no lagar, reservado em geral aos homens, contrasta com as cestas das mulheres colectoras.

As malhas e as vindimas constituem actividades do ciclo agro-pastoril, cuja dimensão ultrapassa a simples funcionalidade técnica do trabalho, projectando-as no território lúdico e excepcional da festa.

Trabalho, despesa e festa constituem as vertentes fundamentais destes rituais sociais. Ao cair da tarde, todos se juntam em «convivialidade». A eira e a cozinha da casa são os lugares privilegiados desta reunião social simbólica, e não apenas espaços de funcionalidade técnica. O meio físico e a atmosfera psicológica e social associam-se ao carácter festivo do labor duro e intensivo. Trabalho e lazer não são nitidamente distintos, nem se desenvolvem em lugares necessariamente diferentes. Trabalho e lazer interpenetram-se, sem uma nítida descontinuidade desestruturante. Trata-se de um trabalho caracterizado pelo código do tempo cíclico, mais reversível para momentos de repouso, repetitivos uns, para matar a sede e retemperar as forças, mais irregulares outros, para cavaquear com o amigo ou o vizinho que chega ou que passa, ou para libertar a linguagem e os gestos dos constrangimentos sociais habituais, por meio de gracejos, anedotas, ditos jocosos ou cânticos.

A alternância dos tempos produtivos e das ocasiões de lazer permite relativizar o carácter penoso e árduo do trabalho produtivo, mas também qualquer referência aos ritmos cíclicos de consumo e de fruição.

4. Uma outra forma de simbolização dos rituais sociais consiste na aliança dos dois códigos sociais: o da «harmonia na hierarquia», prevalecente nas sociedades ditas de "solidariedade mecânica", e o da «competição pela igualdade», dominante nas sociedades de "solidariedade orgânica". O modelo cultural da «competição pela igualdade», é caracterizado como sistema de posições sociais e instituições diferenciadas, de funções e de estatutos segmentados e hierarquizados de papéis sociais, de estatutos jurídicos, políticos, económicos e religiosos, culturalmente estruturados, pelos quais cada indivíduo é classificado, se vê a si próprio e é visto pelos outros. O modelo da «harmonia na hierarquia», caracteriza-se como um todo indiferenciado, homogéneo, no qual os indivíduos são confrontados uns com os outros na sua totalidade, e não por meio exclusivo da segmentarização dos estatutos e dos papéis sociais formalmente assignados.

No decurso da vida quotidiana, os comportamentos individuais e sociais podem derivar de um para outro modelo. O indivíduo, ao longo da sua vida e da sua história, ocupa uma série de identidades diferentes, e em cada uma desempenhará um papel social que julga adequado. Estas mudanças, sucessivas ou simultâneas, são acompanhadas de teatralidade própria e consignadas num campo social de homogeneização. A identidade de cada um é reconhecida e identificada pelos outros, que se encontram no mesmo campo social. Sempre que o indivíduo quer exprimir algo de si próprio neste campo social homogéneo, fá-lo através de condutas socialmente validadas, reconhecidas e simbolizadas no rituais sociais.

A simbolização destes dois códigos sociais assume aspectos significativos de complexidade e de reversibilidade nos chamados rituais de competições guerreiras. O ritual da «Bugiada», que se pratica anualmente na povoação do Sobrado, do concelho de Valongo, é paradigmático. Trata-se de uma «arte marcial», imitada e repetida ao longo de séculos, entre cristãos («bugios») e mouros (grupo de mourisqueiros comandados pelo Reimoeiro ou rei Mouro): um jogo de representações, aberto ao improviso enquadrado pelo constrangimento do papel social e do rito, opondo as aparências à realidade, numa espiral complexa de simulações.

Para além dos ritos de fertilidade, o ritual da «Dança do Cego», associado ao ritual da «Bugiada», simboliza a representação dos conflitos, das rivalidades e das solidariedades, num refazer constante de desequilíbrios e de tensões da vida colectiva, sem que tal dinamismo lúdico, participado por toda ou grande parte da comunidade, implique a negação da identidade dos dois grupos em confronto e, muito menos, da identidade colectiva.

Igualmente e num outro contexto, os rituais guerreiros de povos como os Índios Yanoamas da região amazónica ou as «rivalidades miméticas» da violência social [6], do holocausto da guerra química e bacteriológica dos espectáculos políticos do poder revelam os dinamismos paradoxais da racionalidade e da irracionalidade.

Num e noutro contexto, estes ritos colectivos, com a participação activa e vivencial dos membros da comunidade, inscrevem-se nos rituais cíclicos ritmados pelos calendários e pelas estações e constituem processos essenciais da ambivalência da vida social, com a espiral de feitos cénicos e cínicos, de simulações e aparências. Constituem, igualmente, formas privilegiadas de comunicação política. Na verdade, esta dinâmica ritual permite a cada indivíduo interpretar e dominar a diversidade dos poderes, sem os afrontar como contra-poder; além disso, separa os níveis do racional e do irracional nas suas representações colectivas.

5. Uma outra forma de reactualização dos símbolos colectivos e do sistema de valores encontra-se nos rituais sociais das festividades cíclicas, das romarias e das peregrinações. Todas estas manifestações estruturam-se à volta do primado da lógica do sensível, do circunstancial, da ambivalência, num corte epistemológico com a racionalidade formal e a lógica da intelectualização.

Castelinho, na freguesia de Avessadas, Nossa Senhora da Livração, na freguesia de Toutosa, Nossa Senhora do Socorro, na freguesia de Paredes de Viadores, são romarias e peregrinações, típicas do concelho de Marco de Canaveses. A primeira, celebrada na transição para o Outono, época em que, segundo o ditado popular, terminam as merendas e se produzem as primeiras melancias, que permitem conhecer as previsões do novo ano agrícola, constitui sempre um lugar importante de peregrinação e romaria, devido à sua situação na encruzilhada de caminhos, com Freixo ao centro, no eixo da antiga via romana [7].

As festividades cíclicas associam, paradoxalmente, a força, a identidade comum e as solidariedades mais difusas com as competições, as rivalidades e as dependências, através de mecanismos de inversão das hierarquias e dos valores. Constituem, por vezes, a única ocasião que as pequenas comunidades têm para afirmarem a função criadora de autonomia e a sua identidade colectiva. São, além disso, um momento privilegiado de comunicação interindividual e intercomunitária, com a exaltação de valores, de influências, de poderes, de privilégios, com a exibição do luxo e da sumptuosidade e até com a distribuição de bens.

Estas manifestações têm em comum o facto de, por um lado, associarem a modernidade à dominação de uma racionalidade formal, baseada numa lógica redutora de dimensão existencial mais comunitária e mais globalizante do código da «harmonia na hierarquia», já referido, e, por outro lado, simbolizarem esta modernidade como geradora de processos essencialmente individualizantes, assentes no calculismo frio do modelo da «competição pela igualdade», em detrimento das solidariedades, mais complexas e mais difusas.

Os rituais de inversão, por ocasião das festas do Carnaval, do São João e da «Bugiada» constituem exemplos paradigmáticos desta associação dos dois códigos referidos. Parece-nos importante destacar nestes rituais a simbolização da estruturação social, da ordem colectiva e da harmonia das forças cosmogónicas. Não parecem implicar uma inversão radical, uma «subversão» da ordem social ou uma contra-sociedade. A inversão faz-se no imaginário e no signo, aliando os dois códigos sociais já referidos.

A inversão consiste, segundo Pierre Sanchis, em «estabelecer à margem – e cerceando as margens -, da estrutura social, uma para-sociedade de um dia, matriz imaginária de uma confusão consentida ou de uma ordem (mais) popular» [8]. A composição das comissões e das confrarias, com a ascensão de novas posições sociais (comerciantes, proprietários fundiários ou emigrantes retornados) ou o declínio de outras posições sociais é, na expressão do mesmo autor, um barómetro particularmente sensível da estrutura e da mobilidade social. As festas têm uma função de alternância, mas não de alternativa e, muito menos, de ruptura social, funções estas normalmente associadas aos movimentos revolucionários.

As sociedades tradicionais exercem o domínio sobre as suas oposições internas, anulando-as periodicamente, através destes rituais de festa, em que os grupos sociais se entregam a uma verdadeira paródia do poder, através de comportamentos de inversão, que fazem do escravo o mestre e, deste, o escravo. As tensões, as oposições e os conflitos internos são dominados e, por vezes, anulados, porque estes rituais funcionam como válvulas de escape e de segurança, destinados a canalizar toda a agressividade dos grupos, a purificar a sociedade dos resíduos acumulados e, depois, a estabelecer mais fortemente a ordem, a continuidade e a coesão social.

As festas e os rituais de inversão não assumem, normalmente, objectivos essenciais de questionamentos dos fundamentos sociais. Acontece, no entanto, que em determinadas situações históricas a tradição vivida e fundada na memória colectiva destas sociedades tradicionais, veiculada por estes rituais, é confrontada com tensões e rivalidades ancestrais entre famílias, clãs ou grupos e que podem tornar-se subversivas e corrosivas do poder constituído. Ao contrário das sociedades modernas e tecnológicas, em que os conflitos são anulados por descontinuidades lineares que têm como consequência profundas mutações económicas e culturais, as sociedades tradicionais resolvem os seus antagonismos e as suas tensões internas através de dinamismos cíclicos, que reforçam a consciência das identidades sociais e culturais.

6. Associadas por natureza às festividades cíclicas, estão as peregrinações e as romarias, num contexto de religiosidade popular. Aqui, o rito sagrado e o rito profano, o ritual religioso e o ritual mítico, os rituais eclesiais e as festas familiares e locais, que lhes estão associadas, constituem uma simbiose adequada que confere sentido a uns e a outros. As romarias e as peregrinações estruturam-se à volta do primado da lógica dos actos sensíveis em relação à lógica dos actos inteligíveis. A linguagem do corpo e dos sentidos,

com os rituais de agrupamentos colectivos, carregados de emoções e de afectividade, é vivida e ressentida como a linguagem da comunicação total do sagrado e do profano, da religiosidade e da secularização intimamente associadas. Os rituais religiosos não se dissociam dos ritos do movimento e do espaço que produzem e reproduzem as emoções. Objectos, como a estátua, a imagem, a relíquia, a água, desempenham uma função de polarização e de hierarquização dos sentidos. Nestes casos, o tacto torna-se o sentido privilegiado da comunicação íntima e intensa.

Na afirmação da lógica dos actos sensíveis, as romarias e as peregrinações procuram resolver problemas específicos, produzir novas simbolizações e significações adequadas e coerentes para as incoerências vividas no plano pessoal, como a morte ou, no plano social, como a injustiça ou o mal em geral, ou ainda os problemas imediatos. Os rituais que as ritualizam e rememoram, embora circunstanciais e ocasionais, são recorrentes, por exemplo, em caso de doença, fome, sede, peste ou, noutras circunstâncias, de exames, obtenção de emprego, êxito no parto ou de qualquer acontecimento por vezes banal. A simbolização opera-se por meio de um processo de troça mútua entre o pedido e a promessa ou o voto: obtida a «graça», cumpre-se o voto, numa espécie de contrato bilateral [9]. A relação com o sagrado e o divino é, assim, delimitada no tempo e no seu objecto, O espaço sagrado associa os três níveis sociais: o afectivo, o inconsciente e o colectivo; ou, noutra dimensão, os três registos da emoção, do sentimento e da «paixão», tomada esta no sentido de entrega total, de compromisso e de mobilização.

Estes rituais tomam corpo em sociedades concretas, estruturando-as e enraizando-as no meio ambiente. Por isso mesmo, as festividades cíclicas da aldeia ou da região confundem-se sempre com estes rituais religiosos que vêm ritmar as actividades locais. A identidade das primeiras está ligada à identidade das festas religiosas, e vice-versa. A igreja, o santuário ou a ermida constituem o lugar privilegiado da «convivialidade», entendida como reunião social e simbólica da colectividade e como espaço da reafirmação da sua unidade [10].

Pela análise sumária destes rituais sociais, parece-nos que a sua função primordial consiste na associação e conjunção dos dois modelos ou códigos sociais já referidos, opostos ou paradoxais, num equilíbrio recíproco, não desestruturante nem anómico.

Referências Bibliográficas

[1] BALANDIER, G., *Le pouvoir sur scènes*, Paris, Balland, 1992; RIVIERE, C., *Les liturgies politiques*, Paris, PUF, 1988.

[2] TURNER, V. W., *Le phénomène rituel. Structure et contre structure*, Paris, PUF, 1990, p. 13. Veja-se igualmente FRAZER, J. G., *The Golden Bough*, 12 vol., Londres, MacMillan, 1911-1915; BETTELHEIM, B., *Les blessures symboliques. Essais d'interprétation des rites d'initiation*, Paris, Gallimard, 1971; GLUCKMAN, M., *Essays on the Ritual of Social Relations*, Manchester University Press, 1962 e *Order and Rebellion in Tribal Africa*, Londres, Cohen and West, 1963; IZARD, M. e SMITH, P. (eds.), *La fonction symbolique. Essais d'anthropologie*, Paris, Gallimard, 1979; RIVIÈRE, C., *Les rites profanes*, Paris, PUF, 1995.

[3] CLASTRES, P., *La société contre l'État*, Paris, Minuit, 1974, p. 154.

[4] VAN GENNEP, A., *Les rites de passage*, Paris, Émile Nourry, 1909.

[5] AGUIAR, M. V., *Descrição Histórica. Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto, Esc. Tip. Oficina de S. José, 1947.

[6] GONÇALVES, A. C., «A simbolização da violência social», separata da *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Geografia*, vol. I, 1985, pp. 35-45.

|7| MONTEIRO, E., *Castelinho. Cadernos Monográficos*, Marco de Canaveses, 1987.

|8| SANCHIS, P., *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, p. 39. Veja-se igualmente HEERS, J., *Festas de loucos e Carnavais*, Lisboa, Dom Quixote, 1987 e QUEIROZ, M. I. P. de, *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1992.

|9| MAUSS, M., *Essai sur le don*, Paris, PUF, 1950.

|10| Veja-se, a este propósito, o artigo de C. A. FERREIRA DE ALMEIDA sobre "Religiosidade Popular e Ermidas", in "Religiosidade Popular" *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, nº 6, Porto, Centro de Estudos Contemporâneos, 1984, pp.75-83; e "A Penha e a Senhora da Lapinha. Elementos para a compreensão da religiosidade popular", separata das Actas do *Simpósio Mariológico "Santuário de Nª Sª da Penha"*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 95-105.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DO USO DO PATRONÍMICO NA BAIXA IDADE MÉDIA PORTUGUESA

Iria GONÇALVES *

É sabido como durante toda a Idade Média, as formas patronímicas[1] foram um elemento de tal modo preponderante dentro do nosso sistema antroponímico[2], que sempre interessaram a maioria esmagadora dos portugueses e, durante o período aqui em análise, serviram de identificativo a percentagens populacionais na ordem dos 80% ou mesmo 90%[3]. Atestando a sua exuberante utilização nestas épocas, aí estão, ainda hoje, as numerosas famílias que conservam, na identificação pessoal dos seus membros, apelidos de origem patronímica. Entretanto, longo foi o caminho percorrido entre o primitivo uso deste nome como simples indicativo de filiação masculina, e este outro, de apelido de família.

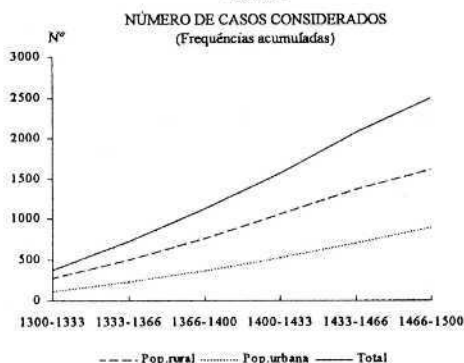
Sendo assim, fácil se torna compreender a importância e o interesse do seu estudo.

1 - As fontes e a metodologia

A análise que agora me proponho versará apenas sobre as populações não nobres e centrar-se-á nos dois últimos séculos medievais. Eram aquelas as gentes que compunham, na sua imensa maioria, a população portuguesa; foi este o período em que uma evolução começou, no uso do patronímico, a desenhar-se e em que ficou marcado o rumo para os séculos seguintes.

A escolha feita não estava isenta de dificuldades. Desconhecidas como são, quase por completo[4], as genealogias da gente comum, foi necessário procurar, na mais variada sorte de documentação - manuscrita ou publicada - todas aquelas escassas - e tão dispersas - anotações que nos informam, no concreto, sobre a filiação paterna de alguém. Alguém cuja identificação era feita com apelo a um patronímico. Foi uma pesquisa muito longa[5], que esteve sempre presente, como subsidiária[6], em todas as minhas investigações; que me foi acompanhando no decurso de muitos anos[7], a proporcionar-me a construção de um ficheiro que nunca parou de aumentar, mas que só o fez, sempre, com uma extrema lentidão. As fontes recusavam-se, por vezes com uma desesperadora obstinação, a responder às perguntas que lhe eram colocadas. Ainda assim foi-me permitido reunir 2500 informações válidas para o estudo que me proponho[8], mas que se dispersam por

Gráfico 1

NÚMERO DE CASOS CONSIDERADOS
(Frequências acumuladas)

todo o País, pois a escolha de uma região, alargada que ela fosse embora, far-me-ia correr o risco de não conseguir documentação consistente, pelo menos para algumas das faixas cronológicas, por muito que teimasse em prolongar a sua recolha.

Essas informações escalonam-se de forma mais ou menos equilibrada, em termos numéricos[9], ao longo dos dois séculos aqui considerados, período durante o qual o patronímico foi sofrendo algumas modificações importantes, modificações essas que são o principal objectivo do presente ensaio.

Para melhor as observar e compreender a sua amplitude e comportamento, necessário se tornava estabelecer alguns cortes, em primeiro lugar cronológicos, analisá-los sectorialmente e proceder depois às comparações adequadas, a fim de que essas modificações pudessem surgir na sua dinâmica própria.

Considerei para o efeito espaços temporais equivalentes a terços de século. É verdade que no interior de alguns destes períodos podem ter-se verificado mutações mais ou menos localizadas e que só serão apreendidas globalmente e reportadas a todo o respectivo intervalo de tempo; é certo também que em cada segmento cronológico confluem indivíduos - jovens e adultos[10] - de idades muito diferentes e a quem, por isso mesmo, a atribuição da forma patronímica poderia ter sido feita com algumas décadas de distância e, eventualmente, com ópticas diferentes. Mas são estes outros tantos senões dificilmente ultrapassáveis com qualquer outra periodização possível e esta que escolhi, dividindo o século em três períodos geracionais a permitirem ao indivíduo que o tenha iniciado no começo da sua vida adulta, vivê-lo, com bastantes probabilidades, até final, parece-me, no caso, uma das escolhas mais acertadas.

Por outro lado sabemos como as populações citadinas são sempre as mais abertas a novas influências e costumes e como as gentes do campo se mostram, em regra, avessas a modificar hábitos e tradições, dando mostras de significativo conservadorismo. Sendo assim, será interessante verificar até que ponto estas duas sociedades se encontravam ou divergiam no que se refere às normas de utilização do patronímico.

Mas aqui, novas dificuldades se levantam. Portugal foi sempre um país com baixo nível de urbanização, sendo ainda que os critérios usados para a definição de cidade, em épocas próximas da que está em análise, operacionais para outras regiões da Europa, são entre nós inaplicáveis ou quase[11]. Por outro lado, critérios aferidos para a realidade portuguesa, não foram ainda estabelecidos. Deste modo, optei por considerar população urbana aquela que habitava nos poucos centros que sempre se destacaram pela sua importância social, politica,económica, cultural, e cujo destaque não suscitava contestações - Lisboa, Porto, Évora, Santarém, Coimbra - a que se poderão juntar algumas outras cidades menores como Guimarães, Elvas ou Beja[12].

Como corolário destes pressupostos, pude organizar duas séries documentais compartimentadas ao longo do tempo em períodos que permitiram recolher informação numericamente significativa para todos eles, mas em que a população rural representa sempre uma considerável maioria em relação aos citadinos. Reflexo, aliás, da situação geral do Pais - como de toda a Europa, afinal, numa época em que a maior parte dos homens se dispersava por pequenos núcleos de povoamento, com características acentuadamente campesinas.

Em todo o caso as cidades contribuíram sempre com um número de informações suficientemente avultado para nos proporcionar resultados válidos[13].

A transformação de todos estes números em valores percentuais facultou a indispensável base de comparação entre eles.

2 - O patronímico na identificação individual

Já atrás deixei dito como, durante os tempos medievais, a avassaladora maioria dos portugueses usava, como identificativo pessoal, um patronímico. Sabemos, aliás, que este costume se difundiu largamente por extensas regiões da Europa[14], mas foi no Ocidente, e sobretudo no Ocidente peninsular, que o seu predomínio se acentuou de forma esmagadora[15].

Como sobejamente se sabe, o patronímico começou por ser construído, em toda a parte, a partir do nome próprio do pai. Entre nós, como na generalidade das línguas românicas e nos textos latinos, repositários das formas que permitem estudar este nome nos primeiros séculos da sua existência, ele apresenta-se sempre grafado na forma genitiva, apenso ao nome do filho. Se na linguagem falada, como posteriormente na escrita, ele conservou a forma genitiva - Rodrigues, Domingues, Eanes, Fernandes[16] - ou se, pelo contrário, a abandonou para adoptar uma outra, a nominativa - Afonso[17], Lourenço, Vicente, Gil - o sentido da sua utilização não foi alterado[18]. Tanto numa modalidade como na outra reportava-se sempre ao nome próprio paterno. Quer dizer, publicitava os laços de filiação masculina[19], mas, talvez sobretudo, integrava o indivíduo assim identificado, numa família e, através dela, numa linhagem[20].

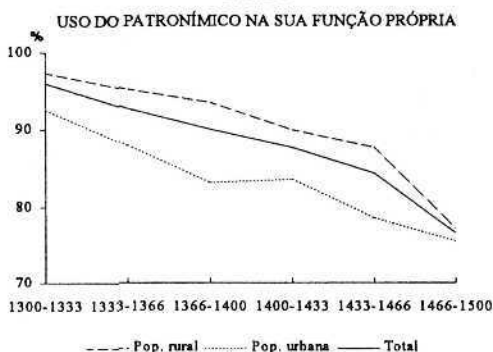
Se é verdade que, de certo modo, este sistema antroponímico fragmentava a família em pares de gerações, como já tem sido lembrado por outros autores[21], não o é menos que só deste modo o indivíduo se apresentava perante a sociedade, munido de uma identificação completa: para lá do nome próprio, seu património inalienável[22], aquele outro que não lhe pertencia de forma gratuita e absoluta e que até mesmo podia alienar, mas que o protegia, enquadrando-o numa comunidade especifica em que o pai era o primeiro e máximo referente[23]. Dava-lhe, por assim dizer, a credibilidade a que, na Idade Média, alguém desenraizado não podia aspirar.

Mas se, como atrás ficou dito, o patronímico começou por ser em toda a parte, um referente paterno que nessa qualidade se esgotava, em algumas regiões a sua carreira como tal foi muito breve e rapidamente evoluiu no sentido de passar a ser comunicado de pai a filho e não renovado em cada geração[24]. Assim foi ganhando, a par de profundidade e mesmo de extensão[25], características do apelido de família.

Portugal foi um dos países onde o patronímico se conservou durante mais tempo na sua pureza inicial[26]. Mas até que ponto essa pureza se manteve intacta, ou foi admitindo algumas deturpações? E de que importância? E quando e onde?

Até finais do século XIII[27] toda a documentação compulsada mostrou sempre, entre as famílias não nobres[28], a rigorosa utilização do patronímico na sua função própria. Para

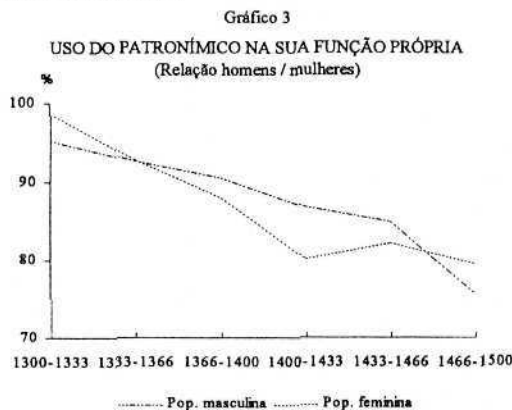
Gráfico 2

USO DO PATRONÍMICO NA SUA FUNÇÃO PRÓPRIA

o assunto em estudo basta o registo do facto. Porém, a partir de princípios do século XIV, começaram a verificar-se, aqui e ali, alguns atentados à norma em vigor.

Esses atentados começaram por ser de muito fraca amplitude - na ordem dos 2,6% no campo, embora já dos 7,4% na cidade - mas nunca cessou de aumentar até ao final do período aqui considerado, em que chegou a cifrar-se, como valor máximo, nos 24,5%[29]. Todavia estas percentagens, por outro lado, deixam disponíveis, para a correcta utilização do patronímico, quantitativos deveras elevados, que atingindo, embora pontualmente, os 97,2%, mas conservando-se quase sempre, durante todo o século XIV, acima dos 90%[30], nunca desceram aquém dos 75,5%[31]. Isto significa que até finais da Idade Média, a esmagadora maioria dos portugueses[32] usou, como patronímico, uma designação construída a partir do nome próprio de seu pai. Sempre com maior insistência entre as populações que habitavam o campo. Mas também, com pequenos desfazamentos apenas, pelas gentes da cidade[33]. E este procedimento era igual, tanto em relação aos filhos como às filhas. Com efeito, analisando separadamente a onomástica masculina e a feminina, não se encontram, entre elas, quaisquer discrepâncias com significado[34]. Algum comportamento menos linear, oferecido pela população feminina, deve-se apenas ao facto de que, sendo as mulheres muito mais escassas nas fontes à nossa disposição, o menor volume de informações a elas respeitante tornou visíveis alguns casos anómalos, pontuais, e deu-lhes um significado indevido.

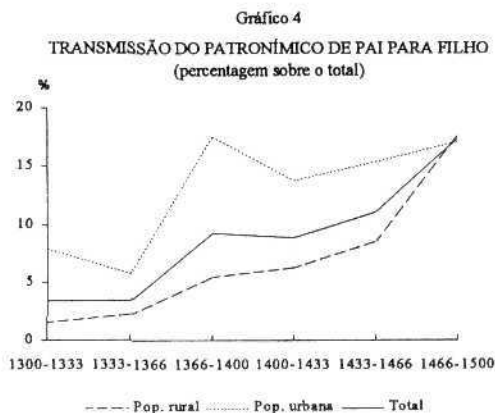
Gráfico 3

USO DO PATRONÍMICO NA SUA FUNÇÃO PRÓPRIA

(Relação homens / mulheres)

Embora pequena, subsiste sempre uma franja de população usando o patronímico de forma não consentânea com os objectivos da sua criação. Pontualmente, isto é, em finais do século XV, essa franja revestiu-se, inclusive, de alguma expressão[35]. Mas o facto de ela aumentar sempre, durante todo o período em análise, confere-lhe uma importância superior à sua expressão numérica e convida a que lhe seja feito um estudo pormenorizado.

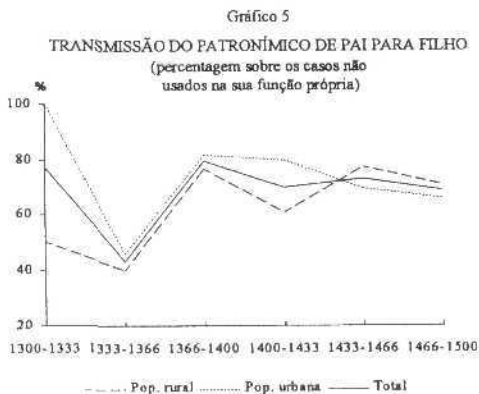
A maior parte dos patronímicos usados à revelia da sua função própria, repetiam-se no pai e no filho, isto é, eram transmitidos do primeiro para o segundo[36]. No conjunto da população em análise, a sua expressão é, naturalmente, fraca, com valores que podiam não ultrapassar 1,5% e que, pelo menos entre os campesinos, se conservaram sempre baixos, até ao último terço do século XV, embora nas cidades essas percentagens se revelassem sempre bastante mais elevadas[37]. Todavia, a partir dos anos 60 da centúria de Quatrocentos, os valores em causa atingiram quantitativos já muito elevados e, sobretudo nos meios rurais, alteraram um pouco a tendência até aí verificada e atingiram os 17,6%, contra os 17% da população urbana.

Gráfico 4

TRANSMISSÃO DO PATRONÍMICO DE PAI PARA FILHO
(percentagem sobre o total)

É este um sinal claro, a acrescentar a outro já atrás mostrado [38], de uma mudança mais acentuada no sistema antroponímico português, tendendo para a transformação do patronímico em apelido de família[39]. É certo que a tendência, com ligeiras oscilações[40], não cessou de aumentar ao longo de todo o período aqui em apreço, mas a subida foi sempre relativamente lenta, até este momento final. No entanto, pontualmente, ela deve ter ido, no decurso do tempo, ganhando profundidade em algumas famílias, que terão reproduzido, ao longo de várias gerações, o mesmo patronímico[41]. Pena que seja tão difícil seguir-lhes o rasto.

Se deixarmos de analisar esta franja de população marginal ao sistema, no conjunto da amostra em presença e a tomarmos, isoladamente, como objecto de estudo, ela adquire contornos bem diferentes. Claro que agora os números disponíveis são bastante reduzidos e, por isso, menos próprios para serem trabalhados estatisticamente. Ainda assim, penso que vale a pena analisá-los.

Gráfico 5

TRANSMISSÃO DO PATRONÍMICO DE PAI PARA FILHO
(percentagem sobre os casos não usados na sua função própria)

Procurando saber, dentro desta população, que valores atingem os casos em que o patronímico se transmitiu de pai a filho, verificamos que, não obstante as oscilações percentuais devidas ao acaso dos pequenos números, esses valores se revelaram bastante elevados[42]. Isto é, quando o segundo nome atribuído a alguém não era um puro referente paterno, ele era, de preferência, o mesmo que seu pai já usava. Os exemplos iam-se multiplicando[43], englobando conjuntos de irmãos[44], forjando grupos de pai e filho portadores de homonímias que podiam, ou não[45], tentar desfazer-se com uma adjunção nominal[46], um qualquer apodo[47], ou ambos a um tempo[48].

Sobeja, para além desta, uma outra franja, mais marginal ainda e, naturalmente, mais reduzida, em que pai e filho não apresentavam traços de ligação onomástica[49]. Tanto quanto sabemos, nestes casos, o patronímico podia ter sido composto para o portador, mas ignoramos a partir de quem, ou podia ter sido herdado de outro membro da família que não o pai[50], mas a nossa ignorância a este respeito é, por assim dizer, total.

A par destas, as mais comuns, outras formas de deterioração do patronímico foram, pontualmente, surgindo.

Por um lado começaram a usar-se, embora muito timidamente, ao longo do século XV, uma ou outra forma patronímica em posição deslocada, isto é, em terceiro lugar na constituição do nome e seguindo-se a uma outra forma de igual expressão. Usaram-se nomes como João Eanes Bentes[51], ou Pedro Eanes Bentes[52], Afonso Gomes Pais[53], Diogo Eanes Lucas[54], Martim Afonso Dinis[55], João Afonso Cibrães[56], Alvaro Afonso Migueis[57], Afonso Eanes Pascoal[58], Gil Eanes Mateus[59], João Martins Leonardes[60]. Por vezes foi mesmo essa forma que se transmitiu de pai para filho - caso de Martim Lourenço Dinis, pai de Gomes Dinis[61] - ou que tomou, no filho, o terceiro lugar entre os componentes do nome - como em João Eanes Ferraz, filho de João Ferraz[62]. Todas estas formas, no entanto, correpondiam a apelativos que não tinham, nem nunca haviam tido, grande divulgação e, pelo contrário, foram sempre bastante raros, ou, como Ferraz, haviam sido, sempre, obscurecidas por outra forma - Fernandes - essa, sim, bem comum. A única excepção aqui é representada por Pais, mas a sua voga passara há muito, com o quase desuso do respectivo nome próprio: Paio[63]. Talvez a condição de referente paterno, em relação a todas estas formas, não estivesse já muito nítida nos espíritos da época.

Por outro lado, como indício da contaminação a que me estou a referir, deparam-se-nos - mas muito poucos - casos de feminização do patronímico.

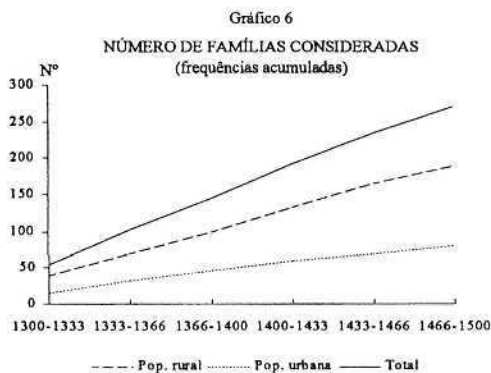
Sabemos como era tão vulgar, na Idade Média, dar forma feminina aos apodos, mesmo quando eram transmitidos de pai para filha. Ninguém se surpreende com formas como Constança Monteira[64], Margarida Machada[65], Maria Salgada[66], Beatriz Afonso Lobata[67], Catarina Neta[68], Isabel Peixota[69], Maria Eanes Cavaleira[70] e tantíssimas mais. E assim também com essas outras como Gonçalo Esteves Formigo[71], Lopo Gonçalves Formigo[72], ou Luís Gonçalves Formigo[73], como Alvaro Gonçalves Andorinho[74], João Rodrigues Andorinho[75], ou Álvaro Peres Avezinho[76]. Esta maneira de designar foi prática habitual em toda a Idade Média.

Mas a utilização do patronímico obedecia, como é lógico, a outras regras. Se, com a sua forma genitiva, não havia possibilidade de confusões, já não pode dizer-se o mesmo em relação à sua forma nominativa. Esta apresentava-se, sem equívocos, no masculino, e todos sabiam que assim devia ser usada, tanto por homens como por mulheres. São, por isso, inusitados, nomes como Domingas Bartolomeia[77], Filipa Simoa, que era filha de Mestre Simão, de Santarém[78], ou Clara Lourença, filha de Lourenço Peres Mestre, residente em Porto de Mós[79]. E nem sequer poderá alegar-se o desuso das formas transmissoras. Para mais, em duas destas circunstâncias, tratava-se de patronímicos puros; na terceira, cuja filiação se não conhece, a forma de origem - Bartolomeu - se bem que nunca muito vulgar como nome próprio masculino, conheceu, no entanto, uma utilização constante e com alguma expressão, ao longo dos séculos aqui tratados[80].

3 - O patronímico em grupos de irmãos

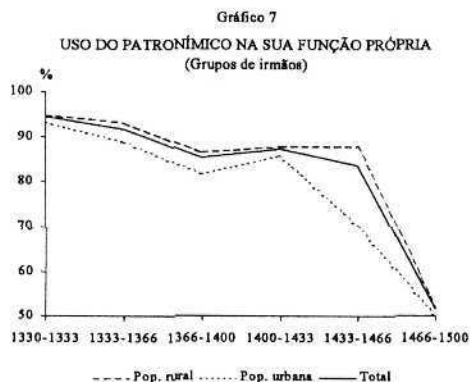
Tendo o nosso País mantido o patronímico, ao longo de toda a Idade Média, numa posição tão relevante e com uma tão grande pureza de utilização, convirá saber se os

casos aberrantes se dispersavam por outras tantas famílias, ou se, pelo contrário, se concentravam num restrito número delas. Isto é, se, de uma maneira geral, todos os irmãos, filhos de um mesmo pai, usavam igual patronímico, ou se o de algum deles diferia dos restantes[81].

Se, como atrás deixei dito, foi difícil e muito moroso reunir um volume significativo de filiações individuais, as dificuldades multiplicam-se ao propormo-nos conhecer grupos de irmãos, ainda que, em muitos casos, somente grupos de dois[82]. Apenas logrei ultrapassar os 270 casos, ao longo dos dois séculos em análise. Uma fraca colheita, portanto, mas a colheita possível[83]. Esse facto aumenta as dificuldades no tratamento das informações, mas não deve ser impeditivo do seu estudo. Por outro lado, dividir as famílias entre urbanas e rurais para analisar separadamente os seus comportamentos, como fiz em relação aos indivíduos, é correr o risco de uma fragmentação que mais ainda diminua, aos valores daí resultantes, a sua eficácia; trabalhar apenas os números em conjunto, é perder alguns matizes que podem ser interessantes. Resolvi correr o primeiro risco, aliás minimizado pelo recurso aos valores totais. Tenhamos, pois, em atenção o reduzido da amostra, mas analisemo-la.

Como já Robert Durand tinha lembrado, as áreas que ficaram mais ligadas ao patronímico no seu sentido próprio e maior uso fizeram dele, foram aquelas que o atribuíram a todos os filhos de um mesmo pai, proporcionando uma leitura completa da família, embora no estreito quadro das duas gerações[84]. Com exclusão da mãe, naturalmente.

Entre nós torna-se muito nítido esse fenómeno. Analisando a amostra em presença verifica-se que na esmagadora maioria das famílias portuguesas se atribuía a todos os irmãos e irmãs, como segundo apelativo, um mesmo referente paterno. Com efeito, durante todo o século XIV, adoptaram esse comportamento percentagens de famílias na ordem dos 95% no campo ou dos 82% na cidade, e até meados da centúria seguinte o costume foi-se mantendo, num ligeiro decrescer que, no entanto, se quedou pelos 70% na cidade e pelos 88% nos meios rurais. Só no último terço do século XV a tendência sofreu uma modificação brusca, a cair, entre os rurais, para os 52% e entre as gentes urbanas para os 50%[85]. Uma descida que talvez não se esperasse de uma tal amplitude, quando se verificou que individualmente esse descendo parou antes dos 75%[86] no seu valor mais baixo[87] e na mesma faixa cronológica. Actuavam aqui, como aceleradores do processo, os casos em que, num grupo de irmãos, algum deles marcava a diferença, usando um outro segundo nome. Facto que se tornou mais comum durante este último período[88].

Gráfico 7

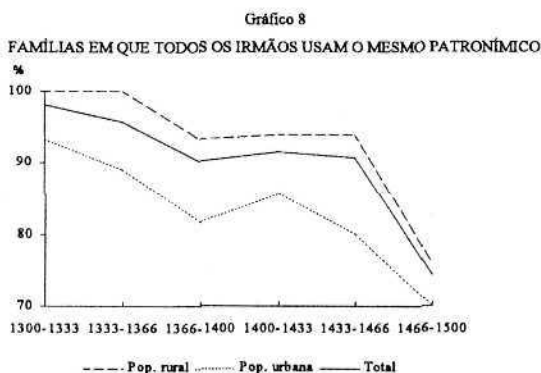
USO DO PATRONÍMICO NA SUA FUNÇÃO PRÓPRIA
(Grupos de irmãos)

Encontra-se, pois, uma larguíssima margem de famílias cujos irmãos usavam todos[89] um patronímico puro, quer se tratasse apenas de filhos[90] ou filhas[91] quer de ambos[92], inclusive no seio de famílias muito numerosas[93]. Até mesmo naqueles casos, relativamente comuns na Idade Média, em que dois irmãos - ou mesmo mais - haviam sido baptizados com o mesmo nome próprio[94], eles podiam receber também o mesmo patronímico, quer se juntasse, a qualquer deles, um apodo diferenciador[95], quer não[96].

A estes grupos de irmãos podemos acrescentar outros, também portadores do mesmo nome, mas agora escolhido em outra fonte que não no nome próprio paterno[97].

Curiosamente, verificamos que as percentagens se elevam significativamente - na ordem dos 5%, 6%, 6,5% - ao longo de todo o período em análise, em relação às populações campesinas; que elas não sofrem qualquer modificação, nos meios urbanos, até ao primeiro terço do século XV, inclusive; que entre estas populações, no terço seguinte, a diferença percentual salta bruscamente para os 10% e no seguinte para os 20%; que nos meios rurais e nesta mesma faixa temporal a subida é mais brusca ainda, saltando, de imediato, para os 24%[98].

Não obsbante a pequenez da amostra conseguida - nunca é demais repeti-lo - estes comportamentos parecem sugerir que no campo se atribuía maior importância ao significado do nome como identificador familiar, ao menos para unir todos os elementos de uma mesma geração, a dos mais novos, que assim eram, em conjunto, integrados pelo pai nas gerações mais antigas. Em conjunto se integravam na do progenitor, publicitando-o, pelo uso do patronímico, como referente; em conjunto, escolhendo o nome que este já usava[99], mais profundamente ainda faziam essa integração, pois que ela os conduzia directamente ao avô, resultando assim ainda mais reforçada e com maior profundidade[100].

Gráfico 8

FAMÍLIAS EM QUE TODOS OS IRMÃOS USAM O MESMO PATRONÍMICO

Na cidade, aparentemente, a ligação entre os membros de cada uma das gerações que iam dando corpo à família, era menos importante. Talvez o fosse mais a afirmação individual, embora integrada em grupos sociais mais ou menos alargados, integração que, de qualquer modo, tinha que ser feita através da família. Mas sem necessidade absoluta dos irmãos.

A ser assim, estas tendências teriam crescido de uma forma muito significativa e brusca nos finais do século XV. Aliás, Portugal espalhava-se, na altura, por tão longes terras; as famílias dispersavam-se tanto e com tanta frequência, quebrando, ou pelo menos enfraquecendo, os laços que ligavam entre si os seus componentes, que o facto tinha de repercutir-se aos mais variados níveis. E não podemos ignorar que tal fenómeno se verificava, com muito maior amplitude, nos meios urbanos.

Mas também o campo entrou no mesmo movimento, também ele, e não só o litoral, enviou gentes para Além-Mar, mandou mais e mais dos seus efectivos para fora do ambiente familiar. E com efeito, voltando às percentagens em análise, verificamos que o campo, *nos finais do século XV, correspondeu de uma forma muito activa e empenhada, à tendência* que a cidade vinha implementando.

Talvez na mesma linha e com idêntico significado, encontramos, por fim, uma pequena percentagem de indivíduos que se identificava com uma forma patronímica diferente da dos irmãos. Na maior parte destes casos as famílias dividiam-se entre o uso de um referente paterno puro e a adopção daquele que o pai já usava. Este último era, em regra, atribuído ao filho - o mais velho? - que recebera, na pia baptismal, o nome do progenitor[101], mas nada impedia que fosse dado a outro ou outros dos filhos[102], ou a uma filha[103].

Por último casos havia, mas muito poucos, em que algum dos irmãos era portador de um patronímico aberrante, dentro do esquema normalmente seguido[104]. Não se sabe onde iria procurá-lo, porque o conhecimento que podemos ter da família é muito limitado. Talvez aos avós, talvez à mãe, tavez a um colateral. Há muito a investigar neste campo. É uma matéria cujo estudo, entre nós, mal começou ainda.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

[1] Usarei aqui o termo patronímico, sempre e só no sentido de referente paterno, isto é, daquele termo que reproduz, no segundo apelativo do filho, o nome próprio do pai, quer na forma genitiva, quer na nominativa. Cf. o que ja há tempo deixei dito sobre o assunto em "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", *Do Tempo e da História*, vol. IV, 1971, pp. 175-176.

[2] Em Portugal o patronímico atravessou todo o período compreendido entre os séculos XII e XVI, com uma exuberância que nunca foi desmentida (Adiante irei utilizando a este respeito, alguma bibliografia abonatória).

[3] Eu própria abordei já, em diversas ocasiões, este assunto. Cf. Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., pp. 178-179; id., "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", sep. de *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, II s., n°s LXXIX-LXXX, 1973/1974, p. 8; id., "Identificação medieval: o nome dos dirigentes concelhios em finais de trezentos", *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, *Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut*, vol. II, 1997, pp. 110, 113. Outros autores portugueses se têm também referido ao assunto, como Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, "A onomástica, o indivíduo e o grupo", a publicar no volume sobre a Idade Média da futura *História da vida privada e do quotidiano em Portugal* (e aproveito para agradecer à autora o ter-me facultado a leitura do original), ou Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *O couto de Santo Tirso. Antroponímia e sociabilidade*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, quadros do vol. II.

[4] Desde há vários anos a esta parte, vêm sendo elaboradas monografias sobre cidades, vilas, aldeias medievais, produzidas, sobretudo, para a obtenção de graus académicos nas nossas Universidades, onde é possível ir carreando informações sobre famílias pertencentes aos estratos da vilania. São, porém, ainda, demasiado poucas e de reduzidas dimensões, para o seu estudo poder tornar-se significativo.

[5] Pesquisa que fui fazendo ao longo de, praticamente, toda a minha vida de investigadora.

[6] Com efeito, dada a maneira dispersa e esporádica como as informações nos surgem na documentação - e em qualquer tipo de documentação - seria bastante aleatório fazer deste tema o objecto central de uma investigação.

[7] Comecei a interessar-me pela antroponímia medieval nos finais da década de 60, embora só em princípio dos anos 70 tenha começado a publicar alguns trabalhos sobre o assunto. Mas desde logo me interessei pelos aspectos relacionados com o uso do patronímico e o meu ficheiro foi iniciado por essa época.

[8] Informações respondendo, para lá da questão básica e essencial da filiação, à categoria social dos indivíduos, à sua fixação geográfica, em termos de poder considerá-los ligados ao mundo campesino ou ao urbano, à sua integração cronológica.

[9] Cf. gráfico 1.

[10] Como se sabe, as crianças, em regra, usavam apenas o nome próprio. Já J. Leite de Vasconcelos o deixara lembrado há muito tempo (*Antroponímia portuguesa*, Lisboa, 1928, pp. 95, 340-341) e vários outros autores o têm repetido posteriormente. Quero, no entanto, destacar a constatação feita por Pierre-Henri Billy, de que a criança precisa juntar um segundo designativo ao nome próprio quando sai do exclusivo seio da família para a vida social ("Nommer à Toulouse aux XIe-XIVe siècles", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, t. III, Tours, 1995, p. 178). É uma afirmação que eu subscrevo em absoluto.

[11] Cf., por exemplo, o que diz Vitorino Magalhães Godinho, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, 1971, pp. 27-29.

[12] A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcello Caetano*, vol. 1, Lisboa, 1972, pp. 130-133, 234-235.

[13] É bom não esquecer que sendo a cidade o centro por excelência da produção de documentos, são os citadinos quem com mais frequência e em maior número participa neles.

[14] Cf., entre outros: José Angel García de Cortazar, "Antroponimia de Navarra y Rioja en los siglos X a XII", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, pp. 289-290; Régis de Saint-Jouan, *Le nom de famille en Béarn et ses origines*, t. I, Paris, 1966, pp. 15-20; François Menant, "L'anthroponimie du monde rural", *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux*, Actes du colloque international "*Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne*" (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996, pp. 353-354; Patrice Beck, "Anthroponymie et parenté", *ib.*, p. 372; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", *ib.*, pp. 414-415.

[15] Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., pp. 178-179; id., "Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média", *Do Tempo e da História*, vol. V, 1972, p. 161; id., "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", cit., p. 17; id., "Identificação medieval: O nome dos dirigentes concelhios em finais de Trezentos", cit., pp. 110-111; Robert Durand, "Données anthroponymiques du *Livro Preto* de la cathédral de Coïmbre", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne, Études d'anthroponymie médiévale*, Ie et IIe Rencontres, Azay-le-Ferron, 1986, 1987, Tours, 1989, pp. 225-230; Xulio Viejo Fernández, *La conformanza hestórica de l'antroponimia asturiana (Tradición y continuidá nos nomes medievales de persona. Estudiu estadísticu)*, Oviedo, 1997, p. 64; Pascual Martínez Sopena, "L'anthroponymie de l'Espagne chrétienne entre le IXe et le XIIe siècle", *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux*. Actes du colloque internacional "*Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne*" (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996, pp. 68-70, 82; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", *ib.*, pp. 414-415; Ermelindo Portela e Mª Carmen Pallares, "El sistema antroponímico en Galícia. Tumbos del monasterio de Sobrado. Siglos IX a XIII", *Antroponimia y sociedad*.

Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX *a* XIII, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, pp. 34-35, 44; Marta González-Vázquez e Francisco J. Pérez Rodríguez, "El sistema antroponimico en Galícia. Tumbo del monasterio de Samos. Siglos VIII al XII", *ib.*, p. 60; María Carmen Rodríguez González e Mercedes Durany Castrillo, "El sistema antroponimico en el Bierzo. Tumbo de S. Pedro de Montes. Siglos IX al XIII", *ib.*, pp. 88-89, 98; Carlos Laliena Corbera, "Los sistemas antroponimicos en Aragón durante los siglos XI y XII", *ib.*, p. 307; José Angel García de Cortazar, Carmen Díez Herrera, e Esther Peña Bocas, "Antroponimia de Burgos y su alfoz en los siglos X al XII", *ib.*, pp. 235-236.

[16] Joseph-Maria Piel, "Sobre os apelidos portugueses de tipo patronímico em -ici/-es (Rodrigues)", *Boletim de Filologia*, t. XXI, fasc. 3-4, 1965, p. 167.

[17] Muito esporadicamente, nestes séculos finais da Idade Média, o patronímico correspondente a Afonso podia tomar a forma genitiva. Lembro o caso do portuense Afonso Afonses, que viveu em meados de Quatrocentos (A. H. M. P., *Cofre dos Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 4v°).

[18] Em todos os trabalhos sobre antroponímia que tenho feito até agora, tenho considerado sempre ambas as formas com o mesmo valor e sentido. Cf. os ensaios atrás citados e também Albert Carnoy, *Origines des noms de famille en Belgique*, Lovaina, 1953, p. 77; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., p. 414; Lydia Martínez i Teixidó, "La antroponimia nobiliaria del condado de Pallars en los siglos XI y XII", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos* IX *a* XIII, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, p. 335; Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *ob. cit.*, vol. I, p. 23.

[19] Nestas questões de identificação, como, aliás, em muitas outras, a mãe ficou sempre esquecida.

[20] De uma maneira ou de outra, o nome serviu sempre para ligar o indivíduo à família. Sob este aspecto são interessantes as palavras de Karl Ferdinand Werner, "Liens de parenté et noms de personne", *Famille et parenté dans l'Occident médiéval*, Paris-Roma, 1977, pp. 13-18 e 25-34.

[21] Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., p. 415; José Angel García de Cortazar, "Antroponimia de Navarra y Rioja en los siglos X a XII", cit., pp. 289-290; Monique Bourin e Bernard Chevalier, "L'enquête: buts et méthodes", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne, Études d'anthroponymie médiévale*", Ie et IIe Rencontres, *red. Azay-le-red. Ferron*, 1986, 1987, Tours, 1989, p. 8.

[22] Nunca é demais repetir que durante a Idade Média só o nome próprio era fixo e acompanhava o seu possuidor durante toda a vida e que todos os outros elementos podiam ser mais ou menos fluidos.

[23] Monique Bourin e Bernard Chevalier, "L'enquête: buts et méthodes", cit., p. 8; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., pp. 414-415; Soledad Suárez Beltrán, "Notas al sistema antroponimico asturiano en los siglos X al XII", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos* IX *a* XIII, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, p. 128; Michel Zimmermann, "Les débuts de la "révolution anthroponymique" en Catalogne (X-XIIe siècles)", *ib.*, p. 364.

[24] Xulio Viejo Fernández, *La conformanza hestórica de l'antroponimia asturiana*, p. 65; Jean-Pierre Molénat, "L'onomastique tolédane entre le XII et le XVe siècle. Du système onomastique arabe à la pratique espagnole moderne", *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux*. Actes du colloque internacional "*Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne*" (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996, pp. 175; Monique Bourin, "Bilan de l'enquête", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne, Études d'anthroponymie médiévale*, Ie et IIe Rencontres, Azay-le-Ferron, 1986,1987, Tours, 1989, p. 242; Pierre Toubert, *Les structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IXe à la fin du XIIe siècle*, vol. I, Roma, 1973, pp. 701-702.

[25] Se a profundidade lhe era dada pela sucessão das gerações, a extensão podia ganhar ainda maior terreno, na medida em que deixava de ser apenas comum a grupos de irmãos, para passar a sê-lo a grupos de primos descendentes de um mesmo avô comum.

[26] Alguns autores já o afirmaram, anteriormente, sem bases muito rigorosas. Eu própria também já o fiz, escudada, principalmente, numa intuição forjada na leitura atenta de largos acervos documentais provenientes da Baixa Idade Média (Cf. Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., p. 414; id., "Le système anthroponimique portugais (Région du Bas-Douro) du Xe au XIIIe siècle", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, p. 105; id., "Données anthroponymiques du *Livro Preto* de la cathédral de Coïmbre", cit., p. 223; Mónique Bourin, "Bilan de l'enquête", cit., p. 242; Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., p. 175; "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", cit., p. 163).

[27] As afirmações de Robert Durand e Monique Bourin, aduzidas na nota anterior, referem-se, efectivamente, a período anterior a finais do século XIII.

[28] Já atrás deixei dito que, pelo menos para este ensaio, me não interessou estudar a população nobre. Aliás, no decurso das investigações a que procedi, deparei, para estas épocas, com alguns patronímicos que não correspondiam a referentes paternos, mas só em casos de famílias nobres ou, quando muito, de indivíduos cujo estatuto social não era claro e que apresentavam boas probabilidades de pertencerem à nobreza. Nestas circunstâncias não podia considerá-los para o presente trabalho.

[29] Valor este encontrado entre as populações citadinas, no momento em que os campesinos se ficavam pelos 22,8% e, na totalidade dos elementos considerados, não subia além dos 23,5%.

[30] Pelo menos no que respeita às populações campesinas, o que se reflecte nos valores totais.

[31] No final do período em estudo e entre os citadinos.

[32] E pode mesmo dizer-se, em termos absolutos, a esmagadora maioria dos portugueses, porque era também a esmagadora maioria dos portugueses, como atrás ficou lembrado, que construía a sua identificação pessoal com a ajuda de um patronímico. Pelo menos entre as gentes comuns, estes, também o grosso da população.

[33] Cf. gráfico 2.

[34] Cf. gráfico 3.

[35] 22,8% no campo e 24,5% na cidade, como atrás deixei dito.

[36] Sem distinção entre os filhos e as filhas. Cf. adiante nota 43.

[37] Cf. gráfico 4.

[38] Expresso no gráfico 3. Adiante serão ainda mostrados outros exemplos da mesma tendência.

[39] A aceleração da tendência para o uso do patronímico desempenhando outras funções que não as de referente paterno, acentuou-se de forma muito significativa, durante o século XVI. Embora o estudo não tenha ainda sido feito para este período, há indícios que o mostram com clareza.
Em dois trabalhos que publiquei no inicio da década de 70 e que tenho vindo a citar, tive oportunidade de comparar listas de nomes próprios masculinos e patronímicos dos séculos *XIV* e *XV* ("Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", cit., pp. 154-170; "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., pp. 182-185). Com as naturais oscilações atribuíveis a mudanças de gosto na escolha do nome de baptismo para as crianças, os valores atingidos por uma mesma denominação, nas suas qualidades de nome próprio e de patronímico, equivaliam-se ou desenhavam mesmo tendências claras e lógicas para o aumento ou a diminuição da respectiva frequência, consoante cresciam ou diminuam no interesse das populações.
Quando, porém, analisei uma lista de lisboetas, proveniente da década de 60 do século XVI, o panorama encontrado, neste pormenor, revelou-se completamente diferente: os nomes próprios de maior frequência eram alguns daqueles que, como patronímico, apresentavam valores insignificantes, ao passo que alguns dos patronímicos mais vulgares, correspondiam a nomes próprios pouco usados na altura. Como exemplo poderei citar as percentagens atingidas por alguns desses apelativos. Assim: António 10,8% - Antunes, Antão, António, em conjunto, 0,8%; João, 9.9% - Eanes e Anes, 1,9%; Francisco, 7,6% - Francisco (pat.), 0,8%; Fernando, 3% -

Fernandes, 23,9%; Gonçalo, 3,3% - Gonçalves, 10,3%; Rodrigo, 0,8% - Rodrigues, 8,4%, para anotar apenas os desfazamentos mais significativos (Iria Gonçalves, "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", cit., pp. 29-35. As percentagens foram obtidas a partir dos números que aí apresento).

[40] Nomeadamente o pico de 17,5% apresentado pelas populações urbanas no período correspondente ao último terço do século XIV, entre os valores de 5,7% e de 13,7%, respeitantes aos períodos imediatamente anterior e posterior (cf. gráfico 4).

[41] Como atrás deixei lembrado, é bastante difícil, no que respeita à gente comum, encontrar referências sobre a filiação dos indivíduos. Pelo menos em número avultado. Porém, se quisermos passar desta relação para outras de maior profundidade, então as dificuldades multiplicam-se de forma assustadora. Os casos que nos chegam acabam por não passar de situações meramente episódicas. A este título posso lembrar, por exemplo, Isabel Dias, que era filha de Antão Dias e neta de Diogo Dias, penteeiro de Lisboa (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 35, fl. 81).

[42] Cf. gráfico 5.

[43] Possíveis exemplos ilustrativos são numerosos. Poderei indicar alguns, ao acaso: Leonor Fernandes, marceira, filha de Antão Fernandes, marinheiro, de Lisboa (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *João* I, liv. 2, fl. 124vº); Vasco Rodrigues, filho de Lourenço Rodrigues, de Évora (*ib., Chanc. de* D. *Duarte*, liv. 1, fl. 83vº); Luís Fernandes, filho de João Fernandes, dito da Covilhã (ib., *Chanc. de* D *Afonso* V, liv. 7, fl. 55); Antão Luís, filho de João Luís, tabelião do público e judicial de Guimarães (ib., *Chanc. de* D. *João* II, liv. 7, fl. 68vº); Sebastião Gonçalves, filho de Martim Gonçalves, tecelão, de Santarém (ib., *Col. de Sta Mª da Alcáçova de Samtarém*, m. 18, nº 388); Margarida Gil, filha de João Gil, de Santarém (ib., *Núcleo Antigo*, nº 274, fl. 176vº); Beatriz Gonçalves, filha de Luís Gonçalves, mercador do Porto (ib., *Alem Douro*, liv. 3, fl. I-Ivº); Pedro Eanes, filho de Aparício Eanes, do termo de Oleiros (ib., *Corp. Cron.*, p.II, m. 21, nº 16, fl. 3vº); Maria Pais, filha de João Pais, tabelião de Viana do Castelo (Maria Cristina Cunha "A compra de fio para as naus. O Livro de Receitas e Despesas de Heitor Garcia (1496-1497), *Congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. III, *Economia e comércio marítimo*, Porto, 1989, p. 431); João Afonso, filho de Pedro Afonso, do termo de Coimbra (Maria José Azevedo Santos, "Um "Tombo de propriedades" do mosteiro de S. Paulo de Almaziva", *Vida e morte de um mosteiro cisterciense.* S. *Paulo de Almaziva (hoje* S. *Paulo de Frades, c. Coimbra). Séculos* XIII-XVI, Lisboa, 1998, p. 293). João Rodrigues, filho de Martim Rodrigues, pedreiros, que ambos desempenharam as funções de mestres de obras dos paços de Sintra (Sousa Viterbo, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de* Portugal, t. II, Lisboa, 1904, p. 398).

[44] Como, por exemplo: Estêvão Gonçalves e Francisco Gonçalves, filhos de João Gonçalves, besteiro, da Sortelha (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 30, fl. 84vº-85); Silvestre Afonso e António Afonso, filhos de João Afonso, todos eles lavradores do termo de Alenquer (ib., *Gaveta* 14, m. 1, nº 19); João Afonso e Diogo Afonso, filhos de João Afonso das Maravilhas, de Coimbra (ib., *Conv. Div., Mosteiro de Stª Cruz de Coimbra*, liv. 94, fl. 278, 285); Pero Gonçalves e João Gonçalves, filhos de Gaspar Gonçalves, do Funchal (*Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século* XV, ed. por José Pereira da Costa, Funchal, 1995, p. 371 e Virgínia Rau e Jorge de Macedo, O *Açúcar da Madeira nos finais do século* XV. *Problemas de produção e comércio*, Funchal, 1962, p. 50); Luís Peres e Antão Peres, filhos de Antão Peres, contador do rei na Guarda (*Documentos das chancelarias reais anteriores a* 1531 *relativos a* Marrocos, ed. por Pedro de Azevedo, vol. I, Lisboa, 1915, p. 22).

[45] Por exemplo: João Gomes, filho de João Gomes, moradores em Lisboa (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, nº 285, fl. 85); Domingos Jordão, filho de Domingos Jordão, de Leiria (ib., *Conv. Div., Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 169); Gil Martins, filho de Gil Martins, ambos de Samtarém (ib., *Mosteiro de Stª Clara de Santarém*, m. 13, nºs 906,909); Gonçalo Vaz, filho de Gonçalo Vaz, portuenses (*Milenário de Aveiro. Colectânea de documentos históricos*, ed., por António Gomes da Rocha Madahil, vol. I, 959-1516, Aveiro, 1959, p. 234); Rodrigo Álvares, filho de Rodrigo Álvares, madeirenses, residentes no Caniço (Virgínia Rau e Jorge de Macedo, O *Açúcar da Madeira nos finais do século* XV, p. 49).

[46] Cf., entre outros: Afonso Eanes, tabelião de Neiva, filho de Afonso Eanes (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *João* I, liv. 2, fl. 150vº); Afonso Esteves, filho de Afonso Esteves, porteiro da alfândega de Lisboa (ib., *Estremadura*, liv. 8, fl. 55-56vº); João Vasques, filho de João Vasques, tecelão, de Guimarães (José Marques, "A colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487)", *Actas do Congresso histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. II, Guimarães, 1981, p. 309).

O mais comum, nestes casos, era optar por designá-los, a um como o mais velho, o outro como o mais moço, denominações que por vezes se iriam transformar em apelidos de família. Podem lembrar-se: João Gomes o Moço, filho de João Gomes o Velho, ambos tabeliães em Castelo Bom (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Manuel*, liv. 12, fl. 55vº); João Vaz o Moço, filho de João Vaz o Velho, carniceiro em Soutelo (*Sé de Lamego*, liv. 169, fl. 15vº); João Vaz, filho de João Vaz o Velho, lavradores, residentes em Moreira, termo de Alenquer (ib., *Gaveta* 14, m. I, nº 19); João Domingues o Moço, filho de João Domingues o Velho, moradores no Teixoso, termo da Covilhã (ib., *Mosteiro de Stª Cruz de Coimbra*, p. 10, nº 292); João Afonso o Novo, filho de João Afonso, mercador, morador em Santarém (ib., *Corp. Relig.*, *Mosteiro da Trindade de Santarém*, cx. 114, m. 4, nº 18).

[47] É o caso de Afonso Álvares, filho de Afonso Álvares do Ameal, residente na Sortelha (ib., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 30, fl. 84vº-85); João Eanes, filho de João Eanes das Mós, residentes em Santarém (ib., *Mosteiro de Stª Maria de Almoster*, liv. 4, nº 3); Vasco Martins, filho de Vasco Martins de Vouga, morador em Santarém (Isaías da Rosa Pereira, "A vinha e o vinho em documentos medievais", O *vinho na história portuguesa* (*séculos* XIII-XIX), Ciclo de conferências, Porto, 1983, pp. 96); Afonso Eanes, filho de Afonso Eanes da Laranjeira, de Castel Viegas (Maria Helena da Cruz Coelho, O *Baixo Mondego nos finais da Idade Média* (*Estudo de história rural*), vol. II, Coimbra, 1983, p. 829).

[48] Assim Pedro Afonso o Moço, filho de Pedro Afonso das Azenhas (A.N.T.T., *Conv. Div.*, *Mosteiro de Alcobaça*, liv. 134, fl. 163); João Afonso, sapateiro, filho de João Afonso Cangalho, portuenses (A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 6lvº); Diogo Álvares o Moço, filho de Diogo Álvares Chantapão, de Fronteira (*Documentos inéditos de Marrocos. Chanc. de* D. *João* II, ed. por M. Laranjo Coelho, Lisboa, 1943, p. 317); João Eanes da Abrunheira, monteiro, filho de João Eanes, monteiro, residentes no termo de Montemor-o-Velho (*História florestal, aquícola e cinegética*, ed. por C. M. L. Baeta Neves, vol. II, (1439-1481), Lisboa, 1982, p. 130).

[49] Assim Leonor Vaz, filha de Estêvão Domingues, moradores na Golegã (A.N.T.T., *Conv. Div.*, *Mosteiro de Alcobaça*, liv. 15, fl. 322vº); Pedro Eanes, filho de Bartolomeu Domingues, de Lisboa (ib., *Col. Especial*, cx. 35, nº 5); Branca Rodrigues, filha de Pedro Eanes, de Torres Novas (ib., *Núcleo Antigo*, nº 275, fl. 87); Vasco Gil, mercador, filho de Luís Domingues, ourives, do Porto (ib., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 9, fl. 77vº); Mateus Domingues, filho de João Afonso, de Bertiande (ib., *Sé de Lamego*, liv. 169, fl. llvº); Lopo Rodrigues, filho de Martim Lourenço, escrivão de Guimarães (ib., *Chanc. de* D. *João* II, liv. 11, fl. 37vº); João Afonso, filho de Bartolomeu Salvadores, de Gouveia (ib., *Mosteiro de Stª Cruz de Coimbra*, pasta 41, m. 20, nº 18); João Fernandes, filho de Bartolomeu Domingues, de Torres Vedras (ib., *Mosteiro do Lorvão*, G. 6, m. 2, nº 18/1); Pero Fernandes, filho de Vasco Gil, moradores em Óbidos ("Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481)", ed. por Isaías da Rosa Pereira, *Lusitania Sacra*, t. V, 1970, p. 373); Rodrigo Eanes, homem bom do Porto, filho de Pero Martins, carniceiro (*"Vereaçoens"*. Anos de 1431-1432, leitura, índice e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, 1985, p. 117); João Afonso, filho de Martim Vaz, carniceiro de Elvas (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 234).

[50] Como informação interessante, penso que vale a pena deixar registado o caso de Catarina Vivas, filha de Álvaro Martins, falcoeiro do rei em Santarém, que foi buscar o patronímico a seu avô João Vivas (A.N.T.T., *Ordem de Avis*, nº 602). Eventualmente, pai de sua mãe. Pelo menos, onomasticamente nada o liga a Álvaro Martins. Por outro lado, e este é caso único na documentação por mim trabalhada, João Gonçalves, morador em Alenquer, filho de João esteves, foi buscar o patronómico que usava a sua mãe Leonor Gonçaves (ib., *Estremadura*, liv. 7, fl. 65).

[51] A.H.M.P., *Pergaminhos*, liv. 6, nº 2.

[52] Iria Gonçalves, "O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora", sep. de *Ciência e técnica fiscal*, nºs 68-69, 1964, p. 50.

[53] *Ib.*, p. 60.

[54] *Ib.*, p. 48.

[55] A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 14, fl. 17-17vº.

[56] *História florestal, aquícola e cinegética*, ed. por C. M. L. Baeta Neves, vol. II, (1439-1481), p. 91.

[57] José Marques, A *administração munucipal de* Vila *do Conde, em* 1466, Braga, 1983, p. 78.

[58] A.N.T.T., *Conv.* Div., *Mosteiro de* Alcobaça, liv. 15, fl. 19.

[59] *Livro do almoxarifado de* Silves, pref. de Humberto Baquero Moreno, identificação e transcrição de Maria José da Silva Leal, notas, observações e comentários de José D. Garcia Domingues, Silves, 1984, pp. 66, 122.

[60] Alberto Iria, O *Algarve e os Descobrimentos*, vol. II de *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, pref. por João Martins da Silva Marques, t. II, Lisboa, 1956, p. 440.

[61] *Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 276.

[62] A.N.T.T., *Chanc. de* D. *João* I, liv. 3, fl. 112vº.

[63] O nome Paio fora muito vulgar durante os séculos XII e XIII, mas nos finais deste século a sua voga começou a decair e o século XIV já o encontrou apenas entre os nomes pouco frequentes e com tendência para diminuir o seu uso.

[64] A.N.T.T., *Conv.* Div., *Mosteiro de* Alcobaça, liv. 15, fl. 185.

[65] *Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. II, Lisboa, 1934, p. 381.

[66] A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Duarte*, liv. 1, fl. 132.

[67] Ib., *Mosteiro de Stª Clara de Santarérm*, m. 12, nº 802.

[68] Ib., *Coleg. de Stº Estêvão de Santarém*, m. 3, nº 137.

[69] Ib., *Chanc. de* D. *Manuel*, liv. 40, fl. 114vº-115.

[70] Ib., *Núcleo Antigo*, nº 274, fl. 180vº.

[71] *Ib.*, fl. 30vº.

[72] *Ib.*, fl. 33vº.

[73] A.N.T.T. *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 29, fl. 143vº.

[74] *Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. II, pp. 438, 440.

[75] José Marques, A *administração municipal de* Vila *do Conde, em* 1466, p. 92.

[76] *Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 1.

[77] A.N.T.T., *Conv.* Div., *Mosteiro de* Alcobaça, liv. 12, fl. 151vº-152vº.

[78] Ib., *Coleg. de Stº Estêvão de Santarém*, m. 3, nº 137.

[79] Ib., *Corp. Relig.*, *Mosteiro de* Alcobaça, m. 33, nº 40.

[80] Cf. bibliografia citada na nota 39.

[81] Cf. Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., pp. 413-420.

[82] Foi possível encontrar, em alguns casos, famílias numerosas de que conhecemos cinco ou seis filhos, mas, infelizmente, muito poucas. Adiante darei conta de algumas delas.

[83] Cf. gráfico 6.

[84] Robert Durand, *ob. cit.*, p. 415.

[85] Cf. gráfico 7.

[86] Cf. gráfico 2.

[87] Os valores atingidos como mínimos foram os 77,2% nas áreas rurais, os 75,5% nas cidades, os 76% na totalidade dos casos.

[88] Eram sobretudo os casos de famílias numerosas e em que apenas um dos irmãos deixava de usar o patronímico no seu sentido original, que ajudavam a marcar o desfazamento apontado. Poderei deixar aqui apenas um exemplo registado - adiante apresentarei outros - lembrando que os filhos de Fernando Álvares, morador em Beja, se chamavam: Fernando Álvares, Rui Fernandes, Lourenço Fernandes, Álvaro Fernandes, Senhorinha Fernandes, Beringela Fernandes (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, pp. 13-14).

[89] É certo que não podemos nunca ter a certeza de que aqueles filhos cujo conhecimento chegou até nós eram todos os filhos de um casal, ou, pelo menos de um homem.

[90] Por exemplo, os filhos de João Domingues, morador em Beja: Afonso Eanes, Gomes Eanes, Gonçalo Eanes, João Eanes (A.N.T.T., *Mosteiro de Alcobaça*, m. 53, nº 5); os de Estêvão Peres, residente em Torres Vedras: Gonçalo Esteves, Lourenço Esteves, Pero Esteves (ib., *Corp. Relig.*, *Mosteiro de Alcobaça*, m. 30, nºs 5 e 11); os de Pero Domingues, tabelião de Torres Vedras: João Peres, Lourenço Peres, Vicente Peres. ("Para a história social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico do ano de 1309" ed. por Harol B. Johnson, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, vol. LXXIII-LXXIV, 1970, pp. 97, 104); ou os de Pero Vivas: Alvaro Peres, Diogo Peres, Jorge Peres, Vasco Peres (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol I, p. 73).

[91] Por exemplo: Domingas Domingues, Margarida Domingues, Maria Domingues, eram filhas de Domingos Vivas, morador na Cela, terra de Alcobaça (A.N.T.T., *Conv. Div.*, *Mosteiro de Alcobaça*, liv. 3, fl. 50); Joana Domingues e Inês Domingues, eram filhas de Domingos Peres Caldelas, do Porto (A.H.M. P., *Pergaminhos*, liv. 1, fl. 45, 51); as filhas de Gonçalo Vasques, morador em S. Vicente da Beira, chamavam-se Catarina Gonçalves e Maria Gonçalves (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. I, p. 180).

[92] São assaz numerosos, estes casos. Citarei alguns: João Lopes, morador em Lisboa, era pai de Isabel Eanes e de João Eanes, sapateiro (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, nº 285, fl. 52vº; nº 317, fl. 11vº); Vasco Lourenço, da Sortelha, tinha um filho, Luís Vasques, e três filhas, Maria Vasques, Branca Vasques, Domingas Vasques (ib., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 30, fl. 84vº-85); Sebastião Martins, que vivera em S. Vicente da Beira, era pai de Constança Sebastiães, Maria Sebastiães e Martim Sebastiães, a primeira dos quais residia em Castelo Branco e os dois últimos, como o pai, em S. Vicente da Beira (ib., *Ordem de Avis*, nº 417); Afonso Aparício, tanoeiro do Porto, tinha dois filhos: Catarina Afonso e Brás Afonso (A.H.M.P., *Pergaminhos*, liv. 3, fl. 84); Gil Afonso, almoxarife de Ceuta, tinha igualmente dois filhos: Vasco Gil e Branca Gil (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. II, p. 452).

[93] Entre as famílias mais numerosas que me foi dado encontrar, contam-se as de Domingos Peres Alcobacil, de Leiria, pai de Maria Domingues, Catarina Domingues, Estêvão Domingues, Martim Domingues, Martim Domingues Terrão (A.N.T.T., *Mosteiro de Alcobaça*, m. 10, nº 230; *Corp. Relig.*, *Mosteiro de Alcobaça*, m. 23, nº 19; *Conv. Div.*, *Mosteiro de Alcobaça*, liv. 5, fl. 71); a de Gonçalo Rodrigues de Tomar, cujos filhos eram Beatriz Gonçalves, Inês Gonçalves, João Gonçalves, Leonor Gonçalves, Rui Gonçalves (ib., *Chanc. de* D. *João* I, liv. 2, fl. 81); a de João Bartolomeu, de Portel, com sete filhos: Margarida Eanes, Martim Eanes, Estêvão Eanes, Vicente Eanes, Afonso Eanes, João Eanes e Constança Eanes (*Chancelarias portuguesas*. D. *Afonso* IV, ed. organizada por A. H. de Oliveira Marques, vol. I, (1325-1336), Lisboa, 1990, doc. nº 305).

[94] Cf. George T. Beech, "La devolution des noms et la structura de la famille: l'exemple poitevin", *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux*. Actes du colloque international "*Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne*", (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996,p. 404.

[95] João Eanes, residente na Póvoa de Lanhoso, era pai de Domingos Eanes, Miguel Eanes e Miguel Eanes da Quintã (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Dinis*, liv. 4, fl. 29); João da Ribeira, morador em Torres Vedras, tinha dois filhos de nome Pero Eanes e Pero Eanes do Baraçal ("Para a história social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico de 1309", ed. por Harold B. Johnson, cit., pp. 80, 85). Na nota 93 fica indicado mais um exemplo.

[96] João do Mato, morador em uma aldeia do termo de Torres Vedras, tinha dois filhos de nome Martim Joanes ("Para a história social de Torres Vedras, Um documento eclesiástico do ano de 1309", ed. por Harold B. Jonhson, cit., p. 107); e João Martins, mercador e almoxarife em Vila Real, para além de um filho de nome Martim Eanes e de uma filha chamada Maria Eanes, tinha outras duas filhas denominadas Beatriz Eanes (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *João* I, liv. 4, fl. llv°).

[97] Cf. gráfico 8

[98] Uma leitura atenta dos gráficos 7 e 8, mostrará com muito mais clareza que acabo de dizer.

[99] Eram relativamente numerosos os grupos de irmãos que usava, em conjunto, um patronímico que já fora o de seu pai e que na grande maioria dos casos, de acordo com o que tenho vindo a dizer, correspondia ao nome próprio do avô. Como exemplos, poderei citar: os filhos de João Afonso, lavrador do termo de Alenquer, chamados António Afonso e Silvestre Afonso, lavradores como o pai (A.N.T.T., *Gaveta* 14, m. 1, n° 19); os filhos de Martim Gonçalves, tecelão, de Santarém, e de seus nomes Beatriz Gonçalves e Sebastião Gonçalves (ib., *Coleg. de* Stª Mª *da Alcáçova de Santarém*, m. 18, n° 388); Martim Eanes de Cimo de Vila, morador em Atougia, cujo filhos eram Martim Eanes e Tomé Eanes (ib., *Corp. Relig., Mosteiro de Alcobaça*, m. 28, n° 25); Domingos Gonçalves, de Sever, era pai de Estêvão Gonçalves e de Gonçalo Gonçalves (ib., *Além Douro*, liv. 4, fl. 41-42v°); Catarina Afonso e Pedro Afonso, eram filhos de Heitor Afonso, morador no Porto (A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 221; liv. 2, fl, 36v°), ou Antão Peres, contador na Guarda, cujos filhos se chamavam Antão Peres e Luís Peres (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. I, p. 22).

[100] Casos havia, porém, em que os irmãos, embora usando a mesma forma patronímica, não sabemos de onde ela proviera. Por exemplo: Bartolomeu Domingues, morador em Torres Vedras, tinha dois filhos de nome João Fernandes e Pero Fernandes (A.N.T.T., *Corp. Relig., Mosteiro de Alcobaça*, m. 28, n° 32); os irmão Gomes Afonso e Vasco Afonso, de Loulé, eram filhos de João Domingues (Alberto Iria, O *Algarve e os Descobrimentos*, t. II, pp. 396, 474).

[101] Estêvão Fernandes e Gonçalo Esteves era filhos de Estêvão Fernandes, morador no termo de Braga (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *João* I, liv. 4, fl. 32v°); os dois filhos de Martim Fernandes, chamavam-se Martim Fernandes e Fernão Martins (*ib.*, liv. 2, fl. 62); Afonso Álvares do Ameal, morador na Sortelha, tinha pelo menos três filhos, cujos nomes eram Afonso Álvares, Alvaro Martim Afonso Martins (ib. *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 30, fl. 84v°-85); João Aires, cirieiro, residente em Évora, era pai de João Aires, Fernando Eanes, Gomes Eanes (*ib.*, liv. 31, fl. 82-82v°); os três filhos que de Gil Martins, de Santarém, eram Gil Martins, João Gil, Constança Gil (ib., *Mosteiro de* Stª *Clara de Samtarém*, m.13, n°s 906, 909); Álvaro Eanes, Fernando Álvares, Catarina Álvares, João Álvares, eram os filhos de Álvaro Eanes, morador em uma aldeia do termo de Braga (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 52).

[102] João Gonçalves, besteiro, morador na Sortelha, era pai de Estêvão Gonçalves, Francisco Gonçalves, Gonçalo Eanes (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 30, fl. 84v°-85); os filhos de Gaspar Gonçalves, do Funchal, eram Pero Gonçalves e Gonçalo Aires (Virgínia Rau e Jorge de Macedo, O *açúcar da Madeira nos finais do século* XV, pp. 50, 57); os do seu conterrâneo Álvaro Dias, eram João Dias e Rodrigo Álvares (*ib.*, p. 51).

[103] Catarina Álvares, Branca Eanes e Álvaro Eanes, eram filhos de João Álvares, de Penaguião (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 173).

[104] Como no caso de Afonso Eanes Marchão, de Odemira, que, se tinha uma filha chamada Branca Afonso, o filho era conhecido por João Rodrigues (A.N.T.T., *Chanc. de* D. *Duarte*, liv. 1, fl. 226, 230); os dois filhos de Gonçalo Eanes Galego, prior de S. Domingos da Covilhã, denominavam-se Luís Gonçalves e Rui Gonçalves, mas sua irmã era Constança Afonso (ib., *Chanc. de* D. *João* I, liv. 3, fl. llv°); João Fernandes, dito da Covilhã, era pai de vários filhos: duas raparigas de nome Beatriz Eanes e Isabel Eanes e dois rapazes, um dos quais se chamava Luís Fernandes e o outro João Nunes (ib., *Chanc. de* D. *Afonso* V, liv. 7, fl.75).

ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO
Um Concurso de Arquitectura para os Espaços Exteriores do Palácio Nacional de Queluz

Carlos GUIMARÃES e
Luís Soares CARNEIRO *

1. Introdução

Os concursos de arquitectura são uma forma corrente de os arquitectos conseguirem trabalho profissional. Para nós são também uma oportunidade de estudo, de pesquisa e reflexão sobre temas interessantes que por outras vias dificilmente nos seriam entregues. E esta pesquisa e reflexão nem sempre são, *strictu senso*, dentro do âmbito da exploração e investigação do mundo das formas. Estudar, Reflectir e Projectar são para nós etapas integradas de um processo uno.

O Concurso para o Arranjo dos Espaços Exteriores do Palácio Nacional de Queluz, foi lançado em 1995 pelo IPPAR, sendo, já depois da entrega das propostas e sem estas terem sido abertas, anulado por razões de conveniência da Instituição. Para um ponto de vista meramente profissional nada ficou. Para interesses um pouco mais alargados fica a reflexão e o material resultante. É isso que apresentaremos aqui: excertos dos Desenhos do Concurso e da Memória Descritiva. Não é, e não pretendemos que seja, mais do que isto: a apresentação de uma proposta que procura apoiar no conhecimento dos objectos em estudo uma intervenção qualificada.

Apesar de para o texto que se segue não ser aspecto central, embora dele resulte, há uma questão que, sem pretensões, queremos apontar aqui - e que esperamos o texto ajude, senão a esclarecer, pelo menos a provocar a reflexão de quem mais sabe - e que é a da dúvida quanto à datação de um desenho aguarelado, representando a planta do Palácio, sem data nem assinatura, descoberto na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pela Dr.ª Simonetta Luz Afonso. Este desenho representa aquilo que adiante se chamará o "Plano Global" e projectava a duplicação do Palácio actual segundo um eixo de simetria. Vários autores apontam a sua data como anterior a 1795, dado que nela está apontado, a lápis, o traçado das arquitecturas efémeras feitas para o baptizado de D. António, Príncipe das Beiras, nesse mesmo ano. Contudo, é errado, como acontece em algumas publicações, apontar para o desenho uma data posterior a 1789, argumentando que o Pavilhão de D. Maria vem já nele representado. O facto é que pela lógica dos traçados de composição - que estudamos e exploramos neste trabalho - resulta óbvio que ele tem forçosamente de ser muito anterior. Não só o Pavilhão de D. Maria se integra já no traçado do Plano, como o corpo da Sala do Trono (alteração de um outro mais antigo e estreito) assim como o pórtico exterior que lhe está associado, construídos algures entre 1760 e 1784, pela sua localização e forma pressupõe igualmente a existência deste. Quanto à sua autoria, e sem quaisquer dados documentais, parece-nos de arriscar a hipótese de ser de Mateus Vicente pois os traçados geométricos de apoio, não só se ajustam aos da fase por que este havia sido responsável, como se ajustam aos critérios de composição e interesses formais pelos espaços exteriores que já anteriormente tinha revelado.

2. A Proposta para o Concurso

I - ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO:

1. ENTENDER O EXISTENTE - *A construção do Palácio*

• UMA CARACTERÍSTICA RECORRENTE

Como a quase totalidade dos monumentos e edifícios históricos portugueses, o PNQ é o resultado de sucessivas adições realizadas ao longo de um período de tempo significativo. É um fenómeno endémico e estrutural que percorre todas as épocas da História Nacional, tendo a ver com a sistemática ausência de meios e com a inexistência de programações adequadas e razoáveis. As obras são lançadas em momentos de entusiasmo súbito e alimentadas por riquezas ocasionais. É neste contexto genérico que se deve procurar entender e estudar a história do PNQ.

• A ORIGEM DA CONSTRUÇÃO

Quando da tomada de possessão, após a Restauração, em 1640, da Quinta de Queluz por parte da Casa do Infantado, não existia no local mais do que um pequeno solar rural implantado paralelamente ao Rio Jamor - sobre cujas reminiscências está hoje localizada a "Cozinha Velha". As obras de ampliação que sofre de imediato não vão contudo alterar uma lógica de crescimento linear no seguimento da construção existente (ver Fig. 1- a).

• O PRIMEIRO NÚCLEO

Só entre 1747-1758 com o então Infante D. Pedro, mais tarde D. Pedro III, é que o Arq. Mateus Vicente de Oliveira estabelece os planos para a construção de um verdadeiro palácio rural. A organização deste palácio é clara: um quadrado em torno de um pátio estabelece um núcleo central a partir do qual, em direcção à estrada (Lisboa-Sintra), se vai criar uma sequência de pátios em "U", o último dos quais de forma arredondada, forrando e escondendo a construção primitiva que assim fica integrada; e, à esquerda, se prolonga por uma manga comprida e estreita que terá funcionado primitivamente como anexos-muro. A estratégia da composição dos espaços externos é evidente: simetria centrada na porta principal, eixos visuais que a partir desta porta definem os vértices das alas, dimensionamento determinado pelo rebatimento das larguras... Daqui resultando um sentido de acolhimento a quem se aproxima vindo da estrada que lhe passaria algures em frente e, reciprocamente, uma progressiva abertura, para quem sai do palácio (ver Fig. 1- b).

• O PALÁCIO REDIRECCIONA-SE

Posteriormente, para o lado Poente, também a partir do "núcleo central", a pretexto do casamento de D. Pedro com D. Maria (futura D. Maria I), em 1760, estabelece-se uma terceira fase de construção. Contraditoriamente ao sentido de abertura que os sucessivos pátios que conformavam a entrada de aparato deste primeiro núcleo assumia, o que agora vai ser construído, vai apontar para uma diferente direcção. Assim, a chamada Ala Robillion (designada a partir do Arq. francês Jean Baptiste Robillion que a concebeu), vai não só ignorar e inverter o direccionamento original mas também consagrar o que passará a ser uma característica dominante do palácio. Ao criar um corpo em "L" e reconstruindo a fachada Sul do núcleo quadrado inicial, Robillion ***redirecciona*** *o Palácio, já não o dirigindo de Oeste para Leste, do* ***interior*** *para o* ***exterior*** *(aliás como Palácio de Mafra onde se tinha formado Mateus Vicente), mas redirigindo-o para Sul e para Oeste, para os espaços* ***interiores*** *da quinta que se transformarão em jardins. Mais tarde, mas ainda nesta fase, e confirmando esta tendência, constroem-se a "Sala do Trono" e a "Entrada de Honra" que lhe está associada. Aqui, de novo, um voltar de costas ao exterior e o reforço da relação com os jardins, cuja cota mais baixa e relação directa com as fachadas internas reforça o carácter de interioridade (ver Fig. 1-c).*

• O "PLANO GLOBAL"

O Palácio parece estabilizar. Contudo, é evidente a ausência de nobreza dos espaços de chegada ou exteriores (tomando os dos jardins como interiores), sobretudo no acesso à "Sala do Trono". Neste sentido, alguém, virtualmente D. Pedro III, estabelece um ambicioso plano de duplicar o Palácio criando uma sua simetria a partir de um eixo longitudinal, gerando desse modo uma grande praça interior (no modelo das Places Royales do Séc. XVII francês). Tal projecto, apesar do único documento desenhado que dele temos ser correntemente datado de c.1795 (ver Fig. 2) tem de forçosamente ser anterior. Com efeito, dado que a construção da terceira fase (o denominado "Pavilhão de D. Maria"), de que é formalmente arquitecto Manuel Caetano de Sousa, iniciada em 1786 (ano da morte de D. Pedro III), presume e assume de modo absoluto e inquestionável a existência deste "Projecto Global" (ver Fig. 1-d).

A estratégia deste plano é interessante (ver Fig. 3): articula-se habilmente com o traçado da zona de recepção original mediante um círculo centrado numa estátua situada sobre o cruzamento do eixo do Núcleo Central e o novo eixo de simetria; tangente a este círculo traça um outro, mais a Sul, que na outra extremidade vai localizar o Pórtico de Entrada e delimitar o "Pátio da Guarda"; com este novo centro traça um segundo círculo concêntrico, tangente à perpendicular do eixo de simetria Norte-Sul, passando pelo cunhal da Capela que, no extremo Sul, determina a linha onde se inicia a edificação do Pavilhão de D. Maria; simultaneamente, desloca para Sul e aí restabelece um novo centro de gravidade frente à entrada da Sala do Trono; com referência à Estátua e a esta Entrada, traça linhas que vão determinar a implantação do Pavilhão de D. Maria e que, simetricamente, determinam os extremos do Pórtico Norte... - ou seja, daqui resulta um traçado que só ganha sentido se completamente realizado. Se o traçado do núcleo original era expansível e por isso mesmo era terminável a qualquer momento, já este traçado segundo, implica, para ganhar completude e sentido, a sua total realização.

• QUE CONCRETIZAÇÃO?

Mais por inércia do que com verdadeira convicção, este projecto grandioso será ainda continuado na construção da Torre do Relógio e da Mantearia (hoje Pousada D. Maria I), assim como do edifício (hoje quartel militar do R.I.Q.), que faria o corpo simétrico ao edifício quadrado do núcleo inicial, ambos construídos no inicio do Séc XIX (início: 1802), igualmente por Manuel Caetano de Sousa (ver Fig. 1-e). O facto de um e outro destes edifícios, apesar de objectivamente intencionados como simétricos do palácio existente não cumprirem o mesmo eixo de simetria, indicia já a intromissão de outros factores na sua implantação. A construção do pequeno Palácio Pombal, já Neoclássico (1807), mandado erigir pelo filho do Marquês (camareiro de D. Maria I), ao ser implantado exactamente no enfiamento do entrada da Sala do Trono, assume também e definitivamente, a já não construção da Ala simétrica a esta.

• COMO TERMINA?

As Invasões Francesas primeiro, as Guerras Liberais depois, vão fazer esquecer esta gigantesca iniciativa começada já tarde. Apesar dos importantes fragmentos que se concretizaram não foi, e nunca chegou a ser legível no local, este sonho de dar sentido ao que o Conde Lichnowsky designava por "...aglomeração sem gosto de «Alas» e «Pavilhões»...". - O sonho de dar unidade e grandeza ao que fora sendo feito sem plano, ao acaso, em pedaços, ao longo do tempo, por mãos diversas, perdia assim a sua oportunidade.

• QUE IMPORTÂNCIA?

Cremos que a raridade e lucidez deste plano não pode ser desprezada, que a sensibilidade e inteligência com que articula - a posteriori - os dois primeiros momentos de crescimento do espaço do pátio, não deve ser ignorada e esquecida. Por essa razão, assumimos o propósito de tornar claro e legível, de reunir e interjustificar, os volumes fragmentados e dispersos que hoje se erguem.

2. DEDUZIR A SOLUÇÃO - Uma reconstrução virtual

• UMA PROPOSTA PARA O PNQ

Os objectivos estão assim claros: 1.revalorização dos indícios, 2.reevidenciação da lógica geométrica, 3.reconstrução virtual da forma. O modo como a proposta traduz esta leitura é talvez um pouco literal, mas somos de opinião que a comunicação deve ser alargada e facilitada nos seus níveis mais óbvios, reservando, estratificadamente, para outros planos e outros públicos, leituras mais elaboradas ou subtis.

• AS CINCO PRINCIPAIS ACÇÕES

1. "Re"constroiem-se os limites da "Grande Praça" erigindo do lado Nascente um conjunto de paredes com aproximadamente a altura das fachadas do lado Poente (e simétricas destas) que vão definir os limites do espaço central.

2. Cria-se um Pórtico Norte, que passa a assumir o papel de entrada principal no recinto marcado pela sua altura e forma, assegurando uma clara distinção entre a situação exterior e o interior, assinalando fortemente o momento de entrada.

3. Recoloca-se o monumento a D. Maria I em posição central, no ponto chave do traçado geométrico regulador do espaço central do qual a estátua é o fulcro.

4. Cria-se um grande espelho de água que se inicia ainda antes do pórtico de entrada, como uma passadeira virtual (a passadeira Real!) que simultaneamente serve de elemento condutor, de separador central e, simbolicamente, em era republicana e laica, exclui do uso o eixo central, ou seja, exclui, afinal, o percurso do rei... O Espelho de Água não é contínuo, pois que é interrompido em torno da estátua central, assim como ao fundo, junto ao topo Sul, assinalando o ponto onde um pórtico transversal estava previsto no "Projecto Global". Não obstante, não seria prático ter um tão longo espelho de água sem atravessamentos. Assim, também em acordo com o traçado regulador geral, cria-se uma dupla ponte, exactamente colocada diante da entrada da Sala do Trono. Esta ponte, não só permitirá interligar directamente as zonas de estacionamento com a entrada do PNQ mas, pela sua forma e localização, irá demonstrar o enfiamento visual existente entre esta entrada e o Palácio Pombal. Marginalmente, refira-se que esta ponte constitui uma "alusão", pela sua forma e linguagem, da dupla "ponte" (antiga casa da música), que ainda hoje subsiste por sobre o rio Jamor e marca um dos pontos mais significativos dos jardins do palácio.

5. Cria-se uma Fonte Monumental que se localiza no enfiamento visual do Espelho de Água. Não só irá servir de remate ao eixo longitudinal, como demarcará, entre o "V" formado o Pavilhão de D. Maria e a Parede-Cenário que lhe ficará fronteira, o limite físico e visual do grande recinto. A forma desta fonte é triangular, elevada em relação ao solo, inclinada no seu lado superior de modo a que a água deslize em sucessivos degraus, contrapondo assim ao movimento de entrada Norte-Sul, uma direccionalidade oposta.

Outras intervenções, secundárias, serão, por exemplo, a reestruturação do arruamento Sul, o tratamento e organização dos espaços de estacionamento, ou ainda a modelação altimétrica dos pavimentos.

II - ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO:

1. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES

• UMA ESPECIFICIDADE

A questão da interioridade-exterioridade do Palácio é muito importante. São bem evidentes a diversidade, senão clara oposição, dos tratamentos e linguagens arquitectónicas entre os alçados exteriores, os que se

apresentam a quem chega, de clara marca Joanina, estilisticamente Barrocos mas sem excessiva efusividade, relativamente secos e escorreitos, e os alçados interiores, ou seja, do lado dos jardins, onde a linguagem claramente Rocócó predomina. A riqueza e a expressividade dos alçados internos, face à relativa austeridade do exterior, revelam bem a oposição entre a Corte e o seu ambiente de fausto e o espaço exterior destinado aos "comuns". Se a divergência de gostos e linguagens apontada por J. A. França em "Lisboa Pombalina e o Iluminismo" clarifica a oposição entre o Barroco de Queluz e o Pombalino da reconstrução da Lisboa pós-terramoto, não deixa também de ser curioso observar que mesmo na própria obra do Palácio de algum modo surgia, pelo seu lado exterior, uma contenção estilística, seja por sentido de discrição ou estratégia de dissimulação, seja, mais simples e provavelmente, apenas por falta de meios.

• O CONTRASTE JARDINS- PRAÇA

Independentemente deste aspecto, o facto é que a dicotomia exterior-interior caracteriza "estruturalmente" a obra existente. A secura, a neutralidade e a imensidão do basalto negro da calçada exterior contrasta com o tratamento pujante, variado e minucioso dos jardins que, habilmente rebaixados, geram um sentido de enquadramento, protecção e defesa contra um exterior bárbaro, possivelmente hostil. Também a importância, a imponência, e mesmo a dimensão da altura das fachadas interiores contrasta com o piso raso que se vê pelo exterior que vai ao ponto de disfarçar as mansardas.

É naturalmente sedutora a sintonia entre a leitura espacial, arquitectónica e decorativa e a situação política da época. Contudo, independentemente desse aspecto, o que é facto é que o objecto construído, indiferentemente à variação de leitura, da função e do uso por que passou e passa, decididamente ***assumiu o facto*** *e* ***integrou-o no seu carácter.***

2. DEDUZIR A SOLUÇÃO

• O EXTERIOR E OS JARDINS - Uma solução para a Praça

De novo o modo como a solução traduz a leitura realizada é um pouco literal, mas também aqui a clareza toma precedente. Assim, propõem-se três ideias fundamentais:

I. Preserva-se o grande vazio do pátio central forrado com o basalto negro que vai contrastar o rosa e o calcário das paredes, sem a tentação de o tornar "um lugar aprazível". É um pátio, uma parada, uma praça formal, uma estrutura espacial de aparato e representação, mas vazia - não é, nem pode ser, um lugar de "estar". Transformar em "parque verde" ou "sítio de permanência" seria um **gravíssimo equívoco**, em absoluto **lesivo deste espaço** e do Palácio em geral. Por contraste, as zonas não pertencentes a esta Praça terão necessariamente de ser tratadas de modo diverso. Por detrás dos muros-paredes que delimitarão a nova Praça, junto ao Quartel e por detrás da Pousada, ou seja, as zonas de apoio e estacionamento, deverão ser fortemente arborizadas para, aparecendo a mancha verde por cima dos muros-paredes, acentuarem o contraste e reforçar ainda mais o carácter de representação do espaço central.

Esclareça-se mais uma vez: para entender esta proposta é fundamental compreender que ela é exigida pelo próprio Palácio e não arbítrio de projecto. A "Praça do Palácio" terá de ser necessariamente uma "praça urbana". Como a Praça Stanislas, em Nancy, como originalmente a "Place de Vendôme" ou a "Place des Victoires", em Paris, como a "Place Royale", em Bruxelas, como a "Amalienborg" de Copenhague, como tantas outras que se construíram na Europa dos Sécs. XVII e XVIII, e a cuja linhagem este espaço decididamente pertence(ria) - na sequência do que o Plano Global claramente apontava.

• TRATAR O PAVIMENTO

Vimos já que faz parte da proposta um novo Espelho de Água que organiza todo o espaço e que pela sua presença "esvazia o eixo". Mas não basta isto. Um espaço tão amplo, se bem que precisamente delimitado - e daí lhe virá uma importante qualidade - necessita

de ver o seu pavimento tratado para, não obstante ser a amplidão um dos seus valores, não perder em estruturação e ordem.

• DESENHOS NO PAVIMENTO

Recordando a estrutura geométrica da concepção do Palácio, optamos por colocar guias em calcário que contrastassem a calçada em basalto com isso apontando algumas das mais importantes linhas de estrutura do espaço, isto é: assinalando claramente a centralidade do monumento a D. Maria I, assim como as linhas que apontam a importância da entrada para a "Sala do Trono". Adicionalmente, acrescentamos algo mais efectivo e subtil: a modelação do piso.

• A MODELAÇÃO DO PISO

Um pavimento nunca é plano por questões técnicas de drenagem mas normalmente faz-se com que o pareça. Aqui, neste caso, será diferente. Vamos jogar com pendentes e abaulamentos, ligeiros mas legíveis, que ajudarão a clarificar as intenções de ordenamento do espaço. Com esta modelação conseguir-se-á com que a grande dimensão da Praça não veicule uma sensação de "espaço vazio e desregrado", mas passe a ser um "espaço vasto mas articulado" o que é das qualidades melhores e mais raras da arquitectura urbana - e mais: característica da grande arquitectura dos Sécs. XVII e XVIII em cuja corrente se filia.

Apesar de ser deslocado descrever aqui toda a modelação pensada (...) convém esclarecer que o Corte Transversal pela sala do Trono é - em relação ao perfil longitudinal - o ponto mais alto, visto que se propõe que a partir deste perfil, sempre no sentido longitudinal o terreno vá baixando, produzindo, para Norte, junto à Estátua em posição central, uma "depressão" com centro nela e, para Sul, desça também, permitindo acentuar o contraste mais forte com a fonte triangular que remata o enfiamento do Espelho de Água.

III - ENTENDER O EXISTENTE, DEDUZIR A SOLUÇÃO:

1. ENTENDER O EXISTENTE - *Condição actual e Funcionamento*

• ESTRADA E ACESSOS

Originalmente, como ainda hoje, o PNQ estabelecia a sua conexão com outros locais baseado na via Lisboa-Sintra. Apesar da situação que se vivia até recentemente em que a estrada passava mesmo defronte do Palácio ser profundamente nefasta, a nova Variante, resolvendo este grave problema, deixou em aberto uma situação profundamente desequilibrada que importa resolver.

Quando o Infante D. Pedro mandou abrir a primeira estrada desde a Ajuda até Queluz ela seguia muito possivelmente de perto o trajecto que o tramo hoje desafectado da Estrada-Nacional tinha, isto é, passando primeiro junto ao extremo Sul do muro dos Jardins que assumiam a função de um primeiro sinal do Palácio próximo. Comprovam-no o monumental portão enquadrado por uma parede curva rematada por peças de cantaria. Passado este, a estrada ia subindo ao longo do muro exterior até entrar pelo Pórtico de Colunas previsto no "Projecto Global". Nele, era neste ponto da entrada que se pretendia realizar um momento especialmente enfatizado, como o demonstra a angulação prevista para os dois edifícios (o dito Pavilhão de D. Maria I e o outro, seu simétrico, não realizado), onde a conjugação entre estes dois corpos e o pórtico que lhes era subsequente criavam um espaço preparatório do grande recinto. O fortíssimo impacto que esta entrada, este "Pátio da Guarda", teria sobre o visitante deveria ter um efeito imenso. Tanto mais - e isto é fundamenta l- que a estrada que se dirigia a este espaço tinha dimensões muito mais diminutas que as da actualmente ali existente. Com efeito, hoje, no momento em que o tráfego subitamente desapareceu e o uso deste espaço só é possível a peões, a desmedida escala desta via é confrangedora. No extremo Norte, também os traçados viários do séc. XX não foram gentis ou atentos a uma leitura do PNQ e, naturalmente,

muito menos do seu virtual "Projecto Global". O modo como o cruzamento ali existente penetra e interfere no espaço do Palácio não é de modo algum aceitável.

• OS VEÍCULOS

Em termos de funcionamento, dentro do espaço fronteiro ao Palácio, embora continue a existir a estrada, em "betuminoso de boa qualidade", verifica-se que os veículos que vêm em direcção ao Palácio o evitam, entrando quase sistematicamente pela primeira abertura para o piso irregular em basalto. Horror ao centro? Procura do abrigo das fachadas face ao actual desamparo da generalidade deste espaço?... O facto é que se verifica uma centrifugação do trânsito que ao entrar do lado Norte, segue naturalmente pela faixa da direita, reforçando mais ainda a tendência a dirigir-se para junto ao Palácio, onde estacionam. Se os veículos ligeiros, pela sua dimensão não provocam um desmedido impacto, impedindo a leitura espacial do conjunto, já os autocarros interferem de modo muito mais violento. Não obstante a grande quantidade de espaço disponível do outro lado da estrada, continuam a parar exactamente diante do Palácio, dada a falta de sistematização deste espaço.

• OS PEÕES

Se bem que os movimentos predominantes sejam os de veículos, verificam-se igualmente alguns movimentos de atravessamento de peões entre o núcleo de Queluz, a Norte do Palácio, e os aglomerados situados a Sul da nova Variante, onde a existência de uma passagem aérea para peões reconhece e permite este trânsito. Tal facto, garante alguma utilização dos espaços ao longo da estrada agora desafectada, o que pode ainda justificá-la, já não como estrada mas simplesmente como percurso de peões.

• RELAÇÃO COM A VIA VARIANTE

Embora de um ponto de vista teórico fosse interessante que a partir da nova Variante, (que tem perfil de auto-estrada, impedindo entradas e saídas), fosse possível visualizar o Palácio, ainda que brevemente, a verdade é que, à velocidade normal neste tipo de vias, o ângulo de visão é de tal modo limitado que isso é verdadeiramente irrealista. Não obstante esta impossibilidade, é contudo possível ver facilmente e com clareza o grande portão enquadrado pela parede curva e perceber o início do percurso que leva ao Palácio, o que constitui um facto a explorar.

• OS RESTANTES ESPAÇOS

Por fim, em relação aos espaços situados por detrás da actual Pousada, entre os edifícios militares, a Norte, e o pequeno núcleo de habitações antigas ali existente, a Sul, temos um espaço mal definido, a que apenas o alinhamento da fachada do "Palácio Pombal" ajuda a não ser caótico. Excluindo o risível das "pontas de óbus a segurarem correntes", como delimitação de estacionamentos, o seu piso neutro, as árvores esparsas, a ausência de estruturação, deixam-no pobre e desarrumado.

Em termos de equipamento de apoio a situação é de absoluta carência.

2. DEDUZIR A SOLUÇÃO

• O TOPO SUL: Desfazer a Estrada - Refazer a Estrada

Também aqui, a partir dos elementos presentes no local se torna possível deduzir uma solução enquadrada e viável. O tramo de estrada agora desafectada deve continuar a funcionar apenas com trânsito de peões e depois de introduzidas modificações substanciais. Assim:

1. Reduzir o seu perfil transversal, aproximando-o das dimensões presumíveis da antiga estrada mandada abrir pelo Infante D. Pedro;
2. Deslocar o seu eixo de modo a que siga mais próximo do muro do Palácio;
3. Substituir o pavimento de asfalto por um de empedrado;
4. Tratar como espaço verde (relvado/arbustos) a actual franja verde já existente do lado Nascente desta via, procedendo ao alargamento da primeira e à redução da segunda.

Com estas alterações, poderá ser reposta parte da sensação possível caso se tivesse concretizado o "Plano Global" - imagine-se: depois de subir a estrada estreita e empedrada, enquadrada entre o muro existente e a franja verde a realizar, a fantástica chegada ao ponto onde o Pavilhão de D. Maria e a Parede-Cenário que, com idêntica inclinação relativamente ao eixo longitudinal, farão a abertura para a grande Praça...

• JUNTO À ENTRADA NORTE

A solução do trânsito no extremo Norte, antes do Pórtico de Entrada, é mais simples de resolver. O entroncamento ali existente será redesenhado e deslocado mais para Norte, clarificando como direcção principal a de entrada no recinto do Palácio e neutralizando o mais possível o acesso ao núcleo habitacional que lhe está situado a Nordeste e que este entroncamento serve.

De qualquer modo, o ideal seria a eliminação completa deste entroncamento, o que não é absurdo, dado que com a variante todo o sentido de entrada em Queluz foi alterado, pois enquanto anteriormente era a ligação a Lisboa era feita pelo Sul, é-o agora pelo Norte.

• CIRCUITOS DE TRÂNSITO

Os circuitos dentro do recinto do Palácio, também serão claros. Para quem chega de automóvel ou autocarro (vindo inevitavelmente de Norte), depois de passar sob o novo "Pórtico de Entrada" descerá pelo lado direito do "Espelho de Água" central e terá assim acesso quer à entrada do "Núcleo Central", quer ao Restaurante da Pousada, quer ainda à entrada de público para o Palácio através do Pórtico que liga à Sala do Trono. Junto a esta entrada, depois de os passageiros terem descido, os veículos seguirão em frente até ao ponto onde o "Espelho de Água" interrompe, contornando-o, daí seguindo em frente para fora do recinto, em direcção à Zona de Estacionamento situada exactamente por detrás do muro que do lado oposto à frontaria do Palácio a reproduz em simetria. O movimento de saída não difere muito: no caso de ser um autocarro, deixa o estacionamento, passa junto à Pousada, contorna o Estátua Central, reaproxima-se da Entrada, entram os passageiros, volta a passar junto ao extremo Sul do recinto e segue em frente, pelo lado Nascente do "Espelho de Água" em direcção a Norte e, passando de novo pelo Pórtico de Entrada (agora pelo seu lado direito), seguirá o seu caminho.

Em alternativa, o público de saída dirigir-se-á para a zona de estacionamento, onde se terá acesso rápido, fácil e directo da, e para, a Entrada do Palácio através da dupla ponte proposta (a tal que cita a existente no jardim) e que permite atravessar o "Espelho de Água". À saída, com a vantagem suplementar do seu arco central enquadrar, quase como moldura, a frontaria do Palácio Pombal, ao fundo.

• ESTACIONAMENTOS

Estas áreas, separadas para autocarros e automóveis, organizam-se de modo a salvaguardarem três aspectos fundamentais. O primeiro é o de garantir a visualização do Palácio Pombal; o segundo é o de organizarem uma Alameda junto à fachada deste e paralela a ela que não só organiza nesse local o estacionamento, como também serve de via de saída ligando ao fundo, junto à entrada do Quartel, ao recinto principal. Foram previstos alguns equipamentos de apoio para os utentes destes espaços mas não indiscriminadamente. Qualquer tentativa de criar pontos de apoio "múltiplos" (como é sugerido pelo Programa do Concurso), será desajustado e grave. Como em relação ao Restaurante e à Pousada as suas autonomias são por demais evidentes, restava a criação de um ponto de apoio, com Sanitários Públicos e um pequeno Bar, localizados por detrás da Parede-Cenário que é simétrica ao Pavilhão de D. Maria I que, com o seu volume, vai

esconder, proteger, enquadrar e redefinir o pequeno largo junto ao núcleo de habitações existentes, requalificando-o.

NOTA FINAL

O tema desta proposta foi "ENTENDER O EXISTENTE / DEDUZIR A SOLUÇÃO" porque da análise que fizemos resultou claro que o Palácio, com a sua história e a sua impressiva forma, possuíam força suficiente não só para das linhas de força já existentes se poder encontrar uma solução adequada, mas para com isso se evitarem soluções que nem nos fundamentos nem na aparência se mostram capazes de assumir uma relação leal, legítima e valorizadora com o que são supostas realçar e defender. Em momento algum confundimos este Concurso com um exercício de estilo, pois não se pode confundir com a execução de um simples "Design", mesmo se virtuoso. Implica análise histórica interligada com análise arquitectónica e reflexão sobre a interrelação entre objecto existente e projecto a realizar. O resultado afectará, para o bem ou para o mal, uma peça com um valor histórico e patrimonial. Quanto mais não seja, pelo modo como a intervenção a realizar irá reenquadrar ou ignorar, valorizar ou deformar, apagar ou iluminar, a herança do existente.

Ao elegermos como propósito a **"revalorização dos indícios"** a **"reevidenciação da lógica geométrica e estrutural"** assim como a **"reconstrução virtual da forma do Projecto-Global"**, estávamos a sintetizar a análise e o estudo feito previamente. Ao propormos o novo Pórtico, as Paredes-Muro ou a reestruturação do arruamento a Sul, estamos simplesmente a formalizar uma releitura do palácio e da sua história. A entender e a deduzir para realçar e valorizar.

Porto, Setembro de 1995 - Introdução e Revisão, Outubro de 1998

* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

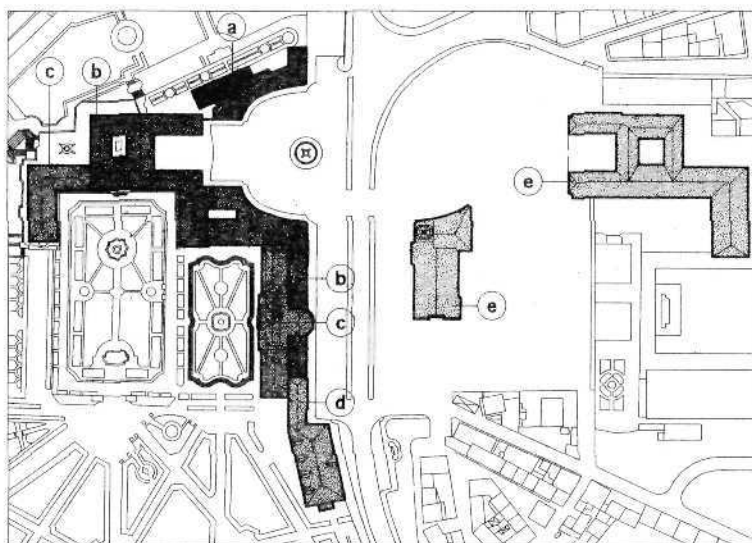



Fig. 1 - Fases de Crescimento

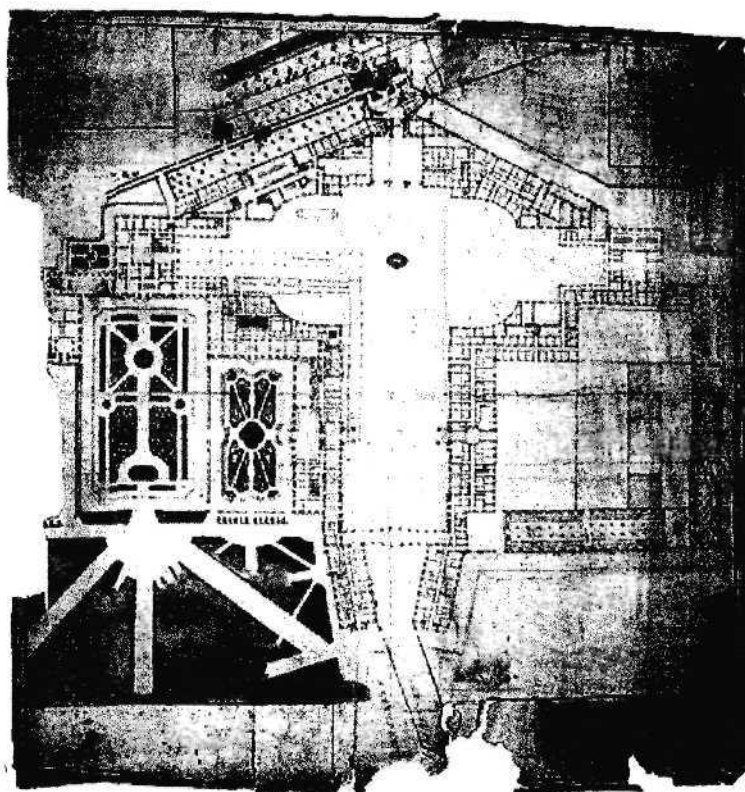



Fig. 2 - Desenho Aguarelado - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

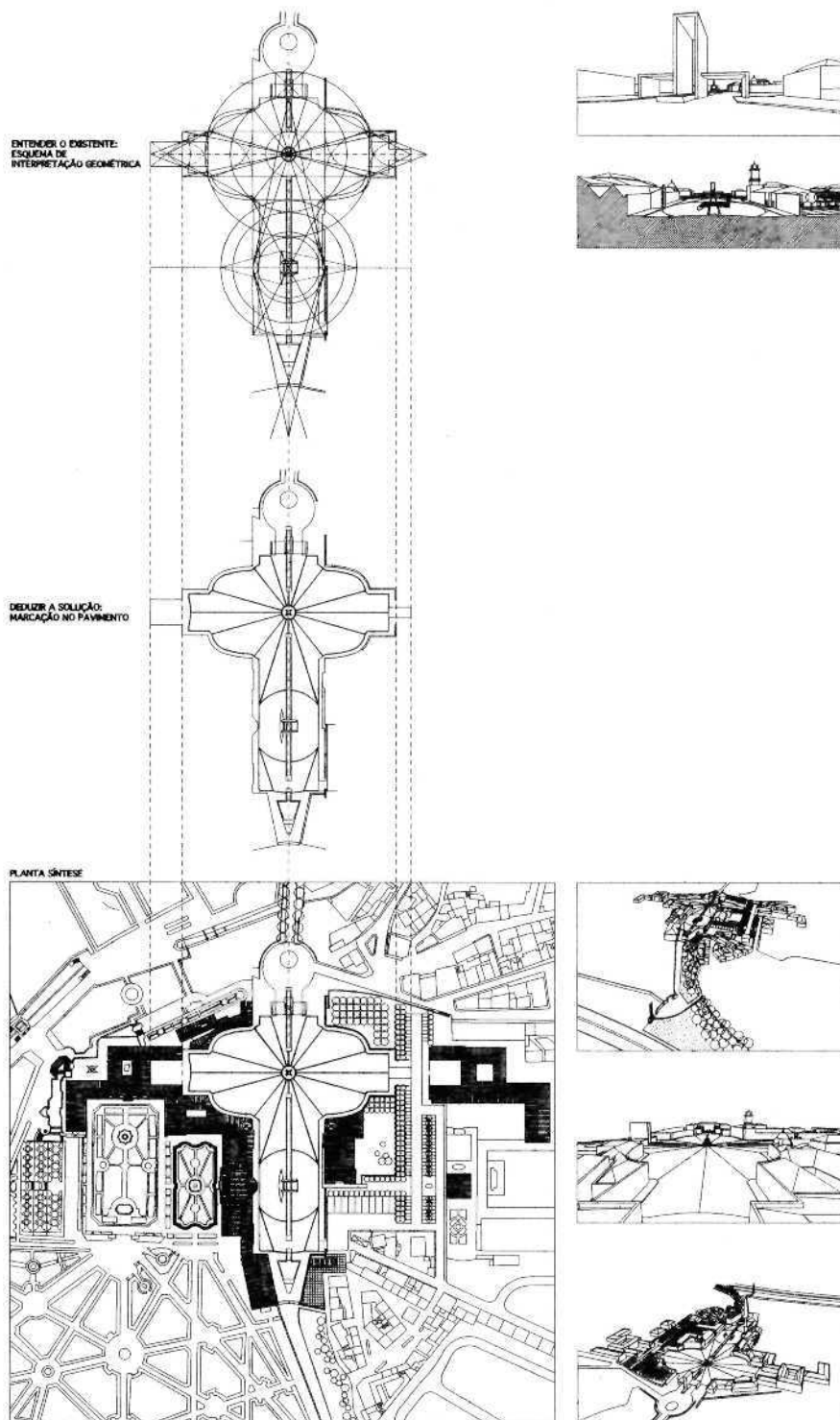



Fig. 3 - Planta, Esquemas e Prespectivas

CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DO MUSEU DE ERVAMOIRA

Gonçalves GUIMARÃES*

A cerâmica da Estação Arqueológica de Ervamoira

Desde 1985, data do início do estudo da Estação Arqueológica de Ervamoira, que a cerâmica tem desempenhado o papel tradicional de "fóssil director" para o entendimento da ocupação humana do sítio, pontualmente balizada também pela numismática e por outros indicadores materiais.

Efectivamente, logo após o achado do sarcófago que levou à descoberta da estação [1], foi a cerâmica, nomeadamente a *tegula* e alguns fragmentos de cerâmica da Alta Idade Média, os vestígios de superfície que permitiram encontrar as estruturas datadas de entre os séculos III e XIII, balizas cronológicas desta estação até agora confirmadas.

Ao longo das campanhas empreendidas desde então foram exumados milhares de fragmentos cerâmicos de diversas épocas, características e utilizações, basicamente distribuídos pelas seguintes categorias:

I - Materiais de construção
II - Cerâmica de cozinha, copa e mesa
III - Cerâmica de produção de conservados
IV - Cerâmica de armazenamento e de transporte
V - Cerâmica oficinal
VI - Outras peças cerâmicas

para cada um dos seguintes horizontes culturais:

A - Cerâmica Pré-romana
B - Cerâmica Romana
C - Cerâmica da Alta Idade Média
D - Cerâmica de influência mediterrânica
E - Cerâmica da Idade Média
F - Cerâmica Pós-medieval

os quais passamos a caracterizar mais pormenorizadamente.

A - Cerâmica pré-romana

Têm aqui aparecido alguns, poucos, fragmentos de cerâmica feita à mão, descontextualizada, que nos parece ser pré-romana. O facto de não ter sido feita ao torno, só por si, não garante aquela cronologia e, por outro lado, ainda não foram encontradas estruturas que com ela estejam relacionadas. Alguns outros vestígios [2] são também irrelevantes para definir um horizonte de ocupação.

B - Cerâmica romana

Nos diversos sectores da estação apareceram fragmentos de todas as categorias de cerâmica romana [3], mesmo em sectores medievais, aqui descontextualizados ou reaproveitados.

A maior variedade é, naturalmente, do sub-grupo II (cerâmica de cozinha, copa e mesa), o qual apresenta *sigillata* importada, cerâmica pintada, cinzenta e laranja de paredes finas e algumas produções de provável fabrico regional ou mesmo local.

Saliente-se aqui que, para além da quantidade, da variedade tipológica, da profusão de pastas e de técnicas e gramáticas decorativas, o facto de numa mesma estação se juntar tanta cerâmica "rica" com cerâmica "comum", só confirma a obrigatoriedade de passagem por este local, qualquer que fosse a categoria dos viajantes e dos seus séquitos.

Obviamente que nem toda a cerâmica aqui encontrada foi aqui utilizada. É provável que muitos dos fragmentos isolados aqui existentes sejam apenas o resultado do limpar dos fundos das carroças em trânsito.

Quanto à cerâmica de armazenamento, incluindo alguns *dolia* de grandes dimensões, poderão estar relacionados com o acondicionar dos alimentos, nomeadamente de cereais e de vinho [4]. É aqui reduzidíssimo o número de fragmentos de ânforas.

Nas "outras peças" incluímos, por exemplo, os pesos de tear e os cossoiros redondos, cónicos e cilíndricos aqui encontrados [5].

C - Cerâmica da Alta Idade Média

No que diz respeito ao sub-grupo C II a diferença de quantidade, variedade e qualidade cerâmica em relação ao horizonte cultural anterior é enorme, o que dificulta mesmo a reconstituição de algumas peças.

Nas "outras peças" incluímos as que têm gravadas símbolos cristãos, nomeadamente a *tegula* com o *chrismon* cruzado que está na origem do emblema do Museu de Ervamoira: não obstante se tratar de material cerâmico de cobertura, estamos convictos de que ela terá servido mais para qualquer fim religioso (sepultura, tampa de lepsinoteca, por exemplo) do que no telhado da própria basílica em que foi encontrada [6]. Como o demonstraram outras estações, e também esta, o fabrico de *tegulae* continua no período visigótico, apresentando-se alguns exemplares desta época nesta estação profusamente decorados com meandros, círculos, losangos encadeados com ponto central, etc..

O facto de aqui ter sido encontrado um fuzilhão recém-fundido, isto é, sem desgaste de utilização [7], bem assim como muitos outros vestígios de actividade metalúrgica em estruturas pós-romanas, leva-nos a considerar o sub-grupo C IV, composto por uma *tubeira* e por tijolos curvos utilizados na chaminé dos fornos de fundição destruídos após cada operação. Embora a sua datação seja problemática e a sua utilização possa ter ocorrido ao longo da Idade Média, enquadrámo-los, à espera de melhores dados, neste lugar da seriação cronológica.

D - Cerâmica de influência mediterrânica

Este grupo, até à data, está representado apenas por um *dolium* profusamente decorado, do qual infelizmente ainda só se encontraram os fragmentos da metade superior [8]. A sua datação poderá ser contemporânea da dominação árabe.

E - Cerâmica da Idade Média

Tendo este sítio ocupação confirmada até ao período dionísimo, não admira que aqui se encontrem grandes quantidades de cerâmica medieval, toda ela negra ou muito escurecida, quase toda grosseira, embora algumas peças apresentem um perfil elegante e pasta mais depurada, como é o caso de algumas panelas ou *olas*.

De referir ainda a existência de pratos na tradição dos de fabrico romano, porém brunidos exteriormente e mais toscos.

A existência de grandes lareiras, relacionadas com casas medievais, com abundante espólio cerâmico e osteológico animal, permitem-nos ainda tentar uma relação entre espécies cozinhadas e a baixela utilizada. Em duas dessas lareiras, respectivamente no sector VI, no exterior de uma casa, e no sector III, num canto da oficina de fundição/ferraria, existiam ainda *in situ* alguns dos esteios em xisto de tripés para suspensão de vasos sobre o fogo, facto também corroborado pelo achado de exemplares de peças com asas de suspensão. Um fragmento de vaso com um mamilo, como os da Idade do Bronze, aqui deve querer apenas dizer que estamos perante uma "decoração revivalista".

Incluímos, com muitas reticências, neste grupo, as peças destinadas ao fabrico do queijo ou da manteiga, das quais existem uma quase inteira e mais alguns fragmentos de outras. Na realidade o tipo de pasta destas peças levar-nos-ia mais a considerá-las altimediévicas, até porque há paralelos no mundo tardo-romano [9]. A continuação da aferição dos dados arqueológicos poderá no entanto vir a rever a colocação épocal destas peças.

Quanto à cerâmica de armazenamento, para além de alguns potes com fundos de "disco" e outros *dolia*, na ferraria foi encontrada uma grande talha, com 54 cm de altura e com capacidade provável de um almude (25 litros), de barro micáceo e com decoração em meandros na gola.

Nas "outras peças" incluímos "fichas" de jogar, pequenas patelas de cerâmica, muitas vezes reaproveitada, que provavelmente também poderão remontar ao período romano.

Algumas peças de barro parece terem sido usadas como vasilhas de água para auxílio nos trabalhos da forja, como a talha acima descrita. Nesse caso o seu enquadramento funcional teria de ser revisto. Se bem que noutros contextos a produção de *tegula* e *imbrex* tenha continuado na Idade Média, não será aqui o caso.

F - Cerâmica pós-medieval

Como a colina onde se localiza a estação foi agricultada, não se sabe desde quando, até há cerca de trinta anos, tal justificaria o aparecimento de alguma cerâmica pós-medieval, sabido o hábito de os ceifeiros se dessedentarem com bilhas de água. Conhecido já um dos principais, senão o único, centro oleiro da região, um dos projectos de investigação do Museu está interessado em tentar estabelecer a ligação entre a produção medieval e a que chegou aos nossos dias. Daí que este grupo cerâmico tenha aqui inteiro cabimento, *até porque está prevista a futura escavação da área da capela ou eremitério que perpetua* o povoamento desta Quinta depois do século XIII até ao século XVII ou XVIII, quando foi construída a Casa onde actualmente está instalado o Museu [10].

Cerâmica arqueológica do Museu de Ervamoira

No Museu de Ervamoira [11] a cerâmica tem pois um justo e merecido destaque. Para além de na Sala de Património Natural estar exposto um painel da Geologia da região, onde se mostram os afloramentos argilosos, na Sala de Património Etnoarqueológico há todo um painel e um expositor dedicados à olaria de Santa Comba, além de outras peças, de que adiante falaremos.

Mas o que agora nos motiva neste trabalho é a descrição e lição arqueológica das peças provenientes da intervenção na estação existente na Quinta e distribuídas pelas

diversas salas. Pode também o visitante aperceber-se de que no laboratório do Museu se procede a criteriosa análise dos milhares de fragmentos exumados os quais, após permitirem o estudo e a reconstituição dos vasos a que pertenceram, passarão igualmente a ser expostos.

Catálogo por ordem cronológica:

B - Cerâmica romana

I - Materiais de construção

1 - *Tegula*

Pasta de argila laranja avermelhada, grosseira, com muitos fragmentos irregulares de quartzo incorporados.

Tem dois rebordos laterais do tipo 1-F, mas pelas medidas aproxima-se do tipo 4C-SME (GUIMARÃES, 1993).

Apresenta um orifício no canto superior direito do corpo da *tegula*, destinado ao prego de fixação ao madeiramento do telhado.

A face superior apresenta-se mais lisa do que a inferior, que está desgastada. Não tem qualquer decoração.

Dimensões: 54x40x4,5; rebordo: 4,5x3cm.

Jazida: esta *tegula* pertenceu ao telhado da *taberna* do século IV, tendo sido encontrada no interior da mesma (SME II, I4.03: 89.08.08). Estava dividida em quinze fragmentos.

Função: cobertura de edifício; telhado.

Exposição: sala de Etnoarqueologia.

Referências: RSME 5; *idem* 6 (C7).

II - Cerâmica de cozinha, copa e mesa

2 - Prato

Pasta de cor rosada alaranjada grosseira e com fragmentos de quartzo incorporados. Superfície interna alisada em círculos concêntricos e a externa brunida, com ligeira depressão na parede lateral junto ao fundo. Fundo desgastado e ligeiramente fumigado.

Dimensões: Bordo: Ø 28,5; fundo: Ø 22; altura 5,2 cm.

Jazida: os dois fragmentos deste prato apareceram na *taberna* do século IV, no interior da mesma (SME II; I6.02: 88.07.29).

Função: servir alimentos.

Exposição: sala da Estação Arqueológica de Ervamoira.

Referências: RSME 4 (C5); *idem* 5.

3 - Prato

Pasta grosseira, micácea, de cor rosada alaranjada no interior, onde a superfície foi alisada, e de cor castanha e ligeiramente brunida no exterior. Fundo desgastado e com vestígios de fumigação.

Dimensões: bordo Ø 32; fundo Ø 27,5; altura 5,4 cm.

Jazida: os quatro fragmentos deste prato aparecem na *taberna* do século IV, no interior da mesma (SME II; G4.01: 91.08.07).

Função: servir alimentos.

Exposição: sala da Estação Arqueológica de Ervamoira.

Referências: RSME 7.

4 - Pratinho

Pasta avermelhada, com bastantes desengordurantes, de superfícies alisadas e vestígios de fumigação no bordo e fundo.

Dimensões: bordo Ø 14; fundo Ø 11; altura 3,3 cm.

Jazida: o único fragmento apareceu à superfície na área da *taberna* do século IV (SME II; G5.00: 91.08.02).

Função: servir alimentos.

Exposição: sala da Estação Arqueológica de Ervamoira.

Referências: RSME 7 (C25).

5 - Tigela

Tigela de formato empinado, com pasta bege acastanhada, homogénea mas com alguns desengordurantes à superfície, com o interior e exterior alisados e com marcas de fogo.

Dimensões: bordo Ø 15,2; fundo Ø 5; altura 6,1 cm.

Jazida: os vinte e seis fragmentos apareceram no interior da *taberna* do século IV (SME II; J4/J5.01: 88.07.21 e I6/J5/J6.01: 88.07.26)

Função: servir alimentos.

Exposição: Sala da Estação Arqueológica de Ervamoira

Referências: RSME 4 (C3); *idem* 5.

6 - Tigela

Pasta acastanhada, de aspecto brilhante devido a grande quantidade de mica, com engobe vermelho no exterior e vestígios no interior e marcas de fumigação no exterior.

Dimensões: bordo Ø 18,6; fundo Ø 7,1; altura 7,5 cm.

Jazida: os oito fragmentos da peça foram encontrados no interior da *taberna* do sec. IV (SME II; J4.03: 88.07.26).

Função: servir alimentos.

Exposição: sala da Estação Arqueológica de Ervamoira.

Referências: RSME 4 (C4); *idem* 5.

7 - Tigela

Pasta bege homogénea e fina recoberta com engobe vermelho *pompeiano*, apresentando a superfície brilhante devido à presença de micas muito pequenas. O engobe apresenta desgaste tanto no interior como no exterior.

Dimensões: bordo Ø 18; fundo Ø 6,4; altura 6,7 cm.

Jazida: os trinta e quatro fragmentos desta peça apareceram dispersos no interior da *taberna* do século IV (SME II; F4.02: 91.07.12; G2.01: 92.08.04; G3.02: 92.08.04 (2); H3.02: 90.08.06 (4); H3.02: 90.08.02; H4.01 (lareira): 90.08.07; H6.01: 92.08.03; J12.01: 94.08.09; O10.01; 95.07.25).

Função: servir alimentos.

Exposição: sala da Estação Arqueológica de Ervamoira.

Referências: RSME 6 (C22) *idem* 7; GUIMARÃES; 1997, 23; *idem*, 1998 a e *idem* 1998 b.

8 - Tigela de aba

Tigela de aba ou pratel, de pasta bege, com engobe interior e exterior vermelho. O interior tem marcas de fumigação e no exterior o engobe é residual por desgaste, bem assim como na base do fundo.

Dimensões: bordo Ø 16,3; aba 2; fundo Ø 5,2; altura 4,3 cm.

Jazida: os vinte e três fragmentos desta tigela apareceram na *taberna* do século IV, no interior da mesma (SME II; 14.03: 89.08.07).

Função: servir alimentos.

Exposição: sala da Estação Arqueológica de Ervamoira.

Referências: RSME 5 (C9); *idem* 6.

C - Cerâmica da Alta Idade Média

VI - Outras peças cerâmicas

9 - *Tegula*

Pasta grosseira de cor alaranjada com muitos desengordurantes.

Tem dois rebordos laterais da forma do tipo 2 F-SME (GUIMARÃES; 1993)

Apresenta na face celestial, gravado com o dedo do oleiro na pasta fresca, um *chrismon* cruzado, atribuível ao século V [12].

Dimensões: 53x39x5; rebordo: 5x2 cm

Jazida: os nove fragmentos iniciais foram encontrados dentro da área da *basílica paleocristã* (SME IX; L11.01: 94.08); posteriormente, entre os fragmentos de telhas do seu abatido telhado, muitos deles decorados, foi ainda encontrado um décimo fragmento.

Função: simbologia cristã.

Exposição: sala da Estação Arqueológica de Ervamoira.

Referências: RSME 10; GUIMARÃES; 1996 c, 184; GUIMARÃES; 1997, 25; *idem* 1998 a e *idem* 1998 b.

D - Cerâmica de influência mediterrânica

IV - Cerâmica de armazenamento e de transporte

10 - *Dolium*

Pasta de cor bege rosada, com partes fumigadas no interior e no exterior, alisada, com decoração exterior por incisão e por punção e com serpenteados limitados por duas caneluras e uma moldura

Dimensões: bordo Ø 18; altura da parte reconstituída 27,5 cm.

Jazida: Os cinquenta fragmentos que se encontram reunidos foram encontrados no interior de um grande edifício romano (*mutatio*) que na Alta Idade Média foi compartimentado com algumas pequenas divisões (SME VIII; E1 D01: 89.08.10; G1.01: 89.08.06; E2 01: 90.08.09; F1.01: 89.08.08; F2.00: 90.07.31; G1.01: 89.08.10). Aparentemente ainda não foram encontrados fragmentos do fundo que permitam completar a altura da peça.

Função: armazenamento de alimentos.

Exposição: sala de Etnoarqueologia.

Referências: Relatório RSME 6 (C24).

E - Cerâmica da Idade Média

II - Cerâmica de cozinha, copa e mesa

11 - Pote

Pasta de cor negra com algumas zonas de cor rosada, ligeiramente brunida.

No interior há vestígios de matéria orgânica (comida ?).

Dimensões: bordo Ø 19,5; fundo 9,5; altura 12,7 cm.

Jazida: os vinte e seis fragmentos que pertencem a este pote, apareceram numa grande lareira medieval lajeada por *tegulae* sobre a *taberna* do século IV (SME II; G4.00: 91.08.03).

Função: preparação de alimentos.

Exposição: sala de Etnoarqueologia.

Referências: RSME 7 (C26).

12 - Prato

Pasta grosseira de cor rosada com cerca de 1 cm de espessura, fumigada no interior e no exterior, com vestígios de brunimento sobretudo em quatro faixas paralelas, a primeira junto ao bordo, duas a meio da parede lateral e a quarta junto ao fundo tudo com um certo brilho originado por micas de pequeno calibre.

Dimensões: bordo Ø 21,5; fundo Ø 18,2; altura 5,1 cm.

Jazida: os treze fragmentos de que se compõe a peça foram encontrados numa grande lareira medieval lajeada por *tegula* sobre a *taberna* do séc. IV (SME II; H4.01: 90.08.03).

Função: servir alimentos.

Exposição: sala de Etnoarqueologia.

Referências: RSME 6 (C16).

III - Cerâmica de produção de conservados

13 - Queijeira ou Manteigueira

Pasta de cor bege acinzentada com um orifício central no fundo e sete outros na pança logo abaixo do bordo, equidistantes.

Dimensões: bordo Ø 15,8: fundo Ø 9,9; altura 5,2; orifício do fundo Ø 3; altura deste orifício 1,4; orifícios laterais Ø 1; profundidade 0,8, equidistantes 2,8 cm ±.

Jazida: na área da lareira do telheiro de metalurgia (SME III; C-1 01: 86.08.11). A peça apresenta-se completa apenas com a falta de 3/8 que parece terem sido partidos pelo bico do arado. Junto dela foi encontrado um seixo esférico que se ajusta ao orifício central, vedando-o.

Função: fazer queijo ou manteiga.

Exposição: sala de Etnoarqueologia.

Referências: RSME 6; *idem* 7 (C1); GUIMARÃES & PEIXOTO; 1989, 501 e 508; GUIMARÃES; 1997, 29; *idem* 1998 a e *idem* 1998 b.

V - Cerâmica oficinal

14 - Talha

Pasta grosseira, castanha, com bastantes desengordurantes, incluindo micas, com decoração incisa serpentiforme no exterior do colo.

Dimensões: bordo Ø 24,5; Ø máximo 47; altura 54 cm.

Jazida: os sessenta e quatro fragmentos da peça foram encontrados todos juntos sobre o chão da ferraria medieval no exterior do canto nascente do grande edifício romano (SME X; J-7.01/02: 96.08.07). Falta-lhe o fundo e 5/8 do total da peça.

Função: inicial: armazenamento; terminal: tempero de peças de ferro fundido.
Exposição: sala de Etnoarqueologia.
Referências: RSME 12; GUIMARÃES; 1997, 31; *idem* 1998 a e *idem* 1998 b.

Conclusões

Por esta breve amostragem podemos desde já aperceber-nos da variedade e riqueza tipológica da cerâmica proveniente desta estação, quer no que diz respeito à cerâmica romana quer à medieval.

Certamente que os exemplares em exposição são apenas uma pequena parcela do muito que há para estudar e mostrar, mas concerteza que estes permitem desde já perceber alguns dos aspectos fundamentais do quotidiano deste lugar, desde há 1600 anos para cá, sobretudo nos séculos IV a XIII e dos quais destacamos:

- a maestria cerâmica romana;
- os hábitos gastronómicos;
- o comércio a longa distância;
- as crenças chegadas de longe;
- a artesania oleira local;
- as influências mediterrânicas;
- os produtos da pastorícia;
- a sobrevivência do indivíduo e das comunidades.

Nesta apresentação do espólio exposto que é, repetimos, uma pequena amostra do que o Museu virá a ter no futuro, seguimos critérios muito mais museológicos do que ceramológicos, realçando no entanto os dados arqueológicos, certos de que são estes quem, em última análise, nos poderão fazer entender a humanidade que está por detrás destes objectos. Porém essa análise ficará para outras circunstâncias.

Nota final e agradecimentos

Este trabalho é dedicado à Memória do nosso Professor, orientador de Mestrado e incentivador de outras andanças pelo reino do querer conhecer para poder saber, Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, de cujo longínquo passamento soubemos nos últimos dias da campanha de escavações de 1996 em Ervamoira. De repente o Côa e o Douro pararam porque, aquém do Mestre que se perdia, nunca mais seria possível conduzir a barca que tínhamos em construção para o porto desejado. Faltou-nos o arrais e ficamos à deriva; ou a recomeçar outra barca, a inventar novo porto.

Para a sua elaboração contei, antes de mais, com o trabalho dos participantes nas escavações em Ervamoira desde 1985 e da Drª Maria da Graça Peixoto que tem dirigido uma parte dessas equipas. Depois com a colaboração das técnicas Maria José Pimenta, Maria José Santos e Paula Espírito Santo que consolidaram e restauraram as peças cerâmicas. Ainda com a equipa que me acompanhou na azáfama de montar o Museu em Outubro de 1997. Um agradecimento muito especial a Susana Guimarães, que desenhou as peças do natural, ao António Jorge Martins que fez os desenhos finais e a Amélia Cabral que informatizou o texto.

Finalmente à Administração da Casa Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A. que tem dado todo o apoio à realização destes trabalhos.

Bibliografia

Relatórios das escavações, dactilografados:

RSME 1 (1985); GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, Mª da Graça: "Relatório sobre as sondagens arqueológicas realizadas na Quinta de Santa Maria (Erva Moira), freguesia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa".

RSME 2 (1986): *idem*; *idem*: "Relatório sobre as escavações arqueológicas realizadas durante a campanha de 1986 na Quinta de Santa Maria da Ervamoira...".

RSME 3 (1987); *idem*; *idem*: *idem* 1987.

RSME 4 (1988); *idem*; *idem*: *idem* 1988.

RSME 5 (1989); *idem*; *idem*: *idem* 1989.

RSME 6 (1990); *idem*; *idem*: *idem* 1990.

RSME 7 (1991); *idem*; *idem*: *idem* 1991.

RSME 8 (1992); *idem*; *idem*: *idem* 1992.

RSME 9 (1993); *idem*; *idem*: *idem* 1993.

RSME 10 (1994); GUIMARÃES, Gonçalves: *idem* 1994.

RSME 11 (1995); *idem*: *idem* 1995.

RSME 12 (1996); *idem*: *idem* 1996.

RSME 13 (1997); *idem*: *idem* 1997.

Artigos e livros:

COIXÃO, António do Nascimento Sá (1996); *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Câmara Municipal de Vila nova de Foz Côa.

Guide to the Antiquities of Roman Britain (1951); The Trustees of the Bristish Museum, Londres.

GUIMARÃES, Gonçalves (1993); "Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *tegulae*", in LVCERNA, 2ª série, vol. III, [1987], Centro de Estudos Humanísticos, Porto.

GUIMARÃES, Gonçalves (1995) - Arqueologia do Vale do Côa - A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 35 (4) (vol. III das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular e "Dossier Côa"). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; pp. 569 a 575; pp 265 a 271.

GUIMARÃES, Gonçalves (1996 a) - Um Museu de Sítio para a Quinta da Ervamoira (Vale do Côa): Projecto e Programa. In *Espaço e Memória*. Nº 1. Porto: Universidade Portucalense, pp. 147 a 185.

GUIMARÃES, Gonçalves (1996 b) - A Estação Arqueológica da Quinta da Ervamoira - Muxagata, Vila Nova de Foz Côa. In *Douro-Estudos & Documentos*, 1. Porto: Grupo de Estudos de História da Vitivinicultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID); pp. 263 a 265.

GUIMARÃES, Gonçalves (1996 c), "Arqueologia Paleocristã do Vale do Douro: novas referências arqueológicas": comunicação apresentada ao 2º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro in *Livro do Congresso*, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, p. 28 (resumo).

GUIMARÃES, Gonçalves; coord. (1997) - *Museu de Ervamoira - Guia do Visitante* Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A.; 56 pp.

GUIMARÃES, Gonçalves; coord. (1998 a) - *Musée d'Ervamoira - Guide du Visiteur*. Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A.; 56 pp.

GUIMARÃES, Gonçalves (1998 b) - "Das escavações arqueológicas ao Museu de Sítio de Ervamoira: um programa global de investigação multidisciplinar" in *Terras de Côa - Da Malcata ao Reboredo*; Maia: Estrela - Côa; 8 pp.

GUIMARÃES, Gonçalves (1998 c) - *Ervamoira Museum - Visitor's Guide*. Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A.; 56 pp.

GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, Mª da Graça (1988) - *A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira - Muxagata, Vila Nova de Foz Côa (Notícia Preliminar)*. Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A.; 24 pp.

GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, Mª da Graça (1989) - A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira-Muxagata, Vila Nova de Foz Côa: Novos dados. In *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil; pp. 499 a 508.

GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, Mª da Graça (1994) - A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira - Muxagata, Vila Nova de Foz Côa. In *Gaya* VI (Actas do 1º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro). Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia; pp. 235 a 262.

PEIXOTO, Maria da Graça - ver RSME 1 a 9; GUIMARÃES & PEIXOTO; 1988; *idem* 1989; *idem* 1994.

PÉREZ LOSADA, Fermin (1992); "Contribución ó Estudio da Cerâmica de Construcción na Galicia Romana (I)", in *Galicia: da Romanidade à Xermanización; Problemas históricos e culturais*. Actas do encontro científico en homenaxe a Fermin Bouza Brey (1901-1973). Santiago de Compostela.

PINTO, Carla Cristina Teixeira (1998); "Centro Oleiro de Santa Comba de Vila Nova de Foz Côa". In *Olaria*, nº 2, Barcelos, pp. 82 a 87.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1983); *Terras da Meda - Natureza e Cultura*. Câmara Municipal da Meda.

TESTINI, Pasquale (1980); *Archeologia cristiana*, 2ª edição. Edipaglia, Bari.

TURINA GÓMEZ, Araceli (1994); *Cerâmica medieval y moderna de Zamora*. Diputacion de Zamora.

* Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e assessor cultural do Museu de Ervamoira.

[1] Cf. RSME 1; GUIMARÃES & PEIXOTO, 1988 ou *idem* 1994. O sarcófago encontra-se hoje em exposição no Museu de Ervamoira.

[2] Entre esses vestígios encontra-se um machado neolítico em anfibolito azul que apareceu junto da *taberna* romana do século IV, portanto fora de contexto. Provavelmente foi arrastado pelo arado que lavrou durante não se sabe quantos anos (ou séculos) o local onde descobrimos a estação arqueológica; ver RSME 4 e COIXÃO; 1996, 191.

[3] Tem sido evidente na escavação deste sítio arqueológico a persistência das *tegulae* ao longo de séculos, mas com um evidente abastardamento de fabrico entre o século IV e os seguintes, devendo este aqui ter sido interrompido só no século VII, pois não aparecem nas estruturas medievais, a não ser alguns fragmentos reutilizados em lareiras, fornos de fundição, muros, etc. A este propósito ver GUIMARÃES; 1993 [1987], e PÉREZ LOSADA; 1992.
A cerâmica romana está a ser analisada nas Semanas de Estudos Especializados que o Museu promove na Páscoa, tendo em vista o seu estudo, restauro, exposição e publicação, o mesmo devendo acontecer com a restante cerâmica.

[4] No concelho da Meda o Prof. Adriano Vasco Rodrigues fez o inventário dos lagares e lagaretas antigos (RODRIGUES; 1983, 94); no concelho de Foz Côa o Dr. António do Nascimento Sá Coixão tem igualmente encontrado muitos lagares e lagaretas, tendo publicado também um inventário (COIXÃO; 1996, 94). Em alguns casos as estruturas de produção vinícola aparecem associadas a grandes *dolia*.

[5] Têm sido também encontrados alguns cossoiros em arenito: Cf. RSME 2 e GUIMARÃES & PEIXOTO; 1989, 502 e 508.

[6] As razões de atribuirmos a esta estrutura a função de basílica tem a ver com factores arquitectónicos e arqueológicos: do ponto de vista da planta do edifício encontramos paralelos do século IV em Bona e Xanten (Cf. TESTINI; 1980, 279/280); do ponto de vista arqueológico, o tipo de espólio aparecido no interior (ou a sua ausência), o *chrismon*, dois fragmentos de mandíbula humana, provavelmente relíquias, e o aparecimento, já em 1996, de uma "caixa" cúbica em granito com um grande lóculo, que interpretamos como uma pedra de ara e lipsanoteca, mas entretanto reutilizada para afiar ferramentas na ferraria medieval (Cf. RSME 10; GUIMARÃES; 1995; RSME 11 e GUIMARÃES; 1996 b).

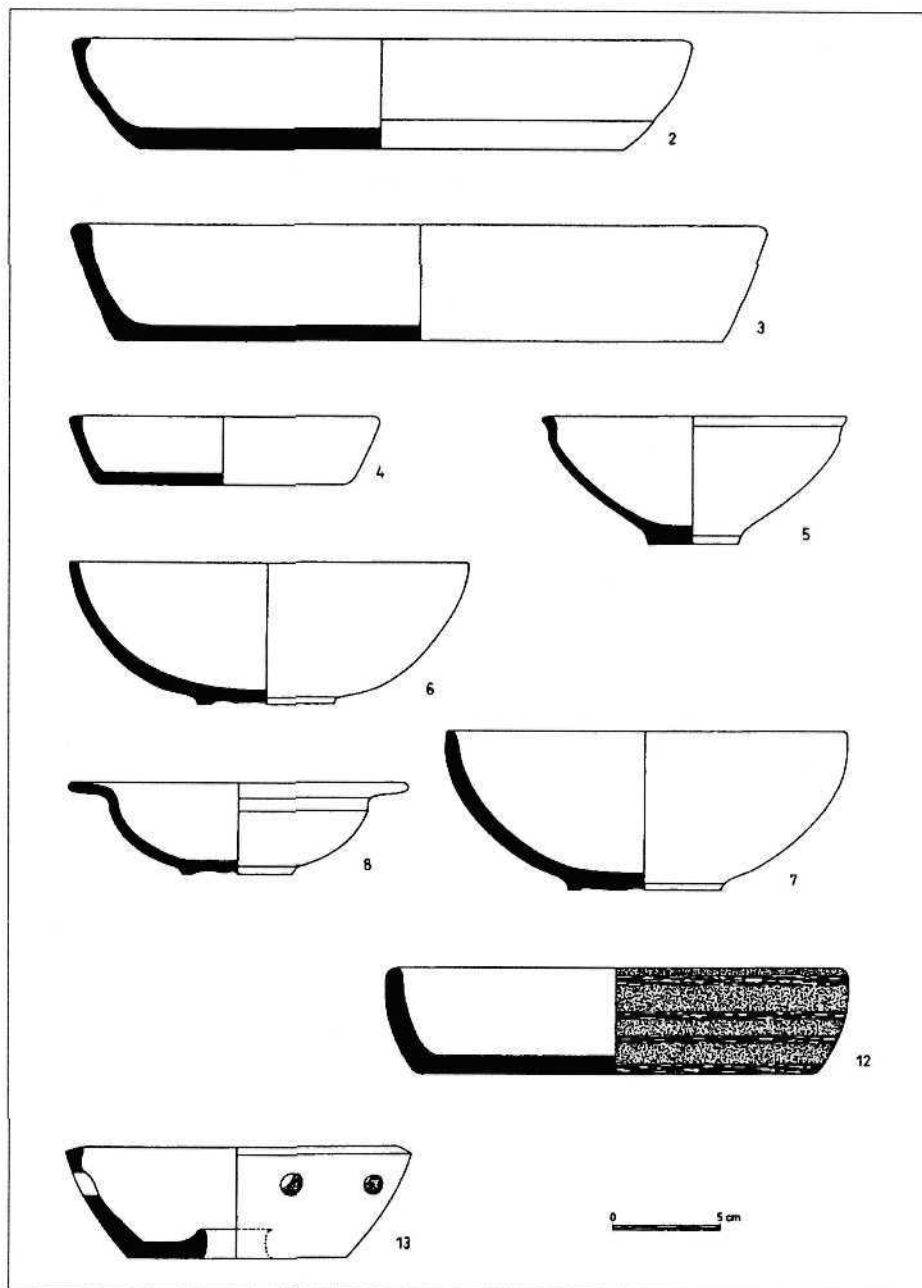
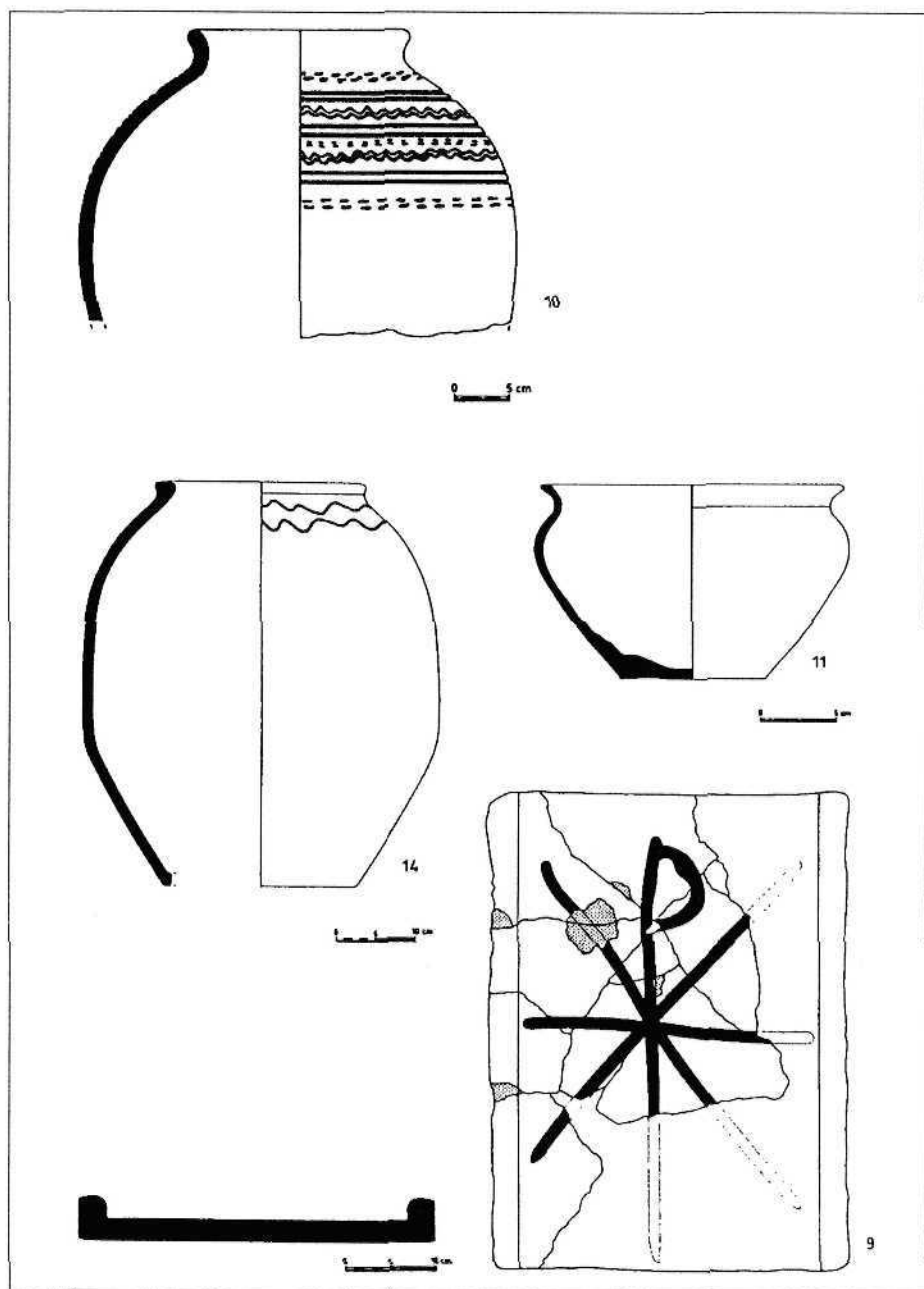
[7] Este fusilhão, ou espigão, foi referido no RSME 2 e publicado em GUIMARÃES & PEIXOTO; 1989, pp. 501 e 508. Aparece fotografado em COIXÃO; 1996, 191.

[8] Devo ao Dr. Manuel Real a sugestão deste enquadramento cronológico - cultural, se bem que o contexto em que apareceu sugira uma data um pouco mais recuada, ou seja, o período visigótico. Uma cronologia pois a aferir.

[9] Uma peça algo semelhante com orifícios laterais e vários no fundo, em cerâmica grosseira avermelhada, e o fundo de outra em cerâmica grosseira cinzenta, existem no Museu Britânico, tendo aparecido num edifício "romano-britânico" (*Guide*...; 1951, 33 e 34). São aqui denominadas "cheese-press".
Um outro exemplar semelhante, sem orifícios laterais e com um grande orifício central no fundo e seis amendoados em volta, atribuída à Idade Média e descrita como manteigueira foi publicada por TURINA GOMEZ; 1994, 57, 59 e 122.

[10] No Museu de Ervamoira estão expostos algumas peças cerâmicas com cerca de meio século do extinto centro de Santa Comba, as quais foram estudadas pela nossa colaboradora Drª Carla Pinto (Cf. GUIMARÃES; 1997, 36, 37) a qual prepara um estudo monográfico sobre esta produção, integrado nos projectos de investigação do Museu (Cf. PINTO; 1998, 82 e segˢ).

[11] A criação do Museu de Ervamoira foi por nós proposta à Administração da Casa Adriano Ramos Pinto em 1995, como corolário da luta contra a construção da barragem do Côa (Cf. RSME 11). Em 1996 elaboramos o texto programático (GUIMARÃES; 1996 a) o qual foi apresentado localmente a 12 de Outubro de 1996 ao Primeiro Ministro Engº António Guterres e ao Ministro da Cultura Prof. Doutor Manuel Maria Carrilho. O projecto de adaptação foi do Arquitecto Arnaldo Pimentel Barbosa e o empreiteiro foi o Sr. Eduardo Santos, tendo as obras começado em Abril de 1997. A 6 de Junho desse mesmo ano é o projecto apresentado ao Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, ao Rei de Espanha Juan Carlos e ao Presidente da UNESCO Federico Mayor, aquando da sua visita ao Vale do Côa, tendo uma súbita cheia do rio impedido que visitassem as obras em curso, pelo que os painéis sobre os trabalhos arqueológicos e arquitectónicos foram mostrados numa estrutura improvisada na praia fluvial da Penascosa. O Museu foi inaugurado a 1 de Novembro desse mesmo ano pelo Ministro da Cultura acima referido e pela Drª. Luísa Guterres.

[12] O *chrismon* cruzado, ou monograma "eusebiano" do nome de Cristo, aparece nas catacumbas de Roma nos finais do século IV (TESTINI; 1980, 355). Daí propormos para o de Ervamoira o século V. Note-se que este tipo de *chrismon* é dos mais raros em toda a arqueologia paleocristã.

Estampa I - Cerâmica tardo-romana e medieval do Museu de Ervamoira

Estampa 2 - Cerâmica tardo-romana e medieval do Museu de Ervamoira

REI E «ESTADO REAL» NOS TEXTOS LEGISLATIVOS DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA

Armando Luís de Carvalho HOMEM *

Falar de «textos legislativos da Idade Média portuguesa» implica, à partida, umas tantas precisões. Porquanto, se a actividade legislativa dos monarcas portugueses é relativamente precoce (Afonso II/1211), ela não é, antes de mais, contínua. Se, com efeito, tomarmos como *terminus a quo* a Cúria de Coimbra onde o terceiro rei de Portugal produziu os 26 actos normativos que marcam a inauguração desta prática, e como *terminus ante quo* as grandes compilações legislativas dos séculos XV e XVI (as *Ordenações Afonsinas* [OA] de 1446/1448 e as *Ordenações Manuelinas* [OM], de 1514/1521), damo-nos conta da concentração da produção normativa como que por 'ciclos':

- Um 'ciclo' *fundador* marcado pela referida produção de Afonso II (1211).
- Um momento de *refundação*, constituído pela época de Afonso III (1250-1279), de abundante produção legislativa, como que marcando a edificação de um primeiro ordenamento jurídico-legal, denotando aliás a influência de Afonso X o Sábio.
- Uma fase de *primeira maturidade* (1280-1366), abrangendo a quase globalidade das épocas de Dinis (1279-1325), Afonso IV (1325-1357) e Pedro I (1357-1367), reis abundantemente legisladores em matéria judicial-processual (incluindo o princípio do *recurso* de apelação e as primeiras tentativas de enquadramento do território através da edificação de 6 circunscrições [as *comarcas*], a ser percorridas anualmente por um agente régio, qual nível intermédio de poder entre o monarca e as comunidades concelhias), em matéria de ofícios régios (tabeliães públicos, corregedores de comarca) ou de burocracia de Corte e respectivas taxas. Corresponde esta fase a um momento de construção do *organograma* dos serviços e ofícios das governações régia e concelhia, no que a referida legislação terá importância não desprezível; organograma que, particularmente no que toca as instituições do governo central, terá acentuada longevidade, século XV adiante.
- Um breve rematar da fase anterior, correspondendo a parte do reinado de Fernando I (os anos 1369-1380), com a emissão de algumas medidas legislativas no âmbito da *defesa* do Reino e da *política económica* (combate à desertificação de terrenos agrícolas, legislação sobre a pioneira tributação incidente sobre actos de compra e venda [sisas], etc.).
- Os primeiros ensaios de compilação legislativa, ocorridos na época de João I (1395-1433), *mas fundamentalmente a partir da segunda década de Quatrocentos (ca. 1418 ss.)*. O grande 'protagonista' parece ser o futuro rei Duarte I (1433-1438), associado a algumas tarefas da governação a partir de ca. 1411. E o facto é que a sua livraria pessoal inclui um volume manuscrito conhecido como *Ordenações del-Rei Dom Duarte* (ODD), que o monarca não deve ter manuseado propriamente poucas vezes: o facto é que o volume inclui uma «tauoa» de matérias, da responsabilidade do seu possuidor. Ao mesmo tempo que o século XIV final vira ser elaborada, provavelmente no seio da oficialidade de Justiça, uma outra compilação, o *Livro das Leis e Posturas* (LLP): organizada no entanto de forma bastante mais rudimentar que as ODD, no estado actual de conhecimentos atribui-se-lhe um papel de certa forma 'marginal' no processo conducente às compilações de Quatrocentos e de Quinhentos.

- O concretizar de uma primeira compilação de leis com as OA, preparadas ao longo de quase 30 anos (desde *ca.*1418) concluídas em 1446 e presumidamente vigorando a partir de 1448. Mas a plausível notabilidade do facto de um Reino do século XV possuir uma assim vasta compilação de leis - e as obras de síntese histórico-jurídica não apontam normalmente um número grande de antecedentes na Europa do tempo - não resiste a um exame mínimo do conteúdo das OA e do que possa ter sido a sua vigência. Elaboradas, repito, ao longo de quase três décadas, tendo apanhado pelo meio com duas sucessões régias (1433 e 1438), naturalmente que as OA se ressentiram do facto das várias 'mãos' de compiladores que sucessivamente estiveram em acção; e assim, para além de um acentuado tradicionalismo do conteúdo - não raro, por exemplo, em matéria de ofícios e oficiais régios se reproduzem, a bem dizer, normas da primeira metade do século XIV - , é de salientar, entre os seus 5 *livros*, um contraste de fundo entre o primeiro e os quatro restantes: se o livro I é efectivamente emissor de um discurso *normativo*, minimamente fazendo lembrar o que hoje entendamos por um *código*, já a maior parte dos títulos dos quatro restante adoptam um discurso *narrativo*, com justaposição de leis de monarcas desde o século XIII e sucessivos aditamentos. Convirá ainda lembrar que as OA são concluídas durante a regência de Pedro, duque de Coimbra, tio de Afonso V. Plausivelmente conotada com o vencido político e militar de Alfarrobeira (1449) - e ainda que este, de facto, apenas represente num processo de quase três décadas uma mera fase final de sete anos - , é bem de crer que que a recém-terminada compilação não viesse a desfrutar de acentuada popularidade no seio da *sociedade política* da segunda metade de Quatrocentos. E bem nos poderemos interrogar: que intensidade de vigência a de um código tão pouco conhecido no Reino ? (Basta ter em conta a quantidade irrisória dos manuscritos que se conhecem).

- E assim teremos uma segunda metade do século XV, marcada por uma primeira compilação de leis vigorando nas condições que o que atrás disse permite supor, ao mesmo tempo que se vai produzindo legislação avulsa (cujo cabal conhecimento aguarda a atenção dos estudiosos) e se projecta uma nova codificação.

- Esta virá nos alvores do século XVI, já na *Galáxia de Gutenberg*, com as OM. O código manuelino, na sua primeira versão (1514), provavelmente mais não pretendeu que retocar o seu predecessor, em modo a aproveitar agora dos benefícios da imprensa. E só a versão definitiva (1521) se afasta um pouco mais do 'modelo' das OA, ainda que os vectores de continuidade não sejam propriamente poucos (por exemplo, quanto a sistematização de matérias).

1211-1521: eis pois o tempo longo da legislação medieval portuguesa. Duas prevenções se impõem de imediato:

a) A prática legislante dos monarcas portugueses é portanto precoce em termos de Ocidente medievo. Simplesmente, a esmagadora maioria dos textos chegou-nos em versões tardias, incluídas, a partir dos finais do século XIV, nas diferentes compilações a que fiz referência (LLP, ODD e livros II-V das OA) ou em registos *reformados* (no século XV) das *Chancelarias* de monarcas da centúria anterior. Só excepcionalmente detectamos originais (quatro casos para as épocas de Afonso IV e Dinis) ou versões próximas disso (alguns casos, em registos *primitivos* das *Chancelarias* de Pedro I e Fernando I).

b) Por outro lado - e com isto me vou aproximando do epicentro das minhas preocupações, hoje e aqui - lei alguma anterior a D. Dinis (e mais concretamente ao ano de 1303) nos fala, qualitativamente, do poder normativo do monarca. E mesmo os textos dionisinos não são particularmente prolixos nessa matéria. Serão antes as leis de Afonso

IV e Pedro I aquelas que no século XIV português mais assiduamente nos falam do ofício régio.

O que nos dizem então tais leis, datadas do período de 1302-1366 ? E o que é que delas passou para as compilações/codificações dos séculos XV/XVI ?

É o que procuraremos ver de seguida.

Tais leis de Trezentos insistem fundamentalmente em três aspectos: a *origem divina* do ofício régio (a); o *para quê* da instituição da realeza, ou seja, as finalidades do poder dos monarcas (b); e a dimensão ética desse mesmo poder (c).

(a) Não são propriamente escassas as referências à *origem divina* do poder régio; divina *imediata*, sem qualquer referência a mediações; «poder descendente», portanto, como no dizer de Walter Ullmann; em três das referências explícitas mais prolixas, pode ler-se o seguinte:

* «Todos aquelles que dereitamente entendem cuydar devem que o o rrej ou prinçipe a que per deus rregimento he dado»; [e mais adiante:] «rreconheçendo que o rregimento dos ditos rreinos que nos por deus he outorgado» (Lei de Afonso IV sem data: ODD, 466-67);

* «Os Reis sam postos cada huum em seu rregno em lugar de deus sobre as Jentes» (1325: ODD, 310-15);

* « [os] Reys [...] pelo logar de Deus que teem» (1327: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [AN/TT], *Leis*, m. I, n.º 96).

A esta enunciação da divindade como origem do poder régio encontra-se estreitamente associada a formulação da ideia dos monarcas como *vigários* e «logoteentes» de Deus, ideia que na Historiografia portuguesa tem até agora em Martim de Albuquerque o estudioso mais atento, e que nas fontes aqui analisadas está particularmente nítida em alguns textos legislativos do início do reinado de Afonso IV: assim, os reis encontram-se «em lugar de deus sobre as Jentes» (1325: ODD, 310 ss.); e «nosso Senhor deus [...] deu exenpro aos rrex E aos outros que ssom Senhores», no sentido de assegurar a manutenção dos povos (1325: ODD, 373-76).

(b) A questão do para quê de um tal *estado* assim outorgado aos monarcas passa antes de mais pela enunciação da conhecida metáfora biológica da comunidade política, apresentando o rei como *cabeça* do seu povo. O que nada tem de surpreendente em Portugal ao abrir-se o segundo quertel do século XIV, tendo em conta os antecedentes peninsulares do século anterior, por exemplo, no *Fuero Real* de Afonso X. Só que uma lei de 1325 vai um pouco mais longe, e, para além da cabeça, associa o monarca *à alma* e ao *coração*:

* [O Rei] «foy chamado alma E coraçom de seu poboo ca assy como a alma Jaz no coraçom do homem E per ella ujue o corpo E se mantem assy elRey jaz E deue jazer de rrazom E direita justiça (...) E como o coraçom he huum E per ell Reçebem todollos menbros unidade pera seer huum corpo E bem assy todollos do regno pero sejam mujtos porque elRey he huum (...) E em ell jaz deuem ser huus com ell dessy porque he cabeça do seu Regno» (ODD, 310 ss.).

Passagem curiosa, esta. No «corpus» textual não se encontra qualquer vestígio da *mediação popular* - as «concepções ascendentes» de Walter Ullmann; será portanto este excerto a única aproximação ao que possam ser as «correntes democráticas» (na expressão de Bernard Guenée) do pensamento político tardo-medievo. É que a representação do Rei como cabeça da comunidade coloca-o num situação de preeminência; em contrapartida, coração «jazendo» no corpo e dando-lhe «unidade» pressupõe um

posicionamento de maior inter-harmonia e menor rigidez hierárquica para as diferentes partes constitutivas dessa mesma comunidade. De qualquer modo, e no estado actual de conhecimentos, a imagem é única em fontes portuguesas. Através de referências de Ernst H. Kantorowicz e de Jean-Philippe Genet, sei que ela é corrente na literatura política inglesa do século XV, em autores como John Fortescue e outros. A presença desta modalidade da metáfora biológica em outras unidades políticas, e particularmente em outras fontes peninsulares, é matéria sobre que espero ficar mais documentado no presente seminário.

Cabeça, alma, coração, ao Rei caberá assim assegurar o «serviço de Deus», ideia frequente a partir já de 1303; serviço esse que se traduzirá na guarda do direito, da verdade, da justiça, da paz e da concórdia, noções presentes em diversos textos normativos entre 1324 e 1340, e que não carecem de paralelo num contexto peninsular.

Noção-chave neste âmbito do para quê da função régia é a de *utilidade comum*, conceito que tem merecido a atenção de múltiplos autores, de Walter Ullmann a Bernard Guenée, a Vitorino Magalhães Godinho, a Jacques Krynen, a José M. Nieto Soria. Justamente o primeiro dos autores citados define-a, do ponto de vista da realeza, em função de um *ponto de referência* que pressupõe a «observação e compreensão dos interesses, necessidades e desejos da comunidade pelo rei» ([22], 182). É esta noção que alguma leis não-datadas de Afonso IV veiculam pela expressão «prol comunal», e que uma ordenação de D. Dinis em 1303 concretiza um pouco mais:

* «E esto faço porque ueio que he seruiço de deus E he proll E asesegamento da minha terra E das minhas jentes» (ODD, 189; LLP, 80-81; OA, V, LXXIII, 284-85).

Esta «prol comunal» poderá passar antes de mais pela fruição de bens materiais: « conssirar deuem os rreis E os prinçipes maneiras per que os seus sogeitos seiam rricos E posam auer auondamento do que lhes conprir», pode ler-se numa lei não-datada de Afonso IV (ODD, 467-68; LLP, 325-27). Mas passará sobretudo, ainda que eventualmente de forma cumulativa, pela «saúde das almas». O que de imediato nos leva ao terceiro ponto que me propus analisar no «corpus» legislativo de Trezentos.

(c) Numa outra lei não-datada de Afonso IV pode ler-se o seguinte: «Curar deue o rreij por a saude das almas dos seus sogeitos ca pous lhe a cura he comendada nos feitos temporaees tanto mais da saude das suas almas deue seer soliçito» (ODD, 475-76). E é justamente este cuidado com a saúde das almas que perpassa por todo um conjunto de formulações atinentes à dimensão ética do poder dos reis. Há assim antes de mais a insistência na *justiça* como virtude suprema: aquela por que «melhor E mais honradamente se mantem o mundo» (ODD, 334-37; LLP, 241-44), e que permite a cada um ter o seu, guardar a sua «honra» e manter o seu «estado» (ODD, 378-80; OA, V, LIII, 185-89), paráfrases óbvias ao *suum cuique tribuere* justinianeu. Mas há também toda uma tónica colocada na erradicação do *pecado*, visto exactamente como a antítese da vontade de Deus e da prol comunal: o «buliço» e o «desaçecego», por contraposição à paz, à justiça e à concórdia (lei não-datada de Afonso IV: LLP, 283-86). O pecado pode ser mencionado de forma genérica: aqueles «enbargos» pelos quais à justiça se não chega (1327: AN/TT, Leis, m. I, n.º 96), ou «os vsos E custumes que som contra a uontade de deus E a proll cumunall da terra», por cuja prática se poderá atrair a «ssanha» divina (1340: ODD, 440-43; LLP, 319-21 e 419-22; e OA, V, VII, 32-33). Mas pode concretizar-se. Assim, a *luxúria* é dita caminho para a perdição, por contraposição à virtude salvífica e facultadora de bens materiais que se atribui à *castidade*; a *usura* considerada como contrária ao mandado de Deus e em dano das almas; e o *adultério* qualificado entre os pecados que os «sabedores antigos» - a única

fonte de Direito explicitamente mencionada - chamavam de «mais graues de que pode acusar cada huum dos do poboo» (lei de 1340 cit. linhas atrás).

O que é que deste universo lexical e conceptual passa para as *Ordenações* do século XV ? De um modo geral, a tónica está na continuidade. Assim, as OA insistem na origem divina da função régia:

* O monarca recebeu o «Regimento» e o «Real Estado» «da Maaõ de DEOS», de quem é «Vigairo» e «Logoteente» (OA, abertura do liv. I, pp. 2-6; e liv. V. tits. I e XXV, pp. 3 e 94-95);

* *o rei ou príncipe é «cosa animada por DEOS enviada a este Mundo pera em seu* Nome reger e governar» (OA, V, LXVII, 272).

Insiste-se também na ideia de «serviço de DEOS», continuando igualmente a justiça a ser vista como a mais louvável das virtudes, tolhedora do pecado e facultadora do *estado* de cada um (mais uma vez a postura referencial do *Digesto*); a justiça é ainda o fundamental regimento e ministramento do «Real Estado» - espressão nova nos textos legislativos. Para tanto, fundamental será a existência de boas «Leyx Politicas, e positivas» - e as leis são «invençôes» e «dons» de Deus - e que delas o Reino tenha conhecimento (justificação parcial da compilação que as OA consubstanciam). O pecado continua a ser objecto de especial atenção, e com algum enriquecimento tipológico: aos pecados mencionados já nas leis de Trezentos vêm adicionar-se a *heresia*, a *sodomia* e o *falso testemunho* (OA, V, I-XVII-XXXVII, 2-5, 53-54 e 144-45.)

Se isto é portanto a *continuidade* de um léxico e de um ideário - salvo o conceito de «Real Estado» - temos em contrapartida algumas *novidades*:

* A primeira passa pelo surgimento da noção de res publica/ Republica, cujos «poderio, e conservaçom» resultam da acção conjugada das «Armas e leyx». Ou seja: às ideias de rei-legislador e de rei-justiceiro vem juntar-se - ainda que discretamente - a de rei-guerreiro.

* A segunda passa pelo alargamento das fontes de Direito: para além dos «sabedores antigos», mencionam-se as «Leix Imperiaaes», os «Santos Canones», o «Direito Comuũ», a opinião dos «Leterados dos Nossos Regnos» e o custume geeral (...) que a memoria dos homeẽs nom he em contrairo» (OA, V. LXXIII e XXXI, 258 e 159).

Em jeito de balanço sobre as OA, julgo poder dizer que a tradição lexical e concep*tual prepondera sobre a novidade, até pelo bem maior número de ocorrências de palavras* e ideias com antecedentes no século anterior (v.g. a origem divina do poder, o serviço de Deus, o combate ao pecado).

Face às suas predecessoras, como se situarão as OM em matéria de tradição/novidade na qualificação do ofício régio ?

Um primeiro aspecto nos salta à vista: o Código Manuelino é muito menos prolixo nesta matéria; com efeito, das cerca de 25 ocorrências de termos e expressões deste 'universo' patentes nas OA - número praticamente idêntico ao das leis do século XIV - , baixa-se agora para oito. Oito ocorrências passíveis da sistematização que segue:

* O Rei exerce uma função («Real Estado») que o deve levar a agir de modo a assegurar sempre a «honra de Deos, e dos Santos» e a honra da «Nossa Santa Madre Igreja, e obedecer compridamente a seus Mandamentos» (OM, I, III, 15; III, XXVIII, 97; e V, III, 15);

* como fontes de Direito, reafirmam-se as Leis Imperiais e os santos cânones (OM, I, V e XV, 21 e 45), o «Dereito Comum» (IV, LXXV, 193), o «Dereito, e geeral Custume de Nossos Reynos» (III, LV, 215) ou aquilo que «Geeralmente he por Dereito permisso» (IV, LXXIV, 190);

* finalmente, entre os pecados cuja erradicação deva ser tida em conta pela acção do soberano, temos agora o «renegar» e o «blasfemar» contra Deus e os seus Santos (V, XXXIIII, 96-99).

O que representa um manifesto *empobrecimento*, em pouco compensado pelas 'variantes' no que toca as finalidades do poder régio e os pecados.

Não será portanto temerário concluir que ao longo de cerca de 220 anos o discurso legislativo dos monarcas portugueses emite um ideário onde a continuidade predomina sobre a novidade, estando esta sobretudo patente - e ainda assim de modo discreto - nas OA.

Ideário original? Não ouso crê-lo! Creio até que pelo contrário. Julgo não conjecturar propriamente 'no vazio' se presumir que os Colegas participantes deste seminário - e particularmente os do País que nos acolhe - terão em momentos múltiplos sentido a sensação do «déjà vu», face aos textos que lhes são familiares.

Para o caso português, muito haveria agora a fazer, para além da pequena 'gota de água' que lhes apresentei:

* em matéria de documentação régia, confrontar as fontes legislativas com os actos quotidianamente expedidos pela *Chancelaria* ou com as respostas régias aos *capítulos* apresentados em Cortes;

* confrontar os contributos globais das fontes régias com a literatura política dos séculos XIV-XVI (autores como Fr. Álvaro Pais [?-1349], D. Duarte [1391-1433], infante D. Pedro [1392-1449], condestável D. Pedro [1429-1466], Diogo Lopes Rebelo [?-1498], D. Jerónimo Osório [1506-1580], etc);

* proceder a um estudo de influências, tendo em conta contributos textuais da Sagrada Escritura, da Patrística, do *Corpus Iuris Civilis* ou do Direito Canónico;

* e, naturalmente, e num quadro ibérico, o problema da circulação de textos e ideias, e de inter-influências.

Um longo caminho, sem dúvida. Mas possa este Seminário, que tão agradavelmente aqui nos congregou, constituir como que um primeiro passo. Tímido, porventura. Mas nem por isso menos seguro.

San Lorenzo de El Escorial, 28 de Março de 1998

NOTA FINAL - Este trabalho retoma, abreviadamente, topicos já versados em anteriores textos. Concretizando:

[1] HOMEM (Armando Luís de Carvalho), «Dionisius et Alfonsus, Dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi», *Revista da Faculdade de Letras* [Universidade do Porto]. *História*, II sér., XI (1994), pp. 11-110.

[2] IDEM, «Législation et compilation législative au Portugal du début du XVe siècle: la genèse des "Ordonnances d'Alphonse V"», in *Saint-Denis et la royauté. Actes du Coloque international en l'honneur de Bernard Guenée, membre de l'Institut*, ed. Françoise AUTRAND, Paris, Publications de la Sorbonne [no prelo].

[3] IDEM, «Ofício régio e serviço ao Rei em finais do século XV: norma legal e prática institucional», *Revista da Faculdade de Letras* [Universidade do Porto]. *História*, II sér., XIV (1997) [no prelo].

[4] IDEM, «ESTADO MODERNO e legislação régia: produção e compilação legislativa em Portugal (séculos XIII-XV)», in *Génese (A) do* ESTADO MODERNO *no Portugal Tardo-Medievo (séculos* XIII-XV), ed. Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, Lisboa, Universidade Autónoma [no prelo].

[5] IDEM, «Poder e poderes no Portugal de finais da Idade Média», *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, 3 (Mai. 1998), pp. 39-68.

Todos estes trabalhos contêm extensas indicações de fontes e bibliografia. Pelo que o presente texto, em matéria de referências, praticamente se limita a fontes. E por isso aqui indico as seguintes *Fontes impressas*:

|6| *Afonso X: Foro Real*, ed. José de Azevedo FERREIRA, I. *Edição e Estudo Linguístico*, II. *Glossário*, Lisboa, INIC, 1987.

|7| *Livro das Leis e Posturas* (LLP), ed. Nuno Espinosa Gomes da SILVA e Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971.

|8| *Ordenações Afonsinas* (OA), reimpr. da ed. de 1792, vols. I-V, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1984.

|9| *Ordenações del-Rei Dom Duarte* (ODD), ed. Martim de ALBUQUERQUE e Eduardo Borges NUNES, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

|10| *Ordenações Manuelinas* (OM), reimpr. da ed. de 1797, vols. I-V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

As transcrições textuais reportam-se a estas edições.

Como obras de referência historiográfica mencionem-se:

|11| ALBUQUERQUE (Martim de), *Poder (O) político no Renascimento português*, Lisboa, ISCSPU, 1968.

|12| BENEYTO (Juan), «Para la clasificación de las fuentes del Derecho Medieval Español», *Anuario de Historia del Derecho Español*, XXI (1961), pp. 259- 68.

|13| BERMEJO (Jose Luis), «Principios y apotegmas sobre la ley y el rey en la baja Edad Media castellana», *Hispania*, 129 (1975), pp. 32-47.

|14| *Droits savants et pratiques françaises du pouvoir* (XIe-XVe siècles), ed. Jacques KRYNEN e Albert RIGAUDIÈRE, Bordéus, Presses Universitaires de Bordeaux, 1993.

|15| GENET (Jean-Philippe), «Genèse (La) de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 118 (juin 1997), pp. 3-18.

|16| GUENÉE (Bernard), *Occident (L') aux XIVe et XV e siècles*. Les États, 4.ª ed., Paris, PUF, 1991.

|17| KANTOROWICZ (Ernst H.), *Dos (Los) cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, trad. esp., Madrid, Alianza, 1985.

|18| KRYNEN (Jacques) *Empire (L') du roi. Idées et croyances politiques en France, XIIIe -XVe siècle*, Paris, Gallimard, 1993.

|19| IDEM, *Idéal du prince et pouvoir royal en France à la fin du Moyen Âge* (1380-1440). *Étude de la littérature politique du temps*, Paris, Picard, 1981.

|20| LADERO QUESADA (Miguel Angel), «Algunas reflexiones generales sobre los orígenes del "Estado Moderno"», sep. de *Homenaje Académico a D. Emilio García Gómez*, s.l., s.e., s.d., pp. 433-448.

|21| NIETO SORIA (José Manuel), *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla* (siglos XIII-XVI), Madrid, EUDEMA, 1988.

|22| *Renaissance du pouvoir législatif et genèse de l'État*, ed. André GOURON e Albert RIGAUDIÈRE, Montpellier, Société d'Histoire du Droit et des Institutions des Anciens Pays de Droit Écrit, 1988 (e particularmente, para Castela e Aragão, as contribuições de António Pérez Martin e Tomás de Montagut Estragues).

|23| ULLMANN (Walter), *Principios de gobierno y politica en Occidente*, trad. esp., Madrid, Revista de Occidente, 1977.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Intervenção no Seminário *Propaganda y legitimación en los orígenes de la monarquía hispânica* (*ca*. 1400-1520) (San Lorenzo de El Escorial, 1998/03/28). Agradeço ao Prof. José Manuel Nieto Soria e à equipa do Projecto Multidisciplinar Complutense que este Seminário integrou a oportunidade desta participação, bem como todas as atenções prodigalizadas.

O TERRITORIO ANEGIA E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E MILITAR DO CURSO TERMINAL DO DOURO (Séculos IX - XII)

António Manuel de Carvalho LIMA *

Henrique da Gama Barros e Torquato de Sousa Soares (BARROS 1954: 11 - 69 e 221 – 396), e Amorim Girão e Paulo Merêa (MERÊA e GIRÃO 1943) assinaram alguns dos mais clássicos trabalhos sobre a evolução da organização administrativa e militar alti-medieval, numa linha de investigação que hoje se encontra já muito explorada.

Não cremos que seja possível dizer muito mais, com alguma inovação, sem orientar a investigação em direcções diferentes, nomeadamente a do confronto entre os parcos dados que nos transmite a nossa lacónica documentação dos séculos IX a XI, com dados de outra natureza, sobretudo os que nos podem ser fornecidos pela arqueologia espacial e cartografia histórica.

Foi então neste sentido que orientamos o nosso trabalho, o que permitiu a obtenção de dados com alguma importância para a compreensão daquilo que foi a organização administrativa e militar do vale do Douro na Alta Idade Média, em especial do *territorium* da *civitas Anegia*.

1. Génese e afirmação do *territorio Anegia*

Não nos deteremos muito sobre a cronologia da génese do *territorio Anegia*. É hoje consensual que se trata de uma fundação datável dos primeiros anos do reinado de Afonso III das Astúrias, cerca de 870 (ALMEIDA e LOPES 1981/82: 133).

Não se tratou de uma construção progressiva de uma área paulatinamente tornada segura. Os mais antigos documentos que referem este *territorium* mostram-no já com as dimensões que manteria até ao seu desaparecimento. Foi pois certamente o resultado de uma deliberação régia, e enquadra-se perfeitamente na reorganização político-militar levada a efeito por aquele monarca com vista à criação de condições de segurança que permitissem a fixação da população no vale do Douro.

A sua criação é globalmente contemporânea das presúrias de *Portucale* (868) e Coimbra (878), e dos primeiros sinais de alguma dinâmica populacional na área por ele ocupada, nomeadamente nos actuais concelhos de Cinfães (DC 6 e DC 7, de 870 e 874), Penafiel (DC 8, de 875), Marco de Canaveses (DC 9, de 882), Castelo de Paiva (DC 10, de 883) e Arouca (idem).

Estas primeiras presúrias privilegiam a ocupação de pontos estratégicos onde se criam fortalezas e estabelecem os *comites*, delegados dos reis astur-leoneses.

Tais fortalezas passam a encabeçar vastos territórios, onde têm por missão garantir a segurança necessária à fixação da população nesta área de fronteira, permanentemente abalada pelas incursões e razias muçulmanas, e desta forma garantir também a estabilidade da fronteira muçulmano-cristã.

Os locais escolhidos para a implantação de tais fortalezas são criteriosamente escolhidos.

Para o caso que nos ocupa, foi escolhido um pequeno esporão, hoje denominado *Cividade*, localizado na freguesia de Eja, concelho de Penafiel[1].

Os sucessivos aterros e desaterros a que o local já foi entretanto sujeito pouco deixam adivinhar da vetusta *civitas Anegia*. Alguns troços de muralha, visíveis ao nível dos alicerces, ou desenhados na topografia local, só ganharão sentido quando uma intervenção arqueológica no local os enquadrar devidamente.

Se a localização da *civitas* é consensual, o mesmo não se poderá dizer da extensão e limites do seu *territorium*, que desde há muito carecem de esclarecimento.

2. Extensão e limites geográficos. O *territorio Anegia* e os outros *territoria*

Os autores que já tentaram definir a extensão e limites do *territorium* da *civitas Anegia* são sempre muito vagos. Embora sem se afastarem muito da área efectivamente ocupada por ele, não parecem ter realmente a noção do que o delimita (*cfr.* LIMA 1993: 32 – 35) .

Por isso, cartografamos mais uma vez todos os sítios referidos nos diplomas medievais como parte integrante do *territorio Anegia*.

Para isso, e relativamente às cartografias tradicionais, retiramos algumas referências erradas[2], inserimos outras geralmente esquecidas[3], e corrigimos a localização de algumas outras[4].

A esta cartografia, juntamos alguns elementos relevantes da orografia e hidrografia regional, e - com base numa reconstrução fundamentada em dados documentais - inserimos nela o traçado provável da principal via terrestre já existente na época, já então chamada *carraria antiqua*. O resultado é um território surpreendemente coerente com os objectivos para o qual foi criado (FIG. 1).

O *territorium* da *civitas Anegia* não é mais do que um corredor natural[5], de orientação NW - SE, delimitado, a Leste pelo Marão (*mons Maraonis*)[6] e Montemuro (*mons Muro*), a Sul pelo maciço da Freita (*mons Fuste*), e a Oeste pela cumeada a que hoje a toponímia não confere qualquer unidade, mas a que os medievais chamavam, na margem Sul, *Serra Sicca*[7].

Esta *Serra Sicca* é uma cumeada cuja altitude máxima oscila entre os 400 e os 600 m, e que culmina, na margem Sul do Douro, no alto de São Domingos. Esta linha de alturas "ignora" aquele rio, prolongando-se, na margem Norte, nas serras das Banjas, Flores / Santa Iria e Pias / Santa Justa.

Ela delimita e separa, naturalmente, a zona granítica - fértil e densamente povoada - da mancha xistosa e também carbonífera - pouco produtiva e deserta de gente.

Mais ainda, esta cumeada é uma última linha natural a isolar *Portucale* do interior e a defender o litoral de possíveis ataques vindos de Leste.

Delimitava os *territoria* de *Anegia* e *Portucale* (na margem Norte) e também provavelmente *Anegia* e *Sancta Maria* (na margem Sul), e devia ser intensamente fortificada na Alta Idade Média.

Os três pontos fracos desta barreira natural, isto é, os pontos onde esta linha de alturas é rasgada pelos rios Douro, Sousa e Ferreira eram fortificados. Sobre o rio Douro, o *Monte do Castelo* em Broalhos, e o *Alto do Castelo*, em Medas (Gondomar); sobre o rio Sousa, o famoso *Castelo de Aguiar* (Paredes), tomado por *Almansor*, quem sabe se vindo de *Anegia* e procurando aceder a *Portucale*; e sobre o rio Ferreira, o *Alto do Castelo*, em Campo (Valongo)[8].

Peguemos agora no elemento estruturante de todo este corredor de *Anegia*: uma importante via, de origem romana, provinha da zona de Arouca, atravessava o Paiva na zona de Espiunca, percorria o vale deste rio na sua margem Leste, e ia atravessar o Douro

na foz do rio Paiva, em direcção a Várzea do Douro e depois Alpendorada (LIMA 1993: 260 – 265).

Na zona de travessia do Douro, junto ao *porto de Pavia*, já referido em 1108 (DP III 267), ambas as margens estão intensamente fortificadas e defendidas, já desde época romana.

Esta via foi certamente muito utilizada pelos muçulmanos para as incursões e razias que frequentemente faziam em direcção ao Norte. Certamente também o foi por *Almansor*, o mais famoso e temido dos chefes militares muçulmanos.

Para além das narrações apocalípticas que existem para a região de Arouca, a propósito das razias árabes (DC 746), a própria toponímia registou, ao longo deste eixo, o nome deste famoso personagem a que certamente estas gentes não ficaram indiferentes: *Mansores* em Arouca, e *Almansor* em Castelo de Paiva, recordam tempos que devem ter sido bem difíceis. Por esta via, poderá ter fugido um abade que, escapando das investidas do mesmo *Almansor* nas terras de Santa Maria, se veio refugiar no Mosteiro de Paço de Sousa, como nos relata um diploma de 994 (DC 169 = LTPS 132).

Foi muito provavelmente esta via que ainda *Almansor* utilizou para chegar ao castelo de Aguiar de Sousa, o qual tomou no ano de 995, como nos relata o Livro das Eras: *Era* Mª. XXXIII. III.ª [sic] *sepe Almancor castellum Aquilar quod est in ripa de Sausa prouincia portucalensi* (*cfr.* ACMA, p. 75).

Sobre o protagonismo de *Anegia* em todas estas lutas, as fontes narrativas quedam completamente mudas. Talvez o seu silêncio não seja um mero capricho das circunstâncias em que se conservou - ou não - a nossa documentação alti-medieval.

Na vastidão de tão grande *territorium* deve ter residido a fraqueza da *civitas Anegia*, incapaz, ao que parece, de assumir qualquer papel relevante nos confrontos militares que assolaram esta região nos finais do primeiro milénio.

3. Fragmentação do *territorio Anegia*. Do *territorium* às *terræ*

A última referência documental ao *territorio Anegia* é extremamente tardia. Data de 1185 (LTPS 141).

Por mecanismos vários, de tradição documental ou outra, mecanismos esses que julgamos já terem sido esclarecidos noutra obra (LIMA 1993: 21 – 29), os escribas medievais acabaram por induzir em erro muitos historiadores modernos, e transmitiram uma imagem muito confusa da divisão administrativa, militar e judicial em vigor nos séculos XI e XII. Passemos, pois, a outro tipo de argumentos.

Não é por acaso que a passagem do Douro se fazia pelo *porto de Pavia*, e não pelo *porto civitatis Anegia* [9], situado mais a jusante.

A localização da *civitas Anegia*, a meia encosta, não longe do local onde a *carraria antiqua* desembocava no Douro, mas invisível a partir desta, mostra uma intenção claramente defensiva. Devia, antes de mais, ser a base de uma guarnição permanente, capaz de, em caso de necessidade, fazer frente aos autores das frequentes razias a que a região certamente esteve sujeita.

Mas, como já vimos, nem no aspecto defensivo deve ter sido muito eficaz.

A partir do câmbio de milénio, os tempos são outros. Desde a morte de *Almansor*, em 1002, e de *Abd al-Malik*, seu filho, logo em 1008, que não mais este troço do Douro terá sido afectado pelas razias muçulmanas que tanto devem ter afligido e mesmo afugentado as populações destas paragens.

Só além-Montemuro, a partir das terras de Aregos e de São Martinho de Mouros para montante, seria preciso esperar pelas vitoriosas campanhas de Fernando o Magno, a partir de 1055, para a definitiva pacificação da região.

Aliás, os grandes movimentos - militares, populacionais ou outros - fazem-se, a partir da segunda metade do século XI, já não tanto pela *carraria antiqua* do vale do Paiva, mas sobretudo pela sua homónima do vale do Bestança[10], que por isso foi desde então densamente fortificada.

Para cá do arcaico *mons Geronzo*[11], velha designação do *mons* Muro, incluíndo a sua vertente ocidental, rasgada pelo Paiva, o processo de desagregação do *territorium* começa nitidamente mais cedo.

As pressões, certamente demográficas, mas também sociais, nomeadamente das nóveis famílias de infanções que o Livro Velho de Linhagens refere terem andado *a la guerra a filhar o reino de Portugal*, no sentido de uma maior repartição de poderes militares, administrativos e judiciais, levou à divisão do vasto e arcaico *territorium Anegia* numa série de *terræ*, de dimensões bastante mais reduzidas e encabeçadas cada qual pelo seu castelo (FIG. 2).

Os primeiros indícios documentais da desagregação do vastíssimo *territorium* da *civitas Anegia* começam em 1038 (MA III; *cfr.* LIMA 1993: 49 – 50). A partir desta data, e até aos anos 70 do século XI, são relativamente frequentes os diplomas que localizam as propriedades em *territoria* inexistentes ou que usam referências geográficas bastante confusas (LIMA 1993: 38 – 39), o que pode ser interpretado como um sinal concreto de alguma indefinição, ou até mesmo algum vazio administrativo, que caracterizaria esta época de charneira.

Tal situação poderia até ser anterior, e arrastar-se já desde o início do milénio, mas o brusco - e com certeza significativo - desaparecimento, durante um espaço de três décadas, da documentação relativa a toda esta região[12], impede-nos de o verificar, senão apenas pela interpretação do próprio vazio documental.

A partir da década de 40, começam a surgir sinais bem mais claros: em 1047 (DC 357), surge a primeira referência ao castelo de *Penafidel de Kanas*, talvez já desempenhando o seu papel de "cabeça-de-terra"; em 1048 e 1049 (DC 370 e 373), surgem os primeiros diplomas que integram propriedades desta região no *territorio portucalense*, ignorando *Anegia* - já inexistente enquanto centro de um *territorium* - enquanto que até essa data *Portucale* tinha o seu *territorium* confinado aos limites ocidentais do da velha *civitas* do Douro[13].

Em 1054, surge pela primeira vez uma referência explícita a uma nova unidade administrativa dentro da área outrora ocupada por *Anegia*: a *terra de Arauka* (DC 392).

A partir desta data, sucedem-se as referências às restantes *terræ*:

A *terra de Pavia* (Paiva), referida desde 1064 (DC 441 = LTPS 12), estendia-se do Paiva ao Arda, e do Douro ao Alto do Seixo, este último não longe dos actuais limites dos concelhos de Castelo de Paiva e Arouca.

A *terra de Penafidel de Canas* (Penafiel), referida desde a mesma data (DC 441 = LTPS 12), ocupava a região entre Sousa e Tâmega.

A *terra de Aguilar* (Aguiar de Sousa), referida desde 1066 (DC 451), situava-se entre os rios Sousa e Ferreira.

A *terra de Baiam* (Baião), cuja primeira referência data também de 1066 (DC 451), ocupava um espaço delimitado pelos rios Douro (a Sul), Galinhas (a Oeste), Ovelha (a Norte) e ainda o rio Teixeira e a ribeira de Zêzere (a Leste).

Ainda de 1066, data a primeira referência à *terra de Benviver* (DC 451), ocupando o espaço entre o Douro e o Tâmega, estendendo-se inicialmente, para NE, somente até à zona de Ariz.

Em 1070, surge a primeira referência à *terra Sancto Salvator* (São Salvador – *cfr.* DC 491), mais tarde chamado São Salvador de Nogueira. Ocupava, na margem Sul do Douro, o espaço compreendido entre a ribeira de Piães e o rio Bestança.

Ainda no século XI, mais precisamente em 1091, um diploma do cartório de Alpendorada (DC 767) dá-nos a primeira notícia da existência da *terra Sancto Felicis* (Sanfins). O seu castelo, no entanto, aparece já referido desde 1067 (DC 459). Os limites desta terra medieval eram os rios Douro (a Norte), Paiva (a Oeste), Ardena (a Sul) e a ribeira de Piães (a Nordeste) por onde confrontava com a já referida terra de São Salvador.

Já do século XII datam as primeiras referências às *terræ* de *Tendales* (Tendais, em plena Serra de Montemuro, a Sul da terra de São Salvador – *cfr.* DC 335 = LTPS 145) e de *Ferrarios* (Ferreiros, entre o Bestança e o Cabrum – *cfr.* LTPS 16), ambas no actual concelho de Cinfães; e ainda à de *Lousada* (entre o rios Sousa e Mezio – *cfr.* Mem. n.º 37), esta última na extrema dos *territoria* de *Anegia* e *Bracara*[14], à custa dos quais se formou.

Temos pois que o arranque da formação das *terræ*, sinal expressivo da ascensão social das famílias de infanções, por contraposição à poderosa nobreza condal, já então em franco declínio, é um processo cujo início é nitidamente anterior às vitoriosas campanhas de Fernando o Magno, que, ao fazer recuar para Sul uma boa centena de quilómetros a linha de fronteira muçulmano-cristã, mais não terá feito do que acelerar este movimento.

A Sul do Douro, mas apenas além-Montemuro, só mesmo as suas campanhas militares da década de 50 terão permitido alastrar este processo a tais paragens (ALMEIDA e LOPES 1981/82: 133, ALMEIDA 1989: 49, BARROCA 1988: 159 e 1990/91: 118).

Para cá do *mons Muro*, não terá havido diferenças cronológicas significativas em relação à margem Norte, a não ser, talvez, na própria serra, sobretudo na sua vertente oriental, que se manteve ainda como zona de fronteira até 1055, dificultando assim a nova organização administrativa da região.

Esta ideia parece ganhar ainda mais consistência, se tivermos em linha de conta as diferenças – notórias, quando cartografadas em escala adequada – da extensão das *terræ* a Norte do Douro e a poente do Paiva, por um lado; e do Montemuro para nascente, ao longo da margem Sul, por outro. Estas últimas, claramente sobre-divididas se comparadas com as anteriores, parecem corresponder a uma fase em que a luta por uma maior repartição de poderes terá levado à criação de unidades administrativas e militares menores e mais numerosas (FIG. 2).

Na linha do que Fournier defende a respeito deste processo além-Pirinéus (FOURNIER 1978: 32), diríamos que, ao contrário da criação - enquanto acto intencional e deliberado - dos *territoria*, a nova geografia das *terræ* não terá sido concebida de uma maneira global pela autoridade régia, mas ter-se-á formado como resultado de um determinado equilíbrio de forças entre as diferentes categorias da nobreza, e pela progressiva desagregação do poder condal e pulverização dos direitos que outrora lhes eram exclusivos.

4. Da *civitas Anegia* aos castelos cabeça-de-terra. A defesa do curso terminal do Douro no câmbio do primeiro milénio.

Não é credível, já o dissemos, que a velha *civitas Anegia* fosse criada com a pretensão de defender, por si própria, todos os pequenos núcleos habitacionais desta região. Estes tinham que ter, obrigatoriamente, os seus próprios locais de refúgio.

A eficácia de tais sítios, cuja localização teria um papel fundamental atendendo à exiguidade dos meios de defesa, deveria depender maximamente da possibilidade de alertar atempadamente as populações em perigo, facto ao qual não deverão ser alheios os *Fachos* e outros montes cuja toponímia, relacionada com o aviso por meio de sinais luminosos, é deveras sugestiva[15].

Os aterros / desaterros, como os que vemos na fortificação do *mons Genestazolo* (Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses), referido desde 1054 (DC 391, 455, 473, 606 e 688); os recintos amuralhados como os de Água de Frades (Vila Cova, Penafiel) e de Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses); ou as frustres construções pétreas como as que ainda hoje são visíveis em Vale de Papas (Ramires, Cinfães) no *castellum Aquilar* (*Inq.* 984; cfr. LIMA 1993: 195 – 197 e 292) deviam constar entre os poucos recursos de defesa com que se poderia contar, a par das indispensáveis condições naturais dos locais escolhidos.

Estas velhas fortificações, de labor certamente comunitário, tenderão a desaparecer com a desagregação da longínqua autoridade condal e sua substituição pela nova nobreza em ascensão, com um poder mais próximo e mais interventivo, cujo símbolo máximo passa a ser o castelo senhorial.

A extensão dos poderes senhoriais retirou às comunidades livres a maioria das suas prerrogativas - entre as quais certamente a da própria defesa - colocando-as dependentes do senhor, e fazendo dele o detentor das funções que outrora pertenciam à colectividade.

Os castelos senhoriais, cada um capitaneando a respectiva *terra*, implantam-se em lugares de destaque na paisagem circundante, para verem e serem vistos, como que num gesto permanente de ostentação e demonstração de imponência, de preferência em posições centrais face à terra que capitaneiam e em locais com condições naturais de defesa que tornem mínimo o esforço construtivo. Por vezes buscam ainda o prestígio de locais de remota e mística ocupação, sobretudo de época romana, ou não se intitulassem de *dominatores* ou mesmo *princeps* ou *imperatores*, aqueles que geralmente usam apenas os títulos de *tenens*, *continens* ou *mandantes* (LIMA 1993: 275).

Convém sublinhar que estas profundas mudanças nas estratégias de defesa desta parcela do vale do Douro, não se fez sem alguns sobressaltos. São frequentes os registos documentais da conflitualidade que envolveu esta passagem de testemunho e consequente dispersão de poderes administrativos e militares (MATTOSO 1992: 503 e LIMA 1993: 274). E até no próprio registo arqueológico ficaram marcas: o único castelo cabeça-de-terra desta região até agora submetido a escavações arqueológicas cientificamente orientadas, revelou uma primeira estrutura defensiva em madeira, datável da primeira metade ou meados do século XI, posteriormente destruída pelo fogo, e mais tarde substituída por uma nova estrutura pétrea que mais se deveria enquadrar no protótipo de castelo românico que viria a ser materializado neste tipo de fortalezas.

A destruição, pelo fogo, da estrutura castelar primitiva, indicia um possível recontro violento, de que Castelo de Matos terá sido alvo (BARROCA 1984: 164-165), e a própria construção em madeira pode ser interpretada de acordo com a necessidade de erguer - no mais curto prazo, e mesmo que em condições precárias - uma estrutura que simbolizasse os novos poderes.

Estão já identificados quase todos os castelos cabeça-de-terra desta região[16].

Na área outrora abrangida pelo *territorio Anegia*, já nos foi possível localizar os castelos que capitanearam as terras de Aguiar (*Castelo*, freg. Aguiar de Sousa, conc. Paredes), Penafiel (*Alto do Castelo*, freg. Oldrões, conc. Penafiel), Benviver (*Monte Aradros*, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses), Baião (*Castelo de Matos*, freg. Ovil, conc. Baião), Paiva

(*Crasto*, freg. Fornos, conc. Castelo de Paiva), Arouca (*Crasto de São João de Valinhas*, freg. Santa Eulália, conc. Arouca), e *Sanfins* (Senhora do Castelo, freg. Nespereira / Piães, conc. Cinfães). Ainda no Montemuro, mas provavelmente já fora do velho *territorio Anegia*, haveriam de surgir os castelos que capitanearam as terras de São Salvador (*Castelo de Sampaio*, freg. Cinfães, conc. Cinfães), Tendais (*Castêlo*, freg. Tendais, conc. Cinfães), Ferreiros (*Senhora da Aparecida*, freg. Ferreiros, conc. Cinfães), Aregos (*Penedo de São João*, freg. Aregos, conc. Resende) e São Martinho (*Castelo*, freg. São Martinho de Mouros, conc. Resende).

No entanto, o precoce abandono destas fortificações, por cessação óbvia da sua utilidade, implicou que há muito se iniciasse a sua degradação, o que dificulta muito - na ausência de escavações arqueológicas sistemáticas - o reconhecimento dos seus principais aspectos arquitectónicos.

É no entanto possível adiantar desde já alguns aspectos para uma melhor compreensão destas estruturas:

- Em todos os casos onde foram detectadas muralhas pétreas, não há um único em que essa muralha não integre no seu traçado grandes batólitos de granito que são assumidos como parte integrante da própria muralha.

Ou a muralha protege o acesso ao núcleo central apenas por um dos lados (como acontece em Vale de Papas e em Fandinhães), em princípio aquele lado onde a natureza não se encarregou de o fazer de forma mais eficaz;

Ou se trata de uma cerca destinada a criar e fechar um espaço ao lado do núcleo central do castelo (como acontece na *civitas Sancti Felicis*);

Ou se trata de facto de um circuito fechado constituído parcialmente por uma muralha pétrea, e ainda por grandes penedos que funcionam como se de panos de muralha se tratasse (Penafiel de Canas, Benviver, São Salvador).

- Em nenhum dos castelos cabeça-de-terra, que em princípio deveriam ser aqueles que melhor dariam corpo ao modelo de castelo românico, encontramos vestígios inequívocos da existência de torre de menagem[17], símbolo máximo do carácter senhorial que foi o grande beneficiário da nova geografia administrativa, militar e judicial que se corporizou nas *terræ*.

- O abastecimento de água (vital em caso de cerco prolongado, e que era maximamente assegurado pelas nascentes às quais não deveria ser estranha a implantação das fortalezas) teria sido assegurado, no castelo românico, pela presença da cisterna. Mas, para suspeitar da existência deste tipo de estruturas, apenas temos elementos no castelo de São Salvador, onde uma depressão circular, em posição central no interior do recinto amuralhado, e um elemento de calha, assim o dão a entender.

Esta segunda grande vaga de força do **processo de encastelamento do curso terminal do Douro**, já não vai procurar tanto as póvoas - cuja defesa procuravam assegurar os velhos *mons* referidos na documentação dos séculos IX e X - mas sobretudo as vias. Essencialmente as vias de trânsito inter-regional, como as que, aproveitando os vales do Paiva e Bestança, desembocavam no Douro, respectivamente em Castelo [de Paiva][18] e em Porto Antigo e Mourilhe (LIMA 1993: 251 – 260).

Não obstante alguns vagos indícios - documentais e arqueológicos - da presença de possíveis torres e/ou estruturas habitacionais no interior de algumas destas estruturas castelares[19], não sabemos pois em que medida os castelos do curso terminal do Douro terão - ou não - ficado à margem das grandes inovações que o românico viria a introduzir na arquitectura militar.

A estas questões, como a muitas outras, só a arqueologia, e em especial a escavação arqueológica, poderá responder.

Fontes Documentais

ACMA = *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Municipal, 1968.

DC = *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 – 73.

DISS = Ribeiro, João Pedro - *Dissertações Chronologicas e Críticas...*, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1810.

DP III = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares* (AD 1101 – 1115), (ed. Rui de Azevedo), tomo III, Lisboa, Academia Port. História, 1940.

DP IV = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares* (AD 1116 – 1123), (ed. Rui de Azevedo e Avelino J. Costa), tomo IV, Lisboa, Academia Port. História, 1980.

DR = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, (ed. Rui de Azevedo), tomo III, Lisboa, Academia Port. História, 1940.

Inq.= *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 – 97.

LTPS = Livro dos Testamentos de Paço de Sousa (ed. Maria Teresa Monteiro e José J. Rigaud de Sousa), *Bracara Augusta*, XXIV (57 – 58), Braga, 1970.

MA = Coelho, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século* XIII, 2ª. ed., Arouca, Câmara Mun. e Real Irmandade da Raínha Santa Mafalda, 1988.

Mem. = Meireles, Frei António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e Index dos Documentos do Arquivo*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942.

Bibliografia citada

ALMEIDA 1978 = Almeida, Carlos Alberto Ferreira de – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Fac.Letras, 1978

ALMEIDA 1989 = Almeida, Carlos Alberto Ferreira de – Castelos e Cercas Medievais, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (dir. de Rafael Moreira), Lisboa, Alfa, 1989, p. 38 – 54.

ALMEIDA e LOPES 1981/82 = Almeida, Carlos Alberto Ferreira de; Lopes, Francisco Gaspar Almeida – Eja (Entre-Os-Rios), *Portugália*, IIª. Série, II-III, Porto, 1981-2.

AZEVEDO 1898 = Azevedo, Pedro de – O Território de "Anégia", *O Archeologo Portuguez*, Iª série, 4, 1898, p. 193 – 215.

BARROCA 1984 = Barroca, Mário Jorge – Notas sobre a Ocupação Medieval em Baião, *Arqueologia*, 10, Porto, 1984, p. 116 – 136.

BARROCA 1988 = Barroca, Mário Jorge – A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira Abordagem, *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, p. 159 - 171.

BARROCA 1990/91 = Barroca, Mário Jorge – Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII), *Portugália*, Nova série, XI-XII, Porto, 1990-91, p. 89 – 126.

BARROS 1954 = Barros, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos* XII *a* XV, Lisboa, Sá da Costa, 1954.

COSTA 1959 = Costa, Avelino de Jesus da – *O Bispo D.Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959.

FERNANDES 1968 = Fernandes. A. Almeida – *Os Limites da Arquidiocese Bracarense até o Tempo de São Frutuoso*, Braga, s.e., 1968.

FOURNIER 1978 = Fournier, Gabriel – *Le Château dans la France Médiévale. Essai de Sociologie Monumentale*, Paris, Aubier Montaigne, 1978.

GIRÃO 1940 = Girão, A. de Amorim – *Montemuro. A Serra Mais Desconhecida de Portugal*, Coimbra, Coimbra Ed., 1940.

LIMA 1993 = Lima, António Manuel de Carvalho – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX – XII)*, 3 vol., Porto, Fac.Letras, 1993.

MATTOSO 1968 = Mattoso, José – *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastéres du Diocese de Porto de l'an Mil à 1200*, Louvain, Université de Louvain, 1968.

MATTOSO 1992 = Mattoso, José – Portugal no Reino Asturiano-leonês, *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 9 – 309.

MERÊA e GIRÃO 1943 = Merêa, Paulo; Girão, A. de Amorim – Territórios Portugueses no Século XI, *Revista Portuguesa de História*, 2, Lisboa, 1943, p. 255 – 263.

OLIVEIRA M. 1956 = Oliveira, Miguel de – Os Territórios Diocesanos, *Lusitânia Sacra*, I, Lisboa, 1956, p. 29 – 50.

REAL 1986 = Real, Manuel Luís – *A Igreja de São Pedro de Ferreira. Um Invulgar Exemplo de Convergência Estilística*, Paços de Ferreira, Câm. Municipal, 1986.

* Mestre em Arqueologia, pela F.L.U.P.

O presente artigo versa alguns dos conteúdos abordados na dissertação de mestrado do autor, cujo orientador foi o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

[1] É a Carlos Alberto Ferreira de Almeida que devemos a localização exacta da *civitas Anegia*: Sobre este assunto veja-se ALMEIDA e LOPES 1981/82 e LIMA 1993: 118-119 e fig. 10.

[2] Por exemplo, a inserção da Foz do Sousa no *territorium Anegia*, em resultado de uma interpretação errónea do texto de DC 146, de 985. Sobre este problema, ver LIMA 1993: 33 e 100, nota 53.

[3] Por exemplo, o vale de Arouca, integrado no *territorium Anegia* como o demonstra o texto de MA II, datado de 972.

[4] Ver notas à cartografia do *territorio Anegia*, em LIMA 1993: II, 5 - 8 e 12 - 15.

[5] Sobre a oro-hidrografia da região, veja-se sobretudo a obra de Aristides de Amorim Girão (GIRÃO 1940) e o elucidativo *Mapa Oro-Hidrográfico de Portugal*, Escala 1: 200.000, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos / Inst. de Alta Cultura, 1965, fls. 9, 10, 13 e 14.

Quanto ao *territorium Anegia*, só o seu limite Norte não é muito nítido. As confrontações entre o *territorium Anegia*, no seu limite Norte, e o *territorium* de *Bracara*, no seu extremo Sul, andariam, nos séculos IX / X, por terras de Lousada e Amarante. Sobre os limites arcaicos do *territorium Bracharensis*, ver COSTA 1959: mapa após a p. 534 e FERNANDES 1968: mapa após a p. 10.

[6] É possível que o *territorium* da *civitas Anegia* se ficasse, na margem Norte do Douro, um pouco aquém do Marão, talvez pelo *mons Toeraze*, que julgamos poder identificar com a actual Serra da Aboboreira. *Cfr.* DR I 32, DR I 187 e DR I 307.

[7] DC 157 (989), MA III (1038), DC 424 (1060), DC 428 (1061), DC 432 = DC 255 (1062), DC 821 (1095), DP III 65 (1102), DP III 250 (1107), DP III 352 (1110), DP IV 66 (1119), MA 49 (1125) e LTPS 119 (1147).

[8] Só no segundo destes locais está materialmente comprovada a ocupação alti-medieval, carecendo os restantes de provas que só uma mais demorada investigação *in situ* poderá fornecer.

[9] DC 25, diploma falso, datado de 922 mas redigido cerca de [1115-6] (*cfr.* MATTOSO 1968: 9 e OLIVEIRA M. 1956)

[10] Sobre o traçado desta via, respectivas referências documentais e fortificações adjacentes, veja-se LIMA 1993: 251 e ss.

[11] Nome primitivo da serra de Montemuro, assim chamada em vários diplomas desde 925 a 1101 (cfr. LIMA 1993: II, 64).

[12] Entre o ano 1000 e 1033, há apenas um único documento referente a toda esta vasta região (DC 226 = LTPS 142, de 1015).

[13] DC 27 e DC 146 mostram as mais orientais referências para o *territorio portucalense*, antes da desagregação do *territorio Anegia*.

[14] MA 135 (1172), MA 139 (1175) e MA 244 (1225) localizam propriedades das freguesias de Nogueira e Aveleda, ambas do concelho de Lousada, na área do *territorium Bracharensis*, certamente apenas por tradição documental. Ver LIMA 1993: I, 75 - 77 e ainda II, 47 e Mapa III.

[15] Entre eles estão os topónimos de radical *Cand-*, já documentados desde o século XI, como o *mons Candaneto* (DC 492) ou o *mons Kandauso* (DP IV 4), especialmente frequentes no vale do Paiva, sobretudo na sua margem direita, precisamente ao longo da velha *carraria antiqua*.

[16] De todos estes castelos, os de Tendais e Ferreiros suscitam-nos ainda algumas duvidas quanto à sua localização.

[17] Alguns indícios, demasiado ténues para sustentarem uma posição sólida sobre este assunto, podem ser observados nos castelos de Penafiel de Canas e São Salvador (ver LIMA 1993: 131 - 133 e fig. 16 para Penafiel, e 137 - 139 e fig. 18 para São Salvador).

[18] Sem que isso ponha em questão o facto de a *carraria antiqua* desembocar no Douro na zona de Várzea do Douro / foz do Paiva, deve ser corrigida a atribuição de um marco miliário a este último local, feita por Emílio Hübner (CIL II 6211) com base num equívoco de leitura de uma carta de João Pedro Ribeiro publicada em 1879 a pp. 35 do vol. I (2) do *Boletim de Bibliographia Portugueza*.
Na realidade, o autor da carta, João Pedro Ribeiro, ao referir-se a uma inscrição encontrada no "*sítio chamado do Oiteiro do Castello de Paiva, cerca do rio Douro e Payva e na foz deste último*", estava a dar a localização da inscrição referida imediatamente antes e não a do miliário, que está imediatamente depois, o qual se encontrava "*na freguezia de* S. *Mamede de Infesta, Comarca da Maya*".

[19] Sobre os indícios arqueológicos, ver nota [17]. Indícios documentais, encontrá-mo-los em dois diplomas referentes ao castelo de Benviver, um de 1068 que prova a existência de uma cadeia (DC 473) e um outro de 1125, menos explícito, que poderá indiciar a presença de estruturas habitacionais no seu interior (*Diss.* I, p. 248-249, nº 38). Sobre estes dois últimos diplomas e sua importância, ver LIMA 1993: 124 - 125.

[20] Esta freguesia tem São Martinho por padroeiro. A identificação, que achamos plausível, foi proposta por Pedro de Azevedo (1898: 206).

[21] Pedro de Azevedo (AZEVEDO 1898: 203) localiza este topónimo na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel. Tal localização não está, de certeza, correcta. Os documentos medievais, quando se referem a locais entre "Douro e Tâmega", referem-se sempre à margem esquerda do Tâmega, isto é, ao actual concelho de Marco de Canaveses. Esta *villa Fornos* devia situar-se na actual freguesia de Alpendorada e Matos ou freguesias limítrofes. Em 1089 (DC 721), *Fornos* aparece referida *inter Durio et Tamica... ad radice Aratri montis ubi divide Ordoni et Conprentes et Magrel*[...]. Ordonhe pertence hoje à freguesia de Alpendorada e Matos, Complentes pertence a Magrelos, que por sua vez é sede de uma outra freguesia do concelho de Marco de Canaveses. *Fornos* aparece ainda em 1066 (DC 451) e 1070 (DC 491) entre outros locais deste último concelho.

[22] A identificação de *Ferraria* com o pequeno lugar de Ferreira, perto de Ouzarém, ainda na área do actual concelho de Paredes, baseia-se na maior proximidade (mesmo assim, relativa) deste lugar em relação ao monte de Vandoma e ao rio Sousa, que são os outros dois pontos de referência que o documento nos dá. Não é, no entanto, de excluir a hipótese de se tratar da sede da freguesia de S. Pedro de Ferreira (actual concelho de Paços de Ferreira), um pouco mais a Norte, mais longe, quer de Vandoma, quer do rio Sousa, mas que parece ser já referida no século X (DC 76, de 959, segundo identificação sugerida por Manuel Luís Real (REAL 1986: 250) e onde há vestígios arqueológicos datáveis de inícios do século XI (idem).

[23] Sendo os pontos de referência os mesmos do local citado no ponto anterior, não parece ser provável a identificação de *Ascarizi*, nem com Escariz (freg. Penamacor, conc. Paços de Ferreira) - para lá do rio Ferreira e já bastante longe, quer de Vandoma, quer do Sousa; nem com Escariz (freg. Lagares, conc. Penafiel) - mais perto, quer do Sousa, quer de Vandoma, mas que constituiria a única referência para Vandoma de locais situados a nascente do rio Sousa.

[24] Desconhecemos a localização exacta, bem como o topónimo actual correspondente. Tendo em conta que os pontos de referência são os mesmos que para os cinco locais anteriores, deve situar-se na área do actual concelho de Paredes.

[25] O nome e a localização desta *villa* estão obviamente relacionados com o rio Sardoura, que atravessa o concelho de Castelo de Paiva, e que deu o nome a duas freguesias deste concelho (Santa Maria e São Martinho). No entanto, não cremos que tenha havido evolução do nome *Sardoirola* para Sardoura, (correspondendo assim a São Martinho ou Santa Maria de Sardoura, com as quais Pedro de Azevedo (AZEVEDO 1898: 206) identifica a *villa Sardoirola*. Se em 1103 (DP III 113) já se diz claramente *villa Sardoria*, em 1107 (DP III 250) e 1109 (DP III 320) ainda é referida a *villa Sardoirola*. O sufixo *-ola*, que tem o mesmo significado de *-inha* aponta para a identificação da *villa Sardoirola* com Sardoirinha, na freguesia de Bairros.

[26] A identificação da *villa Banius* não é segura. Henrique da Gama Barros e João Pedro Ribeiro localizam-na, respectivamente, na freguesia de Santa Eulália e em Santa Maria de Penhalonga (cit. em AZEVEDO 1898: 200). Pedro de Azevedo concorda com o primeiro destes autores (*idem*). Pelo seu significado, julgamos nós, o topónimo sugere uma relação com as Termas de São Vicente, localizadas na freguesia de Pinheiro, concelho de Penafiel, e não longe de *Anegia*. Sabemos que a utilização termal deste sítio já vem de época romana. Até a própria referência a *Anegia*, não como *territorium*, mas como *valle*, sugere esta maior proximidade.

[27] Estão aqui incluídas, em conjunto, referências a vários topónimos (*Capanellas* e *Viliulfi*, hoje desconhecidos; e *Ordoni*, hoje Ordonhe), todos eles referidos, por vezes, como local onde se implanta o Mosteiro de São João de Alpendorada.

[28] A igreja de São Miguel de Entre-os-Rios é situada, noutro documento (DP IV 132, de 1120) *ad radicem castro Anegie*.

[29] Identificação baseada no facto de o Mosteiro de Cête, segundo os diplomas medievais, se localizar nesta *villa*, e não no reconhecimento de qualquer topónimo actual correspondente a *Robordanos*.

[30] Esta *Villacova* não se identifica com Vila Cova de Vez de Aviz, referida noutros documentos (DP III 257), pois situava-se bastante mais para Sul, provavelmente na área da freguesia de Valpedre. É certamente a mesma *Villacova* que, cinco anos mais tarde, é referida ainda sob o *mons Ordinis*, mas já no *territorio portucalensis*, sem qualquer referência a *Anegia*.

[31] Se bem que não saibamos localizar com precisão este topónimo, são possíveis algumas aproximações: O documento em causa refere o *ribulo Ovelia* e o *mons Castro Malo*. O rio Ovelha é um conhecido afluente do Tâmega, que atravessa os concelhos de Marco de Canaveses e Amarante. Do *mons Castro Malo*, desconhecemos a localização exacta, mas Carlos Alberto Ferreira de Almeida situa-o, com reservas, na freguesia de Salvador do Monte, concelho de Amarante (ALMEIDA 1978: 48). Embora sem qualquer referência a *Anegia* ou a *Castro Malo*, o lugar de *Penelina* volta a ser referido em 1131 (DR I 119) nos limites do couto de São Salvador de Tabuado. Como, ainda segundo este último documento, o couto não ultrapassava - para Ocidente - o rio Ovelha, *Penelina* dever-se-ia situar em Tabuado, Folhada ou Gouveia (as duas primeiras do concelho de Marco de Canaveses e a última do concelho de Amarante).

Desconhecemos a sua localização exacta, mas, a julgar pelos pormenores que nos são dados por um outro documento (DP III 401, de1112), é provável que se situasse na freguesia de Guilhufe.

O *territorium civitas Anegia* - Legenda e comentários à sua cartografia

Os topónimos medievais estão ordenados cronologicamente pela primeira referência documental explícita ao *territorium* da *civitas Anegia*. Segue-se a sua identificação e todas as referências documentais que o situam neste *territorium*. Os topónimos não cartografados são antecedidos de um *.

Anegia é ainda referida a propósito do seu porto (*porto civitatis anegia* - DC 25, doc. falso datado de 922, mas redigido cerca de |1115-6| - *cfr.* MATTOSO 1968: 9 e ainda OLIVEIRA M. 1956); como simples *villa* (DC 420 de 1059), e como *castro* (DP IV 132, de 1120).

1 - *Suylanes* - Soalhães, freg. Soalhães, conc. Marco de Canaveses - 875 (DC 8).

2 - *Lauridosa* - Lardosa, freg. Rans, conc. Penafiel - 882 (DC 9)

3 - *Alvarenga* - Alvarenga, freg. Alvarenga, conc. Arouca - 952 (DC 64)

4 - *Villa Mediana* - Vila Meã, freg. Souzelo, conc. Cinfães - 952 (DC 66)

5 - *Sancto Martino* - Várzea do Douro, freg. Várzea do Douro, conc. Marco de Canaveses[20] - 964 (DC 86)

6 - *Sancto Petro* - São Pedro, freg. Arouca, conc. Arouca - 972 (MA II)

*7- *Fornos* - ?, conc. Marco de Canaveses[21] - 982 (?) (DC 134)

8- *Abulin* - Aboim, freg. Rebordosa, conc. Paredes - 985 (DC 146)

9 - *Ferraria* - Ferreira, freg. Sobrosa, conc. Paredes[22] - 985 (DC 146)

10 - *Balestarios*- Besteiros, freg. Besteiros, conc. Paredes - 985 (DC 146)

*11 - *Feberos* - Febros, freg. Bitarães, conc. Paredes - 985 (DC 146)

*12 - *Ascarizi* - ? [23], conc. Paredes - 985 (DC 146)

*13 - *Pardelos* - ? [24], conc. Paredes - 985 (DC 146)

14 - *Varzena* - Várzea, freg. Real, conc. Castelo de Paiva - 989 (DC 157)

15 - *Palatiolo* - Paço de Sousa (Mosteiro de), freg. Paço de Sousa, conc. Penafiel - 994 (DC 169 = LTPS 132); 1000 (LTPS 26); 1071 (DC 498); 1083 (LTPS 4); 1087 (DC 678 = LTPS 39); 1177 (LTPS 134); 1177 (LTPS 135).

16 - *Marecus* - Marecos, freg. Marecos, conc. Penafiel - 1043 (DC 324)

17 - *Galegos* - Galegos, freg. Galegos, conc. Penafiel - 1044 (LTPS 34)

18 - *Sardoirola* - Sardoirinha, freg. Bairros, conc. Castelo de Paiva [25] - 1045 (DC 343)

19 - *Alarizi* - Ariz, freg. Ariz, conc. Marco de Canaveses - 1046 (DC 345)

*20 - *Banius* - ? [26], conc. Penafiel - 1047 (DC 357)

21 - *Sancto Iohanne* - S. João de Alpendorada, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses [27] - 1047 (DC 358); 1068 (DC 474); 1071 (DC 496); 1073 (DC 505); 1080 (DC 579); 1082 (DC 610); 1085 (DC 651); 1087 (DC 682); 1087 (DC 689); 1090 (DC 743); 1091 (DC 749); 1091 (DC 755); 1091 (DC 764); 1109 (DP III 320)

22 - *Fandilanes* - Fandinhães, freg. Paços de Gaiolo, conc. Marco de Canaveses - 1054 (DC 391)

23 - *Cotes* - Codes, freg. Rio de Moinhos, conc. Penafiel - 1056 (DC 398)

24 - *Rial* - Real, freg. Real, conc. Castelo de Paiva - 1060 (DC 424); 1061 (DC 428); 1062 (DC 432 = DC 255)

25 - *Vimenario* - Vimieiro, freg. Sande, conc. Marco de Canaveses - 1067 (DC 455)

26 - *Ventusella* - Ventosela, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses - 1068 (DC 474)

27 - *Covas* - Covas, freg. Freixo, conc. Marco de Canaveses - 1068 (DC 474)

28 - *Inter Ambos Rios* - Entre-Os-Rios, freg. Eja, conc. Penafiel [28] - 1068 (DC 474)

29 - *Portela de Magrelos* - Portela, freg. Magrelos, conc. Marco de Canaveses - 1068 (DC 474)

30 - *Zeidonesses* - Pinheiro, freg. Pinheiro, conc. Penafiel - 1071 (DC 498)

31 - *Cabronello* - Cabroelo, freg. Capela, conc. Penafiel - 1071 (DC 498)

32 - *Ameixenedo* - Ameixede, freg. Eja, conc. Penafiel - 1071 (DC 498)

33 - *Robordanos* - Mosteiro, freg. Cête, conc. Paredes [29] - 1077 (DC 542)

*34 - *Villacova* - ? [30], conc. Penafiel - 1079 (DC 573)

35 - *Villela* - Vilela, freg. Valpedre, conc. Penafiel - 1079 (DC 573)

36 - *Sauto* - Souto, freg. Rio de Moinhos, conc. Penafiel - 1080 (DC 593)

37 - *Sandi* - Sande, freg. Sande, conc. Marco de Canaveses - 1085 (DC 644)

38 - *Loderiz / Loeriz* - Luriz, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses - 1086 (DC 654); 1123 (DP IV 381)

39 - *Paretes* - Paredes, freg. Alpendorada e Matos, conc. Marco de Canaveses - 1086 (DC 654)

40 - *Uldrianos* - Oldrões, freg. Oldrões, conc. Penafiel - 1086 (DC 662)

41 - *Ordinis* - Ordins, freg. Lagares, conc. Penafiel - 1086 (DC 662)

42 - *Ortigosa* - Ortigosa, freg. Travanca, conc. Cinfães - 1087 (DC 682)

43 - *Christoval* - Cristóvão, freg. Sande, conc. Marco de Canaveses - 1087 (DC 688)

*44 - *Pennelina* - ? [31], conc. Amarante (?) - 1090 (DC 742)

45 - *Losii* - Luzim, freg. Luzim, conc. Penafiel - 1097 (DC 865)

46 - *Oleirus* - Oleiros, freg. Rio de Moínhos, conc.Penafiel - 1102 (DP III 89)
47 - *Concela* - Concela, freg. Penhalonga, conc. Marco de Canaveses - 1111 (DP III 370 = DC 604)
*48 - *Scapanes* - ? [32], conc. Penafiel - 1112 (DP III 401 = LTPS 74)
49 - *Quiladi* - Guilhade, freg. Várzea do Douro, conc. Marco de Canaveses - 1115 (DP III 498)
50 - *Auvol* - Abol, freg. Eja, conc. Penafiel - 1185 (LTPS 141)

FIG. 1

A civitas Anegia e o seu territorium

Base cartográfica:
Carta Militar de Portugal Escala 1: 25.000, Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, fls 111 - 114, 122 - 126, 133 - 137 e 144 - 147.

★ *Civitas Anegia*

● sítios cuja integração no *territorium Anegia* está documentalmente provada

--- Traço provável da *carraria antiqua* (simplificado)

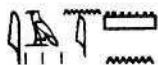
FIG. 2

A Organização Administrativa e Militar do Curso Terminal do Douro nos finais do Século XII

Base cartográfica:
Carta Militar de Portugal Escala 1: 25.000, Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, folhas 111 - 114, 122 - 126, 133 - 137 e 144 - 147.

● *- Castelo cabeça-de-terra*

O FESTIVAL DE OPET: REFLEXOS NA ONOMÁSTICA EGÍPCIA DO IMPÉRIO NOVO

Maria Helena Trindade LOPES *

i3w-n-imn
"Louvores para Amon"
M. Thirion, *RdE* 42, p.232

O homem egípcio, quieto, sonhador, prisioneiro "liberto" das águas doces e tranquilas do rio e das areias silenciosas e perturbadoras do deserto, viveu e permaneceu, para além do seu tempo, pela força da palavra e do gesto.

A palavra realizava, dava corpo aos seus sonhos e anseios, e o gesto ritualizava, pela eternidade, as diferentes mensagens da sua boca criadora.

A civilização egípcia é, essencialmente, gesto e palavra e é nesta dialéctica que poderemos entender, por um lado, a expressão dos festivais ou festas religiosas e, por outro, os diferentes nomes alusivos e estas festividades.

Gestos e palavras....

Ao longo do ano, durante vários dias, todos os meses, o Egipto explodia em festividades [1], de carácter popular, que celebravam os fenómenos cósmicos ou as datas *fundamentais do ciclo agrícola, rememorando, assim, os eventos mitológicos mais* relevantes da história da sua civilização.

O Festival de Opet [2], realizado pela primeira vez no reinado de Hatchepsut (~ 1471 ~ 1456 a.C.) era, sem dúvida, um dos expoentes máximos deste fervor, no Império Novo. Esta festa começava no décimo-quinto dia do terceiro mês da inundação, de madrugada, terminando onze dias depois. No entanto, a sua duração vai aumentando ao longo dos reinados da XVIII e XIX dinastias e, assim, quando chegamos à XX dinastia, ela tem já uma duração que varia entre os vinte e quatro e os vinte e sete dias [3].

O seu ritual, representado nas grandiosas colunas que suportavam o templo de Luxor, consistia na viagem, de barca, da estátua do deus Amon, acompanhado da sua mulher, Mut, e do seu filho, Khonsu, do templo de Karnak em direcção ao templo de Luxor. Esta procissão era presidida pelo próprio rei [4], que assim confirmava um aspecto importante do dogma faraónico, a sua filiação divina [5]. O cortejo era ainda acompanhado pelos sacerdotes e altos dignatários, bem como por muitos outros fiéis.

A festividade, a mais importante do calendário litúrgico, simbolizava, no plano religioso, a fusão de Amon de Karnak com Amon de Luxor, "à frente do seu harém", exprimindo, deste modo, o poder gerador encarnado pela forma itifálica desta divindade. No plano político, protagonizava os ritos constitutivos da realeza, dando assim expressão à ligação profunda entre o ciclo religioso e o ciclo político da mitologia egípcia.

A música e a dança davam o tom de festa à cerimónia litúrgica e as oferendas, institucionais ou privadas, multiplicavam-se. Esta ocasião era, também, propícia para a produção de oráculos [6], que testemunham o novo modelo de relação entre o homem e a divindade [7].

E quando o nascimento de uma criança coincidia com a data de determinada festividade, as mães atribuíam, ao recém-nascido, um nome evocativo dessa festa religiosa. É nesta conjuntura particular que se inscrevem todos os nomes alusivos ao Festival de Opet.

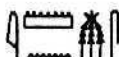
Estes nomes podem dividir-se em sete categorias fundamentais, que passaremos a apresentar:

1.ª categoria - X (*nome da divindade*) + *m* + *ḥb* "(A divindade X) está em festa" [8]:

Imn-m-ḥb
"Amon está em festa"
PN I, 28, 14

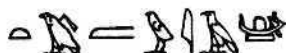
Mwt-m-ḥb
"Mut está em festa"
PN I, 147, 22

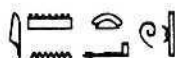
ḫns.w-m-ḥb
"Khonsu está em festa"
PN I, 271, 3

2.ª categoria: X (*nome da divindade*) + *ms* "(A divindade X) é nascida":

Imn-ms [9]
"Amon é nascido"
PN I, 29, 8; var. 29, 9; var. 29, 11.

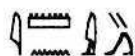
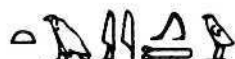
ḫnsw-ms
"Khonsu é nascido"
PN I, 271, 7

3.ª categoria: X (*nome da divindade*) + *m* + *wi3* "(A divindade X) está na barca sagrada":

Imn-m-wi3
"Amon está na barca sagrada"
PN I, 28, 1

Mwt-m-wi3
"Mut está na barca sagrada"
PN I, 147, 17

4.ª categoria: X (*nome da divindade*) + *ḫꜥ* "(A divindade X) apareceu":

Imn- ḫꜥy
"Amon apareceu"
PN I, 30, 18; var. 30, 19.

Mwt- ḫꜥyty
"Mut apareceu"
PN I, 148, 15

5.ª categoria: X (*nome da divindade*)+ *iy*(*w*) "(A divindade X) veio" [10]:

Imn-iy(*w*)
"Amon veio"
PN I, 26, 21; II, 222

Mtw-iyty
"Mut veio"
PN I, 147, 6

6.ª categoria: X (*nome da divindade*) + *m* + *wsḫt* "(A divindade X) está no Pátio":

Imn -m-wsḫt
"Amon está no Pátio"
PN I, 28, 2

Mwt-m- wsḫt
"Mut está no Pátio"
PN I, 147, 8

7.ª categoria: X (*nome da divindade*) + *m* + *int* "(A divindade X) está no Vale":

Imn-m-int
"Amon está no Vale"
PN I, 27, 22

Mwt-m-int
"Mut está no Vale"
PN I, 147, 16; II, 360

Todos estes nomes, motivados pela conjuntura do nascimento, não só evocam, de uma forma explícita (1.ª categoria), a celebração do Festival, como alertam ainda para a coincidência do nascimento do recém-nascido e da divindade (2.ª categoria) e para o seu aparecimento ou vinda (4.ª e 5.ª categorias) podendo, assim, também testemunhar que a divindade em questão respondeu às súplicas ou pedidos de uma mãe, permitindo, deste modo, o nascimento da criança [11]. Mas, para além desta dimensão mais geral, estes nomes recordam ainda a procissão em que a divindade era conduzida numa barca (3.ª categoria), que dava ocasião a uma aproximação entre os fiéis e o seu objecto de adoração[12], apanágio do novo modelo de relação homem/divindade, testemunham a presença da divindade no vestíbulo do Templo (6.ª categoria) [13] e no Vale (7.ª categoria), em Tebas.

Assim, a coincidência do nascimento de uma criança durante a celebração anual do Festival de Opet contribuía para a eternização deste ritual, que permanecia pela força do nome, testemunhando, deste modo, não só o acontecimento, mas a sua importância política e religiosa em termos de imaginário.

Gestos e palavras...

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

[1] Vd. J. Bleeker, *Egyptian Festivals*, Supplements to Numen 13, Leyde, 1967; Ph. Derchain, "Rituels Égyptiens" *in Dictionnaire des Mythologies*, (dir. Y Bonnefoy), 2.° vol., Paris, Flammarion, 1981, pp. 328-333 e, ainda, J. Yoyotte, *Les Pélerinages*, Sources Orientales 3, Paris, 1960, pp. 17-74.

[2] Vd. F. Dunand; C. Zivie-Coche, *Dieux et Hommes en Égypte* (3000 *av.* J. C.-395 *apr.* J. C.), Paris, Armand Colin, 1991, p. 102.

[3] Vd. H. Sourouzian, "La Belle Fête d'Opet ou la barque d'Amon-Rê" *in Thébes* 1250 *av.* J. C. - *Ramsés* II *et le rêve du pouvoir absolu*, Paris, Éditions Autrement, 1990, p. 155.

[4] No Império Novo competia ao faraó a condução das grandes procissões tebanas que, por um lado, serviam como forma de propaganda real e, por outro, reactualizavam, de uma forma regular, a integração cósmica da realeza. No entanto, não podemos afirmar uma presença regular e constante (anual) dos reis nestas cerimónias litúrgicas. A propósito da função de propaganda real, vd. N. Grimal, *Les Termes de la Propagande Royale Égyptienne de la* XIX*e* *Dynastie à la conquête d'Alexandre*, Paris, Imprimerie Nationale, 1986, pp. 535-537.

[5] Vd. M.-A. Bonhême; A. Forgeau, *Pharaon, les secrets du pouvoir*, Paris, Éd. Armand Colin, 1988, pp. 72-80.

[6] Vd. J. Assmann, "State and Religion in the New Kingdom" *in Religion and Philosophy in Ancient Egypt* (ed. W. R. Simpson), New Haven, Yale University, 1989, pp. 79 ss.; J. Baines, *Religion in Ancient Egypt - Gods, myths and personal practice*, (ed. B. E. Schafer), Itaca, Cornell University Press, 1991, pp. 170-171; A. Barucq, "Oracle et Divination en Égypte" *in Supplément au Dictionnaire de la Bible*, VI, Paris, 1960, col. 761-766 e 787; A. M. Blackman, "Oracles in Ancient Egypt" *in* JEA 11, Londres, Egypt Exploration Society, 1925, pp. 249-255; J. Léclant, "Élements pour une étude de la divination dans l'Égypte Pharaonique" *in La Divination* (dir. A. Caquot; J. Leibovitch), Paris, P. U. F., 1968, pp. 3-6 e, ainda, P. Vernus; J Yoyotte, *Dictionnaire des Pharaons*, Paris, Éditions Noêsis, 1996, pp. 106-107.

[7] Vd. J. Assmann, *o. c.*, pp. 68-78; J. Baines, *o. c.*, pp. 137-200 e, ainda, P. Vernus, "Le dieu personel dans l'Égypte pharaonique" *in Colloque de la Société Ernts Renan*, Orsay, 1977, pp. 143-157.

[8] Esta formação teofórica surge no Império Médio, é frequentemente utilizada no Império Novo e começa a rarear no Terceiro Período Intermédio.

[9] Este é um dos nomes próprios, teofóricos, mais frequentes no Império Novo.

[10] Os nomes deste tipo surgem, pela primeira vez, no Império Médio.

[11] Vd. J. Vergote, *Les Noms Propes du* P. *Bruxelles Inv.* E. 7616 - *Essai d'Interpretation*, col. Papyrologica Lugduno-Batava VIII, Leiden, E. J. Brill, 1954, p.23.

[12] Vd. F. Dunand; C. Zivie-Coche, *o. c.*, p. 125 e D. Van der Plas, "Voir Dieu - quelques observations au sujet de la fonction des sens dans le culte et la dévotion de l'Égypte Ancienne" in BSFE 115, Paris, Société Française d' Egyptologie, 1989, pp.22 ss.

[13] Vd. V. Condon, "Two account papyri of the late eighteenth Dynasty (Brooklyn 35.1453 A. and B.) *in* RdE 35, Lovaina, Ed. Peeters, 1984, p. 66.

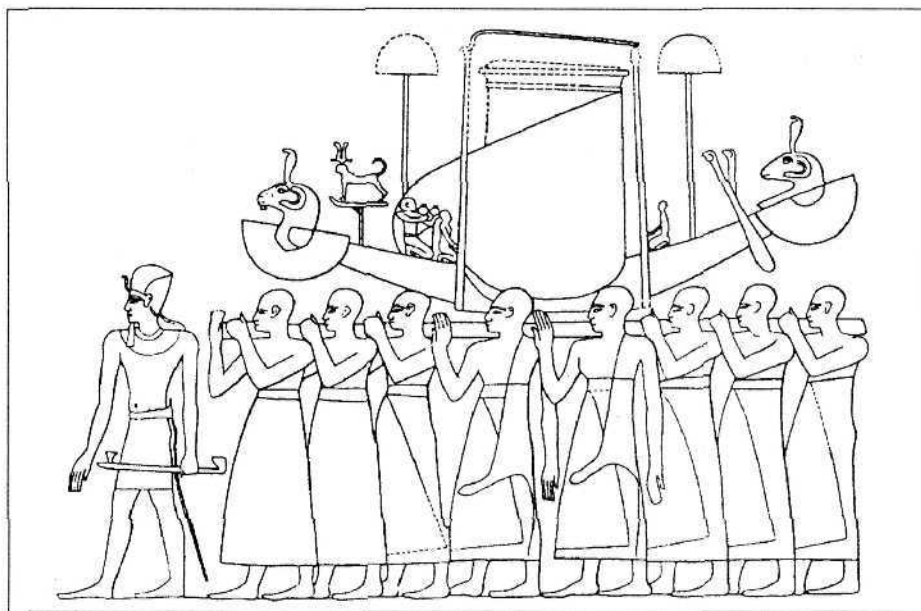



Fig. 1 - Barca Sagrada de Amon

TIPOLOGIAS DE "LATERCULI" NA GALÉCIA E NA LUSITÂNIA

M. Justino MACIEL
e A. Cavaleiro PAIXÃO *

O Mausoléu levantado num contexto de Antiguidade Tardia na *Villa* Romana de São Miguel de Odrinhas, no *ager* olisiponense, apresenta exteriormente e em toda a volta, na sua parte superior, uma cornija cerâmica composta por tijoleiras assentes sobre uma fiada de *lateres testacei*. As tijoleiras têm a sua extremidade mais fina partida ou desgastada pelo tempo e a extremidade mais grossa intacta e com chanfros nos lados. Encontram-se seriadas sobre uma linha geométrica semicircular, tocando-se nos vértices exteriores dos chanfros, como se poderá constatar na reconstituição que aqui apresentamos (Fig. 1)[1].

Procurámos identificar noutros contextos este tipo de tijoleiras, que em Odrinhas nos aparecem exclusivamente como infraestruturas de uma cornija. De facto, fomos encontrar tijoleiras ou ladrilhos idênticos em vários locais, como sejam Freixo (Marco de Canaveses), Cerrado (Viseu), Raposeira (Mangualde), Conímbriga (Condeixa-a-Nova), Torre de Palma (Monforte), Tróia de Setúbal, Miróbriga (Santiago do Cacém), Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) e Torre d'Ares (Tavira), conforme se poderá constatar em mapa anexo. Em Conímbriga localizámos um fragmento deste tipo de cerâmica de construção que apresenta, curiosamente, um grafito dizendo: (A)*gilio* (?) CI (*Centum unus*) *lateres*/*Agílio fabricou cento e um tijolos*[2].

Verificando em Odrinhas o aproveitamento destas tijoleiras de encaixe num contexto diferente do original, que é o dos *balnea*, bem como procurando obter o máximo de informação destes documentos para a compreensão da dialéctica função/decoração, característica da arquitectura romana, iniciámos uma pesquisa que se baseie em fontes literárias que possam fundamentar um investigação mais aprofundada desta temática, até com o intuito de perceber melhor a continuidade do uso de determinadas técnicas construtivas na Antiguidade Tardia, bem como inferir outras possíveis conclusões sobre modelos, tipologias, soluções, transposições, medidas em relação ao pé romano e possíveis características locais em todos estes comportamentos.

Segundo Vitrúvio, "as *suspensurae* dos *caldaria* serão construídas de modo que o pavimento seja coberto com *tegulae sesquipedales* (de pé e meio) inclinadas para o hipocausto, de tal maneira que, se nela pusermos uma bola, ela não possa correr para dentro mas volte por si ao *praefurnium*. Assim, a chama mais facilmente se espalhará sob a *suspensio*. Em cima, montam-se pilhas de *laterculi bessales* (de oito polegadas) de tal modo dispostas que sobre elas possam ser colocadas *tegulae bipedales* (de dois pés). Essas pilhas terão dois pés de altura. Deverão ser confeccionadas com argila amassada com cabelo e cobertas com *tegulae* de dois pés que sustenham o *pauimentum*"[3].

O texto vitruviano não é absolutamente claro fora do contexto termal da sua época. As técnicas de construção das *suspensurae* evoluiram para processos mais pragmáticos, tendo em conta a experiência adquirida. De facto, na primeira parte do texto, fala-se de superfícies inclinadas e na segunda de pavimentos sobre pilhas de tijolos. Na primeira parte pressupõem-se vãos que sobem do *praefurnium* e na segunda parte a articulação,

supõe-se adaptabilidade (*ita dispositae*), das pilhas de *laterculi* com as *tegulae*. O que leva a perguntar se Vitrúvio se faz eco de duas tradições arquitectónicas ou se está a inovar um outro processo de distribuição do calor nas zonas quentes dos *balnea*. De qualquer modo, os *laterculi* de que fala Vitrúvio eram usados nas zonas dos *caldaria* e articulavam-se em pilhas com as *tegulae*, de um modo semelhante à proposta reconstitutiva da Figª. 2, efectuada a partir de um *laterculus* de Tróia de Setúbal[4].

Luigi Crema refere esta passagem de Vitrúvio, dizendo que os *laterculi bessales* eram "os tijolos quadrados, de dois terços do pé, quase vinte centímetros, que eram usados para as pilastrinhas dos hipocaustos"[5]. Partidos em diagonal, originando tijolos triangulares ou recortados como estes que aqui estudamos em particular, para encaixe ou seriação em arco, neste último caso mais espessos num dos lados, vão surgindo variantes de tijolos cujo dinamismo parte da forma original quadrada e achatada dos *laterculi bessales*. Mesmo que o referencial vitruviano seja apenas a tijoleira quadrada de dois terços do pé (*bessalis*), parece-nos legítimo utilizar operativamente, com fins metodológicos de classificação, o termo latino *laterculus* para toda e qualquer variante de tijoleira nos contextos termais. E, mesmo *in genere*, não nos repugna que apliquemos o mesmo termo a toda a forma de *opus latericium/ testaceum*[6] que corresponda mais ou menos à nossa tijoleira ou baldosa, reservando o termo *later*[7] para os materiais cerâmicos de construção que se aproximam mais dos nossos actuais tijolos.

Uma terminologia objectiva e vitruviana parece-nos fundamental como referência segura e concreta. Os materiais cerâmicos utilizados na construção não possuem ainda uma classificação tipológica, para além da designação ampla de *opus latericium* e de *opus testaceum*[8].

As designações de Vitrúvio e de Plínio a respeito destes materiais, como, por exemplo, *semilateres*, *sesquipedales*, *testae*, *lateres testacei*, *bipedales*, *bessales*, etc., tornam aliciante uma verificação da sua ocorrência nas *Villae* e cidades romanas da Galécia e da Lusitânia, definindo cronologias, formas e funções, obediência a modelos e cânones ou eventuais originalidades locais, partindo-se daí para uma melhor clarificação e uma melhor leitura da arquitectura romana entre nós. E que também, com estes estudos, se possa vir a testar esta nossa proposta, por agora meramente metodológica, sobre o uso adequado da palavra *laterculus*.

A recolha e desenho de materiais cerâmicos de construção no Alentejo, por Abel Viana, é um bom exemplo do que há e se poderá fazer neste domínio[9]. O trabalho de Abel Viana poderá ser frutuosamente continuado noutras regiões do País, com o advento de uma grande quantidade de novos dados. Pelo mapa que publicamos já nos podemos dar conta de que uma tipologia específica de *laterculi* articuláveis com *tegulae* se pode observar praticamente em todo o território português, mostrando que a romanização também se revelou nestas pequenas tijoleiras de infra-estruturas termais, todas elas com variantes, mais largas, mais compridas, mais finas ou mais espessas, como poderemos constatar das imagens apresentadas.

O interesse do estudo destas peças vem ainda do facto de não nos serem mostradas tipologias destes *laterculi* nos compêndios tradicionais sobre técnica construtiva romana e, nessa medida, também poderão ser úteis os dados obtidos nesta investigação[10].

* *Este texto foi apresentado ao II Colóquio de Arqueologia de Viseu, em 1990, de que só foi possível, por motivos* financeiros, publicar as Actas das Comunicações respeitantes a Viseu ou arredores.

[1] M. Justino Maciel e Carlos Baracho, "O Monumento absidal de Odrinhas (Sintra)", in III *Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica* (Maó, 1988), Barcelona, 1944, pp. 93-103.

[2] A. Moutinho Alarcão, *Colecções do Museu Monográfico de Conímbriga. Catálogo*, Coimbra, 1984, nº. 188.8.

[3] *De Architectura*, V,X,2: " *Suspensurae caldariorum ita sunt faciendae, ut primum sesquipedalibus tegulis solum sternatur inclinatum ad hypocausim, uti pila cum mittatur, non possit intro resistere, sed rursus redeat ad praefurnium ipsa per se: ita flama facilius peruagabitur sub suspensione. Supraque laterculis besalibus pilae struantur ita dispositae, uti bipedales tegulae possint supra esse conlocatae; altitudinem autem pilae habeant pedes duo. Eaeque struantur argilla cum capillo subacta, supraque conlocentur tegulae bipedales quae sustineant pauimentum*, in M. Justino Maciel, "O Livro Quinto do *De Architectura* de Vitrúvio", in *Miscellanea em Homenagem ao Professor* Bairrão Oleiro, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 320.

[4] J. Alarcão, A *cidade romana de* Viseu, Viseu, 1989, p. 25, Est. IV, apresenta uma reconstituição idêntica a partir de *laterculi* do Cerrado (Viseu).

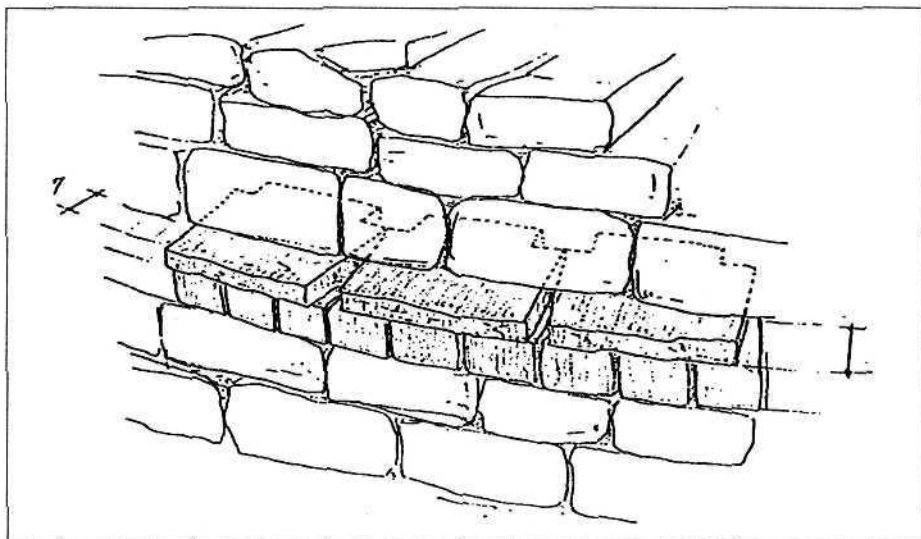
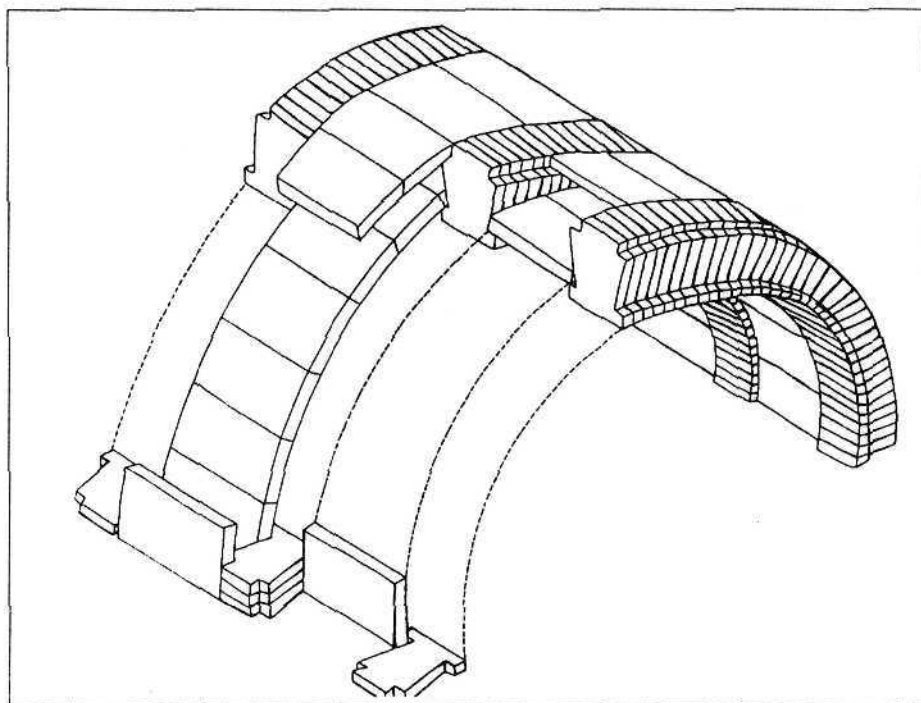
[5] L. Crema, L'*Architettura romana*, *Enciclopedia Classica*, III, Vol. XII, Tomo I, Torino, 1959, p. 136.

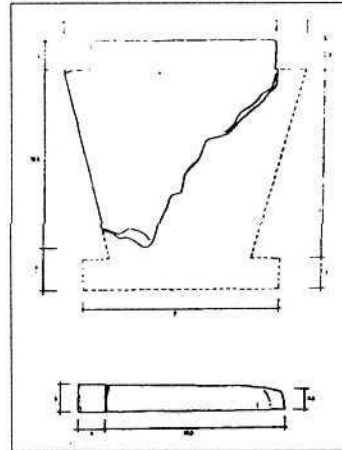
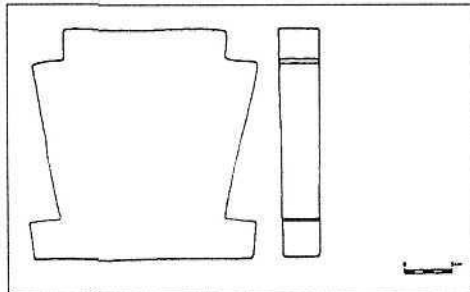
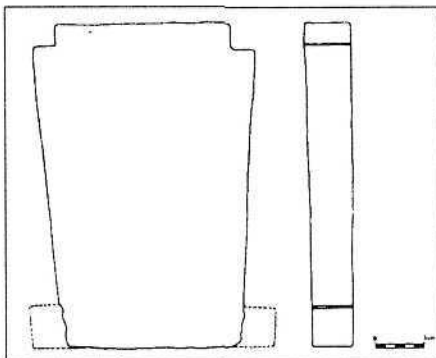
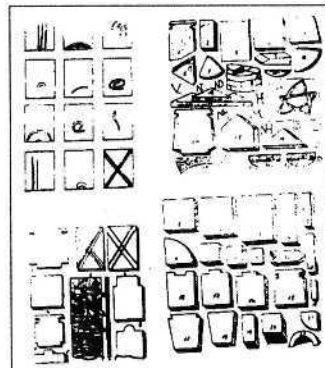
[6] Se bem que o *opus latericium* diga respeito a uma primeira fase em que os tijolos eram meramente secos ao sol e o *opus testaceum* à fase já da cozedura em forno, com o tempo a primeira expressão acaba por ser usada também no sentido da segunda, porque a função era a mesma. As expressões tornam-se praticamente sinónimas (R. Marta, *Architettura romana, Tecnicha costruttive e forme architettoniche del mondo romano*, Roma, 1985, pp. 31-32).

[7] Segundo Santo Isidoro de Sevilha, o termo *later*, e, portanto, também a palavra *laterculus*, provém do facto de os tijolos serem, quando moldados na argila fresca, estendidos (*lati*) entre quatro tabuínhas (*Etimologías*, Edición Bilingüe, II, Madrid, Biblioteca de Auctores Cristianos, 1983, p. 446: *Laterculi uero uocati quod lati formentur circumactis undique quattuor tabulis. Lateres autem crudi sunt, qui et ipsi inde nominati quod lati ligneis formis efficiuntur.*

[8] G. Lugli, *La tecnica edilizia romana con particolare riguardo a Roma e Lazio*, Roma, 1957, pp. 529 e ss.

[9] A. Viana, *Algumas noções elementares de arqueologia prática*, Beja, 1962, pp. 103-106, figs. 116-120.

[10] Foi entretanto publicada a obra de Livro Tavares Dias, *Tongobriga*, Lisboa, 1997, onde pela primeira vez se sintematizou os *laterculi* termais do Freixo, o que é conseguido de uma forma eloquente. Aqui manifestamos ao Doutor Lino Dias o nosso agradecimento informações que nos facultou em Tongóbriga em 22 de Agosto de 1988.

1. Disposição do conjunto tijolo/tijoleira "in situ" no Mausoléu de Antiguidade Tardia de Odrinhas (Sintra) (Arq.to Carlos Baracho).

2. Visualização da seriação de *laterculi* termais de encaixe e sua articulação com *tegulae* ou com outro tipo de *laterculi* (Des. Helena Figueiredo, a partir de um *laterculus* de Tróia de Setúbal).

3. Mapa com indicação de locais do território português onde os autores observaram a existência de *laterculi* termais.

4. *Laterculus* de Odrinhas (Sintra) usado na construção da cornija do Mausoléu de Antiguidade Tardia local (Arq.to Carlos Baracho).

5. *Laterculus* de Tróia de Setúbal (Des. Helena Figueiredo).

6. *Laterculus* de Balsa (Tavira) (Des. Helena Figueiredo).

7. Desenhos de *lateres*, *laterculi*, *tegulae*, etc, publicados por Abel Viana.

CASAMENTO E MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE DIFERENCIAL DE COMPORTAMENTOS ENTRE NATURAIS E MIGRANTES RESIDENTES NA CIDADE

Rui Leandro MAIA *

0. Introdução

Há todo um capital teórico em torno da questão da mobilidade que as Ciências Socais, com ênfase para a Sociologia e a Economia, têm explorado e redescoberto desde o século XIX com as teses liberais e, principalmente, com a visão marxista, e que, no quadro da presente reflexão, aqui introdutoriamente iremos chamar, ainda que de forma muito breve[1].

Este texto é produto de uma investigação mais vasta que se vem desenvolvendo há cerca de dois anos e mais não pretende do que expor alguns resultados empíricos e, em sequência, fazer as respectivas interpretações em torno da questão da mobilidade geográfica de zonas periféricas da cidade ou a ela distantes num período específico de *trinta anos, entre 1940 e 1969. Quando justamente se fez sentir sobremaneira as diferenças* entre o urbano e o rural, entre o litoral e o interior, diferenças que deram impulso a um forte e incessante êxodo rural, ora com destino primordial aos grandes centros urbanos (sobretudo nos anos quarenta, quando as saídas para o estrangeiro praticamente eram inexistentes), ora com a emigração maciça que os anos sessenta conheceram no seu máximo.

Razões predominantemente económicas e de sobrevivência induziram este êxodo dos espaços interiorizadas para as grandes cidades, em configuração bicéfala, e respectivas áreas envolventes: Lisboa e, a alguma distância, o Porto. A componente laboral, traduzida na busca de uma oportunidade de vida fora do espaço periférico e ruralizado, foi o móvel para o crescimento urbano. De modo que, por consequência, há uma frequente associação em estudos do género entre mobilidade geográfica e mobilidade ocupacional e, bem assim, mobilidade geográfica e mobilidade social.

A cidade é um espaço de recepção e acolhimento de pessoas que nela permanecem por diferentes razões; permanecem e criam raízes com o tempo: raízes culturais, sociais, económicas. Numa visão simplista, talvez fossemos levados a admitir que este "recrutamento" de gente de outros espaço para a cidade acontece simplesmente pelo facto da população urbana não ser, em cada momento, suficiente para "alimentar" as suas próprias necessidades funcionais, isto é, não garantir o número de pessoas necessárias ao desenvolvimento das actividades existentes e que, cumulativamente, se vão recriando e complexificando. E, se assim pensarmos, tudo poderá ser equacionado segundo uma lógica de mercado, em regime de oferta e de procura: o migrante em fase de extensão das actividades é mais facilmente integrado na cidade, tanto em termos ocupacionais como sociais; em fase de contenção, o processo é inverso, tornando-se a sua força de trabalho dispensável, pelo menos parcialmente, e, dessa forma, as vantagens da vinda para a cidade serão nulas ou muito menores. A realidade será, no entanto, um pouco mais complexa e

não cabe, embora não a exclua de todo, numa qualquer explicação simplista do tipo neoliberal[2].

Mais do que qualquer outro espaço, onde residem naturais e migrantes, a cidade contempla desempregados, subempregados e miséria; por isso, é também o espaço de maior desordem e anomia sociais, mau grado aí existirem e predominarem os símbolos da ordem e do poder. A sociologia marxista, já atrás referida, fez acentuar sobremaneira o papel negativo da cidade, enquanto espaço económico e social de referência do capital. Chamou a atenção para as duras condições de vida de todos aqueles que para aí afluíam, na senda do desenvolvimento do "capitalismo industrial". Descreveu a cidade como uma espécie de espaço estratégico do burguês capitalista e usurpador da "mais-valia" aos famintos camponeses que para ela corriam em busca de trabalho e tecto, ainda que nas mais duras e miseráveis condições. A cidade é vista como o espaço da diferença que, de forma unilateral, tem poder chamativo sobre os de fora; e não, em interacção, como um jogo de forças entre espaços e agentes. Fornece, por isso, uma visão redutora do problema. Como sublinha M. Roncayolo: "A análise marxista actual aponta, em parte, nesta direcção. É um tema já presente no pensamento utópico - depois retomado por Marx -, o que associa as desigualdades sociais à divisão cidade/campo." (1986: 397).

A adesão à cidade, a instalação dos migrantes que aí passam a trabalhar e a residir, é, na perspectiva de uma análise sociológica, um processo complexo, resultado de um conjunto vasto de factores que se podem agregar em torno de duas forças ora dominantes cada uma por si, ora complementares: uma, a atractividade que o espaço urbano exerce sobre os migrantes, por via da oferta de ocupações e, por isso, ainda que meramente pelo imaginário, pela garantia de um melhor nível de vida (consubstanciada, por exemplo, na existência de escolas, centros de saúde, espaços de lazer); outra, correspondente à natural repulsão a que o espaço originário induz pela inexistência das necessárias e desejadas condições de vida. Posta a questão nestes termos, a cidade aparece como um espaço de complemento entre os desejos dos que a procuram e os interesses dos que nela estão instalados. A desigualdade de ofertas a que os espaços estão sujeitos, o de origem e a cidade, numa relação paradoxal, promove um certo equilíbrio: aqueles que abandonam o espaço de origem fazem-no na busca de uma melhor situação sócio-económica; e aqueles que na cidade interagem com os que migram fazem-no, ainda que de forma inconsciente, com o objectivo de obterem trabalho submisso e menos oneroso do que se empregassem naturais do espaço urbano, tanto mais que estes últimos por força de condicionantes sociais rareiam para certo tipo de tarefas. Os migrantes, muitos deles sem qualquer possibilidade de digna ocupação nas terras de origem, encontram na cidade "cama, mesa e roupa lavada", com complemento de uma parca mesada; a seu contento, os empregadores usufruem de mão-de-obra submissa que não quer regressar à miséria campesina e, sobretudo, barata, alimentando, assim, a competitividade das suas economias, quer sejam familiares ou empresariais, pequenas ou grandes. Realidade tantas vezes perceptível em relação às muitas criadas de servir, aos operários, ou aos empregados de pequenos negócios como cafés e restaurantes. A cidade usufrui abundantemente de uma força de trabalho que não ajudou a criar nem educou, permitindo-se, num processo social "subterrâneo" de difícil constatação, guardar posições de maior vantagem para os seus naturais, para aqueles que estão de há muito, pelo menos há duas ou três gerações, a ela ligados e cujos laços de sociabilidade e solidariedade constituem uma marca manifesta da dominância económica e social sobre os migrantes[3].

1. Uma observação das diferenças ao momento do casamento

Limitaremos aqui a análise e reflexão a um espaço da cidade do Porto, a paróquia do Bonfim, e à exploração dos seus registos de casamento. O tratamento sistemático destes documentos permitiu revelar "regularidades sociais"[4] consoante a origem dos residentes naquele espaço, regularidades essas que induzem à existência de "padrões de vida" diferenciados entre naturais e migrantes[5].

Se consultamos as estatísticas oficiais é difícil perceber, nalguns casos mesmo de todo impossível, se existem comportamentos diferenciados entre grupos sociais, quer diferenciados pela origem económico-social, quer pela origem geográfica, quer pela inclusão ou distância em relação a alguns requisitos como os educacionais ou religiosos. A natureza da informação, necessariamente pouco pormenorizada[6], pode efectivamente, como acontece, registar comportamentos distintos entre espaços, do tipo idades ao casamento mais precoces ou mais tardias num espaço por relação a outros ou a taxa de divórcio enquanto comportamento eminentemente urbano. Contudo, em cada um desses espaços, nada sabemos acerca dos "grupos sociais" que casam mais cedo ou que mais se divorciam, usando os exemplos anteriores. Quer-se com isto afirmar que o estudo dos comportamentos sociais está associado a diferentes escalas de observação e, como tal, a verificação de determinadas hipóteses de trabalho só se pode efectuar mediante microanálise e, neste caso, com recurso a cruzamento de fontes que permitam o detalhe necessário ao apuramento pretendido[7].

Pois bem, a fontes atestam esses comportamentos diferenciados, "regularidades socais". A começar pelas idades médias ao primeiro casamento que, quase invariavelmente, se apresentam superiores para os migrantes. As diferenças são claramente expressas, sobretudo no sexo feminino (v. fig. 1, 2, 3, e 4)[8].

Este acesso mais tardio ao matrimónio que os números e as figuras evidenciam ajuda a perceber melhor o porquê das diferenças de fecundidade entre espaços urbanos e rurais neste período, se levarmos em conta que a ele não corresponde, de forma globalizante, a adopção da contracepção. Esta idade mais tardia ao casamento feminino explica assim, ainda que parcialmente, um menor número médio de filhos por mulher em período fértil, aquilo a que se chama taxa de fecundidade e a que as estatísticas oficiais aludem. Facto tanto mais relevante se lhes associarmos a cumulativa urbanização feita à custa do êxodo rural e que, em paralelo, foi sendo seguida pelo abaixamento da dita taxa de fecundidade[9].

A chegada mais tardia ao mercado de trabalho ou, já no exercício de uma ocupação na cidade, a menor capacidade para a obtenção de autonomia financeira, tanto das mulheres como dos homens, ajudam a perceber por que é que os migrantes casam mais tarde do que os naturais e, desse modo, por que é que as mulheres que vêm para a cidade têm em média menos filhos do que as suas conterrâneas.

A observação sistemática das idades médias ao primeiro casamento tornou também evidente que, de uma maneira geral, tanto homens como mulheres naturais da cidade, quando casam com conterrâneos, o fazerem mais precocemente do que quando casam com migrantes (fig. 5 e 6).

Assim também, no caso dos homens migrantes, o casamento acontece mais cedo quando efectuado com uma mulher da cidade do que quando efectuado com uma conterrânea e/ou migrante (fig. 7); no caso da mulheres este tipo de relação, embora se possa verificar, já não é tão evidente (fig. 8).

Homens e mulheres da cidade casam, por conseguinte, e de uma maneira geral, mais cedo se o fizerem entre si, tal é a clareza dos números. E esta diferença constante e mais ou menos marcada das idades médias ao primeiro casamento continua a estar presente quando cruzamos, para os naturais e migrantes, idades com ocupações desempenhadas ao momento do consórcio. Apesar da dificuldade e, diríamos mesmo, do risco de fazermos associações conducentes à constituição de grupos ocupacionais, os dados induzem a tal constatação. Mesmo quando fazemos comparações que comportam alguma ambiguidade, como a ocupação de doméstica (uma vez que, neste caso particular, os registos não permitem distinguir quando estamos em presença de alguém que trabalha para outrém ou que apenas faz as lides da sua própria casa), é nítida essa diferença de comportamentos.

A ocupação que se exerce também não parece ser alheia ao tipo de casamento efectuado, de modo que, usando a expressão de A. Girard, "os casamentos não se fazem ao acaso"[10]. Entre naturais e migrantes, há diferenças relativamente regulares em alguns grupos ocupacionais. Encontramos alguma sustentação no que se disse através da diferença absoluta e relativa, por exemplo, no grupo das industrias transformadoras que é dominado por homens casados com conterrâneas; o mesmo se passa em relação às mulheres (quadros I e II).

Muitas das unidades de produção locais são de pequena dimensão e de carácter familiar, facto que, por consequência, ajuda a explicar a maior capacidade dos naturais arranjarem emprego nessas áreas. Além do mais, os naturais têm também uma maior capacidade de relacionamento social, que lhes advêm da pertença mais ou menos ancestral à comunidade, condição importante para este tipo de solidariedades promotoras de ocupações ou, de outra forma, promotoras de certo tipo de ocupações eventualmente mais raras e de mais fácil e melhor condição.

2. Uma nota final

Os dados que aqui apresentamos permitem dizer, sem grandes reservas, que há diferenças de comportamento ao momento do casamento entre os residentes na cidade, naturais e migrantes. Efectivamente, são notórias as maiores idades médias ao primeiro casamento para os migrantes, sobretudo no caso das mulheres; e parece evidente que ao tipo de união que se institui não é alheia a ocupação exercida. Se pensarmos a mobilidade geográfica em associação com a mobilidade social, como atrás aludimos ser apanágio nas Ciências Sociais, estes dados permitem perceber que as condições materiais de que dispõem os migrantes ao início do casamento (indispensáveis a constituir vida autónoma), quando já se encontram a trabalhar na cidade (e muitos desde praticamente o nascimento, dado que vieram com os pais), são diferentes e menos vantajosas do que aquelas de que globalmente dispõem os naturais. Pelo menos à data do matrimónio não é indiferente ser-se natural ou migrante no espaço urbano; não se detêm exactamente idênticas formas de ocupação e as mesmas decorrem, em parte, da condição das pessoas com quem se estabelece o matrimónio, ou naturais ou migrantes.

Bibliografia

BANDEIRA, M. L. (1996), *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM.

ELIAS, Norbet and SCOTSON, John L. (1994) [1 ed. 1965], *The established and the outsiders*. London: Sage Publications.

FIRMINO DA COSTA, António (1992), *O que é Sociologia*. Lisboa: Difusão Cultural.

GAUDEMAR, Jean-Paul (1977), *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa.

GIRARD, Alin (1981) [1 ed. 1964], *Le choix du conjoint. Une enquête psycho-sociologique en France*. Paris: Press Universitaires de France.

MAIA, Rui Leandro (1998), "Percursos de vida: reconstituição simultânea por testemunhos escritos e orais (o exemplo dos que se instalam na cidade)", in *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais* (A. J. Esteves e J. Azevedo eds.). Porto: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da U.P.: 99-105.

RONCAYOLO, Marcel (1986), "Cidade", in *Enciclopédia Einaudi*, 8, *Região*. Lisboa: INCM: 396-487.

* Universidade Fernando Pessoa.

[1] A obra de J. P. Gaudemar (1977), que aborda o conceito de mobilidade na sua acepção mais vasta - mobilidade espacial, ocupacional e social -, é um exemplo do capital teórico referido, uma vez que faz um intrusão pelas teses liberal, neoliberal e marxista.

[2] Criticando a fundamentação da maior parte dos estudos de carácter económico sobre esta matéria, J. P. Gaudemar refere: "Assim, os modelos empíricos e hipótese de mobilidade perfeita do trabalho, não são mais do que aspectos da batalha pela validade dos fundamentos do modo neo-clássico de equilíbrio geral, as notas à margem de um texto já escrito; operam como os maquinistas obscuros mas indispensáveis de um teatro." (1977: 70).

[3] Num interessante estudo sobre as relações sociais e a repartição entre naturais e migrantes num espaço semi-urbano, N. Elias e J. L. Scotson expõem um conjunto de comportamentos diferenciados, em que, a par de outros aspectos, é evidente a vantagem dos primeiros sobre os segundos: "All groups distinguished from others by their rank and their social functions became hereditary groups which, in principle if not always in practice, were inaccessible to those not born into them." (1994: XLVIII).

[4] Toma-se aqui emprestada a expressão usada por A. Firmino da Costa (1992: 29-38), equivalente ao que E. Durkheim designou por "facto social" e que traduz, com permanência no tempo, a interacção entre dois comportamentos sociais.

[5] Fez-se um levantamento sistemático dos actos de casamento (de três em três registos), constituindo-se, assim, uma amostra de 3198 casamentos, com um total de 17580 indivíduos (incluindo naturalmente progenitores dos conjugues), que aqui muito parcialmente usamos.

[6] Os censos e as estatísticas demográficas não fazem este tipo de cruzamentos.

[7] Aliás, numa escala de observação micro, como noutra ocasião chamamos a atenção (cf. Maia, 1998), não só é necessário o recurso a fontes cuja origem é diversa daquela para a qual foram criadas, como também se torna da maior importância o cruzamentos entre fontes, com ênfase para as nominativas. Tal procedimento, além de permitir auscultar "regularidades sociais" a partir dos dados quantificáveis, permite também explicar muitos dos motivos dessas "regularidades socais", pela via qualitativa, com recurso a entrevistas, por via da reconstituição de biografias de importância substantiva para o objecto de estudo.

[8] Para uma análise dicotómica entre naturais e migrantes residentes no espaço urbano, agregamos os casamentos segundo quatro diferentes tipos. Assim, os casamentos Tipo 1 são aqueles em que ambos os conjugues são naturais da cidade, os Tipo 2 aqueles em que ambos os conjugues são migrantes; os Tipo 3 aqueles em que o conjugue homem é migrante e o conjugue mulher é natural da cidade; os Tipo 4 aqueles em que o conjugue homem é natural da cidade e o conjugue mulher é migrante. Quando consideramos naturais e migrantes contabilizamos todos aqueles que são residentes na cidade ao acto de casamento, independentemente da naturalidade e residência dos outros conjugues.

[9] Para o início dos anos quarenta M. L. Bandeira faz a mesma constatação: "A análise dos indicadores de fecundidade de 1940-1941 põe em evidência, no entanto, um aspecto que, sendo teoricamente pertinente, não sobressai na análise das taxas brutas: a menor fecundidade dos distritos mais urbanizados do país (Lisboa e Porto). Da facto, nestes distritos registam-se em 1940-1941 os índices mais baixos e foi também neles que a descida da fecundidade na década de 1930 foi mais forte. Isto parece comprovar que, no contexto das sociedades arcaicas de dominante rural, é nos meios urbanos que o desenvolvimento de dinâmicas de ruptura e de modernização dos comportamentos em matéria de procriação encontra condições mais favoráveis." (1996: 225).

[10] No prefácio à segunda edição da obra aqui referida, A. Girard, a propósito de uma inquérito realizado em 1952 sobre a escolha do conjugue, aludindo às questões de mobilidade e ao crescimento urbano, refere: "La répartition changeante de la population et la croissance des agglomérations urbaines, la mobilité geographique accrue, les occasions le plus fréquentes de rapprochement entre les jeunes des deux sexes, et leur plus grande liberté de relations ne font pas que les individus peuvent choisir leur conjoint au hasard. Les possibilités de choix sont en réalité étroitement limitées." (1981: XVI).

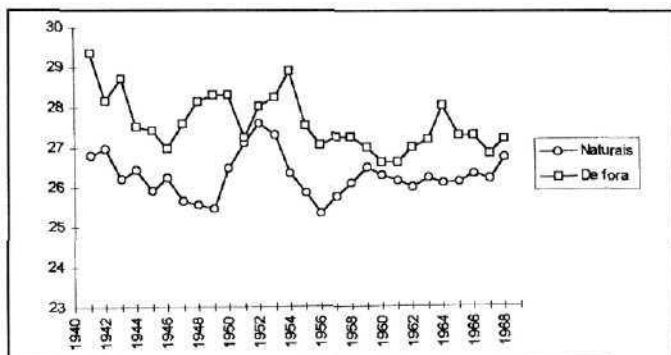



Fig. 1 - Idade média ao primeiro casamento de homens residentes na cidade, segundo a sua origem geográfica: 1940-1946 (médias móveis de três anos)

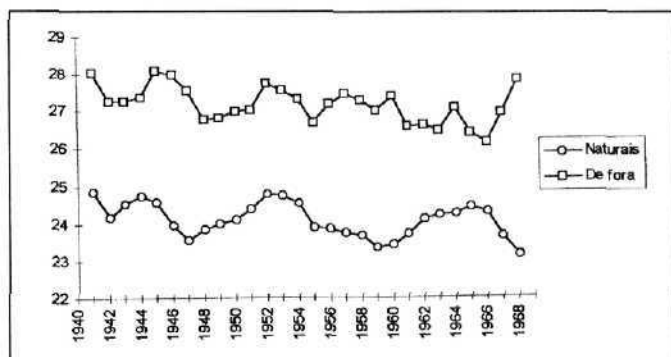



Fig. 2 - Idade média ao primeiro casamento de mulheres residentes na cidade, segundo a sua origem geográfica: 1940-1969 (médias móveis de três anos)

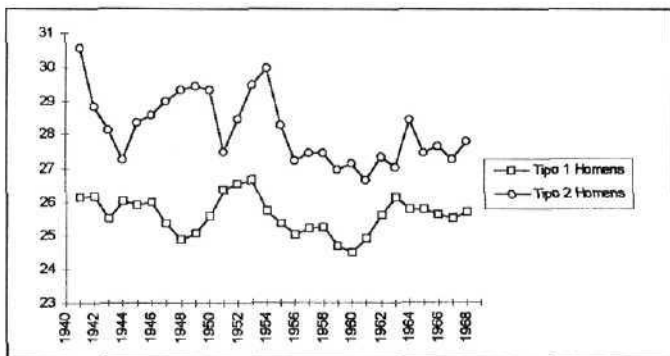



Fig. 3 - Idade média ao primeiro casamento dos homens residentes na cidade, segundo tipo de união (médias móveis de três anos)

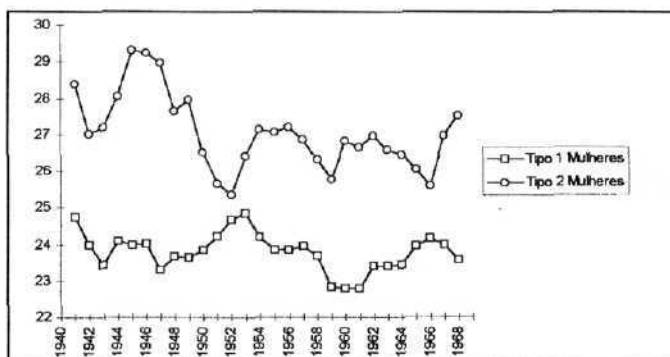



Fig. 4 - Idade média ao primeiro casamento das mulheres residentes na cidade, segundo tipo de união (médias móveis de três anos)

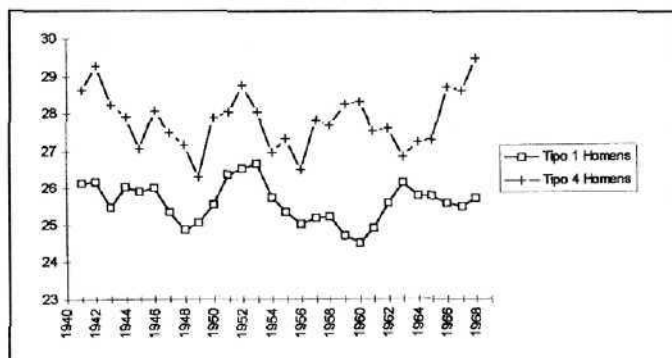



Fig. 5 - Idade média ao primeiro casamento dos homens residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

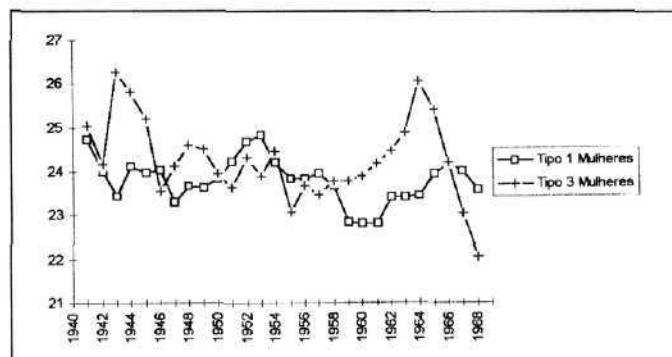



Fig. 6 - Idade média ao primeiro casamento das mulheres residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

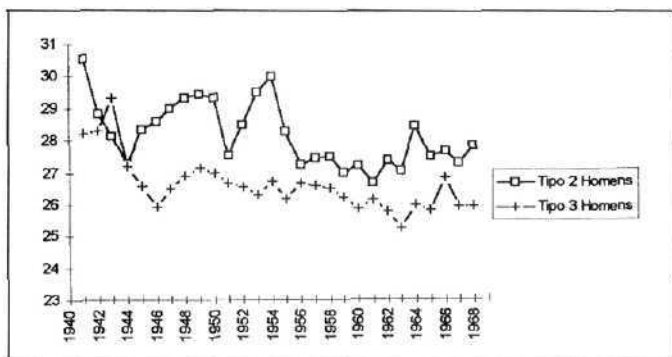



Fig. 7 - Idade média ao primeiro casamento dos homens residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

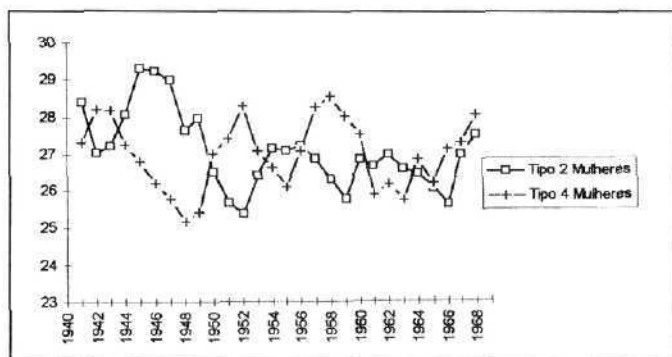



Fig. 8 - Idade média ao primeiro casamento das mulheres residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

Quadro I
Distribuição dos grupos ocupacionais masculinos, segundo o tipo de casamento (tipos 1, 2, 3 e 4) (números absolutos)

	1940-1949 Tipos				1950-1959 Tipos				1960-1969 Tipos				Total Tipos			
Grupos ocupacionais	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Agricultura, silvicultura e pecuária	0	5	1	2	0	3	2	1	0	4	1	0	0	12	4	3
Pesca	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Indústrias extractivas	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Indústrias transformadores	138	33	34	48	139	27	29	54	76	33	23	33	353	93	86	135
Profissões da construção e obras públicas	13	4	1	2	15	0	4	4	1	1	1	0	29	5	6	6
Profissões dos transportes e das comunicações	10	9	6	4	1	10	6	10	6	9	3	5	17	28	15	19
Profissões de carácter intelectual e de direcção	3	10	2	3	8	7	7	6	5	1	4	3	16	18	13	12
Profissões relativas ao comércio ou à condução, fiscalização execução de serviços	127	76	99	52	115	77	91	49	80	46	40	38	322	199	230	139
Profissões relativas aos serviços pessoais e outros	6	9	7	4	3	8	6	3	2	7	2	1	11	24	15	8
Profissões mal definidas ou ignoradas	78	43	25	43	73	44	29	38	54	48	24	37	205	135	78	118
Total	376	190	176	158	354	176	175	165	224	149	98	117	954	515	449	440

Quadro II
Distribuição dos grupos ocupacionais femininos, segundo o tipo de casamento (tipos 1, 2, 3 e 4) (números absolutos)

	1940-1949 Tipos				1950-1959 Tipos				1960-1969 Tipos				Total Tipos			
Grupos ocupacionais	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Agricultura, silvicultura e pecuária	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Indústrias transformadores	96	10	29	17	67	5	23	13	48	4	18	6	211	19	70	36
Profissões dos transportes e das comunicações	0	0	0	0	3	1	0	0	1	2	0	0	4	3	0	0
Profissões de carácter intelectual e de direcção	2	2	2	1	5	3	2	2	2	1	4	0	9	6	8	3
Profissões relativas ao comércio ou à condução, fiscalização execução de serviços	18	4	16	3	18	7	8	6	21	11	10	12	57	22	34	21
Profissões mal definidas ou ignoradas	259	174	129	137	261	159	142	144	153	132	66	97	673	465	337	378
Total	375	190	176	158	354	176	175	165	225	150	98	115	954	516	449	438

ANEXO I (valores de suporte às fig. 1 e 2)
Idade média ao primeiro casamento de todos os residentes na cidade

	Residentes		Naturais	Naturais	De fora	De fora	Naturais	De fora		
Anos	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	H - M	H - M	H2 - H1	M2 - M1
1940	28,9	27,6	27,2	25,7	30,7	29,6	1,5	1,1	3,5	3,9
1941	27,1	25,7	27,1	24,5	27,0	27,0	2,7	0,0	-0,1	2,6
1942	28,3	26,0	26,1	24,4	30,4	27,5	1,7	2,9	4,3	3,1
1943	27,3	25,5	27,6	23,7	27,0	27,2	3,9	-0,2	-0,6	3,5
1944	26,8	26,3	24,9	25,5	28,7	27,1	-0,6	1,6	3,8	1,5
1945	26,8	26,5	26,7	25,1	26,8	27,9	1,7	-1,0	0,1	2,8
1946	26,4	26,2	26,1	23,1	26,7	29,3	3,0	-2,6	0,6	6,2
1947	26,7	25,2	25,9	23,7	27,4	26,7	2,2	0,7	1,4	3,0
1948	26,8	25,2	24,9	23,8	28,6	26,6	1,1	2,0	3,7	2,8
1949	27,1	25,5	25,8	24,0	28,4	27,0	1,8	1,4	2,6	3,0
1950	26,8	25,5	25,7	24,2	27,9	26,8	1,5	1,1	2,3	2,6
1951	28,2	25,7	27,9	24,2	28,5	27,2	3,7	1,3	0,6	3,0
1952	26,4	25,9	27,7	24,8	25,2	27,0	2,9	-1,8	-2,4	2,3
1953	28,7	27,2	27,1	25,4	30,3	29,0	1,7	1,3	3,2	3,6
1954	28,1	25,3	27,1	24,0	29,2	26,6	3,1	2,6	2,1	2,6
1955	25,9	25,2	24,8	24,1	27,1	26,3	0,7	0,8	2,3	2,2
1956	26,0	25,3	25,7	23,5	26,2	27,0	2,2	-0,8	0,5	3,5
1957	26,7	26,0	25,5	23,9	27,8	28,1	1,6	-0,3	2,3	4,2
1958	26,9	25,5	26,0	23,7	27,7	27,2	2,3	0,5	1,7	3,4
1959	26,4	24,9	26,7	23,4	26,2	26,5	3,4	-0,3	-0,5	3,1
1960	26,8	25,1	26,6	23,0	27,0	27,3	3,7	-0,3	0,3	4,4
1961	26,1	26,1	25,5	23,9	26,6	28,3	1,6	-1,7	1,1	4,4
1962	26,2	24,1	26,3	24,3	26,2	24,0	2,0	2,2	-0,1	-0,3
1963	27,1	25,8	26,1	24,1	28,0	27,4	2,0	0,6	1,9	3,3
1964	26,8	26,0	26,2	24,2	27,3	27,9	2,0	-0,6	1,1	3,7
1965	27,3	25,1	25,9	24,3	28,7	25,8	1,5	2,9	2,9	1,5
1966	26,0	25,0	26,3	24,7	25,7	25,4	1,6	0,3	-0,6	0,7
1967	27,1	25,5	26,8	23,8	27,4	27,2	3,1	0,2	0,6	3,4
1968	26,4	25,4	25,5	22,5	27,3	28,2	3,0	-0,9	1,9	5,7
1969	27,3	25,6	27,8	23,1	26,7	28,0	4,7	-1,3	-1,1	4,9

Fonte: Registo Paroquial do Bonfim

ANEXO II (valores de suporte às fig. 1 a 8)

Idade média ao primeiro casamento dos residentes na cidade, segundo o tipo de união

	Tipo 1	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 2	Tipo 1	Tipo 2		
Anos	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	H - M	H - M	H2 - H1	M2 - M1
1940	26,7	25,6	31,5	31,4	1,1	0,1	4,8	5,8
1941	26,7	25,2	30,0	26,5	1,5	3,5	3,3	1,3
1942	25,0	23,4	30,1	27,3	1,6	2,8	5,1	3,9
1943	26,8	23,4	26,4	27,3	3,4	-0,9	-0,4	3,9
1944	24,7	23,5	27,9	27,0	1,2	0,9	3,2	3,5
1945	26,6	25,4	27,5	29,9	1,2	-2,4	0,9	4,5
1946	26,4	23,0	29,6	31,0	3,4	-1,4	3,2	8,0
1947	25,0	23,7	28,6	26,8	1,3	1,8	3,6	3,1
1948	24,7	23,2	28,8	29,1	1,5	-0,3	4,1	5,9
1949	24,9	24,1	30,6	27,0	0,8	3,6	5,7	2,9
1950	25,6	23,6	28,9	27,7	2,0	1,2	3,3	4,1
1951	26,2	23,8	28,4	24,8	2,4	3,6	2,2	1,0
1952	27,3	25,3	25,2	24,5	2,0	0,7	-2,1	-0,8
1953	26,1	24,9	31,8	26,8	1,2	5,0	5,7	1,9
1954	26,6	24,3	31,4	27,9	2,3	3,5	4,8	3,6
1955	24,5	23,4	26,7	26,7	1,1	0,0	2,2	3,3
1956	25,0	23,8	26,7	26,6	1,2	0,1	1,7	2,8
1957	25,6	24,3	28,3	28,3	1,3	0,0	2,7	4,0
1958	25,0	23,7	27,3	25,7	1,3	1,6	2,3	2,0
1959	25,1	23,0	26,8	24,9	2,1	1,9	1,7	1,9
1960	24,0	21,8	26,8	26,7	2,2	0,1	2,8	4,9
1961	24,4	23,6	27,9	28,9	0,8	-1,0	3,5	5,3
1962	26,3	23,0	25,3	24,3	3,3	1,0	-1,0	1,3
1963	26,1	23,6	28,8	27,7	2,5	1,1	2,7	4,1
1964	26,0	23,6	27,0	27,7	2,4	-0,7	1,0	4,1
1965	25,2	23,1	29,5	23,9	2,1	5,6	4,3	0,8
1966	26,1	25,1	25,9	26,5	1,0	-0,6	-0,2	1,4
1967	25,5	24,3	27,5	26,4	1,2	1,1	2,0	2,1
1968	24,9	22,6	28,4	28,0	2,3	0,4	3,5	5,4
1969	26,7	23,8	27,5	28,1	2,9	-0,6	0,8	4,3

Fonte: Registo Paroquial do Bonfim

ANEXO III (valores de suporte às fig. 5, 6, 7 e 8)
Idade média ao primeiro casamento dos residentes na cidade, segundo o tipo de união

	Tipo 3	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 4	Tipo 3	Tipo 4
Anos	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	H - M	H - M
1940	26,9	26,9	29,2	26,7	0,0	2,5
1941	25,3	22,7	28,6	27,5	2,6	1,1
1942	32,4	25,5	28,1	27,7	6,9	0,4
1943	27,2	24,3	31,1	29,4	2,9	1,7
1944	28,3	29,0	25,5	27,4	-0,7	-1,9
1945	26,1	24,1	27,1	24,9	2,0	2,2
1946	25,3	22,5	28,6	28,1	2,8	0,5
1947	26,3	24,0	28,5	25,5	2,3	3,0
1948	27,8	25,8	25,3	23,7	2,0	1,6
1949	26,6	24,0	27,7	26,3	2,6	1,4
1950	27,0	23,7	25,9	26,2	3,3	-0,3
1951	27,4	24,1	30,0	28,5	3,3	1,5
1952	25,6	23,1	28,2	27,4	2,5	0,8
1953	26,6	25,7	28,1	28,9	0,9	-0,8
1954	26,6	22,9	27,8	24,9	3,7	2,9
1955	26,9	24,8	25,0	26,0	2,1	-1,0
1956	25,0	21,5	29,2	27,3	3,5	1,9
1957	28,1	24,7	25,3	27,9	3,4	-2,6
1958	26,6	24,2	28,9	29,5	2,4	-0,6
1959	24,8	22,4	28,8	28,1	2,4	0,7
1960	27,2	24,7	27,0	26,4	2,5	0,6
1961	25,5	24,6	29,1	28,0	0,9	1,1
1962	25,7	23,2	26,4	23,2	2,5	3,2
1963	26,1	25,6	27,2	27,2	0,5	0,0
1964	23,9	25,8	26,9	26,8	-1,9	0,1
1965	27,9	26,7	27,6	26,5	1,2	1,1
1966	25,6	23,7	27,4	25,2	1,9	2,2
1967	26,9	22,2	31,1	29,6	4,7	1,5
1968	25,3	23,2	27,3	27,0	2,1	0,3
1969	25,5	20,7	29,9	27,5	4,8	2,4

Fonte: Registo Paroquial do Bonfim

Carlos Alberto Ferreira de Almeida

in memoriam

Vol. II

ÍNDICE

CIDADES DA REGIÃO NORTE

Bernardo de Serpa MARQUES *

Nos últimos anos tem sido atribuída a categoria de cidade e vila a inúmeras povoações. Trata-se, entre outros desígnios, de reconhecer o seu crescimento, quer em termos de alargamento da área urbanizada quer de aumento da respectiva população absoluta, o que nem sempre traduz um real e verdadeiro desenvolvimento. A legislação que serve de base a estas designações estabelece alguns parâmetros que, em meu entender, esquecem por completo o factor **qualidade**.

É inegável que as áreas urbanas têm tido nas últimas décadas um crescimento e uma expansão notáveis, que, contudo, nem sempre foram acompanhados da construção das respectivas infra-estruturas básicas. O problema agudiza-se quando se trata de espaços rurais de povoamento disperso que foram invadidos caoticamente pela construção urbanizante, antes do estabelecimento das actuais regras de ordenamento do território. No mundo de hoje não basta crescer; é imperioso conservar e melhorar a qualidade, especialmente a qualidade de vida.

Os títulos honoríficos devem traduzir factos qualitativamente significativos. Ora, os títulos de **cidade** e **vila** não são mais do que meras designações de grandeza, concedidos pelo poder político, baseados na dimensão, em certos casos talvez mal calculada, e na existência de alguns serviços que representam, sem dúvida, sinais de desenvolvimento, mas não contemplam critérios relacionados com o ordenamento da planta urbana, as condições ambientais e a qualidade de vida. Aliás, se há grande acumulação de população têm necessariamente de surgir esses serviços. O problema é saber se eles representam efectivo desenvolvimento ou apenas crescimento. Assim, essas designações funcionam, em muitos casos, apenas como meras benesses da classe política, uma vez que nada significam em termos administrativos funcionais.

O facto de uma povoação ser **vila** ou **cidade** não implica que ela tenha qualquer organização de tipo administrativo próprio e autónomo. Cito, a título de exemplo, o caso de Castêlo da Maia, lugar com grande significado histórico que foi sede do antigo concelho da Maia – as Terras da Maia – e do actual município da Maia até 1902. Esta vila tem o seu espaço urbano distribuído por três freguesias, cada uma das quais continua a administrar autonomamente a sua parte territorial. A geografia e a história conferiram-lhe uma unidade que as antiquíssimas divisões administrativas teimam em separar.

Em Portugal, existem neste momento 117 cidades e 480 vilas, entre as quais 11 cidades e 279 vilas não são sedes municipais. Em meu entender, às vilas e cidades deveria corresponder um estatuto socio-administrativo específico, que, pelo menos no das cidades, deveria coincidir com o efectivo exercício do poder municipal.

A cidade é um centro urbano de alguma grandeza que, independentemente da sua dimensão, ocupa um lugar hierárquico superior na rede de povoações que estruturam a vida e as activiades económico-sociais, culturais e políticas da área geográfica em que se integram. Deste pressuposto resultaria com maior propriedade a atribuição da

categoria de **cidade** a todas as sedes de município do que a alguns macrodormitórios das grandes conurbações urbanas.

Todavia, ao reconhecer que determinada povoação é, de facto, uma **cidade**, temos de admitir que a respectiva população está apta a gerir os seus destinos a nível local. Por isso, a primeira afirmação dessa realidade e a manifestação de uma verdadeira cidadania deveriam ser acompanhadas de uma efectiva autonomia local, traduzida na constituição do respectivo município. Numa época em que os políticos tanto falam da necessidade de aproximar o poder dos cidadãos, não faz sentido a criação de cidades que não sejam simultaneamente instituídas como municípios.

À festiva criação de tantas vilas e cidades deveria sobrepor-se uma criteriosa reflexão sobre os limites territoriais de muitas das nossas freguesias e concelhos, limites esses que remontam à era medieval e estão cada vez mais desajustados da realidade geográfica actual.

No Noroeste, de povoamento acentuadamente disperso, as confusões são muito grandes. É difícil determinar os limites reais de uma povoação. À volta dos núcleos principais espalha-se uma teia, mais ou menos densa, de construções habitacionais e fabris que, beneficiando da intensa rede de caminhos rurais mais ou menos melhorados, se insinua de forma muito descontínua e desorganizada no primitivo cadastro rural. Assim, muitas áreas urbanas foram crescendo por alargamento desordenado, albergando uma população predominantemente de feição urbana, inserida num fundo de povoamento rural disperso, tradicional sustentáculo de uma actividade económica que, embora ocupando um espaço que predomina em área, perde peso como sector activo da população residente.

Se, por um lado, se torna fácil contar a população existente dentro dos limites de qualquer município ou freguesia, o mesmo pode não suceder quanto à avaliação correcta da população de muitas povoações portuguesas - aldeias, vilas ou cidades – com contornos mal expressos na paisagem, especialmente em áreas de dispersão do povoamento.

O crescimento das povoações é um fenómeno vivo que não se circunscreve a extremas territoriais das circunscrições administrativas tradicionais. Os aglomerados populacionais crescem, alargam o seu território, abraçam e anexam outros mais pequenos, avançam sem qualquer embaraço para além dos limites administrativos. Consequentemente, na contabilização da respectiva população, para ser feita com rigor, tem que se ter em conta a definição dos respectivos limites e áreas de expansão que, a existirem com definição legal, constam dos planos directores municipais. Em muitos casos a povoação real é dividida e espartilhada por limites administrativos. Tenha-se presente o caso da verdadeira cidade de São João da Madeira, espartilhada pela fronteira municipal, que de há muito ultrapassou. A sua mancha urbana é muito mais extensa que a "cidade legal".

As diversas povoações, nomeadamente as cidades e vilas, apresentam características distintas, desde a extensão territorial e a respectiva população absoluta, a outras de carácter histórico, económico e social, nem sempre fáceis de traduzir quantitativamente. Por isso, tanto as comparações entre os diversos centros urbanos de um território qualquer como as tentativas de avaliar a evolução de cada um no tempo recorrem frequentemente aos valores da sua população absoluta.

Assim sendo, como proceder, à face dos dados disponíveis e publicados, para estabelecer a hierarquia de diversos centros urbanos, baseada na sua população absoluta?

Como se sabe, o Instituto Nacional de Estatística (INE) fornece os dados da distribuição territorial da população, segundo as respectivas circunscrições administrativas: freguesias e concelhos, agrupados tradicionalmente em distritos ou, mais recentemente, em divisões estatísticas designadas por **NUT**.

Simultaneamente, em alguns recenseamentos antigos (1911 e 1940) e regularmente nos mais recentes, desde 1960, essa instituição levou o apuramento dos dados a um nível de desagregação mais elementar e apresentou também a **população por lugares**. Porém, a experiência de manuseamento dos dados publicados e da sua interpretação espacial levaram-me a considerar que nem sempre o conceito de **lugar** terá sido entendido e aplicado da mesma maneira. Tive já ocasião de apresentar, noutros trabalhos, exemplos concretos da variação espacial e temporal do âmbito territorial atribuído a certos lugares.

Outra questão em aberto é o da terminologia adoptada. Os dados publicados amalgamam numa mesma designação – **lugar** – simples lugares rurais de poucas dezenas de habitantes, partes de povoações e povoações de qualquer dimensão incluindo as grandes cidades. Porto e Lisboa aparecem como lugares, tal como acontece com a Rua Dr. Adelino Príncipe (131 habitantes em 1991), uma das artérias da **cidade de Marco de Canaveses**, considerada como vários outros em separado, relativamente ao **lugar de Marco de Canaveses** (270 habitantes), ou ainda com a pequena povoação de Veral (78 habitantes) na freguesia de Fiães do Tâmega, concelho de Boticas.

É curioso salientar que a primeira tentativa de análise censitária da população com um nível de desagregação inferior ao da freguesia (1911) não utilizou o termo lugar; os seus organizadores preferiram especificamente considerar a **povoação** como elemento base da organização espacial do povoamento. E são as povoações, e não os lugares, que interessa contabilizar. Ou melhor, é imperioso separar os dois conceitos. Com a divisão das freguesias em secções e subsecções, procedimento adoptado no Censo de 1991, esta distinção torna-se exequível. A lista a publicar seria, assim, muito mais curta, sem prejuízo do conhecimento pormenorizado da dimensão dos lugares que compõem as diversas povoações através dos dados disponíveis não publicados.

Nas circunstâncias actuais, o utilizador directo da informação censitária, aquele que não está familiarizado com estes problemas e, sobretudo, pretende obter imediatamente dados finais, tem muita dificuldade em comparar valores obtidos segundo critérios que variaram no espaço e no tempo. É o caso, por exemplo, da população dos centros urbanos.

O estabelecimento de uma hierarquia populacional dos centros urbanos portugueses a partir dos recenseamentos da população é uma tarefa inglória. Há, pelo menos duas cidades (Trofa e Rio Tinto) e duas vilas (Vila Praia de Âncora e Carvalhos) cujo nome nem sequer é mencionado na lista dos lugares.

Quanto a Vila Praia de Âncora, o problema é muito fácil de resolver. A freguesia aparece, e muito bem, visto que se trata de um apuramento por lugares, subdividida nos diversos lugares que a constituem. Se tiver presente que esta vila foi criada com o âmbito territorial da freguesia (Lei 1616, de 1924), basta consultar o respectivo quadro para se ficar a saber que tinha 4020 habitantes em 1991.

Em Rio Tinto, o apuramento também foi feito por lugares. Porém, a área urbana estende-se, embora de forma heterogénea e irregular, por toda a freguesia. Assim, embora por razão distinta da de Vila Praia de Âncora, também a população pode ser considerada equivalente à da freguesia (40907 habitantes em 1991).

No caso de Carvalhos, a solução só é possível através de um trabalho de campo minucioso. A freguesia de Pedroso, no concelho de Vila Nova de Gaia, extensa e muito povoada, é constituída por várias povoações de razoável dimensão, de entre as quais se destaca a de Carvalhos, no extremo da freguesia. A esta povoação foi concedido o título de vila em 1988 e o mesmo aconteceu à sede da freguesia no ano seguinte. Por qualquer razão que não se entende, o censo de 1991 pôs de lado o habitual apuramento dos diversos lugares da freguesia para apresentar um único lugar, o de Pedroso, com uma população igual ao da totalidade da freguesia. Ao aprofundar o assunto, deparei com uma insólita realidade: tinha sido atribuída a designação de Pedroso, e o respectivo código numérico, a todas as subsecções da freguesia. Assim, o computador, que ainda não faz a interpretação geográfica do espaço, fundiu num único lugar as vilas de Carvalhos e Pedroso e os restantes lugares da freguesia. Neste caso apenas dispomos da população da freguesia. A sua divisão em povoações ou lugares foi escamoteada.

A Trofa é uma cidade que se estende por duas freguesias (São Martinho e Santiago de Bougado), em que a área urbana corresponde à quase totalidade das zonas construídas. O núcleo urbano principal situa-se na freguesia de São Martinho de Bougado, onde aparece com a designação de São Martinho, e alberga 98% da sua população. Em Santiago, são já referidos vários lugares dos quais os mais populosos também fazem parte do centro urbano. Por isso, a soma das populações das duas freguesias (17881 habitantes em 1991) deve aproximar-se, muito embora por excesso, da população real da cidade.

Muitos dos centros urbanos mencionados aparecem como lugar e não como povoação e, por isso, com valores de população muito inferior ao real. É o que acontece, por exemplo, com Marco de Canaveses e Valongo. A elaboração de uma lista hierárquica dos centros urbanos portugueses de acordo com a sua população carece, pois, de redobrados cuidados.

Para simplificar, a análise que se vai seguir, limitar-se-á às cidades da Região Norte. Nela está integrado o Noroeste, a mais característica área de povoamento disperso, aquela em que existem as maiores dificuldades em fazer uma leitura espacial das diferentes unidades de povoamento. Apoiada numa vasta teia de vias de circulação e caminhos rurais surge uma miríade de núcleos de povoamento, desde os simples casais aos povoados mais densos, que desafiam todas as tentativas teóricas de definir com exactidão os conceitos de **lugar**, **povoação** e **aglomerado populacional**.

Começarei por uma leitura directa e simples do Censo de 1991 (quadro 1). Neste quadro, apesar de se dispor já de resultados definitivos, utilizo os resultados dos apuramentos provisórios por serem os únicos que foram publicados a nível de lugar e, portanto, os que mais facilmente são manuseados pelo público. Nele se pode ver que, da leitura directa dos números publicados, resulta que a população das cidades do Norte de Portugal oscila entre os 310 637 habitantes do Porto e os de cidades aparentemente muito pequenas, como Valongo (620 habitantes) ou Marco de Canaveses (270 habitantes), o que é, no mínimo, um resultado bizarro.

Quadro 1 – Hierarquia das cidades da Região Norte em 1991
(segundo o apuramento por lugares)

	CIDADES	População do lugar 1991		CIDADES	População do lugar 1991
1	Porto	310637	21	Mirandela	8247
2	Braga	90535	22	Amarante	7639
3	Vila Nova de Gaia	67992	23	Vila Nova de Famalicão	7380
4	Guimarães	48164	24	Penafiel	6886
5	Matosinhos	29704	25	ERMESINDE	5617
6	Maia	24646	26	Peso da Régua	5424
7	Póvoa de Varzim	23538	27	Paredes	4775
8	Vila do Conde	21755	28	Barcelos	4664
9	Gondomar	20454	29	Esposende	2738
10	São João da Madeira	18262	30	Vizela	2736
11	Bragança	16554	31	Vila Nova de Foz Côa	2484
12	Vila Real	15480	32	Felgueiras	1797
13	Santo Tirso	12831	33	Miranda do Douro	1547
14	Espinho	12350	34	Paços de Ferreira	1514
15	Chaves	11994	35	LIXA	1170
16	Fafe	11514	36	Vale de Cambra	1149
17	Lamego	9511	37	Valongo	620
18	Oliveira de Azemeis	9283	38	Marco de Canaveses	270
19	Viana do Castelo	8779	39	RIO TINTO	--
20	Santa Maria da Feira	8420	40	TROFA	--

Fonte: INE, Censo de 1991

Ao analisar o significado espacial dos valores apresentados, constata-se que os diversos "lugares" considerados correspondem a vários tipos de situações.

1 – No Porto, a área urbana corresponde à totalidade do concelho: a população da cidade é, pois, igual à do município.

2 – Em Guimarães e Braga, como em muitas outras cidades antigas, a área urbana expandiu-se fortemente para fora das freguesias que formavam o seu núcleo tradicional. A execução do recenseamento teve em conta esta realidade. Em Guimarães, por exemplo, foi considerada uma área urbana distribuída por 20 freguesias, umas na totalidade, outras parcialmente (quadro 2). Procedimento idêntico foi seguido para Chaves e Vila Nova de Famalicão.

3 – Em Amarante, Bragança, Lamego, Lixa, Vila Real, Viana do Castelo e Vizela foram apenas consideradas, no todo ou em parte, as freguesias tradicionais. Em alguns casos ficaram esquecidas importantes áreas de expansão urbana para as freguesias limítrofes como, por exemplo, a parte da cidade de Amarante situada na freguesia de Telões.

4 – Na Maia, a cidade foi identificada com a totalidade das freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim, tratamento este que me parece demasiado abrangente, pelo menos em confronto com o que foi dado à grande maioria das restantes povoações da região.

Quadro 2 – Distribuição por freguesias da população de Guimarães
(percentagem do total de cada freguesias)

Freguesias	População da Cidade	
	Habitantes	(%)
Guimarães – Oliveira do Castelo	3887	100
Guimarães – São Paio	2921	100
Guimarães – São Sebastião	2283	100
Candoso (Santiago)	1232	100
Creixomil	7088	100
Mascotelos	1096	100
Azurém	9471	97.54
Urgezes	4603	95.04
Costa	2570	90.94
Selho (São Jorge)	3640	87.14
São Martinho (Candoso)	1360	79.72
Selho (São Cristóvão)	1427	67.57
Fermentões	1814	55.49
Mesão Frio	1596	52.26
Polvoreira	1844	51.12
Pencelo	523	38.65
Silvares	402	17.03
Gondar	325	12.88
São Lourenço (Selho)	82	6.45
Aldão	0	0
TOTAL	48164	

Fonte: INE, Censo de 1991

5 – Para muitas outras cidades a área urbana foi identificada com a totalidade da freguesia do mesmo nome, o que nem sempre corresponde à realidade. Também aqui, há muitos casos de expansão para além dos limites administrativos.

6 – A solução apresentada para Barcelos em 1991, idêntica à anterior, parece muito redutora. Esta cidade ultrapassa em muito o território da freguesia de Barcelos e engloba também áreas que pertencem às suas limítrofes. Destaco apenas o importante bairro, relativamente central e bem integrado no tecido urbano em que se situa uma das escolas secundárias, que se localiza já em plena freguesia de Arcozelo. Este tratamento está em desacordo com o que lhe foi dado em recenseamentos anteriores (quadro 3). Já no de 1960 se considerava o "lugar" de Barcelos abrangendo várias freguesias.

7 – Em alguns casos, houve o cuidado de separar a população da cidade propriamente dita da da área rural da freguesia, como acontece com Mirandela, Oliveira de Azeméis, Paredes ou Penafiel.

Quadro 3 – O "lugar" / cidade de Barcelos nos últimos censos

Freguesia	1960	1970	1981	1991
Arcozelo	540	1636	5249	
Barcelinhos	1697	1186	1282	
Barcelos	5420	4084	3807	4371
Tamel – São Veríssimo	254			
Vila Boa	464		41	
Vila Frescaínha – São Martinho	644			
TOTAL	9019	6906	10379	4371

Fonte: INE

8 – Surgem também as freguesias em que foi feito um apuramento verdadeiramente por lugares. Nestes casos, a população apresentada pertence apenas ao núcleo central da cidade – ao lugar que lhe deu o nome. É o que acontece, entre outras, com Ermesinde, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Valongo. Daí os valores irrisórios atribuídos a Marco de Canaveses e Valongo (quadro 1). E o pior é que são estes números que depois aparecem citados em publicações de informação (!) geral.

9 – Ainda no que se refere às freguesias em que foi feito um verdadeiro apuramento por lugares, é necessário destacar o caso em que nenhum deles tem a mesma designação da povoação que os engloba. Nestes casos, essa povoação nem sequer consta da lista dos lugares. É o que acontece com os já citados exemplos de Vila Praia de Âncora e das cidades de Trofa e Rio Tinto.

As tipologias descritas podem ser observadas de uma forma sintética e global num quadro que resume a população atribuída no Censo de 1991 a cada "lugar"/cidade, o número de freguesias consideradas e a percentagem da população referida em relação ao total das freguesias (quadro 4).

A fim de estabelecer uma hierarquia mais conforme com a realidade, e usando apenas os dados publicados, seguirei o único processo possível: generalizar os procedimentos descritos em 4 e 5 e considerar a população global da freguesia ou freguesias que constituem a cidade (quadro 5). A seriação é bastante diferente e, se bem que peque por excesso, deve aproximar-se muito mais da realidade.

Para obter um resultado mais completo e fiável, seria necessário um trabalho de campo exaustivo, com identificação dos diversos lugares (ou subsecções das freguesias, em 1991) que compõem cada cidade e calcular o somatório das suas populações. Este processo, longo e demorado, apenas fácil em casos pontuais, não está ao alcance dos utilizadores generalistas.

Quadro 4 – Número de freguesias incluídas nas cidades da Região Norte (1991)
(Percentagem da população do "lugar"/cidade na totalidade das freguesias)

CIDADES / Lugares	População 1991	Freguesias consideradas			População do lugar %
		na totalidade	parcialmente	TOTAL	
Amarante	7639	2	1	3	93.35
Barcelos	4664	1		1	100
Bragança	90535	13	10	23	95.05
Braga	16554		2	2	97.58
Chaves	11994	2	4	6	78.21
ERMESINDE	5617		1	1	16.37
Espinho	12350	1		1	100
Esposende	2738	1		1	100
Fafe	11514	1		1	100
Felgueiras	1797		1	1	26.49
Gondomar	20454	1		1	100
Guimarães	48164	6	14	20	77.5
Lamego	9511	1	1	2	96.28
LIXA	1170		2	2	22.87
Maia	24646	3		3	100
Marco de Canavezes	270		1	1	9.63
Matosinhos	29704	1		1	100
Miranda do Douro	1547		1	1	82.51
Mirandela	8247		1	1	96.4
Oliveira de Azeméis	9283		1	1	95.26
Paços de Ferreira	1514		1	1	35.51
Paredes	4775		1	1	92.79
Penafiel	6886		1	1	92.62
Peso da Régua	5424	1		1	100
Porto	310637	15		15	100
Póvoa de Varzim	23538	1		1	100
RIO TINTO	——				
Santa Maria da Feira	8420	1		1	100
Santo Tirso	12831		1	1	95.01
São João da Madeira	18262	1		1	100
TROFA	——				
Vale de Cambra	1149		1	1	31.43
Valongo	620		1	1	4.75
Viana do Castelo	8779		2	2	57.33
Vila do Conde	21755	1		1	100
Vila Nova de Famalicão	7380	1	2	3	53.39
Vila Nova de Foz Côa	2484		1	1	86.37
Vila Nova de Gaia	67992	3		3	100
Vila Real	15480	3		3	100
Vizela	2736		2	2	29.64

Fonte: INE

A concluir, convém notar que nem sempre é possível utilizar os dados da população por lugares de uma forma directa e, muito menos, para estabelecer hierarquias populacionais, sem primeiro os submeter a uma análise criteriosa da respectiva realidade espacial. Se as disparidades são visíveis e, por vezes, gritantes no plano dos grandes centros urbanos, as complicações mais graves e imperceptíveis surgem geralmente ao nível das pequenas e médias povoações.

Torna-se, pois, desejável uma revisão da metodologia de apuramento de dados e a definição clara dos conceitos de *lugar*, *povoação* e *agregado populacional* que não podem ser identificados, pois traduzem três níveis distintos da hierarquia de centos populacionais.

Uma revisão cuidada da nomenclatura toponímica atribuída às diversas secções e subsecções da base cartográfica dos censos, tendo por objectivo definir mais criteriosamente as povoações, poderia contribuir em muito para um melhor aproveitamento, por parte dos utilizadores, do grande acervo de informação que os recenseamentos da população recolhem e para uma análise mais rigorosa da distribuição espacial da população.

Quadro 5 – Hierarquia das cidades da Região Norte em 1991
(segundo as freguesias que as constituem)

	CIDADES / Lugares	População do Lugar 1991	Freguesias nº	População total das freguesias
1	Porto	310637	15	302472
2	Braga	90535	23	91005
3	Vila Nova de Gaia	67992	3	68566
4	Guimarães	48164	20	61450
5	RIO TINTO	— —	1	40907
6	ERMESINDE	5617	1	34415
7	Matosinhos	29704	1	29798
8	Maia	25646	3	25885
9	Póvoa de Varzim	23538	1	23851
10	Gondomar	20454	1	20622
11	Vila do Conde	21755	1	19990
12	São João da Madeira	18262	1	18452
13	TROFA	— —	2	17881
14	Bragança	16554	2	16079
15	Viana do Castelo	8779	2	15562
16	Vila Real	15840	3	13809
17	Vila Nova de Famalicão	7380	3	13580
18	Valongo	620	1	13103
19	Santo Tirso	12831	1	12996
20	Espinho	12350	1	11888
21	Fafe	11514	1	11584
22	Chaves	11994	6	11453
23	Lamego	9511	2	10630
24	Oliveira de Azemeis	9283	1	9679
25	Vizela	9283	1	9679
26	Amarante	7639	3	8289
27	Santa Maria da Feira	8420	1	8231
28	Mirandela	8247	1	8189
29	Penafiel	6886	1	7446
30	Felgueiras	1797	1	6835
31	Marco de Canavezes	270	1	6641
32	Peso da Régua	5424	1	5249
33	Paredes	47745	1	5123
34	LIXA	1170	2	5097
35	Barcelos	4664	1	4371
36	Paços de Ferreira	1514	1	4320
37	Vale de Cambra	1149	1	3652
38	Vila Nova de Foz Côa	2484	1	2974
39	Esposende	2738	1	2789
40	Miranda do Douro	1547	1	1950

Fonte: INE

A VILA RÚSTICA DE DEÃO, EM 1284

José MARQUES *

1. INTRODUÇÃO

A ruralidade, encarada sob diversos ângulos, foi um dos temas a que o nosso homenageado, saudoso Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que tão bem conhecia o País e, sobretudo, o Entre Douro e Minho, dedicou alguns do seus trabalhos, verdadeiramente inovadores, valendo a pena recordar: *Romanização das Terras da Maia*, *O documento 13 dos «Diplomata et Chartae»* e *Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae»*, *A Paróquia e o seu Território*, *Importância do Regadio no Entre-Douro-e-Minho nos séculos* XII *e* XIII, etc., estudos com os quais o título em epígrafe tem uma clara afinidade.

Depois de outros terem já dissertado com grande rigor sobre o conceito de *villa* nas épocas romana e medieval[1], poderá parecer estranho — se não mesmo provocador — falar de «*vila rústica*» em relação ao último quartel do século XIII, cumprindo, por isso, esclarecer que aí reside o motivo desta opção, pela oportunidade que oferece de revelar a estrutura fundiária desta *vila* e até a mobilidade a que estiveram sujeitos alguns dos seus moradores.

A fonte que inspirou este título e nos vai conduzir na elaboração deste breve estudo surgiu no contexto da organização da póvoa de Caminha, consolidada na sequência da outorga do foral por D. Dinis, em Julho de 1284, a quantos residissem dentro dos limites do concelho, então aí estrategicamente criado, para, além de outros objectivos, controlar a foz do Minho. Dentro dos limites propostos ao *Rei Lavrador* e por ele aceites para esta póvoa e concelho estavam situadas diversas propriedades pertencentes a instituições eclesiásticas tradicionalmente isentas, portuguesas e galegas, e a alguns infanções residentes além Minho, que poderiam vir a ser outros tantos focos de tensões com os vizinhos, situações que o monarca pretendia evitar liminarmente. Concretizando este projecto destinado a afirmar-se como única entidade a superintender na vida deste município, D. Dinis constituía-se como garantia de defesa dos munícipes do novo concelho. Nesse sentido, apoderou-se de todos os bens pertencentes às referidas instituições e integrou-os no município, compensando devidamente os seus antigos titulares com bens e direitos reguengos, equivalentes àqueles de que se tinha apropriado. Para o efeito, incumbiu Paio Eanes, povoador do Rei, que terminou o seu *curriculum* de povoador, em Caminha, e o clérigo Estêvão Esteves de procederem à avaliação dos bens apropriados e definirem as propriedades régias a dar em troca a cada um dos titulares dos bens integrados neste novo concelho.

Foi neste contexto que os mencionados funcionários régios, em 2 de Setembro de 1284, se deslocaram a S. Pedro de Deão, onde procederam à inquirição de que nos vamos servir, animados do principal objectivo de conhecerem as propriedades reguengas, sitas nas proximidades de outros bens dos titulares das terras integradas por D. Dinis no concelho de Caminha. A minúcia do inquérito aqui realizado não difere do estilo seguido noutras localidades do Entre Minho e Lima, havendo, no entanto, a registar que o resultado desta inquirição constitui uma descrição notável da estrutura

agrária desta freguesia e vila rústica de Deão, sita no actual concelho de Viana do Castelo.

Embora a nossa intenção seja analisar e dar a conhecer esta *vila rústica*, a que já nos referimos no Simpósio realizado em Caminha, em 1984, e chamar a atenção para a sobrevivência da designação de *vila*, oportunamente então registada, impõe-se observar que os termos *aldeia* e *igreja* figuram igualmente neste documento, numa clara manifestação de convivência de fenómenos de natureza institucional, sócio-económica e linguística, que não podemos deixar de assinalar, até porque, de algum modo, contradiz a pretensa linearidade semântica diacrónica subjacente ao termo *vila*.

2. VILA, ALDEIA E IGREJA

A fim de esclarecermos o que acabamos de escrever, urge recordar, de forma sintética, o conteúdo dos vocábulos *vila*, aldeia e igreja, presentes no documento que, agora, nos ocupa.

Sobre o termo *villa*, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo traçou uma súmula das várias acepções em que podia ser tomado nos períodos romano e medieval. Assim, partindo da definição clássica de Calepino, que por *villa* entendia *a casa construída no campo a fim de o cultivar, recolher os frutos ou também para aí habitar*, acrescenta que, segundo Columela, a vila romana dividia-se em três partes: *urbana, rustica e fructuaria*, correspondendo a primeira à residência do senhor, a segunda à do colono e sua família e a terceira à adega e celeiro[2]. Segundo estes autores, ao conceito de *villa* está essencialmente presente a ideia de uma casa ou construção, qualquer que fosse a sua finalidaede. No decurso dos séculos, a palavra *villa* assumiu gradualmente o significado de espaço, território de relativa extensão, suficiente para acolher um ou *mais vici*, isto é, aldeias, sendo, por isso, nítida a distinção entre estes dois conceitos. A título de exemplo, bastará recordar que, em 919, Gundesindo doou ao mosteiro de Lorvão a *terça parte da villa «gundelini vel palatio tertia integra per omnes suos terminos antiquos et cum suos vicos et suos villares»*, sendo incontestável que já se estava muito longe do primitivo conceito de *villa* como *casa*, predominando a noção de espaço cultivado e de bravio, pontuado pelas casas dos seus moradores, reunidas em *aldeias* ou num sistema de povoamento disperso[3].

Apesar do esclarecimento sumário constante das linhas precedentes, é necessário referir que, desde meados do século XI, em alguns forais a palavra *villa* passou a significar também *«uma determinada povoação que se rege a si mesma, com direitos e deveres próprios entre os seus moradores e para com o senhorio da terra»*[4]. Ao longo dos séculos XII e XIII, este significado tornou-se predominante, motivo pelo qual consideramos oportuno revelar que, em 1284, ainda sobrevivia na terminologia dos oficiais dionisinos a dimensão espacial deste vocábulo, que aqui convive com o de *aldeia*, utilizado para designar a paróquia, na totalidade do seu espaço, aliás, coincidente com o da própria *vila rústica* de Deão. Na verdade, as testemunhas juradas, maioritariamente oriundas de Deão, e as três procedentes de Deucriste, disseram todas *«que a meyadade da aldeya de Dayam com todas sas pertenças a monte e a fonte he del Rey»*, acrescentando mais à frente *«que a eygreja de Dayam que est del Rey toda e ha d'aver as dyzymas de toda a vylla de Dayam»*. Como decorre do teor do documento em análise podemos falar de *vila rústica*, num sentido muito diferente do significado que lhe atribuía Columela — casa do colono —, mas no

de território integrado pelos casais ou propriedades *rústicas*, no sentido que hoje lhe atribuimos, composta por áreas de cultivo, de pastos e de maninhos.

De acordo com estas citações do documento em estudo, verifica-se que os termos *aldeya* e *vylla* referem-se à mesma realidade espacial, embora *aldeya* conote preferencialmente a vertente habitacional aí existente, que a aproxima mais do conteúdo subjacente ao conceito de paróquia. Como igreja ou paróquia, Deão documenta-se já no último quartel do século XI, pois figura no conhecido censual do Bispo D. Pedro (1085-1089), donde consta que estava taxada no pagamento de um jantar, e aparece também como paróquia nas *inquirições* de 1220, nas de 1258 e na tributação das igrejas de 1320, que a onerou no pagamento de oitenta libras, sabendo-se que, em 1371, devia pagar sete libras e dez soldos.[5]

É sabido que muitas paróquias medievais derivaram de antigas vilas dos séculos IX e X, e embora Avelino de Jesus da Costa não a tenha incluído no inventário daquelas que comprovadamente tiveram tal origem[6], podemos agora, atribuir-lha, *a posteriori*, de acordo com as repetidas afirmações do documento referido.

3. A INQUIRIÇÃO

Conforme dissemos, esta e outras inquirições feitas *in loco* pelos mencionados Estêvão Lourenço e Paio Eanes, respectivamente, clérigo e povoador do Rei, em Caminha, destinavam-se a proceder à compensação dos proprietários dos bens apropriados para este concelho da foz do Minho, dando-lhes para o efeito bens reguengos situados junto ou relativamente próximo de outras propriedades das instituições e de outros titulares atingidos pela decisão régia de neutralizar a sua influência dentro deste novo município.

Para vermos a complexidade desta operação compensatória, que podemos acompanhar, desde 2 de Setembro de 1284 até 11 de Fevereiro do ano seguinte, convirá recordar que eles tinham de resolver os casos de esbulho, feitos às Sés de Braga e Tui, aos Mosteiros de S. Romão do Neiva, S. Salvador da Torre, S. Fins de Friestas, S. Cláudio de Nogueira e de Santo André de Palme, à Ordem do Hospital na comenda de Távora, às igrejas de S. Salvador de Bulhente, S. Pedro de Varais e ainda a D. Martim Anes do Vinhal e seus filhos, a Rodrigo de Jolda e Lopo Afonso, infanções da Galiza, sem esquecermos Martim Vaz Vasquinho e Maria Fernandes com os filhos que ela teve de João Garcia de Morim, acção que, no seu conjunto, implicava também uma certa diplomacia para não suscitar atritos desnecessários, especialmente com as instituições eclesiásticas.

O documento que estamos a estudar é também cronologicamente o primeiro de um conjunto de doze, que nos permitem conhecer as diligências feitas em ordem a normalizar a perturbação inerente à reorganização da póvoa e concelho de Caminha, que brevemente publicaremos.

3.1. Demarcação e estrutura

Chegados a S. Pedro de Deão, os dois oficiais régios procuraram rodear-se de um conjunto de treze pessoas, reputadas idóneas e conhecedoras da realidade que eles

pretendiam apurar, sendo dez moradores em Deão e três em S. Mamede de Deucriste, que logo ajuramentaram aos Santos Evangelhos, admitindo-os, assim, como testemunhas ou informadores jurados, que teriam um papel decisivo em todo este processo. Não dispomos de dados biográficos de cada um deles, sabendo-se, contudo, que dez moravam em Deão, aparecendo à cabeça desta pequena lista João Martins, juiz de Geraz, seguido de Martim Peres *da Cal*, ex-juiz de Geraz[7], e que os outros três eram de Deucriste, aparecendo em primeiro lugar o pároco (*prelatus*), Martim Peres.

Uma vez assim assessorados, era verdadeiramente prioritário apurar quais eram os limites ou a demarcação desta *vila*, também designada *aldeia*, tendo-nos deixado a seguinte descrição, sensivelmente coincidente com os limites da paróquia actual: - «*E disserom que Dayam parte com Douchristi como começa per o marco que chamam das Lousas e des hy aa alagoa do Sovereyro, e des hy aa mamoa que chaman de Vallença e des hy pello vallo que chamam de Johanne e des hy per cruzes que estam pello monte, as quaes fez Martim Annes quando fez estas divisões, e des hy ao rego da Rugidoyra, e des hy veen se per essa agua...*[8] *e parte com a aldeya de Jaraz e sal se*[9] *do ryo o entra no logar que chamam Radelho, o des hy vaay se como parte pello vallo com Ceguelhos e des hy pella do Mouro e des hy vaay se a Migido e des hy vay se per antre o campo e Tresselho*[10] *e des hy aa Pedra Fecada e des hy aa Pedra Alçada que est na divyl (sic)*[11] *e tem hũua cruz em cyma de sy*. E *parte com Sisto o des hy veen se ao Porto de Sisto e do Porto do Sisto como vay pella agua e des hy ao marco da Veeyga*. E *disserom algũas das testemuyas que o rio de Sisto era mudado contra Dayam e perdia hy el Rey herdamento*. E *non leixam hy cortar os homeens de Dayam no ameal delo ryo aalem; e desse marco da Veyga como vay aa vea de Limha e des hy pella vea e vay se ferir no marco primeyro das Lousas sobredicto*».

É pelos depoimentos dos referidos jurados que podemos reconstituir a estrutura agrária desta *vila rústica*, de que conhecemos, apenas, vinte casais, devidamente especificados, tendo ficado omissa a referência ao número de casais existentes na quarta parte desta *vila*, pertencente à Sé de Braga.

Metade desta *vila* pertencia ao monarca e era tradicionalmente constituída por doze casais, a que Martim Anes acrescentou um novo casal, integrado pelos herdamentos que traziam os mordomos, passando, por isso, a ser treze os casais pertencentes ao rei, nesta metade da *vila rústica* de Deão. A não ser os casais do Outeiro, de Lamas, os dois do Campo Redondo e o do Eirado, os restantes eram apenas conhecidos pelos nomes dos seus antigos moradores — D. «Eussença», Domingos Costa, Martim Olhudo, Pedro *Bulugom*, João Novais, Martim Fagundes — , Domingos Fagundes, o que nos impede de sabermos onde estavam situados.

A passagem de doze para treze casais régios ficou a dever-se à integração de terras até então sonegadas pelos mordomos de Deão e esta recuperação para o rei, deveria ter ocorrido havia mais de trinta anos, pois, nas *Inquirições* de 1258 já se afirma que o monarca tem treze casais na sua metade da vila de Deão, facto corroborado ao exceptuar o *casal novo* do pagamento de uma teiga de legumes, isto é, de favas ou de feijões, que os outros casais antigos lhe deviam pagar, anualmente, pelo São Miguel.

Vamos prosseguir a exposição sobre a situação demográfica, as obrigações fiscais destes treze casais reguengos e os reflexos negativos da carga fiscal na vida destas sub-unidades agrárias, mas antes, para não se perder a visão de conjunto que desejamos transmitir desta *vila rústica* do último quartel do século XIII, impõe-se esclarecer que a outra metade desta grande unidade agrária pertencia a diversas instituições

eclesiásticas, sendo mínima a parte dos *herdadores* ou homens livres, confinada apenas a um casal. Pormenorizando esta ideia, devemos anotar, que metade da parte não reguenga, ou seja, um quarto da *vila* de Deão, pertencia à Sé de Braga, ignorando-se o número de casais que a integravam, mas quanto à outra quarta parte sabe-se que era constituída por sete casais, assim distribuídos: dois pertenciam ao Mosteiro beneditino de São Romão do Neiva, três eram da Ordem do Hospital, um do Mosteiro de Palme, e apenas um era de *herdadores*.

Em síntese, podemos afirmar que três quartas partes desta *vila* estavam divididas em vinte casais, treze pertencentes ao rei, sete aos supracitados titulares, ignorando-se quantos havia na quarta parte pertencente à Sé de Braga. Embora não se possa nem se pretenda fixar um número exacto de casais para a parte pertencente à Sé Primaz, dentro da lógica fria dos números conhecidos — treze para a metade reguenga desta *vila* e sete para uma quarta parte — não será ousadia admitir que a área da outra quarta parte - da Sé de Braga — teria seis ou sete casais, se é que eles tinham uma área sensivelmente aproximada. Nesta eventualidade, a *vila* rústica de Deão teria uns vinte e sete casais, sendo apenas um deles de herdadores.

A ser válido este raciocínio, estaríamos perante casais com áreas muito aproximadas, embora saibamos quão equívoco é o termo *casal*, sob o ponto de vista da extensão, pois, tanto pode designar uma unidade agrária com a superfície de menos de um hectar, como uma área com sete ou mais hectares[12].

Face ao número aproximado de casais existente na *vila* de Deão e ao reconhecido equívoco quanto à extensão real e concreta, subjacente ao conceito de *casal*, acima evidenciado, parece-nos importante observar que, em relação ao termo *vila* referido sem quaisquer outras especificações — mas, com frequência, usado no sentido de *vila rústica* — normalmente, estamos também perante um equívoco semelhante àquele em que muitas vezes nos movemos, quando falamos de *casais*, pois fica em aberto o problema da sua extensão, pelo duplo desconhecimento do número de casais que integravam cada uma e da extensão de cada casal.

Um aspecto que é fundamental em todo este processo é saber qual era o estado do povoamento destes casais, até porque um dos objectivos de D. Dinis era povoar convenientemente o território do Reino, podendo-se dizer que a situação sob este ponto de vista nos casais reguengos desta *vila rústica* de Deão era verdadeiramente lamentável, pois dos treze casais aí existentes somente três estavam povoados: o da Lama, em que morou Pedro Deão, aquele em que morava Domingos Martins e o do Meio (*Meyogo*) da Villa, atingindo o despovoamento mais de três quartas partes dos casais reguengos, que, segundo informa o documento em análise, ficaram *ermos*, embora alguns herdamentos continuassem a ser cultivados por moradores de aldeias vizinhas.

Na base deste abandono radical dos casais do Rei estava a pressão fiscal a que estavam sujeitos os seus moradores, que não deixavam de confrontar a desvantagem em que se encontravam, face à isenção de que gozavam os moradores dos casais da Sé de Braga e da Ordem do Hospital e acabaram por abandonar aqueles em que viviam.

Para esta decisão dos moradores, além da obrigação que tinham de ir à anúduva, que implicava que cada um destes homens fosse trabalhar neste serviço durante seis semanas, contribuiu também muito o facto de o mordomo do rei, a título de aposentadoria, lhes tomar carne, palha, lenha, aumentar os foros, os obrigar a levar o pão ao prestameiro, e praticar outros abusos, de que eles se ressentiam.

Voltando aos casais reguengos desta *vila* de Deão, convém ter presente que as informações sobre eles são minuciosas, porque esse era precisamente o objectivo da inquirição, a fim de se atingir o maior rigor possível no processo das compensações, então em curso, não estando na alçada dos oficiais régios avaliar os casais das instituições diocesanas e dos particulares. Neste contexto, ficamos a saber que destes treze casais reguengos eram considerados melhores os seguintes seis: o de Meio (*Meyogo*) da Vila, os dois de Pieiro, o de Lamas, em que morou D. Simão, aquele em que morava Pedro Deão e o casal de Campo Redondo, outrora habitado por João Pais, tendo ficado bem explícito que a diferença destes casais em relação aos outros era « *per razom dos cortiinhaes e das roteas que hy fezerom os lavradores que hy morarom*».

Não obstante esta diferença entre casais, claramente expressa no documento em análise, sabemos que, no seu conjunto, esta *vila* — não estando claro se aqui se referia apenas à metade pertencente ao rei — poderia valer trinta moios pela medida de Ponte de Lima, equivalentes a 1320 alqueires, dado que o moio limiano era de sessenta e quatro alqueires[13]. Mas se estes elementos nos oferecem a imagem de uma *vila* relativamente extensa para a nossa região e com um valor ou rendimento considerável, sabe-se que as suas potencialidades poderiam ser incrementadas se se procedesse à drenagem de uma parte, mediante a abertura de um valo que estava por abrir, encontrando-se, por isso, parcialmente numa situação idêntica à de algumas veigas actuais das margens do Lima.

Estas perspectivas da sua valorização mediante os desejados trabalhos de drenagem, em 1284, estavam frustradas, face ao despovoamento forçado e estratégico, decidido pelos moradores de dez dos treze casais reguengos, o que equivale a dizer que o povoamento na metade reguenga desta *vila* estava reduzido a menos de um quarto do número dos seus casais, podendo, mesmo, afirmar-se que, em relação à totalidade desta *vila* rústica, admitindo que na outra metade não se verificavam idênticos factores de despovoamento, na melhor das hipóteses, o número de casais habitados não atingiria o nível de dois terços.

Os dois principais factores responsáveis pelo despovoamento dos mencionados casais reguengos da *vila* de Deão eram a *anúduva* e a *aposentadoria*, devendo acrescentar-se a estes os nefastos efeitos da carga tributária, que mais à frente pormenorizaremos, tanto nos pagamentos globais ou colectivos, como nos devidos por cada um dos casais. Quanto à anúduva, que implicava uma estadia de seis semanas fora de casa a trabalhar na reparação ou construção de castelos e muralhas, os moradores dos casais reguengos estabeleciam o confronto com os que viviam nas terras pertencentes à Sé de Braga e à Ordem do Hospital, que não eram obrigados à prestação de tais serviços. Por sua vez, o mordomo do rei tomava aí carne, palha lenha, a título de aposentadoria, aumentava o quantitativo dos foros, obrigava-os a levar o pão, isto é, os cerais ao prestameiro e praticava outros abusos.

Em relação ao trigo, ao vinho, ao linho e, em geral, quanto ao mais que aí se colhesse, os pagamentos oscilavam, de acordo com normas estabelecidas e tradicionalmente observadas, mas pelos legumes, quer houvesse produção quer não, pagariam sempre «uma teiga de favas», pagamento de que o casal *novo* estava isento.

As proporções a observar no pagamento dos tributos devidos pelo domínio útil destas propriedades reguengas regiam-se pelas seguintes normas: dos frutos produzidos nas terras arroteadas de novo pagavam a quarta (1/4), mas dos colhidos em terras já cultivadas pagavam um terço (1/3), baixando de novo para um quarto (1/4) a

prestação devida pelos terrenos que se conservavam de bravio, para pasto dos gados e para de lá se tirar o mato e a lenha, indispensáveis na vida dos lavradores.

Embora não tenhamos transposto para aqui a totalidade das informações relativas à fiscalidade que impendia sobre os casais da metade reguenga da vila rústica de Deão, mencionados no texto da inquirição feita pelos oficiais do rei, podemos afirmar que, praticamente, coincidem com as que ficaram registadas na inquirição de 1258.[14]

Os oficiais régios procuravam também conhecer a origem destas práticas ou costumes fiscais, tendo obtido dos jurados a informação de que o pagamento de um quarto dos frutos das terras recém-arroteadas e de um terço, no caso das cultivadas desde longa data, tinha sido estabelecido por Domingos Pais, de acordo com o disposto numa carta régia, de que viera munido.

De cada casal, o monarca recebia a eirádiga, que consistia numa *teiga*[15] — isto é, quatro alqueires — de milho (*miúdo*) e mais um *frangão* e dez ovos, pagos pelo dia de S. Cibrão ou Cipriano, que, no rito romano, então vigente, era a 14 de Novembro. Cada casal povoado devia dar ao rei nove soldos pelo S. Cibrão e outros nove soldos portugueses pelo Natal, a título de *direituras*.

Esta tributação incidia sobre os casais reguengos, que integravam metade da *vila* rústica de Deão. Faltam-nos indicações sobre a tributação aplicada aos moradores dos casais da Sé de Braga, dos mosteiros de S. Romão do Neiva e de Palme, da Ordem do Hospital e ao único pertencente a herdadores ou homens livres, mas não será difícil admitir que devia ser bastante menor, a avaliar pelo confronto feito pelos moradores que abandonaram as terras d'El Rei com os casais da Sé de Braga e da Ordem do Hospital, embora se saiba que os moradores dos casais de S. Romão do Neiva e de Palme eram obrigados a ir à anúduva e ao pagamento da portagem.

Mas, além destes pagamentos específicos de cada casal, a *aldeia*, isto é, a *vila* no seu conjunto — e já vimos que estes termos, neste caso, são convertíveis — pagava «por voz e por comha (*coima*)» treze maravedis velhos.

4. CONCLUSÃO

Consideramos desnecessário prosseguir as referências a pormenores desta *vila rústica*; e se nos detivemos a salientar alguns aspectos, que, afinal, os eleitores poderão encontrar na íntegra, em apêndice, fizemo-lo simplesmente com o propósito de vincar o carácter da rusticidade desta *vila*, numa fase tão adiantada do século XIII, em relação à tendência ascendente, que se vinha concretizando, pelo menos, desde a segunda metade do século XI, no sentido de significar povoação urbana, em detrimento da tradicional sinonímia de *vila rústica*.

A pervivência deste sentido, de par com o de *aldeia*, aplicado à mesma área, bem como o de *igreja*, como núcleo da paróquia aqui documentada, desde os finais do século XI, permite chamar a atenção para o vigor que o conceito de *vila rústica* ainda tinha em 1284, não só na mente das testemunhas juradas que prestaram as informações constantes desta inquirição, mas também na dos oficiais régios incumbidos de resolverem as questões inerentes às compensações devidas a diversos titulares, na sequência da constituição do concelho reguengo de Caminha.

Conhecemos o forte impulso dado por D. Dinis ao povoamento de muitas localidades do Reino e, por isso, só podemos interpretar o episódio despovoador acima registado como um protesto colectivo contra o que, em termos actuais, poderemos classificar de «carga fiscal», ignorando-se se posteriormente se chegou a algum acordo no sentido de os convidar ou motivar a regressarem. Em qualquer dos casos podemos afirmar que esta atitude colectiva de um pequeno grupo de foreiros régios, pelo menos temporariamente, foi mais radical do que a atitude dos povoadores de Montalegre, Monforte de Rio Livre, e Barroso que, em 1340[16] - cinquenta e seis anos depois - obrigaram D. Afonso IV, filho e sucessor de D. Dinis, a renegociar o valor tributário destes três concelhos da fronteira Norte, sob a ameaça de abandonarem as suas terras.

Detivemo-nos neste documento do referido processo de implantação da póvoa de Caminha, porque nos revela a existência e a estrutura de uma *vila rústica*, na margem esquerda do Lima, nos finais do século XIII, cabendo-nos observar, neste momento, que se os aspectos rurais atingiram um grau muito elevado, ao longo deste processo, não foi menor o sentido de justiça com que o rei D. Dinis pretendia compensar os antigos titulares dos bens por ele apropriados dentro do termo deste concelho, chegando os seus oficiais ao ponto de procederem à verificação da correspondência entre as medidas de Ponte de Lima, Pena da Rainha e do Mosteiro de S. Fins de Friestas, a fim de estabelerem equivalências rigorosas, de que já nos ocupamos no Simpósio comemorativo do VII Centenário do Foral de Caminha.

A terminar este breve estudo, julgamos ter deixado bem explícito que a área da aldeia ou paróquia de Deão coincidia com uma *vila* rústica, cujas existência, designação e estrutura fundiária procurámos dar a conhecer, evocando, de algum modo, o que Carlos Alberto Ferreira de Almeida fez em relação à *vila* de Silva Escura, Sta. Eugénia de Rio Covo, na margem esquerda do rio Cávado, nas proximidades do que viria a ser a actual cidade de Barcelos.

APÊNDICE

Documento

1284, *Setembro*, 2 - *Deão*
Estêvão Lourenço *e* Paio Eanes, *respectivamente, clérigo e povoador do rei, procedem à inquirição sobre a vila rústica de* Deão, *a fim de aí compensarem alguns dos esbulhados dos seus bens a favor do concelho de* Caminha.
A.N.T.T., *Direitos reais, liv.* 2, *fl.* 222.

«A el Rey outro; per que se mostra pertencer ao dicto senhor a metade d'aldea de Dayam com sas pertenças em que ha doze casaaes e outras propryedades e do que rendem etc. e a metade da outra metade pertencer aa See de Bragaa e a outra metade ao moesteyro de Sam Romãao de Neyva e o moesteyro de Palme e o Esprital seys casaaes, e os herdadores huum casal e todos dam renda a el Rey etc.

En'o nome de Deus amen. Na Era Mª CCCª XXIIª segundo dia de Setembro veo Stevam Lourenço clerigo del Rey e Paay Annes pobrador de Camya aa aldea de Sam Pedro de Dayam pera saberem todos os herdamentos rotos e por romper e todos os dereytos conhoçudos e emalheados e rendas e vallyas que esses herdamentos e dereytos de suso dictos podem valler em cada hum anno em annos cumunaaees e souberom a verdade de homees dessa aldeya e doutros logares jurados sobrelos Santos Evangeyos que dissessem a verdade das cousas davandictas. Das quaes testemuyas os nomes som estes que se seguem: primeyramente Joham Martiinz (fl. 222v) joyz de Jaraz, Martim Perez dicto da *Caal* que foy joyz per tempo dessa terra, Duram Meendiz, Stevam Martiinz dicto *Caldeyrom* moradores de Jaraz, Pedro Martiinz, Domingos Martiinz d'Oyteyro, Pedro Fagundiz, Afonso Domynguiz, Martim Fagundiz, Fernam Johanis, Domingos Martiinz, Fernam Perez da Ryba moradores de Dayam, Martim Perez prelado de Sam Momede de Douchristi, Joham Gomez, Duram Fernandez moradores de Douochristi. As quaes testemunhas forom preguntadas como se seguem e parece nas respostas e nos dictos das dictas testemuynhas aas preguntas, as quees testemuynhas todas disserom que a meyadade da aldeya de Dayam com todas sas perteenças a monte e a fonte he del Rey e diserom que assy lha saben trager e usar de longo tempo que se acordam. E disserom que el Rey soya a aver na sa meyadade doze casaes e que foy tempo que forom bem pobrados e depoys que el rey Dom Sancho deu essa meyadade a Martim Annes de Porto Carreyro e acrecentou Martim Annes hy huum casal dos herdamentos que tragiam os mayordomos por sas seearas. Os normes dos dictos casaes som estes que se seguem, convem a saber: o casal em que morou dona Eussença e o casal d'a par del em que morou Domingos da Costa e o casal d'Outeyro em que morou Pedro Collaço e o casal em que morou Martim Olhudo e o casal em que morou Pedro Bullugom e o casal em que morou Joham Novaaees e o casal em que morou Martim Fagundiz e o casal em que morou Domingos Martinz e o casal em que morou Pedro Martiinz e o casal de Lamas em que morou Pedro Dayam e dous casaes em Campo Redondo e o casal do Eyrado. E disserom que o casal de Lamas em que morou Pedro Dayam e o em que mora Domingos Martiinz e o de Meyogoo da Villa que

estes tres som pobrados e non mays e que todos os outros som hermos e som os demays dos herdamentos desses casaes lavrados dos homeens que moram nas aldeyas que eram d'arredor e disserom que som despobrados per razom que vam anudova a non vam ala os seus vezinhos que moram nas herdades de Bragaa e do Spital e porque o mayordomo fylha hy a carne e a palha e a lenha e faz mayores foros en levando o pam fora desse termo ao prestameyro e em outras cousas. E disserom que daquelles, que moravam em esses casaes que aviam alhur herdamentos e, que se forom pera elles e per esta razom som despobrados. E disserom que de cada hum destes casaes dam trigo por raçom de pam e de vinho e de linho e das cousas que Deos hy da salvo legumhas que dam de cada huum casal hũa teyga de favas quer haja quer non aja e dos herdamentos que romperom dam quarta. E disserom que non sabem quem posera a esses herdamentos que dessem terça dos rotos e quarta dos por romper salvo que dysserom que Domingos Paayz da Barca por carta del Rey e os outros da villa poserom que os que rompessem que dessem quarta do que rompessem. E disserom que do monte da messe ante que fosse partida ha el Rey d'aver sem o lavrador dez alqueyres de pam d'antr'ambos e os quatro alqueyres ham de seer do melhor centeo e os seys alqueyres ham de (fl. 223) ser d'avea e ha de dar huum alqueyre de triigo o lavrador de seu e des hy partirem. E disserom que ha d'aver el Rey de quinhom do lavrador hũua teyga de mylho por eyradiga e por Sam Cibrão huum frangão com dez ovos de cada casal con'o mylho davandicto por eyradiga. E disserom que de cada huum casal se for pobrado devem a dar por Sam Cibrão IX soldos e por Natal nove soldos portugueses por direyturas. E disserom que de toda a aldeya salvo tres casaes do Spital dam por voz e por coomha por renda XIII maravedis velhos. E disserom que o pam dos ditos casaes que ho ham de levar a Ponte ou a Darque quando el Rey tever a terra em sy e non a prestameyro. E disserom quando el Rey faz anudova antre Cadavo e Mynho que devem ala estar cada huum dos homeens del Rey sex domaas. E disserom que os sex casaes destes XIII som melhores per razom dos cortiinhaes e das roteas que hy fezerom que os lavradores que hy morarom mays quanto est nos herdamentos de fora som yguaes ca os partirom per a vara. Os nomes destes sex casaees melhores som estes, convem a saber, o casal do Meyogoo da Vylla e dous casaes em Pieyro e o casal de Lamas em que morou dom Symon e o casal em que mora Pedro Dayam e o casal de Campo Redondo em que morou Joham Paayz. E disserom que quando se homeem quer sayr de cada huum destes casaes davandictos que deve hy a leyxar huum quarto de maravedi ou cousa que o valha. E disserom que a annos cumunaees huuns pellos outros se a villa for bem pobrada e os casaees bem lavrados que valra (*sic*) XXX moyos em cada huum anno per medyda de Ponte. E disserom que se abrirem hũua aberta que hy ha por abrir que valra porem muito mays a villa. E disserom que han booas herdades que non som rotas nem lavradas que pode hy haver boom triigo e boom milho e boa avea se as romperem que est bem o quarto de todo o herdamento da villa por romper e fycarem herdamentos pera manter e pera pacer os gados. E disserom que todos estes casaees devem hyr a monte e a fonte a manter e a pacer tambem huum come o outro. E disserom que na agra de Jaraz ha el Rey duas leyras de ressyos no logar que chamam Comaro e a meya de hũua bouça no logar que chamam Recyros. E disserom que a meyadade da outra meyadade dessa villa de Dayam que est da See de Bragaa. E na outra meyadade ha hy o moesteyro de Sam Romãao de Nenha dous casaes. E o moesteyro de Palmi huum casal e o Spital tres casaees e est huum casal de herdadores. E de todos estes casaes dam na renda del Rey de suso dicta per razom da voz e da coomha e do homezio, salvo os do

Spital; e o casal dos herdadores deve a hyr ende anudova se o chamarem. E outrossy os homeens que morarem nos casaees dos moesteyros davandictos devem a hyr a anudova e outrossy dam portagem. E disserom que non sabiam unde Bragaa e o Spital e os moesteyros davandictos ganharom o herdamento davandicto da aldeya de Dayam. E disserom que Dayam parte com Douchristi como começa per o marco que chamam das Lousas e des hy aa alagoa do Sovereyro, e des hy aa mamoa que chaman de Vallença (fl. 223v) e des hy pello vallo que chamam de Johanne e des hy per cruzes que estam pello monte as quaes fez Martim Annes quando fez estas divisões, e des hy ao rego da Rugidoyra, e des hy veen se per essa agua.....[17] e parte com a aldeya de Jaraz e sal se[18] do ryo e entra no logar que chamam Radelho, e des hy vaay se como parte pello vallo com Ceguelhos e des hy pella do Mouro e des hy vaay se a Migido e des hy vay se per antre o campo e *Tresselho*[19] e des hy aa Pedra Fecada e des hy aa Pedra Alçada que est na divyl (*sic*)[20] e tem hũua cruz em cyma de sy. E parte com Sisto o des hy veen se ao Porto de Sisto e do Porto do Sisto como vay pella agua e des hy ao marco da Veeyga. E disserom algũas das testemuyas que o rio de Sisto era mudado contra Dayam e perdia hy el Rey herdamento. E non leyxam hy cortar os homeens de Dayam no ameal delo ryo alem; e desse marco da Veyga como vay aa veea de Limha e des hy pella vea e vay se ferir no marco primeyro das Lousas sobredicto.

E disserom que a eygreja de Dayam que est del Rey toda e ha d'aver as dyzymas de toda a vylla de Dayam e dos herdamentos de Dayam. E disserom que estas divisões que as fez Martim Anes sobredicto. Feyto foy este strumento na aldeya de Dayam na Era e no dia de suso dicto. Que presentes forom testemunhas: Joham Mendes, Pedro Martiinz de Jaraz, Roy Martiinz scudeyro, Joham Periz capellam de Jaraz e outros muytos homeens boons. E eu Pedro Stephenz publico tabellyom de Ponte de Limha con'os ditos Stevam Lourenço e Paay Annes a todas estas cousas davanditas e a cada hũua dellas presente fuy e est strumento com m[in]ha mãao propria escrepvi ende el est meu signal pugi hy en testemuyo de verdade que tal est. E eu Martim Fernandiz publico tabelliom de Camya a todas estas cousas de suso dictas e a cada hũua dellas presente fuy e pugi em este publico strumento meu signal em testemuyo de verdade que tal est».

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] SANTA ROSA DE VITERBO, Frei Joaquim de - *Elucidário...*, vol. II, Porto-Lisboa. Liv. Civilização, 1966, pp.632. BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., tomo VII, dirigida por ..., Lisboa, Sá da Costa - Editora, 1949, pp. 440-444. SAMPAIO, Alberto - *As villas do Norte de Portugal*, in *Estudos históricos e económicos*, com prefácio de Luiz de Magalhães, vol. I, Lisboa, Livraria Chardron, 1923, pp.43 e ss. SOARES, Torquato de Sousa - *Villicus* (Nota IX), in *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., tomo VII, dirigida por ..., Lisboa, Sá da Costa - Editora, 1949, pp. 440-444.

[1] SOARES, Torquato de Sousa - O. *c.*, p. 444.

[2] SANTA ROSA DE VITERBO, Frei Joaquim de - O. c., pp. 632: - «*Domus in agro, agri colendi, e fructuum condendorum, aut etiam habitationis causa constituta*».

[3] SOARES, Torquato de Sousa - *Villicus* (Nota IX), in *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., tomo VII, dirigida por ..., Lisboa, Sá da Costa - Editora, 1949, pp. 440-44.

[4] SOARES, Torquato de Sousa - O. *c.*, p. 444.

[5] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - O. *c.*, p. 146-147.

[6] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - O. *c.*, p.170-205.

[7] Além dos referidos, os outros jurados de Deão eram: Pedro Martins, Domingos Martins do Outeiro, Pedro Fagundes, Afonso Fagundes, Fernão Eanes, Domingos Martins, Fernão Peres da Riba; os restantes de Deucriste eram: João Gomes e Durão Fernandes.

[8] Ficou em branco o espaço de uma palavra.

[9] Por: *sai se*.

[10] Leitura duvidosa quanto ao início da palavra.

[11] Palavra incompleta, que pelo sentido deveria ser : *divisoria* ou equivalente.

[12] A título de exemplo, veja-se o nosso estudo A *Confraria de* S. *Domingos de Guimarães* (1498), in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, II Série, vol. I, 1984, p.31.

[13] *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum jussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Inquisitiones*, vol. I, fasc. III Olisipone, 1891, p. 328: - «*et senos modios de tritico de XVI alqueires in quarteiro per medida de Ponte*». Sobre a interpretação desta passagem e o valor dos submúltiplos do moio e outras medidas ver o nossa obra: *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian- JNICT, 1994, p.75.

[14] P.M.H. *Inquisitiones*, vol. I, p. 326-327.

[15] Embora haja *teigas* mais pequenas, a da medida de Ponte de Lima era de quatro alqueires. Cf. as nossas *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, p. 75.

[16] A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso* IV, liv. 4, fls : 47v, 51 e 67 . Cf. MARQUES, José - *Aspectos do povoamento do Norte de Portugal, nos séculos* XIII-XIV, in *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos* 150 *Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, 1965, pp. 231-232.

[17] Ficou em branco o espaço de uma palavra.

[18] Por: *sai se*.

[19] Leitura duvidosa quanto ao início da palavra.

[20] Palavra incompleta, que pelo sentido deveria ser : *divisoria* ou equivalente.

DOIS BISPOS PORTUGUESES DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XII

Armando Alberto MARTINS *

«Entre os grandes encomendadores românicos estão os bispos das dioceses (...) de Coimbra e Évora, os quais promoveram a construção das catedrais».

C. A. *Ferreira de Almeida, in* História da Arte em Portugal, *Lisboa, Alfa,* 1986, *v.* 3, *p.*14.

O século XII é, geralmente, considerado na história do Ocidente medieval como um período de grande criatividade, renovação e desenvolvimento; alguns autores já o têm apelidado de «século de renascimento» cultural[1]. Do ponto de vista do impulso de construções arquitectónicas famosas, recordem-se apenas dois nomes que por si sós sintetizam programas de larga visão e eram simultâneamente sinais de grandes ambições: o abade Suger de Saint Denis [1081-1151] e Diego Gelmírez [1100-1140], primeiro arcebispo de Compostela. Não menos importantes foram, paralelamente, outros «construtores», como o bispo de Paris, Maurice de Sully [1160-1196] ou João de Léon, bispo da antiga capital daquele reino.

Se é verdade que ao longo da centúria muitas coisas mudaram com alguma celeridade, os ritmos de evolução foram desiguais quer nos vários ramos do saber, quer nas várias áreas do quadro geográfico; de certo um dos espaços que maiores alterações conheceu foi a Península Ibérica. Na história de Portugal é o tempo da fundação da nacionalidade, do caldeamento cultural do mundo cristão com o muçulmano depois das conquistas de Santarém e Lisboa[2]. Na segunda metade do século, faz-se a consolidação das conquistas a norte do Tejo e o avanço decisivo para o sul, até ao Algarve, que apenas seria conquistado, definitivamente, como sabemos, em meados da centúria seguinte.

Por outro lado, na história religiosa o século XII é o *terminus* da chamada «era monástica»[3], a que, segundo querem alguns, se seguiria «o tempo das catedrais»[4], isto é, a «era dos bispos», das cidades que renasciam, com as suas escolas, o seu mercado e a emergência da engenhosa actividade de artesãos, mercadores, legistas e outros letrados, bem como de muitos outros inventores da nova consciência da sociedade urbana. Esta observação, sem deixar de ser verdadeira, é como todas as que rotulam períodos e instituições, demasiado simplificadora, deixando de fora outras realidades igualmente importantes mas que, esbatidas pelo tempo e não tendo deixado traços muito duradoiros, têm sido mal avaliadas. Com efeito, e para voltarmos à nomenclatura citada, à «era monástica», que afirmam ter-se iniciado com o «pai da Europa», S. Bento de Núrsia, em meados do século VI e concluído com «o último dos Padres», S. Bernardo de Claraval, em 1154, sucede, de facto, aquilo que poderíamos chamar a «era canonical», isto é, o tempo da influência preponderante dos cónegos regrantes - esses ilustres esquecidos da historiografia contemporânea, até há poucos anos[5] - que fizeram a transição do mosteiro para a cidade, prepararam o aparecimento dos Mendicantes e

contribuiram para a afirmação dos poderes episcopais reformados, quer tornando-se eles mesmos directos mentores - criando comunidades regrantes, reformando cabidos, ocupando sés episcopais, construindo catedrais, assumindo a direcção de colegiadas - quer através de outros institutos regulares ou seculares, como exemplarmente se pode documentar na história portuguesa de então. Foram grandes artífices do mundo novo que despontava com pujança.

Os dois «bispos-construtores» que escolhemos para este pequeno estudo são disso claro exemplo e se, porventura, a eles se deve a construção das sés românicas de Coimbra e Évora - o que pode ser contestado, como veremos seguidamente - não se lhes deve menos a «construção» e reorganização dessas mesmas sés enquanto instituições centrais e estruturadoras da vida material e religiosa nas amplas e ainda indefinidas regiões sob a sua jurisdição. Referimo-nos, depois da Reconquista, ao sétimo bispo de Coimbra, D. Miguel Pais Salomão (1162-1176) e ao segundo bispo de Évora, D. Paio (1180-1204). Duas figuras um pouco enigmáticas, bastante mal conhecidas por falta de suficiente documentação, mas a quem a historiografia recente tem prestado alguma atenção[6]. O seu melhor conhecimento pode levar-nos a uma visão mais completa das complexas realidades do tempo em viveram.

D. *Miguel Pais Salomão* [1162-1176]:

A vida conhecida do sétimo bispo de Coimbra, de origem moçárabe e homem de notável cultura[7] oscila entre a Sé, onde se teria formado, e na qual, ainda diácono, foi «*scriba*»[8] e depois cónego e, o mosteiro de Santa Cruz, onde se encontrava quando foi eleito bispo da cidade e para onde regressou quando, catorze anos mais tarde, resignou daquelas funções. Aí morreu, em 5 de Agosto de 1180 e lá jaz sepultado por sua expressa vontade[9].

São poucos os dados conhecidos sobre a vida deste bispo que nada nos deixou escrito nem sobre ele *Vita* alguma foi redigida por contemporâneos. O que sabemos gira em volta de dois acontecimentos maiores que então ocupavam a Sé coimbrã: a construção da sua catedral e a *Carta Libertatis* concedida ao mosteiro regrante e que tanto ruído e discórdia viria a provocar nos anos seguintes entre as duas mais importantes instituições da cidade do Mondego.

D. Miguel Salomão foi eleito bispo após um longo período de Sé vacante, depois da forçada demissão do prelado que muitos textos classificam de esbanjador, D. João Anaia (1147-1155)[10]. Pela dedicação às obras da Sé românica cuja edificação teria iniciado[11] e pela abundância de bens que lhe legou, alguns historiadores contemporâneos classificam-no com um dos seus maiores benfeitores de sempre, apenas se lhe comparando o exuberante mecenas e bispo-conde D. Jorge de Almeida (1483-1543)[12].

Aparece-nos D. Miguel, essencialmente como um organizador, benfeitor e construtor da sua catedral. Na verdadeira apologia pessoal que constituem as referidas páginas do primeiro cartulário, o *Livro Preto* - mandado confeccionar por ele mesmo - sobressaem três aspectos: a recuperação de bens e direitos alienados [já iniciada quando ainda Prior do cabido [1155-1160], a dinamização e financiamento das obras da sé, o conjunto de doações e generosas benemerências. O terceiro documento arquivado no Livro Preto, fol. 2 v., abre com uma significativa introdução: «*Minnotatio testamentorum sive hereditatum sedis sanctae Marie colimbriensis quae distractae fuerunt et delapidatae et venditae et a*

sede alienatae per quosdam antecessores presumptores eiusdem sedis episcopos. Sed a Michaele postea ipsius sedis episcopo eidem sedi magno labore et sudore multis adversantibus cum et sibi inimicantibus per multas tribulationes et oppera ei falso obicientibus Deo et sancta Maria et rege Alfonso adiuvantibus restitutae et redditae sunt »[13].

Paralelamente este homem pode ser considerado um outro dos «fundadores» do próprio mosteiro regrante de Santa Cruz, na medida em que lhe concedeu a citada *carta de liberdade*, em 1162, no próprio ano da morte do primeiro Prior-Mor, S. Teotónio. Permitia a esta instituição, eximir-se aos poderes do bispo, mais livremente edificar o seu património, alargar o âmbito da sua influência local e regional, enfim, seguir o programa previamente traçado: «*Ego Michael Dei gratia Colimbriensis episcopus, sciens, ut ait Beatus Gregorius, valde necessarium et honestum esse Deo* [...] *et attendens nichilominus Colimbriense monasterium Sancte Crucis a Sacrosancta Romana Ecclesia que caput et mater est omnium ecclesiarum, per Dei gratiam integram libertatem habere, laudo et confirmo et cum consensu meorum canonicorum spontanea voluntate confirmamus libertatem vobis, scilicet domno Johanni ejusdem monasterii priori* ...»[14].

A sua acção enérgica, em ambos os casos, acarretou-lhe forte oposição e o aparecimento de numerosos inimigos, quer entre os ladrões espoliadores[15] e todos aqueles que indevidamente tinham enriquecido à custa dos bens episcopais, muitos dos quais nos são bem conhecidos[16], quer entre os cónegos do seu cabido para quem a concessão das regalias crúzias fora feita obscuramente e de forma constrangente e que se tivesse sido levada por diante tal como foi outorgada teria sido o «*initium destructionis Colimbriensis ecclesiae*»[17]. A forma do exercício do seu governo seria, porém, apreciada por outros membros do cabido, como aquele Mestre Martinho que ao morrer, em 1175, legava um espólio cultural riquíssimo[18].

Sentindo-se atingido pela ingratidão dos seus próprios clérigos é então que D. Miguel sente necessidade de lhes recordar quanto havia feito por eles e pela Sé, tanto mais que alguns tinham ido longe de mais e, após a sua resignação, em 1176, e sua entrada de novo na comunidade dos regrantes, tinham escrito ao papa cartas difamatórias acusando o bispo de ter ele mesmo delapidado a Sé em benefício de Santa Cruz, doando aos Crúzios dinheiro, bens, livros e ornamentos litúrgicos que lhe não pertenceriam: «[*Michaelis episcopus*] *episcopatum assumtis, tandem renuntians ad vestram ecclesiam rediit et libros capell[e vobis] et vestes sacras reliquit*»[19]. Forçado já antes por acusações deste tipo, o prelado ditara para o *Livro Preto* três longas páginas, de certo debaixo de emoção, como parece deduzir-se da sua veemente apologia de provas *a contrario* para refutar as acusações de que se sentia vítima. A desordem da exposição, a repetição das afirmações e dos números, o cuidado de nada omitir, a preocupação de acentuar que muito do que pagara para construir e ornamentar a catedral, o que gastara com mestres de obras, as suas viagens, alojamento, as montadas e os criados que os haviam acompanhado de Lisboa a Coimbra, ou os muitos bens que doara [imenso dinheiro, cálices, cruzes, livros litúrgicos], fora quase sempre dos seus próprios bens pessoais e ditado apenas pela generosidade, emprestam ao texto escrito há mais de oito séculos um cunho de algo ainda vivo, que ocorreu recentemente e que os leitores do final do século XX sentem quase ter testemunhado.

Este balanço da sua acção ditado pela necessidade do momento serve para nós, hoje, como documento raro para avaliarmos como na segunda metade do século XII, em Portugal, decorria a acção de um bispo dinâmico e, na ausência de qualquer

teorização esboçada, o que ele entendia, na prática da vida quotidiana, dever ser a afirmação dos poderes episcopais em moldes contemporâneos.

Não se pense, do que acima ficou escrito, que D. Miguel tenha sido um «fraco bispo», manipulado pelos seguidores da *Regra de* S. *Agostinho*, que descurou os direitos do clero secular ou agiu mais conforme os interesses dos Regrantes. Apesar de Crúzio antes e depois do episcopado e, segundo a expressão de Rui de Azevedo, ele ter sido intimamente sempre um cónego regrante[20], durante o exercício do seu episcopado colocou, com intransigência, em primeiro lugar a defesa da sua igreja e do seu clero, como os historiadores geralmente reconhecem na linha do clássico quinhentista *Livro das Vidas dos Bispos de Coimbra*, de Pedro Álvares Nogueira ao classificá-lo de: *«zeloso do serviço de Deus e do bem da sua igreja»*[21]. A solução dada ao caso ocorrido em Mortede, na região de Coimbra, onde os Regrantes, à revelia, haviam edificado uma capela de serviço público, desafiando a sua autoridade, prova que era intransigente no que julgava serem direitos próprios: tendo mandado encerrar o referido templo e não tendo sido obedecido, foi ele mesmo que, à martelada, demoliu o próprio altar[22].

Esta forma de ver o papel do bispo, o conhecimento claro dos seus direitos e a sua intransigente defesa, a preocupação de reaver e reorganizar todos os bens materiais que por direito lhe pertenciam |veja-se também nesta linha a confecção do primeiro cartulário, o *Livro Preto*|, provendo simultâneamente ao seu aumento, a importância dada à construção da nova sé, desejada com centro imponente, rico, e activo, irradiador de cultura, pela sua escola e pelo seu *scriptorium*, de insignes tradições, a preocupação em enquadrar como novos equipamentos os mosteiros e outras instituições, o despojamento pessoal dos bens materiais e a forma do seu encaminhamento, caracterizam o sétimo bispo de Coimbra como um verdadeiro «construtor», um homem muito «moderno»[23] e já anunciador das inquietações que, em breve, os seguidores deste modelo iriam provocar ao ascendente poder monárquico. Com efeito não estavam longe os tempos em que os legistas de D. Sancho I ou D. Afonso II teriam que confrontar-se com um D. Pedro Soares |1192-1233|, ali mesmo em Coimbra, ou um D. Martinho Pires |1189-1209|, na Metrópole de Braga.

D. *Paio*, 2.º *bispo de Évora* |1180-1204|:

No mesmo ano em que em Coimbra falecia D. Miguel Salomão aparece-nos como bispo-eleito de Évora, D. Paio. A pouquíssima documentação chegada até nós sobre este prelado e as sumidas referências que lhe foram feitas na historiografia medieval e posterior trouxeram-no mais envolvido na lenda e na fantasia do que no conhecimento histórico, debatendo-se ainda hoje os historiadores se ele foi o segundo ou o terceiro bispo da cidade após a sua reconquista e ficando indecisos sobre o meio da sua proveniência e o alcance da sua acção[24].

O erudito e avisado D. Tomás da Encarnação, que escrevia em meados do século XVIII, com algumas aparentes boas razões diz ter sido também um cónego Regrante de Santa Cruz ou de S. Vicente de Fora de Lisboa[25], antes de ter passado pelo priorado da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Tendo-se, mais recentemente debruçado sobre ele um especialista da história da igreja medieval de Évora, Júlio César Baptista, julga não parecer sólida a afirmação do seu estado regrante, sendo indesmentível, dadas sobejas provas conhecidas, ter sido Prior da colegiada escalabitana, embora em data insegura[26]. A autora de uma brilhante e muito bem

documentada obra sobre Évora medieval fê-lo, igualmente, deão da sé de Coimbra, o que me parece ter sido improvável[27].

D. Paio aparece-nos citado na documentação régia a partir de 1180, onde em seis diplomas, até 1185, vem referido como «bispo-eleito» de Évora; da mesma forma o tratam três conhecidas bulas papais de 1180-1182[28].

Que aconteceria, trinta e cinco anos depois da conquista da cidade aos Mouros, na «*diocese mais pobre do país*»[29], assolada continuamente pelas acções militares de «razzia» e pela instabilidade de uma fronteira oscilante, embora crescendo economicamente como entreposto comercial, o que mais a tornava centro activo e passivo de pilhagens e desordens, quando por todo o país, a norte do Tejo era notório um esforço heróico de resistência através de grande produção literária sobre a temática da cruzada e da guerra santa contra o Infiel[30]? O probo Frei António Brandão diz não ter encontrando documentos que lhe justificassem tal situação, referindo apenas que em 1187 já confirmava como «bispo de Évora»[31].

As razões são-nos hoje mais claras e ligam-se com a acérrima disputa então travada entre as metrópoles de Braga e Santiago de Compostela acerca da sujeição de Évora e Lisboa. O complexo problema arrastava-se desde antes de 1180 e D. Paio, resistente, de certo a instâncias de D. Afonso Henriques, que desejava que a independência nacional não corradded riscos pela submissão de bispos portugueses em relação a Metropolitas do reino de Leão ou de Castela, foi dilatando a data da sagração episcopal e a prestação de obediência, apesar das assíduas recomendações papais em contrário. D. Afonso Henriques não quis desafiar a autoridade do papa mas fê-lo D. Sancho I, logo no primeiro ano do seu reinado, em 1186, levando os bispos-eleitos Soeiro de Lisboa e Paio de Évora a serem sagrados pelo Metropolita de Braga, D. Godinho. Tal atrevimento levaria a fortes admoestações dos interessados e a um processo instaurado a D. Godinho que se justificou perante os juízes delegados, em Tui, com a argumentação de que em nada inovara, visto já antes o seu antecessor, D. João Peculiar ter feito o mesmo [outrora com D. Álvaro em Lisboa e D. Soeiro em Évora] e motivado por razões de pobreza das dioceses em causa, o que não permitia aos seus titulares a deslocação à longínqua sede de Santiago, bem como pelo carácter de urgente necessidade dos bispos não deverem descurar a administração dos sacramentos e outras funções pastorais, em terras de tão grave risco face à mourama tão próxima[32].

O caso apenas viria a ser resolvido, definitivamente, pelo papa Inocêncio III que, pela bula *In causa duorum*, de 2 de Julho de 1199, inseriu as dioceses de Lisboa e Évora [e Idanha] na sujeição do Metropolita de Compostela, herdeiro, desde Diego Gelmírez, da velha metrópole de Mérida dos tempos pré-muçulmanos. Braga, por sua vez, via-se nesta anomalia, que iria continuar até aos tempos de D. João I, como metrópole das dioceses não portuguesas de Tui, Orense, Lugo e Mondonhedo[33].

Dois ou três outros factos conhecidos da acção do bispo D. Paio se não nos mostram com evidência que ele tenha sido em Portugal «outro Agostinho», como quer D. Tomás da Encarnação, pela promoção que na sua catedral teria feito da Regra do hiponense onde a comunidade capitular a teria seguido até ao ano de 1210[34] e pela imposição da mesma Regra a alguns grupos de eremitas da serra de Ossa[35], mostram-no-lo activo, primeiro em reorganizar o seu próprio cabido. Com efeito pela constituição, cujo original ainda hoje se conserva no Arquivo daquela instituição, de 24 de Abril do ano de 1200[36], procedeu à sua reorganização [quase diríamos à sua

«modernização», pois, de certo, já existia havia pelo menos três décadas| seguindo o modelo que então estava em voga em muitas catedrais e sobretudo, como o texto refere, em Coimbra: secularizou o cabido, procedendo à divisão dos bens pelas mesas episcopal e capitular, na proporção de 2/3 e 1/3; fixou o estatuto das três dignidades também já existentes (deão, chantre e tesoureiro), ou seja, afinal, pôs fim à vida comum[37]. Não é muito provável que tal tenha sido feito e de forma consensual, como o texto refere, por um antigo cónego Regrante de Santa Cruz de Coimbra!

Organizador da sua diocese, mesmo em tempos críticos, D. Paio não deixou de afirmar a sua autoridade face a outros institutos do clero local. Tendo sido criada em Évora, provavelmente pelos anos de 1175-1176, uma Milícia dos Cavaleiros |mais tarde ligados a Calatrava e chamados da Ordem de Avis|, por Frei Gonçalo Viegas de Lanhoso[38] e cujo principal objectivo, enquanto ordem monástico-militar, era a vigilância e defesa da cidade e da região contra o poderio muçulmano, cedo os Freires de Évora começam a ganhar importância económica e institucional, adquirindo privilégios e outros benefícios que, no entender do bispo colidiam com os seus. Não hesita, por isso, em entrar em litígio com eles e cercear algumas das benesses que incontroladamente iam aumentado. É nesse sentido que numa bula papal de 16 de Maio de 1201, Inocêncio III se dirige ao Prior de S. Vicente de Fora e a um monge de Alcobaça a fim de averiguarem as razões do dissídio e lhe porem fim, se possível[39]. Face às aspirações dos mesmos Freires, D. Paio autorizá-los-á através de uma composição a estabelecerem numa das suas casas da cidade, a albergaria de S. Miguel, mas não lhes permite fundar como desejavam, junto do castelo, uma confraria devido ao desentendimento entre as atribuições de jurisdição e benefícios, apesar das intervenções do rei e do metropolita. Cerceia-lhes, igualmente, direitos de sepultura de fiéis estranhos à milícia[40].

Temos, por outro lado, informações de que o segundo bispo de Évora era, reconhecidamente, um homem de justiça, provavelmente perito em direito, |ter-se-ia ele formado em Paris, como quer uma tradição, pouco fiável, visto andar veiculada pela pena nada escrupulosa de D. Nicolau de Santa Maria ?| e como tal vê serem-lhe cometidas atribuições de juíz delegado de Inocêncio III, ao menos, por duas vezes, em Maio de 1198, em contendas entre a Sé de Coimbra, os Templários e o Mosteiro de Santa Cruz[41].

O problema que mais tem sido debatido pela historiografia moderna acerca deste bispo prende-se, porém, com a fundação da sé românico-gótica de Évora, pretendendo alguns que a construção da maior sé de Portugal se deve a D. Paio |1180-1204| e outros, mais recentemente, que tal feito deve ser atribuído ao bispo D. Durando Pais |1267-1283|, portanto, quase um século mais tarde[42].

Não pretendemos tomar parte na discussão ainda hoje em aberto. Mas, em favor do nosso «*bispo-construtor*» recordamos dois documentos que nos parece não terem sido suficientemente valorizados e que, por isso, fazem persistir a nossa dúvida sobre o verdadeiro iniciador da construção: o codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho I, de 1188, e uma doação feita à Sé, em 1221, por D. Afonso II. Referindo-se a Évora, no primeiro dos diplomas citados, D. Sancho I deixa 50 marcas de prata para que seja feito «*um frontal da Sé*»[43]; no segundo documento, o terceiro rei de Portugal fazia a doação de 600 morabitinos velhos «*para a obra da Sé*»[44]. Estas duas passagens parecem mostrar-nos, com evidência, que entre os anos de 1188-1221, ao menos, havia em Évora obras da Sé. E são indicativo, de certo, de acção do bispo nessas mesmas obras. Ou seja, D. Paio

dificilmente pode ser desligado das obras de construção de uma Sé na cidade que Geraldo Sem Pavor conquistara, definitivamente, aos Mouros, em Setembro de 1165.

Não seria de grande atrevimento, tentar construir uma catedral numa cidade ainda de destino tão incerto face aos repetidos e temíveis ataques do poder muçulmano quando tão recentemente todas as conquistas cristãs a sul do Tejo tinham sido de novo perdidas[45] e Évora, só por um esforço hercúleo e pela força imbatível da sua Milícia[46] conseguira manter-se de pé, qual ilha no meio de vasto mar encapelado?

Pelo que acima ficou dito a cristandade alentejana tinham um bispo capaz de ousadias e e uma das formas de melhor garantir a segurança era construir solidamente o bastião episcopal, protegendo-o com defensivas torres, sólidos muros e alterosos contrafortes, face ao exterior, mas organizando-o internamente dentro das suas muralhas, com uma igualmente sólida armadura institucional. Resistente que fora à Cúria romana e à chancelaria metropolitana galega «construiria», bem assente, a sua igreja episcopal. E depois, se necessário fosse não seria ele capaz de estimular a que se empunhasse uma espada? Não fora D. Paio, poucos anos antes, destemido condutor de «presúrias» nas terras baixas do Tejo, entre Alcoentre e Rio Maior? Apesar de tudo, a sua cidade devia considerar-se tortaleza inexpugnável, pois até D. Sancho I confiava em algumas das suas torres, tanto como nas de Coimbra, para, tranquilamente, aí guardar parte do seu tesouro[47].

O breve estudo de alguns aspectos mais conhecidos da acção destes dois bispos ducentistas portugueses impõe, não tanto que tiremos conclusões, mas que retenhamos algumas ideias. Mostra-nos, em primeiro lugar que se trata de dois prelados muito activos e esclarecidos, bons conhecedores dos seus direitos e deveres, na linha reformadora inaugurada nos finais do século XI pelos «clérigos e papas gregorianos» e aprofundada pelos sucessivos concílios lateranenses de 1123, 1139 e 1179, antes de, por forma mais solene, ser sancionada no IV concílio de Latrão de 1215, quando ambos já tinham desaparecido. Tal sanção, porém, não encerraria o debate do século XII acerca da função do bispo, da riqueza e da pobreza na igreja e sobre as «*res ecclesiae*» [de que a controvérsia entre Cister e Cluny era apenas um aspecto]. Para muitos era válido o princípio «*qui seminat spiritualia debet recipere temporalia*» e a pobreza devia ser para os homens da Igreja e não para a Igreja, como o próprio papa Pascal II aceitara, em 1116: «*possua, pois a Igreja, mãe e senhora, bens e coisas e que as possa distribuir e dar aos seus filhos como melhor souber e lhe aprouver*»[48].

Homens preocupados em tornar fortes e poderosas as suas igrejas, D. Miguel e D. Paio procuraram dotá-las de bens materiais e provê-las dos equipamentos mais urgentes; tornaram-se verdadeiros «construtores»: de obras das suas sés e da organização patrimonial e institucional que havia de perdurar muito para além deles mesmos. Face a essa imposição debatem-se com problemas vários: de um lado a recuperação de bens e direitos espoliados, do outro, a «personalização das prebendas» e benefícios dos cabidos [a que logo se ligaria a possibilidade de não residência], as incertezas do espaço e do tempo, com a urgência de quase tudo ter que realizar desde a base; enfrentam a oposição de poderosos e de institutos que, de alguma forma, lhes poderiam ser rivais: num caso o mosteiro de Santa Cruz e a Ordem dos Templários, pelo menos; no outro, os Freires da Milícia de Évora. Os bispos apoiam, inquestionavelmente, a sua acção, mas desejam mantê-la sob controle, partindo do princípio que na diocese a autoridade, em matéria religiosa, é apenas o bispo. O

recurso à distante autoridade papal que não se fará esperar, por parte de quem lhes disputa poder e iniciativa, começa já a fazer sentir os efeitos da crescente «monarquia pontifícia».

Como inseri-los no debate a que acima fizemos alusão e que se referia ao lugar que a riqueza ou a pobreza deveria ter na igreja episcopal? Em meu entender eles eram ainda devedores da corrente que mais peso tinha exercido no início do século e estavam a ser ultrapassados pelas novas ideias que já começavam a afirmar-se para lá dos Pireneus - modelo que os primeiros Mendicantes haviam de concretizar entre si -, que já os cónegos Regrantes, às portas da cidade, há muito anunciavam, mas sempre, com escassa audiência e que, no século seguinte, já encontrariam «ouvidos de mercador» entre muitos detentores do poder episcopal.

APÊNDICE

A. *Relação dos bens doados pelo bispo* D. *Miguel Salomão para as obras da Sé de Coimbra e outras finalidades.*

«In episcopatu jam ipse idem episcopus dedit in opere Sedis ex sua facultate quingentos morabitinos ad honorem Dei et Beatissimae Mariae Matris eius ut ipsa subveniat et in ei judicii coram filio suo Salvatore nostro. Et canonicis eiusdem Sedis L.ª morabitinos.

Unum etiam jugum boum obtimorum in opere missum valens tunc duodecim morabitinos.

In augmentando tabulam altaris argenteam VIIem marcas argenti et dimidium pro LXª et VIIIº morabitinis. In duos cantarinos ad infundendum vinum et aquam in calicem VIIIIem morabitinos in unam marcam argenti cum sua opera. In alia tabula de ante altare deaurata quam fecit magister Ptolomeus per unum annum Cm La morabitinos. In alia tabula de super altare deaurata historia Annuntiationis Sanctae Mariae depicta DCtos morabitinos.

Magistro Bernardo qui in opera ecclesiae magister fuit per decem annos Cm et XXIIIIor morabitinos, excepta annona quam ei dabat episcopus ad suam mensam et vestimento uno corporis sui in unoquoque anno valente IIIes morabitinos. Magistro Ruberto de Lisbona qui venit ibi per IIIIor vices ut melioraret in opere et in portali aecclesiae per unamquamque vicem VIIem VIIem morabitinos dedit et in expensa panis et vini et carnis cum suis IIIIor jumentis et IIIIor mancipiis per illas vices quibus ille stetit in illo opere Xem morabitinos.

Et mille quingentos de episcopatu in opere etiam Sedis per manum de Martino seniore.

Unum jugum boum optimorum in opere missum preciatum in XII morabitinos in opere aecclesiae dedit.

Suerio quoque magistro post mortem Bernaldi magistri semper dat unum vestimentum et I quintale de vino et I panis modium.

In aquamanile et bacia ad serviendum altaria quas Felix aurifex operatus est VIIem morabitinos dedit; in zoccos IIos morabitinos ad opus missae pro sandaliis. Unum calicem auri purissimi de censu episcopatus fecit ibi fieri IIIIor marcas appendentem jussu regis Domni Alfonsi.

In compositione et expositione arae purissimi auri in ducentos morabitinos et eo amplius VIIIIem marcas auri et unam unciam et medium auri appendente ad honorem Sanctae Trinitatis et Beatissimae Virginis Mariae ut ibi, scilicet, in sanctissimo altari ejusdem Virginis in perpetuum delegata permaneat, dedit in opere cujus sanctae crucis ex propria facultate sua isdem Micael episcopus ducentos morabitinos VIIIIem illas marcas supradictas et dimidium dedit pro remedio animae suae et remissione suorum delictorum et ut Deus misereatur animae suae hic et in futuro. Amen.

Sunt etiam affixae in metallo auri crucis ejusdem de Sepulcro Domini pars una major et aliae particulae minores de lapide vero de Monte Calvariae duae partes in una quarum in medio crucis est imago crucifixi Domini sculpta diligenter in lapide, et ad pedes ejus particula ligni pretiosi sanctissimae crucis Domini immissa, et ex una parte imago sanctissimae Virginis juxta crucem stans, in altera autem parte sancti Johannis imago; ad pedem vero crucis aureae in fundo est alia pars de lapide loci Calvariae auro infixa in qua per longum et per transversum notatur pars preciosi ligni in modum crucis sepulcri Domini desuper in lapide intromissa ita quod lignum Domini aperte exterius omnibus appareat.

Postquam dimisit episcopatum dedit Sedi quatuor purpuras in Cm morabitinos emptas. Et in opere aecclesiae DCCtos morabitinos per manum Nuni Gutieriz, et alia vice alios quingentos morabitinos per manum Nuni Gutierriz in presentia Domni Vermudi episcopi; et unam casulam de modebage vermelio quae fuit empta in XXti Ve morabitinos. Et fuerant jam missi de episcopatu in opere sedis mille quingenti morabitini per manum suam et Martini senioris; et bracales in quingentos morabitinos preciatos, et fiunt insimul duo millia morabitinorum. Postea dedit alios mille morabitinos in opere sedis de suo proprio per manum episcopi Domni Vermudi et Nuni Gutierriz.

In Sancto Johanne misit CCCCtos morabitinos in constructione domorum; ibi etiam fecit dari unam crucem argenteam VIIIIem marcas appendentem pro anima illustrissimae reginae Domnae Mahaldae. Requiescat in pace.»

ANTT, *Livro Preto*, fl. 3 v. - 4 v.ed.
Pierre David, A *Sé Velha de Coimbra das origens ao século* XV, Porto, Portucalense Editora, 1943, pp. 106 - 107; ed. António de Oliveira, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977, vol. I, pp. 8 - 9.

B. *Carta original pela qual o bispo* D. Paio, *em* 24 *de Abril de* 1200, *reorganiza o Cabido da Sé de Évora*.

«In nomine sancte et individue Trinitatis: Patris et Filii et Spirituas Sancti. Ego Pelagius Dei gratia Elborensis episcopus potius divina comotione ductus quam facultatum copia prono animo et bona voluntate, do et concedo universitati canonicorum meorum terciam partem de prediis sive hereditatibus tam populatis quam non populatis et de redditibus atque utilitatibus ecclesie nostre undecumque provenientibus atque provenien|dis| exceptis prestimoniis quibusdam canonicis meis assignatis que auctoritate mea possederunt et possident et anniversa|ria| omnis eis dimitto. Et hoc facio Dei intuitu atque peccatorum meorum remissione et ut ipsi et successores eorum annual|em mei | memoriam specialiter faciant et super

monumentum meum cum pompa honeste exeant. Habeatis igitur vos supradicti |canonici| et successores vestri terciam partem de omnibus supradictis. Relique vero due partes mihi et successoribus meis manean|t firmiter | concesse. Et si vos vel successores vestri de utilitatibus ecclesie nostre provenientibus aliquid comparando augmen|tare potueritis| sine ulla contradictione vobis habeatis et secundum vestram voluntatem, consilio et arbitrio mei inde disponatis. |Similiter si| ego vel successores mei de nostris utilitatibus aliquid comparando augmentare poterimus sub nostra |potestate et do|minio firmiter permaneat. Facta esta autem hec constitutio sub presentia venerabilis prefati episcopi et pri|mi| decani Suerii. Cantoris Fernandi thesaurii Martini et aliorum canonicorum. Assignavimus autem communi consen|su| canonicorum decano canonias prout in ecclesia Colimbriensi decanus habet et prestimonia sua ei confirmavimus. I|tem cantori duas| canonias assignavimus. Ceter|a aliaque ad the|sauraria spectant; habeat prout thesaurarius Colimbriensis.

Nomina canonicorum sunt hec: Magister Dominicus. Petrus Guimaranes. Pelagius Petri. Petrus Petri. Andreas Mendi. Menen|dus Gonsalvi. Suerius Pelagii|. Pelagius Ovequiz. Martinus Menendi. Petrus Johannis. Johannes Johannis. Johannes Alviti. Stephanus Suerii. Gunsallus |Gunsalvi. Petrus Gunsalvi|. Pelagius scriba. Petrus Menendi. Fernandus Pelagii. Facta est karta VIII kalendarum Maii sub Era M |CC XXX VIII| Regnante domno illustrissimo rege Sanctio, Ut autem huius constitutionis scriptura firmum et perpetuum |robur obtineat ego supradictus P. episcopus| hanc kartam roboro et confirmo et bulla mea muniri facio. Numerum sup|radictorum canonicorum sub Juramento confirma|mus, quod nullus recipiatur ante quam canonia vacacet. Qui autem huius nostre |constitutionis paginam infringere temptaverit| cum impiis qui non resurgent in iudicio reputetur. Omnipotentis Dei contra se ira|m sentiat et sanctorum Apostolorum Petri et Pauli et in hac vita| et in futuro vindictam sentiat. Orbis terrarum pugnet contra eum |et cuncta elementa sint ei contraria. Observan|tes autem huius nostre constitutionis paginam. Omnipotentis gratia prote|gat et auctoritas beatorum Apostolorum Petri et Pauli ab omni| peccatorum vinculo absolvat.»

Arquivo do Cabido da Sé de Évora, EEI
ed. C. Silva Tarouca, in A *Cidade de Évora*, 7 - 8, (1944), pp. 66 - 67.

NOTAS

* Universidade de Lisboa.

[1] O primeiro autor moderno a vê-lo assim foi Ch. H. Haskins, na sua hoje envelhecida obra, *The Renaissance oh the Twelfth Century*, Cambridge Mass., 1927. Outros lhe seguiram o rasto aprofundando o conceito. Veja-se por todos a obra colectiva do cinquentenário da edição de Haskins, *Renaissance and Renewal in the Twelfth Century*, R. L. Benson, G. Constable, ed., Cambridge Mass. and Harvard University Press, 1982 (sobre o colóquio de 1977). Podem ver-se ainda, *Le XII.e Siècle, Mutations et renouveau en France dans la première moitiée du XII.e siècle*, études publiées sous la dir. de Françoise Gasparri, Paris, Le Léopard d' Or, 1994; J. Verger, *La Renaissance du XII.e siècle*, Paris, Cerf, 1996 [no prelo a tradução portuguesa].

[2] José Mattoso, *O essencial sobre* A *Formação da Nacionalidade*, Lisboa, INCM, 1985.

[3] A expressão é já clássica e encontra-se ainda em L. J. Rogier, R. Aubert, M. D. Knowles, (dir.), *Nouvelle Histoire de l' Église*, vol. II, M. D. Knowles et D. Obolensky, Paris, Ed. du Seuil, 1968, pp. 141-155. Para uma visão mais doutrinal e um pouco diferente veja-se a interpretação de J. Pelikan, *The Christian Tradition*. A *History of the Development of Doctrine*, vol. 3, Chicago, University of Chicago Press, 1978.

[4] Tal epíteto é hoje muito conhecido devido a uma famosa obra de G. Duby, O *Tempo das Catedrais*, Lisboa, Estampa, 1978. Se o autor desloca um pouco o âmbito temporal, afirma claramente: *«os horizontes da civilização europeia modificaram-se profundamente entre* 1130-1280».

[5] Vide a esse respeito a minha tese de doutoramento, apresentada à Universidade de Lisboa em 1996, Armando Alberto Martins, O *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra séculos* XII-XV, *história e instituição*, [edição no prelo].

[6] Baste apenas recordar o interesse dedicado à figura de D. Miguel Salomão por Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1935, ou Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria F. Marques, *Bulário Português Inocêncio* III (1198-1216), Coimbra, INIC, 1989; a mais recente e bem documentada biografia de D. Paio de Évora deve-se a J. César Baptista, «Restauração da diocese de Évora», in A *Cidade de Évora*, 58, (1975), pp. 94-111.

[7] Cfr. José Mattoso, *Ricos-Homnes, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Editores, 1982, p. 189.

[8] António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, Porto, BPMP, 1964, p. 58, n. 29. O autor, de certo por engano, coloca o episcopado de D. Miguel entre 1162 e 1172. Afirma que como escriba da Sé de Coimbra foi colaborador da chancelaria régia e redigiu por sua mão a carta de couto do mosteiro de Arouca, em Janeiro de 1143, bem como o foral concedido aos povoadores de Germanelo.

[9] Uma lápide seiscentista, hoje quase ilegível, na parede do claustro que o liga com a capela mor da igreja assinala essa sepultura. Cfr. A. Nogueira Gonçalves, *Mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra, Epartur, 1978, p. 40.

[10] *Livro Preto da Sé de Coimbra*, fls. 2v-3v. Cita-se uma longa lista de bens que D. João Anaia teria alienado da Sé, muitos dos quais em favor de membros da sua família e outros senhores da região. P. David, A *Sé Velha de Coimbra das origens até ao século* XV, Porto, Portucalense Editora, 1943, p. 34, n. 1.

[11] É como se sabe a tese tradicional defendida em especial por A. Ribeiro de Vasconcelos, A *Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, vol. I, Imprensa da Universidade, 1930; vol. II, Coimbra Editora, 1935. A ela se opôs Pierre David, A *Sé Velha de Coimbra das origens ao século* XV, Porto, Portucalense Editora, 1943, para quem a construção da Sé é obra de D. Afonso Henriques e ter-se-ia iniciado muito antes do episcopado de D. Miguel, no tempo do bispo francês D. Bernardo, entre 1139-1142.

[12] As benfeitorias concedidas à Sé foram minuciosamente registadas no cartulário que o mesmo prelado mandou redigir, o *Livro Preto*, nos fls. 3v.-4. Esta parte da obra foi já editada por A. Oliveira, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. I, 1977, pp. 8-9. Posteriormente o obituário da catedral, *Livro das Kalendas*, organizou e sintetizou essas benemerências no dia do aniversário, em 5 de Agosto. *Liber*

Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (*Livro das Kalendas*), ed. de Pierre David e Torcato de Sousa Soares, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948, vol. II, pp. 73-74. A comparação entre os dois prelados é feita por Avelino de Jesus da Costa, «A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos sécs. XI a XVI», *art. cit.*, p. 74.

[13] ANTT, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, fl. 2 v., *ed. cit.*, vol. I, p. 5.

[14] Do documento outorgado apressou-se o bispo a dar conhecimento ao papa Alexandre III, *Livro Santo de Santa Cruz*, ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, INIC, 1990, pp. 101-102) e obter a sua confirmação, o que logo conseguiu pela bula *Ad hoc universalis ecclesiae*, de 16 de Agosto de 1163. Ibidem, pp. 103-106.

[15] Os seus nomes estão bem legíveis no *Livro Preto* da Sé: «*Haec sunt nomina illorum qui predictas hereditates contra ius et contra rectum sibi detinebant et sedem episcopalem suis bonis male expoliaverunt ad perditionem animarum suarum* [...] *Jhoazinus, Arias Cendoniz, Johannes Petris, Alvitus Cabeza, Petrus Filiz, Truitzendus Balistarius, Pelagius Lauzanus, Petrus Dominiquiz, Ramirus Piscator, Dominicus Quantiaz, Rodericus Moniz,* [...] *Martinus Anaia* ...», etc. São cerca de quarenta, terminando a enumeração com a expressão «*et alij quamplures*», acrescentando o texto que até mulheres e mesmo judeus! Para melhor identificar um familiar do bispo Anaia, vide Leontina Ventura, Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz, o.c.*, Introdução, pp. 48-50.

[16] Alguns dos seus nomes vêm citados por José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros, o.c.*, pp. 190 e 222.

[17] A afirmação pertence ao cónego da Sé, Mestre Domingos e foi uma das suas respostas ao *Inquérito* mandado instaurar por Inocêncio III, antes de 1 de Novembro de 1200. Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Marques, *Bulário Português Inocêncio III, o.c.*, p. 119. Sabemos que, afinal, a afirmação era hiperbólica, pois, a concessão acabaria por ser mantida e nem por isso a Sé conimbricense desapareceu! Para mais pormenores veja-se A. G. da Rocha Madahil, *O Privilégio do Isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1940 ou Rui de Azevedo, na obra citada acima, na nota 6.

[18] *Livro das Kalendas*, 1 de Fevereiro, o.c., vol. II, p. 79. Entre os bens doados figurava a rica biblioteca que incluía livros de aritmética, medicina, astronomia e um ábaco. Cfr. Avelino de Jesus da Costa, «A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 38 (1983), p. 57.

[19] Não conhecemos as cartas enviadas ao papa mas apenas a sua resposta indicando aos Regrantes e a D. Miguel de que o acusavam. Vide Carl Erdamnn, *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, 1927, pp. 257-258, n. 84.

[20] Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1935, p. 29.

[21] Pedro Álvares Nogueira, *Livro das Vidas dos Bispos de Coimbra*, lido, prefaciado e publicado por A. Gomes da Rocha Madahil, Coimbra, 1942, p. 53. O original é de finais do século XVI, sendo o seu autor cónego da catedral e escrivão do cabido.

[22] Cfr. Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Marques, *Bulário Português Inocêncio III, o. c.*, p. 141.

[23] Esta ideia de «moderno» deve entender-se na linha seguida por muitos outros bispos do Ocidente, nessa época, em que se discutia se a melhor forma de incrementar o papel da Igreja na sociedade era através do regresso à vida de pobreza dos primeiros tempos do Cristianismo ou, ao contrário, pela acumulação de certos bens que permitissem uma Igreja rica e poderosa impor-se verdadeiramente ao mundo. Este debate-iniciado muito antes do aparecimento dos Mendicantes-foi mais acesso em França e na Itália, mas não deixou de ter adeptos entre nós. Cfr. G. G. Merlo, «Proprietà ecclesiastiche e potenza delle chiese vescovili nel secolo XII», in *Storia dell' Italia Religiosa*, a cura di G. de Rosa, T. Gregory, A. Vauchez, Roma, Laterza, vol. I, 1993, pp. 293-309.

[24] Os defensores da existência de um segundo bispo em Évora, pelos anos de 1177-1179, depois da morte de D. Soeiro I [1166-1176], baseiam-se, unicamente, numa confirmação do foral de Abrantes, de Dezembro de 1179, em que um D. Fernando subscreve como «*episcopus elborensis*». A. Reuter, *Chancelarias Medievais, o. c.*, doc. 247, p. 273. É, com efeito, uma base muito precária para a argumentação e trata-se, muito provavelmente, a nosso ver, de erro de copista.

[25] D. Thoma ab Incarnatione, *Historia Ecclesiae Lusitanae*, *Colimbriae*, 1762, tom. III, pp. 17-19. O autor baseia a sua afirmação no facto de o nome do bispo de Évora aparecer registado no *Necrológio* do mosteiro regrante de S. Salvador de Grijó, onde podia ler-se: «*Sexto Idus Septembris obiit* D. *Pelagius Eborensis Episcopus Canonicus* S. *Crucis in Era* 1242». Da mesma opinião era J. P. Ribeiro que cita como fonte um necrológio de S. Vicente de Fora. J. P. Ribeiro, *Dissert. Cron. e Crít.*, V, p. 164.
Recordando como eram redigidos, copiados e actualizados os obituários destes mosteiros, e dado não ter chegado até nós nenhum dos tempos medievais, permanece a dúvida, porque, muitas vezes, a confusão de um copista difundia-se, posteriormente, por muitos outros. A meu ver nenhuma prova existe para aquilo que é apenas provável.

[26] Tais provas existem e estão publicadas. Avelino de Jesus da Costa, «Inventário dos Bens e Obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém», in Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 36, (1981), pp. 12: «*Item Domnus Pelagius prior prefate ecclesiae* [S. *Mariae de Alcaçova*], *qui fuit Episcopus Eborensis, apprehendit quasdam hereditates seu possessiones pro ipsa ecclesia in Alcaçova de Rivo Maiori, termini Sanctarene, quando terra de novo dividebatur inter populatores*».
Como se vê a afirmação é clara e explícita sobre algumas das acções do Prior da Colegiada: era presor e em presúria consegiu obter mais propriedades e bens para a sua igreja! Tal afirmação traz à nossa memória a acção de outro contemporâneo, D. João Teotónio, segundo prior do mosteiro de Santa Cruz que, por esses anos brandia também a lança contra os Mouros [embora o estro poético de Camões atribua essas façanhas a seu tio, o santo e manso D. Teotónio, primeiro prior].
Vejam-se estes mesmos documentos sobre D. Paio editados, com ligeiras variantes, por Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980, pp. 41 e 50. Para documentação sobre a vida da mesma colegiada, nos finais do século XII, L. D. Villela da Silva, *Memórias Históricas da insigne e real collegiada de Santa Maria de Alcáçova da villa de Santarém*, Lisboa, Impressão Régia, 1817.
Desta forma discordamos de J. César Baptista quando afirma que de D. Paio não existe nenhum dado biográfico seguro anterior à sua eleição para bispo de Évora, em 1180. Cfr. J. César Baptista, «Restauração da diocese de Évora», in *A Cidade de Évora*, 58, (1975), p. 95.

[27] Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, JNICT, 1995, p. 231. As razões da nossa discordância são várias: Nem M. Ribeiro de Vasconcelos, na sua «Notícia histórica do mosteiro da Vacariça, doado à Sé de Coimbra em 1094 e da série chronológica dos bispos d'esta cidade desde 1064», em que foi tomada aos Mouros, in *Memórias da Academia das Sciencias de Lisboa, 2.ª classe*, T. I.,P. II, Lisboa, 1854, nem A. Ribeiro de Vasconcelos, na lista dos priores-deões da segunda metade do século XII, publicada em A *Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, vol. I, p. 50, lhe fazem alguma menção. Da mesma forma o *Livro das Kalendas* da mesma Sé nada dele diz, o que, provavelmente não aconteceria se tivesse sido aí deão.

[28] A. Reuter, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, I, diplomas de Julho de 1180, Setembro de 1180, Abril de 1181, Julho de 1181, Dezembro de 1183, Novembro de 1185. As bulas: duas de Alexandre III, 29 de Dezembro de 1180 e uma de Lúcio III, de Junho de 1182/1183: C. Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, *o.c.*, pp. 253, 255 e 287.

[29] Segundo afirmam Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora, 1967, vol. I, p. 92 e J. César Baptista, «A Catedral de Évora estudo histórico», in A *Cidade de Évora*, 57, (1974), p. 24. O primeiro destes historiadores, no entanto prova pelo «Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarve, pelos anos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas» que, nos inícios do século XIV, a mitra de Évora era já a terceira mais rica do país, logo a seguir a Lisboa e Braga. Fortunato de Almeida, o.c., vol. IV, pp. 133 s. Vide opinião mais reservada de M. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, *o.c.*, p. 229.

[30] Cfr. José Mattoso, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. II, pp. 79s.

[31] Frei António Brandão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 227.

[32] Para mais pormenores, J. César Baptista, «Restauração da diocese de Évora», *art. cit.*, pp. 97-102. Estas razões tinham sido já avançadas por D. Tomás da Encarnação, no século XVIII, *o.c.*, vol. III, p. 19.

[33] Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Marques, *Bulário Português Inocêncio* III, *o.c.*, pp. 69-74.

[34] D. Thoma ab Incarnatione, *o. c.*, vol. III, p. 18.

[35] Frei Manuel de S. Caetano Damásio, *Thebaida Portugueza*, Lisboa, 1793, t II, p. 169, onde se pode ler: «*O bispo de Évora D. Paio, recebeu benevolamente os nossos Eremitas (...) ordenou-lhes estatutos e que observassem a Regra de Nosso Padre Santo Agostinho, por ser este Prelado Cónego Regular da Observante Congregação de Santa Cruz de Coimbra*».

[36] O diploma a que nos referimos foi editado a partir do original, por Carlos da Silva Tarouca, «Os mais antigos documentos do Arquivo da Sé de Évora», in *A Cidade de Évora*, 7-8, (1944), pp. 66-67. Já anteriormente lhe fizera uma outra edição Gabriel Pereira, em *Documentos históricos da cidade de Évora*, 1885, mas o seu texto fora tirado de uma cópia tardia e que difere bastante do original.

[37] Vide diploma no nosso Apêndice B; para outra interpretação do mesmo diploma cfr. Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, *o. c.*, p. 509.

[38] José Mattoso, *História de Portugal*, *o. c.*, pp. 79 s.

[39] Avelino de Jesus da Costa e M. Alegria Marques, *Bulário Português*, *o. c.*, p. 154.

[40] Cfr. J. César Baptista, «A Catedral de Évora estudo histórico», *art. cit.*, pp. 100-101.

[41] Tais atribuições foram-lhe cometidas por Inocêncio III, logo no início do seu pontificado, em 14 e 27 de Maio, de 1198, pela bulas *Innotuit nobis* e *Oblata nobis*. Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria M. Fernandes, *Bulário Português*, *o. c.*, pp. 7-8 e 15. O facto de o pontificado de Inocêncio III se ter iniciado em 22 de Fevereiro desse mesmo ano e Lotário di Segni ter estudado teologia em Paris, antes de ir estudar direito em Bolonha, poderiam ser indicativos hipotéticos de terem sido condiscípulos nas margens do Sena, caso se provasse que D. Paio aí estudara. Tudo isto, porém, não passa de meras conjecturas.

[42] A maioria dos historiadores da arte portuguesa, ainda hoje, talvez na linha das informações de André de Resende, «História da Antiguidade da cidade de Évora», in *Obras Portuguesas*, ed. de J. Pereira Tavares, Lisboa, Sá da Costa, 1963, p. 55, situam o início da construção da sé eborense em 1186, portanto no episcopado de D. Paio. Assim, para citar apenas autores e obras mais recentes, vejam-se: *Inventário Artístico de Portugal, Évora*, vol. I, Lisboa, 1966, p. 19; J. A. Ferreira de Almeida, dir., *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa, 1976, p. 242; Paulo Pereira, dir., *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. I, p. 364.
Esta data começou a ser posta em dúvida sobretudo a partir da obra de António Francisco Barata, *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas Antiguidades*, Évora, 1876. Hoje, é principalmente J. César Baptista quem defende, com bons argumentos, tal tese, em «A Catedral de Évora estudo histórico», *art. cit.* Se a argumentação assenta em provas artísticas, inscrições lapidárias e argumentos económicos, nenhuma prova arquivística apodítica é, no entanto, conhecida e apresentada. Veremos, seguidamente, em que consistem as nossas dúvidas.

[43] Rui de Azevedo, A. de Jesus da Costa, M. Pereira, ed., *Documentos de D. Sancho I [1174-1211]*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, p. 49.

[44] ANTT, *Leitura Nova, Odiana* VIII, fl. 42 v., ed. por Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Évora, 1885, vol. I, p. 13 , cit. por M. Ângela Beirante, *Évora Medieval*, *o. c.*, p. 230.

[45] Para melhor se avaliar a fúria dos ataques muçulmanos recorde-se o conselho de D. Sancho I dado aos Crúzios, em 1190, para comprarem casas no interior da muralha, a fim de aí poderem esconder o corpo de D. Afonso Henriques enterrado na igreja do seu mosteiro. ANTT, *Livro de D. João Teotónio*, col. Bastos, 3, fl. 165 v.

[46] Sobre o papel da Milícia dos Cavaleiros de Évora nos dois últimos decénios do século XII, vide Rui de Azevedo, «Primórdios da Ordem Militar de Évora», in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora*, 8, (1967), pp. 3-30.

[47] Rui de Azevedo et alii, *Documentos de D. Sancho I [1174-1211]*, *o. c.* p. 48.

[48] Cit. por G. G. Merlo, «Proprietà ecclesiastiche e potenza delle chiese vescovile nel secolo XII», in *Storia dell' Italia Religiosa*, *o. c.*, p. 296.

DEVOÇÃO E CULTO A SANTO ANTÓNIO "LUSITANO" NA COMPANHIA DE JESUS: SÉCS. XVI-XVIII

Fausto MARTINS *

Com o presente trabalho[1], não pretendemos apresentar grandes revelações acerca do tema em epígrafe.

Limitámo-nos, apenas, a trazer ao de cima o registo de pequenos factos, coligidos ao longo da investigação por nós levada a cabo sobre os Colégios Jesuítas em Portugal e seu relacionamento com a figura de Santo António - "Lusitano"- já que é deste modo que aparece designado na maior parte da documentação.

Pequenos factos que conseguem abranger praticamente todos os Colégios e a Casa Professa de S. Roque, que testemunham uma grande devoção da Companhia de Jesus ao Santo Franciscano e "Lusitano".

1. ENTRADA DOS PRIMEIROS JESUITAS EM COIMBRA A 13 DE JUNHO DE 1542

Desde os começos, o *Colégio de Jesus* de Coimbra ficará ligado à figura de Santo António.

Efectivamente, depois de ter deixado o Colégio de Santo Antão, de Lisboa, aos cuidados dos Padres Gonçalo e Cipriano, o Pe Mestre Simão Rodrigues, companheiro de Inácio de Loiola, organizou a "Nova Colónia", constituída pelo Pe Mestre Diego Mirón, valenciano; Pe Poncio Cigordano e Francisco Gallo, franceses; Francisco Rojas e Francisco Villanueva, castelhanos; Angelo del Paradiso e Martin Parmesano, italianos; António Cardoso, Manuel Fernandes e Lancerote Seixas, portugueses.

Partiram de Lisboa em direcção a Coimbra, no dia 9 de Junho de 1542, data em que a Igreja celebrava a festa litúrgica de S. Primo e S. Feliciano, coincidência que mereceu do cronista da Companhia o seguinte comentário: *Dia de S. Primo e Feliciano a fundar este collegio que he o "primeiro" que tem a Companhia, "felicissimo" na criaçam de tantos religiosos e ministros do Evangelho*[2].

A caravana apostólica, chefiada pelo Mestre Simão, demorou apenas quatro dias a percorrer a distância que os separava da capital à cidade de Coimbra, onde chegaram a 13 de Junho de 1542, dia de Santo António de Lisboa, como se lê nas crónicas da Companhia: *Entrou o Pe Mestre Simão com esta sua nova e religiosa colonia em Coimbra, dia de S. Antonio nosso Português (que também foy outro bom prognostico) a quem não só Lisboa, patria sua, mas todo Portugal, e em especial a cidade de Coimbra festeja com grande devoçam penhorada com honra dobrada, por lhe ter este glorioso Lisbonês, con sua sancta presença, consagrados dous mosteiros da mesma cidade, ambos com rezam famosos; hum em pobreza e humildade; outro em riqueza, e magnificencia; este he o real Convento dos Conegos Regrantes de S. Cruz, da Ordem de S. Agostinho; aquelle he o humilde mosteirinho de S. Antonio dos Olivais, da Ordem de S. Francisco, da Provincia da Piedade, em ambos estes mosteiros viveo Sancto Antonio agasalhado, quando entrou em Coimbra*[3].

Neste conjunto de coincidências cabe, ainda, salientar o facto do grupo dos fundadores do Colégio de Jesus de Coimbra ter sido igualmente acolhido, de início até à aquisição de morada própria, no Mosteiro de Santa Cruz, dos Cónegos Regrantes observantes da Ordem de Santo Agostinho, onde outrora vivera Santo António.

Mas será, sobretudo, a data da entrada, a 13 de Junho, que ficará a marcar, para sempre, a ligação e devoção do Colégio de Jesus ao Santo Franciscano.

2. CAPELA DE SANTO ANTÓNIO NA IGREJA DO COLÉGIO DE JESUS DE COIMBRA

A prova de que a data de entrada do grupo dos fundadores do Colégio de Coimbra, em dia de Santo António, não fora esquecida deduz-se da construção, no século XVII, duma capela dedicada ao Santo, no espaço da igreja do Colégio.

A génese desta capela remonta, contudo, aos finais do séc. XVI, concretamente a 1599, ano em que todo o Reino e a cidade de Coimbra, em particular, se viram, uma vez mais, afectados pelo flagelo da peste que obrigou ao encerramento das aulas do Colégio de Jesus e da Universidade de Coimbra.

Na altura, dirigia os destinos da Comunidade, como Reitor, o Pe Jerónimo Dias que não duvidou em recorrer a Santo António para que libertasse o colégio dos malefícios da peste, prometendo-lhe edificar uma capela e nomeando-o, ao mesmo tempo, protector do seu Colégio.

Sentindo-se beneficiados pela acção protectora do Santo taumaturgo, ergueram-lhe, na área interna da Comunidade, um pequeno oratório, onde colocaram uma imagem do Santo.

Com a entrada do Pe António de Sousa para o cargo de Reitor do Colégio, em 1638, a pequena edícula dedicada ao Santo, na altura da catástrofe, deu lugar a uma das capelas mais ricas da nave da nova igreja, tendo as paredes sido revestidas de azulejos e decoradas com painéis alusivos à vida de Santo António.

A carta ânua de 1639 descreve a capela nestes termos: A *abobada estava adornada com multiplos emblemas e no pavimento foram utilizados os melhores materiais. Contudo o que prendia mais a atenção era a riqueza do altar com uma decoração inspirada no sermão do Santo Franciscano aos peixes, bem como outro grande painel representando Santo Antonio tentado pelo Maligno em cujo auxílio acorreu a Virgem Maria com um exercito de Anjos*[4].

Para além do cumprimento da promessa, o autor da carta ânua conclui com uma interpretação simbólica que diz: *a decoração da capela de Santo Antonio parece preludiar o milagre da conclusão das obras da igreja. E sendo Santo Antonio invocado como o advogado das causas perdidas, parece que nos devolveu a esperança, quase perdida, de concluír o templo*[5].

A promoção do culto foi posteriormente confirmado através de um Breve do Papa Inocêncio X (1644-1655) que concedia ao "altar de Santo Antonio, sito no Collegio da Companhia de Coimbra", a distinção de *Altare Privilegiatum* a que estava anexa uma indulgência plenária[6].

3. CAPELA DE SANTO ANTÓNIO NA IGREJA DA CASA PROFESSA DE S. ROQUE

A existência duma capela dedicada a Santo António, na igreja principal dos Jesuítas em Lisboa, vem confirmar o apreço e devoção que a Companhia de Jesus professava ao Santo lisboeta.

Contígua à capela da "Trindade Terrestre", abre-se para a nave da igreja outra capela dedicada ao glorioso Santo António, instituída por Pedro Machado de Brito que nomeou a Mesa da Misericórdia de Lisboa como testamentária, com o encargo de mandar construir uma capela para sepultura do seu corpo e de seus descendentes.

Para satisfazer a obrigação testamentária, a Mesa da Misericórdia ajustou com os Padres da Companhia de Jesus de S. Roque a construção da capela por *hum conto e seiscentos mil réis*[7]. Segundo as cláusulas do contrato, cabia aos Padres a responsabilidade da fábrica da capela, segundo uma traça semelhante às capelas existentes na igreja. Para além disso, os responsáveis da Casa Professa obrigavam-se a instituir uma capelania composta por dois capelães que teriam a obrigação de celebrar duas missas diárias em sufrágio do fundador.

Tal como na arquitectura, a decoração da capela enquadra-se, perfeitamente, no esquema das restantes capelas. O intradorso do arco que marca a entrada da capela está coberto com boa talha dourada, comportando seis pequenos quadros da vida do Santo. Nas paredes laterais, destacam-se duas grandes telas executadas pelo Mestre Vieira Lusitano, por volta do ano 1720, com cenas alusivas ao célebre milagre da "Pregação aos peixes" e à "Visão de Santo António"[8]. Na edícula central, sobressai a imagem do Padroeiro da capela, representado na sua iconografia convencional, de pé, com o Menino Jesus e uma cruz.

Dependente da capela, funcionava a *Confraria de Santo António*, na qual estavam inscritos homens e mulheres devotos do Santo.

Na igreja de S. Roque, floresceram algumas das Confrarias de maior relevância dos séculos XVII e XVIII da cidade de Lisboa, a saber: Confraria de *Jesus, José e Maria dos nobres varões*; Confraria da *Santíssima Virgem e da Doutrina*; *Confraria de* Nossa *Senhora da* Boa *Morte*; Confraria de *Nossa Senhora da Piedade*; Confraria de S. *Roque*; Confraria de S. *Francisco Xavier*; Confraria de *Santa Rita* e, como já dissémos, a Confraria de *Santo António*[9].

Em 1693, a Congregação de *Santo António*[10] logrou ser agregada à Congregação Primária de Roma e, consequentemente, alcançou a comunicação de todas as indulgências, privilégios e outros favores espirituais daí resultantes. O principal objectivo da Confraria de Santo António residia na promoção do culto ao célebre taumaturgo, na exaltação das suas virtudes e na obtenção, por seu intermédio, de todas as graças de ordem espiritual e ajudas de natureza moral e mesmo materiais.

Os membros inscritos nesta Confraria estavam obrigados, por normas estatutárias, ao cumprimento das práticas e orações entre as quais se destacava o reponso em honra de Santo António: *Si quaeris miracula*..., de Frei Julião de Spira (1232-1249). Promoviam, de forma especial, a devoção das treze terças-feiras em honra de Santo António, para ganharem a Indulgência Plenária, em cada terça-feira da trezena, após o cumprimento das condições, habitualmente, exigidas.

4. ORATÓRIO DO NOVICIADO DO MONTE OLIVETE DE LISBOA

Dando seguimento às normas da 14ª Congregação Geral de 1565 que obrigavam todas as Províncias a erigirem Noviciados, unidos ou separados dos colégios, na Congregação Provincial de 1572 da Província da Lusitânia, abordaram-se as diversas hipóteses e os membros presentes optaram pela união dos Noviciados aos colégios já existentes[11].

Uma solução de emergência que não era do agrado de muitos defensores de edifícios independentes das construções colegiais, mas que esbarrava com o obstáculo habitual das dificuldades financeiras de uma fundação.

O caso de Lisboa solucionou-se através da doação de 20 mil ducados e da *Quinta do Monte Olivete*, situada na região da Cotovia, pertencente a Fernão Teles de Meneses e sua mulher D. Maria de Noronha, que à partida resolviam os problemas de subsistência e asseguravam o começo da fundação. Superadas as dificuldades e discordâncias quanto à escolha do local mais apropriado, optou-se pelos terrenos onde estava sediada a Quinta do Monte Olivete, tendo-se iniciado o Noviciado, sob o título de Nossa Senhora da Assunção, no dia 18 de Dezembro de 1597, festa de Nossa Senhora do Ó.

Logo nos momentos iniciais, detectámos as conotações do Noviciado de Lisboa com Santo António, pois teve como primeiro Reitor, o Pe António de Mascarenhas e como primeiro noviço, António de Azeredo, um fidalgo que lutou em Alcácer-Quibir. Poderá dizer-se que se trata, apenas, de uma simples casualidade de nomes, contudo, factos sucedidos posteriormente revelam que não os podemos considerar como meras coincidências.

Efectivamente, depois de concluída a igreja e dois corredores da área habitacional, suficientes para albergarem a Comunidade que até àquele momento ocupara as instalações da Quinta de Campolide, anexa à Casa Professora de S. Roque, procedeu-se à inauguração do Noviciado, coincidindo com o dia 13 de Junho de 1619, festa de Santo António.

Como já acontecera nos tempos iniciais de Campolide em que se escolheu um "António" como primeiro superior, inaugurada a sede definitiva, a nomeação do primeiro Reitor do Noviciado do Monte Olivete recaiu na pessoa do Pe António de Morais que tinha desempenhado o cargo de Mestre de Noviços em Coimbra.

À inauguração presidiu, por feliz coincidência, o Provincial, Pe António de Mascarenhas, que tinha ocupado o lugar de primeiro Reitor na época de Campolide. O Pe António Franco narra, em pormenor, a cerimónia inaugural: *Tudo foy pondo em execussão o irmão Lombardo, e no anno de mil seiscentos, e dezanove tinha accomodado a caza em forma, que pudessem nella entrar a viver os Noviços. Por tanto se dispoz a nova dedicação em dia de Sancto Antonio do dito anno. Neste dia estava bem armada a Capella interior da caza nos corredores de sima. Nella se armou altar com imagem de vulto do gloriozo Sancto Antonio. Tinhão vindo de Coimbra nove Irmãos Noviços, e seis de Evora, com os quais se deu principio ao Noviciado*[12].

Mais à frente faz uma referência aos principais benfeitores do Noviciado destacando, para além do Irmão Flamengo Lombardo Lourenço, as figuras do Pe António de Mascarenhas e do célebre Pe António de Vasconcelos, o *autor da Anacephaleose dos Reys de Portugal escrito em latim*[13].

Ao consultarmos, sobre este tema, a obra do Pe Francisco Rodrigues[14], que segue à letra a crónica do Pe António Franco, estranhámos o facto de não ressaltar o nexo de

tantos "Antónios" à fundação do Noviciado de Lisboa e ficámos sem compreender a razão por que, ao referir a data de inauguração, não faz qualquer referência ao local da celebração, a capela de Santo António, que, como intentámos demonstrar, teve um papel relevante na génese do Noviciado dos Jesuítas em Lisboa.

5. CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA IGREJA DO COLÉGIO DO ESPIRITO SANTO DE ÉVORA

À semelhança de Coimbra e Lisboa, na igreja do Colégio dos Jesuítas do *Espírito Santo* de Évora, no lado do Evangelho, situava-se - e ainda existe - uma capela dedicada a Santo António, dotada de um belo retábulo em talha dourada, onde avulta a imagem do Santo representado segundo a iconografia convencional.

Nesta capela foram sepultados alguns membros da Comunidade de Évora, bem como leigos e devotos do Santo[15].

Por coincidência, viveu neste Colégio do Espírito Santo um dos "Antónios" de maior prestígio da Companhia de Jesus, em Portugal, que nos legou uma obra notável no campo da história da Ordem dos Jesuítas. Estamos a referir-nos ao ilustre Pe António Franco. Além de homem culto, foi um notável benfeitor do Colégio de Évora, custeando a famosa sala octógona, situada no cruzamento dos corredores do primeiro andar.Em paralelo com a obra historiográfica que nos legou, o Pe António Franco quis homenagear o seu Santo homónimo escrevendo uma Trezena a Santo António[16].

A história da relação de Santo António ao Colégio do Espírito Santo ficaria incompleta se não referíssemos o nexo do Santo com as obras da enfermaria. O cronista da Companhia, depois de ter aludido a outras obras que considerava de pouca monta (*haec minora dixerim*), exalta a obra verdadeiramente notável da enfermaria cuja primeira pedra foi benzida e lançada no dia 13 de Junho de 1649 sob os auspícios de Santo António: *maximum tamen et operosum opus, quod modo inceptum sub Lusitani Antonii auspiciis; cuius luce valitudinario primum jecimus lapidem marmoreum*[17]. A cerimónia, presidida pelo Reitor do Colégio, Pe Francisco Cabral, decorreu conforme o ritual da ocasião, tendo sido gravada, no bloco quadrado de mármore, uma inscrição apropriada ao local da enfermaria, do Evangelho de S. João: *Domine, ecce quem amas infirmatur*[18].

6. CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA IGREJA DO COLÉGIO DE S. TIAGO DE FARO

Com o apoio de quatro irmãos que ingressaram na Companhia de Jesus[19], tornou-se tarefa fácil obter do Bispo de Faro, D. Fernão Matias Mascarenhas, a autorização para a abertura, primeiramente da Casa Professora em 1597 e, posteriormente, a passagem a colégio, sob a tutela de S. *Tiago*, tristemente ocupado, em parte, na actualidade, pelo teatro Lethes.

Na igreja do Colégio existiu uma capela dedicada a *Santo António*, para a qual muito terá contribuído o célebre Pe António de Vasconcelos que deteve o cargo de superior desta casa.

7. CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA IGREJA DO COLÉGIO DE S. TIAGO DE ELVAS

Superadas as dificuldades iniciais, a 15 de Julho de 1643, celebrou-se o contracto de transacção dos bens do Fundador, Diogo de Brito, a favor da Companhia de Jesus que possibilitou a fundação do Colégio de Jesuítas, em Elvas, tendo como titular o Apóstolo S. *Tiago*[20].

Na capela de *Santo António* destacava-se o retábulo de talha dourada em que presidia a imagem do orago, representado segundo o modelo iconográfico convencional: os atributos da cruz e da açucena na mão direita, sustentando o Menino Jesus com a esquerda.

Na talha que revestia as superfícies murárias da capela, sobressaíam dois relevos com cenas bem conhecidas de Santo António: No lado esquerdo, representou-se o Milagre Eucarístico da mula do judeu Guillard de Toulouse que, mesmo faminta, desprezou a ração de cevada e, obediente à voz do taumaturgo, dobrou os joelhos diante da História consagrada, ficando em atitude de adoração. No lado aposto, optou-se pelo milagre, operado em Rimini, quando, por volta de 1297, não conseguindo a atenção da população local, o pregador Franciscano resolveu dirigir-se à praia e bradar aos peixes que acudiram em cardumes para ouvirem a sua pregação,

8. FESTA DE S. ANTÓNIO: DIA FERIADO

Competia ao Provincial aprovar o calendário dos feriados para cada Colégio, em cuja elaboração se deveria atender à orientação geral da *Ratio Studiorum* que tendia para uma redução do número de feriados: *quorum numerum minui, quam augeri oportet*[21].

Além disso, aconselhava-se que, na composição da lista, se considerassem os usos e costumes de cada região: *Eorum Catalogum conficiendum curet pro suae regionis ritu*[22].

Entre a documentação vastíssima que manuseámos, conseguimos descobrir, afortunadamente, as listas dos *Assuetos* para o Colégio de *Santo Antão* de Lisboa e para o Colégio de S. *Sebastião* de Portalegre nos respectivos *Costumeiros*.

Na elaboração das listas dos *Assuetos* - dias feriados - dos dois Colégios, aplicaram-se, à risca, os critérios da *Ratio Studiorum*, levando-se em linha de conta os usos e costumes de cada região. Assim, enquanto na lista dos feriados de Junho do Colégio de Portalegre não aparece mencionado o dia de Santo António, a lista dos *Assuetos* do Colégio de Santo Antão, de Lisboa, inclui, naturalmente, a festa do Santo e Padroeiro de Lisboa que, de resto, coincidia com o dia santo decretado pelas Constituições Sinodais da Diocese de Lisboa que, para o mês de Junho, estabeleceram, para além da festa de S. João Baptista e S. Pedro e S. Paulo, a de Santo António.

Para corroborar o pensamento que vimos desenvolvendo que tende, no fundo provar o grande apreço e devoção da Companhia de Jesus a Santo António, basta citar o texto do assento da Visita ao *Colégio de Jesus* de Bragança, efectuada em 1641, por mais um "António", o Pe António de Sousa: *Visto ser Santo António, nosso natural, seu dia de guarda em todo o Reino, no seu dia aja na nossa igreja pregação e seja festejado nella com particular devoção.*

Depois de termos concluído o nosso trabalho e revisto a documentação, que já tinha sido compulsada na altura da nossa dissertação de Doutoramento, para tentar alcançar a síntese temática que nos propusémos apresentar, devemos confessar que ficámos vivamente surpreendidos com o resultado da nossa investigação, que poderíamos sintetizar nestes termos: A Companhia de Jesus, entre os séc. XVI-XVIII, promoveu, de forma intensa, o culto de Santo António cujos agentes principais coincidiram sempre com os homónimos do Santo "Lusitano".

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1 Este trabalho corresponde à comunicação que apresentámos no Congresso Internacional - *Pensamento e Testemunho* - , comemorativo do 8º Centenário do nascimento de santo António, no dia 26 de Setembro de 1995, cujo texto não chegou a ser incluído nas Actas do Congresso.

2 Cf. *Historia de la fundacion del collegio della Compañia de Jesus de Coimbra ate* 1575, Biblioteca Pública de Évora.

3 *Ibidem*.

4 Cf. MARTINS, Fausto Sanches, A *arquitectura dos primeiros Colégios Jesuítas de Portugal*: 1542-1759 - *Cronologia, artistas, espaços*, Porto, 1994, p. 108.

5 *Ibidem*.

6 ANTT, *Cartório dos jesuítas*, Maço 41, nº 1.

7 Cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, 1950, Tomo I, p. 269.

8 Cf. COSTA, Luiz Xavier da, *Francisco Vieira Lusitano - Poeta e abridor de águas-fortes*, Coimbra, 1929, p. 81.

9 Archivum Romanum Societatis Jesu, *Lusitania* 56: *Historia et Acta*: 1660-1889, f. 174v.

10 ARSI, *Liber Congregationum Aggregatarum*: 1587-1829. *Congregationes, quae Primae Primariae Congregationi Romanae agregatae sunt*: A Confraria de S. Roque foi agregada á Congregação Primária da Bem-aventurada Virgem Maria da Anunciada de Roma, em 1 de Maio de 1693, com o nº 1822.

11 Neste item seguimos os textos do Pe António Franco: *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa*, Coimbra, 1717.
- *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania*, Augsburgo, 1726.
- *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, 1931.

12 FRANCO, Pe António, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa*, p. 16.

13 *Ibidem*.

14 RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tomo II, vol. 1º.

15 FRANCO, Pe António, *Évora Ilustrada*, Évora, 1945, pp. 254-255.

16 Idem, *o. c.*, p. 273.

17 MARTINS, Fausto Sanches, *o. c.*, p. 263.

18 *Ibidem*.

19 Pedro, Francisco, António e Nuno de Mascarenhas. No nº 13 dos *Documentos para a História da Arte em Portugal*, organizado por Luiz de Bivar Guerra, que contém o inventário do *Colégio de Santiago Maior de Faro*, alude-se ao *Altar de Santo António e ornato dele*, p. 39.

20 RODRIGUES, Francisco, o c., Tomo III, Vol. 1º, p. 17.

21 MARTINS, Fausto Sanches, *o. c.*, p- 950.

22 *Ibidem*.

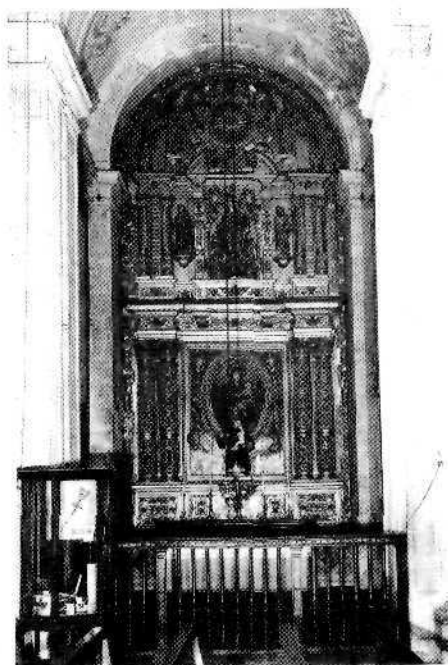



Fig. 1 - Capela de Santo António da igreja do Colégio de Jesus de Coimbra.

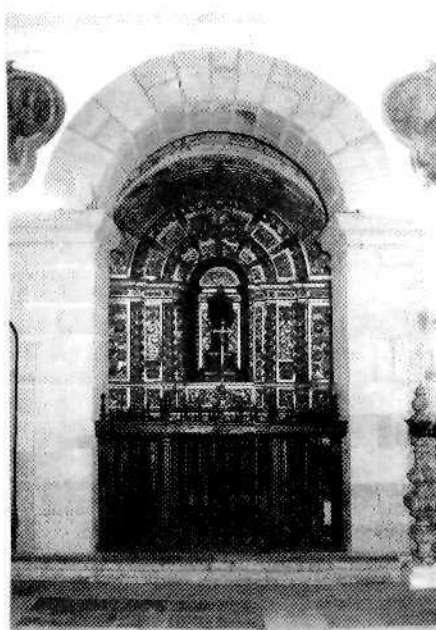



Fig. 2 - Capela de Santo António da Casa Professora de S. Roque de Lisboa.

Fig. 3 - Capela de Santo António da Igreja do Colégio do Espírito Santo de Évora.

AS MASCARAS. O ROSTO DA VIDA E DA MORTE

José MATTOSO

Em memória do Carlos Alberto Ferreira de Almeida, companheiro no mesmo gosto pela associação da História à Antropologia e do mesmo apreço pela cultura popular.

Talvez possa parecer estranho que num congresso sobre o rosto se venha falar de máscaras. De facto, a máscara oculta o rosto sob uma forma imóvel. Retira-lhe, portanto, a vida, e, com ela, retira-lhe também, aparentemente, a expressividade e o sentido. É, por assim dizer, a própria antítese da face humana.

Mas se examinarmos com atenção o uso universal da máscara, e se repararmos para que serve, sobretudo nas sociedades ditas «primitivas» e nas sociedades tradicionais, tem de se reconhecer, creio eu, que a máscara, longe de ocultar, revela; que ela retira a expressão pessoal do rosto, mas manifesta aquilo que na vida quotidiana não se pode ver; que ela serve, enfim, para descobrir um certo sentido do rosto que está para além das aparências: aquele sentido que a face viva e individual faz esquecer e só aparece com a morte.

De facto, a máscara, ao imobilizar o rosto, torna-o semelhante ao do cadáver. Talvez a sua função seja, justamente, a de mostrar a face dos mortos que continuam vivos na memória de quem os conheceu e amou, e sem cuja força e presença é mais difícil viver. Ou, pelo contrário, mostrar a face dos que também continuam vivos, mas, porque, mesmo depois de mortos não se consegue apagar da memória como lembrança do que os fez odiar ou temer. Amados, odiados ou temidos, podem, então, aparecer, apesar de invisíveis, despojados dos seus aspectos acidentais e caducos e reduzidos ao seu sentido essencial. A máscara imóvel no rosto de quem fala, se move, gesticula ou dança é a representação do morto que continua a viver e que, por isso, perturba, ameaça, ensina ou protege os vivos. Assim o pensaram, creio eu, as sociedades tradicionais. Era desta crença e desta prática que queria falar aqui, como forma de recordar velhas concepções profundamente arreigadas na mente dos povos antigos. A sociedade moderna esqueceu essa função da máscara. Só preservou o seu uso lúdico ou ilusório. Mas, quando se examinam as práticas ditas «primitivas» ou tradicionais, as suas modalidades e o seu sentido, tornam-se verdadeiramente fascinantes, porque com elas descobrimos aquilo a que poderia chamar o sentido universal do rosto: aquele sentido que surge quando a morte do indivíduo traz à superfície a manifestação daquilo que é verdadeiramente vital para toda a humanidade.

As reflexões que aqui trago constituem uma incursão arriscada nos domínios da antropologia, disciplina que obviamente não domino. Não me atreveria a fazê-las perante um auditório de antropólogos. Como tenho o maior respeito pelo seu campo científico, as ideias que apresento aqui devem ser entendidas como interrogações. Será que se pode explorar o caminho que aqui aponto? Seja como for, resultam do meu desejo de compreender o fenómeno do uso das máscaras na sociedade ocidental, na sua relação com o culto dos mortos. Foi-me necessário explorar este terreno para uma

pesquisa sobre o imaginário do invisível na Idade Média peninsular, pesquisa essa que me conduziu, de imediato, ao mundo dos mortos e ao complexo problema da sua relação com os vivos. Talvez a minha maneira de compreender esse fenómeno tenha alguma utilidade para os participantes neste congresso, isto é, para quem se interessa pelo tema dos reflexos na face humana, numa perspectiva multiculturalista das artes e da sociedade.

Devo começar por explicar que tendo irresistivelmente para uma interpretação unitária do fenómeno das máscaras, ao contrário de muitos e respeitáveis antropólogos, que preferem insistir no seu carácter incoerente, tanto do ponto de vista funcional como estrutural, sobretudo quando o encaram na sua totalidade, isto é no conjunto das sociedades que as usam (por exemplo E. W. Voeglin, 1949; G. P. Kurath, 1949; M. C. Jedrej, 1980). A visão unitária de alguns dos fenómenos antropológicos, de resto, foi tentada também por vários autores em obras fundamentais, como por exemplo Bettelheim para os ritos iniciáticos (1981). Sem qualquer pretensão a criar uma teoria pessoal a este respeito, não posso deixar de observar que tudo o que li a respeito das máscaras parece pressupôr, na origem, um ritual destinado a estabelecer uma relação entre mortos e vivos.

Esta origem, não implica nenhuma teoria acerca de uma hipotética genealogia comum; admite, pelo contrário, a possibilidade de o uso ter aparecido espontâneamente em várias sociedades e culturas distintas, e sem relação nenhuma entre si. Ela permite explicar, a meu ver, todas as funções que lhe são atribuídas pelos antropólogos. Permite, sobretudo, compreender a variedade dos efeitos que se procuram obter com o estabelecimento de uma relação entre mortos e vivos. É justamente esta variedade o que explica a aparente incoerência do uso das máscaras, quando se perde a sua ligação com a função originária. Esta desarticulação pode-se seguir mais facilmente na sociedade ocidental. Por isso me referirei a ela mais de perto.

Começarei por recordar o uso romano das *imagines*, isto é das máscaras de cera que se faziam imediatamente depois da morte de uma personalidade que tinha desempenhado cargos públicos próprios dos *nobiles*. Eram feitas sobre o próprio rosto do defunto, e, por isso, tinham impressos todos os seus traços individuais. A família guardava-as fechadas em pequenos armários donde as tirava para figurarem nos funerais dos seus descendentes, durante os quais eram usadas por actores (histriões) com as vestes distintivas dos cargos desempenhados em vida. Nessa ocasião, um orador fazia o seu elogio fúnebre perante todos os assistentes. Segundo as concepções de então, a cerimónia como que tornava presentes os antepassados, e dava vida àquilo que neles era eterno ou perfeito, e que devia permanecer como um valor colectivo. A máscara ou *imago* que representava a marca pessoal deixada na cera pelo antepassado e que perpetuava o seu rosto fazia-o participar nos funerais de quem se ia reunir a ele, e exprimia a sua relação permanente com os vivos, por meio da exaltação da sua glória eterna. Como é evidente, este ritual tinha por si mesmo uma forte eficácia como elo de coesão para o grupo dos descendentes (F. Dupont, 1985). Embora predomine nele o aspecto cívico, está ligado à crença no poder protector dos antepassados sobre os seus descencentes. A protecção aparecia então como um contra-dom para retribuir o reconhecimento e a evocação da glória dos mortos. Assim, o vínculo criado pelo ritual não envolvia só os vivos, mas também os mortos. A manutenção deste elo garantia a

prosperidade e a fecundidade do grupo, isto é assegurava a sua perpetuação, apesar da morte sucessiva dos seus membros.

A função da máscara é, aqui, absolutamente clara. Como é evidente, usa-se como instrumento de um ritual destinado a estabelecer uma relação entre vivos e mortos. Pode-se comparar com a que se depreende dos usos de um povo africano, os Dogons, uma etnia da bacia do Niger, minuciosamente estudados por Marcel Griaule numa obra publicada em 1938. Aqui a máscara não é reservada a um grupo restrito da sociedade, nem aparece como um retrato tão fiel quanto possível de determinado defunto. Inspira grandes rituais colectivos que envolvem todo o clã ou mesmo toda a tribo, e em que a dança dos mascarados desempenha um papel fundamental. Além disso, o lugar principal é reservado para aquela a que se chama a Grande Máscara. Esta considera-se expressamente como a representação do antepassado comum, do qual toda a tribo descende. Em terceiro lugar, o culto das máscaras, a sua confecção e as danças são confiadas a uma sociedade de iniciados do sexo masculino, cujo carácter secreto é acentuado pelo uso de uma língua que só eles conhecem e na qual transmitem os seus mitos. São mitos cosmogónicos e que explicam a organização social, as hierarquias e as instituições comuns que todos têm de respeitar. Nesses mitos, as máscaras desempenham um papel fundamental. Os usos e acções ritualizadas em que elas entram são extremamente complexos, entre outras razões pelos numerosos interditos que rodeiam a sua confecção e o seu uso.

Vejamos estas questões um pouco mais de perto. O papel principal pertence, como disse, à Grande Máscara que, segundo um dos mitos principais, teria sido talhada a primeira vez para se tornar o centro da cerimónia primordial organizada para celebrar o falecimento do primeiro morto. Este era o próprio filho do fundador da tribo dos Dogons, o seu antepassado comum chamado Lebé. A esta cerimónia, chamou-se *sigui*. Teria sido repetida sessenta anos mais tarde, quando morreu o próprio Lebé. Desde então, continuaria a celebrar-se de sessenta em sessenta anos. Os organizadores da cerimónia e os seus actores são os que guardam a Grande Máscara, talhada de novo em cada *sigui*; constituem a confraria secreta a que já me referi (*awa*). Entram nela depois de uma cerimónia de iniciação durante a qual aprendem a sua língua secreta, em que contam os mitos comuns. São eles que trazem as suas máscaras e dançam durante os sete dias do *sigui*.

Outro ritual em que as máscaras desempenham também um papel fundamental é o *dama*, isto é uma dança que dura seis dias e envolve não já toda a tribo, mas apenas um clã, e se destina a expulsar do mundo dos vivos as almas dos mortos que vagueiam entre eles. É o *dama* que os faz integrarem-se no mundo dos antepassados, para, a partir de então, deixarem de perturbar os vivos. Os seus actores são também os membros do *awa*, com as suas máscaras, mas fortemente armados. A dança inspira-se precisamente nos gestos do combate para vencerem os espíritos e os expulsarem para longe. O *dama* inclui grandes banquetes e libações oferecidos pela família dos mortos recentes.

Muitas das máscaras representam animais e têm um caráter totémico. Pensa-se que são portadoras do seu espírito. Usam-se para captar a sua energia. Além disso, servem para defender os vivos contra os malefícios dos feiticeiros, e são colocadas nos campos para proteger as culturas contra toda a espécie de predadores. Perante elas, é severamente proibida qualquer espécie de rixa ou desordem. Figuram nos funerais individuais juntamente com a Grande Máscara do *sigui* a que o morto assistiu.

Estas últimas funções das máscaras mostram claramente que são assimiladas aos mortos enquanto protectores dos seus descendentes ou do conjunto do clã. A Grande Máscara, por sua vez, é assimilada ao antepassado comum que, por meio da festa, assegura a unidade da tribo. São eles os protectores da comunidade e de cada um dos seus membros contra toda a espécie de adversidades. São eles também que asseguram a unidade e a coesão sociais e que, por isso, proíbem as rixas por meio de interditos cuja infracção acarreta as piores desgraças. O facto de, no *dama*, os mascarados expulsarem as almas que ainda permanecem no mundo dos vivos não quer dizer que eles não representem igualmente os mortos: são, porém os mortos enquanto protectores dos vivos, e não enquanto almas perturbadoras e malfazejas. A forma animal das máscaras totémicas também não exclui a sua identificação com os mortos, pelo contrário, porque o primeiro antepassado tinha, segundo o mito, tomado a forma de serpente, e porque, depois, outros teriam igualmente encarnado sob a forma de animais. De resto, o próprio aspecto material das máscaras evoca o rosto dos mortos pelo recorte dos olhos em forma de triângulo invertido ou de rectângulo, e pelo talho da boca.

Como se vê, as cerimónias em que entram as máscaras dos Dogons também não deixam qualquer dúvida acerca do papel que desempenham nos rituais destinados a estabelecer uma relação entre vivos e mortos.

Talvez seja demasiada ousadia aproximar estas informações das fornecidas por Levi-Strauss no seu célebre livro sobre as máscaras usadas pelos índios norte-americanos da costa do Pacífico, entre o golfo do Alasca e o sul de Vancouver (1979). Ousadia, de facto, não só porque este grande mestre da antropologia estrutural não estuda os ritos, mas os mitos associados às máscaras, mas também porque ele não faz qualquer associação expressa entre elas e o mundo dos mortos. Apesar disso, não me parece um abuso assimilar aos mortos em geral e aos antepassados em particular os espíritos, os seres míticos ancestrais e os monstros, que são as personagens centrais referidas nos mitos associados às máscaras. Baseio-me, para isso, na ideia muito firme de Marc Augé, segundo a qual não existe nenhum hiato nos laços que unem os mortos, os herois, os espíritos benignos (anjos) ou malignos (demónios) e os deuses, nem nenhuma distinção essencial entre eles. Falo, é claro, da religião das sociedades tradicionais, não das distinções teológicas criadas pelos dogmatismos das religiões ditas «superiores». Este princípio encoraja-me a interpretar também como referidos, em última análise, aos mortos e à sua acção ambivalente, os mitos associados às máscaras norte-americanas. Note-se bem que a proximidade de todos os seres invisíveis entre si, malignos ou benignos, se explica justamente, a meu ver, pela ambivalência dos mortos: aterrorizam os vivos porque povoam os seus sonhos e visões nocturnas, e porque a morte, é, afinal, a mais terrível ameaça para o homem. Mas, ao mesmo tempo, também se consideram como os grandes protectores invisíveis durante a vida quotidiana da comunidade contra todos os perigos ocultos e inexplicáveis. Alem disso, asseguram a coesão do grupo, porque outrora, como chefes plenos de força e de sabedoria, souberam conduzir o seu povo. São eles, enfim, os que, de forma misteriosa, talvez justamente por meio da sua própria morte, concedem a fecundidade às mulheres, aos animais e às plantas. A meu ver é esta característica ambivalente dos espíritos dos antepassados que explica os fenómenos de inversão, tão frequentemente utilizados nos rituais, tão estudados pelos antropólogos e que inspiram muitas das interpretações

estruturalistas de Levi-Strauss, concretamente aquelas que ele sublinha nos mitos de tribos norte-americanas cujas máscaras estudou e que vivem em territórios próximos uns dos outros.

O mais prático será utilizar as palavras em que resume os resultados da sua investigação: «No Sul, entre os Salish da ilha e da costa, e talvez também, outrora, no interior, a máscara e o personagem do *swaihwé* [mascarado] desempenham um papel positivo em três aspectos: [primeiro] como curadores das convulsões, quer dizer dos tremores que, embora afectando apenas os corpos, correspondem aos sismos, aos furacões e às tempestades na ordem natural; [depois] como operadores do casamento a uma distância [parental] que afasta o risco de incesto; e [finalmente] como dispensadores de riquezas».

«Ao norte dos Salish, os Kwakiutl meridionais atribuem, pelo contrário, à sua máscara *xwéxwé*, homóloga do *swaihwé*, uma verdadeira avareza, em que se pode reconhecer, sob a forma atenuada de uma certa moral, o malefício fundamental dos monstros préhistóricos. Comparando-as com as máscaras *swaihwé*, aparecem com caracteres plásticos exactamente contrários, que atestam a sua complementaridade: o do monstro feminino Dzonokwa, sobrevivente do tempo dos monstros, senhora de imensas riquezas que oferece aos humanos e de que eles se apoderam, e, além disso, patrona das raparigas obrigadas aos ritos da puberdade».

«Enfim, entre os Trimshian, os Haida e os Tlingit, esta relação de complementaridade dá lugar a uma verdadeira antinomia: de um lado os monstros na ordem cósmica e na ordem social, os primos incestuosos; do outro Dama Riqueza [...] investida de uma dupla função: proibir as uniões incestuosas ou ajudar a restituição de uma rapariga aos seus pais e enriquecer os que consentem em lhe obedecer. Mas não reparemos apenas nas aparências: neste estádio do sistema [mítico] quem ocupa o primeiro plano são os monstros: a Dama Riqueza fica nos bastidores à espera de aparecer, e aí desempenha um papel muito discreto. É preciso que os monstros exterminados ou neutralizados se apaguem, que o incesto seja castigado ou que a sua ameaça seja afastada, para que a desordem desapareça do universo, ou para que, se subsiste, seja doravante sob a forma menor de furacões, de tempestades e de sismos; e para que, na sociedade, se instaurem trocas matrimoniais devidamente regulamentadas, embora [...] sujeitas a perturbações, igualmente imprevisíveis e espaçadas» (pp.221-222).

Partindo do princípio que tudo aquilo que se diz aqui das funções positivas e negativas dos espíritos encarnados nos portadores de máscaras se reporta aos mortos sob a forma de espíritos benfazejos, malfazejos ou ambivalentes, a minha intrepretação supõe, portanto, que a acção benfazeja dos mortos se verifica particularmente na pacificação das convulsões obtida por meio dos rituais em que intervêm as máscaras, na boa sorte dos casamentos felizes e na obtenção da abundância de bens, segundo os rituais das tribos mencionadas em primeiro lugar. Mas os mortos nem sempre cedem às petições dos vivos: por isso impõem interditos e aparecem como monstros avarentos, representados por máscaras hediondas, para encarnar os espíritos que guardam as suas riquezas e que obrigam as raparigas a praticarem os ritos da puberdade antes de casarem: é a visão negativa das tribos mencionadas em segundo lugar. As últimas tribos referidas por Levi-Strauss integram as duas visões numa relação dialéctica entre os aspectos negativos dos mortos encarados como gardiãos dos interditos e que ao mesmo tempo velam pelo cumprimento das regras estabelecidas para que se mantenha

a boa ordem social e para que as trocas matrimoniais sejam felizes. As máscaras que encarnam os mitos têm obviamente uma eficácia muito maior do que a mera recitação oral devido ao facto de se usarem em rituais com uma enorme carga emotiva. A sua forma inspira-se no rosto dos mortos ou nas visões que eles suscitam enquanto seres dotados de poderes especiais,por dominarem o mundo invisível e desconhecido para o homem.

Se se aceitam estas interpretações, temos de concluir que os mitos dos índios norte-americanos vêm ainda confirmar a acção do ritual dos mascaraos no contexto da relação entre mortos e vivos.

Tomemos ainda outro exemplo: o do *bilmaun*, um mascarado que figura como personagem central das celebrações de tipo carnavalesco que várias tribos berberes do Magreb praticam por ocasião do ritual do sacrifício do fim do ano muçulmano embora esta espécie de carnaval tenha um significado que tem sido muito discutido por vários autores, um dos seus exegetas mais recentes, Abdellah Hammoudi (1988) apresenta vários elementos que o põem em relação directa com a função da morte e dos mortos para a comunidade dos vivos. Actualmente a sua função principal tornou-se a de criar um clima em que se ridicularizam, por meio de representações lúdicas e obscenas, as tensões sexuais da comunidade ligadas às relações entre homens e mulheres e entre jovens e adultos, mas em que, ao mesmo tempo, se reconhece a indispensável conjugação entre os sexos para assegurar a reprodução da comunidade. Mas uma série de elementos não menos importantes, permite pensar que este tipo de ritual, em que se representa às claras, embora sob um aspecto burlesco, o que normalmente se passa no interior e às ocultas, se pratica, ao mesmo tempo, como forma de assegurar não só a fecundidade humana, mas também as boas colheitas agrícolas, o que se exprime por vários pormenores que não é possível referir aqui, mas cujo significado é posto em relevo pela época em que as festas se realizam, ou seja por altura da maturação dos cereais.

Alguns pormenores mostram uma aproximação nítida com a crença na acção dos mortos como aqueles que asseguram a protecção da comunidade e sobretudo a sua reprodução. Antes de mais, a associação do ritual carnavalesco à festa do sacrifício de bodes e cordeiros que o precede, cujo sentido é sublinhado por um sermão acerca da morte, do destino dos crentes depois dela e da necessidade de purificação. O sacrifício é, portanto, ao mesmo tempo, uma metáfora da morte e um acto de purificação dos que o praticam para lhes assegurar a libertação da morte eterna. Além disso, toda a preparação dos mascarados se faz à porta fechada, na sala junto à mesquita, em que se praticam também as abluções, se lavam os mortos e se colocam as latrinas. O principal mascarado, *bilmaun*, é coberto de peles de bode e traz na cabeça uma caveira e os chifres do mesmo animal; o rosto é coberto com um saco. É portanto como um monstro que sai do lugar onde se colocam os mortos, que nunca fala, e que aterroriza as crianças. O seu gesto distintivo consiste em bater ou tocar nos assistentes, particularmente nas mulheres. O seu toque é considerado benfazejo. É, portanto, como um ser que vem das profundezas da terra e que representa as forças obscuras que presidem à morte e à reprodução da vida.

Bilmaun é acompanhado por outros jovens igualmente mascarados, um deles vestido com um manto negro, outros, a que chamam «judeus», também vestidos de escuro, e mais outro a que chamam «escravo». Para além das facécias que representam,

inspiradas no seu papel, mas sobretudo na crítica social, e dominadas pelo jogo burlesco, são portadores de sacos com cinzas que deitam sobre os assistentes, como se lhes lembrassem a sua condição terrena e o destino fatal que espera todos os homens.

O ambiente de permissividade e de subversão das hierarquias e das normas sociais prolonga-se pela noite dentro, durante a qual se dança até de madrugada. No dia seguinte, repetem-se as facécias de *bilmaun* e ao cair do dia nova sessão de danças até de madrugada. Em alguns lugares, as festas duram até oito dias.

Como se vê, este tipo de celebrações entra dentro do género das festas que interrompem por algum tempo a curso normal da vida comunitária, com as suas leis e as suas autoridades, e que, por meio de uma experiência colectiva da desordem generalizada, representam um regresso ritual ao caos inicial do mundo, como forma de restaurar uma pureza perdida. Mas são também rituais que colocam a comunidade numa espécie de vivência colectiva da situação em que simultaneamente a morte e a vida se unem e se separam, em que se celebra a decomposição corporal e social trazida pela morte e em que se atribui a esta decomposição um carácter fecundante. A máscara de *bilmaun* é, portanto, ao mesmo tempo, a máscara da morte, e da vida nova que ela traz consigo.

Estas práticas de mascaradas carnavalescas são muito semelhantes às que se celebram (ou celebravam, no princípio deste século) em vários pontos da Europa, e que foram descritas por James Frazer a partir das de Salzburg e do Tirol alemão, para confirmar as suas teorias acerca do «bode expiatório», num dos volumes do seu célebre *Golden bough*. Também se celebram na passagem do ano, por ocasião do solstício do Inverno, entre os dias 25 de Dezembro e 6 de Janeiro, mas sobretudo na véspera do dia de Reis. Consistem em cortejos burlescos de rapazes mascarados que acompanham uma personagem principal, a *Perchten*, ou seja uma espécie de bruxa, uma velha com uma máscara de nariz enorme, os cabelos desgrenhados e o fato roto. Tem um pau com que toca ou bate a toda a gente, sobretudo às crianças e às raparigas, e a sua acção é considerada necessária para assegurar as boas colheitas do ano seguinte. Frazer interpretou a *Perchten* como a incarnação dos espíritos que presidem à fecundidade da terra, e tendia a generalizar a sua doutrina ao fenómeno das máscaras em geral. A comparação destes rituais como *bilmaun* mostra que, apesar do seu carácter predominantemente profano, mantêm ainda alguma coisa de sagrado, sobretudo na crença da eficácia do toque da *Perchten* para suscitar a fecundidade e a boa sorte. A mesma comparação mostra também que deviam, na sua origem, associar-se a uma acção destinada a representar as relações entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos.

Não vou tentar seguir as eruditas discussões dos etnólogos e antropólogos em torno das teorias de Frazer. Parece-me preferível fazer notar que, se o uso das máscaras tinha inicialmente um vínculo muito estreito com a morte, o facto de se atribuírem aos mortos papeis muito variados nas suas relações com os vivos, levou a que, ao acentuar-se um determinado papel em detrimento dos outros, se acabasse por perder a noção primitiva. Assim aconteceu, nomeadamente, com o papel carnavalesco das máscaras, pelo facto de privilegiar o seu aspecto de crítica social ou por representar a excitação trazida pela vida sexual, sem a qual não há reprodução nem fecundidade. Como se sabe, a crítica social, que tem uma importância fundamental no *charivari* francês, surge

também nas «loas» que os mascarados das festas dos rapazes da região de Bragança em tempos dirigiam contra os personagens da aldeia que mereciam alguma espécie de censura ou de comentários ridículos. Entre eles uma das máscaras principais era precisamente a da morte (B. Pereira, 1973, p. 130-136).

O ocultamento do rosto permitia uma maior liberdade de expressão. Mas esquece-se que este tipo de crítica resulta principalmente de um direito a falar em nome dos antepassados que presidem à vida da comunidade e que querem ver respeitada a ordem social por eles instaurada. É o que se depreende, por exemplo, de um estudo de Fabrizio Sabelli sobre a reprodução social das comunidades do Norte do Ghana (1986) a partir dos rituais funerários. Como ele diz, «um rito funerário é um acto de consagração e de instituição da condição de antepassado, enquanto autoridade política do grupo» (p. 181). Por isso, os funerais são, para aqueles povos, a ocasião de discursos amplamente participados pelos parentes do defunto e pelos restantes membros da comunidade, sobretudo os anciãos, durante os quais se louva ou censura o morto e a sua família, conforme ele cumpriu ou infringiu as regras estabelecidas pelos antepassados.

Esta função está hoje quase completamente esquecida na Europa, a não ser sob formas residuais. Mas ainda se encontra em alguns costumes populares, como disse há pouco. Outra função, que toma sobretudo o aspecto da subversão das normas habituais, e em que se dão largas à excitação provocada pela acção sexual, como meio de garantir a reprodução e a perpetuação da comunidade, perdurou largamente, sob a forma de divertimento gratuito, e por vezes desenfreado, em que a ocultação do rosto serve de disfarce para transformar o portador da máscara, e para ele encarnar os personagens que o seu desejo e a sua imaginação lhe fazem invejar, consciente ou inconscientemente.

A vigilância das autoridades religiosas sobre a sociedade levou-as, na época moderna, a concentrar as suas censuras sobre este aspecto do carnaval. Mas na Idade Média parece terem sido antes as crenças na actuação dos espíritos malignos ou benfazejos encarnados nos mascarados aquilo que mais contribuíu para um combate cerrado das autoridades eclesiásticas contra o uso das máscaras. De facto, a Igreja, durante os últimos anos do Império, tendia a identificar todos os espíritos dos defuntos com os espíritos demoníacos. Por conseguinte, condenava severamente todos os rituais antigos que tinham como objectivo aplacar os as almas errantes e inquietas que se julgava vaguearem neste mundo e, pior ainda, toda a invocação dos defuntos por intermédio da necromancia. A demonização dos espíritos, e o facto de lhe serem atribuídos poderes efectivos, cuja acção a magia tentava captar para benefíco próprio ou alheio, ou para malefício contra alguém, explica a severidade com que a Igreja combateu as máscaras, em prescrições conciliares do século VII (J. C. Schmitt, 1992: 67-68). Mas elas continuaram a usar-se durante séculos e séculos, mesmo com funções rituais que a religiosidade popular dificilmente abandonou, como mostram os costumes da maioria das comunidades tradicionais europeias largamente descritos pelos etnólogos. Não há dúvida, porém, que esta proibição, uma pastoral conduzida com enorme persistência, e sobretudo a lenta substituição das concepções antigas sobre o mundo dos mortos por ideias novas acerca do destino dos condenados e dos eleitos, acabaram por conseguir romper a ligação funcional das máscaras com a realidade que inicialmente representavam.

Para se compreender as consequências do processo de desagregação da função inicial da máscara, como elemento essencial de um rito funerário, é útil lembrar um princípio estabelecido por Levi-Strauss (1964, cit. por N. Belmont in J. Frazer, 1983, p. 19) e que parece aplicar-se com todo o rigor à situação que aqui nos interessa. Diz ele «Os ritos oferecem simultânea ou alternativamente ao homem o meio de modificar uma situação prática ou de a designar e descrever. A maior parte das vezes, as duas funções sobrepõem-se ou traduzem dois aspectos complementares do mesmo processo. Mas quando o peso do espírito mágico tende a enfraquecer, e quanto os ritos se transformam em vestígios ou resíduos, só a segunda função sobrevive à primeira». Ou seja, já não proporcionam ao homem o meio de modificar uma situação prática como seja neutralizar os espíritos maléficos ou captar a protecção dos antepassados, mas apenas a designam; consequentemente, denunciam a desordem (sobretudo a desordem social) por meio da crítica, ou pelo menos por meio do barulho e da subversão burlesca, sem pretenderem modificá-la. Por outras palavras, ao retirar a conotação sagrada do ritual, remetem o que dele resta para o âmbito do profano.

A Igreja medieval tolera o burlesco, como mostram as «festas dos loucos» e o próprio carnaval, limitando-se a censurar os excessos. Nas interpolações de 1316 ao célebre *Roman de Fauvel*, composto pouco antes dessa data por um clérigo da chancelaria régia, verifica-se que não lhe desagradavam as violentas críticas que nelas provavelmente se faziam aos desmandos morais das princesas da corte, e que aparecem representadas nos desenhos que acompanham o texto sob a forma de um cortejo de máscaras com cabeças de animais e cujo carácter carnavalesco é bem patente (J. C. Schmitt, 1994: 191-196). Os antepassados longínquos destas máscaras eram, sem dúvida, as representações totémicas usadas havia muitos séculos. Mas aqui o que restava delas era apenas o seu aspecto burlesco. Por detrás, estava ainda o contexto em que os mascarados, em nome dos antepassados censuravam as infrações aos preceitos estabelecidos por eles.

Assim, as máscaras acabam sempre por representar os mortos. A imobilidade que por meio delas se imprime ao rosto, aliada ao movimento do corpo que as traz e as faz falar, apesar da sua mudez, permite aos mortos continuarem presentes na comunidade. Mantendo o seu carácter ameaçador, mas despojando-os do seu sentido maléfico, transforma-os em protectores e vigilantes da comunidade. O seu uso em contextos rituais confere-lhes um valor particularmente importante, como instrumentos que permitem ou propiciam uma categoria muito especial de trocas entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Não são, como certos objectos que, ao encarnarem valores (materiais ou simbólicos) especialmente importantes para determinadas sociedades, estabelecem à sua volta «um tecido de relações que fazem das suas trocas *o locus* permanente em que [elas] reafirmam incessantemente os seus valores mais importantes» (C. Barraud, D. de Coppet, A. Iteanu e R. Jamous, 1984, p. 105). É o que acontece para os espíritos dos antepassados, na Melanésia, para a honra, no Rif do Norte de África, para a moeda, nas tribos Are'are, ou para os porcos, entre os Orokaiva da Nova Guiné. As máscaras, porém, não aparecem com objectos de troca nem como valores: mas constituindo instrumentos indispensáveis dos rituais, provocam o contacto com os mortos, e por isso propiciam as trocas entre eles e os vivos. Ora as trocas entre estes são as mais importantes para todas as sociedades tradicionais. De facto, como afirmam Cécile Barraud e outros autores que aqui seguimos, «as trocas

entre os vivos só se podem compreender no enquadramento das relações entre os vivos, por um lado, e os mortos, os espíritos ou a divindade, por outro» (p. 112). Quem preside às trocas dos valores mais importantes e propicia o seu poder fecundante são de facto os espíritos dos antepassados.

Ora as máscaras tornam-nos presentes. Daí a sua importância em todas as sociedades tradicionais. Foi preciso que o Cristianismo imposesse no Ocidente uma outra concepção das trocas essenciais, a que é assegurada pelo valor puramente espiritual e gratuito da Graça, em que o homem não pode dar absolutamente nada senão a submissão e a humildade, para que todos rituais de contacto com os mortos se decomposessem em práticas de significado ambíguo ou incompreensível. No mundo ocidental, Deus expulsou os mortos.

A breve incursão que fizémos às práticas de outrora ou das sociedades exóticas, com o intuito de compreender a função expressiva das máscaras, não se destina, é claro, a reconstituir costumes desaparecidos para sempre. Pode-nos ajudar, porém, a procurar novos significados para a face humana. Não já como metonímia da alma, no seu aspecto efémero, passional e único, que os acidentes corporais individualizam (J.-J. Courtine e C. Haroch, 1988, p. 43), mas como sede de poderes ocultos e inimagináveis que não residem na pessoa enquanto indivíduo, mas enquanto expressão do poder que a ultrapassa e que é representado pelo máscara impassível do soberano, ou pela figura terrível do chamane que só o excesso pode traduzir (E. Canetti, 1960, cit. por Courtine e Haroch, 1988, p. 213-214, nota 25). É esse aspecto misterioso e transcendente que a máscara tenta exprimir, através da distorção ou do grotesco, do exagero ou da estilização, da transfiguração ou da simplificação, da imitação ou da inversão. Por meio dos recursos imprevisíveis, e todavia repetitivos, da arte, a máscara procura abrir o caminho à compreensão do que há de mais universal no homem, e do que inexoravelmente o liga ao mistério das trocas entre a morte e a vida. Só assim se compreende o fascínio pelas máscaras que inspiraram e inspiram tantos artistas do teatro e tantos escultores em todas as culturas e em todas as civilizações.

NOTA

Este texto foi preparado ainda em vida do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida como comunicação ao IV Congresso da European League of the Institute of the Arts Conference, sobre os Reflexos do Rosto, mas lido, já depois da sua morte, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, em Novembro de 1996. Quando soube do projecto de homenagem que estava a ser preparado, não hesitei em o escolher para dedicar à sua memória, dado o seu conteúdo predominantemente antropológico. Não podia encontrar nenhum texto meu tão próximo das suas investigações e interesses. Infelizmente a publicação desta homenagem foi adiada, e tive entretanto ocasião de ler a mesma comunicação na Academia das Ciências de Lisboa, em cujas *Memórias* virá também, decerto, a ser publicada. Não quis, porém, deixar de a manter como contribuição minha para a colectânea a que tinha sido anteriormente destinado. Lamento profundamente que o Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida já não possa transmitir-me as suas críticas e sugestões, numa matéria em que ele se tinha tornado autoridade incontestável.

BIBLIOGRAFIA:

BARRAUD, Cécile, Daniel de COPPET, André ITEANU e Raymond JAMOUS, *Of Relations and the Dead. Four Societies Viewed from the Angle of their Exchanges*, Oxford (Providence, USA), Berg, 1988 (trad. do original francês de 1984).

BETTELHEIM, Bruno, *Les blessures symboliques. Essai d'interprétation des rites d'initiation*, Paris, Gallimard, 1981 (trad. do original inglês de 1954).

COURTINE, Jean-Jacques e Claudine HAROCH, *História do rosto. Exprimir e calar as suas emoções (do século* XVI *ao início do século* XIX), Lisboa, Teorema, 1988 (trad. do original francês de 1988).

DUPONT, Florence, «Les morts et le mémoire: le masque funèbre», in *La mort, les morts et l'au-delà dans le monde romain*, Actes du Colloque de Caen, 20-22 novembre 1985, dir. par F. Hinard, Université de Caen, 1987, pp. 167-172.

FRAZER, James, *Le rameu d'or. Le bouc émissaire*, Paris, R. Laffont, 1983 (trad. do original inglês de 1902).

GRIAULE, Marcel, *Masques Dogons*, 3ª ed., Paris, Institut d'Ethnologie, 1983 (1ª. ed., 1938).

HAMMOUDI, Abdellah, *La victime et ses masques*, Paris, Seuil, 1988.

HERTZ, Robert, *La muerte y la mano derecha*. Selección, prólogo y trad. de Rogelio Rubio Hernández, Madrid, Alianza Ed., 1990 (trad. do original francês de 1917).

JEDREJ, M.-C., «Comparaison of some Masks from North America, Africa and Melanesia», in *Journal of Anthropological Research*, 36 (1980), pp. 220-230.

KURATH, Bertrud Prokosh, Erminie W. VOEGLIN e Alfred MÉTRAUX, «Mask», in *Dictionary of Folklore, Mythology and Legend*, dir. por Maria Leach e Jerome Fred, New York, Funk & Wagnells Company, 1949, vol. I, pp. 684-685.

LEVI-STRAUSS, Claude, *La pensée sauvage*, Paris, Plon, 1962.

LEVI-STRAUSS, Claude, *Le cru et le cuit*, Paris, Plon, 1964

LEVI-STRAUSS, Claude, *La voie des masques*, Paris, Plon, 1979.

OGIBENIN, B.-L., «Mask in the Light of Semiotics. A Functional Approach», in *Semiotica*, 13, n. 1 (1975), pp. 1-9.

PEREIRA, Benjamim, *Máscaras portuguesas*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

SABELLI, Fabrizio, *Le pouvoir des lignages en Afrique. La reproduction sociale des communautés du Nord-Ghana*, Paris, ed. l'Harmattan, 1986.

SCHMITT, Jean-Claude, *Historia de la superstición*, Barcelona, Crítica, 1992 (trad. do original francês de 1988).

SCHMITT, Jean-Claude, *Les revenants. Les vivants et les morts dans la société médiévale*, Paris, Gallimard, 1994.

SMITH, Pierre, «Le mystère et ses masques chez les Badik», in *L'Homme*, 24 (1984), pp. 5-33.

URBAN, G. e Janet-Wall HENDICKS, «Signal Functions of Masking in Ameridian Brazil» in *Semiotica*, 47 (1983), pp. 181-226.

PORTO - CULTURA DA CIDADE, PAISAGEM DOMÉSTICA, MORFOLOGIAS DA CASA, 1895-1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses)

Manuel MENDES *

À paisagem urbana portuense, marca-a uma espécie de silêncio imóvel, figurativamente antigo, processualmente insistente nas maneiras do seu fazer-se; espécie de atmosfera pela qual a cultura arquitectónica portuense demonstra escasso impulso para a utopia, para o estudo não realizável, para a exercitação teórica - a proposta de urbanização geral da cidade do Porto desenhada por Manuel Marques/Amoroso Lopes ou a biblioteca universitária projectada por Viana de Lima poderão expressar alguns desses raros sinais. Digamos que se muitas transformações ou orientações para projectos ficaram no papel foram-no, em geral, por má conjuntura e não por vontade teórica dos autores como disso é exemplo claro o Plano para a Área de Expansão Urbana da Zona do Hospital Escolar de Arménio Losa, o Plano de Reabilitação do Barredo de Fernando Távora, o Projecto SAAL.

Seria difícil imaginar o exemplo do Porto cidade tradicional ou "protomoderna", cidade moderna ou pós-moderna que correspondesse a uma unanimidade: o Porto da Sé ou da Foz, da Boavista ou S. Roque da Lameira, do Bonfim ou do Campo Lindo, da Corujeira ou da Arca de Água; o Porto da Vilarinha, da rua Mouzinho da Silveira ou da Praça Mouzinho de Albuquerque; o Porto das ruas particulares, da rua da Constituição ou da rua Fernão de Magalhães, da Circunvalação ou da Via de Cintura Interna; o Porto de tecido urbano irregular, de malha regular compacta e alguma continuidade, ou de troços lineares residuais; o Porto de tecido pavilhonar ou o de correntezas de casas unifamiliares, o Porto das ilhas ou o de grupos de moradias populares; o Porto do Bairro Hollywood, da avenida de França ou dos Combatentes; o Porto da paisagem doméstica ou o do boom-de-sucesso, o "Porto, património mundial" ou o "Porto, projecto cidade nova".

Num olhar, a Igreja dos Clérigos bastaria para evocar o Porto, tal como a Torre Eiffel ou a estátua da Liberdade evocam Paris ou Nova Iorque.

Ainda assim, seria bem mais difícil caracterizar sucintamente a paisagem dessas cidades. Mas paradoxalmente, uma imagem raramente iludiria e, facilmente, se reconheceria a de um fragmento da paisagem portuense: a proporção e o calibre das ruas, a ordem do parcelamento, o apagamento de uma arte urbana, a raridade do espaço público, a qualidade da luz, a cor e o brilho dos paramentos, a magreza da parcela e a escala dos edifícios; a relação estreita edifício-rua e a individualidade dos edifícios na noção de continuidade da rua; a presença musculada do granito ou a sua convenção insinuada na ordem compositiva das fachadas, a pluralidade dos estilos na ordem e ornamentação das fachadas, a continuidade de dispositivos de natureza tipológica na edificação; um monumento. Um conjunto de elementos característicos, mas que apenas adquirem importância identificatória ou identitária no todo articulado das suas relações.

PORTO - CULTURA DA CIDADE

Na forma construída do Porto, o imobilismo e a inércia de anos sustentou um sentimento de perenidade, de conservação ou capacidade integrativa da construção urbana herdada de oitocentos, um processo longo, em urdidura prolongada ao ritmo extenso do tempo.

Nessa disposição ou nessa condição se sedimentou a sua urbanidade: atmosfera marcada pela convivência problemática de componentes de pré-modernidade, de modernidade e pós-modernidade, a reflectir o *delírio crónico* de futuração que trouxe suspenso a concretização de um desenho planeado para a cidade. Cidade pequena, tessitura compósita de continuidades, rompimentos e simulações, actualizou-se mas não se modernizou (ou o fez à escala do sítio e preexistências, dos recursos e clientelas possíveis): formas do crescimento resultantes da sobreposição/encontro/rupturas entre dois sistemas - o raiocentrismo e a retícula; aglomeração urbana - descontínua, fragmentada, dispersa, polarizada, diversificada, sendo que na definição da ordem formal das partes de cidade a rua marca a (im)possibilidade de malha regular em extensão, o desempenho viarístico/circulatório sobre a morfologia/significação do *lugar* público; o lote, a continuidade das formas da residência, o porte da edificação, o sistema de concepção e produção foram as regras desta paisagem de cidade marcadamente de *escala doméstica*.

Nessa disposição ou nessa condição se sedimentou a sua cultura urbana. A cidade formalizou uma centralidade com consistência de limites e de estrutura, sem todavia, o crescimento económico e demográfico provocar um modelo teórico pré-determinador do seu desenho de território e de paisagem. Um *processo-projecto* que se foi materializando à medida e à escala das *variações* do tempo artificial: por isolamento, por soluções de expediente ou aproveitamento/reconversão de tudo o que existe; por valorização da construção existente, imutabilidade de convenção do construir. Na artificialidade dessa conservação patrimonial, a estabilidade morfológica e arquitectónica não foi investida de esforço ou resistência na consensualização de uma memória urbana ou da sua estratégia no movimento da criação contemporânea. O tecido organizou-se ao sabor do "regulamento" de circunstância de proprietários, em que a racionalidade do improviso e expediente traçaram um contínuo de preenchimento, de acrescento, de substituição, de expansão ou de transformção; regulamento de arruação a provocar rígida separação do miolo de unidades-tipo-quarteirão, segmentação da paisagem onde a dispersão das linguages se moderou pela unidade das convenções compositivas ou uso. A modernização de um magro centro de serviços, fez-se acompanhar por um periódico esforço redentor na apropriação especuladora do solo, edificada na exploração híbrida das tipologias do prédio de rendimento; também pela a conservação de "pólos" industriais pulverizados na extensão do território urbano, e pela manutenção de extensas bolsas de características rurais dentro do perímetro da cidade; também ainda pela herança da industrialização - habitação operária, as "ilhas" - ainda na ocupação densa de interiores de quarteirão, e também por isso, foco intencionado dos programas da solução higienista, filantrópica ou pública.

Nessa disposição ou nessa condição assentou a morfogenia do seu crescimento físico: i) *centralidade fundadoura*; ii) *abrir a cidade ao território*: ultrapassado o perímetro do assentamento fundacional, o raiocentrismo formalizou os primeiros impactos da

expansão territorial, predispondo a concentração urbana em torno de linhas de fundação; iii) *fazer cidade à escala do território*: definição de território de influência, estrada de circunvalação, traçado de rede estruturante-programa para a cidade oitocentista, pelo que a expansão se confirmou num alargamento modelado em torno da abertura de traçados primários e secundários estruturantes de um esforço de urbanização à escala do território, traçados parcelares que na sua adição deixaram a sugestão de tecido urbano em retícula globalizadora das urbanizações-loteamentos dispersas na área-território; iv) *aglomerar, densificar, "complexificar" à escala da circunvalação*: na discontinuidade, a trama viária provocou aglomeração pela dispersão da urbanização de áreas rurais de periferia, a consolidação de malhas e/ou traçados por vezes espontâneos, emparcelamentos de quintas; v) *a consolidação da cidade oitocentista*: compactação lenta e descontínua da mancha urbana, feita à medida da pressão especulativa, à medida das exigências da concentração/população; em processo contínuo, agitação e não resolução de problemas estruturais para uma renovação da cidade segundo novo desenho e medida - cidade que movimentou a sua paisagem num fazer que concedeu uma quase total prioridade da parcela, e por esse facto se viu mais marcada pelas qualidades da edificação que pelas qualidades do espaço público.

Nessa disposição ou nessa condição sedimentou as formas da edificação. No lote estreito e entre meações - persistência da urbanização portuense - *as casas em andares* ergueram-se marcadamente unifamiliares, mesmo que, posteriormente e por partições sucessivas, se multiplicasse o grupo residente. Quando densificou a ocupação do lote e problematizou as formas dos espaços de habitação plurifamiliar, prolongou escalas, medidas e composição. Desde os anos 20, *a casa de andares* e *o edifício de andares* cresceram, reproduziram e permutaram soluções intermediárias do plurifamiliar, sempre em estreita dependência da rua, pressionando a musculação da medida tradicional raramente associada a rupturas de escala ou porte da edificação corrente; pressionando o programa em formas múltiplas de geminação, reunião ou fusão de parcelas - *casa dupla, correnteza, agrupamento*, recorrendo a dispositivos de agregação elementares, de natureza repetitiva não necessariamente em série - sobreposição, justaposição, composição, associação; o acrescento, a subdivisão numa obcessiva reconstrução do construído, prolongando as convenções da tradição de cidade e de ofício. A partir da segunda metade dos 40, (es)forçados os preceitos de um novo estilo de vida, a burguesia portuense começou a acumular e a reproduzir os proveitos do edifício de habitação plurifamiliar.

PORTO - PAISAGEM DOMÉSTICA, MORFOLOGIAS DA CASA

A- CONSOLIDAR A CIDADE OITOCENTISTA - *Continuidades*

Por estes anos, o Porto deslizava como se uma espécie de destino natural bastasse ao evoluir da sua estrutura e morfologia, na vaguidão do seu território de cidade. Movimento anacrónico, quase informal, actualizou o crescimento, refractário a figura reconhecível - aí validou a condição e a qualidade da sua urbanidade.

A ampliação do parque residencial foi ocorrendo por: densificação do existente (repartição/ampliação de casas unifamiliares em andares, ou casas bifamiliares, ou

pequenos prédios de apartamento por andar); compactação da ocupação de loteamentos não concluídos; novos loteamentos; a renovação da edificação foi mais conservação do existente que substituição por prédios de rendimento.

O investimento imobiliário privado alargou-se na realização de programas habitacionais para média burguesia, os sectores de médio e superior da pequena burguesia - o edifício de andares, o edifício em fila, o edifício em banda, o edifício "vila"; também, a associação de "unidades-tipo" gerando conjunto ou "bairro" em que o acesso estende a rede viária a interiores de quarteirão ou parcela; o pequeno prédio de rendimento; o "agrupamento".

O "moderno" portuense, o que se impôs e fez a paisagem urbana, integrou a relação directa com a estrutura viária, os tipos arquitectónicos ou dispositivos de natureza tipológica do loteamento oitocentista, da habitação colectiva típicos da viragem do século, as convenções regulamentares do *higienismo* matizado com *embelezamento*, as tradições do construir, as convenções regulamentares, as tradições do construir. Aproximou-se e identificou-se mais com os sectores do racionalismo "decorativo-mundano" que com os sectores do funcionalismo "objectivo". Não se poderá falar em protorracionalismo, mas é imprudente identificar expressionismo, purismo ou "nova-objectividade": aragens que mais se (con)firmam *simplificações* ou *musculações* da construção formal para programas de funcionalidade estrita - alojar.

No terreno de alguma concessão, pratica-se intensamente desenho e construção num ensaio formal domesticado nos critérios da cidade tradicional (compactação da ocupação de loteamentos não concluídos; novos loteamentos), adormecido no conservadorismo do loteamento oitocentista ou vibrante no plasticismo da volumetria dos gavetos ou no tratamento dos ângulos. Um processo que - no projecto de raíz, na reconstrução, remodelação, acrescento planimétrico e/ou altimétrico da construção existente, nas operações de embelezamento de fachada, nas rupturas às disposições da ocupação da parcela, de traça, de tipo ou modelo - foi escalonando os instrumentos moderadores, as unidades de medida da paisagem urbana. Um processo singular de natureza compósita, onde se misturaram o dinamismo compositivo decorrente da disciplina organizativa dos programas, o cuidado da imagem urbana do edifício ou do conjunto - a fachada.

As iniciativas relativas ao espaço público acanharam-se à linguagem e aos processos da cidade tradicional - embelezamento, arborização.

B- CONTAMINAR A CIDADE HISTORICA - *Contaminações*

Os arquitectos eram poucos e pouco respeitados: a encomenda, partilha forçada e promíscua com técnicos de obras públicas, habilidosos diversos; a "ilha dos ricos" designação corrente do edifício de andares, foi programa para menos ainda e, sobretudo, os mais velhos.

Mesmo que invocada num esforço para outra ideia de cidade, a modernidade foi matéria sufocada no experimento singular - sinalizar para marcar uma escala nova para a cidade.

> Em 45, *(es)forçados os preceitos do novo estilo de vida, a burguesia portuense começou a acumular e a reproduzir os proveitos do edifício de habitação plurifamiliar.* No *edifício de habitação plurifamilar da* Carvalhosa, 1945-49, *a parcela,* 24,0m *frente x* 41,60m *(associação de* 4 *lotes estreitos de aproximadamente* 5,90m, *como corrente na*

Boavista), rectangular regular (reflexo da acção dos arquitectos num processo negocial de permuta de terreno), permitiu a densificação numa ocupação em profundidade, na sequência jardim-edifício-pátio-garagens. Confrontado a E e W com uma casa em andares e um edifício de andares, o "edifício da Boavista" define rua, desalinha sem romper a cércea, demarca-se e autonomiza-se para cultivar: outra escala de cidade; outra medida de edifício, fogo, volume; outras convenções de forma e linguagem, de uso. Outra *concepção de arquitectura que abraça o "moderno" contaminado em caldo local, aqui argumentado na evolução natural da experimentação dos autores, pela primeira vez confrontados com recursos e standards elevados.* A *compartimentação orienta-se segundo princípios de conveniência e comodidade - "foge-se da rua, caminha-se para luz e ar puro". Às habitações associou-se, pela primeira vez, lavandaria comum, colector de lixos, garagens privadas, recreio para crianças comum. Para além do interpretação do próprio programa, o tema são os terraços-solário e o pátio interior.*

No edifício de Ceuta, 1950-55, *edifício testa-arranque da margem norte da rua e primeiro a aí construir-se, os autores problematizaram as convenções do moderno mais pelo sentido urbano da intervenção arquitectónica que pela engenhosidade formal ou recurso aos seus dispositivos formais ou espaciais do movimento.*

C- INVENTAR CIDADE - *Metamorfoses*

Mesmo que invocada num esforço para outra ideia de cidade, a modernidade foi matéria sufocada no experimento singular - sinalizar para marcar uma escala nova para a cidade.

No perímetro da cidade, existência de vazios urbanos decorrentes do curso da urbanização - manutenção de bolsas com características rurais, núcleos edificados de formação espontânea, reservas de solo urbano resultantes de alterações no destino de uso (pólos industriais), demolição de áreas de habitação degrada, implantação de novos circuitos viários - (a)largou perspectivas de projecto no sentido de reorientar centralidade, densificar e ligar o disperso, "higienizar" e romper os limites da cidade histórica.

Entre o plano de urbanização e o plano de pormenor, o projecto urbano e o projecto de grande composição, tratou-se de uma experiência que se instruiu na agitação de um novo senso urbano comum e na identificação de uma arte urbana para um tempo novo.

Na sombra foram mais os sinais de arquitectura, argumento para uma cidade nova. Numa invenção mais topológica que tipológica, sinais de arquitectura que adquiriram expressão de manifesto - inventar cidade teorizando o lugar a partir do projecto.

Na circunstância do concurso para a obtenção do diploma de arquitecto, o tema Uma Biblioteca - Arquivo para Ensino Universitário (1941), *Alfredo Viana de Lima "quiz que ele possuísse o espírito da ordem e o sentido das relações", "o timbre puro", "o sentido de grandeza, duma grandeza nacional e novíssima" - "traduzir a possibilidade do severo rigor técnico, do sentido funcional e de expressão harmoniosa da força do lirismo", "a tal ponto que nos arrancasse dos hábitos de vida quotidiana"*(99). *Recorre-se a território conhecido: à ilharga da cidade muralhada, no sítio onde barroco, ilustração e neoclássico se debatem de posição e representação, a eixo com o edifício da* Academia Portuense, *a*

Biblioteca é apenas o pretexto para um esquisso-plano, onde desenho é redondamente o monumento dos princípios do Porto novo.

No *projecto não realizado para a* Unidade de Habitação na rua Sá da Bandeira (1943), *Alfredo Viana de Lima concebeu um edifício quarteirão, à imagem de um* Immeuble-Villas.

Na *expansão para poente, no* Campo Alegre, *testa para um nova centralidade portuense o* Plano para a Zona Residencial do Campo Alegre (1949) *foi o projecto para a "construção de uma paisagem nitidamente urbana a umas dezenas de metros de altura sobre o* Douro. *Viveriam aí uns* 6000 *habitantes com o seu equipamento e tráfego próprio independente do tráfego de passagem; uma grande praça e uma avenida de peões permitiria uma intensa vida social. Fernando Távora procurou "que a solução tivesse um grande sentido cívico, uma grande expressão de presença". Via a sua solução "como um acto parfeitamente portuense, capaz de produzir um grande impacto"; monumento como "coisa que seja útil e viva, sentida".*

O Plano para a Zona do Hospital Escolar (1952) *da autoria de* Arménio Losa, *respeitava à criação de duas unidades residenciais na periferia nordeste do* Porto, *para uma área de* 135*ha, destinadas à fixação de um total de* 25 000 *habitantes, nomeadamente ao realojamento de população transferida das ilhas do* Porto. *Concebido à luz da* Carta de Atenas, *o plano nunca chegou a ser aprovado pelo poder central, nomeadamente pelas formas de residência propostas, tipo unidades de habitação e blocos.*

O "moderno" portuense, periférico ou local, consubstanciou-se contaminação da circunstância mais que invenção de circunstância. Assim mesmo, mais evocativo que emancipador, mais complacente que democrático, o projecto moderno assume expressão de manifesto no programa portuense - o tempo como continuidade e o moderno como contaminação da tradição: e esta noção, mesmo que puramente instintiva, marca-lhe a vocação e agita-lhe a autonomia do campo experimental do arquitecto: gerir escalas no desenho da relação do antigo e do novo para projectar uma nova urbanidade. A validação dessa modernidade é algo que ocorre pela validação do realismo pragmático das soluções ou simulações experimentais que a sedimentam: uma prática artística na qual, a cada passo, o episódico se substituie ao global, o figurativo ao abstracto, o epidérmico ao volumétrico, o contextual ao geográfico e ao antropológico.

Para romper os efeitos da longa duração, a *passagem portuense* manifestou-se como *contaminação da mascarada eclética*, da paisagem doméstica que matiza a geografia e a cultura da cidade do Porto: adoptar modelos e formas que, "contribuindo para valorizar aspectos positivos da circunstância pré-existente, pudessem criar nova e favorável circunstância, realizando assim obra de colaboração e de educação"; nos sinais de uma nova arquitectura provocar a cultura da cidade, mesmo que o conceito de cidade aberta e ilimitada não resultasse substituição da cidade histórica, ou, apenas a passo, o espaço público se des-solidarizasse da edificação, ou a acaso se organizasse qual campo de cristais. Independentemente da desconfiança sobre a densidade e a capacidade de assalto de um tal procedimento, foram intervenções que se autoprogramaram como metáforas de cidade e forçaram efeito persuasor para novos

modelos urbanos, de vida ou formas comportamentais (cooperativa habitacional O Lar Familiar de Mário Bonito (1950); bloco em Costa Cabral, Viana de Lima, 1953; conjunto residencial em N.Sra.Fátima de J. Loureiro/L. Pádua (1954). "Só assim têm a sensação de pisar outros terrenos que não os demasiado ortodoxos da cultura oficial" seja esta relativa aos padrões representativos de um nacionalismo de estado, ou à "renovação anti-historicista produzida a partir das vanguardas radicais do século XX".

Agitação do seu isolamento, o programa portuense aceita-se como manifestação errante da "obra total" - a experiência portuense, marginal na comunidade que integra, manifesta-se programa exclusivamente como lugar-miragem duma modernidade que quiz e praticou como *obra grave* da inteligência contra a falsidade. O manifesto confirma-se tão só uma atitude, isso "de olhar, remoer e sentir e tentar embaixo do mesmo céu" - Plano Geral de Reabilitação do Barredo, Fernando Távora, 1969; Edifício de Escritórios na Av. Afonso Henriques, A Siza, 1969.

NOTA FINAL

CONTRA A CIDADE - *transformação, periferização*

Os últimos anos, são de recusa definitiva de um qualquer estatuto de subalternidade política no todo nacional. Os portuenses sacudiram o tempo e a cidade modernizou-se, diz o político local. Mas é bom que se diga que o ressurgimento, a autonomia estratégica dessa modernidade urbanística, teimosos nos ditames da *avareza* do económico ou do político e entretidos na mimesis muda e surda em torno das modas vindas de impérios exteriores, vêm validando a sua cultura de cidade num crescimento urbano sem sentido de grandeza - delapidação do futuro na alegria do curto prazo: ausência de reflexos do estudo e problematização do efeito modelador do tempo longo na morfogenia da cidade histórica, entendidos aqueles como acto de cultura/espera útil para a *modificação* qualificante do espaço urbano; amesquinhamento das *unidades de escala* da paisagem urbana num impulso aviltante, provinciano sobre o caracter da forma construída da cidade - a luz, a cor, os ritmos e os dispositivos de organização altimétrica e planimétrica na ocupação e compartimentação da parcela; o sistemático preenchimento dos vazios urbanos por acções em que a combinatória terreno-construção-infraestrutura se apronta como síntese formal propiciadora de efeitos de *barbárie* ou de periferização da estrutura e paisagem urbanas, mais do que experimentação do desconhecido, problematização do sentido de comunidade; no processo da construção urbana, prioridade do desempenho viarístico/circulatório sobre a morfologia/significação do *lugar* público.

Hoje, entre a vertigem das periferias e o enraizamento da *cidade histórica*, pensar o Porto passa pelo dever de aceitar pensar disciplinarmente a morfologia da sua paisagem humana, física, cultural, espacial, arquitectónica; pensar local e plural sobre o seu *processo de como se faz cidade*, empreendendo nos *territórios* que sobram entre continuidade e ruptura, tradição e modernidade, na convicção de que: a sua realidade é a síntese da diversidade de transformações que sofreu no fluir do tempo indiferente a segmento de época; a sua contemporaneidade não se faz na arbitrariedade de um qualquer historicismo ou na representação autista de um liberalismo de circunstância e retórico; resumindo, na convicção de que o seu "património deverá ser um só - do

passado ao futuro". Daí que a extensão e a eficácia dos temas a *cidade como arquitectura ou a cidade como obra de arte* desafiem a intervenção urbanística como "recusa das faceis dicotomias pró e contra a conservação, pró e contra o respeito e continuidade da regra edificatória histórica, ou entre a cidade histórica e cidade moderna, entre centro e periferia, cidade-campo, artificial-natural, entre função e símbolo e as simplificações projectuais que daí derivam". Um desafio e um apelo que colocam a ideia de plano como investigação e acção entendíveis na fragmentação da vocação disciplinar da arquitectura e do procedimento projectual: a especificidade da intervenção urbana trabalhada através da instrução dialectica entre o estudo da forma construída da cidade (das relações forma da cidade e arquitectura) e a acção projectual, "lançando uma proposta global que reconfigure o inteiro espaço urbano e citadino, a *urbs e a civitas*". Tudo isto na perspectiva de que a ausência ou a impossibilidade de fundamentos hegemonizantes alarga a possibilidade de trabalhar a legitimação da actividade projectual percebendo que na cidade o "problema essencial é investigar formas de articular elementos muito diversos, porque a cidade hoje é um conjunto de fragmentos muito diversos"; tanto mais, quanto "a modernidade é uma forma de dar forma a uma sequência de momentos de modo a que esta aceite uma taxa elevada de contingência".

Independentemente da festa muda do tudo que muda, vêm-se perdendo oportunidades de transformar cidade reinventando a sua morfologia, seja a revisão dos processos de compactação, densificação da ocupação; seja a consolidação, expansão, extensão, fragmentação, explosão da aglomeração urbana; seja a demolição-conservação da cidade histórica; seja o restauro, a reabilitação, reconstrução de edifícios de maior ou menor valor histórico-artístico espaço urbano. Vêm-se perdendo oportunidades de provocar problematicamente a arquitectura como instrumento de transformação urbana seja a renovação de um quarteirão central (bairro da Sé ou D. João IV/Alegria), seja a substituição-ampliação da edificação existente (Comércio do Porto, Casa dos Pestanas ou Hospital de St. António, João das Regras ou N. Sra Fátima, Foz), seja a expansão-reabilitação de um antigo subúrbio do Porto oitocentista (Aldoar ou Antas), seja o preenchimento de um vazio urbano (Bom Sucesso, Constituição, Campo 24 de Agosto, eixo da Boavista, Galiza/Júlio Dinis) ou a urbanização de periferias rurais (Campanhã, Campo Lindo/Covelo, Areosa).

Pelo que se faz circular como qualificação cultural, pelo que se socializa como padrões de desenvolvimento ou se democratiza como consciência de futuro, contra a cidade existem sinais bastante de um faz de conta que marca a política (de renovação) urbana nos últimos anos - renovação urbana, habitação, espaços públicos: o sistemático preenchimento dos vazios urbanos por acções em que a combinatória terreno-construção-infraestrutura se apronta como síntese formal-arquitectónica propiciadora de efeitos de barbárie ou de periferização da estrutura e paisagem urbanas; agitação do Porto-cidade-património não passa de um "trabalho de indústria-patrimonial-turística, feito com a intenção de transformar o pelourinho numa cidade sorvete".

Nessa medida, posicionar "o Porto como uma metrópole de média dimensão, aberta ao mundo e ao futuro, moderna, inovadora e progressiva" dispensa de todo o formalismo evocativo e banalizador de qualquer "respeito pela sua cultura e tradições e pelos seus valores históricos patrimoniais", para sossegar eventuais aterros associados a uma tendência evolutiva para a cidade física assente numa quase exclusiva aliança de mediocridades. Embora uma política urbana não possa, não deva fixar tudo - que nada

pode contra o ar do tempo se um dia este está talhado para betão e noutro para pedra grampeada – o seu primeiro dever (e talvez o único) é fixar um quadro onde cada um possa exprimir-se.

Talvez por isso apeteça acompanhar Lina Bo Bardi: "precisamos defender-nos da invasão de Qualquer... é dever fundamental dos técnicos, dos urbanistas, dos arquitectos, estudar e compreender, no seu profundo sentido espiritual, aquilo que se poderia chamar alma de uma cidade: sem essas premissas, uma planificação, um plano de urbanização serão um esforço estéril e pior uma colaboração com o rolo compressor da especulação".

Porto, 1998. 06. 27

BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, Luis Vicente, *Casa, Família, Ideologia: a Emergência da Política de "Moradias Populares" em " Portugal nos Anos 30"*, Ler História. Lisboa, nº 34, 1997.

DIAS, Jorge, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, em "Estudos de Antropologia", vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990 (1ª edição, 1950)

GARRETT, Antão de Almeida, *História da Evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: FEUP, 1974.

GROS, Marielle Christine, *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

GÜNTHER, Anni; TAVARES, Rui; DOMINGUES, Álvaro, Porto, em "*Atlas Historico de Ciudades Europeas*". Barcelona: Salvat Editores, 1994

MENDES, Manuel, "*Nós*". *Uma Modernidade de Fronteira - Nós para uma Passagem Inconclusa*, em "Arquitectura del Movimiento Moderno (1925-1965). Registro DOCOMOMO Ibérico". Barcelona: DOCOMOMO, Fundació Mies van der Rohe, 1996

MENDES, Manuel, A *casa - paisagem doméstica e projecto (moderno, circunstância portuguesa, manifesto portuense, cultura da cidade, sinais de arquitectura)*, em Actas do 1º Seminario DOCOMO Ibérico. Barcelona, 1998.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Casas do Porto, em Douro Litoral*. Porto, oitava série, vol. VII-VIII, 1958.

PEREIRA, Gaspar Martins, *Famílias Portuenses na Viragem do Século* (1880-1910). Porto: Edições Afrontamento, 1995.

PEREIRA, Gaspar Martins, *No Porto Romântico, com Camilo*. Porto: Casa Comum/Progresso da Foz, 1997.

REAL, Manuel; TAVARES, Rui, *Bases para a Compreensão do Desenvolvimento Urbnístico do Porto*, em "Povos e Culturas". Lisboa, nº 2, 1987.

RESENDE, Miguel, A *Evolução Territorial da Cidade do Porto e a Orientação a Seguir para a Urbanização das Zonas Residenciais*, em "Civitas". Porto, vol. 2, ano VIII, 1952.

SANTOS, Boaventura Sousa, *Onze Teses por Ocasião de mais uma Descoberta de Portugal, em "Via Latina"*. Coimbra, 1991.

SILVA, Augusto Santos, A *Cultura Portuguesa numa Perspectiva Historico-Sociológica, em "Palavras para um País"*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

TÁVORA, Fernando, O *Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa, 1947.

* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO DE D. JOÃO II. A CORTE E AS SUAS LUTAS

Manuela MENDONÇA*

Quando falamos em lutas na corte de D. João II, logo o nosso pensamento se volta para o modo violento como este rei reprimiu as denominadas "conspirações", sendo habitual que se façam sobre elas interpretações apressadas, que apenas põem em relevo a crueldade do monarca. Sem dúvida essa actuação, que marcou os três primeiros anos de governo efectivo do filho de Afonso V, foi de extrema violência, mas é fundamental situá-la no contexto geral vivido então no ocidente medievo. Só a essa luz ela poderá ser entendida, ainda que não elogiada, numa corte em que o rei tinha absoluta necessidade de se afirmar como senhor soberano. Importa, pois, que nos situemos no tempo para podermos tentar uma compreensão desse modo de proceder que, creio poder afirmá-lo, foi apenas a parte visível de um complexo processo que tinha como objectivo a "viragem" para a centralização do poder régio de que D. João II foi o principal agente e protagonista. Ora, é o porquê da necessidade de agir desse modo que importa apreender para depois avaliar e, eventualmente, relativizar as acções cruéis daquele que ficaria consagrado na História como o "Príncipe Perfeito".

Na corte havia claramente duas forças em presença - a dos grandes senhores e a do rei - que se digladiavam pela afirmação da respectiva preponderância e domínio do poder. Ora, o esforço necessário à defesa desses interesses dificultava, ou melhor, impossibilitava uma via pacífica para a solução do problema. Para entender essas posições extremadas torna-se indispensável conhecer não só a mentalidade dos senhores que haviam exercido o predomínio durante o reinado anterior, mas também, como ficou referido, a realidade vivida, à época, no ocidente europeu e de que o principal protagonista foi Luís XI (1461-1483), rei que liderou um processo irreversível que conduziria à centralização do poder em França. Foi a partir da sua acção que esse reino "prenait l'habitude d'être dirigée par une volonté unique"[1]. Para conseguir esse feito o rei precisou, naturalmente, de dominar tudo e todos. Reorganizou, por isso, as principais instituições, isto é, a justiça e as finanças, mas actuou igualmente pela força, sendo conhecidas as mortes violentas a que submeteu o duque de Alençon, o conde de Armagnac e o conde de Saint-Pol. Só desse modo, ou pelo menos assim o acreditou Luís XI, conseguiria "voir les marches et confins de son royaume, avoir connaissance de tout et de tous..."[2].

Mas também na vizinha Espanha a actuação régia teve que enfrentar os grandes poderios, que se afirmaram progressivamente ao longo do reinado de Henrique IV e cujos interesses se agudizaram com a crise política que se abriu na sequência da sua morte. Por isso os Reis Católicos, que viram unidas as Coroas de Castela e Aragão a partir de 1479, lideraram uma política conducente à progressiva afirmação da soberania régia. Sem que tenham executado acções directas de extermínio das grandes casas senhoriais, o seu reinado ficou igualmente marcado pelo reforço do poder central, para o que muito contribuiu a fundação da Santa Hermandad, organizada a partir das Cortes realizadas em Madrigal, em 1476. Também a vitória sobre as grandes casas senhoriais

que se tinham colocado ao lado de Portugal na guerra que travaram após a morte de Henrique IV, muito contribuíu para esse predomínio e afirmação de Fernando e Isabel.

Podemos, assim, afirmar que o último quartel do século XV foi época privilegiada e mesmo propícia à definitiva e irreversível centralização do poder, neste ocidente medieval. Portugal não constituíu, pois, uma excepção. Com um poderio crescente a partir de D. João I, as grandes casas haviam encontrado espaço adequado ao crescimento no reinado de D. Afonso V. Caberia ao filho deste monarca a difícil tarefa de reconduzir à Coroa o seu papel de *líder* do reino, o que não constituíu tarefa fácil.

Os primeiros anos de governo de D. João II foram decisivos nesse processo, sendo certo que o clima de tensão latente que então se viveu se explica pelos acontecimentos que precederam o reinado. Quer dizer, no tempo em o Príncipe assumiu a regência do reino, substituindo seu pai, que se envolveu em guerra pela Coroa de Castela[3]. Perfilou-se desde então a inimizade que oporia os grandes senhores ao jovem rei.

Quando, em Maio de 1475, o príncipe D. João se despediu de Afonso V em Pedra Boa[4], tinha como certo que o período de Regência que iniciava iria ser fundamental para o seu conhecimento da realidade portuguesa. O regimento do reino, outorgado por seu pai, garantia-lhe duas importantes prerrogativas: seriam suas, na "governança do reino", a administração da justiça e o regimento da fazenda[5]. Ele próprio conseguira, em Arronches, que o monarca Africano determinasse ainda que "todallas graças e doaçoões, que durando esta empresa e necessydade de Castela a quaesquer pessoas fizesse, que passassem de dez myl reis de renda, nom sendo aprovadas, consentydas, e assynadas juntamente pelo dito Pryncepe seu fylho fossem de nenhum vallor, como cousas per constrangimento e sem vontade outorgadas"[6]. Este conjunto de certezas colocava, pois, o Príncipe numa posição de superioridade, que lhe possibilitava desenvolver uma acção autónoma. Isso fez. Não iremos, naturalmente, analisar os passos dessa acção, mas tão só registar que ela se pautou por um desejo de correcção dos abusos dos grandes, nomeadamente no campo da justiça e por uma tentativa de reorganização da governação régia. Atitudes como a que teve em 1477, ao convocar cortes para Santarém e tentar alterar o modo como nelas se trabalhava, manifestam bem que o príncipe pretendeu assumir-se como o responsável máximo do reino. No entanto, a reacção dos grandes mostra igualmente como era difícil alterar o estabelecido[7].

Foi no decorrer destas Cortes que, por ordem de D. Afonso V, o Príncipe foi aclamado como rei, nos paços de S. Francisco em Santarém. Mas, como é conhecido, o monarca, que tomara a decisão de abdicar durante a ingloriosa viagem a França, decidiu voltar ao reino. Diz o cronista que, "vindo no mar foy aconselhado dalguas pessoas principaes, que fosse desembarcar a alguas das cidades que tinha em Affrica, e não em Portugal, porque seu filho por já ser Rey não lhe avia de obedecer, nem consentir que mandasse nada..."[8]. Esta tentativa de cisão, sem dúvida motivada pelo descontentamento dos grandes em relação ao Príncipe, não teve outro objectivo do que criar no rei a desconfiança relativamente a seu filho. Receavam, naturalmente, a influência que o Príncipe poderia vir a ter no pai, depois de haver experimentado a regência e obtido um conhecimento mais concreto da realidade vivida no reino. Temiam que essa influência lhes fosse fatal, em termos de regalias e direitos que reivindicavam. São múltiplas as informações dos cronistas sobre estas tentativas camufladas de afastar entre si as régias pessoas. Se o conseguissem poderiam influenciar o rei e, quem sabe, vir a derrubar o poder do príncipe. De outro modo

estariam perdidos. Há um documento, que ficou registado nos "apontamentos" de Álvaro Lopes de Chaves, que prova bem que, quando D. Afonso V estava ainda em Castela, já vozes disfarçadas procuravam semear o conflito entre ele e o seu herdeiro. Trata-se da minuta de uma carta que o Príncipe escreveu a seu pai (para Castela), em resposta a uma anterior que o monarca lhe havia enviado e na qual o repreenderia por certos procedimentos no campo da justiça, ou mesmo certas petições que, segundo parece pela resposta, era acusado de mandar fazer ao rei[9]. Pelo teor desta carta percebe-se bem uma mal contida ira no jovem, que afirma a seu pai que "nam sam em lembrança que a Vossa Senhoria tenha escrito sobreste caso cousa que honesta e justa nom seja..." Explica ainda que tem escrito, mas "he pedindo conselho do que devo fazer porque por a pouqua pratiqua que nas taes cousas tenho, como por nom ter comigo tantos letrados de que possa receber conselho nom queria errar e queria de Vossa Senhoria ser emsinado...". Não percebe, pois, porque é censurado por este procedimento, uma vez que o pai tem consigo letrados e, quando tem dúvidas, manda "ajuntar os dezembargadores dambolas mesas e outros letrados de fora". Portanto, "nom parece sem rezam escrever a Vossa Senhoria e pedir-lhe conselho do que nas tais cousas devo fazer...". De outros procedimentos, considerados intromissões na justiça, o príncipe diz que "não sam de tal lembrado e bem folgaria de haver pera saber se he minha culpa...". Quanto à acusação de escrever aos desembargadores,pressionando-os, diz que não o costuma fazer, mas apenas "encomendolhes que em breve e sem delongua despachem as partes...". Aponta depois uma questão concreta, a propósito de ter intercedido por um fidalgo, que estava preso e era maltratado. Escreve então que o fez, pois "me pareçe que a prizão nom foj pera al senão pera os prezos serem bem prezos e guardados pera se delles poder fazer o que for direito e nom pera serem maltratados...". Estas passagens revelam bem as duas faces de um mesmo problema: por um lado, o Príncipe D. João procurando agir com eficiência, desafiando mesmo os "poderes instalados" e assumindo o seu papel de responsável máximo do reino. Por outro, a presença de "informadores" que faziam chegar as mais variadas queixas à corte de D. Afonso V, sedeada em Castela. Aí, os grandes, receosos da perda das respectivas prerrogativas, procurariam influenciar o rei de modo a fazê-lo desconfiar da acção do filho, no sentido de o afastar dos centros de decisão, pois bem iam verificando como as opções que tomava eram lesivas dos seus interesses.

Ora, é a partir daqui que se manifesta muito claramente a existência dos dois grupos a que já aludimos: os grandes senhores, que rodeavam o Rei e os "fiéis" à nova política, que acompanhavam e apoiavam D. João. Na perspectiva dos "Grandes" que, por todos os meios, procuravam manter-se nas boas graças de D. Afonso V, era necessário destruir o grupo que rodeava o Príncipe. Criou-se assim um clima de desconfiança mútua, embora, em vida do rei, se conseguisse uma frágil convivência. Depois da morte do monarca as situações agudizaram-se, os desentendimentos tornaram-se evidentes e o compromisso de equilíbrio antes vivido deu lugar ao crescimento desenfreado de desconfianças e ódios. E estes tornar-se-ão visíveis nos acontecimentos a que se assistirá na corte, nos anos subsequentes.

Analisemos agora um outro curioso documento que ilustra magnificamente as afirmações que fazemos. Trata-se de uma carta que D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança, escreveu de Castela a D. João II, depois de ser, por este, considerado traidor[10].

Foi na sequência da morte de D. Fernando, III Duque de Bragança,preso em Évora dia 29 de Maio de 1483 e degolado na Praça dessa cidade a 23 de Junho do mesmo

ano[11], que o rei determinou que o chanceler-mor do reino, D. Álvaro, irmão do Duque justiçado, saisse do reino e aguardasse, além-fronteira, que o monarca o mandasse regressar. A verdade é que a situação se manteve até à descoberta da dita "2ª. Conspiração". Esta teve o seu epílogo na morte do irmão da rainha, D. Diogo, Duque de Viseu, às mãos do próprio rei[12], tendo-se-lhe seguido uma série de sentenças condenatórias de outros senhores. Entre eles estava D. Álvaro, que foi igualmente condenado à revelia. Foi a propósito dessa acusação que ele, de Castela, escreveu a D. João II. Ora, o que nos importa nesta carta são as razões a que alude para provar que o rei é injusto. Recua, para isso, ao tempo da regência e denuncia agravos feitos pelo Príncipe, que poderão estar na base do ambiente posteriormente vivido na corte do rei recém-aclamado.

D. Álvaro começa por falar da inimizade do rei que tanto "tem errado contra mim", para denunciar depois a falsa acusação, de que teria estado envolvido, com os irmãos, nas conspiração recém-descobertas. Discorre sobre a sua inocência e acusa mesmo o monarca de ter usado este falso pretexto com o objectivo único de lhe confiscar os bens. Refere depois as muitas afrontas que D. João lhe fez desde quando era príncipe.

Escreveu D. Álvaro que "V.S. sabe bem como vos comecei a servir de pequeno, e sempre me cheguei mais a vosso serviço", acrescentando depois que o príncipe lhe prometera sempre recompensa de tudo, mas "tanto que fostes homem, e em tempo de mo pagar logo começastes de vos aver comigo tudo ao reves do que até então tinheis mostrado". Esta denúncia é bem esclarecedora da consciencialização que o jovem Príncipe foi tendo da necessidade de travar o engrandecimento dos que o rodeavam. E D. Álvaro continua afirmando: prometera-lhe algumas vilas em Entre-Douro e Minho e não lhas deu, desculpando-se com o pai, "sendo certo que o dito vosso pay me fez mores merces que aquella em que se mostra que não foi por sua culpa, mas pela vossa". E o irmão do duque de Bragança dá, de seguida, uma panorâmica que bem traduz as divisões vividas na corte do rei Africano, quando afirma que, por esse e outros motivos, "me comecei de chegar a ElRey vosso pay, e servilo...". Diz ainda que D. Afonso V o passou, por isso, a favorecer e "vos tomastes disto tão grande nojo que o não podieis sofrer". Essa seria a causa da actuação de "travagem" do príncipe: "e tendome ElRey prometido a Villa de Portalegre quando vos fostes, (...)não quisestes consentir que vosso pay me desse a dita Villa mostrandolhe que o fazias por estar no estremo, e não fiardes de mim e concertastes com vosso pay que a Villa de Castel Rodrigo que ma tambem tinha dada ma tirasse..." Estas situações passaram-se durante a régia permanência em Castela; ora, por força do documento assinado por D. Afonso V, a que já aludimos, nada podia ser doado sem consentimento e assinatura do Príncipe. Tinha D. João muita razão ao pedir ao pai tal privilégio, pois é bem certo que temia o poder da grande casa de Bragança. Uma prova encontramo-la nesta sua determinação em não lhe confiar mais fortalezas de fronteira. D.Álvaro continua acusando, escrevendo que, depois do regresso do Príncipe a Portugal, D. Afonso V lhe doou Torres Novas e Alvaiázere. D. João, mal soube, procurou tirar-lhas dizendo que "era Torres Novas grande fortaleza e estava junto com outras do Duque e vos temieis de nós..." E, de facto, tirou-lha e não lhe queria dar nada em troca. E apesar de todos os esforços de D. Afonso V "não pode comvosco fazer senão que de certos lugares que vos mesmos me daveis em satisfação daquillo vos me deixasseis um a que chamão Mira...". Foi o mínimo possível aquilo que D. João aceitou dar, se considerarmos a insignificância deste lugar e a sua situação inofensiva em termos de estratégia interna.

Mas não ficam por aqui as atitudes que D. Álvaro registou, considerando-as afrontas. Denuncia a seguir as muitas dificuldades que o príncipe levantou para que ele casasse com a filha do Conde de Olivença. Chega mesmo a dizer que o Príncipe, depois de lhe ter dado consentimento para o casamento enviou "dizer ao dito Conde que de nenhua maneira fizesse o dito casamento...". Mas, tendo-se ele consumado, por determinação do próprio conde, que exigiu ao Príncipe que lhe pusesse por escrito o impedimento, o que este não quis fazer, D. João começara a hostilizar o conde. D. Álvaro diz ainda que, quando o sogro ficou viúvo, logo o rei lhe quis fazer um outro casamento, "...pera ver se o poderieis por ali embaraçar a herança do dito Conde que a não herdasse eu avendo o dito Conde filhos". Mais ainda, acusa D. João de, para evitar que ele viesse a herdar a vila de Olivença depois da morte do sogro, lhe ter dado um privilégio "em que lhe prometeste que a não deseis mais a ninguem". Ora todas estas queixas são claramente denunciadoras da política do Príncipe: ele tentava evitar, por todos os meios, o fortalecimento das grandes casas e, sempre que o não conseguia, procurava que o seu poder se reforçasse apenas em zonas que pareciam de menor importância e jamais naquelas que poderiam ser consideradas de risco para a Coroa. Certamente que as queixas de D. Álvaro não seriam únicas no reino. Como ele, outros senhores estariam já a sentir a mão pesada do jovem Príncipe.

Uma outra e não menos curiosa vertente das queixas prende-se com o ofício de chanceler-mor, que D. Álvaro detinha desde o tempo de D. Afonso V. Diz ele que, após a morte deste rei, D. João II nomeou imediatamente o Dr. João Teixeira para o cargo. Perante os protestos de D. Álvaro e "depois que viste que vos não podieis escusar de mo dar cometesteme que vo lo vendese para o dar ao dito doutor". Como ele se escusou "me constrangestes a servir o ditto officio per mim onde eu soya a ter um doutor que por mim o servia, e fazia-me V.S. ver todas as cartas e ter o sacco a porta ...". Também este aspecto da pressão régia é extremamente importante e denuncia o projecto de governo do novo rei. Não se tratava agora do agravo pelo agravo, como pretende D. Álvaro pela denúncia que faz. O que estava em causa era a determinação do monarca em se rodear de gente competente para os cargos, de letrados que dessem suporte jurídico à acção régia. Passara o tempo em que os altos cargos eram detidos por grandes senhores, ainda que estes tivessem, como era o caso de D. Álvaro, "hum Doutor que por mim o servia". O rei bania, pois, os grandes dos lugares cimeiros, para se rodear dos executivos necessários à sua governação. Era assim na Europa, sê-lo-ia também em Portugal. Se D. Álvaro teimava, o rei, com o seu espírito habitual, obrigava-o "a servir o dito officio per mim...", cumprindo tudo até ao mais pequeno pormenor.

Também o chanceler-mor se queixa de ter recebido mil agravos "no officio do regimento de justiça ... tirando-me os poderes que tinha, mostrando-me claramente que não fiaveis de mim...". Era, de facto, também uma questão de confiança. Tudo isto tornava claro, para os grandes, que, com o filho de Afonso V, não tinham lugar na corte. Que fazer? E a interrogação avolumava-se.

Há depois outras denúncias que traduzem um ataque directo às prerrogativas detidas por este grande senhor. Era o favorecimento que D. João II fazia ao arcebispo de Braga, que era inimigo de D. Álvaro; era a intromissão régia na atribuição de lugares que vagavam; era a ordem régia para "prender certos rendeiros de Beja porque penhorarão hum alfayate", chegando mesmo o rei a responder às queixas de D. Álvaro "dizendo-me no rosto que porque a mim me consentião que tivesse a jurdição de

minhas rendas se seguião taes erros...". Enfim, muito mais agravos são referidos "e outros desfavores, e desprezos que homem sente muito mais do que pode dizer".

O antigo chanceler-mor enumera finalmente as queixas que traduzem o ataque final do rei a todos os grandes: "E determinaste de enviar vossos corregedores entrar em nossas terras..." "e por milhor executardes o que querieis logo determinastes de não confirmar as doações, e privilegios, e liberdades dos senhores, e fidalgos, sem os verdes todos pello meudo o que era cousa pera se nunca acabar...", "... e mandaveis todos (requerimentos) tirar de poder dos Senhores, e por em mão de hum vosso escrivão (...) ficando elles desapossados de todos os privilégios que tinhão, e se tornavão todos pera suas casas porque V.S. não despachava nenhum, e assim recolhieis tudo a vossa mão para os despachar ou quebrar quando quisesseis e a quem quisesseis"; "e logo publicou que todos os privilegios dos Reys passados não valesem nada e que todos se acabavão per morte do Rey, e que tudo estava em vossa mão de o dar, e tirar como quisesseis e assi o começastes logo a mostrar por obra, porque alguns que despachaveis em huns tiraveis a jurdição, em outros a renda, em outros os privilegios, e assi tiraveis e metieis clausulas de novo como vos aprazia, e outros rompieis de todo..."; "e determinastes que não podessem dar cartas de segurança em mortes de homens tendo nos disso privilegios, e sentenças. E determinastes que nenhum senhor pudesse ter ouvidor... e assi que não conhecessem de aucções novas, nem dos agravos que sahissem dante os juizes, por onde de ponto em branco tirava V.S. aos Senhores toda a jurdição de suas terras, especialmente aos Duques, e a seus irmãos que sobre estes casos tinhão mais fortes privilegios". Este era, pois, o sentir dos grandes senhores no início do reinado de D. João II.

Era D. Álvaro, conforme já referimos, irmão de D. Fernando, 3°. Duque de Bragança, de D. João, Marquês de Montemor e de D. Afonso, Conde de Faro. Esta família, ligada por laços de sangue à Casa de Viseu, com ela fazia a frente comum que liderava os descontentes na corte de D. João II. Eles personificavam todos os "grandes" que se sentiam em perigo depois da morte de D. Afonso V.

Se é certo que o novo rei tinha razões de sobra, na sua perspectiva de Governo, para enfrentar e dominar estas Casas, não é menos certo que não perdia uma ocasião para manifestar a sua agressividade. Para que o entendessem e procedessem em conformidade? Para os ter em respeito? Para rapidamente os obrigar a "abrir o jogo"? São questões cuja resposta não é fácil, mas a realidade do comportamento régio não engana. Podemos ilustrar esta luta surda, diria mesmo este clima de ódio latente, com algumas atitudes do monarca. Seja o caso do Marquês de Montemor, com quem o rei abriu as hostilidades inicialmente. Conta Garcia de Resende que, durante as cortes de Évora, a cidade foi ameaçada de peste, e "el Rey com sua corte no Janeiro seguinte de quatrocentos e oitenta e dous se foy ha Montemor o novo, pera ahy acabar de despachar as cousas particulares das Cortes..."[13]. Vivia-se então ainda o luto pela morte de D. Afonso V e por isso iam "todos vestidos de burel, e almafega", mas o Marquês de Montemor, "querendo dar a entender a el Rey que tinha muyto prazer, e contentamento delle reynar", foi esperá-lo "ao caminho com hum argao, e pelote dalmafega, e debaixo hum gibão de brocado que parecia, e vinha em hum ginete arrayado com huns cordões, e topeteira cramesis...". O rei não entendeu ou não quis entender a atitude do marquês e, por isso, lhe mandou logo dizer "se lhe lembrava a elle que o rey por quem trazia tal dó o fizera Marquez e lhe dera Montemor, e lhe fizera sempre muytas honras, merces...". E como se tal repreensão não bastasse, pouco depois, na sequência de uma discussão

que o marquês teve com o arcebispo de Braga, a propósito da casa que lhe mandara dar para aposentadoria, o "rei mandou ao marquez, que logo naquelle dia se saisse da ditta villa de Montemor, e dentro em cinco dias se passasse além do Tejo onde estaria até sua merce". O irmão do Duque de Bragança partiu de imediato para Castelo Branco, mas com ele levou um ódio cada vez mais fundo contra o rei.

Não é, pois, difícil reconstituir o ambiente de mal-estar, generalizado entre os Grandes. D. João II fazia tudo o que eles não queriam. Foi neste contexto que decorreram, em 1481, as cortes de Évora, nas quais o rei impôs uma série de medidas, que vêm resumidas na carta de D. Álvaro. Apesar de se estar no início do reinado, os Grandes acumulavam já sucessivos desaires. Podemos recordar uma outra atitude frontal de D. João II, esta levada a cabo ainda antes da abertura das cortes. Tratou-se da decisão de construir a fortaleza de S.Jorge da Mina; antes de dar a conhecer a sua decisão, o rei reuniu o seu conselho "em que ouve votos, e opiniões muy contrayras... (...) propostos os quaaes ElRey todavia detriminou que se fezesse"[14]. Ora, é fundamental ter presente que neste início de reinado ainda os Grandes favorecidos na corte de seu pai pertenciam ao Conselho de D. João II. Lá estavam presentes: o marquês de Montemor, o conde de Faro, o chanceler-mor, o Duque de Bragança, o Duque de Viseu[15], a par dos homens de confiança do jovem rei. É, pois, natural que deles tenham partido as vozes discordantes que diziam ser a empresa de "muito damno, e perygo, e em fim impossivel...". Mas foi contra essas vozes discordantes, no passado acostumadas a fazerem-se ouvir, que D. João II actuou, determinando que a sua vontade era que se fizesse a construção. Por isso se torna importante este seu acto. Depois... as cortes de Évora, a partir das quais os grupos abertamente se extremaram. Dum lado o rei com os seus homens de confiança, liderando um modelo novo de governação. Do outro os opositores, liderados pelos duques de Viseu e de Bragança. Com estes estavam as respectivas cortes. O rei sabia que era este poderio que era preciso abater... Os senhores tentavam defender-se, eventualmente procurando apoios em Castela, na esperança de poder dominar o gigante ameaçador que sucedera ao benemérito Afonso V. Era claro para eles que, ou o venciam ou teriam que ajoelhar diante dele, mãos postas e colocadas dentro das suas, para lhe prestarem obediência, usando as palavras que este fixara... Como evitar a afronta? À interrogação, temperada com os ânimos revoltosos dos opositores do jovem rei, respondia D. João II sempre com novos desafios. Que esperava? Ver as reacções e procurar um pretexto para agir. E ele não se fez esperar. Mas o rei precisava resolver ainda uma questão antes de iniciar o seu trabalho de limpeza do reino. Senhor de tudo, ciente mesmo do processo que culminaria na destruição das duas principais casas do reino, o monarca aguardou.

O príncipe D. Afonso, seu único filho, encontrava-se em Tercerias[16] e o rei não podia actuar livremente, pois não sabia como reagiriam os futuros Reis Católicos, com quem tinha como certo que os duques mantinham contactos. Por outro lado e talvez mais importante para D. João II, os príncipes estavam sob a guarda de D. Brites. Esta senhora, que era mãe da Rainha, era igualmente mãe do Duque de Viseu e sogra do Duque de Bragança. Ao desferir o golpe sobre uma destas casas, não era seguro ter o seu filho confiado a um grupo tão próximo dos Duques. Por todos os motivos era necessário anular as tercerias. Iniciou-se então uma verdadeira batalha diplomática entre a corte portuguesa e a de Castela, com o envio de três embaixadas consecutivas e que viria a terminar com a concretização do objectivo do rei de Portugal. Em Maio de 1482 o Príncipe D. Afonso voltava à corte de seu pai, que o esperou em Évora. A

acompanhá-lo, desde as suas terras, por onde o cortejo passara, vinha o Duque de Bragança. Dias depois foi preso e executada nele a justiça do rei[17].

Houve conspiração? Pouco importa. O que é certo é que o procedimento do monarca foi, à luz da análise que vimos fazendo, e na sua perspectiva, um mal necessário. O Duque era a cabeça de uma frente comum que, mal pudesse, se levantaria para impedir a acção régia. Havia que abatê-la. A grande questão é só esta: ou o rei ou os senhores. E o rei antecipou-se, foi essa a sua vitória.

Mas não ficaria por aqui a dureza de D. João II, porque o grupo de perigo não tinha sido totalmente anulado. Cerca de um ano depois do julgamento do Duque de Bragança, nova "conspiração" era descoberta. Esta, porém, teve, a nosso ver, outras características. Não é difícil entender a reacção dos "Grandes" que haviam comungado das posições do Duque de Bragança. Por isso, acenaram ao Duque de Viseu com o trono, e este, jovem e impetuoso, certamente se entusiasmou com a ideia de destruir o rei. É, pois, bem provável que tenha havido um projecto e um programa com esse objectivo. Mas... seria suficiente? Não era e o monarca bem o sabia, pois de tudo teve conhecimento através de sucessivas denúncias. No entanto, descobrir e desmascarar esse projecto foi o pretexto por que D. João II esperava para eliminar o resto dos Senhores que constituiam obstáculo à sua acção. Por isso, o rei não hesitou e manifestou mesmo muito sangue frio, na determinação de derrubar os seus inimigos. Estando em Setúbal, mandou chamar D. Diogo, duque de Viseu, que se encontrava em Palmela e "sem se passarem muytas palavras el Rey por si o matou às punhaladas"[18]. Depois fez perseguir e julgar todos os súbditos que considerou estarem envolvidos nesta "segunda conspiração".

D. João II tinha finalmente derrubado os obstáculos à sua forma de governar, certo da correcção do seu procedimento. Para ganhar o desafio, neste alvorecer dos novos tempos, a vitória tinha que ser sua. Certeza talvez inconsciente, mas que garantiu ao filho de D. Afonso V um lugar de destaque na carruagem que conduzia a um tempo diferente: a modernidade.

NOTAS

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[1] Michel Mollat, *Genèse Médiéval de la France Moderne*, XIV-XV, Paris, 1977, p.207.

[2] Chastellain, *Chroniques*, cit. por Michel Mollat, *op. cit.*, p. 206.

[3] Sobre este tema veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (1415-1495), vol. II, Lisboa, 1978. Manuela Mendonça, D. *João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, 1991.

[4] Afonso V iniciava então abertas hostilidades com Castela, conforme desenvolvemos em D. *João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, 2ª. Edição, Lisboa, 1995.

[5] O documento no qual D. Afonso V consagra o seu filho regente durante a etapa castelhana está publicado em IAN/TT, *Gavetas*, XIII, maço 10, doc.2-9 e publicado no vol. III de *As Gavetas da Torre do Tombo*, pp. 251-252.

[6] Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey* D. *Afonso* V, in "Crónicas de Rui de Pina", Porto, 1977, p.831.

[7] Sobre a problemática subjacente pode ver-se Manuela Mendonça, D. *João II*...., pp.138-141.

[8] Garcia de Resende, *Crónica de* D. *João II* e *Miscelânea*, reedição facsimilada da nova edição conforme a de 1798, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 1973, p.21.

[9] Álvaro Lopes de Chaves, B.N.L., *Colecção Pombalina*, cod. 443, transcrito por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, 1984, p. 276.

[10] Carta publicada por António Caetano de Sousa, *Provas do Livro IX da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, pp. 492-499. O autor diz ter encontrado esta carta no Cartório da Casa de Bragança. Está, ainda segundo o autor, inacabada.

[11] Sobre a problemática inerente a esta prisão pode ver-se: Joaquim Veríssimo Serrão, D. *Fernando*, III *Duque de Bragança*, in "Dicionário de História de Portugal", vol. II, Lisboa, 1965, pp. 211-212; Humberto Baquero Moreno, *As Conspirações contra* D. *João* II, in "Arquivos do Centro Cultural Português", vol. II, Paris, 1970, pp. 47-103; Manuela Mendonça, *Problemática das Conspirações contra* D. *João* II, in "Revista Clio", vol. V, Lisboa, 1984-85, pp. 29-53, entre outros.

[12] Esta morte ocorreu em Setúbal, a 28 de Agosto de 1484.

[13] Garcia de resende, *op. cit.*, p. 37.

[14] Rui de Pina, *Chronica D'elRey* D. *João* II, in "op. cit.", p.894 M

[15] Dados recolhidos a partir do registo do "Conselho que se teve em Évora sobre o testamento del Rej Dom Affonço depois de feito o saimento...", in, Álvaro Lopes de Chaves, *op. cit.*, pp.75-77.

[16] Sobre o tema veja-se: Manuela Mendonça, *Relações Externas de Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, 1994.

[17] Sobre a problemática das conspirações pode ver-se os artigos já citados na nota nº. 11.

[18] Garcia de Resende, *op. cit.*, p.80.

A ICONOGRAFIA DE CRISTO NA ILUMINURA ROMANICA DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

Maria Adelaide MIRANDA *

As imagens do ciclo da vida de Cristo, tão frequentes na iluminura românica, nos fundos dos mosteiros portugueses são pouco abundantes, concentrando-se quase exclusivamente em Sta Cruz de Coimbra. Esta atitude explica-se pela opção estética dos nossos iluminadores e artistas em geral, que renunciaram à representação de cenas narrativas, preferindo a exuberância do ornamento.

Num conjunto muito significativo de manuscritos, são muito poucos os exemplos e só a partir da *Entrada em Jerusalém*, Cristo é representado, e quase sempre integrado em conjuntos tratados de forma sintética.

O primeiro exemplo deste tema surge em pé de página no **Sta Cruz 11, fl. 18 v.** A iconografia é a mais vulgar da época, pouco habitual é o espaço que ocupa fora da inicial. O desenho mostra uma certa ingenuidade e o iluminador que tem um traço seguro a executar o animal, mostra grandes dificuldades a desenhar Cristo sentado. As dificuldades de concepção terão levado o iluminador a abandonar o desenho ao lado, devido a desajuste na proporção.

Esta representação interpreta a passagem bíblica relativa a Mateus **21,7**: "Trouxeram a jumenta e o jumentinho, puseram-lhes em cima as suas capas e Jesus sentou-se sobre elas". Nesta imagem muito simplificada do texto bíblico, é patente o gosto pela abstração, funcionando esta, mais como um signo de algo que se evoca, do que se descreve.

Na iluminura, este tema da Entrada em Jerusalém foi bastante divulgado no séc. XII. Podemo-lo admirar no belíssimo exemplar do evangeliário de Santa Ehrentrude, por volta de 1140 para o mosteiro de Nonnberg, um dos manuscritos mais sumptuosos da primeira metade do século XII da iluminura românica nos países germânicos[1]. Na iluminura de página deste livro litúrgico, surge a figura de Cristo e do jumento. As suas, posições assumem semelhanças surpreendentes com o **Santa Cruz 11**, o que mostra que este artista executou a cena a partir de modelos de grande qualidade!

Na arte portuguesa, esta imagem aparece ligada ao Apocalipse do Lorvão (A.N.T.T., Casa Forte, 160, fl. 120) e inspira-se no passo: "com palmas nas mãos da grande multidão... clamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus e ao Cordeiro, pertence a salvação..." (Apoc. VII, 9-17).

O modelo não é o mesmo, e é distinta a posição de Cristo e do jumento. Cristo, como é habitual no manuscrito do Lorvão, surge como um adolescente. Esta imagem, mais de acordo com o texto bíblico, contém o jumentinho que está ausente no **Sta Cruz 11**.

Em S. Baudúlio de Berlanga[2], no muro setentrional, pode-se observar o mesmo tema, mas com um sentido narrativo: Cristo desloca-se com o jumento e a jumentinha de que nos fala o texto. Os apóstolos acompanham-no. A composição conduz o olhar para a arquitectura da cidade, do interior da qual as pessoas observam.

O iluminador de Santa Cruz conhecia, talvez, modelos destas cenas, como o mostra a coincidência de posições dos personagens, mas optou apenas pela representação de Cristo.

CRUCIFIXÃO

Este passo da vida de Cristo está apenas representado em Santa Cruz de Coimbra, ao nível dos livros litúrgicos. Para a época que estudamos não conhecemos qualquer outra imagem com a mesma temática.

Saltério 27: A cena já descrita no capítulo dos livros litúrgicos, é uma das raras representações de página existente nos nossos manuscritos. O **Missal Sta Cruz 40** repete de forma bastante simplificada esta primeira imagem; o **Breviário Sta Cruz 62** apresenta um outro modelo iconográfico do mesmo tema.

No **Saltério 27 fl. XV**, podemos observar uma das representações mais bem conseguidas da nossa iluminura. Bom desenho, sem ser excelente, elegante e expressivo, dá-nos uma outra atitude face à morte, não a de dor, mas a de uma infinita serenidade que anuncia já a espiritualidade humanista. Toda a composição converge para o rosto de Cristo: em cima, as figuras do Sol e da lua, sob os seus braços, Maria e João. Estas figuras são muito esbeltas e as roupagens caiem com naturalidade. A Virgem, à direita coloca a mão sobre o rosto, segundo a tradição oriental, gesto que na Antiguidade simbolizava a dor. S. João, à esquerda, é o único dos apóstolos presentes, a sua posição é muito semelhante à da Virgem. O drama que a cena encerra é-nos dado mais pela gestualidade do que pela expressão dos rostos[3]. A forma da cruz é acentuada pelo geometrismo da figura de Cristo que a envolve. Apesar de estarem a seu lado, a Virgem e S. João, Cristo é envolvido por uma imensa solidão que só é quebrada pela representação dos ciclos cósmicos e astrais. A posição do rosto - exactamente na intercessão dos braços da cruz- é o local onde não há nem tempo, nem mudança, é o lugar de passagem ou de comunicação simbólica entre este e o Outro Mundo[4]. Uma barra azul vertical acompanha a figura de Cristo, duas horizontais, a do sol e da lua[5]. A cor azul que acompanha Cristo e a lua pode simbolizar a noite, a morte e as trevas que envolveram a Terra no momento da morte[6] como também ser o símbolo do próprio Filho, manifestação das águas originais e das águas vivas da graça[7]. O vermelho que envolve o sol pode ainda simbolizar o próprio Verbo, o fogo devorador que é Deus Amor, o sangue purificador que Cristo verte para a salvação de todos...[8] (Fig. 1).

A figuração de Cristo na Cruz generaliza-se após o Ano Mil[9], época que assiste à transformação da cruz em crucufixo, na figuração, pintada ou em relevo (ouro, marfim, madeira ou metal) de Cristo crucificado. Do único *signum* da cruz, passa-se à imagem do crucificado; *imago crucifixi*. Esta imagem pode receber relíquias e é objecto de práticas devocionais e litúrgicas intensas.

Esta evolução não se reduz a uma transformação de formas plásticas, traduz uma mudança considerável na sensibilidade religiosa: a promoção da ideia de humanidade de Cristo, que conduz à sua contemplação morto na cruz, e não somente à majestade de Deus julgando os homens no fim dos tempos[10].

Apesar da reacção de alguns heréticos, esta imagem vem a impôr-se no Ocidente Medieval para justificar a sua representação.

Gerardo de Cambrai defende que a cruz deve ser interpretada como uma prefiguração de Cristo crucificado. Esta imagem permite igualmente a edificação dos iletrados, que vendo pintada a Paixão, adorarão a Cristo. Este autor relaciona esta identificação com a divulgação da atitude de Sto André que se colocou sobre o madeiro da cruz para se identificar completamente com Cristo.

"A contemplação da imagem visível do Salvador crucificado fará mais que instruir o povo; animará o espírito interior do homem e inscrever-se-á na membrana do coração, de tal maneira que cada um reconheça em si mesmo a sua dívida em relação ao Redentor"[11].

Este tema apela a um aspecto bem interessante no contexto da estética medieval: à arte como emoção, e não apenas como instrumento didáctico.

Na arte espanhola, o primeiro exemplo conhecido da crucifixão é o do Beato de Gerona, datado do séc. X avançado[12], popularizando-se o tema a partir do séc. XI .

Esta representação, contudo, nada tem a ver com as crucifixões dos saltérios conimbricenses. Aquela inclui também a crucifixão dos dois ladrões, as personificações do Sol e da Lua, e o portador de esponja, ausentes neste fundo.

Mas à medida que se avança no Românico, até ao séc. XII, simplificam-se as Crucifixões, reduzindo-se o acompanhamento à Virgem, João, Sol e Lua.

Em livros litúrgicos, uma das primeiras representações de Cristo na Cruz a acompanhar o Cânon, surge no Sacramentário de Metz (Fragmento) Paris, **(B.N.Lat. 1141, fl. 6v.)**, manuscrito da escola da corte de Carlos o Calvo, produzido cerca de 870[13]. Neste fólio de Sacramentário, é Cristo que se inscreve no **T** do *Te Igitur*, encimado das personificação do Sol e da Lua. Cristo, como é comum nesta época, aparece vivo, glorioso com nimbo cruciforme, e vestido apenas com o *perizonium*, tendo sobre os pés uma serpente. Rodeado de luxuriante vegetação de acantos dourados e uma barra púrpura recebe as letras que terminam o *Te Igitur*.

Próximo desta iconografia está a crucifixão de um documento da Câmara de Computos de Pamplona[14]. Tal como a imagem de Sta Cruz, também este contém Cristo morto na Cruz, a Virgem e João chorando, o Sol e a Lua com cabeça humana e distintivos de chamas. Esta imagem, contudo, é mais tardia: oscila entre 1221 ou 1231.

Apesar de todas as diferenças estéticas que marcam as duas imagens, em termos iconográficos não estão muito afastadas.

O Missal Votivo **Sta Cruz 40** possui no fólio que antecede o *Te Igitur*, **fl. 30**, uma representação simplificada contendo apenas o crucificado. O desenho está muito próximo do **Saltério 27**, só o iluminador revela menor qualidade como se pode verificar no desenho do corpo.

Outra modificação está na posição das pernas, que aqui não aparecem cruzadas, estando ausentes também o supedâneo e a imagem da serpente.

As cores são diferentes, mantendo-se a tendência deste mosteiro para serem apenas delineados os contornos e pequenas superfícies. O nimbo parece ter sido repintado, sendo ainda visível o traço inicial do cabelo.

O Missal **Sta Cruz 62 fl. 177v** poderá ter como modelo o **Sta Cruz 27**, ou copiar um modelo mais antigo, como nos sugerem os rostos personificados do Sol e da Lua, que pertencem a uma tradição que remonta à época paleocristã, seguida na época carolíngia, tendo-se generalizado no mundo românico. O desenho é mais ingénuo que os dois exemplos anteriores; a utilização do vermelho e sépia confere-lhe um aspecto

arcaizante. Iconograficamente temos a assinalar a presença do livro que acompanha as figuras de Maria e João (Fig. 2).

A ausência desta temática na escultura ou qualquer outra arte plástica da mesma época em Portugal, não nos permite avaliar das suas repercussões nem da sua genealogia. Os exemplos peninsulares são igualmente inconclusivos para determinar com precisão os modelos.

RESSURREIÇÃO

Imagens de Cristo ressuscitado aparecem no *Homiliário*, **Sta Cruz 4** e no **Evangeliário Sta Cruz 70**.

A Ressurreição surge no **fl. 123** do *Homiliário* num ciclo, cuja iconografia é bastante vulgar na época. Esta cena de carácter narrativo-simbólico, que antecede imediatamente as homilias do dia de Páscoa, encontra-se mutilada; o fólio foi cortado ao meio, deixando três cenas interrompidas (fig 2).

Apesar de ser uma homilia sobre o Evangelho de S. Marcos, o texto que encerra a descrição dos episódios desenhados remete-nos para o Evangelho segundo S. João, 20, **1**.

Da primeira, temos apenas a representação do anjo que pela gestualidade, diz a Madalena: "Mulher por que choras", ao que esta responde "porque levaram o meu Senhor e não sei onde O puseram". A cena cortada seria a que corresponde à interpelação de Cristo. No canto esquerdo, ainda é visível, meio cortada, a figura de Cristo que dá passagem à narração seguinte.

Contudo, o anjo anunciador faz parte das descrições de Mateus e Marcos e não consta em João. Neste manuscrito, a pedra tumular e o anjo que indica o sepulcro vazio, aparecem enquadrados por arquitectura, que deverá simbolizar a capela tumular de Cristo em Jerusalém.

A segunda cena narra a aparição de Cristo a Maria Madalena. Nela, Cristo parece dizer-lhe: "Não me detenhas, porque ainda não subi para Meu Pai, Meu Deus e vosso Deus"[15].

Depois da descida ao Limbo, seguir-se-ia esta aparição, logo seguida de uma nova interrupção, onde possivelmente o iluminador teria representado a aparição aos Apóstolos.

Finalmente, sob arcada de volta inteira, surge representada a incredulidade de Tomé. Cristo com o braço levantado mostra as chagas a Tomé que, ajoelhado, coloca o dedo sobre o seu corpo de acordo com as palavras: "Chega aqui o teu dedo e vê as minhas mãos; aproxima a tua mão e mete-a no meu peito; e não sejas incrédulo, mas crente." (S. João, **20**).

Este conjunto historiado é praticamente único no contexto do românico português. A representação humana é cuidada, o desenho razoável, e os personagens são muito expressivos pela sua gestualidade (as mãos do Anjo, da Virgem e de Cristo, deixando-nos adivinhar a frase que vão pronunciar).

São figuras cheias de dignidade e de humanidade que dão vida ao acto da Ressurreição. O artista, como nas histórias de banda desenhada, faz-nos seguir a sucessão de episódios que só são interrompidos pelas divisões horizontais. As cenas desenrolam-se, quer em interiores emoldurados por arcos lobulados, quer em cenas ao ar livre, como nos mostra a árvore, carregada de cachos que separa Maria Madalena de Cristo (Fig. 3).

Os arcos lobulados que encerram a primeira banda, assim como as torres que os encimam, figurações da Jerusalém Celeste, estão presentes em manuscritos ibéricos do séc. XII. O ms. 1 do Arquivo da Coroa de Aragão, *Liber Feudorum Maior*, enquadra a cena da dedicação do livro por um arco de estrutura semelhante ao manuscrito conimbricense. Também a cena da aparição das Três Marias surge na Bíblia de Ávila[16], enquadrada por uma arquitectura semelhante. Estes arcos lobulados, embora ausentes do Românico europeu, são frequentes na arquitectura árabe e arménia, provavelmente circulariam em fundos arquitectónicos de peças da arte móvel e podiam mesmo ser observados por alguns dos iluminadores, monges que através da peregrinação tinham acesso a culturas longínquas que a ida a Jerusalém pressupunha.

O último episódio narrado - A *dúvida de Tomé*[17] -, tem, ao nível da composição, semelhanças claras com a escultura do mesmo tema do Claustro de Sto Domingo de Silos, não sendo conhecida nenhuma fonte iconográfica. *Meyer Schapiro*[18], atribui em relação ao baixo relevo do pilar norte ocidental, persistências moçárabes na impessoalidade e disposição dos Apóstolos, que se ordenam em fila num único plano. Ora, o artista do manuscrito de Coimbra, baseia-se exactamente nesta cena; introduziu-lhe uma dinâmica já românica. Contudo, o elemento de inovação iconográfica referido pelo mesmo autor, homens que tocam cornos e mulheres que tangem instrumentos musicais, com características profanas, não está presente no **Sta Cruz 4**. Nas três cenas, o artista tem uma preocupação de acrescentar linhas oblíquas, para dar vivacidade às cenas e imprimir-lhe movimento e expressividade. Veja-se a posição da pedra tumular, no primeiro quadro, a posição da Maria Madalena e, especialmente, o cair da manga e a posição entre Cristo e S. Tomás.

Pouco comum também é a forma da cruz (cruz da Aquitânia) que segura Cristo.

O mesmo tipo físico, homem moreno e barbudo, aparece também na Bíblia de Ávila e em outros bíblicos hispânicos, assim como em bíblias românicas da zona do Mosa[19].

No Evangeliário **Sta Cruz 76** surge, no **fl.105v**, uma personagem de cabelos longos aureolada, vestindo túnica e manto. Segura numa mão um livro, enquanto na outra, mostra um plausível sinal das chagas. Imagem estranha, de desenho ingénuo, sem vestígios de pintura como acontece com muitos outros do mesmo manuscrito. Parece tratar-se de Cristo da Ressurreição.

A festa que interpreta é o Dia de Páscoa (*In Die sanctam Pasche*). Este título, ao contrário da imagem, é polícromo. O rubricador utilizou o vermelho, o amarelo e o verde. O rosto comprido e os olhos de grande abertura sugerem-nos uma cópia de manuscrito mais antigo.

A escrita reporta-se a finais do séc. XII, inícios do XIII.

CRISTO JUIZ

O **Homiliário, Sta Cruz 4,** inclui uma outra teoria de imagens que ocupa o último fólio, que nos surpreende pela originalidade no contexto da arte românica portuguesa.

A ligação ao texto não está tão próxima como na cena anterior, já que a última festa do calendário litúrgico deste manuscrito diz respeito à dedicação da Igreja. Contudo, se tivermos em conta que o momento imediatamente anterior é o do 25° e último Domingo depois de Pentecostes, onde termina o ciclo litúrgico (o ano

eclesiástico e com ele a história do mundo), iniciando-se a passagem à Jerusalém Celeste, estas representações ganham significado, ligando-se ao tema da Ressurreição que acompanhava a festa da Páscoa.

As imagens são um tanto enigmáticas devido à identificação dos personagens que ocupam as duas ordens das arcadas.

Nas duas primeiras bandas, doze figuras vestidas de longas túnicas e mantos que lhes cobrem a cabeça estão dispostas sobre arcadas, seguram objectos que se assemelham a caixas relicários ou recipientes para guardar perfumes ou óleos.

Na última banda, Cristo em majestade mostra o livro rodeado de seis personagens aladas sumptuosamente vestidas que sugerem o vestuário bizantino imperial (Fig. 4).

Os arcos ultrapassados que enquadram as doze personagens e os capitéis cónicos lembram-nos a época moçárabe. O carácter sumptuoso dos anjos e o tipo da coroa com pendentes remetem para a corte bizantina e monarcas visigodos[20]. O iluminador construiu uma imagem em três bandas horizontais, embora saliente mais o carácter simbólico que o narrativo.

No lado verso do mesmo fólio, são representados seis aves em fila horizontal e um serafim que ocupa sensivelmente o meio do fólio.

Dificuldades de interpretação levam-nos a apresentar as várias posibilidades de leitura iconográfica.

A primeira proposta por C. A. Ferreira de Almeida, considera que: "Merece revelar-se a iluminura extensa, onde se representa, em três faixas, a *maiestas Domini* e a Jerusalém celeste. Temos aí a reprodução de uma visão mental, extremamente plana, mostrando nos dois registos superiores as doze portas da cidade Apocalíptica, de arcadas ultrapassadas, com a figuração das tribos de Israel, uma delas em cada entrada. Na parte de baixo, vemos Cristo de pé, rodeado de seis anjos, nobremente vestidos, que o honram e servem"[21]. Esta leitura adapta-se às imagens representadas e não põe em causa o número das personagens.

A segunda hipótese, para as doze personagens, é a de que se tratam das Virgens Loucas e Virgens Sábias.

O passo bíblico, no qual esta cena se insere, começa: "O Reino dos céus será semelhante a dez virgens que, tomando as suas lâmpadas, saíram ao encontro do esposo." Segundo S. Mateus (**25**, 1-12), dez jovens esperam o esposo. Logo que ele chega, cinco têm as lanternas guarnecidas de óleo e alumiadas; as outras cinco não se muniram a tempo de óleo e as suas lanternas permaneceram apagadas:são as virgens insensatas ou "loucas". O relato acaba com as palavras "Vigiai, pois, porque não sabeis nem o dia nem a hora." (S. Mateus, **25**, 13). Pressupõe-se o dia e a hora do juízo final, e a esta cena seguir-se ia: "Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado por todos os Seus anjos, sentar-se-á então no seu trono de glória" (Mateus, **25**, 31). No fólio verso, temos as visões de Ezequiel.

Os anjos convergem para Cristo numa atitude de adoração, de quem se dispõe a erguê-lo para o Além. Esta representação dos anjos evoca-nos as palabras de André Grabar "Os bizantinos da Idade Média não representavam já os anjos volantes que levam para o céu o retrato de um vencedor, mas imaginam-nos de pé, com os pés em terra, flanqueando o retrato do soberano divino, ao qual servem por meio da contemplação permanente"[22].

Ficariam por explicar as doze personagens em vez das dez, embora a primeira figura coroada pudesse ser identificada com a Virgem, que também surge associada a esta temática[23]. A outra personagem podia ter sido colocada para assegurar a simetria.

Os objectos que as personagens seguram poderiam ser as candeias, embora não seja evidente as que estão acesas ou apagadas.

A gestualidade das mãos que se traduz em aceitação, tanto podiam ser próprios das Virgens Sábias, como dos Apóstolos. Ambos aparecem representados em idêntica posição[24], apresentando as mãos esta posição.

Em S. Marçal de Limoges, teatralizava-se desde inícios do século XII, a parábola das Virgens Loucas e Virgens Sábias. Este drama teria estimulado os artistas à sua representação em esmaltes. Neste século, a imagem era já famosa no Sudoeste da França, exactamente a zona de que este manuscrito sofre influência na ornamentação. Como no drama nesta região, as figuras seguram candeias, e não as tochas de influência oriental.É nas províncias vizinhas do Limousin e do Poitou, que esta temática mais se generalizou acabando por penetrar na França do Norte[25].

A terceira hipótese interpretativa, parte dos objectos e identifica-os como recipientes para conter óleos e perfumes, já que são muito semelhantes aos que ostentam as Três Marias do fresco da ermida de S. Baudúlio de Berlanga[26]. Estaríamos perante uma remota representação das Santas Mulheres e da Virgem. Num capitel de Mozat[27], a visita das Santas Mulheres ao túmulo é associada à Ascensão e à Ressurreição[28], o que está de acordo com a cena representada. O facto de serem, segundo os evangelistas, três mulheres (Maria, Maria Madalena e Maria mãe de Santiago)[29], não obsta a que possa ter sido representado, por necessidade de composição, um outro número, neste caso simbólico.

Nos numerosos exemplos apresentados por Émile Mâle na escultura, figuram invariavelmente três[30].

Numa sequência lógica com a cena anterior, surge Cristo com os Apóstolos. Estaremos perante um tema da ascensão, no qual Cristo é levado pelos anjos para o céu, como está descrito no Acto dos Apóstolos?

Nesta hipótese, as imagens sobre arcadas seriam as dos Apóstolos, apesar de não ser a habitual cena do Pentecostes com a presença do Espírito Santo. Assim, a figura que surge coroada seria a da Virgem que acompanha os onze apóstolos, já que Judas estaria ausente após o episódio da traição.

A quarta hipótese é formulada por Aires Augusto do Nascimento, com base numa imagem de um evangeliário irlandês, conservado em S. Gall[31]. Tratar-se-ia de uma representação da vinda de Cristo no fim dos tempos para julgar o mundo. Nestes códices, as cenas estão invertidas. No manuscrito de Saint Gall, numa primeira banda, Cristo em majestade, em meio corpo, está ladeado de dois anjos; em baixo, os doze apóstolos que seguram o livro e olham na sua direcção.

O único problema desta interpretação continua a ser o objecto que os apóstolos seguram. No manuscrito de S. Gall, a sua forma indica claramente um livro; no homiliário de Santa Cruz é com dificuldade que o identificamos como um saco onde este estaria contido.

Apesar das diferenças estilísticas e em particular das imagens dos dois manuscritos[32], a iconografia está muito próxima.

No lado verso do homiliário **Sta Cruz 329v,** uma imagem simbólica: um serafim ocupa sensivelmente metade do fólio 9, seis aves aureoladas encimam-no, como que reforçando o etéreo e a simbologia das asas.

Estamos face à interpretação da primeira visão de Ezequiel - "No meio dela distinguia-se a imagem de quatro seres que se assemelhavam a seres humanos.Cada um tinha quatro faces e cada um tinha quatro asas.As suas pernas, perfeitamente direitas, tinham cascos como os dos bois e cintilavam como o cobre polido. Por debaixo das suas asas saiam mãos humanas. Cada dos quatro lados tinha as duas faces e suas asas. As asas tocavam uma na outra (...).

"Quanto ao aspecto das faces, os quatro tinham à frente, uma face de homem, todos os quatro uma face de leão, à direita, todos quatro uma face de touro, à esquerda e todos quatro uma face de águia. Tais eram as suas faces.As asas estavam estendidas para o alto; cada um tinha duas das suas asas juntas uma à outra e duas a cobrir-lhe o corpo (...) Ora, enquanto eu contemplava estes seres, vi na terra, ao lado de cada um dos quatro, uma roda (Ezequiel, **I**, 5-15).

As aves aureoladas significam provavelmente os estados superiores do ser[33]. O serafim, segundo Dionísio, o Aeropagita, ocupa tal como os querubins, o cume da hierarquia celeste. Há assim, uma relação de sentido entre a Ressurreição, o Juízo Final, e um estado espiritual superior.

Nesta imagem, o monge, num único olhar, podia estabelecer relações múltiplas, elevar o espírito do mundo material ao mundo imaterial[34].

Ao contrário da cena da ressurreição, na qual o carácter narrativo é acentudo pela gestualidade e movimentos adequados às personagens, nesta, tudo se passa à maneira bizantina: o hieratismo e simetria quase absolutos transmitem-nos uma ideia de transcendência e de sagrado. Os rostos são inexpressivos e os gestos reduzidos ao mínimo. Paradigmática desta intenção é a figura de Cristo em majestade.

Só as arcadas e as asas dos anjos imprimem ritmo à cena. Não é apenas a atitude que nos lembra Bizâncio, mas o próprio vestuário utilizado pelas personagens que sugere as vestes da corte imperial: as túnicas de homens e mulheres, assim como os motivos trabalhados. Na cabeça, o *stemma*, que possui uma forma "evasée", os pingentes e correntes, segundo uma moda oriental.

A gargantilha, nas personagens do homilário, está reduzida ao mínimo, como as que eram usadas pelos súbditos de Justiniano[35].

Estas cenas do homiliário, como as do Apocalipse do Lorvão, reflectem a tendência ao linearismo da iluminura românica em Portugal[36]. Esta tendência faz-se sentir claramente no *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra. Em todas as obras de melhor qualidade, nunca os artistas recorreram a valores plásticos onde a volumetria imperasse. Pelo contrário, foram extremamente sensíveis às virtualidades da linha, no cuidado posto no desenho que subordina a pintura.

A policromia limita-se, em geral, aos fundos. As imagens e os ornamentos são apenas delineados ou pintados com leves aguadas.

A ausência de pintura mural, neste período em Portugal, não nos permite estabelecer comparações com outras representações locais.

Talvez nunca venhamos a saber qual foi o ambiente cultural que suscitou estas imagens, nem que repercussões tiveram nas artes plásticas românicas.

Não encontramos modelos similares noutros manuscritos, ou em outras expressões artísticas, o que dificulta qualquer tentativa de estudo iconológico.

NOTAS

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

O texto deste artigo faz parte de um dos capítulos da dissertação de doutoramento "A *Iluminura Românica em Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça*", apresentada na Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Socais e Humanas, em 1986. Apresentamo-lo aqui em homenagem ao Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mestre que abriu os caminhos da iconografia em Portugal e cujos estudos e conselhos contribuiram decisivamente para este trabalho.

[1] Cf. François Avril, "*Les Arts de la Couleur*", in *Le Monde Romane:Le Temps des Croisades*, Paris, Gallimard, 1982, p. 190.

[2] Monumento moçárabe próximo de Casillas de Berlanga, província de Sória. As pinturas estão atribuídas ao séc. XII. O seu estudo e reprodução pode consultar-se em Teogenes Ortego y Frias, *La Ermita Mozarabe de San Baudelio en Casillas de Berlanga*, Almazan, 1987.

[3] François Garnier, *Le langage de l'Image au Moyen Âge*, Paris, Le Leopard d'Or, 1982 refere-se a este gesto "Nos sécs XII, XIII, XIV, a Virgem e S. João ao pé da Cruz, numa posição estável e digna, exprimem por este único gesto o intenso desgosto que invade a sua alma" p.184.

[4] Jean Chevalier, *Dictionnaire des Symboles*, II V, Paris, Seghers, 1973, p. 150.

[5] A presença do Sol é justificada pela passagem bíblica que refere que a Terra seria envolvida por trevas no momento da morte de Cristo (Mateus, **27**, 45; Marc.,**15**, 33; Luc. **23**, 44). Este acontecimento teria lugar do meio dia às três da tarde o que justificaria a presença do Sol. A presença da lua é mais dificilmente explicável, talvez esteja ligada à necessidade de equilibrar simetricamente a composição. A representação antropomórfica destes dois astros tem a ver com as suas origens pagãs, onde tinham um significado funerário.A sua representação fazia-se muitas vezes através dos bustos de Hélios e Artemísia. In Louis Réau *Iconographie de* L'Art *Chrétien*, Tomo II, Paris: P.U.F., 1957, p. 486.

[6] Horácio Peixeiro, 62. *Psalterium* in *Nos Confins da Idade Média*... p. 160-161.

[7] Roland Maisonneuve, *Le Symbolisme Sacré des Couleurs chez deux Mystiques Médiévales*:*Hildegarde de Bingen;Julienne de Norrwich in Les Couleurs au Moyen Âge* Senefiance nº 24 Aix en Provence, Publications du C.U.E.R.M.A., 1988, p. 256. Este autor cita também um texto de Hildegarda de Bingen em que esta refere que a forma humana, cor da safira, sem nenhum traço de imperfeição, de desejo ou iniquidade, designa o Filho criado pelo Pai, antes do tempo, mas em seguida encarnado no tempo, segundo a humanidade". *Sci vias Domini* (II, 2/).

[8] Roland Maisonneuve, *Le Symbolisme Sacré des Couleurs*... p. 261.

[9] Nos primeiros tempos do cristianismo até ao séc. V/VI,, a crucificação era simbolizada pelo cordeiro místico. A partir desta data, Cristo passa a ser representado na cruz entre os ladrões ou só, nu e imberbe. Esta modificação deve-se a razões de caracter teológico e estão ligadas à necessidade de combater o monofisismo reafirmando a Encarnação. Só no séc. XI, Cristo passa a figurar morto, reflectindo as transformações de sensibilidade e estéticas que se fazem sentir no Ocidente no séc. XII. Louis Réau, *Iconographie de l'Art Chrétien*, Tomo II... p. 475.

[10] Jean-Claude Schmitt, L'*Occident*, *Nicée II et les Images du VIIe au XIIIe Siècle* in *Nicée II*: 787-1987... 282-283.

[11] PL 142, 1306 C: "*Non enim truncus ligneus adoratur, sed per illam visibilem imaginem mens interior hominis excitatur, in qua Christi passio et mors pro nobis suscepta tanquam in membrana cordis inscribitur, ut in se unusquisque recognascat quanta suo Redemptori debeat*)...".

[12] J. Yarza Luaces, *La Crucifixión en la Miniatura Española.Siglos XI e XII* in *Archivo Español de Arte*, XLVII, 1974, p. 13.

[13] Destinado a ser um Sacramentário completo, o manuscrito ficou incompleto e contém apenas um *Ordo* resumido, o Prefácio e as Orações e o *Canon*. in *Peinture Carolingienne* Paris: Chêne, 1977, p. 27.

[14] Descrito e reproduzido em J. Yarza Luaces, *La crucificaxión en la Miniatura Española*... fig 15 e p.37.

[15] Esta cena pode também ilustrar a versão do Evangelho de Marcos, **16**, 9 "em que Cristo afasta Maria Madalena "Não me toques, mas procura os meus discípulos e diz-lhes que subo para meu Pai."Esta é uma das interpretações mais antigas e justifica plenamente os gestos de Madalena e Cristo nesta iluminura.

[16] Este manuscrito de origem italiana foi terminado em Espanha. Tem na Biblioteca Nacional de Madrid a cota, **Ms Vitreo 15-1**, foi executado nos sécs XI e XII, com 435 fls.mede 579x388 e 58 linhas, recebeu em Espanha além de outras cenas as da vida de Cristo. Cf. Martin de la Torre e Pedro Longàs *Catalogo de Códices Latinos:Bíblicos*, t. I, Madrid, Biblioteca Nacional, 1935, pp. 31-39.

[17] A representação deste episódio remonta ao séc. V e tem duas versões: uma que aparece como ostentação e outra como palpação da chaga. É somente no fim da Idade Média que esta última se generaliza.In Louis Réau *Iconographie de l'Art Chrétien*, t.II, p. 568-69.

[18] Meyer Sciapiro, *Estudios sobre el románico*, Madrid, Alianza Forma, 1984, pp. 37-119.

[19] A segunda Bíblia de Leon apresenta um tipo físico de Cristo muito semelhante – Leon, Colegiata de Santo Isidoro, cod.I; também a Bíblia de Saint-Marie du Parc, Londres, Brit. Libr., Add. 14788, também o bíblico Sta Cruz I.

[20] Carácter majestático e iguais pendentes mostram os anjos do fresco do absidíolo direito (último terço do séc. XI), da igreja de Sant'Angelo in Formis. Neste templo, perto de Cápua, as influências bizantinas são claras. In André Grabar e Karl Nordenfalk, *La Peinture Romane*, Paris/Genève, 1958, p. 35.

[21] In C. A. Ferreira de Almeida, O *Românico in História da Arte em Portugal*, t. III, Lisboa, Alfa, 1986, pp. 171-172.

[22] André Grabar, *Las vías de la creación en la iconografia cristiana*..., p. 149.

[23] Gaston Duchet-Suchaux, Michel Pastoreau, *La Bible et les Saints* ..., pp. 309-311.

[24] Esta atitude pode observar-se no Apostolado da Igreja de S. João Baptista. Museu Diocesano de Jaca.reproduzida em Joan Sureda, *La pintura románica en España*, Madrid, Alianza Editorial, 1989, p. 185.

[25] Emile Mâle, L'Art *Religieuse du* XIIe *Siècle en France*..., pp.148/149.

[26] Esta imagem actualmente no Museu de Boston aparece reproduzida em Joan Sureda, *La pintura románica en España*, Madrid, Alianza Editorial, 1989, p. 85.

[27] O capitel desta igreja do Languedoc vem reproduzido e estudado em Henri Focillon, Art *d'Occident*, vol. II, Paris: Armind Colin, 1938, p. 289, figs 230, 232.

[28] Gaston Duchet- Sucheaux, Michel Pastoureaux, *La Bible et les Saints* ... pp. 145-146.

[29] Segundo os Evangelhos de Mateus e Marcos (Mt. **28**, 1-10, Mc. **16**, 1-8).

[30] Emile Mâle L'Art *Religieuse du* XIIème *siècle en France* ... pp. 125-139.

[31] StiBiSG, Cod. Sang. 51, Fl. 267 reproduzido em L'*Abbaye de Saint-Gall.Rayonnement spirituel et culturel, dir. Werner Vogler, Lausanne, Editions Payot*, 1992, *p*. 131.

[32] O iluminador de Evangeliário utiliza o processo de simplificação de imagem tipicamente irlandês. Figuras estáticas e lineares. Rostos de grandes olhos e membros reduzidos. Sistemas de linhas criam ritmos expressivos.

[33] "Na medida em que os Deuses são sustentados por seres voadores (como nos anjos da Bíblia), as aves são de certa forma os símbolos vivos da liberdade divina, libertada das contingências terrestres" in *Dictionnaire des Symboles* ...T. III, p. 308-309.

[34] Dionísio Aeropagita, como já referenciámos defende esta função da imagem, também um seu continuador Suger vai teorizar sobre esta questão em *Liber de rebus in administratione sua gestis*, XXXIV, ed. por E. Panofsky, Abbot Suger, *On the Abbey Church of St. Denis and its Treasures*, Princeton, 1946, p. 72.

[35] Cf. François Boucher *Histoire du Costume en Occident de l'Antiquité a nos Jours*, Paris: Flammarion, 1965, pp. 149-152.

[36] "Como o Apocalipse do Lorvão, este códice é um monumento da miniatura de estilo linear e um ponto chave para o conhecimento do linearismo para a mancha a pincel na arte de decorar o livro em Santa Cruz e em Portugal" in C. A. Ferreira de Almeida, O *Românico in História da Arte em Portugal* ..., p. 172.

Fig. 1 - Ms. Santa Cruz 27, Fl. XV.

Fig. 2 - Ms. Santa Cruz 62, Fl. 177 v.

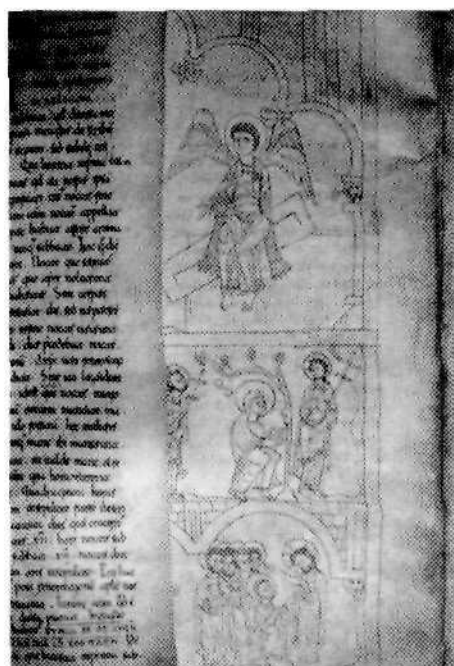



Fig. 3 - Ms. Santa Cruz 4, Fl. 123 v.

Fig. 4 - Ms. Santa Cruz 4, Fl. 329

ICONOGRAFIA MARIANA NOS PAINÉIS DO JARDIM DO MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES EM CASCAIS - UM ESTUDO.

Ana Maria Mendes MOREIRA *

O edifício onde está instalado o Museu Condes de Castro Guimarães surge quando, no início do século, Jorge O'Neill constrói em Cascais a Torre de S.Sebastião. Nasceu esta casa de um desenho de Manini, pintor cenógrafo, que teria escolhido aquela paisagem para localização de um palácio medieval pedido para uma ópera. Jorge O'Neill ao ver o esboço, fascinado, decidiu construir para si aquela casa, naquele lugar. Entregou o projecto a Francisco Vilaça, pintor-arquitecto. E, assim, a questão da Casa Portuguesa que tanta polémica tinha levantado em anos anteriores voltou a surgir. De facto, o ecletismo revivalista aqui patente revela-nos ainda hoje, com um certo impacte, as nossas tradições históricas:

"Com a sua torre de menagem, os seus minaretes, as suas adufas, o seu alpendre da Sempre Noiva, a sua varanda romana, as suas cúpulas de azulejo, os seus telhados mouriscos, as suas janellinhas de columnas geminadas, essa ficou sendo, miraculosamente, mais do que um edifício, uma pintura."[1]

Em 1910, Jorge O'Neill vende o palácio com todo o seu recheio ao Conde de Castro Guimarães. Manuel de Castro Guimarães, licenciado em direito e profissional de prestígio no mundo dos negócios, era também um homem culto e tinha preparação musical cuidada. Nos tempos livres viajava acompanhado da esposa ou se preferia permanecer em Cascais, lia, tocava orgão, compunha e estudava. Quando comprou o palácio fez algumas alterações quer no interior quer no exterior. A propriedade foi alargada com a compra de terrenos vizinhos inclusive o da capela de S.Sebastião, sendo esta incorporada no jardim, ao qual dedicou grande atenção. O Conde morre em 15 de Agosto de 1927 sem deixar herdeiros. Por testamento lega à vila de Cascais, representada pela Câmara Municipal, a casa, o recheio dos móveis, objectos de arte, livros, pratas e o jardim para que a casa se tornasse num pequeno museu municipal e biblioteca pública e o jardim e parques servissem para recreio público[2].

E foi precisamente neste jardim que Manuel de Castro Guimarães mandou colocar dois grandes painéis de azulejo, um servindo de espaldar a uma fonte, outro embelezando um recanto desta área de lazer. Consideramos o tema dos painéis alusivo à Conceição Imaculada de Maria.

Ao primeiro destes painéis[3], o que serve de espaldar a uma fonte, demos-lhe o nome de Painel da Assembleia. Ao observá-lo, verificamos que um terço da sua superfície é ocupada pela representação de um franciscano ajoelhado, reverentemente, diante de uma imagem da Imaculada Conceição. Da sua boca saem as palavras:

Dignare me laudare te Virgo Incarnata

O facto de um terço do painel estar dedicado à veneração da Imaculada Conceição por um franciscano, leva-nos a pensar que esse franciscano é S. Francisco de Assis (1182-1226), grande devoto de Nossa Senhora e fundador da ordem franciscana, ordem que mais adeptos teve na defesa da Conceição Imaculada de Maria. O restante espaço do painel é ocupado por uma assembleia em acesa disputa dada a tensão que se nota nas personagens: as expressões são pensativas e os ares são ora de concordância ora de protesto.Torna-se difícil identificar as ordens religiosas representadas devido à pintura do azulejo ser a azul e branco. No entanto, pela observação, embora difícil, dos hábitos dos participantes da assembleia julgamos estarem presentes várias ordens religiosas: franciscanos, dominicanos, cisterciences, mercedários e jesuítas. Ao todo são trinta e três as personagens representadas. O assunto discutido nesta assembleia será o do privilégio concedido a Maria. Assim, as personagens em destaque no painel serão algumas das que mais se distinguiram na polémica, ora a favor, ora contra. No púlpito dirigindo os trabalhos, o campeão da Virgem,o doutor subtil, Jean Duns Scoto (1266-1308). Os seus argumentos em favor da Virgem Imaculada serviram de base, cinco séculos mais tarde, à proclamação do Dogma pelo Papa Pio IX. As cinco personagens de pé, significando por esta posição que discordam do que ouvem ao orador, são: S.Tomás de Aquino (1225-1273), mestre da escolástica, doutor da igreja. Iconograficamente é representado vestido de dominicano e aparentando uma compleição robusta. Ao fundo, o religioso que se apresenta de frente, de aspecto ascético, é S.Bernardo de Claraval (1091-1153), reformador da ordem de Cister e grande impulsionador do culto da Virgem Maria. Ao lado do púlpito, um dominicano com um livro aos pés, Sto. Alberto Magno (1200-1280), doutor da igreja e mestre de S.Tomás de Aquino. As duas outras personagens são de difícil identificação dado que os seus hábitos não são bem visíveis. Numa cartela na parte inferior do friso, visualiza-se a representação do Sol e a expressão:

Et = *Non Praevalebunt Adversus* : *Eum*.

A representação do Sol na cartela significa que Cristo está intimamente associado ao privilégio da sua Mãe.

Consideramos que este é um quadro de apologia à acção que Duns Scoto e a ordem franciscana tiveram na evolução histórica do Dogma da Imaculada Conceição de Maria. O painel quer mostrar ao público as dificuldades encontradas pelos teólogos em torno de uma verdade que é hoje aceite pelos católicos. Estas dificuldades eram devidas ao facto de muitos teólogos, embora devotos de Maria, considerarem que só Cristo tinha o privilégio de ser Imaculado por Deus, não lhes sendo claro que esse privilégio pudesse ser atribuído a Maria. A presença nesta assembleia de personagens que existiram tão afastadas no tempo mais não significa que o assunto não foi fácil e que durante séculos a polémica continuou acesa. Só em Dezembro de 1854 é que Pio IX proclamou o Dogma da Imaculada Conceição.

O segundo painel[4] encontra-se na parte alta do jardim e está colocado num suporte feito especialmente para o receber. Enquadrado numa pequena área de lazer, constituída por um pequeno lago rodeado de bancos, domina o cenário e engrandece-o dando ao local um ar de recolhimento e reflexão. Aliás, na parte superior do suporte encontra-se a seguinte legenda: *Deus Nobis Haec Otia Fecit*. O painel representa um cortejo grandioso em honra da Imaculada Conceição de Maria. A Virgem coroada de

estrelas e com a Lua aos pés, vai sentada num carro puxado por uma quadriga. O carro esmaga uma figura de mulher e um monstro. Atrás do carro vemos um arcanjo suspenso, o arcanjo S.Gabriel, e no espaldar da cadeira onde está sentada a Virgem, o monograma **A. M.**. No carro tomam assento Duns Scoto, que vai a conduzir, Sto. Ivo, S. Boaventura e uma quarta personagem não identificada. Nos dois cavalos da frente vão dois arcanjos empunhando cada qual um estandarte, um com a representação do Sol e o outro com a representação da Lua. Uma longa fila de personagens, todas elas identificadas nas filacteras, acompanham o carro da Virgem. Estão, deste modo, identificadas: *Alexand. de Ales; Raym. Lvllo; Fran. Mayr; Ricard. de Mavil; Avreol; Bordono; S. Antonio; S. Angela de Fvlg; S. Lvis R. de Franc; B. Beatris; S. Isabel R. de Port; S. Isabel Devngria.* Raimundo Lullo empunha um estandarte com a inscrição: "*Umbram Neocit*". Por cima do cortejo pairam anjos, alguns com elementos iconográficos de difícil leitura: um leva uma palma, outro uma espécie de estrela, outro um turíbulo, os restantes não se conseguem identificar. Uma cartela no friso inferior, a meio do painel, mostra-nos três árvores, duas partidas e a do meio de pé, e a inscrição: *Intacta Triunfat*. A simbologia utilizada neste painel leva-nos às origens da iconografia da Imaculada Conceição. Desde sempre, quer no Magistério quer no ensinamento geral da igreja se quis identificar Maria com a mulher referida no Génesis:

"*Então o Senhor Deus disse à serpente: por teres feito isto, serás maldita entre todos os animais domésticos e entre os animais ferozes dos campos. Rastejarás sobre o teu ventre, alimentar-te-ás de terra todos os dias da tua vida. Farei reinar a inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela. Esta esmagar-te-á a cabeça, ao tentares mordê-la no calcanhar*".[5]

Encontramos aqui a antítese Eva-Maria: Eva que se deixou vencer pelo mal, pelo pecado, e Maria que esmagou o mal e o pecado, desde o primeiro momento da sua concepção. A partir do momento em que Adão pecou, todo o homem traz em si a raiz do pecado - o pecado original. Maria como ser humano estaria sujeita a esse pecado, mas foi redimida no momento da sua concepção para poder ser Mãe de Cristo, o Salvador. Na condenação da serpente está explícita a promessa do resgate da salvação. A última referência a Maria na Bíblia é feita no Apocalipse:

"*Depois, apareceu um grande sinal no Céu: Uma mulher revestida de sol, tendo a lua debaixo dos pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça. Estava grávida, com dores de parto, e gritava com ânsias de dar à luz. Apareceu então outro sinal no Céu: Um grande dragão vermelho com sete cabeças, dez chifres, e, sobre as cabeças sete diademas. A sua cauda varreu a terça parte das estrelas e lançou-as sobre a terra; deteve-se diante da mulher que estava para dar à luz, preparando-se para lhe devorar o filho logo que ele nascesse. Ela deu à luz um Filho, um Varão, que há-de reger todas as nações com ceptro de ferro; e o Filho foi arrebatado para junto de Deus e do Seu trono*"[6].

A Eva das origens aparece agora no céu vestida de Sol, com a Lua aos pés e cingida de estrelas, símbolos celestes que indicam a proximidade de Deus e a grandeza da Nova-Eva[7]. E, assim, vemos no cortejo o carro esmagando um monstro que será a serpente, o dragão, e a mulher Babilónia, que representa o vício e o pecado que Maria nunca possuiu. O monograma do espaldar da cadeira identifica o arcanjo S.Gabriel que foi o portador da boa-nova, "Avé Maria cheia de graça, o Senhor esteja contigo...", a Anunciação à Virgem de que esta seria Mãe de Deus. Tudo está interligado nesta iconografia, há um fio condutor que parte da Anunciação e chega ao triunfo do Dogma. A inscrição do estandarte empunhado por Raymundo Lullo "*Umbram Neocit*" mais não é do que um reforço de que o cortejo diz respeito à Imaculada Conceição. Os santos que acompanham o cortejo e cujo nome o autor do cartão nos deixou, foram alguns dos

muitos que na história se tornaram célebres não só pela defesa do dogma mas também pela devoção que dedicaram à Virgem. Este painel representa o triunfo da Virgem à imagem do triunfo dos reis. Nossa Senhora tem honras de Rainha, Rainha celestial cujos pajens são anjos, arcanjos e santos.

POSSÍVEIS FONTES ICONOGRÁFICAS DOS PAINÉIS

Torna-se muito difícil detectar a fonte iconográfica de qualquer um destes painéis. Os azulejadores serviam-se de vários dispositivos iconográficos que proliferavam nos séculos XVII e XVIII - álbuns iconográficos relativos ao Velho e ao Novo Testamento, iconografia das Bíblias icónicas, da vida dos Santos, dos martirológios, das narrativas mitológicas, cenas de batalhas terrestres e navais, as fábulas de La Fontaine e ainda estampas e gravuras avulsas muitas delas representando cenas bíblicas e não só, da autoria de pintores e gravadores importantes na época.

Relativamente ao primeiro painel, o Painel da Assembleia, deparámos ao longo de vasta pesquisa, com uma ilustração do século XVII alusiva à disputa que se travou sobre a Imaculada Conceição. A ilustração é do frontispício de P. Alva y Astorga, na obra *Monumenta Antiqua Immaculatae Conceptionis*, Louvain, de 1661. Nesta ilustração podemos observar na parte superior franciscanos que levantam a questão que tinha afastado os grandes doutores escolásticos do século XIII, alheios ao privilégio da preservação original. As ordens religiosas e os seculares respondem favoravelmente. Cada ordem está identificada com um dos nove coros de anjos. No cimo, os trinitários são os querubins e os beneditinos os serafins. Os franciscanos são identificados com as Virtudes e os jesuítas com os arcanjos. Em baixo, à esquerda, os dominicanos (em posição de autoridade no Santo Ofício) - os últimos adversários do Privilégio - afastando-se. Segundo René Laurentin, "o mérito desta ilustração consiste em recordar que a Virgem foi redimida por Cristo, não escapando de modo algum à sua Redenção, ponto importante que Pio IX devia integrar na sua definição"[8]. Outra referência que encontrámos diz respeito a um retábulo de quatro painéis que em 1627 o pintor Domingos Vieira executou para o altar de Nossa Senhora do Rosário da Igreja Matriz da Caparica. Num desses painéis aparecia Nossa Senhora da Conceição ladeada por S.Tomás de Aquino, à direita, e à esquerda, Duns Scoto. Da boca de S.Tomás saía em direcção à Virgem a expressão:

Dignare me laudare te Virgo Sacrata

Da boca de Duns Scoto saía a expressão:

Da mihi virtutem contra hostes tuos

Para que a expressão de Duns Scoto acabasse junto da Virgem, a legenda foi colocada da direita para a esquerda, em sentido inverso do habitual, de modo que as palavras *hostes tuos* ficavam junto da figura de S.Tomás. Mas, em 1663, um visitador ordinário receoso que, pela situação destas palavras, alguém entendesse que S. Tomás era um dos inimigos da Virgem, mandou apagar o dístico de Duns Scoto. O cura da Caparica não obedeceu. Alguns fiéis temerosos denunciaram o facto à Inquisição de Lisboa que encarregou um jesuíta da Casa de S. Roque, o Dr. Jorge Cabral, de estudar o

assunto. No relatório que enviou ao Santo Ofício, o Dr. Jorge Cabral reconhecia que a expressão de Duns Scoto posta às avessas se prestava a equívocos acerca de S. Tomás de Aquino. Propõe que se risque no painel as palavras *hostes tuos*, mas acrescenta no relatório que o cura da Caparica e o pintor deviam ser chamados à Mesa do Santo Ofício pelo atrevimento. O cura, ao ver a Inquisição envolvida no caso, ordenou a destruição das pinturas de S. Tomás e de Duns Scoto, assim como as legendas[9].

No que diz respeito ao segundo painel, a única referência iconográfica que encontrei deste tema foi a da capela de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Santa Cruz, da ilha Graciosa nos Açores. Esta capela faz parte da Igreja Matriz da mesma vila, estando localizada do lado da Epístola. Os azulejos que revestem a parede do lado esquerdo da capela de Nossa Senhora da Conceição mostram-nos a Virgem Imaculada a ser levada num carro triunfal, acompanhada por um papa, um bispo, um abade mitrado, um padre e um religioso franciscano. O carro é puxado por uma figura simbolizando um Vício e esmaga uma figura de mulher. Este revestimento azulejar é constituído por vinte e quatro azulejos na altura que correspondem a 3,50 metros. São totalmente pintados em gradações de azul. Estão datados de 1735-40 (ca). Segundo Santos Simões este painel foi encurtado lateralmente para permitir a abertura de uma fresta na parede da capela[10]. Tudo leva a crer que a figuração desaparecida seja idêntica à do painel de Cascais. A má qualidade da fotografia do livro de Santos Simões não permite averiguar se foi a mesma mão que pintou os dois painéis. Quanto à identificação do pintor, só com uma fotografia excepcional ou com uma deslocação aos Açores se poderia fazer a atribuição estilística.

O tema do Cortejo Triunfal parece revelar grande influência dos Triunfos de Rubens. Rubens (1577-1640) foi um génio aberto a todas as experiências e a todas as técnicas. Vai ser um dos maiores defensores do espírito novo na arte, que era para si uma das formas mais eficazes da luta da igreja contra o protestantismo. Nesta conformidade aceita a encomenda de dezoito cartões representando o Triunfo da Eucaristia, para o Convento das Carmelitas Descalças de Madrid. Esta série de tapeçarias teve tanto êxito que foi repetida várias vezes no século XVII por Van den Hecke[11]. O tema destas tapeçarias simboliza o dogma católico da presença de Cristo na Eucaristia, principal motivo de cisão com os protestantes. Na Sé de Braga encontra-se um tema idêntico, no altar de talha em madeira, na capela do Santíssimo Sacramento (século XVII). No *Philadelphia Museum of Art, John G. Johnson Collection*, encontra-se mais uma variante do tema da defesa da Imaculada Conceição. Este desenho é de Paulus Pontius e foi executado segundo um esboço a óleo de Rubens de 1631-1632. No centro do desenho, S. Francisco representado como "Seraphicus Atlas" sustem três esferas sobre os ombros. A Virgem Imaculada apoia-se levemente nessas esferas. À esquerda de S. Francisco vêem-se quatro monges franciscanos, entre eles Duns Scoto, que empurram a heresia para dentro da boca de um monstro, o Inferno. À direita, acompanhados por franciscanos, estão Filipe IV e os seus irmãos, o Cardeal D. Infante Fernando, D. Carlos e o príncipe Baltasar Carlos. Em cima, dentro de um carro, estão os antepassados de Filipe de Habsburgo: Carlos V, Filipe II e Filipe III. A doutrina da Imaculada Conceição em Espanha teve sempre grande aceitação, não só no meio popular mas também na Corte. Os Habsburgos foram-lhe sempre fiéis. Esta imagem retrata isso mesmo. A defesa da Imaculada Conceição constituía uma tradição para os Habsburgos espanhóis e para a ordem franciscana, que muito apreciavam. O gesto de Filipe para com o filho significa a continuação desta devoção.

Nicolas Poussin (1594-1665) inspirou-se em muitas das suas obras em temas mitológicos. Um dos seus quadros mostra-nos Flora sentada num carro triunfal acompanhada por um cortejo mitológico. Este quadro foi directamente enviado de Itália a Luís XIV, em 1685, juntamente com o " Rapto das Sabinas". A ideia desta composição surgiu provavelmente das "Metamorfoses de Ovídeo", já que esta obra foi uma das muitas fontes de inspiração da cultura clássica para a iconografia do século XVII.

O Cortejo Triunfal em honra da Imaculada Conceição que existe em Cascais num painel de azulejo no jardim do Museu Condes de Castro Guimarães será de inspiração clássica ou cristã?

A atribuição da maior parte das obras da nossa azulejaria é, por vezes, dificílima, senão impossível. São dois os factores que contribuíram para esta situação: a omissão nestas obras dos nomes dos seus autores e o facto de muitos conjuntos de azulejos terem sido retirados do seu contexto original. Desde a extinção das ordens religiosas, em 1834, muitos conjuntos de azulejos desapareceram, outros foram retalhados e colocados noutros locais, muitos outros foram parar ao mercado antiquário, etc., etc. Todas estas circunstâncias impedem o conhecimento da proveniência da maior parte das obras e a sua localização. É o que acontece com os painéis do jardim do Museu Condes de Castro Guimarães. Vejamos: estes azulejos estão datados do século XVIII mas foram colocados durante o primeiro quartel do século XX no jardim do actual Museu. Esta opinião é sustentada pelo facto de a sua existência não ser mencionada quando da construção da casa por Jorge O'Neill. Comprada por Manuel de Castro Guimarães sabemos que ele introduziu modificações quer no interior quer no exterior aumentando a propriedade, dando grande atenção aos jardins de tal modo que de entre as várias condições expressas no que dizia respeito à manutenção e administração dos seus bens exigiu que os seus restos mortais e da sua esposa fossem sepultados no jardim. Esta condição foi cumprida.

Mas de onde vieram os painéis ? Quem os pintou? No Arquivo Histórico de Cascais não existe qualquer documentação anterior à posse do palácio pela Câmara Municipal; só existe documentação a partir da data em que o palácio passa a propriedade da Câmara Municipal. A Câmara aceita o legado do Conde em 12 de Março de 1928, sete meses menos três dias após a sua morte. O paradeiro do espólio do Conde que não foi doado é desconhecido. Consultámos toda a documentação existente até ao ano de 1941, tentando descobrir uma pista por mais indelével que fosse que nos possibilitasse descobrir de onde os painéis foram retirados. Passaram-nos pelas mãos aquisições de obras de arte feitas pelos vários conservadores do Museu, facturas de obras de conservação do edifício, de pagamentos a funcionários, de obras no parque e na capela ao longo de todos esses anos, inclusivamente, facturas referentes à construção do túmulo dos Condes. Nada encontrámos de significativo excepto uma factura e uma nota para pagamento à Cerâmica Viúva Lamego comprovativas de obras no parque e de obras na capela referente à reprodução de azulejos antigos para restauro da capela. O facto de o Museu contratar esta empresa para restauro de azulejo, fez-nos pensar que pudessem ter sido operários desta casa que tivessem feito o assentamento dos painéis quando da sua vinda para o palácio. O Museu poderia estar a reatar ligações anteriores. Pensámos também que caso isso se tivesse verificado, e, que se a fábrica Viúva Lamego possuísse arquivo poderíamos conseguir saber a origem dos

painéis. Fomos informados que não havia ideia de a fábrica ter possuído alguma vez arquivos mas que "aqui há uns anos se tinham queimado imensos papéis antigos". Porém, muitas vezes, a pedido de clientes, a casa indicava operários para fazerem determinados trabalhos em tipo de empreitada e que as facturas eram passadas em nome da fábrica Viúva Lamego.

Supomos que estes painéis terão sido trazidos de alguma igreja franciscana e colocados no jardim do palácio. A grande devoção que a ordem franciscana dedicou à Virgem, sendo seu campeão inclusive um franciscano, leva na realidade a supor que os painéis tivessem sido feitos propositadamente para uma casa da ordem. O facto de, no painel do cortejo, a única personagem do carro que transporta a Virgem não estar identificada nominalmente, embora seja representada como um frade franciscano, só pode querer dizer que é S. Francisco de Assis. Se o painel fosse feito para uma Casa da ordem era desnecessário, por evidente, identificar a personagem. Na minha opinião estes painéis foram trazidos de uma Casa religiosa franciscana extinta nos últimos anos da Monarquia. É que na última década do século XIX os Institutos Religiosos tinham tido em Portugal um desenvolvimento considerável. Mas a Maçonaria e os partidos de esquerda não descansavam na sua luta e vários incidentes se registavam com frequência. Até que o governo, por decreto de 10 de Março de 1901, determina aos governadores civis que informem se nos respectivos distritos existem Casas com noviciados monásticos ou estabelecimentos de ensino, propaganda, beneficência ou caridade dirigidos ou administrados por quaisquer comunidades ou congregações religiosas. Como se multiplicassem os incidentes contra as ordens religiosas, o governo mandou encerrar várias Casas, como consequência do decreto de 10 de Março. De entre outras, salientamos somente as que dizem respeito à ordem franciscana:

- Convento de Franciscanos de Varatojo, concelho de Torres Vedras
- Convento de S.Bernardino, em Peniche
- Convento da Torre da Boa-Fé, concelho de Évora
- Casa de Franciscanos na Travessa da Amoreira, em Lisboa
- Instituto dos Franciscanos Missionários de Maria, na rua do Patrocínio, em Lisboa
- Convento de Montariol, em Braga

Por Portaria do Ministério de Teixeira de Sousa, em 12 de Setembro de 1910, foi dissolvida a Associação de Padres Marianos da aldeia da Ponte.

Em 5 de Outubro de 1910 implanta-se a República. O Conde de Castro Guimarães compra o palácio a Jorge O'Neill, nesse mesmo ano. É muito provável, portanto, que os painéis tenham sido trazidos de uma destas Casas extintas e tenham sido colocados no jardim do palácio durante os anos que ainda viveu o Conde de Castro Guimarães.

Estes painéis, no seu conjunto rico de imagens e significado, são uma obra de grande importância: didácticos, porque nos dão a conhecer a problemática levantada em honra da Imaculada Conceição de Maria; apologéticos, porque defendem e louvam a Virgem; polémicos, pela mensagem que encerram.

NOTAS

* Universidade de Lisboa.

[1] *Illustração Portugueza*, 2° volume, A Casa de O'Neill em Cascaes, 17 de Setembro de 1906, p.203.

[2] A Câmara aceita o legado em 12 de Março de 1928. De entre as várias condições expressas no que dizia respeito à administração e manutenção, uma é de salientar: que os seus restos mortais e os da sua esposa fossem sepultados nos jardins. Esta condição foi cumprida, tendo sido trasladados os corpos no dia 25 de Outubro de 1936.

[3] Ver anexo I.

[4] Ver anexo II.

[5] Gn 3, 14-15.

[6] Ap 12,1 ss.

[7] O adorno astral está ligado a Gn 1 e ao contexto cultural em que as Deusas-Mães eram frequentemente adornadas de estrelas.

[8] René Laurentin, *Marie Mère du Seigneur*, Desclée, Paris, 1984, p. 176.

[9] Citado em Flávio Gonçalves, "A Inquisição Portuguesa e a Arte Condenada pela Contra-Reforma", in *História de Arte - Iconografia e Crítica*, Colecção Artes e Artistas, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1990, pp. 123-127.

[10] Informação colhida em Santos Simões, A *Azulejaria nos Açores e na Madeira*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1963, p. 33.

[11] Santiago Sebastian, *Contra-Reforma y Barroco, Lecturas iconográficas y iconológicas*, Madrid, 1981.

ANEXO I

PAINEL DE AZULEJO DO JARDIM DO MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES - CASCAIS

1º PAINEL - Painel da Assembleia

Data - meados do século XVIII
Pintura a azul e branco
Dimensões do suporte - 7,82 m x 3,30 m
Dimensões do painel - 6,76 m x 2,77 m

ANEXO II

PAINEL DE AZULEJO DO JARDIM DO MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES - CASCAIS

2º PAINEL - Representação de um Cortejo Triunfal

Data - meados do século XVIII
Pintura a azul e branco
Dimensões do suporte - 8,72 m x 3, 20 m
Dimensões do painel - 7,465 m x 2,763 m

PERSPECTIVAS PARA A INTERPRETAÇÃO LINGUÍSTICA DO HIDRÓNIMO "INHA"[1]

Domingos A. MOREIRA

Em tempos fizemos um estudo-ensaio (em muitos aspectos provisório) sobre nomes de rios[2], donde constava também o rio *Inha*[3]. Com o andar do tempo apareceram novos dados que vieram alterar várias sondagens nossas, oferecendo portanto novas perspectivas – e outros mais aparecerão em ordem a novas rectificações e aperfeiçoamentos. Já retocámos o estudo sobre os rios *Leça*[4], *Lima*[5], *Ul*[6] e neste anotamos aqui a gralha tipográfica (na p. 83) "rego" por "grego", tendo também retocado o estudo sobre o rio *Douro*[7], acrescentando aqui como novo retoque a indicação de que o topónimo *Riudor* de Barcelona nada tem afinal com o rio *Dor(ius)* em virtude de as suas formas antigas "Roudor" e "Reudoriis" sugerirem antes uma relação com o nome de planta *roldor*[8]. No presente trabalho ainda daremos umas achegas ao que dissemos sobre os rios *Ur/Ul* e *Úmia* (aparecendo a citação deste último abaixo na nota 47). O estudo retocado sobre o rio *Febros* está para ser publicado pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Ora, entre os mais nomes de rios cujo estudo importaria ainda retocar ou refundir, cabe agora a vez ao rio *Inha*, que passa junto da terra natal do saudoso Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a quem vai dirigida esta homenagem póstuma organizada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O rio *Inha*, afluente sul do rio Douro, aparece já assim documentado na Idade Média:

"riuulo *ignia*" em 1078[9];

"ribulo *ignea*" em 1098[10];

"rrilulo (sic) *Ignea*" em 1112[11];

"fluuio de *Hinia*" em 1115[12], além de aparecer como hidro-topónimo no mesmo documento: "uilla Hinia [...] Ascarizi" (lugar de Inha, freguesia de Escariz, concelho de Arouca);

"rivulo *innea*" em 1132[13];

"*Inia* [...] ipso riuulo [...] aqua de *Inia*" em 1137[14].

Há ainda em Tondela (Viseu) o rio *Dinha*, a par também da forma *Inha*[15], sendo o D- inicial oriundo da preposição *de* de expressões como "rio *de* Inha" (ver supra o caso de Inha em 1115), o que aconteceu também noutros casos paralelos: rio *Dasnes*, afluente do Mondego, outrora "ribulo *de* Asinos"[16]; rio francês Delut perante gaulês *lut* "lama"[17]; Rio *de* Limia" em 1258[18]; "Rio *de* Coyra" em 1258[19]; "ribulo Adon" em 981[20] e depois "Aon" / "Oom" e "Om"[21] e agora *Dão* (com D'). O nome deste rio *Dinha* aparece assim registado[22] na Idade Média:

"inter Ribulo Malo et *Igna*" (com a variante "*Ignia*") em 1101[23];

"*Inia*" em 1129 no Livro Preto da Sé de Coimbra, folha 177[24] e em função hidro-toponímica "loco qui dicitur *Inia*" em 1258[25], cfr. Acima o caso do hidro-toponímico *Inha* de Escariz.

À face do exposto, a grafia *gn* nos dois rios Inha e Dinha parece mais antiga que a grafia *ni* mas perto da foz do rio Inha no Douro, junto de Lavercos, regista-se já em 1059 a grafia *ni* no hidro-topónimo "*inia*"[26], hoje lugar da *Inha* da freguesia de Canedo, concelho de Santa Maria da Feira. Como *gn* (caso de *agnu/anho*, etc.) e *ni* (caso de *seniore/senhor*, etc.) evoluíram no mesmo som *nh*, acontece por vezes estar *nh* representado erradamente pela grafia *gn* em vez de *ni* ou vice-versa. Notar até o nome pessoal *Agnitrudie* em 900 e *Aniedrudia* em 989, etc.[27]. Além da forma antiga já referida de 1059 com *ni*, veremos no caso do rio austríaco *Inn* que a grafia *gn* é muito posterior à grafia originária ou etimológica *ni* e é possível que aconteça em mais casos.

A grafia *gn* ("ignia", "ignea") poderá ter sugerido a relação do nome do rio Inha e Dinha com o termo latino *ignis* "fogo", ou seja, a etimologia poética de "rio do fogo? Do amor"[28] ou a etimologia bastante sugestiva de "*ignição*, ou ferver" e "fervedouro das águas"[29], comparável à dos topónimos *Fervença*, *Ola* (de *ola* "panela" em remoinho), *Águas Caldas*, *Águas Quentes*, *Ribeira Quente* e *Rio Caldo*[30]. Mas, além de se não conhecerem designações hidronímicas com a própria palavra sinónima *fogo*, o vocábulo *ignis* "fogo", como já indicaram A. Ernout-A. Meillet[31] e Wilhelm Meyer-Lübke[32], não parece ter tido descendência românica, à excepção do romeno, e por outro lado a geografia dos rios em *In-* não condiz com a área românica e além disso não dá conta do mesmo hidrónimo noutras áreas, ou seja:

a) rio *Inici* a norte de Segesta na ilha da Sicília – Itália[33];

b) na zona de língua grega:

– vários rios de nome *'Ιναχος/Inachus*[34] na Acarnânia (sul do Epiro) e na Argólida (a sul de Corinto), informando Vladimir Georgiev[35] haver 4 rios deste nome na Península Balcânica, todos comparáveis pelo segundo elemento com os hidrónimos 'Αχεληs etc. referidos pelo mesmo autor;

– fonte e rio *Ἰνωπός/Inopus* na ilha de Delos a oriente da Argólida[36] com o mesmo elemento final dos nomes dos rios 'Α*σωπός*[37], *Sinope*[38];

– deusa marítima 'Ιnώ[39] com a mesma terminação dos teónimos 'Αxxω, 'Αφρω etc.[40];

c) na Ásia Menor (Turquia) na zona sul (Isaura-Cilícia) o rio Ιννα citado por Alfredo Trombetti[41];

d) na Sibéria o rio *Inia*, afluente do Obi na região de Tomsk[42], caso que é inseguro por desconhecermos formas antigas.

Como se vê, a área do tipo hidronímico *In-* é de tipo predominantemente mediterrâneo, zona já conhecida pelas suas características arcaicas.

Uma vez que o rio *Inha* (afluente do Douro) se integra no ambiente arcaico dos rios *Ur/Ul* e *Umia/Ima*, todos com nascentes perto do antigo castro de Romariz (concelho de Santa Maria da Feira), sede estratégica da "civitas" medieval denominada "Portella", rios estes cujos nomes correspondem a relíquias linguísticas conservadas pela bimilenar língua do País Vasco (onde há até o rio *Ur-ume-a*) e por outras línguas antigas aparentadas (mesmo em grau diverso), cabe indagar se na língua arcaica vasca e aparentadas ainda existem vocábulos em *in-* de significado aquático que possam dar conta dos nomes de rios correspondentes em *In-*.

Embora não tivéssemos encontrado no País Vasco nenhum rio em *In-*, encontramos no entanto bem representada uma série de apelativos hidronímicos em *in-* com o significado geral de "água": *inontz* e *inuntz* "orvalho", *iñani* "gotita", *iñar* "gota", *iñarika* "nadando", *iñetazi* "granizo forte", *iñatasi-txingor* "granizo pequeno", *iñutsi*

"temporal", *iñoski* "líquido" e possivelmente *iña* "vime" e "junco" além de *iñadi* "juncal", plantas que se dão bem em sítios de água[43]. Como observa Azkue[44], o *n* precedido de *i* aparece transformado em *ñ* como em *bi* + *na* a dar *biña* e em *erregiña*, etc. As palavras vascas *uhin* "onda" e *ihi* (n) *tz* "orvalho"[45] são ainda a mesma palavra (h) *in* "água", pois estão precedidas dos elementos *u-* e *i-*, o que acontece também com outros vocábulos vascos, por exemplo *uile* "pêlo" em confronto com a variante *ile* "pêlo", *ukusi* "ver" a par de *ikusi* "ver" perante *kusi* "ver"[46], *uturri* e *iturri* "fonte" perante provençal *toron* "fonte" e topónimos relacionados *Turrubia*, *Turriaga*[47].

Quanto às línguas muito ou pouco aparentadas com o vasco, pelo menos em aspectos parciais, encontramos o seguinte, de que damos uma pequena amostra:

a) no japonês, sobretudo japonês antigo: vasco *hori* "isto" e japonês *Kore* "isto", existência do sufixo *-ko* nas duas línguas, etc.[48]. No estudo sobe o rio *Úmia* já tínhamos deparado com o japonês *umi* "mar"[49], a que acrescentamos agora o japonês *mizuumi* "lago" relacionado com *mizu* "água"[50]. Ora a par do vasco *u-hin* "onda" há o japonês *ina* "água, humidade"[51].

b) Na língua asiática do Nepal há ainda *inar* no sentido de "poços"[52].

c) Quanto à língua ameríndia Tlingit no Alaska[53], importa recordar que as línguas em grande parte aglutinantes da Ásia tiveram contactos pelo estreito de Behring do Alasca com línguas aglutinantes ameríndias da América[54] e daí aparecerem nelas elementos lexicais comuns:

vasco *ni* "eu" e *algonki* (perto da costa do Pacífico nos Estados Unidos) também *ni* "eu"[55],

vasco *lagun* "companheiro" e maia (no México) *lak* "companheiro"[56],

vasco *killa* "lua" e quechua (no Peru) *killa* "lua"[57].

Ora, a par do referido vasco *u-hin* "onda", temos o tlingit *hin* "água fresca, rio"[58]. Igualmente, a par do referido rio *Úmia*, há na língua ameríndia aymara (língua entre Peru e Bolívia e parecida com a língua quechua) o vocábulo *uma* "água"[59].

Na África, na vertente próxima da zona asiática, ainda existem na língua kinyarwanda-kirundi (Ruanda) os termos *umegezi* "ribeiro" e *urugezi* "rio"[60], o primeiro com interesse para o estudo do Rio *Úmia* e o segundo para o estudo do rio *Ur/Ul* juntamente com o vocábulo *ura* "chuva" da língua Kikayo no Quénia[61], o que ilustra mais uma vez as afinidades lexicais do vasco com certas línguas africanas, como já mostrou Florentino Castaños Garay[62].

Por conseguinte, todos estes indícios, apesar de valor desigual, com as novas perspectivas que abrem fazem pôr de lado o recurso de que nos servimos na primeira abordagem sobre o nome do rio Inha, recurso esse já de si problemático no aspecto semântico e que era o vocábulo grego ἰνεύω "purificar"[63]. Cremos, no entanto, ainda na independência etimológica do rio "Isna" em 1191[64], hoje *Isna* (afluente do Zêzere) em relação ao referido vocábulo grego[65] em virtude de o rio "Isna" no século IX e hoje *Isen*, afluente do rio austríaco Inn, ter sido anteriormente "Isana" em 784[66].

Além da supra-referida série hidronímica *In-* de vocalismo inicial I- na zona mediterrâneo-asiático-ameríndia, há uma outra série hidronímica de vocalismo inicial E- (originário ou evoluído de A-) na área indo-europeia, tendo por vezes passado posteriormente também ao vocalismo inicial I-, ou seja:

a) Na Áustria o actual rio *Inn*, afluente do Danúbio, dito[67] *Aenus* em Tácito, *Αἶνος* em Ptolomeu, *'Ενος* em Arriano, "*Enus*" em 788, "ripa *Eni*" em 790, "Pons *Eni*" em Rosenheim[68] e que lembra também o topónimo austríaco *Innsbruck*, "vallis *Eniatina*" em

930, "vallis *Eniana*" em 1027, formas todas elas com E- inicial. Com I- inicial são as formas posteriores "*Inone*" em 785, "*Inus*" em 1027, "*Inna*" em 1100, "*Innam*" cerca do ano 1160, "*Inone*" em 1290, posteriormente *In*, *Ihn*, *Yhn*, *Innbach*, aparecendo no escritor Fredegário do século VII as grafias com gn como "*Igne*" e "*Igni*"[69] em latim merovíngio que, como se sabe[70], é um latim descuidado na ortografia.

b) Ainda na Áustria, a oriente do rio Inn, há outro afluente do Danúbio, que é o rio "*Énisa*" em 791, "*Ánasus*" e "*Ánesus*" em 1088, hoje *Enns* na região de Linz[71].

É diferente o nome do rio alemão *Enz*, afluente do Neckar, pois deve ascender a uma forma originária ainda não documentada **Antia*[72] à semelhança dos rios "Pagancia" em 1021, hoje *Pagenz* e "*Solanza*" em 900, tornado "*Solenze*" em 1080, etc.[73], havendo ainda também a oriente de Génova e sul de Parma e Módena (Itália) o rio *Enza*.

c) Na Alemanha há o rio *Ennepe*, afluente do Volme[74] e que lembra pelo segundo elemento o rio *Aesepus* da Mísia na Ásia Menor e vários rios alemães em *-epe* como "*Linepe*" em 1093, "*Hunnepe*" em 996, etc.[75].

d) Na França temos na zona central (mais próxima do nascente):

– no departamento de Indre (a noroeste de Lyon) o rio *Igneray* (de que desconhecemos formas antigas) que é afluente do Indre e este do Loire[76];

– no departamento de Ain (a norte de Lyon) o rio "*Ignaeus*" e "*Igneus*" no séc. 7/8 da época merovíngia[77], "*Igniz*" em 1112, "*Hinni*" em 1169 e "*Enz*" em 1212[78], hoje *Ain*, afluente do Ródano. Quanto a uma possível evolução vocálica E-/Ai- iniciais, recordem-se estes factos paralelos mais ou menos na mesma zona: topónimos "*Eniscum*" em 946 e hoje *Aisne* no departamento de Ain e "*Etone*" em 739 e actualmente *Aiton* no departamento de Saboia a nascente de Lyon[79]. É pois possível uma forma originária, não documentada ainda, **Egneus/*Eneus*.

– no departamento de Côte d'Or (bastante a norte de Lyon) há o rio *Ignon*[80] dito "*Egnon*" em 1236[81], e é afluente do Tille.

Estes três rios (Igneray, Igneus/Ain, Egnon/Ignon), por estarem próximos uns dos outros, formando uma espécie de zona hidronímica, sugerem tratar-se do mesmo vocábulo hidronímico com E- inicial (documentado em Egnon/Ignon e evoluído posteriormente em I-), E- inicial esse que pode ter havido em Igneray e Igneus/Ain como se nota, por exemplo, noutros casos na mesma área: topónimos "*Eppone* curte" em 700, hoje *Ippécourt* no departamento de Meuse (a norte de Lyon), "*Escia*" em 850, hoje *Isse* no departamento de Marne (a norte de Lyon), "*Estolio*" em 954, hoje *Iteuil* no departamento de Vienne a ocidente de Lyon[82].

A actual grafia francesa *gn* umas vezes procede de *gn* (casos de *agnel/agneau*, *dignu/digne*, *regnu/règne*, etc.) e outras vezes de *ni* (casos de *ciconia/cigogne*, *seniore/seigneur*, etc.).

e) Na Irlanda há o rio *Inny* no estado de Leinster a ocidente de Dublin, com nascente no condado de Meath e foz em Lought Ree[83]. Desconhecemos formas antigas deste hidrónimo, pelo que a sua inclusão aqui é provisória, até futura confirmação ou rectificação.

f) No Norte de Itália, na zona da Ligúria (Génova, etc.) documenta-se na epigrafia romana (na Sententia Minutiorum do ano 117 a. C.) o rio *Eniseca* que se tem dito corresponder ao actual rio *Secchia*[84] a sul de Módena. Como há na mesma zona do norte italiano o rio *Secia*, afluente do Pó, e *Secula* em Módena[85] e que nos parece corresponder ao referido *Secchia*, pode-se pensar numa estrutura morfológica "Eni-seca", isto é, *En-* e *Sec-* (que deve também constar no rio *Sequana/Seine=Sena*).

g) Na zona do Gerês, província de Orense, há o rio *En* referido pela expressão documental do ano 940 "inter rivulos *Enn* et Gorgula"[86] e antigo rio "*Enna*" e possivelmente lago *Enol* nas Astúrias[87].

Ora para toda esta segunda série hidronímica em *En-* /*In-* da área indoeuropeia tem-se lembrado[88] o vocábulo celta *an/en* no sentido de "água" e que tem correspondência em forma apropriada noutras línguas indoeuropeias, o que geograficamente também condiz com a referida série hidronímica *En-* /*In-*, a saber:

a) *no domínio céltico*:

sector goidélico: antigo irlandês *en* "água" e *enach* "pântano" e *englas* "leite com água»;

médio irlandês *an* "água";

sector britónico: címbrico ou galês *enwyn* "soro de manteiga";

sector do gaulês: *anam* "pântano" (glossário de Endlicher);

b) *no domínio germânico*:

germânico nórdico: antigo islandês *fen* "pântano";

germânico oriental: gótico *fani* "lama";

germânico ocidental: baixo alemão: antigo franco *fen(n)e* e holandês *veen* "charneca";

antigo alto alemão *fenna* e *fenni* "pântano" e médio alto alemão *venne* e alemão moderno *Fenn* "terra pantanosa";

antigo inglês *fen(n)* e inglês moderno *fen* "pântano" e antigo saxónico *fen(n)i* "pântano".

Em proto-germânico parece ter havido a forma derivada *fango* (fan+go) que passou depois às línguas românticas: italiano e espanhol *fango* "lodo", antigo francês e provençal *fanc* "lama", etc.

c) No *domínio balto-eslavo*: antigo prussiano *pannean* "pântano",

lituano *paniabude* "cogumelo",

letão *pane* "água de esterco";

d) No *domínio indiano*: sânscrito *pan-kan* (com sufixo) "pântano", *pani* "água" nas línguas indianas oriya, ourdon e pandjabi além das línguas ciganu, marathi, hindi e língua do Nepal[89].

Toda esta série lexical, a que devem pertencer rios eslavos como *Pene*, *Panis*[90] e rios gregos como *Πηνειός* hoje Salambria na Tessália, *Πανυσ(σ)os* na Trácia[91] e rio italiano *Panarus* a sul de Módena[92], mostra que a área de *(p)an/(p)en* era noutros tempos ainda maior.

As palavras indoeuropeias com *p-* inicial aparecem em germânico com essa letra transformada em *f* e perdem-na em celta, como se pode ver destes exemplos[93]:

Latim: *p*	Germânico: *f*	Balto-Eslavo: *p*	Celta: sem *p*
piscis "peixe"	gótico *fisks* "peixe"	russo *piskar* "gobião"	antigo irlandês *iask* "peixe"
plus "mais"	gótico *filu* "muito"	lituano *pilus* "demasia"	antigo irlandês *il* "muito"
pater "pai"	gótico *fadar* "pai"		antigo irlandês *athir* "pai"

Para o nosso caso dos rios *En-* não tem interesse o recurso ao *prefixo* e preposição celta *en-* ou ainda *na(d)/en(d)*, registados por exemplo no nome pessoal *Enigena*, adjectivo *anderoudus*, etc.[94], pois, se por um lado isso parecia possível para o caso do rio *Eniseca*, já não serve para a forma simples de rios como *Enns*, etc..

Por conseguinte, todo este conjunto de apelativos e correspondentes nomes de rios em *(p)an-/(p)en-/(-in)*, acantonado à zona indoeuropeia, parece ser independente etimologicamente da primeira série supra referida de rios em *In-/Inha*, circunscrita a uma área mediterrâneo-asiático-ameríndia. Até o facto de haver na Hispânia o rio "Anas" (hoje Guadiana) e no Gerês o rio "*En*" e nas Astúrias o rio *Enna* e lago *Enol* (perto de Covadonga) com forma distinta (*an/en*) da de *Inha* parece confirmar a distinção ou independência linguística das duas séries onomásticas.

Alfredo Trombetti[95] cita na Ásia Menor, ao lado do rio Ιννα, os rios Ενα e Ενας. O facto de serem todos da mesma zona leva a supor tratar-se duma variante segundo a oscilação vocálica *e/i* que se conhece doutros vocábulos antigos das línguas arcaicas da bacia do Mediterrâneo como rios *Sillis* e *Sellis*, rios *Sinnis* e Σεννη–τανδασισ[96], etrusco *cipen/cepen*, κεδροσ/*citrus*[97], *ilex/elex*[98], *arista/aresta*[99], etc..

Também há um vocábulo camito-semítico no sentido de "fonte" e também no de "olho", o que lembra a expressão *olho de água* a significar "nascente" ou "fonte"[100] e que consta nestas línguas:

Assírio	*enu* e *inu* "fonte, olho";	
Hebraico	*ain* "fonte, olho";	
Fenício	*ain/ein* "fonte, olho";	
Aramaico e siríaco	*aina'* "fonte, olho";	
Ugarítico	*ḥn* "fonte";	
Árabe	*ḥai* e etíope	*ḥain* "fonte, olho"[101];
Egípcio tardio	*eny* "água";	
Berbere	*anu* "poço"[102].	

É de observar que a sequência gráfica inicial *ai-* das formas hebraica e aramaica são transcritas por *e-* em latim como se vê dos nomes próprios bíblicos *Ainam=Enaim*, *Enhasor*, *Aindor=Endor*[103] e daí a forma aramaica aparecer transcrita por *ena*[104]. A hidro-toponímia bíblica regista o correspondente vocábulo hebraico, por exemplo, no Livro de Josué, onde se lê, segundo a versão da Vulgata Latina, tanto *Aen* (Josué XV. 32) como *Ain* (Josué XXI. 16). O correspondente vocábulo árabe aparece representado em hidro-topónimos hispânicos como *Aḥín* em Castellón, *Ayna* em Albacete[105], *Ain* em Valencia[106] e como primeiro elemento nos compostos hidro-toponímicos de Granada *Aynebaata*, *Aynealcayceria*, *Ayneachahaden*, *Aynealmuçur*[107] e como segundo elemento no composto hidro-toponímico catalão *Ressalany*[108].

A aplicação da palavra semito-camítica *ain/ena* "fonte" a nomes de rios lembra o caso paralelo dos rios galegos denominados *Fonte* e *Fontela*[109]. Mas no nosso caso dos rios *Ena(s)* da Ásia Menor onde não parecem ter sido faladas línguas semíticas, não condiz esta interpretação, pelo que parece preferível supor tratar-se da referida oscilação vocálica *e/i*.

Por vezes, palavras começadas por vogal tiveram outrora uma consoante inicial que foi desaparecendo paulatinamente e daí casos como *kume*, *gumar* relacionados com o hidrónimo *Úmia* etc., como referimos num suplemento ao estudo deste hidrónimo (a

publicar na homenagem ao Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida pela Universidade de Santiago de Compostela). Ora no nosso caso do rio *Inha* pode acontecer o mesmo, já que parece haver um parentesco do vocábulo vasco *hin* "água" nas línguas do Cáucaso (com as quais o vasco tem diversas afinidades lexicais) como *sin* "água" na língua Dargwa, Xin «água» nas línguas Lak e Avar e variante *Xeni* na língua Godoberi[110], este último caso com a referida oscilação vocálica i/e que vem dar mais peso ao que dissemos sobre a variante hidronímica *Ευνας* da Ásia Menor, zona próxima do Cáucaso. Outro caso paralelo nota-se no vasco *(h)or* e Avar *hoe* perante Dargwa *xwi*[111].

Também nalgumas línguas indoeuropeias e que são grego, arménio, irânio, celta britónico (galês, córnico, bretão) mas já não tanto celta goidélico (irlandês, etc.), acontece a mesma transformação[112] do *s*- inicial em aspiração (*h* aspirado, espírito rude) que por vezes acaba por desaparecer:

Latim: *s*	Grego:	Arménio: *h*	Iraniano: *h*	Celta Britónico: *h*	Celta Goidélico: s
senex "velho" *sal* "sal"	ʽενος ʽαλs	*hin* *al*	avéstico *hana*	bretão *ben* galês *halen* e córnico *haloin*	irlandês *sen* irlandês *salann*

De facto há rios em *Sin*- e até variante *Sen*- como o rio citado *Σεννη-τανδασιs* na Lícia (Ásia Menor), os rios italianos *Senna* (em Marche) e *Sinnis* (na Lucania) e *Sinnus* afluente do Pó[113], estes dois últimos com geminação consonântica usada para fins expressivos segundo vários autores[114], havendo ainda o já referido rio francês *Sinope* e lago asiático *Sinnaus*[115] mas estando de fora o rio italiano *Senna* da Toscana por a sua forma antiga ser já "Ausenna" em 714[116]. Mas a localização predominantemente ocidental (sobretudo italiana) não está favorecendo muito a perspectiva interpretativa em causa apesar de sugestiva.

Perante tudo isto importa, finalmente, dizer que o rio *Inha* parece, pois, referir-se a uma língua da Antiguidade (vasco? colónia vasca emigrada para esta zona? ou língua aparentada quer das ainda conhecidas ou talvez outra já desaparecida?). Tais são as perspectivas que esta sondagem nos parece oferecer de momento para a interpretação linguística do rio *Inha*, com base nos poucos materiais ainda disponíveis e de valor desigual e até provisório (no caso de falta de documentação de formas antigas) que nos foi possível manejar neste esforço de reconstituição etimológica, pois no fundo tudo não passou duma tentativa de aproveitamento de "indícios" como diria Vincenzo Cocco a respeito de substractos linguísticos[117].

1 SIGLAS USADAS NAS NOTAS:

ACS = Alfred Holder, *Alt – Celtischer Sprachschatz*
BC = *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto
BF = *Boletim de Filologia* (Lisboa)
BN = *Beiträge zur Namenforschung* (revista)
Con = VII *Congresso Internazionale di Scienze Onomastiche*, Florença 1962 (vol. I) e 1963 (vol. II)
DC = Portugaliae Monumenta Historica, *Diplomata et chartae*
DE = A. Dauzat et Ch. Rostaing, *Dictionnaire Étymologique des Noms de Lieux en France*, Paris 1963
DGF = A. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français*, Paris 1950
DMP = *Documentos Medievais Portugueses* (Academia Port. de História)
Dene = Vitaly Shevoroshkin, *Dene-Sino-Caucasian Languages*, Bocchum 1991
DN = Adolf Bach, *Deutsche Namenkunde*, vol. II, tomo I, Heidelberg 1953
DV = Resurrección Maria de Azkue, *Diccionario Vasco-Español-Francés*, Bilbau 1969 (vol. I) e 1906 (vol. II)
Esp = *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Espasa-Calpe
Est = André Martinet, *De las Estepas a los Océanos – El indoeuropeo y los "Indoeuropeos"*, Madrid 1997
IEW = Julius Pokorny, *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, vol. I, Berne e Munique 1959
IK = VI *Internationaler Kongress für Namenforschung*, Munique 1961
Inq = Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*
Inst = revista O *Instituto*
Lan = Michel Malherbe, *Les Langages de l'Humanité*, Paris 1983
Lex = Aegidio Forcellini, Josepho Perin, *Lexicon Totius Latinitatis*, vol. 5 e 6, Pádua 1940
LH = Franciscus Zorell, *Lexicon Hebraicum et Aramaicum Veteris Testamenti*, Roma 1960
Man = F. R. Adrados, A. Barnabé, J. Mendoza, *Manual de Lingüística Indoeuropea*, vol. I, Madrid 1995
Nost = Vitaly Shevoroshkin, *Nostratic, Dene-Caucasian, Austric and Amerind*, Bocchum 1992
OB = Michel Morvan, *Les Origines Linguistiques du Basque*, Bordéus 1996
PH = H. d'Arbois de Jubainville, *Les Premiers Habitants de l'Europe*, vol. I (1889)
PI = Robert Seymour Conway, *The Prae-Italic Dialects of Italy*, vol. I, parte II, Londres 1933
PP = Édouard Philipon, *Les Peuples Primitifs de l'Europe Méridionale*, Paris 1925
SE = revista *Studi Etruschi*
TF = Auguste Vicent, *Tponymie de la France*, Bruxelas 1937
UAF = Hans Krahe, *Unsere Ältesten Flussnamen*, Wiesbaden 1964
UV = revista *Ul-Vária*, Oliveira de Azeméis
VR = revista *Vox Romanica*.

NOTAS

[2] BC 29 (1966) pp. 545-601 e 30 (1967) pp. 84-162; *O Rio e o Mar na Vida da Cidade*, Porto 1966, pp. 51-110.

[3] BC 30 (1967) pp. 98-100.

[4] Vários autores, *Alfena, Olha o teu Museu*, Alfena 1996, pp. 106-121.

[5] *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto*, vol. II, Viana do Castelo 1994, pp. 479-492.

[6] UV, vol. II (1-2) pp. 77-90.

[7] Revista *Gaya*, VI (1988-1994) p. 178, nota 2.

[8] Joan Coromines, *Onomasticon Cataloniae*, vol. 6, Barcelona 1996, p. 402, s. v. *Riudor*.

[9] DC p. 335, n.º 550.

[10] DC p. 517, n.º 870.

[11] DMP vol. III, p. 355, n.º 409.

[12] DMP vol. III, p. 440, n.º 517.

[13] *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, Outubro de 1961 p. 300 e Janeiro de 1962 p. 19 na nota 520; revista *Bracara Augusta* 24 (1970) p. 227, n.º 104 (Livro dos Testamentos de Paço de Sousa, folha 40 verso).

[14] DMP vol. I, p. 197, n.º 162.

[15] *Inst* 97 (1940) p. 384, n. 1.

[16] Inst 97 (1940) p. 398.

[17] DE p. 242, s. v.

[18] *Inq* p. 334.

[19] *Inq* p. 368.

[20] DC p. 80, n.º 130.

[21] *Inst* 97 (1940) p. 384.

[22] Amadeu Ferraz de Carvalho. A *Terra de Besteiros e o Actual Concelho de Tondela*, nova ed., Tondela 1981, p. 146, 39 e 43.

[23] DMP vol. III, p. 22, n.º 26.

[24] Na obra de P.e Avelino de Jesus Costa, Leontina Ventura e M.ª Teresa Veloso, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. III, Coimbra 1979, p. 66, saiu por inadvertência "mia" por "Inia" (M=In).

[25] *Inq* p. 820.

[26] DC p. 261, n.º 420.

[27] Respectivamente Avelino de Jesus da Costa, *Liber Fidei* vol. I, Braga 1965, p. 206, n.º 174 e A. A. Cortesão, *Onomástico Medieval Português*, Lisboa 1912. Ver nosso estudos in *Cadernos Vianenses* 14 (1990) pp. 183-184 (Nóbrega) e BC 26, fasc. 1/2 (1963) pp. 95-101 (Magneto).

[28] Revista *Arquivo do Distrito de Aveiro* 6 (1940) p. 151.

[29] Respectivamente na revista *Beira Alta*, vol. 56, fasc. 1/2 (1997) p. 17 (quanto ao rio Dinha) e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* vol. 39 (Apêndice) p. 223 s. v. Canedo – S. Maria da Feira (quanto ao rio Inha).

[30] Cfr. BF 8 (1947) p. 333, 328 e 307; J. Leite de Vasconcellos, *Opúsculos*, vol. III, Coimbra 1931, pp. 14-15 e 373.

[31] *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, 4ª ed., Paris 1959, p. 307, s. v. ignis.

[32] *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 3ª ed., Heidelberg 1935, p. 355, n.º 4252a, s. v. *ignis*.

[33] Con vol. I, p. 258.

[34] DGF.

[35] IK vol. II, p. 308.

[36] DGF.

[37] IEW p. 51.

[38] IK vol. 3, p. 606.

[39] DGF.

[40] Vittorio Bertoldi, *La Parola quale Mezzo d'Espressione*, Nápoles 1946, p. 211, nota 2.

[41] SE 13 (1939) p. 278.

[42] *Esp.*

[43] DV vol. I s. v. e apêndice; Roselyne Charlat, *Presentación y Análisis de ciertas Correspondencias Vasco-Caucásicas*, Bilbau 1980, p.35.

[44] DV vol. II, p. 86 s. v. ñ.

[45] DV vol. II; *Nost* p. 345; *Dene* p. 68, 101, 133 e 145.

[46] DV.

[47] Johannes Hubschmid, *Thesaurus Praeromanicus*, fascículo 2, Berne 1965, p. 131 e 139; M.ª Nieves Sanchez Gonzalez de Herrero, *El Habla y la Toponimia de la Puebla de Arganzón y el Condado de Treviño*, Vitória 1986, p. 261.

[48] OB p. 109, 166-167.

[49] UV vol. III (1-2) p. 94. Há um suplemento a publicar pela Universidade de Santiago de Compostela no Livro de homenagem ao Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

[50] *Lan* p. 994 e 995.

[51] *Dene* p. 101 e 157.

[52] *Lan* p. 1251.

[53] H. A. Gleason, Jr., *Introducción a la Lingüística Descriptiva*, Madrid 1970, p. 658.

[54] Merrit Ruhlen, *L'Origine des Langues*, ed. Belin 1997, p. 186, 173 e 159; *Lan* p. 255.

[55] OB p. 104, cfr. 133.

[56] OB p. 133.

[57] OB p. 124 e 133.

[58] *Dene* p. 101, 157, 133, 145, 166.

[59] *Lan* p. 564.

[60] *Lan* p. 1077.

[61] *Lan* p. 1063.

[62] Florentino Castaños Garay, *El Éuzkera y Otras Lenguas*, Vizcaya 1979, pp. 101-116.

[63] Vide Pierre Chantraine, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque*, Paris 1983, s. v.; IEW pp. 299-300.

[64] D. Fernando de Almeida, *Egitânia-História e Arqueologia*, Lisboa 1956, p. 300.

[65] IEW p. 299.

[66] UAF p. 56 e 71; DN vol. II, tomo I, p. 210.

[67] VR 10 (1948-1949) pp. 244-245; UAF p. 105; BN 20 (1985) p. 221.

[68] PI p. 443.

[69] PI p. 443.

[70] Di A. de Prisco, *Il Latino Tardoantico e Altomedievale*, Roma 1991, p. 179.

[71] DN vol. II, tomo I, p. 224-225; UAF p. 105; BN, nova série, 4 (1969) p. 385.

[72] BN 8 (1957) p. 245.

[73] BN 2 (1950-1951), fasc. 2, respectivamente p. 114 e 117; DN vol. II, tomo I, p. 213 e 214.

[74] DN vol. II, tomo I, p. 225.

[75] Lex vol. V; Dn vol. II, tomo I, p. 152.

[76] *Proceedings of the Eighth International Congress of Onomastic Sciences* (Amesterdão 1963), Paris 1966, p. 417, nota 21.

[77] Paul Lebel, *Principes et Méthodes d'Hydronymie Française*, Dijon 1956, p. 349.

[78] TF p. 306.

[79] DE p. 7.

[80] TF p. 34.

[81] Albert Dauzat, Gaston Deslandes, Charles Rostaing, *Dictionnaire Étymologique des Noms de Rivières et de Montagnes en France*, Paris 1982, p. 55.

[82] DE respectivamente p. 361 e 363.

[83] *Esp.*

[84] PP p. 214; ACS; PH vol. I p. 362; Lisardo Rubio, Virgilio Bejarano, *Documenta ad Linguae Latinae Inlustrandam*, Madrid 1955, pp. 17-18.

[85] ACS; Lex vol. 6.

[86] José M. Andrade, O *Tombo de Celanova*, tomo I, Santiago de Compostela 1995, n.º 456, p. 620.

[87] *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, año XLI, n.º 123 (1987) pp. 692-693.

[88] VR 10 (1948-1949) p. 246; J. Vendryes, *Lexique Étymologique de l'Irlandais Ancien* – A, Dublin 1981, p. A-71; Friedrich Kluge, *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, Berlin etc. 1989, p. 209; T. F. Hoad, *The Concise Oxford Dictionary of English Etymology*, Oxford/New York 1993, p. 169; Winfred P. Lehmann, *A Gothic Etymological Dictionary*, Leiden 1986, p. 108; IEW p. 806 e 807; Martín Sevilla Rodríguez, *Toponimia de origen indoeuropeo prelatino en Asturias*, Oviedo 1980, p. 66; DN vol. II, tomo II, Heidelberg 1954, p. 46; UAF p. 105.

[89] *Lan* p. 1272, 1294, 1313, 1608, 1204, 940, 1251 respectivamente.

[90] *Con* vol. II, p. 398.

[91] IK vol. II, p. 309.

[92] *Lex* vol. 6.

[93] IEW p. 796, 800 e 829; Est pp. 150-151.

[94] ACS; PP p. 214; Antonio Tovar, *Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas*, Buenos Aires 1949, pp. 165-166; Sabine Ziegler, *Die Sprache der altirischen Ogam-Inschriften*, Gotinga 1994, p. 103; citado (na nota 88) *Lexique Étymologique*... p. A-71; W. Stokes / A. Bezzenberger, *Wortschatz der Keltischen Spracheinheit*, 5ª ed., Gotinga 1979, p. 30.

[95] SE 13 (1939) p. 278.

[96] SE 14 (1940) p. 189.

[97] Giovanni Alessio, *Le Lingue Indoeuropee nell' Ambiente Mediterraneo*, Bari 1955, p. 534 e ver p. 371.

[98] SE vol. 16, p. 352; revista *Biblos* 23 (1947) pp. 60-61.

[99] *Atti I Congresso Storico Calabresi* (Cosenze 1954), Roma 1957, p. 328.

[100] BF tomo 8, fasc. 4 (1947) p. 327.

[101] LH p. 591; O. Valdez dos Santos, *Lições de Gramática Assíria*, Porto 1965, p. 192 e 26; G. Boson, *Assiriologia*, Milano 1916, p. 201; Moisés Espírito Santo, *Dicionário Fenício-Português*, Lisboa 1993, p. 198; August Dillmann, *Grammatik der Äthiopischen Sprache*, Graz 1959, quadro I (alfabeto); Cyrus H. Gordon, *Ugaritic Manual*, Roma 1955, p. 304 e 305, n.º 1397 e 1416.
Observação: transcrevo por *h-* (inicial) o espírito rude chamado *ayn* (letra do alfabeto), idêntico à palavra *ayn* "fonte".

[102] Marcel Cohen, *Essai Comparatif sur le vocabulaire et Phonétique du Chamito-Sémitique*, Paris 1947, p. 89.

[103] LH p. 593 e 592.

[104] *Lan* p. 547.

[105] Miguel Asín Palacios, *Contribución a la Toponimia Árabe de España*, 9ª ed., Madrid 1944, p. 44 e 78; *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Madrid 1960, p. 570.

[106] Carme Barceló Torres, *Toponimia Arábiga del Pais Valencià-Alqueries i Castells*, Valencia 1983, p.70.

[107] Amador Diaz Garcia, Manuel Barrios Aguilera, *De Toponimia Granadina*, Granada 1991, pp. 142-148.

[108] Joan Coromines, *Onomasticon Cataloniae*, vol. 6, Barcelona 1996, p. 375.

[109] *Gran Enciclopedia Gallega sub vocibus*.

[110] *Nost* p. 347; *Dene* p. 101 e 133. Sobre vasco e caucásico ver livro (citado na nota 97) *Le Lingue*... pp. 519-520.

[111] *Dene* p. 102.

[112] Francisco R. Adrados, *Lingüística Indoeuropea*, vol. I, Madrid 1975, p. 261; *Man* vol. I p. 218; IEW p. 878, 907-908.

[113] SE 14 (1940) p. 191.

[114] *Man* pp. 195-196; citadas (na nota 97) *Le Lingue*... pp. 592-594.

[115] *Lex* vol. 6.

[116] UAF p. 44.

[117] *Revista Portuguesa de Filosofia* I (1947) p. 241.

A IRMANDADE DE RIBACOA: NOVOS DOCUMENTOS

Humberto Baquero MORENO *

Em 1984 no congresso dedicado a Afonso X o Sábio, revelámos com base num documento de 22 de Janeiro de 1444, a existência de uma irmandade no território português, cujas origens remontavam ao período anterior à integração das terras de Ribacoa, que se verificou com o tratado de Alcanizes assinado entre os reis D. Dinis e Fernando IV, em 12 de Setembro de 1297[1].

Em conformidade com a inúmera bibliografia publicada em Espanha, que então referimos, sabe-se que as associações dos municípios deram origem à constituição de diversas irmandades. Julgo manterem actualidade as palavras então produzidas, quando escrevi «não existir entre os autores espanhóis unanimidade sobre os motivos que desencadearam a constituição das irmandades, mas a admitir que a sua formação representaria um modo de afirmação e de defesa frente ao poder senhorial e |ou| da realeza, não restam dúvidas que em Portugal o grau de autonomia e de força dos municípios se apresenta substancialmente menor»[2].

Não existe qualquer outro dado documental que permita afirmar ter existido outra irmandade em Portugal. Esta situação tão enraizada nas coroas leonesa e castelhana não encontra paralelo no nosso País. A circunstância de existir a irmandade de Ribacôa apenas tem uma explicação: o facto dela existir antes da sua incorporação na soberania portuguesa. Uma pergunta se pode levantar com toda a legitimidade. Em que reinado surgiu a irmandade de Ribacoa? No estado actual dos nossos conhecimentos nada podemos avançar para além do que então escrevemos: «Apesar de se desconhecer a data exacta em que se teria formado a irmandade de Ribacoa, supomos que a mesma se constituiu durante o reinado de Afonso X o Sábio. Observa-se durante o governo deste monarca a organização de diversas irmandades, como é o caso da irmandade fronteiriça de 1265 celebrada entre Córdoba, Jaen, Baeza, Ubeda e outros lugares da Andaluzia, a que podemos acrescentar a irmandade menor de Toro, formada em 1275, em que se estabelecia que «ninguno non faga daño, nin robo, nin forcia a vecino ni otro ome, e que tengamos la villa bien guardada para lo que el Rey mandare». Também nas Astúrias forma-se em 1277 a irmandade que agrupava o Aviles, Pravia, Grado, Salas, Somiedo, Valdes, Tines, Canges e Allende»[3].

Numa breve síntese histórica cumpre referir que durante o ano 1296 o rei D. Dinis tirou partido das lutas intestinas que se travavam no reino de Leão e de Castela, situação intensamente vivida durante a menoridade de Fernando IV. Na realidade D. Dinis contou durante a invasão com o apoio explícito dos infantes D. João e D. Afonso, o que lhe permitiu chegar a Simancas, onde se encontrava D. Maria de Molina e o seu filho menor. O monarca português não chegou a atacar o reduto em que se encontravam os soberanos de Castela devido a que D. João Nuñes de Lara, que o acompanhava, se ter recusado a atacar o seu próprio rei. Segundo a crónica um homem prometeu a D. Dinis a entrega das vilas e castelos de Castelo Rodrigo, Sabugal e Alfaiates, as quais efectivamente se entregaram sem combate[4].

A documentação conhecida comprova a crónica de Fernando IV. Assim, no ano que se segue a esta expedição observa-se uma troca efectuada em 28 de Agosto de 1297, na cidade de Zamora, entre Fernando IV e D. Margarida, mulher de D. Pedro, conjuntamente com seu filho D. Sancho, mediante a qual estes donatários cediam ao rei de Castela as vilas e castelos de Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Bom e Castelo Melhor, recebendo em troca, a título de compensação, Galisteo, Granada e Miranda. Com este acto pretendiam os tutores de Fernando IV legitimar os seus direitos às terras de Ribacôa, ocupadas pelo rei português desde o ano anterior, de forma a permitir-lhe negociar um tratado de paz entre ambos os reinos[5].

Uma das grandes preocupações de D. Dinis consistiu em estabilizar as terras recém-adquiridas com a finalidade de contentar as populações. Assim, estando em Trancoso em 8 de Novembro de 1296 confirma os foros de Castelo Rodrigo, Castelo Bom e Almeida, dois dias mais tarde, quando ainda permanecia nessa vila confirma os do Sabugal. Em 27 deste mês, estando em Coimbra, confirma os de Vilar Maior, e no primeiro dia de Março, os de Alfaiates. Mais tarde, em 25 de Junho de 1298, encontrando-se na Guarda, confirma os foros de Castelo Melhor[6].

Antes de acompanhar casuísticamente cada uma das localidades da irmandade de Ribacôa importa num breve relance recordar a quem se ficou devendo o repovoamento destas terras. Assim, fundamentados na documentação conhecida sabe-se que a ocupação destas terras se deveu à acção realizada por Afonso IX de Leão[7].

No que respeita a Castelo Rodrigo sabe-se que a sua fundação pertenceu ao monarca leonês, o qual tendo-se deslocado de Leão, em Setembro de 1209, em direcção às terras de Além-Águeda, veio a fixar os termos da vila, que passava a ser o primeiro nessas terras, concedendo aos seus moradores o direito a possuírem o foro que lhes resultasse mais vantajoso. A intenção do rei leonês visava o propósito de criar um novo centro de ocupação, defesa e repovoamento do território. Em resposta Sancho I, nesse mesmo ano repovoa e concede foral à vila do Sabugal, localizada na outra margem do Côa e na relativa proximidade de Castelo Rodrigo[8].

Por diversas vezes Afonso IX procedeu à feitura de documentos desde Castelo Rodrigo. Em 29 de Dezembro de 1210 quando doou ao mosteiro de Aguiar a vila de Bouças. Em 17 de Outubro de 1215 ao conceder um benefício à igreja de Tui. Na mesma data ao proceder a um dote às suas filhas Sancha e Dulce, e finalmente ao efectuar, em 1 de Julho de 1230, duas doações à Ordem do Hospital[9].

Mergulhado no silêncio dos documentos Castelo Rodrigo volta apenas a emergir no reinado de D. Dinis, quando este monarca lhe fez doação em 8 de Novembro de 1296, de todos os seus foros, privilégios e feira franca, garantindo deste modo a sua integração na coroa do reino praticamente um ano antes da celebração do Tratado de Alcanizes[10].

Uma fonte tardia de 22 de Janeiro de 1444 revela que Castelo Rodrigo, em conjunto com o Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Bom, Almeida e Castelo Melhor, inseridas na irmandade dos sete castelos, logo após a sua conquista em 1296, recebeu de D. Dinis o privilégio de nunca ser dada pela coroa a nenhum infanção, cavaleiro ou qualquer outra pessoa, mas que sempre permanecesse como património da coroa. Este estado de coisas manteve-se inalterável até ao reinado de D. João I, mas logo após a sua morte poderosos fidalgos como Vasco Fernandes Coutinho, João de Gouveia e Dom Duarte de Meneses, começaram a nomear alcaides que praticavam todo o tipo de

arbitrariedades, o que dá origem a que a terra fosse abandonada em função das atroçidades cometidas[11].

Reagiam os representantes da irmandade contra o facto de não poderem aproveitar livremente as terras maninhas, onde o gado livremente utilizava os pastos e as águas, bem como os homens circulavam livremente, desobrigados do pagamento de portagens. Outro costume residia no princípio dos homens bons concelhios nomearem juízes, vereadores e oficiais que zelariam pelo normal regimento da terra, sem que para isso o corregedor da comarca tivesse qualquer interferência, tal como sucedia quando da sua criação em o reinado de D. Afonso IV. Recentemente este comportamento sofrera profundas alterações face à permanente intervenção daquele agente do poder central[12].

Uma queixa muito generalizada da irmandade era de que muitos homens não queriam servir o concelho, nem pagar fintas e talhas, ao abrigo da protecção desses alcaides. Entendiam que essa situação apenas pudesse contemplar os caseiros, os amos e os criados, pelo que os restantes deveriam ser castigados, obrigados ao pagamento de portagem e de "montados" em todos os lugares da irmandade[13].

Anos mais tarde, em 30 de Junho de 1459, lembravam a D. Afonso V, os procuradores de Castelo Rodrigo, Gil Fernandes e Fernão Anes, o papel histórico de seu antepassado D. Dinis, o qual «cobrou esta villa e esta hirmandade de Ribadecoa, que esta em este estremo, de Castella». Insistiam em que um de os privilégios outorgados por este monarca residia em que a vila nunca pudesse ser dada a nenhum rico homem ou cavaleiro, sendo pertença da coroa e «dando maldiçom aos que contra ello fossem»[14].

Em consonância com a petição apresentada pelos mencionados procuradores concelhios sabe-se que esta terra fronteiriça de Castelo Rodrigo se encontrava despovoada devido às guerras que a tinham atingido sobretudo em finais do século XIV. As terras agricultadas tinham-se transformado em zonas ermas e abandonadas. Restabelecida a paz em 1411, muitas pessoas que em 1459 viviam há mais de meio século lançaram mãos à obra e transformaram os montes maninhos, sem proprietários conhecidos, em terras aproveitadas. Vivendo em regime de auto-gestão desconheciam a obrigatoriedade de pagar impostos, com excepção do «dizimo a Deus», de que a coroa recebia a terça parte. Confrontados com os pedidos feitos por essas pessoas para que essas terras lhes fossem outorgadas, requeriam os procuradores que essa concessão nunca fosse feita em conformidade com as normas estabelecidas pelos reis portugueses desde o tempo de D. Dinis, no que aliás recebiam a anuência de D. Afonso V no respeito pela tradição[15].

Dando sequência à sua actividade repovoadora deparamos com Afonso IX em Almeida em 1217. Desde esta localidade procedeu a uma concessão em benefício do mosteiro de Aguiar. Em Janeiro de 1296 aparece-nos mencionada como vila, precisamente quando do protesto da coroa portuguesa pelo facto dos representantes castelhanos terem faltado ao encontro que tinha por finalidade a demarcação das fronteiras[16].

Sabe-se que D. Dinis em 8 de Dezembro de 1296 lhe confirmou os foros e costumes[17]. Uma boa parte do seu teor poder-se-à reconstituir pela carta da chancelaria afonsina de 22 de Janeiro de 1444, que apesar da sua posterioridade de século e meio, nos permite conhecer na generalidade os privilégios que lhe eram atribuídos como parte integrante da irmandade de Ribacôa[18].

Conforme se observa em relação às vilas de Castelo Rodrigo e Almeida, também o Sabugal é detentor duma assinalável antiguidade. Ocupado territorialmente em 1296, sabe-se que o primeiro acto do seu ocupante D. Dinis consistiu na confirmação dos seus foros e costumes, cujo teor genérico deverá igualmente corresponder às referências contidas no documento de 1444[19].

O rei D. Dinis confere-lhe diversos privilégios, assumindo carácter relevante a promessa de que nunca seria retirado da coroa do reino. Outra carta régia consistia na protecção dispensada aos clérigos de Ribacoa, entre os quais se incluiam os do Sabugal[20].

Uma questão se mantém em aberto em relação a esta localidade. Em que altura foi fundado o seu couto de homiziados? Embora se saiba que a sua cronologia é anterior a 1369, tudo parece indicar que a sua fundação se deu por volta de 1308, quando D. Dinis levou a cabo a sua aposta pioneira nesse mesmo ano, ao fundar o couto de Noudar[21].

Em relação a Alfaiates tem-se conhecimento do foro, que pelas características do manuscrito pensa-se ser mais antigo de que o de Castelo Rodrigo, cuja elaboração remonta a 1261. Conhece-se uma referência de 1226, embora a mesma não permita inferir se havia um município. A fundação desta localidade parece remontar a um período compreendido entre 1209 e 1226[22].

A ocupação dionisiana da vila deu origem a que o monarca desse instruções ao seu alcaide em 21 de Outubro de 1296, para que o mesmo lhe prestasse homenagem[23]. O mencionado rei confirmou-lhe em 1 de Março de 1297 os seus usos e costumes[24].

Uma fonte posterior de 4 de Julho de 1459 revela-nos interessantes particularidades de Alfaiates. Assim, nas cortes de Lisboa desse ano o seu procurador Afonso Lopes apresentou alguns capítulos a D. Afonso V. Num deles referia que nos concelhos limítrofes do Sabugal, Sortelha, Guarda, Vilar Maior e Castelo Bom, os residentes não eram obrigados a pagar portagem em todo o reino e os seus vizinhos que fossem conhecidos num raio de quarenta quilómetros não eram coagidos «a hir rrecadar aa villa». Requeriam ao rei uma situação e tratamento semelhante, no que eram contemplados[25].

Uma lembrança efectuada junto do monarca recordava que desde tempos antigos os seus residentes eram usufrutuários dos «manjnhados», os quais revertiam em benefício da arca do concelho. Eram assim, eximidos do pagamento de fintas. A solicitação dos maninhados constituía uma fonte de recurso numa terra pobre e ameaçada de despovoamento[26].

Uma particularidade curiosa da vila de Alfaiates consiste na invocação do seu bom relacionamente e vizinhança com os naturais do lugar de São Martinho de Trebelho, de quem eram parentes, compadres e amigos. Ora sempre que lhe vendiam uma vaca ou um porco para as festas de um casamento ou duma confraria viam-se «constrangidos». Requeriam ao rei que em conformidade com a prática que era uso corrente em relação aos vizinhos do Sabugal pudessem oferecer qualquer um desses animais sem terem de suportar as mínimas consequências[27].

Relativamente a Vilar Maior são poucos os dados conhecidos, sabendo-se da sua existência anterior a 1219. O seu povoamento por Afonso IX observa-se em meados de 1227. Conforme refere Duarte Nogueira, enquanto Castelo Rodrigo e o Sabugal são denominados como concelhos, tal designação não nos surge concedida a este lugar.

Em 1231 foi doado por Fernando III ao Sabugal, embora não haja a certeza se esse acto teria sido concretizado. Afonso o Sábio confirma-lhe em 1258 a sua demarcação inicial[28].

D. Dinis confirma-lhe os foros em 27 de Novembro de 1296[29], os quais são ampliados com a carta régia de 15 de Maio do ano seguinte, ao ser-lhes concedida isenção de portagem em todo o reino, naturalmente com o propósito de atrair novos moradores a uma área muito erma e desabitada[30].

Em conformidade com a tese expressa por Lindley Cintra, a concessão de foros aos habitantes de Castelo Bom deverá situar-se anteriormente a 1226, admitindo-se que a sua formação ter-se-à verificado em função do desmembramento do território de Castelo Rodrigo[31].

Uma carta de Afonso o Sábio, não datada, revela a anterioridade de Vilar Maior em relação a Castelo Bom. Perante o monarca teriam comparecido os procuradores dessas duas vilas com a finalidade de delimitarem os seus espaços. Com base nessa fonte sabe-se que o lugar foi fundado por Afonso IX, no lapso de tempo compreendido entre 1227 e 1270[32].

Castelo Bom viu confirmados os seus foros por D. Dinis em 8 de Novembro de 1296[33].

Desconhece-se a data da fundação de Castelo Melhor, a qual se deverá situar entre 1230 e 1298. O lugar não devia possuir alfoz, limitando-se simplesmente a um castelo. Quanto aos seus foros sabe-se que os mesmos foram copiados dos de Castelo Rodrigo[34].

A confirmação dos seus foros por D. Dinis apenas se verifica em 12 de Junho de 1298, posteriormente à assinatura do tratado de Alcanizes, ao contrário de todos os outros lugares que viram os mesmos reconhecidos em fase anterior a esse acordo fronteiriço[35].

Em relação à irmandade de Ribacoa algumas conclusões se podem tirar, muito embora a sua natureza apresente contornos pouco claros se tivermos em linha de conta que a primeira fonte conhecida fala na irmandade dos sete castelos, enquanto aquela que agora revelamos fale apenas de irmandade de Ribacoa. Estaremos perante uma irmandade municipal ou apenas uma irmandade integradora de um conjunto de lugares afortalezados onde existem castelos?

Outra questão que poderá causar alguma perplexidade reside no facto de nunca esta irmandade aparecer referida quando da conquista e incorporação destas terras e mesmo no decurso de século e meio, para apenas nos surgir em fontes tardias, mais concretamente em 1444 e 1459. Como explicar a recuperação duma tradição decorridos mais de cento e cinquenta anos?

Pese embora estas dúvidas continuo a pensar estarmos perante uma irmandade concelhia marcada pela existência de castelos, que lhe conferem uma fisionomia peculiar.

DOCUMENTO I

Capítulo especial apresentado pelo concelho de Castelo Rodrigo nas cortes de Lisboa de 1459

Dom Afomso. A quantos esta carta virem fazemos saber que estando ora nos em a çidade de Lixboa em as cortes que ora nos em ella fezemos per Gill Fjrnandez e Fernam de Annes procuradores da villa de Castell Rodrigo nos forom apresentados çertos capitollos e ao pee de cada huum delles lhe mandamos poer nossas repostas como sse adiante segue.

O concelho e homees boos da uilla de Castell Rodrigo beijamos vossas maaos como a nosso rey e senhor e nos encomendamos em uossa merçee aa quall praza saber que o primeiro rey de que teemos memoria que cobrou esta villa e esta hirmjndade de Ribadecoa que esta em este estremo de Castella foy el Rej dom Donis dhu uos descendentes. O quall deu priuillegeo a esta villa e lhe outorgou todos seus foros e seus custumes que de senpre ouuerom e lhe outorgou que nunca elle nem outros que delles deçendessem dessem aa dicta villa e termos della a caualeiro nem a rrico homem nem a outra alg†ua pesoa soomente fosse da sua coroa rreall dando maldiçom aos que contra ello fossem.

Senhor a uossa alteza sabera como esta terra he em este estremo por bem das guerra e trabalhos que se despouorou e as terras que senpre forom aproueitadas se meteram a montes e ora as gentes desta terra de l e lx annos ou mais tempo depois que a Deus aprouue de poer a paz sse meterom per esses montes maninhos a que nom sabem donos e os aproueitam assi pera pam como pera vinho em guisa que a terra he aproueitada e afruytada e he milhor e mais seruiço de Deus e vosso que estar em montes perdidos. E do que lhes Deus da nunca souberom que era pagar tributo algu†u soomente dizimo a Deus do quall uos aues a terça parte e na nos he dicto que alg†uas pesoas pedem estas terras que assi rronperom dizendo que estam manhiados o que nunca foy nem sabemos que lhe pidimos aa nossa alteza que tall dadiua nom passe e nos mantenhaaes o que senpre foy no que nos manteuerom vossos auoos e padres e a farnosees em ello merçee.

A esto repondemos que pedem bem e assi o faremos segundo requerem.

Pidindonos por merçee o dicto Gill Fjrnandez e Fernandeannes por parte do dicto Concelho que lhe mamdasemos dar h†ua nossa carta com o theor dos capitollos com nossas respostas porque lhe seram necessarias e sse entendiam dajudar. E nos veendo o que nos assi diziam e pidiam a nos prouue dello e lhe mandamos dar segundo dicto he.

E porem mandamos ao concelho da dicta comarca e a quaaesqer out[r]os nossos juizes e justiças a que esto pertençeer que lhe conprees e façaaes cumprir e guardar em todo pella guisa que em elles lhe comtheudo sem outro embargo. Dada em Lixboa xxx dias de Junho ElRey o mandou per Fernam da Silueira coudell moor destes regnos. Diogo Lopez a fez anno de mjll iiijc Lix.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de* D. *Afonso* V, livro 36, fols.163-163v.

DOCUMENTO II

Capítulo especial apresentado pelo concelho de Alfaiates nas cortes de Lisboa de 1459

Dom Afomso a etc. A quantos estas carta virem fazemos saber que estando ora nos em as cortes que fezemos em Lixboa per Afomso Lopez, procurador da villa dAlfaiates nos forom apresentados çertos capitulos e ao pee de cada hũ delles lhe mandamos poer nosa rreposta segundo se adiante segue.

Senhor o uoso conçelho e homens boons dAlfaiates fazemos saber aa uosa merçe que este lugar he no estremo que parte com Castella e todos concelhos darredor asi como o Sabugal, Sortelha e a Guarda, Villar Mayor, Castell Bom sam priujlegiados que nom paguem portagem no rregno e teem cartas porque os vizinhos seendo conhoçidos atee oyto legoas que nom sejam constrangidos nem theudos a hir rrecadar aa villa. Pidismosuos por merçee que pois os logares comarcaaos destes taaes priujlegios que majs sam a djreito do rregno que nos façaaes priujlegiados como elles de nom pagarmos portajeens no rregno e que ssendo rregistada a oyto legoas que sem carta seendo conhoçido nom sejamos costrangidos nem theudos hir rrecadar como destes a todos estes logares comarcaaos.

A este rrespondemos que se os outros logares semelhantes hi arredor teem semelhante priujlegio nos praz de lhe esto outorgarmos.

Senhor fazemos saber aa uosa mercee que dantigamente senpre ouuemos os manjnhados era pouca rrenda que rrenderem pera a arca do concelho per que se escusam mujtas fintas asi pera hir com algũus agrauos aa uosa merçee como per uos fazer saber represarias que se fazem. E pera muytos outros encarregos que os moradores viuem mais sem sojeiçam e nos he dito que mujtas vezes vollo pedem fidalgos e os podiees dar. E como somos pobres o nom podiamos rrequerer e seria mujto contra voso seruiço e aazo de se este logar despouorar. Pidimosuos por merçee que nos dees vosa carta per que ajamos taaes manjnhados como senpre ouuemos e que posto que lenbrado nom sejaaes que mandees que outro nhũu vollos nom posa pedir.

A esto rrespondemos que nos praz fazermoslhe destes maninhos merçee emquanto nosa merçee for.

Senhor avemos vizinhança com Sam Martinho de Trebelho que em breue huso nos prestamos hũus com os outros como parentes e conpadres e amjgos mujtas vezes por lhe vendermos hũua vaca pera hũua voda ou confraria loguo somos constrangidos e asi por hũu porco e sobre esto ja vos screpueo o corregedor do Sabugall e lhe destes uoso mandado que asi como husasem com elles husasem elles e que podesem pera taaes cousas dar hũua vaca ou porco. Pidimosuos por merçee que asi como destes ao Sabugall mandees que se entenda (sic) a este conçelho.

A este rrespondemos que nos praz de lhe esto outorgar como aos do Sabugal.

Pidindonos por merçee o dicto Afomso Lopez por parte do dicto Conçelho que lhe mandasemos dar hũua nosa carta com o theor dos dictos capitulos com nosas rrepostas por que lhe eram neçesarias se entendia delles ajudar. E nos veendo o que nos asi diziam a nos prouue dello e lha mandamos dar segundo dicto he. E porem mandamos e etc. Em forma dada em Lixboa a iiij de Julho. ElRej o mandou per Fernam de Silueira e etc. Diogo Lopez a fez ano de noso senhor Jhesũ Chrispto de mjl iiijc Lix.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de* D. *Afonso* V, livro 36, fols. 174-174v.

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] As Actas do Congresso dedicado a Afonso X, o Sábio apenas parcialmente foram publicadas. Demos a conhecer o nosso trabalho intitulado A *irmandade de Ribacoa nos fins do Século* XIII, in «Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI», ed. Presença, Lisboa, 1986, pp.27-32.

[2] *Idem, Ibidem*, p.27.

[3] *Idem, Ibidem*, p.30.

[4] *Memórias de* D. *Fernando* IV, vol.I, Madrid, 1860, pp.36-37.

[5] Visconde de Santarem, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de* Portugal, Paris, 1842, tomo I, pp.120-121.

[6] Luís Filipe Lindley Cintra, A *linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, 1959, p.72. A cronologia em apreço poder-se-à confirmar pelos *Itinerários del-Rei* D. *Dinis* (1279-1325), Lisboa, 1962, pp 47-50.

[7] Reveste um carácter fundamental a colectânea publicada por Júlio Gonzalez, *Alfonso* IX, I e II volumes, Madrid, 1944.

[8] Luís Filipe Lindley Cintra, *ob. cit.*, pp.56-59.

[9] José Artur Duarte Nogueira, A *organização municipal da* Extremadura *leonesa nos séculos* XII *e* XIII, separata do «Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra», Coimbra, 1983, p.15.

[10] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Chancelaria de* D. *Dinis*, livro 2, fol.123.

[11] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Afonso* V, livro 24, fol.12v. Documento por mim publicado em Os *municípios portugueses*, pp.31-32.

[12] *Idem, Ibidem*.

[13] *Idem, Ibidem*.

[14] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Afonso* V, livro 36, fols.163-163v. Documento publicado em apêndice. Com a publicação desta fonte inédita reforça-se a existência da irmandade de Ribacôa.

[15] *Idem, Ibidem*.

[16] José Artur Duarte Nogueira, *ob. cit.*, p.31.

[17] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Dinis*, livro 2, fol.124v.

[18] Humberto Baquero Moreno, Os *municípios portugueses*, pp.31-32.

[19] *Idem, Ibidem*.

[20] A.N./T.T., Livro 2 da Beira, fol.151v.

[21] Humberto Baquero Moreno, Os *municípios portugueses*, p.101.

[22] José Artur Duarte Nogueira, *ob. cit.*, pp.35-37.

[23] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Dinis*, livro 3, fol.37.

[24] *Idem*, *Ibidem*, livro 2, fol.126v.

[25] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Afonso* V, livro 36, fols.174-174v. Documento publicado em apêndice.

[26] *Idem*, *Ibidem*.

[27] *Idem*, *Ibidem*.

[28] José Artur Duarte Nogueira, *ob. cit.*, pp.39-41.

[29] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Dinis*, livro 2, fol.125.

[30] Idem, *Livro* 1 *da Beira*, fol.51.

[31] Luís Filipe Lindley Cintra, *ob. cit.*, pp.63-64.

[32] José Artur Duarte Nogueira, *ob. cit.*, pp.44-47.

[33] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Dinis*, livro 2, fol.124v.

[34] José Artur Duarte Nogueira, *ob. cit.*, p.49.

[35] A.N./T.T., *Chancelaria de* D. *Dinis*, livro 3, fol.4.

OS RESTAUROS DA CATEDRAL DE LISBOA À LUZ DA MENTALIDADE DO TEMPO

Maria João Baptista NETO *

A EVOLUÇÃO DA POLITICA DE RESTAURO DOS MONUMENTOS EM PORTUGAL

O séc. XIX havia legado um conjunto de imóveis profundamente degradados e, na maioria, destituídos da sua vivência ancestral e funções primitivas, com a Extinção das Ordens Religiosas e a Desamortização dos seus bens em 1834. Os antigos conventos e mosteiros receberam o ódio daqueles que os conotavam com os valores do *Antigo Regime*. A profanação e o vandalismo demolidor atingiram seriamente os monumentos, apesar dos brados de alerta por parte dos principais vultos da literatura romântica nacional, com destaque para Alexandre Herculano (1810-1877)[1].

A jovem monarquia liberal foi impotente para cuidar do seu espólio artístico, destacando-se, apenas, algumas iniciativas isoladas de intervenção, nomeadamente nos Mosteiros da Batalha (1840)[2] e dos Jerónimos de Lisboa (1860). Estas acções explicam-se pelo valor simbólico de tais monumentos e pelo papel desempenhado pelo rei consorte D. Fernando II (1816-1885). A par da iniciativa deste monarca, as sociedades eruditas prestaram uma colaboração prestimosa no conhecimento e tentativa de salvaguarda dos nossos monumentos. Destaque para a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP) fundada em 1862, por iniciativa do Arquitecto da Casa Real, Joaquim Possidónio da Silva. Em colaboração directa com o Estado, a RAACAP procurou, através dos seus boletins, divulgar as relíquias artísticas nacionais, sensibilizar a opinião pública para a sua conservação e procurar constituir um inventário dos monumentos, com vista à sua classificação. Apesar dos esforços desta e de outras associações, o património arquitectónico nacional permanecia sem os cuidados necessários de uma legislação de protecção eficaz.

A República

O séc. XX trouxe a implantação da República (1910) e com ela o recrudescer do espírito anti-clerical que culminou com a *Lei da Separação do Estado das Igrejas* (1911). Com esta lei, todos os imóveis da Igreja Católica em Portugal passaram para as mãos do Estado que, ao contrário do regime liberal, não perdeu tempo a legislar sobre o património artístico da nação (1911). É criado um regime descentralizado de acção que procura, em cada região do país, auscultar a situação dos monumentos e desenvolver os mecanismos para a sua protecção.

Pese embora os cuidados legislativos da I República, as iniciativas práticas tardavam em aparecer. Em 1920 é criado, no seio do Ministério das Obras Públicas, um organismo com a missão específica de fazer obras em monumentos (Administração

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Todavia, e seguindo uma tendência que já vinha do século passado e que ainda hoje se verifica no quadro do património arquitectónico nacional, instalou-se uma disputa de competências no domínio da salvaguarda dos monumentos nacionais, entre os Ministérios das Obras Públicas e da Educação e Cultura.

A Revolução de 28 de Maio de 1926 conduziu à ditadura militar de direita que abriu caminho ao regime do *Estado Novo*. O ambiente revolucionário militar foi favorável à supremacia das Obras Públicas na querela da supervisão dos monumentos, facto ao qual não terá sido estranho o peso acentuado que os engenheiros militares exerciam nos quadros do Ministério das Obras Públicas. Assim, em Abril de 1929, é suprimida a antiga Administração Geral e, em seu lugar, criada a nova Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) dentro de um esquema de acção centralizador.

O Estado Novo e a DGEMN

Estava montada a máquina burocrática que iria servir os parâmetros do novo regime que cedo alicerçou a expressão da sua ideologia através de uma concertada acção de propaganda. Os valores nacionais estruturados numa nova e própria leitura da História de Portugal, onde se destacam os momentos de triunfo da nação, ancestral de oito séculos, tiveram o complemento ideal e a marca de autenticidade nos monumentos. Assistiu-se, então, a um fervilhar restaurador, sem precedentes, com marcadas intenções ideológico-políticas, sob o comando da poderosa máquina das Obras Públicas renovada pelo ministro Duarte Pacheco.

Os monumentos eram restaurados pela sua componente histórica, comprovando factos e figuras queridas do regime, aspecto que foi devidamente explorado em 1940, com a comemoração simultânea do Duplo Centenário da Fundação e Independência de Portugal.

Para melhor executarem o seu papel, os monumentos deveriam reflectir a época com que eram particularmente conotados, sobretudos os medievais. Assim, assistimos a uma reintegração estilística dos edifícios, com natural perca de elementos de épocas mais recentes de inegável valor histórico-artístico.

A *unidade de estilo* encontrou no Portugal do *Estado Novo* um campo, particularmente, favorável para imperar, mediante condicionalismos mentais diferentes daqueles que a viram nascer, mas que lograram proporcionar a sua sobrevivência em Portugal, nos meados do séc. XX[3].

É, precisamente, neste quadro que se vão desenrolar os restauros da catedral de Lisboa.

O RESTAURO DA CATEDRAL DE LISBOA
As primeiras iniciativas

Santa Maria de Lisboa, tal como muitos outros monumentos de origem medieval, sentiu a necessidade de sofrer uma actualização estética de acordo com a evolução temporal no quadro da sua vivência litúrgica e cultural.

Na época moderna, sob o signo do classicismo, várias obras se fizeram, nomeadamente na remodelação da decoração das naves com a introdução de mármores, estuques pintados e azulejos a revestir as estruturas medievais. Em meados do séc. XVII, é projectada e construída uma nova e ampla sacristia adoçada ao muro da nave sul. As capelas do deambulatório e do claustro receberam ricos retábulos de talha e mármores embutidos.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 e o fogo, então, ateado produziram os seus efeitos destruidores no monumento. Ainda assim, a sua estrutura arquitectónica não foi muito afectada, como prova a descrição do edifício feita pelo arquitecto e viajante inglês Thomas Pitt, em 1760[4]. Os principais danos registaram-se na torre sul da fachada e na grande torre erguida sobre o cruzeiro e parte da capela mor. Esta última, apesar dos estragos, subsistiu em grande parte e só viria a ser demolida na campanha de obras pós-terramoto ordenada pelo rei D. José I (1750-1777) a partir de 1767. É desta altura a renovação da capela mor gótica, com uma decoração de vistosos mármores de cor e colunas de capitéis coríntios de inspiração neoclássica.

Nas naves foi consolidado o revestimento decorativo de estuques e emadeiramentos pintados, de marcada feição classicista. Ao mesmo tempo, era demolida a abóbada românica da nave central e, em seu lugar, construído um tecto em madeira, onde foram abertos grandes óculos, importante fonte de luz que veio realçar a decoração pictórica do tecto e dos estuques coloridos das paredes e colunas.

A par dos naturais efeitos do tempo, a cultura romântica fortaleceu a exigência do restauro do monumento, a partir do último quartel do séc. XIX, segundo um espírito de unidade estilística, restabelecedor de uma imagem medieval perdida.

O valor simbólico da *catedral*, que Viollet-le-Duc ajudara a condensar com as suas teorias da *catedral ideal* e a prática das suas intervenções nos principais templos franceses, foi determinante no significado atribuído ao imóvel que agora estudamos. Gradualmente a sensibilidade romântica e historicista ganha, entre nós, apreço pelos primórdios da nacionalidade, procurando exaltar o espírito guerreiro e heróico dos nossos primeiros monarcas. Havia já algum tempo que Alexandre Herculano, quer no domínio literário quer no domínio da História, tinha explorado este período. O fervor nacionalista elegeu as catedrais e os castelos como testemunhos de factos e valores coevos das suas fundações. Determinadas ideias liberais de descentralização do poder central e a defesa do municipalismo, a que não foi alheio Herculano, produziram uma crescente afirmação regional e concelhia. Os monumentos mais significativos de cada região ganham uma nova expressão. É, precisamente, neste contexto que surgem vários estudos monográficos elaborados por intelectuais locais que procuram compilar factos e acontecimentos relacionados com o monumento mais emblemático da sua terra.

A catedral de Lisboa teve na obra do 2º Visconde de Castilho[5] a sua monografia de cariz romântico, orientada segundo os valores descritos. O autor não deixa de dedicar um capítulo do seu trabalho a um apelo directo às autoridades, em favor do restauro do monumento, que sugestivamente intitulou: *Brado em favor da restauração da Sé de Lisboa*[6]. Apontando o exemplo dos trabalhos de Viollet-le-Duc na Catedral de Paris, o autor anseia por uma intervenção arquitectónica que devolvesse à construção a sua traça primitiva, salvando-a da ruína inevitável "e (o que é pior talvez) das miseráveis palhaçadas arquitectónicas com que a têm remendado"[7]. O seu espírito de *unidade de estilo* encontrava o ponto de equilíbrio no tempo de D. Afonso IV: "do anterior conserva-se tudo e do subsequente perdoava-se apenas ao que merecesse por algum altíssimo

mérito"[8]. A história que estabeleceu da catedral, carente de estudos mais profundos, orientava-lhe as propostas de restauro, sempre sem dar conta da vivência religiosa e condenando épocas e estilos marcantes no monumento.

A arquitectura era para Castilho o espelho de uma era e servia de "irrefutável documento arqueológico: o monumento é o homem", dizia[9]. Contudo, a leitura que este fazia do monumento não era, como já argumentámos, livre de pressupostos historicistas e arqueologistas carentes de uma metodologia correcta.

As iniciativas deste e de outros intelectuais chocava com a inépcia das autoridades estatais em matéria de salvaguarda dos monumentos históricos. Numa das poucas acções governamentais na matéria, o arquitecto Possidónio da Silva é encarregado de fazer o levantamento arquitectónico e do estado de conservação da catedral em 1882. Conta, para o efeito, com a colaboração dos desenhadores Francisco Correia Leote Júnior, João Lino de Carvalho e Francisco Soares O'Sullivand. Deste levantamento conhecemos a planta publicada em 1885 e o corte longitudinal[10]. Estes elementos são preciosas referências do estado da catedral antes das intervenções deste século.

Ainda assim, a catedral só veio a merecer a atenção do Ministro das Obras Públicas no princípio do ano de 1895, devido ao interesse particular do governo em realizar no templo uma exposição de arte sacra, no âmbito das comemorações do Centenário do Nascimento de Santo António[11]. Pretendiam as autoridades explorar a popularidade deste Santo, cujos aspectos biográficos sensibilizavam a mentalidade do tempo.

A propósito da iniciativa, José Nepomuceno, Director dos Edifícios Públicos, chega mesmo a elaborar um projecto de restauro para a fachada principal da catedral. O desenho[12] datado de 15 de Maio de 1895 reflecte um gosto orientalizante, bem patente na concepção geométrica da rosácea, reminiscente da convicção de a catedral ter sido construída sobre a mesquita árabe.

Por esta ocasião terá ainda sido elaborado outro *Projecto para restaurar a fachada da Sé Cathedral de Lisboa afim de completar a decoração architectónica do gosto primitivo*, conforme se lê no desenho assinado por Manuel José de Oliveira Cruz[13]. Este mostra a fachada do templo numa certa indefinição estilística, embora se acentue o "tom manuelino" nomeadamente no portal.

Estes projectos não passaram de intenções, e mesmo a planeada exposição foi transferida para as Janelas Verdes, em virtude do atraso registado nos trabalhos decorrentes no *Salão Nobre contíguo ao Tesouro*.

Sucedem-se alguns reparos mais urgentes, vistoriados pela Comissão de Monumentos e que contam com a visita da Rainha D. Amélia, em Abril de 1898. Um projecto de restauro que respondesse ao *brado* de Júlio de Castilho tomava prioridade na pasta do MOP. A 16 de Janeiro de 1899 o governo nomeia uma comissão para proceder a estudos, com vista à elaboração do programa de restauro do monumento. Dessa comissão faziam parte o Visconde de Castilho, Sacadura Botto, cónego chantre da catedral, o engenheiro Pedro Augusto Arnaud de Menezes e o arquitecto Domingos Parente da Silva[14]. Terá sido sugerido o nome de Ernesto Korrodi para elaborar o plano de restauro da catedral[15], mas a oposição dos membros da Sociedade Nacional de Belas Artes que reclamavam os *direitos incontestáveis que assistem os artistas nacionais*[16] afastaram o arquitecto suíço.

Tudo não passava de simples intenções e os trabalhos desenvolvidos na catedral, antes de 1902, limitaram-se a pequenas obras paliativas.

Os trabalhos do Engº Fuschini (1902-1911)

O restauro da catedral só arrancou em pleno por volta de 1902, sob a direcção do Eng.º. Augusto Fuschini, na altura, Presidente do Conselho Superior de Monumentos[17]. Para o inicio dos trabalhos, Fuschini terá contado com o apoio político do partido Regenerador, na altura no governo, ao qual pertencia e do qual fora antigo Ministro das Finanças (1894). O programa de restauro posto em prática reflecte o ambiente cultural que envolvia o monumento. Este é tido como a recordação viva da *Constituição* e da *Independência da Nação Portuguesa*. Fuschini serve-se de conceitos mal assimilados numa historiografia francesa e classifica a catedral como pertencente ao "românico secundário" (sec. XI/XII). Admira os acrescentos góticos e considera que a *destruição e a profanação artística* da catedral datam dos começos do séc. XVII, com as obras realizadas num *pesado e pobre estilo da Renascença*[18].

Para o engenheiro, restaurar o monumento é um dever patriótico e é nesta perspectiva que formula o seu projecto, tendo em conta apenas uma composição arquitectónica meramente idealizada sem qualquer veracidade histórico-artística, nem respeito pela vivência religiosa da catedral. A sua preferência pelo gótico leva-o a defender um equilíbrio entre os vários elementos medievais da catedral ao invés de procurar unificar o monumento segundo o primitivo plano românico. Através de três magníficos desenhos aguarelados e de grandes dimensões, contemplando os alçados principal e laterais do edifício (1903, 1904 e 1905), podemos conhecer as intenções de Fuschini para o exterior da catedral[19]. Observamos que este procurou "unificar" o monumento, segundo uma mescla revivalista de laivos góticos e românico-bizântinos, desenraizada do lugar e do tempo. Na fachada principal, as torres ameadas surgem coroadas por agulhas octogonais, provavelmente, inspiradas na proposta de Viollet-le-Duc para *Notre Dame de Paris*. O alçado sul mostra uma capela mor de feição goticizante rematada por grossas ameias, que se prolongam pelo transepto, bem como uma pujante torre-sineira sobre o cruzeiro. Este programa só foi cumprido em parte, devido à morte do seu autor em 1911, quando se operava na torre sul da fachada. Na altura, apenas o lado norte estava praticamente concluído, segundo o esquema delineado. O engenheiro orientou, ainda, a construção revivalista de uma janela rasgada na ala sul do claustro.

Fuschini privilegiou o restauro da capela gótica de Bartolomeu Joanes. Restaurou-a no exterior, nas frestas e na abóbada. Pretendia transformar a capela em Baptistério e cobrir as paredes interiores de frescos. Este projecto contou com a oposição vincada dos cónegos da catedral que consideravam ter a obrigação jurídica de cumprir o contracto estabelecido entre o fundador da capela e o Cabido do tempo[20]. A crescente depauperação da Igreja católica, em Portugal, impedia os párocos e Cabidos de sustentarem a conservação dos seus templos, sendo obrigados a solicitar frequentemente apoio pecuniário ao Estado. A *Lei da Separação de* 1911 veio, mesmo, retirar todos os bens à Igreja. Os bispos reagiram contra o radicalismo da lei, o que lhes valeu violentas perseguições e expulsões para fora das suas dioceses. A catedral de Lisboa passou a ser património do Estado e o cardeal, na altura, D. António Mendes Belo (1907-1929) foi proibido de residir no distrito de Lisboa. O restauro do monumento decorria sem qualquer intervenção da hierarquia religiosa da catedral. Fuschini, sem ter em conta qualquer preceito litúrgico, orientou o seu projecto movido por um espírito laico e monumentalista.

Apesar de não ter elaborado graficamente um programa de restauro para o interior do templo, o engenheiro preconizava "uma completa reedificação dos elementos, aproveitando-se apenas as fundações dos pilares, das arcarias das naves e as paredes exteriores"[21].

A obra de Fuschini não foi isenta de críticas. O engenheiro tinha grandes limitações. Não tinha formação de arquitecto, muito menos conhecimentos práticos da arquitectura medieval. Não era tanto o "arqueólogo" que dispunha de uma atenção crítica na exploração de elementos para suportar uma hipotética reconstrução primitiva. Era mais o literato, o historicista romântico que procurava deixar o monumento segundo um projecto idealizado, uma visão cénica, que reflectisse a sua dignidade histórica. Embora procure apoiar as suas directrizes na filosofia de Viollet-le-Duc, a assimilação que faz do pensamento do arquitecto francês é parcial e incompleta. Fuschini não concebe o monumento como um organismo total que deve aspirar a uma perfeição arquitectónica. Não tem a "seriedade" positivista de Viollet, e a sua noção de estado ideal é formada por um imaginário cenográfico sem qualquer pureza de estilo.

A nova orientação imposta pelo Arqtº Couto Abreu (1911-1929)

Após a morte de Fuschini, sucede na direcção dos trabalhos o arquitecto António do Couto Abreu. Este começa por "corrigir" alguns dos restauros ordenados pelo seu antecessor, nomeadamente a nível da fachada principal, demolindo, para o efeito, as flechas octogonais que coroavam as torres. Arquitecto de formação e pertencendo a uma geração posterior, Couto irá ter novas propostas de restauro. Ardente seguidor de Viollet-le-Duc, demonstra um sentido positivista de actuação, mais de acordo com o mestre francês. Preconiza a reintegração do monumento no tempo medieval. Concebe a catedral como um organismo no seu todo, o que possibilitava, através de estudos que pretendia rigorosos, repor o primitivo projecto românico no interior das naves e transepto. O seu sentido de *unidade de estilo* na pureza românica é obrigado a vacilar, tendo em conta a importância dos elementos góticos, nomeadamente no deambulatório e capela de Bartolomeu Joanes. Deste modo, elabora um plano de remodelação para a capela mor setecentista, propondo a sua substituição por uma arrojada estrutura de inspiração gótica. A sua escolha é justificada pela predominância de elementos da antiga ábside gótica - que Couto julga interpretar correctamente - em detrimento de vestígios da cabeceira românica primitiva.

Toda esta acção intervencionista inspirou o ambiente de um romance dado ao prelo em 1920, sob o título A *Catedral*, da autoria de Manuel Ribeiro. Esta obra encarava de forma apologética o restauro da catedral, segundo princípios reintegradores nas feições medievais, norteados por um imperativo patriótico e sobretudo espiritual. Tal como Victor Hugo, em *Notre Dame de Paris*, o escritor português serve-se de um amor impossível, tendo como pano de fundo a catedral, para exprimir os seus valores estéticos e espirituais de acordo com critérios de restauro puristas. O grande êxito alcançado pelo romance contribuiu para propagandear a intenção de restaurar a catedral de Lisboa, segundo uma filosofia de unidade prístina.

A reintegração medieval da catedral (1929-1940)

Couto teve, contudo, que esperar por uma nova conjuntura, favorável ao seu ambicioso projecto de dotar Lisboa de uma catedral medieval. Esta conjuntura começou a se desenhar a partir de 1929, com a desejada estabilidade financeira obtida por Oliveira Salazar e com a criação da DGEMN[22].

Depois de 1933, o *Estado Novo* estava consolidado constitucionalmente e havia gizado a sua política cultural-ideológica, onde os monumentos nacionais ocupavam um papel pleno de influência, funcionando como sinónimos dos momentos triunfais da nossa História.

O projecto de reintegração do monumento foi financiado em abundância e incentivado por todo este ambiente. Os trabalhos sofrem, durante toda a década de 30 um profundo incremento dentro de um programa global de restauro dos monumentos nacionais, sem precedentes, a cargo da DGEMN. À medida que se concretizava a ideia das celebrações centenárias (1940) o ritmo de laboração acentua-se com o objectivo da conclusão das obras na data exigida. Tornava-se imperioso apresentar uma catedral reintegrada na sua "pureza" primitiva, que fosse espelho da acção heróica do nosso primeiro rei, arrancando aos mouros a cidade de Lisboa e consolidando o futuro território nacional.

Couto assume em pleno a intenção política e cultural do momento em relação ao imóvel. O seu espírito reintegrador tinha plena liberdade e incentivo para actuar. Veio, apenas, a encontrar alguma resistência às suas propostas por parte do Arquitecto Raul Lino, que na altura chefiava a repartição de Estudos e Obras do Serviço de Monumentos Nacionais. A formação de Raul Lino no meio germânico permitiu-lhe assistir a discussões doutrinais, em torno da intervenção nos monumentos e tomar contacto com alternativas pertinentes à reintegração na pureza de estilo. Apesar de ter contrariado, por vezes de forma mordaz[23], os projectos de Couto, a sua opinião isolada foi diluída pela corrente ideológica que corria na altura entre nós.

Desta forma, o arquitecto Couto dirige sem embaraços os trabalhos de transformação do monumento. A fachada principal sofre uma remodelação, com o portal e a rosácea a serem restaurados em pormenor. No interior do templo, a decoração classicista de estuques, mármores e azulejos das naves e transepto é demolida. Na nave principal é reconstruído um trifório à maneira românica. Os pilares e arcos das naves são refeitos a fim de suportar a nova abóbada de berço que substitui o tecto em madeira da nave central. As capelas do deambulatório são limpas de altares e imagens para deixar ver as linhas góticas.

No dia 5 de Maio de 1940, a catedral servia de palco a um solene *Te-Deum* que marcava oficialmente a cerimónia de abertura das Comemorações Simultâneas do 8º Centenário da Fundação de Portugal e do 3º Centenário da sua Independência. O monumento veio, ainda, a assumir o seu papel de "comprovativo" histórico, aquando da celebração do 8º Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros, em 1947.

António do Couto Abreu é afastado da direcção do restauro da catedral em 1944, ao fazer 70 anos, que o obrigou a passar ao regime de reforma compulsiva. Depois do seu afastamento, há a registar como obras mais significativas, em termos de alteração fisionómica do monumento, o avanço, novamente, do muro de implantação da rosácea, para o plano extremo da fachada principal, praticamente à face das torres. Esta alteração deu lugar, mais uma vez, à construção dum coro alto, nos anos 50.

Para completar a tão pretendida harmonia interior do templo, Couto, apenas, não vê concretizada a execução do seu projecto para a capela mor, a par da reintegração das primeiras capelas do deambulatório (S. Vicente e Santíssimo). O claustro ficou esquecido, no plano secundário que ocupa por detrás da cabeceira do templo, evidenciando as chagas abertas pelo Terramoto de 1755 e pelas inconsequentes iniciativas reintegradoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O restauro da catedral de Lisboa, nas suas diferentes fases, ilustra bem o modo como o fenómeno da intervenção no património arquitectónico ocorreu em Portugal neste século. As circunstâncias políticas e ideológicas tiveram um papel determinante, tanto na sequência da implantação da República, como no apogeu do *Estado Novo*. Os monumentos são arrancados à sua vivência secular. A componente religiosa é diluída ou simplesmente apagada para sobressair, apenas, a pertença evocação histórica saudosista dos momentos de glória da nação.

A catedral de Lisboa foi um edifício martirizado por vários terramotos, em diferentes épocas, facto que contribuiu para a sucessão de estilos exibida. Os restauradores movidos por um sentido romântico de monumentalidade medieval, negaram-lhe essa versatilidade. Preferiram criar um ambiente revivalista, provavelmente sem autenticidade, porque devemos admitir que nem sempre os vestígios primitivos foram julgados de forma correcta.

Um projecto de estudo integrado do monumento, que agora decorre, sob o patrocínio do Ministério da Cultura, busca justamente reabilitar a catedral à luz da convergência secular das suas diferentes épocas, estilos e campanhas de restauro. Da nossa participação neste projecto muito devemos ao incentivo do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que sempre sublinhou a necessidade urgente de estudar este importante monumento.

NOTAS

* Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Este estudo insere-se no âmbito do *Programa de estudos integrados da Catedral de Lisboa* financiado pelo IPPAR.

[1] A propósito das posições de Herculano e dos conceitos relativos ao património arquitectónico nacional no século passado *vide* Lúcia ROSAS, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro* (1835-1928), Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1996.

[2] Cfr. Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no séc.* XIX, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

[3] Cfr. Maria João Baptista NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal* (1929-1960). Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1996.

[4] Thomas PITT, *Observations in a Tour to Portugal and Spain* 1760..., British Museum, Add. MS 5845, pp. 111-146.

[5] Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. III, Lisboa, 1885.

[6] Alexandre Herculano intitulou os seus artigos de 1839 publicados no O *Panorama*: "Mais um brado a favor dos monumentos".

[7] Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. VI, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Municipal da C.M.L., 1975, p. 227.

[8] *Idem*, p. 228.

[9] *Idem*, p. 233.

[10] ANTT, Inventário de Plantas do Ministério do Reino, IV/C/115/15/560.

[11] Arquivo da Catedral de Lisboa, *Livro das Actas das Sessões Capitulares*..., sessão de 24 de Março de 1895, p. 81.

[12] ANTT, M.R., IV/C/115/(20).

[13] ANTT, M.R., IV/C/115/(6).

[14] *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, 1900, p. 19.

[15] *Leiria Ilustrada*, 51, 28-12-1905.

[16] AANBA, *Igrejas*, vol. II, 1º 241.

[17] Sobre os trabalhos de A. Fuschini na catedral de Lisboa *vide* Martinho da FONSECA, *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschini*, Lisboa, 1912.

[18] Augusto FUSCHINI, *A Arquitectura Religiosa na Edade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 164.

[19] Os alçados encontram-se no Arquivo da DGEMN.

[20] Arquivo da Catedral de Lisboa, Livro das Actas das Sessões Capitulares de 10 de Agosto de 1901 a 10 de Dezembro de 1920, sessão de 10 de Maio de 1904, p. 60 v.

[21] A. FUSCHINI, *op. cit.*, p. 165.

[22] Para uma visão mais atenta e documentada do restauro da catedral de Lisboa *vide* Maria João Baptista NETO, A *Direcção Geral...*, capítulo 5.

[23] Embora longa, é elucidativa a citação que transcrevemos de um ofício de Raul Lino a propósito do projecto de transformação da capela mor elaborado pelo arquitecto Couto. "O senhor António do Couto, na sua Memória, expõe o assunto com simpático fervor, desculpando-se-lhe o que nas suas considerações possa haver de demasiada parcialidade em abono de uma causa à qual de corpo e alma se dedicou irremediavelmente. Nem seria lícito pôr em dúvida a sua alta competência que aqui desejo deixar confirmada pelas suas próprias palavras onde diz que, para a realização do estudo apresentado, se limitou apenas – 1° a observar com rigor o plano existente da abside ogival, 2° a empregar com inteligência pormenores da antiga construção, e - 3° a usar, com saber, das regras do estilo de que se trata. Contudo, é de admirar que o autor do projecto possa ainda assim, hesitando, apresentar duas soluções tam dissemelhantes para o modo de abobadar o seu coro. Devo desde já dizer que a ideia de elevar esta abóbada a altura superior à do cruzeiro me parece esdrúxula, dá ao coro proporções de fosso e causa no corte longitudinal do templo estridente desafinação, com iniludível prejuízo da cobertura do cruzamento das naves, onde parece que deveria culminar claramente o inteiro sistema das abóbadas (...) se o ilustre arquitecto conseguisse refrear um pouco o sentimento porque se deixou inflamar, aliás de uma maneira que merece o nosso respeito, talvez admitisse, para ser perfeitamente justo, que na Sé, no número dos *arquitectos que abusivamente se lhe agarram e a estão deturpando*, se devia contar igualmente a arquitectura das restaurações levadas a cabo com variada orientação desde os tempos de Fuschini" (DGEMN, Sé de Lisboa, Processo Administrativo, Raul Lino, A *Transformação da capela-mor da Sé de Lisboa*, 11 de Agosto de 1941).

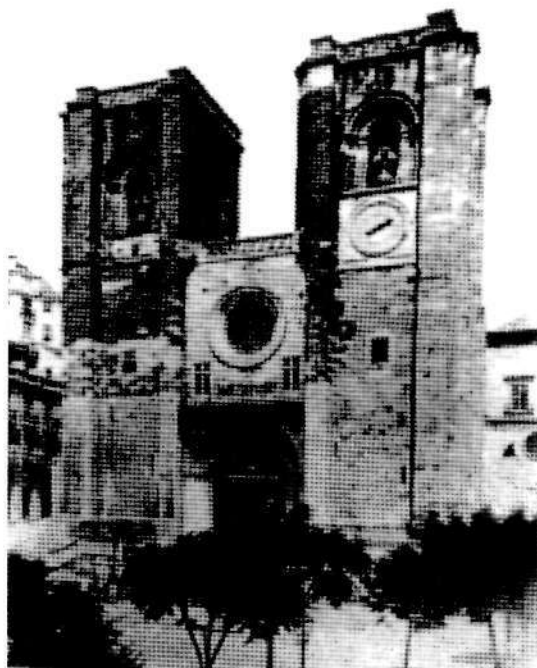



Fig.1 - Catedral de Lisboa, fachada principal antes de 1902.

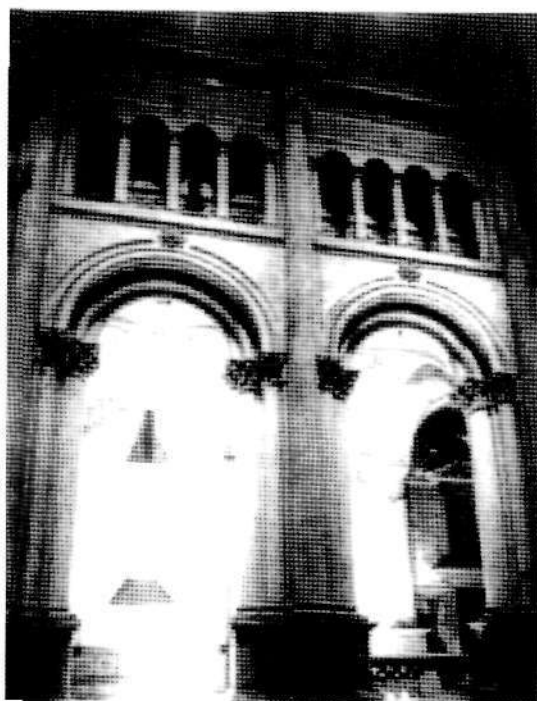



Fig.2 - Catedral de Lisboa, interior das naves antes das obras de restauro.

O BOM JESUS DO MONTE EM BRAGA *
"O Santuario por excelencia do Minho" **

Aurélio de OLIVEIRA ***

O que até hoje maior curiosidade e interesse tem merecido e demorado mais o observador, é o conjunto global que desse miradouro paradisíaco e do Santuário se colhe sobre um dos mais belos trechos do coração do Minho.

Por isso, o Bom Jesus tem sido e vai continuar a ser, mais que tudo, fruição. Mais que o rigor "formal" da análise da obra de arte isolada, atrai-nos essa impressão de globalidade e de simbiose entre o menor dedo humano aí impresso e o da grandiosidade e beleza do quadro natural que daí se desfruta. Aqui , de facto, o encanto e o livre capricho e "expressão" da natureza não chega a ser perturbado pelo artifício da montagem arquitectónico-decorativa construída. Mas, afinal, talvez seja esse mesmo um dos méritos grandes quer do Templo,quer das peças maiores que o integram: o Escadório e as estações do Calvário.

O Templo, na sobriedade do seu traçado apaga-se, dir-se-ia intencionalmente, no barroquismo muito acentuado de todo o mais conjunto atirando-nos, na leveza global das suas linhas, para a suavidade etérea que se colhe do alto desta Montanha. O Escadório - que pela sua extensão e grandiosidade se arriscaria a quebrar a harmonia, a rasgar e macerar este peito belo da Montanha desdobra-se sobre ele, ao invés, como arrecada de ouro, contente e vaidosa sobre os seios túmidos da mulher do Minho, mostrando-se num jogo inteligente de espaços (mais que na beleza intrínseca dos quadros decorativos que encerra). Estes, por essa via também, cedem a primazia essencialmente à mensagem litúrgica e alegórica que, de patamar em patamar, em varandins de granito, por entre o sussurrar insistente das águas, o rumorejar fresco da mata - sempre ao lado, e a insinuosa alegoria das suas fontes (em mistura pacífica de sacro- profanismo) nos vão mitigando a subida, de modo insensível e compassado, convidando constantemente ao alongar da vista pelo Vale buliçoso de vida e de multicolor verdura. Para fruição pausada, sucessivamente se vai erguendo e desdobrando a nossos pés, prodigalizando ao romeiro e ao devoto outros tantos quadros de fruição mística e devocional onde arte e natureza se aproveitam e conjugam para o arroubo final. Uma subida que em "catarsis" progressiva vai preparando o corpo e a alma do romeiro e do devoto, do simples viajante e curioso ao ateu, para a um estádio final de enlevo que a contemplação última do Templo, da Cruz e da visão panorâmica e envolvente, inevitavelmente, despertam: "As mais duras indoles quando aqui se defrontam com esta santa melancolia dos bosques novamente se recolhem ... A tristeza deste remanso é generosa é despertadora de similares pensamentos e joeira por onde os nocivos se estremam . São estas árvores uns grandes livros abertos onde todos deletreamos coisas que não constam da Via-Sacra nem dos livros de Memorias ..."[1].

Este Bom Jesus não é, pois, tanto para dele se falar mas sobretudo para se sentir, viver e desfrutar. E apetecia ficar apenas por aqui.

O Bom Jesus sempre foi um grande centro de romagem que conhecera os seus tempos áureos durante o Século XVII. Serviria de lugar privilegiado, então, para a plena

manifestação e expressão desse ambiente anímico do Barroco Seiscentista. Desde esses tempos, sobretudo, que aí passaram a ter lugar as "procissões aparatosas". Nestas e á semelhança de outras grandes festividades do calendário litúrgico bracarense, se lhes introduziu, para ornamento "sumptuosos carros triunfais com figuras alegoricas vestidas a caracter"[7].

"Naquele Santuario havia algumas vendas particulares para subministrarem aos passageiros algum socorro por ser um monte, mas *essas oficinas eram antigas* e conservadas pelos que se animavam a ir viver na montanha e tomar aquele oficio de vender e que alugavam as cazas à Confraria que nisto muito interesse tirava havia já muitos anos por ser o Santuario muito frequentado pelo sitio, amenidade e formusura e devoção ... a maior parte dos romeiros levavão o que havião de comer porque naquelas vendas então so se lhe ministrava pão, vinho e algum molho de palha para as bestas. As cazas da Confraria davaão sempre de graça e favor aos romeiros de maior distinção com algumas louças que nela existião e nada mais; elles se querião comer o mandavão cozinhar por sua conta".

He de notar que o Santuário tinha e ainda tem uma grande e formosa escada, pela qual se sobe ao alto ao atrio da Capela Maior e porque todo se compõe de capelas separadas umas das outras por grandes ruas, junto de cada capela da parte de fora a um lado esta uma fonte que rompe de uma estrela que figura os sete planetas (e esta obra é do tempo do Arcebispo D. Rodrigo). A Capela é fechada com portas e grades e dentro se achão outras figuras mais que as precisas para dar a Ideia dos Passos da Paixão.

Na capela grande que acima digo, antes do atrio esta a dita escada grande que forma seis balcões e em cada pateo no meio está fonte com alusão aos cinco sentidos do homem, separados em cada meio, e na primeira havia uma fonte que rompia em cinco bicas aludindo aos ditos 5 sentidos aqui juntos. Em cima de cada pateo no meio havia uma estatua alusiva ao sentido, v. gr. ao da vista Argos, ao do gosto Ganimedes ... etc. estas formosas estatuas tinhão seus disticos gravados na faixa da fontainha em que se aludia aos Passos da Paixão, escritas em lingua latina, e por isso so reconhecidas dos doutos.

Esta obra traçada do tempo do Arcebispo D. Rodrigo principiou a ter alteração porque a primeira fontainha do Atrio que era dos 5 sentidos se mudou para uma das 5 chagas e o distico se lhe aplicou. As de cima ficaram seguindo a sua alusão. Como erão estatuas no meio das fontainhas ou em cima em formosos pedestais ou peanhas pareceu formoso acompanha-las com outras estatuas de cada lado. Estas se buscaram no Testamento Velho, como Isaac, Moises e David e se lhe aplicaram letras proprias ao Sentido e a Paixão eis aqui onde unicamente se acham as figuras mitologicas misturadas ... (apenas) nas fontainhas em que havia notavel separação porque cada figura figurava e forma uma vista a mais magnifica que se encontra com superioridade e ascenço da primeira a ultima à prorporção que se vai elevando os seis pateos nos quais se achavam 15 figuras dez do Testamento e 5 alegoricas".

"Ante o decreto da Real mesa Censoria os oficiais atonitos mandarão tirar (1774) as belas figuras de pedra, ocultaram-nas à tempestade e passada ela (com a morte de Pombal) voltaram para o seu lugar, mas dos nomes que tinham se voltaram em outros de figuras do Velho Testamento: e todas são hoje deste genero" ...

"Passados tempos cessou a tempestade e publicou-se o Jubileu das indulgencias com grande festa e continuou a romaria ao santuario" ... "e houve muito aproveitamento

espiritual porque o Jubileu é de todos os dias e os da romaria tanto eram havendo como não havendo Jubileu. Nestas há as danças, como nas mais do Reino..."[3].

Quatro ou cinco etapas fundamentais se podem assinalar na vida (por vezes atribulada), deste conjunto arquitectónico:

Do ponto de vista da toponímia: uma anterior a uma Confraria aqui implantada em 1629. Esta ao ser aqui então instituída, substituiu a designação até então corrente de *Ermida de Santa Cruz do Monte*. A nova Confraria criada (ou recreada) adoptaria, a partir daí a designação de *Confraria de Bom Jesus do Monte*. Esta nova designação rapidamente substituiu a anterior caída em esquecimento com a ruína a que descera a antiga Capela de Santa Cruz. Com ela definhara-se também a devoção. O último nome esquecido - o de Santa Cruz - O *Bom Jesus do Monte* faria, a partir de então, sucesso definitivo.

Designação - a primeira como também as segunda - carregadas de significado histórico e religioso, por traduzirem e plasmarem as tradições e grandes devoções dominantes que se foram sucedendo ao longo dos tempos.

Quer dizer: a primeira designação correspondendo ao ciclo da devoção e invocação de Santa Cruz, cuja veneração em todo o Ocidente cristão se verifica sobretudo no Século XV. Este tema – de Santa Cruz – que não era de todo desconhecido - difunde-se então por todo o lado juntamente com o da invocação do Salvador. O tema da Paixão é glosado, então, sob vários aspectos, passando às representações cénicas, ao vivo, nas ermidas e cimos dos montes. Logo depois ou em simultâneo são fixadas e gravadas em cenas e quadros pictóricos ou escultóricos espalhados por vários locais.

Aquela invocação desenvolveu-se profusamente em todo o Norte do País e raros foram os montes e ermidas que no Século XV e XVI não cultivaram essa religiosa representação cénica do Calvário em quadros, ou ao vivo, por simples que fossem.

"Como muitas vezes essas representações deram lugar a excessos e abusos, o clero foi, pouco a pouco, intervindo e substituindo a tradição da representação ao vivo, da via sacra, ora sinalizando por cruzes no percurso do caminho, ora por pequenos conjuntos figurativos fosse de pinturas (neste caso protegidas) fosse por esculturas, algumas bem ingénuas e rudes mas quase sempre carregadas de expressão e sentimento. Em muitos locais persistiriam apenas na vaga recordação e na toponímia como o atestam os numerosos *Monte Calvário* ou simplesmente *Calvário*.

O segundo ciclo coincide com o da piedade e mentalidade barrocas. A ampla difusão dos *Sacro-monti*, dos "passos", das expressões mais modestas e simples ao aparato dos grandes conjuntos fez parte e por seu turno coadjuvou, também, todo esse ambiente anímico e devocional.

Ora a primeira referência, pela qual durante muito tempo foi conhecida, dava precisamente a fundação deste lugar de devoção a uma pequena ermida na encosta deste Monte que dataria dos finais do Século XV. Crê-se que de 1494. Desde então venerada e frequentada sob a invocação de *Ermida de Santa Cruz do Monte*. Desde logo se tornaria um centro de romagem dos bracarenses. Fernando Castiço (como outros, aliás) atribui a criação da referida ermida a D. Jorge da Costa entre 1493 e 1498. Data esta que durante muito, tempo funcionou como a efectiva data da primeira fundação da Ermida de Santa Cruz do Monte: "aí mandou construir uma ermida sob a invocação de Santa Cruz e nela sobre o altar o símbolo da Cruz"[4]. O que parece mais seguro é que se tratou apenas, e tão só, de uma refundação. Quer dizer, o Arcebispo reconstruiu naqueles anos

uma ermida pré- existente ampliando-a e dando-lhe certamente outra dignidade arquitectónica em moldes que terão representado uma verdadeira fundação.

Em 1430 refere-se a anexação de uma ermida de Santa Cruz, por D. Fernando da Guerra, á Igreja de Tenões. Assim se manteria pelos tempos posteriores com a mesma invocação. Andava já muito notada como importante centro de romagem e de devoção. Em 1458 é novamente citada como Anexa àquela mesma Igreja[5]. Quer dizer, a fundação era, na verdade, muito anterior a 1430 para justificar por abandono, queda de devoção, desleixo ou abusos já aí cometidos ou simples pobreza, a sua anexação à Igreja de Tenões à semelhança, aliás, do que aquele Arcebispo reformador, e por motivos semelhantes, praticara com muitos outros lugares de Culto da vasta Arquidiocese[6].

À altura, porém, contaria já essa ermida mais de um Século de existência.

Cremos poder sustentar-se que, quer a fundação quer a sua invocação, vêm da primeira metade do Século XIV. Quase com certeza do tempo do Arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) o qual, tendo participado com as suas hostes e as do seu filho D. Álvaro Gonçalves Pereira na Batalha do Salado, em *Cruzada contra o Infiel*, erigiria a Capela de Santa Cruz em reconhecimento e gratidão pela vitória alcançada. Daí talvez a justificação, mais plausível, para tão precoce difusão da devoção e da invocação de Santa Cruz nesta ermida embora esta devoção à Santa Cruz se tenha generalizado mais largamente apenas no decurso do Século XV e depois no XVI.

Teríamos, pois, e por isso, com esta ermida fundada muito próximo de 1340 um caso digno de assinalar, não só entre nós como mesmo no contexto da religiosidade ocidental ainda que o culto até aí não fosse desconhecido. Anote-se, porém, que era muito raro e não mereceria, mesmo em Braga, ainda pelos tempos posteriores consagração de Festa litúrgica. Ainda no Sínodo diocesano de 1374 ao redigirem-se as Constituições referentes às festas do ano, nas quais os párocos obrigatoriamente haveriam de celebrar a missa para os seus fregueses, não constava ainda a Festa de Santa Cruz[7].

Datará destes anos também uma primitiva Confraria da Invocação Irmandade da Trindade sediada na Igreja da Trindade, na cidade de Braga, mas onde se incluía o devocionário e a veneração de Santa Cruz. Na verdade, num dos primeiros Estatutos destes anos – (1373) - se impõe que "seus irmãos vão de Braga à ermida de Santa Cruz pelo dia de S. João do mês de Maio de cada ano e esto por exaltamento da Santa Vera Cruz de Jesus Cristo".

Esta obrigação imposta aos Companheiros da *Irmandade da Trindade*, que ali todos os anos deveriam ir, "com suas tochas e círios acesos" confirma-nos" desenvolvida devoção cuja génese dataria de muitas e muitas décadas antes"[8]. A sua efectiva implantação, porém, nunca será, anterior a 1340 - data que se afigura como a mais lógica, para a instituição da Capela com a Invocação de Santa Cruz pelos acontecimentos históricos que parece lhe andarem associados. Manter-se-ia essa devoção com alguma irradiação e sucesso pelos tempos posteriores. Todavia, o Século XVI assistiria já ao decair da devoção.

Esta primitiva Ermida de Santa Cruz desde a sua erecção e até 1629, viria a ser várias vezes restaurada num percurso relativamente agitado certamente paralelo ao das as vicissitudes da devoção e do entusiasmo populares.

A mais importante dessas intervenções seria feita por D. Jorge da Costa em 1494. Alguns sustentaram até, durante muito tempo (como dissemos) ter-se tratado, mesmo da sua verdadeira e primeira fundação. Seguir-se-ia outra importante intervenção em

1522 (esta a cargo do Deão D. João da Guarda), por já nessa altura apresentar ruína de edifício e de devoção. Esta intervenção de 1522 dotou a Ermida de outra dignidade dando-lhe outra feição arquitectónica (certamente ao gosta da Renascença então em voga) e dotando-a também de melhores acomodações : "reedificação em grande" - refere Castiço[9]. "Primeira Igreja" de cantaria lavrada no dominante gosto do último gótico peninsular tocada já de elementos da Renascença" - assegura Alberto Feio[10].

Esta última reedificação renascentista avivou o culto e chamou novamente as gentes. Passariam a realizar-se aí "festas de pompa e aparato que foram despertando a curiosidade, acendendo a piedade e a devoção - que o aparato exterior muito conta para tal. Recomeçariam as romagens: "ia-se lá cima de romaria para rezar, de passeio para divertir". "Era um espectáculo novo que ali chamava muita gente"[11].

Os sucessores do Deão, porém, promoveriam entre si mais a cobiça que o culto. As esmolas, que o lugar e a devoção agora propiciavam, provocaram a gula e o desleixo dos seus titulares. A manutenção do culto e da própria edifício foram entrando novamente em abandono e ruína. Foi então que esta teve que deixar o Monte e de acolher-se a S. Vítor resignando-se, depois, a uma simples missa de lembrança anual num dos altares da Sé, assim permanecendo até às intervenções de 1629.

Seguindo informação dos Estatutos de 1629 "a romagem que aí se fazia aos 6 dias do mês de Maio, pelo dia de S. João da Porta Latina, com procissões e ladainhas, pela mudança do tempo e falta de devoção da gente se veio a mudar para S. Victor por espaço de anos esfriando-se quase de todo essa antiga devoção e mudando-se depois para uma simples missa celebrada na Sé". A essa situação de abandono e decadência se quis pôr cobro em 1627-29. Agora, porém, sob nova invocação e com uma Nova Irmandade: A *Confraria de Bom Jesus do Monte*.

É a este estado de coisas que se procurou pôr termo com a nova Irmandade criada nesse ano e com uma Nova Invocação da Ermida e do lugar de culto: *Bom Jesus do Monte*.

Esta data de 1629 - e na sua globalidade todo o Século XVII – são marcos duplamente significativos e importantes: surge uma nova invocação a sublinhar alteração nas devoções dominantes das gentes; assinala um novo fervor religioso coincidentes aliás, e não por acaso, com tempos normalmente difíceis. As populações procuram em novas formas de religiosidade, ou reinvenção de outras, uma resposta e lenitivo mais directo para as dificuldades sentidas.

Importante ainda porque pela primeira vez uma nova facies e um novo conjunto arquitectónico- decorativo vai surgir dando-lhe uma feição muito próxima das soluções actuais. Na verdade, no seguimento dessa Reforma de 1629 criava-se o primeiro Santuário, propriamente dito. A nova Confraria procederia, a partir de então, à implantação *à fundamentis*, de uma nova construção arquitectónica em moldes completamente novos procedendo-se aos primeiros arranjos "artísticos" da mata. O Bom Jesus, com uma feição mais ou menos semelhante ao que hoje podemos apreciar, nascia efectivamente aqui. As posteriores intervenções de D. Rodrigo de Moura Teles, as "novas" soluções de arquitectura como elementos decorativos e de embelezamento - plasmariam o gosto da Época - o dos primeiros passos maneirismo e do barroco nortenhos mas respeitariam, no geral, tanto os espaços como as disposições anteriores.

Não sabemos das dimensões mas a designação de *Capela* aponta para uma construção central que não terá sido de grande porte. O que é certo é que a partir daí o povo passou a afluir em quantidade logo se transformando no maior centro de

romagem de toda a Província de Entre Douro e Minho e atraindo gentes de muitas outras terras[12].

A velha capela renascentista dera lugar a edifício seiscentista, certamente de de maiores dimensões.

Como devotos e romeiros afluíam em grande quantidade, as procissões activaram-se. Intermearam-se com as actuações cénicas dos Autos da Paixão, com a representação de outras cenas bíblicas, de mistura com outras profanas: "resolveraõ entre si tomar a seu cuidado a composição e o asseyo de alguns Passos e Bailados que naquelle tempo costumavão idear-se *para* as Festas do Sacramento na mesma cidade[13].

Edificaram-se estalagens com acomodações para os romeiros uma Casa própria para a Confraria e, na ladeira do Monte em caminho íngreme de zigue –zague, implantar-se-iam as primeiras capelas do Calvário com as cenas dramáticas da Paixão. Os "bailos e passos da S. Escriptura por occasião das festividades do SS. Sacramento" generalizaram-se, ganharam fama e com eles se provia às obras: Com elas (esmolas) "se paramentaram a ermida se fizeram alguns quarteis e casas, algumas capellas da vida e paixão de Christo e da ressurreição, diferentes das actuaes, e o antigo *escadorio* com seus morantes de verdura"[14].

A "Capela" completamente reformulada rematou, no topo, o conjunto das pequenas capelas que abrigavam as cenas bíblicas. Recebe um adro amplo com seus paredões de suporte com pilastras que se prolongavam além dos patamares dos muros em obeliscos de granito. Instalou-se o primeiro grande elemento decorativo nesse conjunto: a Fonte do Cupido: "a primeira das fontes ali feita com alguma arte"[15]. Obras das Mesas posteriores: "As outras Mezas que se seguiraõ (à de 1629) naõ querendo ficar sendo inferiores ás primeiras na devoçaõ, com o mesmo expediente, e algũas esmolas ... fizeraõ os primeiros Passos da Paixaõ de Christo Senhor Nosso"[16].

Segue-se um notável período de prosperidade sob todos os pontos de vista: de devoção e de romagem. Mas, mais uma vez, o tilintar das esmolas no saco, que trouxerama prosperidade, vieram a despertar a cobiça ds Patronos: desta feita, os Abades de Tenões.

A Confraria ver-se-ia mesmo desalojada e despojada do seu Santuário em 1710. Daí em diante sentiria a decadência motivando a intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles.

Com este Prelado chegaram definitivamente novos tempos.

Este mete o Deão na ordem, obriga-o assinar termo de desistência e faz-se ele próprio nomear Juiz da Confraria de Bom Jesus do Monte!

Com as obras a partir daí (1722) iniciadas, "portentosas obras ... laboradas com artificio" - como sublinha Manuel António Vieira[17] - assina D. Rodrigo de Moura Teles uma realização ímpar no conjunto do novo gosto arquitectónico da primeira metade do Século XVIII, trazendo esplendor e grandeza, pela primeira vez em Portugal, aos Sacro Monti. O Bom Jesus do Monte volver-se-ia, entre nós, na realização mais espectacular desse tipo de construções e num exemplar praticamente único.

Proceder-se-ia, então, à remodelação completa da "Capela" ou Templo central de que nos ficou uma descrição a que se há-de dar seguro crédito:do: "se acha elle feito á Romana, de forma quasi redonda; a Capella mór , e a Sacristia com mais retiro, formado em quatro cunhais de cada lado, com tres portas almofadadas de pregage de bronze, entre columnas, bases, capiteis, e cimalhas de esquadria, e nove frestras que lhe communicão sufficiente luz: sobre a principal virada a Poente se ê gravada em uma

marmorea pedra o honroso letreiro, que no vulgar idioma diz: O *Illustrissimo Senhor* D. *Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, recomenda á posteridade este Templo consagrado ao Senhor Crucificado, a a sua alma, em o anno de Christo* 1725.

Por cima de huma fresta as armas do pientissimo Prelado, emanentes do friso da cornija. Á roda do perfil, e remates do corpo da Capella, em huma varanda de pedra com seus balaustres, que servem de guarda aos telhados, se achão em volta delle, na distancia de sincoenta e coatro varas em cada pilastra entalhadas na cornija, oito Anjos com os martyrios de Christo nas mãos, e por cima do arco cruzeiro huma cruz com pyramides dos lados: completando-se assim pella parte de fora toda a estructura elle".

No interior "Uma Capella Mor com sua Tribuna aonde o nosso Redemptor, exaltado no Monte Calvario, cercado de huma numerosa comotiva de Fariseos, com semblantes carregados, e altivos, pregado já na Cruz, moribundo ,e proximo a expirar, arvorada entre dois facinorosos ladrões ... com a virgem Maria e s. João e Madalena, e suas inseparaveis companheiras ...

Singulariza-se mais naquelle mesmo Calvario a figura de Longuinhos de cavalo, atropelando o direito da humanidade, com huma lança na mão, immediato a outro cavaleiro ... Especializa-se ahi tambem os soldados jogando aos dados a Tunica do Senhor ... e outras figuras de Judeos, vestidos de armas, com os rostos irados ... entre dois candelabros de ferroe varios florões: da parte do Evangelho Nossa Senhora em convulsões ... ao pé das Marias soluçando ... repousada no regaço de Madalena, e da Epistola S. João ...

Mais por baixo entre duas portas de madeira, servidão para a Sacristia, fingindo porfiro vermelho com alguns amarelos acesos, e frisos de entalha dourados, em que se acha elevado o dito Monte, circundado de Propugnaculos, e castellos, se forma o Altar mór, e nelle o Sacrario, com suas Ambulas ... ornado e enriquecido com Pavilhão e cortinas de seda de ouro. Levantado o mesmo Altar, e sua Banqueta sobre seis degráos, separado do Presbyterio, e Credencia. As paredes azulejadas, o tecto de tumba arqueado, e nelle tambem pintados varios Anjos com os martyrios de Christo. Entre os referidos cunhaes de sua montea, em que se forma o Arco cruzeiro, se achão duas Capellas, outros tantos pulpitos, Coro, e Orgaõ: o da parte do Evangelho de S. Rodrigo, que hoje he privilegiado, e serve de cofre a muitas santas reliquias, reclusas em seus respectivos casulos, que sua devoção mandou vir de Roma ...

O da Epistola de Santo Antonio, e outros Santos, com retabolos dourados, e grades de ferro em hum delles. Na circumferencia de sua superficie traçada por dous semicirculos, com figura de ovo, em que se formaõ as Capellas, e pórtas, se vê pendentes nos referidos cunhaes em paineis encaixilhados ... os retratos dos Eminentissimos Prelados, que tem concorrido para todo, ou parte do seu luzimento, com duas taboas de legados e milagres ... E nos ditos cunhaes se achaõ introduzidas duas pias de agua benta. Sua cupula ovada e nella assombradas as maravilhas do Mundo. O pavimento lageado, e taburnado; tudo conduzindo maior contemplação"[18].

Não se confinaram aí as intervenções. Além deste Templo construir-se-iam outros anexos com outra magnificência e dignidade dotando o recinto dos apoios "logísticos" necessários como a Casa da Hospedagem para resguardo e acomodação dos romeiros e peregrinos; um Mercado minimamente organizado (ainda que de ocasião), para que os géneros essenciais não escasseassem nos dias de permanência e romaria, os fornos para as "assaduras" e o cozer do pão, espalhados sobretudo na zona NE do Santuário.

O gosto dos Sacro monti se por um lado enraízam numa tradição anterior (a dos Passos e da invocação da Santa Cruz) são, por outro, um dos elementos marcantes e por vezes fundamentais no contexto da arte e da mentalidade barrocas, juntando, como em nenhuma outra realização, a criação, a teatralidade, a encenação e a devoção a partir de elementos naturais enquadrantes. Não se exclui aqui às vezes a diversão num jogo inter-activo e permanente da luz, da cor, às vezes de som, expressas em formas e modalidades quase sempre bem intencionais mesmo que, por vezes, algo confusos mas também indissociáveis, da devoção e da diversão barrocas.

Do ponto de vista arquitectónico-figurativo atinge-se então um esplendor e um desenvolvimento espacial e figurativo até aí nunca alcançados independente ou não da perfeição das formas com que se concretiza. O dramatismo temático e o aparato cénico, o aspecto figurativo externo a que sempre se juntava a teatralidade, do aparato e da celebração litúrgicas. A exaltação barroca do discurso e da palavra (de que a Parenética nos deixou bons testemunhos), até ao condimento do aparato sonoro musical - "congregados os effeitos de todos os sentidos"[19] - faziam destes temas e lugares glossários obrigatórios, caros à expressão artística do Barroco e a todo o ambiente mental e anímico de Seiscentos e de Setecentos. Simbiose jamais conseguida e com tanta profundidade entre a criação artística e a aceitação colectiva dessa mesma criação. A mistura da alegoria e do profanismo no conjunto da criação figurativa como as simbologias, são mais uma prova, aqui bem expressa, desse emaranhado confusionista quase irracional da alma barroca em que o convite à razão e à reflexão cedem profusamente o lugar, à fruição externa, ao dramatismo, ao espectáculo , qualquer que seja o elemento figurativo e ornamental utilizado para mobilizar o turbilhão descoordenado dos sentimentos e das emoções. Aproximação, sem dúvida, dionisíaca, de orgia criativa e de catarsis, bem expressas aqui também, em algumas cenas vivas como nas danças e folguedos com que se rematavam, os actos litúrgicos, no cimo da montanha sagrada, onde tudo, finalmente e por isso mesmo, era permitido - debaixo dos olhares "protectores" da divindade.

Muitos se espantariam desta presença de profanismo nestas cenas ritmadas dos escadórios do Bom Jesus. Atribuiriam até, tal facto, a notório atraso estético e temático - manifesta falta de gosto.

Nada mais natural porém, neste ambiente onírico do barroco, nesta arte mais simbólica do que figurativa. O importante da mensagem resulta aqui da composição global da cena figurativa e não da imagem isolada por perfeita seja ou devesse ser. O elemento figurativo individual apaga-se intencionalmente neste conjunto, por vezes ele próprio desordenado, quase desequilibrado. O sacro-profanismo convive aqui, ao ar livre sem grandes problemas, como convive no interior dos templos, nos atlantes dos órgãos, nas "máscaras" e carrancas diabólicas das "paciências" dos Coros, nos faunos , nos pés de cabra, nas figuras demoníacas, nas caudas entumecidas das sereias "evocadoras" da lascívia e do prazer (que bem se mostram no artifícios pretensamente ocultantes das folhagens) ... quando, mais descaradamente se não junta tudo isso na mesma imagem ou na mesma forma: começa-se com rosto e cabeça de anjo ... e termina-se na feição bem terrena das formas carnais, expressas ou evocativas e simbólicas dos anjos carnudos e macios, mais "evocadores" de cupidos do que de criaturas celestes, das caudas e bustos descobertos das sereias, ou do implante diabólico do pé de cabra relembrando magias negras e práticas proibidas - que muitas vezes assim começam os pensamentos e desse modo acabam acções destes humanos a

quem estas composições do barroco não chocam, antes atraem. É sem dúvida o caso desse "Baccho desnarigado fazendo "cura da ressaca" numa das fontes ... remoquando o Santo Patriarcha (Noé) que o diluvio não é d'agua"!...[20].

Talvez que a fealdade e mau gosto destas imagens, quer dos escadórios quer das capelas, apontadas por quase todos os viajantes da altura, com algum desdém, como dos melhores exemplos da fealdade e disformidade artísticas, careçam de ser lidas e apreciadas sob outra perspectiva: a da mensagem global, a do ensinamento do "quadro" que não efectivamente da figura isolada, que assim parecerá cada vez mais disforme e mais deslocada.

"Insignicancia da Capelas dos Passos. Fealdade dos Judeus, trajos heteróclitos desde o homem de armas do séc. XV aos trajos civis do séc. XVIII: outros de imaginação. Barbárie das esculturas, verdadeiros manequins. O Senhor com a Cruz às costas (rodeado de figuras artisticamente detestáveis) e no momento de vergar sob o peso dela é artístico e expressivo. As figuras do escadório em pedra não parecem absolutamente más"; "Gólgota das artes plásticas"[21]. Mas o primarismo ingénuo de muitas dessas imagens e composições, não era ele óbice, porém, para ao romeiro e devoto, nem à leitura nem à captação da mensagem.

A intervenção de D. Rodrigo Moura Teles, pretendeu ir, como foi, muito mais além: era clara intenção construir e dotar o centro de devoção religiosa de uma estância de repouso, de Veraneio – dotando-o de um grande e aparatoso jardim ali, debruçado sobre o imenso anfiteatro do Vale que se desdobra aos pés do Santuário. A introdução do arranjo paisagístico do *Jardim* é um dos elementos importantes dos novos gostos da Arte de então.

Desse projecto se encarregou o Coronel de Engenheiros Manuel Pinto de Vilalobos. Procedeu-se a abertura de uma nova estrada de acesso que conduziu directamente ao Pórtico de entrada aberto no muro da Cerca que seria então também alargada e engrandecida com novas devesas e toda cercada de muros de protecção e resguardo: "No anno de 1723 deu principio a esta immortal obra abrindo uma larga *estrada pelo meio da Veiga de Villar a que daõ principio dous Pioens edeficou a ponte* de S.ta Cruz: rompeo o alto, e o famoso Monte do Bom Jesus edificou-lhe desde os seus fundamentos, as belas ruas ladrilhadas e nos lados seus parapeitos: as deliciosas fontes as magnificas Capellas quadradas com suas cupulas"[22]. Dessa estrada se dizia pouco depois (por 1757) ser uma das de maior concurso de que há noticias ... abrindo-se caminho capaz de rodar por elle uma carruagem das grandes"[23].

Daí saiu o plano para os jardins, terreiros e capelas, encimando e enquadrando o Novo Santuário. Arranjos, que, na prática, vieram substituir todo o conjunto Seiscentista. respeitando, no geral, a disposição anterior e aproveitando muitos dos seus elementos.

As antigas capelas de traçado simples dão lugar às actuais de arquitectura moderna. São enriquecidas de novas imagens ladeando uma ampla rua em patamares, conduzindo à base do escadório monumental que em linha recta vem depois a enquadrar o novo Santuário. Desta feita também todo reformulado.

A construção Seiscentista deu lugar a um Templo amplo de planta elipsoidal conforme se pode concluir de duas descrições, praticamente idênticas, feitas pouco antes da sua demolição. Uma em 1790 pelo autor da *Historia ecclesiastica e politica do pais bracarense* "feito á romana quasi redondo"[24] e outra de Manoel António Vieira, de 1793: "de forma quase redonda", "traçada por dous semicirculos em *figura de ovo*"[25]. Assente no

topo da composição num terraço ou patamar rematado por uma balaustrada de granito, ocupava o Largo ou Pátio onde hoje se encontra a Cascata ornamental.

As obras viriam a prolongar-se muito para além da morte do Arcebispo ocorrida em 1728. Só no fim desses trabalhos viria a ganhar, praticamente, a sua forma definitiva, com os seus terreiros, páteos e jardins, com toda a sua imaginária ornamental e decorativa. Uma das últimas coisas a ultimar-se foi, precisamente, o Monumental Escadório apesar de logo iniciado em 1722 pela mão do Mestre Domingos Gomes. Todavia, nele se trabalhava ainda em 1750. Posteriormente aí intervêm também, o imaginário e escultor António Peixoto e o Mestre pedreiro Ambrósio dos Santos entre 1760 e 1779, desta feita coincidente com a presença do "construtor" mais notável do barroco e que mais obra de qualidade deixaria em Cidade de Braga e arredores - André Soares.

Este deve mesmo ter superintendido nas Obras desde 1747 a 1769 conduzindo, se não todas, pelo menos a maior parte das modificações introduzidas. Esta seria, então, a fase mais importante do ponto de vista arquitectónico e figurativo-ornamental do Bom Jesus do Monte. Na verdade, André Sores parece ter assinado algumas das mais importantes intervenções que dariam a fisionomia praticamente definitiva ao Santuário e a todo o espaço que o rodeia e enquadra (da imaginária que contém, aos vários pequenos conjuntos arquitectónicos e no próprio arranjo paisagístico). Assim o quadro do Terreiro dos Evangelistas com suas capelas e mais ornamentação. É um conjunto todo ele construído após 1748-50. Pelas suas proporções e pelo seu enquadramento constitui, sem dúvida, um dos mais belos e harmoniosos conjuntos de toda esta vasta construção aqui implantada. Para isso chamaram já a atenção alguns estudiosos da arte Paisagística. Ninguém referira a verdadeira autoria desta importantíssima intervenção. "Recentemente", porém - 1973 - Robert Smith veio a atribuí-la àquele grande Mestre do Barroco Bracarense[26].

Na verdade, o Bom Jesus viria a ser o mostruário de algumas peças e importantes intervenções do grande Mestre nomeadamente esta bela Praça do Terreiro de planta quadrangular, de três belas capelas hexagonais decoradas e ornamentadas dentro do seu estilo tão característico.

Algumas destas peças seriam então "oferecidas" ao Santuário por algumas das figuras da burguesia bracarense da altura (sempre em crescendo de prosperidade até fins do Século, como Francisco Nunes "grande mercador da mesma Cidade, que commercêa para varias praças deste Reino, e Portos ultramarinos, para onde manda levar suas mercadorias" ao qual se ficou a dever a Fonte de Moisés[27] e como outro grande comerciante da Praça - o rico e grande benemérito Manuel Rebelo da Costa que presidiria aos destinos da Confraria e que aí deixaria ainda mais larga comparticipação, o mesmo acontecendo, mais tarde, com Pedro José da Silva. Destas doações e intervenções nasceriam a Capela da Unção, diversas fontes, estátuas, plintos e tarjas de algumas delas. Ainda o Chafariz das Chagas, Capelas do Descendimento e da Unção; estátuas de José de Arimateia, Nicodemos, Centurião e de Pilatos com suas bases. Tarjas das Estátuas de Isaías e de Isaac e, finalmente, a gruta das Conchas implantada numa das ruas e jardins da Mata e trazida para aqui dos jardins de D. José de Bragança. O dedo de André Soares veio dar, sem dúvida, outra beleza artística à parte superior que enquadrava o Templo oval de Vilalobos.

Foi este o arranjo último e que permaneceria praticamente inalterado, nos seus elementos estruturais, até à mais recente e última intervenção realizada.

Após o primeiro impasse, confirmar-se-ia a atribuição das Indulgências - o que motivou em Braga e no Santuário aparatosos festejos: três dias de luminárias nas casas e "pelas ruas da cidade philarmonicas populares, com tambores charamelas e atabales e no Bom Jesus houve (também) luminarias fogueiras e fogo prezo e do ar"[28]. A partir de então afluência ao Santuário aumentou extraordinariamente. Com ela as esmolas e doações.

O Templo evelava-se agora muito acanhado, talvez até mesquinho visto o grande concurso de gente, e certamente apoucado com os grandes embelezamentos sofridos até 1772-1774. Para cúmulo a anterior construção ameaçava também ruína.

Projectou-se, por isso, uma nova construção. Após alguns impasses o Plano viria a ser assumido por Carlos Amarante - homem da Corte de D. Gaspar de Bragança e de créditos também já firmados na Cidade pois desde 1773 que vinha exercendo o cargo de Inspector Geral das obras "assim do Senado como particulares"[29]. Escolhido o local o novo edifício viria a ser implantado acima do paredão que delimitava o Adro da Igreja Velha (Capela velha) num novo e mais elevado terraço .Os trabalhos começariam, em 1784 no dia Primeiro de Junho - precisamente coincidente com a grande romaria do Espírito Santo. Seria coadjuvado nas obra pelo Mestre Paulo Vidal.

A novo edifício viria a ser concluído a 20 de Setembro de 1811. Seguir-se-ia a ornamentação dos interiores vindo a verificar-se a solene consagração a dez de Agosto de 1857 em aparatosa cerimónia presidida pelo Arcebispo D. José de Azevedo Moura.

Como em quase todos os "arranjos" anteriores, a intervenção de Carlos Amarante não se limitaria, ao Templo. Com a remoção da Igreja Velha e a implantação da actual no patamar superior exigiram-se novas adaptações ao seu o enquadramento. Nesta oportunidade se remodelou, por isso, o Escadório das Virtudes e o Terreiro de Moisés. O Arquitecto (músico, e armeiro- que tido isso cultivou) construiria ou desenharia ainda a Capela da Ascenção.

Se não é esta a sua melhor obra (e não o será - bastaria lembrar o conseguido no Hospital de S. Marcos de Braga ou na grandiosidade e beleza dos interiores da Igreja da Trindade no Porto) - o conjunto aqui realizado não deixa de ser notável pela simplicidade de linhas e sobriedade decorativa constituindo uma notável solução de leveza e conforto para o romeiro e penitente cansados da subida do Escadório, saído do seu "confusionismo" figurativo e da sua mais "complexa materialização" formal.

Assinale-se, assim, uma presença e responsabilidade múltiplas neste conjunto do Bom Jesus, sendo particularmente de ressaltar a de André Soares e de Carlos Amarante (deixados de lado outros mestres «menores» que aqui deixaram também o seu engenho e, sobretudo, o seu labor de executantes).

No decurso do Século XIX verificar-se-iam ainda algumas pequenas intervenções que praticamente em nada alterariam o que aí se achava já implantado (como a "reformulação das Capelas S. Pedro, Madalena e da Ascenção (entre 1824 e 1855), a nova pintura das abóbadas em 1884 (da mão do Mestre Joaquim da Costa Carvalho) e, finalmente, a obra de maior vulto na Mata e Jardins com a construção do Grande Lago em 1885.

No conjunto de todas estas realizações e intervenções e não obstante a presença de alguns elementos menores e efectivamente não conseguidos do ponto de vista dos cânones clássicos, o resultado final sempre imporia a quantos o visitavam e ainda hoje o visitam:

"A igreja ergue-se no Terreiro com bastante majestade, a sua frontaria é bem proporcionada e parece-nos bela. Atento o mau gosto ou a falta de boas proporções que avultam na maior parte dos templos que se tem edificado no nosso País desde que nele se introduziu a arquitectura clássica... julgamos poder dizer afoitamente que a Igreja do Bom Jesus do Monte é a obra de melhor gosto que se tem feito naquele santuário e que se não é um título de glória para as Belas Artes não desonra a Arquitectura moderna de Portugal"[30].

NOTAS

* Objecto de uma palestra proferida em Braga em 1989, guardava o presente Ensaio (em versão mais alargada - que não esta) para o integrar no conjunto documental que temos vindo a assegurar (com o mesmo subtítulo) nas páginas da *Bracara Augusta*. Vamos, por isso, manter este texto na mesma versão em que então foi publicamente apresentada, não obstante termos tido acesso, pouco depois, ao trabalho de Mónica Massara (*Santuário do Bom Jesus do Monte. Fenómeno Tardo Barroco em Portugal*. Braga 1989) para o qual agora se remete, bem como para alguns outros que vêm tratando o barroco bracarense. Esta Homenagem ao amigo e saudoso Carlos Alberto Ferreira de Almeida é mais que oportuna para a sua publicação, já que deste mesmo trabalho lhe havíamos dado conhecimento. Vai, por isso, na mesma versão em que lho anunciáramos.

** José Augusto Vieira, O *Minho Pittoresco*, Lisboa. 1887. II. 42.

*** Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1 Camillo Castello Branco, *No Bom Jesus*. Porto. 1906. 5; 6; 7.

2 Azevedo Coutinho, *Bom Jesus do Monte. (Esboço Historico e Descritivo)*. Braga. 1899. 8.

3 Inácio José Peixoto, *Memorias particulares* Ms. Biblioteca Pública de Braga. fl.84-86. À altura inéditas, estas Memórias viriam depois a ser publicadas por J. Viriato Capela em 1992 (Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, Braga. 1992.

4 Fernando Castiço, *Memoria Historica do Sanctuario do Bom Jesus do Monte*. Braga. 1884. 16.

5 Mons. J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*. Braga. 1931. II. 254.

6 José Marques, A *Arquidiocese de Braga no Século* XV. Porto. 1981. 2 vols.

7 Mons. J. Augusto Ferreira, *ob. cit.* II. 154-155; 181.

8 Alberto Feio, *Bom Jesus do Monte*. Braga. 1930. 21-22.

9 Fernando Castiço, *ob. cit.* 30.

10 Alberto Feio, *ob. cit.* 29.

11 Fernando Castiço, *ob. cit.* 30.

12 A Carvalho da Costa, *ob. cit.* II.

13 De uma descrição ainda inédita que virá a integrar *Memórias e Documentos para a História do Barroco bracarense*.

14 Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel, *Memorias do Bom Jesus do Monte e Roteiro e abreviada noticia de Braga*. Coimbra. 1876. 85-86. e *Memorias do Bom Jesus do Monte*. Coimbra. 1844.

15 Fernando Castiço, *ob. cit.* 45-46.

16 Vide supra nota (13).

17 Manoel Antonio Vieira, *Descripção do Prodigioso Augusto Sanctuario do Bom Jesus do Monte da Cidade de Braga*. Lisboa. 1793. 11.

[18] *Idem*, 175-177. 178-190.

[19] Idem, 167. Sobre os órgãos cf. Manuel Valença, A *arte organística em Braga nos Séculos* XVI-XIX. Sep. da Revista "Itinerarium". Braga. 1984.

[20] Camillo Castello Branco, *ob. cit.* 221.

[21] Alexandre Herculano, *Cenas de um ano de minha vida. Apontamentos de Viagem*. "Obras Completas". Lisboa. 1973. 237. 252.

[22] Biblioteca Nacional de Lisboa, Ms. 682. fl.48v.

[23] Bernardino José de Senna Freitas, *Memorias de Braga*. Braga. 1890. III. 193.

[24] Biblioteca Nacional de Lisboa. Ms. 682. fl. 52v.

[25] Manoel Antonio Vieira, *ob. cit.* 175;177.

[26] Robert Smith, *André Soares Arquitecto do Minho*. Lisboa. 1973. 14-16. Utilizando os Arquivos da Confraria Monica Massara na obra supra citada - *Santuário do Bom Jesus do Monte* - acompanhou documentalmente as intervenções de André Soares (a par de outras, naturalmente) e, mais uma vez, corrigindo algumas afirmações adiantadas por Smith.

[27] Manoel Antonio Vieira, ob. cit. 160-163.

[28] Bernardino José de Senna Freitas, *Memorias de Braga*. Braga. 1890. III. 281.

[29] Arquivo Municipal de Braga. Liv. 1920. fl.161v. A desenvolver em *Documentos e Memórias para a História do Barroco*.

[30] J. Vilhena Barbosa, *Bom Jesus do Monte*, in "Archivo Pittoresco". 7.º Anno. 1864. 122.

OS CAMINHOS DAS VISITAS PASTORAIS NA COMARCA DA MAIA NA ÉPOCA MODERNA

Helena OSSWALD *

De documentação variada como o *Censual da Mitra do Porto* (Santos, C., 1973), datado de 1542[1], ou a descrição da diocese no *Catálogo dos Bispos do Porto* (Cunha, D. Rodrigo, 1623), ou ainda as *Constituições Sinodais do Porto* de 1687 (Souza, D. João, 1690), ou mesmo de documentação "civil" como a descrição de Villas-Boas de 1795 (Cruz, A., 1970) e a do Padre Rebelo da Costa de 1787 (Costa, A. R., 1945), constam relações de freguesias da diocese com uma enumeração que obedece a determinada ordem. Pesquisar um pouco esta ordem sugere diversas leituras.

A que critérios obedeceram estas construções? Duas destas enumerações, a lista apensa às *Constituições* e a de Rebelo da Costa foram ditadas pela sequência alfabética dos topónimos, mais concretamente dos oragos das freguesias. Na maioria, porém, este critério não tem qualquer importância. E, contudo, algumas são contemporâneas de Dicionários e Corografias em que a estrutura escolhida é a das entradas por ordem alfabética, como no caso do *Dicionário Geográfico* do Pe. Luís Cardoso de 1747. Numa primeira leitura a apresentação destas listas sugere o critério de uma sequência de proximidade geográfica. Parece pois ser possível testar essa aparente sucessão e descortinar a lógica da mesma. Ou seja, será que a sequência é realmente a da proximidade, e mesmo a da contiguidade, percorrendo os elos de ligação física de umas freguesias a outras, ou melhor, dos centros determinantes desses espaços a outros? Ou o elo de ligação é de outra natureza, como a hierárquica ou funcional?

Se se tratar de uma sequência geográfica, esta ordem pode ser reveladora dos caminhos e trânsitos entre as povoações, dos itinerários mais importantes, dos passíveis de serem percorridos para quem é um estranho ao espaço da freguesia, e não pode nem é capaz de conhecer atalhos e desvios.

Se outros factores como a antiguidade ou a dignidade da paróquia forem determinantes, então poder-se-á esclarecer como é que estes dados se impuseram na forma de pensar, de memorizar e visualizar esse espaço e se sobrepuseram a ligações mais lógicas do ponto de vista da locomoção como os critérios de contiguidade e proximidade física.

Surge de imediato a questão de tentar perceber em que circunstâncias, com que modelos e para que fins imaginavam alguns este espaço. As imagens não são certamente as que a maioria da população é capaz de representar. De facto, os documentos só autorizam identificar alguns como capazes e necessitados de visualizar assim a realidade: os produtores do documento e os seus utilizadores.

D. Rodrigo da Cunha diz claramente ao referir na comarca religiosa da Feira a primeira freguesia: *"he a primeira Igreja que se costuma visitar nella"* (Cunha, D. Rodrigo, 1623, p. 242), ou na comarca da Maia: *"começa-se esta comarca a visitar pelas Igrejas que ficão mais visinhas ao mar. He a primeira."* (Cunha, D. Rodrigo, 1623, p. 251). Este costume de que fala D. Rodrigo da Cunha é bem antigo, já que no *Censual do Cabido*, documento até agora não datado precisamente, mas que é pelo menos do séc. XIV, a ordem com que são

apresentadas as igrejas dentro dos diferentes arcediagados é, no geral, idêntica à utilizada no *Censual da Mitra* de 1542 (cf. Quadro). O costume marca a actividade visitacional, mas também o mapa mental da região que este prelado, os seus antecessores e possivelmente os vindouros construíram. Com efeito, o futuro, depois de 1623, será marcado por esta lista do *Catálogo* reproduzida quase sem variantes. O processo, tudo parece indicar, baseia-se em conhecimentos empíricos e marcados pelo uso, pela prática a que estão sugeitos os visitadores e bispos quando desempenham parte dos seus deveres como pastores na diocese. Os produtores da fonte repetem conhecimentos que lhes foram comunicados e limitam-se a apreendê-los e a transmiti--los. Esta apreensão do espaço não se reduz para estes visitadores, e pessoal da visitação, como escrivão, criados e acompanhantes, a um saber abstracto, pois é reforçada ao percorrerem os caminhos.

A documentação civil, ao utilizar listas aparentadas com as eclesiásticas não deixa de denunciar o que é prática reconhecida: o recorrer sistemático ao sistema de informação, aos "dados de bancos", da igreja, assim como à sua capacidade relativamente rápida de actuação no terreno para obter informações com maior ou menor grau de rigor e pormenor. Mas também a actuação das instituições, tanto as ligadas ao poder central como as ligadas ao poder local, obrigava ao reconhecimento de percursos e do espaço. Os funcionários do poder civil e religioso eram constrangidos a apreender as áreas onde viviam as comunidades que lhes estavam ligadas.

Neste estudo pretende-se, pois, indagar da forma como era percorrido pelos visitadores um território concreto, o da comarca religiosa da Maia. Não só no acto de calcorrear as freguesias da comarca, 74, mas também nos actos de representação mental desse espaço.

Não havendo mapas a grande escala com a figuração das vias de comunicação para esta área para todo o período moderno, há necessidade de reconstruir traçados, mesmo que grosseiros. No mapa desenhado por Villas-Boas nos anos finais do séc. XVIII (Cruz, A., 1970), nas indicações do *Roteiro* de Baptista de Castro de 1763, encontram-se indicadas as grandes vias que, comparadas com as reconstituídas por C. A. Ferreira de Almeida (1968) para o período medieval, e cartografadas sobre a carta de Portugal de 1:100.000 de 1880, a primeira rigorosa, levantada e construída pela Direcção dos Trabalhos Geodésicos do Reino[2], permitem a hipotética reconstrução dos caminhos da visita.

Os elementos toponímicos foram recolhidos nas listas já referidas, nos Dicionários e Corografias (Pe. Carvalho da Costa, Pe. Luis Cardoso), nas *Memórias Paroquiais de* 1758 publicadas, em textos de visitações e ainda em documentação incluída em tombos de propriedades de instituições conventuais (Vairão, Sta. Clara de V. Conde e Moreira[3]) nos quais se mencionam confrontações com caminhos e estradas.

No *Mappa de Portugal* de Baptista de Castro (1763), sobretudo no *Roteiro* que lhe está apenso, estas estradas encontram-se identificadas com os percursos mais importantes, conforme a informação dos correios do Reino acerca dos itinerários percorridos, assegurando não só informações provavelmente *"bem averiguadas"*, assim se diz no preâmbulo ao *Roteiro*, como sobretudo baseadas em viagens realmente feitas e não só pensadas. Baptista de Castro afirma que utilizou também como fonte um manuscrito com as listas das distâncias entre as terras, tarefa de que Filipe IV tinha encarregue os corregedores em 1638 e não indica que se tivessem produzido graves alterações durante o período intermédio (Baptista de Castro, 1763, t. 3, p. 2). A partir dos traçados de

caminhos e estradas desenhados na carta de1880, é possível tentar averiguar das ligações que as visitações pressupunham. Para isso, estabeleceu-se uma lista de todos os lugares mencionados, e fez-se a identificação através da Carta Militar de Portugal na escala1:25.000 e da carta na escala 1:100.000 de 1880, e de dicionários corográficos. A grande questão foi a da identificação dos lugares em que se encontravam as igrejas, já que são elas o elo central e lógico dos percursos.

O texto da visitação de 4 de Agosto de 1644 a Vilar do Pinheiro, em que se admoestam os fregueses a "*reformarem os caminhos da freguesia nas partes que forem necessarias para administração dos Sacramentos condenando todo o que não concertar sua testada em pena de meo tostão*" (cit. em Marçal, H., 1950) é uma das variações de um tema conhecido, tantas vezes formulado em textos de visitações. A centralidade da igreja paroquial no que diz respeito à manutenção obrigatória, e até de carácter compulsivo, dos caminhos, estabelecida mais uma vez nestas normas, aponta a necessidade de figurar a igreja como lugar primordial do espaço e cruzamento dos caminhos, independentemente do número de fogos dessa zona da freguesia. Talvez uma parte das repreensões que se fazem ouvir nas visitações resultasse do facto de os visitadores encontrarem nestes caminhos, que não eram os seus de todos os dias, um pouco menos de comodidade. Uma meta a atingir seria, por exemplo, consertar "*tudo muito bem que tenha tres palmos de largura em todas as partes*" (Visita de 29.06.1667, cit. em Marçal, H., 1950). Se à largura do caminho se soma, na época de chuvas, o mau estado do pavimento, raras vezes empedrado e muito poucas vezes com uma estrutura de caixa que obste á formação do lamaçal, e ainda o facto de muitos dos caminhos andarem a um nível abaixo das entradas dos campos e das casas, sendo necessário manter as paredes e formar degraus para facilitar o acesso, obtém-se a imagem do desconforto, da dificuldade (pela grande altura das "*ribanceiras*") e da "*indecencia*" e "*descompozição*" a quem por eles tinha de transitar (visita de D. João de Souza a V. Pinheiro em 1690). Esta "*indecencia*" e "*descompozição*" refere-se, sobretudo, às mulheres.

A formação e a manutenção dos caminhos obedeciam à localização da igreja na freguesia, aos lugares de povoamento e finalmente às áreas de trabalho, sempre que estas se situavam em zonas não povoadas. Em Vilar do Pinheiro, por exemplo, quando se entrava em território da freguesia, vindo pela estrada dos *Nove Irmãos*, (a estrada nova do séc. XVI, que ligava o Porto a Viana, numa variante à *Via Veteris* (Azevedo,1939)) para se chegar à Igreja, saía-se da estrada no lugar do Padinho, ponto de cruzamento entre a estrada e o caminho que começava no lugar do Carvalhido e seguia até próximo da igreja passando por Aradas e Venda. Da igreja saíam ainda mais dois caminhos: um, que partia detrás da Igreja, seguia para sul, para os lugares de Sangemil, Senra, etc.; outro, pela frente, dirigia-se para Real, Sestelo. Para Norte não havia povoações que justificassem um caminho de ligação à igreja (dados obtidos em Marçal, H., 1950).

Os caminhos identificavam-se por nomes, como o dos "*Picotos*" (Vairão), o dos "*Burricos*" (Aveleda), "*o Carril de Pedra*" (Modivas), etc., fossem particulares ou não. Em termos de fiscalização e superintendência dos caminhos dentro do espaço da freguesia, e são essencialmente estes os caminhos que os visitadores percorriam, cabia aos mordomos e juízes a tarefa de lembrar, obrigar e penalizar quem devia e tinha a obrigação da manutenção das azinhagas, passadouros, congostas e caminhos, desde que "*por elles se administrão os sacramentos*" (visita de D. João de Souza a Vilar do Pinheiro em 1690, cit. em Marçal, H., 1950). Quando as ervas, as silvas, os ramos das árvores,

sejam de fruto ou não, as águas invadem os caminhos há que cortar, podar, limpar, drenar. O que é tarefa da obrigação de quem tem terras a entestar com a via.

A centralidade do edifício paroquial impunha-se também na toponímia: é avultado o número de lugares chamados "Igreja" nestas freguesias (pelo menos 34 em 74), e que por vezes recebiam um segundo nome a reforçar esta ideia, como em Milheirós, onde o lugar da "Igreja" era também conhecido por "Meio da Aldeia"(Cruz, J., 1969, p. 29).Muitas vezes o lugar da Igreja não é povoado, como exemplo sirva a descrição das memórias paroquiais utilizadas no *Dicionário Geográfico* do Pe. Luís Cardoso da freguesia de S. Miguel de Barreiros em que a igreja se situa no "*meio distante do povoado*" (Cardoso, L., 1747-1751, t. 2, p. 69). Ou a descrição de Alfena, onde a "*paróquia*" é situada junto ao outeiro de Sta. Margarida, fora da povoação e quase no meio da freguesia (Cardoso, L., 1747-1751, t. 1, p. 274). Em Árvore, como a freguesia se situa em "*lugar elevado*" e a matriz está no meio, "*sobe-se para ela de todas as aldeias*" (Cardoso, L., 1747-1751, t. 1, p. 624).

As igrejas sem sacrário para guardar o Santíssimo obrigavam a que, em caso de necessidade, como na administração da unção aos doentes e moribundos, o pároco trouxesse o viático da freguesia mais próxima com sacrário. Ao longo da época moderna a tendência será para aumentar o número de igrejas "*com sacramento*". Mas trata-se de um processo longo e que esbarrou muitas vezes em argumentos materiais, sendo um dos mais invocados o da dificuldade de garantir a lâmpada sempre acesa frente ao sacrário. D. Rodrigo da Cunha não esquece ao enumerar as características das igrejas de mencionar as que tinham Santíssimo Sacramento: Ramalde, Foz, Bouças, Leça da Palmeira, Leça do Bailio, Sta. Cruz do Bispo, Lavra, Sta. Maria de Vilar, Azurara, Guilhabréu, Silva Escura, S. Mamede do Coronado, S. Tiago do Bougado, Refoios, Alfena, Águas Santas, Paranhos e Massarelos. Em Sta. Cruz do Bispo, por exemplo, o Santíssimo foi colocado "*em o quarto Domingo de Julho, que forão 23 do mesmo mez, assistindo nós em pessoa*" (Cunha, 1623, t. II, p. 255), sendo portanto bem recente. É possível que a estas dezoito se tenham de somar as dos mosteiros de Vairão, Moreira, Sto. Tirso, a da Colegiada de Cedofeita e a de Sta. Maria dos Anjos de Azurara (sendo as primeiras paroquiais e a última simplesmente integrada dentro de uma freguesia) que teriam certamente o Santíssimo. Não chegava portanto a um terço o número de igrejas paroquiais em que o pároco tinha a possibilidade de levar o viático aos enfermos e moribundos sem ter de se dirigir à freguesia vizinha, fosse dela dependente em termos hierárquicos ou não. Os fregueses das igrejas de Custoias, Gueifães, Barreiro, Moalde, Aldoar e Gondim, todas elas anexas de Sta. Maria de Leça do Bailio, a quem os seis capelães de Leça devem administrar os sacramentos e rezar pelo menos todos os quinze dias a missa conventual de domingo (Cardoso, L., 1747, p. 717), terão de fazer o esforço de manter os caminhos que os ligam ao Mosteiro do Bailio em estado transitável, se pretenderem que os beneficiados de Leça lhes garantam o serviço religioso. Os fregueses de Milheirós e o seu pároco tinham de ir buscar o Santíssimo, sempre que necessário, à igreja de Águas Santas. Esta dependência levou a que a partir dos finais do séc. XVII Milheirós tentasse completar-se como igreja paroquial, apesar de usufruir da categoria de paróquia pelo menos desde os anos oitenta do séc. XVI. Vários moradores obrigam-se, em escritura pública de 24 de Novembro de 1697, a sustentar as despesas do Santíssimo. E um dos inconvenientes que aduzem relativamente à situação até então vivida na freguesia é o de que, em épocas de inundações, a travessia do rio, o Leça, se tornava muito difícil, se não mesmo impossível (Cruz, J., 1969, p. 27).

Conforme a categoria, o título da freguesia, os párocos tinham dignidade diferenciada (claro que a esta dignidade se podiam somar as dignidades, os títulos pessoais). Em 1623 havia na comarca da Maia 15 curados e 24 abadias. As outras freguesias repartem-se por reitorias e vigararias. Abadias eram paróquias com direito à percepção dos dízimos, não tendo as reitorias e vigairarias esse direito. Os curados estavam situados em categoria aparte, já que os párocos apenas faziam o serviço de paroquiar a freguesia em nome de outrém. Não eram titulares. Estes curas distinguem--se claramente dos substitutos ou encomendados, porque são párocos de nomeação. Vigários são os nomeados por entidades colectivas como os cabidos, mosteiros, etc. (Dias, G. C., 1993; Moreira, D., 1973). Ao longo do restante período moderno a situação não se altera significativamente na Maia, no que diz respeito à situação de curados. Na segunda metade do XVIII, a dança dos direitos de padroado, que por vezes andam ligados aos direitos de percepção das rendas, transferirá os títulos de reitoria para vigararia e vice-versa (cfr. Est. I).

Em termos de uma lógica interna da hierarquia e do sistema de organização eclesiástica as igrejas de padroado da mitra e cabido, e com categoria de abadias ou curados, deveriam ser as que menos sujeitas estariam a interferências externas e, portanto, as que teriam nesta questão dos percursos da visita lugar destacado, por merecerem prioridade ou outra distinção. Mas o confronto dos mapas em que se representam títulos e direitos de apresentação não esclarecem a ordem de visita. É sintomático o pouco peso dos prelados nesta comarca no que diz respeito a direitos de nomeação dos presbíteros e ao direito de receber rendas. As igrejas do interior da comarca, da zona de relevo mais acidentado, as mais pobres, parecem mais ligadas ao bispo. Mas essa é sobretudo uma constatação do final do séc. XVIII, quando já se fizeram sentir algumas reformas na vida dos mosteiros da região (caso de Moreira). Com excepção do direito de isenção de visita todos os restantes direitos de particulares, mosteiros e coroa não mostram ser relevantes no traçado sequencial da visitação. A ordem de Malta goza de um estatuto especial nas 9 igrejas paroquiais da sua comenda: a de Águas Santas e a de Sta. Cristina de Cornes (mais tarde baptizada de Malta) e a mais substancial, a de Sta. Ma. de Leça, bailiagem com as igrejas anexas de Aldoar, Custóias, Gueifães, Barreiros, Gondim e Infesta. Porém, não tem isenção de visitação total. Em 1542, diz-se na lista das igrejas sujeitas ao pagamento da taxa de visitação que a comenda de Sta. Ma. de Leça pagava *"por San Martinho de Aldoar e Sam Faustro de Gueifães vesitaçam inteira"* (Santos, C., 1973, p. 262). Custóias, Barreiros, Gondim e Infesta não são mencionadas. Mas pagam outras taxas. Na lista das igrejas que devem o pagamento de censorias de pão no celeiro da cidade, por exemplo, aparece a comenda de Sta. Ma. de Leça a pagar por S. Miguel de Barreiros, S. Tiago de Custóias e S. Salvador de Gondim, enquanto Aldoar, Gueifães e Çerçores (Infesta) pagam directamente e são nomeadas como capelas de Leça. No rol do direito de apresentação das igrejas e das taxas de confirmação dessa apresentação, em princípio sempre devidas ao bispo, diz-se que o mosteiro de Sta. Ma. de Leça não tem taxa e que tem a ele anexas as seis freguesias acima referidas. Mas diz-se também claramente que *"o bispo visita em pessoa duas delas scilicet Alldoar e Geiffães"* (Santos, C., 1973, p. 209). As igrejas da comenda de Malta são as únicas que levantam na comarca da Maia a questão da isenção.

Entre o traçado das vias conhecidas para a época anterior e os grandes eixos que são transitáveis até ao fim do período moderno não há mudanças profundas.

Encurtaram-se algumas distâncias e criaram-se ramais e variantes. Relativamente aos caminhos dentro das freguesias a situação é mais variável, já que um número grande de factores contribui para as mudanças: a densidade demográfica em crescendo, a distribuição dessas mesmas pessoas pelo território paroquial, as modificações na paisagem agricultada, etc.. Mesmo diminutas as alterações fizeram-se sentir e tornaram necessários novos acessos. Assim, no séc. XVI, fala-se, em documentação variada, desde as confrontações de terras em actos de compra e venda até aos tombos de vários proprietários, na "*Estrada dos nove irmãos*" ou na "*Estrada velha de Barcelos*", na "*Estrada velha*", na "*Estrada que vai para Vila do Conde*" na "*Estrada publica que vai para o Porto e Vila do Conde*" etc.. O novo e o velho são adjectivos difíceis de interpretar.

A ordem nas listas do *Censual do Cabido*, do *Censual da Mitra* e do *Catálogo dos Bispos do Porto* é idêntica dentro de cada núcleo, não na totalidade (cfr. Quadro). Basta ter em conta que as divisões territoriais a que fazem referência não são as mesmas para se explicar as diferenças.

CENSUAL DO CABIDO	**CENSUAL DA MITRA**	**D. RODRIGO DA CUNHA**
ARCEDIAGO DA MAIA	TERRA DA MAIA GONDOMAR E **REFOIOS**	COMARCA DA MAIA
1. MIRAGAIA	52. MILHEIRÓS	
2. CEDOFEITA	53. ÁGUAS SANTAS	
3. RAMALDE	60. ASMES	3. RAMALDE
4. LORDELO	54. S. P. FINS CORONADO (S. FELICES)	4. LORDELO
5. NEVOGILDE	57. FOLGOSA	5a. FOZ
6. BOUÇAS	59. STA. CRIST. CORONADO	5. NEVOGILDE
7. GUIFÕES	61. ALFENA (DE QUEIMADELA)	6. BOUÇAS
8. MOROZA	**55a. ÁGUALONGA**	7. GUIFÕES
9. ALDOAR	**54a. AGRELA**	8. PALMEIRA
10. CUSTOIAS	**53a. REGUENGA**	16. PERAFITA
11. BARREIROS	**52a. LAMELAS**	13. MOREIRA
12. GONDIM	**51a. S. CRIST.REFOJOS**	22. GEMUNDE
13. MOREIRA	**50a. CARREIRA**	15a. LEÇA 10. CUSTOIAS
14. COUSSO	**49a. GUIMAREI**	50. GUEIFÃES
15. STA. CRUZ	**48a. MONTE CÓRDOVA**	11. BARREIROS
16. PERAFITA	**47a. S. MI. COUTO**	51. MOALDE
17. LAVRA	**46a. STA. CRIST. COUTO**	9. ALDOAR
18. LABRUGE	**45a. S. BART. LAGONCINHA (VALECURSO)**	12. GODIM
19. AVELEDA	**44a. STO. TIRSO**	36. CORNES
20. VILA NOVA	43. S. MART. BOUGADO	15. STA. CRUZ BISPO
21. VILAR DE PORCOS	42. S. TI. BOUGADO	21. VILAR DO PINHEIRO
22. GEMUNDE	58. COVELAS	20. VILA NOVA
23. MOSTEIRÓ	56. S. RO. CORONADO	19. AVELEDA
24. VILAR	55. S. MAM. CORONADO	17. LAVRA
25. MODIVAS	48. SILVA ESCURA	18. LABRUGE
26. VILA PLANA	49. NOGUEIRA	23. MOSTEIRÓ
27. MINDELO	47. VERMOIM	24. VILAR
28. FAJOZES	46. BARCA	37. GIÃO
29. PINDELO	45. STA. MA. AVIOSO	25. MODIVAS
30. RETORTA	44. S. P. AVIOSO	28. FAJOZES
31. TOUGUES	41. MURO (STA. CRIST. ALVARELHOS)	26. VILA CHÃ
32. MACIEIRA	40. ALVARELHOS	27. MINDELO
33. VAIRÃO	39. GUIDÕES	29a. AZURARA
34. FORNELO	38. GUILHABREU	29. ÁRVORE
35. CANIDELO	22. GEMUNDE	30. RETORTA
36. STA. CRISTINA CORNES	13. MOREIRA	31. TOUGUES
37. STO. ESTEVÃO	21. VILAR PORCOS	32. MACIEIRA
38. GUILHABREU	23. MOSTEIRÓ	34. FORNELO
39. GUIDÕES	25. MODIVAS	33. VAIRÃO
40. STA. MA. ALVARELHOS	24. VILAR	35. CANIDELO
41. S. CRIST. ALVARELHOS	34. CORNES	38. GUILHABRÉU
42. S. TI. BOUGADO	37. GIÃO (STO. ESTEVÃO DA MAIA)	44. S. P. AVIOSO

43. S. MART. BOUGADO	33. VAIRÃO	45. STA. MA. AVIOSO
44. S. P. AVIOSO	35. CANIDELO	46. BARCA
45. STA. MA. AVIOSO	34. FORNELO	47. VERMOIM
46. BARCA	32. MACIEIRA	49. NOGUEIRA
47. VERMOIM	28. FAJOZES	48. SILVA ESCURA
48. SILVA ESCURA	31. TOUGUES	57. FOLGOSA
49. NOGUEIRA	30. RETORTA	55. S. MAM. CORONADO
50. GUEIFÃES	29. ÁRVORE (PINDELO)	58. COVELAS
51. TRESSORES (CERÇORES)	29a. AZURARA	56. S. RO. CORONADO
52. MILHEIRÓS	27. MINDELO	41. S. CRIST. MURO
53. ÁGUAS SANTAS	26. VILA CHÃ	40. STA. MA. ALVARELHOS
54. S. FÉLIX CORONADO	18. LABRUJE	39. GUIDÕES
55. S. MAM. CORONADO	19. AVELEDA	42. S. TI. BOUGADO
56. S. RO. CORONADO	20. VILA NOVA	43. S. MART. BOUGADO
57. FOLGOSA	17. LAVRA	44a. STO. TIRSO
58. COVELAS	16. PERAFITA	46a. STA. CRIST. COUTO
59. STA. CRIST. CORONADO	14. COUSSO	47a. S. MI. COUTO
60. S. LAURENTII	15. STA. CRUZ MAIA	48a. MONTE CÓRDOVA
61. QUEIMADELA	7. GUIFÕES	51a. REFOJOS
62. VALONGO	8. PALMEIRA	50a. CARREIRA
63. COVA	6. BOUÇAS	49a. GUIMAREI
64. FOZ SOUSA	5. NEVOGILDE	52a. LAMELAS
65. JOVIM	5a. FOZ DO DOURO	53a. REGUENGA
66. VALBOM	4. LORDELO	54a. AGRELA
67. GONDOMAR	3. RAMALDE	55a. ÁGUALONGA
68. FANZERES	2. CEDOFEITA	61. ALFENA
69. RIO TINTO	70. CAMPANHÃ	60. ASMES
70. CAMPANHÃ	66. VALBOM	54. PEROFINS
71. PARANHOS	67. GONDOMAR	53. ÁGUAS SANTAS
	65. JOVIM	52. MILHEIRÓS
	63. COVA	71. PARANHOS
	69. RIO TINTO	2. CEDOFEITA
	62. VALONGO	2a. MASSARELOS
	64. FOZ SOUSA	
	64a. COVELO	
	15a. LEÇA 9. ALDOAR	
	10. CUSTOIAS	
	11. BARREIROS	
	12. GODIM	
	51. CERÇORES	
	50. GUEIFÃES	

Por outro lado, só na lista de D. Rodrigo da Cunha há a preocupação objectiva de indicar a ordem de visita: a visita começava pelo poente, junto ao mar. Com isso fica explicada a aparente ordem em sentido inverso da lista de 1623 em relação à lista anterior, a de 1542. A partir de 1623 o espaço parece estar firmemente ancorado no cenário traçado por D. Rodrigo da Cunha. E isto apesar de alguns autores se guiarem pelas divisões territoriais de carácter administrativo civil.

A sequência dos diferentes elementos descritos neste espaço nem sempre obedece à proximidade geográfica. Por vezes, alguns percursos só parecem explicáveis por lapso cometido por D. Rodrigo da Cunha. É o caso, por exemplo, da sequência Perafita - Moreira - Gemunde - Leça do Bailio - Sta. Cruz do Bispo - Vilar do Pinheiro. Este vaivém passando pelo território de Sta. Cruz do Bispo no caminho entre Perafita e Moreira, mas não o visitando, seguindo ainda mais a Norte para Gemunde e depois voltando atrás para indicar Leça e as suas anexas não tem lógica sequencial de proximidade geográfica nem de caminhos disponíveis. Também não se percebem razões ligadas a títulos e dignidades. Tendo Leça do Bailio um estatuto especial por se tratar de uma comenda do Hospital, cujo comendador é um dos cinco bailios da ordem, mas um dos mais poderosos porque se situa hierarquicamente logo abaixo do prior do Crato e muitas vezes o cargo andou na mesma pessoa, os privilégios são mais de ordem civil (por ser um couto) do que eclesiástica. Em termos de visitação não goza do estatuto de isenção total conforme se viu atrás.

Outro caso é o da sequência da visita de Covelas entre S. Mamede do Coronado e S. Romão do Coronado. O caminho mais rápido seria o que de S. Mamede seguisse para S. Romão passando por Sta. Eulália, ao largo da igreja de S. Romão e indo por Fontiela e Profitela até Cruz, em Covelas. Na lista das taxas de visitação de 1542 a ordem seguida parece ser esta. A aproximação é feita pelo Norte, e a ordem é Covelas, S. Romão e S. Mamede. Será que D. Rodrigo da Cunha quis obstar a confusões e intercalou Covelas entre os dois Coronados? Claro que o acesso a Covelas só se pode fazer através da garganta do vale, e limita as opções. A questão das igrejas anexas ou unidas não parece explicar a lógica das visitas. Agrela, por exemplo, é visitada antes de Águalonga e contudo é anexa a S. Julião de Águalonga, o mesmo acontecendo nos casos de Fornelo (anexa a Vairão) e S. Miguel do Couto (anexa de Monte Córdova)[4].

Em grande parte do percurso da visita (cfr. Est. II) os grandes eixos, como são a estrada, pela orla marítima, de Matosinhos a Vila Chã e que depois entronca na estrada Aveleda-Vila do Conde; a "*estrada dos 9 irmãos*" ou "*estrada velha de Barcelos*", variante da *Via Vetera*, com os seus ramais; a *Via Karraria* com variantes; a estrada Porto-Braga; e, finalmente, a estrada Porto-Guimarães, não são percorridos senão em pequenas troços. Na realidade, são muitas vezes cruzados.

Todo este mapa só existe como um todo para poucas pessoas. A visita, que deveria acontecer pelo menos uma vez em cada dois anos, não tem esta frequência[5]. E os visitadores são em grande parte vigários para isso delegados pelo bispo. Muitas vezes o vigário nomeado delegava em outrém, que poderia vir de fora da comarca ou ser um abade de freguesia vizinha. A carta de visita com a ordem e mais instruções referia o espaço conforme ele estava pensado a nível central, na mitra, e que poderia coincidir ou não com o conhecimento que o visitador tinha desse mesmo espaço. Como muitas vezes a visita não se fez de uma assentada, os visitadores para chegarem às freguesias da visitação programada não precisaram de percorrer todos os caminhos em princípio estipulados e usaram as vias principais. De qualquer modo, este espaço tinha de estar presente na atribuição das visitas.

É, como se vê, uma área demarcada por dois rios, o Ave e o Douro, que sofre, no sentido Sul, da cidade do Porto, um certo "afunilamento". As paróquias da *Terra de Gondomar* que ainda em 1542 faziam parte da mesma região passaram, entre esta data e 1623, definitivamente a pertencer à Comarca de Penafiel. O espaço da Maia surge, assim, ainda mais limitado pela cidade a Sul. Concentra-se no perímetro urbano, no espaço central da diocese, na mitra e cabido, no poder. É um espaço que se orienta pela costa. O visitador é confrontado e confronta-se com a realidade litoral. Nas visitas fazem-se observações sobre as actividades piscatórias e agrícolas, e a propósito destas últimas introduzem-se muitas vezes questões ligadas ao mar, como a apanha do sargaço para servir de estrume, a repartição de tarefas pelos sexos que se diferencia de outras áreas, ou os perigos que vêm do mar. Em termos de rendas também este espaço litoral se distingue: os dízimos da pesca são mais variáveis, pelo menos na capacidade de cálculo de quem tem o direito de os receber. A observação de Villas-Boas, e note-se a data tardia (1795) quanto ao período em questão, é elucidativa: em relação a Aldoar e Matosinhos afirma: "A *dizimaria (...) depende da pesca em parte.*" Ou relativamente a S. João da Foz: "*a dizimaria da cultura será huma quarta parte; o resto he da pesca*". Ou em Azurara: "*os dizimos desta freguesia dependem da pescaria*" (Cruz, A., 1970). Os vazios do mapa (fora os que se detectam em torno das freguesias de Malta) coincidem com os espaços de circulação mais dificultada: as elevações de terreno que obrigam a circundar o obstáculo, a procurar a passagem pela boca do vale. Nas áreas onde as curvas de nível se concentram os caminhos rareiam e afastam-se. No litoral a locomoção é mais fácil, mesmo quando atravessa os areais e dunas. O centro do poder também parece estar mais próximo: a vaidade com que nas Memórias se aponta o facto de de Azurara se enxergar até à cidade do Porto, e para além da mesma, até Arouca!

É evidentemente um espaço marcado pela História. A fronteira Norte, seguindo a linha que o rio Ave faz, é a divisória muito antiga e nesta parte do percurso nunca discutida, entre as dioceses de Braga e do Porto. É também um espaço marcado pela presença e formação antiga de paróquias, comunidades com organização humana suficientemente desenvolvida para sustentarem a organização religiosa. De facto, as listas das igrejas do *Censual do Cabido*, do *da Mitra* e do *Catálogo* não apresentam mudanças fundamentais (S. Silvestre do Couço, S. Bartolomeu de Lagoncinha, Sta. Cristina do Coronado desaparecem porque se integram em outras freguesias e Pindelo divide-se em Árvore e Azurara).

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] Em todas as listas: seja nos róis dos direitos de apresentações e taxas, nos de visitações, censos e bragais, ou no das censórias do pão.

[2] Que já indica as estradas nacionais e as vias de caminho de ferro, construídas e projectadas, mas que comparativamente com cartas posteriores assegura uma maior proximidade às realidades que se pretendem analisar neste trabalho, porque ainda figura os caminhos anteriores.

[3] Tombos de Vairão de 1636; de 1710 (Gião e Modivas) e de 1711;Tombo Verde 2º de Sta.Clara de 1518; Tombo de Moreira de 1611, citados em Freitas, E.A., 1950.

[4] São 32 as freguesias anexas e unidas. Das que são anexas a igrejas desta área de visitação, 10 são visitadas depois das igrejas de que dependem, 7 antes.Os exemplos acima dizem só respeito aos casos de contiguidade.

[5] Em Vilar do Pinheiro, por exemplo, de 1644 a 1864, houve 90 visitas,12 feitas por bispos (Marçal, H.,1950).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Almeida, C.A.F., *Vias medievais. I. Entre Douro e Minho*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1968 (dissertação de licenciatura, policopiada)

Azevedo, Pe. Agostinho de, *A terra da Maia. (Subsídios para a sua monografia)*, vol. 1, Porto, Imprensa Moderna Lda., 1939

Cardoso, Pe. Luís, *Dicionário Geográfico, ou noticia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeias, rios, ribeiros, e serras dos reinos de Portugal e Algarve com todas as cousas raras que nelle se encontrão, assim antigas como modernas*, 2 tomos, Lisboa, Regia Off. Sylviana, 1747 e 1751

[Carta de] *Portugal esc.* 1:100.000, folha 7, Lisboa, Direcção dos Trabalhos Geodésicos do Reino, 1880

*Carta Militar de Portugal esc.*1:25 000, folhas 96, 97, 98, 109, 110, 111, 122, 123, 2ª.ed., Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1975-1981

Castro, Pe. João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 1ª. ed, Lisboa, Off. Patriarchal Francisco Luiz Ameno, 1763, 3 vols.

Censual do Cabido da Sé do Porto, Porto, B.P.M.P., Imprensa Port., 1924

Costa, Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2ª. ed., Porto, Livraria Progredior, 1945

Cruz, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do séc.* XVIII. *Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*, Porto, C.E.H.F.L.U.P., 1970

Cruz, Pe. João Vieira Neves Castro da, *Descrição Topográfica e Histórica da freguesia de S.Tiago de Milheirós, Concelho da Maia, Bispado do Porto*, Maia, 1969 (introdução de A. Cruz)

Cunha, D. Rodrigo da, *Cathalogo dos Bispos do Porto*, Porto, João Rodrigues,1623

Dias, Geraldo J. A. Coelho, *Vila das Aves. História da Paróquia e sua Toponímia*, Sto. Tirso, Ave-Cadernos de Cultura 7, C. M. Sto. Tirso, 1993

Freitas, Eugénio Andrea da Cunha e, "Estradas velhas entre Leça e Ave", in *Douro Litoral*, 4ª série, I-II, Porto, 1950, p. 50

"Memórias Paroquiais de 1758", freguesias de "Ramalde", "Aldoar", "Paranhos", "Vilar", "Foz", "Cedofeita", "Nevogilde", "Lordelo", "Massarelos", "Águas Santas", "Milheirós", "Azurara","Gueifães", "Monte Córdova", "Fornelo", "Mindelo", "Barreiros", "Vermoim", "Gemunde", publicadas in O *Tripeiro*, série VI, 12, 1964; 2, 6, 10, 1965; 6, 10, 11, 1966; 7, 1967; 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 1968; 2, 4, 1969

Marçal, Horácio, *Vilar do Pinheiro, Concelho de Vila do Conde: subsídios para a sua monografia*, Porto, Junta da Província do Douro Litoral, 1950

Moreira, Domingos A., "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais" in *Boletim Cultural da* C.M.P., vol. XXXIV, fascs. 1-2, Porto, 1973

Santos, C., O *Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Documentos e Memórias para a História do Porto- XXXIX, Porto, C.M.P., 1973

Sousa, D. João de, *Constituições Sinodais do Bispado do Porto de* 1687, 1ª. ed., Porto, 1690

ANEXO

Percurso provável. Lista de lugares com indicação de fontes

Na descrição dos diversos itinerários, bem como nas respectivas fontes foram utilizadas as seguintes siglas e abreviaturas:

Estr. - estrada I. - igreja R. - rua

1758 - Memórias paroquiais de 1758 1880 - Carta de Portugal, 1880 1623 - Cunha, D. R., 1623

Marçal - Marçal, H., 1950 Almeida - Almeida, C.A.F., 1968 Freitas - Freitas, E. A. C., 1950 Cardoso - Cardoso, Pe. Luís, 1747-51 Cruz - Cruz, Pe. J.,1969 Paroquial - livros de registo paroquial

Ramalde-Lordelo

I. de Ramalde (1758; paroquial); OlhoMarinho (1758; paroquial; 1880); I. de Lordelo (1758; paroquial), travessia da estrada Lordelo-Matosinhos (1880; 1758; paroquial).

Lordelo-Foz

I. de Lordelo; cruzamento do caminho para a Foz (1880), entre bouças (paroquial; 1758), R. das Larangeiras (paroquial) I. da Foz.

Foz-Nevogilde

R. Pe.Luís (paroquial), Capela Sta Anastácia; Senhora da Luz (paroquial),etc. até ao caminho que corta para o interior e vai a Nevogilde na Lavandeira. A I. fica próxima da estrada Lordelo – Matosinhos (1880; 1758; paroquial).

Nevogilde-Matosinhos

Por Aldoar (a igreja muda de Aldoar para o monte de Pedregal, 1728, Vilarinha) (paroquial; 1758); entra em Bouças por Vilarinha de Matosinhos (1880; Cardoso; 1758), passa Carcavelos (1880), até à I. que fica fora do povoado, no meio da alameda (1758), e continua para Guifões.

Matosinhos-Guifões

A I. fica próxima do rio, que é atravessado na ponte de Guifões (1758; 1880).

Guifões-Palmeira

Entra em Palmeira na direcção de Gonçalves (1758, 1880), corta a Norte, circundando a cerca da quinta da Conceição (1623; 1758) para Santana (1880; 1758), I. de Leça.

Palmeira-Perafita

Segue para Norte por Amorosa (1758; 1880) na direcção de Perafita no caminho entre Telheiras –Pompas-Perafita e Almeiriga-Burgalheira (Cruz; Freitas; 1880). Na Burgalheira vira a Este para I. (1758).

Perafita-Moreira

Pela Estr. Velha de Matosinhos-Vila Chã, a Oeste do Freixieiro até próximo do lugar da Estrada, Crestins (a Oeste do apeadeiro de Crestins) (Freitas) ou por percurso mais a norte? Travessia da Estr. dos 9 irmãos (Freitas; 1880) da V.Karraria (Almeida). Monte das Pedras (1758;1880) e Matos até Refonteira, Padrão de Moreira (Almeida; Freitas; 1880).A I. era a conventual (1623).

Moreira-Gemunde

Padrão Moreira, passagem pela Guarda (Almeida; Freitas; Marçal; 1880) até ao Passal (da I. de Gemunde) (1880; Cruz)

Gemunde-Leça do Bailio-Sta.Cruz do Bispo

(ver texto)

Gemunde-Vilar do Pinheiro
Souto, Póvoa, Venda, Padinho (Marçal; 1880), corta a Estr. dos 9 irmãos (Marçal), I.

Vilar do Pinheiro-Vila Nova da Telha
Caminho por detrás da I., S.Gemil (Marçal), Quires, Campo do Souto, Cambados e I. (Cruz; Freitas; 1880).

Vila Nova da Telha-Aveleda
Da I. até à Estr. dos 9 irmãos, Lagielas (Freitas; 1880; Cardoso) a Além (Cardoso) e ao Lugar da I. (Cardoso).

Aveleda-Lavra
Caminho atrás da I. entronca no caminho que de Paíço liga a Antela e à I. de Lavra (Cruz; Freitas; 1880). Por Padrão ou Pá Redonda?

Lavra-Labruje
Estr. Matosinhos-Vila Chã, passando em Angeiras, Casal do Outeiro; travessia do rio Onda na ponte abaixo de Calvelhe; Fundo de Vila e I. entroncando na Estr. Aveleda-Vila do Conde (Cruz; Freitas).

Labruje-Mosteiró
Da I. para Sul pela Estr. Aveleda-Vila do Conde (Cruz; Freitas) até Mota, faz arco para Pereira (1758) e atravessa a estrada Porto-Vila do Conde (Estr. dos 9 irmãos) no lugar da Lameira.

Mosteiró-Vilar
Da I. de Mosteiró retorna a Pereira (1758) e segue para Soutelo (Freitas). Em Soutelo vira para Este para a I. Ou da I. de Mosteiró segue por Outeiro, Souto, Rosa, até à I. em Vilar (1758;1880).

Vilar-Malta
(Malta não é de visitação do Bispo em 1623). Da I. de Vilar até Carrapata de Baixo, Gandara, Berrosos até à I. em Sta. Cristina (Cruz; 1623).

Vilar-Gião
Sta. Cristina, Berrosos, Gião do Meio, até à I. em Gião. Ao longo da Estr. que acompanha a antiga Via Veteris (Freitas).

Gião-Modivas
I., Gião do Meio, Gião do Fundo ou pelo Lugar dos Nove Irmãos de Modivas (Freitas) até ao Lugar da Igreja

Modivas-Fajozes
Pela Estr. Porto-Vila do Conde no ramal mais interior até alturas de Crasto e virando aí para Oeste para a I. (Cruz; Freitas) Ou não tomado a Estr. Estr. Porto-Vila do Conde passando por Lage, Castelães, Lugar da Igreja.

Fajozes-Vila Chã
I., Estr. Nova, Pinheiro, Passos, Rio Gandara (1880) em direcção a Lavandeira (1880), Padrão Almas Grandes (Freitas), Lugar da Igreja.

Vila Chã-Mindelo
Da I. em direcção ao mar fazendo a linha divisória entre Mindelo e Modivas (Freitas) até Burgal, I. do Mindelo (1758).

Mindelo-Azurara
I., Paredes, Moimenta e através de Árvore por Areias, em caminho paralelo à costa, até entrar na vila de Azurara pela rua do Porto (Freitas; Cruz; 1758; Cardoso).

Azurara-Árvore
Pela Estr. que ligava Azurara a Macieira (passava na Quintã de Baixo) (Freitas).

Árvore-Retorta
Quintã de Baixo, Casal do Monte, Casas Novas (1880) e I. (quase em frente à Azenha) (1880).

Retorta-Tougues
I., Casas Novas, Souto de Cima, Povoação, Monte, Lugar da Igreja (1880).

Tougues-Macieira
Lugar da Igreja, Carvalheirada, Tougues, Sra. do Padrão, Barroca, S. Brás, Vilarinho (Freitas), Macieira. Ou Barroca, a Sul de Sabariz pelo caminho Ral-Maciera (Freitas).

Macieira-Fornelo
Macieira, Macieira de Baixo, direcção de Olaia,vira para Padrão, Fornelo =Lugar da Igreja (1758).

Fornelo-Vairão
Lugar da Igreja, direcção do Calvário, Covilhã por Lama. A I. é a conventual (1623).

Vairão-Canidelo
Convento, Sra. do Calvário, Sra. das Neves, Pias, ou Real de Cima, Real de Baixo, Passo (a Poente de Carrazedo), Farrilhe, Padrão (I.). Caminho com menor inclinação é o que vem por Passo, Martinhaes, Monte Padrão (1880).

Canidelo-Guilhabréu
Padrão, Caracol, Paços, I. ou Monte, Lugar de Cima, Souto de Aires, Vinha de Além, I. (1758).

Guilhabréu-Avioso, S. P.
I., Parada, Passa Bouças, Arões direcção Este, travessia do Monte Subtil, Quirás, I. (Cardoso).

Avioso, S. P.-Avioso,Sta. Ma.
Caminho (1880) até à Estr. Porto-Braga (Almeida; Freitas; 1880), ramal deste (1880) até à I.

Avioso, Sta. Ma.-Barca
Caminho paralelo à Estr. Porto-Braga passando por Castro, Paíço, Gestalinho.I. (Cardoso).

Barca-Vermoim
I., Gestalinho (é lugar meeiro de Vermoim e Barca), Carvalhal, I. (1758).

Vermoim-Nogueira
I. , Real, Outeiro, travessia do rio na ponte em Almorode, Pena, I. (que fica em cruzamento) (1758).

Nogueira-Silva Escura
I. , Devesa, Frejulfe, ao longo da Ribeira da Silva até à I.. Ou Sá, I. (que fica em ermo) (1758;1880).

Silva Escura-Folgosa
I., Cevadinha, Quinta Paço, Eirado, I. (1758).

Folgosa-S. Mam. do Coronado
I., Eirado, Outeiro, Vilar de Lila (1880), aí inflecte para Norte até São Mamede (Cardoso).

S.Mam do Coronado-Covelas
São Mamede, Sta. Eulália (em S.Rom. do Coronado), Fontiela, Profitela (1758;1880), Cruz, I. (Cardoso;1880).

Covelas-Muro
I., Seixinho para aproveitar o vale de Covelas, Mundões, I. de Muro. Ou por São Mamede, Carriça, I. (Freitas; 1880).

Muro-Alvarelhos
I., Alvarelhos de Cima (Cardoso), Arrabalde, mas antes de aí chegar corta para I.. Ou Grova (1758) Vale, Giesta , I.(1758). Travessia da ribeira na Ponte de S.Marçal (P.Carvalho)

Alvarelhos-Guidões
I., Casais, sempre ao longo da Ribeira da Aldeia até I. entre Cerro, Guidões (1758) e Aldeia (1758).

Guidões-S. Ti. de Bougado
Aldeia, e através da serra até Maganha (1758). Ou pelo vale da Ribeira da Aldeia até ao Rio Ave. Aqui ou em Maganha até à Sra. do Desterro entre o Rio Ave e a estrada actual até Lagoa. A I. fica no meio (1880; 1758).

S. Ti. de Bougado-S. Mart. de Bougado
Lagoa a Finzes, ao lado de Barca da Trofa, onde ficava a barca de passagem (Cardoso; Almeida).

S. Mart. de Bougado-Sto. Tirso
Caminho oo longo do Rio Ave. A I. é a conventual (1758).

Sto. Tirso-Sta. Crist. do Couto
Caminho paralelo à Estr. actual por Orgal, S. Roque (1880; Cardoso).

Sta. Crist. do Couto-S. Mi. do Couto
Caminho para Monte Córdova. Sta. Crist., Bacelo, I. (é contígua a Bacelo) (1758;1880).

S.Mi. do Couto-Monte Córdova
Para não subir o monte pela Sra. da Ascensão podia ladear pelo vale para Sul por Remilde, Bonjardim e depois tomar o caminho do vale que fica entre a Sra. da Ascensão e Padrão, portanto para Este. E subir o monte passando por Quinta do Rol, Sto. António. A I. fica nos Guindaes. (=Quinchais) (1758).

Monte Córdova-Refojos
Desce ao longo do Rio Leça entre a serra, Padrão e S. Jorge até Granja, Ventosela e vira para a I. (1758).

Refojos-Carreira
Caminho por Fonte de Leça, cruza a Estr. Porto-Guimarães (Almeida) abaixo de Ventosela e segue para a I. que fica acima do Souto da Venda (Cardoso).

Carreira-Guimarei
Abaixo da I. parte caminho que vai directo à igreja de Guimarei; parte deste caminho só é transitável a pé (1880; Cardoso).

Guimarei-Lamelas
Desce por Souto, Calvário (1880), Simão, Portela, I. de Lamelas (1758).

Lamelas-Reguenga
I., Estr. Porto-Guimarães até altura de Guarda. Passa aí por Cantim, Rua, I..

Reguenga-Agrela
Caminho na margem esquerda do Rio Leça passando em Telha, até entrar no caminho para Facho, Peso, que vem de Vilar (Guimarei) a Agrela (1880; Cardoso).

Agrela-Agualonga
I., Campinhos, Arcozelo, Pidre, I. (no lugar de S.Gião) (1758; Cardoso; 1880).

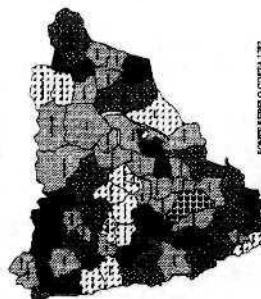
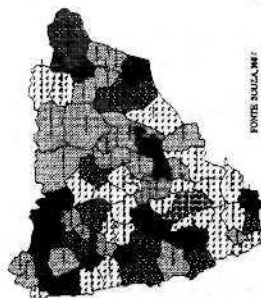
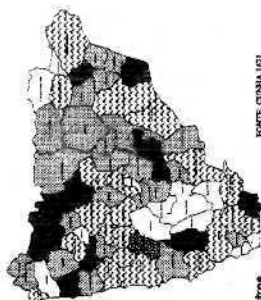
Agualonga-Alfena
Caminho a ocidente da Estr. actual (1880) por Xisto, Codiceira,Pera, Costa, I. (1758; Cardoso).

Alfena -Ermesinde
I., Cabeda (1758), Rapadas, ao longo do Rio Leça até Asmes (I.) (1758).

Ermesinde-S.P. Fins
I., caminho para Norte (1880) por Montezelo ,Portela.

S P Fins-Águas Santas
I., Leandro ao longo da ribeira até Sampaio, Ardegães, Pisão, Rebordãos, I. no mosteiro (1758;1623).

Águas Santas- Milheirós
I., Real, depois para Norte até Moinhos do Arco ao lado de Álvar.

Direitos de Apresentação
1787
1542
0 10000 metros
MOSTEIROS
COROA
MITRA
CABIDO/ROMA
PARTICULAR
S/INF
FONTE: REBELO COSTA,1787
FONTE: CENSUAL MITRA,1542
Títulos das Igrejas
1787
1687
1623
FONTE REBELO COSTA,1787
FONTE: SOUZA,1687
0 10000 metros
FONTE: CUNHA,1623
ABADIA
CURADO
VIGARARIA
REITORIA
TESOUREIRADO
S/INF

Estampa I

Caminhos das Visitas Pastorais na Comarca da Maia (época moderna)
Pougues
Azurara
Árvore
Macieira
Vairão
Fornelo
S. Tiago de Bougado
S. Martinho de Bougado
Sto. Tirso
S. Miguel do Couto
Sta. Cristina
Mte. Córdova
Mindelo
Fajozes
Canidelo
Guidões
Alvarelhos
Malta
Vila Chã
Modivas
Guilhabreu
Muro
Covelo
Vermoim
Guimarei
Lamelas
Refojos
Vilar
Mosteiró
Labruge
S. Romão do Coronado
S. Mamede do Coronado
Reguenga
V. Pinheiro
Avioso S. P.
Gemunde
Avioso Sta. Mª
Aldoar
Gondim
Água Longa
Agrela
Folgosa
V. N. Telha
Lavra
Barca
Nogueira
Moreira
Barreiros
S. Pedro Fins
Alfena
Perafita
Guifões
Sta. Cruz do Bispo
L. Balio
S. Tiago
Leça da Palmeira
Guifões
S. Mamede
Matosinhos
Paranhos
Aldoar
Ramalde
Nevogilde
Lordelo
S. João da Foz
Cedofeita
Massarelos
Norte
Igreja Paroquial
Percursos:
por via principal
por via secundária
Sentido dos percursos
Rede hidrográfica principal
Aldoar Toponímia
0
2500 metros
Fonte: Cunha, 1623

Estampa II

FORMAÇÃO TÉCNICA VS. HUMANISMO. APROXIMAÇÃO CRÍTICA[1]

Gerardo PEREIRA-MENAUT*

"É um traço característico da nossa época materialista que a nossa educação científica se oriente sempre quase exclusivamente para as disciplinas positivistas, quer dizer, as matemáticas, a física, a química, etc ... Ainda *que isto seja muito necessário numa época em que predominam a técnica e a química, as quais manifestam, pelo menos aparentemente, os seus resultados mais visíveis na vida quotidiana, apesar disso é muito perigoso que numa nação a educação geral consista, cada vez mais exclusivamente, em tais disciplinas. Pelo contrário, a educação elementar deve ser sempre ideal, deve corresponder principalmente às disciplinas humanísticas e proporcionar os fundamentos para uma posterior formação científica especializada. De outra forma, renuncia-se a umas energias que sempre serão mais necessárias para sustentar a nação do que qualquer disciplina técnica ou de outra classe. Sobretudo não devemos afastar-nos, no ensino da* História, *do estudo da* Antiguidade. A História *de* Roma, *correctamente entendida nas suas grandes linhas, é e continuará a ser a melhor lição não só para o momento presente, como também para qualquer época.* E *também o ideal cultural helénico deve ser conservado na sua modélica beleza..."* [2]. Interrompo aqui esta forte proclamação a favor das humanidades, em particular dos estudos clássicos, para que o leitor não adivinhe quem é o seu autor. Prefiro dizê-lo eu. Pelo emprego de algumas expressões já terá dado conta que tem alguns anos, mas a sua mensagem não o fará suspeitar de que o seu autor é Adolf Hitler. O texto pertence ao *Mein Kampf.*

Seguramente que o leitor se sentirá surpreendido, quiçá inquieto, ao saber que uma figura tão pouco humana como Hitler podia ter os estudos clássicos em tão alta conta, chegando a considerá-los um elemento para a sociedade que pretendeu construir. Muitos pensarão que as humanidades, pela sua própria natureza, pelos seus conteúdos e espírito, só podem formar parte de uma educação orientada em sentido diametralmente oposto. Mas, já se vê que não é assim.

"*Noster in bellum ingressus demonstravit axem non fuisse nec esse verbum inane...*" [3]. Isto não é um discurso de Cícero, mas de Benito Mussolini, que se fazia traduzir em latim. Não só advogava em favor do estudo da língua clássica, como também do seu uso.

Vou fazer uma aproximação crítica às humanidades, ao seu papel na nossa sociedade e à sua relação com as ciências naturais ou positivas e respectiva aplicação prática, a técnica. Estas citações deverão ser suficientes para desfazer qualquer ilusão acerca da bondade inata das humanidades e, por conseguinte, do seu cultivo nos nossos sistemas educativos e na nossa vida intelectual.

O título deste artigo transmite a ideia de que existe uma confrontação entre as humanidades e as ciências na sua aplicação prática, a técnica. A questão é já velha, mas goza de muito boa saúde. Quase me atreveria a dizer que cada vez está mais viva, talvez porque os perigos que espreitam a formação humanística se tornam cada vez maiores e mais reais, à medida que avança a tecnificação e o consumismo na nossa sociedade. Faz tempo que existe consciência de tal confrontação e dos seus perigos - recordemos as brilhantes páginas dedicadas por Ortega y Gasset à barbarização dos especialistas -. A formulação destinada a ter mais êxito foi a de Charles P. Snow, que em 1959

pronunciou uma famosa conferência, publicada pouco depois com o sugestivo título *The Two Cultures and the Scientific Revolution*, da qual há uma edição castelhana de 1977. Pelos mesmos anos proferiu e publicou Bertrand Russel várias conferências sobre a mesma questão, lamentando-se da pouca atenção que era prestada às humanidades, sendo que, sem estas, o mundo podia avançar por caminhos muito perigosos. As ciências e as letras, a técnica e as humanidades, chegaram a ser como que duas culturas diferentes, incapazes de se comunicar. Snow, numa versão posterior que replicava às abundantes críticas recebidas, com o título *The Two Cultures and a Second Look*, recolhida na mesma edição castelhana de 1977, ia mais além do simples lamento e da simples alegação a favor das humanidades, observando atentamente quais os verdadeiros problemas da humanidade sofredora do Terceiro Mundo e o papel essencial da técnica para acabar com a fome, a pobreza e a doença. Uma atitude algo mais equilibrada e atenta aos veementes problemas do presente.

As humanidades parecem viver um momento de baixa. A sua presença nos planos de estudos do ensino médio reduziu-se até quase desaparecer em algumas disciplinas. Nem tanto na Universidade, mas a divisão das antigas faculdades de Filosofia e Letras em outras mais especializadas teve um efeito similar. O estudante de História, por exemplo, não estuda Literatura nem Filosofia, e em alguns casos até o Latim é uma matéria optativa que apenas escolhem uns poucos. O Grego desapareceu, pelo menos em algumas faculdades. Na Faculdade de Filologia encontramos a outra face da moeda: está quase ausente a História e a Geografia, enquanto que os estudos clássicos estão separados da Literatura Moderna. A Filosofia tem a sua própria faculdade, e não acompanha em absoluto nem os futuros historiadores nem os filólogos. Algumas cadeiras optativas chamadas de livre configuração nos novos planos de estudo não alteram o panorama. Utilizando a expressão de Ortega, preparamos bárbaros especializados em algum sector das humanidades. A situação é mais abrupta, naturalmente, se pensámos nas ciências e nas letras e no seu mútuo e total desconhecimento.

Não se trata apenas do ensino médio. As humanidades estão em decadência também na sociedade. Dito por outras palavras: os valores das humanidades têm muito baixa cotação no grande mercado cultural que é a vida moderna. É isto causa, consequência ou simplesmente um fenómeno concomitante do anterior? No texto que se segue encontraremos algum ensaio de resposta a esta pergunta fundamental.

Comecemos por uma pergunta obrigatória sobre a decadência das humanidades no sistema educativo. Qual é a razão para que desapareçam do plano de estudos? De imediato, a resposta é clara: porque os que elaboram as linhas mestras do sistema educativo assim o dispõem. Quer dizer, os nossos governantes não querem que se estudem as humanidades, ou que só o façam em pequena medida. Porque não o querem? É de supor que têm algumas razões sérias para tomar semelhante decisão...E devem tê-las, se não sérias ao menos grandes, porque a sua decisão não é nova, parece-se mesmo com a que os seus colegas tomam em outros países; dir-se-ia que actuam de acordo.

A primeira razão possível seria, simplesmente, que não gostam das humanidades, como os bárbaros não gostavam das deliquescências do pensamento. Isto não parece possível; em tal caso também não haveria um Ministério da Cultura, para começar. Tem de haver, pois, uma razão mais séria, à margem dos gostos e preferências das nossas autoridades. É muito ilustrativo a este respeito o caso de um político espanhol

contemporâneo, há anos na primeira fila, conhecido pela sua grande formação cultural e a sua afeição aos livros, que no princípio dos anos oitenta declarou publicamente que a Espanha era um país de letras e devia deixar de o ser.

Outra razão possível é terem as autoridades chegado à conclusão de que o modelo educativo baseado nas humanidades perdeu a sua vigência. Já não seria útil para o modelo de sociedade em que vivemos ou pretendemos viver. O cultivo das letras deveria então ficar relegado ou reservado para a dimensão privada do processo educativo, no melhor dos casos, como algo acessório ou adjectivo do importante. Tal visão da educação responderia assim a uma certa visão da sociedade, não tanto da que temos quanto da que queremos - ou alguns querem - ter. Não está escrito que essa sociedade seja a única nem a melhor, mas desde logo parece ser a que domina, desde há bastantes décadas, no âmbito da cultura europeia-ocidental. Pelo menos em princípio esta razão deve parecer-nos mais verosímil do que a anterior, e mais séria.

Posto isto, que se pode, deve ou quer fazer? Podemos tentar reintroduzir as humanidades no sistema educativo, procurando que não desapareça o que ainda resta. Podemos também esquecer-nos da questão, pelo menos na sua dimensão social, quer dizer, continuar a cultivar as humanidades em privado, mas aceitar que tenham desaparecido dos planos de ensino. Podemos fazer outras coisas. A primeira é pensar, com espírito aberto, acerca de todo este complexo fenómeno, e ver o que obteremos. Isto é o que me proponho fazer, revendo as ideias tradicionais sobre a questão, para tratar de carrear algo novo.

A visão tradicional sobre o diálogo das duas culturas tem três pontos de apoio muito claros. 1) As ciências positivas e a técnica não são boas nem más em si mesmas, tudo dependendo de como se utilizam. Existe o risco, como a história mostra até à amarga saciedade, de que se utilizem para o mal, contra os homens, a liberdade e a justiça. 2) A cultura, da qual as humanidades formam parte essencial, contém e suscita valores universais que tendem ao bem. Na vida social, a ignorância sobre questões científico-positivas é bem aceite, inclusivamente pode ser encomiada; a ausência de cultura, no sentido habitual, é totalmente repelida. A cultura é um bem em si mesma. 3) Em consequência, a ciência e a técnica devem ser guiadas pela cultura, pelas humanidades, para evitar que sejam usadas de maneira pervertida. Uma formação intelectual óptima reúne conhecimentos científicos e culturais.

Vejamos o primeiro ponto. Compreenderá o leitor que sendo eu de letras me apoie em alguém de ciências. Apoiar-me-ei na conferência de Marcello Cini, que é professor de Física Teórica, do colóquio de Perugia de 1990, publicada na revista de *Ecologia Política* há um par de anos. Na visão tradicional, afirma, " *a ciência descreve-nos o mundo tal e como é, revelando a sua estrutura íntima e descobrindo as leis necessárias e objectivas que regem o futuro*". Para os cientistas tradicionais, "*a ciência é pura racionalidade e objectividade, em substância completamente redutível a uma série de fórmulas e algarismos. Assim, cada momento do desenvolvimento da ciência seria uma etapa num processo linear de acumulação de verdades, algumas vezes parciais, mas sempre verdades*". Pelo contrário, segundo Cini, "*o conhecimento científico não é pura objectividade, nem pura subjectividade. O conhecimento simplesmente reflecte, nas formas e modalidades que utiliza para representar a natureza, a influência e o condicionamento do contexto social existente. Por outras palavras: a ciência dá-nos uma imagem do mundo construída e remodelada constantemente a partir de uma selecção periódica dos aspectos da realidade que em condições históricas e sociais determinadas, aparecem como problemáticas à comunidade dos que estão implicados em tal*

empresa...trata-se sempre de uma imagem construída por e para nós". A ciência é pois um reflexo da sociedade, ao obedecer às preferências e preocupações ambientais: essas preocupações ambientais estão na base das atitudes do cientista, com maior ou menor consciência, de tal modo que não existe um momento ideal originário, neutro, a partir do qual se construa o edifício da ciência real. A ciência não existe à margem da sociedade, nem conceptual nem realmente, de tal maneira que os factos científicos só podem ser explicados desde a História, como bem sabem os historiadores da Ciência. A isso há que acrescentar as convicções pessoais do cientista, que podem ser mais ou menos coincidentes, em todo ou em parte, com as ambientais. Também elas determinam desde início o trabalho do investigador. O trabalho de um genetista, por exemplo, dependerá do seu conceito do homem e da natureza, e, para lá disso, das suas convicções religiosas e do seu Weltanschauung em geral. Em determinados casos, não poderá sequer imaginar a fecundação artificial, e menos ainda as experiências genéticas com animais. Há um exemplo histórico privilegiado para tudo isto, que ainda continua a chamar a atenção dos investigadores. Na época romana antiga havia um enorme caudal de conhecimentos técnicos, herdados dos gregos, que nunca foram utilizados. Só tiveram interesse para as técnicas militares de assédio a uma cidade ou coisas semelhantes. Para o demais, na vida prática, careciam de interesse. Se carecia de interesse uma máquina que permitia poupar trabalho é porque a poupança de trabalho carecia de interesse. Na sua própria formulação: a técnica desestabiliza a natureza, sendo que a natureza é a única base sólida da civilização. Existia, pois, a ciência, mas os seus resultados não se utilizaram. Havia cientistas que investigavam, levados pela sua própria curiosidade, como os haverá em todas as épocas, mas os resultados não saíam, praticamente, dos seus gabinetes de estudo. E quando o fizeram foi em circunstâncias totalmente distintas, séculos depois, no mundo árabe. A conclusão de tudo isto é de que a ciência não é uma realidade inerte ou inócua que necessite do hálito vital da ideologia ou da cultura. A ciência já está prenhe de ideologia ou de cultura, já, desde as suas origens, contém o que necessita. Se a ciência pode percorrer caminhos pavorosos não é porque lhe falte espírito, mas porque tem o espírito que tem. Definitivamente, porque a sociedade que a cria a utiliza segundo os seus próprios pressupostos, expectativas e objectivos. Sem que isso impeça quantas eventualidades ou irregularidades queiramos imaginar.

Vejamos o segundo ponto. Diz-se que a cultura, a formação humanística, suscita e contém valores universais, e que por isso é boa em si mesma. Isto é totalmente falso. Sucede antes o mesmo do que com a ciência, quer dizer, as humanidades não existem em si mesmas como algo alheio à acção dos homens, neste caso ao pensamento, algo assim como um núcleo originário imanente, depositário de tais valores indiscutíveis. Não, o humanismo é também um produto social da cultura europeia-ocidental. Uma determinada leitura dos textos clássicos e uma determinada visão da Antiguidade escolheu ideias, atitudes, valores que de facto constituíam o núcleo central da ideologia da sociedade europeia, em particular do capitalismo. O amor à pátria, a renúncia ao interesse pessoal a bem da república, todas as virtudes da elite, como o desprendimento dos bens mundanos, o estoicismo, a gravidade do senador romano, a devoção aos assuntos da política e o esquecimento das satisfações primárias por vulgares e plebeias, o esforço pela perfeição pessoal em todas as dimensões e um longo etcetera, todas estas virtudes ou atitudes do espírito junto com a consciência cristã do pecado e a consequente visão da vida como penitência, como vale de

lágrimas, estão presentes na ética calvinista que, segundo o clássico estudo de Max Weber, estimularam o crescimento do capitalismo. Mas esta não é a única leitura da antiguidade clássica.

Detenhamo-nos um pouco mais no fenómeno do humanismo. Diz-se que a sua primeira formulação é a do comediógrafo Terencio, no século II a.C. Na obra O *verdugo de si mesmo* , põe na boca de um personagem, fazendo-se eco do rifoneiro popular coetâneo, "*homo sum: humani nil a me alienum puto*" ou seja, *sou homem, e nada de humano me pode ser estranho.* Diz-se também, e a ideia foi feliz, que o Renascimento começa no dia em que a Petrarca, no princípio do século XIV, lhe ocorreu fazer uma excursão. Subiu a uma montanha, e desde o topo contemplou a paisagem. Ao fazê-lo teve uma estranha sensação que o levou a dizer algo como *caramba, que bonito é tudo isto.* Era uma sensação ou um pensamento inovador, inédito na sua época, e, portanto, pecaminoso. Era, como em Terencio, um pensamento antropocêntrico: prescindia de deus e da religião, atrevia-se a contemplar a natureza partindo de si mesmo. A natureza e o homem, a beleza daquela e o olhar deste, não estavam consagradas à divindade, não aconteciam em função de deus e da sua manifestação na criação, mas simplesmente em virtude do gozo estético que um homem, enquanto tal, experimentava. Abria-se uma porta, depois dos mal ou bem chamados séculos obscuros, que não faria mais do que se ampliar.

Parece fora de dúvida que a visão antropocêntrica própria do humanismo contém valores universais de signo indubitavelmente positivo. Ao colocar o homem acima da criação - o rei da criação, dizia-se - faz das coisas humanas o máximo valor. A própria vida do homem, para começar, passará a ser o mais valioso de tudo quanto podemos conhecer. Tudo aquilo que promova a vida e o seu desenvolvimento é positivo. Tudo o que a empecilhe ou destrua, negativo. Parece claro, mas é necessário perguntarmo-nos se semelhante antropocentrismo continua todavia vigente. A consciência ecológica hoje é já património de todos, quando os factos a tornam inevitável. Em tal consciência o homem aparece como um elemento de um sistema que está acima dele, a famosa Nave Terra. As visões antropocêntricas puseram em perigo a Nave Terra e com ela ao próprio género humano, cuja actividade se tornou suicida. Na visão ecologista o homem já não é o rei da natureza, mas parte dela. O antropocentrismo e as suas consequências lógicas, por exemplo o conhecido *crescei e multiplicai-vos*, o *dominai a terra* mostram-se agora como sementes de um suicídio colectivo. O antropocentrismo já não é bom. A base do humanismo deve ser removida.

Não podemos separar a cultura da religião. O humanismo é classicismo e é cristianismo, ou, se se prefere, judeo-cristianismo, englobando este a cultura clássica que tão bem soube assimilar. Essa cultura-religião é profundamente diferente das outras, como o budismo. O núcleo central, o gérmen mais primordial do judeo-cristianismo é uma vocação de domínio da natureza, que procede da convicção de que essa natureza é imperfeita, porque está contaminada pelo pecado original. A natureza, como o homem, tem de ser redimida. Essa é a grande missão humana, a consagração do mundo à divindade. Daí nasce um grande programa histórico, que é o domínio do mundo, para o cristianizar e redimir. A natureza é vista como um grande teatro de operações onde tem lugar a cristianização, e a história é, ou deverá ser, o processo de domínio da natureza e de extensão do reino de deus. A cultura-religião ocidental tem uma missão histórica a cumprir, e em nome dela pode considerar os povos afastados da sua fé e da sua missão como elementos todavia não redimidos, aos quais há que levar

uma religião, um estilo de vida, e em definitivo. como a história mostra, uma forma de organização social e política.

Radicalmente distinto é o budismo. Aqui, a natureza é a fonte de todo o bem, ou simplesmente a fonte do ser, do único ser, eterno e perfeito. O homem é só uma parte dela; aceita as coisas naturais como tais, incluindo a pobreza, a fome e a morte, contra as quais não há rebelião, ou apenas circunstancial e elementar. A sua aspiração é alcançar o nirvana. Não existe a menor ideia de uma missão histórica como a anteriormente descrita, nem sequer a pretensão de criar uma comunidade política racional ao estilo das clássicas, nem a necessidade de dominar a natureza por meio da razão, que para os budistas não é discursiva, mas simpática. Segundo o exemplo clássico, se damos uma flor a um ocidental e outra a um budista e lhes pedimos que a estudem até chegar a conhecê-la, o ocidental dissecá-la-á, separará as suas partes para poder identificá-la e chegar a classificá-la. O budista que pratica zen fará os seus exercícios mentais até chegar a sentir-se flor. O ocidental terá destruído a flor para a conhecer, o budista não. Mas esta atitude, que pode resultar muito simpática em certas circunstâncias, impede o desenvolvimento de formas sociais e económicas complexas. Num interessante artigo publicado na revista da Fundação Alexander von Humboldt, de Julho de 1995, o professor Chetana Nagavaraja da Universidade Silpakorn em Nakorn-Pathom, observando as dificuldades da Tailândia para fazer acompanhar o seu grande crescimento económico de um desenvolvimento das formas sociais e económicas no estilo ocidental, propõe expressamente que se cultivem ali as humanidades clássicas europeio-ocidentais, que lhe parecem imprescindíveis para tal fim. Se queres capitalismo, empapa-te de clássicos.

Estou convencido de que quase todos, se não todos os leitores, pensarão que se há que comparar, é mais interessante, melhor ou simplesmente superior a cultura-religião ocidental. Fomos nós os que escrevemos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e não eles. Acabamos com muitas enfermidades, criamos condições para que não haja fome, nem injustiças. A razão discursiva fez-nos donos de nós próprios, permitiu que compreendessemos também os budistas, etc. Não é necessário continuar. O humanismo, que é a coluna vertebral da nossa cultura-religião, alimentou valores universais benéficos para a humanidade. Mas...até aqui chegamos.

Em 1944, Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, que como outros pensadores da Escola de Frankfurt se tinham mudado para os USA, deram a conhecer a primeira redacção da sua obra conjunta *Dialektik der Aufklärung*. Por *Aufklärung* não se entende a Ilustração do XVIII, o chamado Século das Luzes, mas algo assim como aquilo a que chamei cultura-religião, a razão ou racionalidade europeias. Agora dispomos de uma tradução com excelente introdução de Juan José Sánchez, de 1994. Não se estranhe o atraso na tradução, porque foi geral. A tese central surge (cito da mencionada introdução) da experiência dolorosa de que "*a humanidade - escrevem em* 1944 - *não só não avançou para o reino da liberdade, para a plenitude da Ilustração, como antes retrocede e se afunda num novo género de barbarie*". Podemos imaginar o que diriam hoje, neste ano do Ruanda e da Bósnia e de tantas outras desgraças esquecidas por quotidianas; do recolher obrigatório para os jovens em muitas cidades dos Estados Unidos, como se houvesse um estado de guerra, de uma nova guerra distinta, mais civil do que nenhuma outra. Não me interessa agora aprofundar sobre as discussões cientificas suscitadas por esse livro de Horkheimer e Adorno, nem na sua utilização a partir de posições divergentes. Interessa-me apenas tornar presente como em pleno século XX, no debate sobre a modernidade e o seu

terminus, se põe em questão tudo aquilo que, até há pouco, parecia ser a grande conquista histórica da cultura-religião europeia-ocidental. Ninguém sabe, de momento, como vão ser as ideias socialmente dominantes na pós-modernidade, nem tão pouco o seu sistema educativo. Parece claro, porém, que não será o que foi.

Alguns pensarão, contudo, que o humanismo contém valores cuja vigência está acima de tudo, que apesar das páginas negras da história, sempre estarão lá para regressar quando seja possível e conveniente. Parece que sempre será útil e interessante voltar a Tucides e ler o discurso que põe na boca de Péricles para honrar os atenienses mortos em combate, fazendo um elogio da sua cidade, pela qual vale a pena morrer. Segundo Péricles, o facto de ser ateniense garantia coisas tais como ter um gosto refinado e comedido e até uma personalidade encantadora. Atentemos agora naqueles valores que antes mencionava, o amor à república, a sobriedade, a honra, a perfeição pessoal em suma. Aqui podemos ser imediatamente acutilantes: foi o capitalismo avançado, a nossa sociedade actual a que destruiu tais valores. Ainda que seja adiantar-me algo, não posso deixar de colocar a pergunta obrigatória: para que queremos voltar ao humanismo se nós próprios o destruímos? Acaso condenamos a sociedade capitalista avançada e desejamos pôr outra no seu lugar? Qual, por certo? Acaso uma em que o humanismo se sinta em casa? Temo que os sociólogos e os historiadores mais lúcidos nos diriam que isso já não é possível, que o relógio da história não pode andar para trás.

Houve momentos estelares na história do ocidente, no dizer de Agnes Heller. Um deles foi a Atenas do século de ouro, o outro algumas repúblicas italianas do renascimento. Nesses lugares e épocas deu-se uma situação excepcional: o genérico e o particular coincidiram. Por outras palavras: os interesses do estado - ou da sociedade - e os do indivíduo eram os mesmos. Este ao viver para si, fazia-o para o estado. Ao perseguir a sua própria satisfação, procurava também a da colectividade. Já disse que foram situações excepcionais, e para não me espraiar sobre tão curiosos casos, direi somente que em ambos se dava uma descarada exploração económica de outros povos, outras sociedades, o que lhes permitia evitar todo o conflito interior. Incluso, em vez de pagar impostos, receber algo do estado. É claro que isto não pode ser mais do que excepcional, no tempo e no espaço. Serve-nos para demarcar a questão, que neste caso não é pergunta mas constatação: os valores socialmente aceites no nosso mundo ocidental actual não são os do humanismo, mas antes o contrário. Pensemos na concorrência entre indivíduos para alcançar metas de satisfação material apenas individual, nunca completa por muito que se tenha. Daqui devia depreender-se que o humanismo começou a decair, na consideração social geral, quando a sociedade capitalista se instalou com todas as consequências, como se fossem dois mundos antitéticos. E assim foi na realidade.

Sustentei que as humanidades contêm uns valores que pareciam universais na sociedade ocidental anterior ao capitalismo avançado. Não quero com isto dizer que esses valores tenham morrido, nem que para sempre venham a carecer de interesse, como veremos mais abaixo.

Disse antes que os valores humanísticos que encontramos nos clássicos procedem de uma determinada leitura, que procura e encontra esses e não outros. Devo acrescentar agora que essa não é a única leitura. Talvez não se torne necessário dizer algo que parece tautológico, a saber, que cada época faz dos clássicos uma leitura própria. No momento presente proliferam leituras dos clássicos que procuram saber o

que se passava com as mulheres, com o mundo afectivo em relação à criança, com a homossexualidade, e outras coisas que traduzem imediatamente as inquietudes da nossa própria época. Existem muitas leituras possíveis, algumas das quais nunca foram experimentadas e quiçá sejam agora inimagináveis para nós. Não é por conseguinte correcto pronunciar-se acerca da vigência das humanidades como se esta estivesse determinada de uma vez por todas. O Império Romano oferece-nos uma maravilhosa lição, nesta época de nacionalismos selvagens, de purezas étnicas, de intolerâncias religiosas, ao ter sido capaz de reunir numa imensa entidade política povos que tinham diferentes culturas, religiões, línguas e tudo o que queiramos imaginar. Que eram de cor mais ou menos branco, até chegar ao negro. No império destacou-se radicalmente o étnico do político, de modo que se fizeram independentes. Uma pessoa podia manter tudo o que lhe era próprio, como povo e como cultura, e apenas enquanto homem político, enquanto cidadão, ser romano. A sociedade estava baseada na lei civil, considerada um acordo entre os membros da sociedade com o objecto de conseguir a utilidade pública. E esta ideia de utilidade comum, de república, chegou a ser considerada como mais alta, mais importante do que a comunidade étnica. Em vez de estudar as campanhas militares de Júlio César, poderíamos ensinar aos nossos estudantes como se constrói um estado interétnico, interconfessional, intercultural. Esse tipo de valores, que estão como que reclamando a nossa atenção, têm hoje a mais absoluta das vigências.

Mas, nem todas as pessoas pensarão assim. Sem dúvida que não pensa assim quem alimentou o nacionalismo que dilacera os Balcãs nos nossos dias. E não o faz porque previamente tomou uma opção contrária a tais valores, porque aposta num estado unicultural, uniétnico, etc. Quer dizer, adoptou uma posição política determinada. E este é o núcleo da questão, a dimensão política da nossa atitude face às humanidades, que determina a sua vigência, o seu interesse. Como sucedia nas ciências, segundo vimos, também o humanismo está construído por nós e para nós.

De tudo o exposto infere-se a incorrecção daquela *communis opinio*, expressamente defendida por Charles P. Snow e Bertrand Russel, a saber, que a cultura humanística deve servir de guia às ciências e à técnica para que não se pervertam. Em primeiro lugar, podemos constatar facilmente que, até agora, as humanidades não guiaram nunca as ciências nem a sua aplicação prática. Parece, lendo estes autores, que tinha havido um tempo em que as coisas eram melhores, antes de ciências e letras se terem tornado estranhas. A experiência deste século XX mostra como, em definitivo, o que se impõe são os interesses prático-reais de uma sociedade. Que frente a esses interesses os humanistas possam fazer prevalecer outra ideia acerca de como deve ser a sociedade é pura ilusão, inclusive mesmo em termos teóricos: aceitar esse papel das humanidades seria como negar a existência de outras forças mais profundas, estruturais, que dão a uma sociedade uma dinâmica particular. Devemos ser realistas. Como diz Mário Bunge, se houve alguma vez animais subjectivistas, dos que não aceitam a existência autónoma do mundo exterior, ou morreram muito jovens confrontados com o mundo que negavam, ou foram nomeados professores de filosofia4.

Por outro lado, as ciências têm elas mesmo o gérmen e a possibilidade de orientar-se de uma ou outra forma. Não só como possibilidade; de facto orientam-se sempre de acordo com os pressupostos e objectivos próprios do paradigma científico, que os inclui indefectivelmente. No momento presente, a influência do contexto social nos objectivos da investigação é tão notória como sabemos todos os que algumas vez

folheamos um programa científico para solicitar ajuda financeira. Algumas disciplinas e certos temas financiam-se, outros não.

Em que lugar deixamos então a confrontação entre ciências e letras, ou mais em geral entre as ideias e a praxis, de cuja existência também não devemos duvidar? No meu parecer, a resposta é clara. Essa confrontação produz-se dentro de uma sociedade determinada, num momento determinado, em circunstâncias particulares. Em termos teóricos poder-se-ia aventurar que tal confrontação se produzirá quando a mudança social ou histórica der lugar a uma dissociação entre as ideias dominantes e a praxis social. Fui testemunha, durante uma visita ao Yemen do Norte, do desespero de um pai cujo filho se recuperava de uma operação num hospital a cargo de cooperantes cubanos, ao sentir que a ciência médica se interpunha no caminho de Alá, único dono da vida do seu filho. Os médicos tiveram que interromper o tratamento. É o mesmo confronto, na sua lógica interna, que existe entre as virtudes humanísticas da humildade e da abnegação e o que nos pregam os ídolos sociais de hoje.

Mas voltemos aos temos originários. É um facto que as humanidades estão em má hora, na nossa sociedade de hoje. É isto aceitável, em virtude das grandes questões histórico-sociológicas que assinalei? É, pelo contrário, condenável? Que queremos fazer? Que podemos fazer?

De imediato afirmarei sem rodeios que, na minha opinião, o abandono das humanidades é pernicioso, e devemos fazer algo para o evitar. Não, evidentemente, para revitalizar um corpo que já não tem salvação; não por nostalgia de um mundo que parece ter sido melhor. Inclusive, em virtude dos grandes valores humanísticos é necessário colocá-lo de outro modo. Isso fez C. P. Snow na sua segunda perspectivação, chegando à desesperada conclusão de que os urgentes problemas do nosso mundo parecem pedir de preferência uma solução técnica, não sendo capaz de dizer como se podem conjugar uma atitude literária ao gosto europeu e um decidido apoio às ciências. Com as suas próprias palavras "*Agora não posso deixar de fazer uma pergunta. Não é uma pergunta retórica, e não conheço a resposta. Seria uma satisfação sabê-la: a pergunta é esta: até que ponto é possível partilhar das esperanças da revolução científica, das módicas e difíceis esperanças para outras vidas humanas, e ao mesmo tempo participar sem reservas no tipo de literatura que acabamos de definir?*.

Vou ensaiar uma resposta parcial a esta pergunta, que é mais ou menos a mesma que a que nos interessa. Para terminar rapidamento fa-lo-ei sob a forma de breves proposições.

1. As ciências e as humanidades são filhas da sociedade que as cria e as cultiva. Não têm existência própria à margem do fenómeno social. As humanidades, tal como as conhecemos, são filhas da sociedade europeia que desde o século XVI e com mais força desde o XVIII faz uma determinada leitura dos clássicos. São as humanidades da sociedade capitalista ou, com uma designação mais ampla, da modernidade. A modernidade está agora esgotada, face a uma post-modernidade todavia só pressentida. As suas humanidades também parecem esgotadas, e a isso respondem os novos programas educativos.

2. Mas na medida em que a cultura clássica contém as raízes da nossa cultura europeia-ocidental, e isto é inquestionável, não pode ser esquecida nem desaparecer da nossa educação. A visão dos clássicos construímo-la desde o nosso presente, que nela aparece reflectido, fundamentado, legitimado, e que por isso pode servir a uns e a

outros, a gregos e a troianos. Quiçá seja a ausência de criatividade do nosso presente, que se observa de forma notória na arte e no pensamento, a que explique o desinteresse pelo clássico. A sociedade do futuro deverá criar as suas próprias humanidades, que serão distintas das que conhecemos, como de facto já começam a ser.

3. Desde os finais do século XIX, e de forma clara no século XX, deu-se um fenómeno de máxima escala, que Ortega y Gasset chamou A *rebelião das Massas*. Ampliou-se extraordinariamente a parte da sociedade que acede ao ensino, que participa nos acontecimentos culturais, e mudaram os agentes que dão o tom e a medida à sociedade. Qualquer pretensão relativa a um fenómeno social como a educação e a cultura deve ter em conta esta mudança, sob pena de ser inoportunamente elitista e, portanto, condenada ao fracasso na sua dimensão social

4. Qualquer proposta sobre o papel que devem jogar as humanidades na nossa sociedade, se não quer ser justamente intitulada de corporativista e inoperante, tem de partir do facto de que o ensino, oficial ou privado, não é já a única instância educativa. A televisão e outros meios de comunicação jogam um papel importantíssimo, e não teria sentido que os educadores tratassem de transmitir uns valores e atitudes de pensamento que a televisão, sistematicamente, repudie ou ignore em favor dos seus contrários. Os pais e educadores que queiram favorecer o estudo das humanidades e dos valores que estas contêm, não devem cair na contradição que supõe proporcionar, na vida diária, em simultâneo, valores opostos.

5. Ouve-se falar de um novo humanismo para uma nova sociedade. Parece legítimo pensar que a Cultura Clássica, a História, a Filosofia e a Literatura contêm valores universais cuja vigência não está esgotada. A vida humana, a sua dignidade, liberdade, justiça, honradez, mas também o uso da razão, a promoção do conhecimento e tudo quanto contribua para criar uma mentalidade crítica, activa e positiva em relação a esses valores, deve ser cultivado. Em pura lógica, tudo o que os negue deve ser combatido. Do mesmo modo que uma criança criada no isolamento não poderá nunca aprender a falar, se não se estimula o seu pensamento nunca poderá aprender a pensar. Se não conhece as raízes da cultura e da civilização em que vive nunca poderá estar bem situado no mundo. As humanidades contêm as raízes da nossa cultura ocidental, e podem ensinar o caminho para se aproximar de outras, para ser tolerante e para conceber a natureza e a vida como algo enriquecido pela diversidade. As humanidades, a História, a Filosofia e a Literatura em geral contêm um imarcescível caudal de conhecimentos que podem proporcionar ao homem a consciência da sua identidade como indivíduo. Podem ser a base da sociabilidade do indivíduo, mostrar-lhe o carácter histórico, não dogmático das ideias e das acções humanas, e permitir-lhe desfrutar de um inesgotável caudal estético. O possuir tais conhecimentos, em maior ou menor grau, deveria ser um direito humano elementar especificamente reconhecido. Mas só se realçarem e cultivarem os mencionados valores, poderão as humanidades, no futuro, cumprir um papel educativo e emancipador. De outro modo, como já aconteceu no passado recente, poderão servir para o contrário. Nestes tempos de grandes desgraças humanas produzidas pelos homens a frase de Terencio *sou um homem: nada do que é humano me pode ser estranho* antes mencionada suscita mais inquietação do que nunca. As humanidades deveriam hoje e deverão no futuro semear, cultivar e fazer amadurecer a nossa inquietação. Mas só poderão cultivar essa inquietude emancipadora ali onde esta tenha cabimento. Parece não o ter na nossa sociedade actual, que por isso as rechaça.

NOTAS

* Departamento de História I. Universidade de Santiago.

[1] Versão reformulada do relatório apresentado no encontro da associação espanhola da Fundación Alexander v. Humbolt, Santiago de Compostela, 1995; publicado na revista *Mientras Tanto*, Barcelona, 68-69, 1997.

[2] HITLER, A - *Mein Kampf*. Munich, 1934, p. 469 e segs.

[3] Citado por L. CANFORA - *Ideologías de los estudios clássicos*. Madrid, 1991, p. 93, nota 2.

[4] BUNGE, Mario - Realismo y antirrealismo en las ciencias sociales. *Mientras Tanto*. Barcelona, 61 1995.

DO CAMPO DE SANTANA AO CAMINHO NOVO PARA O BOM JESUS DO MONTE CARVALHO. A CASA TÉRREA NO SÉCULO XVIII EM BRAGA

Ana Maria Magalhães de Sousa PEREIRA *

1. INTRODUÇÃO

O tipo de casa mais comum na Braga setecentista, que se define térrea mas personalizada, tem vindo a desaparecer em toda a cidade e, se há poucos anos ainda era visível em muitas zonas, como a rua dos Chãos de Cima a S. Vicente, a rua das Cónegas ou até a Avenida Central, têm vindo a ser substituídas por prédios de andares, um tipo de habitação mais conforme à urgência e vertigem actual, que não se compadece com particularismos arquitectónicos tomados como obsoletos e pouco rentáveis. E todavia nestas pequenas construções viveram aqueles que fundamentando uma rede humana, serviram de alicerce à permanência da cidade setecentista. Sabe-se muito pouco acerca delas, da maneira como se afirmaram no espaço urbano. A nossa curiosidade em destapar um pouco esse véu, surge não só da necessidade de homenagear a multitude anónima construtora, mas também decorre da própria obra, pelo que ela representa de compromisso numa cidade ricamente multifacetada, assumindo-se ao mesmo tempo como cruzamento de expectativas e referências formais.

Sabemos que a investigação sobre arquitectura civil não é uma tarefa fácil, a maior parte das vezes devido à escassez de documentação, o que obriga ao cruzamento de fontes variadas. Mesmo no estudo da habitação das pessoas com um certo relevo na estrutura social da cidade de Braga no século XVIII, a documentação é dispersa e falível, o que dificulta a procura. O problema aparece duplamente agravado, nesta reflexão sobre a casa térrea setecentista, pois não só os habitantes se situam num plano inferior da pirâmide social, mas também se apresentam na boa tradição rural, auto-suficientes. Nestes casos a documentação limita-se à compra ou arrendamento do terreno e ao processo de emprazamento, mas devido à singeleza das habitações, a descrição é extremamente sucinta, dificultando a visualização das mesmas.

As casas térreas que se vão construindo não agregam em si, aparentemente, nenhum dos novos processos decorativos que vêmos surgir por toda a cidade. Mostraremos que, ao contrário, irão assimilar novas tendências, embora vagarosamente, sem todavia deixarem de estar sujeitas a uma tipologia que se define no século XVII, que se assume estacionária no campo e mais específico ainda, em zonas do nosso país ao longo de todo o século XVIII. Por outro lado, apontaremos as relações existentes entre este tipo de casa e o crescimento da cidade de Braga. Esta expansão para Nascente, marcada pela construção da Igreja do Bom Jesus, estruturando-se em novos arrabaldes em direcção ao Santuário, determinará novas artérias que se irão afirmar como pólos de construção, para uma cidade nova.

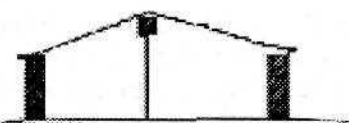
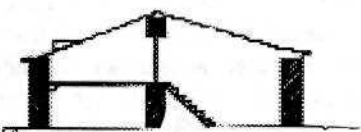
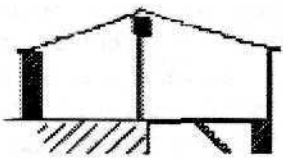
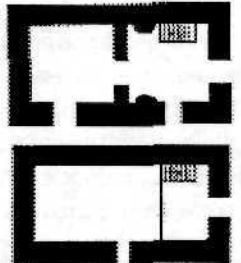
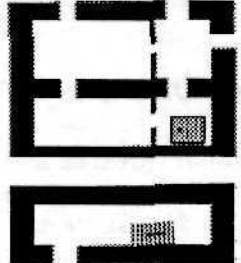
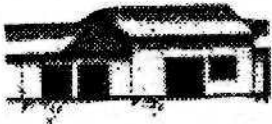
2. A CASA TÉRREA NO MAPA DAS RUAS DE BRAGA

D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) seria o grande impulsionador de mudança urbana, motivando ou continuando obras de grande envergadura, testemunhos de poder e clarividência que atrairiam à cidade mais e melhores artesãos para prover ao luxo e à *Festa* da Corte Arcebispal. As obras e melhorias, continuaram com os arcebispos que lhe sucederam, transformando-se a cidade num pólo agregador de novos ofícios, atraindo obreiros e artesãos, atingindo o esplendor máximo com D. José e D. Gaspar de Bragança.

Mais e melhores artífices viriam para uma cidade pujante e em mudança, buscando melhores condições de vida, agregando as suas oficinas e lojas, que asseguravam com a sua produtividade a cidade, na sua essência de compra e venda de produtos, de excedente e luxo, novidade e permanência, em suma o pulsar vivêncial urbano.

Espaço temporal	ARCEBISPO
1690 - 1692	Sede Vacante
1692 - 1696	D. José de Menezes
1696 - 1703	D. João de Sousa
1704 - 1728	D. Rodrigo de Moura Teles
1728 - 1741	Sede Vacante
1741 - 1756	D. José de Bragança
1758 - 1789	D. Gaspar de Bragança

Por esta altura floresciam na cidade várias indústrias manufactureiras[1], algumas de projecção internacional, como era o caso dos sombreireiros, que aglomerando-se na zona de S. Victor com as suas oficinas dariam mais tarde origem ao chamado "bairro chapeleiro"[2]. As actividades ligadas aos têxteis, nomeadamente, sedas[3], linhos e algodões, eram também muito prestigiadas para não falar de outras[4] também importantes que começavam a ganhar cada vez maior relevo em termos de cidade e região.

Embora na cidade, acontecesse um surto construtivo com alguma sofisticação, nas zonas novas surgiam construções pouco pretensiosas, onde se alojavam estes recentes habitantes e as suas manufacturas. Por volta dos anos vinte, do século XVIII, verifica-se o aforamento de muitos chãos, dando origem a novas ruas, como é o caso, entre muitos outros, da rua Nova da Seara ou da rua de S. Domingos, adensando-se os arrabaldes numa rede de vias e interesses, num espraiar da cidade para o exterior.

Braga havia visto desabrochar em finais do século XVII e inícios do XVIII, exemplares notáveis de arquitectura religiosa e civil[5], esta enveredando por duas tendências artísticas bem definidas que coexistindo no mesmo espaço temporal, apresentam características bem particulares. Uma arquitectura barroca que surge acompanhando a construção/remodelação das igrejas de S. Victor, dos Terceiros e de S. Vicente, edifícios que são marcos na arquitectura religiosa da cidade, e outra de referência maneirista, que ultrapassando o limite da centúria se continuaria a construir na cidade. Referimo-nos a essas grandes casas sóbrias e possantes, cujos arroubos decorativos se resumem à utilização de cornijas a encimar todos os vãos, remetendo-nos para processos arquitectónicas anteriores, ostentando uma simplicidade enganosa, visto que quem as manda construir usa conscientemente o seu prestígio para se afirmar ao resto da comunidade, sendo a sua pretensa simplicidade, duma forma bem definida e palpável, o rótulo da importância da família. Lendo o Mapa das Ruas de Braga, vêmos que este tipo de casas é predominante, e ao analisarmos a documentação existente atentando à descrição das mesmas, concluímos que ao longo do século XVIII continuam a ser as escolhidas pela sociedade bracarense.

Paralelamente por toda a cidade irrompe um surto de construções, simples mas bem estruturadas ao longo destas zonas que iam surgindo. Disso nos dá notícia o Mapa das Ruas, em cujas representações podemos consciencializar que embora se encontre este tipo de casa, térrea, em quase todas as ruas, aparecendo tanto no centro da cidade, onde predomina uma ocupação de espaço preferencialmente de tradição medieval é, principalmente na periferia, que a sua presença se torna mais notória, em áreas novas, muitas delas que em 1750, data da realização do Mapa das Ruas de Braga, iniciavam a sua implantação a nível da rede urbana[6]. Este surto construtivo de qualidade, chamaria para a cidade artesãos especializados, por isso, não é de admirar que muitas das zonas "novas", sejam habitadas por pedreiros, carpinteiros, ferreiros e outros, em vez de vinhateiros e agricultores como sucedia anteriormente. Se contabilizarmos o número de casas pertencentes ao Cabido, tanto térreas como de um sobrado, que foram representadas no Mapa das Ruas de Braga verificamos que mesmo as de um sobrado, apresentam no rés-do-chão as mesmas características das térreas, ocupando o mesmo espaço de rua, oscilando as suas medidas, entre as quatro e as seis varas.

À medida que nos afastamos da Sé para a muralha o seu número vai crescendo e quando extrapolamos a cerca em direcção aos arrabaldes, vemos que há um aumento acentuado[7] que certamente tem a ver com os habitantes que a cidade vai agregando ao longo do século. Se por exemplo, compararmos os novos espaços, situados bem para fora da cerca, com outros mais antigos, próximos da muralha, notamos que não só o número de casas térreas é superior no primeiro caso como as casas têm características distintas pois, sendo muito mais antigas, apresentam-se simples e rudimentares.

3. TIPOS DE CASAS TÉRREAS NA BRAGA DE SETECENTOS

As casas térreas de Braga aparentemente semelhantes, mostram-se com fachada simples, uma ou duas aberturas e telhado de duas águas. Todavia ao analisarmos a documentação existente, nomeadamente as descrições constantes dos documentos de emprazamento, constatamos que existem pelo menos três tipos diversos de construção:

Casa térrea Tipo A	Frente e traseira térreas	
Casa térrea Tipo B	Frente e traseira térreas com um pequeno andar sobradado	
Casa térrea Tipo C	Frente térrea e traseira sobradada	

Casa térrea Tipo A	Para a frente: sala e quarto Para trás: cozinha	
Casa térrea Tipo B	Para a frente: sala Para trás: cozinha Em cima: quarto	
Casa térrea Tipo C	Em cima: sala para a rua Para trás: quarto Em baixo: cozinha, adega e despejos	

Casa térrea individual	Cobertura individualizada	18 19
Casa térrea em fila	Uma cobertura para várias casas	20 21 22 23

4 - CAMPO DE S. SEBASTIÃO E CAMPO DA SENHORA-A-BRANCA

Começaremos por analisar a casa térrea nos espaços próximos das muralhas, por terem características particulares e nos parecerem mais rudimentares, nomeadamente nos terreiros que ganharam estatura durante o século XVI, com outro Arcebispo fundamental na remodelação urbanística, D. Diogo de Sousa. Campos que se situam no eixo Nascente e Poente, junto de duas portas maiores, prenunciadores, já nessa altura, da expansão da cidade, como aliás viria a acontecer nos tempos seguintes.

Vejamos o Campo de S. Sebastião, terreiro extra-muros e que apresenta uma ocupação humana desde o período medieval. Ao encontrar-se junto de uma das aberturas mais importantes da cidade, a Porta de Maximinos, situada na embocadura da rua com o mesmo nome, deveria ter adquirido importância ao longo do século, não fosse o facto do pólo comercial da cidade se ter vindo a deslocar para outros lados da urbe. Visualisemos este grande espaço que sentimos ainda muito ligado às hortas situadas ali ao lado, definindo rudemente quatro eixos, a Norte a rua dos Biscainhos, a Porta Nova com o Campo das Hortas como se fosse um grande átrio, a Sul a capela de S. Sebastião das Carvalheiras, a Nascente a muralha e todas as construções a ela adjacentes, estruturando-se na rua dos Açougues e a Oriente a embocadura da rua de S. Miguel-o-Anjo.

Deste lado, junto do edifício dos frades Crúzios que faz esquina para a rua de S. Miguel-o-Anjo[8], podemos ver representado no Mapa das Ruas de Braga[9] uma fiada de construções que têm nas traseiras grandes quintais e hortas, nomeadamente a dos frades, cuja cerca entesta com os quintais tanto do Campo de S. Sebastião como da rua de S. Miguel-o-Anjo[10]. Apresenta uma frente de casas térreas foreira à casa que é o prazo dois. Esta é em finais do século XVII, pertença de Sebastião Pereira de Carvalho, cidadão de Braga e morador na freguesia de Serzedelo, que por volta de 1674 é instado a pôr em ordem as suas contas com o Cabido em relação às suas casas *citas no Terreiro e Devesa de Sam Sebastião da freguesia da See*, devido ao facto de querer fazer prazo novo e *lhe fazerem embargo nos alugueis*. Estas casas que o documento assinala como sendo *terreiras*,

situavam-se de costas voltadas para o quintal da casa, *Item na corente destas casas para o Norte estam nove casas terreiras telhadas que sam desta propriedade que algumas foi prazo separado e se metem todas neste praso e cada hua das ditas casas terreiras tem sua porta para a rua e nenhua pera o quintal*[11], tendo uma só abertura para o exterior, desenhavam em planta um rectângulo cujas medidas seriam trinta e três varas e meia por cinco varas[12], *medidas ao coprido de Norte a Sul tem trinta e três varas e mea e medidas por detras pello quintal tem trinta varas e de largo de Nacente a Poente cada hua tem sinco varas*, em suma uma fila de habitações cobertas com o mesmo telhado de duas águas.

O documento é bastante sucinto, e embora descreva com alguma minúcia a casa "principal", passa por alto as casas térreas que lhe estão pegadas, fazendo somente referência ao tipo de cobertura que elas possuíam, devido talvez ao facto de muitas das casas da cidade, principalmente nos arrabaldes, por esta altura, ainda serem cobertas de colmo.

Parece-nos óbvio estarmos perante um tipo de casa elementar[13], definindo-se pequena, reduzida a um simples compartimento que por vezes possui divisórias em madeira, separando a alcova. Se prestarmos atenção à representação do Mapa das Ruas de Braga, vemos que as casas de que falamos não possuem outra abertura a não ser a porta. Não nos causará estranheza se lembrarmos que em muitas casas térreas ainda existentes no nosso País[14] não existem aberturas na frontaria das casa, além da porta da entrada. Não seriam forradas, e o fumo da sua lareira escapulir-se-ia livremente pelas telhas, o chão seria em terra batida, e as suas paredes seriam de taipa[15].

Seria interessante saber se a casa que é o prazo três[16], que já existia em 1558, juntamente com a casa que é o prazo dois, possuíria na porta uma decoração em facetados, uma concessão às tendências decorativas da época[17]. Por esta altura, finais do século XVI, vivia na casa térrea Pedro Gonçalves, vinhateiro[18], cuja profissão parece ter a ver com a predominância de quintas e hortas nas proximidades, enquanto que na casa sobradada vivia António Fernandes, pedreiro e sua mulher Madalena Afonso[19], numa casa que certamente nada teria a ver com a representada no Mapa das Ruas de Braga, cujas características apontam para obras do século XVII[20], mas que possivelmente possuíria alguns "melhoramentos" introduzidos pelo seu construtor.

Do outro lado do Campo de S. Sebastião, não representado no Mapa das Ruas de Braga, existiam outros exemplares destas construções em fila, visto que numa venda efectuada em 1678, João Barbosa de Almeida vende a João de Moura, alfaiate *casas terreas pegadas huas as outras com seu quintal atras que agora esta seibe sitas junto a Torre do Postigo do Campo de S. Sebastião*[21], e quando o padre Gonçalo de Azevedo vigário da freguesia de S. Tiago, compra ao padre João da Fonseca seis moradas de casas com seu quintal situadas no mesmo Campo, *sitas ao Postigo de S. Sebastião*[22], estas também parecem obedecer à mesma tipologia. Na altura em que o padre se apresenta na sua nova propriedade para que os caseiros o conheçam, *tomou das lojes terra e pedra e das paredes barro*[23], indiciando os materiais de construção destas casas térreas, que deveriam ser divididas ao meio, uma parte de chão batido e outra de *taboado*, onde se situava a sala e alcova e as paredes de taipa.

Por vezes estas casas térreas elementares estão relacionadas com uma certa evidência com um edifício de maiores proporções que lhe fica ao lado. Esta ligação de maior ou menor dependência, tem normalmente a ver com a quinta ou os terrenos agrícolas pertença da casa maior. Seria esse, possivelmente, o caso do prazo três do Campo de S. Sebastião, durante o século XVI, existindo uma interligação com a casa

sobradada e as quintas que lhe ficavam atrás. Não é talvez por acaso que o prazo um, uma casa sobradada que denota alguma importância, tem representada no Mapa das Ruas de Braga, no terreiro de entrada, uma frondosa ramada de videiras. Esta "depêndencia", motivada por razões agrícolas desapareceu entretanto no decorrer do século seguinte, à medida que todo este espaço era sentido como cidade. Durante o século XVIII, esta zona embora assumida ainda como arrabalde, perderia definitivamente aquele carácter rural que mantivera até aí.

Para o lado oposto da cidade, o Largo da Senhora-a-Branca[24], um terreiro que se havia formado no término do Campo de Santana, ainda eram significativas as quintas durante o século XVIII, embora a cidade avançasse com bastante expressividade nesta direcção como posteriormente iremos vêr. Uma dessas quintas, existente desde o século XVI, a quinta do Sobrado que tinha como pólo principal uma casa-torre que se estruturava em função da quinta, possuía a seguir ao seu magnífico portal ameado voltado para o Largo, um terreiro, onde se situavam algumas construções que se relacionavam estreitamente com a quinta e os seus serviços. Não esqueçamos que estes aglomerados, funcionavam em regime de auto-suficiência, agregando em si desde o carpinteiro até ao moleiro. Deste conjunto contabilizamos pelo menos uma casa sobradada e duas térreas, *na dita casa sobradada mora* Diego Martins *trabalhador e paga della em cada hum anno de foro e penção ao emprazador sento e quarenta reis e na terra que esta ao redor da sobradada mora* Maria Fernandes |...| *e na outra casa terrea que esta mais asima mora* Pero Faria *o bergues*[25], na outra casa térrea referida fechou-se a porta que possuia para o espaço público, abrindo posteriormente para o pátio interior, o que nos parece bastante significativo da sua interdepêndencia com a casa principal. Por outro lado o facto de não serem referidas ocupações específicas dos moradores das casas poderiam indicar, e assim o supomos, uma ligação à casa principal nomeadamente aos trabalhos do campo. Seriam casas muito simples, certamente com os pavimentos em terra batida e paredes em taipa. No mesmo documento, é referido a seguir, *hua rua de casas*, tanto sobradadas como térreas, foreiras à casa-torre, mas que possuem características diferentes destas que referimos atrás, antes parecem ser do género das existentes na rua Nova da Seara, que se seguia a este Largo para Nascente, por esta altura ainda certamente um caminho entre quintas, mas que se tornaria ao longo do século XVIII, um foco de novidade, agregando pessoas diferentes, no sentido de a sua postura a nível urbano nada ter a ver com os casos que afloramos atrás.

5. RUA NOVA DA SEARA

Por volta de 1729, começou a ser aforado o terreno que bordejava o caminho que seguia em direcção ao *Bom Jesus do Monte Carvalho*, chamada a rua Nova da Seara[26], terreno pertencente à quinta e casal de *Entre Ambos os Matos* que pertencia a D. Francisca Xavier Tinoco Carneiro Pimentel. Esta fazendo-se representar pelo seu tio o reverendo beneficiado Agostinho Alves Tinoco, disse que se encontrava contratada com Diogo da Costa sombreireiro e a sua mulher Ana Lopes *de lhe aforar e subemphiteuticar hum chão de terra pertença do cazal chamado de* Entre os Mattos *no campo que se acha citto alem da igreja de* Sam Victor *junto a estrada que vai desta cidade para o* Carvalho d'Este *e para o* Bom Jesus do Monte *o qual chão era para os ditos* Diogo da Costa *e sua molher* Anna Lopes *nelle edificarem cazas com seu quintal*[27].

Do lado Poente, tinha aforado, também para construir casa nova, o pedreiro Custódio Pereira e sua mulher Úrsula Francisca, uma fatia de terra que *constava ter de largo de* Nasente *a* Poente *cinco varas em qualquer parte delle e de comprido de* Norte *a* Sul *quarenta varas*, que iria ser a casa número vinte com o seu quintal, enquanto que a do sombreireiro Diogo da Costa, possuindo as mesmas medidas, seria a número dezanove. Por esta altura do lado Nascente, pegado à casa deste, o terreno só seria aforado alguns meses mais tarde, precisamente em Outubro, por um sombreireiro de nome Manuel da Costa e sua mulher Marta Ferreira, o que significa que durante este período esta vereda bordejada de campos, se começava a estruturar como rua, tal qual a entendemos no espaço urbano. Para Nascente da casa número dezoito, cujo espaço acabamos de referir, só nos anos trinta seriam aforados os terrenos das casas números nove a dezassete, e nos anos quarenta seriam aforados os terrenos das casas números três, quatro, cinco, enquanto que as casas números um e vinte e quatro, respectivamente a primeira e última das representadas no Mapa das Ruas de Braga, seriam somente aforadas nos anos sessenta e oitenta. Diz-nos o documento de aforamento de Diogo da Costa[28] que este pedaço de terra se encontrava *além da* Igreja *de* Sam Victor, o que nos dá uma imagem muito diferente da rua tal qual a conhecemos hoje.

Se atentarmos na representação do Mapa das Ruas de Braga[29], as casas parecem pertencer à tipologia anteriormente descrita para o Campo de S. Sebastião, algumas casas em fila, caso das moradas números um, dois, três ou das casas números dezasseis, dezassete, dezoito ou vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três. Todas elas estão cobertas com um telhado comum de duas águas e possuem na fachada voltada à rua uma porta e uma janela excepto a casa número dezoito, a que pertence a Manuel da Costa que apresenta duas portas. Parecem casas térreas elementares, mas quando começamos a ler documentos posteriores à sua construção, vêmos que além de serem diferentes umas das outras, muitas delas são falsas térreas, ou seja o alçado que apresentam para a rua pública é térreo, mas o alçado voltado a Sul é sobradado.

Vejamos por exemplo a casa dezassete por volta de 1779, *Item caminhando para o* Poente *se segue outra morada de casas telhadas terreas e as possuie* Bernardo Pereira *serralheiro e sua mulher moradores aos* Penedos *as quaes tem na fronteira que fica para a rua onde tem sua porta e seu taboleiro e tem sua salla no sobrado com seu quarto de taboado a qual salla fica para a rua publica e mais alta onde esta hum repartimento de taboado e dahi faz sua decadencia constantemente fundo para a parte do quintal para onde se desce por huma escada e tem esta parte de loja rente com a saída para o quintal onde tem sua adega e servidão de despejos e cozinha com uma porta para o quintal*[30].

Como vêmos, e o documento é bastante explícito, a casa apoia-se num declive de terreno, que faz com que pareça térrea, mas na realidade possui lojas no andar de baixo. O andar à face da rua é de taboado e tem uma alcova, as lojas onde se situam a cozinha e adega, são de chão de terra, e sobe-se para a sala por uma escada interior de madeira. Ao observarmos a casa seguinte, vêmos que o quadro não se altera, *Item caminhando para o* Poente *segue outra morada de casas telhadas terreas que possuie o beneficiado* António Rodrigues Ouriço *asistente na* Praça *do* Quinteiro *as quaes tem na fronteira a face da rua publica duas portas e se achão pelo meio repartidas de taboado formalizando duas moradas em que vivem dous cazeiros e tem hu sobrado cada huma com repartimentos de taboado com cada sua escada para descer para o mais baixo que he para a parte do quintal onde cada morador tem sua respectiva cozinha e serventia de despejos e cada sua porta para o quintal*[31], o facto de ter sido rentabilizada, dividida em duas para poder ser ocupada por duas familias não impede que vejamos a mesma tipologia, ou seja o mesmo posicionamento face ao terreno que faz com que pareça

térrea na face voltada à rua Nova da Seara. A casa número vinte, apresenta uma tipologia diversa, *Item caminhando para o Poente se segue outra morada de casas telhadas terreas que possuie Antonio Francisco solteiro morador no Beco de Nossa Senhora-a-Branca as quaes tem na fronteira que fica para a rua Nova da Ciara duas portas de esquadria e tem em si hum quarto de taboado e para o quintal tem huma porta*[32], pois apresenta só o andar térreo junto à rua. Repare-se que no Mapa das Ruas está representada como tendo porta e janela enquanto que o documento de emprazamento que temos vindo a referir, revela duas portas na frontaria, assinalando-se que são de esquadria, o que prova um tratamento mais elaborado dos materiais, fruto de obras efectuadas na casa, embora o seu interior continue muito simples: sala e alcova para a frente, cozinha para as traseiras, divisões em tábua. Obras e melhoramentos sofreram outras casas da rua, nomeadamente a casa número dezanove que é referida como sendo sobradada e de pedra de alvenaria, com duas portas e um tabuleiro no andar térreo e no sobradado duas janelas de peitoril e uma rasgada, enquanto que no Mapa das Ruas de Braga é terrea e possui uma porta e uma janela, embora o seu alçado seja mais elevado do que as suas vizinhas fazendo supôr um "meio sobrado em taboado", para onde se subiria por uma escadita de madeira.

Todas estas casas possuíam quintal nas traseiras delimitado a Sul por um muro que os dividia da quinta de *Entre ambos os Mattos*. Neles encontramos várias árvores de fruto e um poço que refere o documento, na maioria das vezes é *apedrado toscamente com seu boccal tambem tosco* e por vezes possuindo uma *bomba de forqueira*.

Esta rua que vemos formar-se por todo o século XVIII, apresenta casas que vão assimilando ao longo dos anos métodos de construção mais evoluídos, desde a casa térrea elementar com paredes em alvenaria de taipa, à casa de alvenaria de pedra, desde as aberturas simples a portas e janelas em esquadria, acompanhando o crescimento da cidade para Nascente, faz parte de um conjunto urbanístico idealizado para uma cidade nova voltada para o Santuário do Bom Jesus do Monte Carvalho.

6. PRAÇA DO GAVIÃO

Um modelo de casa térrea mais evoluído parece-nos a pertencente ao pedreiro Martinho de Araújo que em 1725 aforou um terreno de que era enfitêuta Antonio Barreto Gavião e sua mulher D. Teresa Maria Xavier que comunicaram ter autorização do Cabido para se *edificarem cazas nas ruas da Praça que abrião no prazo e quinteiro de que sam emphiteutas e que com efeito estavao ajustados com o dito Martinho de Araújo de lhe aforar como aforado tinhao dous chaons no dito patio*[33]. As casas seriam construídas numa fatia de terreno com o comprimento de trinta varas e de largo de Norte a Sul cinco varas cada uma, medida que nos remete para os aforamentos da rua Nova da Seara. *Ficao partindo do Poente com a dita praça e das mais partes com terras do dito prazo com quem ouvera de partir por não haver por ora no dito sitio outros aforamentos*, conseguimos assim perspectivar o terreiro, já perfeitamente demarcado e pensado como praça antes dos aforamentos terem tido início.

Se olharmos o Mapa das Ruas de Braga, vemos que só as casas de Martinho de Araújo, são térreas, enquanto as outras, construídas nos restantes lados, são sobradadas. Perguntamo-nos até que ponto não teria sido este Campo idealizado com este lado térreo, de modo a não alterar a perspectivação do miradouro de Nossa

Senhora de Guadalupe, situado numa elevação colocada a nascente, por trás desta área.

Este Campo novo, que agora se aforava, desenhando um losango regular, de cujos vértices saíam ruas, ligando este espaço às zonas já existentes, como por exemplo o Campo de Santana e a outras totalmente novas, teria sido pensado e iniciado antes de 1725, sendo a sua forma geométrica, rigorosamente delineada, daí que no Mapa das Ruas de Braga, apareçam os "quarteirões" divididos em parcelas iguais, embora a maioria das casas ainda não estivesse edificada em 1750. A construção da nova capela de Nossa Senhora de Guadalupe, iniciada pelo mestre de pedraria Manuel Fernandes da Silva, em 1719[34], fez com que se tornassem necessárias novas artérias para este espaço entretanto modificado e melhorado. O diálogo perfeitamente orquestrado, que se estabelecia entre a Praça e a capela de Nossa Senhora de Guadalupe[35], enriquecendo este espaço, fazia com que as ruas de Santo André, da Oliveira, e de S. Gonçalo se encontrassem na Praça e confluissem para a rua de Guadalupe, como se esta fosse um átrio para o pequeno santuário[36]. Seria o culminar de todo um processo de renovação urbana, a que não era alheia, a vontade e a modernidade de D. Rodrigo de Moura Teles. É interessante salientar, que este espaço se manteve inalterado até finais do século XIX, quando foi pensada a construção do palacete do Conde de Carcavelos[37], que regressando do Brasil endinheirado, projectou a sua importância, construíndo um imponente edifício, no sítio das casas térreas, alterando completamente o equilíbrio entre o mais baixo e o mais alto, que até aí tinha sido fundamental.

Por alturas de 1871 teriam sido deitadas abaixo as casas térreas de que temos vindo a falar. Ao observarmos a representação no Mapa das Ruas de Braga[38], vêmos que esta casa térrea obedece a uma tipologia diferente das que vimos anteriormente. O seu aspecto exterior é mais cuidado, sendo construída em alvenaria de pedra, com os vãos abertos em esquadria, seria toda forrada em taboado, certamente construída pelo próprio Martinho de Araújo com o auxílio de familiares. Nota-se que qualquer uma das casas desta Praça, tanto sobradadas como térreas foram pensadas como uma unidade, possuindo o conjunto de edifícios que constitui cada um dos lados do losango, um cunhal em cada esquina. No interior obedeceria certamente a um esquema mais elaborado que as outras, as paredes seriam de taipa, rebocadas com cuidado, as portas e janelas que asseguravam a passagem de uns aposentos para outros, em madeira bem aparelhada. O quintal que possuía nas traseiras, serviria de suporte à casa possuíndo certamente poço com a boca apedrada.

7. CONCLUSÃO

Será este tipo de casa, térrea mas bem elaborada[39], o construído por todo o século XVIII, XIX e inícios do XX, e até há pouco tempo existiam ainda na cidade alguns exemplares muito interessantes que infelizmente têm vindo a desaparecer vorazmente nestes útimos anos. Como referência podemos falar do exemplar que resta na rua das Cónegas[40], um edificio térreo que não está representado no Mapa das Ruas de Braga, facto que situa a sua construção depois de 1750. Revela no alçado frontal, ladeado por cunhais uma porta e duas janelas com vergas arqueadas, pormenor decorativo que as aproxima de algumas opções estilísticas do século XVIII. Embora haja outros exemplares, nenhum como este demonstra as influências de uma arquitectura mais

elaborada. Podemos referir por exemplo uma série de casas térreas ainda existentes na rua de Baixo e outra na rua Gabriel Pereira de Castro, que curiosamente ainda resiste, *no meio de prédios de vários andares*

Na rua de S. Domingos, antiga rua do Assento[41], ainda se podem encontrar vários exemplares destas casas, que curiosamente apresentam muitas das janelas com uma volumetria que as situa no século XIX e princípios do XX, provando que os moradores destas casas não ficaram alheios aos novos processos construtivos que alteraram significativamente toda a cidade de Braga, durante este período.

Não deixa de ser muito interessante e significativo o facto deste modelo de casa ter sido sobejamente exportado, inclusivé para o Brasil, onde foi utilizado em lugares construídos de raíz no século XVII e XVIII[42]. Por outro lado não podemos deixar de referir as casa térreas do litoral, que no século XIX agregaram platibandas, ou outras do interior que ganharam chaminés com volumes pronunciados.

Concluindo, ao longo do século XVIII, as casas térreas até aí profundamente elementares vão sendo substituídas por modelos que vão agregando em si *características arquitectónicas mais evoluídas, tanto ao nível da planta*, como dos materiais empregues na construção, estando indissoluvelmente ligadas ao aparecimento de uma população de artistas e artesãos que serviram de alicerce à cidade barroca.

NOTAS

* Mestre em História da Arte, pela FLUP.

[1] *No Minho e na Beira, para além de centros oficinais importantes, como Braga, Guimarães e Viseu, proliferava uma activa industria dispersa de linho, cutelarias, pequena metalurgia, chapéus, curtumes, louças, algodão, velas,etc. apoiada na produção doméstica, constituindo para o caso português, a região mais exemplar do chamado modelo da proto-industrialização* (SERRÃO, José Vicente, "O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução", *História de Portugal*, 1992, Ed. Estampa, p. 96).

[2] *Os chapéus fabricados eram bastante baratos pelo emprego da lã como matéria-prima, tiveram uma grande procura nos séculos XVII e XVIII sendo exportados para todo o reino, Brasil e Espanha* (CORDEIRO, J. M. Lopes, "Um relance sobre Braga setecentista", *Mapa das Ruas de Braga*, vol.II, Braga, 1982, pp. 31-32).

[3] D. Gaspar de Bragança contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento das indústrias de seda já que o luxo da sua Corte impelia ao uso de damascos e brocados, aparecendo nesta altura um tecido excepcional, *um setim de ramagens de veludo e gorgorão, de que apenas existem raros e preciosos exemplares* (FEIO, Alberto, *Coisas memoráveis de Braga*, Universidade do Minho-Biblioteca Pública de Braga, Braga, 1984, p.132).

[4] Por exemplo curtumes, solas e atanados (OLIVEIRA, Aurélio, *Bracara Augusta*, nº 87-88, 1985, pp. 221-240).

[5] Nomeadamente a casa de Teodósio Barbosa de Almeida na rua do Souto, construída pelo mestre pedreiro Domingos Moreira em 1693 (PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa, *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à Casa Nova da Rua de Dom Gualdim*, vol. I, FLUP, Porto, 1997, pp. 114-117 - Dissertação de Mestrado, policopiada); a casa do licenciado Manuel Pessoa do Campo de Santana, construída em 1699, o palácio dos Falcões em 1703, o palácio do Deão Francisco Pereira da Silva em 1712, construídas pelo mestre pedreiro- arquitecto Manuel Fernandes da Silva (ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, *Manuel Fernandes da Silva, Mestre e Arquitecto de Braga*, 1693-1751, vol. I, FLUP, Porto, 1995, pp. 196-203 - Dissertação de Mestrado, policopiada).

[6] O Campo do Gavião revela- se, em 1750, perfeitamente organizado definindo um quadrilátero, embora possua somente um edificio construído em cada um dos lados do losango (*Mapa das Ruas de Braga*, Braga, 1982, fl. 48).

[7] Visível na descrição das ruas do *Mappa* feita por OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Estudos sobre o século* XVIII *em Braga*, Braga, 1993, pp. 93-138.

[8] Esta rua tem actualmente o nome de Visconde de Pindela.

[9] Fl. 25.

[10] O prazo número 9 desta rua, situado no seu final, junto da rua da Cruz de Pedra, cuja casa era foreira ao Hospital de S. Marcos, mas o seu quintal, que pertencia ao Cabido partia com a propriedade dos frades Crúzios.

[11] *Livro de Prazos do Cabido nº* 67, Arquivo Distrital de Braga, fl 263.

[12] Uma vara é equivalente a 1,10 metros. As medidas seriam portanto de 36 m e 5,5 m.

[13] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992, p. 23.

[14] Com relevo especial para o Alentejo.

[15] Um tipo muito semelhante de habitações foi definido para as populações ribeirinhas do rio Sado, apresentando-se como um tipo de habitação em fila, possuíndo uma única divisão e os quartos em alcova,

sendo as paredes em alvenaria de taipa e os pavimentos em terra batida (*Arquitectura popular em* Portugal, 3° vol., Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, p. 227).

[16] Este prazo refere-se à primeira casa térrea a seguir à grande casa sobradada que é o prazo dois.

[17] Como é o caso que podemos ainda hoje ver na rua da Cruz de Pedra, em que uma casa sobradada de seiscentos possui acoplada uma casa térrea, com uma única abertura para a rua que ostenta ainda esta decoração quinhentista.

[18] *Livro de Prazos do Cabido* nº24, Arquivo Distrital de Braga, fl 206.

[19] *Idem* nº13, fl 195.

[20] Em 1603 vivia na casa prazo 2, João Mendes, alcaide de Braga e sua mulher Maria Pereira.

[21] *Nota Geral* 410, Arquivo Distrital de Braga, fl 200v.

[22] *Tabelião Público*, 2ª série, Livro 39, Arquivo Distrital de Braga, fl. 177.

[23] *Idem*, 178v.

[24] *Mapa das Ruas de Braga*, fl. 42.

[25] *Livro de Prazos do Cabido*, nº 61, Arquivo Distrital de Braga, fl 126. Em 1654 morava nesta casa-torre o doutor Manuel Freire de Andrade e sua mulher D. Margarida Freire.

[26] Actualmente designa-se por Rua de S. Victor.

[27] *Livro de Prazos do Cabido*, nº 88, Arquivo Distrital de Braga, fl 166v.

[28] *Idem, ibidem*.

[29] cf. fl. 42.

[30] *Idem*, nº 105, fl 87.

[31] *Idem*, fl 88.

[32] *Idem*, fl 89v. No termo de reconhecimento, António José Francisco refere que adquiriu as casas por compra que fez a Leandro José de Freitas e sua mulher da qual foi lavrada escritura em 16 de Abril de 1776, *Venda de hua morada de cazas terreas com seu quintal e meio poso que fazem Leandro José de Freitas e sua mulher da rua* Nova de Souza *desta cidade a Antonio José Francisco* (*Nota Geral*, 1ª série, vol. 814, Arquivo Distrital de Braga, fl. 75). Todavia este documento não revela informação nenhuma sobre a casa, limitando-se a fornecer as suas confrontações.

[33] *Livro de Prazos do Cabido*, nº 96, Arquivo Distrital de Braga, fl 1v.

[34] *Tabelião Público*, 1ª série, nº 42, Arquivo Distrital de Braga, fls 133-135v, ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, *op. cit.*, vol. I, p. 168.

[35] Aspecto já salientado por Miguel Soromenho quando afirma que O *encargo da construção deste templo, que correu também pelo bolso do Arcebispo* D. *Rodrigo, decorre do projecto do Campo* Novo, *de cronologias coincidentes e localizações respectivas devidamente articuladas* (SOROMENHO, Miguel, *Manuel Pinto de Vilalobos. Da Engenharia militar à arquitectura, vol. I, Lisboa, 1991, p. 84* - Dissertação de Mestrado, policopiada).

[36] Antes de 1719, o monte onde se situava a capela velha, era um local selvagem cheio de penedos. Ambos os contratos de pedraria de 1718 e 1719 referem esse facto, sendo o mestre de obras Manuel Fernandes da Silva, instado a partir pedra desses penedos, para a construção da capela nova. Não sabemos até que ponto é que a confraria da Senhora de Guadalupe teria sido "pressionada" a iniciar obras de modernização face à urbanização nascente.

[37] OLIVEIRA, Eduardo Pires de; COSTA, Luís, "O progresso em Braga - através das Actas Camarárias", *Minia*, 2ª série, ano I, nº2, Braga, 1978, p. 17.

[38] cf. fl. 48.

[39] Exportada com sucesso para as ilhas e territórios de Além-mar, nomeadamente o Brasil (CABRAL, Oswaldo, "Nossa Senhora do Desterro, casas - sobrados - chácaras", *Douro Litoral*, 1951, Porto, pp. 117-152).

[40] Esta rua que actualmente se chama da Boavista, e se situa para Poente do núcleo amuralhado, possuía até há muito pouco tempo alguns exemplares de casas térreas.

[41] Esta artéria liga a Igreja de S. Victor com a rua Bento Miguel, também fazia parte do chamado "Bairro chapeleiro" onde se podiam encontrar em grande quantidade casas do tipo que temos vindo a estudar.

[42] A vila de Nossa Senhora do Desterro, na Ilha de Santa Catarina, no Brasil, fundada na segunda metade do século XVII, apresentava uma tipologia construtiva aproximada às primeiras casas que apresentamos. Durante o século XVIII deixou de ser de taipa e de ter cobertura de colmo e evoluiu para um tipo de casa térrea de fachada com porta e janela e cobertura com telha, de telhados em duas águas. Em 1763, havia uma centena de casas quase todas térreas. Os interiores eram muito simples, possuindo três ou quatro aposentos, sendo a sala à frente. Evoluiu no século seguinte, para um tipo de casa térrea mais luxuosa, possuindo um corredor que separava as salas de jantar e de estar ambas situadas na frente. Eram casas térreas muito profundas e grandes em extensão. O autor assinala que este tipo de casa era comum a muitos lugares por ele conhecidos (CABRAL, Oswaldo, *op. cit.*).

Foto 1 - Casa térrea, em fila, na rua de Baixo, em Braga.

Foto 2 - Casas térreas na rua Gabriel Pereira de Castro, em Braga.

DO CORPORATIVISMO AO ANARCO-SINDICALISMO: Sobre o movimento operário no Porto na 2ª metade do século XIX

Gaspar Martins PEREIRA * e Maria João CASTRO**

1. O anarquismo em Portugal, como tem sido salientado por diversos historiadores, teve a sua época áurea no primeiro terço do nosso século, quando se ligou intimamente ao movimento operário e o liderou ideologicamente, através de um modelo de sindicalismo revolucionário. O anarco-sindicalismo, apoiado na ideia de que a organização social se constrói com indivíduos livres e iguais, fez das associações de classe não só instrumentos de luta, mas escolas de aprendizagem e aplicação dos princípios por que se batia: a igualdade entre os homens, contra o liderismo e o autoritarismo, apostando numa democracia de base, sendo o poder sindical assente nas decisões colectivas das assembleias; a ideia de liberdade individual, com respeito pelas minorias, associado à ideia de solidariedade e comunidade em que se baseava a própria ideia de unidade sindical, através de federações de associações, mas em que estas mantinham autonomia, qualquer que fosse a sua importância; o empenho no aperfeiçoamento intelectual do indivíduo de que decorria uma forte acção cultural das associações de classe, com escolas, bibliotecas e um estímulo ao autodidactismo. Neste sentido, o anarco-sindicalismo, longe de ser a expressão de um movimento operário débil, fortemente influenciado pelos interesses dos artesãos e resultado de uma fraca industrialização, como tantas vezes se tem escrito, revela-se, em muitos aspectos pioneiro. Como pioneiras são muitas das ideias dos primeiros grupos anarquistas, desde a defesa da emancipação da mulher, aos princípios ecológicos e naturistas, ao pacifismo e anti-militarismo, à igualdade e solidariedade entre os povos (neste sentido, a sua aposta numa língua universal, o esperanto) e à apologia da eliminação das fronteiras entre as nações.

Como referiu João Freire, «o anarquismo como doutrina situa-se num ponto e numa posição de tensão entre duas outras grandes correntes do pensamento moderno ocidental: o liberalismo e o socialismo». Levando às últimas consequências o princípio da liberdade, autonomia e independência do indivíduo, não o concebe sem ser em articulação com o princípio da solidariedade, integração e justiça social. Por isso se pode dizer que o anarquismo é simultaneamente «o mais liberal dos socialismos e o mais socialista dos liberalismos» (FREIRE, 1992: 369-370).

Ora, no contexto da industrialização, que acaba por fazer vingar a ordem liberal contra a justiça social e assente na destruição da independência e do saber do ofício, desqualificando o trabalho e impondo a disciplina da fábrica, o anarquismo torna-se naturalmente num lugar de tensão que privilegia o primado da luta económica. Porque era precisamente no princípio liberal do mercado que assentavam as desigualdades e a própria destruição da liberdade individual dos mais fracos. Mas ao desprezar o Estado, numa época em que este é o principal sustentáculo da ordem económica, o anarquismo

situa-se no plano da marginalidade utópica. Mesmo quando teve força, renunciou à ambição do poder e à sua utilização como mecanismo de imposição ideológica.

Em Portugal, o anarquismo surge e reforça-se no movimento operário, em particular desde os anos oitenta do século passado. Vale a pena, por isso, analisar aqui o percurso realizado pelo movimento operário até ao seu encontro com os ideais libertários. O Porto é, desse ponto de vista, um lugar de observação privilegiado, onde os primeiros militantes anarquistas assumem uma ligação aparentemente fácil ao movimento operário e, por outro lado, onde o espírito — utópico que fosse — de independência das unidades artesanais domésticas sobrevivia nas experiências quotidianas, aliado a uma sobreexploração que despertava a revolta.

2. Com a instauração do liberalismo foram extintas as corporações de ofícios, em 7 de Maio de 1834, consideradas como «estorvos à indústria nacional» e obstáculos ao desenvolvimento do regime de livre-concorrência. Mas a memória dos velhos regulamentos dos mesteres e o espírito corporativo manter-se-ão muito vivos no meio industrial portuense. É que as novas unidades de carácter manufactureiro e fabril, que surgem ao longo do século XIX, não destroem, antes pelo contrário, fazem proliferar as unidades domésticas e oficinais, através do sistema de «empreitada» e de trabalho ao domicílio.

De facto, o novo regime liberal, funcionando sem enquadramento jurídico, permitia aos industriais admitir um número variado de aprendizes sem que existissem normas sobre as condições do aprendizado. Permitia, igualmente, a esses industriais recrutarem menores e mulheres a quem pagavam salários substancialmente mais baixos, diminuindo, deste modo, os custos de produção. Por outro lado, o acesso à profissão e as condições de formação profissional faziam-se de acordo com os interesses dos industriais que estabeleciam regulamentos internos nas suas fábricas e oficinas, como por exemplo, pagar o mínimo possível aos trabalhadores ao domícilio que trabalhavam «à peça».

Esta nova lógica liberal de livre concorrência sobrepunha-se, necessariamente, à lógica artesã tradicional baseada na transmissão controlada do saber especializado da arte e na defesa do prestígio profissional. No entanto, na indústria portuense, a tradição corporativa continuava a impor-se nas relações entre o mestre e os seus oficiais e aprendizes. Em certos ofícios, como os relojoeiros e ourives, tenta manter-se o secretismo profissional limitando a admissão de aprendizes ao círculo restrito da parentela (PEREIRA, 1991: 329-357).

3. Por volta de meados do século, após o crescimento assinalável da indústria portuense nos anos 40, assistimos à emergência das primeiras associações operárias de carácter mutualista (entre 1852 e 1856 surgem associações de tipógrafos, tecelões, alfaiates, sapateiros e outras artes do couro, marceneiros e entalhadores, tintureiros, latoeiros, pintores e artes correlativas, ferreiros e serralheiros, etc.).

Era o movimento operário a dar os primeiros passos, mas com fraca capacidade de alargamento e de acção, animado ainda por objectivos de socorro mútuo que caracterizavam as velhas confrarias dos ofícios. Estas, por seu turno, mantinham uma influência extraordinária. Em 1855, existiam no distrito do Porto mais de mil irmandades e confrarias, o que comprova a incapacidade do liberalismo destruir todas as formas do antigo aparelho corporativo. Por tradição, por religiosidade popular, pela

própria natureza do ainda predominante trabalho artesanal e doméstico, pelo agravamento das condições de vida urbanas, as confrarias são agora mais populares do que nunca.

O surto do associativismo operário de 1852-56, no Porto, inscreve-se no movimento nacional e no despontar das ideias socialistas utópicas, na sequência dos acontecimentos de 1848 em França. Proudhon, Fourier, Saint-Simon, Pierre Leroux, Louis Blanc, Cabet, entre outros, são os pensadores que mais inflência vão ter nos primeiros socialistas portugueses. A esta fase corresponde também o aparecimento dos primeiros jornais operários, ou abordando questões operárias. São sobretudo animados por jovens intelectuais, quase todos na casa dos 25-30 anos, como Custódio José Vieira e Marcelino de Matos (fundadores da *Esmeralda*, Porto, 1850), António Pedro Lopes de Mendonça e Francisco Maia de Sousa Brandão (fundadores do *Eco dos Operários*, Lisboa, 1850), José Maria Casal Ribeiro (*Atheneu*, Lisboa, 1850). Logo a seguir surgem o *Jornal dos Operários* (Porto, 1852; continuado em 1853 com a *Voz do Operário*) e a *Península* (Porto, 1853), onde pontifica Amorim Viana. A par das ideias do socialismo utópico, defendidas frequentemente pelos jovens bacharéis, surgem já algumas reivindicações operárias dispersas, veiculando muitas vezes os interesses dos mestres artesãos, o apego à tradição corporativa e a resistência à nova ordem fabril.

A posição de vanguarda que os tipógrafos assumem no movimento associativo portuense deve-se, antes de mais, à própria natureza da sua profissão. O desenvolvimento da imprensa escrita concorreu simultaneamente para a proletarização deste grupo profissional e para aumentar a sua importância, já que o acesso à cultura e o conhecimento das ideias e acontecimentos políticos lhes fornecia as condições de reflectirem sobre a sua própria situação social. Os tipógrafos, que se saudavam entre si com a expressão «Deus salve a arte!», constituiam um grupo muito marcado pelo orgulho do saber profissional.

Até aos anos 70, o movimento operário portuense vai caracterizar-se pela dispersão, bem longe das estruturas mais fortes e abrangentes do operariado lisboeta que estava organizado em torno do Centro Promotor das Classes Laboriosas, fundado em 1852 por Sousa Brandão e Lopes de Mendonça.

Sem as prerrogativas das antigas corporações e não sendo ainda associações de classe (proibidas pelo mesmo decreto de 7 de Maio de 1834), as associações profissionais de carácter mutualista terão como objectivos expressos o socorro ou protecção dos associados nos momentos críticos. O que não quer dizer que, em determinados momentos, não desempenhassem um papel de maior intervenção na vida laboral, na defesa dos interesses operários. Em 1861, por exemplo, os operários fabricantes de seda enviam ao Governador Civil um manifesto acerca da sua reivindicação de aumentos salariais, perante a crise que atingia a classe, cujos tecidos eram pagos pelos mesmos preços de 1848, enquanto o custo de vida se tinha agravado, sobretudo em 1855 (PEREIRA, 1981: 135-151).

É óbvio que o surto das associações em meados do século se relaciona com o dinamismo industrial que o Porto conheceu então e com os problemas daí resultantes tanto nas relações entre os velhos artesãos e o empresariado industrial emergente, como entre industriais e operários, num momento de vazio legislativo no plano laboral. Mas não pode ignorar-se a degradação das condições de vida que o operariado do Porto conheceu por essa altura. Nessa perspectiva, convirá assinalar que dois terços das associações fundadas em 1852-56 surgem no final do período, nos anos difíceis de 1855

e 1856, anos de fome e de epidemias. Em consequência do mau ano agrícola de 1854, os preços do pão no Porto sobem, entre 1854 e 1856, mais de 60 % em relação aos do início da década. A partir de 1852, os vinhedos do Douro são devastados pelo *oidium*. Em 1855, a esta crise de subsistências associa-se um surto epidémico de *colera morbus* e de tifo. Fome, doenças, preços altos e salários reais baixos — eis o contexto em que vivem as classes trabalhadoras portuenses em meados do século.

4. Entre o surto associativo dos anos cinquenta e o novo surto dos anos setenta vai um longo percurso, marcado por anos de apagamento, experiências, aprendizagens e, sobretudo, pelas influências ideológicas que vão chegando da Europa, divulgadas aqui por intelectuais como Antero de Quental, Eça de Queirós, Augusto Fuschini, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, entre outros, que constituirão a chamada «Geração de 70» mas cuja influência data da década de sessenta com a Questão Coimbrã.

No início dos anos setenta, a nova fase no movimento operário caracteriza-se pela adopção de novos modelos organizativos, de mobilização e de acção. No Porto, como na capital, fazem-se sentir as influências socialistas da Internacional, da Comuna de Paris e do movimento operário espanhol que conduzirão à transição do movimento mutualista para o movimento operário moderno. Em breve, assistiremos à interligação das organizações operárias com estruturas internacionalistas e socialistas. Mas convém desde já referir, como assinalou Ana Maria Alves, que «os socialistas portugueses contemporâneos da Comuna (...) são fundamentalmente inspirados por Proudhon e mais influenciados por Bakunine; Marx e Engels, mesmo quando conhecidos ou citados, não são determinantes na formação ideológica dos teóricos do socialismo em Portugal nesta época» (ALVES,1971: 156). Refira-se ainda que, por esta altura, o movimento associativo operário, que até aqui tinha uma base local ou regional, ensaia os primeiros passos no sentido de uma integração nacional, embora só tardiamente, já dentro do século XX, se verifique a criação de uma estrutura nacional representativa (a UON — União Operária Nacional surge apenas em Março de 1914, no Congresso Operário de Tomar). Mas multiplicam-se os contactos, os congressos, a troca de correspondência, as acções de solidariedade.

O movimento parece ser agora claramente orientado por Lisboa. Em 1871 dá-se o célebre encontro no Tejo dos três internacionalistas espanhóis — Mora, Morago e Lorenzo — com Antero de Quental, José Fontana e Jaime Batalha Reis. «Nessa mesma noite fomos ao Aterro, o Antero e eu, pagámos a um barqueiro para nos deixar remar sozinhos no seu bote e fizemo-nos ao largo. A uma hora combinada aproximámo-nos dum outro cais onde o Fontana nos esperava com os internacionalistas. E durante horas, nessa noite e nas seguintes, sobre o Tejo, enquanto eu remava, o Antero discutia a revolução operária que já lavrava na Europa» (REIS, 1896: 441-470). Nesse mesmo ano, por influência dos internacionalistas, é criada a Associação Protectora do Trabalho Nacional (que publica o jornal O *Trabalho*), dirigida pelo ex-padre João Bonança. É igualmente publicado O *Pensamento Social* onde pontifica a personalidade de Antero de Quental que vai escrever o célebre texto O *que é a Internacional*? Em Janeiro de 1872, por iniciativa do tipógrafo de origem suíça José Fontana, surge a Associação de Resistência Fraternidade Operária, o que marca uma viragem importante na direcção do movimento operário português. Rapidamente, surgem filiais da Fraternidade Operária em várias cidades como o Porto. Aqui, a Fraternidade Operária é fundada a 30 de Setembro de 1872 e instala-se na Rua Gonçalo Cristóvão. É a partir deste núcleo portuense que se

difunde e organiza o movimento socialista e operário do Norte. Neste período Lisboa teria já 10 mil associados e o Porto cerca de 8 mil (NOGUEIRA, 1964: 32).

A irrupção do movimento grevista de 1872-73 (com 27 greves em Lisboa), em consequência da acção da Fraternidade Operária, não tem paralelo no Porto e também não terá sequência imediata. Nos anos seguintes, a derrota da República espanhola, a desorientação ideológica no movimento socialista que resulta da cisão no Congresso de Haia entre marxistas e bakuninistas, o próprio suicídio de Fontana, desarticulam o movimento. Acrescente-se a dispersão do movimento operário português por várias secções e associações adversárias que competiam entre si pelo maior número de greves. No sentido de dar unidade ao movimento operário, a Associação Protectora do Trabalho Nacional e a Fraternidade Operária fundem-se, em 1873, na Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (ATRP) de carácter federalista e internacionalista. Em 1875 surge o Partido Socialista, cumprindo, deste modo, as resoluções do Congresso de Haia. Procurava-se a ligação do movimento operário ao movimento político socialista, apesar das vozes dissonantes da ala bakuninista.

Sem atingir a dimensão do movimento lisboeta, especialmente em 1872, o movimento portuense conhece ainda assim um surto significativo de greves. De acordo com os dados recolhidos por Carlos da Fonseca, ter-se-ão desencadeado cinco greves ainda em 1871 (alfaiates, chapeleiros, carniceiros, estampadores e tintureiros), reivindicando aumentos salariais e diminuição de jornada de trabalho (FONSECA, s.d.: 150). E, se em 1872 o Porto parece ter ficado imune às grandes movimentações operárias da capital, logo em 1873 entram aqui em greve os ferroviários (em que se destaca como agitador Felizardo de Lima, secretário da ATRP do Porto) e os tabaqueiros, estes secundando a greve iniciada na fábrica de Xabregas. Entretanto, criara-se no Porto, em 29 de Outubro de 1873 uma secção da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, com sede na Rua de Santa Catarina, por iniciativa de um núcleo de operários, entre os quais se contava o refugiado francês da Comuna, Joseph Delarue, que depois se estabeleceu como fabricante de pianos. «Foi aí — recorda José Martins Gonçalves Viana — na Rua de Santa Catarina que na nossa juventude, em Agosto de 1875, entrámos nos trabalhos da Associação dos Trabalhadores, há bons cincoenta e um anos, onde encontrámos nos restos do movimento operário de 1873, da classe de tecidos de algodão, entre outros, os irmãos Alecrim e Teixeira; um dos irmãos Verdial, o outro ensaiava-se para actor; os primos Martins, de que passámos a fazer parte, da classe de ferro e representantes de uma humilde família de Viana do Castelo; um bom núcleo de operários das fundições do bairro de Massarelos e tantos outros, hoje desaparecidos do número de vivos, que durante alguns anos alimentaram a ilusão de que a sociedade actual, cheia de injustiças, seria em breve substituída por outra mais justa e humanitária» (VIANA, 1926: 292). Nesse grupo discutia-se a situação do movimento operário internacional e circulavam os livros e opúsculos de Oliveira Martins (*Teoria do Socialismo*, 1872, e *Portugal e o Socialismo*, 1873), J. J. Rodrigues de Freitas (*Revolução Social. Análise das Doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores*, 1872), José Falcão (*A Comuna de Paris...*, 1871), Antero de Quental (*O que é a Internacional*, 1871), Eduardo Maia (*Da Propriedade*, 1873). São as influências de Proudhon, mais do que de Marx, que se fazem sentir.

Entre 1875 e 1877, num período pouco agitado a nível nacional, é no Porto que se verificam algumas greves importantes, como a dos marceneiros (1875), a dos pregueiros (1876), e sobretudo as dos chapeleiros (1877), em que se destacou como agitador

Dionísio Ferreira dos Santos Silva. Em 1875, observa Costa Goodolphim que, ao contrário do marasmo em que sobrevivem as poucas associações de Lisboa, «as associações do Porto estão num estado mais perfeito de organização, porque há mais energia nos seus membros e também porque a quota semanal é mais elevada, sendo em geral de 80 réis semanais» (GOODOLPHIM, 1875: 200). Mas, como em Lisboa, também no Porto o movimento operário iria sofrer, nos finais dos anos setenta, uma nova viragem, «entrando tudo a fazer parte do partido socialista», (VIANA, 1926: 322), de acordo com a resolução tomada no seu segundo congresso realizado no Porto em 1878 (no seu artigo 1º estabelecia-se: «O Partido dos Operários Socialistas é uma associação dos trabalhadores assalariados»). A partir deste momento, a ATRP e o Partido Socialista deixam de ser organismos autónomos e fundem-se no Partido dos Operários Socialistas em Portugal. Entretanto, fundara-se, junto da Associação dos Trabalhadores, a Sociedade Cooperativa de Tecidos, onde passaria a pontificar o tecelão socialista Eduardo de Carvalho e Cunha. A cooperativa instalou-se no Largo da Fontinha junto da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista, facto pelo qual esse núcleo de socialistas passou a ser apelidado por «Grupo da Fontinha».

As eleições legislativas de 1878 provocam as primeiras cisões no movimento socialista português. O Congresso de 1878 tinha optado pela abstenção na luta eleitoral, mas os socialistas do Porto decidem concorrer às eleições, propondo como candidatos o tipógrafo lisboeta José Correia Nobre França e o engenheiro Oliveira Martins. A candidatura de Oliveira Martins fora da responsabilidade de Azedo Gneco, membro do Conselho Central do Partido Socialista, de tendência marxista e, portanto, defensor da participação eleitoral. O Conselho Central divide-se e acaba por se dissolver. Azedo Gneco é expulso da Associação dos Trabalhadores e da redacção de O *Protesto*, jornal socialista de Lisboa. Só no Congresso de 1879 é que se apaziguariam os ânimos.

O candidato Oliveira Martins não conseguirá, apesar da áurea intelectual que detinha, atingir mais que umas poucas dezenas de votos nas eleições de 1878, nas quais os republicanos portuenses conseguem eleger Rodrigues de Freitas.

Em 1879 os socialistas portuenses iniciam a publicação do jornal O *Operário* que aparece como o órgão da Associação dos Trabalhadores do Porto, com sede no Largo da Fontinha. Neste jornal escreveram, então jovens socialistas, alguns nomes importantes do jornalismo português, como Guedes de Oliveira e Augusto Alberto Bessa de Carvalho.

O núcleo mais activo dos socialistas portuenses, que aparecerá ainda unido no IV Congresso Socialista do Porto, em Outubro de 1880, iria, em breve, desmembrar-se, dando origem aos primeiros grupos anarquistas. «A data de 1880 — recorda Gonçalves Viana — pode dizer-se marca o termo de uma *étape* do movimento e o início de um novo período cheio de peripécias, que marcam a divisão do movimento e respectivas correntes sociais» (VIANA, 1927: 87). Militantes como Ermelindo Martins e Pinto Barbosa afastam-se do «Grupo da Fontinha» e formam os seus próprios núcleos. Em finais de 1880, Pinto Barbosa iria fundar a União Democrática Social, de tendência sindicalista, com sede na Rua do Almada. Outro grupo acompanhou o serralheiro Ermelindo António Martins, em cuja oficina da Rua das Carvalheiras se passou a reunir com a designação de Associação União dos Trabalhadores, sob influência do colectivismo anarquista (bakuninista) defendido pela *Revista Social* de Barcelona, «talvez o único [jornal] que Ermelindo lia», no dizer de seu primo Gonçalves Viana (VIANA,

1927: 106). Em 1882, realizam-se reuniões de protesto de operários contra os impostos e contra o tratado de comércio com a França, sob o ideário socialista-anarquista do serralheiro Ermelindo António Martins. Nessas reuniões, sempre vigiadas pela polícia, aparecem nomes de militantes anarquistas, como o ourives António Cândido de Faria, o latoeiro António Joaquim Morais ou o tecelão Jerónimo Fernandes Neves. A morte de Ermelindo Martins, a 18 de Julho de 1884, fez dispersar o grupo anarquista, entre os quais se contavam o aprendiz de litógrafo Guedes de Oliveira e o serralheiro Gonçalves Viana. Mas será precisamente deste grupo que surgirá pouco depois o núcleo mais activo do anarquismo portuense, em que assume papel de relevo o primo de Ermelindo, também serralheiro, Gonçalves Viana.

5. A partir de 1886, inicia-se um novo surto grevista, que alastrará no final da década, coincidindo com o período de crise geral que enquadra os anos de 1889-91. No campo socialista fundaram-se em 1885 duas cooperativas de consumo — a da Rua das Valas e a da Rua do Montebelo — que rapidamente se transformaram, especialmente a das Valas, em locais de reunião operária. Por esta altura, socialistas e anarquistas tentaram reerguer o movimento associativo de classe a partir das inactivas «secções de ofícios» da Associação Internacional. Já entre 1886 e 1888 surgem greves importantes como a dos tabaqueiros, na qual tomam parte activa militantes anarco-sindicalistas, destacando-se a operária Blandina Rosa, das Eirinhas. Também os funileiros entram em greve em 1888 contra os serões. Em 1887-88, gerara-se, entretanto, um amplo movimento de protesto, mais vivo no Porto que em Lisboa, contra a lei das Licenças de Trabalho, em que se destacam os socialistas portuenses Eduardo Carvalho e Cunha e Francisco Viterbo de Campos.

Neste período (Abril 1887) forma-se em Lisboa o primeiro Grupo Anarquista, por iniciativa de João António Cardoso, influenciado por Elisée Réclus, que se hospedara em sua casa em 1886. O *Manifesto* doutrinário lançado por esse grupo influenciou, logo no mês seguinte, a constituição de um Grupo Anarquista no Porto, com a mesma orientação, que contava com um militante experiente, a quem já nos referimos, o serralheiro José Martins Gonçalves Viana (ainda neste ano, em Lamego, surgiria em Dezembro o grupo comunista-anarquista *Os Vingadores*). É Gonçalves Viana que, logo em Novembro de 1887, publica o número-programa do jornal *A Revolução Social*, órgão comunista-anarquista dos grupos de Lisboa e Porto, com uma tiragem de 3000 exemplares. Nessa mesma altura, publica-se em português *A anarquia na evolução socialista*, de P. Kropotkine, esgotando-se rapidamente a edição de 2000 exemplares.

A partir de 1888 aumenta o número de greves. Em 1889 estão em greve os chapeleiros do Porto e de Braga, os operários das fábricas de cerâmica do Porto e Vila Nova de Gaia e, ainda, tecelões, tamanqueiros, pregueiros e metalúrgicos. Em 1890 entram em greve os tipógrafos do *Primeiro de Janeiro*, os operários da Companhia de Fiação, os tanoeiros de Gaia, os tecelões de seda, os fulistas das fábricas de chapéus e os tabaqueiros. No ano seguinte continuam as greves, com os tipógrafos, os chapeleiros, os sapateiros e os mineiros de S. Pedro da Cova. (FONSECA, s.d.: 152-153).

6. Parece-nos importante destacar aqui que, paralelamente à acção grevista e à formação das associações de classe, de cooperativas de consumo e de produção, de publicação de jornais de cariz ideológico ou de defesa dos interesses profissionais, surgem na cidade, a partir de finais da década de 1880, grupos autónomos de base

local, grande parte deles de existência efémera. Pelas informações que possuímos, podemos adiantar que a rede familiar e a base local (em particular no espaço das *ilhas*) tiveram, no caso portuense, uma importância decisiva na organização de muitas associações, greves e movimentos reivindicativos. Refira-se, apenas a título de exemplo, a organização da Agrupação Promotora dos Melhoramentos Morais e Materiais das Classes Populares do Porto, que se constituiu na ilha do Mastro, na Rua da Saudade, em Julho de 1888. Esta associação chegou a contar com mais de 50 operários, na sua maioria tecelões, tendo sido impulsionada por um dos moradores da ilha, o latoeiro reformado António Joaquim Morais. As reuniões eram feitas ao ar livre numa eira do Campo Alegre, ou num salão da ilha, onde funcionava também uma escola primária protestante e onde se realizavam os bailes de domingo à tarde. Neste mesmo salão, cedido pelo proprietário da ilha, um fabricante de retrós (com relações de parentesco a vários protestantes e anarquistas, refira-se), comemora-se pela primeira vez no Porto (e pensamos que no país), a 18 de Novembro de 1888, o aniversário dos *Mártires de Chicago*, em que participaram socialistas (o serralheiro Luís Soares, e os tecelões José Ferreira e António Moreira da Silva) e anarquistas (o cerâmico José Alves Tino, o tecelão José da Silva, o ourives António Cândido de Faria e o serralheiro J. M. Gonçalves Viana). Esta associação viria a extinguir-se alguns meses depois, devido às rivalidades entre socialistas e anarquistas (VIANA, 1927: 279). Mas a sua existência é reveladora de dois aspectos fundamentais. A facilidade da mobilização espontânea das camadas populares urbanas, na linha das formas de mobilização tradicionais, e a dificuldade de passagem a um nível de organização formal. Em grande parte porque os mecanismos que funcionam bem na mobilização espontânea são abandonados (a participação activa das mulheres, por exemplo, a utilização de certos circuitos de convocação pessoal — a taberna, a vizinhança, o local de trabalho —, a definição clara do objectivo a atingir, permitindo uma certa indefinição ideológica, etc.).

Um dos aspectos mais marcantes do movimento operário portuense foi, de resto, a sua grande dispersão por uma multiplicidade de associações, raramente concordantes relativamente aos objectivos e acções a empreender, já que se dividiam por opções ideológicas distintas, ora socialistas, ora anarquistas. As associações não só não se entendiam na formulação de reivindicações comuns, como desperdiçavam grande parte das suas energias em hostilidades mútuas. Refira-se ainda que as tentativas unificadoras ou federalistas fracassaram quase sempre, apesar de se terem feito vários esforços nesse sentido, especialmente durante o movimento de 1889, em que se destacou Viterbo de Campos. Num sarau de propaganda, comemorativo do centenário da Revolução Francesa, socialistas e anarquistas juntam-se no Salão da *Euterpe*, na Porta do Sol, na noite de 14 de Julho. Aí estavam representados os jornais socialistas (*O Trabalhador* e a *Tribuna do Operário*) e anarquistas (*A Revolução Social*). Nas paredes, ao lado do símbolo da Internacional destacavam-se nomes e frases dos ideólogos anarquistas, entre os quais Pedro Kropotkine.

7. A partir de 1890, seguindo a directiva do Congresso de Paris de 1889, inicia-se em Portugal a comemoração do 1º de Maio como jornada de protesto e reivindicação operária. No Porto, reuniram-se mais de 12.000 trabalhadores no Monte Aventino, nas Antas, a partir das duas horas da tarde, havendo fábricas que encerraram ou que deram folga aos seus operários.

Entre 1891 e 1895, o movimento atenua-se. A legislação laboral, se bem que recuada (lei dos tribunais avindouros, lei sobre o trabalho das mulheres e menores nas fábricas, lei sobre as associações de classe, etc), permite aos operários novas formas de intervenção.

Mesmo assim, assistiremos ainda a alguns focos grevistas importantes, como o dos tabaqueiros da fábrica *Lealdade* em 1892, dos chapeleiros em 1893, dos tanoeiros da Sandeman em 1894. Os anarquistas ganham crescentes adeptos no operariado e os grupos que se formam assumem um papel importante na formação de militantes do movimento operário. O Grupo Revolucionário Anarquista 11 de Novembro lançará em Janeiro de 1891 a proposta da formação de uma Federação das Associações de Classe do Porto, que irá, de facto, surgir no ano seguinte. Em 1895, há uma nova explosão de greves gerais dos tanoeiros e fosforeiros, e parciais de tabaqueiros, várias de tecelões, registando-se motins e recontros com a Guarda Municipal. A crescente influência anarquista suscitará, entretanto, em 13 de Fevereiro de 1896, a lei, extremamente dura, que limita a propaganda e a organização anarquista. A repressão ao anarquismo, longe de o desactivar, parece ter-lhe suscitado novas simpatias no mundo operário.

A agitação operária intensifica-se desde o ínicio do século XX até às vésperas da República. O ano de 1903 começa com uma greve de operários têxteis. Seguem-se, em Março, os cordoeiros, os tamanqueiros, os serralheiros, os chapeleiros. Em Maio há uma grande greve de tecelões, protestando contra as tabelas salariais. Refira-se que nesta última greve o jornal anarquista *Despertar* desempenhou um papel importante.Vão entrar também em greve os ferroviários, os trabalhadores fluviais, etc. Em 1904, contavam-se no Porto 9 jornais anarquistas, diversos grupos e associações, bibliotecas e outros espaços de agitação e propaganda. Em 1906, os tecelões entram mais uma vez em greve, tal como os chapeleiros, os operários da construção civil, os carpinteiros. E até à República haverá ainda cerca de 35 greves.

Em 1909, o Congresso das Associações realizado em Lisboa e Porto adopta já uma linha claramente sindicalista, autónoma e federativa. Por essa altura, forma-se o Grupo de Propaganda Libertária, que logo depois passaria a chamar-se Comité de Propaganda Sindicalista do Porto, e funda-se o importante Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, que publica o jornal O *Libertador*.

Maior influência ganhará ainda o anarco-sindicalismo no período da I República. Pelo inverso, o Partido Socialista apagava-se como partido operário, acabando por lhe ser fatal a sua posição capitulante face à Guerra Mundial. Mas essa é já outra fase da história...

Porto, Maio de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Ana Maria – *Portugal e a Comna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, Vol. IV. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

FREIRE, João – *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas socias: o anarquismo e o operariado em Portugal*, 1900-1940. Porto: Afrontamento, 1992.

GOODOLPHIM, Costa – *A Associação*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal* (1871-1910). Lisboa: Portugália Editora, 1964.

PEREIRA, Gaspar Martins – Aprender a Arte – Sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas segundo um inquérito de 1866. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa (Homenagem ao Professor Victor de Sá)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

PEREIRA, José Pacheco – A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas, 1850-70. *Análise Social*, 1981. nº 17. Vol. 65.p.135-151.

REIS, Jaime Batalha – Annos de Lisboa (Algumas lembranças). In *In Memoriam de Antero de Quental*. Porto: Mathieu Lugan, 1896.p. 441-472

SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 378-521.

VIANA, J. M. Gonçalves – Aspirações Populares - Subsídios. O *Tripeiro*. III Série. Vol. V e VI. Porto, 1926-1927 p. 292.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Estudante de Mestrado em História Contemporânea da FLUP.

DA TEOLOGIA AO PENSAMENTO TEOLÓGICO: CONSEQUÊNCIAS PÓS-MODERNISTAS NA HERMENÊUTICA BÍBLICA

Maria João PIRES *

My dear Philip, don't be so defeatist. The whole thing is absurd and therefore something can be done'. Mr *Surrogate opened his lips to protest against this assumption that life of its nature was not absurd, but cleared his throat instead. What was the good? Caroline Bury had* Faith. *He was not quite certain in what she had faith, whether in the God of the Jews, of Rome, of Canterbury, of* Mrs *Eddy or of* Mrs *Besant, but however vague her faith, it was unshakable; perhaps it was unshakable because of its vagueness. It was useless to disprove the divinity of Christ, for then it would be found that this was not one of the articles of her belief. She could waive the divinity of Chirst, she could waive the* Old *Testament and the Gospels and the* Acts. *She could waive the* Koran, *she could even waive the sacred books of India; these were minor points. She had* Faith.[1]

Retirada de um romance essencialmente anti-dogmático de Graham Green, a citação supra constitui um bom ponto de partida para as nossas reflexões em torno da(s) atitude(s) pós-modernista(s) face aos textos e exegese bíblica[2]. Grandemente orientada segundo a negação da autoridade e consequente valorização da leitura, a atitude pós-modernista encontra, especialmente na corrente hermenêutica liderada por Paul Ricoeur, a busca de uma nova forma de dependência, uma *anapausis* surgida do envolvimento do eu no próprio sentido[3]. A esta dependência chama Paul Ricoeur *second naiveté* - trata-se do reconhecimento do dilema da consciência crítica pós-modernista: manter a fé, ou qualquer forma de fé, não perdendo contudo de vista a liberdade de interpretação[4].

É claro que, tanto o cepticismo da personagem Mr. Surrogate de G. Green, como o absurdo dos romances de Kafka, ou ainda o legado niilista nietzschiano, para tomarmos alguns exemplos, podem hoje ser lidos pela consciência crítica contemporânea segundo métodos interpretativos onde a liberdade e a dependência se completam. Trata-se de abordagens maioritariamente orientadas, desde os anos 70 deste século, segundo princípios que privilegiam na demanda hermenêutica a leitura, ou ainda de correntes onde a visão feminista empresta à leitura bíblica a novidade do limiar do século XXI.

É que, não apenas a teologia, mas sim a própria filosofia, têm sofrido nos últimos duzentos anos o abalo proveniente dos sucessivos processos de questionação e múltiplos mecanismos de accionação de sentido em que a mente humana se tem progressiva e consequentemente envolvido. Hegel, Kierkgaard, Nietzsche, Heidegger e mais recentemente Jacques Derrida têm vindo também a fazer da teologia uma disciplina do pensamento. Como afirma George A. Lindbeck em *The Nature of Doctrine*:

> */religions/ ... comprehensive interpretive schemes, usually embodied in myths or narratives and heavily ritualized, which structure human experience and understanding of self and the world.*[5]

Funcionando como um *a priori* kantiano, uma 'religião' deve ser vista como um 'idioma' que, pertencendo a um sistema cultural e linguístico, tem a fluidez de um jogo de linguagem wittgensteiniano - um esquema cuja natureza não é nunca universal mas sim dialéctica[6]. Ou seja, as religiões mudam com a experiência e começam a falhar a partir do momento em que são vistas como: *'an array of beliefs about the true and the good'*[7]. Neste sentido, e como Karl Barth sustenta, a história e a antropologia que compõem *a religio* contêm episódios de transcendência e grandiosidade mas estão também minadas pela superstição e pelo absurdo.

Ao investigar um texto, o trabalho hermenêutico necessita de espaço - trata-se de um conhecimento *através* do texto, ou seja, de uma determinação da sua própria *textualidade*. Dois pontos se afirmam pois de capital importância: o estatuto do texto e o mundo que passamos a habitar, ou herdamos, no acto da leitura[8]. Há que abandonar pois a *arrogância interpretativa* hermenêutica e mergulhar na natureza e no encanto natural da textualidade.

Quando referimos *textualidade* queremos significar o *modo de ser dos textos*, algo que se encontra no ponto de convergência entre o texto e a energia da escrita. Para tomarmos as palavras de Roland Barthes, na relação entre a obra (*l'oeuvre*) e a escrita (*l'écriture*) ou, se quisermos, entre o texto e a escritura. A textualidade torna-se assim um lugar de acção a ser distinguido da obra autorizada, assinada e acabada que supervisiona, controla, purifica, banaliza, codifica e, acima de tudo, impõe uma visão à comunicação[9]. Para Karl Barth, por exemplo, esta busca da escrita, ou da textualidade como lugar de escrita, conduz à evidenciação de um vazio, do 'outro' (*a void becomes visible*)[10]. É que, o texto teológico evoca uma Presença que, apesar de ausente, é, *não sendo* - a escrita dá voz a uma textualidade que simultaneamente se escreve e apaga. Assim sendo, o texto teológico não pode simplesmente dar origem à teologia, objectivamente entendida como um sistema, mas sim ao dinamismo do pensamento teológico sempre preparado para responder às suas próprias afirmações.

Neste ponto somos inevitavelmente conduzidos às reflexões de Jacques Derrida em *Of Grammatology* (1967), afastando-nos consequentemente da 'gramática de interpretação de Schleiermacher, rumo àquilo que Derrida designa no capítulo de abertura *the end of the book and the beginning of writing*. Questionando a autoridade da obra (no sentido de fechada, selada e assinada), Derrida não apenas reabilita a escrita como um processo dentro da própria textualidade como desafia o princípio da prioridade da presença sobre a ausência. Por outras palavras, insistindo no processo da textualidade e da escrita, *Derrida* leva-nos à própria écriture - não se afastando totalmente da tradição filosófica de Schleiermacher, ele lembra contudo o filósofo e o leitor/intérprete da necessidade de emergir da sombra das obras e penetrar na textualidade.

> *The inflation of the sign 'language' is the inflation of the sign itself, absolute inflation, inflation itself. Yet, by one of its aspects or shadows, it is itself still a sign: this crisis is also a symptom. It indicates, as if in spite of itself, that a historico-metaphysical epoch must finally determine as language the totality of its problematic horizon. It must do so not only because all that desire had wished to wrest from the play of language finds itself recaptured within that play but also because, for the same reason, language itself is menaced in its very life,*

> *helpless, adrift in the threat of limitlessness, brought back to its own finitude at the very moment when its limits seem to disappear, when it ceases to be self-assured, contained, and guaranteed by the infinite signified which seemed to exceed it.*[11]

Trata-se de uma crise na linguagem que, desde Kierkgaard a Nietzsche e mesmo Heidegger se tem vindo a evidenciar nas experiências socio-políticas e nas orientações de poder que o nosso século continuamente ensaia. Como Derrida afirma, não há um mundo exterior ao texto, um *hors-texte* - tudo se passa no jardim da textualidade e, assinar um texto, significa declarar uma ausência absoluta: *the signature carries my death in that event*[12]. A crise segundo a qual Barth reflectia em 1921 é hoje vista como a crise da linguagem e da textualidade, afigurando-se assim a chamada 'crise da pós-modernidade' como simultaneamente inevitável e teológica. Nas palavras de Barth:

> *Theology owes its existence in history and its place in the universitas litterarum only to this essential, final, necessary, venture, and to its abnormal, irregular, revolutionary attack.*[13]

Barth já negava a teologia do impossível, valorizando pelo contrário o pensamento preparado para coexistir plenamente com o paradoxo e com os jogos da linguagem, sem a protecção das significações últimas presas e mortas no tempo.

Descobrindo, como temos vindo a fazer, a corrente contrária à tradição Schleiermachiana chegamos, via Barth, à compreensão da chamada *teologia da morte de Deus*, tal como é amplamente tratada por exemplo pelo teólogo americano Thomas Altizer. Na linha de Kierkgaard e Nietzsche, Altizer desenvolve linearmente o seu pensamento desde os anos 60 deste século no conceito de misticismo enquanto experiência de Deus como 'ausência', contemplando igualmente a tradição poética que, vindo de Milton a Blake, chega, apesar de distintamente, também a James Joyce. O que caracteriza o pensamento de Altizer é deste modo a necessidade de *pensar* em Deus - ao fazê-lo, numa dialéctica radical que tantas vezes se nega e desautoriza, ele reconhece um lugar de pensamento teológico, em si mesmo contrário à tradicional teologia como sistema.

Tal como Barth, Altizer regressa insistentemente a Kierkgaard e focaliza a *kenosis* na qual os opostos se realizam através da sua própria diferença. Ou seja, à semelhança da morte de Cristo na cruz, também a morte de Deus justifica na sua génese a presença ausente, o fim, o começo e o fim novamente.[14] Faltou, como falta muitas vezes na teologia, a capacidade de se libertar do sistema e se instituir como pensamento onde se problematiza o impensável e se arrisca a perda da autoridade. Milton, como Blake, ousaram o radicalismo de pensar a génese de Deus simultaneamente como a morte de Deus. Referindo-se a Milton, Blake afirma:

> *was a true poet and of the Devil's party without knowing it.*[15]

Atente-se a este propósito nas palavras de Altizer num ensaio dedicado a William Blake:

> *...faith of the radical Christian continues to remain largely unknown, and this is so both because that faith has never been able to speak in the established categories of Western thought and theology and because it has so seldom been given a visionary expression (or, at*

> *least, the theologian has not been able to understand the radical vision, or even perhaps to identify its presence)*[16]

Exactamente como Joyce em *Finnegans Wake*, para quem a queda é simultaneamente criação, morte e ressurreição, também a teologia deve desafiar, na energia da textualidade e da leitura a inteligibilidade dos conceitos acabados, das definições e da autoridade. Naquilo que podemos designar de 'condição pós-modernista' se deverá representar, não a teologia, mas o novo modelo do pensamento teológico.

A perda progressiva de enquadramentos conceptuais traz inevitavelmente consigo o desaparecimento de reflexões normativas. Ou seja, a teologia, tal como é concebida, desarticula-se social e culturalmente de um mundo onde os valores sofrem processos de permanente mutação. A derrota da teologia no mundo moderno nasce do facto de ter deixado de dar contributos válidos para o actual sistema social. Contudo, e na sequência do que dissemos até aqui, se a teologia tem adversários, eles não provêm certamente do discurso e das correntes críticas pós-modernistas. É o próprio sistema organizacional da sociedade, com os seus enquadramentos políticos e económicos que impõe ao indivíduo e aos grupos princípios destruidores da liberdade de escolha e do desenvolvimento das capacidades críticas e analíticas. O ditado da competitividade maximiza *ironica e falsamente* a liberdade individual na medida em que a ele subjazem complexos jogos de poder que manipulam o ser humano:

> *Power can be stopped only by power, and if the threatening society has discovered ways to magnify its power through innovations in mechanization or technology (or whatever), the defensive society will have to transform itself into something more like its foe in order to resist the external force.*[17]

Tomando a designação que este autor utiliza (parábola das tribos), diríamos que no mundo moderno a teologia é como uma tribo. Sendo as formas do poder inevitáveis e incontornáveis nas suas consequências de múltipla destruição, absorção e transformação, também a derrota cultural da teologia surge como consequência, não propriamente das falhas da argumentação interna, mas sobretudo das leis que regem o sistema do mundo actual. Relembremos a este propósito Karl Barth que concebia a teologia como uma força motivadora da própria cultura ocidental. Barth defendia a necessidade de os teólogos falarem de Deus (*They ought to speak of God*) – sendo a cultura o centro formador da religiosidade, as questões dever-se-íam então dirigir no sentido de apurar a génese e objectivos da vida humana.

Ou seja, e de uma forma paradoxalmente mais específica mas também mais lata, trata-se de estreitar o foco de investigação no que poderíamos apelidar de estudo e análise dos limites: ideológicos, vitais, mas também e no caso da disciplina teológica, do próprio texto. No dizer de Derrida:

> *All those boundaries that form the running border of what used to be called*
> *A text, of what we once thought this word could identify ...*
> *A sort of overrun that spoils all these boundaries and divisions and forces us*
> *To extend the accredited concept, the dominant notion of a 'text'...a 'text' that*
> *Is henceforth no longer a finished corpus of writing, some content enclosed*

> *In a book or its margins, but a differential network, a fabric of traces referring*
> *Endlessly to something other than itself.*[18]

Também Foucault, por exemplo, emprega frequentemente imagens de limite (como o que separa o mar da terra) para designar a acção transgressora da linguagem. Assim, reflectir sobre conceitos como o começo e o fim, a vida e a morte, o sagrado, o secular e o profano é sempre uma aventura de ambivalências na esperança de obter o outro omnipresente mas escondido nas margens do silêncio e do incomprovável.

Por outro lado, avançar para lá dos limites das nossa própria disciplina intelectual é abrirmo-nos à interdisciplinaridade e à capacidade de questionarmos a(s) política(s) cultural(ais) que separa(m) filosofia de literatura, sociologia de antropologia, teologia de teoria crítica. É que, pela sua própria natureza, a teologia facilmente se coloca nos limites de si mesma: tendo sempre a todos os níveis lidado com a transgressão de limites, o discurso teológico requer outros discursos para se viabilizar. Já São Tomás de Aquinas afirmava em *Summa Theologica* essa capacidade interdisciplinar da teologia – hoje, e como referimos anteriormente, torna-a activa e pertinente enquanto disciplina do pensamento.

Muito se poderia aqui acrescentar, em especial se recorressemos ao poeta por excelência do limite e da transgressão – Dante. Nas últimas 13 linhas do *Inferno*, Dante conduz-nos ao ponto mais longínquo do reino de Satanás:

> *To the farthest part ... which is known not by sight, but by the sound of a stream*
> *That descends there. ...*
> *The Leader and I entered on that hidden road to return into the bright world, and*
> *Without caring to have any rest we climbed up.*[19]

A vertigem intelectual é uma das principais características do encontro interdisciplinar: tal acontece sempre que a teologia cruza a literatura, a filosofia, a antropologia ou a psicologia. Ou seja, quando o pensamento teológico se institui, descobrem-se presas nas estratégias textuais outras sequências disciplinares.

No momento em que nos aproximamos do final das nossas reflexões é pois pertinente perguntar: Quando é que pensamos «teologicamente»? Onde estão os limites da nossa percepção e como nos apercebemos das divisões que separam as diferentes disciplinas?

Seja qual for a possibilidade de resposta(s) para estas perguntas, parece certo que hoje assistimos a uma expansão progressiva dos diferentes reinos interdisciplinares que a teologia estabelece, nomeadamente com a literatura, a filosofia, a psicologia ou a antropologia. O importante será predispormo-nos a uma orientação heurística que nos leve ao vasto território do intratextual.

A teologia entendida como «conversa sobre Deus» - *theo-logos* – está intimamente associada a questões de representação; enquanto religiões baseadas em acontecimentos históricos de base, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo desenvolvem uma teologia por demais comprometida com as questões da **história**; na medida em que Deus é uma entidade tradicionalmente entendida como Bem absoluto, também a teologia é indissociável da **ética**; por outro lado, a teologia enraiza-se **antropologicamente** na experiência religiosa levando a que a transcendência se represente **esteticamente**. Com a **literatura**, a **filosofia** e a **teoria crítica**, ela

estabelece os laços interdisciplinares que o próprio texto e a escrita permanentemente viabilizam. Talvez resida aqui a possibilidade de alargarmos os limites rígidos da teologia tradicional para então instituirmos o pensamento teológico.

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] GREEN, Graham - *It's a Battlefield*, London, Penguin Books, 1977, p. 89.

[2] Cf. BURNETT, Fred W. - «*Postmodern Biblical Exegesis: The Eve of Historical Criticism*», Semeia 51 (1990), pp. 51-80.

[3] Cf. McKNIGHT, Edgar V. - *Postmodern Use of the Bible: The Emergence of Reader-Oriented Criticism*, Nashville, Abingdon Press, 1988.

[4] RICOEUR, Paul - *Essays on Biblical Interpretation*, Philadelphia, Fortress Press, 1980.

[5] LINDBECK, George A. - *The Nature of Doctrine: Religion and Theology in a Postliberal Age*, London, 1984, p. 32.

[6] Ibid., p.41.

[7] Ibid., p.42.

[8] Cf. SCHARLEMANN, Robert P. - «The Textuality of Texts», *Meanings in Texts and Actions: Questioning Paul Ricoeur*, ed. David E. Klemm & William Schweiker, Charlottesville, 1993.

[9] BARTHES, Roland - *Roland Barthes*, trans. Richard Howard, New York, 1977.

[10] BARTH, Karl - *The Epistle to the Romans*, trans. Edwyn C. Hoskyns, Oxford, 1968, p. 33.

[11] DERRIDA, Jacques - *Of Grammatology*, trans. Gayatri Spivak, Baltimore, 1976, p. 6.

[12] Ibid. - *Glas*, trans. John P. Leavey & Richard Rand, Nebraska, 1986, 19b.

[13] BARTH, Karl - op. cit., p. 531.

[14] ALTIZER, Thomas J. J. - *Radical Theology and the Death of God*, Harmondsworth, 1968.

[15] BLAKE, William - «*The Marriage of Heaven and Hell*», Complete Writings, ed. Geoffrey Keynes, Oxford, 1966, p. 150.

[16] ALTIZER - «*William Blake and the Role of Myth*», op.cit., p. 182.

[17] SCHNOOKLER, Andrew Bard – *The Parable of the Tribes: The Problem of Power in Social Evolution*, Los Angeles & London, 1984, p. 21.

[18] DERRIDA, J. - «Living on: Border Lines», tr. James Hulbert, *The Derrida Reader: Between the Blinds*, ed. Peggy Kamuf, Harvester, 1991, pp. 256-7.

[19] DANTE – *Inferno*, tr. John D. Sinclair, Oxoford, 1961, pp. 426-7.

"PELA MORTE SE CONHECE UM POUCO DA VIDA". A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios

José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO *

INTRODUÇÃO

O título principal transcreve a expressão utilizada pelo Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, como remate de uma breve troca de impressões sobre rituais funerários na Idade Média, suscitadas por algumas dúvidas que lhe foram colocadas pelo signatário deste trabalho. Também então, o ilustre e saudoso Homenageado chamou a atenção para a importância dos testamentos, lamentando a falta de estudos sistemáticos a partir desse tipo de fontes.

Passados vários anos sobre essa conversa, o panorama historiográfico é já hoje um pouco diferente. Com efeito, o número de trabalhos sobre esse domínio tem vindo a aumentar[1], sendo justo que se destaquem alguns deles, nomeadamente os de Mário Barroca[2], de Maria Ângela Beirante[3], de Hermínia Vasconcelos Vilar[4] e, sobretudo, de José Mattoso, que mais recentemente foi responsável pela publicação de uma colectânea de estudos sobre essa temática[5].

Como é óbvio, não pretendo agora fazer uma incursão nos domínios da *Morte* ou dos rituais funerários medievais, campo temático extremamente complexo e muito diverso daquele em que habitualmente tenho trabalhado mas, tão-somente, a publicação de um testamento bastante importante e rico em informações, acompanhando-o com um breve estudo sobre a figura e vida do testador. De resto, a análise de *casos*, mais ou menos singulares, tem sido uma prática de relativa frequência[6], sendo ainda de sublinhar alguns, poucos, mas importantes estudos de conjunto[7].

Qualquer testamento, seja qual for a sua cronologia, é inegavelmente uma fonte privilegiada. Mas, quando se trata do período medieval a sua importância é redobrada. Com efeito, todos os que trabalham esse período sabem bem como é difícil encontrar testemunhos que nos aproximem um pouco mais do indivíduo, das suas relações de parentesco ou de serviço, do enquadramento material do seu quotidiano, em suma, da sua vida mais íntima. Bem distintos, portanto, daqueles que, muito mais abundantes, nos permitem, por exemplo, conhecer o seu património, desde as diferentes formas da sua aquisição até aos conflitos a ele associados.

Daí, a excelência daquele tipo documental, não só, como acabámos de ver, pela riqueza do seu conteúdo, mas também pela sua raridade, tanto maior quanto se vai recuando na cronologia. Nestas circunstâncias, e como seria de prever, o estatuto social do testador também é um factor relevante, sendo sobretudo conhecidos diplomas relativos às figuras régias, a eclesiásticos ou a membros da nobreza[8].

Está neste último caso o exemplar que agora se publica, relativo a Dona Châmoa Gomes, última representante da linhagem dos de Tougues, e responsável pela fundação

do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios, razões de sobra para que se faça uma breve análise sobre a sua linhagem e a sua pessoa.

OS DE TOUGUES

Pela mesma altura em que Dom Pero Froiaz - senhor de Trastâmara e de Trava e aio de Afonso VII de Leão e Castela, e pai dos bem conhecidos Fernão e Bermudo Peres de Trava – ombreava em poder e prestígio com o célebre arcebispo Diogo Gelmirez, apareciam no condado portucalense dois sobrinhos seus, filhos de seu irmão Rodrigo Froiaz. O primeiro a surgir na documentação, em 1097 – e único que agora nos importa[9] –, foi Mem Rodrigues, que aqui permaneceu até 1109, regressando mais tarde à corte entre 1130 e 1133[10].

Possivelmente herdou de sua mãe, da linhagem da Maia, alguns bens junto ao rio Ave, pois que o ramo a que deu origem tomou o nome da freguesia de Tougues, no actual concelho de Vila do Conde. Da sua ligação ilegítima com a sua prima Châmoa Gomes[11], uma filha do conde Gomes Nunes de Pombeiro cuja conduta foi reprovada pelo autor do *Livro Velho de Linhagens* (LV1B7), teve um único filho, Soeiro Mendes *Facha*, ou *Mãos de Águia* (ou de *Água*[12]) que frequentou a corte entre 1156 e 1176[13].

Instalados no vale do Ave e associados ao mosteiro de Santo Tirso, ou seja, uma área e um cenóbio particularmente ligados aos senhores da Maia, os de Tougues vão revelar uma mobilidade geográfica patrimonial em grande medida decorrente das suas alianças matrimoniais, como seja a aproximação às terras próximas ao vale do Ferreira, em virtude da ligação aos de Pombeiro[14]; interiorização ainda mais vincada com o casamento de Soeiro Gomes com uma senhora da linhagem de Sousa, o que nos permite compreender, por exemplo, que um dos seus filhos venha a estar associado, como a seguir veremos, ao governo da terra de Aguiar da Pena, em plena área de influência daquela veneranda estirpe.

Do casamento de Dom Soeiro Gomes com a condessa Dona Elvira Gonçalves de Sousa, ou da *Faia*[15], filha do mordomo-mor de D.Afonso Henriques, Dom Gonçalo Mendes de Sousa I, nasceram pelo menos três filhos e duas filhas, dos quais nos interessa apenas o primogénito varão[16].

Dom Gomes Soares de Tougues, ou *Facha*, foi rico-homem de D.Sancho I, como governador da terra de Aguiar da Pena (1206)[17], e seu testamenteiro[18], e *tenens* de Gouveia (1211-1213) e de Riba Minho (1217) no reinado de D.Afonso II[19].

A propósito do património de Gomes Soares, terei que voltar a sublinhar a importância do seu matrimónio, não tanto, agora, pela sua implicação na mobilidade geográfica da linhagem, mas sobretudo pelo seu significado enquanto factor de recuperação, e de concentração, de antigas parcelas de património familiar dispersas ao sabor das contingências políticas e das sucessivas partilhas. Com efeito, e como já foi devidamente valorizado por outros autores, e também em relação ao casamento de seu pai[20], Gomes Soares, "*ao casar com Teresa Rodrigues de Barbosa, recupera a antiga unidade da família de Pombeiro em termos de posição patrimonial no julgado* (de Aguiar de Sousa), *uma vez que concentra nas suas mãos as propriedades nele detidas pelos Barbosas e Tougues*"[21].

Esta aliança, porém, ainda tem um outro significado, no quadro patrimonial da figura central deste trabalho – como adiante veremos com mais pormenor –, uma vez

que foi através dela que os de Tougues acederam aos bens que constituiram a principal base territorial do mosteiro de Entre-os-Rios.

Vejamos, entretanto, o que sucedeu à descendência de Gomes Soares, dois varões e uma senhora. Quanto a Vasco Gomes, presumivelmente o mais velho dos três, já que é referido em primeiro lugar pelas fontes linhagísticas, apenas se sabe, por essas mesmas fontes, que morreu sem casar e sem descendentes[22]. Já quanto a Soeiro Gomes estamos mais informados. Assim, pelo menos entre 1232 e 1240 foi rico-homem da corte de D.Sancho II, como governador das terras de Lamego, Tarouca, Trancoso e Trasserra[23]. Fiel ao seu Rei, Soeiro Gomes viria morrer em 1246, também sem filhos, às mãos das tropas do Conde de Bolonha durante a tomada da cidade de Leiria[24].

Desta forma extincta a descendência varonil de Dom Gomes Soares, recaíu na sua única filha a representação dos de Tougues.

DONA CHAMOA GOMES E A FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE ENTRE-OS-RIOS

A referência mais antiga que conheço sobre a fundadora de Entre-os-Rios data de 1256, ano em o rei ordenou uma composição entre o most° de Arouca e Dona Châmoa - a propósito de certos bens que tinham pertencido a seu primo co-irmão, Soeiro Pires *Carnes* -, e já então se encontrava casada com Dom Rodrigo Forjaz, também citado no dito acordo[25].

Quanto a Dom Rodrigo, tem-se revelado uma figura bastante enigmática, já que, e para além de se conhecer a sua proveniência - uma vez que é habitualmente referido na documentação e nas fontes linhagísticas como Dom Rodrigo Forjaz de *Leão*[26] - nada mais se sabe sobre as suas origens e linhagem[27]. É possível, porém, que aquele matrimónio tenha ocorrido vários anos antes. Com efeito, a cronologia conhecida para o irmão de Dona Châmoa – Soeiro Gomes foi rico-homem entre 1232 e 1240 e faleceu em batalha em 1246 – leva a admitir que aquele se tenha realizado por volta dos anos 30, pelo que aquela senhora andaria pelos 50 anos quando ocorreu o referido acordo com Arouca (1256). Servem estas deduções, meramente hipotéticas, para tentar vislumbrar o posicionamento de Dom Rodrigo Forjaz durante a guerra civil que conduziu à deposição de D.Sancho II. Quanto a mim, ele não foi partidário do Conde de Bolonha[28], mas sim do monarca deposto, ou seja, apoiaria a mesma facção que o seu cunhado, facto que explicaria o seu exílio em Castela, uma vez que é citado, com muitos outros partidários de D.Sancho II, no "repartimiento" de Sevilha de 1253[29], o que significa que participou, em 1248, na conquista daquela importante cidade.

Seja como for, com as mortes de seu pai e de seus irmãos, Dona Châmoa Gomes tornou-se, assim – e, por aliança, Dom Rodrigo Forjaz -, na única herdeira e representante da linhagem dos de Tougues, e também herdeira de um dos ramos dos de Barbosa. Como é natural, não é fácil distinguir nos testemunhos documentais a proveniência dos bens herdados - dos de Tougues ou dos de Barbosa - atendendo, por um lado, à trajectória de aproximação sofrida pelas duas linhagens, como já se referiu, e, por outro, à grande coincidência da área geográfica de implantação de ambas, como o provam os bens situados, por exemplo, nos actuais concelhos de Felgueiras, de Penafiel ou de Paços de Ferreira[30].

Mas, se isso é valido para esses bens, o mesmo não acontece com a maioria dos que foram doados ao mosteiro de Entre-os-Rios, já que aquela rica-dona também herdou, mas reconhecidamente por via materna, um outro núcleo patrimonial, particularmente importante para a concretização daquela fundação pia.

A 1 de Janeiro de 1210, estando em Santarém, D.Sancho I doou o reguengo de Entre Ambos os Rios à condessa Dona Toda Palazim, *"pro multo et bono servicio quod uxori mee regine domne* Dulcie *bone memorie et nobis facitis et facietis"*[31], doação que lhe viria a ser depois confirmada por D.Afonso II em 1217[32].

Já então a referida condessa Dona Toda estava viúva do conde Dom Rodrigo Vasques de Barbosa[33], de quem teve duas filhas, Maria e Teresa Rodrigues de Barbosa. Do pouco que se sabe sobre Maria Rodrigues, e segundo as fontes linhagísticas, *"foi casada em Aragom"*, dela descendendo vários indivíduos da nobreza aragonesa[34], alguns dos quais, anos depois, "regressariam" a Portugal acompanhando a Rainha Santa[35]. Quanto a Teresa Rodrigues – que já sabemos ter sido casada com Dom Gomes Soares de Tougues, e a mãe de Dona Châmoa Gomes - foi a principal herdeira de Dona Toda, tendo dado forais a Entre-os-Rios em 1231 e em 1241[36].

Desta forma, Dona Châmoa Gomes recebeu de sua mãe o lugar de Entre-os-Rios, onde viria a localizar-se o mosteiro, mas dela também recebeu outros bens que doou ao dito cenóbio mas com uma procedência diferente. Com efeito, os que estavam localizados em Paiva ou no couto de S.João de Pendorada eram originários dos de Riba Douro, linhagem de Dona Urraca Viegas, mãe de seu avô materno, Dom Rodrigo Vasques de Barbosa, e fundadora do mosteiro de Tuías – *"a minhana dona* Orraca Veegas, *que fundou o moesteiro de* Tuias, *filha de Dom Egas* Moniz *de Riba de Douro e da minhana dona* Tareija *Afonso, que fundou o moesteiro de* Salzeda*"*[37].

Como vemos, não eram estranhas ao "sangue" de Dona Châmoa as fundações monásticas, tradição que aquela senhora terá começado a concretizar em 1256, ou mesmo no ano anterior, uma vez que data de Março daquele ano a licença de fundação do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios, dada por Alexandre IV, que por bula de Janeiro de 1257 a recebe sob a sua protecção e a exorta a levar por diante tão piedosa vontade[38]. Logo em 1258 vieram de Zamora 3 freiras a povoar o novo cenóbio, a que se seguiram outras mais. Entretanto a fundação contava com a oposição do bispo do Porto, acabando por ser ultrapassada com algumas admoestações papais, para além da já referida cedência, por parte de Dona Châmoa e a favor do dito bispo, dos direitos que ela detinha sobre Tuías[39].

Para a dotação inicial, Dona Châmoa, que contou com o apoio de seu marido, doou todos os bens que possuía em Entre-os-Rios, em Paiva, no couto de S.João de Pendorada, em Jugueiros e na Ribeira, doação subscrita pelo casal em 14 de Setembro de 1258, estando em Zamora[40]. Generosidade que, tal como se verá depois, foi continuada e acrescentada pelas disposições testamentárias da fundadora.

PRIMEYRAMENTE MANDO QUE SE FAÇA O MOESTEYRO DAS DONAS...

Dona Châmoa Gomes surge referida pela última vez, com vida, a 20 de Agosto de 1269, quando doou alguns bens à Sé de Braga por um aniversário por sua alma[41], e, com

toda a certeza, já tinha falecido antes de Abril do ano seguinte, quando D.Rodrigo Gomes, abade de Pombeiro, passou uma certidão sobre os seus legados testamentários[42].

O testamento foi lavrado no mosteiro de Tuías por João Pires, tabelião de Braga, a 3 de Fevereiro de 1268. Da importância e riqueza do seu conteúdo ajuizará o leitor, através da leitura do diploma, integralmente transcrito no final deste trabalho, a partir de uma pública-forma lavrada em 1277 por Pedro Pires, público tabelião de Braga[43]. Mas não gostaria de o concluir sem antes chamar a atenção para algumas das suas cláusulas.

Começando pelas dotações pias, é natural que o mosteiro mais beneficiado seja o de Entre-os-Rios, seguindo-se aqueles aos quais a testadora estava particularmente ligada pelos laços familiares, tais como Tuías, Salzedas e Paço de Sousa, ou Pombeiro e Santo Tirso, recordando as raízes que ligavam Dona Châmoa aos de Riba Douro, de Barbosa, de Sousa, de Tougues e da Maia. Especial menção para a catedral bracarense – mas nunca a portuense... – esperando dos seus arcebispos a necessária protecção para o seu mosteiro de Entre-os-Rios, e a alguns mosteiros de Ciudad Rodrigo, cidade leonesa a que seu marido poderia estar ligado.

Dignas de nota são também as amplas doações de peças de ourivesaria - entre as quais se destaca um elevado número de cálices, bem como um pichel de 6 marcos de prata, este último com a finalidade de *pratear* a imagem que estava sobre o túmulo de São Geraldo, na sé de Braga – de relíquias e de vários livros, entre os quais três Bíblias.

Para além do pagamento de algumas dívidas, são também importantes os legados feitos a leigos - para além dos que beneficiaram alguns dos seus familiares e que a seguir mencionarei com mais destaque – registam-se as doações feitas a vários criados e serviçais, e a libertação de algumas servas, tendo Dona Châmoa deixado os restantes servos, mouras e mouros, ao mosteiro de Entre-os-Rios.

Por outro lado, desde o início do testamento que se estranha a ausência de uma referência explícita ao local elegido pela testadora para sepultura – e que, de resto, costuma ser uma das primeiras, quando não mesmo a primeira, das cláusulas da maioria dos testamentos – referindo-se-lhe sempre de uma forma vaga: *hu mandar deitar meu corpo*.

Finalmente, uma referência às relações familiares, algumas das quais não deixam de colocar alguns problemas de identificação ou, noutros casos, de definição do tipo de parentesco. Desde logo não será difícil de compreender as suas ligações a Maria Gil, a Martim Gil e a Manrique Gil, que supômos serem filhos de Gil Vasques de Soverosa I, primo co-irmão do pai de Dona Châmoa, e que explica que esta também trate aquele Manrique Gil como seu co-irmão[44]. O parentesco com Fernão Pires de Barbosa, como é óbvio, também não levanta qualquer dúvida, o mesmo não se podendo dizer quanto ao tratamento de "sobrinho", se tivermos em conta que o parentesco comum entre ambos remontava ao conde Gomes Nunes de Celanova, isto é, à primeira metade do século XII. Interessante, ainda, a referência aos *"coyrmãos de Aragon"*, relativa aos filhos de Maria Rodrigues de Barbosa, tia de Dona Châmoa[45].

Os verdadeiros problemas, porém, colocam-se quanto a três outros "sobrinhos": Pedro Anes e Acêncio (Ascêncio) Anes, que sem dúvida eram irmãos, e Paio Soares. Quanto aos dois primeiros, não tive qualquer hipótese de os identificar, mesmo sem dar importância ao grau de parentesco referido o qual, como acima vimos, podia ser muito mais afastado. A única reflexão que me ocorre, atendendo ao nove invulgar do segundo, é que pudessem ser sobrinhos de Dona Châmoa por afinidade, isto é, sobrinhos de Dom Rodrigo Forjaz *de Leão*. Já quanto a Paio Soares, não me parece poder recusar a sua filiação, em Soeiro Pires *Carnes* – até porque este, sendo primo co-irmão de Dona Châmoa

justificava plenamente o tratamento de sobrinho dado ao filho -, cujo pai, Pero Soares *Carnes*, é explicitamente referido no testamento a propósito de vários bens então na posse da testadora. Mas, se esta identificação estiver correcta, então Dona Châmoa já não seria a última dos de Tougues, o que poderia deixar perceber uma origem bastarda para Paio Soares, tal como já poderá ter acontecido a Soeiro Pires, explicando-se então a acumulação do património familiar nas mãos da fundadora de Entre-os-Rios.

Seja como for, uma das suas disposições testamentárias, por sinal bem notável[46], expressava bem a sua preocupação quanto aos parentes que pudessem ter pretensões a direitos sobre o mosteiro, que com tanto esforço e dedicação tinha fundado: - *Mando que se alguum ou algua de meu linagem quiser demandar bençam en o moesteiro d'Antr'Anbos Rios que li den ua eixada cum que cave e den aa domna ua pesa de laa que fie*... Será caso para afirmar que "*pela morte se conhece um pouco da vida*".

DOCUMENTO

1277, Agosto, 8, Braga – Dona Châmoa Gomes de [Tougues] faz testamento – em Tuías, a 3 de Fevereiro de 1268 – pelo qual beneficia várias instituições eclesiásticas e diversos indivíduos, entre parentes e serviçais. De entre aquelas destaca-se como principal beneficiário o mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios, que aquela rica-dona fundou e dotou.

B – ANTT, *Incorporação de 1912 – Most° de S^a Clara do Porto/Entre-os-Rios*, m°169, n°12. Pergaminho de 725mmx460mm; pública forma; gótica cursiva; bom estado; furos de dois selos pendentes com restos do fio de suspensão de um deles.
Sinal tabeliónico de Pero Pires.

C – ADP, *Fundo Monástico – Most° de S^a Clara do Porto*, n°5026 (Tombo 1°), fls.15-18v°. Cópia em papel; séc.XVII; leitura muito deficiente.

Noverint universi quod ego Petrus Petri publicus tabellio Bracharensis in presencia testium infra scriptorum auctoritate venerabilium virorum domni Petri Garsie archidiaconi et magistri Thome domni papae capellanum et subdiaconi thesaurarii ecclesie bracharensis reverendi patris domni Ordonii archiepiscopi eiusdem vicariorum vidi et de verbo ad verbum legi testamentum nobilis domne domine Chamoa Gomecii non cancellatum non obolitum non obrasum non super inductum nec in aliqua sui parte viciatum conscriptum per manum Johannis Petri quandam publici tabellionis bracharensis et sigillatum sigillo eiusdem domine Chamoa et sigillo domni Johannis Roderici canonici bracharensis cuius testamentum tenor talis est:

- «In Dei nomine amen. Sabban todos aqueles que agora son e os que an de seer que yo donna Chamoa Gomez faço meu testamento de todas as mhas cousas moviles e non moviles en esta maneyra. Primeyramente mando que se faça o moesteyro das donas de la ordim de San Francisco d'Antre Anbos Rios segundo que o papa Alexandre quarto e depois Urbano et Clemente papas outorgarom. A este monesteiro mando todalas herdades que ey e devo a aver en esse logar d'Antre Anbos Rios e mando-li todolos meus termios e todas taas possisões que ey e de dereito devo aver en a terra de Paiva e todas as que ey e devo d'aver en Jugeyros de cabo Penafiel. Mando todalas herdades que ey e quanto ey e devo aver na rua da Ribeyra en a Poboaçom convem a saber vinas terras

vargas pesqueiras montes e fontes e en todo o termino d'Antre Anbos Rios ao moesteiro d'Antre Anbos Rios. Item mando a meatade de todas as herdades que ey en Louredo de Veeriz ao moesteyro de Paaçoo e a outra meatade mando aos meus coyrmãos de Aragon. Mando todalas herdades que ey e devo d'aver en Gontigen e en Moraceses e en Monte de Muro e en Campo Benfeyto e en Outeiro de Donas e no Omezio e en Maves ao moesteiro de Antre Anbos Rios. Mando todalas herdades que ey en Rio de Galinhas e en Canaveses e en Paaços ao moesteiro de Tuyas pera o vestiario das donas e pera a enfermaria polos renovos que ende ouvy eixetes o casal de Canaveses que foy de Domingos Periz com sas casas e com sas pertenças que teve Gomez Vegas de my en aprestamo que mando a Roy Soariz pera erdamento. Mando ao moesteiro de Salzeda todas las herdades que ey e devo aver en Breteandi e en Caria e o que ey en Caria devem seer nove casaes de herdade e isto mando que os frades non seguem no verão. Mando quanto ey e de dereito devo aver en Vila Chãa a dona Maria Gil ma criada. Mando quanto ey e de dereyto devo aver en Verdezedo a Fernam Periz de Barvosa meu sobrinho que me ajudou a saca-lo de Martim Gil. Item mando quanto ey en Varzea Tellada e en Sousela e devo aver comigo hu mandar deitar meu corpo eixestes Jugeiros de cabo de Sendim que mando a mia morte aa persoa de don Martim Geraldiz arcebispo de Bragaa per razom de sa persoa e nom per razom da eglesia de Bragaa e por muyto bem que my fez. Item mando ao moesteiro de Antre Anbos Rios a vina que jaz en termio do Sabugal que conprou ma madre pera vestiario das donas d'Antre Anbos Rios. Item mando a esse moesteiro d'Antre Anbos Rios a mia herdade da Ribeira dos Limia que my ficou depos morte de dona Tareiga Garcia pera vestiduras pera as donas ca a tal composiçom foy antre my e ela en sa vida que eu le la leixasse por saude de nossas almas. Mando ao moesteiro de Santo Tirso a pousa mia de Lausada e tres casaes que mando ao cabidoo de Bragaa por muyto bem que my fezerom. Item mando toda a herdade que foy de dom Pedro Soariz Carnes e todas as outras herdades que forom desse Dom Pedro Soariz que ey a mão en Novelas e en terra de Santa Maria e en Ferraria ao arcebispo de Bragaa e ao cabidoo d'y en tal maneyra que o arcebispo aja ende as duas partes e o cabidoo a terça por ma alma e desse dom Pedro Soariz e façam my ende cada ano aniversario e den my raçom a meu sobrinho Acence. Mando a Paay Soariz meu sobrinho a ma herdade de Santa Columba de Alvurio com sua seara e com todalas cousas que ey hy e devo aver e mando que se esse Paay Soariz passar sem filho leedimo la herdade de Santa Columba tornesse ao moesteiro d' Antre Anbos Rios por mia alma. Item mando a Santo Tisso a herdade de San Oan da Foz que deve seer sua. Mando o casal que foy de Joham Murugio e a seara da vina da Varzea ao moesteiro de Poonbeiro. Mando a Pedr'Eanes e Acens'Eanes meus sobrinhos toda a herdade que ey en termio de Lixboa e nos logares que dizem Torres Vedras e Aberca e Benquerena e en Leirena eixetes a erdade de Lixboa que my tem forçada o moesteiro de Arauca que mando ao arcebispo e ao cabidoo de Bragaa e partan'a como de suso e dito das outras herdades que lis mando. Mando ao moesteiro de Gradefes e ao moesteiro de Outeiro todala herdade que ey e devo aver en Oolo e a que ey en Outedi e in Valle Sancii Yanes e a que hey en Vila Noval e en Carvalal de Conde pera calçar as donas cada ano. Mando todo o que ey e devo aver en censo[... a Manrri]co Gil meu coirmão mando a esse Manrrico Gil e a Gradefes e a Outeyro que enviem a Bragaa por ũa carta que mi fez dom Rodrigo de doaçom por meu corpo de todas estas herdades que lis mando. Item mando ao moesteiro de Outeyro todala herdade que ey e devo aver en Mata d'Ul e toda a que ey en Vila Nova de Perna Sacada aquela herdade que comprey del Morom que mando a las fillas de Maria Esidriz por ma alma. E mando Vila Roane [...] e as outras herdades que avemos enprazadas fiquem assy

como manden os privilegios que avemos con'as ordiins. Mando que toda la herdade que mando a Outeiro que seja pera calçar as donas d'y. Mando la mia aldeya que jaz en termio do Sabugal que dizem Aldea de Dona a las donas de Cidade Rodrigo de la ordem de San Damiam pera vestiario delas e de los frades menores de Cidade Rodrigo aos quaes mando ende dar a meyatade e que a vendam por mia alma. Mando ao moesteiro d'Antre Anbos Rios todolos meus mouros e todalas minhas mouras e todolos meus servos. Mando que seja Elvira Vaasquez engeca. Mando que Çaadona seja engeca e que [a] abadesa d'Antre Anbos Rios de a ela cada ano pera vestir V morabitinos e que li faça algo. Mando a don Gonçalo e a dona Maria Gonçalviz o casal meu de Veeriz e ma herdade de Peage que comprou ma madre dos fillos de Egas Meendiz. Mando dous casaes en Louredo de Moazeres [a] Aldonça Martiinz. Item mando unum casal en esse logar de Louredo de Moazeres ao moesteiro de Vilela per que my façam cada ano aniversario e todala outra que ey hy mando-a a Pedr'Eanes e a Açens'Eanes meus sobrinhos. Mando a Tareiga Meendiz una mula e a sela mia de escarlata e XX^ti^ moyos de pane. Mando a Maria Stevainz Muira XL^a^ morabitinos e X moyos de pan. Mando a Tareiga Dominguiz XL^a^ morabitinos. Mando a Maria Anes do Porto XL^a^ morabitinos e XX^ti^ moyos de pan e mando-li dar raçon en Antre Anbos Rios e mando-li dar cada ano VII morabitinos pera vistir. Mando a Lourenço Gonçalviz XL^a^ morabitinos e XX^ti^ moyos de pan e mando-li a herdade do Crasto que elos e sas irmãas teem de my por aprestamo que ele a aja en sa vida e depos sa morte que fiquem hu eu mandar deitar meu corpo. Mando a Simom X morabitinos e X moyos de pan. Mando a Bertolameu e a Domingos Migeinz meus omeens XL^a^ morabitinos e XXti moyos de pan permeyo. Mando a todos los de ma criaçom meor XXX^a^ morabitinos. Mando e encomendo a abadesa d'Antr'Anbos Rios os meus conlaços e os meus criados. Mando as mias sortelas da vertude aos frades predigadores do Porto por ma alma e de ma madre convem a saber o roby e a safira que forom de don Gomez meu padre. Mando todalas outras sortelas ao arcebispo de Bragaa don Martin Giraldiz que fille ende as duas melores e as outras venda pera conprir mas mandas e mas devidas. Mando abadesa e ao convento d'Antr'Anbolos Rios as mas contas e os meus cristaes e CC^os^ morabitinos pera a eigleja acimar e mando-lis CCC^os^ moyos de pan en Sousa e mas vestimentas e os meus calezes e os meus livros que son da ordin de San Francisco e los outros que son da ordin de San Bento mandolos ao moesteiro de Tuyas. Item mando a mha Bribia bona e a outra menuda ao moesteiro d'Antr'Anbos Rios e mando que enviem a Brebia vella ao bispo de Cidade e XX^ti^ morabitinos pera perfaze-la do que ende minguar. Mando las mias criadas que eu criey e son commigo todas mas doas meudas que commigo trago con'as mas toucas. Item mando ao moesteiro de Leça toda a herdade que conprou mha madre en Oldranes por mia alma e pola sua. Leixo meu testamento en mao do arcebispo e do cabidoo de Bragaa que conpram mia manda e quitem mas devidas polo meu movil que lis leixo todo convem a saber ouro prata sortelas dinheiros pan vinho e primeiramente paguem mas devidas que son estas. In primo devo a maestre Jaque na vila de Leon LXX morabitinos de oito soldos por morabitino. Devo a Martim canbador do Sabugal CCC^os^ morabitinos de sete soldos de leoneses [...]*morabitino e meyo. Item a Migeel Eanes de Bragaa CXX morabitinos e el ten de my ũa copa d'ouro de tres marcos e duas onças. Item a Simom Martiinz XXXV morabitinos a Martim serviçal III morabitinos. Aos Conigos do Porto VI modios de pan e mando-lis dar com eles XXIIII e seran XXX por alma mia e de ma madre. Item devo a Stevam Periz mercador de Bragaa XIII morabitinos. Mando todalas reliquias que ey e as cruzes do ligno Domini ao moesteiro d'Antr'Anbos Rios sota a cruz mayor das pedras que mando a Leça que foy sua. Mando que se alguum

ou algua de meu linagem quiser demandar bençam en o moesteiro d'Antr'Anbos Rios que li den ũa eixada cum que cave e den aa domna ũa pesa de laa que fie e se nas rações de boroã e da augua quanta possan bever e todolos de meu linagen que fezeren algo ou serviço ao moesteiro d'Antr'Anbos Rios cum a beeiçom de Deus e a minha e todolos outros que li mal buscarem ajam maldiçon de Deus e a minha. Este moesteiro dou en guarda e encomenda do papa e do arcebispo de Bragaa que o tena en a comenda de mão do papa e outorgo-lo por camera e se o fezer eixento mando que li de en cada unum ano unum marco de prata abadesa dese moesteiro d'Antr'Anbos Rios. Mando a Ouroana XII morabitinos pera unum breviario por muito serviço que mi fez. Mando a Sancha Periz XII morabitinos pera unum breviario por serviço que mi fez. Mando a Sancha Veegas XII morabitinos por muyto serviço que mi fez. Mando a Tuyas Lª moyos antre pan e vinho. Mando a Joham Periz tabaliom de Bragaa XX[ti] morabitinos por muyto serviço que mi fez. Mando a Laurenç'Eanes raçoeiro de Bragaa XXX morabitinos. Mando a Stevam Meendiz clerego de Bragaa XX[ti] morabitinos pera vestir por muyto serviço que mi fezerom. Item mando o meu pichel da prata que ten seis marcos de prata para cobrir a imagen que see sobrelo muymento de San Giraldo. E mando que todolos renovos das mias herdades do primeiro ano o que eu pasar que seja para paguar mas devidas e mia manda e que os tenam todos o arcebispo e o cabidoo de Bragaa en mão e en poder. Item mando que dous capelães digam sempre missas e las outras oras canonicas por minha alma hu eu jouver e que o arcebispo e o cabidoo sobreditos ordiim daquelas herdades que eu mando com meu corpo para capelaes e por salude de mia alma como virem que sera mester. Mando que as devidas pagadas da prata que ficar façam calezes e den ende a see de Bragaa tres e una a los Frades Menores de Guymarães e XX[ti] moyos antre pan e vinho. Item mando ao cabidoo de Bragaa C moyos antre pan e vinho. Item mando aos Frades Predigadores do Porto unum calez e XXXIX moyos antre pan e vinho. Item mando ao gardiam de Santarem dos Menores unum calez e outro ao priol dos Predigadores. Item mando unum calez ao priol dos Predigadores e outro ao gardiam dos Meores de Lixboa e mando que todos este<s> calezes sejam de dous dous marcos. Item mando que façam tres lampadas de prata de tres tres marchos e a una ponam en Antr'Anbos Rios e outra en San Giraldo de Bragaa e outra hu jouver meu corpo. Item mando fazer unum turibulum e unam acerram de prata de sex marcos pera Antr'Anbos Rios. Item mando ao moesteiro de Gradefes unum calez. Item ao moesteiro de Outeiro mando unum calez. Item mando a Carrizo unum calez e todos sejam de dous dous marchos. Item mando que dona Melia de ao arcebispo e ao cabidoo de Bragaa todo o que de mi ten. Mando a dona Elvira Afonso XV moyos. Mando a Maria Rodrigiz X moyos de pan. Item mando a Maria Bona X moyos de *pan. Mando a Mayor Migeiz X moyos de pan e mando que li den una raçom en o* moesteiro de Tuyas por mia alma. Item mando aas minhas merceeyras de Bragaa senos moyos de pan convem a saber aaquelas que de mi aviam raçom. Item mando a Maria Eanes sobrinha do thesoureiro de Braga V moyos de pan. Item de dous logares sobreditos convem a saber da Varzea Tellada e de Sousela se eu algũa manda fezer a alguum de algũa ren destes dous logares mando que valla. Item mando unum casal de Paaços ao moesteiro de Vila Bona do Bispo. Mando a Gomez Lourenço L morabitinos. Item mando aos gafos de Bragaa X moyos de pan. Mando aas gafas de Bragaa X moyos de pan. Mando aos gaffos de Canaveses X moyos de pan. Mando aas gaffas do Porto X moyos de pan. Mando aos gaffos e as gaffas de Guymarães V V moyos de pan. Mando ao fillo de Maria Sardia meu criado XX[ti] moyos de pan. Mando a Orraca IIII moyos de pan. Mando aas Saas V V morabitinos. Mando a Domingos Moniz capelam d'Antr'Anbos Rios XX[ti] morabitinos e

seja senpre capelam das donas d'Antr'Anbos Rios e que li den hy raçom e se ende a abadesa ou o convento al quisesen fazer mando que o arcebispo de Bragaa o contena a todo seu dereito. Mando a Lourenço Ruvo X morabitinos e V moyos de pan. Item a Joham Eanes Galego X morabitinos e X moyos de pan. Mando a seus fillos V V moyos e X morabitinos. Mando que todolos servos cresthãos que forom de ma madre que sejam todos engeos e mando-lis X moyos de pan. Mando a Stevam V moyos de pan e V morabitinos. Mando que todolos meus mayordomos e os meus serviciaes sejam quites e den conto do ano en que eu passar. Mando a Martim Migeinz XX morabitinos e X moyos de pan e os davanditos serviciaes den o conto como suso mando ao arcebispo. Mando a maestre Pedro do Souto conigo de de Bragaa XXXª moyos antre pan e vinho e rogo o arcebispo e o cabidoo de Bragaa por Lourenço Gonçalviz meu conlaço e meu clerigo que o ajuden e li sejam boons. Este testamento fic (sic) fazer per mão de Joham Periz tabaliom de Bragaa e asinaado do seu sinal e fiz ende dous fazer partidos per A B C dos quaes uum est en o thesouro de Bragaa e o outro ficou a my e fize-o seelar de meu seelo e do seelo de don Joham Rodriguiz conigo de Bragaa. E eu Joham Periz tabaliom de Bragaa aquesto testamento escrevy e a rogo de dona Chamoa pogy en el meu sinal. Feito foy este testamento en o moesteiro de Tuyas in Era Mª CCCª VIª IIIº nonas Febrarii. E se alguum testamento aparecer meu que eu fezesse ante ca este mando que nom valla.»

Quo testamento presentato per Dominicum Dominici monhacum monasterii de Polumbario ex parte religiosi viri domni Gumsalvi Martini abbati ipsius monasterii de Polumbario coram venerabilibus viris capitulo et Petro Garsie archidiacono et magistro Thoma domni papae capellano et subdiacono thesorario ecclesie Bracharensis ac reverendi patris domni Ordonii archiepiscopi eiusdem vicarius ad hoc specialiter congregatis quo etiam testamento per me predictum tabellionem prelecto discitur vir domnus Stephanus Gomecii canonicus Bracarensis procuratoris nomine pro capitulo eiusdem et domna Sancia Ordonii monhaca monasterii de Inter Anbos Rivos et Dominicus Johanis presbiter clericus venerabilis viri magistri Thome thesourarii supradicti procurator domne Mecie Ordonii abbatisse monasterii predicti procuratorio nomine pro eodem monasterio de Inter Anbos Rivos petierunt a vicariis supradictis ut prestarent mihi predicto tabellioni auctoritate scribendi et publicandi predictum testamentum et quod in publicacionis scriptura sua sigilla ducerent apponenda. Ipsi autem vicarii ad peticionem et instanciam domne Sancie Ordonii ac predictorum procuratorum mihi iam dicto tabellionem prestiterunt auctoritate scribendi et publicandi prefatum testamentum. Ego vero prefatus tabellio ad hoc adhibitus et rogatus mandato et auctoritate predictorum vicariorum et ad instanciam domne Sancie et predictorum procuratorum supradictum testamentum manu propria transcripsi et publicavi et in hac publicacione ac publico instrumento super hoc confecto signum meum apposui infrascriptum in testimonium rei geste. Nos autem vicarii memorati ad peticionem et instanciam supranominate domne domine Sancie Ordonii et predictorum procuratorum nostra sigilla apponi fecimus huic publico instrumento in testimonium permisorum. Qui presentes fuerunt venerabiles viri donus Geraldus archidiaconus magister Johannis cantor Dominicus Petri Johannis Roderici Gomecius Dominici Johannes Johannis Johannes Pelagii canonici bracharensis. Acta sunt hec in claustro bracharense VIº idus Augusti Era Mª CCCª Quinta decima.

Petrus
Johannes testes
Martinus (Sinal Tabeliónico)

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] Para uma perspectiva de conjunto, cfr. *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa. 1974-1994*, S/l., Instituto Camões/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p.733.

[2] Mário Jorge BARROCA, *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*, Porto, Ed. do Autor, 1987 (Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada).

[3] Maria Ângela BEIRANTE, *Para a história da morte em Portugal: séc.XII-XIV* (Sep. de *Estudos de história de Portugal: homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, vol.I), Lisboa, 1982.

[4] Hermínia Vasconcelos VILAR, *A vivência da morte na Estremadura portuguesa: 1300-1500*, Lisboa, 1990 (Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada).

[5] Nessa colectânea – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular* (Dir. de José Mattoso), Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1996 – foram publicados todos os trabalhos de José MATTOSO sobre o tema, a par de outros de diversos investigadores, alguns dos quais serão especificamente referidos mais adiante.

[6] Humberto BAQUERO MORENO, *Um testamento concebido durante a Peste Negra* (Sep. de *Bracara Augusta*, 32 (73-74) – Jan.-Dez.), Braga, 1978 e "O testamento de Gonçalo de Sá, in *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, nº3, Porto, 1986, pp.101-107; José MARQUES, "O testamento de D.Fernando da Guerra", in *Bracara Augusta*, 33 (75-76) – Jan.-Dez., Braga, 1979, pp.176-206; Maria Helena da Cruz COELHO, *Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra* (Sep. de Revista Portuguesa de História, vol.18), Coimbra 1980; Manuel Sílvio Alves CONDE, *Uma estratégia de passagem para o Além: o testamento de Beatriz Fernandes Calça Perra (Tomar 1462)* (Sep. de *I Jornadas de História Moderna – Actas, Lisboa – 1986*), Lisboa, CHUL, 1989; Isaías da Rosa PEREIRA, "O testamento de Dona Urraca Lourenço: sepultada na Sé de Braga", in IX *Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional – Actas, Braga, 1989*, vol.2 (1), Braga, 1990, pp.89-99; e José ANTUNES, *O testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro deão da Sé de Braga e prior de Guimarães, de* 1272 (Sep. de *Theologica*, 2ª Série, 28/2), Braga, 1993.

[7] Maria Fernanda MAURÍCIO, "Testamentos régios, séculos XII a XV", in Clio, 3, Lisboa, 1981, pp.29-36; Maria Teresa Nobre VELOSO, *A morte nos testamentos dos clérigos bracarenses do século* XIII, Coimbra, FLUC, 1988; Maria João Violante Branco Marques da SILVA e Hermínia Vasconcelos VILAR, "Morrer e testar na Idade Média: alguns aspectos da testamentaria dos séculos XIV e XV", in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 4, Lisboa, 1992, pp.39-59; Isabel Castro PINA, "Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV", in *O Reino dos Mortos* (...), pp.125-164; e Hermínia Vasconcelos VILAR, "Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém)", in *O Reino dos Mortos* (...), pp.165-176.

[8] Para estes dois últimos casos, vejam-se alguns dos trabalhos citados na nota 6, aos quais poderíamos ainda acrescentar um outro, relativo a Mor Mendes de Vasconcelos (1396), publicado por José MATTOSO em "O Mosteiro de Rendufe (1090-1570) (reed. in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1983, pp.259-264).

[9] O outro filho, Gonçalo Rodrigues, surge em Portugal pela primeira vez em 1110, sendo depois modomo-mor da rainha Dona Teresa (1114). Mais tarde, e já com D.Afonso Henriques, foi tenente de Vermoim, de Penafiel de Bastuço e de Refóios de Riba d'Ave, pelos anos de 1128 a 1146, continuando depois a aparecer até 1154. Foi pai de Gonçalo Gonçalves, fundador do mosteiro de Landim (1177) e senhor do couto de Palmeira, e de Rui Gonçalves, progenitor dos Pereiras (cfr. José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias* (1279-1325), vol.II, Porto, 1997, p.880).

[10] Mem Rodrigues confirmou documentos condais entre 1097 e 1109, e de D.Afonso Henriques entre 1130 e 1133. Em 1103 doou um terço da vila de Refóios de Riba d'Ave à Sé de Coimbra (José MATTOSO,

Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). I – *Oposição*, 5ª ed., vol.I, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, p.160).

[11] Châmoa Gomes era filha de Elvira Pires de Trava, prima co-irmã de Mem Rodrigues.

[12] Sobre o significado desta alcunha, cfr. José MATTOSO, *Identificação* (...), vol.I, p.162.

[13] Documentado na corte entre as datas referidas, surge em 1169 como governador da terra de Seia (cfr. José MATTOSO, *Identificação* (...), vol.I, p.161). Senhor de uma considerável riqueza, dela foi grande beneficiário o mosteiro de Santo Tirso, cenóbio onde Dom Soeiro Mendes foi sepultado, segundo reza a sua epígrafe funerária datada de 1176 (Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422), vol.II/1, Porto, 1995, pp.338-341).

[14] José MATTOSO, *Identificação* (...), vol.I, pp.155-156.

[15] IDEM, *ibidem*, p.162. Ainda sobre Soeiro Mendes, e a propósito dos bens que deteve em Aguiar de Sousa e em Ferreira, cfr. José MATTOSO, Luís KRUS e Olga BETTENCOURT, "As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa", in *Revista de História Económica e Social*, nº9, 1982 (*Janeiro-Junho*), p.40, e José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia Aguiar ANDRADE, *Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias* (Sep. *de Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*), Paços de Ferreira, 1986, p.215.

[16] Dos outros dois varões, Nuno Soares só aparece referido em LV1D8, assim como Pero Soares *Carnes Más*, que não se sabe com quem casou (LV1E9), mas foi pai de Soeiro Pires *Carnes*, casado com Sancha Gomes Barreto, que é referido num diploma de 1248, relativo a uma composição feita entre a sua sogra e o mosteiro de Arouca sobre os bens que constituiram as arras de sua mulher (cit. Por Leontina VENTURA, A *Nobreza de Corte de Afonso* III, vol.II, Coimbra, 1992, p.612 – nota7). Quanto às filhas, Gontinha Soares casou com Garcia Pires de Bragança, e Maria Soares foi barregã de Pero Rodrigues de Penela. Quanto a Pero Soares, também se sabe que manteve ligações com o mosteiro de Santo Tirso, vendendo-lhe 6 casais situados em Ferreira no tempo de D.Afonso II (cfr. José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia Aguiar ANDRADE, *Paços de Ferreira* (...), p.215).

[17] Mário Jorge BARROCA e António J. Cardoso MORAIS, A *Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena* (Sep. da *Revista Portvgalia, Nova Série, vol.*VI/VII – 1985/1986), Porto, 1986, pp.52 e 53.

[18] Leontina VENTURA e Saúl António GOMES, *Leiria na Crise de* 1245-1248. *Documentos para uma revisão crítica* (Sep. *de Revista Portuguesa de História, Tomo* XXVIII), Coimbra, 1993, p.168.

[19] Leontina VENTURA, A *Nobreza* (...), vol.II, pp.1016 e 1006, respectivamente.

[20] José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia Aguiar ANDRADE, *Paços de Ferreira* (...), p.215.

[21] José MATTOSO, Luís KRUS e Olga BETTENCOURT, "As Inquirições (...)", p.40. Recorde-se, a propósito, que os Sousas e os Barbosas tinham sido os principais beneficiários do património confiscado ao conde Gomes Nunes de Pombeiro, sogro de Mem Rodrigues de Tougues (cfr. a nota anterior).

[22] LV1D9, LD1C5 e LL37C5.

[23] Leontina VENTURA e Saúl António GOMES, *Leiria na Crise* (...), p.168.

[24] IDEM, *ibidem*, pp.166 e 168-169.

[25] ANTT, *Chancelaria de* D.*Afonso* III, Livro1, fl.16 – doc. de 24 de Maio (sobre esses bens veja-se também o que ficou dito na nota 16).

[26] LV1D9 e LL37C5.

27 Alguns autores consideram que seria oriundo da região ou julgado de Aguiar de Sousa, *representante de uma nobreza segunda*, e que se designaria "de Leão" pelo facto de ali ter vivido algum tempo (cfr. José MATTOSO, Luís KRUS e Olga BETTENCOURT, "As Inquirições (...)", p.42). Creio, porém, que tudo concorre para julgar o contrário: em primeiro lugar, as referências dos nobiliários são muito claras quanto à sua proveniência – *de terra de Leom* (LL37C5), e não conheço qualquer dado, por exemplo das inquirições (*amadigo*), que leve a supor o seu nascimento e/ou criação em Portugal – o que também parece atestado pelo patronímico, *Forjaz* ou *Froiaz*, que só se encontra nas fontes linhagísticas associado a indivíduos provenientes de Leão ou de Castela; em segundo lugar, e na sequência da observação anterior, o facto de surgir fortemente implantado em julgados da região do vale do Sousa, decorre necessariamente do seu matrimónio; em terceiro lugar, finalmente, estou convencido que a linhagem a que pertencia era de categoria superior, não só pelo tratamento sistemático de Dom, como pelo nível da aliança matrimonial que efectuou.

28 José MATTOSO, Luís KRUS e Olga BETTENCOURT, "As Inquirições (...)", p.42.

29 Henrique DAVID, *Os Portugueses nos Livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)* (Sep. de *Revista da Faculdade de Letras – História*, IIª Série, vol.III), Porto, 1986, pp.20-21.

30 Um elenco desses bens - pelo menos os que estão registados nas inquirições – encontra-se referido por José MATTOSO, Luís KRUS e Olga BETTENCOURT, "As Inquirições (...)", p.43 – notas 18 a 22., e José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia Aguiar ANDRADE, *Paços de Ferreira* (...), p.215.

31 *Documentos de D.Sancho I (1174-1211)* (Ed. de Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira), vol.I, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, pp.288-289 (doc.188).

32 José MARQUES, *Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média* (Sep. de *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol.I), Porto, 1982, pp.36-37 (doc.1, dado em Agosto, em Guimarães, e que por lapso está datado de 1207 – cfr. Rui Pinto de AZEVEDO, *O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal* (1217-1221) – sep. de *Anuario de Estudios Medievales*, vol.4, Barcelona, 1967, p.66).

33 O conde Rodrigo Vasques, que foi governador de Santarém e de Trancoso, e surge na corte de D.Sancho I entre 1191 e 1197, veio a morrer na batalha de Ervas Tenras (José MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1985, p.125).

34 LL37D5. É possível que essa fosse a origem de Dona Toda Palazim - cujo nome remete necessariamente para um espaço de origem exterior ao português -, podendo ter vindo para Portugal integrada no séquito da rainha Dona Dulce de Aragão, *que bem serviu*, e o que também explicaria o casamento tão "longínquo" de sua filha.

35 Para o caso dos Cardonas, cfr. Henrique DAVID, Amândio BARROS e João ANTUNES, *A Família Cardona e as Relações entre Portugal e Aragão durante o Reinado de D.Dinis* (Sep. de *Revista da Faculdade de Letras – História*, IIª Série, vol.IV), Porto, 1987. Ainda sobre a descendência deste matrimónio, veja-se adiante o comentário sobre algumas das disposições testamentárias de Dona Châmoa Gomes.

36 Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S.Francisco na Provincia de Portugal. Primeira Parte que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia*, vol.I, Lisboa, 1656, p.558.

37 LL37C3. Estas ligações familiares explicam várias referências documentais que associam Dona Châmoa Gomes a estes cenóbios, como é o caso de algumas das suas disposições testamentárias. Mas existem outras: assim, em 1264, Dona Châmoa fez um acordo com o bispo do Porto, pelo qual este confirmava a sua apresentação da monja Dona Maria Pais como abadessa de Tuías, recebendo em troca o seu direito de apresentação nesse mostº, muito embora ela conservasse esse, e outros direitos enquanto vivesse (*Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp.169-171 – doc. de 14 de Junho, testemunhado, entre outros, por Fernão Mendes, alcaide de Entre-os-Rios); nesse mesmo ano doou ao mostº de Paço de Sousa metade de toda a herdade que tinha em Louredo de Veire e metade do padroado de S.Cristóvão de Louredo, em satisfação e cumprimento das mandas e legados de suas mãe e avó deixados ao mostº, e que incluíam uma parte da portagem de Entre-os-Rios, para manter a lâmpada que ardia

no *Corporal* de Paço de Sousa, ante a sepultura de Dona Toda Palazim (ADP, *Secção Monástica – Most° de Paço de Sousa*, n°92, fls.11-12 e 22-22v° - doc. de 21 de Junho). *Também as Sentenças de* 1290 (às Inquirições de 1288) recordavam a sua ligação à fundadora de Tuías, por via de quem possuíra metade da aldeia de Paços (fg. de S.Martinho de Fandiães, j. de Benviver), e que já então estava na posse daquele mosteiro (ANTT, *Gavetas*, III-10-18/Perg.2).

[38] O processo de fundação encontra-se pormenorizadamente desenvolvido por Frei Manoel da ESPERANÇA (*Historia Serafica* (...), vol.I, pp.557 e ss.), e foi mais recentemente sintetizado por Maria Eugénia Matos FERNANDES (*O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc.* XVIII - 1730-80, Porto, Câmara Municipal, 1992, pp.26-29), pelo que me limitarei a apresentar os elementos mais significativos.

[39] Vd. nota 37.

[40] ADP, *Fundo Monástico – Most° de S^a Clara do Porto*, n°5026 (Tombo 1°), fls.12-12v° (confirmada em 5 de Outubro do ano seguinte, também em Zamora – fls.14-14v°). Esta presença do casal em Zamora, para além de doações testamentárias a favor de instituições monásticas de Ciudad Rodrigo, podem reforçar a origem leonesa de Dom Rodrigo Forjaz.

[41] A doação constava de 3 casais situados no lugar de Veire, no termo de Aguiar de Sousa, com 15 homens de maladia e de serviço (ADB, *Gavetas do Cabido – Gav. Dos Legados e Sufrágios*, n°10, e *Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido*, n°110 – este último autenticado com o selo heráldico da doadora – escudo peninsular posto a direito e sem ornatos exteriores, contendo quatro palas enxaquetadas).

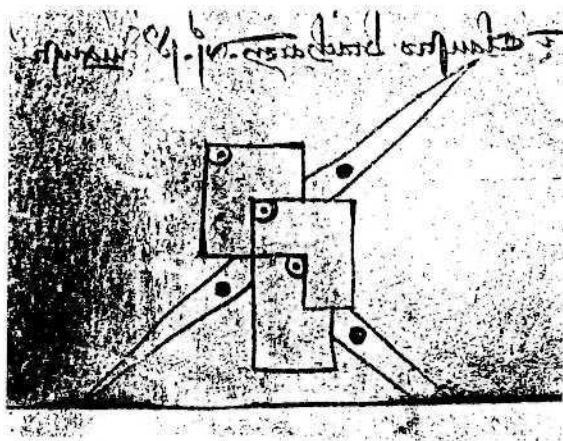
[42] Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica* (...), vol.I, p.568.

[43] Chamo desde já a atenção para o original sinal tabeliónico, reproduzido no final da transcrição, e que me parece ser um anagrama de *Petrus Petri publicus tabelione*.

[44] Não me repugna aceitar que Maria e Martim fossem irmãos de Manrique. O facto de Maria ser "criada" de Dona Châmoa, e de esta ter problemas com Martim pela posse indevida de certos bens, são argumentos que suportam aquela dedução.

[45] Entre aqueles destacam-se os Cardonas, já aqui referidos (vd. nota 35).

[46] Já valorizada por Frei Manoel da ESPERANÇA (*Historia Serafica* (...), vol.I, p.567).

* C – *por*.

Espaço concelhio, rede viária e dinâmicas sócio-económicas. Conexões e interinfluências. O estudo de um caso: Vila do Conde no século XVI

Amélia POLÓNIA *

1. DIMENSÃO E CONFRONTAÇÕES DO CONCELHO

Para a compreensão das articulações indicadas em título, importa, antes de mais, que ensaiemos uma definição do espaço concelhio que constitui o objecto deste estudo. Com efeito, é a integração de Vila do Conde na tutela jurisdicional do Mosteiro de Santa Clara aquela que vai definir o espaço do concelho em estudo no modo como o encontramos configurado no século XVI. Neste século, para além do núcleo da vila, integrava o concelho o lugar de Cimo de Vila, a aldeia de Regufe e os lugares de Mata e Pena, incluídos estes na parte da freguesia de Touguinha pertencente ao município[1]. Na verdade, o primeiro documento que identifica o termo de Vila do Conde é a inquirição de 1258, nas quais se menciona Mata e Regufe, fundados por D. Maria Pais, como lugares do termo[2]. Após a outorga de Vila do Conde e da sua jurisdição ao Mosteiro de Stª Clara, a honra e freguesia de Touguinha, incluíndo o lugar da Pena, parecem vir juntar-se aos lugares referidos, constituindo-se como natural termo da vila, ainda que os seus moradores venham a usufruir de um estatuto privilegiado no que se refere às obrigações concelhias, enquanto caseiros do Mosteiro[3].

Confronta o concelho, a sul, com o rio, e, para lá deste, com o concelho da Maia, a par de Azurara, enclave do município do Porto, a oeste com o mar, a norte com o concelho da Póvoa de Varzim e a nascente com as freguesias do termo de Barcelos. Pelo exposto, para além das barreiras, ou horizontes naturais, constiuídas pelo rio e o mar, o município confinava, do ponto de vista administrativo, com três importantes municípios, Porto, Maia e Barcelos, cada um deles com poder suficiente para coartar qualquer tentativa de expansão territorial de Vila do Conde. Esta é, de resto, expressamente manifesta numa petição do concelho apresentada em cortes no ano de 1641, e indeferida pelo rei, para que lhe fosse concedida 1 légua de termo, tirada do de Barcelos[4]. A importância de que se revestia esta pretensão para o concelho pode ser, de novo, auscultada no ano de 1698, altura em que se estabelece, em sessão de vereação, um acórdão deliberando gastar-se até 300.000 reais com as despesas consideradas necessárias para alcançarem do rei a atribuição de um termo à vila[5]. Mediante as sucessivas rejeições desta pretensão, deparamo-nos com um espaço concelhio de traçado fundamentalmente urbano, com franjas rurais exíguas e insuficientes ao seu abastecimento interno. Neste contexto, as vias de acesso ao concelho e, neste, à vila que lhe dá nome, apresentam-se como questão nuclear .

Com efeito, explicam os oficiais da câmara, num processo judicial de 1559, que "*...ha dita villa não tinha mais termo que quanto dizia ha villa he isto hera notorio em tanto ysto hera verdade que nem saidas tynha e as que heram herão muyto estreytas e os resios que tynha erão muyto pouquos e asi os moradores como allmocreves nam tinhão homde llançasem ha pastar suas bestas e por*

fallta disto deixavam muytos de trazer mantymentos ha dicta villa que he gramde perjuizo do povo porquanto todo ho que a dicta villa vynha hera todo de careto..."[6].

2. VIAS DE ACESSO E CIRCULAÇÃO

A identificação dos eixos axiais que servem a vila e o concelho prende-se, antes de mais, com a definição da rede viária da faixa costeira de Entre-Douro-e-Minho, matéria que abordaremos através dos trabalhos pioneiros de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e de Eugénio Andrea da Cunha Freitas. Prosseguindo este intento teremos, antes de mais, que distinguir a existência de itinerários inter-regionais (e entre estes, os principais e os secundários) dos circuitos locais, os quais servem estratégias e agentes humanos diversos. No que se refere aos primeiros, e balizando-nos nas conclusões apresentadas para o período romano e medieval por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, parece claro que Vila do Conde se apresenta em relativa marginalidade em relações a esses principais circuitos. Estes parecem ter sido mais afastados da costa. No espaço que em particular nos importa considerar, entre o rio Douro e o rio Lima, três eixos viários parecem ter dominado a Época Medieval. Um deles é o que ligava o Porto - Barcelos (via Ponte de Ave) - Ponte de Lima. O outro o que articulava Porto - Braga (via Santo Tirso e Famalicão) - Ponte de Lima. Outro ainda o que ligava Porto- Guimarães (via Alfena)- Braga - Ponte de Lima (ou a sua variante para Ponte da Barca). Em nenhum deles Vila do Conde surge como ponto de passagem (cf. Figura 1).

Se é, por outro lado, verdade que os rios forçam os caminhos a confluir para certas localidades, Vila do Conde não parece ter sido beneficiada por essa circunstância, facto para o qual não deverá ser estranha a ausência de uma ponte que ligasse a localidade à margem sul do rio Ave. Na época romana essa passagem parece ter-se feito preferencialmente pela ponte de Langocinha, enquanto que por toda a medievalidade e época moderna a Ponte d'Ave serviria os viandantes de maior curso que não tivessem qualquer localidade costeira como destino final[7]. Isso mesmo é abundantemente documentado, quer pelos itinerários régios, quer pelos percursos de peregrinação, quer ainda pelos circuitos efectuados por simples viajantes. Apontemos sucintamente alguns exemplos, decorrentes do tratamento desses dados feito por Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

Nos itinerários traçados por D. Dinis em Entre-Douro-e-Minho as localidades e os percursos costeiros são claramente ausentes, como se poderá ver pelo elenco apresentado por Virgínia Rau[8]: em 1288 é possível reconstituir o trajecto Porto-Leça do Balio-Santo Tirso-Braga- Guimarães - Santo Tirso- Porto; em 1292, o de Porto - Leça (provavelmente do Balio) - Santo Estevão de Lima - S. Salvador da Torre - Guimarães; e, em 1308, o de Porto - Guimarães - Braga - Guimarães - Porto.

Em itinerários mais militares que políticos, em 1385, D. Nuno Álvares Pereira e D. João I passam, respectivamente, por Porto-Leça do Balio- Castelo de Neiva-Darque-Viana-Caminha-Vila Nova de Cerveira e Porto - Guimarães - Ponte de Lima - Braga - Guimarães - Porto. Posteriores estadias do monarca em Entre-Douro-e-Minho não se afastam, no que se refere a este espaço de entre Douro e Lima, dos trajectos enunciados[9]. O mesmo acontece com D. Afonso V que, em 1462, vai do Porto a Viana, seguindo depois para Caminha, Valença, Monção, Ponte de Lima, Braga, Guimarães, Porto[10].

Panorama similar é traçado pelos percursos de peregrinação medievais de que temos notícia, dirigidos a Santiago de Compostela. A norte do Douro dois caminhos se *destacam na época medieval. Saindo do Porto, um romaria a Braga e depois a Ponte de* Lima-Valença- Tui; o outro passando a Ponte d'Ave, dirigir-se-ia a Rates- Barcelos-Ponte de Lima-Valença[11]. De novo os dois eixos nucleares já identificados. Referimo-nos, todavia, a tendências dominantes e não a circuitos sem excepção. De resto, na época moderna, este panorama tende a relativizar-se. D. Manuel, num percurso misto de intenções religiosas e políticas dirige-se a Santiago através do Porto, passando por Braga, Dume, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca[12]. Na volta, porém, sabemo-lo em Barcelos e em Vila do Conde. Para o século XVI podemos, de resto, comprovar através da nossa própria investigação, que Vila do Conde não foi totalmente marginal em relação aos itinerários dos peregrinos que iam para, e vinham de Santiago de Compostela. Isso mesmo revelam os registos de peregrinos assistidos pela Casa da Misericórdia local[13].

Idênticas tendências, que apontam para uma valorização moderna dos percursos que englobavam localidades costeiras de Entre-Douro-e-Minho no século em estudo, parecem ser sugeridas pelos itinerários efectuados por viajantes que percorreram o país nos séculos XV e XVI. Da análise desses relatos, cujos trajectos se encontram sistematizados na figura 2, algumas ideias se destacam[14].

Em primeiro lugar, é notável o facto de só a partir do século XVI as localidades costeiras se inserirem nesses circuitos de viagem, revelando claramente a importância acrescida que os portos portugueses, nomeadamente de Entre-Douro-e-Minho, passavam a assumir na economia do país, tornando-se apelativos a paragens de viandantes, quer pela sua actividade quer, eventualmente, por melhores condições de alojamento e de circulação, sendo de presumir a existência de maiores investimentos na conservação das vias de acesso a essas urbes. Isto é particularmente notório no caso de Vila do Conde. Sintomático é, ainda, o facto de esta localidade, ao contrário de Viana, ser atravessada, de entre os itinerários citados, apenas por D. Manuel em 1502, e por Confalonieri em 1594, percorrendo este um trajecto manifestamente excepcional em relação aos dominantes, como se pode inferir do que até agora expusemos, o que de novo comprova a relativa marginalidade da vila em relação aos principais eixos de itineração, mesmo no século XVI.

O quadro exposto aponta para duas outras considerações. Em primeiro lugar, os rumos seguidos, incluindo ou não localidades costeiras, poderão ser reveladores, como dissemos, da maior dinamização desses pólos económicos, mas dependem também do perfil dos viajantes e da intencionalidade das viagens. Não é indiferente, pois, que esses trajectos fossem percorridos por diplomatas, como acontece com Leão de Rosmithal; militares, como no caso de Erich Lassota; humanistas, como Clenardo ou Jerónimo Munzer; pelo secretário do núncio papal, Confalonieri; ou por alguém responsável pela visita das abadias de uma ordem religiosa, como ocorre com Dom Edme de Saulier. Se exceptuarmos este último, porém, em nenhum dos outros casos os percursos seguidos foram ditados por um objectivo específico. Assim sendo, parece ter sido, de facto, o primeiro elemento do binómio - a maior atracção exercida pelos portos de mar, o responsável pelas opções viárias seguidas nos séculos XV e XVI, passando nesta centúria a seguir-se, como vimos, trajectos mais costeiros.

Em segundo lugar, a minúcia da descrição da viagem de Confalonieri aponta, com clareza, para a existência de uma alternativa viária que desde Matosinhos acompanha a

costa até Caminha. O estudo desse eixo, nomeadamente do troço entre Leça e Vila do Conde, é feito com minúcia por Eugénio Andrea da Cunha Freitas, o qual comprova a sua existência desde tempos romanos. A falta de referências a este caminho no período medieval não deverá, pois, ser interpretada como reveladora da sua inexistência, mas antes como sintomática da sua marginalidade em relação aos intuitos daqueles que deixaram registos escritos das suas viagens. E isto prende-se, de novo, com as funções desempenhadas pelos diferentes eixos de circulação. Parece-nos, assim, claro que, se os três principais eixos viários que referimos, os quais ligavam a cidade do Porto a Braga, Barcelos ou Guimarães eram os mais calcorreados por viajantes ilustres, ou por caminhantes de longo curso que atravessavam o Norte do país em direcção a Espanha, não menos dinâmico e importante para as populações locais seria a via que articulava, desde o período romano, os diferentes castros e "villas" costeiros. Seguindo Eugénio Andrea da Cunha Freitas, procuremos delinear o seu percurso.

Prova este autor que a *via vetera*, transposto o Leça, se dirigia a Ponte d'Ave, passando sob os castros de Custóias e Pedras Rubras, vila de Couço (freguesia entretanto anexada à de Moreira), Vila Nova, Aveleda, limites de Vilar, Modivas, dirigindo-se a Gião, Fajozes, Castro do Boi e Macieira. Desta partia uma variante, em Lançaparte ou Venda da Velha, em direcção a Vila do Conde, através de Labruje, Vila Chã e Azurara[15]. Se a *via vetera* se encontrava já desactivada em alguns dos seus troços no decurso do século XIII, pelo que se pode inferir das inquirições afonsinas, revelando já o desuso da sua utilização, algo diverso parece ter ocorrido com a *karraria antiqua*.

Esta, partindo também de Leça, que atravessaria na ponte da Azenha, transpunha Moreira, passava entre Germunde e Vilar do Pinheiro, Mosteirô, parte ocidental de Guilhabréu, Gião, Crasto, Vilarinho e Ponte d'Ave. Perto de Modivas deveria partir também um ramal para Azurara, em direcção à barca de passagem que facultava o acesso a Vila do Conde[16]. Esta via teria prosseguimento no eixo Vila do Conde-Esposende-Viana, ao qual só encontramos explícitas referências desde o século XVI, quer pelo trajecto de D. Manuel, quer pela referência que lhe faz Confalonieri que não a segue, mas a aponta como alternativa[17].

Aqui se identificam, pois, com clareza, vias costeiras por excelência com potencialidades para servir os que, vindos do Porto, ou provindos de outros portos a norte do rio Ave, cruzavam Vila do Conde ou Azurara como pontos de passagem ou de chegada. Muito mais que os melhor documentados eixos referenciados na Época Medieval, estas duas vias deveriam ter sido nucleares para os acessos a Vila do Conde e para a sua articulação económica com outras povoações de Entre-Douro-e-Minho.

Para além destes eixos verticais, orientados em sentido Norte-Sul, importantes seriam também os trajectos horizontais, os caminhos comerciais projectados na direcção do mar. A busca de pescado e de sal, bens de consumo fundamentais na época medieval e moderna, são móbeis nucleares dessa orientação viária, como o seriam também, por toda a época moderna, o transporte de mercadorias que, vindas do interior, se dirigiam aos principais portos de embarque, como é o caso dos cereais, ou daquelas que, por importação, chegavam por via marítima. Vila do Conde é uma peça fundamental nessa dinâmica que a articulava com Guimarães ou Braga, funcionando como seu entreposto marítimo, como comprovam a presença, nesse porto, de numerosos mercadores daí procedentes, a par dos próprios registos alfândegários. Desta matéria trataremos, porém, num outro local. Neste sentido este-oeste seriam vias essenciais de acesso a Vila do Conde quer a que, provinda de Barcelos passava por

Rates, quer as que, emergentes de Braga ou Guimarães, entroncavam em Vila Nova de Famalicão (cf.Fig. 1).

Fruto de trajectos de circulação verticais ou horizontais, Vila do Conde, como Azurara, não foram, de todo, votadas a qualquer isolamento no decurso do século XVI. Isso mesmo é dito nos autos de um processo judicial de 1570, pelos representantes dos moradores de Azurara: "...*Villa de Comde era de muito gramde povoação de bem de myl e quinhentos vezinhos e Zurara de bem de oitocentos omde comtinuadamente avia passajem e comuniação huma villa com outra assi de amizades como parentescos como mercadorias pelo que a passajem era muito comtinua e que allem diso era uma das gramdes passajens do reino de estrada mui comtinua por omde continuadamente passava gramde copia de jemte* ..."[18]

Em suma, do exposto parece ficar claro que, não sendo Vila do Conde marginal em relação aos circuitos de trânsito regional, de vocação e objectivos fundamentalmente económicos, nomeadamente comerciais, envolvendo percursos, quer a partir do Porto, quer os que a ligavam a localidades como Viana, Esposende, Caminha ou, mais para o interior, Barcelos, Guimarães ou Braga, era-o, de facto em relação aos principais itinerários inter-regionais (cf. Fig.1).

Pelo que conhecemos do dinamismo económico desta vila no período quinhentista, esta circunstância não parece ter sido responsável por qualquer ostracismo económico da localidade, vitalizada quer por outros circuitos terrestres paralelos, quer pela via marítima, eixo de acesso nuclear à urbe. Do mesmo modo, e ao que cremos, o facto de a vila em estudo ser excepcionalmente referida em itinerários régios ou em percursos de viajantes ilustres do século XVI, não permitirá ser linearmente julgado como sinal da sua insignificância coeva, ou sequer de desinteresse político. Aos olhos dos contemporâneos quinhentistas, porém, nomeadamente dos *homens da sua governança, a vila vivia num isolamento penalizador, quer em relação* aos principais eixos viários, quer em relação aos circuitos políticos e económicos, e essa circunstância ficar-se-ia a dever a um factor tido para eles como decisivo: a falta de uma ponte que facultasse uma travessia eficaz do rio Ave, encontrando-se esta dependente de uma barca de passagem, único meio de ligação à margem sul .

3. A TRAVESSIA FLUVIAL, A BARCA DE PASSAGEM E O PROJECTO DE UMA PONTE SOBRE O RIO AVE

Sem subscrevermos, à partida, a tese secularmente agitada pelo poder concelhio *de que a ponte é bloqueio estrutural ao desenvolvimento interno da vila* (lembremos que a própria cidade do Porto só no século XIX conheceu uma ponte de estrutura sólida, e nem por isso foi votada a uma inevitável decadência económica), pensamos que esta é uma questão que deverá ser esclarecida com maior pormenor. Com efeito, a travessia do rio Ave entre Azurara e Vila do Conde encontrava-se, à luz do que acontecia com muitas outras localidades de Entre-Douro-e-Minho, dependente de uma barca de passagem (cf. fig. 1), cujos direitos de exploração cabiam em exclusivo ao Mosteiro de Santa Clara, o qual detinha o monopólio dessa travessia, conforme se estipula no foral manuelino[19], que consagra, de resto, uma prática já enraizada. Importa que se discuta, no entanto, até que ponto esse meio de transporte respondeu às necessidades das duas povoações e dos viajantes que por aí passavam, e em que medida se constituiu como instrumento favorável, ou penalizador, da vida concelhia. No prosseguimento

destas pistas, partamos do estatuído no foral, em que se depreendem direitos e obrigações dos vizinhos do concelho no que a esta matéria concerne. Aí se diz:

"Outrossy a barqua da passajem do Ryo da dita villa he do dito moesteiro e faraa della o que quiser como cousa que lhe pertençe Com esta decraraçam que os moradores da dita villa ham de correger a dita barqua de todo aas suas custas E nam pagarão por ysso njnhum direito da passajem da dita barqua E as outras pessoas de fora pagarão por besta mayor cavallar ou muar hum Real e da menor que he dasno meo Real E os donos das bestas nam pagaram passajem das pessoas quando leuarem bestas E se as nam levarem pagara cada pessoa por sy meo Real"[20]

Segundo este articulado, mesmo que a barca seja do Mosteiro, e dele também todos os seus rendimentos, as obrigações de manutenção, reparação e substituição da mesma são da incumbência do concelho, como contrapartida da gratuitidade da travessia para os moradores da vila. A despeito de repetidas reclamações da câmara, assim aconteceu, pois disso temos notícia em deliberações camarárias, a partir de 1466, e por todo o século que estudamos[21]. Por insuficiência de recursos financeiros do município, matéria de que falaremos num outro lugar, essa obrigação acabou por motivar o lançamento de numerosas fintas que agravavam a população, originando sucessivas reclamações[22] e despoletando processos judiciais. Numa sentença do corregedor do Porto, dada em 1585, num processo em que eram autores os oficiais da Câmara, uma vez mais se confirma judicialmente o estipulado no foral, obrigando-se o concelho a substituir a barca por uma nova, à imagem, de resto, do que tinha acontecido há mais de 60 anos, por ordem do então ouvidor de Guimarães[23].

Os argumentos aduzidos pelos autores do processo são, de resto, bem elucidativos dos bloqueios que tais demandas acarretavam à travessia do rio. Aí explicitamente se diz que "*...avia muitos dias que se não passava nella nem avia com que e por esa causa avia detrimento nos moradores e maes gente doutras partes que a ella vinhão...*"[24]

Idêntica situação estivera já, de resto, na origem de uma outra contenda entre o Mosteiro e as autoridades e moradores de Azurara, tendo estes colocado em circulação uma barca sua, fabricada para esse efeito, a despeito do monopólio atribuído à do Mosteiro. Os motivos aduzidos pelos moradores de Azurara são reveladores das dificuldades frequentes de travessia do rio, explicando-se que durante oito meses a barca estivera desactivada, sendo substituída por um batel de uma nau, de borda de mar, inadequada para o efeito, do que decorria que "*...nam podia emtrar besta nem sair sem muito perigo de perigar nem menos entrava nem saia molher sem darem sallto e sem amostrarem as çapatas camisa e pernas que era huma cousa muito vergonhosa e muito pera sentir...*"[25].

A consolidar a pretensão da existência de duas barcas a viabilizar a travessia invocavam ainda os réus as arbitrariedades praticadas pelo barqueiro, quer quanto à periodicidade e horários não cumpridos, quer quanto às taxas cobradas. Com efeito, a despeito do estatuído no foral, levaria este por atravessar homem com besta , não 1 real, mas 10; por homem sem besta, não 1/2 real, mas 2 ou 3 e, se este levasse cesto, 4 ou 5 reais.

Desta prática colhemos outros registos, nomeadamente os referentes aos anos de 1634 e 1636. Do ocorrido na primeira dessas datas dão-nos notícia uns autos de diligências feitos pelos oficiais da Câmara que registam a erecção de um padrão junto ao cais da barca, na margem de Vila do Conde, em que se patenteavam as taxas a praticar pelo barqueiro, de acordo com o foral, numa tentativa de colmatar as arbitrariedades sucessivas praticadas sobre todos os transeuntes, cujas consequências uma vez mais revertiam, segundo o poder concelhio, em dificuldades de abastecimento

da vila, pela desmotivação criada sobre os almocreves que para aí se dirigiam[26]. A medida não parece ter sido, todavia, integralmente bem sucedida, encontrando-se em 1636 o barqueiro preso por estar, de novo, a exceder as taxas tabeladas[27].

As explicações para este procedimento, que vimos já denunciado em 1570, poder-se-ão buscar nos efeitos da inflação, estando os valores estipulados em foral totalmente desfazados da realidade, mais de um século volvido. Contudo, numa outra contenda entre o Mosteiro e a Câmara, do ano de 1636[28], outros motivos são apontados como responsáveis por tal prática. E estes prendem-se com a evolução diacrónica dos valores dos arrendamentos anuais da travessia. Aí se diz que há cerca de 20 anos, isto é, por volta de 1615-16, os valores de arrendamento andariam à volta dos 1.000 reais, enquanto nos anos anteriores esses valores se teriam elevado a 40 e 50.000 reais/ano, não aceitando as freiras lanços inferiores, só podendo esse valor ser pago "...*roubando os barqueiros desafforadamente os passageiros*..."[29]. Estas informações deverão, todavia, ser filtradas, devido à sua intencionalidade manifesta enquanto argumentos estratégicos ao serviço de uma das partes da contenda.

Os dados de que dispomos para o ano de 1633, data do primeiro contrato formal de arrendamento conhecido, não parecem infirmar este depoimento, já que nesse ano a barca fora arrendada por 36.000 reais[30], valor próximo dos 40.000 reais mencionados. A confirmar a referida subida exponencial do valor do arrendamento da barca existe um contrato entre a Câmara e o Mosteiro, datado do ano de 1620, no qual explicitamente se diz ter sido avaliada a renda da barca em 10.000 reais[31]. Por outro lado, no processo de 1636 as freiras invocam perdas diárias de cerca de 500 reais, por se encontrar a barca parada. Ora este é um valor manifestamente exagerado, apontando para uma renda potencial de cerca de 175.000 reais/ano.

Torna-se, assim, muito falível, mesmo para as primeiras décadas do século *XVII*, para as quais dispomos de mais dados, qualquer tentativa de cálculo do movimento diário da barca. Senão vejamos: os 36.000 reais de 1633 equivalem a um pagamento diário médio às arrendatárias de cerca de 100 reais, devendo o valor total diário na verdade colectado, em média, na travessia, ser necessáriamente superior, aí se situando a margem de lucro do arrendatário. Por outro lado, o cálculo a fazer por número de passageiros e carga transportada dependeria do valor exacto de facto praticado, e esse sabemos nós ser sistemáticamente ultrapassdo segundo o arbítrio do barqueiro. A tudo isto acresce que os próprios moradores de Vila do Conde estavam, eles e as suas cargas, isentos de taxa. A reconstituição do movimento de pessoas e bens que atravessavam o Ave, torna-se, assim, inviável.

Significativo é, todavia, o facto de entre 1633 e o ano de 1693 os valores dos arrendamentos conhecidos terem sucessivamente decrescido, como se pode ver pelos números apresentados por Cunha Freitas: 1633, 36.000 reais; 1666, 33.000 reais; 1670, 26.000 reais; 1682, 25.000 reais e 1693, 12.000 reais[32], isto é, um decréscimo de cerca de 66% no espaço de 60 anos. Equivalerá isto a uma diminuição correspondente do fluxo de tráfego que atravessava o rio Ave (hipótese pouco provável, pelo menos nesta proporção), ou a um jogo de variáveis em que, à dimuição de tráfego, se somasse o controle real das taxas praticadas, tornando os arrendamentos menos apetecíveis (hipótese mais provável) ?

Aos factores que mencionamos - paralização frequente, ainda que temporária, da barca de passagem, provocada por desentendimentos entre as partes envolvidas na sua gestão; bloqueio a qualquer alternativa proposta para a travessia do rio[33]; prática de

taxas arbitárias e em muito superiores ao legalmente estipulado - outros factores, desta feita de caracter natural e não controláveis pelos homens, deveriam interferir na normalidade e eficácia da travessia. Referimo-nos às cheias e às secas estivais. Umas e outras encontram-se referidas na documentação[34], apontando para a mesma ocorrência: o isolamento da vila em relação à margem sul, facto que, como vimos, acarreta consigo consequências económicas, relacionadas com o abasteciemnto interno, para além de tornar Vila do Conde pouco apetecível como ponto de passagem ou de estada para viajantes de maior curso.

Perante este quadro, que a documentação municipal traça de formas multifacetadas, tornam-se compreensíveis os investimentos do concelho no projecto de construção de uma ponte, assim como os bloqueios colocados de forma sistemática por parte das freiras de Santa Clara a esse intento. Pelo interesse de que se reveste esta questão, procuraremos delinear, ainda que muito brevemente, o historial deste processo entre 1535 e 1640, aliás documentado por cartas régias, registos de vereação, contratos notariais e capítulos de cortes para um período que se alonga pelo menos até 1792, data da provisão régia que despoleta a construção da primeira ponte conhecida, a qual, no entanto, só duraria 28 anos, tendo sido derrubada por uma cheia em 1821[35].

Aqui nos referimos, é claro, a projectos de construção de pontes sólidas, de pedra, com as quais se pretendia viabilizar a travessia do rio Ave. Encontramos, todavia, menções a outras pontes, que importa que esclareçamos brevemente. É certo que no ano de 1270, num instrumento de doação das azenhas do Ave, sitas na margem de Vila do Conde, estas são localizadas "*...prope pontem de riuolo de Ave, inter Zuraram et Villam de Comde. (...) Et dicte azenie debent esse facte et arimate ab isto festo Sancti Johanis Baptiste proximo uenientis...*"[36], mas para além desta referência, ainda que rigorosa na localização fornecida, nenhuma outra deste tempo ou posterior refere a existência da dita ponte. Tratar-se-á de engano de quem faz o articulado do documento? Tratar-se-ia de uma ponte temporária, feita em materiais perecíveis que o tempo se encarregasse de derrubar? A questão permanece em aberto, sem se revelar, de resto, crucial para o nosso trabalho, o qual ultrapassa em cerca de três séculos esta referência. Finalmente, aqui deixamos uma nota a uma ponte de barcas, construída episódicamente, em 1610, aquando de uma visita régia a Entre-Douro-e-Minho[37].

Feitas estes prévios esclarecimentos, importa que nos centremos exclusivamente no projecto de construção de uma ponte durável entre as duas margen do Ave. Com efeito, a primeira menção que encontramos remonta a 1535, e decorre da apresentação dessa pretensão pelos procuradores de Vila do Conde a cortes. A resposta régia, indefinida, apenas se compromete a avaliar a questão, conforme se infere da carta de 8 de Julho de 1535[38]. Essa mesma indefinição é patente em carta de 10 de Novembro do mesmo ano[39], identificando uma tónica que se repetirá durante décadas. O concelho parece ter tido, todavia, como certo o assentimento régio ao projecto, já que em sessão de vereação de 11 de Março de 1538 se refere explicitamente "*...huma carta dell Rey noso senhor acerqua do fazer da pomte que ell Rey noso senhor manda fazer no Rio da dita vylla ...*". Nessa mesma sessão, plenária, tendo sido convocado todo o povo da vila, aceita-se a exigência de contribuirem, durante dois anos, para a referida ponte[40].

As diligências efectuadas nos anos de 1548 e 1552[41] mostram, contudo, que a provisão régia definitiva, a facultar o início da obra, não fora ainda conseguida, sabendo-se, no entanto, que o local previsto para a sua construção envolveria terrenos, quer ao longo do rio, quer no Monte do Mosteiro[42]. Novas diligências, localizadas em

1592, 1616[43], 1620, 1621, 1622[44], 1632, 1633, 1639 e 1641 provam: primeiro, que, apesar de activado, o projecto não conseguiu avançar, encontrando-se, eventualmente, estagnado durante a segunda metade do século XVI; segundo, que as primeiras décadas do século XVII correspondem a um reactivar da pressão concelhia junto ao poder régio.

Este nunca se opôs, de resto, de forma declarada, às pretensões do concelho, como se prova pela exposição anterior e pelas sucessivas informações pedidas pelo monarca ao corregedor da comarca do Porto, como acontece em 1592. Nesta data o corregedor dá parecer positivo à construção da ponte, considerando ser "... *muito importante ter este rio a ponte que se pede a Vossa Magestade pera pasarem de todo Entre Douro e Minho que por este(...) muitas vezes cheas impedem alguns dias, alem de ser muito trabalho aos mercadores que vem a alfandega desta villa, e a todo o serviço dos moradores della...*"[45]. A obra fora, de resto, já orçamentada, segundo refere o mesmo documento, em 20.000 cruzados, os quais deveriam ser custeados por finta a lançar pelas várias comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Coimbra.

Para os anos de 1632 e 1633[46] está ainda documentada a intercedência do duque de Bragança, senhorio da vila. Se na primeira carta se afirma a vontade de se conseguir provisão régia para lançamento de uma finta com o objectivo conhecido, já na segunda, escrita um ano depois, se considera que "*Na ponte que me lembrais em essa villa e Azurara não faltão inconvenientes que considerar porque poderia ser que se occasionasse disto algum dano desta villa.*"[47]

Apesar desta postura reticente, parece ter existido sobre esta matéria consenso da população, vontade política do concelho, parecer favorável das autoridades competentes, nomeadamente do corregedor da comarca, aparente anuência régia, orçamentos feitos e estudos que apontavam para locais prováveis para a construção da ponte. Porquê, então, não avançou o projecto, justificado pela insuficiência dos serviços prestados pela barca de passagem, pela importância das duas localidades que ligaria, e nada excepcional no contexto de Entre-Douro-e-Minho (lembremos que segundo o Dr. João de Barros aí existiriam no século XVI cerca de 200 pontes[48])?

A resposta parece passar, uma vez mais, pelos limites impostos à vida concelhia pelas freiras do Mosteiro de Santa Clara, donatárias de número significativo de direitos régios e senhoras da barca de passagem. Elas seriam, pois, as principais lesadas pela anulação do trânsito desta. Consciente disso, e pronto a negociar, o poder concelhio propõe alguns acordos que, todavia, não foram nunca concluídos. Deles falaremos brevemente. O primeiro data de 1616[49] e nele as freiras aceitam a construção da ponte tendo como contrapartidas a outorga, pela câmara, de uma juro anual de 10.000 reais, e a concessão régia do relego do sal de Azurara, à imagem do que tinham em Vila do Conde, transferindo-se para o concelho a propriedade e o arrendamento da barca de passagem, nomeadamente no decurso da construção da ponte. Contratos posteriores, de 10 de Setembro[50] e 19 de Novembro de 1620[51], continuam a referir os 10.000 reais, eventualmente substituídos por 50 alqueires de pão, mas já nada dizem acerca do relego do sal, sendo no primeiro contrato apresentado como condição *sine qua non*.

Ainda não definitivo, mas confirmado por carta régia de 24 de Abril de 1641[52], parece ter sido o contrato firmado entre as partes referidas em 28 de Julho de 1639[53]. Nestoutro contrato, autorizado pelo provincial da ordem de S. Francisco, fixa-se o valor anual a pagar pela câmara em 25.000 reais, e quanto à localização da construção prevê-se que "... *a obra da dita ponte que ha de fazer no Rio d'Ave desta ditta villa (...) ha de fechar no lugar de Azurara junto a ermida do Corpo Santo e da parte desta villa aonde milhor quiserem e pareçer...*"[54]. Esta subida, em 150%, do valor a pagar, deverá integrar, por certo, o montante

correspondente aos ganhos esperados do relego do sal de Azurara, o qual, ao que tudo indica, nunca foi outorgado pelo monarca. Note-se que estas primeiras décadas do século XVII evidenciam um reforço da vontade do município de levar a bom termo o projecto, mas também às primeiras manifestações de anuência ao mesmo por parte do Mosteiro, mediante contrapartidas tidas como vantajosas.

O concelho parece ter finalmente conseguido o tão almejado alvará autorizando a obra e a respectiva finta, que seria lançada nas comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Beiras. Monsenhor J. Augusto Ferreira data-o de 29 de Novembro de1640[55] e os procuradores às cortes joaninas de 1641 e 1645 a ele se referem com veemência, solicitando a sua confirmação. Aí se diz, explicitamente, que a obra está já orçada, e feita a traça[56]. Note-se que tal sucesso do concelho se deverá, em grande medida, a um contexto nacional favorável, sendo notória, nos reinados filipinos, uma maior relevância dada à construção de pontes, as quais se revelam, de resto, fundamentais, não só por questões de circulação, mas também por razões militares. Atente-se nas novas necessidades criadas pelo transporte das peças de artilharia[57].

O facto é que D. João IV não confirma as prévias provisões, encontrando-se, de novo, em 1654, o corregedor do Porto em Vila do Conde a reavaliar a situação. Isso mesmo é dito em carta deste, de 25 de Abril desse ano, na qual explica: "*Ate o presente não tenho ordem de* Sua Magestade *pera fazer esta ponte e só a tenho pera se por em pregão pera ver* Sua *Magestade se a deve conceder...*"[58]. Em paralelo, e apesar da anuência contratual que referimos, deparamo-nos de novo, nesse mesmo ano de1654, com obstáculos de monta apontados pelas religiosas à erecção da ponte. Uns atinentes à sua localização, tida como lesiva da privacidade do convento; outros referentes à diminuição de rendas que daí resultaria; alguns, enfim, balizados nos danos previstos sobre as suas valiosas azenhas. O articulado do documento é suficientemente sugestivo para justificar a sua transcrição: "*Diz a reverenda madre donna Joanna de Meireles (...) que a sua noticia chegou trata a Camara e povo da ditta vila de fazerem ponte na barca de pasajem debaxo das genellas do ditto convento; devassando a clausura e dormitorios com notavel escandalo, sendo mais licito fazer se a senhora do Socorro onde fique apartado e livre de profanar a hum convento tão autorizado como he* Santa Clara *de* Vila do Conde. *Outrosy he causa de grande perda pera as suplicantes por ser sua a renda da barca, e no mesmo sitio terem sette azenhas que rendem quatrocentos e vinte alqueires de trigo, e com a obra da ponte, ficão perdidas...*"[59].

Aqui abandonamos um percurso que, como vimos, se alonga até 1792, o qual se revela sobremaneira esclarecedor acerca do caracter nuclear assumido pelas problemáticas inerentes às vias de comunicação num particular município de Entre-Douro-e-Minho nos séculos XVI e XVII. Toda a dinâmica processual analisada, a par dos fortes investimentos feitos pelo poder concelhio nesta matéria confirmam, para Vila do Conde quinhentista, o que nos diz Carlos Alberto Ferreira de Almeida, personalidade que com este trabalho pretendemos homenagear, retomando uma área de investigação que lhe foi manifestamente cara: "*No estudo da viação o mais importante históricamente não é tanto a descoberta do traçado material dos caminhos, mas sim as suas funções e as suas consequências sociais, económicas, culturais, políticas, etc., a quantidade de tráfego e de homens que transitavam por elas.*"[60].

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Este breve estudo insere-se numa investigação mais vasta sobre o concelho de Vila do Conde no século XVI, desenvolvida numa dissertação de doutoramento em curso. Qualquer uma das questões aqui abordadas de forma sintética, até pelas limitações impostas por uma antologia desta natureza, colhe maiores desenvolvimentos e projecções nesse outro projecto de investigação.

[1] Atente-se em que apenas uma parte desta freguesia integrava o termo da vila, pertencendo a restante parcela ao Julgado de Faria. Vd., entre outros, CRUZ, Antóntio - *Geografia e Economia da Província do Minho nos finais do séc.* XVIII, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970, Apêndice Segundo. Cadastro da Província do Minho. Lembremos, ainda, que a configuração dos limites territoriais do actual concelho de Vila do Conde resulta da anexação de freguesias ocorrida no decurso do séc. XIX, e decorre, em particular, da reforma administrativa de 1842.

[2] Cf. TAROUCA, Carlos da Silva - *Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, ed. fac-similada, Vila do Conde, Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde, s.d., Doc. II-A, p. 39.

[3] A.M.V.C. (Arquivo Municipal de Vila do Conde) - Lv.122, fl. 217v-228v.

[4] Capítulos apresentados a cortes por Vila do Conde, entre 1641 e 1645 . A.N.T.T. (Arquivo Nacional - Torre do Tombo). *Cortes*, Mç. 10, nº 74, fl. 1

[5] A.M.V.C. - Lv. 33, fl. 5 (Sessão de 17.Junho.1698)

[6] A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 55, Mç. 28, s.n., fl. 3

[7] Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto F. de - *Vias Medievais*. I. *Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1968, dissert. polic., pp. 27 e 181

[8] RAU, Virgínia - *Itinerários Régios Medievais - Itinerário d' El-Rei D. Dinis*, Lisboa, 1962, pp. 30-65

[9] ALMEIDA, C. A. Ferreira de - *op. cit.*, pp. 159-162

[10] Idem - *Ibidem*, pp.158-159

[11] Idem - *Ibidem*, pp. 76-78

[12] Idem - *Ibidem*, p. 162

[13] A.S.C.M.V.C. (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde)- Livros de Receita e Despesa, *passim*

[14] Reproduzimos, na explanação que se segue, a descrição dos trajectos seguidos por Leão de Rosmithal, Nicolau Polievolo, Jeronimo Munzer, Dom Edme de Saulier, Erich Lassota de Steblovo e Confalonieri, de acordo com o articulado apresentado por ALMEIDA, C.A. Ferreira de - *op. cit*, pp. 148-157

[15] Cf. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha - *Estradas velhas entre Leça e Ave*. "Douro Litoral", 4ª Série, nº I-II, pp. 50-71

[16] Idem -*ibidem* e ALMEIDA, Carlos Alberto F. de - *op. cit*, pp. 168-169

[17] cf. ALMEIDA, Carlos Alberto F. - *op. cit*, pp. 180-181

[18] A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 55, Mç. 28, fl. 2v. (Carta de sentença de Santarém - 11.Dezembro.1570)

[19] Sobre esta matéria vejam-se as contribuições de Eugénio da Cunha Freitas e Bertino Daciano in *Subsídios para uma monografia de* Vila do Conde, 1º vol., Porto, 1953, pp. 1-3 e 121-142

[20] Foral de Villa de Conde, de 1516, publ. DIAS, Luiz Fernando de Carvalho - *Forais Manuelinos do Reino de Portugal. Entre Douro e Minho*, s.l., ed. autor, 1969, p. 21

[21] Vejam-se as deliberações camarárias de 29.Setembro.1466 (A.M.V.C.- Lv.16, fl. 18v.); 7. Janeiro.1538 (Idem, Lv.16, fl. 22); 22.Agosto.1547 (Idem. Lv.18, fl. 61); 26.Novembro.1548 (Idem. Lv.18, fl. 181-181v.) ; 16.Setembro.1560 (Idem. Lv. 19, fl. 370) e 16.Outubro.1560 (Idem. L19 fl. 372-372v)

[22] Vide sessões camarárias de 6.Maio.1538 (A.M.V.C.- Lv.17, fl. 44v); 13.Maio.1538 (Idem, fl. 45); 26.Novembro.1548 (Idem, Lv.18, fl. 181-181v.); 11.Março.1549 (Idem, Lv.18, fl. 223v.); 16.Setembro e 16.Outubro.1560 (Idem, Lv.19, fl.370 e 372-372v.) e ainda a carta de sentença dada no Porto, a 12.Junho.1636, em que de novo se menciona o lançamento de uma finta para reparação da barca , não tendo o concelho verba suficiente(cf. A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 54, Mç. 27)

[23] A.M.V.C. - Lv. 121, fl. 206-207. Registo da carta de sentença dada no Porto, a 25 de Julho de 1585

[24] Idem, fl. 206v.

[25] A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 55, Mç. 28, fl. 3 (Carta de sentença de Santarém- 11. Dezembro.1570). Esta descrição dá-nos, de resto, a ideia do formato que teria a barca de passagem, porventura algo parecida com aquela que ainda muito próximo de nós fazia a travessia de Esposende para Ofir (Vd. ALMEIDA, C.A. Ferreira de - *op. cit.*, Fotog. 1).

[26] A.M.V.C. - Lv. 28, fl. 278 e segts. Vide, sobre esta ocorrência, o trabalho de FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha - A *barca de passagem no Ave*. "Subsídios para uma monografia de Vila do Conde", pp. 1-3

[27] Cf. A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 54, Mç. 27

[28] Ibidem

[29] Ibidem

[30] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha - *op. cit.*, p. 1

[31] A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 39, Mç. 10, s.n., fl. 2. Instrumento de contrato e obrigação feito em Vila do Conde - 19.Novembro.1620

[32] FREITAS, Eugénio A. da Cunha - *op. cit.*, pp. 1-2

[33] Para além do Mosteiro, é o próprio concelho que assim também procede. Em 21.Agosto.1553 proíbe-se, em vereação, a travessia do rio em quaisquer outros barcos, que não a barca de passagem, sob pena de 50 reais de coima (A.M.V.C. - Lv. 18, fl. 552v-553)

[34] Da paragem da barca por falta de caudal, obrigando os passageiros a fazer a travessia a pé, e dificultando a passagem dos carros que se atolavam, falam-nos os autos de 1540-42 referentes ao assoreamento da barra e às açudadas do Ave (Cf. A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 37, Mç. 7). Das consequências das cheias fala-nos, entre outros, uma carta de sentença dada no Porto- 10.Maio.1636, num processo motivado, precisamente, pelos estragos provocados na barca pela cheia desse Inverno (cf. *Ibidem*, Cx. 54, Mç. 27)

[35] No que se refere a registos de actas de vereação, as informações básicas da questão foram já apresentadas por DACIANO, Bertino - *As pontes sobre o Ave, entre Azurara e Vila do Conde*. "Subsídios para uma monografia de Vila do Conde", pp. 121- 143. Eugénio Andrea da Cunha Freitas publica ainda um dos contratos firmados entre a abadessa e freiras do Mosteiro de Santa Clara e o concelho em 22.Julho.1748 (publ. in *Pontes*. "Boletim Cultural da Câmara Municipal de V. Conde", Nova Série, nº 10, Dez/1992, pp. 43-50). Outros existem, porém, situados no período de tempo em que balizamos a nossa exposição. A eles nos referiremos em texto.

[36] Carta de D. Afonso III, de Lisboa-12.Junho.1270, publ. TAROUCA, Carlos da Silva - *op. cit*, pp. 41-42

[37] A.M.V.C. - Lv. 25, fl. 395

[38] A.M.V.C. - A/25

[39] A.M.V.C. - A/28

[40] A.M.V.C. - Lv. 17, fl. 37

[41] A.M.V.C. - Lv. 18, fl. 160v-162v ; 164v.-165v, 416-416v.

[42] Cf. *ibidem*, fl. 416-416v.

[43] Data da deliberação camarária para que se procurasse fazer um levantamento geológico em Azurara, *defronte da Lavandeira, para se estudar a possibilidade de aí se levantar um alicerce que possibilitasse a* construção da ponte a partir da Lavandeira (A.M.V.C. - Lv. 26. Sessão camarária de 13.Julho.1616)

[44] Datas de deliberações promovendo contactos ou dando subsídios a agentes do concelho para tratar desse assunto em Lisboa (cf. sessões de 12.Setembro.1620; 26.Junho.1621; 1.Março.1622). Cf., respectivamente, A.M.V.C. - Lv. 26, fl. 378v; fl. 425-425v; fl. 453v.

[45] A.M.V.C. - B/33 (Parecer dado em Vila do Conde - 26.Agosto.1592)

[46] A.M.V.C. - A/195 (Vila Viçosa- 14.Março.1632) e A/196 (Vila Viçosa - 14. Março.1633)

[47] Idem - A/196

[48] BARROS, João de - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, 1919, p. 125

[49] A.D.P. - *Notariais*. Vila do Conde, 1ª Série, lv. 29, fl. 88v-90

[50] A.N.T.T. - *Convento de Santa Clara* V. *Conde*, Cx. 39, Mç. 10, s.n.

[51] *Ibidem*

[52] Certidão em pública forma passada em 7.Julho.1748 do registo contido no Livro 4º de Registo Geral da Câmara , fl. 108, o qual transcreve a referida carta, cujo original desconhecemos. Note-se que se trata da confirmação régia do contrato firmado e não de qualquer alvará de licença para construção da ponte . (A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara* V. *Conde*, Cx. 39, Mç. 10, s.n.)

[53] *Ibidem*

[54] *Ibidem*, fl. 2v.

[55] Cf. FERREIRA, Mons. J. Augusto - *op. cit*, pp. 65 - 71.

[56] A.N.T.T. - *Cortes*, Maço 10, nº 74

[57] Sobre este assunto vd. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *op. cit*, pp. 143-144

[58] Cf. A.N.T.T. - *Convento de Stª Clara V. Conde*, Cx. 39, Mç. 10, s.n.

[59] *Ibidem*

[60] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira - *op. cit.*, p. 5

Fig. 1 - Vias medievais em Entre Douro e Minho (séculos XV e XVI)

Fonte: Carlos Alberto F. Almeida, "Vias Medievais entre Douro e Minho", Porto, FLUP, 1968, Disserta. Polic., figs. cf. fig. 1
Carta Militar de Portugal - folha 1 Porto - 1:250000

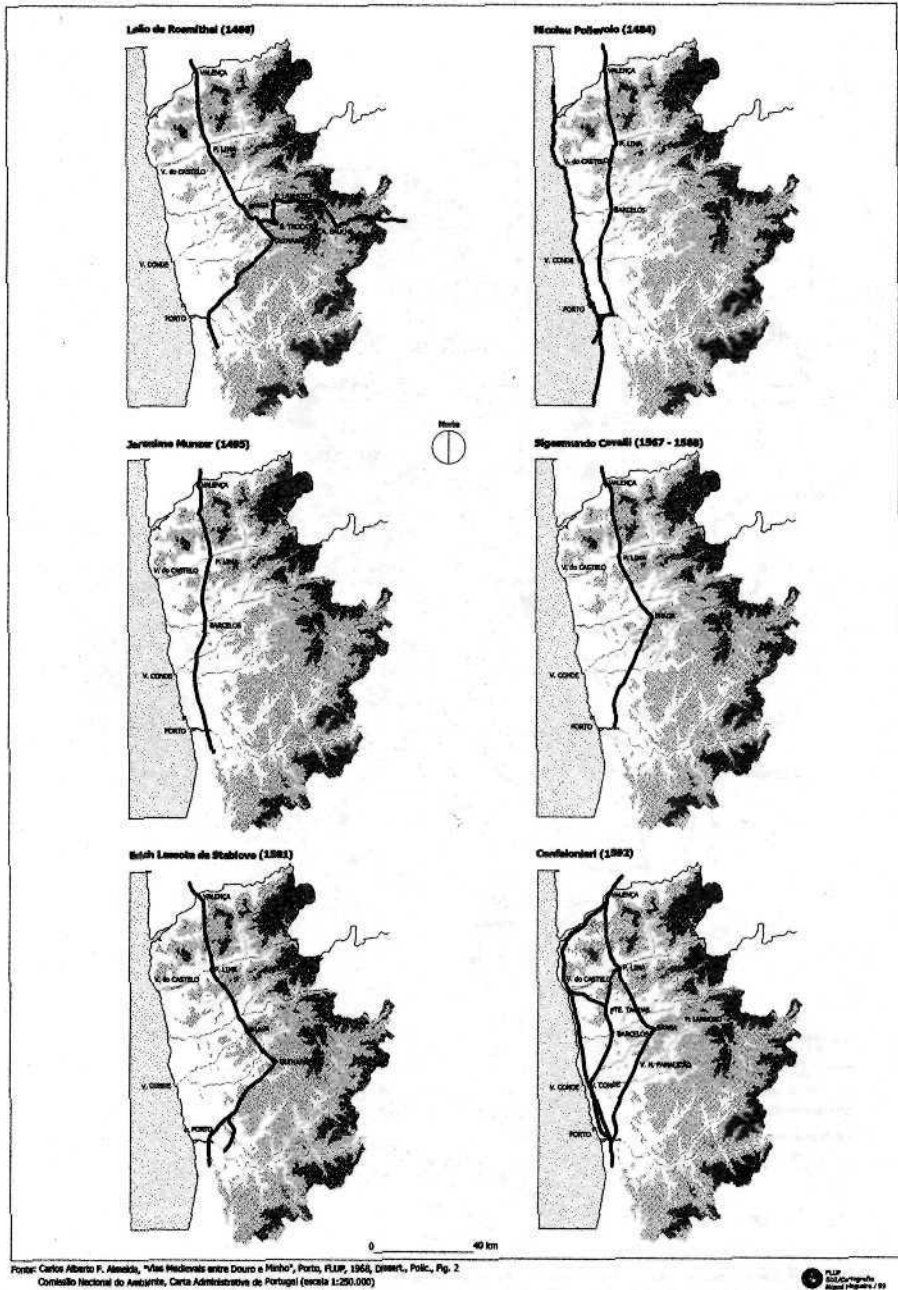



Fig. 2 - Percursos de viajantes estrangeiros em Entre Douro e Minho nos séculos XV e XVI

Fonte: Carlos Alberto F. Almeida, "Vias Medievais entre Douro e Minho", Porto, FLUP, 1968, Disserta, Polic., figs. 4 e 5
Carta Militar de Portugal - folha I Porto - 1:250000

SOBRE A INSTRUÇÃO CRISTÃ E CONSTITUCIONAL DOS BRASILEIROS NO VINTISMO (UMA PROPOSTA)

Luís A. de Oliveira RAMOS *

Na perspectiva económica, a transição entre os anos 10 e os anos 20 no Portugal oitocentista aconteceu sobre forte depressão provocada não apenas pelas devastações herdadas da guerra peninsular, mas sobretudo pela baixa dos preços e pelo declínio do comércio marítimo, a que se soma no plano financeiro, a insanidade das finanças públicas.

Tais condicionalismos afectam o viver das gentes em todos os degraus da pirâmide social, gentes para mais descontentes com a permanência da Corte no Rio de Janeiro, com os gastos que as guerras e o rei faziam no Brasil e, bem assim, com o intolelável domínio dos ingleses na governação que servia de contraponto e inoperância dos regentes que comandavam o país em nome de D. João VI. Concretamente, no seio do clero eram muitos os sinais dos dias maus que a nação vivia. Não fora por inteiro restaurado o teor de vida conventual nos anos subsequentes às invasões e não corria bem a vigilância dos bispos sobre os padres desde a participação de clérigos seculares e regulares na resistência contra os invasores napoleónicos e nas tarefas de reconstrução a que o fim da guerra dera azo. Conventos e dioceses andavam mal reguladas e pior administradas. Estavam, como os homens e as instituições, sujeitos à lassidão e às vicissitudes existenciais da época. Mais razão de ser tinham, portanto, as críticas severas que, antes de 1807, muitos espíritos "filosóficos" dirigiam aos regulares, na generalidade, à falta da vocação, opulência e inoperância de certo clero. No fundo dos espíritos, permaneciam vivas as grandes querelas intelectuais do século XVIII. Uns eram curialistas, outros regalistas, havia sacerdotes seduzidos pela mística e clérigos amantes do racionalismo. A miragem das revoluções dos fins de setecentos deixara sementes aqui, provocara lúcidas reacções mais além. Durante a ocupação napoleónica muitos patriotas resistentes vinham do braço eclesiástico, mas sabemos da existência de clérigos afrancesados. Passado o tempo dos franceses e sofrida a amizade das tropas inglesas, que depois de ajudarem a libertar Portugal aqui quedaram oprimindo, renasceu punjante a tendência que, para as desditas da Pátria, encontrava remédio na liberdade, no constitucionalismo, de modos vários experimentado nos Estados Unidos, na França, etc. Contrariavam esta corrente os numerosos adeptos da aliança entre o trono e o altar, que o rei absoluto consubstanciava. Entre os mais altos expoentes do pensamento católico, onde não faltavam figuras de primeiro plano, mau grado os problemas que afectavam o sacerdócio, avultava primeiro, com matizes vários, o legado transmitido pela universidade reformada por Pombal, legado que se sobrepunha, sem a apagar, a herança escolástica pelo marquês dura e facciosamente vergastada. Teólogos, canonistas e demais juristas discorriam, bem facetadas pela teologia positiva e pelas doutrinas decorrentes do regalismo, da *lei da boa razão*. Renovadores do direito como

Pascoal de Melo Freire, homens da Igreja e de D. Miguel como D. Francisco Alexandre Lobo, D. Fr. Mateus de Assunção Brandão e D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, futuro exegetas de raiz pombalina como D. Fr. Joaquim de Santa Clara e Fr. Francisco de S. Bento Barba, chefes eclesiásticos liberais como D. Fr. Vicente da Soledade e o cardeal Saraiva, são todos eles, de algum modo, intérpretes ou filhos dos *Estatutos da Universidade de* 1772, elaborados sob o directo controlo de Pombal, independentamente da hoste política em que militavam.

Se estudarmos as suas biografias, vemos que embora seguidores e mais ou menos próximos da teologia e do direito positivo, há os que mostram viva sedução pelo despotismo esclarecido, há os que defendem o absolutismo, tal como este se configurava antes de Pombal, há ainda os que levados da ilustração chegaram ao liberalismo, pelo menos. Os *Estatutos* espartilhavam e regiam estritamente o ensino e a escolaridade conimbricense em nome da razão clarividente que o monarca decretara, mas a razão que os mesmos *Estatutos* endeusavam, quando posta a funcionar, levaram alguns a ultrapassar os conteúdos com minúcia prescritos, em busca dos novos horizontes que a liberdade de pensar abria até endeusarem a liberdade política. A isso convidava o uso da observação das realidades nacionais, o conhecimento das experiências realizadas em casa alheia. Ora, os *Estatutos* se encomiavam a razão, também encomiavam a observação e a experiência nas ciências. Por outro lado, nos compêndios usados no ensino jurídico, doutrinas havia que rasgavam os horizontes para temáticas constitucionalistas depois prevalecentes, conforme documentou o Prof. Guilherme Braga da Cruz quando estudou a formação de José Bonifácio de Andrade e Silva, patriarca da independência do Brasil, formado em Filosofia e Direito pela Universidade de Coimbra.

É sabido que esta Universidade, a braços com tremendos problemas em 1820, absorveu e interpretou de forma mitigada e incompleta as reformas pombalinas. Contudo, sem controlo escolar, deu a ler a gerações sucessivas os *Estatutos* do marquês e forçou os estudantes a absorver o ambiente escolar próprio da cidade, que foi sempre mais inconformista, designadamente nas tertúlias «filosóficas». Acabou, assim, por pesar na formação, juntamente com a literatura que Portugal importou da Europa das «luzes», das revoluções e das restaurações, os corifeus da Igreja, do Estado, e da intelectualidade, que protagonizaram a vida pública portuguesa na época da instauração do liberalismo, da independência do Brasil, das lutas civis entre absolutistas e liberais, enfim, da procura da estabilidade constitucional.

Útil seria por exemplo, medir nos sermões e nas pastorais, em livros e dissertações da primeira metade do século XIX, o peso da teologia positiva e da persistência do legado escolástico, a força das doutrinas regalistas, a incidência das ideias e dos regimes eclesiásticos ensaiados em França. Igual interesse teria a análise do debate entre os que justificavam o primado da liberdade, a concordância entre o liberalismo e o catolicismo e os que ardorosa e intransigentemente admitiam só a vigência do aliançamento entre o trono e o altar, próprio do regime absoluto.

Por estudar, creio, está a repercussão da querela em torno da independência do Brasil na literatura eclesiástica e os fundamentos das teses expendidos.

Pela nossa parte, trataremos, hoje, do caso, a nosso ver exemplar, de um sacerdote formado nos claustros da Congregação de S. Bento de Portugal e da Universidade, à luz da pedagogia e do pensamento pombalino, que abordou importantes questões da sua época numa pastoral remetida aos fieis da diocese da Baía, da qual era primaz. Trata-se

do portuense D. Fr. Vicente da Soledade e Castro, mentor e director geral dos estudos da Congregação beneditina, abade do respectivo colégio em Coimbra, adversário dos franceses durante as invasões, lente teólogo de primeira àgua, eleito arcebispo da Baía por D. João VI, antes de 24 de Agosto de 1820.

Depois desta Revolução, o prelado foi deputado pelo Minho, primeiro presidente do Parlamento português pela nação sufragada nesse ano e à sua pena deve-se a referida pastoral, onde preconiza a intensificação do ensino da Religião, a par da defesa do regime liberal, outrossim achando que importava dar a conhecer aos fieis as bondades do constitucionalismo.

Cumpre sublinhar que a redacção dessa Carta pastoral aconteceu numa época em que, na Universidade, os estudantes e os liberais em geral, deploravam que os lentes não ensinassem nas aulas jurídicas os fundamentos da doutrina constitucional, vendo-se o reitor obrigado, em 1822, a chamar a atenção do corpo professoral para as vantagens de tal ensino, conforme a imperativa lição dos *Estatutos*, que estipulava a leccionação dos princípios do direito vigente no Reino.

Vindo do Porto, onde nasceu em 1763, D. Fr. Vicente entrou para a Congregação de S. Bento em 1778. Os estudos monásticos que prosseguiu aconteceram de acordo com o *Plano dos estudos* beneditino de 1776, onde se preconiza «hum methodo em tudo conforme aos sabios e illuminados *Estatutos*» da universidade conimbricense. A sua passagem pela Faculdade de Teologia, entre 1782 e 1788, teve lugar em época inicialmente marcada pela desvirtuação dos regulamentos e programas pombalinos, ou seja quando dominava a «viradeira», isto é, a política contrária à definida pelo marquês e subsequente ao fim do seu consulado, cujo intérprete, em Coimbra, foi o reitor Principal Mendonça. No reitorado seguinte, protagonizado pelo Principal Castro, ganhou renovado vigor a orientação ilustrada veiculada pela reforma de 1772. No manejo da teologia positiva como arma de pesquisa por esta reforma advogada veio a ser exímio Fr. Vicente da Soledade.

Isso mesmo demonstrou na dissertação sobre o *Santo Sacrifício da Missa*, defendida em 1788, depois no concurso para opositor realizado em 1806 e, de maneira geral, em sermões, no exercício do magistério e no cargo de director geral dos Estudos da Congregação de S. Bento, tarefas a que se consagrou entre os fins do século XVIII e os princípios de oitocentos. Por esse tempo, foi ainda duas vezes abade do Colégio de S. Bento de Coimbra (1801-1804 e 1807-1810) e entre 1804 e 1807 coube-lhe a relevante função de Companheiro do Geral da sua Congregação, D. Fr. Francisco dos Prazeres.

O Companheiro, a exemplo do secretário, servia de cooperador e acompanhante do geral, desempenhando os cargos de notário e escrivão. Por direito próprio, assistia aos conselhos e capítulos celebrados nos mosteiros debaixo da presidência do prelado geral, dispondo de voto consultivo ácerca das matérias por aqueles tratadas, quer em sentenças, quer nas advertências exaradas no Livro das Visitas de cada comunidade.

Nomeado lente substituto de Teologia da Universidade de Coimbra em 1813 e empossado em 1816, em virtude do atraso provocado por causa não averiguada, que talvez se prenda à estadia da Corte no Rio, a Fr. Vicente cabia, em Maio de 1816, o desempenho de professor substituto de Exegese do Antigo e Novo Testamento.

Pelo alvor do século XIX, era também um orador sagrado de apreciados méritos. Em sermão proferido em 1808, formula uma explicação providencialista e justiceira da Revolução francesa e da expansão napoleónica: concebe uma e outra lançadas pela mão de Deus para castigo dos povos em falta, não sem atacar os excessos dos

revolucionários e verberar as depradações do invasor gaulês na terra portuguesa, contra o qual a nação reagira em comunhão, inspirada por Deus. Do mesmo passo que concebe a Revolução eivada de «malicia e ... de injustiça», como castigo do Senhor, nele descobre sinais de «prosperidade ... e de grandeza». Ao «systema de impiedade que se pretendia estabelecer por meio da Revolução», propõe, em 1809, a guerra sem tréguas que recomenda contra os exércitos de Napoleão por os franceses de então «não parecerem alheios» ao que antes se tramara, e por amor à monarquia e à religião tradicional..

Um misto de simpatia hesitante e de veemente repulsa anima o espírito do beneditino quando a propósito da guerra peninsular, que urgia vencer, refere os eventos da Revolução, do Império. Assim vê em Napoleão o simbolo da tirania e um flagelo utilizado pela divindade, sem por isso lhe negar «raros e relevantes merecimentos» e «grandes feitos militares».

Para ilustrar, com inteligência erudita, as observações parenéticas, manuseia predominantemente as Escrituras, os Santos Padres e outros comentadores sagrados, outrossim evidenciando seguros conhecimentos a respeito da Reforma e familiaridade com publicistas tanto eclesiásticos, como profanos dos tempos modernos, no número dos quais figuram próceres das assembleias parlamentares de Paris. Cita, ou transcreve, textos de Grócio, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Freret, La Mettrie, Bayle, Helvétio, Volney, Neker, Mirabeau, Marat, Talleyrand, etc. Notória admiração vota a Fénelon, como grande é a penetração do magistério de S. Paulo na sua produção.

Da capacidade deste monge piedoso como exegeta representativa vem a ser a dissertação que elaborou sobre a idolatria, no princípio do século XIX. Aí explica, à luz de um esquema de raíz científica, a origem, as causas e a natureza da idolatria com «mérito ... bom senso» e erudição (são palavras do lente censor que lhe apreciou o trabalho), para demonstrar que injusta era a acusação que os protestantes faziam aos católicos chamando-os assim a propósito da veneração das imagens, e quão grande era a diferença entre os católicos e os verdadeiros idólatras. De facto, a fim de "destruir a calúnia dos Modernos àcerca da veneração das imagens sagradas lançadas contra a Igreja Católica, o autor apresenta uma verdadeira e claríssima distinção entre nós e os idólatras, a qual é deduzida essencialmente a partir das palavras dos Padres do Concílio de Trento - os quais desejando que todo o labéu de superstição fosse afastado do povo cristão, mandaram aos Bispos e a quem incumbe o múnus de ensinar que, segundo o uso da Igreja Católica e Apostólica, recebido dos tempos primitivos, ensinem aos fieis que as imagens dos santos devem ser conservadas e a elas se devem prestar honra e veneração, não porque se acredite que nelas reside divindade ou virtude pela qual se lhes deva prestar culto ou porque seja atribuída às imagens qualquer confiança (como acontecia com os gentios que colocavam a sua esperança nos ídolos), mas porque a honra que se lhes presta dirige-se ao protótipo que nelas se representa de tal modo que pelas imagens, diante das quais inclinamos a cabeça, adoramos Cristo e veneramos os Santos de que elas são representação" (transcrição do texto do lente censor).

Por ser um bom sacerdote, senhor de experiência de mando eclesiástico, que em Coimbra ensinava a Sagrada Teologia, Fr. Vicente da Soledade, viu-se nomeado arcebispo da Baía em 3 de Maio de 1819. A confirmação apostólica deu-se a 8 de Agosto e a sua sagração verificou-se, no mosteiro de Santo Tirso, a 12 de Dezembro do mesmo ano, já depois da revolução liberal.

Integrou-se, deste modo, na vaga de monges de S. Bento que, no primeiro quartel do século XIX, ascenderam ao episcopado, ocupando sólios no Brasil e em Portugal.Bispo de Pernambuco e arcebispo da Baía foi o pregador D. Fr. José de Santa Escolástica. Possuiu também a Sé de Olinda o brasileiro Fr. António de S. José Bastos. A mitra arquiepiscopal de Évora coube a Fr. Joaquim de Santa Clara, o lente que orou nas solenes exéquias do marquês de Pombal e cujo magistério escolar ilustrado influenciou o bispo de Coimbra e cardeal patriarca de Lisboa, Fr. Francisco de S. Luís, como ainda os já citados Fr. António de S. José Bastos e Fr. Vicente da Soledade, o prelado de que hoje tratamos.

Porque conhecia de longa data os princípios da liberdade e julgava azada a Revolução de 1820, D. Fr. Vicente da Soledade tornou-se deputado pela província do Minho, pouco depois da sua sagração, quando das primeiras eleições para as Constituintes do vintismo. Teve, pois, assento nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de 1821-1822, que, por voto, logo o escolheram para seu presidente.

Fez uma presidência cheia de dignidade no período de abertura daquele magno congresso, assinalado pelas discussões iniciais sobre as bases da Constituição. Como deputado, votou algumas disposições políticas de índole claramente liberal e revelou-se conservador na àrea religiosa. Revelou-se então favorável a uma «justa liberdade», mas advogou que se determinasse a censura nas matérias puramente religiosas, para marcar o «limite entre o império e o sacerdócio». Alvitrou: «que para os livros introduzidos em Portugal desejaria censura, mas que este meio he damnoso á propagação das luzes e não he exacto, e que portanto era seu voto que os livreiros ficassem responsaveis em materias que atacassem a religião, e mesmo em materias civis», passíveis de visar o sistema constitucional.

O funcionamento das Constituintes e o trabalho que aí lhe tocou, impediu-o de partir para a Baía como desejava. Eis porque, ainda 1821 quando exercia as funções de deputado, resolveu escrever uma *Pastoral sobre a Instrução Cristã e Constitucional dos seus diocesanos*, onde, como metropolita do Brasil, traduz as vivências que o advento da liberdade gerou na sua mente. É um documento religioso por tratar da instrução cristã e um documento político porque àquele magistério junge a formação civica constitucional, directa ou indirectamente. De facto, à docência apostólica liga e preconiza, às claras, a docência do constitucionalismo, decerto atento à época em que foi escrito. Pretende não o dizendo no título, inculcar aos brasileiros as vantagens que, sob o regime de liberdade, adviriam da continuação da união entre os Reinos de Portugal e do Brasil, então objecto de contestação por parte dos patriotas sul-americanos.

O objectivo principal, confessada, da pastoral é, todavia, estimular a fé entre os povos do seu rebanho. Para «excita-la e avivanta-la em vossas almas ... Nos determinamos a enviar-nos estas curtas linhas, primeiro posto que pequeno fructo do nosso zelo Pastoral».

Muito arrimado a S. Paulo, o prelado trata dessa matéria e testemunha por um lado, a sua antiga e permanente fidelidade ao soberano reinante que o fizera bispo e, por outro, a repulsa que lhe merecem os inimigos da Igreja, a adesão que vota ao movimento liberal, a intransigência com que verbera a incompetência dos servidores da monarquia absoluta recém derrubada, a sua crença no porvir do reino unido.

Segundo o «amável» prelado, D. João VI, «às outras virtudes que o fazem digno do Throno dos seus Augustos Avós, ajunta o mais extremado amor á Religião, a protecção a mais decidida á Igreja de Jesus Christo» (Cf. *Pastoral*, p. 4 e, também p. 22 e 23).

A propósito dos perigos fomentados pelos adversários da Igreja, o primaz do Brasil recorda aos fieis da Baía: «Não he preciso que nós formemos aqui o medonho quadro dos males, e penosas molestias que a casta Esposa de Jesus Christo ha hum seculo particularmente tem sofrido na sua Fé e Moral, excitados por filhos ingratos e degenerados educados no seu seio, e contra elle incarniçados, como seus mais furiosos inimigos». E mais adiante pergunta: «A Fé está ella taõ altamente radicada nos espiritos, que não tenha a recear-se e a precaver-se dos ardis e sofismas do Philosofismo, e da innata corrupção do nosso coraçaõ, da imperiosa força das paixões que para melhor e mais sossegadamente serem satisfeitas, se empenhaõ sobretudo em sacudir o jugo da Lei, e desperdiçar o importuno freio da Fé que as contradiz, e ameaça?» (Cf. *Pastoral*, p. 12 e 14).

Porque descobria «vacillação e incerteza de doutrina» em muitos, o primeiro e radical remédio a adoptar devia ser a pregação, o «*Cathecismo*, qual o Principe dos Apostolos nos inculca, quando nos manda estar instruidos, e aparelhados para satisfazer a quem quer que nos pergunte os fundamentos das nossas esperanças eternas, e consequentemente da Fé, que he a sua base» (Cf. *Pastoral*, p. 15).

Para mais, as máximas da religião inculcavam a «justiça natural» e conduziam à caridade fraterna; daí a necessidade de as conhecer, de as acatar, de àcerca delas adquirir conveniente instrução, partindo justamente do catecismo.

E a religião estreitava e docemente firmava o cumprimento fiel dos *deveres do cidadão*, os quais traziam consigo a «fruição e conservação» dos direitos que aos mesmos indivíduos competiam.

Eis por que, tendo em conta a recente ocorrência da Revolução libertadora de 1820, o arcebispo vinca que os liberais pretendiam a regeneração do Reino Unido de Portugal e do Brasil, o mesmo é dizer dos seus cidadãos instruídos, envolvidos pela caridade fraterna, sujeitos de deveres, mas também de amplos direitos e exorta os seus diocesanos a juntar à instrução cristã, «huma idéa sã e bem ajustada do que he a nova Constituiçaõ da Monarchia Portuguesa, dos principios de Justiça em que ella se funda, dos bens reaes que della devem resultar à Naçaõ, dos deveres que ella impõe a cada hum de nós» (Cf. *Pastoral*, p. 21, 27).

A seu ver, a política que a regeneração liberal queria implementar em nada se opunha à religião católica apostólica romana. Em reforço desta ideia, escreve: «He necessario que nos persuadamos e persuademos os outros que esta he, e, não outra, a genuina idea de huma Constituição liberal de qualquer Naçaõ Catholica, sem contravir ao Dogma e Moral desta Religião Divina, que ella reconhece, e jura como sua propria Religião».

Demais, o novo regime não constituía injúria à sagrada e inviolável pessoa do rei e à dinastia reinante. Surgia, sim, para minorar os sofrimentos da nação quando ele estava próximo «a exalar o ultimo suspiro».

Reportando-se ao período anterior a 24 de Agosto de 1820, perguntava criticamente: «Seria de esperar, em que os homens no estado da sua corrupção jamais declinassem do caminho recto dos seus deveres ou que daquelles a quem fôra commetido o poder de governa-los, não abusassem do sagrado poder que lhes fôra somente dado para sua felicidade, e não o convertessem em utilidade propria, ou

sómente de alguns, calcados ou opprimidos os outros? A ambição, o amor, o odio, e outros muitos afectos violentos saõ apanagio taõ proprio do homem corrupto por natureza, que imagina-lo outro, e pretender delle huma indefectivel justiça; huma carreira invariavel de acções justas, honestas, e virtuosas, he pretender delle hum milagre, he o que somente Deos he capaz de produzir nos Heróes da Religiaõ, que ella santifica, e colloca em seus Altares. Fóra desta hypotese pecca-se, e gravissimamente se pecca de ambas as partes; o feroz Despotismo empunha o seu Sceptro de ferro, a injustiça sem mascara prevalece, a Lei cala-se, emudece, ou he delicerada ... o arbitrio toma o seu lugar, o orgulho dos poderosos, as lagrimas e inuteis queixas dos pobres, e desvalidos, a desordem, o calor em tudo ... mas a paciencia humana tambem tem o seu limite, as reacções moraes seguem muito de perto os fenomenos das phisicas, e ahi temos as Revoluções!! Estamos n'huma dellas, carissimos Irmaõs Nossos ...» (Cf. *Pastoral*, p. 19 - o sublinhado é nosso).

Quer dizer, face à situação, face à analogia entre os fenómenos fisicos e morais, o arcebispo compreendia que a nação, farta de despotismo e de incompetência, optasse pelo caminho da Revolução, uma revolução em que ele vislumbrava a «conducta nobre e moderada do Povo Portugues».

A propósito, inquiria: «Se huma Revoluçaõ Politica póde, e costuma justamente comparar-se com hum volcaõ sulfureo ... não participa do extraordinario, e no seu genero, milagroso huma Revoluçaõ e mudança Politica, em que reine a ordem, preside a subordinaçaõ, e milhões de almas vaõ de alegre e perfeito acordo, sem se mancharem no sangue de seus Irmaõs, sem perigosos tumultos, filhos da anarchia, parecendo, emfim de geral ajuste, quando era de poucos, que sábia e maduramente a projectaraõ, e de valorosos guerreiros (como necessario era) que a realizaraõ?» Em resposta a esta *interrogação, que em si contém já uma resposta afirmativa, o arcebispo acaba por* sublinhar a compreensão que outorga e o apoio que dá à Revolução, a sua concordância com a justiça natural, não sem solicitar para as novas instituições a adesão dos baianos. Diz: «Coherentes pois em Nossos principios, que são os da eterna, e immutavel justiça natural, que vem de Deos, e por isso superior, e em fim triunfante das instituições humanas algumas já decrepitas, e que quanto mais se alongão de suas origens, por ventura saudaveis, mas que o tempo roedor, e sobre tudo o imperio das paixões, o abuso do homem altera e corrompe, se tornão não só inuteis, mas até viciosas, e opressoras da humanidade e seus direitos; novamente applaudimos, e convosco Nos congratulamos pela justa, e justamente intentada Regeneração Politica do nosso Reino-Unido; e vos exortamos a sustentalla a todo o custo.» (Cf. *Pastoral*, p. 20-21).

De par com a estimulação do constitucionalismo, de par com a evangelização e o fomento da civilização decorrentes, viável era, segundo o primaz, consolidar a união entre Portugal e o Brasil, tendo como luz a Igreja e guia a casa de Bragança.

Compreende-se então, que, a concluir a sua carta pastoral, diga aos párocos do seu arcebispado que à indispensável instrução cristã, ajuntem a que se diz propriamente civil, a qual sendo geral, deve ser, também cristã. Assim, o clero baiano inspiraria aos respectivos fregueses «*o santo temor de Deos, o respeito e obediencia ás legitimas Authoridades terrenas, e a confiança e amor ao novo systema de Governo, e sua Constituição*». Daí resultaria, que o «Reino de Portugal, Brazil e Algarves, indissolúvelmente unido pelos estreitos laços da antiga consanguinidade, identidade da Santa Religião, e de huma mesma lingua, confraternizado ainda mais pela igualdade da Lei, que as mede sem differença, menos a

do merecimento e da virtude, dependentes huns dos outros pelos reciprocos interesses de hum commercio activo e passivo, que equilibra as fortunas, e augmenta a agricultura, e faz a prosperidade geral, faremos hum todo admiravel, feliz, insuperavel ainda á maior força das armas, quanto ás do ciúme, e inveja! succederá enfim que os vossos Irmaõs Europeos, que no pensar de alguns foraõ os Tyranos do vosso Paiz, sejaõ agora os vossos Libertadores por meio de instituições sabias e liberaes» (Cf. *Pastoral*, p. 27-28).

Como noutro ensejo escrevemos, à simbiose entre o trono e o altar próprio do Antigo Regime, este lente beneditino de formação ilustrada, chamado a pastorear a arquidiocese da Baía, contrapunha a concordância entre os fundamentos do liberalismo português e as do catolicismo, uma religião que, vinca «nivella perfeitamente os homens enquanto aos direitos essenciais a todos eles».

À luz da nova aliança, consentânea com a melhor doutrina cristã, firmar-se-ia, no respeito mútuo, a união entre portugueses e brasileiros, já de si entrelaçados, pela língua, pelo sangue, pela religião comum. A *igualdade viabilizada pela liberdade, tornaria possível e cimentaria, segundo fórmula original, a união*. Superado ficava o negativismo da expansão, governação e exploração colonial, para prevalecer, em aliança, a mensagem quer do Constitucionalismo, quer dos Evangelhos, graças a uma genérica instrução proporcionada pelo clero.

Na aguda vivência pastoral de D. Fr. Vicente da Soledade, a instrução civil resultava da premência de, na conjuntura, evidenciar a harmonia entre o novo regime constitucional e os princípios do cristianismo, a bem dos direitos semelhantes dos povos brasileiro ou português, pelo mundo repartidos, que o despotismo e a adversidade de anseios começava a afastar, enquanto o conhecimento das verdades da religião constituía uma precisão dos cristãos da sua diocese no Brasil, cujos filhos, pela via da liberdade e da igualdade perante a lei, o arcebispo queria irmanados com os demais cidadãos no Reino Unido de Portugal e do Brasil[1]

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(1) Ao Prof. José Marques agradecemos a transcrição e a versão portuguesa das censuras à dissertação de Fr. Vicente da Soledade referidas neste texto.

SERMÃO
DA EPIPHANIA DO SENHOR,
PRÉGADO
PELO D. FR. VICENTE DA SOLEDADE,
OPPOSITOR EM THEOLOGIA, E D. ABBADE DO COLLEGIO DE S. BENTO DE COIMBRA,
NA CAPELLA DA UNIVERSIDADE,
[illegible]
NO QUAL

Por occasião da materia, que o A. se propôz tratar, se desenvolve em grande parte o systema de impiedade, que se pertendeo estabelecer por meio da Revolução Franceza, e da qual os Francezes de hoje não parecem alheios.

Na tarde deste mesmo dia devião alistar-se para pegar em armas para a defeza do Reino, os Lentes, Oppositores, e Estudantes da Universidade, segundo a Ordem da Regencia de 2 de Janeiro deste mesmo anno.

COIMBRA:
NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1809.
Com Licença do Governo.

PASTORAL
DO
ARCEBISPO DA BAHIA
SOBRE A
INSTRUCÇÃO CHISTÃ E CONSTITUCIONAL
DOS
SEUS DIOCESANOS.

O DISCO DE SABANTE E A INFLUENCIA DA ARTE ASTURIANA NA AREA GALAICO-PORTUGUESA

Manuel Luís REAL *

Existe no Museu Provincial de Pontevedra um disco em granito proveniente de Sabante - Quintela, Crescente (Pontevedra), o qual se encontra trabalhado nas duas faces, correspondendo cada uma destas a momentos distintos de utilização da pedra.

Um dos lados diz respeito à parte dormente de uma mó, cuja cronologia é lícito situar no período galaico-romano. O seu diâmetro é de 44 cm e a altura ainda atinge os 15 cm, ao centro, apesar do desbaste que sofreu quando a peça voltou a ser trabalhada.

No reverso, a pedra mostra-se profusamente decorada, em consequência do seu reaproveitamento numa época posterior, como elemento arquitectónico e ornamental (figura 9). Nesta segunda fase, a parte inferior da mó foi escolhida por um outro artista que aí lavrou um círculo e uma coroa, com função meramente ornamental. Ambos são, entretanto, decorados com motivos geométricos, cuja "motricidade" se adequa à disciplina do desenho. O círculo central mostra uma roseta de seis pontas lanceoladas (se observada em rebaixo) ou de triângulos com lados côncavos (se vista em relevo). O motivo é envolvido por uma coroa de fitas entrelaçadas, inscrita entre dois filetes circulares. Este enlaçado, por sua vez, é composto por filetes geminados que se cruzam aos pares, alternadamente, uns sobre os outros. A composição parece obedecer a um modelo geométrico preciso, sendo o diâmetro da roseta equivalente a um terço do diâmetro do disco. Do ponto de vista ornamental, o conjunto dá a impressão de um grafismo denso, mas este é mais aparente do que real. Tal efeito resulta, antes de mais, do tipo de relevo utilizado. O desenho destaca-se levemente do fundo, apresentando um modelado suave e relativamente grosseiro. Estas circunstâncias sugerem maior volume à composição, sobretudo quando avivada pelas relações de claro-escuro, no momento em que a luz incide sobre a peça.

Embora esta escultura evidencie alguns traços que a relacionam com uma matriz cultural comum a outras pedras ornamentais aparecidas junto a antigos castros, somos de opinião que se estará perante uma obra bastante posterior à época galaico-romana. Deve notar-se que se trata de um relevo trabalhado no verso de uma mó manual, esta, sim, atribuível ao período em referência. Tanto no aspecto formal, como do ponto de vista plástico, há sérias razões para integrar a peça na corrente artística galaico-asturiana, coeva da Reconquista Cristã. Mais ainda, ela parece ser um produto directamente influenciado pela arte palatina da corte de Oviedo.

Antes de avançar nesta matéria, gostaríamos de sublinhar as referidas afinidades com a chamada arte "castreja" do noroeste peninsular. Não temos dúvidas em reconhecer a origem proto-histórica de muitas das pedras decoradas que têm aparecido em diversos castros da região. Porém, em nossa opinião, tem-se generalizado esse tipo de classificação, um tanto abusivamente, a pedras cujo contexto original se desconhece por completo. Algumas delas têm sido encontradas, até, em meios completamente distintos, junto a zonas de cultivo e em relação com velhos templos, como em S. Salvador de Arentim. Será, pois, preciso uma certa prudência. Além da possibilidade de se

desencadearem fenómenos de recorrência artística, é um facto que uma parte daqueles povoados continuaram activos em épocas posteriores, mantendo vivas muitas das suas tradições seculares[1]. A problemática da reocupação dos antigos castros não obedece a padrões uniformes[2], mas casos há de uma grande persistência do habitat tradicional e da escolha do cimo desses montes para a construção de templos cristãos[3]. Em volta destes templos desenvolveram-se na Idade Média diversas necrópoles, sendo de registar o aparecimento de frisos e de estelas com cruzes de tipologia claramente alto-medieval, aliados a motivos de tradição galaico-romana. Ora, se é uma evidência arqueológica o ressurgimento em estelas discóides medievais de ornamentos de inspiração "castreja", como na Cividade de Âncora (figura 10), pela mesma razão é de admitir também que alguns dos frisos de ombreira ou lintel, certas pedras de gonzo com decoração e certos discos ornamentais possam ter pertencido originalmente a templos[4], coevos dessas mesmas estelas.

Embora o debate a este respeito ainda mal tenha iniciado, são de salientar as interrogações levantadas por Martin Höck, num arguto ensaio onde questiona a metodologia até agora seguida na classificação das pedras com ornatos aparecidas em velhos povoados do noroeste peninsular[5]. Atendendo à sua distribuição geográfica - bastante menor que a área da denominada cultura "castreja" - o autor chama a atenção para a relativa coincidência com os limites do antigo reino Suevo. Apesar de não podermos chegar muito mais longe do que isso - pelo menos para já - trata-se de um importante desafio para a reapreciação do quadro cultural em que emergiram tais objectos artísticos e de um alerta para a necessidade de ultrapassar a rigidez dos critérios classificativos até agora em vigor. A revisão de certas cronologias poderá vir a realçar ainda melhor o papel que desempenhou o fundo cultural indígena, desde a alta Idade Média até à época moderna, num fluxo praticamente contínuo e em contextos permanentemente renovados.

Retomando o estudo do disco de Sabante, é de referir que o motivo central se repete em outras pedras ornamentais descobertas na região galaico-portuguesa, embora a mesma roseta possa aparecer em suportes de contorno mais irregular. Só no Museu Pio XII, em Braga, podem referir-se os baixos-relevos de Mei (Arcos de Valdevez), de S. Julião de Caldelas (Amares) e de Braga (aparecido no Largo de S. Paulo). Também o Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, possui uma peça rectangular proveniente da citânia de Briteiros, com duas rosetas semelhantes, inscritas em círculos. É arriscado avançar com uma cronologia precisa para essas esculturas, dado que se desconhece a sua primitiva função. Todavia, é de salientar que o mesmo motivo - o das rosetas de pétalas triangulares com os lados levemente arqueados - esteve na base da decoração de um elemento de cancela originário da igreja "moçárabe" de Arentim. Além disso, e contrariando qualquer tentativa de cingir o modelo a uma só época ou região, vamos encontrar um disco do mesmo tipo no Museu de Beja, que está atribuído ao período visigótico (figura 11).

Quanto às fitas enlaçadas, que rematam pelo exterior a peça de Sabante, constituem também um elemento decorativo de origem muito remota. Elas aparecem, por exemplo, na citânia de Santa Tecla. Além disso, irão conhecer uma larga difusão ao longo da Idade Média, pelo que torna desnecessária a referência de novos paralelos.

Em boa verdade, são as características ornamentais da peça de Sabante, quando encarada no seu conjunto, que mais importam para a relação estabelecida com os discos em pedra aplicados em diversos monumentos das Astúrias. Os primeiros

exemplares, de desenho sóbrio, aparecem nos frescos que se sobrepõem aos arcos divisórios das naves de São Julian de los Prados (figura 4). A sua passagem para a pedra, dando origem a baixos-relevos ornamentais, coincide com a época de Ramiro I (842-850) e pensa-se que tenham continuado a ser usados, pelo menos, com Ordonho I (850-866). São muito conhecidos os discos do palácio de Naranco - nada menos que trinta e dois - decorados com medalhões figurativos, envolvidos por coroas vegetalistas ou encordoados (figura 7 e 8). Alguns deles estão embutidos superficialmente, em virtude do suporte ser pouco profundo, ao passo que outros tomam a forma de verdadeiros cilindros, com dimensão idêntica à espessura dos muros. Neste caso, as duas secções do cilindro aparecem decoradas, para serem vistas numa posição simétrica, em paredes opostas. Todos estes discos são sistematicamente colocados por cima do ponto de encontro de dois arcos, com o intuito de decorar o angulo formado pelos respectivos extradorsos. A maior parte das vezes são autónomos, mas em certos casos encontram-se associados a pequenos painéis figurativos e a faixas ascensionais que se lhes sobrepõem, acentuando o verticalismo da construção[6].

Na vizinha igreja de S. Miguel de Lillo existe um belo exemplo, por cima dos arcos laterais da tribuna, cuja decoração, mais uma vez, acentua as raízes proto-históricas de alguns dos motivos usados no noroeste da Península, em edifícios dos primórdios da Reconquista. Quanto aos discos, eles são mais simples que os de Naranco, limitando-se quase a um puro geometrismo, onde mal se adivinha a inclusão de motivos foliares[7].

Na igreja de Santa Cristina de Lena - segundo alguns autores continuada já por Ordonho I, que aí teve seu palácio de campo - existem ainda medalhões trabalhados, sobre os arcos cegos que decoram as paredes da nave. Os discos contêm figuras de animais, tal como os de Naranco, mas diferem destes por não possuírem coroa exterior, com ornatos entre um duplo encordoado[8]. Neste último aspecto, a peça de Sabante é a que mais se aproxima dos modelos do palácio de Ramiro I, nos arredores da cidade de Oviedo (adaptado depois igreja, sob a designação de Santa Maria de Naranco)[9].

Em território português não existe qualquer monumento desse período que conserve *in situ* o referido esquema ornamental. No entanto, eles seguramente existiram, como o prova, por exemplo, a "arquitectura" do sarcófago de Serreleis, recolhido no Museu Pio XII (figura 12). De facto, numa das faces menores vêm-se claramente dois arcos e, nos ângulos superiores, círculos gravados em posição semelhante à dos clípeos asturianos. O mesmo se poderá dizer de outra peça do mesmo museu, o ajimez da Torre (Amares), cujos arcos estão coordenados com motivos circulares[10], idênticos aos do sarcófago. Porém, a prova mais conclusiva encontra-se em S. Pedro de Balsemão - igreja seguramente da mesma época, apesar de muito transformada na zona da nave - que ainda conserva uma peça discoidal embutida numa das paredes de reconstrução moderna. Ela encontra-se ao lado de outro elemento arquitectónico do primitivo edifício, possivelmente o resto de um ajimez (figura 13). Quanto ao disco de Balsemão, tem a particularidade de apresentar grandes similitudes com o congénere de S. Miguel de Lillo, não apenas quanto à dimensão, mas também por usar motivos geométricos singelamente gravados.

Estes discos com função ornamental foram estudados já há mais de quatro décadas por Helmut Schlunk, no seu importante artigo sobre a decoração dos monumentos ramirienses[11]. Acerca da sua origem têm sido avançadas diversas teses, desde a influência dos "bracteates" vikings (Haupt e Pijoan), até à imitação dos escudos que gregos e romanos costumavam suspender nos pórticos dos templos e nos átrios

das casas (Puig y Cadafalch). Para Schlunk, trata-se de um motivo particularmente típico na decoração de edifícios áulicos, desde a mansão imperial de Constantinopla (reproduzida num marfim do séc. VII) até aos discos aparecidos em escavações de palácios islâmicos primitivos ou, mesmo, utilizados em pórticos e galerias das nobres casas do Renascimento. Em última instância, segundo aquele autor, devem invocar-se protótipos orientais, ideia aliás reforçada pela própria decoração interna dos discos asturianos. Na verdade, sobretudo em Naranco e Santa Cristina de Lena aparecem diversos motivos de procedência oriental, como quadrúpedes fantásticos, pássaros afrontados, a árvore da vida, etc. É de realçar a disposição heráldica destas figuras, típica de motivos de origem persa, copiados por artistas coptas e bizantinos em tecidos de seda, trabalhos de prata, ou pinturas que eram exportados para o Ocidente.

Sem contrariar este último aspecto, julgamos todavia que se pode avançar um pouco mais na explicação do aparecimento de tais discos - enquanto solução arquitectónica - no seio da côrte asturiana.

A sua origem remontará pelo menos à época romana e, embora não tenhamos podido recorrer a exemplos ligados estritamente à arquitectura palatina, há pelo menos importantes testemunhos relacionados com a arte imperial. É o caso do forum severiano de Leptis Magna, dos princípios do séc. III d.C., cujo pórtico apresenta já medalhões sobre os ângulos superiores das arcadas (figura 1). Pode ser encarada de igual modo a decoração de alguns monumentos ravenates, como o friso de medalhões que se sobrepõe às colunatas da basílica de Santo Apolinário-o-Novo (figura 2). Também na região de Valência, em Pla de Nadal, apareceram os restos de uma *villa* áulica, de cronologia imprecisa, entre o séc. VII-VIII (ou até posterior), a qual forneceu vários discos em calcário, um deles com monograma rodeado de uma coroa vegetalista[12].

Para um melhor entendimento do problema, a nossa atenção deverá, todavia, orientar-se para o próprio momento em que se forma a arte asturiana e para as relações políticas e culturais então estabelecidas pela côrte de Oviedo.

Uma breve incursão sobre a arte do império carolingio aponta-nos, desde logo, uma série de paralelismos que ilustram o mesmo gosto pela utilização de discos ou medalhões decorativos, em particular sobre colunatas de edifícios, nos ângulos formados pelo ponto de encontro dos arcos que sobre elas descarregam. O primeiro exemplo colhe-se logo na capela palatina de Aquisgrano (796-805), na tribuna em octógono onde se encontra instalado o trono imperial. Os discos são sóbrios, mas evidenciam um acabamento de grande qualidade, através da utilização da técnica de embutido (figura 5).

Na península itálica - em monumentos erguidos após a anexação do reino da Lombardia por Carlos Magno e o estabelecimento do protectorado da Santa Sé - vamos encontrar uma grande inclinação para os medalhões ornamentais ligados, ou não, a colunatas. É exemplo disso a igreja de S. Salvador de Brescia, fundada pelo último rei lombardo, Desiderio, e reconstruída durante a primeira metade do séc. IX. Trata-se de uma obra de notórias influências paleocristãs e ravenates[13], onde, sobre as arcadas da nave central, aparecem pinturas com discos figurados (figura 3). É importante referir o facto de se estar perante pintura a fresco, pois os mais antigos medalhões de Oviedo são também pintados. Referimo-nos à já aludida basílica de S. Julian de los Prados, construção que remonta à época de Afonso II e que, portanto, será praticamente coeva da reforma da igreja de Brescia. É de assinalar que os discos de S. Julian guardam um certo parentesco com os da côrte de Aquisgrano, atendendo a seu singelo geometrismo.

Posteriormente, os discos pintados sobre arcadas voltam a ser utilizados na capela-mor de S. Salvador de Priesca[14]. Ressalvando uma certa originalidade da pintura asturiana - pelo recurso a falsas arquitecturas e pela posição de destaque reservada à entronização da Cruz - devem sublinhar-se algumas claras afinidades entre os programas pictóricos de S. Julian de los Prados e S. Salvador de Brescia. Referimo-nos não só ao uso de quadro figurativos ordenados em bandas sobrepostas, mas também a uma gramática decorativa comum, representada por discos, frisos geométricos ou vegetalistas, e falsas cornijas, com modilhões pintados em perspectiva ilusionista (figuras 3, 4 e 6).

Já há muito tempo estão perfeitamente definidas as linhas gerais da evolução da arte asturiana e o quadro de influências que foi recebendo ao longo do seu percurso. Helmut Schlunk refere alguns casos esporádicos que permitem admitir que a corte de Oviedo não desdenhara completamente os contactos artísticos com o mundo carolingio, mas insiste sobretudo na importância que teve a circulação de objectos de arte móvel e a imitação de motivos de influência oriental. Por outro lado, realça o papel exercido pela matriz indígena, a qual, em contacto com elementos forâneos, terá dado lugar a um conjunto completamente novo e original. Esta opinião é também perfilhada por S. Noack-Haley, que sublinha a importância de antecedentes hispânicos, como em Pla de Nadal. Esta é, de algum modo, a seguida por César Garcia Castro, que realça antes de mais a tradição mediterrânica de influência romana[15].

Concordando com a essência de toda esta argumentação, somos de opinião que ainda muito haverá que investigar sobre os reflexos - inevitáveis - que, para a Arte Asturiana, terão exercido as relações políticas e culturais da côrte de Oviedo com o Império franco e o Papado. De facto, há notícias de negociações entre Afonso II e Carlos Magno, tendo naturalmente em vista uma aliança na luta contra os árabes e, talvez, a respeito das guerras religiosas que dividiam então os cristãos peninsulares. Jacques Fontaine, na sua notável síntese sobre o pre-românico peninsular, recorda que o desastre de Roncesvales mais não foi que o fim trágico de uma expedição a Espanha. Por outro lado, o saque de Oviedo de 794 pode ter impulsionado negociações com o objectivo de uma maior cooperação na luta contra os infiéis. Assim se explicariam as embaixadas asturianas junto de Luis Aquitânia em Toulouse (795) e junto de Carlos Magno em Heristal (798) e, também com este último, após a tomada de Lisboa por Afonso II (799). Na sua *Vita Karoli*, Eginhardo recorda mesmo as boas relações existentes entre o Imperador e "Afonso, o rei de Galiza e das Asturias". Elas justificaram também a deslocação de embaixadores francos à corte de Oviedo, como Jonas de Orléans, em 799, e possivelmente Teodulfo[16].

A par das intenções de ordem política e territorial, o surgimento da heresia adopcionista (o seu principal mentor, Elipando, torna-se arcebispo de Toledo entre 783 e 800, aproximadamente) criou outros motivos de preocupação. A libertação das dioceses do novo reino, face ao primado de Toledo, terá sido um dos objectivos de Afonso II. Na luta travada contra a heresia vinda de terras do Islão, os cristãos do Norte receberam apreciável apoio do episcopado franco, à frente do qual se distinguia Alcuino, autor *Tratactus Apologeticus* contra Elipando. A intervenção do papa Adriano I e do Imperador Carlos Magno faz-se também sentir através da convocação dos sínodos de Francfort e Roma, em 794 e 799, onde o adopcionismo foi condenado[17]. Próximo da côrte de Oviedo, a luta apologética contra as ideias de Elipando é protagonizada por um monge, Beato de Liébana, cujo comentário ao Apocalipse ficou celebrizado a partir das inúmeras cópias iluminadas a que deu origem[18].

Cremos que é a partir deste contexto que devem ser entendidas as escassas referências às ligações da corte de Oviedo com o Império franco e, presumivelmente, com a Roma papal. Quanto a intercâmbios artísticos, eles parecem evidentes, embora sob a forma de contactos dispersos e, de algum modo, desconexos. O que verdadeiramente terá sensibilizado a monarquia asturiana foi a recuperação de certos modelos clássicos e tardo-imperiais - já anteriormente praticada entre francos e lombardos, e na própria Roma pontifícia - para desse modo afirmar o prestígio da Côrte. Há quem entenda desnecessário invocar as relações com o Império carolingio para explicar este movimento de recuperação das formas e tradições artísticas romanas. Julgamos, no entanto, que os indícios são suficientemente fortes para crer que não se tratou de um sentimento de cariz espontâneo ou de uma mera evolução interna, a partir de um fundo cultural comum. A faceta classicizante da arte asturiana corresponde a uma atitude esclarecida e perfeitamente inscrita num modelo ideológico comum às monarquias do seu tempo[19]. São já inúmeros os paralelismos referidos por diversos autores, para percebermos que se trata, em grande parte, de um fenómeno de importação[20]. Todavia, o seu impacto deve ser encarado na mesma perspectiva e com a idêntica naturalidade que têm sido aceites as influências exercidas pelos objectos e tecidos orientais ou pelas formas artísticas de raiz autóctone. É necessário entender do mesmo modo, tanto a sobrevivência de técnicas construtivas romanas, como as formas importadas Andalus, que vamos encontrar nalgumas obras da última fase. A arte do reino asturiano afirmar-se-à com grande autonomia e espirito criativo. Ela irá utilizar diversas fontes de inspiração, mas não assume ou privilegia qualquer delas como modelo. É assim que surge como um estilo inteiramente original, aliás com suficiente pujança para se renovar a si próprio ao longo de pouco mais de um século, enquanto a capital permaneceu na cidade de Oviedo.

A força criadora deste estilo levou mesmo certos autores a classificar, como "proto-românicas", algumas das soluções adoptadas pela arquitectura ramiriense[21]. A rara independência com que se desenvolveu a oficina de Naranco ilustra-se claramente na "recriação" dos aludidos clípeos ou medalhões com que o artista decorou as paredes do edifício. A solução encontrava-se já perfeitamente definida, em sua formula originária, nos singelos discos pintados de San Julian de los Prados. Em Santa Maria de Naranco, eles distribuem-se pelas diversas teorias de arcos, tanto no interior como exteriormente, mas, desta vez, suspensos de uma espécie de "fitas colgantes", em baixo relevo. Tal como os discos, os painéis superiores aparecem lavrados na pedra e os seus motivos ornamentais podem mesmo ser interpretados como a reprodução de tecidos "bordados", através dos quais os clípeos pendem da abóbada ou da empena do telhado, conforme se situam dentro do edifício ou na fachada exterior. A solução é extremamente original, assim como novo é o uso de animais fantásticos e composições heráldicas, inspiradas em tecidos e outros objectos decorativos importados do Oriente. Embora a solução arquitectónica dos medalhões deva ser explicada num contexto mais amplo - o das edificações cortesãs europeias do seu tempo - para a sua originalidade decorativa admitimos um intermediário hispânico, o qual não nos admiraria que pudesse situar-se no período de transição ou dos inícios da presença omíada na Península. Além de uma inequívoca gramática decorativa de tradição local, surgem igualmente temas importados do Oriente. A presença destes últimos pode ser explicada por uma continuidade de relações, as quais longe de ser interrompidas com a invasão árabe da Península, se irão até reforçar, contribuindo também para a maior

originalidade da escultura «moçárabe» e, de um modo mais amplo, da própria arte cristã peninsular dos séculos VIII a X.

Os medalhões de Naranco e de Santa Cristina de Lena são, até ao momento, casos únicos na utilização de temas animalistas. Os restantes exemplos cingem-se a temas geométricos ou, quando muito, a motivos florais muito esquemáticos. É o que acontece em S. Miguel de Lillo e vai reproduzido, com relativa clareza, em S. Pedro de Balsemão (figura 13). Apesar do seu integral geometrismo, o exemplar que mais se aparenta com os discos de Naranco - pelo uso de coroa exterior - é precisamente o disco de Sabante, que motivou a realização deste estudo.

A presença na Galiza de formas de arte asturianas não deve causar estranheza, pois foi em direcção ao litoral atlântico que, em grande medida, se deram os primeiros avanços da Reconquista. A importância atribuída por Afonso II a esta região ficou logo explícita no apoio concedido ao bispo Teodomiro de Compostela, em consequência da "descoberta" do túmulo de Santiago. E bem significativos são os sucessos ocorridos após a morte do monarca. O príncipe herdeiro, Ramiro, encontrava-se ausente de Oviedo quando se deu o falecimento de Afonso II. Aproveitando-se da situação, Nepociano tentou arrebatar-lhe o trono. Todavia, Ramiro I conseguiu recuperá-lo, precisamente após reunir o seu exército na Galiza. Também se poderá invocar a origem asturiana de alguns dos presores de terras galaico-portuguesa e não será demais lembrar que dos sete bispos presentes na dedicação da igreja de S. Salvador de Valdedios, só os de Saragoça e Astorga não pertencem a dioceses galegas e portucalenses.

Todos estes factores ajudam a explicar como aportam à Galiza formas artísticas cujos modelos se podem referenciar em terras bem distantes, mesmo fora da Península. Um excelente exemplo do que acabamos de dizer encontra-se no desenho de algumas gelosias. Na verdade, o tipo de grelhas em estuque da Itália romano-carolingia foi adoptado em monumentos da época de Afonso II, inclusive com a mesma técnica que utiliza placas de gesso sobrepostas, para um mesmo vão. Com Ramiro I e Afonso III, elas passam a um só elemento, da dimensão da própria janela. Ora, em S. Salvador de Priesca existe uma destas últimas gelosias, que se aproxima do desenho de uma das placas de Santa Sabina de Roma. A basílica de Santa Sabina foi edificada pelo papa Celestino I (422-432), mas as grelhas de estuque são do séc IX[22]. Outra das grelhas apresenta perfurações em forma de losango, exactamente iguais às das placas de cancela da mesma igreja de S. Salvador de Priesca. Estas últimas aparecem copiadas em território português, na fase pre-românica da igreja de Rates[23].

Embora não caiba aqui desenvolver em profundidade a tendência classicizante da generalidade das construções da côrte de Oviedo - que se reflecte, inclusive na própria modulação do projecto arquitectónico, como o demonstrou Lorenzo Arias[24] - os exemplos mencionados servem para sublinhar que não se tratará de um fenómeno isolado. Apesar da autonomia de recursos e da grande individualidade da arquitectura asturiana, esta insere-se claramente no seu tempo, acompanhando o movimento adoptado por outras côrtes europeias, de recuperação de modelos clássicos em edifícios de prestígio ou com função áulica.

Temos defendido a existência de alguns indícios deste movimento na própria zona galaico-portuguesa, em edifícios construídos no séc. IX-X e, directa ou indirectamente, ligados à corte asturiana e aos condes portucalenses. Referimo-nos especialmente ao mausoléu do Apóstolo Santiago, na basílica de Compostela[25], e à reedificação de São

Frutuoso de Montélios (esta última efectuada já depois da doação da capela e mosteiro de São Salvador ao santuário de Compostela), provavelmente com o apoio dos condes de Portucale e senhores de Braga e Guimarães[26]. Tal com chega a acontecer em Oviedo, se bem que nas Astúrias em menor grau, vão-se infiltrando também aqui certas soluções arquitectónicas e decorativas de raiz moçárabe. Todavia, a sua presença não deve desviar-nos de outros aspectos não menos essenciais, e que definem contextos da arquitectura áulica e de prestígio. São eles a qualidade do aparelho isódomo, o uso de cornijas e de frontões clássicos, a adopção dos arcos cegos e pilastras "esculpidos" nos superfície do muro, a reinterpretação quase perfeita dos capitéis de acanto, o aproveitamento de colunas de mármore, etc. Infelizmente, não são hoje conhecidos os elementos de cornija das edificações de Santa Marinha de Costa, onde supomos ter sido o palácio da condessa Mumadona, mas a sua arquitectura é marcada por uma grande solidez e sobriedade[27]. Também não existem informações sobre os paços de Ramiro II em Viseu e, quase seguramente, em São João de Rei (Póvoa do Lanhoso). Foi em Viseu que o jovem Ramiro, no início da sua carreira política, estabeleceu côrte entre 926 e 930, chegando a ser reconhecido como rei de "Portucale"[28]. Já depois de ocupar o trono leonês, nas visitas que efectuou a terras portuguesas, deverá ter utilizado também paços próprios em São João de Rei, situados a menos de um dia de viagem de Braga-Guimarães. Na centúria seguinte o topónimo "Sancto Joanne de Rex" estava já formado, pois é referido num documento que dá conta da estadia, no mesmo local, do rei Vermudo III, onde julgou uma questão sobre a posse de certa *vila*[29]. Não existem nesta região pedras semelhantes ao clípeo de Sabante que, inequivocamente, possam ser atribuídas aos séculos IX-X. Contudo, a sua utilização pode ser intuída dado que discos semelhantes são representados, por exemplo, nas "arquitecturas" que decoram o sarcófago de Serreleis e no ajimez da Torre.

E se é certo que se desconhecem as condições de achado dos discos ornamentais do Museu Pio XII - um dos quais aparecido em Braga, num muro moderno junto à igreja do Largo de São Paulo - vamos encontrar uma peça em contexto perfeitamente alto-medieval, na igreja de São Pedro de Balsemão. A região da Beira Alta foi objecto de interesse particular por parte da estirpe de Mumadona[30] e, como vimos, do próprio Ramiro II. Desconhecemos qualquer evidência documental sobre a relação entre aquele templo e a nobreza portucalense, mas é de sublinhar a grande afinidade do disco de Balsemão relativamente aos clípeos de San Miguel de Lillo, onde, em nossa opinião, terá havido melhoramentos arquitectónicos ainda no tempo de Ramiro II[31]. A herança de modelos latino-romanos na arquitectura beirã durante a alta - Idade Média é hoje uma certeza, o que demonstra o sucesso do movimento classicizante do séc. IX-X, mesmo fora dos principais centros de poder. Já o referimos noutro local a propósito de S. Pedro de Lourosa e da catedral de Idanha[32], sendo também de lembrar a basílica recentemente descoberta em Prazo (Vila Nova de Foz Côa). Trata-se, neste caso, de uma estação arqueológica que merece ser bem analisada, diferenciando o que hoje é produto de restauro e musealização das ruínas, mas não há qualquer dúvida de que se relaciona com um templo da época da Reconquista, onde aparecem elementos de cornija com modelação perfeitamente clássica[33]. Aqui, como nos outros monumentos, há materiais romanos reaproveitados e existem também pedras afeiçoadas *ex novo*. O conceito arquitectónico renova-se, mas pontualizando linguagens comuns e repetindo, em larga medida, as próprias formas da antiguidade.

Desconhecemos eventual documentação que directamente assinale um contexto histórico para o clípeo de Sabante. Contudo, o estudo desta peça[34] permitiu discorrer sobre uma faceta de arte galaico-portuguesa, nos séculos IX-X, a qual tem sido em grande parte ignorada, mas se insere perfeitamente no quadro do seu tempo: o ressurgimento de padrões e formas clássicas na arquitectura, com especial incidência nos meios áulicos e em algumas fundações da nobreza portucalense.

NOTAS

* Arquivo Histórico Municipal do Porto.

[1] Em determinada fase - devido aos atrasos da investigação arqueológica - houve a mesma tentação de classificar como "castrejo" todo o espólio cerâmico aparecido nesses povoados, quando, em certos casos, chega a atingir os séculos XII e XIII.

[2] Houve castros que foram abandonados relativamente cedo, enquanto outros voltaram a ser ocupados depois de um período, mais ou menos longo, de abandono. Além disso, é de admitir que alguns deles - mesmo que em área mais reduzida e com menos habitantes - tenham continuado activos, ininterruptamente, até à Idade Média. Será o caso de algumas vilas e cidades da época moderna, cuja a origem remonta à proto-história, mas existem também exemplos no meio rural.

[3] Entre os casos mais celebres contam-se as capelas de S. Romão (em Briteiros), de S. Salvador (no Monte Córdova), de Sanfins ou S. Félix (na citânia do mesmo nome), de Santa Marta das Cortiças (na Falperra - Braga) ou de Santa Tecla (junto à foz do rio Minho, na margem direita).

[4] Reforçando esta ideia da longevidade de alguns motivos ornamentais que voltam a ser utilizados na alta Idade Média citaremos, já fora da área da chamada cultura "castreja" - e portanto impossível de ser classificada com tal - um friso em calcário, moçárabe, aparecido junto à antiga igreja de S. Pedro de Coimbra (cfr. REAL, Manuel Luís - Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular, in *Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Lisboa (1992). Barcelona, 1995, figura 3). O relevo é trabalhado em bisel, sendo o desenho muito parecido a frisos de porta encontrados em Briteiros, Vermoim ou Arentim. É de referir que em Vermoim existiu um importante castelo alto-medievo e que o lintel de Arentim surgiu junto à igreja, à mistura com outras pedras seguramente do séc. X, como capitéis «moçárabes» e dois modilhões de rolo (cfr. BARROCA, Mário Jorge - *Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho*, Separata das Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga, Braga, 1990, p. 136-141).
Em nosso entender, tem havido uma grande desatenção para com este problema, insistindo-se em critérios de classificação muitos rígidos. Algo semelhante poderá ocorrer com a chamada joalharia "castreja", onde ao lado de peças seguramente proto-históricas poderão existir outras de execução mais tardia, dado que uma grande percentagem delas foi parar aos museus com pleno desconhecimento das condições do achado. Trata-se de uma modalidade artística em que a sobrevivência das formas e das técnicas é muito propícia. Contrariamente à época proto-histórica, a investigação sobre a joalharia medieval - nomeadamente a joalharia profana - apresenta um grande vazio, quando são conhecidas inúmeras alusões documentais à riqueza então existente neste domínio. Embora não avancemos com exemplos concretos, susceptíveis de levantar alguma dúvida, é importante referir que, até entre a terminologia usada pelos diplomas mediévicos, existem argumentos que justificam um alerta para uma revisão mais prudente dos métodos de análise. Um dos exemplos mais interessantes é o celebre testamento de Mumadona, datado de 959 d.C., o qual, entre outras jóias, refere a posse de *torques*.

[5] Acerca dos elementos arquitectónicos decorados de castros do noroeste peninsular. *Revista de Guimarães*, 94, Guimarães, 1984, p. 389-405.

[6] Sobre a escultura de Naranco vejam-se entre outros: GIL LÓPEZ, Juana; MARÍN, Fernando A. - *Santa Maria de Naranco. San Miguel de Lillo*. Oviedo, Principado de Asturias, 1988, p. 45-56; NIETO ALCAIDE, Victor - *Arte Prerrománico Asturiano*. Salinas, Ayalga Ediciones, 1989, p. 144-149; MARIN VALDÉS, Fernando A. - Santa Maria de Naranco, bestiario y paraíso, *Boletim del Instituto de Estudios Asturianos*, 134, Oviedo, 1990, p. 413-426; ARIAS, Lorenzo - *Perrománico asturiano. El arte de la Monarquia Asturiana*. Oviedo, Ediciones Trea, 1993, p. 146-151; CASTRO VALDÉZ, César Garcia - *Arqueologia cristiana de la Alta Edade Media en Asturias*. Oviedo, Real Instituto de Estudios Asturianos, 1995, p. 319-323 e fig. 361-391.

[7] REAL, Manuel Luís - *Op. cit.*, 1995, p. 26 e fig. 5; CASTRO VALDÉZ, C. G. - *Op. cit.*, 1995, fig. 349 e 406. O segundo exemplo, reproduzido por Valdéz, é uma placa ornamental avulsa, constituindo o baixo-relevo que, pela sua simplicidade, mais se assemelha aos discos pintados de S. Julian de los Prados.

[8] CASTRO VALDÉZ, C. G. - *Op. cit.*, 1995, fig. 341 a 346. Em dois casos existem as mesmas bandas rectangulares de "suspensão".

[9] Para além dos exemplos citados, aparecem na catedral de Oviedo dois baixos relevos com um motivo em forma de disco. Embora a respectiva função não seja clara, é também de realçar a simplicidade linear, bem próxima das pinturas de S. Julian de los Prados, cfr. CASTRO VALDÉZ, C. G. - *Op. cit.*, 1995, fig. 417 e 418.

[10] BARROCA, Mário Jorge - Op. cit. 1990, p. 109. Este mesmo autor estudou o sarcófago de Serreleis, em *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. Porto, 1987 (edição policopiada), p. 200.

[11] La decoracion de los monumentos ramirienses, *Boletim del Instituto de Estudios Asturianos*, 5, Oviedo, 1948, p. 55-94.

[12] JUAN, Empar; PASTOR, Ignacio - Los visigodos em Valencia. Pla de Nadal: ¿Una villa aulica?. *Boletim de Arqueologia Medieval*, 3, Madrid, 1989, p. 137-179. Vejam-se particularmente figs. 15, 17 e 18. É importante assinalar o aparecimento, em Pla de Nadal, de um fragmento de pilastra lavrada com caneluras, muito semelhante às representações pictórias das basílicas asturianas (fig. 16 d).

[13] A decoração dos muros laterais da nave maior lembra muito o esquema utilizado em Santo Apolinário-o-Novo.

[14] Cfr. NIETO ALCAIDE, Victor - *Op. cit.*, p. 202.

[15] A propósito da origem deste tipo de ornamento arquitectónico veja-se particularmente a já citada tese doutoral de César Garcia de Castro Valdéz (nota 6). Por via independente, o autor chega a conclusão idêntica à que avançamos nos estudos preliminares da peça de Sabante, para a exposição *Galícia no Tempo* (Santiago de Compostela, 1991). Recordando, do mesmo modo, as figurações circulares do forum novo de Leptis Magna, às quais acrescenta uma série de exemplos posteriores, aquele investigador conclui: "Em princípio, pues, la tradición del medallón en la enjuta del arco parece bien asentada en el fondo mediterráneo de herencia romana. Nada de germanismo ni en el fondo ni en el ubicación . La iconografia revela puntos destacados de contacto com motivos poleoislámicos, sín desdeñar sus prototipos bizantinos. Los recientes hallazgos de Pla de Nadal arrojan luz sobre la posibilidad de mediación hispánica para formas similares."
A única diferença que mantemos sobre estas conclusões tem a ver com o papel desempenhado pela vila de Pla de Nadal, que o autor aceita como visigótica.
Em nosso entender, os seus medalhões inserem-se de facto no mesmo tipo de corrente que marcou a arquitectura áulica na alta Idade Média e existem aí outros paralelismos além dos discos ornamentais, como é o caso das pilastras estriadas. Tal como Luís Caballero, acreditamos que Pla de Nadal possa ser até posterior à invasão islâmica e, portanto, cronologicamente aproximada das primeiras construções da Côrte de Oviedo. O facto de os exemplos asturianos mais antigos aparecerem associados às pinturas a fresco da basílica de Santullano, poderá, contudo induzir a existência de outro tipo de relações artísticas, de certo mais imediatas, com a arquitectura religiosa franco-itálica, do período carolíngio. No entanto, há que salvaguardar a grande originalidade dos baixos-relevos de Naranco, igualmente fruto de influências orientais e portadoras de um discurso simbólico preciso, no que respeita a conteúdo ornamental. Aí há que procurar uma matriz diferente e, acaso, uma influência exercida por intermediários hispânicos. Vd. REAL, Manuel Luís - Disco ornamental de Sabante, in *Galícia no Tempo*. Santiago de Compostela, Arcebispo de Santiago e Xunta de Galícia, 1990, p. 134; CASTRO VALDÉZ, César Garcia - *Op. cit.*, p. 321-322; NOACK-HALEY, Sabine - Tradicion e innovación en la decoración plástica de los edifícios reales asturianos, in III *Congreso de Arqueologia Medieval Española (Oviedo, 1989)*. Oviedo, 1992, p. 174-184; CABALLERO ZOREDA, Luís - Un canal de transmision de lo clásico en la Alta Edad Media Española..., *Al-Qantara*, 15 (2), Madrid, 1994, p. 337.

[16] FONTAINE, Jacques - L'*art pré- roman hispanique*, vol. 1. La Pierre-qui-Vire, Zodique, 1973, p. 256-257

[17] Idem, vol. 2, 1977, p. 30-32

[18] É também a Beato de Liébana que se deve o mais antigo hino peninsular em louvor de Santiago, facto que o confirma, de certo modo, como arauto da política oficial da corte asturiana.

[19] O próprio Califado de Córdova não ficou imune a este movimento, dada a importância concedida à arquitectura áulica. Mesmo a grande mesquita inclui os medalhões entre a gramática ornamental das suas teorias de arcos, na maqsura de Al-Hakam II: cfr. BORRAIS GUALIS, Gonzalo M. - *El Islam. De Cordoba al Mudejar.* S.l., Silex, 1990, p. 39.

[20] NIETO ALCAIDE, Victor - *Op. cit.*, p. 49-51, discorre igualmente sobre certos laços existentes entre o mundo carolíngio e o papado com a Côrte de Oviedo.

[21] Isto também é válido para obras posteriores, como San Salvador de Valdedios ou Santa Maria de Lebeña. Veja-se a este respeito, por exemplo, Isidro G. Bango Torviso - *Alta Idade Média. De la tradición hispanogoda al románico.* S.l., Silex, 1989, p. 85-90.

[22] Além de Santa Sabina de Roma este tipo de grelhas encontram-se também, por exemplo, em San Giorgio el Velabro, em Santa Prassede de Roma e em Castel S. Elia de Nepi, datáveis do primeiro quartel do séc. IX. É curioso referir que na cripta de Santa Prassede existem discos em estuque exactamente com o mesmo desenho da roseta interna do clípeo de Sabante. Cfr. *Roma e l'età Carolingia*, Roma, Multigrafia Editnice, 1976, p. 312-317 e figs. 303-309.

[23] REAL, Manuel Luís - O *românico condal em* S. *Pedro de Rates e as transformações beneditinas do século* XII. Sep. de "Povoa do Varzim. Boletim Cultural" 21(1) Povoa do Varzim. 1982, p. 10 e fig. 29; BARROCA, Mário Jorge - *Op. cit.*, 1990, p. 133-134.

[24] ARIAS PARAMO, Lorenzo - Geometria y proporción en la arquitectura perrománica asturiana: la iglesia de San Julian de los Prados, in XXXIX *Corso di Cultura sull arte ravennate e bizantina* ... Ravena, Edizioni del Girasole, 1992, p. 11-62; idem - Geometria y proporción en la arquitectura perrománica asturiana: el palacio de Santa Maria de Naranco. *Madrider Mitteilungen*, 34, Mainz, 1993, p. 282-307.
A influência da modulação clássica incide também sobre a arquitectura árabe.

[25] GUERRA CAMPOS, José - *Exploraciones arqueologicas en torno al sepulcro del Apostol Santiago.* Santiago de Compostela, 1982, p. 191-297. Infelizmente não pudemos ter acesso a HAUSCHILD, Theodor - Archeologia and the Tomb of St.. James, in *The Codex Calixtinus and the Shrine of* St. *James.* Tübingen, 1992, p. 89-103; veja-se, contudo, ARBEITER, Achim - Santiago de Compostela. As arquiteturas xacobeas na Alta Idade Média, in *Santiago - Al Andalus.* Santiago de Compostela, 1997, p. 133-155.

[26] REAL, Manuel Luís - *Op. cit.*, 1995, p. 64-68; BARROCA, Mário Jorge e REAL, Manuel Luís - As caixas-relicário de São Torcato. Guimarães (séculos X-XIII). *Arqueologia Medieval*, 1, Porto, p. 135-168.

[27] REAL, Manuel Luís - Pousada de Santa Marinha. Guimarães. *Boletim Cultural da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 130, Lisboa, 1985, nomeadamente pág. 17-30.

[28] SAEZ, Emílio - Ramiro II, rey de "Portugal" de 926 a 930. *Revista Portuguesa de História*, 3, Coimbra, p. 271-290.

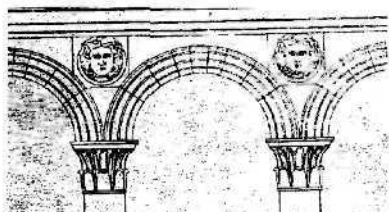
[29] COSTA, Avelino de Jesus da - O *bispo* D. *Pedro e a organização da diocese de Braga*, vol. 2, Coimbra, 1959, p. 101. É de referir que junto à igreja de São João de Rei fica no lugar do Paço e que no interior do templo existe um capitel de acanto, em mármore, que serve de pia de água benta. Julgamos tratar-se de uma peça datável do séc. X.

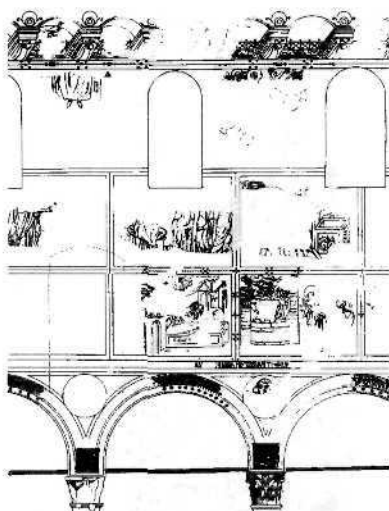
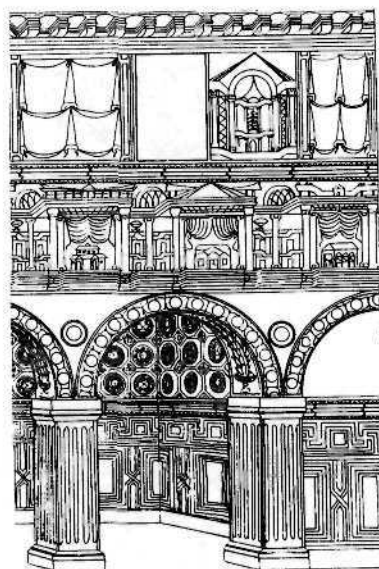
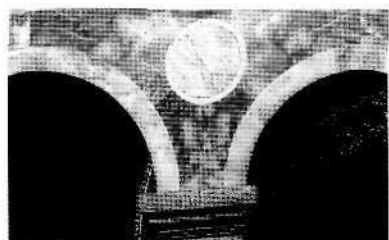
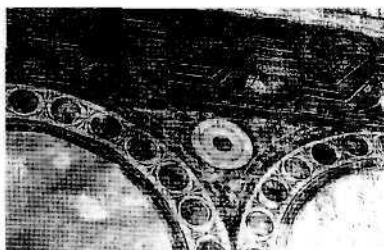
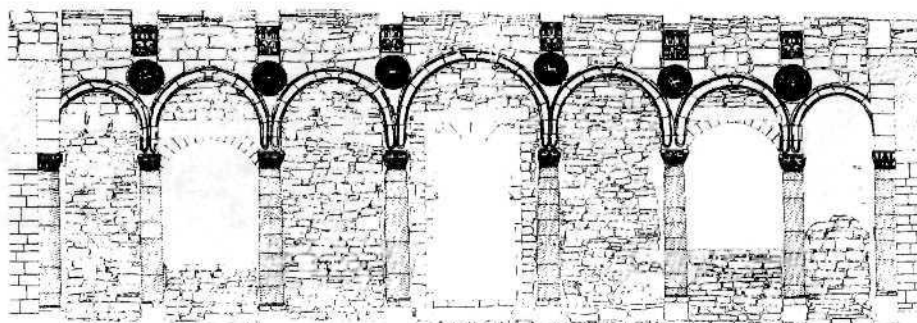
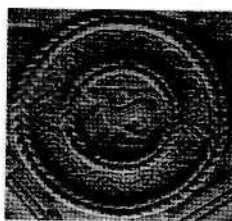
[30] D. Chamoa Rodrigues, sobrinha de Mumadona Dias foi proprietária de vários castelos na zona da Beira Interior - cfr. BARROCA, Mário Jorge - Do castelo da Reconquista ao castelo Românico (séc. IX a XII). *Portugalia*, Nova série, 11-12, Porto, 1990-1991, p. 94-98.

[31] *Op. cit.*, p. 67-68 e figs. 4, 7, e 31.

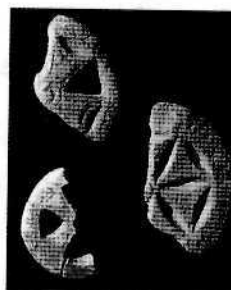
[32] *Op. cit.*, p. 66-67

[33] COIXÃO, António do Nascimento Sá - *Carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa.* V. N. de F., Câmara Municipal, 1996, p. 175-181.

[34] Um primeiro estudo foi por nós efectuado no catálogo *Galícia no Tempo*, por amável convite do director do Museu de Pontevedra, Doutor José Carlos Valle Pérez, a quem agradecemos: cfr. nota 15.

1. Pórtico do *forum* de Leptis Magna (seg. L. Crema)

2. Basílica de Sant'Apollinare Nuovo, em Ravena (seg. X. Barral)

3. Fresco de S. Salvatore di Brescia (seg. A. Peron)

4. Fresco de S. Julián de los Prados, em Oviedo (seg. M. Berenguer)

5. Pormenor da tribuna de Aquisgrano (seg. X. Barral)

6. Decoração da capela sul de S. Julián de los Prados (seg. L. Arias)

7. Parede interior de Santa Maria de Naranco, em Oviedo (seg. L. Arias)

8. Clípeo de Naranco (seg. L. Arias)

9. Clípeo de Sabante (Museu Provincial de Pontevedra)

10. Estela de Âncora (Museu Martins Sarmento)

11. Discos alto-medievais, do Museu de Beja

12. Sarcófago de Serreleis, no Museu Pio XII (Braga)

13. Elementos decorativos de S. Pedro de Balsemão

EXCAVACIONES EN EL CASTELLÓ SOBIRÀ DE SANT MIQUEL DE LA VALL
(Municipio de Gavet de la Conca, comarca de Pallars Jussà, provincia de Lérida, Pirineo Catalàn, España)

Manuel RIU*

LOS VILLORRIOS DE FRONTERA CATALANES

Las características de los villorrios de frontera de la Cataluña Vieja, surgidos y desaparecidos en plena Edad Media, son todavía mal conocidas. Aunque existe documentación édita e inédita que hace referência a los mismos, las excavaciones arqueológicas en despoblados medievales escasean, y los documentos escritos, repetidas veces leídos, no nos dicen todo cuanto desearíamos saber de estos núcleos de población desaparecidos. Por ejemplo: cómo eran las casas, calles y plazas, los castillos y las iglesias, las murallas, sus torres y sus puertas, los fosos y las necrópolis, entre muchos otros aspectos de la vida material y espiritual de los reconquistadores y repobladores de los valles que, desde el siglo IX iban pasando del poder islámico a manos de los cristianos, descendiendo desde los Montes Pirenaicos hacia los llanos del Mediodia.

De los ocho o nueve ejemplos que podrían aducirse hoy, nos interesa ahora destacar el del Castelló Sobirà de Sant Miquel de la Vall[1] que se integró en un sistema defensivo complejo, aprovechando el bastión de la Sierra de Montsec, que atraviesa de Norte a Sur el río Noguera Pallaresa. Situado al regazo del Montsec de Rúbies y en el centro del valle que surca el rio Barcedana, afluente del Noguera Pallaresa, en un recuadro, una *quadra* del térritorio que había pertenecido al término de la *civitas* de Llimiana y que, desde 1970, corresponde al municipio de Gavet de la Conca, en la comarca de Pallars Jussà y subcomarca de la Conca de Tremp, ya en el límite meridional de esta última.

Las ruinas del Castelló Sobirà de Sant Miquel de la Vall se extienden en medio de un encinar que las oculta, a unos dos kilómetros al Norte del pueblo de Sant Miquel de la Vall, unidas a éste por una pista forestal que continúa ascendiendo hasta la localidad de Aransís. El pueblo actual de Sant Miquel de la Vall fue en la Edad Media el Castelló Jussà y ambos fueron los *Castellons* del término de Llimiana, en la *quadra* defensiva que completaban el castillo y villa de Sant Martí de Barcedana (llamado El Castellet), y la torre de Sant Cristòfol de la Vall. Con el Castellò Sobirà estuvieron relacionadas las iglesias de Sant Gervàs, dedicada a los santos Gervasio y Protasio, y de Santa María, iglesia parroquial edificada al extremo Sur del villorrio. Con el Castellò Jussà, su iglesia de Sant Miquel, que fue y sigue siendo la parroquial del pueblo, y con la *turris* de la Vall, la ermita de Sant Cristòfol. La gente que vive hoy en el pueblo de Sant Miquel de la Vall conoce el Castellò Sobirà por el nombre de *El Vilot* o *Els Vilots* y, puesto que comparte la

propiedad del encinar, se reúne una vez al año en torno de la iglesia de Sant Gervàs en parte reconstruida y convertida en santuário local.

EL VILLORRIO DEL CASTELLÓ SOBIRÀ

Las ruinas del villorrio del Castellò Sobirà de Sant Miquel de la Vall, objeto de nuestras excavaciones arqueológicas entre 1978 y 1980, se hallan situadas a 4° 38' 55" de Long. E., y a 42° 04' 15" de Latitud N., según la hoja núm. 290 titulada "Isona" del mapa del Instituto Geográfico y Catastral (segunda edición: Madrid, 1950) a escala 1:50.000. Al preparar las excavaciones, en 1977, Francesc Farriol nos proporcionó el plano topográfico, a escala 1:200 situando la cota cero a 981 metros de altitud, punto a partir del cual se tomaron todas las medidas.

Hasta ahora, que sepamos, nadie había advertido que en el lugar de Sant Miquel de la Vall, desde sus inicios, se han producido una serie de transformaciones, la última de las cuales es el propio pueblo actual, desplazado unos dos kilómetros del principal núcleo de población antiguo. Dentro del espacio de la *quadra* existen covachas con restos de pinturas rupestres y otros elementos antiguos anteriores a mediados del siglo X que fue cuando se construiría, muy probablemente, la primera torre cilíndrica de piedra de Sant Miquel de la Vall, edificada con aparejo bien labrado y dura argamasa de cal, sobre un saliente de la roca situado al lado derecho del camino que ascendía hacia Aransís, dentro de los límites del territorio de la *civitas* de Llimiana, población límite entre los ceretanos y los ilergetes. Dicha torre estaba destinada a proteger o controlar el paso hacia el interior.

Pronto se edificaría, en torno de dicha torre, una empalizada o un muro que, coronando la peña, rodeaba la superfície irregular de la misma. Y en el espacio contiguo se preparó un patio a cielo abierto, de suelo horizontal y protegido por el lado Norte por un elevado peñascal, limitado además por márgenes de grandes piedras. La longitud y anchura de este gran patio permitían a los caballeros no solo guardar los caballos, sino entrenarlos a placer. En el extremo oriental del patio o campo de entrenamiento, se edificó, el primer tercio del siglo XI, una pequeña iglesia castral dedicada a los santos Gervasio y Protasio, dos santos guerreros y patronos de guerreros. Esta iglesia, mas tarde reedificada y ampliada, hoy llamada de Sant Gervàs, estaba formada por una sola nave rectangular, con abside de planta semicircular al Este, como gran parte de las iglesias rurales del primer arte romànico. De aquel primer abside romànico hoy tan solo cabe ver las primeras hiladas, que asoman por debajo de las de una construcción mas tardía, acaso del siglo XIV [2].

El primer tercio del siglo XI, pues, se había erigido un *Castelló*, o castillo pequeño, en la Barcedana, dentro de la parte norte-oriental del distrito de Llimiana, compuesto por un gran patio delimitado por márgenes de grandes piedras, y con una torre circular y una pequeña iglesia, en sus dos extremos.

Poco antes de que finalizara el siglo XI, en torno de 1086, el Castelló Sobirà de Sant Miquel de la Vall disponía ya de una gruesa muralla de piedra labrada, adaptada al terreno, de planta triangular, con tres *bestorres* semicirculares en los ángulos, que sobresalían por encima del camino de ronda que coronaba el muro. La torre cilíndrica inicial seguía en medio del patio, en el punto mas elevado, tal vez rehecha en buena parte, dotada de tres plantas y con entrada a la altura del primer piso. Es posible que en el pequeño patio interior que rodeaba la torre (y que no hay que confundir con el

campo de adiestramiento contiguo a que antes nos hemos referido), dentro del ámbito de la muralla, se hubiesen construido ya otras edificaciones accesorias, de madera o de piedra, pero por ahora no nos consta de manera fehaciente.

Con el tiempo, acaso ya en los inícios del siglo XII, se adosó a la muralla Este un notable edifício de planta rectangular y de dos pisos, que fue la residencia de los *castlans*, castellanos o guardianes del castillo. Otra construcción de planta rectangular fue adosada también a la parte interior de la muralla Norte. Por la parte del Sudoeste de la muralla se construyó también entonces y entregada al muro principal, una estancia para el cuerpo de guardia, con cinco aspilleras sobre el camino que subía junto a la ribera del río Barcedana, afluente del Noguera Pallaresa.

Hasta ahora, sin embargo, toda la construcción: castillo o Castelló Sobirà de Llimiana, gran patio o campo exterior y capilla castral de Sant Gervàs, tenía un sentido de horizontalidad, extendido de Oeste a Este, al pie de la roca que le protegía por el Norte y encima de la cual una torrecilla de vigilancia (una *guàrdia* propiamente dicha) podia avisar de cualquier peligro procedente del Sur islámico. Pero, antes de que finalizara el siglo XI, habían empezado a construirse algunas viviendas al pie de la muralla del castillo, por su lado Sur, formando un pequeño burgo o barrio que buscaba su protección. Este pequeño villorrio, en formación desde la segunda mitad del siglo XI, transformaría la idea inicial del castillo, haciéndolo entrar en una nueva dinámica urbanística, propia de los villorrios de frontera. El villorrio no crecería de Oeste a Este, sino de Norte a Sur, dejando la cabecera al castillo propiamente dicho y procurándose una segunda iglesia, la parroquial de Santa María, en el extremo Sur.

En el paso del siglo XI al XII, se formaron por lo menos tres terrazas al pie del castillo, con sus correspondientes casas y calles, de modo que el villorrio creció hacia mediodía, donde se situó una plaza y, al lado meridional de ésta, la iglesia romànica dedicada a Nuestra Señora, que se convertiría en el templo parroquial del pueblo. Todo el núcleo se rodea de una muralla que le ciñe por ambos lados, al Este y al Oeste, y también por el Sur. De este modo quedaba formado un nuevo villorrio, de planta rectangular, escalonado de Norte a Sur, con tres calles transversales de lado a lado y dos calles longitudinales de Norte a Sur, que llegaba por el Norte hasta el pie de la muralla que cerraba el triángulo del patio del castillo. Este muro, que pasaba ahora a ser interior, separaba el villorrio de la fortaleza, creando dos ámbitos distintos, el del castillo y el del pueblo. Éste, en su conjunto debió albergar una veintena de familias, o como mucho una treintena. Las casas eran alineadas, entre calles estrechas e irregulares de suelo empedrado y estaban separadas por pequeños patios, corrales o huertos. Todas las casas, de paredes robustas, construidas con piedra sin apenas trabajar y carentes de argamasa, tenían un solo piso y estaban integradas por una, dos o tres habitaciones. El suelo era de arcilla prensada, tenían los hogares en medio del ámbito, alejados de las paredes y con una capa de ceniza sobre el suelo, con algunos silos o depósitos abiertos en el subsuelo para guardar el grano, echar desperdicios o depositar la ceniza necesaria para lavar la ropa. Todas las casas contaban con el horno familiar para cocer el pan. Delante del fuego del hogar, o al lado del horno de ángulo, solía existir un banco de piedra adosado a un muro.

Con objeto de defender mejor el villorrio, se cavó un foso de seis metros de ancho por tres de profundidad, protegiendo sus paredes con piedras, por lo menos en todo el sector oriental. Por este lado, rodeado de campos de cultivo, se abrían en la muralla tres puertas que daban al exterior. Una al pie del castillo, resguardada por una bestorre

de éste. Un portillo, en medio de la muralla, donde se iniciaba una de las calles transversales, estaba protegido por una construcción rectangular externa o torre albarrana adosada al muro. Y una tercera puerta, en la parte baja, se hallaba situada frente al horno de cal que, abierto en la parte exterior del villorrio, había servido para la obtención de la materia prima, la cal, necesaria para la argamasa utilizada en las partes mas nobles de la construcción. Desde el siglo XIII, todo el sistema protector de este lado debió perder efectividad y fue entonces cuando se edificaron las primeras casas adosadas al exterior del muro y situadas dentro del foso, transformado a su vez en calle, dando nacimiento a un nuevo burgo foráneo. Desde entonces la entrada principal al gran patio exterior o campo de adiestramiento de los caballos, se hizo desde esta nueva calle.

La parte baja del poblado, asentada sobre la roca, había tenido una puerta ciclópea de acceso, bien protegida. Al construirse a fines del siglo XII o comienzos del XIII, el ábside del nuevo templo de Santa María - edificado con piedras bien labradas y con gran cuidado -, se modificó la puerta meridional de entrada al villorrio, trasladándola al lado de la iglesia, y se tapió la puerta antigua. En la parte occidental del poblado hubo otras dos o, acaso, tres puertas, una de ellas al pie del cuerpo de guardia que antes hemos mencionado. La parte baja de este último sector, sin embargo, fue muy modificada, cuando el villorrio estaba ya abandonado, por los carboneros que construyeron una plataforma para colocar las carboneras.

El subsuelo de buena parte del villorrio no ha sido investigado todavía. Parece que existen una fuente y una corriente de agua potable subterráneas que cruzan el villorrio de Norte a Sur, accesibles desde el castillo. Parece también que el recinto del poblado tuvo de cinco a siete puertas, de las cuales la principal estuvo situada o en el centro del muro oriental o en la parte baja, junto a la iglesia de Santa María.

LAS DOS NECROPOLIS.

Aunque el villorrío tomó cuerpo desde la segunda mitad del siglo XI, cuando Arnau Mir de Tost y sus gentes habían reconquistado el valle de Áger, desde la segunda mitad del siglo XII, después de las conquistas de los reinos islámicos de Lérida y Tortosa, debió perder importancia estratégica. La vida del pueblecillo del Castelló Sobirà de Sant Miquel de la Vall, no obstante, parece haber sido todavía floreciente en el siglo XIII, puesto que las casas, además de invadir el foso, fueron rehechas y ampliadas. Presenta un buen ejemplo la casa de tres habitaciones cuidadosamente estudiada, a la cual luego nos referiremos. También lo indica el hecho de que fuera necesario ampliar la iglesia parroquial por la parte inferior de la nave, además de renovar el ábside.

Es posible que hasta entonces se hubieran enterrado los muertos en el subsuelo de la plaza de la iglesia de Santa María, en cistas o cajas de losas de piedra calcárea y que se hiciera necesario ampliar la necrópolis volviendo a enterrar en torno de la iglesia de Sant Gervàs. Pues en este sector se encuentran tumbas de cista, de planta rectangular, hechas con paredes de lajas verticales y cubierta de losas horizontales. Esta iglesia es posible que, desde el siglo XIII, se convirtiera en un santuario devocional de la Barcedana, característica que ha conservado hasta nuestros días, con sucesivas reformas y ampliaciones, aunque se halla arruinada la nave y tan solo la cabecera y parte del transepto continúan en pie.

Convendría estudiar bien la evolución de las dos necrópolis la de la capilla castral y la de la parroquia, y sus correspondientes áreas de expansión, para poder precisar mejor su cronología y las características somáticas de sus habitantes. Por el momento tan solo cabe decir que en torno de ambas iglesias hubo cementerios y que, en ambos casos, las sepulturas fueron de cistas de losas que corresponden, mayoritariamente, a los siglos XII y XIII. Otra característica a señalar es, asimismo, la de sepultar los cuerpos de los niños junto al hogar, en el subsuelo de las viviendas en pleno siglo XIII

DECADENCIA Y ABANDONO FINAL

Desde el último tercio del siglo XIII parece que el villorrio debió de iniciar su decadencia, acentuada a causa de la emigración, de las pestes y también de los violentos conflitos feudales que acabarían por destruirlo al finalizar el siglo XIV. Cuando todos los peligros procedían del mediodía islámico, la situación del Castelló Sobirà de Sant Miquel era dificilmente mejorable. Pero, quando la reconquista había terminado y las luchas feudales habían desplazado los posibles asaltantes a los dos flancos y al Norte, la situación ya no era tan favorable, aunque se dispusiera de una torre auxiliar de vigilancia en la cumbre del monte. Dos familias nobiliarias se discutieron la superioridad en la zona desde los inicios del siglo XIV: los Llordà y los Pallars, frente al priorato de Santa María de Meià al cual pertenecían desde antiguo el castillo y villa de Sant Miquel, y hasta 1319 se lanzaron agravios mútuos.

Cuando en 1319 Bord de Pallars compró al priorato la villa y castillo de Sant Miquel por 6.000 sueldos jaqueses, ya sólo vivían allí cinco familias y el párroco. El peso de las pestes que siguieron lo desconocemos, pero antes de finalizar el siglo XIV las tropas del conde de Foix y vizconde de Castellbó [4] asaltaron violentamente el valle de Barcedana y los destrozos que causaron, de los cuales no se libró ni siquiera el templo de Santa María, debieron influir en el abandono definitivo del villorrio. De hecho parece significativo que no aparezcan en él los materiales típicos del siglo XV.

Vamos a glosar ahora brevemente los resultados de las tres campañas de excavaciones arqueológicas que realizamos en el Castelló Sobirà de Sant Miquel de la Vall entre 1978 y 1980, precisando algunos detalles que nos parecen dignos de atención y referentes vàlidos para el estudio de otros villorrios de frontera.

PRIMERA CAMPAÑA DE EXCAVACIONES (1978).

El castillo, situado al Nordeste del conjunto, mide 62 metros de longitud por 20 de anchura. Es, como hemos anticipado, un recinto amurallado de planta triangular que comprende 1.269 m² de superficie. La altitud sobre el nivel del mar oscila entre los 981 metros en la parte baja y los 1.013 metros al piee de la torre cilíndrica. La pendiente de Norte a Sur es de un 27 por ciento, distribuida en cuatro terrazas principales, la del castillo y las tres del villorrio, para facilitar la evacuación de aguas.

La torre cilíndrica del castillo, hoy resquebrajada de arriba abajo por un rayo, mide unos siete metros de diámetro exterior. El recinto del castillo tuvo en los tres ángulos otras tres torres, de planta semicircular, construidas el siglo XI junto con la muralla y comunicadas por el paso de ronda a la altura del segundo piso. Estas *bestorres*, de las cuales *tan solo una se conserva en buen estado, no tenían pared de piedra por su cara interna*, que debió sustituirse por tabiques y suelos de madera. Constaban de planta baja y dos pisos

como la torre principal, a juzgar por los agujeros alineados horizontalmente para sostener las vigas de los pisos, todavía visibles en distintos puntos. Las escaleras para subir a las torres debieron ser también de madera y, probablemente, de quita y pon. Todo este conjunto corresponde a mediados del siglo XI.

Adosado al castillo y dotado de muralla propia, de más de dos metros de grosor, se extendió el pueblo, de forma rectangular, hoy un tanto desfigurada por la obra de los carboneros a que ya hemos aludido en el ángulo Sudoeste. La superfície total del villorrio es de 8.158,57 m², poco más de ocho hectáreas, cantidad a la cual es preciso sumar la extensión del castillo si se desea saber la superficie total del recinto amurallado, de unas diez hectáreas (exactamente 9.427 m²). Este ámbito como ya hemos dicho no es horizontal, sino inclinado con una pendiente del 27 % desde la cota 1.013 hasta la cota de 977 metros en la parte mas baja, ya fuera del recinto, donde se construyó el horno de cal, al lado exterior del foso, en el ángulo Sudeste. En total el desnivel, desde la parte mas alta al Sur del poblado, es de 36 metros. Esta población amurallada se debió formar entre la segunda mitad del siglo XI y la primera del XII, comprendiendo toda la parte meridional con una anchura de 70 metros y una longitud de 130 metros, habilitando terrazas al Sur del castillo para trazar las calles y edificar las casas.

La vida en la mayor parte del recinto había quedado organizada antes de que finalizara el siglo XII como muy tarde. Se construyó en la parte baja la iglesia de Santa María, de nave única y rectangular, con un banco de piedra adosado a la cara interna de las paredes laterales (y tal vez también en la pared occidental rehecha posteriormente), con ábside de planta semicircular al Este, que fue reedificado en el siglo XIII. La nave mide 10,20 x 3,68 a 3,55 metros y el radio interior del ábside es de 1,50 metros, de modo que la longitud total de la iglesia es de 11,70 metros aproximadamente y el grosor de las paredes de 0,90 metros. Cabe observar, no obstante, que como mínimo se alargó la nave unos tres metros cuando se rehizo el ábside, anulando la puerta que se abría en el muro Sur y abriendo la actual en el muro Norte que da a la plaza. El templo tuvo el suelo enlosado y cubierta de madera a dos vertientes con losas finas y redondeadas por uno de sus lados, superpuestas a un recio envigado, sostenido por una viga longitudinal.

En la campaña de 1978 se inició la limpieza y excavación de las casas de la primera calle o primera plataforma del villorrio, situada al pie de la muralla del castillo, entre los 991 y 992 metros de altitud. Se consiguió aislar tres viviendas, de una sola habitación cada una de ellas, situadas unas al lado de las otras, alineadas, y a las cuales dimos el nombre de Sectores I, II y III, delimitados por los propios muros de los habitáculos. Las paredes, con grosores de 50 a 60 cm, y de 80 cm en algun caso, estaban hechas con piedra sin apenas trabajar, dispuesta en hiladas irregulares y unida con fango arcilloso sin ningún tipo de argamasa, salvo en algunas estructuras de interior, añadidas. La superficie del Sector I, de 9 x 7,20 metros, es de 64,80 m² y es la mas espaciosa. La del Sector II, excavado en la mitad meridional de aquélla, era de sólo 22,68 m², y sus lados, de 6,13 x 3,70 metros. Y la superfície del Sector III resultó ser de 28,35 m², con paredes de 8,10 y 3,50 metros de longitud y dos puertas, una abierta en el muro Norte de 1,60 m de luz y la otra en el Sur de 1,40 metros de luz. El suelo de las habitaciones era de arcilla decantada y pastada sobre la roca. En el ángulo Sudoeste del Sector II se hallaron los restos de un pequeño horno destinado a cocer el pan familiar, adosado a las paredes y construido sobre una plataforma de piedra de 0,90 x 1,20

metros, cubierto con bóveda de cañón. Las paredes de esta habitación tienen un grosor de 0,59 a 0,64 m, bastante irregulares aunque resistentes. En el Sector III se encontró un banco de piedra macizo adosado a los muros del ángulo Noroeste, y frente al mismo los vestigios de un hogar circular, directamente sobre el suelo y descentrado, aunque separado de las paredes. Estas miden 0,60 y 0,80 metros de grosor, respectivamente. Se consiguió una profundidad de 4,10 metros y se identificaron tres niveles de ocupación desde el siglo XI al XIV. El Sector se hallaba abandonado al comenzar el siglo XV. En ninguno de los tres sectores se hallaron tejas, lo cual permite pensar que la cubierta fue de ramajes y losas, como lo era todavía la del templo de Santa María en el momento de su abandono. Todos los edifícios del pueblo eran de una sola planta y con cubierta a una sola vertiente de Norte a Sur, a excepción del templo, según ya advertimos.

El Sector IV lo constituye el extremo superior del tramo de una calle que asciende desde la plaza al muro del castillo y gira en ángulo recto para facilitar el acceso a los Sectores II y III, incomunicados entre sí, así como con el Sector I. La anchura de la calle, de suelo empedrado, oscila entre 2,40 y 2,50 metros.

En esta campaña se excavó también el horno de cal situado en la parte baja del poblado. De cámara cilíndrica o ligeramente troncocónica, mide 3,44 metros de altura interior por 3 metros de díámetro en planta y 2,95 metros en la parte superior. En su interior y al fondo del mismo se encontraron dos fragmentos de cerámica gris medieval, que permiten deducir que el horno dejó de utilizarse en el siglo XIV.

SEGUNDA CAMPAÑA DE EXCAVACIONES (1979).

Los Sectores V y VI no se excavaron. En la segunda campaña, el verano de 1979, se concentraron los trabajos en una casa de tres habitaciones, situada en la plaza de la iglesia frente al templo de Santa María en la parte baja de la población. La dividimos, de Oeste a Este, en tres Sectores: Sector VII y Sectores IX y X. Se trata de una vivienda medianamente grande. El Sector VII comprende una habitación interior de 3,54 x 4,65 metros útiles, o sea: 16,46 m^2 de superfície. Tuvo adosado al muro Oeste un hogar tardío, al muro Sur un depósito de ceniza para lavar la ropa y, junto al muro Norte una tinaja hundida en el suelo. Este sector se comunica con el Sector IX por una puerta abierta en el muro Este, de un metro de luz. Es posible que el Sector VII fuera añadido a la vivienda como almacén, en una segunda fase.

El Sector IX queda en medio, mide 3,65 x 3,85 metros y tiene una superfície de 14,05 m^2. Se comunica también con el Sector X por una puerta de 1,30 metros de luz con dintel monolítico. Este Sector IX tuvo a mediados del siglo XIII un hogar central dispuesto directamente sobre el suelo de arcilla prensada, y a sus lados un silo y un depósito de desperdicios. Delante de cada una de las dos puertas se enterro un niño, atravesado y con el cráneo inmovilizado por un pedrusco, como si los habitantes de la casa sintieran la necesidad de protegerse de extraños mediante sus cuerpos santos.

El Sector X lo forma una habitación de 3,60 x 3,90 metros, con una superfície de 14,04 m^2. Era la entrada o vestíbulo de la vivienda cuya puerta de acceso se abría en el muro Sur (en el ángulo Sudeste), con 1,40 metros de luz. El grosor de las paredes, algo irregular, oscila entre 0,65 y 0,50 metros. Es posible que la puerta fuese adovelada, con piezas de 32 x 22 x 11 cm y de 55 x 37 x 16 cm, y la cubierta, de lajas, debió tener una sola vertiente, inclinada de Norte a Sur. Esta habitación de entrada a la casa tuvo un horno de ángulo en el Nordeste, de planta cuadrada (de 1,80 x 1,80 metros) con una

plataforma enlosada y losetas de piedra refractaria o de arenisca usadas como material refractario, formando una bóveda de cuarto de esfera (0,90 m de radio) y con arcilla a modo de cemento, cocida y muy dura. Al lado del horno se hallaba un depósito rectangular hecho con losas, probablemente para guardar la leña. Posteriormente se halló una alacena empotrada en la pared Oeste, y al pie de la misma numerosos fragmentos de vidrio verde, procedentes de aceitaras y platos de lámparas, y un hueso de cordero con nueve incisiones paralelas, hechas para el recuento de algo (sacos, hornadas, panes ...). Las paredes de la casa conservaban todavía unos 2 metros de altura y la superficie total, sumadas las tres habitaciones, es de 44,55 m². Un canalillo de piedra permitía la salida de aguas a la calle.

Se exploró también en 1979 el Sector XV en el subsuelo de la plaza de la iglesia, sector adosado al muro Norte del templo por su cara exterior. Este muro, de 0,94 metros de grosor, estaba formado por hiladas bastante regulares de 29 a 34 cm de altura, con piezas de 34, de 28, de 21 y de 35 cm de longitud. La plaza, como las calles, fue empedrada, tuvo por lo menos dos pavimentaciones superpuestas y la última se usaba todavía, por lo menos esporádicamente, el siglo XV a juzgar por algunos pequeños fragmentos de cerámica rosada de fondo blanco estañífero, decorado con líneas pintadas de azul de cobalto. Al profundizar, en una cuadrícula de 4 x 4 metros, entre 1,70 y 2 metros de hondura, se hallaron los primeros vestigios del cementerio parroquial de Santa María. Restos de cistas rectangulares, de paredes gruesas, con losas verticales a ambos lados y cubierta de losas horizontales, orientadas de Este a Oeste, con la cabecera al Este, que cabe fechar en torno del siglo XII.

La iglesia de Santa María, constituida por los Sectores XVI, XVII y XVIII (este último correspondiente al ábside), fue excavada asimismo en 1979. Ya hemos anotado sus medidas totales. El grosor de sus muros oscila entre los 80 y los 94 cm. Al excavarla se localizaron sobre el enlosado del suelo, los restos de la cubierta a dos vertientes, de los cuales pudo deducirse que tuvo una inclinación de 40° y que, por encima de un envigado grueso y resistente, estaba formada por dos capas de losas de piedra calcárea, con una capa de cal y de tierra arcillosa en medio. Las losas de cubierta medían 56 cm de longitud por 35 cm de ancho, con un grosor de 4 a 6 cm, y se hallaban algo redondeadas por la parte inferior.

En la pared Oeste - reconstruida al ampliar el templo en el siglo XIII - se hallaba una alacena vaciada en el grueso del muro, de 32 cm de profundidad por 28 de anchura y 30 de altura. La puerta actual, abierta en el muro Norte, mide 2,25 metros de luz y presenta dos gradas para bajar al interior de la nave. En los muros laterales Norte y Sur hay un banco de piedra, macizo y seguido, que sobresale 39 cm de la línea de las paredes, formado por grandes piedras con losas planas encima, en el asiento, algo encajadas dentro del muro. Este debió ser el único banco del templo y fue construido con argamasa de cal y arena. Si hemos de calcular su cabida a partir de la longitud del templo y del banco, cabe pensar que podían sentarse unas 30 personas adultas, y que la capacidad total de la iglesia no fue muy superior a las sesenta personas. En el muro Sur hay un pilar lateral o jamba de puerta que separa dos tipos de paramento. En dirección hacia el Oeste es posterior e irregular, peculiaridad que nos ha permitido suponer que la iglesia del siglo XII fue ampliada y alargada por esta parte. La parte oriental, en cambio, con hiladas más regulares de 14 a 16 cm de altura y piezas de 26 a 39 cm de longitud, puede corresponder a finales del siglo XI o principios del XII. La parte rehecha de la nave mide 4,20 metros desde la jamba de la puerta primitiva hasta el actual muro

Oeste. Cabe pensar, pues, que en el siglo XIII se prolongaría la nave unos 3 metros debido al aumento de población del villorrio.

Entre la puerta actual y el ángulo Noroeste del templo, se halló empotrada en el suelo, con mortero de cal, la rueda fija de un molino de 0,89 metros de diámetro, con agujero central de 11,5 cm. Esta pieza nos hizo pensar que el templo fue convertido en almacén y molino de cereales, a fines del siglo XIV o comienzos del siglo XV, cuando el pueblo se estaba abandonando.

También en la misma campaña se abrieron dos cuadrículas de 4 x 4 metros dentro del ámbito del castillo (las llamamos C-2-1 y C-2-2) y apareció un suelo enlosado con una construcción de planta semicircular adosada al muro oriental, en la planta baja del gran edificio rectangular. Se hizo un sondeo al lado de su muro Norte (después parcialmente rehecho) que dio lugar a detectar una construcción interior al lado de dicho muro, de 5,45 a 4,35 metros de anchura, con puerta de 1,42 metros de luz, abierta al patio interior. Joan Albert Adell levantó la planimetría del castillo y completó el plano topográfico con los últimos hallazgos. Dejamos por el momento la excavación y limpieza del patio del castillo debido a la gran cantidad de piedra acumulada en él.

TERCERA CAMPAÑA DE EXCAVACIONES (1980).

La tercera campaña, del año 1980, insistió en la excavación de los Sectores VII y IX. Se confirmó que el Sector VII tenía tres pavimentos: uno de arcilla dura (a 2,30 metros de profundidad) que podía datar del siglo XII; otro de arcilla ocre encima de losas horizontales (a 1,80 metros de profundidad) que se apoyaba en la parte superior de la banqueta de cimentación de los muros y que podría fecharse a mediados del siglo XIII; y un tercer pavimento de tierra prensada, con algunas losas (a 1,65 metros de profundidad) que habría estado en uso el siglo XIV. Esta habitación fue almacén de la casa en su segunda etapa, según acreditan las cubiertas de tinajas y otros elementos. El Sector IX nos demostró que la época de predominio de la cerámica gris-plomo cabía situarla en la segunda mitad del siglo XIII. El hogar central, de planta casi cuadrada (de 80 x 85 cm), estaba situado a unos 2 metros de profundidad, con ceniza sobre el enlosado, cerámica abundante y fragmentos de una ollita bicónica de pasta gris-plomo. Del silo piriforme excavado en el subsuelo (de 1,35 metros de diámetro máximo por 1,65 metros de profundidad), se dedujo que debió inutilizarse al final del siglo XIII, y de los dos niños sepultados a 2,15 metros de profundidad en el subsuelo arcilloso, que fueron enterrados en fosas simples, orientadas de Oeste a Este, con cabecera al Este y con una piedra sobre el frontal que se lo aplastaba adrede.

En la iglesia de Santa María se completó la excavación de los Sectores XVII y XVIII, correspondientes a la parte oriental de la nave y al ábside. Se localizaron cuatro gradas de la escalera del presbiterio, muy irregulares y construidas sin argamasa. En la parte central del ábside, enlosado, se halló la base del tenante o pie del altar (de 38 x 42 cm, con una cavidad en medio de 10 a 11 cm de diámetro para encajar el tenante). Parece que un cancel de madera, giratorio, aisló el ábside de la nave, a modo de iconostasis. Un sondeo hecho por debajo de las gradas permitió el hallazgo de un hacha de piedra pulimentada y cerámicas vidriadas de los siglos XIII y XIV. También se pudo confirmar el tipo de cubierta de doble enlosado. La viga maestra de dicha cubierta apareció quemada en el suelo, sobre el enlosado, y rodeada de ceniza. Cabe afirmar, pues, que el

templo sufrió un grave incendio que lo dejaría inutilizado. Es posible que entonces el altar se trasladara a la vecina iglesia de Sant Miquel en el Castelló Jussà.

También se examinaron las fortificaciones del ángulo Sudeste del poblado y se localizó, en los Sectores XXIV y XXV, una torre de planta ligeramente trapezoidal que media 2,85 x 3,10 metros de lado por la cara interna, con una superfície útil de 8,83 m^2, y con paredes de un grosor próximo al metro. El pavimento interior de esta torre estaba hecho con argamasa de cal. Por encima se encontró cerámica de pasta gris-plomo correspondiente al siglo XIII. La torre se edificó sobre una roca, delante del horno de cal, para vigilar el ángulo Sudeste del poblado y el camino de acceso desde el mediodía, entre dicha torre y el templo de Santa María, a la vez que protegia el inicio del foso.

En la misma zona se observó además la existencia de una fortaleza auxiliar en forma de nave con una plataforma semicircular reformada por una torrecilla maciza y una serie de compartimientos con muros de ángulos curvilíneos, de pared seca con grosores que oscilan entre el metro y 0,60 m, todo ello frente a la primitiva puerta ciclópea tapiada al reformar el templo. Dada la rareza de estos elementos defensivos nos limitamos a reseguir el perímetro de la fortificación, limpiar la maleza del interior y proteger las paredes superponiendo a las mismas tres hiladas de piedra. Es posible que la fortificación estuviera situada al lado de una puerta o portón auxiliar del muro Este, donde se iniciaría una calle que iba de ia muralla a la plaza de la iglesia. En el interior se hallaron fragmentos de dos morteros góticos de piedra, cerámica gris-clara, restos de tinajas y lebrillos. Construido probablemente en el siglo XIII en la remodelación de esta zona del poblado, se hallaba todavía en uso en el siglo XIV y es posíble que fuera una instalación de tipo militar.

LOS MATERIALES

Los materiales encontrados en las excavaciones del Castelló Sobirà de Sant Miquel de la Vall corresponden basicamente a los siglos XII y XIII. Tan solo han aparecido dos *monedas*, ambas del siglo XIII. Se trata de dos óbolos de vellón, hallados, respectivamente, en la superficie del suelo del cuerpo de guardia y en el pavimento del Sector IX, junto al hogar y con la cerámica grís-plomo que contribuye a fechar (óbolo jaqués de Jaime I).

Los *objetos de hierro* son muy variados: cuñas, un trozo de sierra y otro de podadera de viña, punta de pértiga, fragmentos de herradura y clavos de herrar y de otros tipos y tamaños, dos cuchillos, uno de ellos con mango, anillas, hebillas, pasadores, un punzón y un pestillo. Dos hebillas de *bronce*, una circular y otra cuadrada, de bronce dorado, ambas de fines del siglo XIII halladas en el Sector IV. De bronce dorado es también una curiosa pieza que puede pertenecer al adorno de un caballo o de la indumentaria o equipo de un caballero, decorada con una cenefa de motivos vegetales. De *cobre* cabe recordar: un caldero pequeño, acaso para la aspersión del agua bendita, puesto que se localizó en el interior del templo de Santa María; un pasador, una punta de vaina y varios cencerros.

De *piedra*, los restos de un capitel, un proyectil esfèrico, una pila de 76 cm de diámetro, cinco fragmentos de morteros góticos, una mano de mortero, una piedra de afilar, dos tapaderas y dos sílex.

Cabe mencionar, asimismo, algunos *huesos*. Se trata en su mayor parte de restos de comida[5]: huesos de cerdo, carnero, conejo y gallináceas. Uno de estos huesos presenta, como ya hemos indicado, nueve incisiones paralelas hechas para una cuenta casera. Algunos huesos afilados, dos mangos de cuchillo, uno de ellos con incisiones en espiral, y dos astrágalos, uno de bue y otro de carnero, que solían utilizarse en el juego del *botxí* o verdugo, un juego de azar.

NOTAS

* Universidad de Barcelona.

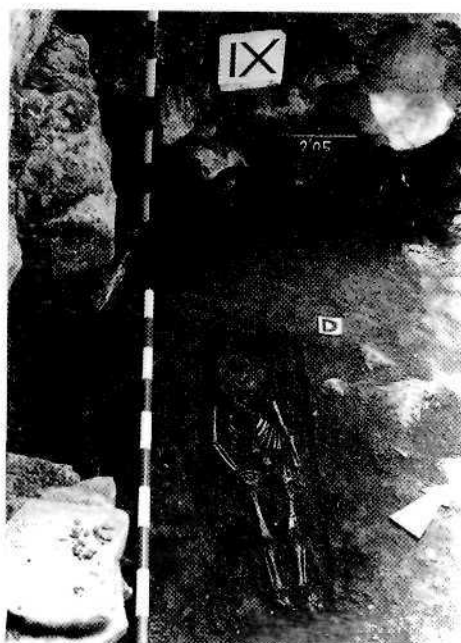
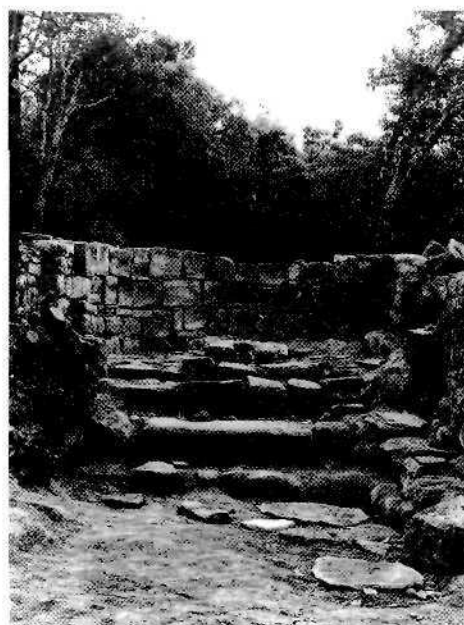
1 Visión de conjunto en *Catalunya Romànica*. Vol. XV: *El Pallars*, Enciclopédia Catalana, Barcelona, 1993, municipio de Gavet de la Conca, pp. 333-340; M. RIU: "Creació i desaparició d'alguns vilatges-fortificats de la Catalunya Medieval", *Cota Zero*, n° 6, Vic, 1990, pp. 57-66; M. RIU: "Sant Miquel de la Vall, una vila murada del món del romànic", *Lambard*, n° 1, Barcelona, 1977-1981, pp. 127-134.

2 M. RIU: "Ermita de Sant Gervàs", *Tremp*, Tremp, 1983, pp. 19-20, 1 fig.

3 M. RIU: "Notes históriques de Sant Miquel de la Vall (Pallars Jussà)", *Occidens*, n° 1, Lleida, 1985, pp. 75-85, con dos mapas; M. RIU: "Sant Miquel de la Vall a la Baixa Edat Mitjana (segles XII al XIV)", *Miscel.lània d'Homenatge a Josep Lladonosa*, Lleida, 1992, pp. 165-172.

4 M. RIU: "Enterramientos infantiles frente a las puertas o en subsuelo de las viviendas en la España medieval (siglos X al XIII)", *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*, n° 3, Barcelona, 1982, pp. 185-200, con 6 figs. ELISENDA VIVES: "Estudí antropològic dels enterraments infantils de Sant Miquel de la Vall", *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*, n° 3, Barcelona, 1982, pp. 201-207.

5 DOLORS BUXO: "Estudi de la fauna del jaciment de Sant Miguel de la Vall", *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*, n° 7-8, Barcelona, 1986-1987, pp. 357-412.

IX
D

OBRAS NO CONVENTO DE SANTA ANA DE VIANA DO CASTELO (SÉCULOS XVII-XVIII).
I- Os Autores dos Projectos de Intervenção

Manuel Joaquim Moreira da ROCHA *

1. INTRODUÇÃO

Há alguns anos atrás iniciamos uma pesquisa sobre o Convento de Santa Ana de Viana do Castelo[1], trabalho que por razões que nos foram exógenas não seria levado ao seu termo. No momento em que se abandonou o projecto dispunhamos em carteira de notas variadas sobre o ambiente artístico que definia o convento, sobretudo para o século XVIII. Os fundos percorridos mostraram-se fertéis.

Embora a transformação que o actual edifício acusa tenha provocado uma ruptura com o espaço monacal, fruto de uma adaptação que veio a sofrer em finais do século passado início deste, para aí funcionar um azilo da 3ª idade sob a tutela da Congregação de Nª. Srª. da Caridade, justifica ainda, pela qualidade dos testemunhos que se conservam, este e outros estudos. Da traça conventual subsistem a igreja, coros, sacristia, claustro, e ainda bons testemunhos da fachada Poente, onde se localizava a portaria conventual.

A igreja é um subido exemplar da arte barroca vianense, tanto pela unidade do seu recheio, como pela singularidade dos coros. Vários autores, antes de nós, chamaram a atenção para o conjunto, associando-o, ainda que hipoteticamente, ao labor de Manuel Pinto de Vilalobos. A este propósito escreveu-se em 1984:

"... quando as freiras do convento de Sant'Ana de Viana do Castelo, a partir de 1707, reconstruiram a sua igreja, Manuel Pinto de Vilalobos 2º esteve à frente de tais obras, segundo o que insinuam o que resta do portal daquela época e a ambiência cénica das decorações do interior do templo"[2]. Constatação sem qualquer consistência.

De Vilalobos colheram-se imagens das construções que planeou e fizeram-se atribuições. Mais prudente foi António Matos Reis quando, recentemente, baseado em testemunhos documentais, opinou que a acção de Vilalobos apenas indirectamente se ausculta em Santa Ana, através do mestre António Bernardes, discípulo que fora de Manuel Pinto de Vilalobos[3].

2. DA HISTÓRIA

No início do século de quinhentos a Câmara de Viana do Castelo tomou a resolução de fundar um convento feminino na área urbana da sua jurisdição, tendo sido escolhida para patrono das freiras, Santa Ana.

A empresa logistico-financeira correu a cargo da vereação, afirmando-se o licenciado António Correia, então Juiz de Fora, elemento fundamental nesse processo.

Em 1510 foi contratado o mestre pedreiro Pero Galego[4], residente em Caminha[5], para dar andamento à determinação camarária de construção do convento. Escolhido o terreno - cedido pelo almoxarife de Viana - contrataram o artista para levantar modestos aposentos compostos de "pequena casa que servisse interinamente de dormitório, com sua crasta, e a capella oitavada, de pedra de esquadria, muito bem feita com sua tribuna ou côro"[6], obra que assumiu à razão de 300 reis por braça de 10 palmos. Não deixa de ser interessante a forma centralizada que o espaço sacro definia. Pervivência medieval, ou testemunho de viragem estética que o Norte do País precocemente parece ter experimentado? Estamos a preparar uma reflexão sobre o tema, que se publicará num futuro próximo.

Dois anos mais tarde, a 17 de Agosto de 1512, foi escolhida para primeira abadessa do convento de Santa Ana, D. Margarida de Sousa, até então freira em Santa Clara de Vila do Conde.

Esta campanha de construção das dependências do convento continuou nos anos seguintes em sintonia com as possibilidades económicas disponibilizadas pela comunidade.

Desde os seus primórdios que atraíu donzelas de elevado estatuto social, como observou Figueiredo Guerra. Ora, estirpe elevada está umbilicalmente relacionada com protagonismo artístico e climas de desafogo financeiro. Assim, foram aumentando os teres e os haveres da nova casa, paralelamente à procura que era fomentada nas famílias mais ilustres do Minho para paradeiro das suas filhas. Não é de estranhar que ainda não sendo dobrada a década de vinte do século XVI integrassem já o património de Santa Ana os conventos de Santa Maria de Valbôa e de Santa Marinha de Loivo, e a igreja de Arga.

Se em 1522 contava vinte e duas monjas, cifra que subia em finais do século XVII a noventa e seis, continuaria a crescer até 1710 altura em que atingiu cento e trinta, mantendo-se durante toda a primeira metade desse século acima das cem religiosas professas.

3. AS OBRAS

A manutenção física dum espaço conventual, como de qualquer espaço construído em pleno usufruto, exigia um contínuo dispêndio em pequenas obras de conservação e arranjo, no sentido de quitar qualquer desequilíbrio que pudesse advir nas vivências monacais entre o conforto, o asseio e a qualidade. Para colmatar esta situação, as monjas de Santa Ana contratavam, regularmente, artífices para fazerem a manutenção de telhados, pintura do edifício, arranjos nas oficinas, regularização de cursos de água no interior da cerca, entre muitos outros pequenos nadas que pontualmente eram observados e remediados. Listas destes gastos encontramo-los registados nos livros de *Despesa* debaixo da denominação de *Despeza de gastos ordinários*, onde minuciosamente eram registados todos os gastos, por mais insignificantes que fossem.

Não são, preferencialmente, estas despesas do quotidiano que nos interessam no estudo artístico de um convento. São as campanhas - grandes ou pequenas - de construção ou reconstrução, que podem justificar a intervenção de profissionais que ultrapassam o nível do mero especialista e nos remetem para o domínio artístico. Quando a obra empreendida era de maior envergadura, as monjas sabiam socorrer-se

do melhor entre os melhores dos artistas que operavam na área de influência do convento. Esta é uma constatação que se vem impondo como conclusão dos estudos que vão sendo desenvolvidos sobre casas conventuais femininas[7]. É aqui que vemos surgir nomes, como fazedores, mas acima de tudo, como criadores, permitindo-nos entrar num outro domínio muito mais arrojado que é o das correntes do pensamento estético numa época e num espaço. As formas expressas na materialização do legado visual, encontram sempre suportes, ora no saber tradicional, ora nos frutos que cada tempo vai gerando, ou na simbiose de ambos. São as correntes artísticas que urge auscultar no estudo do passado, seriando em cada meio as obras pioneiras, como igualmente os mentores dessas expressões precoces.

O convento de Santa Ana entra exactamente neste patamar. Várias constantes o justificam: o elevado nível social da clientela, ou seja, das monjas que o povoaram; o lugar que ocupa no legado artístico de Viana, para não nos balizarmos, para já, num contexto mais alargado.

Os documentos que vamos utilizar, pelo pormenor da descrição a que descem, esclarecem tanto a obra realizada, como o custo, o artista executante e ainda elementos sobre o autor do projecto. Não é costume encontrarem-se inseridos nos registos gerais de *Receita e Despesa* dos Conventos. Normalmente estes ciclos de grandes campanhas davam origem a registos contabilísticos autónomos, debaixo da denominação de *Livros de Obras*. No nosso caso, apenas a intervenção do século XVII, que aqui referimos, tomou asento em registo individualizado. A restante documentação encontra-se inserida nos registos gerais de despesa do convento, o que explica o seu ineditismo. O conjunto documental que aqui utilizamos é fundamental para a compreensão do legado artístico do Convento de Santa Ana, ultrapassando de longe esta pequena nota. Não será a derradeira vez que dele nos servimos.

Olhando a documentação de finais do século XVII a igual tempo do século seguinte conseguimos apurar três ciclos de intervenções profundas.

I - 1696-1699

Construção de dormitórios e mirante[8].

II - 1730-1732

Neste período são várias as obras[9]:

1) "Despeza que fizemos com o Refetorio". Envolveu obras de reconstrução da *cozinha e chaminé, e concerto da fonte que a fornece de água; recebeu novo forro de* carpintaria e foi dotado de "mezas e acentos". Por toda obra foi responsabilizado o mestre Miguel Coelho[10].

Depois de concluídas estas obras as monjas puderam ouvir com mais conforto à hora das refeições a leitura do "Flos Sanctorum", que entretanto fora consertado[11].

2) "Despeza como Dormitorio novo", envolvendo obras de pedraria e carpintaria. Pelo registo dos gastos sabe-se que o dormitório estava dotado de uma varanda:

"Pagamos a Francisco Fernandes pelo telhado do Dormitorio e baranda que se fes de impreitada que feito por preço de acentar cada moyo a 100 reis os quoais levarão cento e hum moyo por medição do Mestre Manoel de Oliveira, importarão des mil e cem reis"[12].

De pedraria, nestas obras, destacam-se dois mestres pedreiros: Manuel de Oliveira e António Lopes Trindade. De resto, a obra que estes mestres contrataram foi, depois de pronta, medida por Manuel Pinto de Vilalobos, como se regista na nota de pagamento:

"Despendemos com os Mestres Manoel de Oliveira e Antonio Lopez Trindade como consta da medição do Coronel Engenheiro que fez de toda a obra e conta lançada ao pe della trezentos e noventa e dous mil e setecentos e corenta reis e tes (sic) vinte avos de real"[13].

III- 1735-1741

Nestes dois triénios foi seleccionado para intervenção o conjunto que em que as comunidades religiosas mais investem, e onde a qualidade artística era mais disputada, - igreja, coros e sacristia[14] - e construído o edifício contíguo para Poente, onde se levantou nova portaria e novo dormitório, no qual se incluía a cela da abadessa, entre outras muitas intervenções, de raíz ou de restauro e melhoramento. As obras foram profundas e passaram do domínio da arquitectura, para o reino das artes de interior: talha e pintura. Nesse vendaval construtivo só a capela-mor da antiga igreja foi poupada, sendo entretanto cautelosamente resguardada[15].

Não dispômos para já de qualquer indicativo documental sobre a reconstrução da capela-mor, apenas atribuições justificadas em observações formais. Seria aquando da reconstrução da nova capela-mor que foi demolida a velha *capela oitavada* onde se desenvolviam os actos litúrgicos desde a fundação do convento? Qual a relação desse edifício com o novo que entretanto se levantara? Daquele resta apenas a torre sineira, de expressão manuelina, deslocada do sítio primógénito pelo menos uma vez.

As obras na igreja estavam em bom ritmo no ano de 1735, tendo perturbado inclusive o calendário litúrgico das religiosas:

"Não houve mais despeza de Sermoens neste anno [1735] pello impedimento das obras que corrião na Igreja"[16].

A descrição das obras elucida a sua dimensão, empreendimento que só com o patrocínio do monarca pode chegar a bom termo. O documento é esclarecedor:

"Despeza com as obras que neste triennio se fizerão neste convento, para as quais consignou Sua Magestade que Deos guarde oyto mil cruzados nos sobejos do cabeção das Sizas".

Neste primeiro triénio (1735-38), papel activo tiveram os mestres pedreiros Manuel Alves Martins e António Lopes Trindade tendo sido contratados pelo convento para assumirem as intervenções arquitectónicas.

A equipa liderada por Manuel Alves Martins incumbiu-se de levantar a fachada principal da igreja, "correspondendo à nave do edifício, "desde o cunhal do coro athe topar na capella"; fachada de belo efeito cenográfico como diremos de seguida. No interior dessa parede rasgou-se uma escada de pedra para acesso ao púlpito. Pela empreitada recebeu a quantia de 260.000 réis.

A sua intervenção não se finou à fachada. Por novo compromisso interveio no interior da igreja, abrindo dois arcos, que futuramente receberiam altares de talha[17], e mais "duas frestas no meyo dos dois arcos, correr a parede da sachristia athe topar no arco cruzeiro, mudar a janella da sachristia", e outras pequenas miudências em que se

incluia "mudar a cayxa dos ossos e a sepultura da dita capella". Este trabalho orçou em 130.000 réis.

Algumas considerações somos impelidos a equacionar:

A capela que aqui vem referida é a capela quinhentista ou a capela-mor que actualmente existe e tinha sido já previamente aumentada? Se a primeira hipótese se confirmar, então ou o corpo da igreja era centralizado em forma octogonal, ou da nave rectangular saía uma ligação à tal capela oitavada. O exemplo que se nos afigura mais próximo é a igreja conventual de Celas.

Nesta magna intervenção foram também reformados os coros, alto e baixo, trabalho que seria arrematado pelo mestre António Lopes Trindade, mestre conhecido de outras empreitadas anteriores, pela quantia de 269.000 réis. À parte ainda lhe pagaram mais vinte e seis mil e quatrocentos réis "Pello acrecimo a dita obra de duas frestas no coro bayxo e de sima, huma escada para serventia do coro e humas portas".

No fim destas obras de pedraria, estes dois mestres ficaram em posse de dinheiro adiantado, um 56.648 réis e 17.600 réis o outro, que seriam quitados com a prestação de serviços na obra "da roda e dormitorio", que entretanto se faria. Efectivamente, no triénio seguinte (1738-1741), lá aparecem estes dois mestres a dar continuidade ao projecto de intervenção financiado pelo monarca.

Manuel Alves Martins foi o principal mestre pedreiro neste triénio, situação que se auscultou pelos empreendimentos que tomou, e se viria a evidenciar pelo título que recebe de "inspector desta obra", controlando não só as obras de pedraria, como os outros artistas contratados no decurso das obras de pedraria, nomeadamente, os carpinteiros. Todas as empreitadas são arrematadas individualmente, e apenas numa fez parceria com o outro mestre pedreiro, cuja presença tinha sido já detectada no estaleiro. Referimo-nos a António Lopes Trindade.

Num primeiro compromisso tomado em praça pública, depois de apregoado, responsabilizou-se pela "obra da Roda e terreyro de dentro, e caza nova com seis grades de ferro, sallas da Madre Abadessa, e nellas huma dalla, papeleyra e chumine; janellas e frestas para o dito terreyro; taboleiro da caza das Madres Rodeyras, tudo com grades de ferro de aranha; levantar as cazas do Paraizo e lobas que se havião de demolir"[18]. O custo desta empreitada foi de "hum conto e quinhentos mil reis", obrigando-se a cumprir os apontamentos e a planta que lhe forneceram.

Manuel Alves Martins esteve ainda, isoladamente, à frente de mais duas empreitadas. Numa procedeu-se à reforma da "parede no corredor da sachristia e a porta da entrada do dormitorio do meyo e a porta da entrada do dormitorio grande; levantar as paredes em que descanção as madeyras; e em sima da parede do coro huma costãa da caza do Paraizo; e levantar a dita caza e a das lobas", entre outros melhoramentos que se assinalavam na planta. A outra contemplou um "acrecimo de cantaria à sobredita obra que forão oyto portas, des janellas, nove frestas, nove cantareyras, duas rodinhas, tres goardarroupas, vinte cachorros, cunhal no coro, lageado da Roda e do dormitorio das mossas", entre as demais reformas.Por estas obras recebeu 115.082 réis e 295.346, respectivamente.

Em parceria com António Lopes Trindade fez "a parede do dormitorio da porta grande para o campo do forno, com cinco janellas com grades de ferro, e cinco portas, e hum arco na mesma parede com seus pes direytos, varios perpianhos, lagear o campo do forno com huma escada de pedra, a passagem dos carros, o terreyro de fora, o celeyro por fora e por dentro, e o transito da procuração, fazer o alpendre da adega com duas columnas", etc., no valor de 550.000 réis[19].

Embora neste estudo se foquem preferencialmente as intervenções arquitectónicas, não podemos deixar de fazer algumas alusões aos domínios da talha e da pintura, sobretudo dos coros e da igreja que foram também aquisições de mais valia para a leitura artística justificada pela reconstrução do edifício.

Do labor do mestre entalhador Miguel Coelho saíu toda a obra de talha que a intervenção arquitectónica justificou. Assim, pela "obra da talha das grades do coro de sima e do de baixo, e sobre a roda e confecionario da igreja" recebeu, no primeiro triénio, 48.000 réis, e "pella obra de entalha nos altares da igreja" a quantia de 53.380 réis. Saliente-se que o altar da capela-mor é anterior, inserindo-se ainda, tipologicamente no estilo nacional, e, como sabemos, esta campanha não englobou a capela-mor, como tivemos já ocasião de referir. No segundo triénio continuou com as obras de talha e escultura, nas quais se englobam "acrescimos dos altares e arco da igreja", laboração do púlpito, entre outras pequenas obras que ultrapassaram a planta que lhe fora fornecida, obrigando-o a riscar algumas peças, como se pode ler pela rubrica "pello seu jornal de riscar e abrir, doze mil reis"[20]. No total recebeu 133.830 réis.

Fez ainda o mesmo mestre trabalho em madeira para a sala do capítulo e refeitório, peças que entretanto se perderam nas obras de transformação oitocentista.

A policromia foi uma das tónicas ambientais procuradas nestas intervenções, como testemunha o que subsiste, e comprova o documento, procurando-se um clima exótico e claramente festivo.

Como pintor contrataram no primeiro triénio o mestre Santiago Gonçalves, que além da obra de pintura propriamente dita, assumiu também obra de douramento onde foi necessária.

Numa enumeração sumária, podemos dizer que pintou o forro dos coros, "com rompantes de jaspe azul e vermelho" e a imitar mármore; o cadeiral foi acharoado "com galantarias de tinta cor de ouro"; igualmente foi acharoado o orgão, na cor de encarnado e "com lavores de ouro"; dourou "as molduras da talha " dos coros e acharoando "os bayxos do mesmo coro e os lizos da talha de vermelhão fino"; dourou o retábulo dos Reis Magos e a sanefa da capela-mor e pintou muitas "outras couzas que constão dos apontamentos". Recebeu em três empreitadas 192.000, 65.000 e 26.800, respectivamente.

No segundo triénio são contratados, sobretudo para estofo, pintura e douramento, os mestres Francisco Alves, Oliveira Costa (sic), e Victorio Soares. Das suas mãos saíu "toda a obra que estava em branco, a saber, o retabolo de São Martinho, os altos dourados e os baixos de vermelho axoroado, e o seu Presepio e respaldo estofoado", arranjos nos retábulos colaterais e frontispício do arco cruzeiro, douramento do púlpito, pintura de alguns painéis que se fizeram novos no tecto da igreja, etc., no total de 403.800 réis.

O painel da boca da tribuna, cujo tema era "o tranzito de Santa Anna", foi executado pelo mestre pintor Francisco Mendes Lima, que se comprometeu ainda a pintar mais "as figuras que na proporção do panno se puderão acomodar"[21], por cujo trabalho recebeu 70.000 réis.

4. OS AUTORES DOS PROJECTOS DE RECONSTRUÇÃO

Neste trabalho identificaram-se três ciclos de obras. O projecto para as obras dos dormitórios e mirante, construídos em finais do século XVII, saíu do labor do mestre António Bernardes, artista vinculado a Manuel Pinto de Vilalobos, como testemunhou Matos Reis: "Entre os discípulos de Manuel Pinto de Vilalobos, evidencia-se, em primeiro lugar, cronologicamente e qualitativamente, António Bernardes, que foi promovido a ajudante de engenheiro, em 1704"[22]. Para além do risco, assumiu a empreitada global, sendo ele próprio quem contratou os artistas de outras especialidades, inerentes ao andamento da obra.Funcionou, portanto, como mestre pedreiro e arquitecto.

Entretanto, continuaram as obras no complexo monacal, e, muito provavelmente, à volta da segunda década do século XVIII, deve ter sido construída nova capela-mor, que viria a receber retábulo-mor de expressão nacional, e cobertura em caixotões singelos, ao contrário dos da nave que retratam em 45 painéis a Vida de Santa Ana e a Infância de Nossa Senhora, definindo um gosto cristalizado nas casas conventuais congéneres, na região de Braga, já da centúria de seiscentos. As paredes apresentam-se revestidas por azulejos de padronagem geométrica de cronologias aproximadas, que foram apeados e reutilizados para o mesmo efeito depois das obras de 1735-37. Não encontrámos qualquer prova documental que sustentasse as informações de Luís de Figueiredo Guerra, que baliza a reconstrução da igreja, e de todo o edifício, entre 1707-1708, cronologia que seria entretanto usada pelos investigadores posteriores[23].

Dessa hipotética fase construtiva, que se mais não fez, permitiu o aumento da capela-mor, nada sabemos.

Das obras de pedraria de 1730-1732, concretamente, sabem-se os nomes dos artistas que as executaram, destacando-se à cabeça os mestres pedreiros que arremataram as empreitadas - Manuel de Oliveira e António Lopes Trindade - bem como, a medição das obras executadas por Manuel Pinto de Vilalobos. Qualquer um dos três pode ter delineado o projecto das obras. As transformações do século XIX apagaram o rasto destas obras, ao destruirem os dormitórios e demais oficinas da vivência monástica, impedindo outra análise que não a documental.

O que resta? Em boa parte o resultado da intervenção de 1735-41.

A reconstrução da fachada da igreja, dos coros, da portaria e dormitório anexo, parece-nos um projecto coerente, e saído da mão de um único e excelente tracista.De resto, depois de findas as obras na igreja, coros e sacristia, os mesmos mestres continuariam a intervenção na portaria, tendo, para tanto, recebido dinheiro adiantado o que pressupõe a existência de um risco inicial global.

A equipa de Manuel Alves Martins incumbiu-se de transfomar a imagem exterior da Igreja, levantando a fachada lateral, que corresponde ao corpo da igreja e coros, e onde se destaca o adensamento decorativo, de belo recorte, sobretudo na continuidade do portal. Tratando-se de uma casa monástica feminina, o portal principal é lateral, uma vez, que a poente da capela-mor se localizam os coros das freiras.

Toda esta obra remata com uma elegante platibanda, sobre o entablamento, de perfil ondulante e definindo uma sucessão de motivos quadrifólios vazados. Podemos entender esta platibanda como um segundo entablamento, cuja função é exclusivamente a de transmitir elegância à fachada do edifício. Ao centro, na continuidade do portal, interrompe-se para receber o encurvamento da cornija. É concretamente no eixo que une portal e remate que se adensam os efeitos plásticos. Sobre o portal, um primeiro frontão curvo e aberto, enquadra as armas da Ordem, envolvidas em acantos; acima, numa mísula, a imagem de Santa Ana com a Virgem ao colo, peça esculturada pelo mestre entalhador bracarense, António Francisco de Oliveira, enquadrada por sanefa de onde pendem reposteiros, presos lateralmente, e se libertam duas grinaldas de flores e frutos, mascarando um frontão curvo e interrompido. Este belo conjunto é rematado por novo frontão curvo, interrompido para receber as armas de D. João V, situadas ao nível da cornija, e ladeadas por dois querubins e ainda a cruz de Cristo e a esfera armilar. Os dois tempos de fundação e reconstrução são assinalados na heráldica, referência explícita aos seus patronos régios: D. Manuel e D. João V.

A rematar, novo frontão, aberto, de enrolamentos ao centro, de onde sai uma cruz, sendo este o elemento mais classicizante de toda a composição e onde menos se acentua a subversão. De ambos os lados, nos panos brancos dos alçados, uma janela recortada a confirmar, uma vez mais, o bom desenho do seu autor.

É sem dúvida, a fachada joanina mais interessante de Viana do Castelo, e uma das melhores do Minho.

No interior, a harmonia conseguida entre a espacialidade dos coros, com as tríplices aberturas que os limitam, protegidas por balaustradas baixas de madeira, são enquadradas por festões e grinaldas. Por cima de cada uma das seis aberturas - três em cada um dos dois coros - tarjas no meio de densa decoração vegetalista. Estes coros transportam-nos a um ambiente requintado e festivo, talvez um dos mais expressivos espaços sacros, onde a teatralidade é literal e não metafórica[24]. Se tivermos em mira o clima exótico proporcionado pelos acharoados e lacres, entre a gama inúmera de outros efeitos cromáticos, saídos, sobretudo, do labor do mestre pintor Santiago, concordamos, objectivamente, com uma profanidade barroca vivida e sentida pelas monjas de Santa Ana. Quem proporcionou este clima? O resultado final, os equilibrados diálogos entre a arquitectura, pintura e talha, unindo passado e presente, não terão sido eles fruto do mesmo criador? Somos em crê-lo.

A documentação silência o nome do autor do projecto, mas fornece bons indicadores para adiantarmos a paternidade do risco. Vejamo-los:

"Por aluguer da besta e gastos que o dito fez em hir a Bouro a fallar com o frade que fez a planta, dois mil e quatrocentos reis"[25], para mais à frente, debaixo do item "varias Despezas pertencentes a estas obras", se registar: "Por dinheiro que se deu ao

religiozo que fez as plantas para estas obras, alugueres de bestas das vezes que veyo a esta villa e gastos na estalagem, quarenta mil e quinhentos reis"[26].

O autor foi um monge cisterciense, na ocasião a professar no Mosteiro de Santa Maria do Bouro.

Ora, sabe-se que na primeira metade do século XVIII existiu um Frei Luís de São José, cisterciense, considerado por um memorialista coevo como eminente na arquitectura, com obra que se vai revelando na região de Braga, tanto do domínio da arquitectura, como de talha, sempre, invariavelmente, como tracista. Conhecem-se-lhe obras desde 1713 a 1748[27].

Uma das suas produções primogénitas foi o risco para o retábulo-mor da igreja do Salvador, do convento feminino de Braga, datado de 1718[28], peça que quinze anos mais tarde funcionava ainda como modelo obrigatório a seguir pelos entalhadores quando empreendiam obras congéneres[29]. Não andaremos longe da realidade se o considerarmos um dos melhores autores de risco do Minho da primeira metade do século XVIII, responsável, possivelmente, pela introdução do vocabulário joanino nesta região.

Quando se aproximam os repertórios decorativos utilizados nas várias obras que planeou, nota-se uma clara coerência formal, incluindo-se, também, esta obra de Viana do Castelo.

Daqui para a frente as coerências alastram-se: não nos surpreenderia que todo o *conjunto artístico da capela-mor do convento do Salvador tivesse sido planeado por* Frei Luís de São José, até porque entre o desenho da talha do retábulo-mor e o do conjunto dos retábulos colaterais e arco cruzeiro, não detectámos discrepâncias, ao contrário do que assinalou Eduardo Pires de Oliveira[30], até porque, sabê-mo-lo pelo exemplo de Viana um bom ambientista. Associa-mo-lo, ainda, à ideação do belíssimo púlpito do mesmo convento do Salvador.

Frei Luís de São José, autor do projecto de reconstrução do Convento de Santa Ana de Viana do Castelo, para as intervenções realizadas entre 1735-1741 e financiadas por D. João V, afirma-se, depois de identificada esta obra como um expoente superlativo do barroco português, cuja obra urge identificar, artista perfeitamente à vontade para conciliar estéticas diversas num equilíbrio seguro, promovendo diálogos artísticos perfeitos entre arquitectura, enquanto arte de criar espaço, e as artes complementares, em cromatismos orquestrados, mascarando formas de desenho requintado.

Para já fica este apontamento. Proximamente voltaremos a este assunto, com renovado fôlego. É a nossa homenagem sentida ao homem para quem nada no Minho era estranho.

NOTAS

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] Trabalho que teria como objectivo a prestação de provas Científico-Pedagógicas no campo da História da Arte e que contava com a orientação do Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira Alves.

[2] GONÇALVES, Flávio - *As obras setecentistas da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Peniche e o seu enquadramento na Arte Portuguesa da primeira metade do século* XVIII, Porto, Instituto de História de Arte - Faculdade de Letras, 1984, p.74

[3] REIS, António Matos - *Caminhos de História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do Séc.* XVIII, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1995, p.39.

[4] CRAVEIRO, Lurdes - *Proposta de modernidade em Caminha - os portais da igreja matriz*, in "Actas del VII Simposio Hispano-Portugués de Historiadel arte (Las relaciones artisticas entre España y Portugal: Artistas, mecenas y viajeros) - Cáceres/Olivenza, Badajoz, 1995, p. 95 e segs.

[5] Ocupado, provavelmente, com as obras da igreja matriz de Caminha.

[6] GUERRA, Lúis de Figueiredo - *Fundação do Real Convento de Sant'Anna em Vianna*, in "Archivo Viannense", Vol. I, Viana, Tipografia A vapor de André J. Pereira e Filho, 1895, p. 135.

[7] Sobre o assunto ver o estudo singular entre nós desenvolvido sobre o convento do Lorvão por Borges, Nelson - *Arte Monástica em Lorvão - Sombras e Realidade. I das origens a* 1737, Tese de douturamento policopiada, Coimbra, 1992. Ver igualmente FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - A *Apoteose do barroco nas Igrejas dos Conventos Femininos Portugueses*, in "Actas do I Congresso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America 1492-1992", t.II, Leon, Universidad de Leon, pp. 731-744.

[8] A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 140, "*Despesa que se fez na Obra dos Dormitórios e Mirante que se principiarão de novo no Real Mosteiro de Santa Anna desta Villa de Viana sendo Abbadeça delle a Muito Religiosa senhora Catherina de Jesus, Escrivam e a reverenda Madre e Senhora Maria dos Anjos, a qual obra se continuou sendo Abbadeça a Muito Reverenda Senhora Faustina de São Josephe. Teve principio em vinte de Agosto do anno de mil seiscentos noventa e seis, e fim em tres de Março do anno de mil seiscentos noventa e nove, dia em que as Senhoras Religiosas entrarão na posse e uzo delles*".... .
Este documento é citado em REIS, António Matos - *o.c.*, p. 38.

[9] A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 48, fls. 65- 71v.

[10] Idem - *ibidem*, fl. 65

[11] A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 50, fl.6v.

[12] A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 48, fl. 66v

[13] Idem - *ibidem*, fl. 66.

[14] A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 50, fls. fls. 29-32v.

[15] "Por dinheiro a quem dezarmou e armou o orgão quando se desfez o coro, tres mil e dozentos reis - 3200;
Por pinheiros para escorar a Igreja, sachristia e baranda e jornaes dos homens que escorarão, mil e quatrocentos reis - 1400;
Por pregar para se clauzurar o convento e tapar a capella mayor, mil e cento e dez reis - 1110". A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 50, fl. 24v.

[16] Idem - *ibidem*, fl. 16v.

[17] A madeira de castanho para estes dois retábulos laterais custou 16.160 réis.

[18] A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 51, fl. 69.

[19] Idem - *ibidem*.

[20] Idem - *ibidem*, fl. 77

[21] Idem - *ibidem*, fl. 77v

[22] REIS, António Matos - *o.c.*, p. 36

[23] Figueiredo Guerra escreveu: "nas grandes obras de 1707 e 1708, que modificaram totalmente o edificio e lhe deram o aspecto que hoje apresenta, accrescentando os dormitórios e oficinas, levantando o miradoiro, reedificando a egreja, apainellando-lhe o tecto, pondo-lhe quadros, à imitação dos antigos, bem como fizeram coros alegres e formosos, casa da roda e portaria...". GUERRA, Luís de Figueiredo - *o.c.*, p. 140. Ver tb. GONÇALVES, Flávio - *o.c.*, p. 74.

[24] CALDAS, João Vieira , GOMES, Paulo Varela - *Viana do Castelo*, Lisboa, Ed. Presença, 1990, p. 74.

[25] A.D.B. Congregações Religiosas - *Convento de Santa Ana de Viana do Castelo*, n. 50, fl. 29.

[26] Idem - *Ibidem*, fl. 31v

[27] OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *O Edifício do Convento do Salvador - de Mosteiro de Freiras ao Lar Conde de Agrolongo*, Braga, 1994, pp. 101-102

[28] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *A Adopção do Barroco nas Igrejas Conventuais Femininas de Braga no Pontificado de D. Rodrigo de Moura Teles: Diálogos Artísticos*, Comunicação apresentada no VIII Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, realizado na Universidade Portucalense, Novembro de 1996, no prelo.

[29] Na ocasião escrevemos: "A qualidade artística atingida na talha do convento do Salvador impunha-se de forma superlativa, pois ainda 15 anos após a sua execução continuava a ser referencial como modelo a seguir por outra casa feminina da cidade". Idem - ibidem.

[30] OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *o.c.*, p. 58.

Fig. 1 - Fachada principal da igreja e coros

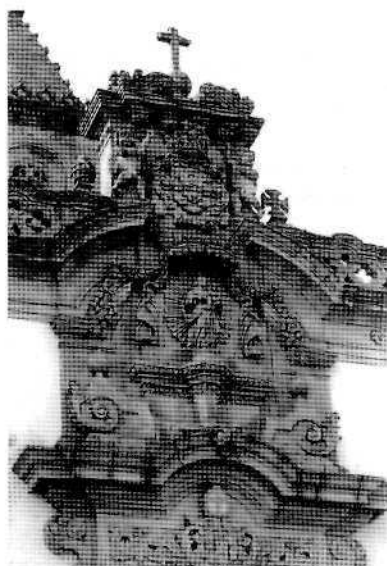



Fig. 2 - Pormenor da fachada da igreja.

Fig. 3 - Portaria do convento

Fig. 4 - Coros alto e baixo.

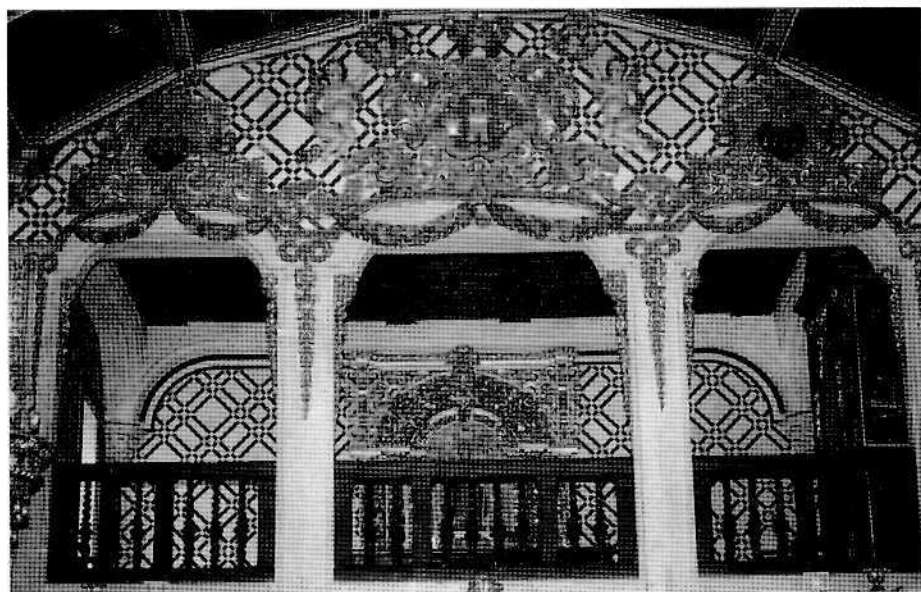



Fig. 5 - Coro alto.

OS PAÇOS MEDIEVAIS DE AVIS

Jorge RODRIGUES

O edifício dos antigos Paços do Concelho da Vila de Avis, situado junto à igreja Matriz, foi referenciado nessa função desde a Idade Média, correspondendo provavelmente à primitiva Sala de Audiência aí instituída. De facto, a Vila de Avis resultou de uma fundação dos antigos Cavaleiros de Évora, Ordem religiosa militar criada naquela cidade em 1166 - resultando do agrupamento dos cavaleiros que auxiliaram Geraldo-sem-Pavor a conquistá-la aos muçulmanos - que receberá as terras de Avis no início do século XIII, aí se instalando em 1214, ficando desde então conhecidos como os cavaleiros da Ordem de Avis.

As funções de *Câmara* serão aí desempenhadas não só durante toda a Idade Média mas igualmente durante o século XVI e início do seguinte (ver COSTA, 1984, p. 2 ss.), altura em que há ainda referências à sua utilização, apenas sendo substituída quando da construção dos novos Paços do Concelho, datados de 1674 (ver RODRIGUES, 1993, p. 25). Depois disso a sua história é obscura, tendo sido muito modificada em diversos momentos, particularmente no século XIX, altura em que - tudo indica - terá sido construída a abóbada que cobre o piso térreo do edifício, dividindo a construção em altura; esta abóbada assenta, de ambos os lados da sala principal, em três arcos em tijolo encostados ao dorso interior das paredes. A descoberta do conjunto de cinco pares de janelas ogivais - um dos quais de arco trilobado - revela que o espaço interior seria decerto unificado (em altura), já que a abóbada veio entaipar essas janelas - viradas a Norte, para o vale, sintoma de que estariam já desfuncionalizadas na altura. Antes de nos debruçarmos mais detalhadamente sobre o edifício vejamos qual o seu significado histórico e artístico.

A CAMARA

Originalmente o termo *Câmara*, designando a dependência dos Paços do Concelho onde só tinha acesso a vereação - "os mais chegados da casa" (ver SILVA, 1993, p. 28) - para se reunir e decidir, não faria mais que caracterizar uma sala ampla e aberta, espaço de singular importância no contexto da administração medieval. Esta sala seria a mais importante de todo o conjunto dos Paços do Concelho, facto que levará à progressiva adopção da simples designação de *Câmara* para nomear o conjunto dos próprios paços concelhios.

Uma das mais antigas destas câmaras no território português, reflectindo ainda princípios políticos e sociais de caracter comunitário, será a Domus Municipalis de Bragança, edifício pentagonal de características ainda românicas, embora a sua construção deva ser já atribuída ao século XIII; para além da ampla sala ou câmara superior, com um banco de pedra corrido a toda a volta onde se sentavam os "homens-bons" para decidir do governo do burgo, tem ainda uma função utilitária importante, já

que constitui a parte superior - de fecho - de uma ampla cisterna (como ainda existe em Avis), fundamental dentro de qualquer castelo em caso de cerco.

Mais próximas da *Câmara* de Avis ficam, porém, as Salas da Audiência de Estremoz e Monsaraz. Mais próximas, refira-se, quer porque se constroem no Alentejo - zona então recém conquistada aos muçulmanos e com uma estrutura de povoamento mais uniforme, em que as ordens militares religiosas tiveram grande importância - quer porque serão sensívelmente da mesma época, com evidentes afinidades artísticas.

Os Paços de Estremoz, ditos de D. Dinis porque foi este monarca que patrocinou a sua construção, são hoje uma peça híbrida, já que foram muito danificados pela explosão de um paiol de pólvora em 1698. Certo é que estariam já construídos em 1281, ostentando o escudo com as armas da Vila sob o alpendre, hoje abobadado; a grande sala interior - a tal *câmara* de que falámos - seria inicialmente coberta por um tecto de madeira (como provavelmente a de Avis), sendo abobadada por iniciativa de D. Manuel I, que lhe alterou a leitura do espaço por volta de 1500, nobilitando-o. Embora da construção do século XIII pouco reste, sendo a actual já das obras posteriores a 1320, a entrada no edifício é feita por um portal ladeado por janelas geminadas - havendo outro conjunto de cinco arcos geminados ogivais que dariam para o lado oposto (para além de algumas frestas igualmente geminadas, semelhantes às que encontramos no mosteiro trecentista de Flor da Rosa, no Crato) - numa evidente aproximação ao edifício da Avis. Interessante é ainda o facto de se conservarem partes dos bancos de pedra destinados às reuniões camarárias.

A aproximação ao edifício de Avis é mais evidente ainda nos Paços de Concelho de Monsaraz, obra mais tardia já que parecem ter sido concluídos apenas no reinado de Afonso IV, em pleno século XIV. Isto apesar de sabermos que a sua construção se iniciou ainda no tempo de D. Dinis, pouco depois da outorga do foral à Vila, ocorrido em 1276 e ainda iniciativa de Afonso III.

Aqui encontramos um edifício que sofreu também as inclemências dos séculos, já que foi bastante alterado e danificado (pelo terramoto de 1755), conservando a sua estrutura de caixa paralepipédica - algo irregular - coberta por abóbada ainda medieval e abrindo-se por um conjunto de portal e cinco frestas geminadas ogivais, estas colocadas em duas paredes que formam um ângulo: a da rua direita e a da praça da Igreja, elemento nuclear no urbanismo da povoação. Como em Estremoz, também aqui a sala é antecedida por uma divisão - neste caso é um nartex fechado, em Estremoz era uma galeria porticada - que estabelece uma importante transição entre o espaço exterior e a *Câmara* propriamente dita.

A CÂMARA MEDIEVAL DE AVIS

O edifício de Avis é hoje constituído por duas salas no piso térreo (já que o superior não existiria, razão porque não o consideraremos), salas que seriam cobertas por uma estrutura de vigamento de madeira e telha, bem mais alta que o piso actual e com uma relação proporcional mais próxima das outras Salas de Audiência ou câmaras. O conjunto de janelas, geminadas nos três casos analisados, permitiria a ampla iluminação do edifício, desempenhando ainda a função simbólica de assinalar a sua dignidade, sendo de uma tipologia muito próxima nos três casos abordados. O pouco apontamento dos arcos, bem como a presença das frestas de arcos trilobados, fazem-

nos propôr uma data avançada do século XIV para o edifício de Avis, decerto já da segunda metade.

Mais interessante e problemático é, porém, a questão das duas divisões que ainda hoje se conservam. Tudo indica que seriam originais, já que há uma clara distinção das janelas - quatro frestas de arcos geminados ogivais na parede da grande câmara (fig. 1), uma só de arcos geminados trilobados na sala pequena (fig. 2) - sendo ainda visível que a parede que as separa já existiria na construção primitiva; isto porque conserva as ombreiras em pedra em que assentaria o arco de uma porta, mais larga que a actual, cujas aduelas parecem estar hoje utilizadas como material de aproveitamento no exterior da parede oriental, resultado decerto das mesmas obras do século XIX que entaiparam as frestas geminadas e dividiram o edifício em altura.

A entrada actual do edifício faz-se por uma porta incaracterística a ocidente, já que o lado oposto recebeu uma escada que conduz ao piso superior , feito de novo no século passado, porta para a qual não haveria espaço em mais nenhuma face do edifício, "apertado" entre a Igreja (que se alargou na época moderna, estreitando a rua que a separa da câmara) e o casario circundante, ainda implantado segundo o modelo do urbanismo medieval da *Vila* (de "*bastide*", como era comum então nas fundações das ordens militares religiosas).

Esta questão da escada é extremamente importante já que estamos hoje convencidos que a entrada principal do edifício se faria precisamente por esse lado nascente, sendo a pequena divisão um nartex coberto semelhante ao que encontramos em Monsaraz, com a mesma função de antecâmara que teria também a galeria porticada de Estremoz.

Um estudo mais aprofundado, suportado por trabalhos arqueológicos e uma mais completa análise documental, permitirá confirmar a pertinência das hipóteses avançadas nesta notícia preliminar.

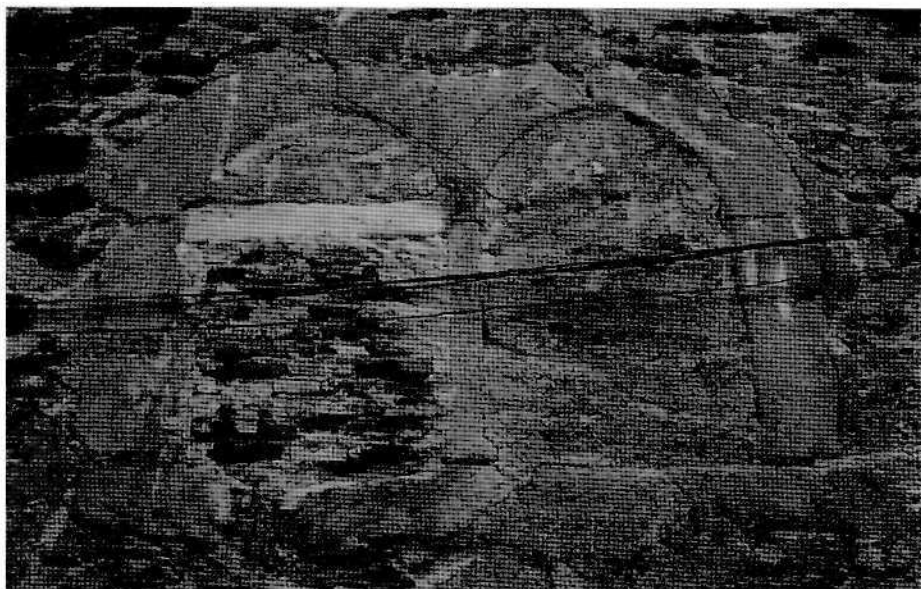
BIBLIOGRAFIA

COSTA, Maria Clara Pereira, A *Vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem. Século* XVI *a* XVIII, Lisboa, 1984

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, Lisboa, A.N.B.A., Vols. VII e VIII, 1975; IX e X, 1978

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, Lisboa, A.N.B.A., Vol. I, 1943

RODRIGUES, Jorge, *Guia Artístico de Avis*, Avis, Câmara Municipal, 1993

SILVA, José Custódio Vieira, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, I.P.P.A.R., 1995

SUBSIDIOS PARA O ESTUDO DA IGREJA DE S. MIGUEL DE FRECHAS. ARTISTAS, OBRAS DE ALVENARIA E MADEIRA.

Luís Alexandre RODRIGUES *

No actual quadro administrativo, a povoação de Frechas integra-se no território concelhio da cidade de Mirandela da qual, por estrada colibrina, dista aproximadamente uma dezena de quilómetros. Na sua praça[1] levanta-se o pelourinho, do tipo bragançano com fuste octogonal e florido em cujo prolongamento se inscreveram as armas dos Sampaios de Vila Flor que eram os donatários desta vila. Este monumento atesta, assim, um passado vivido na observância de valores municipalistas, alguns dos quais foram estabelecidos por D. Manuel quando, em 10 de Março de 1513, passou carta de foral[2] a Frechas.

Se considerarmos a organização eclesiástica, esta vila continuaria a pertencer ao arcebispado de Braga após a divisão do seu território para, no tempo de D. João III, se criar a diocese de Miranda do Douro. Administrativamente seria enquadrada na comarca de Moncorvo que juntamente com as de Vila Real, Miranda e Bragança davam cobertura à província de Trás-os-Montes nos começos do século XVIII.

Nesta altura, a vila de Frechas continuava submetida à poderosa Casa de Vila Flor em que Manuel de Sampaio e Melo, «*senhor de juro, e erdade*» desta vila apresentava os tabeliães e alcaides. A vida civil era dirigida por um ouvidor, dois juizes ordinários, vereadores e juíz dos órfãos. Embora concorresse com uma Companhia da Ordenança, militarmente, submetia-se às orientações dos capitão-mor e sargento-mor eleitos pelos homens da governança de Vila Flor[3].

Interessando-nos particularmente o estudo da igreja matriz, cujo orago tem como padroeiro o arcanjo S. Miguel, durante o período de transição do século XVIII para o século XIX convinha-nos a possibilidade de estabelecermos um quadro definidor dos sucessos que no século de setecentos configuraram este templo como o principal lugar devocional dos moradores do termo da vila.

Sede de paróquia, a espada de S. Miguel protegia não só os moradores de Frechas mas ainda os da anexa povoação de Vale da Sancha. De acordo com as respostas do pároco ao questionário[4] de 1758, viviam em Frechas 105 vizinhos num total de 268 pessoas enquanto «*no lugar ou Quinta*» de Vale da Sancha viviam 66 vizinhos num total de 140 pessoas. Desta forma, a paróquia era constituída por pouco mais de quatro centenas de almas que o vigário *ad nutum* confortava espiritualmente. Este era apresentado pelo Reitor de S. Lourenço de Lila que vivia na povoação de Rio Torto. Como a paróquia não possuía uma residência para habitação do vigário supria a dificuldade pagando-lhe 5.000 réis para, assim, este poder satisfazer a renda da casa onde vivia. Não tendo Beneficiados[5], como o pároco escreveu no inquérito[6], admitia a paróquia um cura coadjutor a quem o Conde de S. Lourenço, na qualidade de comendador, pagava dez mil reis em dinheiro e trinta alqueires de cereal.

Além da igreja matriz registe-se a existência na área da paróquia de S. Miguel de cinco[7] ermidas. Contando-se três em Frechas, situava-se a do Espírito Santo a «*duzentos passos fora do povoado*» enquanto «*no meio do povo*» se implantava a de Santa Marinha e, no *fundo da vila*, a de S. Sebastião. As duas restantes eram a de S. Gonçalo, em Vale da Sancha, e a de Nossa Senhora do Aviso. Esta avistava-se de Frechas e, no passado, parece ter exercido um forte apelo sobre os habitantes das redondezas que a ela acorriam pela altura da Páscoa. Contudo, por razões que nos escapam, em meados do século XVIII já o afluxo de romeiros tinha diminuído consideravelmente.

Quanto à igreja matriz, localizava-se esta «*fora do lugar, mistica a ultima caza na sahida para Mirandela, em sima dele*»[8]. Como resultado da investigação que temos realizado em várias povoações transmontanas, valerá a pena sublinhar o facto, com alguma frequência constatado, de as igrejas paroquiais se situarem fora dos aglomerados populacionais. Seria durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII que se assinala a tendência para se transferir a igreja matriz para o centro do espaço habitado, justificando-se amiúde o interesse dos moradores na mudança pela conveniência da proximidade do Santíssimo e pelas dificuldades dos caminhos, aumentadas durante os temporais da estação invernosa, que separavam a igreja da povoação. Quando a hierarquia eclesiástica atendia a tais pretensões seguia-se o derrube da igreja velha - de que normalmente se aproveitavam os materiais que, aliás, não podiam ser vendidos - preservando-se o seu espaço de qualquer devassidão e colocando-se uma cruz no sítio antes ocupado pela capela-mor. Contudo, em Frechas, é possível que paulatinamente se tenha desencadeado um processo construtivo cujas linhas de desenvolvimento se orientaram em direcção à igreja que desta forma passou a participar da trama formada pelas construções e espaços de circulação.

Nas memórias paroquiais a igreja matriz foi assim descrita:

> «*He orago desta igreja o Archanjo Sam Miguel, tem esta igreja sinquo altares, o primeiro altar mor do Santo Archanjo o segundo de Nossa Senhora do Rozario, outro do Senhor Crucificado, outro de Santa Luzia, e outro das Almas he de duas naves com hua irmandade das Almas, e tres confrarias hua do Senhor, e outra da Senhora do Rozario, e outra de Nossa Senhora do Vizo*» [9].

Apesar de enumerar os altares, os respectivos padroeiros e as confrarias existentes, o pároco informador, com excepção da referência a «*duas naves*», não considerou importante acrescentar qualquer outro comentário relativo à configuração física do templo. Mesmo assim, com esta nota, que reputamos de incaracterística, parece-nos que o clérigo pretendia traduzir a amplitude do corpo da igreja e não a presença de elementos arquitectónicos que estabelecessem qualquer divisão no interior da nave. Por isso, acreditamos que o corpo da igreja apenas era formado por uma única nave. Aliás, em 1801, quando se apresentaram os apontamentos para iniciar uma empreitada de reconstrução o termo «naves» utilizar-se-ia novamente mas para designar os alçados.

Em relação a esta campanha de obras, em Dezembro de 1800 o Príncipe Regente encarregava o Corregedor da comarca de Moncorvo para se informar das pretensões dos moradores de Frechas para, uma vez avaliada a situação e com o seu parecer, D. João ponderar a pertinência da obra e o modo como se devia dar satisfação aos contratos e compromissos que entretanto se estabeleciam. De facto, a ruína da igreja,

impossibilitando que as funções religiosas se realizassem com a decência necessária, impunha aos oficiais da Câmara e população uma atitude activa, no sentido de desencadear o processo cuja finalidade tratava da reabilitação do templo. Só assim este voltava a adquirir a dignidade exigida e com condições para oferecer todas as possibilidades para que o cerimonial litúrgico se realizasse com o esplendor desejado.

Em 1801, a capela-mor «*acha(va-se) feita, e paga pellos rendeiros do comendador daquella igreja o Conde de S. Lourenço*» que, pela sua qualidade, tinha essa obrigação. Da competência do povo era o corpo da igreja, espaço amplo e que ainda em 1800 estava em vias de «*fazer se de novo*». Porém, constatada a falta de meios para o povo poder «*sem vexame, continuar, e ultimar hua obra tão justa, edeficante, e necessaria*» a solução passava pela obtenção de uma autorização da coroa permitindo que do dinheiro das sobras das sisas se pudessem tirar 300.000 réis, valor considerado necessário para se efectuar a obra.

Na verdade, à freguesia de Frechas competia pagar anualmente 80.000 réis sendo esta quantia resultante da parte paga pelos que realizavam movimentos de compra e venda de bens de raíz. Nos anos em que esta quantia não se realizava complementava-se com uma derrama que atingia os fregueses. Porém, em alguns anos sucedia que aquele valor era ultrapassado. Neste caso, a quantia excedentária transitava para o ano seguinte. Com base no conhecimento das transações efectuadas, calculavam os moradores uma receita superior a 300.000 réis, razão pela qual pediram para poderem utilizar aquele valor na reedificação da igreja de S. Miguel. Esta solução, tendo a vantagem de não prejudicar a Fazenda, tinha igualmente a virtude de aliviar a população de mais encargos.

Assim, à luz da documentação conhecida, seria possível levar à praça para arrematação pelo preço mais baixo mas respeitando as cláusulas contidas nos apontamentos a obra desejada na qual se englobavam as empreitadas de pedraria e madeiras. Na primeira lançou o mestre canteiro Simão Rodrigues a quem se entregou pelo valor de 750.000 réis; a segunda seria arrematada pelo mestre Manuel Martins Ferreira por 800.000 réis.

Como se vê nos apontamentos, além do telhado e respectivo emadeiramento, o mestre carpinteiro obrigava-se também a fazer o forro, portas travessas de almofadas, quatro portas para os confessionários, caixão para os Santos Óleos e o coro. Comprometendo-se a utilizar madeira de castanho, seca e sem nós, obrigou-se igualmente a aplicar vidros nas frestas com as competentes redes de protecção. A Simão Rodrigues competia levantar as paredes da igreja que no seu interior teria de comprimento «*cem palmos levres de paredes e de largura o que mostrar os cunhaes*» uma vez levantadas as prumadas das paredes laterais nas quais se devia empregar «*qual joeirada e tarçada pelo meio*». Além do trabalho de aparelhar a cantaria que devia ser «*clara e fina*» e com o carreto á sua custa, outros trabalhos eram da sua reponsabilidade como a «*caza do despejo*» junto da sacristia e o púlpito.

No momento da arrematação os apontamentos acompanhavam a planta do novo edifício. Esta seria desenhada pela mão de José Ferreira da Costa que conhecemos de outros empreendimentos, de natureza religiosa e civil, em que se envolveu por exercitar o ofício de canteiro.

José Ferreira da Costa estava radicado em Moncorvo na parte final do século XVIII. Nesta vila, donde era natural a sua mulher, Maria Joaquina de Araújo, nasceram a sua filha Ana Josefa (6/2/1795) e o seu filho António Joaquim (5/4/1797), que seriam baptizados na igreja matriz de Moncorvo[10]. Na mesma igreja, em Dezembro de 1798,

apadrinharia[11] ainda o baptizado do seu sobrinho Francisco António. Não sendo transmontano, os registos referem-se-lhe como sendo natural de Vila Meã, no termo da vila de Móis, bispado de Viseu, localidade de origem dos seus pais, José Ferreira e Josefa da Costa. Ainda em Moncorvo deparamos igualmente com dois mestres canteiros, naturais de Cabrum, freguesia de Calde, também do bispado de Viseu que mantinham relações familiares com este casal. Trata-se de José da Costa[12] e Agostinho da Costa[13] que, na mesma época, também estavam radicados na vila de Moncorvo. Além dos laços familiares com José Ferreira da Costa - eram primos - o exercício da mesma arte constituía outra afinidade, razão pela qual os veremos associados na arrematação e execução de algumas obras efectuadas na mesma região.

Contudo, a avaliar pela configuração actual, a proposta contida no risco de José Ferreira da Costa para a igreja de Frechas sofreria alterações de monta. Desde logo a construção da espadana de dois andares que servia de remate à composição da fachada não seria concretizada já que se optou pela construção de uma torre cujo paramento frontal continua o plano do frontespício. Tendo em conta o projecto inicial, a fachada, por sua vez, iria também sofrer mudanças significativas quer no que respeita ao tipo de aberturas quer ainda no que respeita à modulação da superfície terço superior do quadrado onde se inscreve a frontaria. Na planta riscou-se um equilibrado portal que, revelando a absorção tardia de ideias e modelos eruditos, era ainda sobrepujado por uma abertura de recorte algo artificioso com a função de permitir a iluminação do coro. Por razões que desconhecemos, estes intentos não conheceriam a luz do dia. Assim, acabaria por se construir um portal mais singelo do que o inicialmente previsto e que seria encimado por um nicho destinado a abrigar a imagem do santo padroeiro e que, por sua vez, seria ladeado por duas pequenas aberturas elípticas cujas molduras lisas forneciam o pretexto para se lhes agregarem, sem rasgo, alguns elementos decorativos de sabor rocócó.

Por outro lado, aos segmentos de recta iniciais e definidores de uma geometria trapezoidal, assinalados no desenho de José Ferreira da Costa, preferir-se-ia o recurso a linhas curvas para se acentuarem os efeitos de algum dinamismo que o claro-escuro provocado pelo perfil da moldura do remate reforçava. Embora a simplicidade formal do plano da fachada seja uma característica geral das igrejas transmontanas, a verdade é que esta construção mostra como alguns elementos do vocabulário do barroco borromínico, continuavam vivos nos reportórios construtivos de alguns mestres que, embora tardiamente, os reproduziam um pouco por todo o território nacional e ao mesmo tempo vêem-se a dificuldade sentidas pelos mestres pedreiros operativos no nordeste transmontano em assimilarem as fantasias e caprichos que, por exemplo, desde a segunda metade do século XVIII os pedreiros minhotos, sob a orientação ou não de grandes vultos da arquitectura nacional, souberam impor na região bracarense.

DOCUMENTOS

1800 – Setembro 1801
A matriz de Fechas. Petições; obras de alvenaria e madeira.
Fonte: A.N.T.T., Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes, Cx. 45, Mç. 367

Doc. nº 1

«Diz[14] a Camera, nobreza, e povo da freguezia de São Miguel da villa de Frechas, comarca de Moncorvo que elles são obrigados, e lhes pertence pagar anualmente a Vossa Alteza Real de siza o total, e compito certo de hoitenta mil reis, que o Provedor da mesma lhes manda lançar, e fazer derrama por todos os moradores da dita freguezia quando não ha compras de bens de rais, que em parte ou em tudo prehenchão a siza do referido compito, o que muitas vezes acontece e outras ficarem sobras para os annos feturos, e como se espera que no proximo lançamento haja mais de trezentos mil reis dellas, pellas compras que, no prezente anno houve nesta freguezia pertendem que Vossa Alteza Real lhes conceda a graça que vão a suplicar lhe, he que elles tem a sua *igreja matris em principio a fazer se de novo, por se achar ja feita de pedraria a capela* mor, e que elles não tem pella sua urgencia com que puderem, sem vexame, continuar, e menos ultimar hua obra tão justa, edeficante, e necessaria, como he a sobredita; e por isso recorrem a Vossa Alteza Real para que se ha de ficar o dinheiro das sobras nas mãos do Depozitario dos bens de rais, lhes conceda provizão para que o Provedor da comarca no proximo lançamento lhe mande aplicar trezentos mil reis para a referida obra, e intregar ao Depozitario della, visto que em nada periga a Fazenda Real, que sempre ha de ser paga, e satisfeita pellos mesmos moradores, que prostados aos reaes pes de Vossa Alteza suplicão, e pedem a Vossa Alteza Real, como protector da igreja lhes faça a merce, e graça de lhes conceder a sobredita provisão que tão necessaria lhes he, em rezão do que tem exposto e recebera merce

Procurador

Francisco Antonio de Araujo Teixeira Chaves».

Doc. nº 2

«Dom João por graça de Deos, Principe Regente de Portugal, e dos Algarves, d'Aquem, e d'Alem mar, em Africa e de Guiné etc. mando a vós Corregedor da comarca de Moncorvo, que vos informeis do contheudo na petição retro, na conformidade do Despacho na mesma proferido, e do que achardes me escrevereis com vosso parecer. Cumpri o assim. O Principe Nosso Senhor o mandou pellos Ministros abaixo assignados do seu Concelho, e seus Dezembargadores do Paço, Nuno Pereira do Valle a fez em Lisboa a honze de Dezembro de mil e oitocentos

Pedro Norberto de Sousa Padilha e Seixas a fez escrever

João Telles de Sousa

Alexandre Joze Castello».

Doc. nº 3

«Ao Senhor juis ordinario e offeciais da Camera da villa de Frechas a quem fasso saber

O Doutor Francisco de Assis da Fonseca do Dezembargo do Princepe Nosso Senhor e seu Dezembargador Corregedor nesta comarca de Moncorvo etc. em como a mim me foi deregida hua Provizão pello Tribunal do Dezembargo do Passo por virtude de hum requerimento feito ao Princepe Regente Nosso Senhor em nome da Camera nobreza e povo da villa de Frechas desta comarca do qual o seu thior he o seguinte = Senhor diz a Camera nobreza e povo da freguezia de S. Miguel da villa de Frechas comarca de Moncorvo que elles são obrigados e lhe pertence pagar anualmente a Vossa Alteza Rial de ciza o total compito serto de outenta mil reis que o Provedor da mesma lhe manda lançar e fazer derrama por todos os moradores da dita freguezia quando não ha compras de bens de rais que em parte ou em todo preencham a siza do referido compito o que muntas vezes acontesse e em outros ficarem sobras para os annos feturos como se espera que no proximo lançamento haja mais de trezentos mil reis dellas pellas compras que no prezente anno houve nesta freguezia pertendem que Vossa Alteza Rial lhe consseda o grosso que vão a supllicar lhe e hé que elles tem a sua igreja matris em principio a fazersse de novo por se achar já feita de pedraria a capella mor e que elles não tem pella sua urgencia com que poderem sem vexame continuar em as ultimar hua obra tão justa edeficante e necessaria como hé a sobredita e para isso recorrem a Vossa Alteza Rial porque se ha de ficar dinheiro das sobras na mão do Depozitario dos bens de rais que lhe consseda provizão para que o Provedor da Camera no proximo lançamento lhe mande aplicar trezentos mil reis para a referida obra e entregar ao Depozitario della visto que em nada periga a Fazenda Rial que sempre ha de ser paga e satisfeita pellos mesmos moradores que prostrados aos riais pes de Vossa Alteza Rial como protetor da igreja lhe fassa merce e grassa de lhe conceder a sobredita provizão que tão necessaria lhes hé em razão do que tem exposto e receberá merce = Procurador Francisco Antonio de Araujo Borges Teixeira Xaves = O Corregedor da comarca emforme com o seu paresser ouvindo a Camera e nobreza e povo fazendo avalliar a importancia da obra mencionada pondo a a lanços e dando conta do menor e mais seguro Lisboa des de Dezembro de mil e outossentos anos com duas rubricas = Dom João por grassa de Deos Princepe Regente de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa e de Guine etc. mando a vos Corregedor da comarca de Moncorvo que vos enformeis do conteudo na petição retro na comformidade do Despacho na mesma proferido do que achardes me escrevereis com o vosso paresser cumpri o assim o Principe Nosso Senhor o mandou pellos Menistros abaixo assinados do seu Consselho e seus Dezembargadores do Passo Nuno Pereira do Valle o fes em Lisboa a honze de Dezembro de mil e outocentos = Pedro Noberto de Souza Padilha e Seixas o fis escrever = João Xavier Telles de Souza = Alixandre Joze Ferreira Castello = Destrebueda cumprasse = Fonseca = Pimentel = Fonseca = e não se continha mais em o dito requerimento despacho nelle proferido e alvará de informe com thior de que tudo mandei passar o prezente derigido a Vossa Merce Senhor Juis ordinario e offeciais da Camera da villa de Fechas a quem requeiro da parte de Sua Alteza Rial que sendo lhe ella aprezentada hindo premeiro por mim assenada e sellada com o sello deste meu Juizo que nelle ante mim livre de valha sem sello ex cauza a cumprão e guardem e fação muito enteiramente comprir e guardar assim da maneira que nella se contem e declara

em seu comprimento sejão Vossa Merces servidas em dia detreminado em ato de Camera mandar convocar a nobreza e povo dessa villa por pergoins e avizos mandando lhe ler o requerimento nesta inserto que hajão de respponder a elle o que teverem a bem da confesão ou de negação do mesmo de que mandarão fazer auto no competente livro dos autos de Camera o qual será por Vossas Merces e por todos os mais que a elle assistirem assenado mandando passar certidão com o thior do mesmo e juntando a a este me será remetido para hua vista das mais averiguaçoens que pertenda fazer sobre este objecto como no sobredito Despacho se me ordena o ver e informar ao Principe Regente Nosso Senhor o que Vossas Merces serão servidas comprar por servisso do P digo comprar no perfixo termo de tres dias etc. Dada e feita sob meu sinal e sello em esta villa de Villa Fellor aos vinte e dous dias do mes de Janeiro de mil e outossentos e hum annos e eu Joze Luis Pimentel escrivão da correição o sobescrevi[15].

Francisco de Assis da Fonseca».

Doc. nº 4

«Para informação da Camara Nobreza e Povo da villa de Frechas

Aos vinte quatro dias do mes de Janeiro de mil e outossentos e hum annos nesta villa de Frechas e cazas da apozentadoria do Doutor Francisco de Assis da Fonseca do Dezembargo do Princepe Nosso Senhor e seu Dezembargador Corregedor nesta comarca etc. ahi per elle Menistro forão imqueredas e preguntadas as testemunhas desta informação que seus nomes cognomes detos edades moradas e costumes são os que se seguem de que fis este termo eu Joze Luis Pimentel escrivão da correição que o escrevi

Francisco Antonio de Araujo Borgez Teixeira Chaves Cavaleiro do habito de Christo tenente coronel do Regimento de Melicias da Praça de Bragança noteficado de edade que disse ser de corenta annos jurou dezer verdade e preguntado elle testemunha pelo conteudo no requerimento dos officiais da Camara Nobreza e Povo desta villa desse que sabe pella ver que a igreja da mesma se acha arruinada e se preciza fazer de novo para com a devida dessencia se selebrarem as funçoens do culto devino que a capella mor se acha feita de novo e que a mesma igreja não tem rendimentos para fazer as despezas das obras della e que com a maior comodidade se podem terar trezentos mil reis que os suplicantes pedem para parte daquella despeza das sobras das compras e vendas dos bens de rais na no que feca o povo menos gravado por ser pobre e mais não desse assegnou com elle menistro e eu Joze Luis Pimentel escrivão da correição que o escrevi

Francisco Antonio de Araujo Borges Teixeira Chaves

O Doutor Manoel Joze de Araujo Borges oppozetor as cadeiras de leis pella Univercidade de Coimbra noteficado de edade que disse ser de trinta e seis annos jurou dezer verdade e preguntado elle testemunha pelo conteudo no requerimento dos suplicantes disse que sabe pello ver que a igreja desta villa esta arruinada muito preciza de fazersse poes que estando a capella mor fecta se não fazem as funçoens precizas na dita igreja pela sua empossibilidade e que a mesma igreja não tem rendementos para poder fazer as despezas das obras de que preciza sendo serto que das sobras das

compras e vendas dos bens de rais se podem bem terar os trezentos mil reis que pedem os suplicantes sem que se prejudique a Fazenda Real pois que o computo da siza sempre se satisfas pellos moradores desta villa e termo e mais não disse e assignou com elle Menistro e eu Joze Luis Pimentel escrivão da correição o escrevi

Doutor Manoel Joze de Araujo Borges

Thomas Nunes homem que vive de suas fazendas desta villa noteficado de edade que disse ser de setenta annos jurou dezer verdade e perguntado elle testemunha pello contheudo nos requerimentos dos suplicantes disse que sabe pello ver que a obra que os mesmos requerem na igreja desta villa he de grande percizão poes que a mesma igreja esta empossabletada de nella se exersserem as funçoens do culto devino e que a mesma igreja não tem rendementos com que possa satisfazer as despezas das obras de que percizar e que para ajuda dellas com grande comodidade se podem terar os trezentos mil reis que requerem das sobras das compras e vendas dos bens de rais que nenhum perjuizo nisso recebe a Real Fazenda nem o povo e mais não disse assignou com elle Menistro e eu Joze Luis Pimentel escrivão da correição o escrevi

Thomas Nunes

Fonseca».

Doc. nº 5

Auto de lanço na obra da igreja da villa de Frechas pello que pertence aos pedreiros e canteiros

Anno do nassimento de Nosso Senhor Christo de mil outossentos e hum annos nesta villa de Frechas e car digo annos aos vinte e sinco dias do mes de Janeiro do dito anno nesta villa de Frechas e cazas de apozentadoria do Doutor Francisco de Assis da Fonseca do Dezembargo do Princepe Nosso Senhor e seu Dezembargador Corregedor nesta comarca etc. ahi elle Doutor Corregedor mandou por a lanços a obra de pedraria da capella e igreija desta villa que o porteiro deste Juizo trouse a lanços em altas e intelegiveis vozes dezendo se havia quem lanssasse na referida obra na forma dos apontamentos que se aprezentavão os quaes forão feitos a proporção da obra da capella mor que se acha ja feita em cuja obra na forma dos referidos apontamentos lanssou Simão Rodrigues mestre canteiro na coantia de setessentos e sincoenta mil reis o qual lanço não ouve quem o demenuize sendo elle o menor e o mais siguro e se obrigou aprezentar fianças edoneas mandando se lhe arrematar a assegnou com elle Menistro eu Joze Luis Pimentel escrivão da correição o escrevi e asignei

Joze Luis Pimentel

Simão Rodrigues

Manoel Antunes

e logo elle Menistro mandou trazer a pergão a obra de emmadeiramento forro cal e telhados na forma tãobem dos apontamentos que se prezentarão que a a meu mando o porteiro trosse a lanços em altas e entelegiveis vozes na qual obra lanssou Manoel Martins Ferreira na coantia de outossentos mil reis cujo lanço não ouve quem demenuesse sendo elle o menor e o mais siguro a cuja satisfação se obrigava com toda

a satesfação a dar fianças edoneas sendo lhe mandada arrematar de que elle Doutor Corregedor mandou fazer este auto que assegnou eu Joze Luis Pimentel escrivão da correição o escrevi e assignei

Joze Luis Pimentel
Manoel Martins Ferreira
Manoel Antunes».

Doc. nº 6
«Aos Senhores que a presente virem ou por dereito pertencer

Antonio Joze Botelho escrivam da Camera em estavila de Frechas com provimento de Sua Alteza Rial o Princepe Reguente [sic] Nosso Senhor que Deos guarde etc. sertefico em como no livro dos atos de Camera a folhas sessenta e coatro se fes hum ato de Camera que ad verbo he o seguinte

Auto de Camera que o juis e mais ofesiais da Camera mandaram fazer em vertude do precatorio que veio do Juizo da Correiçam

Anno do nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e oitossentos e hum aos vinte e sinco dias do mes de Janeiro do dito anno em esta vila de Frechas e cazas da Camera dela estando ahi prezente Guonssalo Alves Juis pela ordenaçam e os Vereadores Manoel dos Santos e Joze Manoel da Costa procurador do comselho Emreque Vas com asestencia da nobreza e povo desta vila sendo lhe lido o requerimento emserto no percatorio vindo do Juizo da Correiçam desta comarca deseram que o mesmo requerimento por ser justo fora mandado fazer por hus e outros depois que esta freguezia se achava sem igreja aonde se podessem fazer diguo se podessem selebrar os offecios devinos achandosse somente a capela mor feita e nam aver rendementos algus desta igreja por onde se mandasse fazer a dita obra que no prezente anno tinha avido muntas compras de beis de rais donde se podem tomar os trezentos mil reis que requerem em sua peteçam com o que em nada se prejudica a Real Fazenda pelo que pertence ao cabessam da siza pois que este he hum competo serto que paguam os moradores desta vila e termo quer aja quer nam aja compras e que eles assim o requeriam ao Princepe Nosso Senhor que Deos guarde e de que se mandou fazer este auto que asenaram os ofesiais da Camera desta vila com a nobreza e povo depois deste lhe ser lido por mim Antonio Joze Botelho escrivam da Camera que o escrevi e assinei = Juis Guonçalo Alves = Vereadores Manoel dos Santos e Joze Manoel da Costa = Procurador Emreque Joze Vas = Francisco Antonio de Araujo Borges Teixeira Chaves = Doutor Manoel Joze Daraujo Borges = Manoel Martinho Borges = Omguario Joze Antonio da Costa = Thomas Nunes Antonio (*)[16] = o padre Manoel da Costa = Francisco Bernardes Alves Teixeira Bispo= Francisco Joaquim da Silva Malado = Francisco Preira de Melo = Joam Joze Sobral = Carlos Antonio Cordeiro = Luis Antonio = Dominguos Teixeira = Francisco Joze Triguo = de Joam Martins hua crus = Francisco Teixeira Antonio Xavier = Manoel Joze Preira = Manoel Monteiro = Joze Antonio (*) = Paulo de Sa = Jassinto Joze = Francisco Antonio da Costa Joze da Costa Triguo = Joze Antonio = de Joze Manoel hua crus = de Antonio Carvalho hua crus = de Joam da Costa hua crus = de Francisco Centeno hua crus = Antonio Sobral = de Dominguos Nero hua

crus = Leonardo Lopes = de Manoel Nunes hua crus = Sebastiam Rodrigues hua crus = Joam Batista Dazevedo = Francisco Antonio = Antonio Joze (*) = Manoel Antonio Dominguos Fernandes hua crus = Sebastiam Rodrigues hua crus = e nam continha mais o dito auto de Camera do coal aqui passei bem e na verdade sem coisa que duvida faça (*) nesta vila de Fechas aos vinte sinco dias do mes de Janeiro de mil e outossentos e hum eu Antonio Joze Botelho escrivam da Camera que o fis e escrevi

Antonio Joze Botelho».

Doc. nº 7

«Manda me[17] Vossa Alteza Real informar o requerimento da Camara Nobreza, e Povo da freguezia de S. Miguel da villa de Freixas desta comarca de Moncorvo. Por força dos meus deveres mandei passar precatoria derigida a Camara da ditta villa para responderem ao mencionado requerimento com a Nobreza e Povo della, e procedi a sumario de testemunhas para averiguar a precizão, e estado da mencionada obra, e mandando passar editaes, em que fazia certo o dia dos lances, achei que o menor mais seguro, pello que dis respeito aos canteiros, e pedreiros foi na quantia de setecentos e cincoenta mil reis, e a obra de madeiramento telhados, e cal foi o menor lanço na quantia de outocentos mil reis, o que tudo vou fazer patente a Vossa Alteza Real pellos documentos juntos: esta obra, Real Senhor, he de grande precizão para esta freguezia, pois que sem ella ser feita se não pode fazer as funções do culto divino com a devida decencia, e a graça, que os suplicantes pertendem dos trezentos mil reis das sobras das sizas das compras e vendas dos bens de raiz me persuado he justa, e estar nos termos de Vossa Alteza Real lha conceder, pois que nada fica gravada a Real Fazenda e muito mais havendo sobras superabundantes como os suplicantes alegão: Vossa Alteza Real mandará o que for servido.

Moncorvo 26 de Janeiro de 1801
O Corregedor da Comarca
Francisco de Assis da Fonseca».

Doc. nº 8

«Para a informação dos moradores da villa de Frechas sobre o requerimento do Procurador da Coroa

Aos seis dias do mes de Junho de mil outossentos e hum annos nesta villa de Mirandella e cazas de apozentadoria do Doutor Grancisco de Assis da Fonseca do Dezembargo do Princepe Nosso Senhor e seu Dezembargador Corregedor nesta comarca etc. Ahi por elle Menistro forão enqueridos e preguntados as testemunhas desta informaçãoque seus nomes cognomes letras edades moradas e costumes são os que se seguem de que fes este termo eu Joze Luis Pimentel escrivam da Correição que o escrevi

Martinho Borges homem que vive de suas fazendas natural e morador na villa de Frechas notefecado de edade que disse ser de sessenta e seis annos jura dezer verdade haos costumes disse nada e perguntado elle testemunha pello contheudo no requerimento feito pello Procurador da Coroa na informação que elle Doutor Corregedor ja tinha dado sobre este mesmo objecto disse que sabe pelo ver que quem

pagava despeza da capella mor foi o comendador o Conde de São Lourenço por lhe pertencer fazer toda a despeza della e ao povo pertecer fazer toda a maes despeza do corpo da igreja a qual he a que consta dos apontamentos juntos e mais não disse assegnou com elle Menistro eu Joze Luis Pimentel escrivão da Correição que o escrevi

Martinho Borges

Manoel Fernandes lavrador e morador na villa de Frechas notefecado de edade que disse ser de corenta e dous annos jurou dezer verdade e aos costumes disse nada e preguntado elle testemunha pello contheudo no requerimento do Procurador da Coroa fecto na informação que elle Doutor Corregedor fes sobre este mesmo objecto disse que sabe pello ver que o Conde de São Lourenço como comendador da freguezia de Frechas foi quem satesfes por seus rendeiros toda a despeza que se fes na obra da capella mor por lhe pertencer a sua reedefecação, e ao povo daquella freguezia pertence toda a mais despeza que se fezer com as obras do corpo da igreja na forma dos apontamentos que se juntão e mais não disse e assegnou com elle Menistro eu Joze Luis Pimentel escrivão da Correição o escrevi

Manoel Fernandes

Antonio Manoel de Azevedo homem que vive da sua fazenda da villa de Frechas noteficado de edade que disse ser de sincoenta annos jurou dezer verdade e aos costumes disse nada e perguntado elle testemunha pello contheudo no requerimento fecto pelo Procurador da Coroa na informação que sobre este mesmo objecto ja elle Doutor Corregedor deu disse que sabe pello ver que a obra da capella mor da igreja da sua freguezia se acha feita por conta do comendador de São Lourenço que por seus rendeiros fas satesfecta toda despeza que com a mesma se fes, e que ao povo pertence toda a mais obra do corpo da igreja que he a que consta dos apontamentos juntos e mais não disse e assegnou com elle Menistro e eu Joze Luis Pimentel escrivão da Correição que o escrevi

Antonio Manoel de Azevedo».

Doc. nº 9

«Manda me[18] Vossa Alteza Real informar o requerimento da Camara, Nobreza[19], e Povo da freguezia de S. Miguel da villa de Frechas, o qual eu ja tinha informado, mandando me que remetesse a planta, e apontamentos da obra da igreja daquella freguezia, ao que satisfazo, e vão incluzos, e pello que respeita a capella mor da mesma igreja nada se comprehende nos apontamentos inclussos, pois que ella se acha feita, e paga pellos rendeiros do comendador daquella igreja o Conde de S. Lourenço como declarão as testemunhas do summario junto: Vossa Alteza Real mandará o mais justo.

Mirandella 26 de Junho de 1801

O Corregedor da comarca de Moncorvo

Francisco de Assis da Fonseca».

Doc. nº 10

«A Camara, Nobreza, e Povo da freguezia de S. Miguel da villa de Freichas se ha de passar provizão para do dinheiro das sobras do concelho, se lhe dar 300$000 para se efectuar huma obra.

Lisboa 9 de Setembro de 1801

Pedro Norberto de Sousa Padilha e Seixas»[20].

Doc. nº 11

Apontamentos para a carpintaria da igreja de S. Miguel de Fechas

Primeiramente serão todas as paredes emsolleiradas terão as solleiras tres coartos de alto e palmo e meio de larguo com sinco linhas de ferro; coatro guatos para os cantos; sera esta obra armada de pernas e vem acanvotadas e forrada por cima de tosco e o dipois ferrada tamvem de tumvello e frizada; cornijada como tamvem se farão coatro portas todas de travesas a fasse com suas almofadas tamvem coatro portas para os comfeseonarios todas estas portas serão de chumbadoiros chumvados na cantaria com dois palmos derrabos com suas fechaduras e tranquetas tamvem farão o caxão para os Santos Ollios; redes e bidros para as frestas como tamvem o coro de quinze palmos de larguo com vona madeira de castanho vem seca e toda a madeira de castanho libre de nos tamvem sera a igreja toda telhada; caiada toda esta obra que se aqui declara sera feita a vontade dos moradores e do espetor que ham de elligir na escritura

Manoel Martins Ferreira»

Doc. nº 12

«Apontamentos da obra da igreja de S. Miguel da villa de Frechas

As paredes desfeitas e abertos os licercios emthe darem firme e a da frontaria tera sera [sic] aberto de des palmos de largura em os lugares das cepas mais largos para ficar lugar para se travalhar as cepas serão principiadas de sorte que no leito do qoco [sic] deixem hum palmo de corte para coada perfete vindo a mostrar de baixo, este perceito se ade goardar em todas as cepas e paredes de fronte e naves e por dentro da mesma forma de comprido tera cem palmos levres de paredes e de largura o que mostrar os cunhaes feitos e as paredes das naves terão quatro palmos das soleiras para cima a frente comforme mostra o risco levarão coquo em roda por fora emtopando na caza do despejo seguira a mesma caza se o tiver a sacrestia alias não e a caza do despejo tera a largura e altura que mostra a sacrestia comprimento mais seis palmos do que ficar distante a porta do pulpito que esta tera nove palmos de altura e quatro de largura apilarada por dentro para onde ficar o rebate e o talo sera dereito com seo colarinho no cimo do pelinto fino a porporção do portal no meio tera hum ressalto de palmo e meio de largura e colinhas de lucante com hua almofada no meio bem feita e a face sera bem limpa e o cachorro esta asente a quinze palmos de altura as paredes da caza do despejo teram tres palmos e duas quartas de grossura e os emtabalamentos desta serão o da sacrestia da mesma sorte sera o cunhal que leva o da igreja sera o que tem os cunhais emthe os aboamentos do risco da frontaria dos aboamentos do risco que ha de nacer a cornije das naves se esta for mais baixa fara huma enlevaçãozinha comforme a do frontespicio para procurar o olivel das naves da parte do meio dia levara

hua parte frauza de seis palmos e meio de largura e treze de altura tera ressalto nas cepas para o coquo como o da entrada de sorte que o filete morra no rebate e a sua cabeça tera palmo e meio tera huma requeixa de tres pulgadas de largura pella parte dos pilares estas deixarão hum quarto de pillar e pulgada e meia para huma mocheta que tera hum quarto de largura voltara para o plano em hua porporcionada meia cana correra eito toda a roda da portta e a torca sera de volta esquacana com hum colarinho bem porporcionado sobre a mocheta que cerca o pano tambem escacana [sic] que nas requeixas fara seos ressaltos e torniques emgouchidas no meio levara outro de dois palmos de largura tornejara por ambas as partes o colarinho e pocheta e com hum *coarto de lucante e para baixo fara huma pulgada de ressalto para o pelinto e levara hua* almofada bem feita no meio do pano da cabeça cada hombreira tera tres peças tranqueiro atestado a tresqua de faixa pella parte de dentro e hua agulha igual altura dos dois tranqueiros e porelhos que tenhão o menos dois palmos de mam a dicta parte levara duas frestas de oito palmos de altura e quatro e meio de largura de volta e colarinho esquacano a imitação do da capella mor os cortes dos peitoris se comporam comforme a perfeiçam do aparelhador levara hua almofada refendida serão refaixados por dentro e por fora com cinco pulgadas de faixa e hum coarto de pillar como cunhais e todos os mais portais apelorados o aparelho das hombreiras sera como o das portas e os ferros serão como os da capella mor deixarão comodidade para os corremoins dos altares deixarão quatro comfessionarios de sete palmos de largura e doze de altura bem travalhados as paredes com bastantes juntouras e a calnice [sic] cahira donde dis assento de quantaria e comfesanarios em bocados e toda a quantaria bem assente em qual joeirada e tarçada pelo meio e a das paredes tarçada e a parede da frente sera bem assente em cal tudo o que de dos prumos dos aboamentos que comem de olivel para dentro bem assente em cal e todas as tiadas emliadas hum daliadouro o outro o juntouro sem que falte algua destas os cunhais terão mais hua pulgada de pano que os da capella mor a corneje ha se de porporcionar nos aboamentos segundo a porporção da ordem os cunhais ande ter tres palmos de mão depois da cantaria e aparelhos ao tição todos em dereito do mostrador levara toda a parede hum berrugo de palmo e meio emquados para poder pasar o ponteiro no olivel do leito do frizo e dereito de coada pe dereito prencipiarão a sahir hum cachorro pello meio de altura e sahida em volta redonda hum palmo de grossura tres em cada hum delles todos de huns para os outros fação palmo e meio de saida atestados e escodados por cima seram cobertos com taças de palmo e quarto e grossas tambem coadrejadas e galgadas escodadas com hum alçapam de quatro palmos em coadro entre hum de cachorros para se poder subir para os sinos para o uso de seos toques este pezo ha de ficar por cima do tilhado hum palmo livre do cume daqui para cima sera toda faciada pellas quatro partes correram todas as suas molduras o corpo do campanario tera menos hum palmo de grossura que a parede que for a meio palmo de corte de cada parte e o aparelho da parte principal sera bem travado como o das outras e melhor soleiras e tudo sera bem escacoado e bem seguro e bem limpo e apurado e perfilado e bem tomadas as juntas e anadidas a peça e a cantaria clara e fina carreto e tudo a custa dos arrematantes

Simão Rodrigues».

NOTAS

* Mestre em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1 No *Tombo dos bens do concelho da vila de Frechas*, datado de 16/9/1614, pode ler-se: «Tem o concelho desta villa no lemite della hum rocio que he a praça della tem comprido trinta e duas varas de craveira, e de largo vinte e quatro parte com cazas dos moradores e nella esta o pellourinho. Tem mais as cazas da Camara e audiencia que estão na praça, e sam duas e sobradadas com suas logias que servem de cadeia tem outra caza terria que serve de assougue». A D.B., Arquivo de São Payo, Cx. 20, P 138(1).

2 ALVES, Francisco Manuel - *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Bragança, 1981, p. 262.

3 COSTA, António Carvalho da - *Corografia portugueza e descripçam topogragica do famoso reyno de Portugal*, Tomo primeiro, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 416, 471.

4 A.N.T.T., *Vila de Frechas*, in «Dicionário Geográfico», vol. 16, fl. 995.

5 Terá interesse estabeler comparação com a prática do século anterior, na qual também se contemplam os privilégios e as obrigações do comendador. Em 4/12/1657, quando se fes o *Tombo da comenda de Rio Torto no termo da vila de Frechas*, depois de ouvidas várias testemunhas concluiu-se: «vistos estes autos como por elles se mostra ser a igreja desta villa real e aneixa da comenda de São Lourenço de Lilella que oje se intitulla de Rio Torto e pertemce [sic] a ella as duas partes dos dizmos que se paguam no termo desta villa e Val da Sancha e a outra Terça ao senhor Manoel de Sampaio senhor desta villa e donatario della e a Terça de Val da Sancha a Mitra de Bragua e pertencer mais a dita comenda as imprimias que somente se pagua hu alqueire de triguo ou centeio cheguando os lavradores a trinta alqueires e nam cheguando a esta comtia não se deve imprimia e da mesma sorte de vinho e que tudo se pagua no dizmo do que Deus der excepto de linhaça de que se não paguava cousa algua e que se paguava de comida de bois que se lhe da em verde e molhos dous vinteis per junta e hu vintem per meia junta e isto quer tenhão alcacer o alcacer hu vintem de bezerro se pagua hu vintem e de bestas menores outro e de bestas maiores dozentos reis de que pertencem a comenda as duas partes e de frangos hu vintem e de todo o dizmo ordinario e de cinquo a metade e chegando a seis leva a comenda as duas partes de hu tornando as montas que são ou forem ou lhe couber e isto de quoatro que faltão para os dez e não tendo o criador mais de quoatro cordeiros ou dahi pera baixo tem obriguaçam o criador de paguar as montas a comenda e terça e que destes diguo e que estes eram os dizmos que se paguavam a comenda e se mostra ser ella obriguada a paguar tres almudes e meio de azeite pera a lampada desta igreja de Frechas e de cer pera as missas comventuais e dous alqueires de triguo pera as ostias e dous almudes de vinho pera as galhetas e se paguava deste ramo pera a fabriqua desta igreja tres mil reis incluidos na soma maior de trinta e quatro mil reis que toda a comenda he obriguada e ao seminario deste ramo outocentos e trinta incluidos na soma maior que se fez em Rio Torto e pera o reverendo confirmado desta igreja se paguavam de seu estupendio doze mil e seiscentos reis e de ensinar a doutrina e que avera quatorze annos se lhe acrecentarão dous mil reis pera as casas em que viva per estarem arruinadas as da comenda e que se lhe paguavam mais vinte alqueires de triguo e era outrosso obriguada a comenda aguasalhar o visitador e que nehus outros bens tinha a comenda mais que huas casas em que moravão os confirmados». A.D.B., Arquivo de São Payo, Cx. 20, P 138(2).

6 A.N.T.T., *Vila de Frechas*, in «Dicionário Geográfico», vol. 16, fl. 996.

7 A.N.T.T., *Vila de Frechas*, in «Dicionário Geográfico», vol. 16, fl. 996.

8 A.N.T.T., *Vila de Frechas*, in «Dicionário Geográfico», vol. 16, fl. 995.

9 A.N.T.T., *Vila de Frechas*, in «Dicionário Geográfico», vol. 16, fls. 995-996.

10 A.P.E., *Baptizados*, Moncorvo, Lv. 12, fls. 11v, 57.

11 A.P.E., *Baptizados*, Moncorvo, Lv. 12, fl. 96.

[12] A.P.E., *Baptizados*, Moncorvo, Lv. 12, fl.168; *idem*, *Casamentos*, Moncorvo, Lv. 18, fls. 115v-116.

[13] A.P.E., *Baptizados*, Moncorvo, Lv. 11, fls. 67, 120v; *Casamentos*, Moncorvo, Lv. 18, fls. 116-116v.

[14] Ao cimo: «O Corregedor da comarca informe com o seu parecer ouvindo a Camara Nobreza, e Povo, fazendo avaluada a importancia da obra mencionada, pondo a a lanços e dando conta do menor, e mais seguro. Lisboa 10 de Dezembro de 1801».

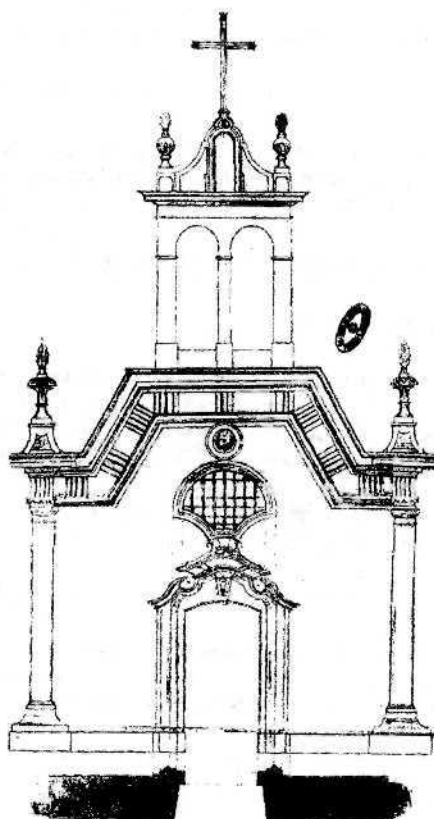
[15] No fim do documento: «cumprasse Frechas e Janeiro, 23 de 1801».

[16] Este símbolo corresponde a palavra ilegível.

[17] Ao cimo: «Haja vista ao Procurador da Coroa. Lisboa 20 de Fevereiro de 1801»; «Torne a informar como requer o Procurador da Coroa. Lisboa 9 de Março de 1801». À margem esquerda: «deve tornar a informar, remettendo planta, e apontamentos da obra, que forão a praça; e declarando o que nelles se comprehende da capella mor, quem pagou a despesa, que nella se acha feita, e a quem pertence a sua reedificação».

[18] Ao cimo: «Haja vista ao Procurador da Coroa. Lisboa Senhor 8 de Agosto de 1801»; «Provisão na forma da informação, a resposta. Lisboa 9 de Setembro de 1801».

[19] À margem esquerda: «*Fiat justitia*; atendendo a necessidade da obra; e a suavidade do meio».

[20] No fim: «a folio 233 do livro 22 da receita dos novos dinheiros se carregarão ao thezoureiro delles quinhentos e quarenta reis. Lisboa 22 de Setembro de 1801. Ignacio de Campos e Sousa. José Pedro Martins. A folio 101 versus do livro 64 se acha registado; Lisboa 22 de Setembro de 1801. Serrão».

CULTO E IMAGEN A MERCURIO EN GALLAECIA

Purificación RODRÍGUEZ GARCÍA
Fernando ACUÑA CASTROVIEJO *

El estudio de la religión romana en Galicia no tuvo demasiada preocupación entre los investigadores, ya que faltan obras de conjunto que analicen con profundidad el tema. Las síntesis mas notables son las aportaciones de carácter general de Arias(1974), Tranoy (1981) y López Barja (1986). Otras obras de interés se refieren al *conventus* Lucense (Rabanal,1996) y Bracarense (Rodríguez Navarro,1986), a la religiosidad galaico-romana estudiando sobe todo las divinidades indígenas y, por último existen diversos artículos sobre divinidades concretas (Júpiter, Lares Viales, Mercurio).

En esta exposición presentamos una revisión del culto a Mercurio en G*allaecia* plasmado en esculturas de bronce y en la epigrafía, justificado por la aparición de una árula en una excavación de una *villae*; con lo que nos sumamos a este merecido homenaje al profesor Ferreira de Almeida

Mercurio es el dios protector del comercio y velador de los caminos y de los viajeros, vemos que en las encrucijadas tanto en Grecia como en Roma se materializa en los llamados H*ermae* constituyendo un elemento decorativo de las casas (Pérez Almoguera, 1993, 40) y en altares domésticos o familiares. Su culto se refleja en pequeñas esculturas de bronce y en una árula, colocados en los lararios de las casas; y en aras votivas erigidas por dedicantes que presentan un sistema onomástico propiamente romano procedentes de asentamientos relacionados con las vías de comunicación de G*allaecia*.

La protección que ejerce en el comercio y en la prosperidad de la casa da lugar a que se establezca un lugar de culto privado. La casa es el lugar de la familia y del santuario de la divinidad doméstica o familiar. Esta religión de tipo familiar se realiza en los *lararia* o altares de sus domus y *villae* y en las *arae*, pedestales y en esculturas de bronce. El término *lararium* indica la capilla doméstica en el interior de la cual se colocaban las imágenes de las divinidades, no aparece hasta época imperial, anteriormente se utilizaban otras denominaciones como *sacrarium*, *sacellum* y *aedicula* (Daremberg-Saglio, 1873-1919). Representados por restos arquitectónicos, que en un pricipio constaban de un modelo simple compuesto por un nicho de forma rectangular o cuadrado abierto en la pared de la habitación. Posteriormente esta forma derivará hacia tipos más elaborados y complejos que ornamentarán su sencillez, con alguna variación, simulando una fachada de un templo con frontón, hasta formar un templete con podio o plinto adosado a la pared donde se colocaban las imágenes de bronce de los lares y de otras divinidades apoyadas en sus pedestales (Borda, 1947, 118). Se situaban en lugares privilegiados, visibles y visitables, como en el atrio, en los umbrales de las puertas para trasladarse finalmente a la cocina.

La adoración de estas capillas se basa en un sencillo ritual de visitas diarias y en la ofrenda de sacrificio o comida, que en algunos días señalados podía adquirir un carácter mas festivo (Bayet, 1984). La funcionalidad de este tipo de culto es el de la protección de la propiedad y la de sus habitantes. Esta protección se ejercían en la vida

de las personas relacionada con el ciclo económico, la cosecha, la prosperidad, y con la persona, *imagines maiorum*, salud.

En una villa agrícola situada en el Agro de Nogueira (Toques. A Coruña), próxima al castro romanizado de Piñeiro, correspondiente a la tipología de patio abierto o cuerpo rectangular sobre el que se abren varias estancias se encontró una árula de culto privado (Rodríguez García, 1996). Los materiales recuperados en la excavación se corresponden con cerámicos como sigillata hispánica y cerámica común de pasta grisáceas y decoradas con ruedecillas, morteros, vidrios, elementos metálicos de hierro y bronces, y un sextercio de Trajano. Los materiales establecen un marco cronológico correspondiente al Bajo Imperio, en torno al siglo IV d.c donde se produciría el funcionamiento y desarrollo de la villa.

La árula se encontró junto a la pared occidental empotrada en el pavimento, delimitada por tres piedras colocadas de canto, y enterrada hasta la altura de las letras, en una habitación de planta rectangular y de grandes dimensiones, de 8 m de largo x 4,2 m de ancho; dividida probablemente por una pared de madera, con un pavimento de *opus signinum* y con un hogar parcialmente empotrado en la pared en la esquina sw (Acuña y Meijide, 1990).

La pieza es de serpentinita, piedra murcia o tobelo, según la denominación de la zona. El análisis realizado por difracción de rayos X ha revelado que sus componentes exclusivos son talco y clorita. Las serpentinizaciones de diversos tipos son frecuentes en el área de Melide lo que confirma una procedencia y fabricación local (Análisis realizado por la Dra. B. Silva Hermo. Dpto de Edafoloxía e Química Agrícola).

Es de forma rectangular, y de pequeñas dimensiones 16,5 x 9 x 4,5 cm, estrechándose en la parte superior, y rematada por un espacio rectangular inciso con dos apéndices circulares inscritos a los lados, tipo *cornea*, que enmarcan un pequeño resalte. La superficie posterior está sin alisar. (Foto 1)

La *ordinatio* se distribuye en tres líneas auxiliares con letras separadas por interpunciones de triángulo; las letras revelan un *ductus* ágil y de trazo curvo facilitado por las características del soporte y se refleja solamente por extenso el nombre de la divinidad y el dedicante.

MERCURI/ S▴A▴D▴O/ V▴A▴P▴P▴V/ ICTORI▴CO▴S▴F

La interpretación del texto podría ser la siguiente: Mercuri(o)/ S(acrum) A(nte) D(is) O(mnibus)/ V(otum) A(ram) P(ecunia) P(osuit) V/ictori(nus) Co [...] S(uo) F(ecit).

Otra lectura sería asociar *Victori* como apelativo de la divinidad (Rodríguez García, 1996), del que existen paralelos y que el nombre del dedicante se encontrase en la segunda línea. La posibilidad de que hubiese una datación consular con *Victorinus* no parece viable, tanto por el lugar de hallazgo como por la existencia de una clara interpunción entre las letras Co y S.

El contexto del epígrafe permite datarlo en el siglo IV d.c.

Victorinus está atestiguado en tres inscripciones en el noroeste(IRL 83, CIRG I 69, AE 1971,195). (Abascal Palazón1994, 545, 546). El dedicante *Victorinus* es el propietario de la casa y establece en esta habitación un lugar de culto o larario de la villa agrícola, en la pequeña ara o altar se realizarían las ofrendas destinadas a Mercurio para velar por la prosperidad de la casa relacionada con la tipología del asentamiento. La situación que presenta respecto a la disposición general del edificio es de un lugar bien articulado, privilegiado, fácilmente visible, al lado de una cocina que es uno de los lugares hacia donde se desplaza el culto doméstico (Borda, 1947, 117).

En otros yacimientos como en la villa romana de Vilauba, de carácter agrícola y organizada en torno a un pasillo que comunica con las diversas estancias, una de las cuales es la que se ha definido como larario se encontraron un conjunto de figuras de diversas divinidades, como Fortuna, Lar y Mercurio, con sus pedestales (Tremoleda, Castanyer, 1989, 54). Este asentamiento se puede relacionar con el Agro de Nogueira por la tipología del yacimiento y por la existencia de una estancia dedicada al culto de carácter privado.

A estos lugares de culto hay que atribuir una serie de figuras que colocarían en los lararios. Una de los más comunes es la imagen de Mercurio o Hermes griego, con representaciones en los conventus Bracarense y Lucense. Es el dios de los comerciantes, de la buenaventura, de la prosperidad y de la conducción por el buen camino. Se representa desnudo cubriendo su cabeza con el alado *petasos* y llevando el *marsupium* y el *caduceus* en cada una de sus manos.

De un ambiente urbano, de *Lucus Augusti*, (Bouza Brey, 1969,35) procede una imagen depositada en el Museo Arqueolóxico do Castelo de San Antón (A Coruña). Lleva la cabeza cubierta con el *petasos* al que le falta una de sus alas, que permite mostrar el cabello ensortijado y el rostro tratado con pequeñas incisiones y la nariz afilada. Los ojos hundidos llevarían incrustados piedras que han desaparecido. La *clámide* apoyada en el hombro izquierdo, con grandes pliegues que caen hasta la altura de la rodilla. En la mano derecha lleva el *marsupio* y la izquierda está semicerrada. En los pies lleva sandalias aladas. Los rasgos anatómicos bien marcados, con los hombros a distinta altura y la espalda desproporcionada.

En Taboexa, en el coto de Altamira, As Neves (Pontevedra), un castro romanizado donde proceden cerámica y monedas datadas en el siglo IV, (Filgueira y García, 1955, 177) lugar interpretado como centro de culto durante el siglo I (Rodá, 1990, 84) por la localización de un conjunto de bronces, depositados en el Museo de Pontevedra. Entre los que destaca la imagen de Mercurio, un ex voto en forma de árula y un pequeño pedestal de base rectangular decorado con una moldura circular de líneas oblicuas incisas y con ovas; fracturado por la mitad y sin que sepamos su corrrespondencia con las figuras.

El dios se representa con la cabeza tocada con el *petasos* alado muy desgastado. Viste la *clámide* que se apoya en el hombro izquierdo y cae hasta las rodillas. En la mano izquierda portaría el caduceo, hoy perdido, y en la derecha también desaparecida, la bolsa o *marsupio*. La pierna izquierda fracturada a la altura de la rodilla y la izquierda por el tobillo. La cara con ojos y nariz marcados. El rostro desgastado, con ojos incisos y de forma triangular. Se vuelve ligeramente hacia la derecha. Este tipo se relaciona con la tipología de la *clámide* a triángulo. Los modelos de estas figuras siguen a los citados por Pausanias, el de Policleto es el más seguido.

La árula es de base ligeramente rectangular, hueca en el interior; de pequeñas dimensiones 5,6 x 4,1 x 3,1 cm y enmarcada por una moldura lisa. En la parte superior se representan un cordero de pié unido por las patas, una tortuga con el caparazón realizado por retícula, con cabeza y patas marcadas. A su lado una impronta de otra figura, rota por su base lo que impide su identificación, aunque podría tratarse de un escorpión. Esta pequeña árula se relaciona con el culto a Mercurio, por los animales asociados a este dios (Acuña Fernández, 1977, 203).

En algunos ejemplares se representa acompañado de una cabra, de un escorpión, perro, el cordero, tortuga, gallos, etc. La iconografía de Mercurio sentado o de pié

acompañado de animales aparece en cuños monetales desde el siglo III-IV, en glíptica con gallos y perros (Casal García, 1990, 125-127) y en figuras de terracota como en el larario de Reze con la representación de un perro y un cordero junto con los atributos del dios como divinidad sincrética de la prosperidad, del comercio y del viaje (Santrot, 1993, 290). (Foto 2)

Una última imagen corresponde al de Vilar de Barrio (Ourense) depositado en el Museo Arqueolóxico de Ourense. El cuerpo desnudo, casi en su totalidad, con la *clámide* pequeña y enrollada colgando en el hombro izquierdo. En la mano derecha lleva el *marsupio* y en la izquierda el caduceo. La cabeza cubierta con el *petasos*, al que le falta una de sus alas y muestra el cabello ensortijado con buena traza. Las facciones suaves y los rasgos anatómicos poco marcados. La morfología de la figura se caracteriza por la tosquedad de elaboración. Actualmente se presenta sobre un soporte circular cuyos pies están formados por perros, aunque probablemente no se correspondan con la figuración original (Acuña Castroviejo, 1975, 152-154).

Otros testimonios de este culto son los representados por los monumentos epigráficos, constituidos por aras votivas realizadas en granito, a excepción de dos ejemplares de mármol localizados en el convento Astur.

La morfología de los soportes se caracteriza por ser aras compuestas por base, fuste y cornisa; la cornisa está decorada por volutas que encierran un frontón, con *foculi* en algunos de los casos (CIRG II, 138). Estas aras son de pequeño tamaño y se relacionan con prototipos clásicos. Algunos testimonios presentan elementos decorativos de carácter astral, como un creciente lunar en el centro del frontón y con dos rosetas en cada lado de las volutas (Diego Santos, 1986, 24, 44) vinculados con la corriente galaico-romanizada.

Las inscripciones son de carácter breve y de formulario simple, con el nombre de la divinidad, dedicante y fórmula final. El nombre de la divinidad aparece mencionado sin epítetos indígenas, en dos casos va precedido de *Deo* (CIRG II 74, 140) y la advocación griega de la divinidad, Hermes, se localiza en Outeiro Seco (Chaves) (Rodríguez Colmenero, 1997, 107-109).

El sistema onomástico presenta un predominio de la composición nominal, con la indicación de la filiación en dos casos (CIG II, 74; IRPL 70), indicando el carácter peregrino de los individuos.

Los *nomina* son claramente romanos, predominado los *cognomina* y nombres personales frente a los gentilicios. Los *Iulii* tuvieron una gran difusión por la Narbonense e Hispania y su nomenclatura fue adoptada por indígenas y libertos (Abascal, 1994, 29-30). *Flaccus Aelianus* es un *procurator Augustorum* entre 161-169 en el reinado de Marco Aurelio y Lucio Vero. Los *nomina* y *cognomina* muestran una presencia similar a otras zonas de Hispania. La mayoría de los testimonios corresponden a *Fuscus* con 16 ejemplos frente a 97(Abascal,1994, 375-376) en el resto de Hispania; le siguen en orden numérico *Fronto*, *Maxumus* y *Severus* con 15 frente a 86 (Abascal, 1994, 372-373), 177 (Abascal, 1994, 424) y 258 respectivamente(Abascal,1994,508-510). *Severa/us* es el cognomen más frecuente en *Hispania*; *Festus* con 9 testimonios frente a 72 ejemplares (Abascal,1994, 362); *Felix* es el cognomen con menor representación con dos testimonios frente a 62 del resto de *Hispania*. *Capito* aparece casi exclusivamente en la Hispania Indoeuropea, sobre todo en la Celtiberia y Lusitania Oriental(Untermann, 1965, 89-90).

La fórmula final presenta una estructura similar con algunas variaciones. Las dedicaciones se realizan con el predominio de *votum* y el verbo *solvit* acompañado con *libens merito* y la variante de *libens animo*, cambiando el orden según los casos. En algunos ejemplos se especifica el tipo de ofrenda: *aram fecit* y el carácter sagrado sacralizando así el monumento.

V(otum) Me(rito)/Libens) A(nimo).
pro/vo/to
ara(m)/festus/f[e]cit
ex v(oto) p(osuit
Sacrum
V(otum). S(olvit) M(erito
V(otum)/S(olvit) L(ibens) M(erito)/B(ono) D(eo).
V(otum) S(olvit) L(ibens) M(erito)
Sacrum/fe(lix) Vo(tum) p(osuit)

Las características epigráficas y morfológicas no permiten establecer una datación precisa; los *nomina* reflejados se distribuyen por toda *Hispania* por lo que no constituyen un indicativo cronológico. Un ejemplo donde se puede establecer una datación segura es el de un *procurator augustorum*, que figura en una inscripción de León, que corresponde, sin duda, a la segunda mitad del siglo II, entre los años 161-169 coincidiendo con el reinado de Marco Aurelio y Lucio Vero. Sin embargo, es posible que este conjunto de inscripciones se pueden fechar entre los siglos II-III coincidiendo con la mayoría de las inscripciones del noroeste.

La distribución de los epígrafes dedicados a este dios se localizan en los tres *conventus de Gallaecia*; de ellos cinco corresponden al Bracarense, y tres al Lucense y Asturicense respectivamente.

La procedencia de los epígrafes corresponden a asentamientos rurales, exceptuando los de Braga y León, relacionados con la red viaria reflejada en el Itinerario de Antonino. Así a la vía XVIII que de Bracara iba a Asturica corresponden las inscripciones de Braga, Vilar de Barrio y Toral de Los Vados; a la Vía XIX que enlaza Bracara con Lucus y Asturica y que coincidía, en parte, a su paso por la actual provincia de Pontevedra (De la Peña, 1990-91, 230) con la XX o *per loca maritima* corresponden las de Caldas de Reis y Valga. La de Rosal está muy próxima a la vía XIX a su paso por *Tude*, y la de Vilalba y O Corgo en las cercanías de la capital del convento Lucense. La de Panxón se relaciona con un asentamiento romano tardío, por el que pasaría una vía secundaria, y en León se vincula a una vía que uniría *Asturica* con *Legio* VII.

INSCRIPCIONES

- Deo M/ercu/rio Fu/scus/fusci(filius)/V(otum) Me(rito)/Libens) A(nimo) (CIRG II 74). Inscripción desaparecida, encontrada en una pared de una casa en Caldas de Reis (Pontevedra).

- Mer/curio/ Severus pro/vo/to (CIRG II 122). Ara cortada en la parte superior, reutilizada como material de construcción. Se descubrió en 1950, en Valga (Pontevedra), en la capilla de San Mamede de Martores, formando parte de una escalera.

- Merc/urio/ara(m)/festus/f[e]cit (CIRG II 138). Ara con base y cornisa, con *focus*. En la parte superior, en los cuatro lados, tiene un frontón triangular. La cornisa tiene molduras por los lados y en la parte posterior. Se encontró en la playa de Panxón, en una zona próxima en Cabicastro donde apareció un mosaico figurado de temática

marina junto con ánforas y monedas, en el siglo pasado. Se conserva en el Museo Quiñones de León (Vigo).

- Deo/Mer(curio)/Fro(nto)/Capi(to)/ex v(oto) p(osuit) (CIRG II, 140. Ara votiva con base y cornisa con doble moldura. Se encontró en la ermita de San Vicente de Marzán (O Rosal. Pontevedra). Se conserva en el Museo Diocesano de Tui.

- Mer[C]/URI[O/...]. Parte superior de una ara, fracturada. Encontrada en un muro cerca del seminario del campo de Santiago en Braga (Santos, Le Roux, Tranoy ,1983, 10).

-Sacrum/Mercurio/.... Fragmento superior de una ara, decorada con una moldura, toro y escocia. San Mamede de Oleiros (Vilalba) (IRPL, 69, 89). Museo Provincial de Lugo.

-Maxu/mus S/ecund/i (filius) V(otum). S(olvit). Mer(curio). M(erito). Pequeña ara decorada en la parte superior con dos volutas que encuadran un frontón y un focus , una moldura y toro enmarcan el campo epigráfico. Procede de As Virtudes, Adai, O Corgo (Lugo) (IRPL 70,90). Museo Diocesano (Lugo).

- Mercurio/i(ulius) S(aturnus) V(otum)/S(olvit) L(ibens) M(erito)/B(ono) D(eo). finales II-III d.c. Ara de pequeño tamaño rematada con un frontón triangular entre dos acróteras que enmarcan un pequeño foculus, (Rguez Colmenero, 1997, 79, 109). Procede de Toral de los Vados (León).

- Mercurio/ A(ug sa)crum/ (...)Flaccus/Aelianus/proc(urator) Augusto(rum)/ V(otum) S(olvit) (L(ibens)) M(erito). Ara de mármol. rematada con un pequeño frontón decorado con un creciente lunar en el centro con dos volutas a los lados ornadas con dos rosetas . Encontrada en la muralla de León, Museo de San Marcos. (Diego Santos, 1986, 24, 44).

- Mercuri(o)/ Sacrum/ FEL(ix) EX Vo(tum) p(osuit) (Diego Santos, 45, 64). Villar de Barrio (Ponferrada). Desaparecida.

CONSIDERACIONES FINALES

En esta exposición se refleja la importancia que el culto a Mercurio tuvo en el noroeste peninsular, atestiguado en un total de catorce testimonios; diez epigráficos y cuatro figuras de bronce distribuidos de una forma bastante homogénea por todo el territorio. De ellos seis pertenecen al *conventus* Bracarense, cinco al Lucense y tres al Astur, siendo en este último donde no existe ninguna figura. Los lugares de hallazgo, en la mayoría de los casos, se corresponden con las principales vías de comunicación en asentamientos de carácter rural, vinculados con el carácter de Mercurio como divinidad relacionada con el comercio, las comunicaciones y los caminantes. En este sentido hay que destacar también el hecho de que sea la *Gallaecia* la provincia de todo el Imperio, en el que existen más dedicaciones a los Lares Viales bajo cuya advocación probablemente estuviese una deidad prerromana.

Las figuras de bronce pertenecen a talleres foráneos excepto el grupo deTaboexa ,en el que la aparición de distintos elementos de fundición permiten pensar en la existencia de un taller local. El marco cronológico es difícil de precisar por la ausencia de contextos arqueológicos asociados, sin embargo la producción broncística hallada en los conventos Lucense y Bracarense se pueden datar entre los siglos II-IV, siglos a los que podrían encuadrarse las piezas estudiadas. El significado de las figurillas como

objetos cultuales colocados en altares o lararios de ambientes privados se revela por la presencia de estas piezas lugares habitacionales, rurales o urbanos.

En los epígrafes se constatan la onomástica romana, un formulario breve con pocas variantes en los elementos finales que no permiten un ámbito cronológico preciso. Unicamente la inscripción de *Flaccus Aelianus* se puede datar entre los años 161-169 por su cargo de ***procurator augustorum***, y la de Victorinus en el siglo IV coincidiendo con la etapa de ocupación de la *villae*, en la que se localizó.

BIBLIOGRAFÍA:

Abascal Palazón, J. M., *Los nombres personales en las Inscripciones latinas*. Universidad de Murcia, Murcia, 1994.

Acuña Castroviejo, F., "Divinidades romanas en bronce del convento Bracarense" *Bracara Augusta*, XXIX, 1975, pp. 149-157.

Acuña Castroviejo, F., Meijide Cameselle, G: *Memoria de la tercera campaña de excavación del Agro de Nogueira (Toques)*. Depositada en la Consellería de Cultura e Comunicación Social. Xunta de Galicia. Santiago, 1993.

Acuña Fernández, P., "Contribución al estudio de las religiones romanas en Galicia. El culto a Mercurio". *Boletín Auriense*. T.VII, 1977, pp.199-212.

Arias Vilas, F., " La religión en la Galicia Romana". *Liceo Franciscano 2ª época* 79-81, 1974, pp. 69-77.

Arias Vilas, F., Le Roux, P. , Tranoy, A.,. *Inscriptions romaines de Lugo*, (= IRPL) Paris, 1979.

Baños Rodríguez, G., *Corpus de Inscricións romanas da provincia de Pontevedra* (=CIRG II), Santiago, 1994

Bayet, J., *La religión romana. Historia política y psicológica*, Ed. Cristiandad, Madrid, 1984.

Borda, M., *La vita familiare romana*. Collezione "Amici della catacumbe", Cittá del Vaticano. 1947.

Bouza Brey, F., "Mercuriolus de bronce, inédito, de Lugo", C.E.G. XXIV, 1969, pp. 35-40.

Casal García, R., *Colección de Glíptica del Museo Arqueológico Nacional*. (Serie de entalles romanos). Madrid, 1990, pp.125-127.

De la Peña Santos, A. "Consideraciones sobre las vías romanas de la provincia de Pontevedra", *Castrelos*, 3-4, 1990-1991, pp.217-241.

Daremberg-Saglio., *Dictionnaire des Antiquites Grecques et Romaines*, 1873-1919, pp.938-950.

Diego Santos, F.,:*Inscripciones romanas de la Provincia de León*, León, 1986

Filgueira Valverde, J., García Alén, A., *Materiales para la carta arqueológica de la provincia de Pontevedra*, Pontevedra, 1955.

López Barja de Quiroga, J., "Religiones romanas y orientales en el noroeste peninsular", *Semata*, 7-8, 1996, pp. 235-249.

Pérez Almoguera, A., *La Religión en el occidente de Cataluña en época romana*., Lleida, 1993.

Rabanal Alonso, M.A, García Martínez, S.M., Hernández Guerra L., "La religión y la religiosidad indígeno-romana el conventus Lucensis", *Estudios humanísticos*, 18, 1996, pp. 83-104.

Rodá, I., "Bronces romanos de la Hispania Citerior", *Catálogo de la exposición los bronces romanos en España*, Madrid. 1990, pp.71-90.

Rodríguez Colmenero, A, *Aquae Flaviae. I. Fontes epigráficas da Gallaecia Meridional interior*, Cámara Municipal de Chaves, 1997.

Rodríguez García, P., "Cultos domésticos en la Galicia Romana". *Actas del II Congreso de Arqueología Peninsular*, Zamora 1996 (En prensa).

Rodríguez Navarro, A. M "Algunas conclusiones sobre la religión en el convento Bracaraugustano durante la época romana", *Manifestaciones religiosas en la Lusitania*, Cáceres, 1986, pp.113-125.

Santos, Le Roux, A. Tranoy., *Inscriçoes Romanas do Museo Pio XII en Braga*. Braga, 1983, Nº 8, L. IV, fig. 10, p.10.

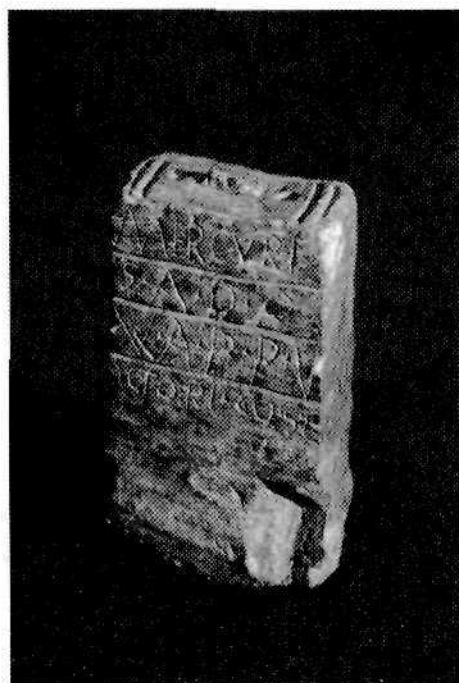
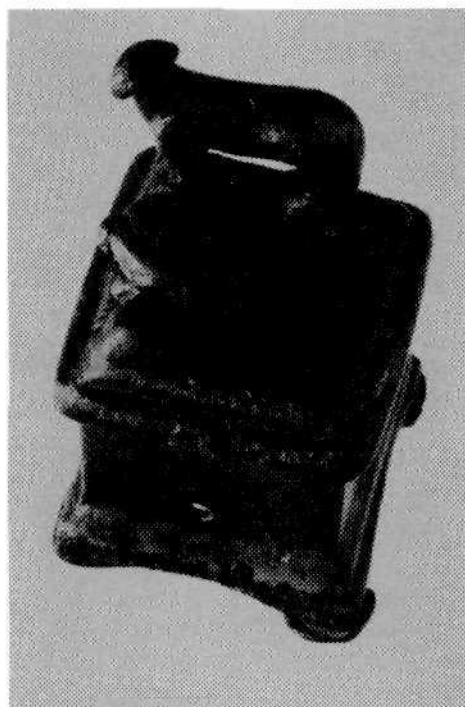
Santrot J., "Le petit munde du "Laraire" Gallo-Romain de Reze (Loire-Atlantique)". R.E.A, 95,1993, pp.265-294.

Tranoy, A., *La Galice Romaine*, Paris,1981.

Tremoleda i Trilla, Castanyer, Roure: Vilauba., "Estudi prleiminar del larari de la vil.la.", *Cypsela* VII, 1989, Girona, pp 49-69.

Untermann, J., *Elementos de un Atlas Antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965

* Universidade de Santiago.

Este trabajo se realizó dentro del proyecto de investigación XUGA 21001 B94.

DOS TRATADOS MÉDICOS QUINIENTISTAS CONTRA EL MAL DE OJO: LOS OPÚSCULOS DE GASPAR DE RIBEIRO Y TOMAS RODRIGUES DA VEIGA

Jacobo SANZ HERMIDA *

Considerada como una de las supersticiones más arraigadas de la cultura mediterránea, el mal de ojo, aojamiento o fascinación – nombres todos ellos con los que habitualmente se designa esta dolencia – ha sido objeto de múltiples estudios desde su punto de vista etnográfico o antropológico[1], sin que apenas contemos con trabajos que aborden su análisis desde su veta puramente médica[2]. El presente artículo pretende dar noticia de dos textos médicos, escritos por sendos físicos portugueses, en los que se evidencia el interés que esta enfermedad tuvo a lo largo de todo el siglo XVI.

En el primer cuarto del siglo XV el polémico don Enrique de Villena, más decimonónicamente con ese ficticio título nobiliario de Marqués de Villena, escribía un tratado sobre el aojamiento en forma de epístola respondiendo a la petición que sobre tal mal le hacía su antiguo criado, Juan Fernández de Valera, quien seguramente se erigía en vocal de algún noble concreto. Su *Tratado de fasçinación o aojamiento*, venía a ser una gran compilación de todo lo que hasta aquel entonces se sabía del mal de ojo[3]. Para ello, don Enrique no dudó en aportar los conocimientos tanto librescos como orales que deambulaban en las tres culturas que convivían por aquellos años en la Península. Su continua recurrencia a autoridades heréticas, hebreas y árabes, así como a la experiencia en el uso de sistemas preservativos y curativos poco ortodoxos, cuando no supersticiosos, debieron motivar la aparición unos años más tarde, también en la primera mitad del siglo XV, del pequeño opúculo que sobre el mal de ojo inserta Alfonso de Madrigal, el Tostado, dentro de sus *Çinco figuratas paradoxas*; obra, escrita a instancias de la reina María de Castilla, en la que se le pedía que diera luz a algunos capítulos escriturarios oscuros que preocupaban a esta monarca. El famoso polígrafo abulense concluye explicando el aojamiento como una enfermedad perteneciente a la virtud expulsiva, en cuanto los humores malignos que todo ser humano posee son expelidos en forma de espíritus – según el concepto galénico de espíritus – y terminan siendo absorbidos por los ojos de todos aquellos individuos suceptibles de enfermar; o lo que es lo mismo, por personas caquéxicas. Tal vez lo más importante de esta temprana aportación sea el hecho de que se niega en rotundo la habitual creencia de que intervienen fuerzas diabólicas en el surgimiento de la enfermedad, intentando con ello desarraigar su notorio carácter supersticioso.

A partir de este punto, la fascinación comienza a ser tema de debate entre los físicos que constituyen un *corpus* médico escrito en latín sobre tal enfermedad[4]; y aunque dedicado al monarca o algún noble concreto, no por ello deja de tratarse de textos específicos para los que ejercen profesionalmente esta ciencia. *Corpus* que se inicia a fines del siglo XV y continúa, a lo que nos interesa, en la Península Ibérica hasta

la segunda mitad del siglo XVI, con un total de cuatro tratados, dos españoles y dos portugueses. Cronológicamente son los siguientes:

- Diego Álvarez Chanca, *Tractatus de fascinatione*, 1499.
- Antonio de Cartagena, *Libellus de fascinatione*, 1529.
- Gaspar de Ribeiro, *Questio de fascinatione*, c.1535.
- Tomas Rodrigues da Veiga, *Relectiones de facinatione*, 1561.

Todas estas obras aunque diferentes entre sí, poseen una unidad que las hace merecedoras de constituir un *corpus* bien definido. Dicha uniformidad se centra en dos aspectos: el de apuntar la necesidad de tratar esta enfermedad por la falta de trabajos específicos al caso, y el de relacionar el mal con la peste y enfermedades epidemiológicas. En el primer aspecto, aunque con una clara motivación retórica, no deja de resultar más que curioso el hecho de que no coincida en el título ninguno de los tratados. Además en todos los autores el interés no es tanto por dar a la luz una obra que trate una enfermedad que ha sido un tanto obviada, como el de sacar de dudas al lector de los problemas que suscita un mal, cuyas opiniones contradictorias no han sido capaces de unificar un criterio analítico.

En lo que respecta a la relación del aojamiento con la peste y enfermedades epidemiológicas afines, en algunos tratados se evidencia de forma tan clara – independientemente de las indicaciones internas de cada texto – como en el hecho de que se incluya en una obra mayor que versa sobre la peste, como ocurre con la obra de Cartagena, o en un contexto de fiebres pestilentes, como sucede con Rodrigues da Veiga[5]. Por lo tanto, si hubiera que clasificarlos dentro de algún campo de la medicina, sin lugar a dudas, pertenecerían al conjunto de obras que constituyen la literatura loimológica.

Dejadas a un lado estas cuestiones comunes a todos los textos, voy a centrarme en el análisis particularizado de los textos. El precursor de este *corpus*, como he señalado más arriba, fue Diego Álvarez Chanca, médico de los Reyes Católicos, y el físico que acompañó a Cristobal Colón en su segundo viaje a las Indias Occidentales, como médico y botánico de la expedición. Su obra, el *Tractatus de fascinatione*, aunque carece de indicaciones tipográficas de lugar, año de impresión e impresor se publicaría, según coinciden la gran mayoría de los bibliógrafos, en la imprenta sevillana de Pedro Brun en 1499[6]. Este tratado, junto con el de Antonio de Cartagena, es el más completo que sobre este mal se ha escrito, al cumplir perfectamente el concepto clásico de la medicina, al explicitarse la teoría de la salud, enfermedad y curación. Para ello se debaten todos los problemas que rodean a este mal (posibilidad o no de que existan hombres de complexión venenosa; si se puede envenenar por la vista y cómo se produce el mal; si el aojo puede darse por otro conducto que no sea la vista; si cualquier ser humano es susceptible del aojo; si se puede aojar a animales, plantas e hierbas y si es posible hacerlo en cualquier momento; quiénes son los más susceptibles de ser aojados y por qué motivo los autores antiguos no hicieron mención de esta enfermedad), para pasar seguidamente a los modos de preservar y curar esta dolencia, dando detalladas recetas farmacológicas al caso. Todo ello desde un escolasticismo aristotélico avalado por reconocidas autoridades médicas clásicas como Galeno o Dioscórides, árabes como Avicena, Averroes, Avenzoar o Isaac, sin dejar de hacer

mención a físicos modernos también afamados como S. Alberto Magno, Arnaldo de Vilanova o el difundido Gordonio.

Por su parte, Antonio de Cartagena publicaba en la imprenta de Miguel de Eguía de Alcalá de Henares su *Liber de peste; de signis febrium et de diebus criticis. Additus est etiam huic operi libellus de fascinatione* a instancias del cardenal Cisneros[7]. La adición del *Libellus de fascinatione* en una obra que ha sido considerada como la mejor de la literatura loiomológica renacentista[8] nos confirma de sobra el interés que debió suscitar esta enfermedad entre los principales médicos del siglo XVI.

Bien diferentes, en cambio, se nos muestran los tratados de los dos portugueses. El de Gaspar de Ribero, presenta de por sí graves problemas, tanto en la identificación del autor como en la datación de la obra. Mis esfuerzos por averiguar algo sobre este médico han sido infructuosos en su mayoría, de forma que apenas contamos con algo más que los datos que él mismo nos proporciona al inicio de su obra: «In midicina Licentiato et ilustrissime Caterine Lusitanie regine et cætera medico»; es decir fue médico de Catalina, reina de Portugal y esposa de don João III. No lo mencionan ni Barbosa Machado ni Lemos[9]. La búsqueda por la bibliografía española específica tampoco ha sido fructífera[10]. No obstante una pequeña referencia localizada en el *Dicionário dos medicos e cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal*, que dejó manuscrito Augusto da Silva Carvalho, nos aporta mayor noticia sobre este físico. Carvalho siguiendo a Sousa Viterbo, nos comenta:

> *Era físico de D. João III e do Hospital de Todos os Santos. Por alvará de 26 de Junho de 1546 foi-lhe mandado dar por este último serviço quatro moios de trigo por ano, o que era uma avultada paga nesse tempo e por alvará de 1 de Outubro do mesmo ano, se determinou que nos anos de esterilidade, se lhe pagasse em dinheiro a razão de três mil reis o moio. Sousa Viterbo não viu o seu opusculo Quaestio de Fascinatione edita a Gaspare de Ribero in midicina liceciato et ilustrissime Caterine lusitanie regine medico, citado no catalogo de Gallardo*[11].

Pero el problema de Gaspar de Ribeiro no queda tan sólo en su identificación, sino que su obra plantea asimismo polémica. Al desconocer la identidad del autor también ignoramos su *corpus*, que, obligados, debemos reducirlo a esta *Questio de fascinatione*. Tratado éste del que tan sólo tenemos noticia de la existencia de un único ejemplar, localizado en la Biblioteca Nacional de Madrid, signatura I-2182/7, en un tomo facticio en cuyo tejuelo leemos *Varios de medicina*. En él se agrupan siete tratados médicos, seis sobre la peste, y la obra de Ribeiro, de fechas que oscilan entre 1496 y 1507, aunque la obra del portugués, como veremos, habrá que fecharla no antes de 1525. Pero además, para mayor complejidad, este opúsculo carece de indicación alguna, ni en la portada ni el colofón, de impresor, lugar y año de impresión.

Este tomo de varios en 4°, perteneció a la rica biblioteca de Pascual de Gayangos, como se observa en el sello que aparece en la portada de cada texto, y debió de ser encuadernado en pergamino posiblemente en la segunda mitad del siglo XVI[12]. Los siete tratados que componen el tomo se relacionan entre sí, como ya indicamos, temáticamente, seis de ellos se dedican a la peste y uno al aojamiento. Y son los siguientes:

1) Gentilis Fulginas, *Consilium contra pestilentiam*. *Tractatus de resistentis*, s. i. t. l. [38 h.].

2) Fernando Álvarez, *Regimiento contra la peste*, Salamanca?: Juan Giesser? [s. XVI ? [s. XVI, 4 h.].

3) *Tractatus de pustulis quæ* Schaphati *nominantor*, Hispali, 1496 [16 fols.].

4) Gaspare Torrella, *Consilium de ægritudine pestifera et contagiosa Quina cognomita super cognita quam hispani* Modorillam *vocant*, Salamanca, 1505 [10 fols.].

5) Paulo Bagellardo, *Libellus de ægritudinis puerorum*, s. i. t. l. [14 fols.].

6) *Incipiunt recepte magistri* Petri *de* Tusignano *super nono* Almansoris, [8 fols.].

7) Gaspar de Ribero, *Questio de fascinatione*, s. i. t. [14 h.].

Sobre la fecha de la obra sabemos que debió de imprimirse, y por lo tanto componerse, entre 1521 y 1557, durante el reinado de João III, a quien le dedica su tratado: «Inuictissimo atque maximo Johanni huius nominis tercio lusitanie regi..». Este pequeño opúsculo se compone, como se ha descrito más arriba, de 14 hojas en cuarto de tipografía gótica: Portada + 13 hojas sin foliar, pero con signaturas a8, b6 [Véase la Figura 1ª][13]. La hoja primera corresponde a la portada, en donde encontramos grabados en madera, una esfera armiliar enmarcada y ocho bandas tipográficas, de diferente anchura, con adornos florales y *putti* en las bandas más anchas. Además posee dos letras capitales de diferente tamaño y calderones en los inicios de párrafos. La esfera armiliar como sabemos divisa de D. Manuel, incorporada posteriormente al escudo de Portugal, fue utilizada por su hijo João III en su heráldica[14]. Su impresión por tanto fue frecuente en los frontispicios de los impresos de fines del siglo XV principios del XVI. No obstante resultó usual en las ediciones salidas de los tórculos de Valentim Fernandes, lo que en principio nos puede hacer pensar que bien pudo ser su imprenta lisboeta, pues él ya había fallecido en 1519, la encargada de poner en letra de molde el texto de Ribeiro[15], regentada a partir de entonces por sus herederos. No obstante, debemos tener en cuenta que este texto no pudo imprimirse antes de 1525, fecha en la que la reina Catalina, hermana de Carlos V, se casa con don João III, pues Ribeiro se presenta como médico privado de esta reina.

Con todo es lógico pensar que este pequeño opúsculo no debió imprimirse más allá de la primera mitad del siglo XVI, teniendo no sólo la muerte de don João sino también el hecho de que este impreso se haya encuadernado en ese tomo de varios compartiendo espacio con seis incunables. Por ello he considerado como fecha posible hacia 1535.

El opúsculo de Ribeiro se diferencia substancialmente del resto de los tratados que sobre el mal de ojo analizamos, aunque al igual que todos ellos surge por un interés por tratar un tema que no ha sido objeto del estudio detallado que precisa. Para ello este médico no duda en pasar revista a las diferentes autoridades que han tratado con mayor o menor profundidad esta enfermedad -Galeno, San Agustín, Valerio Máximo y Hermilio-, centrándose en la obra de Dionisio[16], que será el centro de su argumentación, a través del debate de las teorías por él defendidas. Teorías que se discuten por erróneas según el método escolástico y que le sirven para encauzar su discurso y desterrar algunas de las creencias que rodean a este mal. Así, para Dionisio en el aojamiento interviene de forma notable la envidia, que es la culpable de la producción de humores venenosos:

> *Pues si uno retuviere en sí los malos humores y se le presenta alguna cosa hermosa, crece la envidia, en razón de la cual el calor se retrae adentro y en ese retraimiento se*

> *fortifica. Así algunos humores venenosos, que tiene, se esfuman y tratan de salir por los ojos ya que éstos no tienen piel. Y como son venenosos y proceden de materia venenosa, infestada igualmente la naturaleza, inficcionan la cosa que se les presenta; se comunica algún perjuicio a la cosa*[17].

Con ello, Ribeiro se ve obligado a rebatir esta teoría que parte de la envidia como promotora de la enfermedad[18]. Así, se discuten los siguientes argumentos defendidos por Dionisio:

-La envidia es tristeza.
-La tristeza retrae adentro el calor natural.
-En el hombre pueden engendrarse humores venenosos.
-El calor natural por la tristeza se fortifica dentro.

Ribeiro aborda este problema, el de la envidia, como una forma simplista y superficial de tratar una enfermedad tan compleja como ésta. Así, aunque está de acuerdo en que la envidia produce tristeza, afirma que ésta, la envidia, tan sólo surge en aquellos que pueden igualarse a lo que envidian. De esta forma niega la posibilidad de que una persona de condición baja pueda igualarse al rey, por lo que no puede existir envidia entre ellos, aunque sí aojo.

Posteriormente critica también el hecho de que la tristeza pueda producir calor, cuando es todo lo contrario[19]. De tal forma que la envidia, al mediar la tristeza en su surgimiento, se produce por una disminución de calor natural. Con ello se niega la fortificación del calor y, por tanto, la envidia como causa del aojo. Y todo con el apoyo de autoridades que han hablado de alguno de estos temas, sin dudar en ningún momento en hacer disgresiones al caso sobre algunos aspectos concretos, como la diferencia entre el calor natural y el absoluto, entre otros.

Tras haber contestado a las cuatro posiciones defendidas por Dionisio, Ribeiro inicia su propio discurso sobre la enfermedad. Para él, el aojamiento es un problema de complexiones; de tal forma que el aojador, persona mal compuesta complexionalmente, actúa sobre el aojado. Con ello, el mal es un movimiento natural –frente a violento– en el que unos espíritus pestíferos, arrojados por el infectado, son recogidos por otra persona que queda contagiada.

A través de sucesivos corolarios afirma que el aojo sólo existe cuando hay disposición para captarlo. De igual forma, también se entra en el problema de la visión, coincidiendo con el resto de los autores en que la visión no se produce arrojando fuera espíritus sino recibiendo; aunque, siguiendo a Avicena, afirma que hay algunos de estos espíritus que pueden contribuir a la visión.

Por último, habla sobre la posibilidad de que los cuerpos celestes actúen sobre los hombres, y sobre el problema del libre albedrío. Y concluye planteándose la intervención diabólica en la producción del mal, hecho que ni niega ni afirma, sino que se remite a lo que ya han señalado otros autores:

> *Y si los diablos existentes en los hombres hicieron esto, no pretendo ahora examinarlo. Isidoro, como cuenta el doctor* Hermiliano *y le alega en el libro* De la creación del mundo, *capítulo séptimo, dice que los demonios, permitiéndolo el Señor, provocan en él este aire, las tormentas, etc., y otras cosas para dañar a los hombres*[20].

Por su parte, el también portugués Tomas Rodrigues da Veiga[21], médico de D. Manuel, y catedrático de la universidad de Coimbra y uno de los físicos portugués renacentistas de mayor reconocimiento –fue nombrado Caballero de la Orden de Cristo–, escribe un pequeño ensayo sobre el aojamiento que dista mucho del de Ribeiro[22]. Su aportación a este género es la más teórica de todas, pues de hecho se trata de unas *Relectiones de fascinatione*, escritas en 1561, presentadas ante el Rector y los Doctores del estudio conimbrigense. Relecciones que se nos han transmitido manuscritas y que curiosamente han pasado inadvertidas a los biógrafos y estudiosos de la medicina española y portuguesa[23].

De origen judío, Tomas Rodrigues da Veiga nació en 1513 en Évora. Fue hijo del maestro Rodrigo de Évora ó da Veiga, médico de D. Manuel, y biznieto de otro notable médico que sirvió a los Reyes Católicos. Fue a la Universidad de Salamanca para obtener el grado de Bachiller en medicina. Así, en 1533, según recoge Teresa Santander, aparece en los libros de grados como Bachiller:

> Rodrigues [*da Veiga*] Thomas, *Probó*: 4-IV [1533], *cuatro cursos de* 1529-1531, *y diez lecciones* (*Lib.* 544, *f.* 63v). *Grado de* Bachiller *en* Medicina, 4-IV-1533, *con el* Dr. Agustín López (*Lib.* 544, *f.* 64)24.

En 1538, contando con tan sólo 25 años de edad, es ya profesor en Coimbra. En 1539 aparece como catedrático de Vísperas[25]. El 30 de agosto de 1541, el rey João III ordena que se le abone un salario de 40.$000 reales al año por la su Cátedra de Física. El tres de enero de 1558 será nombrado catedrático de Prima, tras la provisión del 23 de noviembre de 1557. Cátedra en la que será renombrado al año siguiente. El 26 de mayo de 1579 muere, tras cuarenta años de docencia en el estudio conimbrigense, en el que jugó un papel importante en la renovación del estudio de la medicina. Su hijo, Rui Lopes da Veiga, profesor de leyes también en el estudio conimbrigense, adquiriría sus cualidades intelectuales, siendo uno de los juristas más notables de su época. Fue profesor de prestigiosos médicos como Henrique Jorge Enríquez[26].

Su obra es muy amplia, y está dedicada casi exclusivamente al comentario de los textos hipocráticos y galénicos, al tratarse de uno de los mayores representates del galenismo portugués. En orden cronológico son las siguientes:

> – *Commentariorum in Galenum tomus primus. In quo complectens interpretationem* Artis *medicæ, et librorum sex de* Locis *affectis, publicada en la imprenta plantina de* Amberes *en* 1564.
>
> – *Commentarii in* Claudii Galeni *libros sex de locis affectis, publicado en* 1566 *en la misma imprenta y ciudad que la anterior.*
>
> – *Commentarii in libros duos* Galeni *de februm differentiis, publicada en* 1577 *en la imprenta coimbrigense de* Juan Barrerio.
>
> – *Practica medica cui accessit eiusdem autoris tractatus de fontenellis et cauteriis. Opus posthumum nunc primum in lucem editum, publicada por* Juan Acosta *el viejo, en* Lisboa *en* 1578.

También sus póstumas:

– *Commentaria in Libros hippocratis, de victus ratione, publicados por* Juan Lertout *en* Lugduny *en* 1586. Y *en esta misma ciudad y año editaba* Pedro Landry *su Opera omnia in Galeni libros edita, et commentariis in partes novem distinctis, expressa, quibus nodi difficultatum in medicina frequentes isoluuntur classicorumque medicorum controversiæ veritatis lima expendiuntur, dedicada al rey don* Sebastián *de* Portugal.

Pero además de todas estos impresos, se conservan dos manuscritos: uno en el Museo Británico, In *Aphorismos Hyppocratis Coi medicorum Principis*; y otro en la Bibliothèque Nationale de París, donde se encuentran las *Relectiones de fascinatione*. Este manuscrito –como ya se ha señalado el Mss. latino 7.048– ha pasado inadvertido a gran parte de los bibliógrafos médicos, y con ello el consiguiente desconocimiento de este pequeño opúsculo sobre el aojo. Tal vez este desconocimiento haya que buscarlo en el hecho de encontrarse unido a otra obra, así como por ser un ejercicio universitario con un valor puramente teórico. En él, tras tratar ampliamente la fiebre epidémica (fols. 1r-283v), se estudia el problema del mal de ojo (fols. 284r-291v), como una *relectio* universitaria presentada ante el, Rector y los Doctores de la universidad conimbrigense. Posiblemente se trata de un autógrafo, como se observa por lo desigual de la letra, abundancia de tachaduras y correcciones que dificultan enormemente su lectura [Véase la Figura 2ª].

Rodrigues da Veiga coincide con Chanca y Cartagena en plantear al inicio de su obra, con un formalismo retórico evidente, lo difícil del tema y la falta de acuerdo entre los autores –teólogos, médicos y filósofos, esencialmente– que han tratado el mal de ojo, y de ahí la excusa de su intromisión en el estudio de tal enfermedad. Pero innova considerablemente la forma de abordarla.

Así, dado que el aojamiento es una enfermedad contagiosa, habrá que estudiar los tipos de contagios que se conocen a fin de determinar a cuál de ellos pertenece. Para ello parte de las cuatro clases de contagios: epidémicos, hereditarios, venenosos y pestilentes, y su análisis detallado, con numerosas recurrencias a destacadas autoridades que han hablado de alguno de ellos. De igual forma interesan las causas del contagio; si es posible contagiar, y si siempre se contagia o puede existir intencionalidad en el contagio.

En un segundo apartado se ocupa de las causas que constituyen la afección contagiosa: podedumbre de humor; viscosidad del vapor exhalante, que se mueve y corrompe más fácilmente; exceso de la cualidad que imprime en vapor elevado, y el lugar afectado –cuanto más próximo y desnudo de toda cubrición de piel mejor, como ocurre con el ojo–.

En un tercer lugar se trata del aojamiento *sensu strictu*, de si es posible o no el aojo. Para ello parte de lo que opinan otros autores, y de lo que se cree vulgarmente de la intervención diabólica. Y al igual que los otros médicos que hablan de la fascinación, es necesario saber si el veneno puede nacer dentro del hombre sin matarle; si este veneno puede arrojarse a los extremos, cabeza, ojos y dientes; y si los espíritus malignos se pueden expulsar en el acto visivo –lo que implicaba estudiar cómo se produce la visión–. También en esta parte se dedica a tratar de forma rápida, mediante el sistema de preguntas y respuestas escuetas, los problemas que se suscitan comúnmente en torno al mal de ojo, de acuerdo a las siguientes dudas[27]:

¶ ¿Por qué se cree que son muy especialmente aojados los gordezuelos, los niños y las mujeres paridas?

¶ ¿Por qué muchos de los aojantes son mujeres?

¶ ¿Por qué las mujeres, sobre todo las viejecitas, aojan?

¶ ¿Por qué el aojador fascina más en ayunas, en verano y también cuando ha precedido una poderosa afección del alma, o un movimiento impetuoso de humores, y en los estados contrarios poco o nada?

¶ ¿Por qué los cadáveres y los que han tomado veneno no aojan a quien se allegan?

¶ ¿Por qué los ojos del aojante no son dañados por el veneno en él contenido?

¶ ¿Por qué se cree que aojan sobre todo los cuerpos que se encuentran muy bien y son de óptima disposición?

En un cuarto espacio se analiza la posibilidad de que la afección contagiosa pueda inducir a otra persona afecciones desemejantes. En este sentido parece ser que por la analogía natural tan sólo es posible que cada fómite ataque al que le corresponda, sin que pueda existir disociación alguna.

Y se trata un último punto, el dedicado al conocimiento de las diferencias que distan entre la fiebre pestilente y la fiebre no pestilente, Rodrigues da Veiga decide no tocarlo en este momento, remitiendo al interesado al libro X de su *De las diferencias de la fiebre*.

En conclusión, la obra de Rodrigues da Veiga supera a la del resto de los médicos que disertaron sobre el mal de ojo, al profundizar más en el problema clínico del contagio. Asimismo es la más teórica de todas, como de hecho corresponde a una *relectio* universitaria, en la que la parte práctica –curación de la enfermedad– no importa al tratarse de un ensayo académico en el que interesa la forma de acceso al conocimiento de un tema cualquiera –en este caso el aojamiento– sobre el que se pueden aplicar todos los saberes que existen para irlos rebatiendo uno a uno hasta llegar a la solución del problema planteado.

Como colofón a estas breves notas en torno al debate médico sobre mal de ojo en Portugal en el siglo XVI, me gustaría traer, por ilustrativas, aquellas palabras de Leite de Vasconcelos en las que se evidenciaba lo arraigado de esta superstición en la literatura lusitana de todos los tiempos:

> A *fascinação é mencionada ha muito na nossa literatura, até o século* XIII, *pelo menos: em folhetos da literatura de cordel, do século* XVIII; *nos Apologos dialogais, e outras obras do século* XVII; *em Sá de Miranda; em Ribeiro o Chiado; em Gil Vicente, Comedia da Rubena, e Auto da Festa; no Cancioneiro Geral; numa Postura da Camara de Lisboa, de* 1385; *no Cancioneiro da Vaticana e no de Colocci-Brancuti (hoje na nossa Biblioteca Nacional)*[28].

NOTAS

* Universidade do Porto.

[1] Valgan tan sólo como ejemplo las monografías ya clásicas de Rafael Salillas, *La fascinación en España*, Madrid, Eduardo Arias, 1905; y de José Leite de Vasconcelos, "Do sobrenatural na Medicina popular portuguesa", em *A figa. Estudo de etnografia comparativa*..., Porto, Araujo & Sobrinho, 1925, pp. 10-22. También pueden encontrarse algunas referencias bibliográficas en el trabajo de José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição num pais* 1600-177 *sem "a caça às burxas"*, Lisboa, Editorial Noticias, 1997 (dezembro).

[2] A este respecto para Portugal tan sólo tengo constancia de las referencias facilitadas por Vasconcelos: «Sob o aspecto da crença e da Medicina ocupou-se d'ela Fr. Manuel de Azevedo, no seculo XVII, e Fonseca Henriques, no seculo XVIII» (*Op. cit.*, pp. 18-19). Véase además mi artículo "La literatura de fascinación en la Península: una incursión por los tratados de mal de ojo de los siglos XV y XVI", en *La literatura fantástica en España*, número especial de la revista *Anthropos*, a cargo de Julia Barella, 154-155 (marzo-abril, 1994), págs. 106-111.

[3] Entre las versiones modernas de este texto, puede consultarse el volumen primero de la reciente edición del Dr. Pedro M. Cátedra dentro de las *Obras Completas* de don Enrique de Villena, Madrid, Turner (Colección Biblioteca Castro), 1995.

[4] El uso de la lengua latina para la difusión de los textos científicos, y en concreto los textos médicos cuyos conocimientos debían permanecer reservados a charlatanes y embaucadores, es una constante a lo largo de estos siglos, pues como sabemos el latín se eregía como lengua académica usada tanto en la edición de nuevas obras como en la traducción de los escritos griegos clásicos. No obstante, bien es verdad que a medida que avanza el siglo XVI, los médicos comienzan a usar la lengua romance buscando una mayor naturalidad y divulgación de sus obras. Cf. L. S. Granjel, *La medicina española renacentista*, Salamanca, Universidad, 1980, pp. 54-61.

[5] Además existen otras muchas concomitancias menores entre todos los tratados que van desde el reducido tamaño de los textos -el mayor de ellos no sobrepasa los 20 folios- hasta el uso de argumentos y autoridades comunes que dan lugar a una resolución de la enfermedad idéntica en todos los casos.

[6] Para el estudio de este autor y su obra véase la monografía de José Antonio Paniagua, *El doctor Chanca y su obra médica*, Madrid, Cultura Hispánica, 1977.

[7] Quien desee profundizar en la biografía de este médico puede acudir a los manuales de historiografía médica clásicos como el de Anastasio Chinchilla, *Anales históricos de la medicina en general*, I, Valencia, López y Compañía, 1841, pp. 217-218, o al de Antonio Hernández Morejón *Historia bibliográfica de la Medicina Española*, I, Madrid, Viuda de Jordán e hijos, 1843, pp. 219-221.

[8] Véase el análisis que de esta obra hace Antonio Carreras Pachón en *La peste y los médicos en la España del Renacimiento*, Salamanca, Instituto de Historia de la Medicina Española, 1976, pp. 36-37).

[9] D. Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitania historica, critica e chronologica*, Lisboa: Antonio Isidoro da Fonseca & Ignacio Rodrigues & Francisco Luiz Ameno, 1741-1759; M. Lemos, *Historia da medicina em Portugal. Doutrinas e instituiçoes*, Lisboa: Manuel Gomes, 1898. Tampoco dice nada de él, Antonio Joaquim Anselmo en su *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século* XVI, Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

[10] En este sentido guardaba la esperanza de que Ribeiro hubiera estudiado o tenido relación con alguna de las facultades de medicina españolas, como sucedió con Rodrigues da Veiga. También ha servido de poco la búsqueda de este autor en repertorios médicos bibliográficos españoles, como el de Chinchilla o Morejón, anteriormente citados.

[11] Se trata de un manuscrito en diez volúmenes conservado en la Academia das Ciências de Lisboa.

Agradezco la noticia de esta referencia al Dr. Ángel Marcos. Silva Carvalho reproduce literalmente la nota traída por Sousa Viterbo en sus *Apontamientos para a história de medicina em Portugal e Noticia sob alguns medicos portugueses*. Por otra parte, José Bartolomé Gallardo compila este tratado en su *Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos*, Tomo IV, Madrid, Imprenta y Fundición de Manuel Tello, 1889, p. 101, nº. 3621, en donde además de la descripción del impreso se indica: «A la vuelta la dedicatoria al rey don Juan de Portugal».

[12] Algunos de los incunables que se encuentran en este tomo se describen el en *Catálogo de Incunables de la Biblioteca Nacional* de D. García Rojo y G. Ortíz de Montalbán, Madrid, Publicaciones de la Biblioteca Nacional, 1945). La obra de Ribeiro es recogida por el bibliógrafo Antonio Palau y Dulcet en su *Manual del librero hispanoamericano*, Barcelona, Librería Palau, 1964, tomo XVI, p. 475, nº. 267114, quien además de aportarnos una descripción de la obra tal y como hacía Gallardo, indica: «Ejemplar en la Bib. Nac. Madrid».

[13] No obstante el ejemplar está paginado con numeración arábiga moderna de la 1 al 13, sin contar la portada que aparece con un 7 arriba en el vértice derecho del folio, y que corresponde al número de impreso dentro del tomo de Varios.

[14] «A subida ao trono de D. João III terá levantado aos heraldistas e aos artistas do tempo o problema do «destino» a dar um símbolo que, conhecido já universalmente, não deixava de ser, afinal, a divisa pessoal do Rei anterior e que deveria ter, pela lógida do tempo, o mesmo destino das aoutras divisas, designadamente a do pelicano, a de gradulamente cair em desuso». *Vid.* Ana Maria Alves, *Iconologia do poder real no período manuelino. A procura de uma linguagem perdida*, Lousã: *Imprensa Nacional/Casa da Moeda*, 1985, pp. 133.

[15] Como es sabido Valentim Fernandes fue uno de los promotores de la imprenta en Portugal. Su relación con otros impresores europeos le permitió utilizar técnicas muy avanzadas y consecuentemente imprimir libros de gran calidad e interés. La primera vez que aparece una esfera armiliar enmarcada en una edición suya fue en 1502, en el *Livro de Marco Paulo*, esfera idéntica a la del texto de Ribeiro. A partir de este momento es frecuente encontrar este motivo en ediciones de lo más variopinto, incluso utilizará varios modelos, más o menos estilizados, de esferas. Para la labor de este impresor véase, A. Anselmo, *Origens da imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, pp. 146-198.

[16] Médico de Samos a quien debemos un *Fragmentum apud Galenum*.

[17] Gaspar de Ribero, *Questio de fascinatione*, fols. 3v-4r. Ofrezco la versión traducida de mi edición de los *Cuatro tratados médicos renacentistas sobre el mal de ojo*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1999.

[18] Un grave problema que rodeaba al mal de ojo es que vulgarmente se creía que la envidia era la causante de su producción, con lo que de intencionalidad implica. Y esta creencia estaba tan arraigada que años más tarde Covarrubias en su *Tesoro de la lengua castellana o española* (ed. de Martín de Riquer, Barcelona, Alta Fulla, 1987, págs. 128-129, voz "aojar") recoge este deseo como uno de los motivos de la enfermedad: «...Esta recebido aver personas que hazen mal con sólo poner los ojos en otra, especialmente si es con ira o con embidia». De hecho, Elworthy establece un correlato entre el «mirar con malos ojos» de la envidia y el «mal de ojo» de la magia, en cuanto el envidioso quiere el mal ajeno, y el «aojador» lo causa efectivamente (F. T. Elworthy, "Evil Eye" en *Encyclopedia of Religion and Ethics*, dir. J. Hastiugs and T. Clark, V, Edimburgo, 1961-1964, págs. 608-615; citado en José Antonio Paniagua, *Op. cit.*, p. 80, n. 131). Véase también lo que este mismo autor señala sobre la *invidia* y el *fascinator* (F. T. Elworthy, *Op. cit.*, p. 12 y ss.). Además de sobra es sabido que las higas, tan utilizadas contra el mal de ojo, eran también eficaces talismanes para librarse de la envidia, pues después de todo, «la envida no quiere decir más sino que una persona 'no ve bien a otro' (*invidere*) o que la mira con malos ojos» (Cf. Isamel del Pan, *Op. cit.*, p. 184, y José Leite de Vasconcelos, *Op. cit.*, p.20 y ss).

[19] Era común opinión que en enfermedades contagiosas, como la peste, había que evitar al máximo que el afectado cayese en la tristeza o la ira, y en contra promover la alegría a fin de que el mal no se acrecentase (Cf. Henrich Spichpperges, *El jardín de la salud*, Madrid: Laia, 1987, p. 70 y ss.).

[20] *Op. cit.*, fol. 14v. Por otra parte no debemos de olvidar que durante estos siglos la medicina utilizaba frecuentemente objetos y elementos cuyas virtudes hemos de poner en relación más con creencias supersticiosas que con propiedades reales. Es el caso, por ejemplo, de las piedras preciosas usadas tanto en

preparados farmacológicos como en talismanes, ya que eran considerados objetos sublunares capaces de adquirir los poderes benéficos de los astros.

[21] Agradezco los datos que me ha facilitó en su día João Manuel Saraiva de Carvalho, del Arquivo da Universidade de Coimbra, quien hace unos años se encontraba compilando documentos a fin de realizar una tesis en torno a este notable médico.

[22] De su vasta cultura señalaba Nicolás Antonio en su *Bibliotheca Hispana nova sive Hispanorum scriptorum qui ab anno* MD *ad* MDCLXXXIV, II, Madrid, 1788, p. 251: «Thomas Rodriguez de Veiga, Lusitanus, Eborensis, Medicus Doctor, et inter Lusitanus, qui veluti arcem hujus studii tenent, nemini post habendus, Artis Hippocraticæ (uti Zacutus ait Lib. III. de Praxi medica miranda, observat. CIII) summus Antistes, medicinæ Phoenix, cujus rara monumenta ostendut raram eruditionem...».

[23] Se trata del manuscrito latino 7.048 de la Biblioteca Nacional de París. Para el *curriculum* académico de este portugués he seguido las obras de F. Leitão Ferreira, *Alphabeto dos Lentes da insigne Universidade de Coimbra desde* 1537 *em diante*, Coimbra, Universidade, 1937, pp. 180-181; Teresa Santander Rodríguez, *Hipócrates en España (siglo* XVI), Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1971, pp. 108-111; el catálogo de A *Universidade de Coimbra no século* XVI. *Exposição Documental no Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade, 195, p. 10; también el catálogo de la exposición As *Universidades de Salamanca e de Coimbra. Eixo Cultural Ibérico. Catálogo da Exposiçao Documental*, Coimbra, Universidad, 1992, pp. 58-59, y el reciente libro de Mª Jesús Pérez Ibáñez, *El humanismo médico del siglo* XVI *en la Universidad de Salamanca*, Valladolid, Universidad, 1998, p. 64.

[24] Teresa Santander Rodríguez, *Escolares médicos en Salamanca*, (s. XVI), Salamanca, Europa, 1984, p. 329.

[25] Bibliógrafos médicos como Morejón (*Op. cit.*, III, p. 356) hablan de 1548 como el año en que inicia su carrera en la universidad de Coimbra. Error que también recoge el *Biographisches Lexikon der hervorragenden Ärzte aller Zeiten und Völker*, V, München-Berlin, Verlag von Urban & Schwarzenberg, 1962, p. 715.

[26] Médico conocido sobre todo por su *Retrato del perfecto médico*, publicado en la imprenta salmantina de los hermanos Renaut en 1595 (Existe una edición moderna de Luis Sánchez Granjel, Salamanca, Universidad, 1981).

[27] Sigue en este uso de preguntas y repuestas el sistema de la *questio* aristótelica que tanto vigor tuvo durante *el siglo XVI y XVII para el estudio de la filosofía natural y problemas en general sobre ciencia, teología e* incluso filosofía.

[28] *Op. cit.*, p. 18.

¶ Questio de Fascinatiōe cōita a Gaspare d̄ Ribero in mediçina Licētiato et illustrissime Caterine lusitanie regine. &c. medico.

ANTÓNIO PEREIRA RAVASCO,
ou a influência francesa na arte do tempo de D. Pedro II

Vítor SERRÃO *

à saudosa memória de
Carlos Alberto Ferreira de Almeida

ESTADO DA QUESTÃO

A História da Arte que estuda o nosso património da época de adequação às formas do Barroco internacional, paulatinamente ocorrida no último terço do século XVII, com a nova estabilidade do Reino após os anos de crise que se seguiram à Restauração, mal tem atentado no facto de que o alargamento de práticas artísticas conduziu a um atenuar de fronteiras entre as diversas modalidades.

Observando-a em nome da *arte total*, isto é, uma arte concebida, executada e organizada segundo os padrões italianos do *bel composto*, que finalmente se imiscuem nos programas artísticos[1], a produção do reinado de D. Pedro II não só alargou o leque de influências externas (caso do Barroco francês), como tendeu a centrar-se em torno de realizações opulentas onde *espaço arquitectónico, talha dourada, azulejaria, imaginária, pintura de cavalete, ferragem, lampadários de prata, decoração brutesca e revestimentos marmóreos* de «entarsia» ocupam, todos eles, junto à retórica da palavra dita e escrita, uma *singular unicidade no discurso estético*.

Encontramos assim, na lista de contratos de obras realizadas no final de Seiscentos ou advento do século XVIII, uma série esclarecedora de exemplos: entalhadores de marcenaria que traçam obras de arquitectura e dirigem arranjos de jardins (Rodrigues Ramalho), académicos que aspiram à composição poética (Bento Coelho), escritoras que cultivam a miniatura (D. Maria Guadalupe de Lencastre e Cardenas), arquitectos que desenham peças de talha e revestimentos marmóreos (João Antunes, Luís Nunes Tinoco, Azevedo Fortes), escritores que pintam a óleo, «riscam» retábulos e estofam imagens de altar (Félix da Costa), pintores de azulejo que fazem simultaneamente brutesco de têmpera (Gabriel del Barco, Raimundo do Couto), pintores de telas e tectos com arquitecturas virtuais que optam pelo suporte mais apetecível do azulejo (Oliveira Bernardes), e pintores de óleo que abraçam a azulejaria de figura (Pereira Ravasco). Nunca a *des-compartimentação dos géneros artísticos* terá sido tão viva como neste período em que se acentua a busca de uma visível *modernidade* entre mecenas e clientes, em que se produz uma feroz rivalidade entre os artistas[2], e em que se visa criar - sem sucesso imediato - uma Academia de Desenho, símile das congéneres de França, Espanha ou Itália[3].

A brilhante pintura portuguesa de Azulejo na viragem para o século XVIII consagra, como cabalmente demonstrou José Meco[4], uma nova geração de artistas que, sob o

signo do Barroco - instituído enfim como *modo artístico* -, investiga no sentido da superação do ideário penumbrista tradicional (dominado ainda, na pintura de cavalete, pelo velho Bento Coelho) e da linhagem da azulejaria holandesa seiscentista (de que um Gabriel del Barco foi epígono particularmente hábil, ainda que mais solto, tanto no seu ingénuo desenho como na sua nervosa mancha de azuis). A explosão de uma azulejaria que se torna mais individualizada em início do século XVIII, e que se institui como «género nobre», a par de uma pintura de tela mais acesa de cor (com António de Oliveira Bernardes e, de seguida, com André Gonçalves) - correntes, ambas, apoiadas no *primado do desenho* -, explicam a popularidade do «género» por parte de clientelas esclarecidas e a nova força dramática dos programas cerâmicos que se multiplicam pelo espaço nacional.

O ciclo cerâmico que se vai seguir deriva, em grande parte, da prática da pintura de cavalete: é por isso que tanto um António de Oliveira Bernardes (que antes de ser pintor de azulejo o fora de tectos perspécticos e de telas de altar), como Raimundo do Couto (pintor de brutescos e também pintor de azulejo) e o anda desconhecido António Pereira Ravasco (que foi, simultaneamente, pintor de óleo, de têmpera, de fresco e de azulejo), entre outros, acumularam a prática da Pintura com a do Azulejo. Muitos foram, à época, os artistas que praticaram em simultâneo as duas modalidades. De resto, todos eles se irmanavam no seio de uma instituição poderosa como era a Irmandade de São Lucas, sita no mosteiro da Anunciada, onde reuniam tanto pintores de óleo como de têmpera e de azulejo, assim como poetas e escritores (os da Academia dos Singulares), arquitectos, imaginários e, ainda, clérigos e amadores das artes - isto é, todos os que praticavam a arte do Desenho.

Um pintor de perspectiva como Vitorino Manuel da Serra (filho de um considerado pintor de brutesco da geração anterior) cedia com frequência «riscos» seus para serem passados ao azulejo de figura[5]. O mesmo se supõe que tenha sucedido com o pintor de óleo André Gonçalves, ao tempo em que estadeava, muito jovem ainda, na oficina de António de Oliveira Bernardes[6]. A relação entre pintores de óleo, brutesco e azulejo era mais do que íntima: por isso, notou-o José Meco, o ceramista Gabriel del Barco pintou, em fins do século XVII, coberturas de brutesco nacional - adequando-se a um gosto que feneceria, substituído, com a vinda de Baccherelli, pelas arquitecturas pintadas[7]. Um pintor de Serpa do princípio do XVIII, Manuel Vaz, orgulhava-se de praticar todas as modalidades de pintura: óleo, têmpera, fresco, dourado, estofado e azulejo[8]. À História da Arte cientifica impõe-se que, sem ideias preconcebidas nem recurso a análises estanques, saiba evoluir no sentido de uma *abordagem integrada* destes fenómenos, que dão à arte portuguesa do limiar do século XVIII particular calor *sui generis*, sem par no contexto da Europa coeva.

Voltando ao pintor de azulejos *António Pereira* - de seu nome completo António Pereira Ravasco -, a obra cerâmica foi bastante revalorizada pelos estudos pioneiros de Mário Barata[9], João Miguel dos Santos[10] e José Meco[11] a partir de acervo importantíssimo de obras assinadas - os célebres azulejos da Capela de Ordem Terceira de São Francisco (a famosa Capela Dourada), no Recife (Brasil), datados de 1703; os silhares da capela do Paço Saldanha, em Salvador da Bahia, também no Brasil (mas destruídos num incêndio cerca de 1960); e os painéis de azulejo da capela-mor da igreja da Misericórdia da Vidigueira[12]. Para Santos Simões, «a actividade deste pintor de azulejos foi efémera e situa-se entre os anos 1700-1705 e demonstra mais uma tentativa do que o propósito de continuidade»[13]. Outras obras cerâmicas são indicadoras da sua produção azulejar,

caso dos da sacristia do Loreto em Lisboa (1703-1704), os azulejos das capelas-mores das matrizes de Colares e Montijo, os de Santo António dos Capuchos em Lisboa, a *Nossa Senhora do Carmo* em capela do Convento do Carmo da Eugaria (Colares)[14], o revestimento da Capela de Nª Sª do Rosário da Sé de Faro, os da Capela de Nª Sª das Candeias no Alvito, e parte dos que revestem a capela-mor de São Domingos de Benfica.

Tudo se desconhecia, porém - até agora -, sobre a outra faceta do artista de que ora se trata: na realidade, António Pereira Ravasco foi apreciado pintor de óleo de cavalete (pinturas de altar e de tectos), foi também praticante da modalidade de fresco, e foi, ainda, um hábil pintor-restaurador. Todas estas *vertentes* se integram de modo unívoco para conferir à sua obra um determinado carácter abrangente - que só a dimensão de azulejista impediria de abarcar com rigor. A produção deste pintor de azulejo que *faz a ponte* entre uma maior incipiência do penumbrismo tardo-seiscentista, próprio da geração de Gabriel del Barco, e o requinte barroquista, mais esforçadamente internacionalizado, do *ciclo dos grandes mestres* do Joanino (em que se destacam os Bernardes, Manuel dos Santos, o Mestre P.M.P., Valentim de Almeida, e outros), é bastante elogiada por José Meco pela «concepção sóbria, com cercaduras rectilíneas de repetitivos motivos de folhagem», com inspiração nos rodapés holandeses, e pela «qualidade extraordinária» do desenho, «nervoso e incisivo, reforçado por pinceladas agitadas, enriquecidas pelas aguadas azuis ténues ou por apontamentos muito carregados e sem modelação»[15]. Já aqui se adivinha o artista com formação de cavalete. Trata-se de mestre azulejista que domina o *claro-escuro* na sua expressão seiscentista, superando-a embora em composições de maior luminosidade e de mais larga cenografia compositiva, e que acentua as relações de planos com invulgar maestria, como se verifica nos painéis da capela-mor da imatriz do Montijo, nos da Misericórdia da Vidigueira, onde utilizou gravados maneiristas de Anthonis Blocklandt, nos da capela-mor do Hospital dos Capuchos, com arrojadas arquitecturas e um friso de *putti*, e também nos da capela-mor da matriz de Colares, onde seguiu gravuras de Karel van Mander.

Considerado até agora um pintor de azulejo sem traços biográficos e com actividade restrita ao primeiro decénio do século XVIII, reconhecia-se-lhe, a par de influência da azulejaria holandesa, um artista de «efeito dramático, obtido através de pinceladas azuis densas e pronunciadas, nos primeiros planos, crisndo fortes contrastes de claro-escuro que acentuam o movimento das figuras e a noção de espaço»[16]. Recentes investigações permitiram-nos concluír que este António Pereira azulejador se pode seguramente identificar com um operoso mas esquecido pintor de óleo activo na transição dos séculos, e cujas primeiras obras recenseadas entretanto apareceram: o ciclo de telas do corpo da igreja de São Miguel de Alfama (1699-1700)[17], que tradicionalmente se atribuíam a Bento Coelho. Estamos, assim, perante mais um desconhecido artista português de Pintura e Azulejo activo no dealbar do século XVIII que, carecendo ainda de estudo monográfico integrado, revela forte personalidade, intuída à luz dos novos elementos recenseados.

DADOS BIOGRÁFICOS CONHECIDOS

Hoje, sabemos que o António Pereira pintor de azulejos e o António Pereira Ravasco pintor de óleo (activo entre 1683 e 1712) foram uma e só personagem. Esta revelação não pode deixar de ser importante para o aprofundar dos estudos sobre o Azulejo barroco português. Os dados que se apuram a seu respeito são os seguintes:

- 1683. Neste ano, António Pereira Ravasco ocupava já o cargo de mordomo na mesa da Irmandade de São Lucas, a par do azulejista Gabriel del Barco[18]. Pode imaginar-se, assim, uma data de nascimento entre 1655 e 1660. Que ele possa ter aprendido a sua arte nos círculos tenebristas dominantes - do velho Marcos da Cruz (falecido precisamente em 1683) a Bento Coelho (1620?-1712) -, parece-nos hipótese a considerar, sem esquecer o débito artístico que guarda face à pintura, mais evoluída, de Oliveira Bernardes (c. 1660-1732). De observar, por este assento de São Lucas, que ele mantinha vivas relações profissionais com Gabriel del Barco, áspide da azulejaria portuguesa da geração precedente.

- 1688, X-18. O artista ocupa o cargo de escrivão da Irmandade de São Lucas, assinando a entrada de novos membros então admitidos, caso de António Francisco (um discípulo de Bento Coelho), de Gonçalo de Mesquita, de António da Serra (um pintor de brutesco, pai de Vitorino Manuel da Serra), de Francisco Correia (um pintor de têmpera, depois muito activo como dourador de retábulos), de Simão de Brito, de Diogo Simões e de Manuel Esteves (artistas sobre os quais pouco se conhece)[19].

- 1694. É designado para o prestigiado cargo de Juíz de São Lucas[20], facto que atesta já um evidenciado prestígio entre a classe dos pintores da cidade.

- 1696, VII-4. É encarregado pelas freiras do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré, da Ordem de São Bernardo, em Lisboa (uma das muitas igrejas então «gizadas» pelo arquitecto João Antunes), de pintar quatro painéis para a capela-mor do templo, com passos da vida do Patriarca São Bento, por preço de 120.000 rs[21]. Estes painéis, cujas molduras de talha foram também douradas pelo pintor, não chegaram aos nossos dias. Tratando-se de templo gizado e dirigido pelo arquitecto João Antunes, é interessante lembrar que Pereira Ravasco trabalhou amiúde em empresas daquele artista régio, caso da matriz de Colares (onde azulejou a capela-mor, de seguida ou em simultâneo com a obra do retábulo-mor de «Estilo Nacional», que Antunes «riscara» em 1701. A mesma associação de trabalho ressurge em São Miguel de Alfama e, seguramente, em outras empresas.

- 1696. Segundo José Meco, foi ele, e não Gabriel del Barco, quem executou o programa azulejar da Capela da Quinta do Calhariz na Serra da Arrábida, encomenda dos Sousas, em mais um momento em que a actividade do pintor-azulejista ea do arquitecto João Antunes (autor do retábulo marmóreo) se cruzam.

- 1699, V-3. A Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de Santa Catarina do Monte Sinai, de Lisboa, encarrega António Pereira Ravasco de dourar, pintar e estofar o retábulo-mor, assim como a pintura do tecto apainelado da igreja, que deveria ser composto, segundo as cláusulas contratuais, ao modo do da capela de Nª Sª da Doutrina, na igreja jesuítica de São Roque[22] e, também, do tecto da igreja da comunidade italiana do Loreto[23]. Devia tratar-se de obra vultosa, a crer na obrigação notarial. Tudo se perdeu, contudo, em 1755. Neste documento, dado a conhecer (sem indicação de cota) por Ayres de Carvalho[24], o pintor é dado como morador na Travessa do Lambas, na freguesia de Santa Catarina.

- 1699-1700. O pintor António Pereira recebe da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Miguel de Alfama a importante quantia de 318.000 rs pela pintura dos vários quadros da igreja, a saber: dos seis painéis grandes do corpo da igreja, com temas da *Eucaristia*, a 18.000 rs cada um; dos dois painéis para o arco-mestre, o preço de 15.000 rs cada um; dos quatro outros de *Virtudes* (para o coro), 5.000 rs cada um; do painel da boca da tribuna (recém-entalhada pelo ensamblador António Rodrigues), o preço de 50.000 rs; dos dois outros para as ilhargas da capela-mor, 25.000 rs cada um; enfim, dos seis painéis pequenos do corpo, sobre a andaina de baixo, 10.000 rs cada um[25]. Estas pinturas chegaram aos nossos dias (salvo as três da capela-mor, substituídas aquando da campanha joanina dirigida pelo entalhador Manuel de Brito), e revelam (apesar do mau estado) qualidades de desenho marcadas por influência de modelos barrocos franceses. São, ao todo, vinte painéis, distribuídos pelas paredes do corpo (dois registos), pelo coro, e pelo arco-mestre. De observar que a actividade de Ravasco em São Miguel de Alfama coincidiu com uma intervenção do arquitecto João Antunes (autor de um «risco» para a frontaria), do escultor Claude de Laprade (autor de uma estátua em barro para a mesma), e dos pintores de brutesco Miguel dos Santos, Amaro Pinheiro e Lourenço Nunes Varela, responsáveis (1698) pelo tecto de caixotões do corpo, ainda existente[26].

- 1700. O pintor recebe 3.750 rs da Irmandade do Santíssimo de São Miguel de Alfama em razão dos réditos que havia vencido por um empréstimo feito à mesa durante a sua actividade para a igreja[27].

- 1701. A irmandade do Santíssimo Sacramento de São Miguel de Alfama recebe por empréstimo de António Pereira Ravasco, pintor, a juro de 4% para as obras da igreja, a quantia de 300.000 rs, conforme a obrigação registada em escritura nas notas de José Correia da Fonseca[28].

- 1703, IV-12. «*António Pereira, mestre da Arte da Pintura*», encarrega-se junto às freiras da igreja do Mosteiro domínico da Anunciada - na sua qualidade de pintor-restaurador - de «*fazer e reformar o tecto da dita Igreja e o frontespiçio da capella mor della, tudo de pintura, e do mesmo modo em que está e fará tudo o mais que estiver damnifiquado e tocar a pintura de fresco, de sorte que tudo fique perfeito*»[29], cabendo ao pedreiro Manuel Nunes o trabalho de conserto de telhados e escoramento das paredes e «*tudo o mais necessário para a obra de pintura*». Tratava-se de «restaurar» um tecto de perspectiva que o maneirista Domingos Vieira Serrão (c. 1570-1632), pintor régio dos Filipes, aí executara um século antes.

- 1703. António Pereira assina os famosos azulejos que revestem a Capela Dourada do Recife, no Brasil[30].

- 1704. Trabalha na decoração de azulejos da Sacristia da igreja da comunidade italiana de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa, ao mesmo tempo que António Machado Sapeiro[31] pinta o tecto da dependência.

- 1708. António Pereira realiza os interessantes azulejos, datados, da capela-mor da igreja matriz do Espírito Santo, do Montijo, que estão associados a rodapés do Mestre P.M.P. O desenho dessas figurinhas, delicadamente gizadas num contexto de «pintura-pintura», tem evidenciadas similitudes com a sua obra de cavalete.

- 1710. Trabalha nos azulejos da igreja do Convento de São Domingos de Benfica, sendo seus, segundo a atribuição de José Meco, os painéis inferiores da capela-mor e a decoração dos vãos das janelas.

- 1712. É referido na mesa de São Lucas deste ano como recém-falecido[32], sendo de observar que morre no mesmo ano de João Antunes (n. 1642) e de Félix da Costa (n.

1639). Efectivamente, é de notar que não existem obras no seu estilo - nem de azulejo, nem de cavalete - que sejam posteriores a esta data.

Pereira Ravasco e o António Pereira azulejador foram uma e só personagem. Convém esclarecer, porém, que existiram vários artistas homónimos, mas não podem restar dúvidas sobre a identidade do que aqui se trata, mais não fosse pelas diferenças cronológicas e cotejo de assinaturas. Aquele que se estuda, pintor de óleo e azulejo, assinou sempre António Pereira Ravasco nos documentos conhecidos.

A obra remanescente de cavalete é importante: em termos de estilo, supera inequivocamente a dos contemporâneos Machado Sapeiro (fal. 1740) e Jerónimo da Silva, e só encontra paralelo nas pinturas do mais evoluído António de Oliveira Bernardes - cuja produção (como as telas da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Beja) afecta um nítido retorno à tradição do desenho[33] - e na de André Gonçalves, outro fa presto com intensa actividade nos anos joaninos[34].

A OBRA ARTÍSTICA: uma linguagem entre as telas e o azulejo

As telas conhecidas de António Pereira Ravasco no corpo da igreja de São Miguel de Alfama permitem-nos, apesar do péssimo estado de conservação, avaliar os sólidos recursos plásticos de um pintor até hoje estranhamente esquecido, que foi exacto contemporâneo de nomes mais ou menos destacados como: os arquitectos João Antunes e Luís Nunes Tinoco, o tratadista Félix da Costa Meesen, António de Oliveira Bernardes, os pintores António Machado Sapeiro, António de Oliveira de Louredo e Lourenço da Silva Paz, o escultor Claude de Laprade, o gravador Brás de Almeida, o pintor florentino Vincenzo Baccherelli e seu discípulo António Lobo, e ainda Bento Coelho da Silveira e, em final da sua carreira, o jovem André Gonçalves.

Tal como Bernardes, Pereira Ravasco enveredaria depois pela pintura de Azulejo, mais rendosa e apetecível face às solicitações do mercado vivo do seu tempo, e é aí precisamente que se podem sentir as potencialidades do artista - formado, tal como aquele, na escolaridade e na prática do cavalete. Deve ter tido olaria a Santa Catarina do Monte Sinai, bairro onde residia e tinha a sua oficina de cavalete; era, de resto, uma freguesia com tradições na prática do azulejo, onde desde sempre residiram muitos oleiros e azulejistas... O que subsiste da sua obra de pintura a óleo em São Miguel de Alfama - ainda insuficiente, convenhamos, face ao mau estado dessas grandes telas[35] - permite observar um artista com preocupações de desenho e composição e que se mostra sequaz de influências italo-francesas francamente *barrocas*, na sua expressão internacional, designadamente as da tradição de Simon Vouet, a cujos modelos, entre nós uma novidade absoluta, chega a recorrer.

A influência de Paris na cultura artística portuguesa do final do século XVII e alvores do XVIII é por demais importante - ainda que constitua, muitas vezes, um capítulo esquecido pelos nossos historiadores de arte -, e obriga a alargar o seu peso a partir de algumas considerações já aduzidas. Lembramos, por exemplo, que o Conde da Ericeira possuía na sua residência uma série de telas de Charles Le Brun, quase de certeza destruídas com o terremoto. O escritor Roger de Piles (a quem Félix da Costa Meesen cita) passa por Lisboa, em 1685-1686, a fim de executar um retrato da filha de D. Pedro II aquando das negociações para o casamento da princesa com François Louis

de Bourbon; apesar de De Piles ser sobretudo um rubenista, alguma influência francesa mais evoluída poderia transpirar, dessa estada, nos meios artísticos lusos[36]. Na Antiguidade da Arte da Pintura (1696), o tratadista português elogia fervorosamente Luís XIV por ter nobilitado o pintor Charles Le Brun, em 1662, e por haver estimulado a criação, em 1663, da Academia Real de Paris, cujos estatutos transcreve de modo a sensibilizar - sem sucesso imediato -, o meio artístico nacional[37]. Nos textos de António de Sousa de Macedo e de D. Francisco Manuel de Melo, entre outros escritores que abordam a expressão estética coetânea, o ideal da vraisemblance na representação artística - em clara defesa de uma *«sobrevalorização do Verdadeiro sobre o Verosímil»*, como refere Nuno Saldanha - interliga-se a uma estratégia de reafirmar o poder saído da revolução de 1640 e que enfim se reencontrava com o reforço do absolutismo[38]: em suma, buscava-se uma nova ideia na pintura, de retorno a um classicismo que nunca, por diversas razões, fora verdadeiramente apreendido, e que na Academia de Paris parecia desenhar-se como alternativa ao gosto penumbrista dos Marcos da Cruz e Bentos Coelho...

Outros elementos indiciam uma pistagem a seguir atentamente. No fim do século, radica-se aqui o estatuário de Avignon, Claude de Laprade (fal. 1738), reavaliado por Ayres de Carvalho[39] e autor do túmulo episcopal da Capela da Vista Alegre. Pela mesma altura, o pintor-gravador Brás de Almeida (fal. 1707), irmão de Félix da Costa, estadeou em Paris (segundo indica o Cardeal Saraiva[40]), sob a direcção de Giffart – e não foi seguramente o único artista lusitano a demandar essas paragens em busca de formação... Os modelos de brutesco que também chegavam regularmente da corte parisiense e que aqui foram reproduzidos por decoradores de tectos e por pintores de azulejo, ao longo de Seiscentos, explanam a mesma linha direccional de influências além-Pirenéus. E também os modelos da quadratura ilusionística utilizada nos tectos de perspectiva, que um panegirista da era joanina definiria como *«o primoroso ornato Francez»* [41], seguiam novas directrizes de adaptação pozzesca recebidas da corte parisiense. Enfim, recorde-se que Moura Sobral já atentou na precoce inspiração que uma pintora do ciclo proto-barroco, Josefa de *Óbidos (1630-1684), seguiu a partir de gravados de Michel Dorigny (1617-1665)* segundo obras de Vouet, quer nas telas do altar de Santa Catarina em Santa Maria de Óbidos (1661) quer no ciclo de painéis para os carmelitas de Cascais (1672)[42]. A pintura (e a azulejaria) portuguesa de circa 1700, olhou para Paris como uma das alternativas possíveis ao tenebrismo e ao rubenismo: falta saber como o fez...

É em Pereira Ravasco que algum conhecimento da pintura barroca francesa de Seiscentos melhor se traduz. As grandes telas do corpo de São Miguel de Alfama - com cenas do Antigo Testamento de óbvia alusão eucarística - são de bom pincel e revelam um artista adestrado em composições de largo porte, com figuras agitadas, poses fugindo à convenção, e monumentais arquitecturas clássicas enquadrantes, adivinhando-se uma paleta luminosa, que o tempo esfumou. Nas pinturas do registo inferior com os chamados *Precedentes Eucarísticos - Apanha do Maná, Abraão e o Sacerdote Melquisedeck, Elias e o Anjo e Lot e os três Anjos* -, o desenho é esmerado, a modelação de pincel elegante, com dinâmicos enquadramentos e ricos efeitos tonais que se adivinhem, pese o enegrecimento dos suportes, revelando claras influências italo-francesas. As telas do arco-mestre, com os *Doutores da Igreja*, melhor conservadas, respiram uma decidida soltura de cromatismo que acentua a nobre postura dos modelos, de soltos pregueados barrocos.

O *espírito pictural* de Pereira Ravasco é, não mais o esclerosado tenebrismo de Seiscentos, antes o gosto pela larga cenografia barroca que, na linha de um Domenichino, seduzira tão fortemente a «escola de Paris» e da qual aqui nos chegavam algumas sugestões. Que as telas sejam de 1700, data temporã em termos de evolução artística nacional, revela a força renovadora e o esforço de internacionalização que se produziam em pleno reinado de D. Pedro II, um monarca esclarecido e que buscava reabilitar a Pintura e a Escultura como pilares do sistema. As *cenas eucarísticas* que constituem o programa artístico dos quadros de São Miguel constituem um dos mais importantes ciclos da nossa pintura na viragem para o século XVIII e exigem, por isso, urgente intervenção laboratorial, até pelo ponto de partida que permitem, como cotejo, para um estudo integrado da obra azulejar.

Pensamos que quatro telas do ciclo de grandes pinturas que ornam o corpo da igreja do convento dos Cardais, em Lisboa, casa fundada pela espatária de Santos, D. Luísa de Távora, já colocadas em 1708 segundo a anónima *História dos Mosteiros, Conventos e Igrejas de Lisboa* (representam as cenas dos *Esponsais da Virgem, Adoração dos Pastores, Apresentação no Templo, Adoração dos Magos*), possam ser obra de Pereira Ravasco. A morte do artista em 1712 impediria, quiçá, a ultimação do conjunto, que André Gonçalves depois acabaria, fazendo as telas da *Anunciação*, muito baroccesca, e da *Adoração dos Pastores*, inspirada em Rubens. Talvez as telas da Capela de Nª Sª da Encarnação no claustro do Mosteiro de Santos-o-Novo, as da sacristia do Colégio de São João Evangelista no Funchal, e as duas telas com martírios de santos (muito ao gosto clássico de Vouet) do arco-mestre desta última igreja madeirense, se possam ainda integrar no seu acervo, mas é evidente que no estado actual dos nossos conhecimentos se trata de aproximações estilísticas a rever caso a caso. Enfim, uma das telas do programa de Santa Maria de Olivença (concebida segundo modelo de Simon Vouet e revelando particulares qualidades plásticas), poderá ainda ser do Ravasco – mas neste caso segundo decalque fidedigno de uma gravura de Michel Dorigny. São, convém sublinhá-lo, meras proposições de trabalho sujeitas a novas indagações críticas a respeito de um pintor sobre o qual pouco se sabe e a respeito de uma via de influência sobre a qual pouco se percebe.

Quanto à tela de Olivença, data dos anos iniciais de Setecentos, pois se integra no belíssimo programa de entalhe do Estilo Nacional, do lisboeta Manuel Francisco (cerca de 1700)[43], autor também do retábulo do Colégio jesuítico de Elvas (1702), dentro da tipologia a que G. Bazin denominou de retábulo de *«roman avoussure»*. As telas laterais que completam o conjunto foram também elas encomendadas em Lisboa. Desta capela forrada a ouro, só a *Apresentação*, «construída» com minudências de pincel, será de Ravasco; a da ilharga esquerda, a *Adoração dos Pastores*, irmana-se na tipologia mais desinteressante de um Jerónimo da Silva.

Todas estas pinturas barrocas - as de São Miguel de Alfama em primeiro plano - merecem ser de destacar neste contexto de pintura lisboeta do *tempo* final de Bento Coelho (fal. 1708), pois revelam, apesar do mau estado de conservação, qualidades inesperadas de frescura compositiva, com rasgos paisagísticos, recurso a colunatas clássicas e balaústres colossais, e acertos de pincel naturalista, influências francesas academizadas dos círculos de Simon Vouet, Le Brun e Le Sueur - e vêm recordar-nos quão pouco ainda sabemos sobre a cultura artística destes anos, mais interessante do que se tem querido ver... É certo que a impressão de agrado que a tela oliventina suscita decorre de ser tão escassamente original, de tal modo segue um gravado de Dorigny muito glosado entre nós ao tempo; mas também é verdade que a «citação»

vouetesca funciona aqui como um exercício esclarecido, a que não faltam, na dimensão portuguesa que é a sua, certos recursos de pincel.

Que estas telas - e outras que se venham a reunir sob o mesmo estilo - possam ser «lidas» em conjunto com a azulejaria agrupada em torno do nome de António Pereira, vem alargar em substância o nosso saber sobre a evolução da nossa arte no dealbar de Setecentos no sentido de um pronunciado Barroco Internacional[44].

INFLUÊNCIAS DE UM MODELO DE SIMON VOUET NA PINTURA DE CERCA DE 1700

Um célebre quadro do Barroco Francês, a grande *Apresentação no Templo*[45] pintada por Simon Vouet (1590-1649) em 1641[46], quando já se tornara o melhor pintor da corte de Luís XIII, oferece-nos um conjunto de elementos em que interessa reflectir na conjuntura da arte portuguesa pedrina, pois ela surge glosada, sem grandes variações, na citada tela da parede direita da capela-mor da igreja de Santa Maria do Castelo, na actual vila espanhola de Olivença (Estremadura).

O grandioso painel de Simon Vouet em referência foi encomenda do próprio Cardeal Richelieu para o altar-mor da igreja dos jesuítas de Saint-Paul-Saint-Louis, em Paris, e foi de imediato passado à gravura por Michel Dorigny. A tela expõe-se hoje no Museu do Louvre. O artista, ao regressar de Roma em 1627, assumiu-se quase de imediato como o pintor mais inspirado e disputado de clientelas (designadamente os meios carmelitas, a que estava por devoção ligado), contribuindo para que Paris ascendesse de moto próprio a uma das capitais artísticas europeias. O grande quadro parisiense auferiu de grande celebridade por glosar, pela primeira vez em França, um gosto requintado pelo sistema barroco italiano da grande cenografia de Domenichino e da sensualidade de Reni, sem abdicar da exploração do «manfredismo» apreendido no contacto com os caravagescos e no trabalho com outros franceses activos na Cidade Papal. O quadro inspira numerosos sequazes, como Michel Corneille (1601-1664) numa tela do Museu de Dijon (c. 1650). Interessa-nos reter o grupo de personagens à esquerda: a figura feminina, jovem, de túnica alva descaída sobre o ombro direito, e mantéu laranja, segurando uma criança pela mão e antecedida por um mendigo ancião em pose genuflexionada, com uma cabra de oferenda aos pés. Trata-se de grupo profano de extrema originalidade, para o qual Vouet concebeu alguns estudos (o desenho na colecção Chonnevières) 47, e que a estampa de Dorigny tornou referenciável em termos internacionais. No caso da tela oliventina, toda a composição de Vouet foi fielmente retomada pelo seu autor.

É um dado adquirido que as influências da arte francesa se imiscuem paulatinamente na arte portuguesa com o reinado de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, mulher de D. Afonso VI e, depois, de D. Pedro II, sendo natural que o modelo da *Apresentação no Templo* dos jesuítas de Paris aqui chegasse através de alguma cópia segundo os continuadores de Vouet (como Le Brun), ou mais simplesmente através do gravado de 1641 de Dorigny. O certo é que o referido grupo de figuras assistentes à cena bíblica da *Apresentação no Templo* na versão parisiense de Vouet se imiscui como veraz «citação» em diversos quadros portugueses do dealbar de Setecentos, mesmo que, por vezes, em contextos temáticos diferentes - como seja uma *Circuncisão* do programa de pinturas que revestem a Capela de Nª Sª da Encarnação, no claustro do Mosteiro das Comendadeiras de Santos-o-Novo (neste caso, apenas a mulher e a criança,

invertidas)[48]; a tela dos *Esponsais da Virgem* no corpo da igreja de Nª Sª dos Cardais, que se mostra mais fiel ao gravado[49]; e a tela de *Santo Inácio de Loyola* celebrando missa sobre o arcaz da sacristia do Colégio de São João Evangelista no Funchal (com as referidas duas figuras e ainda com a do ancião de joelhos, também invertidas como as outras) -, o que assevera que o grupo de figuras em causa sensibilizou bastante, pela sua vigorosa carga profana e sensual, os olhares dos artistas e clientes lisboetas. Pensamos que algumas das pinturas em referência podem ser adstríveis ao pintor de quem ora se trata. De referir, ainda, uma *Apresentação no Templo* de colecção particular (também com as figuras deslocadas para a direita da composição, o que revela a utilização da estampa de Dorigny)[50], e a excepcional *Apresentação no Templo* da capela-mor de Nª Sª do Castelo em Olivença, onde não só esse grupo, mas todo o modelo parisiense, são acertadamente retomados.

Esta última tela é por demais interessante, não só pela sua qualidade plástica, de refinado desenho, largueza espacial decorrente da utilização das arquitecturas clássicas, e sólidas variações tonais, como pelo facto de também as figuras da Virgem, do Menino, do Sacerdote inclinado, e ainda a de São José, e a figura idosa que a acompanha, seguirem com fidelidade o modelo de Simon Vouet no quadro parisiense. A visão da cena a partir de um plano inferior com ponto de fuga exterior, definindo algumas das figuras em escorço, e as monumentais arquitecturas enquadrantes da tela de Olivença inspiram-se, do mesmo modo, no célebre quadro então na igreja dos Jesuítas de Paris — apenas sendo excluídas as figuras dos dois anjos voadores do plano cimeiro, também em escorço, decerto porque as dimensões da tela de Olivença não permitiam, como em Paris, uma composição em sentido vertical. Quanto às inversões produzidas na composição, elas atestam que também aqui foi utilizada gravura de importação (a de 1641), não sendo de excluír embora um conhecimento directo de originais de Vouet, dada a requintada modelação claro-escurista e o domínio da cálida atmosfera cromática que se adivinha. É certo que existem debilidades de pincel e apontamentos mais «secos», mas tal constitui característica comum a uma pintura que saía do «tempo do mingoante» (segundo a definição pejorativa de Félix da Costa) e se debatia por falta de uma escolaridade directa, que apenas beneficiará, de seguida, um Vieira Lusitano... A ser de Pereira Ravasco, como cautelosamente se propõe, a tela de Olivença mostra-se, no quadro estrito das condicionantes portuguesas, uma pintura de superior merecimento.

Conhecem-se outras réplicas deste modelo *vouetesco* da mulher, da criança e do ancião, mais tardias e singelas, quer em azulejos, quer em pintura de cavalete, por exemplo numa secundária tela de Miguel António do Amaral, de 1745, na matriz de Oeiras[51], e numa outra, de anónimo pintor setecentista, na matriz de Odivelas. Estas representações provam que o grupo de figuras em causa continuou a inspirar, no seu arrojado lançamento de pose profana, muitos artistas e as suas clientelas. Também em Castela esse modelo se fez sentir em pinturas de cavalete seiscentistas: em Aragão, por exemplo, encontramos o pintor Vicente Berdusán (1630-1697) a utilizar esse agrupamento de figuras - invertidas também devido à utilização do gravado de Dorigny - numa *Apresentação no Templo* da Sala Capitular da Catedral de Tudela[52].

CONCLUSÕES

Torna-se sempre difícil cotejar pintura de cavalete e pintura de azulejo. São géneros diferentes, com suportes, técnicas e *modus faciendi* diversos. Por isso, só em anos recentes a produção de cavalete de António de Oliveira Bernardes foi redescoberta e posta em devida comparação com a sua prodigiosa carreira cerâmica[53]. No caso de Pereira Ravasco – pintor de óleo e de azulejo –, as dificuldades acrescem por pouco se saber ainda de concreto sobre as peças seguramente da sua autoria, já que as telas identificadas em São Miguel de Alfama (1700-1701) se encontram em péssimo estado de conservação. Mesmo assim, face a painéis de azulejos do primeiro decénio do século XVIII adstritos ao ignoto António Pereira como os de Colares, Faro, Montijo, Vidigueira, Salvador da Bahia e Recife, adivinham-se similitudes de estilo pronunciadas com as telas em causa, no fino lançamento das figuras, no agitado modelar dos tecidos, no requinte das arquitecturas de enquadramento e, sobretudo, na sólida dominação do claro-escuro, características que acentuam os pessoalismos de um só artista e um afirmado grau de educação.

António Pereira Ravasco desponta para a História da Arte portuguesa (e também brasileira) como pintor barroco de cavalete e de azulejo que, fiel a fontes de inspiração italo-francesas, rasga caminho ao «Ciclo dos Grandes Mestres» e à arte proselitista do tempo do *Magnânimo*, que tem o seu expoente na figura do pintor de azulejo Oliveira Bernardes. Os painéis azulejares que ora se reivindicam como seus não podem, em verdade, ser adstritos apenas a um hábil produtor de imagens inspirado na azulejaria holandesa (como em certa medida foi Gabriel del Barco), antes acusam uma visão cenográfica própria de um esmerado pintor de cavalete.

A partir dos elementos ora revelados, poderá vir a definir-se melhor não só a sua personalidade como, ainda, o papel que cabe ao pintor-azulejista no panorama das artes decorativas portuguesas do dealbar do século XVIII.

NOTAS

* Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

1 Sobre o conceito de «obra de arte total» (*Gesamstkunstwerk*), cfr. Actas do Congresso *Internacional Struggle for Synthesis*, organização de Luís de Moura Sobral, ed. IPPAR, Braga, 1997, no prelo.

2 Vitor Serrão, «Um concurso de pintura do século XVII», *Cadernos de História da Arte*, 2ª série, nº 1, Faculdade de Letras de Lisboa (no prelo).

3 Ayres de Carvalho, D. *João V e a Arte do seu Tempo*, vol. II, Lisboa, 1962.

4 José Meco, O *Azulejo em Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

5 Cfr. *Elogio Funebre e Panegirico Laudatorio e Encomiastico do inssigne Pintor Vitorino Manoel da Serra, dedicado, e offerecido, ao Senhor Antonio Pereira da Sylva, Cappitão dos Auxiliares, e Pintor da Caza Real, por Jerónimo de Andrade, artifice da mesma Arte, Lisboa, oficina de Pedro Alvares da Silva*, Lisboa, 1748. A p. 15, afirma o panegirista que Vitorino fez o risco, «*empresa da sua ideia*», para os azulejos das casas nobres de Custódio Vieira, em Lisboa, e outras.

6 José Alberto Gomes Machado, *André Gonçalves. Pintura do Barroco Português*, Estampa, Lisboa, 1995, e Nuno Saldanha, *Artistas, Imagens e Ideias na Pintura do Século* XVIII, Liv. Horizonte, Lisboa, 1996, bem como no catº da exposição *Joanni* V *Magnifico*, IPPAR, Lisboa, 1995.

7 José Meco, «Azulejos de Gabriel del Barco na Região de Lisboa. Primeira época (até 1691). Pintura de tectos», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 1979.

8 Cfr. Vitor Serrão, «O conceito de totalidade nos espaços do Barroco Nacional: a obra da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Beja (1672-1698)», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nºs 21/22, 1996-1997, pp. 245-267.

9 Mário Barata, *Azulejos no Brasil. Séculos* XVII, XVIII *e* XIX, Rio de Janeiro, 1955.

10 J. M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no Século* XVIII, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980, pp. 21, 24 e 37; e *Azulejaria Portuguesa no Brasil*, 1965, pp. 31 e 119-122.

11 José Meco, O *Azulejo em Portugal*, cit., pp. 219-220; id., «O pintor de azulejos Manuel dos Santos», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3ª série, nº 86, 1980.

12 No Arquivo Distrital de Beja, *Cartório Notarial da Vidigueira*, Lº 7 de Notas, fls. n/num. consta o contrato da obra de talha de «Estilo Nacional» da Misericórdia da Vidigueira em Janeiro de 1688, por um entalhador lisboeta, Francisco Delgado Camaninho. A decoração de azulejos da capela-mor foi, com toda a certeza, encomendada em Lisboa de seguida ao término do retábulo, cerca de 1695-1700.

13 J. M. dos Santos Simões, *Azulejaria Portuguesa no Brasil*, cit., p. 31.

14 J. M. dos Santos Simões, *ob. cit.*, p. 320.

15 José Meco, *ob. cit.*, p. 220.

16 Idem, «António Pereira», *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* dirigida por José Fernandes Pereira e Paulo Pereira, Lisboa, 1988, pp. 349-350.

17 Arquivo de São Miguel de Alfama, Lº *de Desp. de* 1678-1735, fl. 72 e vº. Inédito.

18 F. A. Garcez Teixeira, A *Irmandade de São Lucas, corporação de artistas*, Lisboa, 1931, p. 125.

19 F. A. Garcez Teixeira, *ob. cit.*, pp. 72-73.

20 *Idem*, ib., p. 125.

21 ANTT, *Cartório Notarial* nº 11, Lº 364, fls. 37 vº-38. Inédito.

22 ANTT, *Cartório Notarial* nº 12-A, cx. 74, Lº 317, fls. 93 vº a 94.

23 O tecto da igreja do Loreto, destruído com o terremoto, fora pintado em 1680-84, em caixotões apainelados com 65 telas, pelo italiano Gian Domenico Ponte.

24 Ayres de Carvalho, D. *João V e a Arte do seu Tempo*, Lisboa, 1962, II, p. 222.

25 Arquivo Paroquial de S. Miguel de Alfama, *Lº de Despesa de* 1678-1735, fl. 72 e vº. Inédito.

26 *Idem, ibidem.*

27 *Idem, ibidem*, fl. 74. Inédito.

28 Id., *Lº Rec.* 1678-1735, fl. 85 vº.

29 ANTT, *Cartório Notarial* nº 7-A, Lº 84, fl. 6 vº-7, referido por Ayres de Carvalho, «Documentário artístico do primeiro quartel de Setecentos, exarado nas notas dos vários tabeliães de Lisboa», *Bracara Augusta*, vol. XXVII, nº 63 (75), 1973, a p. 150.

30 J. M. dos Santos Simões, *Azulejaria Portuguesa no Brasil*, 2º vol. do «Corpus da Azulejaria Portuguesa», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1965.

31 Sobre a sacristia do Loreto, cfr. Ayres de Carvalho, *ob. cit.*, p. 222. Sobre Sapeiro (que morre em 1740), conhecem-se obras nas igrejas dos Anjos e de Camarate, e um Retrato de D. João V (1708, Hospital das Caldas da Rainha), identificado por Nicolau Borges. Pintou o tecto da sacristia do Loreto (1703-05) e o da nave do Colégio jesuítico de Santarém (c. 1728-30), identificado por Magno Mello.

32 F. A. Garcez Teixeira, *ob. cit.*, p. 126.

33 V. Serrão, «O conceito de totalidade nos espaços do Barroco Nacional: a obra da igreja de Nª Sª dos Prazeres em Beja (1672-1698)», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nºs 21/22, 1996-1997, pp. 245-267, e José Meco, «Azulejaria de Cascais com temática ou utilização religiosa», *Um olhar sobre Cascais através do seu Património*, vol. II, 1989, pp. 85-117.

34 José Alberto Gomes Machado, *André Gonçalves. Pintura do Barroco Português*, ed. Estampa, Lisboa, 1995; Nuno Saldanha, *Artistas, Imagens e Ideias na Pintura do Século XVIII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1996; e o catálogo *Joanni V Magnifico*, coord. Nuno Saldanha, ed. IPPAR, Lisboa 1995.

35 A nossa ex-aluna de Seminário da Faculdade de Letras, Dra Ana Rita Pereira dos Santos, prepara um estudo iconográfico sobre este ciclo.

36 Sylvie Deswarte-Rosa, «Francisco de Holanda collectioneur», *La Revue du Louvre et des Musées de France*, nº 3, 1984, p. 174, e Luís de Moura Sobral, *Elogio da Pintura de Luís Nunes Tinoco*, IPPC, Lisboa, 1991, pp. 24-25.

37 G. Kubler, *The Antiquity of the Art of Painting by Felix da Costa*, Harmondsworth, 1967, pp. *184-185* e *214-227*.

[38] Nuno Saldanha, «A Muda Poesia. As poéticas da Pintura no Portugal seiscentista», *Bento Coelho e a cultura do seu tempo*, cit., pp. 85-105.

[39] Ayres de Carvalho, «O mestre das grandiosas máquinas douradas da Lisboa setecentista», *Belas-Artes*, 2ª série, nº 20, 1964, pp. 35-65.

[40] Cardeal Saraiva, *Obras completas*, 1872-83, vol. VI, p. 345.

[41] *Elogio Funebre...*, por J. de Andrade, cit., 1748, p. 15: «*A sua Pintura* (de Vitorino Manuel da Serra) *imitou muito, senão excedeo, à de Vicente Bacarelli. Elle foy o primeiro, que em Lisboa entrodusio o primoroso ornato Francez, como se observa elegantemente desempenhado no Palacio do Marquez de Cascaes, em que ao presente assiste o Excellentissimo Duque de Souto Mayor, Embaixador de Castella. Deste novo estillo pintou muito nas cazas de Custodio Vieyra...*».

[42] Luís de Moura Sobral, «Josefa de Óbidos e as gravuras: problemas de estilo e de iconografia», in *Josefa de Óbidos e o tempo barroco*, exp. coordenada por V. Serrão, IPPC, Lisboa, 1991, pp. 51-69.

[43] Cfr. Miguel A. Vallecillo Teodoro, «Centros Artisticos y Esbozo de Artistas en el Alto-Alentejo», in *revista Callipole*, nºs 3-4, 1996, pp. 147-155, refª p. 153.

[44] José Meco, *Azulejaria Portuguesa*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, cit.

[45] Cfr. Joseph Lavallée, *Notice de la Présentation de Jésus au Temple de Vouet dans la Galerie du Musée Royal*, Paris, 1828, pl. 13; Monique Lavallée, Simon Vouet, Paris, 1952, p. 125; W. R. Crelly, *The painting of Simon Vouet*, New Haven, 1962, fig. 75; Alain Roy, *Les envois de l'État au Musée de Dijon*, Paris, s/d, pp. 46-47; Christopher Wright, *The Frencht Painters of the Seventeenth Century*, Orrbis, Londres, 1985, pp. 55-57 e 273-274; Barbara Brejon de Lavergnée, *Dessins de Simon Vouet*, 1590-1649, Musée du Louvre, Cabinet de Dessins, Paris, 1987, pp. 128-129.

[46] Agradecemos à senhora Dra Claudie Ressort, do Département de Peinture do Musée du Louvre, as facilidades que nos foram concedidas no estudo do quadro de Vouet e das suas derivações francesas.

[47] Estudo reproduzido em *Dessins du XVIè et du XVIIè siècle dans les coll. Privées françaises*, Galerie Claude Aubry, Paris, 1971, nº 116.

[48] O recheio desta ignota capela barroca sita no claustro de Santos é presentemente alvo de um estudo da nossa antiga aluna Dra Patrícia Monteiro.

[49] Cfr. V. Serrão, «A pintura dos séculos XVII e XVIII no Convento dos Cardais», in O *Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais - Arte e História*, coordenação da Irmã Ana Maria Vieira, ed. Quetzal, Lisboa (no prelo).

[50] Col. da senhora Dra Ana Brito Correia, a quem agradecemos a oportunidade do seu estudo.

[51] Cfr. Manuel M. Ribeiro Ferreira, *História de Oeiras*, vol. I, Oeiras, 1997, p. 202. O ciclo de telas em que esta se inclui é presentemente estudado pela Dra Sara Pequenão Silva.

[52] Sobre este quadro do pintor Vicente Berdusán, datável de 1671, cfr. a obra do saudoso amigo José Luis Morales y Marín, *La pintura aragonesa en el siglo* XVII, Guara Editorial, Zaragoza, 1980, pp. 89-97, com uma referência à tela a p. 93. A mesma tela vem reproduzida em Vicente González Hernández, Jusepe Martínez (1600-1682), Museo e Instituto de Humanidades Camón Aznar, Zaragoza, 1981, s/nº.

[53] Cfr. Vitor Serrão, «O conceito de totalidade nos espaços do Barroco Nacional: a obra da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Beja (1672-1698)», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nºs 21/22, 1997, pp. 245-267, e a demais bibliografia aí aduzida sobre a obra de cavalete de Bernardes.

Fig. 2. Michel Dorigny, *Apresentação no Templo* (segundo Simonb Vouet). Gravura, 1641.

Fig. 3. António Pereira Ravasco (?), *Apresentação no Tempo*, início do século XVIII. Igreja de Santa Maria do Castelo de Olivença.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLOGICA EM S. JOÃO DE VALINHAS (AROUCA, AVEIRO)
Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca

António Manuel S. P. SILVA *
Manuela C. S. RIBEIRO **

"[*as escavações arqueológicas*] *quando não feitas para resolver ou levantar problemas, para nada servem*"
Carlos Alberto Ferreira de Almeida, 1983[1]

1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO

O monte de São João de Valinhas, nome que lhe vem do orago de uma pequena capela seiscentista implantada no topo, situa-se na freguesia de Santa Eulália, Arouca[2] (Fig. 1) e ocupa um relevo em *raquette*, com a cota altimétrica máxima de 448 metros, que constitui o último patamar do Gamarão, um conjunto de relevos de orientação Nordeste-Sudoeste enquadrados pelos ribeiros de Gondim e de Monte Moção, tributários da bacia inicial do Arda. A sua implantação orográfica e o amplo domínio visual que disfruta sobre o vale de Arouca propiciaram desde a antiguidade a fixação de comunidades humanas, à semelhança do que sucedeu em muitos outros castros e castelos do Norte do nosso País.

Inserindo-se na grande mancha granodiorítica do maciço de Arouca, este relevo apresenta uma litologia constituída por granitos de grão médio a grosseiro, de duas micas, predominantemente biotíticos (Rochette Cordeiro 1986, Pereira *et al.* 1980, Medeiros *et al.* 1964) e constitui, do ponto de vista geomorfológico, um resíduo de superfícies de erosão pliocénicas (Rochette Cordeiro 1986, 1988), o que justificará igualmente a morfologia em "caos de blocos" que o caracteriza nos patamares superiores. A cobertura vegetal é na actualidade dominada por pinheiros e eucaliptos, resistindo ainda pequenas áreas de castanheiros e sobreiros, para além de uma espécie infestante, a acácia-dealbada ou mimosa, que da área da Capela de S. João se espalhou pela encosta Sudoeste.

O assentamento no Monte de Valinhas de um povoado castrejo, a que sucedeu um castelo roqueiro medieval, é testemunhado, além dos vestígios arqueológicos, pelas alusões que lhes são feitas nos documentos medievais e por uma longa tradição popular, que ainda hoje designa como *castelo* o cabeço onde de facto o mesmo existiu. Recordações de achados fortuitos durante a abertura de caminhos ou na laboração das pedreiras de granito que há décadas funcionaram no local, *estórias* de tesouros, grades de ouro ou de um longuíssimo túnel que ligaria Valinhas à torre tardo-medieval de Lourosa do Campo, na freguesia do Burgo, do lado Sul do vale de Arouca, são elementos significantes da memória popular e da tradição do sítio como um espaço de

excepção, quer pela antiguidade da sua ocupação, quer pela representação de poder que, enquanto castro ou castelo, assumiu durante séculos no contexto local.

Como é corrente noutros locais, o *crasto* proto-histórico que se implantou no monte forneceu a designação ao pequeno aglomerado humano que posteriormente se lhe implantou no sopé. A documentação histórica do século XII, nomeadamente a respeitante ao Mosteiro de Arouca, é pródiga em referências à *villa* de *Castro*. Em importante acervo documental coligido por M. H. Cruz Coelho (1988) a *villa* é mencionada desde 1116, explicitando-se com maior precisão em diplomas de 1119 (*"uilla quos uocitant Castro ad Sancti Iacobi"*), de 1121 (*"inter Monte Fuste et Serra Sicca in uilla que uocitant Castro sub Sancto Iacobo"*) e de 1126: *"uilla quos uocitant Castro inter Monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Manoquo territorio Arauca"*[3]. O esquema de localização da *villa* e as coordenadas de referência topográfica são as habituais nos documentos de Arouca: o lugar estaria situado, como hoje, no vale do Arda, entre os maciços da Serra da Freita (*Mons Fuste*) e do Gamarão-Arressaio (*Serra Sicca*), perto da Capela de S. Tiago[4] e nas proximidades do rio *Manoquo* (ribeira de Monte Moção?). O castelo de Valinhas aparece pela primeira vez referido na documentação em 1080, citado como *Castro Arauca*[5], se bem que seja apenas em 1119, ao mencionarem-se propriedades *"in Sancti Iacobi subtus castellum"* (Coelho 1988:202), que figura explicitamente como *castellum*[6], substantivo com que nesta época se designavam correntemente as fortificações que chefiavam as "terras" (Almeida 1978:26; Lima 1993:238).

Como adiante se verá, este castelo, entretanto erecto em "cabeça de terra", deverá ter sido abandonado na primeira metade do séc. XIII. Segundo o testemunho das *Memórias Paroquiais* de 1758, os seus vestígios seriam já então pouco expressivos, anotando-se apenas, de forma sumária, a memória de *"hum castello que fora dos Mouros, mas dele não ha vestigio algum"* (Brandão e Loureiro 1991:72).

Já no nosso século, o monte de S. João de Valinhas foi reconhecido como local de interesse arqueológico por vários estudiosos, como Manuel Rodrigues Simões Júnior (Pereira da Silva, s.d.), Domingos de Pinho Brandão (Brandão e Loureiro 1991:150) ou A. Nogueira Gonçalves (Gonçalves 1991:100)[7]. Porém, só em 1988 foi iniciada a sua investigação arqueológica, no âmbito de um projecto de pesquisa que em 1987 um dos signatários apresentou ao Instituto Português do Património Cultural, com o objectivo mais amplo de estudar o povoamento da região de Arouca no período castrejo-romano (Silva 1987). Entre 1988 e 1997 realizaram-se em Valinhas nove campanhas de trabalhos arqueológicos, com frequência anual, bem como acções de limpeza e desmatamento, levantamentos topográficos e um ensaio de prospecção geofísica (paleomagnetismo e resistividade eléctrica) num dos sectores que foi objecto de escavação (Matias 1988)[8].

No presente artigo apresenta-se uma súmula necessariamente breve dos principais resultados dos trabalhos arqueológicos – que por limitações editoriais não poderá ser tão ilustrada quanto gostaríamos – retomando e actualizando um texto de síntese sobre a estação publicado há poucos anos (Silva 1995).

2. DA PROTO-HISTÓRIA AO DOMÍNIO ROMANO

Desde as primeiras campanhas de intervenção arqueológica em S. João de Valinhas que se comprovou, pela ocorrência de materiais cerâmicos e de outra natureza, a ocupação do cabeço na Idade do Ferro. A circunstância dos trabalhos de escavação

terem incidido durante alguns anos na plataforma superior do monte, onde a ocupação tardo-romana e medieval foi muito expressiva e reduziu, aparentemente, os vestígios de épocas precedentes, levou a que tardasse um pouco a descoberta de restos arquitectónicos do antigo castro, o que se verificou apenas em 1996-1997 com a localização de uma habitação circular no designado Sector P, na encosta Sudeste da *estação (Fig. 1), estrutura cuja escavação não se encontra ainda concluída.*

Trata-se, ao que tudo indica, de uma unidade residencial construída em pedra, cujo perímetro se encontra já parcialmente definido, que parece estar associada a um murete para sustentação de terras, com face aparelhada apenas do lado externo, que protegeria a habitação a jusante na encosta. Junto a esta casa castreja, mas ainda sem uma clara conexão estratigráfica, encontrou-se a base de uma outra estrutura constituída por um conjunto de negativos de plano subcircular, abertos na alterite granítica, indiciando provavelmente uma construção em madeira, porventura um canastro para guarda de cereais, ou qualquer pequeno cercado para outro fim.

Estas são até à data as únicas estruturas de época castreja detectadas na estação, muito embora ocorram em diversos sectores artefactos que indiciam uma ocupação bastante expressiva da Idade do Ferro, designadamente cerâmicas com a habitual decoração estampilhada ou incisa típica dos castros do Noroeste, que exemplificamos com uma panela decorada com linhas incisas horizontais e oblíquas (Fig. 2, nº 3) e um bordo com decoração geométrica incisa no lábio (Fig. 2, nº 4).

Se bem que não tenha ainda sido localizado qualquer nível arqueológico correspondente a ocupações mais antigas do monte de Valinhas, a instalação de um povoado no local desde o Bronze Final parece bastante plausível, atentas as condições topográficas do sítio, o que é corroborado pelo achado, em contextos posteriores, de fragmentos cerâmicos atribuíveis a este período, como sucede com um pequeno vaso decorado por motivos triangulares incisos preeenchidos por puncionamentos (*Fig.* 2, nº 1) ou de uma taça de pasta fina e superfícies brunidas (Fig. 2, nº 2) da forma A1a da tipologia cerâmica de A. C. Ferreira da Silva, que este A. data da Fase I da sua periodização da cultura castreja (Silva, A.C. 1986:120).

Como se vê, portanto, pouco se pode ainda dizer do castro proto-histórico de Valinhas, designadamente no que se refere à extensão e limites do povoado, às modalidades de ocupação do monte, ao urbanismo ou tipologia das construções, e muito menos no que toca ao faseamento dessa ocupação. De igual modo permanece obscura a problemática dos amuralhamentos ou outras estruturas defensivas. Duas linhas de muralha associadas a um fosso parecem detectar-se no perímetro do cabeço superior, devendo ocorrer uma fortificação externa, de que restam ainda alguns paramentos em pedra, junto ao estradão principal de acesso ao topo do monte, ele próprio porventura aberto no leito de um antigo fosso defensivo. A impossibilidade de sondagens arqueológicas nestes pontos e mesmo de levantamento topográfico integral, dada a grande extensão do relevo onde se implanta o castro deixam em aberto, por ora, estas questões.

A romanização do aldeamento castrejo está fora de dúvida, tantos e tão diversificados são os vestígios materiais dessa transformação. Tudo parece apontar, todavia, para um carácter bastante tardio desse influxo romanizador, quer no que se refere aos elementos da cultura material, quer provavelmente às estruturas arquitectónicas. De facto, são muito escassos até à data os indícios de ocupação ou de utilização de produtos de época alti-imperial, como sucede com as ânforas ou a *terra*

sigillata, cerâmicas de importação que parecem não ocorrer em Valinhas, à semelhança de material numismático ou outros elementos.

As principais estruturas deste período identificadas até ao momento são de cronologia tardo-romana e localizam-se na plataforma superior da estação (Sector B). Correspondem essencialmente a duas construções de planta rectangular, com alicerces formados por blocos de granito e xisto, assentes no saibro natural, formando muros bem travados com uma largura uniforme de c. de 0,60m. que aproveitam na sua estrutura os afloramentos rochosos existentes na área. Estão parcialmente sobrepostas, traduzindo deste modo duas distintas fases de ocupação, se bem que a sua cronologia deva ser muito próxima, a avaliar pelo espólio arqueológico recolhido em ambos os contextos.

Os materiais arqueológicos correspondentes à ocupação tardo-romana do castro são muito diversificados, incluindo desde a cerâmica industrial às cerâmicas comuns, de mesa, cozinha e armazenamento, até algumas sigillatas claras e raras peças que podemos integrar nas Derivadas das Sigillatas Paleocristãs, como sucede com um fragmento de aba perlada (Fig. 2, nº 6) enquadrável na forma 3b de Rigoir (Beltrán Lloris 1990:155), de cozedura oxidante, que parece possuir decoração antropomórfica, o que a confirmar-se lhe confere especial singularidade. Datará dos séculos V-VI, podendo ser de produção gálica ou norte africana. De cronologia similar poderá ser um bordo de um vaso de grandes dimensões, em pasta alaranjada grosseira, que ostenta uma decoração com rosetas estampilhadas (Fig. 2, nº 5), em analogia com motivos do repertório das sigillatas claras e D.S.P. coevas, peça com paralelos noutras estações de idêntica cronologia do Norte do País.

Uma numerosa colecção de restos de vidraria romana, na sua maior parte de cronologia tardia, vários exemplares numismáticos, com destaque para as cunhagens do século IV, pertencendo a séries comuns de *nummus* e Æ3, dos tipos GLORIA EXERCITVS, FEL TEMP REPARATIO, SECVRITAS REIPVBLICAE, etc. (Silva, no prelo-b) e escassos objectos metálicos merecem também realce. Destes últimos, ilustramos uma fíbula em bronze do tipo de charneira e arco triangular (Fig. 3, nº 12) do séc. I (Ponte 1984; Silva, A.C. 1986:191), uma fíbula ou alfinete circular com um motivo cruciforme vazado (Fig. 3, nº 11) e uma outra (Fig. 3, nº 13) do tipo Fowler B1 (Fowler 1960), habitual nos nossos castros mas aqui com a particularidade de ter sido produzida em prata (com provável banho de ouro), adorno datável de entre os séculos I e III mas que em Valinhas poderá ter tido uma utilização posterior.

Todos estes dados apontam, como notámos, para uma forte possibilidade de ter sido romanizado tardiamente o Castro de Valinhas, o que confere com a informação disponível para a região arouquense e para a generalidade das áreas mais interiores do Entre Douro e Vouga, como temos vindo a sugerir (Silva 1993, 1994, no prelo-a).

3. DOS TEMPOS ALTI-MEDIEVAIS AO CASTELO DE AROUCA

As construções tardo-romanas que acima referimos, localizadas no designado Sector B, terão sido depois parcialmente reutilizadas ou destruídas[9] durante a Idade Média. Para além de frágeis muretes em pedra e de cerâmicas atribuíveis ao período suevo-visigótico, foi localizado nesta área um contexto oficinal de actividade metalúrgica cuja cronologia está ainda em apreciação, devendo oscilar entre os séculos

V-VI e o momento correspondente ao encastelamento do local, que situamos nos séculos X-XI.

Trata-se de uma zona identificada inicialmente por uma fortíssima concentração de escórias ferrosas, a que se juntariam entretanto a descoberta de um canal bastante profundo, escavado no saibro de base, onde se encontrou um grosseiro dormente de uma mó giratória manual, provavelmente ligada à trituração de minério. Em área adjacente localizaram-se outras estruturas associadas à actividade siderúrgica, nomeadamente um provável cone de dejecção de um forno de redução de ferro, constituído por uma vala de planta subcircular preenchida por estratos argilosos alternados com níveis de cinzas, bem como uma pequena fossa contendo depósitos de areia. A escavação arqueológica desta área de oficina está ainda numa fase inicial, podendo esperar-se, com a continuação dos trabalhos e as análises arqueométricas em curso[10], encontrar uma eventual forja e clarificar a natureza e extensão destes vestígios, sem dúvida de grande importância no quadro local e regional.

Numa outra área escavada, o Sector C, identificaram-se também estruturas correspondentes a restos de elementos defensivos de época medieval, sistematicamente unindo e fechando espaços entre penedos, que se encontravam assim integrados na arquitectura de protecção do sítio. Constavam, concretamente, do tramo de um muro com cerca de 4 metros de extensão por c. de 1,60m de espessura, de que apenas a face interna era composta por pedra aparelhada, e das últimas fiadas, quase superficiais, de um outro muro, fino, que assentava sobre uma "portela" entre rochedos que foi intencionalmente preenchida e fechada até à rocha de base com um enchimento maciço de blocos de pedra.

Mas foi no cabeço de cota superior, a 448 metros de altitude, segundo a Carta Militar, que verdadeiramente se instalou a fortificação dos tempos da Reconquista, aproveitando as penedias do "caos de blocos", frequentemente incorporadas nas linhas defensivas, como é notório pelos desbastes, entalhes e mesmo negativos de assentamento de silhares que ainda se podem ver em diferentes blocos graníticos.

As sondagens arqueológicas nesta área[11], designada operativamente como Sector A, revelaram essencialmente, até ao momento, a sobreposição de potentes níveis de derrube, que ultrapassam já um metro de espessura, o primeiro dos quais com nítidos vestígios de incêndio. As parcas estruturas identificadas constam de uma lareira subcircular, com c. de 0,65 m. de diâmetro, feita com pequenas pedras, uma fossa também subcircular, com c. de 1 metro de diâmetro de boca, construída com blocos maiores, utilizada talvez para guarda de alimentos e um pequeno tramo de murete delimitador ou defensivo, localizado no rebordo Poente da plataforma culminante.

Do espólio arqueológico recolhido ressaltam vários milhares de fragmentos cerâmicos, provenientes de vasilhame doméstico atribuível na sua generalidade aos séculos XI-XII. Encontramos aqui as formas e decorações típicas dos repertórios cerâmicos deste período, com paralelos noutros castelos roqueiros (Barroca 1988; Rodrigues 1994; Fontes e Regalo 1997): recipientes de cozinha ou armazenamento reforçados com os bem conhecidos cordões relevados, decorados com dedadas ou incisões; olas ou panelas com decoração formada por linhas incisas e meandros (Fig. 3, nº 8), potes, como o exemplar que ilustramos, provido de uma aba sob o bordo e decorado com puncionamentos (Fig. 3, nº 7), jarros de boca trilobada, por vezes com ornamentação incisa (Fig. 3, nº 9) e os característicos alguidares ou taças de fundo em

disco, por vezes com decoração interna, como sucede com um notável exemplar provido de cordões que arrancam das paredes para o centro da base (Fig. 3, nº 10).

Entre os materiais metálicos, quase exclusivamente em ferro, destaca-se uma abundante quantidade de pregos, ocorrendo também lâminas de facas, uma fivela circular, pontas de dardo e de virote, de cabeça triangular ou remate cónico (Fig. 3, números 14 a 16), com paralelos conhecidos (Barroca e Morais 1986; Barroca 1988), e outros objectos de difícil caracterização de momento.

Interessa fazer um breve enquadramento histórico e documental desta fortificação para iluminar um pouco a sua funcionalidade, tipologia e época de utilização.

Trata-se de um castelo roqueiro, similar a tantos outros que enxamearam o Noroeste peninsular no âmbito do fenómeno mais lato, de expressão europeia, do *encastelamento* dos séculos IX, X e XI (Almeida 1978, 1992; Barroca 1991). Das suas estruturas mais primitivas – de que para já há apenas indícios – constariam provavelmente uma cerca de pedra e eventuais estruturas em madeira, de natureza defensiva ou habitacional, o que é sugerido pela quantidade de pregos que foram localizados nas sondagens e poderá relacionar-se com o nível de incêndio detectado.

De castelo dependente, de carácter local, inserido na grande *ciuitas* e *territorio* de Anegia, cujos limites meridionais provavelmente atingiam a Serra da Freita (Lima 1993:34), a fortaleza, porventura associada ao emergente mosteiro beneditino que no vale ganhava raízes e expressão, tornar-se-ia, com a fragmentação das *ciuitates* em *terras*, ocorrida na 2ª metade do século XI, no ambiente de um novo quadro militar e político-administrativo, *cabeça da Terra de Arouca*. O castelo de Arouca terá tido nos tempos da Reconquista uma significativa importância militar, em razão do estado de permanente tensão com os muçulmanos, fruto de uma longa oscilação da linha de fronteira e a diversas incursões de ambos os campos, de que maior fama deixaram as razias de Almançor, pelos finais do séc. X. Na 2ª metade do século XI e durante a centúria seguinte a fortificação de Valinhas terá sobrevivido ao colapso que atingiu muitos castelos roqueiros graças à sua ascensão a cabeça de Terra (Barroca 1991:119). Todavia, e à semelhança do que sucede em outras fortificações do curso terminal da bacia do Douro (Lima 1993:242-3), o Castelo de Arouca não mostra – apesar da centralidade administrativo-militar que assumiu – quaisquer indícios das transformações arquitectónicas habituais na maioria dos castelos românicos (Barroca 1991:120-1; Lima 1993:236), se bem que possa ter possuído uma torre, que aproveitaria porventura a base do vasto batólito que constitui o ponto de cota máxima no cabeço, como certos entalhes permitem supor.

Nas primeiras décadas do século XIII, porém, afastada desde há muito nesta região a ameaça muçulmana e com a progressiva desfuncionalização da divisão administrativa das "terras", remetidas à esfera civil (Lima 1993:221), o castelo arouquense deverá ter entrado em declínio, desconhecendo-se de momento em que circunstâncias terá sido definitivamente abandonado.

Na expressão de Carlos Alberto Ferreira de Almeida que serve de epígrafe ao presente texto gostaríamos de encontrar a razão dos trabalhos arqueológicos cujos resultados aqui resumimos brevemente. Aquela afirmação desarma-nos e ilumina pela coloquial singeleza que o Prof. Carlos Alberto gostava de pôr nas coisas. A sua palavra simples mas sempre certeira tinha aquela magia de – roçando por vezes uma aparente

trivialidade – atingir o íntimo dos problemas mais complexos e verdadeiramente essenciais.

É fácil perceber por este texto introdutório que as múltiplas questões de S. João de Valinhas estão quase todas por responder. Esperamos que a continuidade dos trabalhos nesta importante estação do Concelho de Arouca possa dilucidar alguns desses problemas ou, pelo menos, suscitar novas, imprevistas e porventura fecundas dúvidas e interrogações.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

Almeida, Carlos Alberto F. (1978), Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220, diss. compl. dout., Porto, policop.

Idem (1992), "Castelos medievais do Noroeste de Portugal", in *Finis Terrae. Estudios en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, USC, p. 371-85.

Barroca, Mário J. e Morais, A. J. C. (1986), "A Terra e o Castelo – uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena", *Portvgalia*, Nova Série, VI/VII, Porto, IAFLUP.

Idem (1988), "A ocupação medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem", *Arqueologia*, 17, Porto, GEAP.

Idem (1991), "Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)", *Portvgalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto IAFLUP, 1990-1991, p. 89-136

Béltran Lloris, Miguel (1990), *Guía de la Cerámica Romana*, Zaragoza, Pórtico.

Brandão, Domingos P. e Loureiro, Olímpia M. C. (1991), *Arouca. Notas monográficas*, 1, Arouca, Centro Est. D. Domingos P. Brandão

Coelho, Maria Helena C. (1988), *O Mosteiro de Arouca do século* X *ao século* XIII, Arouca, C.M.A. (1ª ed., Coimbra, 1977)

Fernandes, A. de Almeida (1965), *Arouca na Idade Média Pré-Nacional*, Aveiro, sep. dos vols. XXX-XXXI do "Arquivo do Distrito de Aveiro"

Fernandes, A. de Almeida e Silva, Filomeno (1995), *Toponímia arouquense*, Arouca, ADCA.

Fontes, Luis F. e Regalo, Henrique A. (1997), "O «Castelo» de Penafiel de Bastuço, Paços de S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo", *Arqueologia Medieval*, 5, Porto, Afrontamento, p. 199-220.

Fowler, Elisabeth (1960), "The origins and development of the penannular brooch in Europe", *Proceedings of the Prehistoric Society*, New Series, XXVI, Cambridge, p. 149-77.

Gonçalves, A. Nogueira (1991), *Inventário artístico de Portugal.* XI - *Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes

Lima, António M. Carvalho (1993), *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro* (Séc. IX-XII), diss. mestrado., 2 vols., Porto, dactil.

Matias, Manuel João Senos (1988), "Prospecção geofísica em Arouca", *relatório dactil.*, s.l.

Medeiros, Artur C. *et al.* (1964), *Carta Geológica de Portugal na Escala* 1/50 000. *Notícia explicativa da Folha* 13-B - *Castelo de Paiva*, Lisboa, Serv. Geol. Portugal

Pereira, Eurico *et al.* (1980), *Carta Geológica de Portugal na Escala* 1/50 000. *Notícia explicativa da Folha* 13-D - *Oliveira de Azeméis*, Lisboa, Serv. Geol. Port.

Pereira da Silva, Fernando A. (s.d.), "Notas sobre arqueologia recolhidas nos apontamentos inéditos, dactilografados, do Dr. Simões Júnior...", s.l., dactil.

Ponte, Salete da (1984), "Fíbulas de sítios a Norte do Rio Douro", *Lvcerna. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, CEH, p.111-44.

PMH-DC, *Portugalia Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867.

Rochette Cordeiro, A. M. (1986), "Evolução de vertentes na Serra da Freita", Coimbra, policop.

Idem (1988), A *evolução das vertentes da Serra da Freita no Quaternário recente*, sep. de "Cadernos de Geografia", 7, Coimbra, Inst. Est. Geog.

Rodrigues, Miguel A. (1994), Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (sécs. XII-XIII), diss. mestrado, Porto, dactil.

Silva, António Manuel S. P. (1987), "O povoamento castrejo-romano na região de Arouca", Arouca, dactil.

Idem (1993), "Ocupação proto-histórica e romana no Entre-Douro-e-Vouga Litoral: breve balanço de uma investigação em curso", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (3-4), Porto, Soc. Port. Antrop. e Etnol., p. 427-43

Idem (1994), *Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*, diss. mestrado, Porto, dactil.

Idem (1995), "Escavações arqueológicas em S. João de Valinhas. Do primitivo castro ao castelo de Arouca", *Poligrafia*, 4, Arouca, CEDPB, 1995, p. 199-220.

Idem (no prelo-a), "Novos elementos para a caracterização do habitat castrejo no litoral entre Douro e Vouga (Centro-Norte de Portugal)", in *Castrexos e Romanos no Noroeste. Coloquio de Homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida* (1997), Santiago de Compostela.

Idem (no prelo-b), "Achados numismáticos romanos do Entre Douro e Vouga Litoral. Contributo para um inventário crítico", *Nvmmvs*, Porto, SPN.

Silva, Armando Coelho F. (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, C.M.P.F./M.A.C.S.

Silva, Filomeno A. S. (1986), "Quem protege o castro de Valinhas?", *Jornal de Notícias*, Porto, 20.04.1986, p. 30

NOTAS

* Mestre em Arqueologia pela Universidade do Porto. Centro de Arqueologia de Arouca. Largo de Santa Mafalda - Apartado 127 - 4540 Arouca.

** Licenciada em História – Var. Arqueologia pela Universidade do Porto. Centro de Arqueologia de Arouca. Largo de Santa Mafalda - Apartado 127 - 4540 Arouca.

[1] "O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação", *in* Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, 1983, p. 198

[2] Coordenadas geográficas UTM do ponto central: 29TNF 621 322 (*Carta Militar de Portugal*, 1:25000, Folha nº 145).

[3] Coelho 1988. *Vd.*, respectivamente as páginas 194, 201, 222 e 235.

[4] No adro da Capela de S. Tiago, de remota antiguidade como se vê, apareceram há anos, por motivo da construção da actual estrada, sepulturas e sarcófagos em granito, restos do primitivo cemitério do lugar nos tempos medievais (Silva, F. 1986).

[5] PMH-DC, nº 576.

[6] Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978:30) atribui ao Castelo de Arouca um documento de 1062 (PMH-DC, nº 432), referência que nos parece equivocada, dado que a toponímia das confrontações ali indicadas não se reporta ao vale de Arouca mas a locais hoje no concelho de Castelo de Paiva. Um outro documento de 1092 (PMH-DC, nº 779) foi também citado como referindo-se ao mesmo castelo, com bastante propriedade, aliás, por Almeida Fernandes (1965:103-4). A atribuição a Valinhas da expressão *"casale de mandamento de illo castello"* neste último documento, contudo, não é segura, e o mesmo A. reconhece esta dúvida em trabalho posterior (Fernandes e Silva 1995:36).

[7] Apesar das datas de publicação, todas estas informações se referem a escritos e trabalhos muito anteriores, por vezes em décadas, dos respectivos autores.

[8] Os trabalhos arqueológicos têm sido possíveis graças a apoios financeiros dos diversos serviços do Estado que têm tutelado a Arqueologia (IPPC, IPPAR, IPA), bem como da Câmara Municipal de Arouca e, em menor escala, do FAOJ/Instituto da Juventude e do Governo Civil de Aveiro, entidades a quem se expressa o devido reconhecimento.

[9] A estratigrafia do sector, em geral pouco espessa, não esclareceu ainda este problema, uma vez que foi profundamente afectada pela extracção de pedra que ocorreu no local e por terraplenagens posteriores, pelo que o nível de fundação do muro tardo-romano se confunde praticamente com o da sua destruição.

[10] Está a ser desenvolvido pelos autores, em colaboração com Jorge Argüello Menéndez e José T. Cavalheiro, um estudo dos vestígios paleometalúrgicos de Valinhas, através de análises físicas, químicas e de outros tipos, trabalhos integrados no MetNOR – *Projecto para o Estudo Arqueológico da Paleometalurgia do Norte de Portugal*, com o apoio do Instituto Português de Arqueologia e outras instituições.

[11] Cumpre-nos aqui registar um agradecimento ao nosso Colega António Carvalho Lima, pelas enriquecedoras sugestões de trabalho e por todo o apoio prestado nas campanhas arqueológicas de 1994-1996.

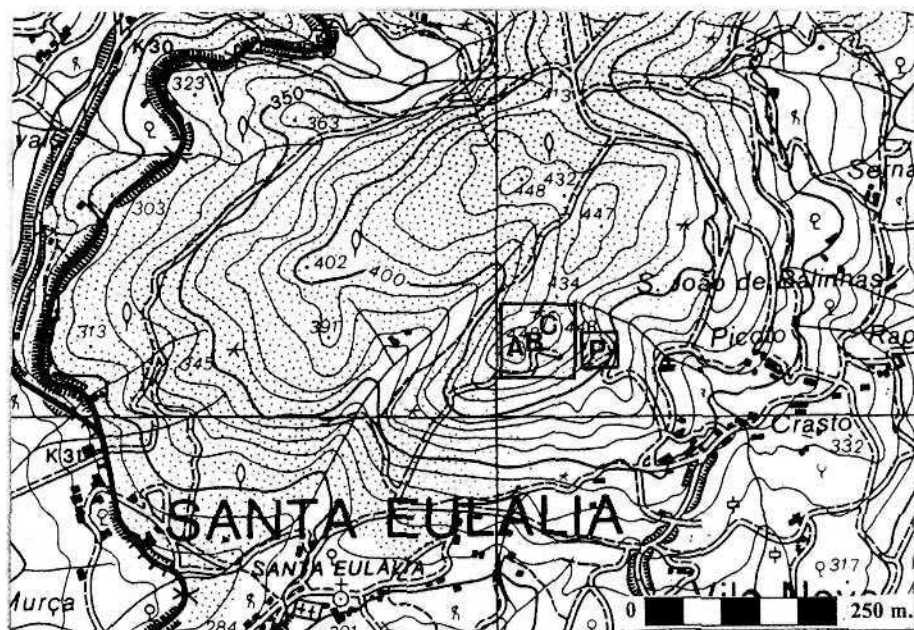



Fig. 1 - *Localização da estação arqueológica e implantação esquemática dos sectores* em escavação (C.M.P. 1:25.000 nº 145, ampl.).

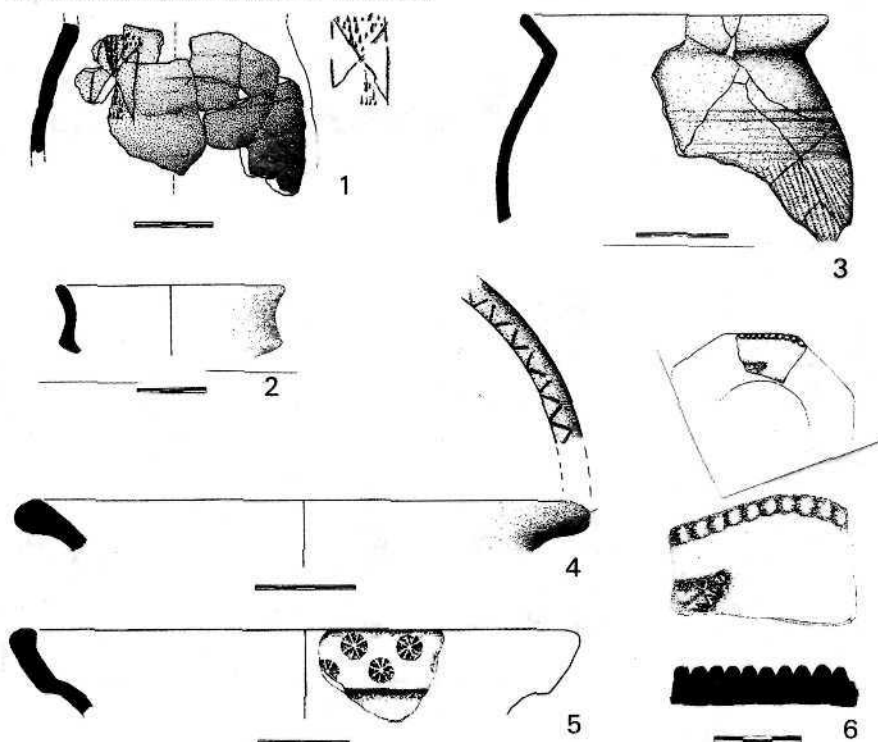



Fig. 2 - Cerâmicas do Bronze Final/Ferro Inicial (1-2); castrejas (3-4) e tardo-romanas (5-6). Desenhos de José Luis Madeira (1) e Maria José V. Santos. Escalas em centímetros.

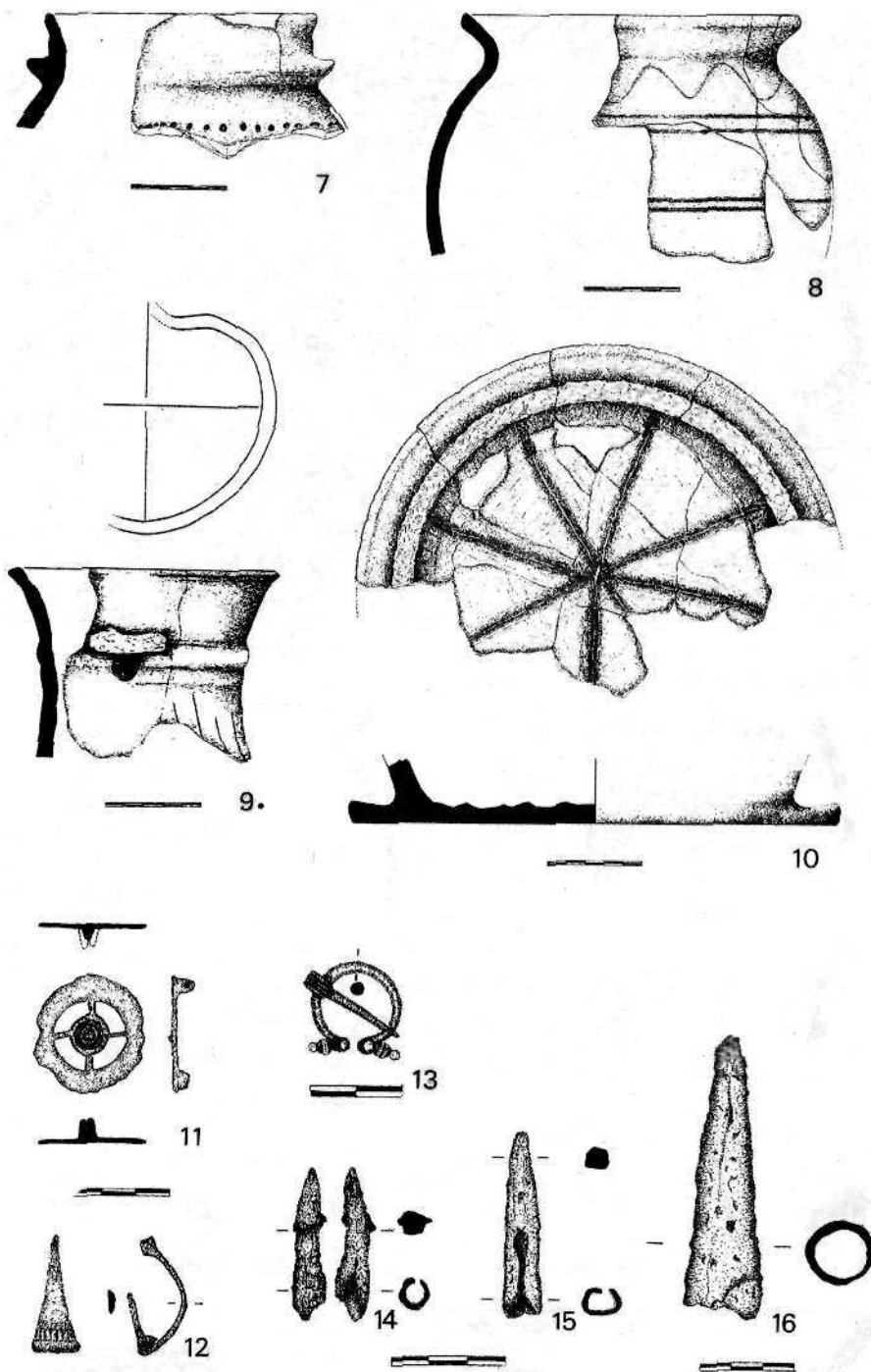



Fig. 3 - Cerâmicas dos séculos XI-XII (7-10). Fíbulas (11-13), pontas de dardo e virote medievais (14-16). Desenhos de Maria José V. Santos. Escalas em centímetros.

REPRESENTAÇÕES ANTROPOMÓRFICAS DA MAMOA 1 DE CHÃO DE BRINCO (CINFÃES)

Eduardo Jorge Lopes da SILVA *

1. INTRODUÇÃO

Desde que o importante trabalho de inventariação e sistematização de Elizabeth Shee foi publicado (1981), no que concerne à Arte Megalítica do Ocidente europeu, várias e importantes descobertas, neste domínio, ocorreram. Duas dessas manifestações foram por nós detectadas, recentemente, no Norte de Portugal. Tais descobertas inserem-se num contexto megalítico, resultando de um trabalho de campo sistemático, cujas escavações se integram num projecto de investigação amplo, subscrito pelo autor, que contempla a zona nordeste portuguesa e a bacia hidrográfica do Douro. Este programa, para além de objectivos de carreira universitária, prolonga, assim, o primeiro estudo de grande fôlego realizado em Portugal, nesta área, pelo Professor Vítor Oliveira Jorge, que tomou por território base a Serra da Aboboreira.

Os dois casos inéditos que agora se apresentam resultaram da escavação de um monumento megalítico e são completamente diferentes quanto à forma, embora ambos estejam unidos pelas suas características antropomórficas.

Uma outra representação do mesmo tipo foi por nós assinalada durante a escavação da Mamoa de Afife (Viana do Castelo). Destes dois casos se deu notícia no "115e. Congrès National des Sociétés Savantes" (Avignon, França, 9-15 de Abril de 1990).

Pela sua raridade e extraordinária importância no contexto da arte móvel megalítica europeia, iremos privilegiar, agora, a representação humana inscrita num monólito granítico que, ainda que provisoriamente, aqui designaremos de "estela".

2. AS GRAVURAS ANTROPOMORFICAS DA MAMOA 1 DE CHÃO DE BRINCO (CINFÃES)

A Mamoa 1 de Chão do Brinco é um monumento de grandes dimensões, situado na Serra de Montemuro, a cerca de 1000 metros de altitude, fazendo parte de um núcleo de 3 mamoas, sendo a que mais se destaca na paisagem. Do seu espólio ressalta o elevado número de contas de colar, discoides, em xisto (cerca de 4 mil), 2 dezenas de micrólitos em sílex, uma minúscula e rara peça em ouro, além de cerâmica campaniforme. Da sua estrutura megalítica, restaram, apenas, 3 esteios em granito, dos quais 2 com gravuras e um com ténues, mas inequívocos, vestígios de pinturas. O esteio de cabeceira apresenta-se profusamente insculpido, sendo os motivos, predominantemente, de tipologia meandriforme. Frente a este, na direcção de Nascente, a escavação revelou uma estrutura que pode, ainda que com reservas, ser considerada como um "corredor incipiente", não usual no megalitismo português. Na

entrada desta estrutura surgiu uma pedra, de configuração rectangular, tendo na superfície interna (voltada para a câmara) um conjunto de gravuras, de que ressalta um motivo que pode ser considerado como um antropomorfo esquemático, de membros arqueados, localizado na parte superior do suporte lítico.

No decurso da 1ª. campanha de escavações realizada neste monumento (Verão de 1988) foi por nós encontrada, na zona da câmara dolménica (local que, apesar de remexido, forneceu a maioria do espólio), uma pedra alongada, em granito que, quando observada com mais cuidado, evidenciou uma gravura de feição antropomórfica.

3. DESCRIÇÃO DA ESTELA

Trata-se de uma pedra em granito, de configuração entre o sub-rectangular e o sub-trapezoidal, bastante alongada, diminuindo de largura para a base. As suas medidas são as seguintes: comprimento: 1,16m; largura na parte superior: 0,19m; largura na parte média: 0,11m; largura na parte inferior: 0,08m; espessura: 0,08m.

A pedra apresenta um lascamento na parte lateral direita.

A gravura inscrita na face mais plana é constituída por 3 linhas que se prolongam, mais ou menos paralelamente, e em comprimento, até quase à parte média da pedra. O comprimento do sulco central é de 0,45m. O do lado esquerdo tem uma extensão de 0,50 m ou 0,65 m. A largura média é de cerca de 1 cm e a mínima de 0,5 cm. Na parte média-inferior da pedra notam-se, ainda, 3 vestígios de sulcos, não definindo qualquer motivo compreensível.

Do ponto de vista de técnica operativa, os sulcos são pouco profundos e algo irregulares, tendo sido obtidos por picotagem. Um deles, definindo uma linha fechada na parte superior, corre quase paralelo à linha de contorno exterior da pedra, abrindo-se, apenas, na parte inferior. Posicionando-se segundo o eixo de simetria da pedra, corre um outro sulco, que divide o espaço gravado sensivelmente a meio. A uma distância aproximadamente simétrica daquele, são bem visíveis duas pequenas concavidades, situadas a cerca de 1 cm da linha horizontal superior.

3.1. Interpretação

De uma forma imediata, verifica-se que estamos perante uma pedra, cuja morfologia foi concebida de forma a conceder-lhe a possibilidade de ser implantada verticalmente no solo. O primeiro vestígio de sulco surge, apenas, a 28 cm da base. A parte superior do monólito apresenta duas protuberâncias nas extremidades laterais, que poderão ser anatomicamente intencionais (orelhas?). Compare-se com a estela de Lauris-Puyvert (Bouches-du-Rhône), França. (ARNAL, 1976, p.214, fig. 2).

Quanto à gravura propriamente dita, é indiscutível a sua concepção antropomórfica. Os olhos estão bem representados, de forma simétrica e esteticamente bem cuidada. A linha central define, sem duvida, o nariz. É evidente o exagero, comum a outras representações semelhantes, por certo em razão de conceptualizações de índole simbólico-religiosa. Esta representação, que impressiona pela sua simplicidade, desenvolve-se num estilo longilíneo, característico de outras imagens tidas como ídolos ou figuras tutelares.

E inegável que este monólito foi concebido para se manter na posição erecta, funcionando, portanto, como uma pequena estátua. Como classificá-lo, tipologicamente? Em termos convencionais, e atendendo ao seu pequeno tamanho, poderemos considerá-lo como uma "estela", embora possua atributos que o fariam incluir no grupo das "estátuas-menir". Jean Arnal insiste no facto de que "a estátua-menir representa, por inteiro, uma só personagem, masculina ou feminina, cuja silhueta se confunde com o seu bordo exterior" (ARNAL, 1976, p. 211). Naturalmente que este pormenor também é aplicável à representação antropomórfica de Cinfães. Por seu turno, Jean-Pierre Mohen (MOHEN, 1989), caracteriza o termo "estela" como um "monólito de dimensões modestas (menos de 75 cm de altura), apresentando uma só face decorada de gravuras em alto-relevo ou de esculturas em baixo-relevo". Para André d'Anna, "estátua-menir" será um monólito representando "o corpo humano na sua totalidade, tanto na face anterior como na posterior, esculpido em baixo-relevo ou, por vezes, gravado. O tamanho é variável, situando-se entre os 75 cm e os 4 metros. A forma é, geralmente, rectangular ou subrectangular, podendo apresentar-se arredondada ou em ogiva na parte superior" (D'ANNA,1977).

Este é, também, um dos aspectos que confere ao monólito antropomorfo de Cinfães um especial interesse, já que possui características que tanto o podem incluir no mundo das estátuas-menir, como no das estelas. Poderemos considerá-lo como elemento de transição? Nas caracterizações tipológicas ter-se-á de equacionar, normalmente, mais do que um atributo.

Sendo um assunto polémico e complexo, tomaremos para nós, como elementos classificativos, os seguintes: monólito de pequenas dimensões, concebido para ser colocado verticalmente; aproveitamento de uma só face; talhe grosseiro do perfil; um único motivo insculturado, de feição antropomórfica; ausência de boca; nariz alongado.

Apesar de não possuir algumas características comuns às estelas, preferimos classificar este monólito como tal, ainda que provisoriamente.

Sendo difícil encontrar paralelos absolutos para esta representação, parece-nos pertinente fazer uma rápida viagem pelo mundo da arte rupestre megalítica do Ocidente europeu. No extenso repositório de manifestações de arte megalítica conhecidas, verificamos a existência de um conjunto de gravuras que podem ser agrupadas segundo o critério que aqui mais nos interessa: o esquematismo antropomórfico.

Assim, em Corão, Abamia, Cangas de Onis, Astúrias, surge, no esteio de um megálito, uma figura antropomórfica, onde são visíveis os olhos e o nariz. Em Poulguen, Penmarc'h, Pont l'Abbé, Finisterra, França, há um motivo, ambiguamente duplo, assemelhando-se à estela de Cinfães.

Esta ideia ganha mais força se atentarmos em outras representações, nomeadamente nos motivos conhecidos por "escutiformes" ("écussons"), característicos da região da Bretanha, como em Les Pierres-Plates, Locmariaquer (Morbihan), Le Rocher, Le Bono (Morbihan), Ile Longue, Larmour Baden (Morbihan) Barnenez, Plouézoch (Finisterra), entre outros. O mesmo paralelismo de linhas verticais, correspondentes à configuração do rosto, muito próximo da estela de Cinfães, pode ser observado em Goerem, Gâvres (Morbihan). Estes traços vão sofrer uma duplicação, mantendo-se a linha mediana, vertical, ganhando outros atributos, como os olhos, e elementos tidos como tatuagens faciais, como se pode ver em Luffang, Aurey (Morbihan), Les Pierres Plates, até atingir o seu apogeu em Gavrinis, Larmor-Baden,

através de uma máxima complexificação, numa duplicação interpenetrada dos mesmos motivos, com o preenchimento de todos os espaços vazios.

Entretanto, se isolarmos o contorno da figura antropomórfica da estela de Avignon, podemos verificar o paralelismo das linhas laterais e a grande inflexão que representa o nariz. Esta "matriz" pode ser sobreponível em significativo número de representações parietais de arte megalítica de feição antropomórfica. Mais evidentes são, ainda, as figuras gravadas nas duas faces da pequena estela de Isle-sur-Sorgue (Vaucluse) (46cm) ou, até, na de Balance, Avignon.

O motivo da laje C 6 de Gâvres (Morbihan) parece transportar-nos para as representações antropomórficas das placas de xisto do megalitismo alentejano.

Neste percurso, vemos como a linha simples do contorno das faces, oculadas ou não, se enriqueceu, dando uma ideia de volume através da sua duplicação, surgindo outros atributos, como os pavilhões auriculares (esteio L12 de Le Rocher) e as tatuagens faciais (Les Pierres-Plates – R10, R12 e R14).

Um outro aspecto que nos parece importante focar é o estabelecimento da ponte entre a arte parietal de tipo antropomórfico e a arte móvel do mesmo tipo. Certos pormenores, patentes na arte parietal megalítica, vão surgir, também, nos ídolos de calcário da Estremadura (ídolo plano-convexo de Casaínhos, Fanhões), nos ídolos-falange e até nos vasos, com olhos, de tipo Los Millares (Almeria).

Por seu turno, e quanto a nós, o mundo das placas de xisto antropomórficas do megalitismo alentejano merece ser chamado para este contexto. Em alguns aspectos, elas parecem consubstanciar já a terceira dimensão do antropomorfismo linear existente nas representações parietais, apresentando-se gravadas na face posterior, embora raramente.

Nuns casos, é manifesta a existência de atributos realistas da representação humana: ombros, olhos, nariz, braços, mãos, dedos e tatuagens. É notória a ausência da boca. A simplificação, que implica um elevado grau de abstracção e de conceptualização, surge, aqui, através da eliminação de certos atributos anatómicos, graças a uma carga simbólico-funerária, enquanto aumenta a riqueza tida como decorativa. Será que, neste caso, como na arte parietal megalítica, se deu uma evolução no sentido do abstracto, de uma geometrização que ultrapassa o figurativo? Ou estaremos perante uma situação de polimorfismo, de coexistência de formas, estilos e concepções diferentes?

Não deixa de ser curioso lembrar que, em alguns monumentos megalíticos, se nota já uma tentativa de configurar, nos esteios, os atributos humanos, através de relevos, numa antecipação à terceira dimensão integral, que atingirá o seu apogeu nas estátuas-menires. Como exemplo, vejam-se as representações de rostos e/ou colares, com as adjacentes evidências de seios, surgidos em dois ombrais do monumento de La Pierre Turquaise, Val d'Oise, França.

Outros exemplos poderão encontrar-se nas 4 estelas antropomorfas da Anta da Parxubeira (Galiza-Espanha), de pequeno tamanho e com o contorno dos ombros (ou braços), localizadas na base do túmulo e frente ao corredor; nas recentemente descobertas lajes megalíticas esteliformes de Asnela, Cabeceiras de Basto (50 cm de altura) e na estátua da Boalhosa, Paredes de Coura, de ambiência megalítica. Não será uma transição para as designadas esculturas de "vulto" ou em "ronde-bosse"?

4. CONCLUSÕES

1. Uma das primeiras ideias a reter desta exposição é o facto de serem muito raras as representações antropomórficas na arte megalítica, quer parietal, quer móvel.

No caso do dólmen de Afife (Viana do Castelo), a figura humana surge de forma evidente, ainda que reduzida a uma linearização reducionista, em que o esquematismo é bem patente. Na laje C 1 do monumento megalítico de St. Piat (Le Berceau), Maintenon (Eure-et-Loir), pode ver-se, do lado direito, um motivo constituído por um sulco vertical, com 3 linhas curvas, de origem comum, projectadas para cada lado daquele sulco. Parece-nos um motivo antropomórfico, do tipo de alguns encontrados na Arte do Vale do Tejo, ainda que, aqui, as linhas curvas sejam contínuas. De qualquer modo, o esquematismo é, também, evidente.

2. No breve conspecto que apresentamos, verifica-se que as representações humanas se encontram em monumentos megalíticos de arquitectura mais evoluída, ocupando, quase sempre, isoladamente, a parte central do suporte lítico, num contexto rico de outras manifestações de arte megalítica. Isto é tanto verdade nos exemplos apontados para França, como para os casos portugueses de que, agora, se dá notícia. Em ambas as situações, é notório o elevado número de esteios decorados.

3. A localização topográfica dos motivos antropomórficos é outro pormenor que interessará ter em conta. A sua localização, na câmara ou no corredor, poderá estar ligada ao simbolismo das próprias representações.

4. Em alguns casos, verifica-se uma preferência operativa por alguns painéis líticos. Julgamos que, tal como acontece na arte parietal das grutas da região franco-cantábrica, pode haver situações em que se tenham regravado motivos ou insculpido novos em áreas que, por uma razão ou outra, ganharam uma maior carga simbólica, através de uma mais intensa sacralização desse espaço.

5. Em termos de interpretação funcional, parece haver um certo consenso quanto à ideia de se estar perante representações de entidades ou divindades protectoras do ou dos inumados, desempenhando o papel de guardas dos mortos. Toda a ambiência dos próprios monumentos megalíticos abona nesse sentido. A crença numa vida além-túmulo está bem plasmada na concepção do megálito e nos rituais que lhe andaram associados. Autores há que admitem que as estelas com figurações humanas possam corresponder à expressão do próprio inumado, numa espécie de "duplo", ou, até, à própria morte, numa representação "convencional e alegórica" (Fernand Benoit; S. Gagnière e J. Granier). Como quer que seja, poder-se-á falar aqui de figuras tutelares, de imagética antropomórfica ou antropomorfizante, configurando complexos e plurais padrões ideológico-religiosos.

6. A estela de Cinfães apresenta características embrionárias da representação humana, na sua morfologia lítica. Essa característica de proto-escultura humana encontra paralelos nas placas de xisto do megalitismo alentejano, na estátua da Boalhosa (Paredes de Coura) e nas estelas da Parxubeira (Espanha). Será, pois, do mundo megalítico que arranca a concepção das estátuas-menires. A estela de Chão de

Brinco, pela sua reduzida espessura, pode ser vista como uma placa alongada de granito, totalmente plana, colocando-se, provavelmente, numa anterioridade relativamente a formas mais desenvolvidas morfologicamente, com o acrescentamento de outros atributos próprios das estátuas-menires. Interessante será a observação comparada da estátua-menir de Durenque, Aveyron ("L'étrangère"), em micaxisto, com uma altura de 1,25 m, face a algumas placas de xisto antropomórficas, como, por exemplo, as da Anta da Marquesa (Marvão), ou as placas com cabeça recortada de Idanha-a-Nova. Morfologicamente, o paralelismo parece-nos evidente.

7. Numa análise estilística, a estela de Chão de Brinco mostra-nos uma tendência para o alongamento das linhas da figuração humana. Possui alguns atributos comuns às estelas francesas da região de Avignon, tais como o nariz em traço contínuo (em T), o rosto em figuração de "mocho" e a ausência de boca. Esta última característica (ausência de boca) é comum às pequenas estelas referidas. Parece corresponder a uma supressão intencional daquele atributo, com conotações rituais, ligando-se, assim, estas figuras ao mundo do silêncio funerário.

Nas próprias estátuas-menires, como acentua Jean Arnal, a representação do nariz é muito longa, pormenor que pode relacionar-se, de alguma forma, com a figura insculpida na estela que agora se apresenta. Cremos estar-se, assim, perante a existência ou perduração de certos cânones ou regras estilísticas, ainda que com desenvolvimentos autónomos, consoante as regiões onde floresceram.

8. É natural que se espere o apontar de uma cronologia para a representação da figura humana, inédita, agora revelada. Este é, quase sempre, um dos aspectos mais controversos, entre os especialistas. Relativamente a França, Arnal propõe, para as estelas, uma idade de 2.500. Para S. Gagnière e J. Granier (1976) estas representações são, na maioria dos casos "sincrónicas do "fenómeno megalítico", parecendo atingir o seu apogeu, em França, no Calcolítico". Já para Jean Courtin, elas situar-se-iam no Neolítico final.

Quanto aos exemplos portugueses da Mamoa de Chão de Brinco, não se possuem, ainda, datações válidas de radiocarbono para o monumento onde surgiram. Pelo espólio, porém, podem enquadrar-se os motivos apresentados, ainda que provisoriamente, no período Calcolítico. Como vimos, esta é, também, a cronologia genericamente proposta para as estelas francesas, ainda que, na sua maioria, não possuam contexto preciso. Este facto vem dar uma importância acrescida à estela de Cinfães, atendendo ao seu inequívoco contexto megalítico.

Não pretendemos alongar mais estas considerações. Espera-se que as mesmas possam servir de ponto de partida para outras leituras, outras análises, outras reflexões, outras interrogações.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

ARNAL, Jean (1976), *L'art protohistorique: les statues-menhirs de France*, "La Préhistoire Française", T. II, Editions du C.N.R.S., Paris, pp. 211-236.

BEHRMANN, Balbín; RAMIREZ, Primitiva Bueno (1993), *Représentations Anthropomorphes Mégalithiques au centre de la Péninsule Ibérique*, Actas do "115e.Congr. Nat. des Soc. sav.", Avignon, 1990, Pré-et Protohistoire", Paris, p. 45-56.

COURTIN, Jean (1962), *Les dolmens à couloir de Provence Orientale*, "L'Anthropologie", 66 (3-4).

D'ANNA, A. (1977), *Les Statues-Menhirs et Stèles Anthropomorphes du Midi Méditerranéen*, CNRS, Paris.

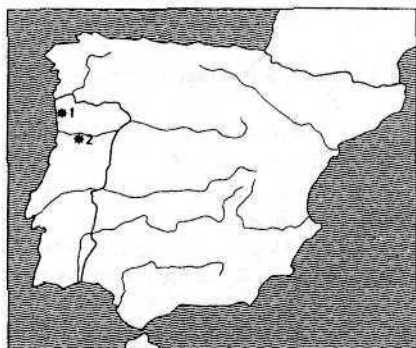
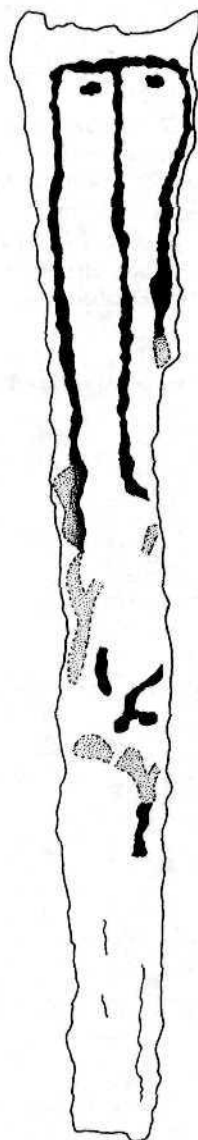
GAGNIÈRE, S. (1963), *Les stèles anthropomorphes du Musée Calvet d'Avignon*, "Gallia Préhistoire", 6-1, pp. 31-62.

GAGNIÈRE, S.; GRANIER, J. (1976), *Catalogue Raisonné des stèles Anthropomorphes Chalcolithiques du Musée Calvet d'Avignon*, Musée Calvet, Avignon.

MOHEN, J.P. (1989), *Le Monde des Mégalithes*, col. "Archives du temps", Casterman, Paris.

SILVA, Eduardo Jorge L. da (1993), *Représentations humaines sur deux Monuments Mégalithiques de la Région Nord du Portugal*, Actas do "115e.Congr. Nat. des Soc. sav.", Avignon, 1990, Pré- et Protohistoire", Paris, p. 21-27.

TWOHIG, Elizabeth Shee (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*, Clarendon Press, Oxford.

* Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense.

1 - Mamoa da Eireira (dólmen de Afife) - Viana do Castelo.
2 - Mamoa 1 de Chão de Brinco (Cinfães).

A estela da Mamoa 1 de Chão de Brinco (Cinfães)

HISTÓRIA LOCAL: OBJECTIVOS, MÉTODOS E FONTES

Francisco Ribeiro da SILVA *

I. INTRODUÇÃO

Introduzirei o tema por uma interrogação que me parece corresponder ao pensamento corrente: num universo quase ilimitado em extensão, numa era em que as viagens espaciais deixaram de ser uma fantasia e se tornaram realidade ao alcance de muitos, justificar-se-á ainda que se gaste tempo a falar da história dos microcosmos que são os pequenos espaços? Porquê e, sobretudo, para quê a História Local e Regional?

Poderíamos responder de imediato que a História visa o Homem e que a vida de cada homem se desenvolve nos pequenos espaços. É neles que cada um se insere e se realiza, integrado numa família e numa comunidade, comunidade que é simultaneamente resultado e fautora do mundo. Por isso o amor à terra pode constituir uma boa razão para a História Local, porque o amor é mais perfeito e mais forte quando se apoia no conhecimento. Quem conhece a História da sua terra pode amá-la com mais consistência.

Mas esta resposta deixa-nos porventura insatisfeitos porque não ultrapassa o tal horizonte aparentemente limitado que é o do nosso pequeno mundo. Olhemos então mais largo.

II. JUSTIFICAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

1. Afirmaremos à partida que o conhecimento da história local é indispensável para a construção da história nacional. Esta não é forçosamente a que é feita na capital e escrita na perspectiva da capital, mas a que interpreta com fidelidade o sentir, o pensar e o viver de um povo - neste caso o povo de Portugal. Portugal que não é uma entidade abstracta mas que resulta concretamente da entrosagem das suas partes. Quando nos propomos reconstituir a História da Revolução do 1º de Dezembro, embora a conspiração tenha eclodido em Lisboa, se não estudarmos a recepção que a conjura colheu no reino, estaremos longe de fazer história nacional. Do mesmo modo, falando da Revolução Liberal não podemos ficar pela descrição do golpe de 24 de Agosto de 1820 na cidade do Porto. No entanto, esses acontecimentos vividos nas duas cidades, pertencendo à história de cada uma delas, fazem parte da História Nacional. Mas, por outro lado, a história nacional desses eventos ficaria incompleta sem a observação da vivência desses acontecimentos nas ilhas açorianas.

2. O que é hoje então a história local?

É um campo da História marcado por um paradoxo curioso: desvalorizado ou subvalorizado por alguns sectores mas simultaneamente bem visto e em grande

pujança por outros. Alguns menosprezam a história local por entenderem que, na maior parte dos casos, é escrita por curiosos, sem escola, sem formação universitária ou com formação universitária não específica.

Sobre isto direi, que efectivamente muitas páginas de história local são escritas por não profissionais, que fazem da investigação histórica um passatempo delicioso, sem outra vantagem para além do prazer que essa actividade lhes proporciona. São padres, professores, funcionários de bibliotecas ou de arquivos, médicos, reformados de diversas profissões, etc. Que valor têm estes trabalhos? É preciso saber distinguir e não meter tudo no mesmo saco. Todos nós conhecemos Autores credíveis, uns defuntos outros vivos, que ou não possuem formação universitária ou concluíram cursos que pouco ou nada têm a ver com a História. E todos nós que prezámos a história local, sabemos que devemos muito a alguns desses beneméritos, dedicados e, às vezes, anónimos cavouqueiros. Aliás, de muitos as obras ficaram inéditas e jazem nas Bibliotecas e Arquivos à espera de alguém que as queira exumar e dar a conhecer. Quem frequenta a Biblioteca Pública Municipal do Porto sabe que há por ali vários inéditos com muito interesse que, aliás, a mesma Biblioteca vem publicando.

Por outro lado, na perspectiva de alguns universitários a História Local não é suficientemente importante para impor alguém no panorama da historiografia nacional, como se o historiador local passasse o tempo a olhar para uma só árvore e se desinteressasse da floresta. É evidente que o interesse pela árvore não dispensa a atenção para a floresta. Felizmente esta perspectiva redutora vai-se alterando e hoje em dia são as próprias Universidades portuguesas e estrangeiras a criarem Cursos de Mestrado ou Seminários dentro dos Mestrados que visam o tratamento de temas de história local. E não faltam doutoramentos que se circunscrevem a temáticas do mesmo âmbito. E há mesmo cadeiras do âmbito da História local nos cursos superiores. Por essa via se vai renovando e inovando, nas temáticas, nas fontes e nas metodologias. Ao contrário do que muitos imaginam, a história local tem aberto novos caminhos, novas vias e novos temas de pesquisa que têm feito avançar e progredir o conhecimento histórico.

Outro problema é o da publicação desses trabalhos. Os editores comerciais experimentam alguma relutância, porque cada título publicado significa um investimento nem sempre rendível em virtude da potencial estreiteza do mercado interessado. É a queixa que faz Maurice Agulhon quando se viu recusado pelos editores que não se mostraram interessados em publicar a sua tese de doutoramento porque tratava apenas de uma pequena parte da França - o departamento de Var.[1] Mas, como ele afirma, nessa pequena parte do território estudava-se um conjunto de problemas novos! E por isso, a depreciação era consequência da miopia de quem assim julgava.

De qualquer modo, pode afirmar-se que, mesmo sob o ponto de vista comercial, a História é um produto que, hoje em dia, se vende bastante bem. Haja em vista o sucesso de vendas que, umas mais que outras, constituem as diversas Histórias de Portugal que têm vindo a sair. E a *História do Porto*, um exemplo de produção de história local, publicada em 1994, constitui outra demonstração da apetência contemporânea pela História.

Acrescente-se e registe-se já agora que são muitas as Câmaras Municipais que criaram Gabinetes de História e por toda a parte surgem instituições estatais ou particulares que se mostram interessadas na investigação e na publicação desses estudos. Por outro lado, tratando-se de artigos e pequenos ensaios, multiplicam-se os

boletins, revistas e até jornais onde os estudiosos têm possibilidade de dar a conhecer o resultado das suas pesquisas.

3 - O gosto pela História Local tem, portanto, vindo a crescer, não só em Portugal. Porquê?

Evoquemos algumas das possíveis razões:

1. Em primeiro lugar e, por arrastamento, pelo crescimento do interesse pela História Nacional. Os países da Europa, sobretudo os pequenos, dão-se conta de que para se manterem vivos e credores do respeito alheio pela sua identidade e individualidade, têm que se agarrar ao que lhes pode garantir e fazer reconhecer essa identidade. E o que é? Não será tanto a força económica ou mesmo o poder político, mas fundamentalmente a cultura significada na língua, nas tradições, na história. Os governos têm consciência disso e, ao que parece, a História de Portugal que aparecia perdida e envergonhada no meio da História da Europa, surge agora felizmente como uma das áreas a revalorizar e a reforçar no curriculum escolar! Os cidadãos desenvolvem também a consciência cívica nesse sentido como o parece mostrar a Conferência realizada em Lisboa recentemente (4 - 6 de Maio de 1998).
2. Olhemos à nossa volta e interpretemos os sinais dos tempos: a Europa que se está a construir não é certamente mais a Europa das Nações e os nacionalismos exacerbados de outrora nela já não têm lugar. As chamadas soberanias nacionais vão ser esbatidas, mas o regionalismo e as regiões, essas não vão desaparecer! Pelo contrário! Fala-se muito hoje em dia nas identidades regionais. Mas não há identidade sem factores de identidade e, entre esses, a história não pode deixar de ter o seu lugar! Na Europa das regiões faz cada vez mais sentido a história local e regional.
3. Por outro lado, a História Geral de um país não pode descer às particularizações e aos pormenores que são próprios da História Local. Por isso, mais uma vez, entendemos que o gosto pela História em geral favorecerá por arrastamento o gosto pela História Local. Sou de opinião que a contrária também é verdadeira. Aqui podemos invocar de novo a validade da metáfora da árvore e da floresta. Podemos encontrar numa História de Portugal as repercussões das duas guerras mundiais deste século no nosso país. Mas provavelmente não encontraremos lá nada sobre a repercussão nas Ilhas açorianas. Será certamente no âmbito da história local, ilha a ilha, que descobriremos o que queremos. E pode acontecer, ao contrário, que seja a leitura de um acontecimento da História Universal que nos motive a estudar esse mesmo fenómeno à escala local.
4. O peso dos centros tende a ser atenuado e as periferias são hoje em dia muito mais activas e reivindicativas. As capitais tradicionais manterão ainda por largo tempo o poder de atracção e o íman centrípeto de outrora, mas cada vez mais as periferias reclamam alguma margem de autonomia e de afirmação face à capital. No território nacional, isso sentiu-se provavelmente mais depressa e com mais vigor nas regiões insulares, mas a descentralização será inevitável, não obstante a secular tradição centralista de Portugal. A autonomia das periferias passa pela afirmação da sua individualidade e esta passa inevitavelmente pela sua história. Daí e mais uma vez o interesse cada vez maior que se irá conferir à história local e regional.

5. Outra circunstância que joga a favor da valorização da história local é o desenvolvimento do Turismo cultural e a atenção hoje em dia muito visível que se presta ao património construído pela Igreja, pelo Estado ou pelos Particulares bem como a valorização de sítios ligados a algum acontecimento que ficou retido na memória das gentes.
6. Os progressos da Antropologia e da Etnologia têm valorizado todos os aspectos referentes a usos e costumes, tradições, crenças, jogos tradicionais, etc. Embora os historiadores não reivindiquem para si matérias que pertencem a outros ramos das ciências sociais e humanas, não é possível impedir os historiadores locais de investigarem tais assuntos, fornecendo, porventura, materiais preciosos para os seus colegas de áreas afins.
7. Finalmente, lembraremos o que acima afirmámos: em muitas cidades e vilas do continente e também nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, têm-se criado instituições expressamente destinadas à pesquisa e divulgação das várias temáticas de história local e muitas Câmaras têm até organizado Colóquios, Congressos e Conferências em que a História local é o tema único ou dominante, com publicação das respectivas Actas.

III - FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA HISTÓRIA LOCAL

Para que é que serve a História Local?

1 - Começaremos por dizer para que é que não deve servir. Como não é uma prática de pendor chauvinista nem de fundo narcisista, não deve servir:

- para despertar ou cimentar rivalidades ou descobrir pretensas superioridades e motivos para gerar divisões nas comunidades ou na comunidade;
- para servir oportunismos de qualquer espécie;
- para ressuscitar ódios e divisões.

Pelo contrário,

- fazendo e refazendo a história da comunidade, desenvolve a consciência cívica da necessidade de integração e intervenção na vida da comunidade;
- na medida em que descobre e valoriza aspectos comuns a outras comunidades, valoriza as diferenças e por essa via pode diminuir as rivalidades entre elas;
- conhecendo a sua própria identidade, descobrindo os aspectos menos positivos ou até reprováveis (tal como na vida dos indivíduos, na das sociedades nem tudo é digno de elogio), reconhecendo o valor dos intercâmbios, tendo como referência uma matriz comum que é a matriz nacional, afasta bairrismos fanáticos;
- como afirmava acima, a história local deve despertar o amor inteligente à terra e ajudar a explicar a sentido profundo das coisas e das atitudes;
- finalmente ajuda a perceber que uma nação é um todo feito de partes - não apenas a justaposição das partes mas outra coisa diferente e que o conhecimento da história do país através da história das suas partes suscita menos euforias e triunfalismos mas é mais realista e mais seguro.

2 - Mas admitindo que este texto venha a ser lido por Professores, provavelmente Professores de História, devo acentuar outros aspectos:

a) A componente da investigação exige-se cada vez mais como essencial ao perfil do desejado «Professor Reflexivo». Este deve não só acompanhar a investigação que, no domínio próprio de cada área se vai fazendo e divulgando, mas também produzir, seguindo o princípio do aprender fazendo[2]. A prática da investigação por docentes de todos os níveis tem que ser, por isso, apreciada e valorizada, mesmo em termos de carreira e em perspectiva de formação contínua. Por que não eleger a história local como um dos campos preferenciais de pesquisa?

b) A História Local tem lugar de relevo na chamada Área-Escola.

Digamos à partida que o espaço previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 de Outubro, art. 47) e posteriormente no decreto-lei nº 286, de 29 de Agosto de 1989, e ainda no despacho nº 142/ME/90 de 1 de Setembro vulgarmente *conhecido como Área-Escola não se destina exclusiva nem porventura principalmente* ao estudo ou à investigação de temas de história local. Todavia, as finalidades previstas no art. 2º do referido despacho prevêem a divulgação e a aquisição de saberes numa perspectiva de interdisciplinaridade; aconselham a sensibilização dos alunos para a importância dos problemas do meio onde a escola se insere, propõem a integração de conhecimentos veiculados pela chamada «escola paralela», recomendam a *sensibilização dos alunos para a preservação dos valores da identidade nacional, no* contexto da integração europeia. Por sua vez, o art. 6 do decreto-lei 286/89 deseja claramente a articulação entre a Escola e o Meio e insiste na formação pessoal e social do aluno. E a recolha de documentação diversa está incluída entre os conteúdos programáticos previstos para o complemento curricular.

Por conseguinte, as actividades ligadas à pesquisa e produção de textos e quadros animados sobre História Local estão plenamente enquadradas nas leis que regulam a actividade escolar. E em muitas Escolas os resultados já alcançados são um incentivo a fazer mais e melhor.

IV - ALGUNS PRÍNCIPIOS DA HISTÓRIA LOCAL

A história local é diferente da história nacional ou geral no que toca aos objectivos, à metodologia, às ambições. A história local em princípio não aspira à síntese[3] que caracteriza a ambição da história geral - embora evidentemente se possa e deva ensaiar uma síntese à escala regional ou local sempre que a quantidade e a abrangência de estudos parcelares o justifique. A vocação normal do Historiador local é a de carrear materiais e de partir e afeiçoar as pedras que hão-se servir para a construção da grande história. Trabalho humilde mas indispensável.

Não é trabalho fácil:

- porque exige muito tempo - o trabalho de pesquisa documental é lento; o documento mais adequado para o nosso objectivo raramente se encontra à mão de semear. E tempo é coisa de que muitos não dispõem, sobretudo quando a actividade de investigação tem que ser compatibilizada com obrigações profissionais ou familiares;
    - porque exige muita paciência e perseverança. As razões falsas para desanimar e desistir são sempre abundantes. Umas têm a ver com o nosso estado de espírito e com o nosso humor que não é uniforme. Outras ligam-se às circunstâncias do trabalho: documentos em mau estado de

conservação, letra difícil de ler e de transcrever, lacunas dos próprios documentos, horários dos Arquivos e das Bibliotecas, dificuldades em obter microfilmes ou fotocópias, falta de apoios para as despesas inerentes a microfilmes e fotocópias. Outra tentação que assalta muitos jovens investigadores é a dúvida acerca da validade intrínseca do trabalho;

- porque exige coragem, sobretudo quando verificámos que os nossos dados não coincidem ou até contradizem verdades estabelecidas por mestres ou obras consagradas. Quantas vezes as grandes e brilhantes sínteses são desmentidas quando observadas e analisadas à escala local;
- porque exige discernimento, lucidez e espírito crítico para escolher os melhores materiais em vista dos objectivos previamente fixados. Se não existem objectivos previamente delineados ou se o objectivo consiste em fazer aquilo que a documentação proporcionar continua a ser necessária uma boa dose de espírito crítico para saber ler nas entrelinhas do documento;
- porque exige grande rigor e honestidade intelectual. O cultor da história local não pode contentar-se com o «é mais ou menos assim». Os documentos utilizados têm que ser lidos correctamente e quando apresenta séries quantitativas, como por exemplo, nascimentos e óbitos, o rigor é condição indispensável. A invenção é proibida. As análises têm que partir do que realmente está no documento, não daquilo que gostaríamos que estivesse. Dificilmente na mesma época outra pessoa irá conferir os materiais por ele trazidos. Mas na geração seguinte vai acontecer que alguém, interessado noutras abordagens, revisite e reutilize a mesma documentação. Razão acrescida para a evidente e radical exigência de rigor e seriedade do investigador. Se alguma vez a história local (isto não se aplica apenas à história local) foi desacreditada, creio que isso se ficou devendo ao abandono ou ao menosprezo dessa exigência.

Apresentadas estas observações genéricas, proporemos de seguida um conjunto de características que marcam a história local, para o que nos socorreremos de dois autores[4]:

1º - é uma história que *parte da situação presente para a reconstituição do passado*. O Historiador local em princípio enraizou-se numa terra determinada, exerce ou exerceu aí determinada profissão, apercebeu-se de determinadas características e problemas e é daí que parte para o trabalho de reconstituição histórica. Por isso, é desejável que ele conheça como se processa na actualidade a área de pesquisa que vai ser a sua. Se pretende estudar a organização bancária do passado, é bom que saiba como é que ela se estrutura no presente.

2º - é uma história mais de *vocação qualitativa do que quantitativa*. Embora, na nossa opinião (e aqui discordámos dos autores que vimos seguindo), também aí tenha lugar a quantificação e as séries quantitativas, é preciso entender que, muitas vezes os números, à escala local, perdem significado. Por exemplo, a balança comercial de um país vista da Alfândega de uma determinada cidade pode induzir em erro quanto ao sentido geral da balança comercial do país - que é finalmente o que importa. Quanto ao mais, a história qualitativa parece adequar-se mais ao gosto e às aptidões dos historiadores locais.

3º- *É uma história de «malhas flexíveis» e livre dos espartilhos dos modelos da história erudita*. Mas libertar o historiador local dos espartilhos dos modelos das escolas não significa libertá-lo do rigor e da exactidão das informações que recolher. Aliás, a história local é

em grande parte uma história do individual. E o individual é isso mesmo. Não é o geral ou o comum. Uma cidade, uma empresa, uma região pode ser, neste aspecto, equiparada a um indivíduo e tratada como tal. Por isso, o historiador local não se deve sentir obrigado a estruturar o seu trabalho segundo os modelos universitários, a menos que se trate de uma tese de Mestrado ou de Doutoramento. Aí é obrigado a certas regras. Mas o historiador local normal não está condicionado nem por prazos, nem por escolas, nem por número de páginas, nem por Autores-modelo, nem sequer pela doce tirania de um Orientador.

4º - É uma *história sectorial e limitada* nas suas ambições que deve partir de hipóteses originais construídas pelo próprio e muito mais dirigidas para o realmente vivido do que para generalizações abstractas e para teorizações complicadas. Se as generalizações apressadas e mal fundamentadas são criticáveis na chamada história erudita, muito mais o seriam na história local.

5º- É uma *história concreta* que, através da aproximação à vida quotidiana e do conhecimento do concreto e do visível, busca atingir aquilo que constituiu o invisível quotidiano, e que só é capaz de perceber quem conhece bem as gentes e as pessoas e que um estranho não é capaz de captar. Na história das comunidades há aspectos que os documentos não facultam nem podem facultar mas que é preciso intuir para perceber determinados fenómenos e determinadas vivências. Intuição que é fácil para quem lá vive. Há muitas coisas que são perfeitamente conhecidas por quem as vive por dentro.

6-º É uma *história diferencial* que pretende não só avaliar a distância entre a evolução geral e a evolução particular da localidade mas também medir as diferenças de ritmo dessas evoluções. Nessa medida, há todo o interesse em que essa história seja uma história comparada.

Por isso, como afirma Leuilliot, a história local é em parte uma *história experimental e laboratorial*. Sendo ciência do individual e do particular pode e deve exercer uma função pedagógica de reestruturação, de revisão e de renovação da ciência histórica. Na verdade, vistas pelo observador local, certas sínteses históricas surgem claramente falsas e inadequadas e tornam quiméricas certas teorizações brilhantes, sedutoras mas inconsistentes e apressadas. Nessa medida, parece pois que o progresso da ciência histórica será mais garantido quanto mais as monografias se multiplicarem. Isto é o mesmo que dizer que a fiabilidade da História Geral pode depender em parte da História local - partindo do princípio que esta, por sua vez, é igualmente fiável.

Aliás, refira-se mais uma vez que a História local na medida em que é a história do contingente, do relativo, do particular, risca das suas pretensões a descoberta da verdade geral e universal e as explicações globais. Por isso, está muito menos sujeita às pressões das Escolas, dos Partidos e das Ideologias do que a História geral. Uma das conclusões a que chega facilmente o historiador local é que o que se ignora sobre o passado da sua comunidade é muito mais do que aquilo que realmente se conhece. Daí dúvidas e o cepticismo contrastantes, por vezes, com as certezas e as verdades solidamente estabelecidas e indiscutíveis dos fazedores de sínteses. Mas, no fundo, talvez seja esta capacidade de duvidar e o anticonformismo do historiador local que leva à renovação da História e ao seu fazer e refazer constantes.

V - ALGUNS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

1º Escolher o tema

O historiador local é inclinado pelas circunstâncias do seu trabalho a ser um tanto ecléctico. Apaixonado pela sua comunidade ele pretende conhecer o máximo sobre ela e isso pode levá-lo a alguma dispersão e a uma aparente superficialidade: tocar em tudo, mas tudo ao de leve. Por isso, parece importante exercer sobre si alguma autodisciplina no sentido de delimitar o seu campo e escolher um tema que seja do seu agrado e explorá-lo até aos limites do possível.

Thuillier e Tulard propõem a este propósito alguns conselhos[5] que vou aqui aproveitar, com as necessárias adaptações:

- primeira norma: eliminar à partida temas impossíveis de levar a bom termo por serem demasiado vastos, por não se dispor de tempo suficiente ou simplesmente por não haver nos Arquivos locais suporte documental suficiente.
- Segunda norma: dar preferência a assuntos cujo tratamento local ainda não foi feito. Pressupõe-se, por isso, que o historiador conheça tudo o que se escreveu sobre a sua terra para não cair em repetições pouco prestigiantes. A nosso ver, só se justifica revisitar um assunto já tratado quando há coisas novas a acrescentar ou quando manifestamente se impõe corrigir algo que foi erradamente afirmado. Pressupõe-se também, e isto é válido para todo o tipo de história, que o investigador conheça a bibliografia principal sobre o tema que pretende tratar. Essa parece-me ser uma condição fundamental do progresso do conhecimento histórico.
- Terceira norma: escolher um tema de que se goste. Em tudo na vida o gostar do que se faz é meio caminho andado para o sucesso. Meter-se num tema que não proporciona prazer ao investigador é muito fatigante e torna provável o insucesso. Mas talvez seja preciso lembrar aqui que às vezes não se gosta à primeira e que a insistência, dentro de certos limites, pode alterar ou refazer gostos. Mesmo quem trabalha por encomenda deve rejeitar assuntos que não lhe dizem nada.
- Quarta norma: desconfiar dos chamados temas da moda. Cada época tem os seus.
- Quinta norma: preferir assuntos inéditos, porque dizer coisas novas é muito importante para o historiador. A minha experiência no que se refere aos estudos sobre a alfabetização em Portugal parece-me significativa. Quem conhece bem o que se escreveu sobre uma terra, tem obrigação de saber se há fundos documentais nos Arquivos em que nunca ninguém pegou. Ser original é também condição de sucesso.
- Finalmente, transcreverei uma opinião que me parece adequada para fechar este ponto: «a escolha de um tema ou de um assunto é uma química singular em que intervêm o acaso, o saber técnico, o prazer, o sentido do trabalho bem feito, a prudência (quando se limitam os objectivos) o gosto do risco (há sempre aspectos aleatórios nos jogos de erudição): cada um é livre, mas mais vale fazer

ensaios, palpar terreno (em todo o ofício é necessária a aprendizagem) e distinguir o desejável, o possível e o razoável».[6]

2º Desenvolver o tema

O historiador local deve conhecer bem o seu meio, os Arquivos e o pessoal dos Arquivos que aqui podem ter um papel fundamental no fomento ou na obstrução. Por isso, a metodologia a seguir tem muito a ver com as condições do meio. O historiador local deve conhecer as metodologias da investigação histórica, mas não estar demasiado preso a elas e inventar o seu próprio método, quando isso for possível. Há no entanto alguns princípios gerais que convém ter presente:

- primeiro princípio: partir com a preocupação de problematizar, não apenas de descrever. Em grande parte dos temas é evidentemente útil e inevitável a descrição. Mas é sempre possível e desejável levantar questões. Aqui a audácia é palavra de ordem, sobretudo para o historiador que não tem que comparecer perante um júri académico. Até porque do historiador, mesmo do historiador local, esperam-se mais respostas aos «porquês» do que aos «quês».
- Segundo: não simplificar demasiado as coisas. Complicar as questões simples não é uma virtude, mas há na história local matérias muito complexas, plurifacetadas, que não se podem reduzir a um simples golpe de vista e que não se resolvem com uma penada. «O que não exige esforço, não passa de tempo perdido» - dizia Paul Valéry. Thuillier fala curiosamente do «dever de complicar» que leva o historiador a cultivar o espírito da dúvida metódica. Os documentos não são inocentes e, por isso, a história não se deve fazer inocentemente.
- Terceiro: a perfeição é inatingível. Ninguém consegue saber tudo nem dizer tudo. A próxima geração provavelmente vai retomar os mesmos temas e, socorrendo-se de técnicas, sensibilidades e documentos diferentes, vai certamente dizer coisas novas. Não podemos fugir a uma certa relatividade no nosso trabalho e ter consciência disso ajuda psicologicamente, na medida em que nos convida a não desanimar.
- Quarto: evitar o isolamento, ou seja, buscar sem receio a confrontação de pontos de vista, escrevendo artigos ou fazendo intervenções públicas quando isso se proporcionar, trocar impressões com gente de outras áreas do saber.
- Quinto: redigir o trabalho com clareza, com simplicidade, sem artifícios de retórica, como se estivéssemos a elaborar um relatório de qualquer actividade que se nos confiou. Não esquecer os requisitos de probidade e honestidade de que acima falámos.
- Sexto: publicar os documentos. Pode parecer trabalho menor, mas não é. Um historiador que publica a documentação de que se serviu, tem pelo menos duas vantagens: apresenta as provas do que escreveu e deixa para a posteridade excelentes instrumentos de trabalho.

VI - FONTES PARA A HISTÓRIA LOCAL

Sem fontes não há história possível e por isso é assunto que não podemos ignorar nesta abordagem. Na prática, a questão das fontes para a história local constitui sempre um problema que não é fácil de tornear. Se são abundantes, obrigam ao estabelecimento de critérios de selecção, mas a escolha de umas implica rejeição de

outras com o risco inerente de deixar de lado documentos importantes; mas se não existem ou se são escassas, o problema é muito maior, como é evidente.

À partida e em teoria a questão das fontes põe-se diferentemente conforme a época a estudar respeita à Idade Média, ao período moderno ou à época contemporânea. Se pensarmos em fontes documentais, parece lógico que a sua abundância é inversamente proporcional à antiguidade da época em estudo. Quanto mais recuados os tempos, menores recursos documentais.

Mas documentos e textos escritos não detêm o exclusivo das fontes históricas. A *iconografia* fornece ajuda notável e até imprescindível para determinadas áreas. Não é por acaso que a História da Vida Privada (e podemos tomar a expressão como o título de uma obra muito conhecida ou como uma área da investigação histórica da chamada Nova História) aproveita sistematicamente a iconografia. A *arqueologia*, hoje em dia ciência autónoma por direito próprio, substitui ou complementa o documento escrito. As *fontes orais*, por seu turno, mostram-se de grande utilidade para o estudo de épocas mais recentes. A *fotografia* mostra-se uma fonte cada vez mais importante, sendo-o também os *postais ilustrados*, os *registos de video e de som*. No futuro, provavelmente, serão largamente utilizadas, se se mantiverem em bom estado de conservação.

A diversidade das fontes e o seu alargamento proporcionado pelo avanço tecnológico é algo que se nos impõe.

Mas atenhamo-nos por ora às fontes documentais, uma vez que essas continuam a ser as fontes por excelência da historiografia.

Nestas temos que distinguir entre *fontes impressas* e *fontes manuscritas* e combater a ideia de que uma tese ou uma obra histórica tem que assentar obrigatoriamente em fontes manuscritas.

1 - Fontes impressas

Temos utilizado com proveito, mesmo para assuntos de história local, as *Colecções de leis* publicadas no século passado por vários investigadores (José Justino de Andrade e Silva, António Delgado da Silva, Manuel Fernandes Tomás, Manuel Borges Carneiro, João Pedro Ribeiro) ou as *Colecções de Regimentos Reais* (publicados por José Silvestre Ribeiro, por José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa e mais recentemente por Marcelo Caetano). As *Ordenações do Reino* (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) bem como as colecções de Leis Extravagantes (Duarte Nunes de Leão) prestam relevantes serviços.

Fontes impressas valiosas e úteis são também os relatos de viajantes e missionários, as descrições da Terra feitas nos séculos passados (as dos Açores acima citadas felizmente têm sido sistematicamente publicadas), e as colecções de documentos que, recolhidos nos Arquivos nacionais ou locais, têm vindo a lume.

Para a história contemporânea, os jornais e a imprensa periódica, sobretudo a imprensa local, constitui fonte a privilegiar. Jornais de todo o género, inclusive boletins paroquiais ou diocesanos. Sem o concurso dessa pequena imprensa, torna-se mais difícil escrever a história dos sucessos quotidianos. Para além disso, é preciso saber aproveitar os Almanaques e publicações afins que podem fornecer informações preciosas sobre os serviços prestados, profissões exercidas na área dos serviços, etc. Convém também verificar se nas Bibliotecas Públicas (ou Privadas, se for o caso) existem relatórios impressos que tanto podem ser de associações mutualistas, como de empresas ou de instituições, os quais eventualmente contêm sumários de contas ou

descrição de actividades desenvolvidas, etc. Os panfletos, quando existem, são sempre muito úteis porque podem ser a outra face das forças no poder.

2 - Fontes manuscritas

As fontes manuscritas encontram-se normalmente depositadas em Arquivos, que podem ser nacionais, distritais ou municipais, públicos ou privados. Quando falo em Arquivos Nacionais não estou a pensar apenas nos portugueses. Há outros por essa Europa fora que guardam bons materiais sobre assuntos portugueses, de âmbito nacional ou regional. Mas as deslocações e a estadia nos Arquivos estrangeiros é dispendiosa e impossível para o comum dos historiadores locais. Nesse caso, o que há a fazer é continuar o que tem sido feito por equipas especializadas: inventariar e microfilmar toda essa documentação ou parte substantiva dela e colocá-la à disposição dos interessados em Centros adequados e funcionais.

Mas finalmente que colecções de manuscritos são mais importantes? Depende naturalmente do assunto que se pretende investigar e das potencialidades dos Arquivos. Se se pretende estudar uma instituição, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia de uma Terra relativamente pequena é indispensável estudar toda a documentação disponível. Mas pode acontecer que os fundos sejam tão abundantes e variados que seja necessário elaborar um plano de assuntos a tratar. É o caso da Misericórdia do Porto, cujo Arquivo é invulgarmente rico.

Se o objectivo é estudar um município e a sua administração municipal, diria que o Livro das Actas da Vereação constitui o polo à volta do qual vai girar todo o discurso. Mas são igualmente importantes os Copiadores da Correspondência expedida e recebida, nomeadamente a trocada com o poder central, os livros de eleições, os documentos sobre nomeação de oficiais auxiliares como os Almotacés, os Livros de receita e despesa (nos quais incluímos as fontes fiscais e as obras públicas), os livros de tombo; as posturas e acórdãos municipais, os livros das correições anuais dos Corregedores, os livros sobre actividades económicas e de organização dos ofícios mecânicos, os livros de sentenças, os registos paroquiais, etc.

Se o objecto de estudo for uma cidade, o melhor será começar mais uma vez por percorrer os inventários das fontes disponíveis e decidir em função delas. Pode-se também começar ao contrário: organizar um elenco de temas possíveis e escolher depois de acordo com o gosto pessoal e as potencialidades arquivísticas. Afiguram-se-me temas para as quais provavelmente se encontrará suporte documental os seguintes: instrução e cultura; alfabetização e práticas de leitura; organização eclesiástica e influência da Igreja; mosteiros; formas de religiosidade e devoções; demografia e reconstituição de famílias; actividades económicas; preços, salários e nível de vida; grupos sociais e formas de sociabilidade; a habitação, o vestuário, a alimentação; a saúde, a higiene e a assistência; as elites locais e as representações do poder; emigração e acolhimento de estranhos; etc.

Não queria terminar sem insistir, mais uma vez, nas potencialidades de fontes de que ultimamente se fala muito e que seriam muito úteis para alguns dos temas indicados. São as *fontes orais*. O recurso à memória dos mais velhos pode ser útil em duas perspectivas:

a) para ilustrar um tema de histórias recente que estamos a estudar;

b) como repositório de informações que a próxima geração há-se utilizar e que não terá disponível se a recolha não for feita no tempo presente.

VII - NOTA FINAL[7]

Pode-se afirmar que nos diversos países da Europa, entre os quais Portugal, os temas e questões de História e Geografia Local e Regional, desde longa data, têm constituído matérias de sucesso editorial. Se recuarmos ao Renascimento e aos tempos da chamada Idade Moderna não nos é difícil indicar um punhado de títulos que marcaram provavelmente a época em que apareceram e que, seguramente, se mostram de grande utilidade nos tempos futuros. Histórias de Províncias, de Cidades, de Vilas, de Ilhas foram relativamente numerosas, constituindo hoje fontes preciosas, ainda que nalguns casos a sua utilização tenha que ser cuidadosa e não possa dispensar uma boa dose de espírito crítico, dado o intuito implícita ou explícito de alguns Autores de glorificarem a sua terra sem olharem a meios.

Nomes como o de Rui Fernandes (*Descripção do Terreno em volta da cidade de Lamego Duas Legoas*, 1531-1532), Manuel Pereira de Novaes (*Anacrisis historial e Episcopológio* - 1690), D. Rodrigo da Cunha (*Catálogo e História dos Bispos do Porto* - 1623), Padre Agostinho Rebelo da Costa (*Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* - 1788), Doutor João de Barros (*Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes - meados do séc.* XVI) para o caso do Norte do País. Para os Açores[8], a obra mais conhecida é a de Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. Mas podem-se citar outros nomes de cronistas tais como Diogo das Chagas (*Jardim Espelho cristalino em de várias Flores*), Manuel Luís Maldonado, (*Fenix Angrense*, 2 vol.s) Agostinho de Montalverne (*Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vol.s), António Cordeiro (*História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Ocidental*, 1717).

Há autores que sustentam até que a História Local precedeu a História Nacional sobretudo por razões de conveniência política. É que os reis tinham tendência a olhar com muitas reservas e cautelas para a História Nacional porque esta, baseando-se no exame minucioso de títulos, actas e cartas, podia pôr em causa os próprios fundamentos do poder régio ou entrar em questões melindrosas tais como as relações entre a Coroa e a Igreja ou entre a Coroa e certas casas mais opulentas. A História Nacional facilmente pode despertar paixões políticas. Poderemos evocar aqui, a propósito, as polémicas que Alexandre Herculano teve que travar com o Clero depois da publicação da sua *História de Portugal* (1846-53) em que punha em causa o milagre de Ourique.

E quando as obras de História Nacional eram apoiadas e incrementadas pelo poder régio, aí as suspeições podiam partir dos súbditos leitores e eram de outra natureza, tocando sobretudo a falta de isenção de quem a fazia e o interesse de quem a subsidiava. Não é verdade que muitos dos nossos Cronistas régios são acusados de serem um pouco a voz do dono?

Teoricamente a História Local pode ser mais livre de espartilhos e de pressões. E nunca deixou de interessar, numa dupla perspectiva: quer pela publicação de fontes, quer por estudos mais elaborados. Quem não reconhece o excelente serviço prestado a Lisboa por Eduardo Freire de Oliveira que ao longo de 17 volumes publicou milhares e milhares de documentos relativos ao Município da Capital. Ou o esforço da Câmara do Porto que, nos inícios deste século, ofereceu condições para a publicação de uma parte importante da documentação do seu Arquivo. (*Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*...) Felizmente, outros exemplos se poderiam apontar.

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Este texto foi adaptado de uma conferência que proferimos num Seminário realizado na Ilha do Faial, organizado pela Casa de Cultura da Horta em Maio de 1998. Com a sua publicação nesta colectânea, pretendemos prestar homenagem ao Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, antigo Professor, Colega e Amigo, cujo interesse por estas temáticas era público, notório e muito produtivo.

1 CHAUNU, Pierre e outros, *Ensaios de Ego-História*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 42.

2 Sobre o assunto, ver um sugestivo artigo de João Pedro da Ponte, «Investigar para ensinar» no jornal *Público* de 3 de Maio de 1998.

3 Ver LEUILLIOT, Paul ,«Défense et illustration de l'histoire local» in *Annales*, ESC, Paris, 1967 pp. 154-177 citado por THUILLIER, Guy e TULARD, Jean, *Histoire Local et Régional*, Paris, PUF, 1992.

4 As sugestões que se seguem são devedoras do texto citado de Guy Thuillier e Jean Tulard que por sua vez é devedor do artigo citado de Paul Leuilliot e de um outro do mesmo autor, «Histoire local et politique de l'histoire» in *Annales* ESC, Paris, 1974, pp. 139-150.

5 THUILLIER, Guy e TULARD, Jean, *Histoire Local et Régional*, Paris, PUF, 1992, pp. 28-32.

6 *Ibidem*.

7 *Idem*, pp. 15-17

8 Ver VIEIRA, Alberto, *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, CEHA, 1995

GALEGOS E MINHOTOS À CONQUISTA DO LITORAL DO CENTRO DE PORTUGAL. Vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos.

Manuela Santos SILVA *

Qualquer de vós aqui presentes que um dia tenha examinado com alguma atenção um mapa relativamente pormenorizado da Estremadura, terá provavelmente ficado surpreendido com a quantidade de topónimos relativos a galegos ou cujo nome remete para a toponímia nortenha, nomeadamente do Minho ou da Galiza. Ao encontrarmos a povoação de S. Bartolomeu dos Galegos (no concelho da Lourinhã) ou a Aldeia Galega da Merceana (no concelho de Alenquer), por exemplo, legitimamente nos perguntaremos de quando datarão estes agregados populacionais onde o elemento provindo desta região noroeste da Península, bastante longínqua, era, sem dúvida, dominante.

Os dois exemplos que vos citei tratam-se de casos relativamente tardios em relação ao povoamento da Estremadura, mas temos muitas razões para acreditar que constituem fundações de galegos já instalados na região há algumas gerações que, como resposta ao crescimento populacional da sua comunidade, ou tentando fugir a dificuldades sentidas nas povoações onde inicialmente lhes tinha sido consentido morar, se teriam expandido ainda no período medieval para novos lugares. É que se tivermos como ponto de partida para a análise do povoamento desta zona, a documentação que até nós chegou dos séculos XII, XIII, XIV ou ainda do XV, a profusão de topónimos que parecem espelhar a importância do povoamento galego na região central da Estremadura é ainda mais significativa: das Caldas da Rainha a Torres Vedras topónimos como Vale da Galega (Caldas da Rainha), Vale Galegos (perto do Concelho de Rio Maior), Osseira (perto de Óbidos) ou Vale de Galego (junto a Torres Vedras)[1], não nos deixam margens para dúvidas - o elemento galego constituiu de facto uma das componentes fundamentais da ocupação pós-Reconquista da zona aparentemente mais despovoada da região da Estremadura portuguesa.

Mas quem seriam estes galegos e em que circunstâncias se teriam deslocado dos seus locais de origem para esta área circunscrita entre as montanhas calcárias estremenhas (Serra dos Candeeiros, Serra do Montejunto) e a plataforma costeira ocidental?

Os dados coligidos por Pedro Gomes Barbosa para os séculos XII e XIII revelaram-lhe alguns poucos dados dispersos relativamente a indivíduos identificados como galegos. Em 1190 encontra-se um Gonçalo Galego em Óbidos, no século XIII um galego e também um zamorano, respectivamente na Tornada, junto às Caldas da Rainha e mais uma vez em Óbidos, e também na Atouguia e em Torres Vedras nos aparecem indivíduos cujo nome não nos permite duvidar da sua origem galega[2]. Poucos elementos, é claro, e insuficientes para que a partir deles se possa elaborar qualquer teoria. No entanto, a prova mais evidente de que o povoamento desta região, por

indivíduos provindos da Galiza, se fez no período da Reconquista e por via do Oceano Atlântico, que banha toda esta região como a larga extensão de costa do litoral galego, está nos forais outorgados no século XII a duas povoações costeiras: Atouguia (da Baleia) e Lourinhã.

Ambas partilharam o mesmo percurso político-administrativo: incluídas após a conquista de Óbidos no vasto termo do seu concelho[3], foram pouco tempo depois doadas a dois cruzados francos adjuvantes de Afonso Henriques na conquista de Lisboa[4]. Alexandre Herculano, que estudou com algum afinco o documento de concessão da Atouguia a Guilherme de Cornibus e os restantes diplomas de doação de terras portuguesas a cruzados de nação franca ou flamenga[5], pensou ver neles cláusulas pouco usuais na legislação portuguesa e mais conformes com as doações ainda então vigentes nas regiões de origem dos donatários. A possibilidade de transmitir o senhorio da terra a todos os sucessores sem restrição, a capacidade de gerir com plenos poderes todas as actividades, de impôr um sistema de fiscalização e de determinar as próprias regras de admissão e de convivência entre os habitantes da terra que lhe fora doada, pareceram ao iminente historiador poderes demasiadamente extensos para a prática habitual no território português. Mesmo que os donatários tivessem como contrapartida a ajuda pronta ao pedido do rei para que com ele participassem em alguma acção bélica. José Mattoso já demonstrou, contudo, que concessões do mesmo tipo não foram tão raras como se poderia pensar[6]; no entanto, para o espaço e o tempo que tratamos elas são de facto apanágio exclusivo das doações a indivíduos provindos das regiões onde o feudalismo obteve a sua manifestação plena.

Capacidade de comandar as gentes e cumprimento de obrigações para com o rei, coincidiam, portanto, na mesma pessoa. Dele dependiam depois todos os que consentia que habitassem dentro dos limites do seu senhorio. Para melhor estabelecer as regras da ligação destes povoadores à sua pessoa e do próprio convívio *inter* se, estes senhores outorgaram às populações que dominavam cartas de foral[7] onde, naturalmente, os seus conterrâneos se encontravam numa posição mais favorável que os restantes povoadores a essas terras também admitidos; nos casos específicos da Atouguia e da Lourinhã, esses outros eram galegos.

Na esteira do insigne historiador Alexandre Herculano, muitos têm hesitado em identificar os *galleci* ou *gallici*, a quem os donatários destes dois senhorios estremenhos se dirigiram através de forais, como galegos[8]. Herculano aventou a explicação de se tratarem de franceses meridionais contrapostos socialmente, fiscalmente e em termos de direitos civis aos dominantes francos[9]. Essa explicação quanto a mim - e, naturalmente, não sou a primeira a assim pensar[10], peca por várias incongruências. Primeiro, no século XII, não me parece plausível apelidar os franceses meridionais globalmente considerados por gauleses ou gálicos[11]. A diversidade regional nunca permitiria designá-los a todos da mesma maneira e muito menos de uma forma já há muito tempo caída em desuso. Em segundo lugar, o rei de Portugal, entidade beneficiadora das comunidades francas que na Estremadura, e sobretudo no termo de Óbidos, se vieram estabelecer, não teria qualquer motivo para as privilegiar em detrimento de grupos populacionais provindos também do território francês. Se alguns gozam de tratamento mais favorável por parte do rei do que outros, é por que as razões que estão na base dessa diferenciação são outras que não as diferenças nacionais. Na nossa opinião, tudo radica no facto de uns serem guerreiros com provas dadas nas

conquistas do território português e outros serem meros povoadores, eventualmente já ocupando os locais, agora tornados senhorios francos, em data anterior à da doação[12].

A carta de concessão da Atouguia a Guilherme De Cornibus chegou-nos através de diversos documentos, todos eles julgados falsos por Ruy de Azevedo[13]. Tendo inicialmente utilizado três cópias do mesmo punho do final do século XIII ou de inícios do século XIV, este autor - tal como o tinham já feito Alexandre Herculano[14] e Gama Barros[15] - começou por estabelecer como data da doação o ano de 1158[16], veiculada pelos diplomas citados[17]. Numa segunda análise, porém, Ruy de Azevedo viria a detectar diversas incongruências que o fizeram pôr em causa a verosimilhança dos documentos até então considerados por todos como fiáveis[18]. A descoberta de uma nova cópia do século XIII[19], propondo uma outra data para a doação de Afonso Henriques a Guilherme de Cornibus, viria a eliminar muitas das dúvidas levantadas pelos primeiros documentos estudados. Apesar de se não tratar ainda do original, este documento apresentava características suficientes para - segundo Ruy de Azevedo - poder ser classificado como um "pseudo-original"[20] e a data proposta de 1148 para a concessão - que se afirma ser feita em reconhecimento dos bons serviços prestados por aquele cavaleiro e parentes seus, nomeadamente pela ajuda prestada na conquista de Lisboa[21] - adquire maior verosimilhança, uma vez que se aproxima no tempo daquele evento.

Embora não se conheça o diploma de concessão da Lourinhã a D. Jordão, outro dos cruzados cujo papel terá sido determinante na conquista de Lisboa, julga-se, por razões semelhantes, que a doação se terá processado pela mesma altura[22], seguindo-se-lhe um período de alguns anos ao longo dos quais os donatários terão tratado de constituir o seu grupo familiar e clientelar, com o fim de se instalarem definitivamente nas inóspitas terras concedidas pelo rei português. A outorga de forais às populações que ficavam sob a sua jurisdição não constituiu ao que pensamos uma prioridade imediata. A questão ter-se-à colocado aos senhores da Atouguia e da Lourinhã, mais tarde, já após a fase de instalação, quando se tornou premente articular o convívio dos seus conterrâneos francos com as populações que, pelo menos desde a Reconquista, aí se encontravam instaladas.

As terras doadas apresentavam dois tipos de potencialidades: a faixa litoral, mais inóspita, em grande parte imprópria para a produção agrícola, era rica em espécies venatórias e florestais e, sobretudo, oferecia um sem número de possibilidades a quem pretendia dedicar-se a actividades marítimas; mais para o interior na direcção das vilas mais importantes da região, era a terra que se oferecia quase virgem a quem dela quisesse tirar proveito. Para a época, porém, qualquer dos lugares deveria ser considerado ainda, pela maioria dos povoadores que em número significativo aí afluíam, como um local de risco, dada a proximidade do mar e a facilidade com que se poderia através das enseadas e praias invadir a região[23]. Excluindo aqueles que pretendiam precisamente viver do mar e daquilo que ele se propunha dar-lhes, é natural que a atracção dos grupos migratórios do pós-Reconquista se tenha voltado em primeiro lugar para povoações já constituídas e de preferência bem guardadas por muralhas e tropas, de molde a permitir o desenvolvimento de comunidades activas e prósperas.

Tornava-se necessário, portanto, até por razões de defesa, promover o povoamento da costa estremenha liberta que estava, finalmente dos muçulmanos. E ninguém o faria melhor, decerto, que estes guerreiros voluntários que se tinham

proposto combater o infiel, por razões de fé mas também em busca de aventura e de fortuna. Apesar da experiência obtida nas viagens por mar que tinham trazido muitos deles a estas paragens, estariam vocacionados para um estilo de vida mais assente na terra, à imagem da sociedade tradicional dos locais donde provinham. Ao invés, e acompanhando, provavelmente as suas navegações, muitos indivíduos chegados das sobrepovoadas regiões costeiras da Galiza, vinham procurar no recém-conquistado espaço cristão, novos pontos de estabelecimento propícios às actividades da pesca e das demais actividades marítimas.

Assim, estamos em crer, e também aqui não somos totalmente originais[24], que quando Guilherme De Cornibus e D. Jordão tomaram posse das suas novas terras, onde pretendiam instalar-se com as suas famílias e clientelas, tiveram de lidar com um problema (talvez) imprevisto: a pré-existência nesses lugares de comunidades maioritariamente formadas por galegos e cujo número poderia, eventualmente, exceder em muito o dos povoadores francos[25].

A questão ter-se-à colocado, sobretudo na Atouguia. Importante porto de mar na Idade Média e até ao século XV - altura em que o assoreamento do braço de mar que lhe dava acesso se tornou praticamente inobstruível[26] -, vizinhando locais extremamente propícios não só à pesca mas também, e principalmente, à caça à baleia, deveria constituir para as populações vocacionadas para as actividades marítimas e, quiçá comerciais, uma proposta de estabelecimento extremamente atraente. D. Afonso Henriques poderá ter convencido o grupo franco de que lhes seria muito proveitoso, em termos económicos, financeiros e mesmo militares, aceitar que estes "estranhos" integrassem a sua comunidade. Desde que fossem estigmatizados através de direitos e de deveres diferentes, é claro. Assim, em data que pensamos poder situar por volta do ano de 1167[27], Guilherme De Cornibus outorga - com autorização do rei Afonso I - dois forais a cada um dos grupos nacionais povoadores da Atouguia. Embora, em termos de capacidades administrativas não encontremos grandes diferenças, a diferenciação em termos socio-fiscais e em termos vivenciais está espelhada nas duas cartas de foral. Senão vejamos :

Eis o que pertence ao foral dos Francos. *Saiba-se, em primeiro lugar, que são isentos de todas as coimas, excepto três*[...];

Quando ouvirem uma ordem do senhor Rei *para que vão no seu exército a lutar contra os pagãos ou aonde ele mandar , obedeçam alegremente e sem qualquer discussão, segundo as suas posses, com o seu* Alcaide *, ao que ele determinar.*

Na confirmação de D. Sancho I do foral outorgado aos galegos - única versão que chegou até nós (com confirmação ainda posterior de Afonso II) - as preocupações são outras :

Das redes a pé(?) *um peixe.* O *direito do vice-dominus será um almude de vinho, se for espremido em prensa.* Dos *peixes que forem apanhados à mão, de vinte um.* Das *marinhas, de cada talho um moio de* 32 *alqueires* [...].

Não esquecendo, porém, as obrigações de carácter militar mas apenas no que respeitava à defesa do castelo: *Tenha o concelho atalaias que, quando for preciso, guardem e defendam o castelo.*[28]

Não deixa de ser curioso, o facto de, após esta época, só termos notícia de um tipo de obrigações militares a serem levadas a cabo por parte dos moradores da Atouguia: a de servirem como galiotes - ou seja, nas galés da armada real -, no caso de a isso serem

chamados pelo rei, em número de 30[29]. Aliás, encontramos a mesma obrigação para os moradores da Lourinhã[30].

Ou seja, com o decorrer do tempo, todas as obrigações de carácter militar que se encontravam subjacentes à doação da Atouguia (e da Lourinhã) aos cruzados francos, vieram a recair sobre a população de origem galega, mais preparada para as tarefas do mar.

É claro, que a segregação entre as duas nações e a separação entre estes e os restantes moradores da Estremadura de origem portuguesa, não terá durado eternamente. Se é certo que a doação da Atouguia à rainha D. Isabel, mulher de D.Dinis, nos inícios do século XIV ainda prevê o recebimento por esta da *vintena dos pescadores galegos*[31], a documentação dos finais desse século e do XV, só nos fala dos moradores da Atouguia, globalmente encarados. Só quando se tornou necessário reformar os antigos forais e conceder a todas as sedes de concelhos novas cartas foralengas, nos inícios do século XVI, se volta a falar das origens dos povoadores da Atouguia. Mas com evidente embaraço. A propósito da obrigação de pagamento da jugada estabelece-se o seguinte :

E *a dita Jugada se nam há de levar aos da linhagem antijga dos frančeses que foram povoadores da dita villa. Nem a outros quaesquer franceses que hi quiserem vijr povoar. Soomente se levará a dita Jugada aas outras pessoas que de fora vierem morar hi ou lavrar. que no dito forall se dizem galegos. Com tal declaraçam e entendimento que se a filha do privilegiado que chamam frančes casar com galego, ficam seus filhos livres da dita Jugada pollo dito foral. como os proprios franceses.*

E termina com esta declaração esclarecedora:

E *sam pello dito forall chamados galegos todollos portugueses e quaesquer outras pessoas que não forem frančeses ou da linhagem dos ditos povoadores.*[32]

Na Lourinhã, mais a sul, e, na época, com condições um pouco inferiores às da Atouguia para constituir um estabelecimento privilegiado de pescadores, comerciantes e marinheiros, também se praticava, contudo, a pesca e se transaccionavam bens vendáveis que embarcavam por mar, sobretudo para Lisboa[33]. Também aí encontramos galegos desde a época em que D. Jordão concedeu um foral aos povoadores da terra que lhe tinha sido doada por D. Afonso Henriques. A menor importância desta comunidade galega está expressa no facto do foral ser uno para todos os habitantes, e apenas algumas cláusulas se referirem a galegos. Precisamente para lhes retirar capacidades cívicas em relação à população franca, como o direito de propriedade[34].

Mas não só a Atouguia e a Lourinhã conheceram a presença dos homens do mar provindos da Galiza. Durante toda a Idade Média, os portos marítimos estremenhos receberam a visita de marinheiros - pescadores e ou comerciantes - que, com frequência vinham expôr as suas mercadorias aos olhos dos habitantes das povoações costeiras e efectuar compras. No século XV, eram particularmente temidos os naturais da Corunha os quais, ao que parece, se dedicavam a provocar malefícios vários aos portugueses, chegando mesmo a roubá-los[35]. No entanto, a maior parte dos visitantes da Galiza e de outras regiões litorâneas eram considerados bem vindos, por exemplo a Salir do Porto[36], na entrada da hoje chamada Concha de S. Martinho, que constituía um dos mais importantes portos da região[37].

Este antigo porto de mar, agora totalmente assoreado, ficava numa das extremidades, no sopé naturalmente, da chamada Serra do Bouro, onde desde os

primórdios do movimento reconquistador se encontrava instalada uma pequena comunidade monástica, cujas relações com Alcobaça se tornam evidentes a partir do século XIII[38]. As analogias são inevitáveis. Nas terras baixas e férteis da confluência dos rios Cávado e Homem, zona privilegiada da antiga circuscrição de terra de Bouro, fixara-se há muito uma comunidade eremítica mais tarde integrada na ordem cisterciense[39]. Pouco se conhece sobre esta congregação meridional instalada nesta Serra do Bouro do litoral estremenho, mas pode-se pôr a hipótese, como já o fez Pedro Gomes Barbosa[40] de que o percurso seguido tenha sido o mesmo que o da provável instituição-mãe.

Outros dados, a manipular e a considerar, contudo, com alguns cuidados, podem trazer-nos algumas achegas a esta problemática. Embora a documentação hoje disponível seja muito tardia - não anterior ao século XIII na maior parte dos casos - há quem afirme[41] - e trata-se de um mongrafista de Óbidos dos inícios do século XIX, que apesar da evidente falta de rigor com que utiliza os dados, teve acesso uma documentação muito vasta entretanto desaparecida - que o primeiro alcaide-mor da vila de Óbidos teria sido um D. Ourigo da Nóbrega, casado com D. Maria Lourenço da Cunha, que no séquito de Afonso Henriques teria tomado parte na conquista daquela vila. Depois dele, segundo a mesma fonte, os seus sucessores directos teriam também desempenhado o mesmo cargo, dando origem nos finais do século XIII, a uma poderosa linhagem local, cujo elemento de referência é uma personagem muito citada na documentação obidense de nome Rui Nunes, por vezes designado de Aboim. Juiz da corte e ouvidor dos feitos do crime, este possivel descendente dos senhores da Nóbrega[42], desempenharia também alguns cargos a nivel local: alvazil-geral, provavelmente alcaide e daria origem a uma série de indivíduos de grande prestígio no concelho de Óbidos durante os séculos XIV e XV. Sempre rondando os trâmites da administração local, quer ao serviço da comunidade, quer como representantes do rei, os descendentes de Rui Nunes formaram, sem dúvida, o grupo parental de maior sucesso do período medieval obidense. Estabeleceram ligações matrimoniais com outras famílias de importância na região e fora dela e preservaram as tradições familiares, o prestígio e a fortuna, também através da mais importante capela funerária que encontramos em Óbidos na sua principal igreja de Santa Maria[43].

Parece-nos termos cumprido a tarefa a que nos tinhamos proposto: demonstrar com evidências a presença e a acção de minhotos e galegos num ponto específico do litoral estremenho no período medieval. Tratava-se de uma área de povoamento escasso, com concentrações populacionais de diferentes origens e localizadas sobretudo no limite norte e sudeste, e que acolhia, portanto, de braços abertos os povoadores vindos de outras zonas[44]. Se do Minho vieram os chefes militares, como é provável, também devem ter chegado com eles ou pouco depois muitos povoadores de diferentes condições e estratos sociais[45]. Em 50 anos a população de Óbidos pode ter quadriplicado, a julgar pelas sucessivas fundações de paróquias a que assistimos no século XII[46]. E aonde se iriam buscar gentes prontas a partir para novas terras em busca de uma vida melhor que a que tinham nas suas povoações de origem? Naturalmente que às sobrepovoadas regiões a norte do rio Douro, ao Minho ou mesmo à Galiza - ou seja, à antiga Galécia, ainda assim conhecida no século X, e provavelmente ainda nos seguintes, pelos indíviduos de cultura árabe[47]. A Estremadura, de terras férteis e de clima ameno estava finalmente em paz e podia abrir os seus campos a quem deles necessitasse. E se numa primeira fase, o povoamento se pode ter levado a cabo de uma forma bastante livre, em breve o monarca decidiu tomar a seu cargo a organização do

território e desmembrando-o, pouco a pouco, concedendo privilégios a quem não se importasse de habitar nas áreas mais inóspitas, criou condições para que se atenuassem as variantes populacionais e se pudesse transformar uma região com potencialidades desperdiçadas, numa área produtiva em termos económicos e bem defendida em termos militares.

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Comunicação apresentada ao V Colóquio Galaico-Minhoto, realizado em Braga entre 21-24 de Setembro de 1994.

[1] Por comodidade seguimos aqui o levantamente efectuado por Pedro Gomes Barbosa em dois trabalhos seus: *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Século XII a 1325*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1992, pp. 210 e 215 e"Apontamentos sobre o litoral estremenho na Primeira Dinastia" in *Documentos, Lugares e Homens. Estudos de História Medieval*, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, p. 92.

[2] Colham-se estes dados em Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central.*, pp. 210, 211, 241 e 255 e *Apontamentos sobre o litoral estremenho na Primeira Dinastia*, p. 92.

[3] Segundo a opinião de Ruy de Azevedo, ("Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores", cap. I da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Editorial Ática, Lisboa, 1937, p. 48) seguindo a divisão territorial do período muçulmano.

[4] Conta a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, volume IV, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1990, p. 233): *E forõ en sua ajuda en esta tomada muytas conpanhas d'Alemãaes e Framengos e doutras nações que veerom per mar, antre os quaaes forom hy IIII capitãaes que avyã nome: dom Guilhem de Licorny, e dom Roolim, e dom Juzbercez, e dom Ligel. Estes IIII demãdavã parte da villa a el rey dom Affonso porque forom na tomada della. E elle lhes disse que o nõ faria mas que lhes daria outros lugares que pobrassem elles e seu linhagem pera todo sempre e que lhe conhocessem delles o senhorio. E a huum delles deu a Azambuja; e ao outro Villa Verde, e a outro a Lourinhãa, e ao outro a Atouguya. E estes dizem que forom de Frandes. E trouxeram todos seus linhageens e seus averes e pobrarom estes logares.*

[5] Alexandre Herculano, *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, Tomo IV, Livraria Bertrand, Lisboa, 1983, Apêndice, pp. 596-597 e segs.

[6] Vide, por exemplo, as Notas Críticas ao Apêndice números [1], [2] e [3], elaboradas por José Mattoso e publicadas na *História de Portugal* de Alexandre Herculano que já citámos (vol. IV, p. 615).

[7] As cartas de foral que analisaremos em seguida encontram-se publicadas nos *Portugaliae Monumenta Historica - Leges et Consuetudines*, vol.I, Lisboa, 1856, pp. 447-453.

[8] Nem Henrique da Gama Barros (*História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, Tomo V, Livraria Sá da Costa, Editora, Lisboa, 1945-1956, p. 75), nem Ruy de Azevedo (*Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, vol. I - *Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques* A D 1095-1185, Tomo II, Lisboa, 1958, p. 729) se opuseram à interpretação aventada por Herculano. Mais recentemente, vemo-la repetida não só por monografistas locais (como é o caso de Mariano Calado, *Peniche na História e na Lenda*, Torres Vedras, 1962, pp. 80 e 83 e segs.) mas mesmo por estudiosos da legislação medieval como António Matos Reis (*Origens dos Municípios Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1991, pp. 269-276) que chega a chamar-lhes *gauleses* e não apenas *gálicos* como fazem os restantes autores.

[9] Alexandre Herculano, *ob. cit.*, vol. IV, p. 599 e segs.

[10] Pedro Gomes Barbosa, (*Apontamentos sobre o litoral estremenho na Primeira Dinastia*, Nota 42, p. 92) tomando por base os dados fornecidos pela sua investigação, conclui: "Não aceitamos a identificação dos "galleci" (mesmo na variante "gallici") com "franceses ... meridionais".

[11] Vide nota 8.

[12] Em relação à Atouguia, Pedro Gomes Barbosa (*Apontamentos sobre o litoral estremenho na Primeira Dinastia*, p. 89), chega a considerar que remontaria certamente ao período muçulmano ou mesmo pré-muçulmano e que teria constituído, após a Reconquista, um óbvio local de atracção para muitos pescadores cristãos.

[13] Ruy de Azevedo (*Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, vol. I, Tomo II, XLVIII (Doc. 225), pp. 726-738.

[14] Alexandre Herculano, *ob. cit.*, vol. IV, p. 597.

[15] Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, Tomo V, p. 75.

[16] Ruy de Azevedo, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, p. 50.

[17] Isto mesmo reconhece Ruy de Azevedo em *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, Tomo II, p. 726.

[18] Vide todo o processo de impugnação destes documentos até então considerados como bons em *Ibidem*, vol. I, Tomo II, p. 726 e segs.

[19] Encontra-se publicada em *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, Tomo I, p. 276.

[20] *Ibidem*, vol. II, Tomo II, p. 727.

[21] "[...]et hoc facimus pro bono seruitio et adiutorio quod nobis fecistis uos et parentes uestri in captione de Vlixbona" - *Ibidem*, Vol. I, Tomo I, p. 276.

[22] Pedro Gomes Barbosa (*Apontamentos sobre o Litoral Estremenho na Primeira Dinastia*, p. 93) aventa mesmo a hipótese de que esta tenha antecedido a doação da Atouguia a Guilherme de Cornibus, uma vez que a Lourinhã vem já citada neste documento.

[23] Já Alberto Sampaio (*Estudos Históricos e Económicos* - II volume - "As póvoas marítimas", Vega, Lisboa, 1979, p. 49) tinha notado a ausência de povoações costeiras durante o período conturbado da Reconquista, facto que veio a ser confirmado para o Sul de Portugal por João Carlos Garcia (*O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, 1986, pp. 94-95).

[24] Vide as hipóteses aventadas por Pedro Gomes Barbosa (*Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, p. 209).

[25] Facto já reconhecido por Alexandre Herculano (*ob. cit.*, Tomo IV, p. 603), embora este julgasse tratar-se de "franceses meridionais (gallici)".

[26] Como o demonstra o Doc. 308 publicado em *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, volume I - 1147-1460, Reprodução Fac-similada, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1980, p. 394.

[27] Só temos conhecimento do teor destes forais através das suas confirmações por Sancho I e Afonso II. A data indicada na confirmação do foral dos francos é a da era de 1205 (ano de 1167) o que, naturalmente não se coaduna com o reinado de Sancho I o qual teria outorgado o documento. Podemos, por isso, colocar a hipótese de ter havido um engano por parte do escriba e este, ao copiar as cláusulas do documento original ter datado a confirmação da mesma era. O mesmo pensou Alexandre Herculano (*ob. cit.*, p. 600).

[28] Aproveitámos para estes excertos a tradução dos forais feita por Mariano Calado em *ob. cit.*, pp. 82 - 86 embora a adaptássemos onde julgámos importante.

[29] *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. I, Doc. 150, pp. 176-177.

[30] Embora neste caso o rei apenas exigisse 20 remeiros ou "galiotes" - *Ibidem*, vol. I, Doc. 218, pp. 228-229 e Doc. 350, p. 391.

[31] A.N.-T.T., *Chancelaria de* D. Dinis, Livro 3, fl. 58v°.

[32] "Foral da Villa da Atouguya" in Luís Fernando de Carvalho Dias, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Estremadura*, Edição do autor, Beja, 1962, pp. 66-69.

[33] Vide documentos publicados em *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História* e em especial o "Foral da Portagem da Cidade de Lisboa" - publ. parcialmente no Suplemento ao vol. I - 1057-1460, Doc. 42, p. 53.

[34] *Portugaliae Monumenta Historica - Leges et Consuetudines*, vol.I, Lisboa, 1856, pp. 447-450 - cláusulas do foral da Lourinhã :

> *Si homo istius patriae habitauerit nobiscum tam gallecus quam alius uicinus non det portagium sed sit unun vicinis quamdiu in pace nobiscum uiuere uoluerit.*
> *Et hec statuerunt pro directo ne(c) ullus gallecus emat hereditatem in villa.*

[35] A.N.-T.T., *Chanc. de* D. *Afonso* V, Livro 5, fl. 51v°, resumido in *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, Suplemento ao vol. I, Doc. 983, p. 529.

[36] Dados retirados do mesmo documento citado na nota anterior.

[37] Já em outras ocasiões dedicámos a nossa atenção a este porto medieval. Vide "Salir do Porto. Um exemplo da importância dos pequenos portos da Estremadura durante a Idade Mádia", publ. nas *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Edição da Câmara Municipal de Leiria, 1991, pp. 355-364 e "Comunidades piscatórias medievais estremenhas entre o rio de Salir e o concelho de Torres Vedras - um primeiro levantamento", comunicação apresentada ao *Seminário Pescas e Navegações na História de Portugal (séculos XII a XVIII)* realizado em 22, 23 e 24 de Maio de 1992 em Lagos, ambos publicados na nossa antologia de artigos intitulados A *Região de Óbidos na É poca Medieval. Estudos*, Caldas da Rainha, 1994, pp. 33-43 e 45-67.

[38] Vide Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, p. 222.

[39] Vide José Mattoso, por exemplo em *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*. 1096-1325, vol. I - *Oposição*, Editorial Estampa, Lisboa, 1985, pp. 149-150.

[40] Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, p. 223.

[41] *Memórias históricas e diferentes apontamentos, àcerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 303 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos de que se faz menção nestes apontamentos*. Leitura, apresentação e notas de João Trindade, Imprensa Nacional - Casa da Moeda/Câmara Municipal de Óbidos, Lisboa, 1985, pp. 12, 17 e 207.

[42] Lembremos que a Terra da Nóbrega vizinha a Terra de Bouro onde a ancestral abadia cistercience de que falámos antes se situava. Vide outros elementos sobre esta família em José Mattoso, *Identificação de um País*, vol. I, p. 149.

[43] Todos estes elementos e muitos mais se encontram tratados num estudo sobre esta mesma linhagem elaborado por nós já em 1989 e apresentado como comunicação ao Colóquio *Poder Central e Poderes Periféricos em Perspectiva Histórica* realizado em Reguengos de Monsaraz. Publicado também em A *região der Óbidos na Época Medieval. Estudos*, pp. 123-154.

[44] Vide o excelente levantamento toponímico e populacional levado a cabo por Pedro Gomes Barbosa in *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, pp. 208-211.

45 Não concordamos em pleno com Robert Durand (*Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1982, pp. 92-93) que afirma :"[...] force est de constater qu'on ne trouve pas de traces de ces mouvements migratoires massifs qui auraient, du Nord au Sud, accompagné la reconquête, ni de celui, plus modeste et en sens inverse, qui l'aurait précédé et permise. Que des migrations aient eu lieu sur ces deux, c'est certain: sans elles on ne s' expliquerait pas la réussite de beaucoup d' entreprises de peuplement. Mais elles n' eurent pas ce caractère massif et ordonné *qu' on s' est plu a imaginer. Il s'agirait plutôt d' un phénomène d' errance assez généralisé, mais sans grands* déplacements spatiaux".
Ao contrário deste autor muitos são os investigadores que partilham do nosso ponto de vista mas indicamos por todos Orlando Ribeiro, *Potrtugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª edição revista e ampliada, Livraria Sá da Costa, Editora, Lisboa, 1986, pp. 135-138.

46 Vide Manuela Santos Silva, *Óbidos Medieval. Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987, publicado por Patrimonia Historica, Cascais, 1997.

47 Vejam-se as descrições do território português feitas pelos geógrafos árabes dos séculos X, XI e XII, transcritas por António Borges Coelho na sua obra *Portugal na Espanha Árabe*, vol. 1 - Geografia e Cultura, 2ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1989. Atente-se sobretudo na descrição da Galiza tirada do livro de Ibne Abde Almunime Alhimiari (pp. 44-45).

AGRAS: CAMPOS ABERTOS EM ESPAÇO FECHADO. O caso de Lagares, concelho de Penafiel

Teresa SOEIRO *

No dizer de Alberto Sampaio: *«encontram-se em certas planuras enxutas campos mais extensos que ordinariamente, e onde podem ser cultivadas as plantas da antiga lavoura, - centeio, trigo, aveia, cevada, painço e milho alvo: vedados exteriormente por paredes ou valos, e dentro divididos em fitas ou bandas paralelas, chamadas leiras, limitadas sómente por marcos ou regos, com um caminho commum que se abre ou fecha, segundo ha ou não culturas pendentes, estes campos são conhecidos em quasi toda a provincia pelo nome apelativo de agras. Cada leira tem o seu dono, cada um amanha a sua, e recolhe os fructos, mas o afolhamento é o mesmo em todas, que são semeadas e ceifadas simultaneamente. No tempo de repouso abre-se o caminho e o gado pasta ali quasi livremente»*[1].

Dificilmente conseguiríamos uma definição mais clara para *agras* do que esta, elaborada é certo pelo melhor historiador da ruralidade que o Entre Douro e Minho já teve, tantas vezes evocado pelo professor que agora homenageamos. Quando um dia o questionamos acerca do documento que acompanha este artigo, referente ao tapamento de agras na freguesia de Lagares, Penafiel[2], a resposta veio célere, glosando o quase nada que se sabe sobre estes assuntos[3] e o imenso arquivo que ainda são as nossas elaboradas paisagens rurais, à espera de quem as queira estudar. Façamos pois uma incursão nestes espaços aos quais era tão afeiçoado, cientes das limitações de um urbanita para tal tarefa.

A freguesia de Lagares, formada por diversos lugares bastante afastados entre si, e por vezes isolados por manchas de monte florestado, tem ao centro, assim reconhecido pelos próprios, uma extensa área aplanada de terras agrícolas que ocupam o vale da ribeira de Lagares, espaço de cerca de 40 hectares, a que chamam a *poça*. Ora é nesta baixa, de solos fundos e irrigados, entre os 175 e os 185 metros, que nós vamos encontrar as agras.

A *poça* (Fig. 1 e 2.1), que se desenvolve sensivelmente na direcção Norte-Sul[4], está delimitada a Poente pela Serra de Santo Antoninho, em cuja periferia fica a Senhora da Lapa. A paisagem é aqui agreste e a cobertura vegetal muito pobre, aflorando à superfície o substrato xistoso[5]. Desabitado até há pouco, este baldio da freguesia era percorrido pelos rebanhos. A um pequeno cabeço já próximo da planura chama-se Monte de Bois, porque o gado grosso pascia nele, livre mas ao mesmo tempo sob o olhar de quem trabalhasse nos campos ou em casa.

Pelo Nascente o limite desta área mais funda faz-se no início da encosta, à cota dos núcleos habitados da Quinta da Granja, Nogueira e Gilferros, com prolongamento pelos alvéolos da ribeira da Granja e da própria cabeceira da ribeira de Lagares. Para lá dos lugares ficam os montes de Ordins e da Figueira, baldios integrados no extenso planalto granítico do Mozinho.

Se considerarmos este posicionamento encaixado entre montes amplos, domínio da pastorícia[6], compreenderemos talvez melhor a necessidade de proteger as terras baixas e agricultadas da *poça*, de marcar uma fronteira inequívoca entre o cultivado e o

inculto, válida tanto no plano físico como no simbólico. Esse limite, vêmo-lo no terreno, materializou-se, pelo menos desde a época moderna, numa parede pétrea que circuita toda a baixa de Lagares[7]. Foi para acabar de a encerrar, tapando a boca voltada a Noroeste, que um conjunto de lavradores dos lugares circundantes se juntou, em 1781, e elaborou entre si o contrato notarial no qual se fixa as obrigações de cada um quanto à construção do novo tramo de parede e manutenção deste assim como das vedações mais antigas. Observemos com mais detalhe.

Colocando-nos no cruzamento das Portelas, onde a estrada nacional 319 que atravessa Lagares cruza com as municipais que vão por um lado para a Junta de Freguesia e por outro para a antiga igreja, estamos num dos pontos referidos no documento de 1781, e podemos começar aí o périplo em redor do conjunto das agras. Logo no início da encosta da serra da Lapa deparamos com o caminho velho, que acompanhava pelo exterior a tapagem. As habitações recentes, implantadas sobre a faixa da testada, tiveram esta parede como referência para colocar os muros exteriores dos jardins, junto do caminho. Estamos a contornar a Agra do Meirão, ou Mourão, a primeira, cujas leiras, longas e estreitas, são claramente perpendiculares à parede e ao eixo viário das agras, como se vê na fotografia aérea.

Uma vez que as casas fiquem para trás, e seguindo o caminho em volta da *poça*, encontramos pela parte de dentro daquele, pouco afastada, a parede antiga, em alguns pontos destruída quase até ao nível do solo. Está feita com o material local, pedras irregulares de xisto, tem a largura de 60 cm e apresenta duas faces verticais com enchimento de pequena pedra solta. Os troços assim construídos alternam com panos formados por grandes blocos de xisto colocados ao alto, justapostos, que se integram no alinhamento. Pudemos seguir esta vedação, agora sobre as Forcadas, campos que acompanham a curva da ribeira e têm direcção diferente da dos anteriores. No final destes uma parede com cancela dá início à agra das Bargias (várzeas), que acompanha a ribeira pelo Oeste, estando do outro lado as Cambas, até ao fundo de todo o conjunto, no extremo Sul. Passamos então a ribeira no local do velho pontão e reiniciamos o percurso pelo lado Nascente.

Mas antes disso queremos realçar a forma como o monte se articula com os campos das agras ou, melhor dizendo, como se reforça a separação entre um e outro, de que esboçamos um perfil (Fig. 2.2). A vertente do monte é interrompida pela horizontalidade do caminho, recentemente alargado, ao qual se segue a referida parede das agras. Pelo interior desta não se inicia de imediato o campo cultivado, há ainda um largo talude, com mato e árvores, por vezes bastante inclinado: é a testada de monte, que pertence a cada leira, tantas vezes referida nos documentos. Facilita a volta do vessadouro ao lavrar, por ela se transita com pouco dano, nela se param os carros ou se lançam os bois em dia de trabalho, quando não são precisos.

Na encosta sobranceira às agras pelo Nascente ficam os lugares habitados pelos intervenientes no contrato de final de setecentos, casais esses para os quais temos referências alguns séculos mais recuadas. Partindo do extremo Sul da *poça*, o caminho a seguir, rodeando as Gordeiras os campos de Campelos, foi de trânsito carral, com fundas rodeiras vincadas no granito. A parede de pedra, granito com face talhada, é alta e um rego de consortes acompanha-a. Conduz-nos este percurso até à Quinta da Granja, casa afidalgada com capela, onde o tabelião se aposentou para notar o contrato. É uma unidade murada, cujos campos formam um contínuo, anomalia com história própria nesta paisagem de agras, a que não serão estranhas as pessoas dos

seus proprietários, como o que participa neste acto, Sargento Mor e figura pública, alfabetizado assim como o parente que também o subscreve.

Passada a Quinta da Granja a vedação vai afastar-se da estrada velha para subir até ao lugar da Nogueira, de onde são outros contratantes, imediatamente a Este da estrada asfaltada, com parede, ora muro dobrado com face trabalhada, ora grandes lages colocadas ao alto, sempre granito, que aqui é a rocha de base. E é por este lado da estrada que continua, pelo lugar de Gilferros e percorrendo o *caminho dos funerais*, itinerário com forte carga simbólica que levava em direcção à igreja contornando, no limiar do monte, as Vessadas, terras agrícolas do fim do alvéolo por onde desce a ribeira de Lagares. Na cancela das Vessadas começava a tapagem de 1781.

No centro da *poça* segue a estrada velha, que passa na Aldeia de Baixo (único núcleo de habitação dentro das agras, certamente que consentido pela existência da via), dirigindo-se depois pelo fundo do vale até às Portelas, *com tentos e marcos antigos*. O ângulo entre esta estrada e a ribeira é preenchido pelas longas e estreitas leiras de Casais. Para Nascente ela contorna primeiro os eidos e vinhas do lugar e do casal do Serrão (de onde é outro dos contratantes) para no tramo final servir de divisória entre a agra do Mourão e a das Barrosas, esta a uma cota superior, formando talude e com as leiras traçadas em direcção perpendicular às da anterior. A Este das Barrosas, ladeando a ribeira, temos a Gestosa e a montante as Vessadas, hoje cortadas pela estrada 319.

Vessadas, Barrosas e Agra de Mourão, junto das Portelas, esta era a sequência de terras na face Noroeste da baixa, a última a ser vedada, se bem interpretamos o contrato. O alinhamento de lousas colocadas ao alto, que passa no pequeno cabeço florestado e junto do muro da escola e das habitações, será o testemunho deste circuito pétreo, que rematava o tapamento integral da poça, com as suas agras. Como antes salientamos, também aqui a parede não segue junto do lavradio, mas deixa no interior um tracto com mato e árvores.

Dentro de todo o espaço fechado, cada agra não se confunde com a vizinha, seja apenas porque o traçado dos campos e as tomadias de águas diferem em orientação, ou porque existem barreiras físicas a demarcá-las, como a ribeira, o caminho, desníveis e paredes. Cada casal tem parcelas nas várias agras, e cada uma destas está mais vocacionada para uma determinada sequência de culturas. Resultava deste fraccionamento uma maior maleabilidade na gestão por acordo de consortes, e para cada casal a vantagem de dispor em simultâneo de parcelas de terra com culturas variadas porque pertenciam a agras diferentes.

*

As agras de Mourão, Barrozas e Bárgias pertenciam, segundo o documento de final de setecentos que vimos seguindo, a oito casais, considerados teoricamente como iguais[8], uma vez que cada um deverá construir vinte e sete braças de parede, cinquenta e quatro metros. Mas os homens que se associam, a bem do interesse de todos e cada um, em número de dez, têm nelas posses bem diferentes já que, respeitando o princípio da proporcionalidade ou seja *«conforme as terras que pesuem»*, vão de facto erguer tramos que variam entre as nove braças, um terço de casal, e as cinquenta e quatro, equivalente a dois casais (um veda o correspondente a um terço de casal, cinco a meio, um a dois terços, outro a um casal, um a casal e meio e um último a dois casais). O senhor da Quinta da Granja não parece parte directamente interessada no contrato.

Essa vedação será colocada *«pello citio por honde já medirão e demarcarão»*, dando a entender que já teria havido um acordo prévio, alcançado percorrendo o terreno com

pormenor a fim de o medir e decidir exactamente onde deveriam ficar as entradas, portelas e cancelas. Entre todos «*prometem tapar cada hum o dito seu quinhão e sustentallo levantando e tapando para sempre e de altura de sete palmos*», uma parede de um metro e quarenta de alto[9] que seria necessário de tempos a tempos consertar, o que os levou a deixar nela marcas inequívocas para identificar a quem pertencia essa obrigação, os «*signais nesesarios para a todo o tempo constar de quem a tapou e de quem a deve tapar*».

Mas porque este lanço de parede erguida em 1781 era apenas um elemento do sistema, os proprietários envolvidos além da obrigação de a construir e reparar comprometem-se «*tambem de fazer comservar as tapagens das testadas da mesma agra sempre tapados e da altura de sete palmos*», as cujas existiriam há não sabemos quanto tempo.

Como quaisquer faltas de cumprimento do estipulado inviabilizavam todo o sistema, o acordo contém mecanismos próprios para as superar. Nomeia um juiz árbitro, que «*conhecera não só da dita tapagem mas tambem de fazer comservar as tapagens das testadas da mesma agra sempre tapados e da altura de sete palmos em modo que não entrem nella gados e condenar hem quinhentos reis aquelle que deyxar de tapar a sua testada da parte do monte ou da parte donde se posa devasar*». Este juiz teria capacidade para substituir o faltoso na efectivação da obra, da qual se faria cobrar, onerando esta despesa com a pena de dez tostões fixada no texto. Ao primeiro, nomeado por todos de entre os proprietários para exercer o poder durante um ano, seguir-se-ia outro, nomeado pelo antecedente, e assim sucessivamente, «*cervindo sempre emquanto o mundo for mundo*», de forma a que todos teriam, em princípio, a possibilidade de vir a exercer este governo informal destinado a harmonizar os interesses.

À figura do casal se recorre também ao mencionar a *feytoria das agoas*, na qual devem participar duas pessoas por casal, mas apenas dos que têm direito a elas «*na forma e pose em que estiverem que he dos cazaes que costumão mandar gente para o referido*»[10]. E como o costume seria de todos conhecido, não registaram outros detalhes[11]. Podemos nós aventar que se estivessem a reportar às águas dos Castelos, Soutelo e Monte Santo, veios que descem dos contrafortes do planalto do Mozinho para a baixa de Lagares. Continuam a ser propriedade de consortes, apenas algumas casas dos lugares, para quem o direito a dispor de certo múltiplo ou fracção do ferido de água no tempo das regas, distribuídos à roda, seguindo a ordem das leiras, traz a obrigação concomitante de *fazer* as poças e regos por onde aquela transita.

Como há dois séculos atrás, os consortes continuam a ser oito, com partes desiguais pois é a cada casal inteiro que corresponde ainda um ferido de água, um dia (por vezes repartido), devendo ser tapada ao pôr do Sol, quando a sombra de um homem direito mede cinco pés. A feitoria das águas acontece no dia trinta de Junho, porque até S. Pedro elas são vadias. Nesta manhã faz-se o rego, se tal não aconteceu antes, e no dia seguinte abrem-se os agueiros, para as terras que têm direito, e a rega passa a ser privada até ao dia de S. Miguel (ou até 15 de Agosto para a de Soutelo). Fora do período das regas as águas voltam a ser preferencialmente dos moinhos, entram no sistema de torna ou, como a de Soutelo, pertencem a grandes propriedades que a adquiriram.

No regadio do Castelo, cuja extensão passa os dois quilómetros, são os consortes maiores que tomam as decisões, ficando sujeito a penalização quem faltar ao chamado, porque o trabalho para ser útil a uns inevitavelmente que beneficia os outros. No documento setecentista indica-se que o juiz árbitro tem poder para executar a pena,

mas depois deve consultar os consortes de forma a *«destrebuila no que a mais votos pareser conveniente»*. Deste juiz das águas, que ficava eleito de uma época de rega para a seguinte, perdeu-se a memória em Lagares, mas está bem presente na vizinha freguesia de Sobreira. No desempenho do cargo não efectua tarefas manuais mas deve cuidar da distribuição das pessoas ao longo do tramo a limpar e também de vigiar a qualidade do trabalho, mandando-o repetir ao executante quando não lhe parecer bem realizado

Num documento de 1792[12], referente às agras de Ordins (também lugar da freguesia de Lagares) fala-se da factura das prezas, para a qual se observará *«o uzo e costume ate aqui praticado que he de fazer a de Mourigade no primeiro de Junho e as outras nos dias seguintes.....sendo condenado o que faltar em duzentos e quarenta reis para os que vierem fazer as taes prezas ajustandose todos para os ditos serviços ao nascer do Sol e sem que seja licito virem rapazes em lugar de homens»*.

Infelizmente o documento transcrito é totalmente omisso quanto ao espaço no interior da agra, à forma como estava dividido, a que culturas era votado, a como se regulavam os trabalhos. Em Lagares obtivemos a informação de que até há poucos anos (serão já décadas?) em cada agra todos os proprietários cultivavam o mesmo, fosse centeio/milho de restivo ou prado/milho por exemplo, até porque o acesso a muitas das leiras se fazia por servidão, tornando-se pois obrigatória a sincronia das lavouras e colheitas. Sendo faixas de terreno longas e estreitas, sem obstáculos a dividi-las, mas também sem acesso directo a partir de caminho, a algumas leiras de uma agra só se chegava pisando outras leiras mais próximas das cancelas. Assim sendo, estas terras mais afastadas dos acessos teriam de ser as primeiras a receber a semente, passando gado e apeiros sobre as sua vizinhas, ainda incultas, processo que se ia repetindo até às das entradas. O carro que carregava o estrume para as fertilizar só tinha direito de passagem de dois em dois anos.

Quando chegasse o tempo da colheita ocorreria um movimento simétrico, tendo primeiro que ser realizada nas leiras próximas da entrada, para que depois estas pudessem ser calcadas pelos carros que se dirigiam às mais afastadas. A passagem de servidão, para gado e carro, era obrigatória, quando muito, duas vezes no ano, uma para afrutar e outra para desafrutar, ficando sempre para as pessoas carreiros de pé.

Embora respeitando este direito consuetudinário de passagem[13], parece que o ideal no final de setecentos era mesmo que cada prédio tivesse acesso directo e individual, como expressam os lavradores de Ordins: *«quando elles outorgantes conduzirem os seos gados para as ditas agras se servirão para as entradas pelas cancellas e portellos de cada hum tendo-os compostos e não tendo entrada pelas suas testadas se servirão na forma do seo costume»*.

Para que houvesse entendimento entre os proprietários sobre o momento de afrutar, o período de encerramento da agra e o tempo ideal para a abrir e fazer a colheita era útil, em último recurso, a existência de uma autoridade capaz de tomar a decisão final e também com poder para obrigar e punir os mais renitentes. A figura do juiz árbitro, com mandato anual e escolhido entre os pares, que encontramos ao tratar dos tapamentos e das águas, poderia hipoteticamente também ter autoridade nesta matéria.

Mas o problema maior a resolver por estes lavradores parece ter sido o de defender as áreas cultivadas das intrusões de gado. A única referência ao que se

passava no interior da agra de Lagares tem a ver com o apascentar, pois «*cada hum podera goardar seu gado para a sua [leira] debayxo da pena de duzentos reis alem da perca que der*».

Os consortes das agras de Ordins mostraram-se bastante mais prolixos: «*possuidores de varias sortes de matto e testadas de campos...para cujos predios que se achão tapados e vallados costumão conduzir os seos gados a pascerem do que se lhes tem seguido gravissimo prejuizo em razão do mesmo gado passar para os predios huns dos outros e para que cesse por hua ves o dano que até aqui tem experimentado se ajustarão elles outorgantes huns com os outros amigavelmente de cada hum conduzir os seos gados pela soga para os seos respectivos predios pelos caminhos de que estiverem de posse a menos perda de cada hun dos outorgantes e sem prejudicar os pastos dos vizinhos e consortes guardando cada hum os seos gados de sorte que elles não saltem para os predios daquelles com que confinão e ninhum delles outorgantes venha a receber prejuizo dos outros*». Mais ainda, «*nos olivaes não meterão gado solto em tempo algum*» assim como «*nas sortes tapadas excepto cada hum no seo e nem cada hum nas suas agras podera meter gados nos mezes de Janeiro e Fevereiro*».

Para que as cláusulas antes estabelecidas fossem, no dia a dia, respeitadas, estes proprietários não só escolhem entre si um juiz com mandato por um ano, como em Lagares, mas cominam pesadas penas aos faltosos, com a originalidade de as mesmas terem de ser denunciadas na cidade de Penafiel, à qual se deslocaram para fazer o documento. Mais, as verbas resultantes dessas penas pecuniárias seriam repartidas entre os acusadores e a Câmara, opção que torna este contrato algo semelhante às posturas municipais: «*se eleja hum juis que fiscalize o que alterar este mesmo contrato para vir com duas testimunhas que prezencearem o dano que ouver por culpa de algum dos outorgantes a esta cidade accuzarlhe a pena de cinco tostoes de condenação que querem seja applicada para as obras da Camara desta cidade pela primeira ves sendo dous tostoes destes cinco para o accuzador ou accuzadores e pela segunda ves pagará mil reis e pela terceira dous mil reis e esta pena se imporá na forma que se declara aquelle que deixar passar gado dos seos campos para os dos outros cujo juis elles outorgantes elejerão de entre elles hum em cada anno*».

*

Da existência no Entre Douro e Minho, durante a Idade Média, de terrenos lavradios designados pelo nome de agras, em áreas baixas e irrigadas, propícias ao cultivo de cereal e em especial do milho (miúdo), falou Carlos Alberto Ferreira de Almeida[14], na sequência de Alberto Sampaio. O primeiro destes autores chamou também a nossa atenção para o problema da vedação das propriedades[15], imposta pela necessidade de as defender do gado, na difícil tentativa para manter o equilíbrio entre os interesses de agricultura e os da criação estabulada ou mesmo os da pastorícia, contradição intrínseca ao próprio agrosistema minhoto em que os termos são indissociáveis.

Uma breve sondagem ao *Tombo dos bens* da Mesa Abacial de Paço de Sousa, de 1592, no que diz respeito às propriedades dos lugares de Lagares, Gilferros e Nogueira sitas na parte baixa da freguesia, não deparamos com a menção a limites por parede[16], explicitamente referidas, por exemplo, em relação às leiras nas agras de Figueira, as quais muitas vezes partiam, sobretudo com as terras do reguengo, por parede, valado ou «*per marcos velhos e outros que se meteram*», não havendo porém indicação daquelas onde pareceriam mais necessárias, quando a confrontação se fazia com monte ou caminho[17].

Através dos inquéritos respondidos pelos párocos em 1758 ficamos a saber que pelo menos nos montes de Croca, Milhundos e Rande, Oldrões, Peroselo, Boelhe, Luzim, Lagares, Valpedre Portela, Capela e Eja se apascentava gado bovino e em alguns cavalar, para além dos rebanhos de ovinos e caprinos que, menos exigentes,

deambulavam ainda por outros montados mais exíguos e desflorestados. Para os proteger não faltavam capelas em pontos altos e isolados do monte, sendo exemplar a de S. Pedro dos Pegureiros, no alto do Mozinho, no centro de um extenso maninho, dominando o planalto e o vale do Douro.

Nas agras de Lagares os proprietários temem tanto as intrusões do gado que anda no monte quanto as do que pascia nas leiras de cada consorte mas que, facilmente, porque elas não eram vedadas, poderia passar às outras, causando grandes estragos. Contra os que deambulavam pelo monte erguem-se as paredes, acompanhadas ou não de valo, ordena-se que as cancelas estejam sempre fechadas[18] e concebe-se os portelos, como o que desenhamos na freguesia da Figueira, muito estreitos e com um pano imediatamente face à abertura, obrigando os passantes a um ziguezaguear que os bovinos eram incapazes de fazer (Fig. 2.3). Estamos, evidentemente, a falar de gado grosso, já que para o miúdo, e em especial as cabras, estas barreiras por si só não funcionavam, podendo apenas facilitar a vida ao pastor na sua acção disciplinadora.

Contra os animais que os próprios donos lançavam nas leiras e testadas a defesa mais radical seria a proibição de tal prática, pelo menos nas temporadas em que as culturas estavam mais sensíveis. Mas porque quase todos os lavradores também eram criadores, necessitando do gado para manter as explorações, recorreram a alguns expedientes que permitiam alimentá-lo nas leiras sem prejuízo dos consortes, como seria a sua condução à soga e a vigilância por pessoa.

As disposições das primeiras Posturas Municipais de Penafiel, de 1751 mas sucessivamente acrescentadas[19], estipulavam já penas contra os gados que entrassem em terreno alheio, se vedado, acordando que «*por cada cabeça de gado grande, como bestas, e bois, que se achem dentro em campo tapado, fazendo damno em semeaduras, pagará seu dono seiscentos reis; e sendo achado destrabado trezentos reis; e sendo em propriedade que não tem fructo, cento e sincoenta; e sendo ovelhas, ou cabras, ou porcos, com a mesma distinção, por cada cabeça vinte reis por cada vez que forem achados fazendo damno*». Cabras e ovelhas eram as mais indesejadas, remontando a proibição de apascentar as primeiras nos montes do concelho pelo menos a 1652, revogada apenas para as freguesias de Canelas, Capela e Croca, possuidoras de enormes baldios[20]. Mas o conflito de interesses entre criadores e agricultores contava de ambos os lados com personalidades de peso a nível concelhio, que frequentemente recorriam à corte para dirimir as questões, sobre as quais o poder central mostrou sempre grande ambiguidade, talvez algo favorável à lavoura, dentro da corrente de pensamento mais moderna ao tempo, adepta da privatização de todo o tipo de terras e do fim dos consuetudinários direitos de usufruto colectivo.

A aplicação destes direitos, bem como a gestão corrente ao nível da paróquia de diversos assuntos de interesse para o comum dos vizinhos, cabia em grande medida, ainda no século XVIII, à Confraria do Subsino, da qual todos faziam parte. Embora os Estatutos da Confraria do Subsino de Lagares[21] sejam muito limitados quanto a atribuições, conhecemos outros[22] que incluíam nas tarefas dos eleitos a supervisão da feitura e repartição das águas, a distribuição de áreas no baldio para corte de matos e/ou eventual cultivo, a cominação de penas por transgressões e sobretudo por danos causados pela intrusão de gado em propriedade alheia, etc. A eleição anual e por sufrágio entre os confrades que seriam os cabeças de casal, as decisões tomadas em reuniões que se desenrolam à vista de todos e a capacidade de julgar pequenos delitos e decidir das penas que podiam ir até à exclusão do relapso da categoria de vizinho, com privação de uso dos bens comuns e da ajuda da comunidade. Uma tal ostracisação

chegava a inviabilizar a sobrevivência do agregado que ele encabeçava e a levar o mau vizinho a mudar de terra.

Em Lagares, a exploração das agras, com os seus direitos e obrigações, que a documentação setecentista nos retrata ainda em pleno funcionamento, está, dois séculos volvidos, radicalmente posta em causa por desintegração do sistema a que pertencia. As leiras jazem parcialmente abandonadas e as ainda agricultadas foram muitas vezes reunidas para se tornarem rentáveis. Criaram-se novos acessos, as cancelas desapareceram, rasgou-se o tapamento, que não é consertado e se vai desmoronando. Não há uniformização de culturas nem de tempos de trabalho. As novas construções invadem a testada e só não chegam aos melhores terrenos porque a classificação de *reserva agrícola* o proíbe. A codificação administrativa há muito que tornou anacrónicas as confrarias de subsino e o poder dos seus juizes e homens de falas. É talvez no aproveitamento das águas de consortes que o direito tradicional se impõe com mais clareza, já que este continua a ser um bem escasso e indispensável. Mas as mudanças, a renovação das gerações e o desinteresse pela agricultura não foram ainda suficientes para apagar nesta freguesia, nem na vizinha, a velha paisagem de agras, ou para fazer esquecer a vivência da sua exploração por acordo. Não podemos esperar, porém, que tal situação perdure, como queriam os contratantes do século XVIII, *enquanto o mundo for mundo*, para um dia, incerto, vir a merecer a atenção de quem investiga.

Doc. 1

1781, Ab., 17 - Lagares, Penafiel

Contrato que fazem os possuidores das Agras do Mourão, Barrozas e dos Bargios, na freguesia de Lagares, concelho de Penafiel, para as taparem por parede.

ADP - CNPNF02/001 - lv.977, fl. 12 - 14

Em nome de Deos Amem. Saybão quantos este publico instromento de puro pleno contrato ou como em direyto mays valer firme e valido seja virem que no anno do Nascimento de Noso Senhor Jezus Christo de mil sete centos e oitenta e hum annos aos dezasete dias do mes de Abril do dito anno na Quinta da Granja freguezia de Lagares e cazas de morada e quinta de José Urbano honde eu tabalião fuy vindo e ahi apareserão prezentes Ignasio Moreyra do lugar de Ordins como admenistrador dos bens de seu irmão o Padre Bernardo Jose Moreyra, e Antonio Rodrigues de Souza e sua molher Maria Moreyra, Antonio Moreyra e sua molher Custodia da freguezia de Grandra, Ursula de Souza viuva que ficou de Manoel Rodrigues Lopes, Manoel da Rocha solteyro, Manoel Rodrigues do Serrão e sua molher Custodia de Souza, Manoel Rodrigues da Crus e sua molher Josefa Barbosa, Manoel de Souza da Nugueira de Riba e sua molher Maria Rodriguez, Manoel da Rocha da Nugueira de Baixo e sua molher Maria Coelho e Jose Urbano Pereira de Mello Alvim e Manoel Antonio Alves e sua molher Francisca dos Santos, todos desta freguezia, pessoas reconhecidos de mim tabalião e das testemunhas deste instromento tudo ao diante declarado e asignado que dou fé serem os proprios e sendo ahi prezentes por elles foy dito que por serem senhores e posuidores das Agraz de Mourão e dos Bargios desta freguesia se achavão ajustados e contratados e tinham comprometido entre sy de taparem as ditas agras na forma e maneyra seguinte: primeiramente de taparem a agra chamada de Mourão e Barrozas todos conforme as terras que pesuem e cada hum o seu quinhão pello citio por honde já medirão e

demarcarão devedindo as terras da Comenda a saber principiando da cansella das vesadas da Comenda que o reitor pesue, seguindo em volta the a testada de Manoel Rodrigues da Crus pella vorda da estrada e caminho e estrada que bay do dito lugar de Lagares para a parte de Quintam Donega e dahi emthe a cansella das Portellas aquem do monte; e por terem repartido a tapagem da dita Agra pellos cazais do mesmo lugar por cada cazal tapar as suas vinte e sete braças de des palmos cada huma e com tapando cada cazal a dita conta ficar completa a dita tapagem pela medição que hão feyto pella mesma repartição bem a tocar a tapar, o dito Ignacio Joze Moreyra como procurador e ademenistrador do dito Padre e seu irmão pellas terras que pesue no dito lugar treze braças e meyo que completara principiando da dita cansella das vesadas e logo se seguirão Antonio Rodrigues de Souza e sua mulher os quais taparão quarenta brasas e meya, seguindose Antonio Rodrigues, digo seguindose Antonio Moreyra e molher taparão sincoenta e quatro braças, seguindose Ursulla de Souza viuva tapara treze brasas, seguindose Manoel da Rocha solteyro tapara outras treze e meyo, Manoel Rodrigues do Serrão e molher taparão vinte e sete braças, seguindose Manoel Rodrigues da Crus e molher tapara nove braças, seguindose Manoel Rodrigues e mulher de Riba taparão treze braças e meya, seguindose Manoel da Rocha e molher da Nugueyra de Bayxo taparão outras treze braças e meya e Manoel Antonio Alves e molher taparão dezoito braças ficando cancellas na parede do pé da cansella das portellas devedindo a estrada publica pellos tentos e marcos antigos asim como pellos mesmos had de ser digo ha de ser feyta a tapagem a devidir das sortes da comenda e na dita forma prometem tapar cada hum o dito seu quinhão e sustentallo levantando e tapando para sempre e de altura de sete palmos e para se devedirem hus dos outros nos seus respetivos quinhões fazerem na parede os signais nesesarios para a todo o tempo constar de quem a tapou e de quem a deve tapar cuia tapagem se obrigão cada hum digo se obrigão todos juntos e cada hum de per sy a por feyta e acabada na dita forma daqui the dia de São Miguel de Setembro deste corrente anno debaixo da pena de que faltando qualquer dos outorgantes a tapar o seu quinhão que nesta lhe bay repartido se fará por sua conta e toda a despeza digo a dita digo toda a despeza a sua custa e pagara des tostois de condenação e tando a despeza como a pena sera executada verbalmente pelo juis arvitro que para ese efeyto nomeyão todos a Antonio Rodrigues de Souza para este corrente anno tomar conta de tudo o referido; condenar e executar como bem lhe pareser sobre as faltas que ouver no referido e findo este anno o dito juiz arvitro nomiara outro para o anno que bem assim se continuarão a roda cervindo sempre emquanto o mundo for mundo cada hum a seu anno cuio juis conhecera não só da dita tapagem mas tambem de fazer comservar as tapagens das testadas da mesma agra sempre tapados e da altura de sete palmos em modo que não entrem nella gados e condenar hem quinhentos reis aquelle que deyxar de tapar a sua testada da parte do monte ou da parte donde se posa devasar e fazer executar a dita pena a seu arvitrio pello que por este publico instromento prometem todos estar pelo referido e de asigurar capasmente cada hum a sua testada da parte do monte alem do quinhão das braças que neste lhe hayam posto debayxo da dita pena por a todos ser a dita tapagem muito util, de forma que tambem cada hum podera goardar seu gado para a sua debayxo da pena de duzentos reis alem da perca que der e tambem cahirão na mesma pena todo o que faltar a feytoria das agoas do mesmo lugar no dia que lhes asignar de forma que hirão dois homens de cada cazal na forma e pose em que estiverem que he dos cazaes que costumão mandar gente para o referido e para executar a pena e destrebuila no que a mais votos pareser conveniente e com mais declarando que pondo Manuel

Antonio Alves a cansella que costuma por na cansella digo na estrada das portellas da parte do monte no dito citio honde esta em tal cazo se obrigão os contratantes Manoel de Souza e molher e Manoel da Rocha e molher das Nugueyras de Riba e de Bayxo a pola a cansella no caminho que traz de Lagares para a parte da Quintam Donega e testada de Manoel Rodrigues Crus se sempre estever tapada a dita tapagem ficarão obrigados para sempre e no cazo que os ditos Manoel Antonio Alves e molher se eximão de por a dita cansella no dito citio honde costumão pola em tal cazo serão estes obrigados a por a mesma no dito caminho e testada do dito Manoel Rodrigues da Crus e declararão mais todos os compremitentes que incahirão na dita pena de duzentos reis os que não goardarem os gados para os seus predios tão somente os que fabricarem as terras e não os senhorios que as trouserem arendadas pois neste cazo só os ditos cazeiros he que cahirão na dita pena alem de pagarem toda a perda e dano que cauzarem na forma que neste fica declarada, e tambem da mesma forma se obrigavão a tapar a agra debayxo das Bargias debaixo das mesmas penas e não hir em contra este contrato em tempo nenhum do mundo diserão obrigavão suas pesoas e bens moveis e de raiz havidos e por haver e tersas de suas almas como tambem a darem comprimento ao neste mencionado contrato e fé de verdade asim o deserão quizerão e outorgarão e de tudo mandarão fazer o prezente instromento neste meu libro de notas e delle conceder todos os nesesarios do theor deste que lhes eu tabalião li perante as testemunhas que nelle asignarão. Eu tabalião como pesoa publica iztipulante e aseytante este istromento lhe instipuley e aseytey em nome das partes prezentes e abzentes a que toca e tocar pode tanto quanto de direyto devo e poso em razão de meu officio de que dou fé e forão testemunhas prezentes João Coelho deste lugar a quem elles outorgantes rogarão que por não saberem escrever por ellas asignase o qual a seu rogo asignou e como testemunhas forão mais testemunhas digo prezentes Jeronimo Leyte Cerqueira Pereyra de Mello e Alvim a quem os outorgantes rogaram que por elles asignase e forão mais testemunhas Manoel de Souza das Devezas e Custodio solteiro filho de Manoel Francisco da Gesteyra de São Vicente do Pinheiro que asignarão com elles outorgantes e comigo tabalião Joze Lopes Xavier Pinto que o escrevi.

NOTAS

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] SAMPAIO, Alberto - Estudos d'economia rural do Minho, in *Estudos históricos e económicos*, vol. 2, Porto, 1923, p. 209-210.

[2] ADP - CNPNF02/001 - lv.977, fl. 12 - 14; 1781, Abril, 17.

[3] Ao estudo das agras em terras da Galiza dedicou Abel Bouhier numerosas páginas: BOUHIER, Abel - *La Galice. Essai geographique d'analyse et d'interpretation d'un vieux complexe agraire.* La Roche-sur-Yon, 1979, p. 241 e segs. As características das agras de Entre Douro e Minho estão mais próximas das estudadas por este autor do que das investigadas por Albert Silbert no Portugal central: SILBERT, Albert - *Le Portugal méditerranéen à la fin de L'Ancien Régime*, 2ª ed., Lisboa, 1978

[4] Toda este vale assim como o seu prolongamento natural em direcção a Sobreira/Fonte Arcada poderia ter sido formada quando a drenagem das linhas de água se fazia pela ribeira do Outeiro, para o Sousa: REBELO, Fernando - *Serras de Valongo. Estudo de geomorfologia.* Coimbra, 1975, p. 153 e segs.

[5] *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000: Folha* 9D PENAFIEL. Lisboa, 1980.

[6] «*Na dita serra pastão os gados grandes e miudos, ha cassa de coelhos e perdis a necessaria, para o devertimento por ella tambem andão alguas rapozas e lobos por em partes ter montanha e arvores sylvestres*». COELHO, Manuel Ferreira - O concelho de Penafiel nas "Memórias Paroquiais" de 1758. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura. Penafiel*, 3ª série, 4/5 1987/1988, p. 294.

[7] Na freguesia e lugar da Figueira, lindante com Lagares no planalto do Mozinho, acompanhamos idêntica parede em pedra, com cancelas e alguns portelos bem conservados, que envolve todas as agras, fechando-as até à cota dos lugares, numa extensão de cerca de dois quilómetros e meio. Também em Cabroelo, freguesia da Capela, mais a Sul no mesmo planalto, pudemos ver o local dos portelos.

[8] Para Bouhier esta igualdade de superfície entre as partes dos consortes seria fruto de «*divion égalitaire de la portion d'espace à aménager et qu'ils représent las parts des premiers participants à l'entreprise de mise en culture et d'organisation de l'agra*»: BOUHIER, Abel - *La Galice. Essai geographique d'analyse et d'interpretation d'un vieux complexe agraire.* La Roche-sur-Yon, 1979, p. 289.

[9] Esta mesma altura era prescrita pelas Posturas Municipais de 1751 para «*as paredes dos campos, e tapados, que partirem com estradas, caminhos, ou rocios, passeios, ou montados*»: AMPNF - A 7: Livro de registo dos acordãos desta cidade de Penafiel

[10] Veja-se sobre a antiguidade e importância da rega, a sua estreita adstrição à propriedade e o complexo direito que originou no Entre Douro e Minho: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho nos séculos XII e XIII, in *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa, v. 2, 1988, p. 65-70.

[11] O código de posturas da Câmara Municipal de Penafiel, de 1817, consagra vários itens às águas de rega: «*40º Foi accordado, que todo o consorte de prezas, e regos, seja obrigado a apromptar-se para ajudar ao seu conserto, e limpeza, no dia e hora para que for avizado com penna de mil reis para o conselho, e do perdimento da agoa nesse anno a favôr daquelle que promover o mesmo conserto; 41º Foi accordado, que o mesmo conserto, e limpeza será promovido a roda por todos os consortes, principiando pelo que tiver maior quantidade d'agoa, e seguindo o giro nesta forma; 42º Foi accordado, que cada consorte será obrigado a roda a apromptar os terrões precizos, principiando o giro pelo que tiver mais agoa; 43º Foi accordado, que o conserto das prezas em que não entrarem hurreiros não poderá passar do mez de Abril, e o daquelle em que ellas entrarem, não poderá passar do mez de Mayo, e em ambos os cazos serão feitos quanto antes havendo quem o requeira; 44º Foi accordado, que os ditos reparos serão authorizados pelos Juizes vintenarios, ou pelos Jurados na sua falta, e qualquer dos consortes, que contravier alguma couza do que fica determinado, alem da penna de perdimento d'agoa desse anno para quem promover o conserto pagará mil reis, metade para o Juiz ou Jurado, que assistir, e outra metade para o Concelho e Terça*»: AMPNF - A 102: Livro de registo das posturas municipais.

[12] ADP - CNPNF02/001 - lv.640, fl. 26v. - 28; 1792, Março, 30.

[13] GARCIA RAMOS, Alfredo - *Arqueologia juridico-consuetudinária-económica de la región gallega*. Santiago de Compostela, p. 96-97.

[14] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*. Porto, 1978, v.1, p. 24-25.

[15] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*. Porto, 1978, v.1, p. 34 e segs.

[16] ANDRADE, Ambrósio d'- *Livro de tombo dos bens, direitos, padroados* (...). Évora, 1593, fol.136-146.

[17] ANDRADE, Ambrósio d'- *Livro de tombo dos bens, direitos, padroados* (...). Évora, 1593, fol.159-163v.

[18] Nas Posturas Municipais de 1817 cominavam-se penas para quem assim não fizesse: «39ª *Foi accordado, que toda a pessoa a quem for dividida a servidão por cancella, ou porta, seja obrigada, a fexar, e tapar logo que se servir, com penna de dous mil reis, alem de pagar o damno, que cauzar, e o que abrir cancellas, ou portello sem lhe ser devido servidão, e a não tapar, ou fexar, pagará de cadea tres mil reis, alem do damno, que se seguir*»: AMPNF - A 102: Livro de registo das posturas municipais.

[19] AMPNF - A7: Livro de registo dos acordãos desta cidade de Penafiel.

[20] ALMEIDA, António d' - Descripção historica e topografica da cidade de Penafiel. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, 10(2) 1830, p. 31.

[21] AMORIM, Aires de - *Achegas para o estudo da história local*. Esmoriz, 1989, p. 450-460.

[22] BRAGA, Alberto Vieira - Curiosidades de Guimarães XIX Paróquias eclesiásticas e paróquias civis ou tradicionais. Confrarias do Subsino. Juízes e Homens de Falas. Comunitarismo agrário. Autarquias rurais. As terras do concelho. Movimento judicial e administrativo das confrarias. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 70 1960, p. 231-280 e 383-436; SAMPAIO, José da Cunha - Juízes eleitos. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 12 1895, p. 103-114 e 13 1896, p. 60-71. São muitos os estudos dedicados a este tema na área da montanha, por exemplo: SOUSA, Tude M. de - Costumes e tradições agrícolas do Minho. I Regime pastoril dos povos da serra do Gerez. *Portugalia*. Porto, 2 1905-1908, p. 459-472; PEIXOTO, Rocha - Survivances du régime communautaire en Portugal, in *Obras*. Póvoa de Varzim, v.1 1967, p. 330-347; LIMA, Augusto César Pires de - As propriedades em comum: Lindoso, in *Estudos etnográficos, filológicos e históricos*. Porto, v. 4, 1949, p. 99-111; para além das clássicas monografias de Jorge Dias sobre Vilarinho da Furna e Rio de Onor, tendo este último caso merecido um reequacionamento mais recente em BRITO, Joaquim Pais de - *Retrato de aldeia com espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*. Lisboa, 1996.

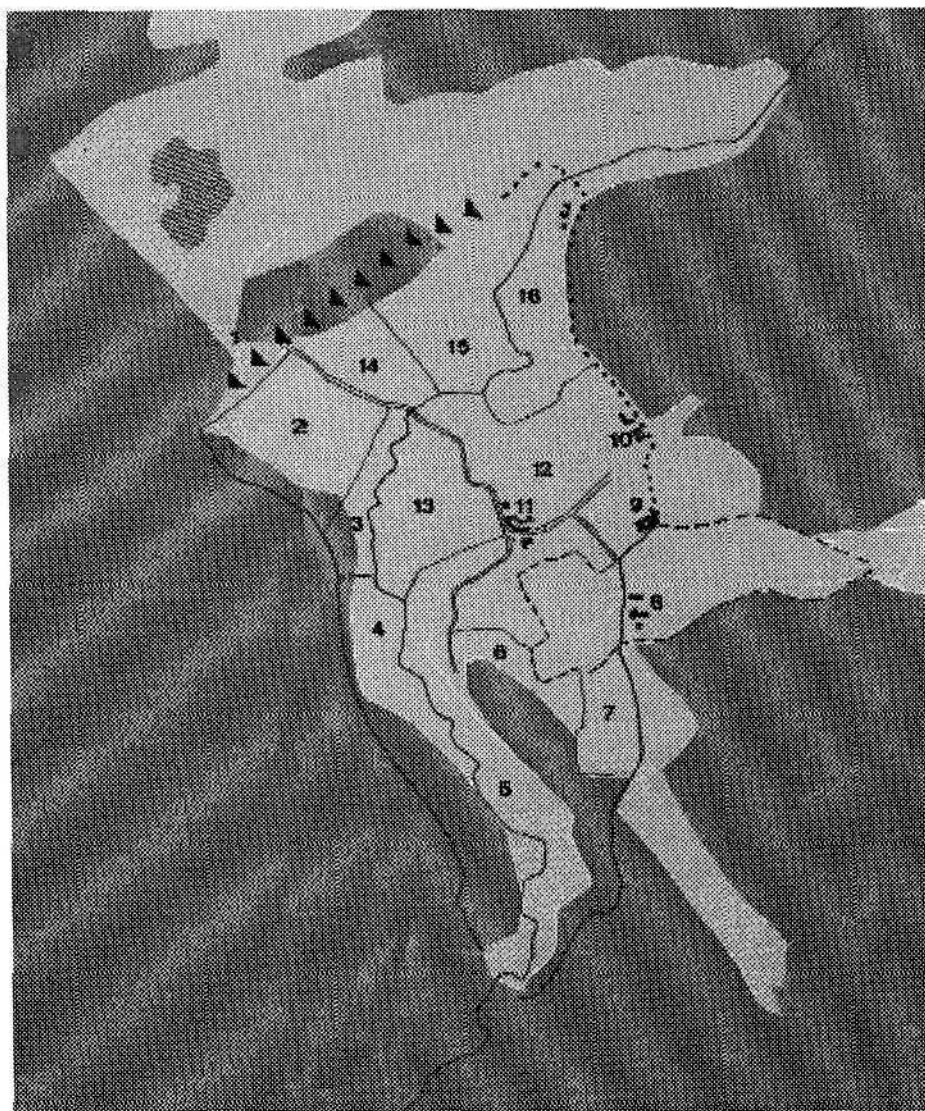



Fig. 1
Representação esquemática da poça de Lagares

1. Portelas
2. Agra de Mourão
3. Forcadas
4. Agra de *Bárgias*
5. Cambas
6. Gordeiras
7. Campelos
8. Casa e quinta da Granja
9. Nogueiras
10. Gilferros
11. Aldeia de Baixo
12. *Eidos e vinhas do lugar*
13. Leiras de Casais
14. Agra das Barrozas
15. Gestosa
16. Vessadas

________ parede de vedação das agras

.... caminho para a *igreja*

======== estrada

> > > > > > parede construída em 1781

Fig. 2 Vista aérea das agras na poça de Lagares (esc. aprox. 1: 14 000).

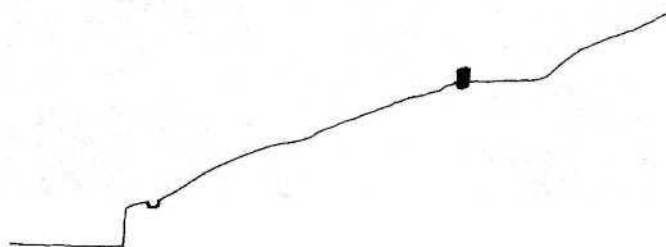



Fig. 2.2 Perfil esquemático da relação monte/ caminho/ parede/ testada/ rego/ agra (esc. aprox. 1: 550).

Fig. 2.3 Esquema do Portelo dos Amidos, nas Agras da freguesia da Figueira (esc. aprox. 1: 100).

AMADEU CUNHA.
Subsídios para apreciação da sua vida literária.

Pedro Vilas Boas TAVARES *

Nos mortos cultivamos a nossa solidão
Agustina Bessa-Luís

Ao ponderarmos o imenso legado de certas vidas de trabalho que cada um de nós conhece e admira, difícil é não nos deixarmos tocar pela surpreendente - mas frequente - falta de reconhecimento público e pelo rápido esquecimento a que as respectivas obras, marcantes num momento, são depois facilmente votadas. Trata-se de uma percepção bastante generalizada. Como noutras áreas, glórias e gloríolas no campo das letras são quase sempre efémeras e ilusórias... Todavia - também é certo - que se um legado é real, mesmo esquecido o nome do seu autor, ele pode continuar a produzir frutos no labor dos vindouros, anonimamente incorporado na criação cultural da massa de numerosos e inconscientes legatários...

No dia 12 de Novembro de 1963 os jornais davam notícia do falecimento do escritor e jornalista Amadeu Cunha. Na sua segunda página, acompanhando o retrato do extinto, o *Diário de Notícias*, onde fora também «colaborador distinto», lembrava os seus oitenta e cinco anos e enaltecia-lhe os méritos de uma longa e intensa vida literária. Todavia, hoje não vale a pena procurar o seu nome em «pequenos dicionários» e livros de divulgação... Não surpreende no entanto, minimamente, vê-lo referido - em discreta nota - numa obra do fôlego e da importância de *O Romantismo em Portugal*, de José-Augusto França[1]. Com efeito, desde jovem e incipiente plumitivo na imprensa portuense, aos últimos escritos, urdidos na paz doméstica da sua biblioteca lisboeta, viveu uma dilatada vida, e nela, em vários momentos, conviveu com personalidades e movimentos marcantes da cultura portuguesa contemporânea, sendo o seu próprio percurso bio-bibliográfico - bastante representativo - susceptível de útil análise, pelos vários contributos informativos que pode fornecer às leituras dos contextos colectivos epocais em que se foi inserindo.

Amadeu Cunha nasceu em 1878, no seio de uma família da burguesia comercial da Invicta Cidade. Por sua mãe, aparentava-se com a família do pianista Joaquim de Freitas Gonçalves, de conhecidos comerciantes da Rua Formosa, e com os donos da «Casa Laporte», na Praça Nova, e seu pai, Eduardo Cunha, trabalhou com o cunhado, João Ferreira de Freitas Guimarães, num estabelecimento de família que, sito nesta mesma Praça, deitava as suas portas para a Cerca e para o Passeio das Cardosas: o *Armazém Central - modas e confecções*[2].

O romantismo conseguira o "milagre" da associação estreita, no burgo, de comércio e poesia (por vezes com nefastíssimas consequências na felicidade pessoal e *no regular curso dos negócios...)*[3], *de modo que a Praça Nova ela própria se tornara* berço de poetas[4] e ponto de encontro e afirmação da nata de várias gerações literárias[5]. No início dos anos setenta a Praça era já o «grande mentidero do Porto»[6], tendo-se

então convertido, no curto perímetro compreendido entre o *Guichard*, nos baixos do edifício dos congregados, e a livraria Moré, na esquina do Largo dos Lóios, no «ponto predilecto de reunião dos homens graves da política e do jornalismo, da alta mercância tripeira e dos *brasileiros*»[7].

Nesta Praça Nova, Eduardo, pai de Amadeu Cunha, conviveu com os íntimos de Freitas Guimarães, frequentemente reunidos a um canto discreto do *Armazém Central* (nomeadamente Constantino Nunes de Sá, o visconde de Barreiros, Pinto Chaim, José Francisco Alves de Brito, o comendador Feiteira, o conde de Alves Machado e Celestino Prata), e conheceu uma selecta clientela, entre a qual se contou o destronado imperador do Brasil e Júlio César Machado, frequentador do estabelecimento sempre que vinha ao Porto[8]. Primo de Tomás Vieira Camacho, «brasileiro» de sucesso, as conversas, as influências e a habitual leitura de cartas de parentes, amigos e afins, embarcados para o novo mundo, contribuíam para manter em sua casa um *décor* no qual se expressava uma lógica de consideração pelo brasileiro benemerente e pelos novos titulados burgueses do liberalismo[9].

A precoce inclinação literária de Amadeu Cunha ter-lhe-á vindo estimulada, sobretudo, deste seu meio social e familiar, particularmente, quando colegial, da frequência, em férias, da afrancesada Quinta da Formiga, em Vilar do Paraíso, do visconde de Proença Vieira, na qual residia uma prima sua, sorte de dama de companhia da viscondessa, onde se experimentou leitor de Herculano e lhe condicionaram algumas das primeiras escolhas de leitura[10].

Como facilmente se reconhecerá, o Porto das últimas décadas do século XIX registava um vivaz movimento intelectual, patente, particularmente, num importante movimento associativo e numa intensa fermentação literária[11]. Ora, a precocidade das primícias literárias de Amadeu Cunha, de Augusto de Castro e de outros escritores coevos, da mesma faixa etária, parece só ganhar plena inteligibilidade no quadro social da vida literária da cidade de então.

No mesmo ano de 1889, em que jovens e promissores estudantes ateavam em Coimbra a "rebelião" simbolista, com as revistas *Os Insubmissos* e *Bohemia Nova*, na Invicta, *Os Novos* de uma outra revista, «bando iconoclasta de antigas teorias», impelido «pela acção positivista do século», continuavam a declamar contra «os jesuítas» e as «teocracias» contemporâneas... Vinham «na revolução» mas não vinham «fazer uma revolução», limitando-se a sublinhar, nas tendas «levantadas dispersamente pelo imenso campo da verdade», os fulgores da «moderna Renascença» em curso[12]. Com efeito, na expressão de Júlio Brandão, esses eram já tempos em que o naturalismo rompia a blusa[13]...

Ao lado de uma «nova» geração literária do Porto que frequentava as mesas do *Café Portuense* (depois *Suíço*) - Guilherme Braga, Custódio José Duarte, Ernesto Pinto de Almeida, Pedro de Lima, Alexandre da Conceição, José Dias de Oliveira... - ia-se esboçando uma outra «novíssima» geração, simbolista[14]. Neste contexto, numa ambiência de difuso decadentismo, arredando-se das normas habituais, rebeldes e iconoclastas, a cidade vê afirmar-se, em 1893, um grupo de «nefelibatas»[15], sintonizado com uma geral admiração por António Nobre e pelo *Só*[16], publicado em Paris no ano anterior. Na *Revista D' Hoje* (Porto, 1894), os irmãos Júlio e Raul Brandão consagravam os fundamentos desta nova atitude, e as polémicas literárias, suscitadas pelos novos livros simbolistas, extravasavam para o *Suiço* e para o *Camanho*[17], cervejaria-restaurante, onde à noite se juntava um cenáculo de jovens poetas, assiduamente presidido por Guerra

Junqueiro, deste modo se sustentando «galhardamente, na Praça Nova, a tradição literária implantada pelo Guichard»[18].

Em 1897, um outro grupo lança a revista *Os Livres*[19], título significativamente epigrafado com um «À *quoi bon les règles*?». Na direcção desta revista estão Amadeu Cunha, então com 19 anos, seu fraternal amigo Augusto de Castro, ainda mais novo e a quem aquele dava a mão nos primeiros «vagidos literários»[20], e o poeta Óscar de Pratt[21].

Neste mesmo ano os três integram a redacção d' A *Revista Litteraria*[22], na qual Amadeu Cunha e Augusto de Castro assinam trabalhos emparceirando, entre outros, com colaborações de Teófilo Braga, Lopes de Mendonça, Augusto Gil, Olavo Bilac, Mayer Garção e do pintor Acácio Lino.

No número segundo d' A *Revista Litteraria*, Amadeu Cunha embrenhava-se em delicadas esferas, insurgindo-se contra certo burguesismo acomodatício prevalecente na crítica de arte, ao mesmo tempo que chamava a atenção para o talento do futuro director artístico d' A *Águia*[23]. No ano anterior, António Carneiro concluíra na Academia Portuense de Belas Artes o seu curso de pintura e estava agora de partida para Paris. Era então uma promessa, mas um desconhecido, pelo que o jovem crítico, sintonizando certamente com a aguda sensibilidade do pintor, expressa num gosto e num imaginário simbolista e crepuscular, apontava dedo certeiro ao futuro[24]. Nos números seguintes (3, 4 e 5) era a vez de se manifestar a irreverência crítica de Augusto de Castro, particularmente flagelando o que ele considerava ser o tacanhismo intelectual de Fernandes Costa[25], enquanto Amadeu Cunha, numa prosa burilada e crua, continuava a publicar fragmentos de uma *Vita-Doloris* nos quais latejavam sentimentos de comiseração e protesto por aqueles seus semelhantes que em *bas-fonds* e trapeiras iam vegetando, à margem de toda a consideração e progresso social[26]. Acompanhado da efígie do poeta, releve-se ainda, no 5.º número, um artigo altamente elogioso de António Feijó, assinado por Silva Campos, valorização significativa[27] em que esta revista aparece sintonizada com a *Arte*, dirigida por Eugénio de Castro e Manuel da Silva Gayo[28].

Amadeu Cunha e Augusto de Castro hão-de evocar saudosamente estes tempos de juventude, permitindo-nos, com essas evocações, compreender quanto o meio literário que frequentaram os estimulou.

Era Augusto de Castro estudante de Direito em Coimbra, e vindo de férias à sua cidade, encontrava-se às tardes, na Praça Nova, no *Camanho*, então frequentado por João Grave, Júlio Brandão, Joaquim Leitão e Eduardo D'Artayett, com os seus amigos Amadeu Cunha, António Patrício (que cursava então a Escola Médica), Rodrigo Solano e Justino de Montalvão. Travou também, nessa altura, relações de amizade «que nunca afrouxaram» com Carlos Malheiro Dias, natural do burgo e de idade próxima à de Amadeu Cunha. No Porto, haveria Augusto de Castro de dar os seus primeiros passos de advogado e dirigir dois jornais: o primeiro foi A *Província*, fundado por Oliveira Martins, o segundo A *Folha da Noite*, por ele próprio fundado, tinha então vinte anos[29].

Na companhia de Amadeu Cunha, por quem confessava «estima de irmão», frequentava Augusto de Castro - «quase imberbe» mas singrando já numa promissora carreira jornalística - as «tempestades líricas» do Teatro de S. João, onde os desempenhos das cantoras de ópera suscitavam por vezes ruidosos partidarismos. Nessas noites de ópera, além dos referidos Júlio Brandão, Joaquim Leitão, Eduardo d'Artayett e António Patrício, o leque de convivência alargava-se a Ricardo Malheiros, ao jovem ensaísta Paulo Osório, ao escultor Teixeira Lopes, ao engenheiro António

Arroio, ao mestre de piano Ernesto Maia, a José de Figueiredo, então crítico de arte no *Janeiro*, e ao pintor António Carneiro, já devolvido à cidade[30].

Conheceram na sua padaria do Bonjardim e alguma vez terão consultado um dos homens mais consultados de Portugal em assuntos de cultura histórica e literária, portuense acessível e incontornável com «o seu amor à mesa de café, o seu revolucionarismo à Passos Manuel e o seu bairrismo impenitente»: José Pereira de Sampaio (Bruno)[31]. Variadas vezes terão visto passar a «*ramalhal figura*» na Praça Nova e, beneficiando das suas frequentes vindas ao norte e da solicitude do autor de A *Holanda* pelos jovens literatos, lograram mesmo o privilégio de conviver com essa lenda viva[32].

Eleito deputado progressista, Augusto de Castro foi para Lisboa, transferindo as suas lides jornalísticas para o *Jornal do Comércio* e para O *Século*. Tinha à sua frente uma brilhante carreira literária e diplomática.

Depois de uma criativa e afanosa juventude, escoada nas tertúlias e redacções dos jornais do Porto, também Amadeu Cunha fixou residência em Lisboa, já que casou com D. Raquel Cerveira de Albuquerque e Castro, distinta senhora da capital. Não se afastou do jornalismo e os seus amigos continuavam a ser, predominantemente, jornalistas e escritores. Em 1910 Afonso Lopes Vieira oferecia ao seu «ilustre camarada» Amadeu Cunha, da mesma idade, consigo comungando de um nacionalismo neo-romântico geracional, um exemplar de O *Povo e os poetas portugueses* e outro do *Monólogo do Vaqueiro*, de Gil Vicente, por si vertido e adaptado do castelhano, com palavras de cordial estima e muita consideração. Entre outros títulos, Amadeu Cunha foi colaborador do *Diário de Notícias*, que Augusto de Castro viria a dirigir a partir de 1919, e em 1916 - até onde iria o seu demo-liberalismo de raiz familiar e tripeira? - sabêmo-lo redactor do *República*.

É de supôr que, à maneira de Augusto de Castro[33], durante a guerra, - no quadro de um temperado e liberal republicanismo, e em nome da «alma latina» e da latinidade - Amadeu Cunha tenha acompanhado «emotivamente» a causa que os aliados defendiam nas trincheiras, terçando armas contra a argumentação de sectores germanófilos portugueses. É todavia certo que, findo o conflito, nos países latinos, a ideia de *renascimento* que ia fazendo caminho, tendia a questionar e transcender o figurino demo-liberal, uma realidade entre nós prenunciada pela experiência sidonista e por uma intensa doutrinação integralista, contribuindo para que, naturalmente, muitos elementos das novas gerações intelectuais fossem desertando da república velha[34]. Como de si próprio e de Hipólito Raposo disse António Sardinha[35], as letras conduziam estes jovens à política, e o seu nacionalismo, de estético, tornava-se político. Charles Maurras (cujo nome chegara a figurar entre os colaboradores da revista *Arte*) tornara-se importante suporte teórico deste sector restauracionista e, entre os intelectuais ligados à aventura da revista *Orfeu*, manifestava-se fascínio por Gabriele D'Annunzio (admirador de Junqueiro e Eugénio de Castro) e pelo vanguardismo de Marinetti: todos, afinal, punham então os olhos nas «revoluções nacionais» europeias, em busca de alternativa a uma alegada falência do sistema político vigente[36]. Em 14 de Fevereiro de 1924 tinha início em Lisboa o II Congresso da Imprensa dos Povos Latinos, significativo evento para cuja realização contribuíra o entusiasmo de Augusto de Castro. Era então difícil separar o entusiasmo pela latinidade da geral simpatia com que, nos sectores nacionalistas, se acompanhava em Portugal a experiência italiana[37].

A crise política e económica da I República, a ameaçadora instabilidade internacional e o 28 de Maio, filho ainda de uma república ciosamente valorizadora dos desígnios coloniais de Portugal, conduziram à redefinição nacionalista do paradigma

colonial, de que o Acto Colonial de 1930 se tornou cristalização e símbolo[38]. De formação demo-liberal, Amadeu Cunha, já ultrapassada a umbreira dos cinquenta anos e com créditos firmados no mundo do jornalismo[39], é um desses intelectuais que se identifica com as propostas «regeneradoras» do Estado Novo, nomeadamente na sua vertente ultramarina, integrando-se na correspondente «política do espírito».

Com Armindo Monteiro sobraçando a pasta das Colónias (1931-1935), a Agência Geral das Colónias, anteriormente criada, foi dotada de serviços e meios que lhe permitissem tornar-se um forte instrumento de propaganda e cultura ao serviço de uma mentalidade colonial renovada, no quadro do Estado Novo. Nessa estruturação de serviços, coube a Amadeu Cunha a chefia da Divisão de Publicações e Biblioteca, cujo labor pode ser calculado ao compulsarmos o *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias* (Lisboa, 1943), por si organizado, e onde se espelha a actividade de publicações da Agência até essa data.

Promovida pelo ministro Armindo Monteiro, em 1934 tinha lugar a *Exposição Colonial*, realizada no Porto, e começava a publicar-se O *Mundo Português*, revista destinada a contrariar «cépticos, desanimados e descrentes» de anteriores gerações e a mostrar «à larga mocidade das nossas escolas de aquém e além-mar» a certeza de que, vinda de glorioso passado, dispunha ainda «dos elementos precisos para construir próspero e prestigioso destino». Amadeu Cunha integrar-se-ia nesta dinâmica de mentalização imperial, para cujo êxito, desde 1933, cooperavam a Agência Geral das Colónias e o Secretariado de Propaganda Nacional

A partir de 1935, o nome de Amadeu Cunha passa a figurar, como colaborador, na «Colecção Pelo Império», da Agência Geral das Colónias, no mesmo ano e na mesma colecção em que Lourenço Cayolla publica *Sá da Bandeira*, Américo Pires de Lima publica *António Maria Cardoso*, e o capitão Henrique Galvão publica *Dembos*, sobre as campanhas militares de João de Almeida em Angola, na região dos Dembos e Mahungos[40]. No decurso desse ano morre Lourenço Cayolla, professor da Escola Superior Colonial, que fora encarregado oficialmente de escrever uma pequena monografia sobre *António Enes*. Pelos seus méritos intelectuais e grande amizade consagrada ao autor, é Amadeu Cunha encarregado por aquela Agência Geral de coordenar e organizar o trabalho que o primeiro deixara incompleto[41]. Nesse mesmo ano e nesta colecção, Amadeu Cunha inicia a publicação de *Mousinho, grande capitão de África*[42]. Além dos *Mouzinhos* seguintes, em 1936 a série continuava com *Chaimite*, «obra intencionalmente apologética» escrita por Alfredo Pimenta, e com Eduardo de Noronha assinando O *explorador Serpa Pinto* e *Os exploradores Capelo e Ivens*. Se tal fosse necessário, nestes simples títulos poderia desde logo perceber-se que, na lição do passado, o novo regímen se via como depositário e concretizador de aspirações coloniais que vinham da monarquia constitucional...

Em 1937 a Agência Geral das Colónias leva a efeito uma *Exposição Histórica da Ocupação* e promove o filme com este mesmo título, de António Lopes Ribeiro[43]. No segundo volume do *Catálogo* desta exposição, Amadeu Cunha assina *Luta contra os negreiros*, breve narrativa da época agitada em que Sá da Bandeira, contra a corrente dos interesses criados, se empenhou na sua campanha abolicionista.

Com outro fôlego, em 1938 Amadeu Cunha publica um dos seus mais belos livros: *Jornadas e outros trabalhos do missionário Barroso*[44]. Figura aureolada de prestígio, pela notável acção missionária e pastoral em África e na Índia e pela forma serena e desassombrada como na Diocese do Porto enfrentara o anti-clericalismo persecutório da I República[45], a

vida de D. António Barroso podia ser vista como a concretização do ideal de dilatação da Fé e do Império. Não se julgue, no entanto, neste caso, que é necessária especial prevenção ao leitor incauto contra cânones apologéticos e hagiográficos; o sentido nacional e pedagógico da obra resulta dos estados de espírito provavelmente induzidos por uma sua leitura de conjunto, mas não se constrói a expensas de documentação menos segura ou de uma informação menos exacta.

Em 1939 publica outro título na «Colecção Pelo Império»: *Nas vésperas da Descoberta* (1481-1486). Mais uma obra de divulgação que não seria possível sem a aturada reflexão pessoal e a maturidade estilística do autor. Demonstrando familiaridade com fontes e estudos de especialistas a quem cita, numa prosa escorreita e impressiva, Amadeu Cunha reconstitui com beleza formal, sinteticamente, - é verdadeiramente mestre na arte de fazer síntese - as circunstâncias em que decorrem as explorações marítimas do reinado de D. João II, anteriores à dobragem do Cabo da Boa Esperança. Duas oportunas citações da *Mensagem* de Fernando Pessoa harmonizam-se com o clima épico que se quer fazer reviver. Apesar das circunstâncias em que fora premiada no concurso literário do Secretariado de Propaganda Nacional de 1933-1934, a *Mensagem* era já assumida, pelo seu significado «poético e nacional», como «a epopeia da modernidade portuguesa»[46].

A *Exposição do Mundo Português* e as festas do duplo centenário (1940) vieram - naturalmente - exigir redobrado empenhamento ao chefe da Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias[47]; a agência iniciou então, nomeadamente, uma «Colecção do Ciclo dos Centenários», na qual se publicaram importantes estudos e fontes sobre a história ultramarina portuguesa, como a *História das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira Cadornega, e um notável conjunto de *roteiros* e fontes respeitantes às viagens e aos conhecimentos náuticos dos portugueses, como a *Prática da Arte de Navegar*, do mestre de pilotagem Luís Serrão Pimentel.

Para além do expediente ordinário da chefia da Divisão de Publicações e Biblioteca, Amadeu Cunha continuou - cumulativamente - a fornecer à Agência novos livros para edição. Assim, em 1944, refundindo e enriquecendo substancialmente materiais reunidos aquando da publicação de 1935, publica *Mouzinho, a sua obra e a sua época*[48], uma obra que, refrescada e reestruturada, voltaria a publicar em 1956, na vigência já da Agência Geral do Ultramar[49].

Em 1945 a Agência Geral das Colónias publica outro trabalho de Amadeu Cunha, desta feita, por razões pessoais e familiares, escrito com um sentimento muito particular de enraizada simpatia pelo tema e uma clara sintonia com o Gilberto Freyre de *Casa Grande & Senzala*: *Sertões e fronteiras do Brasil. Notícia da época colonial*. O autor, «fiel a si próprio», não ambicionou levantar «os olhos a píncaros», e conservando-se «à raiz das colinas», teve sobretudo em vista «ferir as imaginações, a ponto que elas pudessem recriar, no seu plano, figuras e sucessos de cada narrativa», tratando de contar, cinematograficamente, «como foi feito o Brasil»[50]. Este empenho, o envolvimento afectivo do autor e a sua habitual limpidez de estilo conseguiram o mais difícil neste género de obras: um livro de leitura atractiva, aligeirado de erudição, mas sem perda de valor informativo nem ocultação de fontes, capaz de manter ao mesmo tempo interessado nas suas páginas o estudioso e o leitor comum.

Duas comemorações suscitam duas pequenas publicações de Amadeu Cunha em 1946: ao V *Centenário da Descoberta da Guiné* dedica um opúsculo, belíssimamente executado, concebido de forma a interessar leitores, bibliófilos e filatelistas, e ao

centenário do nascimento de Serpa Pinto dedica *Serpa Pinto e o apelo de África*, um outro cuidado texto de divulgação, em sessenta páginas condensando a evocação da vida aventurosa deste explorador.

Em 1951 continua a escrever do seu posto, na desde então designada Agência Geral do Ultramar. Promovendo a Agência, nesse ano, uma *Exposição de Arte Sacra Missionária* nos claustros dos Jerónimos, Amadeu Cunha entende publicar umas «notas» a propósito deste evento, sob o título *Ano Santo, Arte e Missionação*[51]. Em 1954 pequena "reincidência" de notas brasileiras: *S. Paulo e sua estrepitosa História*[52]. E às portas duma sua primeira remodelação - em 1957 - a instituição continuava a contar com a colaboração do escritor, agora quase octogenário[53].

A dedicação de Amadeu Cunha aos problemas africanos conduziu-o ainda a uma outra esfera de compromissos e responsabilidades no seio do regímen: foi administrador, por parte do governo, das Companhias da Zambézia e de Moçamedes.

Com este percurso, nenhum galardão lhe seria mais devido do que a Ordem do Império, com que foi agraciado.

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] Livros Horizonte, Lisboa, 1993, pp. 556 e 570.

[2] Cf. «O Tripeiro», V Série, Ano VII, n.º 1, 5 de 1951, *Comunicações dos Leitores*, CXL, pp. 23 e 24 e *ibid.*, n.º 2, 6 de 1951, p. 47. João Ferreira de Freitas Guimarães faleceu solteiro. Uma sua irmã, Maria de Jesus, casou com Giovani Pecorelli, um napolitano, tenente de infantaria das hostes de Garibaldi e filho do juiz de direito Luigi Pecorelli; estabeleceram-se no Porto, com negócio de especiarias, na casa que denominaram *Casa Confiança*, onde viria mais tarde a ser a camisaria do mesmo nome (cf. SANTOS, Domingos Martins de Oliveira - *Campanhã - Vidas trabalhosas*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VI, n.º 2, 6 de 1950, pp. 37-38, com as correcções feitas nos números anteriormente indicados).

[3] Cf. PIMENTEL, Alberto - *O Porto há trinta anos*, Porto, 1893, pp. 135 e 136; cf. BASTO, Artur de Magalhães - *Figuras literárias do Porto*, Liv. Simões Lopes, Porto, 1947, pp.110-111; estes autores, além dos casos de Faustino Xavier de Novais, Soares de Passos e Guilherme Braga, evocam os de Joaquim Pinto Ribeiro, filho de droguista, António Pinheiro Caldas, mercador de panos, Dias de Oliveira, lojista de ourivesaria, e João Marques Nogueira Lima, editor e director da «Grinalda», ourives.

[4] PIMENTEL, Alberto - *A Praça Nova*, ed. da Renascença Portuguesa, Porto, 1916, p. 176, a propósito de poetas que nasceram em prédios confinantes com este espaço público, começa - naturalmente - por evocar António Augusto e Custódio Soares de Passos, filhos do «droguista da Praça Nova», e lembra os casos de José Frutuoso Aires de Gouveia Osório, António Aires de Gouveia e D. Ana Augusta Plácido.

[5] Cf. PIMENTEL, Alberto - *A Praça Nova*, ed. cit., pp. 173-179, 201-213, 248-250.

[6] PIMENTEL, Alberto - *O Porto há trinta anos*, ed. cit., p. 228.

[7] BASTO, Artur de Magalhães - *O Pôrto do Romantismo*, Coimbra, Impr. da Universidade, 1932, p. 42.

[8] Cf. «O Tripeiro», V Série, Ano VII, *Comunicações dos Leitores*, CXL, n.º 1, 5 de 1951, p. 23

[9] Cf. CUNHA, Amadeu - *Memórias. Do «Brasileiro» e seus críticos*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VIII, n.º 2, 6 de 1952, pp. 48-51

[10] Cf. CUNHA, Amadeu - *Memórias. Certa quinta, seus senhores e outra vária figuração*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VII, n.º 2, 6 de 1951, pp. 28 -30

[11] Cf. SILVA, Augusto Santos - *O Porto em busca da Renascença* (1880-1911), in «Penélope», n.º 17, 1997, pp. 51-69; SANTOS, Alfredo Ribeiro dos - *O Porto nos movimentos literários do fim do Século*, «O Tripeiro», 7ª série, ano XVII, n.os 7-8, 8-9 de 1998, pp. 264-267.

[12] Bastava-lhes, por então, evocar «o lábaro insurrecto» erguido por Balzac, Flaubert, Goncourts, Zola, Baudelaire, Eça, Junqueiro e Cesário... Cf. *Os Novos, Revista de Literatura*, Porto, Imprensa Internacional, 1889, n.º 1, pp. 1 e 2. Além dos redactores indicados na capa - Domingos Guimarães, Horácio d' Araújo, Serafim Loureiro e Vital Oudinot -, colaboravam neste número Firmino de Vilhena, Manuel de Moura, Eduardo d' Artayett, João Diogo e Augusto de Mesquita.

[13] *Pharmacia Pires*, Porto, Livraria Chardron, 1896, pp.V-VI. Vale a pena reter algumas outras imagens com que o autor aqui logra magistralmente sintetizar a força das transformações estéticas então em curso no país: «Nas leivas da Arte cahiram sementeiras novas, que o vento do norte trazia nas fortes azas, e que vão germinando em maravilhas. O barro da fórma amoldou-se admiravelmente às mais difíceis e exquisitas maneiras, aos baixos relevos mais raros, às composições mais inéditas - porque a mão do artista amassava-o e afagava-o com uma liberdade e uma força dominadora e ágil».

[14] PIMENTEL, Alberto - A *Praça Nova*, ed. cit., p. 201.

[15] Cf. FRANÇA, José-Augusto - *op. cit.*, p. 556. Sobre «Os Nefelibatas» cf. BRANDÃO, Júlio - *Galeria das sombras*, Civilização Ed., Porto, s/d., pp. 59-66.

[16] Esta admiração do Porto literário por Nobre e pelo *Só* patenteia-se, nomeadamente, de forma expressiva, em *Preto no Branco, Revista Semanal Illustrada*, Ano I, n.º 1 (23/2/1896).

[17] BRANDÃO, Júlio - *Galeria das sombras*, ed. cit, p. 63.

[18] PIMENTEL, Alberto - A *Praça Nova*, ed. cit., pp. 248-249.

[19] Com redacção na Livraria de Souza Brito & C.ia - Editores, Rua do Almada, 104 a 114, Porto.

[20] A expressão é do próprio Augusto de Castro que, num discurso por ocasião do centenário do *Diário de Notícias*, na homenagem que a si e ao jornal promoveu a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, teve ocasião de evocar as circunstâncias da sua distante iniciação literária, no Porto, com catorze anos feitos (cf. «Diário de Notícias» de 11/11/1964, p. 7). Com dezasseis anos escreveu o seu primeiro livro - *Religião do Sol* (*Prosas Rusticas*) - exprimindo, por ocasião da publicação (Coimbra, França Amado, 1900), os seus sentimentos de afectuoso reconhecimento a Amadeu Cunha (cf. TAVARES, Pedro V. B. - A *propósito da "Religião do Sol"*, in «O Primeiro de Janeiro», 20/3/1985, em *Das Artes / Das Letras*, p. 16).

[21] Óscar de Pratt publicava neste Fasc. I o poema *Alma exangue*, dedicado a Amadeu Cunha; Gonçalves Cerejeira colaborava também com o poema *Tysica*, e, às pp. 13-18, Amadeu Cunha fazia sair um texto seu intitulado A *morrer d'amor*, fragmento de *Vita-Doloris*, livro «em preparação» que, apesar duma insistente atenção dispensada, não chegou - que saibamos - a ser publicado. Nesta altura já Óscar de Pratt se teria tornado amigo do "imberbe" Augusto de Castro. Conta-nos este («Diário de Notícias» de 11/11/64, p. 11) que, por causa de certo agravo estampado num jornal de Viana, o escritor minhoto o desafiara para duelo, mas ao saber a sua verdadeira idade, resolvera, em vez disso, fazer-lhe chegar uma caixa de chocolates...

[22] O 1.º número desta revista saiu em 1 de Janeiro de 1897, ostentando como director artístico Ernesto de Meirelles e como directores literários Carvalho e Mello e Pereira de Lemos; a redacção e administração eram na Rua de S. Lázaro, 165, Porto, e a editora era a Galeria Bijou de Alfredo Navarro d'Andrade, Rua dos Caldeireiros, 24, Porto. A revista pretendia então ser bi-mensal; nesta estreia publicava-se um trabalho de Júlio de Lemos, datado de Viana, de 1894. A partir do n.º 3 (Maio de 1897) a revista passou a mensal. No 2.º número (15/1/1897) indicava-se como depositária a Livraria de Souza Brito & C.ia, na Rua do Almada, nova sede da redacção e da administração, mas o número duplo (4 e 5) já indicava outra sede, na Rua de Cimo de Vila, 73, Porto, e outro director artístico, Vasco Ferreira.

[23] Cf. *Carneiro Junior*, p. 23. Neste número vem o seu retrato feito por Acácio Lino.

[24] Como nos foi recentemente lembrado, só a partir da década de 10-20 o pintor «encontrou o clima propício ao exercício pleno da sua actividade», tendo a sua primeira exposição individual tido lugar no Porto em 1901 (ALMEIDA, Bernardo Pinto de - *Pintura Portuguesa no Século* XX, Lello Ed., Porto, 1996, p. 69).

[25] Cf. A *crítica entre nós*, «Revista Litteraria», n.º 3, pp. 36 e 37; continuação no n.º 5, pp. 73-75.

[26] Começada a publicação em «*Os Livres*» (cf. supra nota 10), novos fragmentos, publicados sob o título A *Carne*, nos números 3 e 4 desta revista, davam conta da atribulada vida de uma prostituta que, a páginas tantas, se amancebara com um homem da capital.

[27] Cf. BELCHIOR, Maria de Lourdes - Os *Homens e os Livros*, II, Ed. Verbo, Lisboa, 1980, pp. 115-117.

[28] Nesta *Revista Internacional* (1895-1896), atente-se, no n.º 2, à publicação da *Canção do exílio*, de António Feijó.

[29] Cf. «Diário de Notícias» supra cit. de 11/11/1964, pp. 7 e 11.

[30] CUNHA, Amadeu - *Memórias. O "S. João", nos seus últimos e grandes tempos*, in «O Tripeiro», V Série, Ano VI, n.º 12, Abril de 1951, pp. 270-271. Além de evocar este grupo, o autor lembra outras individualidades que então, com regularidade, encontrava no S. João: o caricaturista Manuel Monterroso, os médicos Eduardo Pimenta, João Novais, Félix de Magalhães, Eduardo de Sousa e Júlio de Araújo, o jornalista e professor Álvaro de Castro Neves, António Viana, Luís Costa, Jaime Valado e o Major Arriscado, da polícia.

[31] CASTRO, Augusto de - *O fumo do meu cigarro*, Santos & Vieira Ed., Lisboa, 1916, pp. 189-193.

[32] Além do «Diário de Notícias» supra cit. de 11/11/1964, p. 7, cf. CASTRO, Augusto de - *op.* e ed. cit., pp. 179-183.

[33] Cf. *O fumo do meu cigarro*, ed. cit., 1916, pp. 95-99.

[34] Cf. LEAL, Ernesto de Castro - *António Ferro, Espaço Político e Imaginário Social*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1994, pp. 157-166.

[35] *Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa, 1978, p. 149.

[36] Cf. MORODO, Raúl - *Fernando Pessoa e as «Revoluções Nacionais»*, Ed. Caminho, Lisboa, 1997.

[37] LEAL, Ernesto de Castro - *op. cit.*, pp. 49-50.

[38] Cf. ROSAS, Fernando - *Estado Novo, Império e Ideologia Imperial*, in «Revista de História das Ideias», Vol. 17 (1995), pp. 19-32. O forte centralismo metropolitano consagrado no Acto Colonial, e reflectido na Carta Orgânica do Império Colonial Português e na Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, suscitou também - naturalmente - oposições. Sobre esta matéria cf. SILVA, Armando B. Malheiro da - *Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar*, in «Revista de História das Ideias», Vol. 17 (1995), pp. 349-404.

[39] Além de muitas colaborações dispersas nos jornais, traduziu para o teatro A *Virgem Louca*, de Henry Bataille, e A Pista, de Victorien Sardou. Em 1938, Marcelo Caetano oferece-lhe, com dedicatória, um exemplar de O *Sistema Corporativo*.

[40] Realizados tecnicamente pela Editorial Ática, estes livros, de belo aspecto gráfico, 20x15cm, não excedendo as oitenta e tantas páginas, procuravam ser leitura acessível e atractiva a um público medianamente culto.

[41] Cf. CAYOLLA, António - *António Enes*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1936, p. 5.

[42] I e II, 1935; III e IV e V, 1936. Em 1934 a Agência Geral das Colónias publicara *Moçambique*, terceira edição da obra de Mouzinho de Albuquerque, primeira vez publicada em Lisboa, pela Livraria Gomes Ed., 1899. Em 1935 a Agência Geral das Colónias promoveu, no seu próprio edifício, uma exposição comemorativa do 40.º aniversário do feito de *Chaimite*, publicando o respectivo catálogo (*Catálogo da Exposição de Mousinho de Albuquerque*, 1935).

[43] TORGAL, Luís Reis - *Cinema e propaganda no Estado Novo*, in «Revista de História de Ideias», Vol. 18 (1996), p. 303. Como é sabido, por ocasião desta exposição, realizou-se o «Congresso da História dos Portugueses no Mundo»; as comunicações apresentadas, em dez volumes, foram publicados pela Agência em 1938.

[44] Lisboa, Agência Geral das Colónias, in 4.º de 218 pp., incluindo seis fotografias do biografado.

[45] Sinal do impacto unânime desse prestígio, pela sua data e conteúdo lembre-se a impressiva evocação que Júlio Dantas faz d' O *Bispo do Porto* em *Espadas e Rosas*, Lisboa, 1919, 2.ª ed., pp. 135-140.

[46] *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, 1943, p. 155.

[47] A este propósito compulse-se *Contribuição Cultural da Agência Geral das Colónias nas Comemorações Centenárias*, 1941, com Antelóquio de Júlio Cayolla, Agente Geral das Colónias.

[48] Lisboa, Agência Geral das Colónias, in 4.°, 445 pp.

[49] *Mouzinho - Acção, Pensamento, a Época*, in 4.°, 276 pp.

[50] Advertência, p. 7.

[51] Separata do n.° 318 do «Boletim Geral do Ultramar»; 19 pp.

[52] Separata do n.° 344 do «Boletim Geral do Ultramar»; 18 pp.

[53] Cf. supra citado *Mouzinho*, de 1956.

Amadeu Cunha (em primeiro plano), com funcionários da Divisão de Publicações e Biblioteca da A.G.U

EM TORNO DO CUMPRIMENTO DO PRECEITO DOMINICAL PELOS PESCADORES (SÉCS. XV-XVIII)

Margarida Garcez VENTURA *

INTRODUÇÃO AO TEMA

Este trabalho surge como uma reflexão sobre um tema de cariz religioso com *imediatas consequências no comportamento social, e no qual o poder temporal* frequentemente intervém: a obrigatoriedade de santificar os domingos e dias de guarda, nomeadamente através da abstenção de trabalhar. Dentro desde contexto insere-se a problemática específica dos pescadores, que recebe tratamento e soluções específicas por parte dos poderes eclesiástico e régio.

O objecto do nosso estudo é uma questão de longa duração e com grande estabilidade de enquadramento, o que nos permite percorrer testemunhos geograficamente dispersos desde finais do século XIII até meados do século XIX.

Efectivamente, na tradição judaico-cristã o preceito de reservar um dia por semana para descansar e adorar o Senhor fundamenta-se no próprio Decálogo. Transferido para o dia da ressurreição de Cristo, o "shabbat" (descanso) torna-se no Domingo, no "dies dominica" (dia do Senhor): embora mantendo a obrigatoriedade do descanso, a Igreja, a exemplo do que fizera o próprio Jesus, retira a carga de proibições, insistindo mais na celebração Eucarística, na aprendizagem da mensagem divina e na prática da caridade. Trata-se, em última instância, de uma forma de concretizar o primeiro dos mandamentos através do reconhecimento da primazia do poder de Deus sobre o Tempo e sobre todo o trabalho saído das mãos do homem, e de utilizar esse dia para um melhor conhecimento de Deus e mais cuidada atenção aos irmãos[1].

Por outro lado, os pescadores são talvez o único grupo profissional cuja actividade está condicionada por ciclos naturais - as marés - e por hábitos de determinadas espécies: actividade diurna ou nocturna, migrações. Estes ritmos condicionantes das horas ou das épocas propícias à captura do pescado podem não coincidir com os do calendário eclesiástico que marcam a sucessão dos dias laborais e dos dias festivos de preceito. Estas circunstâncias inevitáveis irão obrigar a diversas reflexões sobre o objectivo dos dias de guarda ou sobre a abrangência temporal do domingo e dias santos, servindo também de desculpa para as transgressões nesta matéria.

O PRECEITO DA GUARDA DOS DOMINGOS E DIAS FESTIVOS: ADMOESTAÇÃO E CORRECÇÃO

Existiam várias formas de infringir o preceito, desde faltar à Santa Missa e fazer crer ao cura que se assistiu noutra paróquia[2], até ficar no adro ou no alpendre durante o tempo da celebração[3].

A chamada de atenção para obrigação de todos os fiéis cristãos cumprirem o preceito canónico de guardar os domingos e dias santos surge em numerosas constituições sinodais portuguesas: inseridas nas listagens dos dias de preceito, é acompanhada com a explicitação da sua função e da sua justificação última[4]. Todavia em nenhum bispado, nomeadamente naqueles cujo território inclui área costeira, surge menção especial aos pescadores. Talvez porque as recomendações particulares, correspondendo, afinal, à necessidade de correcção, ficassem a cargo dos visitadores das paróquias marítimas e mesmo daquelas em que existisse pesca fluvial, o que, em boa verdade, abrangia a totalidade do reino.

Mas aqui deparamos novamente com parcas informações[5]. Em primeiro lugar pela escassez de Livros de Visitações que chegaram até nós ou de que sabemos a existência e pela escassez dos que se encontram publicados, nomeadamente pertencentes a paróquias com forte incidência da faina piscatória.

Mesmo nessas paróquias... Os pescadores de Ponta Delgada não recebem mais admoestações do seu visitador do que a generalidade dos fregueses, todos eles pouco assíduos à igreja nos dias de festa e de pregação[6]. Esperaríamos que visitações a paróquias de Lisboa fossem prolixas em admoestações aos pescadores por faltas aos serviços divinos nos dias de guarda[7]. Mas os moradores de Santo Estêvão de Alfama[8] - pelo menos os da segunda metade do século XVI, única época de que temos informações -, não dão, neste particular, razões de especial correcção aos visitadores: os paroquianos chegavam igualmente atrasados à missa dominical[9] e faziam ou mandavam fazer trabalhos domésticos pesados nos domingos e dias de guarda[10].

Já D. Frei Bartolomeu dos Mártires, quando em 1560 visita a vila piscatória de Esposende, constata vários atropelos ao cumprimento da guarda de domingos e dias de preceito. Sob pena de 100 reais manda que o preceito se cumpra, concretizando várias tarefas defesas, entre as quais se contam pescar e lançar ou retirar as redes. Porém, o zelo episcopal é acompanhado por medidas tendentes a possibilitar que os fiéis assistissem aos ofícios divinos. Na verdade, na visitação de 1567, o mesmo Frei Bartolomeu dos Mártires recomenda aos párocos que, não só digam missa aos seus fregueses em todos os domingos e dias santos de guarda, mas também que o façam a horas convenientes, de modo a possibilitar que todos a possam ouvir. Só então insiste na devassa e castigo dos faltosos[11].

Nos Livros de Visitações relacionados com a Ericeira - primeiro, enquanto a freguesia de São Pedro ainda estava anexa à de Santo André de Mafra, nos Livros de Visitações desta paróquia[12], e depois nos registos das visitações da própria igreja de São Pedro -, encontramos, não só uma contínua preocupação pelo incumprimento do preceito por parte dos pescadores, mas também a implementação de soluções pastorais adequadas. É numa destas visitações (a de 1693[13]) que nos surge como que uma análise sociológica sobre a sensibilidade dos próprios pescadores e da comunidade em geral (até do pároco[14]) ao pecado da quebra da guarda de domingos e dias santos. O visitador constata que, como a maior parte dos moradores são pescadores e homens do mar que se acostumaram a não fazer distinção entre dias sagrados e dias de serviço na mira do lucro que auferem pelo seu trabalho, o povo já não repara que eles pescam e vendem peixe nos dias em que o não deveriam fazer, o mesmo parecendo suceder com o respectivo pároco. Atentos estavam alguns *Homens timeratos que olham pella Relegiam*, que se escandalizavam ao constatar que tais pessoas se esqueciam de cumprir esses preceitos e faltavam à Igreja, vivendo sem disciplina e sem

doutrina cristã, que, aliás, desconheciam. O visitador incumbe ao pároco que os interrogue onde ouviram missa, lhes pergunte a doutrina e os admoeste para que aos domingos e dias santos tratem de viver como cristãos, *porque o Reino de Deos está primeiro que o interesse temporal*. Parece que esta admoestação do visitador aos pescadores e ao pároco deu frutos, pois até 1723[15] os visitadores não voltam a mencionar nenhuma prevaricação dos pescadores quanto a este mandato da Igreja[16]. Só então volta a constatação de que eles, sem qualquer atenção pelo *preceito Divino*, saiam a pescar ao mar muitos domingos e dias santos, deixando por isso de ouvir missa.

Todas as disposições de direito canónico são acompanhadas pela respectiva pena: pecuniária ou ameaça da excomunhão. Mas não esqueçamos a correcção efectuada pelas justiças régias, sob a figura do "braço secular".

Não abundam os testemunhos da intervenção régia, efectuada através dos corregedores e alcaides. Como exemplo podemos referir a actuação dos alcaides de Lisboa e seus rendeiros, aplicando pesadas multas com um zelo por vezes injustificado, sempre que julgavam que os pescadores trabalhavam aos domingos e dias feriais[17]; e, nas hesitações havidas nos finais do século XVI quanto à licitude de pescar nas noites dos domingos e dias santos (que adiante mencionaremos) são os alcaides das áreas envolvidas que pedem ao rei esclarecimentos, de modo a poderem exercer rectamente a sua jurisdição[18].

DEFINIÇÃO DOS DIAS FESTIVOS DE PRECEITO

Para além dos domingos, sempre foram dias santificados as festas da vida de Cristo, de Nossa Senhora e de alguns santos, embora a calendarização tenha sofrido flutuações e possa ser mais ou menos completa. A listagem dos dias festivos não é, pois, um dado adquirido. Ao longo dos tempos a Igreja foi definindo quais os dias de guarda, quer pela via da obrigação, recordada aos fiéis, de neles participarem na Missa, quer chamando a atenção aos párocos para que, efectivamente, celebrassem o culto divino[19].

Quando os sínodos estabelecem o elenco dos dias de guarda fazem-no para admoestar os párocos e os fiéis ao seu cumprimento. Todavia, os clérigos presentes numa destas reuniões (meados do século XV) alertam-nos para outra dimensão: a definição servirá para pôr cobro à introdução de dias de guarda e obrigações de jejuar feita por abades e reitores à revelia do próprio direito canónico. Tais iniciativas só serviam para acumular cargos inúteis nos fiéis e proporcionar-lhe ocasião de pecado de desobediência, dando azo a que também não cumprissem o descanso e o jejum a que canonicamente eram obrigados[20].

A definição dos dias de guarda e a sua multiplicação não é um problema de somenos, nem no plano religioso, nem no plano social, para onde é imediatamente transferido. Muito interessante para o estudo da articulação entre o poder eclesiástico e secular é a problemática da coincidência (ou não) entre os dias considerados pela Igreja como dias de guarda e aqueles o poder temporal considera de descanso. Para o Portugal quatrocentista conhecemos um códice relacionado com o labor da Casa da Suplicação, no qual, juntamente com um calendário de todas as festas litúrgicas, figura um texto que confere ao prelado da terra onde estiver a Casa da Suplicação a capacidade para definir quais os dias de descanso dos seus oficiais[21]. Ainda neste

contexto temporal gostaríamos de lembrar a posição de D. Duarte sobre a finalidade e frequência dos dias de guarda. Ao mesmo tempo que considera pecado os *quebrantamentos de festas*[22], não hesita em afirmar que, quando necessário, *deus nom auera por mall* que se trabalhe nos dias de guarda[23]. O convencimento de que tais dias são ordenados à caridade e às boas obras, leva D. Duarte a intervir para impedir, não só a multiplicação dos feriados, mas a abstenção do trabalho em algumas festas que não sejam principais[24]. A mesma exigência (demonstrando que a governança deste rei era coerente com os princípios formulados) de limitar os dias festivos somente aos recomendados pela Igreja está patente na carta régia que confirma o compromisso de alguns pescadores de Lisboa, no sentido de não pescarem nesses dias[25]. Já no trânsito para a modernidade em Portugal (e um dos seus sinais) D. Afonso V acrescentará às férias que se guardam por honra e reverência de Deus aquelas que se fazem por honra dos reis e em atenção ao bem comum do povo[26].

CÔMPUTO DO "DIA": TEOLOGIA, ECONOMIA E... ECOLOGIA

Se a definição dos dias de guarda era assunto que interessava a todos os cristãos, a exacta definição, para efeitos laborais, das balizas temporais desses dias parece ser preocupação exclusiva dos pescadores. Tanto quanto sabemos, é pela problemática ligada com a faina marítima que se desenham três "tendências" na abrangência dos domingos e dias de preceito.

Alguns pretendiam que estes dias se guardassem até ao nascer do sol do dia seguinte. É a isso que se comprometem entre si, em escritura lavrada perante o tabelião régio, alguns pescadores de Lisboa, os quais solicitam a D. Duarte a confirmação de tais decisões. Sendo todos estes pescadores mordomos do Hospital do Corpo de Deus, estabelecem certas penas pecuniárias que reverteriam a favor dos hospitais do Corpo de Deus e do Santo Espírito. Mas resposta régia é muito restritiva, sugerindo-nos outra tendência: para além de excluir as oitavas e insistir em que a sua mercê só cobre os dias que a Igreja manda guardar, manda pescar logo que se ponha o sol desses mesmos dias[27].

Mais de um século depois da resposta eduardina surge-nos o sinal de que o debate persistia. Como atrás dissemos, os rendeiros da alcaidaria de Lisboa multavam os pescadores que iam ao mar nos domingos depois do toque das ave-marias porque consideravam que o "dia" só terminava depois do nascer do sol do dia seguinte[28]. Ora os pescadores iam ao mar depois das ave-marias porque tinham marés convenientes. Se acatassem as indicações dos rendeiros da alcaidaria, só iriam segunda feira já com o sol levantado. E isto se a essa hora houvesse maré, senão teriam de esperar pelo anoitecer, perdendo com isto um dia de trabalho, o que não era serviço do rei por causa da dízima do pescado que assim se perderia. A cidade de Lisboa através dos seus vereadores, procurador, concelho e homens-bons, considerou esta questão suficientemente preocupante para a comunidade a ponto de justificar uma consulta aos teólogos. Consultaram, pois, *mestres em teologya* sobre a maneira de guardar os domingos, e é esse parecer que chega até nós na carta que D. João III envia aos corregedores, aos juizes de Lisboa e a todas as justiças, para que ajam em consequência com a informação dos teólogos. Estes haviam determinado que o domingo se havia de guardar desde sábado à noite até domingo à noite, isto é, até ao toque das ave-marias, hora a partir da qual

poderiam trabalhar sem pecado. Esta decisão - que aponta para uma outra tendência -, contrariava, pois, a opinião (*arcaizante?*) dos *rendeiros da alcaidaria, que prolongavam* o descanso dominical até segunda feira, depois do sol levantado.

Esta determinação teológica, datada de 1544, surge, porém, imbricada em dois registos em que se inserem diplomas contendo decisões régias contraditórias. Ambos foram solicitados a D. Sebastião por D. João de Almeida, alcaide-mor da vila de Abrantes[29], e dizem respeito a aos pedidos, também contraditórios, que os pescadores de Lisboa, Vila Franca, Alhandra, Santarém, Azinhaga, Golegã, Punhete e Abrantes fizeram a D. Manuel, e que depois foram retomados no tempo de D. João III. Um desses registos tem data final de 15 de Janeiro de 1577 e confirma a mercê de D. João III, concedida a 22 de Junho de 1555, de que os pescadores pudessem pescar a partir da meia noite dos domingos e dias festivos[30]. Outro registo é a confirmação, em 25 de Janeiro de 1577, de uma mercê de D. Manuel, e está numa linha que poderíamos chamar de rigorista: proíbe a pesca desde sábado à noite até segunda feira de manhã, e, nos dias festivos, desde a véspera do dia da festa até ao dia seguinte à festa, pela manhã, e não contem qualquer alusão à determinação dos teólogos[31].

Analisemos em primeiro lugar o diploma com data final de 15 de Janeiro de 1577, isto é, aquele cujo conteúdo irá ser preterido dez dias depois. Como já dissemos, D. Sebastião retoma o assunto tendo em conta uma carta de D. João III que lhe fora apresentada por D. João de Almeida, alcaide-mor da vila de Abrantes, e que continha uma petição dos já mencionados pescadores de Lisboa e da linha do Tejo até Abrantes. Esses pescadores pedem a D. João III que anule as decisões contidas numa carta de D. Manuel (talvez a de 1519) já confirmada por ele próprio, nas quais acedia ao pedido desses pescadores para que fosse vedada a pesca no Tejo aos domingos desde sábado à noite até segunda feira pela manhã, e nos outros dias santos desde o dia da véspera à noite até ao dia seguinte pela manhã, sob pena de perderem barcos e redes e de pagarem dez cruzados, divididos entre o denunciante e o Hospital de Todos os Santos. Os pescadores apresentam os argumentos a favor da anulação dessa medida. Em primeiro lugar, porque em todos os outros ofícios e mesteres se trabalha já nas noites dos domingos e dias de festa; acresce que é à noite, e não de manhã, que as águas dão boa pescaria e, se pescarem só segunda de manhã ou no dia depois da festa não haverá peixe senão para o outro dia, coisa muito gravosa para eles, que deixarão de ganhar para dar de comer às suas mulheres e filhos. Este prejuízo não tem razão de ser pois *parece que não são obrigados a guardar senão sábado à noite e vésperas das festas*, e os domingos ou dias santos até à meia noite. Perante esta petição, D. João ordenara que os pescadores que pescarem no Tejo pudessem pescar da meia noite em diante aos domingos e festas de guarda, e mandara que a provisão fosse apregoada nas vilas e lugares acima mencionados e a carta registada nos livros das respectivas câmaras.

A carta de 25 de Janeiro de 1577 diz-nos que D. António de Almeida, que era alcaide-mor de Óbidos (sic) apresentara a D. Manuel a petição dos pescadores do Tejo que esteve na origem da carta régia de 9 de Maio de 1519. D. Manuel vai proibir que os pescadores desses lugares e de outros pesquem aos domingos e dias que a Igreja mandava guardar, tendo em conta as razões apresentadas por esses mesmos pescadores: que ficavam com a consciência muito carregada por pescarem aos domingos e dias de guarda e ainda porque a apanha constante de peixe os impedia de fazer criação. O rei esclarece também que o domingo se entende desde sábado à noite até segunda de manhã, e as outras festas desde o dia da véspera à noite até ao dia

seguinte pela manhã. Os prevaricadores perderão barcos e redes e pagarão dez cruzados de pena entregues ao acusador e ao Hospital de Todos os Santos. Quer isto dizer que, com uma diferença de dez dias, D. Sebastião volta à decisão manuelina de 1519, anterior à consulta dos teólogos.

Não sabemos se esta polémica continuou. Mas os argumentos para ambas as opções contidas nos pedidos dos pescadores e nas decisões régias mostram-nos a complexidade deste cômputo, não só no plano disciplinar e teológico, mas também nas suas consequências de ordem económica e social. Será de todos estes factores que parece ter derivado um conjunto de soluções pastorais que tinham em conta a caridade e o bem comum, na certeza da efectiva piedade desses homens, que o não cumprimento de certas imposições (dízimo, pagamento de penitências, entre outras) não contradiz.

PIEDADE EFECTIVA DOS PESCADORES

Tanto quanto a piedade de um determinado grupo profissional se pode medir pelos protestos de devoção ou pelas associações piedosas que integra, podemos considerar os pescadores como gente temente a Deus, quanto mais não fosse pelos constantes perigos a que a vida quotidiana os expunha.

O que está em causa nas petições quinhentistas que comentámos é sempre o pecar ou o não pecar. A carta de D. Manuel, com data de 9 de Maio de 1519[32], é dada em sintonia com o desejo dos pescadores que não queriam ficar com a consciência carregada pelo facto de pescar nos domingos e dias santificados. A determinação dos teólogos[33] afirma que, na noite de domingo, já poderão pescar sem pecado, sendo esta convicção que está na base da carta 15 de Janeiro que, como vimos, permite a faina piscatória na noite dos domingos e dias de preceito[34].

É certo que razões do puro e desinteressado amor pelas coisas de Deus se misturavam com certas estratégias de sobrevivência, ou seja, com uma piedade destinada a exorcizar os perigos de um mester de alto risco. Assim é quando alguns pescadores de Lisboa[35] se comprometem, por público instrumento, a não ir pescar aos domingos e dias de guarda até ao outro dia depois que saísse o sol: declaram que o fazem *por serviço de deus e prol de suas almas e de seus corpos e aueres*, porquanto alguns deles entendiam que - porque iam ao mar pescar aos domingos, festas e dias santos - *Deus lhes encurtava seus dias e aujam por ello grandes perigos e perdas.*

Queremos ainda notar que a piedade dos pescadores, mesmo considerada do ponto de vista colectivo, não se pode medir somente pela assistência aos ofícios divinos nos dias de preceito, embora, por direito, fosse essa a forma de piedade fundamental. Como veremos, os próprios pescadores e homens do mar implementam outras formas de piedade que podemos considerar "de substituição". Por outro lado, a noção concreta e pessoal do dever do preceito de assistência aos ofícios divinos nos dias que a Igreja determinava e, consequentemente, do pecado que resultava da omissão desse dever, dependia do zelo dos párocos e da própria censura ou permissividade que se vivia na comunidade paroquial neste particular, como verificámos pela visitação de 1693 a São Pedro da Ericeira.

No ano de 1781[36] encontramos nesta vila uma situação de prática eucarística quotidiana, informação que bem gostaríamos de confrontar com as de outras terras

piscatórias. São na verdade *devotos moradores* aqueles pescadores que, porque necessitam de aproveitar o tempo oportuno para entrar no alto mar mas querem em primeiro lugar buscar o *Reino de Deos*, assistiam todos os dias à Missa. Ou desejavam fazê-lo, porque o pároco, certamente em conflito jurisdicional com a Santa Casa da Misericórdia, impedia que nela se tocasse a sineta que convocava os fieis para uma Missa ao amanhecer.

A escassez de fontes não nos permite traçar com segurança as linhas de força de uma espiritualidade específica dos pescadores que julgamos descobrir com base nas informações de que dispomos, e que apontam para devoções relacionadas com o Santíssimo Sacramento.

O mesmo se poderá dizer com algumas devoções particulares dos homens do mar que, afinal, acabam por abranger outras camadas profissionais, o que é compreensível dada a presença das fainas marítimas numa larga faixa do território português, com o respectivo *hinterland*. Citemos dois exemplos: a devoção a São Pedro Gonçalves[37] e a Nossa Senhora da Nazaré[38].

No que diz respeito a uma espiritualidade preferencial (talvez mais do que específica), e adiantando já algumas certezas, podemos detectar uma constante teológica e devocional da presença real de Cristo na Eucaristia, e isto muito antes da insistência de Trento neste dogma, sob pressão das posições luteranas. Esta constante desdobra-se nas variadas formas do culto do "Corpo de Deus e do Santíssimo Sacramento".

As confrarias podem mostram-nos como se organiza a piedade de um determinado grupo socio-profissional. Nos inícios do século XV sabemos que o Hospital do Corpo de Deus em Lisboa tinha pescadores como mordomos e confrades, sendo especialmente dedicado à assistência desses homens[39]. A situação, certamente anterior, manter-se-à até fundação do Hospital de Todos os Santos, em 1492. Assim era no tempo de D. Duarte, como sabemos pelo já citado compromisso entregue a este rei para confirmação[40], sendo o Hospital do Corpo de Deus e o do Santo Espírito os beneficiários da pena de mil reais prevista no diploma, situação que se mantém no reinado de D. Afonso V[41]. Após a extinção das pequenas unidades de assistência com vista à fundação de um só Hospital, o de Todos os Santos, que passou a usufruir de todos os rendimentos dos antigos hospitais de Lisboa[42], as penas que se aplicavam aos pescadores que infringiam o preceito de guardar o domingo e dias santificados era entregue a este mesmo hospital, como verificámos nas cartas quinhentistas acima referidas.

Os mordomos e confrades do hospital do Corpo de Deus dos pescadores de Lisboa tinham-se obrigado, pelo compromisso fundacional do hospital, a fazerem um mealheiro anual do que ganhavam, para ajuda das despesas desse hospital, quantia que era entregue no Dia do Corpo de Deus. Pelo mesmo compromisso, todos os arrais e honrados deveriam levar no Dia de Corpo de Deus os círios na Sua procissão, pessoalmente ou pelos seus filhos que tivessem idade para tal[43].

Sabemos que na Ericeira existia uma Confraria ou Casa dos Homens do Mar (que congregaria também pescadores), cuja sede ficava na Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem. Pouco sabemos desta associação, e só de meados do século XVIII em diante temos algumas parcas referências, uma das quais ligada precisamente à construção de uma nova tribuna para a Exposição do Santíssimo Sacramento[44]. Mas, fossem ou não membros dessa confraria, todos pescadores estavam ligados de modo especial ao culto do Santíssimo Sacramento, pois esta devoção, concretizada em

esmolas para a respectiva confraria, poderia atenuar as penas em que incorriam os pescadores que nos domingos e dias santos fossem para o mar, segundo declara o visitador de 1612[45].

EXCEPÇÕES E SOLUÇÕES

Chamamos, portanto, a atenção para o conteúdo didáctico e de correcção paternal das disposições dos visitadores, bem longe das acções persecutórias e punitivas afirmadas por certa historiografia como sendo o único cuidado dos eclesiásticos. Assim sucedia em relação ao pecado de faltar à missa aos domingos e dias que a Igreja mandava guardar. A par da afirmação da irredutível obrigação de todos os fiéis assistirem à missa nesses dias, encontramos a consideração de excepções a esta regra, motivadas pela necessidade ou pela caridade. E, com a constatação da excepção, chega-nos também a procura de soluções de ordem pastoral enunciadas em simultâneo e, frequentemente, em articulação com os desejos dos próprios pescadores.

Como todos os fiéis cristãos obreiros dos mais diversos mesteres , os pescadores só por grande necessidade[46] estavam dispensados de assistir à missa nos dias de preceito. Resta agora saber se haveria alguma razão legítima[47] que justificasse tal comportamento, para além daquelas previstas pela Igreja, ou se todas as desculpas podem ser consideradas *frivolas* perante a transgressão cometida[48].

Os procuradores do povo que, nas cortes de 1433[49], se queixam a D. Duarte dos senhores que obrigam os pescadores a trabalhar com a justificação de que era para o rei, ao mesmo tempo que vêm confirmada a justeza da sua queixa, ficam a saber que, em havendo *tall neçesidade que sse nom possa escusar* lhe parece que Deus não o levará a mal.

Os devotos pescadores confrades e mordomos do Hospital do Corpo de Deus de Lisboa[50], quando pedem ao rei que confirme o compromisso assumido entre si de não pescarem aos domingos, prolongando-os até à segunda feira depois do sol levantado, declaram que tal não se aplica em duas circunstâncias: a primeira é a ordem expressa do rei; a outra, quando pescavam para dar aos pobres ou para os hospitais. Partindo do pressuposto as ordens do rei tinham em conta (além do serviço de Deus) o bem comum, temos portanto um primeiro quadro definidor da "necessidade": bem comum do povo e caridade.

A quebra na apanha de peixe prejudicava evidentemente os próprios pescadores, suas mulheres e filhos, como eles próprios o dizem[51]. Mas, ficando diminuído o abastecimento das populações, a pesca aos domingos e dias santos pode ser ordenada pelo rei de modo a, por exemplo, acudir a situações de carência alimentar. De facto, não raras vezes a faina de lançar as redes é vista como de pública e comum utilidade[52], merecendo por isso que o pároco disponha todos os meios para que os pescadores possam assistir aos ofícios divinos.

Outra excepção sempre aberta diz contempla as pescarias efectuadas com a finalidade de dar esmola a pobres ou a hospitais, como declaram os pescadores no acima citado compromisso de 1443. Julgamos ser esta uma prática corrente em todo o reino, e com larga tradição, de cujo começo não há memória[53].

Dentro do mesmo enquadramento mental está a quota parte das pescarias que alguns pescadores da Ericeira entregavam como esmola para a confraria do Santíssimo, o que lhes valia alguma complacência por parte do visitador[54]. Aliás, os pescadores

desta vila tinham consignado o rendimento de redes para obras relacionadas com o culto divino: um púlpito na ermida do Espírito Santo e outras obras, nomeadamente as da remodelação da Igreja de São Pedro e, finalmente, a obrigação assumida para ajudar a sustentar a Santa Casa da Misericórdia[55].

Certos visitadores encontram justificações bastante atinentes ao "temporal". Assim, por exemplo, na freguesia de São Pedro da Ericeira, os visitadores de 1610 1636 e 1672 permitem que se estendam ou se lavem as redes nos domingos e dias de guarda, desde que seja depois da missa[56]. E, se é certo que D. Frei Bartolomeu dos Mártires proíbe expressamente que os pescadores de Esposende tirem as redes do mar nos domingos e dias de guarda[57], nas visitações de 1611 e 1612 a São Pedro da Ericeira fica registada a licença para os pescadores irem ao mar levantar as redes lançadas nos dias anteriores[58], o mesmo declarando o visitador de 1723, sempre que seja prejudicial a sua permanência no mar. Não significará isto o abandono das normas reafirmadas em Trento[59], mas simplesmente uma sensibilidade aos problemas específicos da faina marítima sem que exista cedência no fundamental: o visitador exige que, primeiro, ouçam missa. O mesmo visitador permite ainda, e com obrigação de só sair depois da missa, as pescarias de espécies de arribação, assim como outros casos de necessidade[60].

Cabe aos párocos a responsabilidade de proporcionar aos fiéis os meios para cumprirem este mandato da Igreja. É a eles que se dirigem as recomendações e, até, as severas admoestações dos visitadores[61].

Sabemos, através de uma queixa que chegou ao visitador, que o pároco de São Pedro da Ericeira atrasava a missa de domingo para esperar os que andavam no mar, quando afinal - dizem os queixosos - eles deviam ser condenados por trabalharem àquelas horas[62]. As queixas sugerem alguma conflitualidade entre os pescadores e a restante população, embora a maior parte dos moradores seja, como já referimos, pescadores e homens do mar[63]. Outra solução, possível após a fundação da Misericórdia, teria sido seguida, já no século XVIII, pelo pároco nos finais da década de setenta[64]. Os pescadores, com louvável devoção, assistem todos os dias à missa antes de partirem para o mar. Isso só podia acontecer porque se celebrava missa muito cedo na Igreja da Misericórdia, quer aos dias de semana quer aos domingos e dias de guarda. Curiosamente, o visitador usa as suas palavras mais para censurar o pároco que, com falsas informações, convencido o anterior visitador a proibir o toque do sino da Misericórdia e a obrigar os fregueses a irem à missa conventual nos dias festivos, do que a levantar a questão que aqui mais nos importa. Essa questão é saber se, afinal, a assistência quotidiana não poderia "compensar" uma eventual (ou frequente) quebra do preceito festivo.

Reflectimos sobre a consciência da especificidade do ofício de pescador e sobre a consciência da intenção e da universalidade do preceito do descanso semanal. Os rios e, principalmente, o mar, foram o cenário desta problemática. O mar, tragicamente associado à morte do nosso colega Ferreira de Almeida a quem, deste modo, queremos prestar a nossa homenagem.

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[1] Cfr. o último *Catecismo da Igreja Católica*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1993, § 2174-2195 e o recentíssimo (Julho de 1998) O *Dia do Senhor. Carta Apostólica de João Paulo II sobre a santificação do Domingo*, Lisboa, Ed. Paulinas, 1998.

[2] A pergunta que o visitador de S. Pedro da Ericeira (em 1693) manda que o pároco faça aos pescadores sugere tal expediente (*Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira* - 1609-1855, Nota codicológica de Aires Augusto Nascimento, Introdução de Maria do Rosário Themudo Barata, Transcrição de João Liberata Machado, Ericeira, Mar de Letras, 1998, p. 128).

[3] Vd. p. ex. as recomendações do visitador de Stº André de Mafra em 1494 (Isaías da Rosa Pereira, "Visitações de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523), *Lusitania Sacra*, Tomo X, Lisboa, 1978, pp. 135-257) e a do Cardeal Infante na sua Visita de 1576 a Entradas, in F. Bethencourt, "As Visitas Pastorais. Um estudo de caso (Entradas, 1572-1593)", *Revista de História Económica e Social*, nº 19, Jan.-Abr. 1987, Livraria Sá da Costa Editores, pp. 95-112, p. 104; também o visitador de 1726 à matriz de Ponta Delgada tem o mesmo problema (vd. Maria Fernanda Dinis Teixeira Enes, *As Visitas Pastorais da Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada* (1674-1739), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

[4] Tomamos dois exemplos, a 54ª constituição do sínodo de Braga de 1477 e a 60ª do sínodo do Porto de 1496. Vd. respectivamente *Synodicon Hispanum*, dir. Antonio Garcia y Garcia, II - *Portugal*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1972, p. 127 e 403. É surpreendente o resultado obtido por A. Franquelim Sampaio Neiva Soares no seu estudo *Visitações e Inquéritos Paroquiais da Comarca de Torre de Moncorvo de 1775 a 1845*, Braga, 1981: aqui, este não parece ter sido dos pecados mais frequentes.

[5] Uma breve busca pelos processos da Inquisição não nos forneceu qualquer elemento. Os pescadores presentes ao Tribunal do Santo Ofício eram parte de cristãos-novos e foram denunciados como judaizantes. Nas denúncias não houve menção de trabalharem aos domingos e dias santos. Vd. como ex., e para finais do século XVII, os processos de Manuel Ramos e de Manuel Seia de Taborda, ambos naturais e moradores em Buarcos, presentes à Inquisição de Coimbra (IAN/TT, *Inq. de Coimbra*, nº 7455 e 8704).

[6] Vd., respectivamente, o 14º cap. da visitação de 1696, o 153º da visitação de 1674 e o 22º da visitação de 1711, publ. por Maria Fernanda Dinis Teixeira Enes, *As Visitas Pastorais*..., pp. 136 e 108.

[7] Já em meados de Setembro de 1998 voltámos a tentar consultar o Arquivo da Cúria Patriarcal, mas informaram-nos que o arquivo está em pleno processo de mudança para São Vicente de Fora e, portanto, não acessível.

[8] Vd. Isaías da Rosa Pereira, "Visitações de Santo Estêvão de Alfama (1540-1561), *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, Vol. 32, Lisboa, 1989, Tomo I, pp. 297-357 e Vol. 36, Lisboa, 1998, pp. 209-363.

[9] Vd. o 1º cap. da visitação de 1548, in Isaías da Rosa Pereira, "Visitações de Santo Estêvão de Alfama...", Vol. 36, p. 260.

[10] Cap. 12º da visitação de 1543, in Isaías da Rosa Pereira, *o. c.*, p. 245.

[11] A. Franquelim Sampaio Neiva Soares, "A Primeira Visitação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires e as origens de Esposende", in *Arquivo Histórico Dominicano Português*, Vol. II, *Actas* do I Encontro sobre História Dominicana, 1979, pp. 221-250.

[12] A edição de Isaías da Rosa Pereira ("Visitações de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523), *Lusitania Sacra*, Tomo X, Lisboa, 1978, pp. 135-257) foi completada para o tempo entre 1473 e 1528 por Sérgio Gorjão e João Liberata Machado (*Boletim Cultural*, 93, Mafra, 1994, pp. 127-148), mas não contêm qualquer referência a pescadores.

13 *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira*..., p. 128.

14 Cfr. visitação de 1672 (*Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira*..., p. 82), embora nesta data o visitador receba queixas por parte da população.

15 *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira*..., p. 143.

16 Na visitação de 1702 (*Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira*..., p. 133-134) repreendem-se os pescadores por terem o costume de enxugar as redes no adro da igreja pregando pregos na parede dela, o que para o visitador é sinal de pouco respeito e irreverência para com os lugares sagrados. Este parece ser um costume antigo noutras paróquias, pois os moradores da freguesia de St° Estêvão de Alfama faziam o mesmo em meados do séc. XVI (vd. o 5° cap. da visitação de 1548, publ. por Isaías da Rosa Pereira, "Visitações de Santo Estêvão de Alfama..." Vol. 36, p. 260).

17 Carta de D. Duarte a todos os juizes e justiças, Óbidos, 18 de Set. de 1434, IAN/TT, *Chanc.* D. D., Liv. 1, fl. 32v-33; carta de D. João III aos corregedores e juizes de Lisboa, 12 de Maio [de 1544], IAN/TT, *Chanc.* D. *João* III, Liv. 52, fls. 105-105v. O registo de chancelaria indica como data mil "iiijc R iiij°", o que manifestamente erro do copista, aliás repetido noutros diplomas do mesmo fl.

18 Conhecemos frequentes casos relacionados com mouros e judeus e tinham por objectivo afastar dos cristãos o mau exemplo e as ocasiões de quebrar o descanso, possíveis por arrastamento de certas actividades praticadas por essas comunidades (*Chanc.* D. *João* II, Liv. 21, fls. 125v, 129v, 1299-130, 131v, 132 e 168).

19 P. ex. no sínodo de Lisboa de 1307 (*Synodicon*..., p. 306); com formulação muito semelhante no Sínodo de Braga de 1381 (*ibidem*, p. 56). Embora somente em meados do século XV encontremos referidos como dias de guarda as festas de São Pedro e de São Paulo, assim como as festas dos Apóstolos, é possível que a sua inserção nos dias de guarda seja anterior e associada, por vezes, à prática do jejum (Sínodo de Valença do Minho de 1444, *Synodicon*..., Const. 27 e 30, pp. 438 e 440); nos finais do século XV a listagem aumenta com a menção das festas de São Miguel, de todos os Apóstolos e Evangelistas, de São Lourenço e da Santa Cruz, assim como todos os dias da Semana Santa (Sínodo de Braga de 1477, *Synodicon*..., p. 106); além destas festas, comuns a todas as dioceses, estava previsto que se guardassem outras festividades locais (p. ex. as de São Geraldo e São Francisco no arcebispado de Braga (Sínodo de Braga de 1285, *Synodicon*..., pp. 29-30), a de Santa Iria no arcediagado de Santarém (Sínodo de Lisboa de 1403, *Synodicon*..., p. 336) ou a da Concepção de Nossa Senhora no bispado de Valença do Minho (Sínodo de Valença do Minho de 1444, *Synodicon*..., p. 438), a que se podiam juntar os oragos das comunidades de igrejas e mosteiros (Sínodo de Braga de 1477, *Synodicon*..., p. 106).

20 Sínodo de Valença do Minho de 1444 (*Synodicon*..., p. 440). Por outro lado, embora os textos não façam distinção entre a obrigação da guarda dos domingos e a dos dias feriais, o certo é que nalgumas regiões os fiéis estabeleceram espontaneamente a distinção entre eles, sendo os dias santos menos observados do que os domingos (F. Bethencourt, "As Visitas Pastorais...", p. 97).

21 IAN/TT, *Casa Forte*, cód. 35, fl. 15vs. Todavia, a datação de alguns documentos de chancelaria, a estar correcta, mostra que os oficiais trabalhavam a 25 de Dez., 15 de Agosto, etc.

22 *Leal Conselheiro o qual fez dom Eduarte*..., ed. Joseph M. Piel, Lisboa, 1942, cap. 71 (Dos pecados da obra), p. 276.

23 É o 149° cap. geral das cortes de Leiria-Santarém de 1433, publ. por Armindo de Sousa, *As Cortes de Leiria-Santarém de* 1433, Porto, 1982, p. 154.

24 Note-se que as sugestões régias, apresentadas ao papa Eugénio IV, estão inseridas num vasto documento contendo propostas para a reforma da Igreja. Depois de invocar o exemplo de Cristo, que praticava obras de misericórdia e curas ao sábado, o rei denuncia os pecados e prejuízos materiais que advêm da proliferação dos feriados. Neste sentido pede ao papa que só nos domingos e dias dos principais santos haja dispensa de

trabalho; nos outros, logo após a missa, deveriam recomeçar as tarefas nos campos e cidades. É a 8ª das propostas para a reforma da Igreja, publ. por nós em *Poder régio e liberdades eclesiásticas* (1385-1450), Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1993, Vol. II, Doc. 7.

[25] Carta de D. Duarte a todos os juizes e justiças, Óbidos, 18 de Set. de 1434, IAN/TT, *Chanc.* D. D., Liv. 1, fl. 32v-33.

[26] A listagem régia mantém obviamente as festas religiosas principais e acrescenta outras, nomeadamente as de alguns santos, como Santa Catarina (de recente canonização) e a do nosso "natural" Santo António (*Ordenações Afonsinas*, Liv. III, Tit. 36).

[27] Carta de D. Duarte a todos os juizes e justiças, Óbidos, 18 de Set. de 1434, IAN/TT, *Chanc.* D. D., Liv. 1, fl. 32v-33. O rei declara também que a mercê é válida contanto que não contrarie alguma ordenação ou direito do concelho e do alcaide de Lisboa. Os pescadores não esclarecem quando é que começa o domingo, isto é, se começa depois da meia noite de sábado ou somente ao nascer do sol desse dia.

[28] Carta de D. João III aos corregedores e juizes de Lisboa, 12 de Maio [de 1544], IAN/TT, *Chanc.* D. *João* III, Liv. 52, fls. 105-105v.

[29] IAN/TT, *Confirmações Gerais*, Liv. 1, fl. 193-194. Outro registo, também do tempo de D. Sebastião (*Confirmações Gerais*, Liv. 3, fl. 214-215) chama-lhe "Jerónimo", dizendo que é filho de D. António de Almeida, já falecido, que fora alcaide-mor da vila de Óbidos. Há neste último registo alguma confusão de locais facilmente destrinçável em levantamento genealógico.

[30] IAN/TT, *Confirmações Gerais*, Liv. 3, fl. 214-215.

[31] Carta de D. Sebastião, Lisboa, 25 de Jan. de 1577, contendo um diploma de D. Manuel de 9 de Maio de 1519, confirmado pelo mesmo rei a 28 de Outubro de 1527, IAN/TT, *Confirmações Gerais*, Liv. 1, fl. 193-194.

[32] IAN/TT, *Confirmações Gerais*, Liv. 1, fl. 193-194.

[33] IAN/TT, *Chanc.* D. *João* III, Liv. 52, fls. 105-105v. Já no final do diploma, lê-se segunda feira, mas é evidente, pelo contexto imediato, que se trata de um lapso do escrivão.

[34] IAN/TT, *Confirmações Gerais*, Liv. 3, fl. 214-215.

[35] Carta de D. Duarte a todos os juizes e justiças, Óbidos, 18 de Set. de 1434, IAN/TT, *Chanc.* D. D., Liv. 1, fl. 32v-33.

[36] *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira*..., p. 181.

[37] Cfr. Augusto César Pires de Lima, *Fogo de Santelmo*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943. Em meados do século XVII era tal a importância conferida a este santo que, na Ericeira, a sua imagem esteve colocada no altar num plano superior à de São Pedro até que o visitador ordenou o contrário (Visitação de 1633, vd. *Visitações e Pastorais*..., p. 83).

[38] Vd. o estudo fundamental de Pedro Manuel Pereira Penteado, *Nossa Senhora da Nazaré. Contribuição para a História de um Santuário Português* (1600-1785), Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 Vols., Lisboa, 1991, ex. policopiado (encontra-se no prelo, a ed. pela Universidade Católica); do mesmo, *Peregrinações colectivas ao Santuário de Nossa Senhora da Nazaré (Portugal) nos séculos XVII e XVIII*, Sep. de *Cultura* - Revista de História e Teoria das Ideias, Vol. X (2ª série), Lisboa, 1998; do mesmo autor, está no prelo (Mar de Letras - Editora) um estudo sobre a devoção a Nossa Senhora da Nazaré na Ericeira. De assinalar que, apesar da Lei da Separação do Estado das Igreja (20/4/1911) proibir as procissões, a de Nossa Senhora da Nazaré se manteve, nomeadamente na Ericeira, em que funcionou como um modo de contestação à República, como ficou patente no ano de 1914 (vd. Margarida Garcez Ventura, "Subsídios para a história da vivência

religiosa na Ericeira durante a I República - a propósito de um projecto de Estatutos de Mestre Jaime Lobo e Silva para a Irmandade de Santo António", in *Santo António na Ericeira...*, Ericeira, Mar de Letras - Editora, 1997, pp. 35-74, p. 60.

[39] Num alvará de D. Afonso V refere-se que o Hospital do Corpo de Deus de Lisboa é dos pescadores (IAN/TT, *Conf. Gerais*, Liv. I, fl. 243-243v).

[40] Carta de D. Duarte a todos os juizes e justiças, Óbidos, 18 de Set. de 1434, IAN/TT, *Chanc.* D. D., Liv. I, fl. 32v-33.

[41] Carta de D. Sebastião de Almeirim, 10 de Dez. de 1575, confirmando outra de D. Afonso V dada em Sintra, a 6 de Out. de 1467, IAN/TT, *Conf. Gerais*, Liv. I, fl. 243-243v.

[42] Vd. o Prefácio de Jorge Borges de Macedo (talvez o seu último escrito concluído) aos *Registos dos Reinados de* D. *João* II *e de* D. *Manuel* I, Introdução, Transcrição, Glossário, Notas e Índice Remissivo por Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado, Lisboa, 1996.

[43] Alvará de D. Afonso V, que é trasladado sucessivamente para confirmação, até ao reinado de D. Sebastião. Vd. IAN/TT, *Conf. Gerais*, Liv. 1, fl. 243-243v e *Registos dos Reinados de* D. *João* II *e de* D. *Manuel...*, fl. 151v-152 (pp. 518-519).

[44] *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, p. 154-155.

[45] *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, p. 45. Nesta vila não se esgota aqui a presença colectiva dos pescadores em iniciativas devotas. Em 1567 23 pescadores (associados com oficiais de outros mesteres) comprometem-se por escritura pública a sustentarem a fábrica e culto da ermida de São Sebastião (Instrumento de obrigação, Lisboa, 17 de Abril de 1567, IAN/TT, *Colegiada de St° André de Mafra*, maço 2, doc. 9, publ. por Sérgio Gorjão, "Ermida de S. Sebastião da Ericeira: mais um nota para a sua história", *Boletim Cultural*, 93, Mafra, 1994, pp. 89-96).

[46] O conceito de legítima e honesta necessidade aplica-se à excepção de comer e beber antes da missa (p. ex., 47ª const. do Sínodo de Braga de 1477, *Synodicon*, pp. 127s) ou à venda de produtos não comestíveis (vd. o 14 cap. da visitação de 1696 à matriz de Ponta Delgada, *As Visitas Pastorais da Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada...*, p. 136).

[47] Expressão usada nestes contexto pelo Sínodo de Braga de 1477 (32ª const.), *Synodicon*, p. 136.

[48] Visitação de 1693, *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, p. 128.

[49] Cortes de Leiria-Santarém de 1433, 149° cap. geral, publ. por Armindo de Sousa, *As Cortes de Leiria-Santarém de* 1433, Porto, 1982, p. 154

[50] Carta de D. Duarte a todos os juizes e justiças, Óbidos, 18 de Set. de 1434, IAN/TT, *Chanc.* D. D., Liv. I, fl. 32v-33.

[51] IAN/TT, *Confirmações Gerais*, Liv. 3, fl. 214-215.

[52] Como declara o visitador da Igreja de S. Pedro em 1781, *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, p. 181.

[53] O sínodo do Porto de 1496 constata que desde há muito os bispos consentiam que, nos três meses em que os sáveis subiam o Douro, os pescadores pescassem nos dias santos com a finalidade de entregarem em esmola o peixe a pobres e envergonhados. É um costume antigo fundado *sobre obra de piedade e sobre dereito* (50ª *const.*, *Synodicon...*, pp. 394-395).

[54] Visitações de 1611 e 1612, *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, pp. 43 e 45-46.

[55] Visitações de 1665, 1678 e 1693, respectivamente *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, pp. 117, 124 e 129. Vd. n. 66.

[56] *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, pp. 40-41, 88 e 121.

[57] Visitação de 1560, 3° cap., A. Franquelim Sampaio Neiva Soares - "A Primeira Visitação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires...", p. 247.

[58] *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, pp. 43 e 45.

[59] Entre as determinações que deviam ser notificadas ao povo e publicadas nas paróquias conta-se esta, que surge como um aditamento no final da 25ª sessão (*Decretos e Determinações do Sagrado Concilio Tridentino...*, Lisboa, 1567, cap. 20).

[60] Visitação de 1723, 5° cap., *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, p. 144.

[61] Como exemplo, podemos lembrar que D. Frei Bartolomeu dos Mártires, antes de castigar os que faltam à missa, recomenda ao cura de Ribalonga que diga missa, não só em todos os dias que a Igreja manda guardar, mas que a diga a horas convenientes a todos os fregueses (Visitação de 1565 à Igreja de Ribalonga (Torre de Moncorvo), A. Franquelim Sampaio Neiva Soares, *Visitações e Inquéritos Paroquiais...*, p. 387).

[62] Visitação de 1672, *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, p. 82.

[63] No texto da visitação de 1693 referem-se 250 pescadores e homens do mar. Teria o maior interesse conhecer o número de vizinhos da vila. O "numeramento de 1527-1532" indica 75 vizinhos no corpo da vila, esclarecendo também que esta não tem termo (Vd. Braamcamp Freire, "Povoação da estremadura no XVI século", *Archivo Historico Portuguez*, Vol. VI, Lisboa, 1908, n° 7, pp. 241-284); segundo D. Luís Caetano de Lima (*Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Lisboa, 1736), em 1736 a Ericeira tinha 563 almas e 206 fogos. Noutros cômputos de população feitos em datas intermédias não consta esta vila.

[64] A informação que agora trabalhamos chega-nos pela visitação de 1781. Existe um iato no entre 1760 e 1781. *Visitações e Pastorais de São Pedro da Ericeira...*, p. 181.

LAS CERÁMICAS ANDALUSÍES, SUS ELEMENTOS CROMÁTICOS Y SUS POSIBLES SIMBOLISMOS.

Juan ZOZAYA *

Hace algún tiempo que ha muerto en mi tierra venezolana nuestro buen amigo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, hombre inclinado a nuevos campos, a no tener miedo a nada y ser valiente, como demostró bien en el último acto de su vida . Por ello pienso que es buena ofrenda en su recuerdo hablar de un campo poco explorado también, como es el de los colores y sus valores en la cerámicas andalusíes, colores que también llenan nuestra vida.

Es un hecho que la decoración cerámica musulmana es esencialmente cromática, y que, por lo tanto, la base interpretativa tiene que ir orientada hacia la búsqueda de significados para los temas decorativos y sus colores y para su aplicación en relación con los objeto de este tipo.

Aunque no conozco ningún estudio profundo sobre colores es evidente el nexo de éstos con elementos simbólicos, como lo es el rojo con la sangre o la vida, el azul con el agua o el cielo, el oro y la púrpura con el poder, el verde con formas diversas de vegetación, el amarillo o azafrán con la santidad, el blanco con la alegría o con el luto (dependiendo de la cultura), el negro con el ascetismo, &c. variando, naturalmente, según las culturas que los generan o adoptan en cuanto símbolo determinado.

Todo ello viene a decir que un signo acromático es inexistente, pues incluso en música se habla de "color", "cromatismo", &c. Por otra parte es evidente que un signo plástico (por contraponerlo al sonoro) es, de alguna manera, un mensaje. Estos suelen ser de diversos tipos, y en general el mensaje más simple puede ser absoluto, como lo es el caso del símbolo japonés del Sol Naciente, símbolo patrio nipón y que figura como enseña nacional. Es quizá, el mensaje gráfico más exacto y poderoso que hay: un punto rojo (círculo) sobre blanco (cuadrado), asociable con la búsqueda de la conjunción del mundo divino con el poder total (Brentjes, 1981). Compárese con el caso opuesto del símbolo chino, introduciendo el *kanghi* de centro del mundo en oro sobre un fondo azul (China, Hinghua, significa, de hecho, el Imperio Central).

No es mi intención hacer aquí un tratado de semiótica. Sólo deseo señalar algo conocido (Panofsky, 1982): que el mundo del mensaje es contínuo en las diversas civilizaciones. En el caso que nos ocupa es evidente el uso de signos en la cerámica, que no están siempre presentes, por lo cual cabe aceptar la idea de una transmisión especializada, con significado determinado (Zozaya, 1975; Almagro & alii, 1975; Valdés, 1977; *Souto, 1982; Retuerce y Zozaya, 1986). Se puede aceptar, entonces, que la* decoración constituye, de por sí, un mensaje, y que por ello es de por sí un signo. El mensaje, como dice acertadamente Eco, equivale al signo (Eco, 1980). Todo ello, evidentemente, no constituye nada nuevo.

Esa capacidad del mensaje en los objetos está presente siempre en la cultura material, y como dice Childe (1960) han de ser tratados estos elementos ideológicos con tanto peso como los objetos más sustantivos del estudio arqueológico, puesto que en la práctica las ideas forman un elemento más de la sociedad humana, tanto como los elementos de la naturaleza:

"Societies, that is, behave as if they were reacting to a spiritual environment as well as to a material environment. To deal with this spiritual environment they behave as if they needed a spiritual equipment just as much as they need a material equipment of tools" (Childe, 1960: 14-15).

Ello es una teoría comúnmente aceptada desde el punto de vista metodológico, y con muchas aplicaciones según las escuelas, a las cuales no es ajena la del estructuralismo (Lévi-Strauss, 1976).

Tampoco lo es decir que tanto en el mundo judeo-cristiano, con sus antecedentes greco-romanos, como en el islámico, con sus antecedentes bizantinos, sasaníes o incluso hindúes y chinos han sido mundos en los cuales la capacidad de integración del mundo real y el mundo espiritual han sido totales. Ello todavía permanece en nuestras culturas, pero con más fuerza y actualidad en el mundo islámico, que es el que aquí interesa.

Si se acepta, como genéricamente se hace, que el islamismo tiene muchas conexiones con unos antecedentes temporales judeo-cristianos podemos entender el valor de algunos colores, elemento esencial para comprender los rasgos cromáticos presentes en las cerámicas, y que, sorprendentemente, quedarán, en esencia, muy elementalizados. Ello parece derivarse de un cambio notable habido tras la venida del Profeta, ya que al parecer los colores no tenían una interpretación tan clara en Arabia en la época de la Yahiliya (Corriente, 1974).

La representación integrada dentro del Islam ha sido plenamente tratada por diversos autores (Vertex, 1972; Albarn & alii, 1974; Chritchlow, 1976; El-Sayid & Parman, 1976; Nasir, 1978), y por lo cual me abstengo de entrar en ello, labor más del filósofo o del teólogo que mía. Sólo deseo añadir cómo estas corrientes se dieron también en al-Andalus (Burckhardt, 1976).

Por lo anteriormente expuesto opino que es dable, entonces, hacer un rastreo breve de posibilidades de interpretación a partir del cromatismo presente en las cerámicas andalusíes, pero para ello se ha de hacer mención, por mínima que sea, a los antecedentes veto- y neo-testamentarios.

El mundo bíblico recoge relativamente poca valoración respecto a los colores, en que simbólicamente el blanco es color de alegría (Ecl. 9,8), de la alegría y de la gloria celestial. El negro lo es de la desgracia y de la perdición (Zac 6,2 - 6; Ap. 6,5). El rojo es color del pecado (Is. 1, 18) y el verde va asociado con la vegetación pero sin un simbolismo definido.

En el mundo islámico los colores se mantienen, aunque sin la definición ni variedad que fuera de desear. Al estudiar la variedad de los colores presentes en las cerámicas me obliga a ceñirme a los más comunes, que son esencialmente negro-gris, marrón-rojo, verde-azul y amarillo. Por lo tanto la primera lectura del símbolo presente debe comenzarse por el color, para después ver el tema y el tipo de relación que tienen entre sí. El valor genérico sobre los colores (aunque después se citarán) aparece en el *Qur'an* ya en:

16: 68/ "Tu Señor ha sugerido a la abeja:"Establece tu habitación en las montañas, en los árboles y en las construcciones humanas". 69/ Come de todos los frutos y camina docilmente por los caminos de tu Señor". De su abdomen sale un líquido de diferentes clases [colores] que contienen un remedio para los hombres. Hay, en ello, ciertamente, un signo para gente que reflexiona".

30:22/ "Y entre Sus signos está la creación de los cielos y de la tierra, la diversidad de vuestras lenguas y de vuestros colores. Hay en ello, si, signos para los que saben".

Si reunimos el conjunto de citas coránicas concretas referidas a colores determinados podremos establecer las siguientes correspondencias directas. La primera de ellas es la referida al verde, aquí derivado como tal del tema paradisíaco y *de los elogios que en sus promesas se vierten sobre él. Son las que siguen:*

Qur'an 12:43/ "El rey dijo: "he visto siete vacas gordas a las que comían siete flacas, y siete espigas verdes y otras tantas secas. ¡Dignatarios! ¡Aclaradme mi sueño, si es que sois capaces de interpretar sueños!" 44/ Dijeron: "Amasijo de sueños! Nosotros no sabemos de interpretación de sueños." 45/ Aquél de los dos que se había salvado recordó [a José] al cabo de un tiempo y dijo: "Yo os daré a conocer su interpretación! ¡Dejadme ir!" 46/ "José, veraz! ¡Acláranos qué significan siete vacas gordas a las que comen siete flacas y siete espigas verdes y otras tantas secas! Quizá vuelva yo a los hombres. Quizás, así, se enteren" 47/ Dijo: "Sembráis durante siete años, como de costumbre y, al segar, dejáis la espiga, salvo una porción pequeña de que os alimentáis". 48/ Sucederán siete años de carestía que agotarán lo que hayais almacenado previsoramente, salvo un poco que reserváis 49/ Seguirá un año bueno, en el que la gente será favorecida y podrá prensar."espigas verdes como símbolo de años de abundancia.

Qur'an 16:10/ "El es Quien ha hecho bajar para vosotros agua del cielo. De ella bebéis y de ella viven las matas con que apacentáis. 11/ Gracias a esa agua, hace crecer para vosotros los cereales, los olivos, las palmeras, las vides y toda clase de frutos. Hay en ello, ciertamente, un signo para gente que reflexiona. 12/ Y ha sujetado a vuestro servicio la noche y el día, el sol y la luna. Las estrellas están sujetas a Su orden. Hay en ello, ciertamente, signos para gente que razona".

18:30:/ "quienes, en cambio, crean y obren bien... No dejaremos de remunerar a quienes se conduzcan bien. 31/: Para ésos serán los Jardines del Edén. A sus pies fluirán arroyos. Se les adornará con brazaletes de oro, se les vestirá de satén y brocado verdes, estarán reclinados en divanes. ¡Qué agradable recompensa y qué bello lugar de descanso!".

36:77: /"¿No ve el hombre que le hemos creado de una gota [de esperma]? Pues ¡ahí le tienes, porfiador declarado! 78/ Nos propone una parábola y se olvida de su propia creación. Dice: "Quién dará vida a los huesos, estando podridos?" 79/ Di: "Les dará vida. Quien los creó una vez primera. Que conoce bien toda creación, 80/ Que os ha hecho fuego de un árbol verde del que, así, encendéis".

También en la descripción del Paraíso en sura 55, en la cual, quitando la contestación dialogada, queda así: 46/ "Para quien, en cambio, haya temido comparecer ante su Señor, habrá dos jardines 48/ frondosos 50/ con dos fuentes manando. 52/ En ellos habrá dos especies de cada fruta. 54/ Estarán reclinados en alfombras forradas de brocado. Tendrán a su alcance la fruta de los dos jardines. 56/ Estarán en ellos las [huríes] de recatado mirar, no tocadas hasta entonces por hombre ni genio, 58/ cual jacinto y coral ...62/ Además de esos dos, habrá otros dos jardines 64/ verdinegros, 66/ con dos fuentes abundantes. 68/ En ambos habrá fruta, palmeras y granados, 70/ en ellos habrá buenas, bellas, huríes, retiradas en sus pabellones, no tocadas hasta entonces por hombre ni genio. 76/ Reclinados en cojines verdes y bellas alfombras.

76:21: "Vestirán de verde satén y de brocado y llevarán brazaletes de plata. Su *Señor les servirá una bebida pura".*

Parece asociarse, pues, con la idea de vegetación, abundacia y por extensión con el mundo de lo paradisíaco (cojines y vegetación en el mismo).

El azul y el amarillo se juntan en una sola referencia en:

39:21: "¿No ves cómo hace Dios bajar agua del cielo y El la conduce a manantiales en la tierra? Mediante ella hace salir cereales de clases [colores] diversas, que, más tarde, se marchitan y ves que amarillean. Luego, hace de ellos paja seca. Hay en ello, si, una amonestación para los dotados de intelecto".

El negro aparece citado en dos ocasiones en el *Qur'an*, y el rojo una (Kassis & Kobbervig, 1987). De éste la cita va a medias en la sura 35:27, que incluye también una referencia al blanco: "¿No has visto que Dios hace bajar agua del cielo, mediante la cual hacemos salir de diferentes clases? En las montañas hay vetas de diferentes colores: blancas, rojas y de un negro intenso."

La otra referencia aparece en 2:185: al dar las conocidas órdenes respecto al Ramadan sobre la noción del día y la noche, en que el elemento pecaminoso y el vital se unen a partir del momento en que no se pueda distinguir un hilo negro de uno blanco, tema que va asociado con la idea de la prevención del pecado en las horas diurnas. De alguna manera lo blanco se vuelve negro y viceversa. El valor del negro, por lo tanto, ha de inferirse de aquí, y se nos aparece como elemento místico y de austeridad.

Respecto al azul hay que decir que no hay aparición alguna concreta, pero ello nos lleva a buscar asociaciones cromáticas con los elementos que sistemáticamente en la naturaleza llevan colores asociados inequívocos. El azul, pues, se debe asociar con el agua y con el cielo, por lo tanto con la idea del refresco del sediento en la vida terrena, siendo, por lo tanto, un color de referencia paradisíaca.

Si hasta aquí se han buscado las asociaciones con colores en el *Qur'an* podemos encontrar otras en el Hadiz (Nawawi, 1975). Pocos hadices han sido traducidos a lenguas occidentales. El que aquí se usará es el Nawawi, tradicionista sirio del 2º y 3er. tercios del siglo XIII, y en el cual hay alguna referencia a colores usados por Muhammad. El Hadiz 117 hace referencia a derivaciones de *Qur'an* 7:27 y 16:82, en que se hace referencia a la concesión de vestimentas por Dios a los hombres.

En el presente trabajo se sigue la traducción de Khan, y por lo tanto se respeta su notación. La versión castellana es mía, a partir, naturalmente, del texto inglés. Se citarán sólo los "hadices" con referencia a colores.

"117. ......

782. Ibn Abbas relata que el Santo Profeta dijo: Viste ropas blancas, pues son las mejores y usadlas como sudarios para vuestros muertos (Tirmidhi).

783. Samurah relata que el Santo Profeta dijo: Vestid de blanco pues es lo más puro y elegante y amortajad a vuestros muertos con él (Nisai y Hakim).

784. Bra'a narra: el Santo Profeta era de mediana estatura. Le vi llevando un manto rojo, como el cual nunca vi nada más elegante (Bojari y Muslim).

....

786. Abi Rimantha Rifa'a Tamimi dice: Vi al Santo Profeta vistiendo dos prendas verdes (Abu Daud y Tirmidhi).

787. Yabir dice que el Santo Profeta entró en La Meca el día de su caída llevando un turbante negro.

788. Abu Sa'id Amr ibn Hurais relata: Recuerdo haber visto al Santo Profeta llevando un turbante negro con sus dos extremos cayendo sobre sus hombros (Muslim).

Otra versión es: el Santo Profeta hizo un sermón y llevaba un turbante negro cuyos dos extremos caían sobre sus hombros (Muslim). Otra versión dice: El Santo Profetá sermoneó y llevaba un turbante negro.

789. Aysa relata que el Santo Profeta fue amortajado con tres piezas de tela blanca de algodón yemení, que no comprendía ni camisa ni turbante (Bujari y Muslim).

790. Aysa relata que un día el Santo Profeta salió llevando una capa hecha de pelo negro que llevaba representaciones de una silla de camello (Muslim)" (Nawawi, 1975: 156 - 157)

Por otra parte el tono azafrán parece estar vetado, por lo menos en lo que es aplicable a ropas, que en principio llevaban los incrédulos (Nawawi, 1975, hadiz 363).

Otras interpolaciones acerca del valor de colores podemos obtenerlas de la existencia de la famosa piedra negra de la *Ka'aba*, así como del velo negro de seda que cubre el recinto último, y que es motivo (o por lo menos era hasta hace poco) de una caravana desde Egipto en la cual se portaba el famoso velo negro, regalo anual obligado de dicho país a la Umma (Ettinghausen, 1954).

Quizás podamos interpolar algo de un ejemplo más tardío, sobre techumbres en vez de cerámica, pero que hoy por hoy sigue siendo la fuente más fidedigna para este caso: el techo de Comares, en la Alhambra granadina (Cabanelas, 1970; 1972).

Durante los trabajos de restauración de la techumbre de dicho lugar, en 1959, apareció una interesante tablilla de madera, una de dieciséis que forman una estrella de una serie ornametal. Al desclavarla apareció en el dorso una fórmula que relacionaba colores con formas y número y cantidad de los mismos. De dicha fórmula se deduce el resto de la composición del techo, que da los siguientes colores fundamentales: rojo, blanco, blanco de nuez, verde claro y verde. Los zafates o candilejos forman una parte clave de la composición, representativa, según el autor, de la Sura LXVII (El Reino) del *Qur'an* (Cabanelas, 1970).

Es obvia la relación con el mundo del Paraíso en el conjunto de Comares y de su techumbre, así como el sentido de su colorido, obtenido a partir de la Escala de Mahoma (Anónimo, 1949) y que da plena significación al techo granadino (Cabanelas, 1988). La Escala de Mahoma es un manuscrito árabe que recopila Alfonso X y que nos da un buen índice de los valores cromáticos en uso en al-Andalus a finales del siglo XIII.

En dicha obra se cita el mirage o viaje del Profeta a los cielos y al Paraíso, alcanzando la Visión Divina, en el fantástico animal, el Buraq. Aunque no sea en cita literal vale la pena referirse a los colores de los cielos y sus cualidades: hierro , bronce (verde), plata, oro, perla, esmeralda verde y rubí. Tenemos, pues, varios colores posibles:¿ negro-marrón?, verde, plata, dorado, blanco, verde y el rojo. El 8° cielo, el trono de Dios, es todo topacio. Es decir: amarillo. La luz en este cielo se matiza de rojo, amarillo, blanco y verde.

El buraq tiene crines de perlas, la testuz de esmeralda, cola de rubí (rojo), ojos amarillo claro, silla y aparejo todo de perlas (blanco) y piedras preciosas, rubíes, topacios y esmeraldas. O sea: rojo, amarillo y verde. Los arcángeles tienen los cabellos y los ojos rojos, y van vestidos de verde. El árbol *Tuba*, en el Paraíso, tiene el pie de rubí, la tierra en que está plantado es de ambar y almizcle más blanco que la nieve, las ramas son de esmeralda y la hierba que crece en derredor es de azafrán verde y olorosa.

Otro elemento contemporáneo del mundo nasrí se puede constatar: el presente en las tacas del arco de acceso a la Sala de la Barca de la Alhambra granadina (Cabanelas y

Fernández-Puertas, 1983-1984). En las citadas se encuentran sendos poemas, uno de los cuales, el de la taca izquierda dice lo siguiente:

"1.- Yo soy de la plegaria monumento
cuya *qibla* es senda de bienandanza.
2.- El jarrón que aquí hay puedes creerlo
un hombre en pie cumpliendo su oración.
3.- No obstante, cada vez que la concluye
por fuerza deberá retirarla.
4.- En atención a mi dueño Ben Naser,
a sus siervos de Allah ennobleció,
5.- por ser linaje del señor de Jazray,
[el benemérito] Sa`d ben `Ubada."
(Cabanelas y Fernández-Puertas, 1984: 98)

El conjunto va acompañado de una rica decoración policroma de alicatados que decoran los muros, con una cierta disposición geométrica, simbólica también, en la cual están presentes los siguientes colores: blanco, negro, melado, verde oscuro y azul claro. Los autores citados ven en las composiciones ahí presentes una representación del trono de Dios, los cuatro árboles del Paraíso (o los cuatro arcángeles de sostienen el trono divino y los ocho cielos. La referencia a la *qibla* asocia la forma de la taca, necesariamente, con un *mihrab*. El conjunto parietal no es más que el complemento simbólico del techo de Comares.

Nos encontramos, pues, ante dos casos de patente uso simbólico de los colores y en los cuales la paleta es, en principio, la misma, salvo por la inexistencia del azul en el techo. Ello sugiere volver atrás y realizar aquí una interpolación con los mosaicos del mihrab de la Gran Mezquita de Córdoba (Stern, 1976) y fijarnos en su paleta y elementos en los cuales se usa.

El efecto del blanco se encuentra nuevamente en la clave de la cúpula, en su centro, que tiene un efecto refulgente a causa del dorado. La vegetación aparece en verde, con granadas en blanco, a veces con realce en oro o en azul pálido con contorno rojo. El tono dorado produce un efecto melado refulgente, lo cual puede explicar el melado como un "oro para pobres", y también el amarillo. La inscripción dedicatoria está hecha en rojo. Parece aceptable que aquí, como en la mezquita de Damasco (Gauthier-V. Berchem, 1940) donde los mismos colores se usan, la referencia icónica al Paraíso islámico están presentes, y ello, junto con los datos hasta aquí aportados, parecen avalar la función simbolista de los colores aquí citados.

Este tipo de referencias es extensible a otros temas, como se indicó anteriormente. En este sentido es claro cómo el propio *Qur'an* usa de este sistema "extensivo" de símbolos, según se puede apreciar, por ejemplo en la propia sura 55: 56/ Estarán en ellos las [huríes] de recatado mirar, no tocadas hasta entonces por hombre ni genio, 58/ cual *jacinto y coral*.

Otros casos no están tan claros, y hay que deducirlos de otros elementos que habrá que entender como derivados de elementos primitivos pre-islámicos, esencialmente derivados de importaciones culturales beréberes, con pervivencias claras y estudiadas, por ejemplo, en la clásica obra de Westermarck (1935). Por ello habría que remontarse a momentos preislámicos para justificar la presencia de colores típicos en cerámicas preislámicas de esta región y de otras en el mundo, como de hecho ocurre con otros colores, como puede ser el blanco. De hecho en lugares tan extremos como

pueden ser Bosra (Wilson & Sa`d, 1984 o Conimbriga (Alarcão, 1975; Retuerce, 1987) se sigue esta tradición.

En consecuencia podemos decir que los colores son asociables, básicamente, con las siguientes ideas:

colores	Remedio para los hombres. (todos)
amarillo	Topacio, trono de Dios, luz del cielo, ojos del Buraq.
oro	Oro, paraíso, riqueza, 4º cielo.
plata	plata, 3er. cielo, silla y aparejos del Buraq.
melado	Ambar, Tierra del árbol Tuba.
blanco	Perla, Dios, ancianidad, ser reverenciado, día, vida regulada, sudario, jacinto, pureza, luz del cielo, almizcle, perfumes.
azul	Agua, vegetación, fecundidad, vida.
verde	Esmeralda, bronce, vegetación paradisíaca, telas en el Paraíso, Vestimenta del Profeta, vestimenta de los arcángeles, fecundidad, riqueza, fragosidad, 2º cielo, 5º cielo, luz del cielo, crín del buraq.
rojo	Coral, rubí, Contorno de la vegetación paradisíaca, ojos y cabellos de los Arcángeles, vestimenta del Profeta, coral, pureza, 6º cielo, luz del cielo, Cola del Buraq, pie del árbol Tuba.
negro	Hierro, velo de la Ka`aba, Piedra negra de la Ka`aba, vestimenta del Profeta, fragosidad, vida regulada, misticismo, propiciación, 1er cielo.

Esencialmente, como se puede apreciar, el conjunto de colores aquí señalados es el presente en la cerámica andalusí através de diferentes momentos (Retuerce y Zozaya, 1986). Por lo tanto es dable pensar que los colores tienen un matiz simbólico-teológico, relacionando el mundo religioso con el individuo a partir de objetos comunes de uso cotidiano.

Sin duda esta combinación hubiera sido del gusto de nuestro buen amigo y compañero, desaparecido tan injustamente cuando su imaginación y su cultura se aunaban en un precioso impulso vital que le llevó a explorar campos intelectuales poco conocidos y a ser impulsor de nuevas formas de pensamiento entre los jóvenes.

BIBLIOGAFÍA:

Alarcão, Jorge de (1975): *La cerámique commune locale et régionale en Conimbriga*, vol VI, Paris.

Albarn, K. & alii (1974): *The language of pattern*. Londres.

Almagro (Basch), Martín & alii (1975): *Qusayr`Amra. Residencia y baños omeyas en el desierto de Jordania*. Madrid.

Anónimo (1949): *La escala de Mahoma. Traducción del árabe al castellano, latín y francés ordenada por Alfonso El Sabio* (ed. de José Muñoz Sendino). Madrid.

Gauthier- Van Berchem, M. (1940). La grande Mosquée de Dámàs apud K.A.C. Creswell: Early Muslim Architecture 1,2. Oxford, pp. 323-372

Brentjes, Burchardt (1981): *Die Stadt des Yima. Weltbilder in der arkitektur*. Leipzig.

Burckhardt, Titus (1976): *Art of Islam: language and meaning*. Londres.

Cabanelas, Darío (1970): *La antigua policromía del techo de Comares de la Alhambra*. Al-Andalus 35, pp. 407-451.

Cabanelas, Darío (1972): "La antigua policromía del techo de Comares." en *Cuadernos de la Alhambra* 8, pp. 3 - 30.

Cabanelas (Rodríguez), Darío (1988): *El techo del Salón de Comares en la Alhambra. Decoración, policromía, simbolismo y etimología*. Granada.

Cabanelas, Darío & Fernández-Puertas, Antonio (1983 - 1984): "Los poemas de las tacas del arco de acceso a la Sala de la Barca." en *Cuadernos de la Alhambra* 19 - 20, pp. 61 - 149.

Corán (1979): *El ______. Edición preparada por Julio Cortés*. Madrid.

Coran (1972): *Le ______. Traduction française et commentaire........ par le Cheikh Si Boubeker Hamza*. Paris.

Corriente, Federico (1974): *Las mu`allaqat: antología y panorama de la Arabia prehispánica*. Madrid.

Childe, V. Gordon (1960): *What happened in history*. Harmondsworth.

Chritchlow, K. (1976): *Islamic patterns., an analytical and cosmological approach*. Londres.

Eco, Umberto (1980): *Signo*. Barcelona.

Ettinghausen, Richard (1954): "Notes on the lusterware from Spain" en *Ars Orientalis* 1, pp. p. 135 - 156.

Kassis, Hanna E, & Koberveig, Karl I. (1987): *Concordancias coránicas*. Madrid.

Levi-Strauss, Claude (1976). *Antropología cultural*. Buenos Aires.

Nasir, Sayed Hassan (1978): *An introduction to Islamic cosmological doctrines: conceptions of nature and method used for its study*. Londres.

Nawawi, Imam (1975): *Gardens of the righteous. Riyadh as-Salihin of Imam Nawawi*. Translated from the Arabic by Muhammad Zafrullah Khan. Londres.

Panofsky, Erwin (1982): *Estudios sobre iconología*. Madrid.

Qur`an (Cf. Corán)

Retuerce, Manuel (1987): "El templen. ¿Primer testimonio del telar horizontal en Europa?" en *Boletín de Arqueología Medieval* 1 , pp. 71 - 77.

Retuerce, Manuel & Zozaya, Juan (1986): *Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas en III Congreso Internacionales de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Florencia. pp. 69 -128.

El-Said, Issam & Parman, Ayse (1976): *Geometric concepts in Islamic art*. Londres,

Souto (Lasala), Juan (1987): "Cerámicas islámicas excavadas en la Seo del Salvador (Zaragoza) 1980-1986)" en *Boletín de Arqueología Medieval* 1, pp. 39-49.

Stern, Henri (1976): *Les mosaïques de la Grande Mosquée de Cordoue*. Berlin.

Valdés (Fernández), Fernando (1977): "Relieves musulmanes de carácter profiláctico en la fortaleza de Gormaz (Soria)" en *Actas XIV Congreso Nacional de Arqueología*, pp. 1.278 - 1.290.

Vertex (1972): "Islamic patterns" in *Art and Archaeology Research Papers* 1, pp. 1 - 8.

Westermarck, Edward (1935): *Survivances païennes dans la civilisation mahométane*. Paris.

Wilson, Jim & Sa`d, Maria (1984): "The domestic material culture of Nabatean to Umayyad period Busra" en *Berytus* 32, pp. 35 - 147.

Zozaya, Juan (1975): "Cerámicas islámicas del Museo de Soria" en *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas* 11, pp. 135 - 148.

* Museu Arqueologico Nacional, Madrid.